

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 079 TERÇA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22

Líder
Humberto Costa - Bloco (117,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,128)
Marcelo Crivella (36,120,127)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (117,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,128)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,127)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,124)
Jayme Campos (28,106,110,122)
Alvaro Dias (73,123)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,123)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de maio de 2014 005
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de maio de 2014 015
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 031
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de maio de 2014 039
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2014 070
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2014 104
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2014 138
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de maio de 2014 145
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2014 154
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de maio de 2014 175
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 188
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2014 206
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de maio de 2014 222
1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2014 227
1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2014 239
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2014 260
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2014 271
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2014 274
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2014 304
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2014 328
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 333
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 368
3681.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014 374
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2014 396
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014 415
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2014 438
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 456
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014 485
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2014 489
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2014 506
1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2014 522
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2014 523
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2014 547
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2014 571
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2014 584

1.1.9 – Comissão Senado do Futuro – CSF

Ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2013..... 609
Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2014..... 635

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer as Senadoras Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin e Kátia Abreu e os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Jayme Campos e Cidinho Santos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 16ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 33 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até EUR 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Trem de Guarulhos – Implantação da Linha 13 Jade da Companhia de Trens Metropolitanos – CPTM'", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 29/4/2014, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Alvaro Dias, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 35/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 2**- Mensagem (SF) nº 34 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 204,000,000.00 (duzentos e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto/Programa 'Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu'", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 29/4/2014, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 36/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 3**- Mensagem (SF) nº 35 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 480,135,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões e cento e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 1ª Fase", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 29/4/2014, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a matéria, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa a Senadora Ana Amélia relatora "ad hoc" da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 37/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 4**- Mensagem (SF) nº 36 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 270,000,000.00 (duzentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde", tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 29/4/2014, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 38/2014-CAE, que requer ur-

gência para a matéria. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "acrescenta parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório contrário ao Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 415 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos

proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 33 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do endividamento dos Estados brasileiros, tendo como convidado o Senhor Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 33 de 2014-CAE. **Item 17**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 34 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a política de conteúdo nacional na Indústria Naval, tendo como convidados: Sra. Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo; representante do Ministério de Minas e Energia; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; representante da Petrobras; representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval); e representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2014-CAE. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 18**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 35 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 33 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até EUR 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Trem de Guarulhos – Implantação da Linha 13 Jade da Companhia de Trens Metropolitanos – CPTM'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 35 de 2014-CAE. **Item 19**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 36 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 34 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 204,000,000.00 (duzentos e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto/Programa 'Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 36 de 2014-CAE. **Item 20**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 37 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 35 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 480,135,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões e cento e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 1ª Fase". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 37 de 2014-CAE. **Item 21**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 36 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 270,000,000.00 (duzentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 38 de 2014-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 39, 40 e 41 de 2014. O Requerimento nº 39 de 2014, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja convocado nesta Comissão de Assuntos Econômicos,

a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como seja convidado para a mesma audiência o Sr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O Requerimento nº 40 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema dos demitidos na Reforma Administrativa realizada durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a presença dos senhores Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); Josemilton da Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef); bem como representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU) e Procuradoria Geral da União (PGU). E o Requerimento nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até EUR 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Trem de Guarulhos – Implantação da Linha 13 Jade da Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM)".

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observação: *Em 29/04/2014, foi concedido vista coletiva.*

De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e Captação de Recursos da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc* na 16ª Reunião, realizada em 29 de abril, ocasião em que foi concedido vista coletiva.

Pergunto ao Senador Alvaro Dias, Relator, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para destacar a importância desse empréstimo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor de €300 milhões.

É um investimento que tem retorno assegurado, que contribui para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e certamente muito bem-aplicado pelo extraordinário Governador Geraldo Alckmin, que realiza em São Paulo um grande governo. Certamente, com esse investimento, dará ainda maior impulso à sua gestão. Trata-se do Projeto Trem de Guarulhos – Implantação da Linha 13, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

Portanto, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria. Eu iria pedir ao final, mas V. Exª, como sempre, vigilante e solidário com o Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador!

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, DE 2014

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 33 de 2014, que *"propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até EUR 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Trem de Guarulhos – Implantação da Linha 13 Jade da Companhia de Trens Metropolitanos – CPTM'"*.
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).)

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$204,000,000.00 (duzentos e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto/Programa "Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Observações: *Em 29/04/2014, foi concedida Vista Coletiva.*

De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senador Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, que já havia citado, e o Sr. Marcelo Landucci, Assessor de Captação de Recursos da Secretaria de Fazenda.

O relatório já foi lido pela Relatora, na 16ª Reunião, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Novamente vamos colocar em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 36, que requer urgência para a matéria.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 36, de 2014

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 34, de 2014, que *"propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 204,000,000.00 (duzentos e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto/Programa 'Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu'".)*

Item nº 3.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 480,135,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões e cento e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 1ª Fase.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Observações: *Em 29/04/2014, foi concedida Vista Coletiva.*

O Senador Flexa Ribeiro está em missão oficial no exterior. Designo a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc*. Mas, na verdade, o relatório já foi lido, é uma formalidade que precisa ser cumprida.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Peço urgência, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Também vou pedir urgência à matéria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 37, de 2014, CAE, que requer urgência para a matéria.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 37, DE 2014

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 35 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$480,135,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões e cento e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 1ª Fase".
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).)

Vamos ao último empréstimo.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 270,000,000.00 (duzentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Observações: *Em 29/04/2014, foi concedida Vista Coletiva.*

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.
Em votação o relatório do Senador José Agripino.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias.
Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento nº 38, de 2014, que requer urgência para a matéria.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38, DE 2014

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 36 de 2014, que *"propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 270,000,000.00 (duzentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde".*

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).)

Estão aprovados, Senador Aloysio Nunes, os quatro empréstimos do Estado de São Paulo.
Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, como já foi ressaltado pelo Senador Alvaro Dias e pelos Relatores que oficiaram nessa matéria, são empréstimos que, seguramente, vão contribuir para o desenvolvimento econômico, pelos investimentos que eles representam, e para o desenvolvimento social do Estado de São Paulo, pois eles impactam muito positivamente o tema da mobilidade urbana. São empréstimos que visam a ampliar um programa já em andamento de modernização dos trens da CPTM, de ampliação de suas linhas, de ampliação da malha metroviária da cidade de São Paulo e da região metropolitana. São, portanto, Sr. Presidente, investimentos muito bem-vindos e que, seguramente, serão aplicados com o rigor, com a competência, com o planejamento, com o critério, que vêm caracterizando a gestão do Governador Geraldo Alckmin.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Srs. Senadores, temos aqui dois itens não terminativos, pois houve pedido de retirada de pauta pelos seus Relatores, no caso. Também não temos quorum para os itens terminativos.
Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, para que a leitura seja feita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou passar para os requerimentos. Há dois requerimentos para serem aprovados, que passo a ler.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 18, §2º, inciso III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Exmo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como seja convocado para a mesma audiência o Presidente da Abradee, Sr. Nelson Fonseca Leite, a fim de discutir a atual situação do setor elétrico brasileiro.

Senador Alvaro Dias, está lido o requerimento. Votaremos esse requerimento na próxima 3ª feira.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos dos arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos realize audiência pública, com a finalidade de debater o tema dos demitidos da reforma administrativa realizada durante o Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, com a presença do Srs. Wilson Prudente, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Matos, advogado e jurista, Wilson Dufles, Presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados; Josemilton Costa, Diretor do Sintrasef;, bem como representante da Advocacia- Geral da União, da Defensoria Pública da União e da Procuradoria-Geral da União.
Autoria*: Senador Lindbergh Farias*

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, DE 2014
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública para tratar do endividamento dos Estados brasileiros, tendo como convidado o Senhor Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações: *Em 29/04/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Discutimos esse tema aqui na última reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
A Comissão aprova o Requerimento nº 33, de 2014, da CAE.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, DE 2014
– Não terminativo –

Requer, nos termos dos art. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater a política de conteúdo nacional da Indústria Naval, tendo como convidados: Sra. Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); representante do Ministério de Minas e Energia (MME); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); representante da Petrobras; representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval); e representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Observações: *Em 29/04/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
A Comissão aprova o Requerimento n° 34, de 2014, da CAE.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de encerrar, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A propósito do requerimento do Senador Alvaro Dias sobre a questão do setor elétrico, nós promovemos, na Comissão de Agricultura, um debate sobre os apagões, que afetam mais diretamente o setor agropecuário.

O apagão acaba queimando os geradores, queimando os aparelhos. Nas zonas de bacias leiteiras importantes, é um prejuízo enorme, porque os equipamentos de refrigeração de leite, para recepção dos produtores, também queimam à retomada de funcionamento, quando retorna a energia, e esse leite é todo ele perdido. Então, são prejuízos enormes. Tudo isso fica por conta do produtor ou da cooperativa, que perde essa produção por conta dessas quedas frequentes desses chamados apagões.

Nós fizemos o debate e dissemos uma das alternativas deveria ser o estímulo às chamadas PCHs, às pequenas centrais elétricas ou hidrelétricas, e também ao sistema cooperativista.

Diante da conclusão do nosso trabalho, na Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Benedito de Lira, marcamos uma audiência que será hoje, às 17 horas, no Ministério de Minas e Energia, com o próprio Ministro Edison Lobão.

Então, eu queria apenas dar essa informação. Também estamos debatendo a questão dos apagões, mas com foco no setor agropecuário.

Por fim, quero dizer algo não menos importante. Diz-se que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Aproveitando a presença do nosso dedicado Senador Luiz Henrique, quero dizer que estive no seu Estado, em Criciúma, e que fiquei impressionada, pois tive a oportunidade de ver, pela primeira vez, a separação dos nossos Estados pelo Rio Uruguai. Cheguei de helicóptero a Criciúma, aliás a Chapecó. Quando cruzamos Frederico Westphalen, atravessando o Rio Uruguai, chegamos, em seguida, a Chapecó, onde peguei um voo. Fiquei impressionada com o ativismo desse aeroporto regional, em que 70% do movimento são de passageiros gaúchos, que vão para lá, porque é mais fácil ir para São Paulo ou mesmo para Florianópolis ou para o Paraná através de Chapecó. O avião que pousou lá é um avião de grande porte.

Eu queria cumprimentá-lo por isso, pelo movimento do aeroporto e também pela qualidade do serviço. É claro que, hoje, ele já é pequeno para atender à demanda. Penso até que a área da estação de passageiros deve ser ampliada. Mas fiquei impressionada positivamente.

Fiquei mais impressionada ainda com Criciúma, cuja entidade do setor empresarial tem o porte, o tamanho de uma representação de uma entidade estadual. E é da região, dos Municípios da região carbonífera catarinense. São mais de 1,2 mil empresas com alto investimento na área tecnológica.

Então, foi uma grande e grata surpresa estar ali, vendo também movimentos associativos do Bairro da Juventude, que começaram em 1949 e que hoje atendem 1,5 mil crianças em áreas de risco. É uma ação social de grande envergadura, que é de toda a comunidade e também do setor empresarial. E há também a SATC, que já é também histórica, com 55 anos na região. É uma escola de grande qualidade, que atende ao ensino fundamental e ao ensino superior, passando pelo ensino médio.

Então, faço essa referência não para agradar ao Relator do PLC que trata do indexador da dívida, mas para fazer o registro necessário sobre o que vi lá, em Forquilhinha e também em Criciúma e em Chapecó.

Quero indagar ao nosso caro Vice-Presidente e Relator do indexador da dívida como andam os entendimentos sobre essa matéria. Acho que nós estamos precisando disso. Hoje é dia 6 de maio. Havia uma data fixada para se votar essa matéria. Então, eu queria pelo menos uma informação sobre esse tão relevante assunto, que interessa a Estados e a Municípios.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero agradecer as referências feitas ao meu Estado pela Senadora Ana Amélia, do vizinho e querido Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer a V. Exª que a pujança de Chapecó e a pujança de Criciúma, ambas, resultam de uma forte migração do Rio Grande do Sul. Aliás, todo o oeste catarinense foi colonizado por imigrantes vindos do Rio Grande. Parte deles era alemã, e a maior parte era de origem italiana.

Quero recordar com V. Exª um fato. Quando assumi o Governo, o Aeroporto de Chapecó estava fechado, ali não havia uma operação de aviação, senão comercial. Fui à TAM juntamente com o Prefeito, na época Governador, e eles, depois de muito insistirmos, aceitaram colocar uma linha Florianópolis-Chapecó em caráter experimental por 90 dias. Não só não a desativaram após 90 dias, como também foram para a lá a Avianca e a GOL. Todas as empresas estão operando em Chapecó no azul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E com a Azul.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas consegui convencer a TAM com base no Master Plan que mandei fazer para Santa Catarina, que teve como coordenadores o engenheiro Eliezer Batista e o ex-Ministro Raphael de Almeida Magalhães. E, nesse Master Plan de Santa Catarina, o Aeroporto de Chapecó é desenhado como um dos aeroportos estratégicos do Mercosul. V. Exª mencionou que boa parte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Setenta por cento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Setenta por cento dos passageiros que chegam ou saem de Chapecó são do noroeste do Rio Grande do Sul.

Quanto a Criciúma, nós criamos um programa de transformação do carvão de *commodity* em produto de valor agregado. Destinamos recursos para a SATC, essa instituição, que avançou muito, realmente, em novos processos de aproveitamento do carvão.

Quanto ao Bairro da Juventude, efetivamente, é um exemplo para o País todo. Com um detalhe: vem caindo a necessidade de matrículas porque a população está emergindo em termos de situação de vida.

Quanto ao projeto, eu gostaria de sugerir que uma comissão da Comissão de Assuntos Econômicos fosse ao Presidente Renan pedir que coloque o projeto em pauta, para que venha a ser aprovado. Eu tenho dito que a Presidente da República só tem a ganhar se sancionar o projeto. Primeiro, o projeto é do Governo; segundo, a versão aprovada na Câmara o foi com o aval do Governo; terceiro, não cria nenhum rebuliço nas contas públicas da União. Então, Presidente Lindbergh, a Presidente só tem a ganhar se chamar os governadores e fizer uma fotografia sancionando esse projeto.

Eu acredito que, como nós aprovamos, na CAE e na Comissão de Justiça, mediante acordo, também poderemos, após o contato com o Presidente Renan, operar um acordo para uma data de votação do indicador da dívida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. V. Exª nos lidera nessa questão. V. Exª poderia marcar a reunião com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Nós o acompanharemos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu estarei lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A Senadora Ana Amélia, com certeza. Há um grupo de Senadores que acompanham esse tema. V. Exª poderia marcar a data e nos avisar. Com certeza, haverá um grupo representativo desta Comissão de Assuntos Econômicos acompanhando V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do Microfone.*) – Eu gostaria de sugerir que nos reuníssemos. Às 15 horas no plenário?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Está bom. Ótimo. Sem formalismos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Como dizia Vandré, quem sabe faz a hora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Faz a hora, não espera acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

Nós temos, ainda, um requerimento para ser lido, do Senador Aloysio Nunes, antes de encerrarmos a reunião.

REQUERIMENTO.

Requeiro, nos termos do inciso V, do ar. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Srª Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), para que, em audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos, apresente os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios.

Está lido. Votamos na próxima terça-feira.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vejo que não há número e que o Senador Pedro Taques também não se encontra presente. O item nº 5 já vem de diversas reuniões desta Comissão. É um projeto que tive a honra de apresentar e que regulamenta as concessões públicas e permissionárias no Brasil. O Senador Pedro Taques é o Relator, mas vejo que ele não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ele pediu para retirar. Ele pediu a esta Comissão para retirar esse item da pauta de hoje.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª poderia conversar com ele, eu também vou conversar, para ver se retorna na próxima reunião.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2013
– Não terminativo –

Altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras.
Autoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta.
Observações: *1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;*
2. Em 01/04/2014, foi concedida Vista ao Senador Aníbal Diniz.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Está o.k., Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, e, em seguida, dos Senadores Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy, Presidentes Eventuais, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Lúcia Vânia e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Cidinho Santos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 17ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, em atendimento ao Requerimento nº 20 de 2014-CAE, indica a Senadora Ana Amélia relatora da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de acompanhar, no exercício de 2014, a avaliação da política pública de distribuição dos recursos do fundo de participação dos municípios. Comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 29 de 2014 (Aviso nº 136/GMF/MF-DF), de 30 de abril de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de março de 2014 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 30 de 2014 (Aviso n º 27/2014-BCB), de 25 de abril de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao primeiro trimestre de 2014, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Ofício nº 2-0187/2014-SG-A, de 8 de abril de 2014, da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, encaminhando cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 3º quadrimestre de 2013; Ofício Circular nº 13.14, de 9 de abril de 2014, da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador, encaminhando relatório de atividades e balancete anual referente ao trabalho realizado no ano de 2013, de modo a prestar contas aos órgãos devidos; e Doc. nº 20140345.2, de 24 de abril de 2014, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – Fecomercio/SP, tratando do Decreto nº 3.665, de 20/11/2000, e da Lei nº 10.834, de 29/12/2003,

ao mesmo tempo que solicita a alteração da Legislação atual que regulamenta a blindagem de veículos de uso civil. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2014, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES e dá outras providências", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos. O Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Luiz Henrique, passa a Presidência para o Senador Casildo Maldaner para que possa relatar a matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Alvaro Dias e Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra o Senador Ricardo Ferraço e a Senadora Lúcia Vânia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que "convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 01 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço. O Vice-Presidente no exercício da Presidência passa a Presidência para o Senador Eduardo Suplicy para que possa relatar a matéria. Após a leitura do relatório, é solicitada Vista pela Senadora Gleisi Hoffmann e pelos Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro. O Presidente Eventual, Senador Eduardo Suplicy, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 637 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 175 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor que o reajuste da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física não se enquadra

nas hipóteses de renúncia de receita tributária", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Projeto de Lei do Senado nº 415 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**- Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**- Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores

de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**- Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2014, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja convocado nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como seja convidado para a mesma audiência o Sr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A apreciação da matéria é adiada. **Item 21**- Requerimento nº 40 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema dos demitidos na Reforma Administrativa realizada durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a presença dos senhores Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); Josemilton da Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef); bem como representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU) e Procuradoria Geral da União (PGU). A apreciação da matéria é adiada. **Item 22**- Requerimento nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Vice-Presidente e Presidentes Eventuais e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Luiz Henrique,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2014, desta Comissão, indico a Senadora Ana Amélia Relatora da Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de acompanhar, no exercício de 2014, a avaliação da política pública de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento.

Avisos:

– Aviso nº 29, de 30 de abril de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta, no mês de março de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

– Aviso nº 30, do Banco Central, de 25 de abril de 2014, encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao 1º trimestre de 2014, as razões delas determinantes e as posições das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Correspondências:

– Ofício nº 20.187, de 2014, datado do último dia 8 de abril, da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, encaminhando cópia da documentação da apresentação plenária da prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 3º quadrimestre de 2013;
– Ofício Circular nº 1.314, de 9 de abril deste ano, da Associação de Pais e Amigos de Surdos, de Caçador (SC), encaminhando relatório de atividades e balancete anual referente ao trabalho realizado no ano de 2013, de modo a prestar contas aos órgãos devidos;
– Documento nº 20140345.2, de 24 de abril de 2014, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), tratando do Decreto nº 3.665, de 20/11/2000, e da Lei nº 10.834, de 29/12/2003, ao mesmo tempo em que solicita alteração da legislação atual que regulamenta a blindagem de veículos de uso civil.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.
Passemos à Ordem do Dias desta reunião.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2014
– Não terminativo –

Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES e dá outras providências.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1. Nos termos do art. 64, §1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;
2. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos.

Passo a Presidência ao Senador Casildo Maldaner, a fim de que eu possa relatar este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Recebendo a honrosa incumbência de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, como o nosso Vice-Presidente em exercício na Presidência é o Relator desta matéria, passo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Está em pauta nesta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na origem), contendo seis artigos.

O art. 1º reabre por 90 (noventa) dias, contados da publicação da nova lei, o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, que tratam do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O §1º deste artigo determina que as mantenedoras das instituições de ensino superior que tiveram pedido de adesão ao programa indeferido poderão apresentar novo requerimento no prazo previsto no caput. Já o §2º estabelece que o referido prazo não se aplica às instituições que tiveram pedido anterior deferido.

Segundo o art. 2º da proposição, a adesão ao Proies das instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal, e existentes na data da promulgação da Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos, implicará a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte dos rendimentos pagos. E, desses rendimentos pagos, a qualquer título, por entidade educacional, que tenham sido quitados direta ou indiretamente perante o Município ou o Estado, até a data da publicação da nova lei.

Adicionalmente, conforme o §1º do art. 2º do PLC nº 32, de 2014, a adesão implicará anistia das multas de mora ou de ofício, juros de mora e encargos legais incidentes sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte referido no *caput* do artigo supramencionado.

Para tanto, o §2º deste artigo determina que, para fins do disposto no *caput*, a instituição deverá apresentar, na data do requerimento de adesão, certidão municipal ou estadual, conforme o caso, que comprove os valores quitados, direta ou indiretamente, a cada ano.

Já o §3º prevê a comprovação dos valores quitados diretamente mediante certidão do beneficiário da arrecadação, enquanto que, nos termos do §4º, a comprovação dos valores quitados indiretamente será feita conforme ato conjunto do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e do Secretário da Receita Federal do Brasil.

Em seu art. 3º, o projeto define que a adesão das universidades comunitárias não integrantes do sistema federal de ensino ao Proies deverá ser requerida até 30 (trinta) dias contados da data de publicação da lei resultante da aprovação do PLC.

O art. 4º dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 12.688, de 2012, a fim de introduzir as seguintes modificações: os certificados de emissão do Tesouro Nacional, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES referidas para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, e que podem ser usados para o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de débito de moratória, não mais deverão ser nominativos (§7º); os referidos certificados serão emitidos em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FNDE à Secretaria do Tesouro Nacional (§10); e A STN resgatará, mediante solicitação do FNDE, os certificados utilizados para quitação de parcela das prestações de débito de moratória acima referidas, na forma e condições que vierem a ser estabelecidas pelo Ministérios da Educação e da Fazenda (§11).

Por sua vez, o art. 5º da proposição altera o art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (Indep), para introduzir entre suas competências a de operacionalizar a custódia, a movimentação, a desvinculação e o resgate dos certificados financeiros do Tesouro Nacional, para fins de implementação do Proies.

O art. 6º do suprarreferido projeto dispõe que a lei dele resultante entra em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a proposição original do Poder Executivo, o propósito do Governo Federal é dar condições para que as entidades de ensino superior em grave situação econômico-financeira continuem suas atividades, mantendo os níveis de matrículas, a qualidade, aumentando a oferta de bolsas, além de recuperar créditos tributários da União.

Gostaria de salientar que, somente em Santa Catarina, foram constituídas pela força das comunidades 15 entidades de ensino superior que têm uma característica absolutamente diversificada, disseminada pelo território nacional e atomizada em 52 *campi* que compreendem toda a área territorial do Estado.

É um projeto, portanto, da maior relevância, da maior importância, que viabiliza financeiramente essas entidades, que foram constituídas pela força da comunidade.

Eu gostaria de salientar, inclusive, que as instalações do *campus* da Furb (Fundação Universidade Regional de Blumenau), que acaba de completar 50 anos, foram construídas com recursos que fluíram de rifas, vendidas em todo o território do Município e da região, o que representa um grande esforço das populações catarinenses no sentido de ter a sua universidade. Como só temos uma universidade federal e uma universidade estadual, o interior do nosso Estado não era contemplado com o ensino superior. Os jovens tinham que migrar para outras cidades e para outras regiões do Estado. Por isso as populações dos Municípios, dos 295 Municípios de Santa Catarina, realizaram essa grande empreitada, esse grande esforço, um esforço que fluiu de baixo para cima e do que resultou a maior estrutura universitária descentralizada deste País. Na verdade, o Governo Federal socorre as universidades comunitárias catarinenses de forma a reconhecer que esse é o melhor modelo de expansão do ensino superior no território nacional, modelo que já se espraiou para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, e até mesmo no Nordeste nós já vivenciamos experiências nascentes de descentralização do ensino superior, realizadas à semelhança da catarinense.

Hoje, Santa Catarina tem uma situação diferente da dos demais Estados. Não há concentração populacional na capital. A população é distribuída por todo o território, e em todo o território se criaram polos diversificados de desenvolvimento, que são apoiados por essas universidades.

Por isso, sem mais delongas, eu gostaria de submeter aos nobres Senadoras e Senadores este projeto, pedindo o acolhimento de todos pela relevância do mesmo, já reconhecida em todos os fóruns da educação e agora, com a chancela deste projeto pelo Governo Federal, pela mensagem enviada pela Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Após ouvirmos o relatório do Senador Luiz Henrique da Silveira em relação à reestruturação e o fortalecimento das instituições de ensino superior no Brasil com destaque para os Estados do Sul, inclusive o nosso, Paraná, Rio Grande do Sul e outros, coloco em discussão a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Na realidade, eu queria parabenizar o Senador Luiz Henrique, pelo esforço nessa concertação que foi feita em razão das nossas universidades e instituições comunitárias de ensino.

Lembro que estava na Casa Civil quando houve um veto da Presidenta a uma lei que saiu do Congresso Nacional...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós devemos muito a V. Exª pelo envio desse projeto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

E lembro que fizemos um esforço muito grande também com os Deputados Federais e a Bancada de Santa Catarina – tenho que fazer esse reconhecimento –, que foi fundamental, Senador Casildo Maldaner, para que isso acontecesse.

Com certeza, beneficia as instituições de ensino de Santa Catarina, mas beneficia também as instituições do Paraná, do Rio Grande do Sul, instituições que colaboram muito para o desenvolvimento e crescimento das economias locais, contribuem para a formação e capacitação dos nossos jovens.

Então, queria parabenizá-lo, Senador Luiz Henrique, e fico muito feliz de ter feito parte desse processo que deu possibilidade de chegarmos a um entendimento e, hoje, votarmos nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma matéria de tanta relevância.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero agradecer a manifestação de V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann. Sou testemunha, inclusive; estivemos em comissão conversando com V. Exª quando Chefe da Casa Civil, tratando dessa matéria, que, sem dúvida nenhuma, é de bastante relevo.

Vejo que o Senador Alvaro Dias pede para discutir. Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente Casildo Maldaner, Sr. Relator Luiz Henrique, eu creio que faz bem o Poder Público colaborar com instituições de ensino superior da área privada, porque elas desafogam o Poder Público oferecendo a oportunidade de ensino superior a milhões de jovens brasileiros.

Mas é preciso...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte? Na verdade, não são instituições privadas, são instituições de caráter público, umas administradas pelas prefeituras, outras pela própria comunidade, sem fins lucrativos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Exatamente. São entidades que prestam serviço, embora administradas pelo setor privado, quando se trata de comunitárias, através da sociedade. Há essa característica que é uma colaboração privada ao setor público indiscutível e necessária.

Nós, que somos do Paraná – Senadora Gleisi e eu –, sabemos da importância das universidades, no nosso caso, estaduais. São grandes universidades estaduais localizadas estrategicamente no interior, transformando regiões, modernizando regiões e sustentadas pelo imposto pago pelo povo paranaense, ou seja, pelo governo estadual. Tem um peso importante no orçamento do Estado a manutenção dessas universidades estaduais.

Há 23 anos, quando eu tive a satisfação de governar o Estado, o Paraná pagava duas vezes mais do que São Paulo, quatro vezes mais do que o Rio de Janeiro e infinitamente mais do que os outros Estados que nada investiam no ensino superior, já que o Governo Federal mantinha universidades federais nessas unidades da Federação.

E sempre nós questionávamos que havia um desequilíbrio, que não havia isonomia na distribuição dos recursos federais, que o Paraná era sacrificado com essas universidades. Isso há mais de 20 anos, e nós continuamos da mesma forma mantendo essas universidades. Elas cresceram, instalaram um *campus* e aumentaram. Hoje são cerca de 136 mil acadêmicos estudando nessas universidades estaduais, sendo que 97% deles no interior, uma distribuição geográfica importante para conter o êxodo dos jovens que certamente buscariam centros urbanizados maiores atrás de oportunidades para o aprendizado de nível superior.

É por essa razão que nós defendemos a necessidade de o Governo da União contribuir mais efetivamente – e não estou dizendo este Governo, estou dizendo todos os governos, já que isso não é novo, isso é histórico –, contribuir de forma mais decisiva para um Estado como o Paraná, que usa muito da sua energia financeira para sustentar essas universidades estaduais. É evidente que elas são importantes, fazem com que regiões inteiras do interior do Estado se modernizem, desenvolvam-se com mais qualidade. Mas é importante que a contribuição do Governo federal se dê exatamente de forma isonômica, já que outros Estados possuem certamente muito mais do que o Paraná em matéria de apoio ao ensino superior público.

E, no Paraná, quando nós iniciamos o nosso Governo, já decretamos a gratuidade do ensino nessas universidades, porque elas, embora estaduais, eram mantidas pelos acadêmicos, pagavam mensalidades como se fossem universidades privadas. Com a posse no Governo, nós decretamos a gratuidade, o que certamente onerou mais o Poder Público, mas permitiu que milhares de estudantes nesses anos todos, mais de 20 anos, pudessem se formar – e, sem a gratuidade, certamente eles não teriam tido essa oportunidade.

É muito bom ver o reconhecimento de famílias inteiras tendo seus filhos doutores – médicos, dentistas, engenheiros, agrônomos – graças à gratuidade do ensino nessas universidades estaduais.

Então, toda medida de Governo que venha em benefício do acesso dos jovens às universidades merece o nosso apoio integral, e esta matéria tem o nosso total apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ainda mais V. Exª, que sentiu, quando Governador do Estado, a importância que têm essas fundações comunitárias também no Estado do Paraná.

Em continuação, ouço...

O Senador Ricardo Ferraço deseja se manifestar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Para além dos bons comentários e registros que a Senadora Gleisi e que o Senador Alvaro Dias fizeram em relação a essa meritória matéria, ao trabalho exitoso liderado pelo Senador Luiz Henrique, quero acrescentar apenas que essas instituições que serão contempladas estão também de alguma forma sendo contempladas, mas estão assumindo compromissos e contrapartidas. Por exemplo, elas estarão migrando de certa forma para a avaliação do sistema público federal, ou seja, o Ministério da Educação e da Cultura passa a monitorar os indicadores de qualidade, de eficiência, de produtividade dessas entidades.

Além disso, importante destacar que a proposta possibilita a essas universidades parcelar suas dívidas tributárias e trocar em até 90% do seu valor por bolsas de estudo integrais do Programa Universidade para Todos ou adesão ao Fundo de Financiamento Estudantil, sem limitação do valor destinado à concessão de financiamento entre outras opções.

Por isso mesmo, trata-se de uma boa medida, uma boa iniciativa, a quem nós devemos cumprimentar o Poder Executivo pela iniciativa e o trabalho muito bem construído pelo Senador Luiz Henrique, que é o Relator desta matéria, Sr. Presidente.

Quero manifestar naturalmente o meu voto favorável na medida em que isso estará fortalecendo um conjunto de instituições que tem muita capilaridade por todos os nossos Estados, por muitos Municípios, através das suas prefeituras e das suas organizações sociais locais. Trata-se de uma matéria que mantém a necessária descentralização dessas que são importantes atividades.

Ao fortalecer essas iniciativas, nós também manifestamos aqui a nossa expectativa de que o controle social por parte das comunidades nos Municípios possa se efetivar pela melhoria da qualidade da prestação do serviço que essas instituições prestam a tantas comunidades do nosso País. Portanto, manifesto o meu voto favorável e a minha congratulação ao Relator, eminente Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradecendo a manifestação de V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, pergunto se mais alguém quer se manifestar.

Não havendo quem queira se manifestar, coloco em votação a presente matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É com muita honra que devolvo a Presidência da Comissão ao eminente Senador Luiz Henrique, que tive a ocasião de presidir, ainda mais com uma matéria tão relevante como essa das fundações universitárias comunitárias, com destaque forte para Santa Catarina, Rio Grande, Paraná e outros Estados. Sei que vários colegas de Estados do Brasil que ainda não detêm esse modelo de ensino querem conhecê-lo para implantar também em seus Estados. E já fomos procurados por vários colegas.

Neste instante, devolvo a Presidência ao Senador Luiz Henrique e cumprimento S. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria pedir urgência para o plenário para essa matéria que acaba de ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu esclareço à nobre Senadora Gleisi Hoffmann que essa matéria já tramita em regime de urgência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas com a solicitação da Senadora vai tramitar em regime de urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, DE 2013
– Não terminativo –

Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra, o ilustre representante do Estado de São Paulo, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, tendo em conta que ainda na semana passada eu, com todo o respeito e carinho ao Senador Vital do Rêgo, dei um parecer pela rejeição de um projeto que ele apresentara à Comissão de Constituição e Justiça, nesta oportunidade, quero dizer que estou feliz por poder dar um parecer favorável ao seu projeto que institui a Polícia Nacional para Doenças Raras no âmbito do SUS.

A proposição é composta por sete artigos.

O art. 1º institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do SUS para assegurar atenção integral aos seus portadores. E define no seu parágrafo único como doença rara aquela cuja prevalência não exceda a 65 casos por cem mil habitantes.

O art. 2º detalha, em doze incisos, ações a serem realizadas no âmbito da referida política, a serem implementadas de forma descentralizada, integrada e articulada entre os entes federados. São elas: A elaboração de plano de ação anual; previsão de recursos orçamentários, em cada esfera de Governo; criação de centros de referência; criação de cadastro nacional; adoção de política farmacêutica que garanta o acesso dos pacientes a medicamentos com efetividade clínica; edição e atualização periódica de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de doenças raras, conforme estabelecidos pelo art. 19 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; incorporação de medicamentos com efetividade clínica comprovada destinados ao tratamento de doenças raras; adoção de critérios e instrumentos regulatórios específicos para facilitar o registro e a entrada de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras no mercado nacional e no SUS; produção e divulgação de indicadores epidemiológicos para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política; estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados para prevenção e tratamento; capacitação de profissionais de saúde e de gestores para atuação no âmbito da política, bem como de cuidadores, familiares e responsáveis; e incentivo à participação social, com a realização de conferências periódicas, na forma do regulamento, para formular propostas e avaliar ações voltadas para a consolidação e o aperfeiçoamento da política.

De acordo com o art. 3º do PLS nº 530, de 2013, o art. 3º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, passa a vigorar acrescido do inciso XXVI, para definir "medicamento órfão" como aquele "medicamento ou imunobiológico destinado especificamente ao tratamento de doença rara, que, para efeitos desta Lei, é aquela cuja prevalência não exceda a sessenta e cinco casos por cem mil habitantes".

O art. 4º da proposição acrescenta novo parágrafo ao art. 10 da referida Lei nº 6.360, de 1976, de modo a permitir a importação de medicamentos órfãos por pessoa física, para uso exclusivamente individual, com base em prescrição médica, independentemente de licença ou de registro da autoridade sanitária, desde que não se destine à comercialização.

Já o art. 5º determina que o art. 16 da mesma Lei nº 6.360, de 1976, passe a vigorar acrescido de um §3º, segundo o qual o registro de medicamento órfão obedecerá a normas e critérios específicos, conforme regulamento da autoridade sanitária.

O 6º inclui novo parágrafo ao art. 19 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para estabelecer que o critério de efetividade clínica terá precedência sobre o de custo-efetividade na avaliação de medicamentos e na definição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas destinados ao tratamento de doença rara.

O art. 7º contém a cláusula de vigência, segundo a qual a lei decorrente da aprovação do PLS entrará em vigor na data de sua publicação.

Conforme aponta o autor da proposição, não existe no Brasil uma política de saúde para as doenças raras, que afetam a vida de mais de 13 milhões de pessoas, mas apenas para as de origem genética, que são objeto da Portaria nº 81, de 20 de janeiro de 2009, não contemplando aquelas de origem infecciosa, inflamatória ou autoimune. Além disso, há insuficiência de protocolos clínicos, carência de profissionais capacitados, falta de investimento em pesquisa e dificuldade de acesso aos medicamentos.

A matéria foi distribuída à CAE e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das proposições que lhes são submetidas por despacho do Presidente. Sob esse ponto de vista, entendemos que não há objeção à aprovação do PLS nº 530, de 2013.

Do ponto de vista orçamentário, é importante destacar que a implementação da Política Nacional para Doenças Raras se beneficiará de um marco regulatório e institucional já estabelecido, ou seja, essencialmente não demandará uma ampliação dos gastos. De fato, tomando-se como referência a Portaria nº 81, de 20 de janeiro de 2009, referida na justificação da matéria, apesar de contemplar apenas as doenças genéticas, cabe observar que tais doenças representam mais de 80% das doenças raras existentes.

Além disso, também já se encontra em andamento, no âmbito do Ministério da Saúde, um processo de formulação de uma política pública geral para as doenças raras. De fato, o Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde lançou a Consulta Pública nº 7/SAS/MS, de 10 de abril de 2013, sobre os seguintes temas: "Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)" e "Normas para Habilitação de Serviços de Atenção Especializada e Centros de Referência em Doenças Raras no Sistema Único de Saúde".

Vale dizer que a aprovação do PLS nº 530, de 2013, dará consistência legal, ordenará e direcionará um esforço cuja necessidade e relevância já são amplamente reconhecidas, mas não exigirá aportes expressivos de recursos financeiros.

Cabe lembrar que o Senado Federal aprovou e expediu à Câmara dos Deputados, no dia 4 de outubro de 2013, o PLS nº 231, de 2012, na forma de um substitutivo, que acrescenta o §3º ao art. 2º da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir que, no mínimo, 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, previsto no inciso II do art. 1º da lei que está sendo alterada, sejam aplicados em atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos ou imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas, conforme definidas em regulamento.

Caso aprovada, essa proposição assegurará uma importante fonte de recursos para a Política Nacional para Doenças Raras, de que trata o PLS nº 530, de 2013.

Portanto, como autor de proposições também relativas às doenças raras, expresso minha solidariedade e o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, do Senador Vital do Rêgo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para discutir, concedo a palavra ao ilustre representante do Espírito Santo, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimento, evidentemente, o Senador Eduardo Suplicy pelo relatório assim como o Senador Vital do Rêgo pela oportunidade, pela tempestividade, pela abrangência desse projeto. Segundo estatísticas, as doenças raras afetam até 65 entre 100 mil habitantes. Como se estima que existam de seis mil a oito mil enfermidades desse tipo, o contingente de brasileiros afetados por doenças raras pode alcançar os 13 milhões.

Por isso, a oportunidade do projeto do Senador Vital do Rêgo, prevendo, pela primeira vez em nosso País, uma política nacional para doenças raras, a ser implementada no âmbito no Sistema Único de Saúde, de forma – veja bem Sr. Presidente – descentralizada e integrada, articulada entre União e Estados e Municípios, para que a efetividade possa se dar com a participação dos nossos Estados e dos nossos Municípios.

A proposta, Sr. Presidente, define alguns componentes dessa política, como um plano anual de ação, a previsão de recursos orçamentários, a criação de centros de referência para tratamento, a elaboração de um cadastro nacional em política farmacêutica que garanta o acesso dos pacientes a medicamentos com efetividade clínica, entre outros aspectos que trouxeram a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que procurou alcançar a cada um desses pontos para que a proposta pudesse estar muito próxima da perfeição.

Prevê ainda o projeto o estímulo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico voltados à prevenção e ao tratamento de doenças raras com ênfase, inclusive, na produção de novos medicamentos e imunobiológicos.

Outra importante diretriz do nosso Senador Vital do Rêgo é estabelecer a capacitação de profissionais de saúde e de gestores para atuação no âmbito da Política Nacional de Doenças Raras, bem como de cuidadores, familiares e responsáveis. Vejam o nível de detalhes que propõe o Senador Vital do Rêgo.

A proposta altera ainda, Sr. Presidente – isto é muito importante! – a Lei nº 6.360, de 1976, para viabilizar a importação de medicamento órfão por pessoa física, destinado especificamente ao tratamento de doença rara, para uso exclusivamente individual. Ou seja, o cidadão, a pessoa terá condição de fazer essa importação na busca de salvar a sua vida, atividade e atitude que não são possíveis hoje no regramento legal brasileiro, com base evidentemente em prescrição médica, independente de licença ou de registro de autoridade sani-

tária, desde que não se destine à comercialização. Portanto, ele pode fazer uso dessa importação, até porque todos nós conhecemos o nível de burocracia e de complexidade dos órgãos que trabalham na área de registro sanitário em nosso País.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, faço uso do microfone para saudar essa iniciativa inadiável, tempestiva, ampla, abrangente, no sentido de que possamos votá-la aqui nesta Comissão e dar um tratamento sumário a esta matéria pelo seu alcance social e pelo seu espírito, enfim, de solidariedade humana a tantos brasileiros que estão padecendo dessa enfermidade, Sr. Presidente.

É como manifesto o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço o ilustre Senador Ricardo Ferraço, como sempre muito capaz nas suas análises.

A matéria continua em discussão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para discutir, concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, representante do Estado de Goiás.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do que fez aqui o Senador Ferraço, eu quero cumprimentar o Senador Suplicy pela relatoria da matéria e o autor desta matéria que, sem dúvida nenhuma, mostra a sua sensibilidade com projeto de tamanha importância social.

Ao criar a Política Nacional de Doenças Raras, ele dá cobertura, com essa ação, a 13 milhões de pessoas que sofrem dessas doenças, sendo apenas cobertos pela Portaria 81 aqueles que têm doenças raras de origem genética. Este projeto vai além, além das doenças de origem genética. Ele também contempla aquelas de origem infecciosas, inflamatórias ou autoimunes. Portanto, é um projeto muito importante, não só no sentido social como também de articulação e de implementação. Ao chamar os entes federados para uma ação conjunta, ele torna o projeto viável e, acima de tudo, descentralizado.

Portanto, os nossos cumprimentos não apenas ao Relator como também ao propositor da proposta. E ao criar a política nacional de doenças raras, estamos homenageando aqueles que muitas vezes, pela burocracia, sofrem a incompreensão, sofrem a discriminação nos órgãos públicos. Portanto, meus cumprimentos, meus parabéns e a alegria de poder votar um projeto dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do ilustre Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, onde obterá decisão terminativa.

Eu solicito ao Senador Eduardo Suplicy que me substitua na Presidência, tendo em vista que o item 3 é da minha relatoria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2014
– Não terminativo –

Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 01 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Tem a palavra S. Exª Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura do meu parecer, eu queria registrar, com muita alegria e muita honra para esta Comissão, a presença de S. Sª Secretário de Estado da Fazenda José Barroso Tostes, Coordenador do Confaz. A presença de S. Sª é muito auspiciosa para esta Comissão.

Vamos ao parecer.

Srªs e Srs. Senadores, está em pauta nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2014 – Complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros ilustres Srs. Senadores.

O Projeto tem dois artigos, além da cláusula de vigência, com os seguintes objetivos:

> 1) convalidar os atos normativos de concessão de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros de ICMS instituídos até 1º de maio de 2014, em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal;
> 2) remitir e anistiar os créditos tributários decorrentes de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros vinculados ao ICMS concedidos pela legislação estadual ou distrital editada até a data de publicação da lei complementar proposta, em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal.

Na justificação do Projeto lê-se que a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, exige, para a concessão de incentivos e benefícios relativos ao ICMS, "*a prévia aprovação de convênio, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)*". Entretanto, "*a exigência da mencionada unanimidade é polêmica e gera inúmeras discussões políticas, econômicas e doutrinárias*", sendo certo que "*essa regra foi desrespeitada por diversas vezes e o Supremo Tribunal Federal (STF) tem consolidado sua jurisprudência no sentido de declarar inconstitucionais os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos à revelia do Confaz*". Conforme entendimento do STF, *"a inobservância da Lei Complementar nº 24, de 1975, acarreta violação do art. 155, §2º, XII, "g", da Constituição Federal, que determina caber à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS serão concedidos e revogados."*

Ainda segundo a justificação, "*essa situação vem gerando grande insegurança jurídica não apenas para os entes federados, mas, principalmente, para os contribuintes beneficiados pelos incentivos do ICMS, que se veem na iminência de serem cobrados pelos créditos tributários resultantes da invalidação, pelo STF, das normas de concessão das benesses fiscais"*. Por fim, apresenta-se o projeto "*com o objetivo de solucionar definitivamente e sem maiores delongas"* o grave problema acima descrito.

O projeto foi distribuído exclusivamente para esta Comissão de Assuntos Econômicos. No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 1 (substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Análise.

O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece competência para a Comissão de Assuntos Econômicos analisar proposições versando, entre outras matérias, sobre tributos, finanças públicas, normas gerais sobre Direito Tributário e financeiro e conflitos de competência em matéria tributária entre os entes federados.

Ademais, como o projeto foi distribuído unicamente a esta Comissão, cabe-nos analisar, preliminarmente, os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O objeto da proposição insere-se na órbita do Direito Tributário e Financeiro, que figura entre as matérias de competência da União, conforme o art. 24, I, da Constituição Federal. Já o art. 48, I, da Carta Magna afirma que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre essas matérias, com a sanção presidencial.

Constata-se, também, que o assunto tratado pelo projeto não figura dentre os constantes do rol constitucional que fixa competência privativa para o Presidente da República iniciar o processo legislativo (art. 61, §1º), ou na lista de competências privativas do Presidente da República (art. 84, III).

Entretanto, conforme apontado na justificação da Emenda nº 1, do Senador Ricardo Ferraço, há dúvida jurídica razoável quanto à possibilidade de o Congresso Nacional, ainda que mediante lei complementar, convalidar incentivos e benefícios relacionados ao ICMS, concedidos sem autorização do Confaz, e conceder remissão e anistia aos créditos correspondentes.

Isso porque a interpretação conjunta dos arts. 150, §6º, e 155, §2º, inciso XII, "g" da Constituição Federal indica que qualquer tipo de desoneração de ICMS, incluindo a remissão proposta, deve ser veiculada por lei estadual, mediante prévia deliberação dos Estados e do Distrito Federal, o que se dá, atualmente, através de convênios celebrados nos termos da Lei Complementar nº 24, de 1975.

Conflitam-se nesse sentido os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

> *"(...) VII – O art. 155, §2º, inciso XII, g, da Constituição Federal dispõe competir à lei complementar, mediante deliberação dos Estados membros e do Distrito Federal, a regulamentação de isenções, incentivos e benefícios fiscais a serem concedidos ou revogados, no que diz respeito ao ICMS. Evidente a necessidade de consenso entre os entes federativos, justamente para evitar o deflagramento da perniciosa "guerra fiscal" entre eles. À lei complementar restou discricionária apenas a forma pela qual os Estados e o Distrito Federal implementarão o ditame constitucional. A questão, por sua vez, está regulamentada pela Lei Complementar nº 24/1975, que declara que as isenções a que se faz referência serão concedi-*

das e revogadas nos termos dos convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal. VIII – Necessidade de aprovação pelo Confaz de qualquer política extrafiscal que implique na redução ou qualquer outra forma de desoneração do contribuinte em relação ao ICMS. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (...)" (STF – Pleno – ADI 2.549/DF – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – J: 01/06/2011)

Outra decisão:

"*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N.º 1.798/97; E ART. 8º DO DECRETO N.º 9.115/98, DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. ALEGADA CONTRARIEDADE AOS ARTS. 150, § 6.º; E 155, § 2.º, XII, G, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O primeiro ato normativo estadual, instituindo benefícios relativos ao ICMS sem a prévia e necessária celebração de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, contraria os dispositivos constitucionais sob enfoque. Alegação de inconstitucionalidade igualmente plausível no tocante ao art. 8.º do Decreto n.º 9.115/98, que, extrapolando a regulamentação da mencionada lei, fixa, de forma autônoma, incentivos fiscais sem observância das mencionadas normas da Carta da República. Ação julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade das normas em questão.*" (STF – Pleno – ADI 2.439/MS – Rel. Min. Ilmar Galvão – J: 13/11/2002)

Na esteira do entendimento da mais alta Corte do Poder Judiciário, parece forte a possibilidade de se entender que lei complementar não possa convalidar os incentivos e benefícios de ICMS, cabendo-lhe tão somente estabelecer a forma pela qual os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar a respeito para, em se entendendo conveniente, autorizar os Poderes Legislativos competentes a editarem as leis necessárias.

Diante disso, caso seja mantida a redação original do Projeto – alega o ilustre Senador Ricardo Ferraço –, existe risco considerável de se entender que a União não tenha competência para dispensar a cobrança de créditos relativos ao ICMS e, consequentemente, não possa o Congresso Nacional tratar da matéria sem agredir a autonomia estadual que decorre do princípio federativo.

Assim, para evitar discussões jurídicas que poderiam comprometer todo o esforço que está sendo feito para debelar a chamada "guerra fiscal" e restabelecer a segurança jurídica das empresas que usufruíram dos incentivos e benefícios em questão, afigura-se conveniente acolher a prudência da proposta do Senador Ricardo Ferraço, que parece melhor se adequar aos ditames do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal.

Afinal, por essa proposta, a remissão dos créditos tributários e a reinstituição dos benefícios tributários problemáticos não se dá diretamente no corpo da lei complementar, que se atém a ditar normas para o encaminhamento da solução para o problema.

Em relação ao tratamento do quorum qualificado nas decisões tomadas no Confaz, como lembrado na justificação da emenda substitutiva, a própria Lei Complementar nº 24, de 1975, que foi recepcionada pela Constituição de 1988, permitiu que os Estados e o Distrito Federal pudessem, por maioria qualificada (2/3), convalidar benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual anteriormente à sua edição.

Portanto, afigura-se legítima, sob os ângulos formal e material, a proposta de fixação, por lei complementar, de quorum especial destinado à aprovação de convênio que disponha sobre os efeitos jurídicos dos incentivos e benefícios de ICMS concedidos no passado sem a anuência do Confaz.

Como se trata de decisão terminativa desta Comissão, abordaremos também o mérito.

A proposta de convalidação dos benefícios concedidos sem a observância do procedimento da Lei Complementar nº 24, de 1975, é oportuna, necessária e inadiável para restabelecer a segurança jurídica.

Como apontado na justificação do Projeto da Senadora Lúcia Vânia, o Egrégio Supremo Tribunal Federal vem sistematicamente declarando a inconstitucionalidade de atos normativos estaduais que unilateralmente concedem isenções, incentivos e benefícios de ICMS, por contrariedade à regra do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, já tantas vezes citada neste relatório.

A questão foi inclusive objeto da Proposta de Súmula Vinculante (PSV) nº 69, de 2012, com a seguinte redação:

> "Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz, é inconstitucional".

Em 31 de março de 2014, a Procuradoria Geral da República proferiu parecer a respeito da Proposta de Súmula Vinculante acima referida, opinando pela sua aprovação no âmbito do egrégio Supremo Tribunal Federal, nos termos em que foi apresentada.

Assim, existe o risco iminente de a Corte Suprema deliberar sobre a proposta em questão e, com isso, emitir pronunciamento de caráter vinculante para os Estados e para o Distrito Federal no sentido da inviabilidade da concessão e manutenção de incentivos e benefícios associados ao ICMS.

Por isso, merece todo o nosso louvor a oportuna iniciativa da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

Caso o verbete sumular venha a ser aprovado, poderá ser instaurado verdadeiro caos jurídico e econômico, com desemprego em massa, conforme demonstram as dezenas de manifestações de empresas e entidades governamentais e de classe formalizadas junto ao Supremo Tribunal Federal a propósito daquela Proposta de Súmula Vinculante.

Além disso, quero salientar que estudos econômicos elaborados por instituições como a Fundação Getúlio Vargas alertam para esse verdadeiro caos que se instalaria. Vejamos, por exemplo, o estudo "Impactos Socioeconômicos da Suspensão de Incentivos Fiscais", de setembro de 2001, editado pela Fundação Getúlio Vargas.

Isso porque os contribuintes poderiam ser obrigados a recolher os valores dispensados do passado, que, muitas vezes, foram empregados em empreendimentos financiados com os incentivos estaduais ou repassados aos preços de produtos e serviços, de forma a reduzi-los.

Grande parte das empresas não teria como pagar essa conta, de sorte que a cobrança forçada da dívida pretérita poderia consumir o seu patrimônio, em prejuízo de suas atividades e do emprego e da remuneração dos trabalhadores que delas dependem.

Ademais, projetos desenvolvidos em regiões distantes dos grandes centros consumidores com o auxílio de incentivos estaduais poderiam ser descontinuados por falta de condições de competição com empresas estabelecidas em locais mais próximos ao mercado, em virtude dos maiores custos logísticos envolvidos.

Outro estudo da Fundação Getúlio Vargas, intitulado "Análise de Incentivos Fiscais Estaduais e Isonomia Competitiva entre Estados no Brasil", de dezembro de 2012, explica que as empresas preferem se instalar em áreas economicamente mais adiantadas e mais próximas aos centros consumidores e também aos corredores de exportação, aos portos e às demais instalações de caráter logístico, já que os custos envolvidos são menores.

A concessão de incentivos fiscais é decisiva para a atração de novos investimentos e para a realização de projetos pioneiros "que atraem mão de obra qualificada, fortalecem a infraestrutura física e reorientam a configuração das redes logísticas no País" e transferem tecnologias para as regiões mais distantes, possibilitando um razoável equilíbrio competitivo entre as várias unidades da Federação e, assim, o tão sonhado equilíbrio do desenvolvimento.

Diante desse quadro notável de insegurança jurídica, os Estados e o Distrito Federal promoveram diversas reuniões no âmbito do Confaz, com o objetivo de chegar a um acordo para resolver a questão.

Embora houvesse consenso sobre o tema central, não foi possível equacionar o problema na esfera desse Conselho, por conta da interferência de outros assuntos, somada à exigência de unanimidade, bem como dúvidas quanto às prerrogativas do Confaz para a solução integral da questão.

Na impossibilidade de outra solução, é fundamental que o Congresso Nacional edite lei complementar com normas excepcionais que permitam aos Estados e ao Distrito Federal deliberarem sobre o tema por maioria qualificada, de modo a restabelecer a segurança jurídica.

O quórum diferenciado em relação à unanimidade ordinariamente prevista na Lei Complementar nº 24, de 1975, justifica-se agora, tal como se justificou no passado, pela relevância social e econômica da matéria e pela necessidade premente de viabilizar um acordo de forma democrática e célere no âmbito do Confaz. Ademais, o próprio Poder Executivo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013, prevendo, entre outros assuntos, os mesmos quóruns propostos pela Emenda nº 1 do ilustre Senador capixaba Ricardo Ferraço. Entretanto, quando a matéria chegou ao Senado Federal, após a aprovação da Câmara dos Deputados, essa parte do texto original havia sido suprimida.

Há necessidade, porém, de aperfeiçoar a redação proposta pela Emenda Substitutiva nº 1, com o objetivo de deixar claro que o quórum nele previsto aplica-se tanto à aprovação quanto à ratificação do convênio, e estabelecer uma data de corte para a convalidação, a fim de que não sejam alcançadas outras desonerações além daquelas que, por já terem sido usufruídas, requerem pacificação jurídica.

Em contrapartida, convém que não haja prazo para deliberação dos Estados e do Distrito Federal, que pode ser insuficiente para selar um acordo sobre todos os créditos, incentivos e benefícios a serem objeto de remissão e/ou reinstituição.

Do mesmo modo, merece acolhida, com aperfeiçoamentos, o art. 2º da Emenda Substitutiva nº 1 do ilustre Senador Ricardo Ferraço.

Por força das sanções cumulativas do art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975, compete ao Estado cobrar o ICMS desonerado sem autorização do Confaz – em razão das sanções e ineficácia do ato e da exigibilidade do imposto não pago ou devolvido – e cabe também ao Estado de destino exigir o mesmo valor me-

diante a glosa de créditos apropriados pelo estabelecimento recebedor da mercadoria – em virtude da sanção de ineficácia do crédito fiscal.

Há, portanto, direito autônomo do Estado de destino para exigir o tributo desonerado pelo Estado de origem sem a observância da Lei Complementar nº 24, de 1975. Típico caso de bitributação.

Assim, para que seja eficaz a convalidação dos incentivos, há necessidade de remissão dos débitos de ICMS exigíveis tanto pelo Estado de destino quanto pelo Estado de origem.

Ocorre que a remissão depende de lei estadual ou distrital específica, conforme o § 6º do art. 150 da nossa Carta Magna. De sorte que o fato de o Estado de origem remitir seus créditos não implica que o Estado de destino tenha de agir da mesma maneira.

Portanto, é fundamental que lei complementar preveja, de forma excepcional e expressa, o automático afastamento das sanções previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975, quando o Estado de origem conceder remissão de débitos relativos a determinado incentivo.

Veja-se o que pode ocorrer na prática: um Estado pode convalidar e dar remissão em relação aos incentivos que tenha concedido, mas continuar cobrando de seus contribuintes valores relativos a créditos correspondentes a incentivos de outros Estados.

Essa possibilidade poderia até inviabilizar um acordo no Confaz quanto à convalidação/remissão, tornando inócua a lei complementar resultante do Projeto em exame.

Acresce-se que, nos termos do art. 106, II, "a", do Código Tributário Nacional, o afastamento de penalidades aplicadas no passado depende de previsão legal expressa que deixe de definir determinada conduta como infração.

Ora, a convalidação da legislação do Estado de origem ou a remissão de débitos não deixa de considerar como infração a apropriação de créditos de ICMS feita no passado.

Dessa maneira, a aprovação do Projeto sem o dispositivo que afaste a imposição das sanções do art. 8º da Lei Complementar acima mencionada não resolverá o problema da "guerra fiscal" em sua integralidade. Vale dizer, sem previsão legislativa o problema seria resolvido pela metade.

Saliente-se que o dispositivo proposto não implicará perdas para os Estados. A jurisprudência do STF e do STJ vem no sentido de que o Estado de destino não pode se locupletar do ICMS dispensado na origem: "(...) o 'quantum' da isenção concedido pelo Estado de origem do produto não pode beneficiar o Estado do destino, mercê de denegação de denegação do crédito fiscal por parte deste" (STF – Pleno – Rel. Min. Décio Miranda).

Identicamente, decisão do Pleno, na ADI 3312, Rel. Ministro Eros Grau. Idem, decisão monocrática da Ministra Ellen Gracie, no STF. E, também, decisão do STJ, sendo Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

Certo, pende de exame pelo STF o Recurso Extraordinário nº 628.075/RS, no qual se examinará a questão da glosa de créditos de ICMS pela sistemática da repercussão geral. Entretanto, é de todo improvável a alteração de jurisprudência que vem sendo historicamente reafirmada pelo egrégio Superior Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, sequer eventual interesse arrecadatório justificaria retirar do projeto o dispositivo que prevê o afastamento das sanções do art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975.

De toda forma, a simples existência de recurso submetido à sistemática de repercussão geral causa intranquilidade nas empresas quanto ao desfecho da matéria, ainda que a expectativa seja de confirmação da jurisprudência da Suprema Corte.

Não teria sentido, no momento em que se pretende estabilizar as relações jurídicas, estabelecer segurança jurídica, prolongar a disputa judicial em relação a créditos tributários decorrentes de incentivos e benefícios que venham a ser objeto de convalidação/remissão.

Assim, acolho em parte o dispositivo constante do *caput* do art. 2º da Emenda Substitutiva nº 01, do ilustre Senador Ricardo Ferraço, com a redação que apresento no Substitutivo final, a fim de que a "guerra fiscal" seja definitivamente pacificada.

Dessa maneira, proponho a aprovação do Projeto de Lei nº 130, de 2014 – Complementar, com as alterações propostas na Emenda Substitutiva nº 1 e neste relatório, com o que se dará um passo decisivo para resolver a situação de incerteza jurídica na qual se encontram os entes públicos e os contribuintes, destravando investimentos necessários ao crescimento econômico.

Por último, quero prestar minhas homenagens ao excepcional trabalho da Senadora Lúcia Vânia e do trabalho de fôlego do Senador Ricardo Ferraço.

A Senadora Lúcia Vânia, por ter apresentado a presente proposição, dando a todos nós a oportunidade de resgatar um tema que, conforme fartamente demonstrado acima, demanda solução inadiável do Congresso Nacional.

O Senador Ricardo Ferraço, pelo trabalho técnico primoroso contido em sua emenda que muito nos ajuda a aperfeiçoar o trabalho da Senadora, de modo a torná-lo adequado juridicamente, evitando assim que a solução encontre obstáculos intransponíveis mais a frente.

Voto

Por todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 130, de 2014 – Complementar, e da Emenda Substitutiva nº 1, na forma da seguinte Emenda Substitutiva que ora apresento:

Art. 1° Mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar sobre a:

> I – convalidação das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, §2°, XII, "g", da Constituição Federal, por legislação estadual publicada até 30 de abril de 2014;
> II – remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios referidos no inciso I; e,
> III – reinstituição dos benefícios referidos no inciso I que ainda se encontrem em vigor.

Art. 2° O convênio a que se refere o art. 1º poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo:

> I – três quintos das unidades federadas; e
> II – um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País.

Art. 3° A concessão de remissão por lei do Estado de origem da mercadoria, bem ou serviço afasta as sanções previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, retroativamente à data original de concessão do benefício ou incentivo.

Art. 4° Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Quero salientar, Srªs e Srs. Senadores, que esse projeto foi objeto de articulação no plenário desta Comissão quando da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 99. Havia, naquele momento, o pensamento de vários senhores senadores no sentido de incluir esta norma naquele projeto, o que o faria voltar à Câmara dos Deputados, e, assim, delongar-se sua votação. Fez-se o acordo, e a eminente Senadora Lúcia Vânia tomou a si o trabalho de elaborar este projeto, o que fez de forma rápida e primorosa.

Por outro lado, eu quero salientar que o Senador Ricardo Ferraço, ao apresentar sua emenda substitutiva, fez, de forma preventiva, uma alteração que vai dispensar toda e qualquer possibilidade de judicialização posterior deste projeto.

O fato de se substituir, para essa convalidação, o caráter de unanimidade do Confaz é fundamental. E a nova proposta feita pelo Senador Ricardo Ferraço é muito inteligente: adota o mesmo critério para mudança constitucional, de três quintos de votos, e ainda estabelece que, em cada uma das cinco Regiões, deverá haver voto igual a um terço de suas unidades federadas.

Fazendo essa justificativa, o meu parecer é pela aprovação do projeto, salvo melhor juízo das senhoras e dos senhores senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A matéria está em discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar o Senador pela brilhante exposição, pelo parecer que o Senador Luiz Henrique fez aqui, pelas contribuições do Senador Ferraço, da Senadora Lúcia Vânia. É uma matéria complexa, é uma matéria difícil, e cabe a nós fazermos uma reflexão mais aprofundada.

Como o parecer foi apresentado hoje, eu queria solicitar vista do parecer, Sr. Presidente, para que pudéssemos continuar este debate nas próximas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Concedida, então, vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vista coletiva, Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Ricardo Ferraço, Senador Flexa Ribeiro e também a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero crer que, com vista coletiva concedida, este debate de hoje fica adiado para uma próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Adiado para a próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Onde nós poderíamos fazer um debate mais aprofundado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, com certeza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... acerca desta importante iniciativa tão bem relatada aqui pelo eminente Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Concedida vista coletiva.

Passo novamente a Presidência ao Senador Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, concedo a palavra à ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Gostaria de ponderar com V. Exª. Nós estamos fazendo um esforço aqui nesta Comissão desde o início dos trabalhos para que pudéssemos deliberar matérias importantes, como foi o caso do Proies, também a questão relacionada à aquisição de medicamentos e agora a leitura do seu relatório, mas penso que são matérias importantes demais para trabalharmos com a Comissão de Assuntos Econômicos sem a presença dos Senadores aqui.

Embora tenhamos um quórum verificado nas assinaturas, já estamos sem Senadores para fazer os debates.

Então, queria ponderar com V. Exª e também solicitar que encerrássemos os trabalhos e pudéssemos retomar os debates e o restante da pauta na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Submeto ao Plenário a solicitação da ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

Não havendo objeção do Plenário e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e da Senadora Gleisi Hoffmann, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, José Sarney, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues. Registram a presença os Senadores João Alberto Souza e Wellington Dias. A Presidência registra a presença de Suas Excelências os Senhores General-de-Exército Lúcio Mário de Barros Góes, Ministro do Superior Tribunal Militar; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Alexandre Magno, Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público; Francisco Zanicotti, Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público; Antônio Marcos Dezan, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Nedens Ulisses Freire Vieira, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público; Márcio Sérgio Christino, 1º Vice-Presidente da Associação Paulista do Ministério Público; José Barroso Filho, Ministro do Superior Tribunal Militar; Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); Antônio César Bochenek, Presidente eleito da Ajufe para o biênio 2014-2016; Francisco Falcão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça; e a Senhora Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2014 – Não Terminativo.** *Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do General-de-Exército ODILSON SAMPAIO BENZI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Vo-

tação secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército, Odilson Sampaio Benzi, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com 19 votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às

dez horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 24ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Item 1 e único desta reunião extraordinária:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do General de Exército ODILSON SAMPAIO BENZI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Votação secreta
Observações:
– Em 07/05/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 07/05/2014, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, nos termos do art. 383, inciso II, linha "e", do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido o General de Exército Odilson Sampaio Benzi para a mesa.

Peço à Secretaria para registrar a presença de outras autoridades do Exército Brasileiro nesta reunião.

É o único item de pauta da reunião extraordinária. Depois iremos à nossa pauta ordinária.

General Benzi, seja bem-vindo.

Eu quero passar a palavra ao eminente General de Exército Odilson Sampaio Benzi, General Benzi, que tem uma história muito bonita em todas as funções que ocupou na hierarquia do Exército Brasileiro.

Nós temos a honra de poder, em reunião extraordinária, apreciar sua indicação por parte da Presidenta da República para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Com a palavra, General Benzi, para as suas preliminares manifestações.

Antes, registro a presença do General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, Ministro do Superior Tribunal Militar; do Procurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Rabello de Souza; da Srª Norma Cavalcanti, Presidente da Conamp; do Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, meu caríssimo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores; do Desembargador José de Ribamar Sobrinho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; do Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Alexandre Magno; também da Associação Paranaense do Ministério Público, do Dr. Francisco Zanicotti; do Dr. Marcos Dezan, Presidente da Associação do Distrito Federal, também do Ministério Público; no caso dos mineiros, do Dr. Ulisses Freire; e, no dos paulistas, do Dr. Márcio Sérgio. Também registro essa figura queridíssima de todos nós, o Ministro do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho; e o Dr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Ajufe, acompanhado do Dr. Antônio César, Presidente eleito da Ajuf.

Todos sejam muito bem-vindos. Queiram se acomodar.

Com a palavra, o General Benzi, para suas manifestações iniciais.

O SR. ODILSON SAMPAIO BENZI – Inicialmente, agradeço a presença das autoridades aqui, meus amigos; a presença da Dayse, minha esposa.

Mais uma vez estamos juntos, Dayse. Obrigado por estar aqui.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo, Exmos Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia!

Inicialmente, manifesto o meu profundo respeito pelo Congresso Nacional, cujos integrantes eleitos pelo povo têm, ao seu cargo, deliberar sobre os mais relevantes assuntos de interesse da nossa sociedade. Considero, antes de tudo, uma oportunidade ímpar e inesquecível aqui estar para me apresentar como candidato ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, para o qual meu nome foi proposto pela Exma Srª Presidenta da República e a matéria relatada, com muita honra, pelo Senador Valdir Raupp.

Apresento as minhas credenciais para avaliação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que entendo ser integrada por relevantes membros do Senado Federal, tendo em vista a importância dos assuntos sobre os quais delibera, emula respeito e, com certeza, atrai a admiração de todos nós brasileiros.

Integro o Exército há mais de 48 anos. Adentrei por concurso público os portões da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, São Paulo, no já distante ano de 1966. Lá, cursei os três anos do ensino médio e me habilitei ao ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro, onde, após quatro anos de dedicação aos estudos acadêmicos e militares, fui declarado Aspirante a Oficial de Cavalaria, em dezembro de 1972.

Minha vida de Oficial do Exército foi permeada por excelentes oportunidades de interação com pessoas, militares e civis, desde as mais simples, com as quais aprendi a conviver, até as mais preparadas, das quais busquei os exemplos e conhecimentos. Foi-me dada também a oportunidade de conhecer essa imensa terra brasileira, com sua diversidade, costumes distintos, incorporando um pouco de cada área, nessa apaixonante tarefa de me incluir no contexto de cidades variadas, o que dividi com a minha família, esposa e filhos.

Como jovem Oficial, Tenente, Capitão, na lida dos quartéis, fui comandante de pequenas frações, aluno e instrutor em escolas de especialização e aperfeiçoamento. Nessa fase, tive meu primeiro contato com a distante fronteira, onde a população rarefeita de muito pouco podia usufruir, sem asfalto, luz ou telefone, mas com intenso sentimento de brasilidade. Ali tive a rara oportunidade de firmar minha convicção de que as Forças Armadas em geral, mais especificamente o Exército, guardam funcionalidade que pode ser plenamente utilizada pelo Estado, para levar à população melhores serviços, além de apoiar o desenvolvimento nacional, o que, aos poucos, vem se concretizando.

Sou favorável ao emprego dual hoje definido pelo forte lema da Força Terrestre: "Braço forte, mão amiga", que sintetiza uma simbiose que muito nos dignifica. Ali, além de me envolver com os meus deveres funcionais, fui Diretor da Escola Regimental, criada para alfabetizar os nossos soldados; e a minha esposa, que interrompeu o seu ensino universitário, no Rio de Janeiro, também foi professora em uma carente escola municipal.

Como Oficial Superior, de Major a Coronel, prossegui servindo, em corpo de tropa, em comando de níveis mais elevados, além de me aperfeiçoar em cursos militares e civis de pós-graduação com ênfase na administração, tendo também a oportunidade de repassar os conhecimentos adquiridos ao ser instrutor da escola de nível mais elevado da nossa Força, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Nessa fase, fui designado para o Comando do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, os Dragões da Independência, aqui na Capital Federal, dedicando-me à segurança presidencial e ao cerimonial militar.

Exercendo a minha atividade, tive a oportunidade de receber inúmeras delegações estrangeiras e prestar honras militares a Chefes de Estado de nações amigas.

Minha primeira comissão, como Oficial General, foi o comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, Mato Grosso do Sul, responsável pela guarda da fronteira com o Paraguai, da confluência do rio Apa com o rio Paraguai até a divisa com o Estado do Paraná, em Guairá, cerca de setecentos quilômetros, em sua maior parte, fronteira seca.

Naquela área, pude acompanhar a problemática e atuar no combate aos ilícitos transnacionais, que tantos danos vêm causando a nossa sociedade, com o afluxo de tóxicos e armamentos. Constitui-se em tarefa hercúlea, que não pode ser olvidada, a repressão a essa atividade danosa. Cooperação com a nação amiga, aportes tecnológicos de detecção e vigilância, aperfeiçoamento das operações interagências e o necessário respaldo legal são remédios imprescindíveis para o sucesso. Muito já se caminhou praticamente em todas essas vertentes nestes últimos dez anos, mas os mecanismos precisam manter-se ativos e adequados.

Em Brasília, assumi a Direção de Controle de Efetivos e Movimentações do Exército, diretoria sensível e de relevância para o público interno, pois suas ações de transferências e designações para cursos causam impactos na vida dos militares, oficiais e praças, além de interferir nos seus interesses e, por extensão, nos de seus familiares.

Foi muito motivador procurar alinhar a necessidade do Exército com as aspirações da família militar, procurando realizar as cerca de 20 mil movimentações/ano, levando em conta os efeitos que causam nas motivações dos nossos profissionais.

Em Porto Alegre, assumi o comando da 3ª Região Militar, grande comando administrativo e logístico, com jurisdição em todo Estado do Rio Grande do Sul. Nessa função, pude dedicar-me a apoiar cerca de 120 organizações militares, o que caracteriza a maior concentração de tropas de nosso País.

As nossas regiões militares, de uma maneira geral, se inserem no contexto da logística de transporte, manutenção e suprimento, nas atividades inerentes ao patrimônio da União destinado ao Exército e ao apoio de saúde ao pessoal, incluídos os inativos e os pensionistas. Nessa oportunidade, tive, por dever funcional, de interagir com vários setores da sociedade gaúcha – públicos e privados –, sempre acreditando na possibilidade de parceria com aqueles que se identificam com os propósitos de ter um País mais justo e adequado para todos os nacionais.

Estou, hoje, no Recife, exercendo a minha última função militar de comandar o Comando Militar do Nordeste, comando de área responsável pelas tropas sediadas nos Estados nordestinos da Bahia ao Piauí, considerando que, no final do ano passado, as tropas do Maranhão se integraram ao Comando Militar do Norte, recém-ativado em Belém.

Agora, sou um sul-mato-grossense também nordestino, ao ser adotado recentemente, com muita honra, pelo Estado da Paraíba. Foram muitas experiências vividas naquele estratégico saliente nordestino, pois pude constantemente envolver-me com operações subsidiárias, como, por exemplo, a coordenação da Operação Carro-Pipa, do Governo Federal, que assume uma proporção definida por cerca de 800 localidades atendidas e da ordem de 90 mil pontos de abastecimento, além da perfuração de 200 poços artesianos no sertão nordestino, com a inovação de bombas acionadas por energia solar.

Acompanhei o término dos trabalhos da nossa engenharia na duplicação da BR-101, nas barragens reguladoras e tomadas de água do rio São Francisco para transposição e nos trabalhos de revitalização das margens do velho Chico em Barra, Bahia.

Coordenei empregos dos nossos efetivos nas paralisações dos policiais militares no Maranhão, Ceará e Bahia, no final de 2012, e, recentemente, de novo, na Bahia.

Ainda estamos na região de Ilhéus, no contexto do conflito fundiário entre proprietários de terra e os índios tupinambás. Todas essas ações, por determinação da Presidenta da República, para preservação da ordem pública e manutenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Exmos Senadores, minha experiência de vida, que procurei resumir, inserindo algumas convicções, permite, acredito eu, compulsar a minha hoje já longa experiência na atividade militar em todas as suas vertentes. Sempre procurei respeitar os meus superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de Armas e com bondade os subordinados, como prevê o nosso juramento e ser justo com aqueles que estiveram sob o meu comando.

Reconheço que o fato de ter sido responsável pela realização de sindicâncias, inquéritos penais militares e participar de conselhos permanentes e especiais de Justiça no âmbito das circunscrições judiciárias militares não caracteriza acentuado saber jurídico, mas estou pronto para aprofundar esses conhecimentos na interação com os Ministros do Superior Tribunal Militar, além de colocar à disposição do Tribunal meus conhecimentos práticos da lida castrense, na expectativa de que, sendo aprovado por V. Exªs, possa continuar a minha honrosa tarefa de servir à Nação e à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Palavras do General Benzi. Na sua inicial, demonstra claramente a história desse brasileiro que ama o que faz e o seu País. Sem dúvida alguma, um exemplo para os jovens brasileiros que aspiram a uma carreira brilhante nas Forças Armadas, no Exército Brasileiro. O General Benzi é um exemplo e orgulho para o Exército. Tenho a absoluta convicção de que, com toda a sua experiência, sua bagagem, aprovado por V. Exªs, fará uma também brilhante carreira no Superior Tribunal Militar.

Passo à discussão da matéria na sua fase de arguição.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Vice-Presidente, Senador Anibal Diniz; Srªs e Srs. Senadores; senhor indicado, General Odilson Sampaio Benzi, eu acredito que, diante do meu relatório, proferido na semana passada, e da exposição do General Benzi, as Srªs e os Srs. Senadores já estão em condições de deliberar sobre a indicação do General Odilson Sampaio Benzi para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Eu faria aqui apenas três breves questionamentos. Eu perguntaria ao General Benzi: como Ministro do Superior Tribunal Militar, quais os principais desafios que V. Exª vai enfrentar? Segundo: em seminário de Direito Penal e Processual Penal Militar, o Ministro do STM Carlos Alberto Marques Soares defendeu a criação de

presídios militares federais. Pergunto se o senhor também é favorável à criação de tais presídios. Terceiro: o senhor é favorável à redução da maioridade penal, tema esse muito discutido ultimamente no Brasil e aqui no Congresso Nacional? Recentemente, esta Comissão também discutiu o tema, através de uma PEC, e acabou sendo rejeitada a redução da maioridade penal.

São esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabenizando o Senador Raupp pelo relatório e pelas perguntas endereçadas ao General Benzi, eu questiono as Srªs e os Srs. Senadores se há alguma outra arguição a fazer ao General Benzi.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só uma ressalva, aqui, Sr. Presidente. É que o Presidente do STM, Carlos Alberto Marques, já foi substituído pelo Presidente Luís Barroso, que se encontra aqui.

Eu também queria agradecer pela presença do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi mencionado esse queridíssimo Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já foi mencionado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, General Benzi, eu não tive oportunidade de, presencialmente, ouvir a fala de V. Exª, mas vim acompanhando pela rádio. Ouvi um pouquinho e quero parabenizá-lo por ela, pela fala, pela exposição.

Eu tenho poucas indagações. A primeira delas é: como o senhor vê, hoje, no Brasil, a participação das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem, com os requisitos constitucionais e legais, por óbvio? Eu gostaria de uma fala, uma reflexão do senhor a respeito disso.

Recentemente, na Argentina, houve uma grande discussão sobre a extinção da Justiça Militar. Eu gostaria de uma reflexão do senhor a respeito disso, a respeito da função da Justiça Militar nessa atual composição constitucionalmente prevista. V. Exª conhece a Constituição, eu tenho certeza disso, e eu queria que V. Exª falasse um pouco sobre esse fato e se as Forças Armadas, que são preparadas diversamente das forças auxiliares às Forças Armadas – as Forças Armadas são preparadas, ao menos na doutrina de um determinado momento da Escola Superior de Guerra, na eliminação do inimigo; isso é fato, diferente e é da natureza das Forças Armadas –, como, com isso, nós não correríamos um risco, mesmo atendendo os requisitos constitucionais e legais? Eu tenho certeza de que o senhor é um defensor da Constituição da República, mas é uma zona, uma faixa lindeira, que pode comprometer, inclusive, o papel histórico importante e significativo das Forças Armadas.

Eu gostaria que V. Exª pudesse me responder esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, agradeço a V. Exª.

Mais algum companheiro Senador?

Senador Suplicy e Senador Dornelles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, prezado General Odilson Sampaio Benzi, acredito que, por todo o histórico e biografia de V. Exª, está muito bem capacitado e tem todos os méritos para ser Ministro do Superior Tribunal Militar.

Agradeço se puder responder a algumas questões.

Considerando a evolução social por que passa a sociedade em todo o mundo, com grandes reflexos na valorização dos direitos fundamentais, como avalia ser ainda coerente a aplicação de penas disciplinares privativas de liberdade em face do cometimento de transgressões disciplinares? Não seria mais adequada a aplicação de penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas? Avalia V. Exª que deveríamos, na reforma do Código Penal, ampliar as possibilidades de definição de penas alternativas?

A propósito, eu gostaria de saber a sua opinião sobre um tema que está em debate hoje. Ainda há pouco, pudemos ouvir, na CBN, o presidente de um instituto de defesa do direito de defesa, numa entrevista em que pondera que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, estaria não levando em consideração aquilo que já é uma prática para centenas de detidos que foram condenados a regime semiaberto e que estão, efetivamente, realizando trabalhos fora, dizer que pareceria um rigor demasiado impedir que pessoas como José Dirceu, Delúbio Soares e condenados, mas em regime semiaberto, possam efetivamente realizar um trabalho que, do ponto de vista até daquilo que poderá ser mais útil a eles próprios e à sociedade, se significar prestação de serviços à comunidade, poderia ser justamente mais adequado. Como há um debate sobre esse tema, eu agradeceria muito se pudesse dar a sua opinião a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Dornelles com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – General Benzi, eu quero cumprimentar V. Exª, reiterar minha maior admiração pelo trabalho da Justiça Militar e dizer a V. Exª que a Justiça Militar pode sempre contar comigo, em todas as condições, para que ela seja a cada dia mais forte, mais presente no seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio e Senadora Gleisi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, General Benzi, ontem ainda eu conversei com o General Benzi, que me deu a honra de fazer uma visita ao meu gabinete, e disse a ele que já tinha sido uma vez condenado e outra vez absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Então, está empatado.

Durante um dos meus mandatos de Deputado Federal, eu fui incumbido de relatar proposta de emenda à Constituição, nas etapas de sua tramitação, e havia, na época, uma proposta de extinção da Justiça Militar não apenas do Tribunal Superior Militar, mas também na Justiça Militar dos Estados. Havia, na época, um movimento muito forte nessa linha. Eu procurei me aprofundar no conhecimento da Justiça Militar. Claro que não sou conhecedor profundo, mas eu me lembrei de depoimentos de advogados – inclusive do meu advogado – que defendiam pessoas que eram processadas por infrações à Lei de Segurança Nacional e ao Código Penal Militar. O depoimento dos advogados com quem conversei era muito forte no sentido de apontar o papel moderador que teve o Superior Tribunal Militar naquele período difícil da vida nacional.

Também, Sr. Presidente, me convenci da importância de termos uma Justiça especializada para processar e julgar crimes militares, porque é preciso uma identificação do etos próprio das Forças Armadas, que são organizadas com base na disciplina, na hierarquia e que exigem, para um julgamento adequado, a presença de pessoas que conheçam, na intimidade, a gravidade dos delitos, a sua importância do ponto de vista do convívio entre os militares, do convívio nas casernas. Determinados delitos que, para nós, civis, seriam delitos somenos, para os militares, no convívio entre os militares, assumem uma proporção mais grave do que teriam entre nós civis, exatamente por que eles devem ser examinados sob uma ótica peculiar do etos militar, da necessidade da disciplina, da hierarquia. O crime de deserção, dizia aqui o meu colega Pedro Taques, é um exemplo.

Então, me convenci da necessidade da existência de uma Justiça Militar, que é uma Justiça, hoje, composta de juízes togados, juízes que vêm da carreira militar, uma Justiça hígida, uma Justiça rápida em seu julgamento, uma Justiça que julga depressa, sem delongas, com amplo direito de defesa, mas que dá uma resposta rápida a delitos que têm que ser, evidentemente, precisam ser julgados com a celeridade que se impõe, dadas as características peculiares da organização das Forças Armadas no Brasil e no mundo. Aliás, a existência de uma Justiça especializada para as Forças Armadas não é uma jabuticaba brasileira. Ela está presente em vários países que têm conosco uma relação de afinidade do ponto de vista da organização judiciária.

Feitas as considerações, também gostaria de, como disse há pouco o nosso Colega Dornelles, cumprimentar o General Benzi pela exemplaridade da sua carreira e desejar a ele muito sucesso na nova função.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, apenas queria cumprimentar o General Benzi pela indicação e também pela sua exposição e pelas palavras proferidas. O General pode contar com o nosso apoio nesta sabatina. Penso que o Tribunal Militar ganhará uma pessoa com grande eficiência e comprometimento com as causas nacionais e com seriedade na condução dos processos que para lá seguirem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Registro a presença do Ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça, Corregedor-Geral junto ao CNJ. Tenho a honra de chamá-lo para compor a Mesa.

Senador Pedro Taques, com a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, a fala do Senador Aloysio Nunes Ferreira se soma a uma reflexão, que venho fazendo desde que cheguei ao Senado a respeito da necessidade ou não de o indicado pela Presidente da República, para compor a Corte Militar, ter o notável conhecimento jurídico ou não, porque a Constituição, ao tratar do Superior Tribunal Militar, ao estabelecer os dez militares e os cinco civis, no que tange aos dez militares, não expressa aqui o requisito do notável conhecimento jurídico. Academicamente, isso já foi debatido aqui. Porém, a fala do Senador Aloysio Nunes calha à fiveleta, em homenagem a um grande administrativista paulista, Celso Antônio Bandeira de Mello, no tocante a esse conhecimento jurídico ou não, porque a hierarquia militar, a disciplina militar, a experiência militar deve ser tratada de

forma diferenciada, basta analisarmos o currículo do General Benzi. Ele é mestre, é doutor, tem experiência na área, mas não tem o conhecimento jurídico. Mas isso a Constituição expressamente não diz. Daí, este debate.

O Senador Aloysio trouxe um exemplo dessa diferença, e nós poderíamos aqui fazer menção ao crime de deserção. O que soaria na vida não castrense como algo até aceitável, na disciplina e hierarquia militar precisa ser tratado de forma diversa. Daí, a jurisprudência caminha no sentido de não concessão da liberdade para esse tipo de crime de deserção, porque, muitas vezes, pode-se perder a guerra, não só a batalha, em razão de um fato como esse.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o General Benzi para as respostas às arguições dos Srs. Senadores.

O SR. ODILSON SAMPAIO BENZI – Srs. Senadores, obrigado pelas perguntas.

Senador Valdir Raupp, V. Exª inicialmente já me desafia, perguntando quais os principais desafios que imagino enfrentar no Superior Tribunal Militar. O Superior Tribunal Militar, como já me ajudaram os Senadores Aloysio Nunes e Pedro Taques, reveste-se de características especiais e diferenciadas. Então, é um Tribunal especializado. Lá, dentro do meu regime do escabinato, temos juízes togados e juízes militares. É evidente que temos o devido cuidado não só de entender o saber jurídico dos juízes togados, bem como de para lá designar oficiais generais das três Armas, no posto mais elevado da carreira, o que garante, pelo menos, 40 anos de serviço, ou seja, é inserida uma expressiva experiência de vida na caserna.

Eu acredito, sim, que, como a nossa sociedade evolui, tudo evolui. Hoje já se pensa diferente em vários aspectos. Não creio que seja um desafio, mas realmente uma possibilidade de também contribuir lá no Superior Tribunal para a própria evolução do mesmo e da legislação militar, porque alguns desses instrumentos já se defasam no tempo e requerem a sua atualização. Além disso, há o desafio de conseguir prosseguir sendo justo, aplicando a justiça da maneira correta, porque ao ser humano não se permite a perfeição, mas ao menos na intenção não posso me afastar desse pensamento.

A sua segunda pergunta, Senador, é sobre presídios militares federais. Como no passado já tivemos presídios militares, eles entraram em desuso e eu não tenho agora, no momento, dados suficientes que possam garantir esse investimento, ao menos àqueles militares que cumprem penas e prosseguem na situação de militares, se a pena os levar à indignidade ou à incompatibilidade com a atividade militar, eles, evidentemente, serão licenciados, haverá perda do posto, patente e a execução penal vai ser da Justiça civil. Então, acho que se carece de mais dados sobre a quantidade de efetivo para a manutenção de presídios militares.

Quanto à maioridade penal, respeito qualquer linha de pensamento, mas eu, na minha linha de pensamento, acho que essa maioridade penal que nós praticamos, a partir dos 18 anos, já não se mostra totalmente prática. Então, nós vemos crimes que realmente chegam a chocar a população, crimes esses praticados por menores, que estão com a pena realmente bastante leve e chegamos até a ter crimes calculados, como foi noticiado aí na mídia, na véspera da maioridade, para poderem se valer dessa possibilidade de ser menor. É evidente que isso deve ser analisado, deve ser estudado, continuar sendo estudado. Como tudo tem vantagens e desvantagens, seria uma resposta ao acréscimo da violência que tem caracterizado a sociedade nacional.

Senador, espero ter respondido a suas perguntas.

Senador Pedro Taques, o senhor me indagou sobre o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem. O respaldo legal tem que existir, e ele existe. Realmente, a Constituição prevê o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem, lógico, por solicitação dos Poderes constituídos e cuida também para que alguns pressupostos sejam atendidos. Então, eu entendo que realmente as polícias militares têm uma formação mais adequada à segurança pública, as polícias militares e, por extensão, os órgãos de segurança pública, porque é a razão de ser da existência deles. E as Forças Armadas, como V. Exª adiantou, têm uma outra capacitação. Mas cuidam os nossos programas de instrução de todos os militares, inclusive de treinamento nesse tipo de operação. Não é o ideal, mas, como está previsto, a atuação do Exército na garantia da lei e da ordem se dá por decreto presidencial, atendendo, em sua maior parte, à solicitação dos governos estaduais e isso na inexistência ou na incapacidade da sua segurança pública. Então, trabalha-se em um quadro, imagino eu, em que a população está completamente desassistida. Aqueles que tinham por obrigação preservar sua segurança estão inoperantes. E isso criou um dever às Forças Armadas, com impacto, inclusive, na instrução do nosso pessoal, que, além do aprendizado, das simulações para a defesa da Pátria, também tem que se exercitar nisso.

O Exército tem praticado constantemente isso, principalmente com as missões de paz no Haiti, para a qual a nossa tropa tem se preparado. Em uma sequência de aplicação das Forças Armadas nesse tipo de operação, vemos que o nosso pessoal está preparado.

Concordo com V. Exª que não é atividade precípua e concordo que, realmente, as polícias militares e as demais polícias seriam, em tese, mais competentes do que o Exército para realizar esse tipo de operação. Mas nós trabalhamos nessa situação da ausência, em que a incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como a segurança das pessoas têm que ser mantidas a todo o custo. Então, acredito que seja, como a artilharia, a última *ratio legis* a aplicação da Força Terrestre na garantia da lei e da ordem.

Quanto à extinção da Justiça Militar, Senador, o Senador Aloysio Nunes já me ajudou bastante, o senhor mesmo, mas eu respeito outras opiniões. Entretanto me alinho com aqueles que acreditam na manutenção da Justiça Militar da União. Ela é bastante antiga, o Superior Tribunal Militar é o mais antigo do nosso País; na metade da sua caminhada, ele veio ao Poder Judiciário. Então, ele está colocado no local exato, não é um tribunal independente. Ele veio para o local em que deveria estar, o Poder Judiciário, uma Justiça especializada, tem prestado relevantes serviços e tem, com certeza, sido um dos responsáveis por termos Forças Armadas eficientes e totalmente voltadas para a sua atividade-fim, porque cuida da manutenção dos pilares básicos, como prevê a Carta Magna, da hierarquia e da disciplina. Alguns países não têm a sua Justiça militar; outros tinham e extinguiram, mas um volume, um número acentuado de países mantém a sua Justiça militar, inclusive países relevantes, da qualidade dos Estados Unidos da América, da Rússia, da China e vários outros. Então, eu me alinho com essa percepção dos relevantes serviços prestados pela Justiça da União.

Quanto ao risco de emprego das Forças Armadas, eu acho que um pouco já respondi.

(Soa a campainha.)

O SR. ODILSON SAMPAIO BENZI – Não sei se V. Exª gostaria...

Muito obrigado, Senador.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me trouxe problemas sobre a evolução social e a prevalência dos direitos fundamentais. Eu concordo plenamente. Nós ainda mantemos dentro do nosso estamento, lá da manutenção da disciplina, as punições tipo prisão, e o senhor indaga se não poderiam essas punições ser abrandadas com um tipo de prestação de serviço à comunidade. Na realidade, os nossos códigos, o Código Penal Militar e o de Processo Penal Militar já datam de um tempo maior, mais de 40 anos, são anteriores à própria Constituição Federal de 1988, e lá não existe essa possibilidade, ao aplicar a pena, desses serviços à comunidade. Mas eu acho que seria um grande avanço na revisão desses instrumentos, e isso está sendo providenciado pelo próprio Superior Tribunal Militar, que se pudesse prever isso. Haveria um alinhamento com a realidade e com todo o estamento jurídico que temos hoje. Então, apesar de ainda não existir essa possibilidade, eu, pessoalmente, acredito que ela deva realmente existir. E a oportunidade surgirá, então, pelas próprias mãos do Congresso Nacional ao dar prosseguimento aos estudos, que eu sei que já estão praticamente concluídos, na área da Justiça Militar da União, quando da revisão do nosso Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar.

A sua segunda pergunta, Senador Suplicy, é sobre a impossibilidade, vamos dizer, sobre não ter sido dada possibilidade àqueles apenados no regime semiaberto de exercerem atividade junto à comunidade, se não seria um rigor demasiado. Independentemente, Senador, da forma como se possa pensar, cuida a nossa Justiça de que talvez rigores que possam ser considerados assim possam ser avaliados de outras formas. Então, até pelas notícias, eu já vi que isso vai ser levado – há uma proposta dos advogados – ao Plenário do STF para que outras opiniões possam interagir e se possa chegar à solução adequada, então, eu acho que o mecanismo da Justiça está caminhando, ele está andando. Estamos em um Estado democrático de direito, e o melhor e o mais adequado eu acredito que vai ser alcançado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ODILSON SAMPAIO BENZI – Pois não.

Acredito que eu respondi a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. ODILSON SAMPAIO BENZI – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles, ao Senador Aloysio Nunes, à Senadora Gleisi Hoffmann a forma como me trataram e se pronunciaram aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao General Benzi pela sua exposição.

Com certeza, esta Comissão encontra-se com total condição de definir a respeito da proposta da Senhora Presidente da República, através da Mensagem nº 37, de 2014.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação rubricadas por esta Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Procederemos à chamada nominal, obedecidas as composições partidárias, para que as Srªs e os Srs. Senadores possam exercer o seu direito de voto, assinando, em seguida, o seu parecer.

Vamos à chamada nominal.
Sr. Senador José Pimentel.
Srª Senadora Gleisi Hoffmann.
Sr. Senador Pedro Taques.
Sr. Senador Francisco Dornelles.
Sr. Senador Anibal Diniz.
Sr. Senador Inácio Arruda.
Sr. Senador Antonio Carlos Valadares.
Senador Crivella.
Senador Randolfe.
Senador Suplicy.
Senador Pedro Simon.
Sr. Senador Ricardo Ferraço.
Senador Luiz Henrique.
Senador Eunício Oliveira.
Senador Sarney.
Senador Romero.
Repito a votação: Senador Ricardo Ferraço; Senador Luiz Henrique; Senador Eunício.
O Senador Dornelles já votou.
Senador Aécio.
Senador Cássio.
Senador Alvaro Dias.
Senador José Agripino.
Senador Aloysio Nunes.
Senador Valadares.
Senador Armando Monteiro.
Senador Mozarildo, aqui presente.
Senador Antonio Carlos Rodrigues.
Senador Magno Malta.
Senador Valdir Raupp.
Algum Senador...
Senador Benedito de Lira, onde está o senhor? Senador Benedito de Lira. Senador Benedito de Lira, venha votar.
Senador Vital do Rêgo.
Senador Benedito de Lira.
Vou encerrar o processo de votação. (*Pausa.*)
Está encerrado o processo de votação.
Peço ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Mozarildo para procederem à apuração.
Como não abriram ainda a urna, vou... Senador Flexa, vote, para que nós possamos iniciar a apuração.
Vamos apurar.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por unanimidade das Srªs e dos Srs. Senadores, a escolha do nome do General do Exército Odilson Sampaio Benzi foi aprovada por esta Comissão.
A matéria vai a plenário.
Foram 19 votos. (*Palmas.*)
Está encerrada a reunião extraordinária.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal

Diniz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, José Sarney, Romero Jucá, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima e Magno Malta. Registram a presença os Senadores João Alberto Souza, Wellington Dias e Lindbergh Farias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013 – Não Terminativo.** *Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos de emenda substitutiva que apresenta e contrário à Emenda nº 2. *Em 13/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Em 14/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que recebeu Parecer contrário. Durante a discussão, o Senador Randolfe Rodrigues retirou a Emenda nº 1, de sua autoria.* **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013 – Terminativo.** *Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos.* **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. *Em 14/05/2014, durante a reunião, é dado como lido o Voto em Separado do Senador Acir Gurgacz, e é lido o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues.* **Resultado:** Adiada a discussão. **ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, de 2007 – Não Terminativo.** *Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.* **Autoria:** Senador Almeida Lima e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2009 – Não Terminativo.** *Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella e outros. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Contrário à PEC nº 56, de 2009 e favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 32) RECURSO (CONGRESSO NACIONAL) Nº 1, de 2014 – Não Terminativo.** *Encaminha notas taquigráficas da decisão proferida pelo Presidência do Congresso Nacional, na sessão conjunta do dia 7 de maio de 2014, sobre as Questões de Ordem formuladas pelos Senadores José Pimentel e Gleisi Hoffmann e pelos Deputados Afonso Florence, Danilo Forte, Mendonça Filho e Rubens Bueno, referentes aos Requerimentos nºs 2 e 3, de 2014-CN, ambos solicitando criação de comissão parlamentar de inquérito.* **Autoria:** Presidente do Congresso Nacional. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pelo não provimento do Recurso (CN) nº 1, de 2014, mantendo-se íntegras as decisões e as providências adotadas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional na sessão conjunta do dia 7 de maio de 2014, com relação ao indeferimento das questões de ordem anteriormente levantadas e à adoção das medidas necessárias para instalação da CPMI objeto do Requerimento nº 2, de 2014-CN, tendo em vista a liminar proferida no MS nº 32.885. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo não provimento do Recurso (CN) nº 1, de 2014, mantendo-se íntegras as decisões e as providências adotadas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional na sessão conjunta do dia 7 de maio de 2014, com relação ao indeferimento das questões de ordem anteriormente levantadas e à adoção das medidas necessárias para instalação da CPMI objeto do Requerimento nº 2, de 2014-CN, tendo em vista a liminar proferida no MS nº 32.885. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz passa a Presidência para o Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti passa a Presidência para a Senadora Gleisi Hoffmann. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e seis minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2010; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2006; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO

SENADO Nº 38, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2013; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2007; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2009; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2010; ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013; ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, de 2011; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2012; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, de 2011; ITEM 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2012; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2013; ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012; ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião, Extraordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 31.

Antes de iniciarmos a votação dessas matérias, gostaria de destacar a relevância do trabalho desta Comissão.

Já se tornou quase lugar comum enfatizar a produtividade deste colegiado, a qualidade da produção parlamentar de V. Exªs e a preocupação em atender os legítimos anseios da sociedade brasileira no aperfeiçoamento da nossa legislação vigente, contudo é preciso chamar a atenção para a relevância das matérias que serão debatidas na reunião.

Na reunião passada, apreciamos e aprovamos diversas proposições de suma relevância e de alto impacto social. Foi o caso do PLC nº 29, de 2014, que trata das cotas para negros e pardos nos concursos públicos do Poder Executivo Federal. A deliberação desta CCJ foi notícia em todos os meios de comunicação, além de ter tido amplo impacto e repercutido nas redes sociais, demonstrando o quanto temos nos esforçado para travar aqui os debates sobre os temas que interessam à sociedade brasileira.

Também mereceu destaque a aprovação da PEC nº 11, de 2014, que trata dos servidores dos ex-Territórios Federais e que alcança direta ou indiretamente milhares de pessoas que contribuíram e vêm contribuindo, muitas vezes com grandes sacrifícios, para a efetiva implantação dos mais novos Estados da Federação.

Assim, feito esse breve resumo da importância dos temas debatidos na reunião passada, rogo que consigamos imprimir nesta reunião a mesma produtividade e a mesma qualidade aos nossos trabalhos, sempre nos lembrando da advertência do professor português Blanco de Morais, certamente uma das maiores autoridades sobre teoria da legislação, de que, ao tratar da elaboração das leis, afirma que se deve "partir da identificação das deformidades da lei para conceber modelos e critérios destinados à sua eliminação e à prevenção dos efeitos futuros".

Cremos que estamos cumprindo este e todos os outros deveres que nos são impostos pelo sistema constitucional brasileiro. Digo isso rogando a Deus que iniciemos agora os nossos trabalhos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a presidência ao Senador Anibal Diniz, já que o item 1 da pauta é da nossa relatoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem o Senador Valdir Raupp primeiro e, depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é só para pedir urgência para o Plenário da indicação do General Benzi para o Superior Tribunal Militar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo concordância dos Srs. Senadores com o pedido de urgência, peço aos Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, o Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, relatará agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 63. E é de minha autoria a Emenda nº 1 a essa Proposta de Emenda à Constituição.

Eu estou retirando a Emenda nº 1 a essa Proposta de Emenda à Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Randolfe Rodrigues retirando a emenda.

Gostaria de pedir a colaboração de todos para que possamos ouvir o que está sendo relatado neste momento.

Item nº 1.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013
– Não terminativo –

Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gim.
Relatoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
– Em 26/03/2014, foi lido o relatório pelo Senador Vital do Rêgo.
– Em 06/05/2014, foi recebido voto em separado do Senador Eduardo Suplicy, contrário à Proposta.
– Em 13/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
– Em 14/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que recebeu Parecer contrário;

Gostaria de pedir a colaboração de todos para que possamos ouvir o que está sendo relatado neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para que possa relatar a Emenda de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, esta relatoria encampou, *in totum*, na totalidade, o parecer do Senador Blairo Maggi sobre a matéria.

A matéria está profundamente amadurecida na Casa. Havia uma emenda do Senador Randolfe Rodrigues, remetendo a um estudo de uma outra Proposta de Emenda à Constituição de nº 68, assinada como primeiro subscritor o Senador Humberto Costa, que trata da amplitude do adicional de tempo de serviço para outras categorias.

Entendemos que esta matéria – e conversamos com o Senador Randolfe – precisa também receber um grau de amadurecimento na Casa, e está sendo feita uma série de entendimentos dentro das diversas carreiras a respeito deste assunto.

A Proposta de Emenda à Constituição de nº 68, do Senador Humberto Costa, também será motivo de apreciação nesta Casa, com a relatoria do Senador Gim Argello.

Então, dentro desse espírito de aproveitarmos o que está pronto, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, eu já tinha conversado com o Senador Randolfe e houve a sensibilidade de S. Exª de retirar a sua emenda. Como o Senador Rollemberg também quer ampliar os efeitos da Emenda à Constituição nº 63, esta relatoria entende, no mérito, pela sua desaprovação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa proceder à leitura do seu voto em separado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, assim como ainda há poucos dias recebi o apelo do Senador Eunício Oliveira para que pudesse atender à proposição que era apoiada pelo Procurador-Geral Rodrigo Janot, nestes últimos dias, inúmeros representantes, o Presidente da Anamatra, todos os membros da Anamatra, da Ajufe e outros, pediram muito que eu considerasse o voto em separado que proferi.

Recebi inclusive o apelo do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, para que levasse em consideração a análise que me foi encaminhada pela Anamatra e pela Ajufe, com que ele estava de acordo.

Mas eu gostaria de, com o maior carinho, amizade e respeito a todos os magistrados, informar que submeti o meu voto em separado para o exame de eminentes juristas, dentre os quais um que tem se destacado como professor inclusive do Ministro Ricardo Lewandowski, com o qual tenho uma amizade fraterna, da qual sou testemunha, o Prof. Dalmo Dallari.

O Prof. Dalmo de Abreu Dallari, ao ler o meu parecer – eu pedi que ele o examinasse –, considerou que ele estava muito bem feito. E eu, portanto, vou aqui ler este parecer.

Para que possa ser mais sintético, vou apenas ler a parte referente à análise, mas está distribuída toda a parte do relatório.

O lastro regimental para a apresentação do presente voto em separado é o inciso I do §6º do art. 132 do RISF: cabe à CCJ a análise quanto à admissibilidade e mérito das propostas de emenda à Constituição.

A PEC nº 63, de 2013, preenche todos os requisitos formais e circunstanciais elencados no art. 60 da Constituição Federal.

Entendemos, contudo, diferentemente do que sustentado na justificação da PEC e no voto do Relator, que, no âmbito da constitucionalidade material, a proposição tende a abolir direitos e garantias individuais petrificadas pelo inciso IV do §4º do art. 60 da Constituição, e nesse sentido, não deve ser, sequer, objeto de deliberação pelas Casas do Congresso.

O direito individual violado pela norma projetada é o direito à igualdade estatuída no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, verdadeira norma estruturante de nosso ordenamento constitucional e um dos principais signos dos princípios democrático e republicano, que repelem privilégios e tratamentos diferenciados entre iguais. Não nos esqueçamos de que a igualdade entre pessoas e regiões foi alçada à condição de objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consoante estabelecido pelo art. 3º, incisos III e IV, da Constituição.

É inconcebível que proposta de emenda à Constituição objetive conferir tratamento remuneratório diferenciado a juízes e membros do Ministério Público. Reputamos como desastrosa a tentativa constante da proposta original de caracterizar como indenizatória a parcela mensal de valorização por tempo de exercício que se pretendia criar na versão original da PEC nº 63, de 2013. Indenizatórias são as parcelas que não se incorporam à remuneração, nem geram acréscimo patrimonial.

De outro giro, as parcelas indenizatória objetivam reembolsar os agentes públicos de que trata o inciso XI, do art. 37, da Constituição, por despesas efetuadas no exercício de suas atividades. Nenhum desses conceitos se aplica à parcela prevista na PEC nº 63, de 2013. É sempre importante relembrar que a caracterização da vantagem percebida pelo agente público como indenizatória decorre de sua natureza jurídica e não, da denominação que eventualmente lhe é atribuída.

Entendemos ter acertado o ilustre Relator ao conceituar a referida parcela como aquilo que realmente é – parcela remuneratória. Contudo, o apuro técnico e constitucional da correção empreendida não atingiu, no nosso entendimento, o alcance necessário. Não basta conceituar tal parcela como remuneratória para, em seguida, admiti-la apenas para magistrados e membros do Ministério Público, além de excluí-la do teto remuneratório, que, segundo o inciso XI, do art. 37, da Constituição, a todos atinge.

Ao prever a exceção específica para magistrados e membros do Ministério Público, a PEC, assim como o substitutivo, fere de morte o princípio isonômico, alicerce fundamental do edifício constitucional. A necessidade de valorização do tempo de serviço pretérito na carreira ou em outras atividades é traço comum a todas as espécies de agentes públicos. Por que, então, essa razão discrímen é válida apenas para magistrados e membros do Ministério Público? Por que somente esses agentes devem ter valorizadas as suas experiências profissionais pretéritas para fins de remuneração? (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É importante lembrar que a remuneração por subsídio, parcela remuneratória única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, foi instituída pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Desde então, essa espécie de remuneração passou a ser vista para servidores públicos: um, por determinação constitucional, arts. 135 e 144; outros, nos termos das leis que fixam suas remunerações. Essa espécie remuneratória foi prevista também para membros ou Poder detentor de mandato eletivo, ministros de Estado, secretários estaduais e municipais.

Diversas são as carreiras remuneradas por subsídio atualmente, na Administração Pública: defensor público, advogado da União, procurador da Fazenda, procurador federal, policial federal, oficial de inteligência, especialista em políticas públicas e gestão governamental, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, diplomata, oficial de chancelaria, auditor fiscal, fiscal federal agropecuário, analista de finanças e controle, entre outras.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor, Senador Suplicy.

Por favor, peço a contribuição de todos, para que haja silêncio, porque está muito difícil ouvir o voto em separado do Senador Suplicy. Então, peço a contribuição de todos, para que o nosso trabalho seja mais produtivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz.

Qual é a razão constitucionalmente defensável que nos leva a admitir que todos os servidores públicos, se exercem esses relevantes cargos na Administração Pública, sejam preteridos pela aprovação da PEC nº 63, de 2013? Em outras palavras, somente o tempo de serviço pretérito dos juízes, promotores e procuradores deve ser resguardado e valorado pecuniariamente?

Ademais, e neste momento iniciamos a análise no campo do mérito da proposição, aceitar a mitigação da regra do teto remuneratório, prevista no inciso XI do art. 37 da Constituição, significa romper o precário equilíbrio instituído pelo teto constitucional com vistas à racionalização da política remuneratória aplicada a todos os Poderes de todas as esferas da Federação.

Esse precário equilíbrio pode ser traduzido numa complexa equação, em que se visa, de um lado, submeter o gasto com pessoal a limites razoáveis, tendo em vista a necessidade premente de investimento do Estado em setores estratégicos da economia; e, de outro, respeitar a complexidade e a responsabilidade das atribuições dos agentes públicos, além de atrair competentes para atuarem no Estado.

Pensamos ser desnecessário recordar o verdadeiro caos remuneratório que reinava na Administração Pública nacional, antes da entrada em vigor da mencionada regra constitucional. É verdade que, ainda hoje, passados 25 anos da promulgação da Carta de 1988, a questão dos limites remuneratórios ainda se encontra longe de sua total pacificação. Entretanto, os avanços são inegáveis.

Importa consignar, ainda, quanto ao mérito, que, no caso específico do regime previdenciário, havia regras essenciais e benéficas em relação a magistrados e membros do Ministério Público, regras essas que foram gradativamente abolidas, justamente porque violavam o princípio da igualdade.

No caso, o que a versão original da PEC e o substitutivo fazem é reavivar esse tratamento diferenciado no aspecto remuneratório, que já foi rechaçado pelo constituinte derivado, no que tange à aposentadoria. Romper esse dique implica criar gravíssimos precedentes constitucionalmente insustentáveis que gerarão, em pouquíssimo tempo, pressões corporativas que levarão ao total solapamento do subsistema remuneratório dos servidores previsto na Constituição Federal.

Pelo exposto, votamos pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, e da emenda substitutiva que lhe foi apresenta pelo ilustre Senador Vital do Rêgo, Relator da matéria nesta Comissão.

Assim, Senador Vital do Rêgo, com todo o carinho e respeito por V. Exª e por todos os magistrados e Presidentes da Anamatra e da Ajufe, é com base na minha convicção pessoal e no conhecimento jurídico de pessoas como, inclusive, um dos professores de quase todos os magistrados que leram os seus livros, o Prof. Dalmo de Abreu Dallari, que eu aqui voto respeitosamente da forma como acabo de ler.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Peço silêncio para que iniciemos imediatamente o debate, a discussão da matéria.

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, diante da complexidade que essa matéria tem, apesar de todo o entendimento que nós temos – e eu pessoalmente tenho – da justeza das demandas do Poder Judiciário e do Ministério Público em relação à correção de graves distorções existentes nos aspectos da remuneração desses segmentos, levando em consideração também as repercussões que essa matéria trará – especialmente no que diz respeito ao restante do funcionalismo público, e ao que ela traz de inovação no que diz respeito a nós estarmos reconstituindo, ainda que sob outra denominação, determinados componentes de remuneração que já foram objeto de avaliação na reforma administrativa de 1998 e também de 2002 – e principalmente porque eu entendo que, por falha do próprio Governo, esse tema não foi objeto de tentativas de entendimento que pudessem atender, de um lado, à demanda justa de uma remuneração digna, e, de outro lado, a não criação de determinados precedentes que podem ter uma gravidade significativa na estruturação do serviço público no Brasil, eu entendo que é mister que se faça, de imediato, essa tentativa de entendimento.

Por iniciativa própria, tentei conversar com o Líder do Governo, mas não logramos nos encontrar para que pudéssemos fazer isso em conjunto. Fiz movimentos no sentido de mostrar ao Governo a relevância da demanda, mas, ao mesmo tempo, também as implicações da aprovação na forma como essa demanda está hoje revestida. E obtive do Governo o compromisso de chamar as entidades do Poder Judiciário e do Ministério Público o mais rapidamente possível, coisa que, repito, o Governo já deveria ter feito anteriormente, para que se tentasse encontrar um denominador comum em relação a essa questão.

Diante disso, quero aqui dizer, de antemão, que, se não houver, por parte das entidades do Poder Judiciário e do Ministério Público, o entendimento de que a negociação tenha o sentido de resolver o problema, eu serei favorável a que se vote aqui, se for esse o entendimento que as entidades venham a professar. Mas, diante da possibilidade de se fazer uma negociação e construirmos algo que faça justiça e que, ao mesmo tempo, não crie alguns precedentes que foram inclusive citados pelo Senador Suplicy no seu voto em separado, eu gostaria de pedir a V. Exª vista dessa proposta, desse relatório. Se alguém pedir coletivamente, na próxima semana...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... nós poderemos reanalisar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vista coletiva concedida.

Senador Walter, V. Exª gostaria de usar a palavra?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mesmo diante do pedido de vista já aprovado, eu queria ainda fazer um apelo ao Senador Humberto.

Acho que é importante essa negociação, mas isso não impediria, Senador Eduardo Braga, por exemplo, que a matéria pudesse ser votada aqui hoje e que esse esforço fosse sendo feito a partir, exatamente, da tramitação dela em plenário, o que consequentemente nos colocaria na condição até de discutir uma alternativa... (*Palmas.*) ... em relação a um outro tipo de encaminhamento.

Então, é muito mais um apelo para que pudéssemos fazer o processo andar. Senador Humberto, isso não inviabilizaria, por exemplo, as tratativas de Governo com os setores ou até o envio de outro projeto.

O que eu quero dizer, até de forma muito ponderada, Senador Humberto – acho que está correta a sua abordagem –, é que há um assunto para o qual quero chamar a atenção. Em toda e qualquer modificação, ainda que atenda a um setor ou a outro, a matéria teria que vir a esta Casa, uma por iniciativa do Judiciário e outra por iniciativa do Poder Executivo, o que, em minha opinião, não se processará num curto espaço de tempo. Ainda que cheguemos a um bom entendimento, não acredito que essas duas matérias tenham condições de ser ainda enviadas neste período que vamos enfrentar, como todos nós temos clareza, que é o período eleitoral. Portanto, vamos ter que aguardar, mesmo diante deste cenário, talvez o final das eleições, para que matéria com essa amplitude e com essa natureza possa ser enviada.

Então, isso não inviabilizaria, por exemplo, a tramitação desta matéria, portanto a passagem desta PEC da Comissão para o plenário, enquanto as tratativas poderiam ser desenroladas ou até as reuniões instaladas para que esta matéria pudesse ser apreciada.

Portanto, eu queria fazer este último apelo no sentido de termos esse entendimento e até, eu diria, sacramentar esse encaminhamento que o Humberto deu, mas com a matéria votada por esta Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Sarney pediu a palavra. Pela ordem, tem precedência o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB – AP) – Eu quero...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma consulta a V. Exª. Eu tenho uma dúvida. Parece-me que pedido de vista já houve, uma vez que o Senador Suplicy apresentou o seu voto em separado. Eu consulto V. Exª se cabe mais um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, não houve, não houve pedido de vista; esse é o primeiro pedido de vista, que foi apresentado agora pelo Senador Humberto Costa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Ah, sem pedido de vista? Não houve pedido de vista, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Esse é o primeiro agora, do Senador Humberto Costa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A matéria está vencida, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB – AP) – Eu queria reportar-me ao apelo que foi feito pelo Senador Walter Pinheiro ao Senador Humberto Costa no sentido de que nós pudéssemos votar essa matéria e, em seguida, teríamos tempo para fazer as negociações que ele propôs. Pelo que tenho conhecimento, todas as associações de classe envolvidas nesse processo estão de acordo, estão reunidas e têm nos procurado a todos nós nesse sentido. De maneira que queria manifestar-me no sentido de apoiar o apelo feito pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa, para responder ao apelo feito pelo Senador Walter Pinheiro e Senador Sarney.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, entendo que essa é uma matéria vencida. O Congresso Nacional, no ano passado, aprovou um projeto de lei que tratava de direito autoral – não estou falando o Senado, não; o Congresso Nacional. Em uma semana, a Câmara e o Senado aprovaram essa resolução; sei que temos aqui uma proposta de emenda à Constituição que tem prazos diferenciados, mas, quando há vontade política, faz-se isso rapidamente. Não é uma semana, já que tivemos aqui um pedido de vista coletiva, que vai atrapalhar que esse projeto seja votado rápido e possamos ter a validade daquilo que ele traz de benefício para o Poder Judiciário ou para o Ministério Público. Inclusive, eu disse aqui que, se o Governo enrolar, nós votamos aqui na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, V. Exª mantém seu pedido de vista?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente. Vista coletiva concedida, vamos ao item 2 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, faço um pedido de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Jucá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª e ao Senador Vital do Rêgo que nós pudéssemos votar hoje, extrapauta, a Emenda à Constituição nº 14, do Presidente José Sarney, que, de certa forma, seria uma emenda à PEC 11, que nós votamos aqui, mas que, por acordo, junto com o Presidente Sarney, nós combinamos fazer uma PEC autônoma, exatamente para que não houvesse condição de ter obstáculo de ter que voltar a PEC 11 à Câmara dos Deputados.

Então, eu gostaria de pedir a inversão de pauta e a colocação de...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos por ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E há uma outra questão, também extrapauta, que eu apresentei. É o relatório sobre a questão de ordem da CPMI, mista, feita no Congresso Nacional. Eu apresento o relatório pela instalação da CPMI menor, a restrita, seguindo a liminar do Supremo Tribunal Federal. Sei que a questão de ordem que o Presidente Renan encaminhou não tem efeito suspensivo; ele pediu a indicação dos membros dos partidos para a CPMI, mista, dos quatro itens, o Requerimento nº 2, mas, independentemente disso, para que não fique nenhum tipo de pendência ou dúvida, já apresentei o relatório, corroborando a decisão da Ministra Rosa Weber, do Supremo, e solicitando e aprovando a indicação dos membros para o Requerimento nº 2, do Senador Alvaro Dias e demais Senadores, que efetivamente prevê a questão da CPI.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Questão de ordem. Tem preferência, com fundamento no art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Questão de ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, este Colegiado já decidiu uma questão de ordem no seguinte sentido: a inversão de pauta só se for unânime. Eu sou contrário à inversão de pauta neste momento, porque nós estamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Também me manifesto contrariamente à inversão da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Gostaria de terminar minha questão de ordem, se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

Porque nós estamos discutindo esse projeto que se encontra pautado como nº 2 há quase 30 dias, e não chegamos ao 1 e nós vamos para o 32, 33, fugindo até à lógica matemática, porque, depois do 1, vem o 2, o 3 – aprendemos isso desde o primário, Sr. Presidente. Então, a questão de ordem eu gostaria de ver respondida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Pedro Taques, não havendo concordância de todos os Líderes...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar que o meu pedido de inversão é após o item 2, que nós combinamos na reunião passada, que seria votado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Aí não tem entendimento, Sr. Presidente. Não tem entendimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu discordo e me oponho. Acho que nós temos que seguir a pauta. Nós estamos banalizando o ordenamento dos trabalhos nesta Comissão. Portanto, eu me oponho a qualquer inversão de pauta. Na semana passada, houve 15 itens de inversão de pauta. Não é possível a banalização nessa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Essa questão está superada, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não há inversão de pauta.

Vamos ao item nº 2.

Quero, por favor, que a técnica libere, porque o Senador Walter Pinheiro está tentando...

Senador Walter Pinheiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Pedro Taques, o que eu estou solicitando não é nenhuma inversão de pauta. É exatamente o item 19 ser apreciado em conjunto com o item 2, porque são matérias inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É um relatório, inclusive, feito pela Senadora Gleisi Hoffmann, que tem a ver com o parecer de V. Exª, que é uma matéria que está prejudicada, que trata sobre a questão de crime, segurança na Copa. Portanto, era no mesmo momento. A Senadora Gleisi Hoffmann opinou pelo arquivamento, pela rejeição da matéria. Então, era só essa questão, Senador Ricardo Ferraço, que a Comissão de V. Exª até já aprovou também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. Mas eu não concordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas não é inversão. Eu estou propondo que ele seja apreciado em conjunto com o item 2.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim. Isso é diferente de inversão de pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas eu não pedi inversão de pauta. Eu pedi exatamente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª agora, com talento, retificou colocando o trem no trilho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Gleisi.

Por favor, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, em relação à solicitação feita pelo Senador Romero Jucá de inclusão, extrapauta, da PEC nº 14, eu queria solicitar à Mesa que apensasse a PEC nº 14 ao item nº 29, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e que retirasse de pauta para fazer o apensamento e nós termos parecer sobre essa matéria.

Eu não concordo com a inclusão extrapauta e estou pedindo para retirar de pauta o item 29.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Primeiro o esclarecimento à Senadora Gleisi. O requerimento de apensamento tem que ser apresentado ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ao Plenário, exatamente. Era isso que eu ia registrar, Sr. Presidente. Não é a Comissão que faz o apensamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas de qualquer maneira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Era essa a questão de ordem, Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu quero, então, me colocar contra o pedido de inclusão extrapauta e pedir para retirar de pauta o item 29.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Questão de ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A questão de ordem é nos termos do que o Senador Romero acabou de apresentar. Esse tipo de apensamento só pode ser feito em Plenário e não aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já está resolvida essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente.

Item nº 2 da pauta.

Devolvo a Presidência ao Senador Vital, porque o clima está muito quente aqui e isso aqui é só para gente de alta estatura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu peço... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Anibal. Eu me sinto muito feliz e absolutamente tranquilo com a condução dos trabalhos do meu Vice-Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, só para me inscrever, depois do Relator, nesse ponto, nesse item nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inscrito está o Senador Lindbergh, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos lá, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 2. Página 50.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2013
– Terminativo –

Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Em 30/04/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 06/05/2014, foi apresentado o voto em separado do Senador Acir Gurgacz pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta;

– Em 07/05/2014, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, que conclui pela rejeição do Projeto;

– Votação nominal.

Na verdade, foram dois votos em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, como Relator, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pergunto ao Senador Acir se deseja ler o seu voto em separado. Se não, passo a palavra diretamente ao Senador Randolfe ou ao Senador Pedro Taques. V. Exªs, que construíram votos em separado, têm prioridade. Depois, a prioridade passará a ser do Relator geral da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente. Eu entendo que a matéria é conhecida. O voto em separado também é conhecido. Portanto, eu não vejo necessidade de fazer a leitura, já que está à disposição e já foi amplamente debatido e discutido esse tema. Eu entendo que nós precisamos avançar. Declino da leitura e deixo a Presidência à vontade para dar sequência aos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Acir.

Senador Randolfe, V. Exª apresentou um voto em separado. Quer emitir alguma declaração, algum conceito, alguma interpretação sobre o seu voto, que já é de conhecimento do Colegiado? (*Pausa*.)

Irá fazê-lo. Depois, imediatamente, o Senador Taques, para suas considerações finais. Já estão sendo inscritos os companheiros que desejam discutir a matéria.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, apresento o voto em separado. Tenho a honra de subscrever esse voto em separado com o Senador Lindbergh Farias e com o Senador Humberto Costa.

Em relação ao voto em separado que apresento agora, de antemão, quero dizer da dificuldade em aqui apresentar os argumentos, que serão menos constitucionais, Senador Pedro Taques, porque não estou à altura, como aluno, de apresentar argumentos constitucionais diante do professor que é V. Exª. São argumentos mais de natureza política em relação a essa matéria, Senador Pedro Taques e Sr. Presidente.

No âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o ilustre Senador Pedro Taques apresentou relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2013, de autoria do ilustre Senador Armando Monteiro, cuja ementa já foi transcrita e já foi aqui dita. O ilustre autor da proposição pretendia estabelecer, em legislação esparsa, o que chamou de crime de vandalismo: promover ou participar de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos, mediante violência ou ameaça por qualquer motivo ou qualquer título.

Para a hipótese, previu penas de 4 a 12 anos de reclusão a serem cumpridas inicialmente em regime fechado, sem prejuízo das correspondentes à violência empregada e à formação de quadrilha. Também havia previsão de condutas equiparadas e qualificadas.

Já o nobre Relator da matéria optou por emenda em que substituiu a figura criminosa autônoma por agravante e casos especiais de aumento de pena nos crimes de homicídio, lesões corporais e dano. São os arts. 121, 129 e 163 do Código Penal, quando um desses crimes for praticado em "manifestações populares, concentração de pessoas ou qualquer encontro multitudinário"

Na 23ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 30 de abril próximo passado, restou concedido pedido de vista coletiva aos membros.

Com o presente voto em separado pretendemos, com todo o respeito, expor nossas divergências quanto à análise deste PLS, que, a nosso sentir, manifesta inconstitucionalidade, porque entendemos que viola o art. 5º, incisos IV, XVI e XVII, da Constituição Federal. Com efeito, ainda que disfarçadamente, o substitutivo, no nosso entender, atenta contra a liberdade de expressão e manifestação do pensamento e seus consectários dos direitos de reunião e livre associação, o que ensejou redação de carta aberta por importantes organizações da sociedade civil.

Não vou me deter às manifestações da sociedade civil, mas aqui digo que há expressa manifestação de entidades da sociedade civil, como a Anistia Internacional, entre outras, que têm se manifestado contra a tipificação que resta nesse projeto de lei.

É que a proposição, no nosso entender, pretende emprestar a uma condição desejada pela democracia – que, quando muito, deveria ser neutra, como a ocorrência de manifestações populares e de concentração de pessoas ou de quaisquer encontros multitudinários – o papel de qualificadoras de crimes, aumentando sensivelmente as penas previstas no Código Penal para os crimes que especifica.

Nesse sentido, merecem destaque as considerações de José Fernando Botero Bernal, para quem

a reunião de pessoas, nas condições estabelecidas pela Constituição e pela CADH, não poderia ser vista de forma diversa do que o acordar, o comer ou o andar pela calçada ou por uma praça pública. Trata-se de um direito, tal como tantos outros, ao que não compete a alguém (seja ou não funcionário público) questionar o porquê se faz ou deixa de fazer. O faz (ou não) porque é o exercício de um direito e isso já deveria bastar.

Assim, com base em tais ensinamentos, remarca Giancarlo Silkunas Vay o seguinte:

Entre as diversas formas de reuniões possíveis de serem realizadas, podem-se elencar os meros encontros, os eventos culturais em geral, as aulas públicas, as passeatas, os protestos, as milícias, e tantas outras possibilidades de reuniões quantas forem os anseios das pessoas envolvidas.

[...]

É por igual razão que toda e qualquer tentativa legislativa de criminalizar movimentos sociais e protestos, ou conceber tratamento mais gravoso para os que deles tomem parte, deve ser veementemente rechaçada por padecer de inconstitucionalidade em sua gênese, uma vez que não respeita o conteúdo essencial dos direitos fundamentais.

Ante o exposto, Sr. Presidente, em atenção às preocupações dos professores citados e das organizações subscritoras da carta aberta acima transcrita (Artigo 19 Brasil, Conectas Direitos Humanos, IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Greenpeace Brasil e Comitê Popular da Copa), nós entendemos que esse projeto deve ser arquivado.

E falo aqui, para concluir, Sr. Presidente: a nossa preocupação não é... Deve haver até a melhor das intenções por parte do autor e por parte do Relator da matéria, conhecendo, em especial, como conheço, o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Deve haver, sem dúvida, a melhor das intenções, mas a minha preocupação é como... A minha preocupação não é com o legislador, em tese; a minha preocupação é com a aplicação da legislação e é com os interesses que estarão por trás na aplicação dessa legislação.

Essa legislação depois vai ser utilizada não por seu fim, em tese, mas por aqueles que irão querer utilizá-la para inibir o que considero o mais sagrado dos sagrados direitos conquistados da redemocratização, que foi o direito à manifestação. E esse direito, o direito à livre manifestação, o direito às mobilizações, está longe do que se tipifica como – abro aspas – "vandalismo".

Eu e alguns dos que estão aqui – e quero tipificar dois, em especial, eu e o Senador Lindbergh Farias – somos de uma geração de militantes políticos, que alvoreceu no seio de manifestações. Eu e o Senador Lindbergh somos de uma geração que foi forjada nas ruas deste País, em manifestações públicas. E, se não fossem as manifestações de rua...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Pedro Taques, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Randolfe está concluindo, só faltam 50 segundos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Mas, dentro desses 50 segundos, um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O.k.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu gostaria que V. Exª, Senador Randolfe, me indicasse no substitutivo um único dispositivo que proíbe, veda, restringe, coloca obstáculo a manifestações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu falo todos, Senador. Eu falarei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, não.

Eu estou ouvindo a voz do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Lindbergh, me permite, Senador Lindbergh.

Senador Randolfe, seu tempo está...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu falarei vários, Senador. É criminalização de movimentos sociais, de manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sim, falo para concluir.

Senador Pedro Taques, a minha preocupação... Eu vou arguir, meu querido Pedro Taques, o que o nosso mestre das leis, Montesquieu, falava em *O Espírito das Leis*. Vou arguir o que é o espírito que a lei procura. Com relação ao espírito dessa legislação, como ela vai ser utilizada – permita-me, Senador Taques –, é como um freio para a manifestação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A minha preocupação – aí me permita dizer aquela máxima que foi utilizada, parece-me que por Pedro Aleixo – é que o problema não é a lei, o problema não é o espírito, o problema é como ela vai ser utilizada pelo guarda da esquina. A minha preocupação é a aplicação desse instrumento. A minha preocupação é a utilização desse instrumento posteriormente a ela ser sancionada.

A despeito de caracterizar e tipificar o chamado crime de vandalismo, nós vamos criar um instrumento que vai ser limitador de manifestações. A arguição do chamado vandalismo sempre houve, não é um argumento novo.

Meu querido Senador Pedro Taques, meu querido Senador Aloysio, arguir o crime de vandalismo é uma argumentação antiga, é uma argumentação que vem desde a República Velha. Chamar de vandalismo a mobilização...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... dos de baixo, dos oprimidos no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe, permita...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A mobilização dos oprimidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ok, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... por querer mais direitos. Essa a argumentação não é nova...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ok, Senador. Agradeço a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Essa argumentação é antiga. E é por isso que este projeto tem que ser rejeitado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Como é que se chama o cara que queima ônibus, então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu represento a República Velha aqui nesta Casa. Eu gostaria de dizer isso. Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª deseja discutir o projeto? (*Pausa*.)

O.k. O Senador é autor e vai discutir o projeto. Estão inscritos o Senador Humberto Costa, o Senador Armando e a Senadora Gleisi.

Eu gostaria, de ofício, em nome do art. 408, §2º, incluir na pauta o parecer do Senador Romero Jucá – nós só temos dois dias –, à questão de ordem do Senador Presidente do Congresso Nacional. É a decisão de ofício desta Presidência.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques, que, na condição de Relator, tem precedência. Depois, abriremos. V. Exª quer se posicionar agora, depois ou intermitentemente? V. Exª tem todo o direito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E, como V. Exª é escravo do Regimento,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade, com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ... o Regimento diz que o Relator pode...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª pode se pronunciar em qualquer situação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Mas eu vou dizer, Sr. Presidente, quanto à fala do Senador Randolfe Rodrigues, a quem nós devemos muito respeito – e eu quero expressar isso –, que o projeto e o substitutivo, aliás, os projetos, que se convolaram e se transformaram no substitutivo que está sendo votado, em nenhum dispositivo restringem manifestações. Ele não faz absolutamente nada disso. Aliás, nós mudamos o projeto justamente para que nós pudéssemos evitar qualquer alegação de inconstitucionalidade a ele. Não se trata de restrição às manifestações. Seria inconstitucional qualquer espécie de restrição às manifestações.

Agora, nós não podemos permitir que, se valendo de manifestações, sejam cometidos crimes, Sr. Presidente, contra o patrimônio público, como no caso do Itamaraty, o patrimônio particular, que a Constituição garante, e a integridade física do cidadão. Isso não pode ser violado. Nós não estamos restringindo manifestações.

No mais, com todo o respeito ao Senador Randolfe, é querer trazer argumentos outros que não constam do substitutivo. Agora, citar Montesquieu, Senador Ranfolfe, com todo o respeito a V. Exª, *O Espírito das Leis*. Nós teríamos que fazer uma consulta exotérica aqui, se nós tivéssemos condição de fazer a leitura do livro *O Espírito das Leis*.

Na interpretação moderna, nós sabemos que interpretar não é apenas retirar sentido, mas é dar sentido ao que ali está escrito. Em nenhum momento o substitutivo restringe qualquer espécie de manifestação. E nós não estamos criando um tipo penal de vandalismo. O substitutivo afasta isso. Não existe um tipo penal para vandalismo, diversamente do que existe nas legislações alienígenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. Como primeiro inscrito, o Senador LIndbergh.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal, me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Logo em seguida, o Senador Humberto Costa, o Senador Armando Monteiro, a Senadora Gleisi, o Senador Romero Jucá e o Senador Aloysio Nunes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aqui ao Senador Pedro Taques.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu estou me inscrevendo, Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Senadora Ana Rita também está inscrita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu acho que estamos tendo aqui uma abordagem unilateral. Eu acompanhei essas manifestações. Sabemos que houve excessos, mas houve excesso dos dois lados, houve excesso do aparato de repressão das polícias dos Estados.

Eu fiz manifestação muito tempo, Aloysio. Quando temos 18 anos, em alguns momentos, nós tomamos atitudes que eram provocadoras para a polícia, mas havia mais preparação do corpo policial. Hoje, nós estamos preparando policial em seis meses. Havia toda uma preparação sobre conflitos que não existe mais.

E acho que nós deveríamos debater esse tema com mais calma, chamar uma audiência pública.

E quero dizer mais, Senador Pedro Taques. Há uma crise de...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou só lançar os argumentos.

Nós temos de entender essas manifestações a fundo. Nós estamos vivendo uma grande crise de representatividade neste País e em várias outras partes do mundo. Questionam os partidos e essa nossa democracia que se distanciou. Nós do Parlamento brasileiro não oferecemos nenhuma resposta! Não houve, Senador Pedro Taques, nenhuma medida de reforma política, não houve nada de concreto!

Nós estamos avançando no sentido de criminalizar movimentos sociais. Eu vou explicar o porquê, eu quero explicar o porquê.

Primeiro, devo dizer uma coisa. Nunca foi tão difícil um jovem de 18 anos que quer ir para uma passeata, sem cometer crime ou delito algum, protestar contra vários motivos como nos dias de hoje! Nunca foi tão difícil! Estão acontecendo os fatos seguintes: legislações estaduais restritivas... No caso do Rio de Janeiro, 300 foram presos de uma vez para averiguação. Hoje, um jovem que quer protestar de forma pacífica pensa duas, três, quatro vezes antes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Um aparte, Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedo um aparte ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E o sujeito que queima ônibus? Qual a resposta que a sociedade espera do Poder Legislativo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós já temos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para queimar ônibus...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu explico...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para destruir agência bancária...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu explico...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É diferente do jovem, do velho que sai para protestar, para dizer... O fenômeno, que está, inclusive, inibindo as manifestações, é o vandalismo, é gente que entra nisso para arrebentar as coisas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, mas eu explico aqui aos senhores.

Senadora Angela Portela, por favor, desculpe.

Eu explico aos senhores aqui: hoje, nós temos uma tipificação penal... Eu quero falar do caso trágico da morte do cinegrafista Santiago: aqueles dois jovens estão presos e estão respondendo por homicídio triplamente qualificado! O problema não é a legislação penal.

Eu queria, Pedro Taques, entrar num ponto aqui. Em relação a homicídio, quais são os qualificadores em relação a homicídio? Nós temos um aqui: cometimento de crime com motivação especialmente repugnante ou vil, motivos torpes. Nós estamos colocando a participação na manifestação nesse mesmo rol. Estamos! É o mesmo aumento de pena, é o mesmo qualificador. Nós temos aqui outro qualificador de homicídio: delito praticado de maneira praticamente cruel ou insidiosa. Colocar manifestação nisso significa, por si só, uma reprovação da manifestação!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Deixe-me só acabar esta parte.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Estão distorcendo o que está escrito, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, não estou distorcendo. Não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu quero explicar que não estou distorcendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu só quero um tempo para concluir, Senador Pedro Taques.

Eu não estou distorcendo. Agora, nós estamos colocando um homicídio acontecendo em manifestação no mesmo rol dessas qualificadoras.

Agora, eu quero chamar atenção para o mais grave: dano ao patrimônio. No dano ao patrimônio, do jeito que está aqui, a pena é privativa de liberdade e é quatro vezes maior a pena que a dos casos das qualificadoras. Quais são as qualificadoras de dano ao patrimônio? Violência ou grave ameaça à pessoa, emprego de substância inflamável... Pois bem. Acontecendo um dano ao patrimônio em manifestação, a pena é quatro vezes superior a dessas qualificadoras, 24 vezes superior ao dano simples ao patrimônio. Isso, Senador Pedro Taques, nos conflitos agrários, significa criminalizar os movimentos sociais. Nos conflitos agrários! Ocupações de terra.

(Manifestação da galeria.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu falo uma coisa aos senhores, eu queria dar este meu testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço silêncio, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com 18 anos de idade, eu era da UNE. Nós invadimos a Bolsa de Valores na véspera da privatização da Vale. Quebramos as portas e invadimos, eu, Senador Randolfe e outros mais.

Pois bem, eu acreditava naquele momento... Com 18 anos, eu acreditava, naquele momento, que nós estávamos num grande projeto de defesa do Estado. Este que fala e que é Senador.

Pena privativa de liberdade. Eu pergunto: esses jovens que estão nas manifestações, vários, no futuro, vão ser Senadores, Parlamentares. É uma nova geração que está questionando isso.

Nós temos que oferecer diálogo, outros canais, não o endurecimento.

E digo mais. Eu queria encerrar dizendo isto...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Conclua, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovar agora, na véspera da organização do evento da Copa do Mundo, é outra coisa que eu acho que nós não deveríamos fazer aqui. Deveríamos esperar. Essa não é a mensagem.

Sabe qual é a mensagem, Senador? Não é V. Exª, não é o Senador Aloysio Nunes. É a de que um jovem rebelde, Senador Aloysio Nunes, que lutou contra a ditadura militar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Veja, eu não falei nada. Primeiro perguntei a você o que fazer com o sujeito que queima ônibus. Só isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu respondo: a tipificação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª já respondeu, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Estou respondendo para acabar.

Tem tipificação para tudo! Para tudo! Para tudo!

Eu falei do caso do homicídio lá.

Tudo tem tipificação aqui.

Eu só queria fazer esse apelo, porque... Não é o caso do Senador Pedro Taques, do Senador Aloysio nem dos Senadores que estão aqui, discutindo, mas tem uma reação dos poderes às manifestações que é quase de medo. Tem gente que quer acabar com a manifestação não é pelo pessoal que quebra, não; é porque não quer povo na rua. E a gente tem que pensar nessa nova juventude que está vindo.

Então acho que o símbolo é muito ruim. A gente tem que estender a mão ao diálogo, à discussão. Apresentar uma resposta só de mexer na legislação penal é um grave equívoco, porque nós não oferecemos outras respostas, respostas políticas que as ruas estão pedindo e que têm que haver com essa nossa crise de representatividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a primeira questão que me deixa preocupado é quando nós passamos a legislar em momentos de comoção.

Eu me lembro bem do 11 de setembro, por exemplo, um caso gravíssimo que terminou ensejando um conjunto de ações dentro e fora dos Estados Unidos que representaram agressão à liberdade política, aos direitos civis, violação de privacidade, julgamentos de exceção, torturas, violação aos direitos civis. Essa é uma

primeira questão. Eu acho que é ruim quando se legisla em um clima de comoção como o que foi criado quando da morte daquele repórter da TV Bandeirantes.

Segundo, eu não sou jurista, mas qualquer pessoa entende que para que uma lei seja eficaz, seja eficiente, ela tem que ser absolutamente objetiva. A conduta criminosa precisa ser definida com absoluta precisão. É aí que o argumento do Senador Lindbergh encontra guarida no meu ponto de vista.

A liberdade política é um valor universal que nós precisamos preservar. Há 50 anos, a liberdade política foi extinta no Brasil. Só depois de vários anos nós conseguimos reconquistá-la, e a nossa democracia tem menos de 30 anos. É muito tempo para a História do Brasil, mas é pouco tempo dentro de um intervalo histórico para que a gente possa endurecer as leis que poderão, efetivamente, incidir sobre o livre direito dessa impressão.

Não podemos esquecer o que já se fez neste País, de ruim, em nome da democracia.

Eu me lembro, por exemplo, do ex-General Figueiredo quando lhe perguntaram se ele era a favor da abertura. Ele disse: "Sim, tem que abrir. E quem não quiser, eu prendo e arrebento".

É nessas coisas que nós precisamos pensar. Que concepção política e cultural nós estamos criando com esse tipo de discussão?

O que eu vou falar aqui não diz nada a respeito do Relator nem do autor. Respeito ambos, sei da consciência democrática que têm, mas eu quero discutir a proposta.

Nós não podemos, a pretexto de garantir alguns direitos, abrir as portas para a restrição de outros, para as tentações autoritárias. É assim como eu vejo essa questão.

É óbvio que o relatório do Senador Taques teve um progresso em relação à proposição original. Ele não mais estipula uma legislação autônoma, mas ele vai mexer no Código Penal.

Quero defender aqui e quero que cada um se questione: o problema é a falta de leis ou o problema é a lei não aplicada? Esses dois jovens, por exemplo, foram rapidamente identificados. Um serviço de inteligência adequado permite que se identifique e puna. Um Poder Judiciário ágil permite que se puna. E é a punição que inibe a realização do crime e não o estabelecimento de qualificadoras e agravantes, que permitem um grau de subjetivismo imenso na leitura do que efetivamente aconteceu.

Entendo que não podemos impor nenhuma restrição ao que a lei propõe.

Eu quero analisar, agora, o relatório.

Quantos minutos são Presidente? Eu entendi que eram dez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – São dez minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Mas não foram dez ainda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, não. V. Exª tem mais cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vou tentar, rapidamente, dizer. Uma das coisas que poderá agravar o crime é o fato de se utilizar máscara, capacete ou qualquer utensílio destinado a dificultar a identificação do agente.

Eu acho, primeiro, que é complexo identificar se o indivíduo foi para a manifestação porque ele queria protestar e botou uma máscara. Eu me lembro do movimento dos caras pintadas. Muitos caras pintadas se pintavam de tal forma que ninguém os reconhecia. O objetivo não era fazer qualquer delito, era de expressar um posicionamento, uma postura, um emblema, um símbolo. Como é que nós vamos, agora, dar maior gravidade a um crime, porque ele é realizado com máscara, dentro de uma mobilização? No meu tempo de movimento estudantil, nós usávamos, por exemplo, lenços embebidos. Eu não sei nem o que era, se era vinagre, o que era, porque a repressão jogava bomba de gás lacrimogêneo. Subjetivamente, isso poderia ser enquadrado, dentro de uma lei como essa, como agravante de uma confusão que tivesse acontecido, de uma briga, de uma lesão corporal.

Por outro lado, a obrigação de identificar é do Estado. Eu ainda não vi um juiz dizer o seguinte: estou condenando esse fulano de tal por roubo, pelo que ele fez, e vou dar um adicional porque ele usou uma máscara ou quebrou a câmera de vigilância. É lógico que não faz sentido. É inerente a quem quer cometer um crime esconder a sua identidade. Então, isso é subjetivo também.

Segundo, diz que a pena do homicídio vai ser agravada, vai ser qualificada, se o crime aconteceu em manifestações, concentração de pessoas ou qualquer encontro de multidões. Primeiro, o que é uma concentração de pessoas? Cinco pessoas num bar, bebendo, onde se estabelece um desentendimento, há uma briga e uma morte, é uma concentração de pessoas. Algum juiz pode ter essa leitura.

O que é, com certeza, uma manifestação? Nós temos manifestação de Carnaval, manifestação cultural. No Carnaval, as pessoas se mascaram. A realização de um delito, por exemplo, no Carnaval, devia ser um fator atenuante, não agravante. Por quê? Porque uma multidão como aquela está propensa a diversas desinteligências, desentendimentos. Às vezes, isso é até usado na defesa de quem cometeu aquele crime.

O outro ponto diz respeito à questão da lesão corporal. É mais ou menos a mesma coisa que falei aqui, agora.

O último, o do dano, é o que eu acho, de todos eles, o pior, com todo respeito ao Senador Pedro Taques. Eu estou aqui levantando essas questões muito mais para uma reflexão. Aqui diz: se o dano for feito ao patrimônio público, privado, for praticado durante manifestação pública, concentração ou qualquer encontro multitudinário, reclusão de dois a cinco anos.

Qual é o mais grave do ponto de vista da Constituição e de uma visão de uma sociedade humana? Uma lesão corporal deve ser punida de uma forma mais amena do que a quebra de um patrimônio público ou privado por mais relevante que ele seja? De forma alguma! De forma alguma! Isso é uma distorção – permita-me dizer o Senador Pedro Taques. Aqui nós estamos dando mais valor ao patrimônio do que a integridade das pessoas! (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Então, não podemos, em nome de uma questão que é fundamental, que é garantir a segurança das pessoas, de alguma forma, permitir o subjetivismo, a imprecisão, o que pode de fato gerar injustiça.

Outra coisa concreta: manifestação pública política é potencialmente conflitiva. Nós não vamos implantar aqui manifestação padrão FIFA, a família inteira, todo mundo... Gente, não é isso! Isso é parte da luta política que existe dentro de uma sociedade.

Então, eu acho muito grave, e não é pelo momento que nós estamos vivendo, não. O que disse o Senador Randolfe tem razão de ser. Ora, um regime democrático, um democrata à frente desse poder, ele vai, dentro do seu espírito, cumprir as leis e garantir a democracia. Ou não existem figuras autoritárias que ascendem ao poder pelo voto direto? Uma legislação dessa na mão de alguém que tem tendências autoritárias, isso se torna, sem dúvida, um processo de endurecimento dentro da sociedade de negação da democracia, de justificativa e apenamento das pessoas por expressarem o seu desejo, a sua reivindicação, a sua demanda por alguma coisa.

Então, eu queria fazer um apelo – vou concluir – ao Senador Pedro Taques, que pudesse rever esse projeto e levasse em consideração não o que eu estou dizendo aqui, mas a opinião de várias pessoas que já se expressaram, para que a gente aqui, no Congresso, não dê, com a melhor das intenções, uma contribuição para que essa democracia, que é tão frágil, por que a gente lutou tanto, possa em algum momento correr qualquer tipo de risco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Humberto.

Estão inscritos os Senadores Armando Monteiro, Gleisi Hoffmann, Romero Jucá, Aloysio Nunes e Ana Rita, e o Senador Pedro Taques pede a palavra agora...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, Senador Armando Monteiro. Mas o Senador Pedro Taques pode usar da palavra a qualquer momento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu queria deixar claro que eu sou o autor da proposição e não tenho, Sr. Presidente, e nunca tive na minha vida pública a preocupação de enfrentar o debate de maneira frontal.

A sociedade brasileira se viu absolutamente indignada diante da escalada das manifestações que resvalaram, realmente, para um quadro de violência, de violência exacerbada. Portanto, o legislador tem, efetivamente, que responder a determinadas circunstâncias da dinâmica da vida social. Ninguém legisla num ambiente absolutamente de laboratório; legisla-se em função da dinâmica do fato social. Agora, evidentemente, legisla-se com serenidade e com equilíbrio.

Eu quero dizer que o substitutivo do Senado Pedro Taques é uma evolução. Eu me sinto contemplado com o substitutivo do Senador Pedro Taques, mas eu gostaria de dizer que, em países que têm regimes absolutamente democráticos, se fizermos um estudo de legislação comparado, vamos verificar que há legislações que são muito mais coercitivas no trato dessas questões. Inclusive, por exemplo, na Espanha, há um tipo penal específico para desordem que represente depredação de patrimônio, etc.

Portanto, eu quero dizer ao meu prezadíssimo amigo e conterrâneo Senador Randolfe Rodrigues que eu não me sinto aqui porta-voz da Velha República. Mas quero dizer também que sempre achei a demagogia, o exercício da demagogia, e, muitas vezes, a leniência diante de fatos que se colocam algo para mim inaceitável.

Portanto, eu me sinto contemplado pelo substitutivo do Senador Pedro Taques com essa qualificadora que agrava as penas, e quero lembrar também que nunca imaginei que pudesse contribuir para cercear qualquer tipo de manifestação política, porque sempre fui e serei um democrata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Armando.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que essa é uma matéria complexa, uma matéria difícil, mas também saudar o momento que nós estamos discutindo. Penso que o amadurecimento da democracia nos traz desafios cada vez mais complexos. Lutamos muito para combater a ditadura militar, lutamos muito para ter liberdade de expressão, para garantir a liberdade de manifestação. Muitos morreram nessa luta, muitos enfrentaram dificuldades, mas nós conseguimos trazer ao Brasil um regime político democrático.

Hoje, nós temos instituições fortalecidas, temos participação, temos um Congresso ativo e atuante, um Judiciário fortalecido e um Executivo que é limitado pelas ações desses outros Poderes e também pela manifestação da sociedade.

Fiz movimento estudantil, venho do movimento estudantil. Fui do grêmio estudantil do meu colégio, o Colégio Nossa Senhora Medianeira, fui presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, fui da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Fiz muitas manifestações na minha vida. Fiz passeatas, fiz protestos, fiz greves na escola, e sempre achei que as manifestações e a participação da sociedade nesse tipo de processo eram vitais para que nós chamássemos atenção para os problemas e conseguíssemos avançar rumo à melhoria principalmente da situação das políticas públicas.

Saudei muito as manifestações que nós tivemos pelo momento da Copa das Confederações. Acho que este é um país democrático. Quem não quer a Copa, quem não gosta da Copa, quem acha que o Brasil errou em trazer a Copa tem todo o direito de se manifestar, tem todo o direito de requerer que as políticas públicas sejam feitas num padrão FIFA, que tenha mais investimento na educação, que tenha mais investimento na saúde. Aliás, nós já temos mais investimentos na educação, mais investimentos na saúde do que temos nos jogos que estamos organizando. É um debate que também penso que poderíamos aprofundar com todos os setores da sociedade.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que eu tenho muita preocupação pelo que nós vimos nas últimas manifestações. Acompanhei de perto, como Ministra da Casa Civil, a situação da violência e dos distúrbios que nós tivemos na sequência das manifestações. Uma situação muito delicada, em que o Estado se sentia praticamente impotente na defesa das pessoas, na defesa do patrimônio, na defesa da ordem tão necessária ao convívio democrático da sociedade.

Eu li o projeto do Senador Pedro Taques, e queria fazer algumas considerações. Eu tenho dúvidas, mas, hoje, se tivesse que votar aqui, votaria com o substitutivo do Senador Pedro Taques, porque penso que nós temos que ter, pelo menos, para a sociedade brasileira, uma sinalização de como o Estado vai se comportar. Precisamos, sim, de leis efetivas e objetivas, e penso que a objetividade e a efetividade de uma lei está principalmente no direcionamento do comportamento. As nossas leis são mais efetivas no direcionamento do comportamento do que efetivamente na punição que elas trazem.

E me parece que é o caso: nós precisamos direcionar um pouco o comportamento. Que este País tenha todas as manifestações, se a Copa do Mundo servir de palco para isso... E serviu em outros países, como na África, serviu em países como a Alemanha. Aliás, desde que a Copa do Mundo existe, nós temos grandes manifestações nos países onde elas ocorrem, por um simples motivo: esses países chamam a atenção, os holofotes estão voltados para eles. Então, qualquer manifestação acaba se tornando grandiosa e impactante.

E elas têm que ser feitas e têm que ser garantidas, porque é da democracia, é vital para que a gente possa fortalecer o regime democrático. O que não pode, Sr. Presidente, é que na sequência dessas manifestações nós tenhamos a desordem, que traz dor, que traz prejuízo, que traz morte, que traz agressividade. Temos que ter clareza para direcionar a sociedade e dizer que o Estado não vai pactuar com esse tipo de comportamento.

Penso que temos condições de legislar neste momento. Não acho que este momento seja – como disse o Senador Humberto Costa, meu colega de Partido e companheiro, a quem muito respeito e admiro – um momento de comoção. Acho que é um momento em que a sociedade requer de nós uma resposta como legisladores, como pessoas responsáveis pela condução do Estado. De que forma vamos nos comportar? Não estou aqui defendendo, em nenhum momento, a agressividade policial. Penso que falta no substitutivo do Senador Pedro Taques um direcionamento claro sobre a criminalização decorrente de atos praticados pela Polícia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permite-me um aparte?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Acho que nisso nós temos uma lacuna e poderíamos trabalhar para que ficasse claro nesse substitutivo.

Concedo um aparte.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Senadora.

V. Exª tem razão. Conversamos com o Ministério da Justiça, que trouxe uma contribuição a respeito da alteração da Lei de Abuso de Autoridade. Fiz reuniões com o Ministro da Justiça, encaminhei as nossas sugestões, fizemos uma reunião com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, o próprio Ministro da Justiça e o Presidente da CCJ. Encaminhei ao Ministério da Justiça e entendo a necessidade de alterarmos a Lei de Abuso de Autoridade para que esta preocupação de V. Exª – que é a preocupação da sociedade – possa ser contemplada. Estamos trabalhando nisso sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Penso, inclusive, Senador Pedro Taques, que seria um gesto seu muito positivo se nós pudéssemos nesse substitutivo incluir já uma tipificação, um artigo que focasse a violência policial. Parece-me que completaria. Portanto, nós poderíamos ter um pouquinho mais de prazo e fazer com que isso fosse tratado no mesmo substitutivo.

Nós não estamos num regime de exceção. Portanto, não fico preocupada em termos restrições legais à questão do vandalismo em manifestações. Nós temos isso em países avançados e democráticos. Na França, por exemplo, tem-se que notificar com antecedência as manifestações públicas que vão acontecer; no Canadá, há restrição; nos Estados Unidos. São todos países referência de democracia. Penso que isso se requer do amadurecimento da vida democrática. Não vejo isso como recesso, mas vejo como um desafio para que a gente assegure as liberdades e a expressão de todos numa sociedade que se quer democrática e atuante.

Eu quero sim que os meus filhos – que ainda são pequenos – possam participar de manifestações e que eu não fique com medo de que eles possam voltar para casa machucados ou participar de um ato de violência, assim como eu participei e nunca tivemos atos de violência ou de vandalismo. Nós precisamos sim fortalecer a nossa democracia. Penso que isso é um passo.

Se temos que aperfeiçoar esse substitutivo, queria fazer um apelo ao Senador Pedro Taques, para que possamos aperfeiçoá-lo e focar também a violência policial. Não podemos permitir, em nenhuma situação, que a Polícia aja com violência sobre aqueles que se manifestam democraticamente e que encaminham as suas reivindicações. Portanto, nesse substitutivo tem que constar também uma tipificação e uma elaboração a esse respeito.

No mais, quero dizer que o momento histórico que vivemos requer de nós, do Congresso Nacional, do Estado brasileiro, que legislemos sobre a realidade que estamos vivenciando, que é diferente de uma realidade de 30, 40 anos; é outra realidade que requererá de nós posturas diferentes.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Gleisi.

Agora, para discutir a matéria, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu serei rápido, mas quero aqui registrar primeiramente a minha concordância com o relatório do Senador Pedro Taques. Quero registrar que, diferentemente do que foi dito aqui, acho que se estamos numa democracia, cada um tem o direito de pensar e dizer o que acha. Agora, nós temos que nos debruçar sobre a luz dos fatos. O que está escrito no relatório do Senador Pedro Taques não é nenhuma limitação sobre qualquer movimento social, não é nenhum desincentivo a qualquer jovem de 18 anos participar de protesto de qualquer questão, não é nada disso. Ao contrário, o que estamos fazendo, na verdade, é legitimar a correta manifestação popular e efetivamente proteger a sociedade daquele detalhe ou daquela excrescência da movimentação popular, que é a violência, a morte, a depredação que prejudica não só os depredados.

Ontem, olhando a programação jornalística, eu estava vendo: 268 ônibus queimados este ano já no Brasil. E pergunto: a queima de um ônibus melhora em que a mobilização ou a manifestação popular? A queima de um ônibus prejudica só o dono da empresa de ônibus? Não, Sr. Presidente, prejudica a população mais pobre que usa transporte para se locomover. E quando se queimam 268 ônibus, faltam ônibus num problema de mobilidade urbana que já é uma questão grave.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Tem que prender, Senador. Tem que prender quem queima ônibus.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Por isso que inclusive eu apoio a emenda do Senador Acir Gurgacz que... A proposição seria que pudesse ser uma emenda ou um ajuste para que se especificasse efetivamente a queima de ônibus também nessa questão do vandalismo. Então, quero registrar que nós estamos aqui defendendo a sociedade com esse projeto, e não o contrário.

E uma coisa importante, desde dezembro, sou relator na comissão mista de uma determinação da Constituição que manda regulamentar o crime de terrorismo. Nós fizemos a aprovação, por unanimidade, na comissão mista, e esse projeto aguarda votação no plenário porque alguns, tentando embaralhar as questões, disseram que a votação do crime de terrorismo tentaria classificar como terroristas as movimentações sociais.

Não é verdade. Em nenhum momento, a tipificação ou a questão da legislação que regulamenta o crime de terrorismo enquadra movimentos sociais.

Mas nós pactuamos exatamente para não dar margem a esse tipo de distorção que primeiro votaríamos essa matéria que regulamenta, ou que define, ou que pune, ou que de certa forma leva adiante a questão da punição do vandalismo, para depois votarmos a punição e a tipificação do terrorismo – uma legislação que o Brasil pede há 25 anos. Há 25 anos a Constituição brasileira cobra essa regulamentação e até agora não foi feita. E não está sendo feita de afogadilho, em 2012 nós começamos a discutir.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar que nós somos a favor das manifestações, somos a favor de todo o tipo de protesto respeitoso. Agora, jogar um vaso sanitário na cabeça do outro para matar, queimar um ônibus, matar um cinegrafista, queimar uma agência bancária, queimar uma agência dos Correios, invadir o Itamaraty, na minha avaliação, isso não faz parte da movimentação do protesto legítimo ou do respeito à ordem pública e ao direito do outro. Estamos aqui regulamentando o direito do outro também.

Quero registrar o meu voto favorável ao projeto relatado pelo Senador Pedro Taques, com as melhorias e com os avanços que o Senador Pedro Taques relatou, e louvar também a proposição do Senador Armando Monteiro quando apresentou essa questão junto com o Senador Vital do Rêgo.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Consulto V. Exª sobre quantos oradores nós temos inscritos para o debate ainda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Temos inscritos ainda o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Inácio Arruda, e também o Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, vou glosar o mote lançado aqui pela Senadora Gleisi Hoffmann, que rememorou o momento em que as grandes manifestações de julho começaram a refluir. E refluir exatamente em razão da presença de vândalos que se aproveitaram dessas manifestações para extravasar sentimentos, impulsos, provavelmente orientados por algum tipo de ideologia, que acabaram por afastar das manifestações pessoas que legitimamente iam às ruas para protestar, para reclamar ou para expressar até o seu desejo de dizer: eu existo, eu sou um cidadão, eu tenho direito à vida pública.

As manifestações refluíram exatamente no momento em que os chamados Black Blocs e congêneres passaram a se servir daquele ambiente para depredar, talvez vendo na depredação do patrimônio público e privado a chave para a revolução social ou coisa que o valha. Delírios cuja procedência não cabe a mim julgar. Eu constato apenas o fato objetivo: foi a eclosão da violência nas manifestações que provocou o seu refluxo.

Portanto, ao propor uma resposta eficaz a esse tipo de comportamento, eu penso que nós estamos ajudando, consolidando o ambiente para propiciar manifestações pacíficas, porque na democracia manifestações têm que ser pacíficas. A violência jamais poderá ser legitimada como forma de luta numa democracia. Não pode. Talvez, no estado de exceção, o direito legítimo à rebelião possa justificar, embora as experiências recentes no Brasil da adoção de luta armada como forma de luta não tenham contribuído – longe disso! – para a redemocratização no Brasil. O que contribuiu para a redemocratização no Brasil – e eu digo isso por ter participado da luta armada, eu, Aloysio Nunes Ferreira –, o que levou, efetivamente, à reconquista da democracia foi a luta de massas, a luta política, a luta pacífica. Pacífica por parte daqueles que a promoveram, mas nem sempre pacífica por parte daqueles que a reprimiram.

Então, Sr. Presidente, eu parto do seguinte princípio, isto para mim é uma questão de princípio: a violência não pode ser legitimada como forma de luta numa democracia. Não vou citar o Montesquieu, meu querido Randolfe – não sei se o Randolfe está aí –, não vou fazer uma consulta mediúnica a Montesquieu, mas Montesquieu, em *O Espírito das Leis*, se estende exatamente sobre o conceito de liberdade. Ele diz que liberdade é agir segundo a lei, porque se houvesse liberdade para agir contrariando a lei, não haveria mais liberdade. Nós estaríamos no estado da selvageria. É o que diz Montesquieu.

Mas não é preciso ir a Montesquieu. Basta que nós possamos tomar o pulso do sentimento do homem comum, das pessoas que nós representamos, do cidadão brasileiro, que não se conforma em ver depredação de ônibus, queima de ônibus, depredação de agência bancária, destruição de patrimônio público. Isso é inadmissível e é preciso que haja uma resposta.

Já existem leis, é verdade, mas existem leis que, no meu entender, não são adequadas para combater esse fenômeno e para reprimir esse tipo de comportamento antidemocrático e antimanifestação.

A pena para o crime de dano, se não me engano – o Pedro Taques me corrigirá –, é detenção de seis meses a três anos. Ora, o crime de furto é punido com uma pena que pode ir até a quatro anos. Então, é evidentemente, é preciso haver uma resposta mais severa a esse tipo delito cujo alcance vai muito além do patrimônio individual, porque ele se projeta para a vida pública. Ele é uma projeção de um comportamento antidemocrático e que causa temor, causa pavor nas pessoas, afasta as pessoas da manifestação.

Então, eu estou aqui apoiando o substitutivo do Pedro Taques. Eu tenho até emendas que poderão ser analisadas, no futuro, quando o projeto for ao Plenário, porque, aprovado aqui, evidentemente haverá recurso, e, rejeitado, também haverá recurso, e haverá tempo para que nós possamos calibrar um pouco melhor determinadas cominações penais. Penso que há, realmente, uma dosimetria a ser calculada, sobretudo, em relação a crime contra o patrimônio *versus* crime contra a pessoa. Penso que é preciso uma modulação. Mas temos tempo e espaço regimental para esse aperfeiçoamento, quando o projeto for ao plenário.

Apenas penso que esse tema merece uma resposta do Congresso. Não quero propiciar uma delonga maior aqui na Comissão de, reservando-me o direito e até o dever de emendá-lo quando for ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Rita, para discutir a matéria.

Inscritos: Senador Suplicy, Senador Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Mozarildo, Senador Randolfe e por último o Senador Pedro Taques.

Senador Humberto Costa.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero aqui também colocar a minha opinião a respeito desta discussão que está sendo travada aqui neste momento.

Primeiro, eu quero apenas retomar o que o substitutivo do Senador Pedro Taques coloca. Ele acrescenta o inciso VI, no art. 121, que trata do crime de homicídio. E esse inciso está no §2º, que trata do homicídio qualificado, ou seja, o seu substitutivo inclui como uma qualificadora do crime de homicídio as manifestações. E aí ele diz manifestações, concentrações de pessoas. O inciso VI diz o seguinte:...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Um aparte, só um aparte, por gentileza. É possível? A senhora poderia me conceder um aparte?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu nem comecei a falar ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, mas não foi isso que...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu nem expressei ainda o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Taques, só a oradora pode conceder o aparte.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu queria fazer a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Taques, V. Exª poderá usar a palavra logo em seguida.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria se possível expor o que eu estou pensando.

O inciso VI, proposto no §2º do art. 121, que qualifica o crime de homicídio inclui que se o crime é cometido em manifestações, concentração de pessoas ou qualquer encontro multitudinário, ou seja, está qualificando as manifestações como um crime de homicídio. É isso que eu estou entendo. Por quê? O art. 121 fala: "Matar alguém. Pena – reclusão de seis a vinte anos."

Depois o artigo que trata do crime de homicídio qualificado.

> § 2º Se o homicídio é cometido:
>
> .....
>
> VI – se o crime é cometido em manifestações, concentrações de pessoas ou qualquer encontro multitudinário.

A minha pergunta é... E aí eu quero fazer aqui um diálogo com o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Se a senhora me permitir um aparte eu posso dialogar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero primeiro lhe fazer algumas perguntas, depois vou escutá-lo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, senhora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Se o senhor inclui as manifestações como uma qualificadora de crime de homicídio, a pergunta é: se uma manifestação, acontece aqui na Esplanada, por exemplo, e arrebentam as portas do Congresso Nacional, qual é tratamento que vai ser dado? Se essa manifestação acontecer na cidade da periferia, do entorno aqui de Goiás, qual é o tratamento que será dado? Porque eu estou entendendo que aqui está se qualificando um crime também de acordo com o local que ele acontece.

Por que eu digo isso? O que é uma manifestação? Você pode ter uma manifestação de dez pessoas em frente a uma escola, por exemplo, reivindicando vagas na escola e alguém naquele momento perde a cabeça e mata outra pessoa, é um fato. Se essa manifestação com mil pessoas em frente à universidade federal ou em frente aqui ao Congresso Nacional e alguém perde a cabeça e mata outra pessoa o tratamento é o mesmo? A minha pergunta é essa.

Segundo...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu posso responder?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de fazer outras perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, mas aí eu posso esquecer a primeira. Então, eu gostaria se V. Exª me permitisse.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor, Pedro Taques, desde que o meu tempo seja respeitado, porque eu tenho dez minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, então, eu não vou... A senhora está me pedindo para que eu responda.

Primeiro, eu quero expressar a V. Exª o meu total respeito e defendo que essas dúvidas de V. Exª possam ser resolvidas, possam ser sanadas. Nós estamos aqui justamente para aprimorar o projeto, aliás, o Regimento Interno permite que Senadores façam emendas para aprimorar o projeto. Esse é o ponto.

Respondendo à primeira indagação de V. Exª, em nenhum momento, o projeto qualifica manifestações. Seria inconstitucional se nós proibíssemos manifestações e trouxéssemos restrições às manifestações. Na técnica jurídica, existe o chamado homicídio qualificado, como V. Exª bem disse: aumenta a pena em razão de uma circunstância exterior. A circunstância exterior aqui é a prática do homicídio dentro das manifestações, valendo-se das manifestações. Como que isso é comprovado? Através das circunstâncias exteriores, Senadora Ana Rita. Em nenhum momento, diferente do que V. Exª disse, o projeto qualifica a participação em manifestações.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas está dito aqui no projeto: manifestações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não. Eu respeito o entendimento de V. Exª ao que está escrito. Mas não é isso o que o projeto quis dizer...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas se o projeto diz: se o crime é cometido em manifestações... A minha pergunta é: o que é manifestação?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O que é manifestação? A Constituição diferencia reuniões no sentido de manifestação e associação. Ninguém pode se manifestar consigo mesmo, a não ser no seu psicológico, no seu emocional, e aí Freud resolveria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador. Não desvirtua, porque olha só: não estou falando desse tipo de manifestação. Estou falando manifestação pública, é o que o senhor está dizendo aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não. Eu vou definir para a senhora a manifestação.

A manifestação precisa de alguns requisitos. Primeiro, para que você se manifeste, você precisa ter outras pessoas consigo...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ...mas a Constituição não determina o número de pessoas.

Segundo, a manifestação tem que ser em um lapso temporal; deve ser provisória, porque, senão, a manifestação vira exercício de direito de associação.

Terceiro, a manifestação precisa ter um objetivo, o proselitismo de determinado pensamento, a resistência a determinado ato.

Isso é o direito de manifestação previsto na Constituição.

Em nenhum momento, a qualificadora proíbe manifestações. As circunstâncias exteriores é que definem isso.

Vamos dar um exemplo: um cidadão é encontrado com 50 gramas de cocaína. Ele é traficante ou ele é usuário? Depende das circunstâncias exteriores. Se encontrar-se com ele também saquinhos para ele dividir a cocaína, dinheiros separados, ele estiver em determinado local, as circunstâncias exteriores a esse fato é que determina qual crime que é.

Não existe forma de nós colocarmos em um dispositivo legal todos os detalhes a respeito da conduta, porque, senão, o Código Penal seria uma lista telefônica.

Mas a preocupação de V. Exª é válida. Aí nós teríamos – concordo com V. Exª –, é possível você estabelecer o tipo penal o mais fechado possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O senhor me permite, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A palavra está com a Senadora, estou aparteando a Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu só preciso encerrar a minha resposta.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está, encerra. Sim, deixa ele encerrar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Respondendo objetivamente: nós precisamos das circunstâncias exteriores à conduta para qualificar a conduta. E o legislador não tem a possibilidade de fazer isso em todos os termos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Randolfe quer colaborar com a reflexão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Na verdade, é uma pergunta, Senador Pedro Taques.

V. Exª coloca, aqui, no substitutivo o seguinte: "Se o crime é cometido em manifestações, concentração de pessoas ou qualquer encontro multitudinário", e acrescenta "o art. 129 do Código Penal passa a vigorar acrescido do seguinte §12: aumenta-se a pena pela metade se a lesão for praticada durante manifestações populares."

Ou seja, a pergunta que faço a V. Exª: qual é a diferença, então, se esse crime não for cometido em manifestação? Quer dizer, o mesmo crime, esse crime cometido em manifestação aumenta a pena; e o crime não cometido em manifestação fica com a pena reduzida?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª está coberto de razão a respeito disso. Agora, aquele que cometeu a ofensa à integridade física, que recebe o nome de lesão corporal, como V. Exª bem sabe, valendo-se das manifestações, das dificuldades de identificação nas manifestações – V. Exª sabe que a psicologia de grupo é totalmente diversa da psicologia individual –, o Código Penal trata disso quando fala de rixa, de crimes praticados em multidões. Isso já está definido na dogmática jurídica há muito tempo. A soma de duas emoções cria uma nova emoção, e isso é a realidade do crime de rixa.

O que estou a dizer é: as manifestações conforme aí está, conforme se encontra definida, não existe proibição às manifestações. O que nós queremos evitar, ou ao menos diminuir, com esse tipo de conduta é o seguinte: nós temos, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Aloysio, de valorizar as manifestações. Agora, nós não podemos permitir que criminosos se ocupem das manifestações para a prática de crimes. Se esses criminosos continuarem a praticar crimes nas manifestações, o cidadão que quer exercer o seu direito constitucional vai embora, ele não vai mais participar das manifestações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador, permita-me.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O exemplo, permita-me, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ...o exemplo foram as chamadas jornadas de junho e julho do ano passado, movimentos cívicos que nós devemos, sim, valorizar.

Agora, por que esses movimentos têm diminuído? Porque os baderneiros, porque aqueles que não querem as manifestações livres e democráticas se fazem presente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Primeiramente, eu acho que essa não seria a melhor resposta às manifestações de junho, essa que nós estamos dando, mas permita-me. Como nós definiríamos qual seria o perímetro de uma manifestação para definir o crime ou não?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Como nós vamos definir se os 50...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu quero informar que o tempo destinado à Senadora Ana Rita já se esgotou. Estou dando dois minutos, porque o Senador Randolfe...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E eu quero concluir a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – ...o Senador Randolfe está inscrito, portanto eu acho que deveria...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero concluir a minha fala.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu preciso responder ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sim, V. Exª, como Relator, está certo. Agora estou notando que o Senador Randolfe está inscrito para falar em seguida. Então a gente deveria seguir cada qual o tempo normal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me responder objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Perfeito. Eu acho que V. Exª tem o direito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Está bom. Muito obrigado.

A lei não pode estabelecer a 50 metros ou um quilômetro do centro das manifestações. Isso depende, como eu aqui afirmei, das circunstâncias exteriores àquele fato, assim como...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O senhor há de convir que estaremos no campo da subjetividade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Randolfe, o art. 121 diz assim: "Matar alguém." Eu gostaria que V. Exª definisse o que é alguém.

O art. 155 diz: "Subtrair coisa alheia móvel."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas aí é campo da objetividade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O que é móvel?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone)* – O tipo fútil. O que é fútil? O juiz vai decidir...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O que é fútil? Isso depende de prova.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de concluir a minha fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas estamos falando da manifestação. Vamos deixar para o juiz o direito sagrado da manifestação?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O que é fútil? Não é o juiz que define?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Bom, a gente está falando do sagrado direito à manifestação, direito à manifestação. Vamos deixar isso para o juiz?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou falando do sagrado direito à vida.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu queria, só para concluir a minha fala...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse é o problema, Senador. V. Exª está colocando fútil, motivo torpe...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, estou dando um exemplo, um exemplo: a qualificadora motivo fútil. É claro que o juiz é quem decide mediante o debate, o contraditório, a ampla defesa, mas é, evidentemente, uma decisão humana!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas está sendo colocada a manifestação no mesmo rol de motivo fútil, torpe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Olha só, eu queria terminar a minha fala, porque o Presidente vai fechar aqui.

Eu queria apenas dizer que me parece que o local onde acontecem as manifestações poderá ser uma qualificadora. Então, fica subentendido que local de realização de manifestações é a qualificadora do crime. Fica um pouco entendido isso.

Finalizo a minha fala dizendo o seguinte: eu compreendo a preocupação. E é uma preocupação de todos nós. Não podemos conviver numa sociedade que tenha violência, mas a síntese que eu faço é a de que nós já temos uma legislação suficiente, que prevê todas essas situações.

Para mim, esse debate dá uma demonstração de que o Estado brasileiro e nós todos somos incapazes de fazer com que a lei seja de fato aplicada, porque a legislação existe, o Código Penal existe. Nós não precisamos aumentar as penas e qualificar as manifestações. A legislação atual já nos dá condição de dar uma resposta e de fazer um trabalho preventivo. Se esse trabalho de prevenção não é feito é porque existe uma inoperância por parte do Estado brasileiro.

E eu tenho a compreensão de que não é o tratamento agressivo por parte dos órgãos de repressão do Estado que vai reduzir a violência, porque a agressão, a violência por parte dos órgãos de repressão também estimula e provoca uma reação igual. Eu acho que há incapacidade do Estado em saber lidar com essas situações quando retira o direito às manifestações. Que elas possam ocorrer sem que haja de fato a violência praticada por determinadas pessoas.

Então, eu sou contrária ao projeto do Senador Pedro Taques. Eu não vejo necessidade desse projeto de lei que amplia a pena para quem comete um crime numa manifestação. É um tratamento diferenciado para quem está nas manifestações. Eu entendo que o que nós temos de legislação é mais do que suficiente. O que é preciso é que a legislação seja aplicada de acordo.

Essa é a minha opinião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Como Relator, gostaria de me manifestar. É possível? Muito obrigado.

Sr. Presidente, alguns dizem que as palavras são viajantes, elas mudam seu sentido tendo em conta o espaço, o local em que elas estão sendo pronunciadas e o tempo.

Até 1988 se falava em repressão com conteúdo político-ideológico. A Senadora Ana Rita, ao meu pensar, e outros Senadores, trouxeram o termo repressão com conteúdo político-ideológico. A Constituição fala em repressão no art. 144, §2º, contaminada pelo respeito à dignidade da pessoa humana, contaminada pelo respeito aos direitos fundamentais, mas exige que aquele que comete crime possa e deva ser responsabilizado.

O Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão que não comete crime frente àquele que comete crime. Não estamos aqui debatendo manifestações. Estamos debatendo aqueles que cometem crime nas manifestações. Como podemos definir a vida? O Supremo Tribunal Federal passou cinco ou seis sessões discutindo o que é vida e o Código Penal fala que matar alguém é crime.

A lei não poderia estabelecer o que é vida, quando se inicia a vida. O que é repouso noturno? O art. 155 fala em repouso noturno. Existem quatro ou cinco correntes jurisprudenciais a respeito do repouso noturno. Se o repouso noturno começa no crepúsculo ou não. O que são 18 anos? Existe quem defenda que 18 anos começa no dia em que ele atinge o aniversário, no primeiro instante. Isso o homem ou a mulher, no momento da definição, é quem vai dizer. Não podemos estabelecer numa lei, fazer da lei, um tratado. A lei tem que ser o mais objetiva possível. Concordo com o Senador Humberto Costa.

Agora, precisamos, sim, não proibir manifestações, porque isso seria inconstitucional, e falar que essa legislação, esse projeto aqui é autoritário, com todo o respeito, é desconhecimento de legislações de Estados longe do autoritarismo. Vamos falar da França ou para aqueles mais castiços, em França. A legislação francesa traz instrumentos fortes para proteger as manifestações e permitir que aquele que deseja se insurgir, resistir, possa comparecer. Agora, aquele que comete crime nas manifestações é responsabilizado.

A legislação do Canadá – e o Canadá não é exemplo de autoritarismo, o Canadá não é exemplo de um Estado reacionário – a legislação do Canadá proíbe a utilização de máscaras em manifestações. Este projeto, o substitutivo não faz isso. Afastamos a ponderação do Senador Armando e trouxemos a utilização de máscaras como um agravante, porque entendo que seria inconstitucional a proibição de máscaras, a não ser a utilização de capacete, por exemplo, dentro de uma agência bancária. Não é da natureza das coisas o cidadão entrar com capacete numa agência bancária. Por que ele vai usar? É diferente.

Portanto, Sr. Presidente, aqui está a ocorrer um entendimento equivocado do projeto. Estamos falando de um projeto para regrar não as manifestações, mas aqueles que cometem crime nas manifestações, que se valem, que se ocupam das manifestações para extravasar sentimentos primitivos e criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª está equivocado, Senador. O caso do conflito agrário, com esse caso de dano ao patrimônio...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, estou com a palavra e não concedi o aparte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª pede aparte a todo mundo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sou Relator. Então, vamos mudar o Regimento Interno.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então me responda em relação ao conflito agrário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu não concedo aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª tem razão. Senador Lindbergh, quero fazer um apelo. Tem seis Senadores ainda inscritos, se cada um se restringir aos dez minutos, vamos levar uma hora. Se ficarmos trocando...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, estamos num espaço democrático. Se crimes forem cometidos dentro desse espaço democrático, aquele que cometeu o crime tem que ser responsabilizado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Essa é a consequência do projeto (*Fora do microfone*). V. Exª vai prender todo mundo do MST.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Pedro Taques, V. Exª tem razão. Tem que ser penalizado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Isso é demagogia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Demagogia por quê?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Isso é demagogia, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Chame eles aqui para discutir com V. Exª. Então, chamem eles. Demagogia? Então, chame eles aqui para discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eles destroem laboratórios de pesquisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É fácil dizer que é demagogia, Senador. Receba eles, receba o movimento do campo aqui antes de votar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Queria também pedir a compreensão dos Senadores para que seguirmos a ordem dos inscritos e que cada qual que quiser retrucar se inscreva. Do jeito que está aqui esse bate-boca, nós não vamos resolver nada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Estou inscrito aí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª está inscrito, logo após o Senador Suplicy.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Suplicy está atendendo uma ligação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Mas eu não chamei ainda. Tem o Senador Randolfe, depois o Suplicy. Então, faço esse apelo; senão, não vamos concluir.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente. Vamos estabelecer a ordem, senão não conseguiremos ouvir os oradores que estão inscritos. E o quórum se esvai...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – É exatamente isso que estou tentando fazer, sem ter que circunscrever...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu faria uma sugestão a V. Exª. Eu acho que esse é um debate extremamente importante e extremamente interessante. Eu, por exemplo, gostaria de ouvir todos que estão inscritos aqui. Nós não temos mais quórum, nós estamos quase a uma hora da tarde; nós poderíamos sugerir a retomada dessa discussão na semana que vem, respeitando essa ordem de inscrições, e aprofundarmos, ao longo desse tempo também... O Senador Pedro Taques pode fazer alguma reflexão sobre algumas ideias aqui...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Espero que os outros também façam reflexões, porque como diz lá o filósofo, façam reflexões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, se a boa recomendação do Senador Humberto Costa for acolhida, eu declino da palavra e peço a V. Exª que mantenha meu nome na próxima quarta-feira, para que nós possamos fazer esse debate – e já encerro, Senador Pedro Taques –, como consequência, para que ele possa se dar e possamos deliberar sobre ele.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Concordo. Nós encerraríamos aqui, mas com as inscrições mantidas, porque tenho outra opinião e quero oferecer, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos inscritos, Sr. Presidente. Eu também estou inscrito, da mesma forma que o Senador Inácio...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, entendo que está havendo uma concordância.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Se todos concordam, nós apenas transferimos a discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo e mantenho a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Humberto Costa e com todos aqui. Precisamos, sim, fazer esse debate.

Eu queria dizer ao Senador Lindbergh que eu falei demagogia no sentido aristotélico, grego, naquele momento, que demagogia significa democracia no livro *Política*, de Aristóteles. Então, em 240 anos a.C., está bom?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, se todo mundo está de acordo, fica suspensa a discussão, que será retomada, com a inscrição hoje feita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ao item seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Exatamente. Vamos ao próximo.

Quero, então, anunciar que vamos apreciar recurso de autoria do Presidente do Congresso Nacional e relatoria do Senador Romero Jucá, que encaminha notas taquigráficas de relatório proferido na sessão...

Quero dar a palavra ao Senador Romero Jucá...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Extrapauta, recurso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, extrapauta, nós combinamos que seria após a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Ferraço, segundo o Regimento, no art. 408, "havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania", e o prazo é de dois dias úteis. Então, é uma situação especial prevista no Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para explicar ao Senador Ferraço, essa é a questão de ordem que foi levantada no Congresso sobre a instalação das CPIs mistas e nós temos prazo regimental para apresentar essa posição. O meu relatório é pela manutenção da decisão do Supremo, claro, não poderia ser diferente, mesmo em situação liminar, e, portanto, das questões de ordem levantadas, prevalece a decisão de implantar a CPMI, mista, do Requerimento nº 2, a restrita, a primeira a que foi dada entrada.

Então, estou apresentando o relatório exatamente para subsidiar a posição que o Presidente Renan Calheiros no Congresso vai precisar repassar ao Congresso Nacional. Eu não quis demorar; recebi na segunda-feira essa matéria, já trouxe agora na quarta-feira, exatamente para que não houvesse nenhum questionamento de delongas ou de tentativa de evitar qualquer tipo de investigação.

Portanto, o relatório está aí nessa direção e eu gostaria que pudesse ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Deseja falar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos apreciar, então, nos termos do Regimento, mas quero crer que o Senador já até apresentou o relatório. Vamos adiante na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, eu quero colocar em discussão a matéria.

Às Senadoras e aos Senadores que queiram se manifestar, está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 32
RECURSO (CONGRESSO NACIONAL) Nº 1, DE 2014
– Não terminativo –

Encaminha notas taquigráficas da decisão proferida pela Presidência do Congresso Nacional, na sessão conjunta do dia 7 de maio de 2014, sobre as Questões de Ordem formuladas pelos Senadores José Pimentel e Gleisi Hoffmann e pelos Deputados Afonso Florence, Danilo Forte, Mendonça Filho e Rubens Bueno, referentes aos Requerimentos nºs 2 e 3, de 2014-CN, ambos solicitando criação de comissão parlamentar de inquérito.

Autoria: Presidente do Congresso Nacional

Relator: Senador Romero Jucá

Relatório: Pelo não provimento do Recurso (CN) nº 1, de 2014, mantendo-se íntegras as decisões e as providências adotadas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional na sessão conjunta do dia 7 de maio de 2014, com relação ao indeferimento das questões de ordem anteriormente levantadas e à adoção das medidas necessárias para instalação da CPMI objeto do Requerimento nº 2, de 2014-CN, tendo em vista a liminar proferida no MS nº 32.885.)

Mais um projeto aqui não terminativo.

A relatoria é do Senador Ricardo Ferraço, a autoria é do Deputado José Eduardo Cardozo.

Concedo a palavra, portanto, ao Relator, para fazer as suas observações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Item 22, Senador Ferraço.

Foi pedido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos no item 4, Sr. Presidente.

Não há inversão de pauta. Nós estamos no item 4.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Veja bem, a Mesa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos no item 3, no item 4.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Nós estamos dando prioridade para os projetos cujos relatores estão presentes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, eu sou Relator do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, vamos apreciar o item 4.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Apenas isto: querendo atender a V. Exª.

Bem, o item 4, de autoria do Senador Almeida Lima e outros, cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2007
– Não terminativo –

Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.

Autoria: Senador Almeida Lima

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2009
– Não terminativo –

Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário à PEC nº 56, de 2009 e favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta

Então, com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço. É uma proposta que tramita em conjunto com a Emenda à Constituição nº 56, ou seja, a Emenda nº 53 tramita em conjunto com a Emenda nº 56.

Concedo a palavra ao Senador Ferraço, para a sua manifestação a respeito do item 4.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, são submetidas ao exame desta Comissão, nos termos do Regimento Interno, as Propostas de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, e nº 56, ainda de 2009, cujos signatários são, respectivamente, S. Exªs os Senadores Almeida Lima e Marcelo Crivella. Ambas as proposições tratam de um tema muito caro, Sr. Presidente, para um conjunto muito relevante de brasileiros, inclusive de capixabas, pois se trata das proposições de terrenos de marinha.

A primeira proposição, de 2007, tem o objetivo de extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e de dispor sobre a propriedade desses imóveis, enquanto a segunda propõe seja a União autorizada a proceder à transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha para os foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.

Passo à análise, Sr. Presidente.

As propostas de emenda à Constituição em exame atendem aos requisitos constitucionais de admissibilidade da tramitação de tal espécie de proposição. Tanto a PEC nº 53, de 2007, quanto a PEC nº 56, de 2009, foram subscritas por 28 Senadores, observando-se, portanto, a exigência do art. 60, inciso I, da Constituição, de que emenda à Constituição seja proposta por, no mínimo, um terço dos membros da Casa.

Da mesma forma, são observados os limites de natureza material e formal.

O objetivo das PECs nº 53, de 2007, e nº 56, de 2009, é meritório, tendo em vista que a submissão de vastas áreas litorâneas caracterizadas como terrenos de marinha ao domínio da União agrava a questão da propriedade fundiária em diversas regiões do nosso País. De fato, terrenos de marinha ocupam grande parte da extensão territorial de muitos Municípios, inclusive em áreas densamente povoadas, o que dificulta a promoção de políticas de planejamento e desenvolvimento urbano por parte da Administração Pública local.

A PEC nº 56 utiliza técnica de redação legislativa que nos parece inadequada, ao propor acréscimo de artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que tinha o objetivo de regular assuntos atinentes à transição da ordem constitucional anterior para a nova.

Ademais, quanto ao mérito, a solução proposta pela PEC nº 56, ao prever que foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários paguem pela aquisição do domínio pleno dos terrenos de marinha, tem alcance bem

menor que a PEC nº 53, de 2007, que apenas exige que o foreiro esteja quite com as suas obrigações relativas ao imóvel, silenciando, no entanto, a respeito dos ocupantes e arrendatários, deixando de exigir, também, essas obrigações para os cessionários.

A Proposta de Emenda nº 53 trata dos terrenos de marinha e acrescidos, a que se refere o art. 20, inciso VII, da Constituição, objetivando extinguir esse instituto e dar destinação às áreas respectivas.

Inicialmente, há de se destacar que a matéria é de grande relevância, tendo em vista os seguintes aspectos: primeiro, o evidente anacronismo desse instituto, que data do século XIV e que, atualmente, sobrevive apenas em nosso País; segundo, a circunstância de que o instituto da enfiteuse já foi banido de nosso sistema jurídico, pelo atual Código Civil Brasileiro, restando aplicável apenas aos terrenos de marinha e acrescidos, o que também demonstra o quanto esse sistema se encontra desatualizado; terceiro, o fato de que, até os dias de hoje, ainda não foram totalmente identificados e demarcados os terrenos de marinha e acrescidos, gerando insegurança jurídica e inesperados encargos financeiros para uma significativa parcela de seus ocupantes, muitos dos quais exercem a posse sobre tais terrenos com base em títulos de propriedade adquiridos de boa-fé e de forma onerosa; a ínfima rentabilidade da manutenção desse instituto, cuja arrecadação, incluindo receitas de taxa de ocupação, foro, laudêmio, multas, etc., representa cerca de 0,01% da receita tributária da União; as enormes dificuldades oferecidas pela atual legislação que rege esses terrenos para que seus ocupantes possam vir a adquirir o domínio pleno, gerando insegurança jurídica e até impedindo assim possam essas áreas servir de garantia a financiamentos para construção de residências, inclusive.

É, portanto, muito oportuna a emenda ora sob exame, merecendo o exame e debate das providências nela indicadas. No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta proposta de emenda, da forma como redigida, apresenta algumas disposições questionáveis e se ressente de omissões, que a tornam muito vulnerável.

Inicialmente, o art. 1º da PEC nº 53, ao extinguir o instituto de terrenos de marinha, cria um verdadeiro vácuo, um vazio jurídico, uma vez que essa extinção implica em revogação de todo o arcabouço legislativo que regula esse instituto.

Assim é porque, como já foi afirmado, grande parte dos terrenos de marinha e acrescidos ainda não foi objeto de identificação e demarcação, de sorte que a invalidação das normas a eles relativas significaria que os terrenos de marinha e acrescidos ainda não identificados e/ou demarcados não poderão mais sê-lo, por falta de suporte legal para tanto.

Com efeito, a perda de validade de toda essa abundante legislação conduz à consequente invalidação dos conceitos de "terreno de marinha" e "acrescidos", o que impede qualquer nova demarcação dessas áreas. E isto, por sua vez, virá criar sérias dificuldades para os Municípios e demais pessoas que deverão receber o domínio de tais áreas, uma vez que não se saberá quais são elas, sua extensão, limites e assim por diante.

Ademais, ao dispor sobre a aquisição de domínio das áreas conceituadas como terrenos de marinha e acrescidos, o texto proposto não contempla norma específica relativa aos simples ocupantes, cadastrados ou não, que, aliás, constituem a maior parcela da população localizada nessas áreas.

Assim é, porque, de acordo com a redação proposta, as áreas sob regime de ocupação passam ao domínio dos Municípios em que estão localizadas, o que não nos parece razoável nem se afigura, a meu juízo, a melhor solução para este problema.

É que esses ocupantes, via de regra, são pessoas muito simples, pessoas humildes, de baixo nível escolar, de pequeno ou nenhum poder aquisitivo, que, por isto, terão sérias dificuldades para regularizar sua situação junto aos Municípios.

Em situação igual ou muito semelhante à dos simples ocupantes, antes referidos, ficarão os aldeamentos indígenas e os antigos quilombos localizados nessas áreas, uma vez que também não são contemplados por qualquer norma específica no texto atual da emenda proposta.

Por derradeiro, nota-se que não existe menção às áreas de restinga fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, de preservação permanente de acordo com o disposto no art. 2º, alínea "f", da Lei nº 4.771, ou seja, o Código Florestal.

Em razão dessas dúvidas ou mesmo omissões ou vácuos, considerou-se adequada e mesmo necessária a redação de um substitutivo, no qual foram inseridas normas que procuram dar tratamento prático e imediato a diversos aspectos dessa matéria, conforme passamos a expor.

Inicialmente, foi excluída a norma que determinava a extinção do terreno de marinha e acrescidos, a fim de possibilitar, com a preservação da legislação de regência, a identificação e a demarcação das áreas que devam ser transferidas ao domínio dos destinatários listados na emenda.

Essa exclusão decorre do entendimento de que as normas da legislação ordinária que conceituam terrenos de marinha e acrescidos, bem como estabelecem as providências para sua identificação e demarcação, todas elas encontram suporte de validade no atual enunciado do inciso VII do art. 20 da Constituição. Ou seja,

se revogado esse dispositivo constitucional, deixa de existir o conceito de terreno de marinha e acrescidos, com a consequente perda de eficácia de toda a legislação ordinária.

Dentro dessa visão, preferiu-se apenas, então, alterar a redação do referido inciso VII, para manter a previsão constitucional do instituto de terreno de marinha e acrescidos, ressalvando-se que ficam sob o domínio da União tão somente as áreas que lhe foram reservas nesta emenda constitucional.

Assim, foram mantidas, Srª Presidente, sob domínio da União as áreas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da Administração Federal, inclusive instalações de faróis de sinalização náutica; que tenham sido destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União; destinadas ao adestramento das Forças Armadas ou que sejam de interesse público, nos termos da lei; áreas de restinga fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, de preservação permanente.

Com relação às áreas de restinga fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, vale aqui ressaltar dois aspectos fundamentais: primeiro, que a disposição da lei ordinária não condiciona o conteúdo da emenda constitucional, de sorte que, sob este aspecto, não haveria necessidade de estabelecer essa ressalva, mas se entendeu que, em se tratando de regra de preservação ambiental, a sua afirmação em nível constitucional é de todo desejável; segundo, adotou-se o critério de área de preservação conforme descrito em lei, tendo em vista a existência de normas administrativas que lhes dão maior amplidão.

No inciso II do art. 2º, o substitutivo prevê que passam ao domínio pleno dos Estados onde estão situadas as áreas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração estadual e as áreas que tenham sido destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos respectivos Estados. Essas regras estabelecem uma situação de paridade em relação ao disposto, nas mesmas hipóteses, para as áreas que permanecem sob o domínio da União.

A seguir, no inciso III, são atribuídas aos Municípios onde se encontram situadas as áreas não mantidas sob o domínio da União ou cujo domínio é transferido aos Estados ou aquelas transferidas a particulares, mencionadas nos incisos IV e V do mesmo art. 2º.

No inciso IV, o substitutivo trata das áreas anteriormente doadas pela União, ratificando o domínio dos respectivos donatários.

No inciso V, o substitutivo regula a situação das áreas objeto de contratos de aforamento, das áreas ocupadas de forma regular ou irregular, das áreas objeto de cessão, e das áreas de aldeamentos indígenas e quilombos.

Com relação aos foreiros, o substitutivo prevê a outorga do domínio pleno, condicionada, evidentemente, apenas à quitação de suas obrigações contratuais.

Essa disposição deixa de exigir qualquer compensação financeira por parte dos foreiros, que adquirem o domínio pleno das áreas por eles ocupadas, tendo em conta que a quase totalidade desses aforamento é muito antiga. De sorte que, estando os foreiros quites com suas obrigações contratuais, inclusive o pagamento do foro anual, considerou-se já ter havido compensação suficiente.

Foi normatizada a situação dos simples ocupantes, aí incluídos os ocupantes já cadastrados pela Secretaria do Patrimônio da União e também os ainda não cadastrados.

Aqui, cumpre destacar que esses ocupantes, conforme antes já referido, em sua grande maioria, são pessoas – como já afirmaram aqui, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores – muito simples, de baixo poder aquisitivo, de sorte que se justifica a previsão de um tratamento especial para que essas camadas desprotegidas ou fragilizadas possam ter acesso ao processo de regularização, para que, assim alcançando, possam ter acesso, inclusive, a condições de crédito para a regularização dos seus imóveis.

No que toca às áreas ocupadas pelos aldeamentos indígenas e antigos quilombos, deu-se especial atenção às suas condições econômicas e culturais, e, por isso mesmo, além de estabelecer taxativamente a transferência automática dos respectivos domínios, para esses ocupantes, adotou-se a fórmula de dispensá-los do cumprimento de procedimentos administrativos ou do pagamento de quaisquer valores.

O substitutivo propõe, ainda, um mecanismo composto de fases sucessivas para a identificação e demarcação das respectivas áreas de ocupação, culminado por caracterizá-las como devolutas, se não realizados os procedimentos necessários, quer pelo órgão da União, quer pelas municipalidades.

Tal solução pode parecer, à primeira vista, muito radical, expondo essas áreas a disputas e ocupações desenfreadas, mas não é o caso, visto que, em tal hipótese, esses terrenos passarão ao patrimônio dos Estados federados, a teor do disposto no art. 26, inciso IV, da Constituição Federal, o que se afigura de inteira justiça em face do desinteresse então manifestado pela União e pelos Municípios em sua demarcação.

Também se considerou pertinente e necessário conceder a remissão dos débitos de laudêmio, foro, taxa de ocupação, multas e quaisquer outras imposições decorrentes da atual legislação de terrenos de marinha, apenas com relação aos imóveis de destinação exclusivamente residencial, uma vez que tais exigências finan-

ceiras vinham constituindo encargo insuportável para uma grande parcela das populações ocupantes dessas áreas, havendo de se destacar, aqui, que, se para essas populações, trata-se de obrigação que excede suas possibilidades, na grande parte dos casos, por outro lado, para a União a perda de receita é insignificante.

Por isso mesmo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que nós estamos apresentando o nosso voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2009, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, na forma da seguinte emenda, com substitutivo.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2007

Altera a redação do inciso VII do Art. 20, da Constituição Federal, revoga o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dispõe sobre a propriedade dos terrenos de marinha e seus acrescidos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O inciso VII do Art. 20, da Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação:

"VII – terrenos de marinha e seus acrescidos mantidos sob seu domínio;"

Art. 2º As áreas de terrenos de marinha e seus acrescidos passam a ter a sua propriedade assim definida:

I – continuam como domínio da União as áreas:

a) nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal, inclusive instalações de faróis de sinalização náutica;

b) que tenham sido destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União;

c) destinadas ao adestramento das Forças Armadas ou que sejam de interesse público, nos termos da lei;

d) de restinga, fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

II – passam ao domínio pleno dos Estados onde estão situadas as áreas:

a) nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração estadual;

b) que tenham sido destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos respectivos Estados;

III – passam ao domínio pleno dos Municípios onde estão situadas as áreas:

a) nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração municipal;

b) não enquadráveis nas hipóteses descritas nos incisos I e II e incisos IV e V deste artigo;

c) que tenham sido destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos respectivos Municípios;

d) atualmente locadas ou arrendadas a terceiros pela União.

IV – permanecem sob domínio pleno dos respectivos donatários as áreas doadas mediante autorização em lei federal;

V – passam ao domínio pleno:

a) dos foreiros, quites com suas obrigações, as áreas sob domínio útil destes, mediante contratos de aforamento;

b) dos ocupantes atualmente inscritos no órgão administrador do patrimônio da União, quites com suas obrigações, as áreas por eles ocupadas;

c) dos atuais ocupantes, ainda não inscritos no órgão administrador do patrimônio da União, desde que promovam suas inscrições, no prazo de um (1) ano, a contar da data da vigência desta Emenda Constitucional, as áreas por eles ocupadas;

d) dos cessionários, as áreas que lhes foram cedidas pela União; 72500.19924

e) dos respectivos ocupantes, as áreas de aldeamentos indígenas e quilombos, independentemente de cumprimento de qualquer formalidade legal ou de quitação de débitos;

§ 1º – Os Municípios que, por força desta Emenda Constitucional, adquirirem o domínio pleno de áreas atualmente ocupadas por brasileiros, ainda não inscritos no órgão administrador do patrimô-

nio da União e que não promoverem suas inscrições no prazo previsto na alínea "c" do inciso V, ficam obrigados a lhes transferir o domínio pleno dessas áreas, desde que comprovada a posse e por esses ocupantes requerido, no prazo de cinco (5) anos, a partir da vigência desta Emenda Constitucional.
§ 2º – Ao oficial do registro imobiliário da circunscrição respectiva, à vista das certidões de quitação das obrigações relativas ao imóvel, quando exigível, cumpre proceder ao registro da transmissão do domínio pleno em favor das pessoas referidas nos incisos II a V e § 1º deste artigo.

Art. 3º A identificação e demarcação dos terrenos de marinha e acrescidos, nos termos da legislação em vigor, continuará a ser realizada pela União, através de órgão próprio, pelo prazo de cinco (5) anos, a contar da vigência desta Emenda.

§ 1º – Esgotado o prazo previsto no "caput", compete aos municípios onde se situam as respectivas áreas, a identificação e demarcação dos terrenos de marinha e acrescidos, pelo prazo consecutivo de cinco (5) anos.

§ 2º – As áreas de terrenos de marinha e acrescidos que não tenham sido identificadas e demarcadas, nos prazos previstos no "caput" desta artigo e seu § 1º, passarão a ser consideradas como devolutas, para efeito de regularização fundiária pelos respectivos ocupantes.

Art. 4º Ficam remidos os débitos referentes a foro, taxa de ocupação, laudêmio, multa, juros e quaisquer outros decorrentes da legislação sobre terrenos de marinha e acrescidos, com relação aos imóveis exclusivamente residenciais.

Art. 5º Para fins de definição de áreas de marinha e acrescidos, consideram-se legítimos todos os títulos de propriedade lançados no registro imobiliário até a data da vigência desta Emenda.

Art. 6º Revoga-se o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Srª Presidente, o nosso relato, produto e resultado de um conjunto de audiências públicas que nós fizemos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, audiências públicas que foram feitas em outros Estados, ouvindo todos os entes federados da União, Estados e Municípios, na direção de incorporarmos racionalidade na gestão dos terrenos de marinha, assegurando todos os direitos que nós detalhamos aqui à União, aos Estados e Municípios.

É o relato que apresento a S. Exª, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem, Senador Ferraço. Agradeço.

Está em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Gleisi Hoffmann, acho que o Senador Ricardo Ferraço fez um estudo aprofundado dessa instituição dos terrenos de marinha, de domínio da União, mas gostaria de pedir vista para uma melhor compreensão e possível alteração, na forma de um substitutivo.

Então, peço vista, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Concedida vista, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O.k.

Concedida vista coletiva.

Srs. Senadores, por falta de quórum, visualmente comprovada, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Cyro Miranda e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Sarney, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício (Senador Antonio Carlos Valadares)

declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública: Assunto / Finalidade:** Debater a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e a constitucionalidade do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006. **Requerimento de realização de audiência:** SUG 10/2014, Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. **Participantes: Analice de Paula Gigliotti,** Psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP (representante de: Antônio Geraldo da Silva); **Beatriz Vargas Ramos,** Professora da Universidade de Brasília; **José Alexandre de Souza Crippa,** Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; **José Henrique Torres,** Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo; **Maria Lúcia Karam,** Presidente da LEAP; **Renato Malcher Lopes,** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas; **Coronel Ubiratan Ângelo,** Representante da ONG Viva Rio (representante de: Rubem César Fernandes). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e nove minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Antonio Carlos Valadares) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho... *(Falha na gravação.)*

Os que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada à realização de audiência pública para debater a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e a constitucionalidade do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006.

Conforme Sugestão nº 10, de 2014, do Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, 10 mil internautas tiveram a oportunidade de se manifestar e, através deste portal, solicitaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esta audiência pública, que está sendo atendida na forma regimental e de acordo com o Ato da Mesa nº 3, de 2011, proporcionando a democratização das discussões e dos debates em torno das grandes questões nacionais, dos projetos em andamento aqui no Senado Federal.

Foram convidados, e já se encontram presentes, os seguintes especialistas, aos quais convido para participarem da Mesa:

– Drª Analice de Paulo Gigliotti, médica psiquiátrica, representando o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP);

– Srª Beatriz Vargas Ramos, Professora da Universidade de Brasília – bem-vinda, Professora! (*Palmas*.)

– Sr. José Alexandre de Souza Crippa, Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto;

– Dr. José Henrique Torres, juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo;

– Srª Maria Lúcia Karam, diretora da LEAP Brasil; (*Palmas*.)

Dr. Renato Malcher Lopes, neurocientista e professor adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília; (*Palmas*.)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação para os Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Parlamentares será concedida de acordo com a ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe permitido falar por três minutos e sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

O Senador Eduardo Suplicy me pediu, antes do início desta audiência pública, para fazer um breve pronunciamento a respeito de um comentário feito por um dos jornais mais importantes deste País, *O Globo*, que, no seu editorial, destaca a importância do tema "drogas no Brasil".

Com a palavra V. Exª, então, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço, Presidente Antonio Carlos Valadares, por esta oportunidade.

Quero cumprimentar todos os depoentes, mas eu achei interessante o editorial publicado no jornal *O Globo* de 11 de maio passado, sobre o exemplo do Uruguai na política sobre drogas.

Eu acho que a leitura, que será breve, desse editorial pode ser um estímulo ao debate que foi, inclusive, sugerido por mais de 20 mil cidadãos que assinaram o apoio à realização de audiências públicas sobre esse tema aqui na nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Se me permite, então:

Com a regulamentação da chamada "lei da maconha", através de decreto assinado segunda-feira pelo presidente José "Pepe" Mujica, o Uruguai se inscreve entre os países que optam por novos e mais eficazes paradigmas na luta contra o narcotráfico e o consumo de drogas. Esse flagelo mundial desafia governos e se mostra renitentemente refratário à ortodoxia das políticas baseadas em ações policial-militares.

Ainda prevalente na maior parte das nações do planeta, essa orientação que privilegia o combate aos entorpecentes pelo viés criminal não tem logrado obter grandes avanços; ao contrário, a ONU, por sua agência específica, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), alerta que o consumo, suprido pelo tráfico (crime organizado), tem aumentado. Em números, chega-se a dramas como o denunciado ano passado, em Viena, pelo Unodc: as drogas ilícitas — sem controle e em geral comercializadas em ambientes onde predominam a violência decorrente da criminalidade e inexistentes (ou tíbios) cuidados com a saúde — matam mais de 500 pessoas por dia. Ou seja, a cada hora registram-se quase 21 óbitos em decorrência de alguma relação da vítima com substâncias psicotrópicas. Essa realidade não se muda com ideologias, teimosias sociológicas ou preconceitos, mas com ações capazes de lhe dar respostas efetivas.

A opção do Uruguai o coloca à frente na luta contra o narcotráfico, o monopolizador meio de abastecimento de um mercado dominado pelo crime e por suas "leis". E abre caminho para o país enfrentar a questão pelo viés da saúde pública, em vez de tratá-lo com programas centrados no aspecto criminal do problema, ineficazes, como está provado.

Ressalvadas especificidades de cada país, o Brasil precisa mirar no corajoso exemplo uruguaio de adotar nova e mais flexível abordagem para o problema. Aqui, certamente, a questão das drogas é mais complexa, pois nela se confundem aspectos que são, de fato, puramente criminais, como a existência de quadrilhas do crime organizado enraizadas em comunidades subjugadas pela violência, e outros de ordem social, como a fragilidade das políticas sanitárias públicas, essenciais para a adoção de programas de tratamento de usuários, imperativo de um novo paradigma da questão. Outra complicação reside no fato de o território brasileiro ser, ao mesmo tempo, grande mercado consumidor e exportador de drogas.

Não está na agenda brasileira a legalização da produção e consumo da maconha. Mas mudar o protocolo da guerra contra as drogas, com ações de saúde pública na ponta do consumo, e combate intransigente ao tráfico, é a melhor política, e isso não transformará o Brasil num narcoestado, argumento frequente de grupos interessados em manter o viés policial na abordagem da questão. Por certo, o Uruguai está longe disso, assim como nações que adotaram a descriminalização, como Portugal e Holanda, onde a criminalidade caiu e o consumo de drogas se mantém sob controle.

Eu achei por bem ler esse editorial, porque me parece um estímulo ao debate. Como as senhoras e os senhores vêm trazer aqui mais luzes para nós, eu achei por bem ler e, se me permitem, gostaria de encaminhar a V. Exª a cópia do mesmo e aos membros convidados aqui, nossos depoentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade de sugerir um debate em torno de questão tão relevante que hoje é objeto de preocupação não só no Brasil como no mundo inteiro.

Eu fui designado Relator do Projeto de Lei nº 37, de 2013, oriundo da Câmara dos Deputados. Eu elaborei um relatório que já foi lido, inclusive sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy. Durante mais de uma hora fiz a leitura do nosso parecer, apresentando um substitutivo ao projeto de lei que nasceu na Câmara dos Deputados.

O que nós estamos, neste momento, a discutir, em razão de uma audiência pública solicitada por milhares de internautas, é a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e a constitucionalidade do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006. Essa lei de 2006 é a última que trata do assunto.

A proposição que estamos a relatar poderá trazer mudanças substanciais no paradigma de uma nova política de combate, ou nova política sobre as drogas.

O art. 28, no seu §2º, da Lei 11.343, de 2006, tem a seguinte redação. Esse parágrafo está em vigor. O que se pretende é, por meio desta discussão, mostrar a sua inconstitucionalidade ou não. Para tanto, os especialistas foram convidados e nos honram com as suas presenças. Diz o §2º do art. 28 da Lei 11.343, de 2006:

Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Nós, então, achamos que esta redação, quando fala em "circunstâncias sociais e pessoais", é um tanto quanto discriminatória, preconceituosa, dando margem a um subjetivismo, que pode ser aplicado não só pelo policial, como também no julgamento pelo próprio juiz.

Daí, propusemos uma redação diferente para este §2º, dizendo o seguinte:

Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta do agente, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação.

§2º

a) salvo prova em contrário, presume-se a destinação da droga para uso pessoal, quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias, conforme limites definidos pelo Poder Executivo da União.

Nós incluímos esse §2º, *a*, na tentativa de restabelecermos um mecanismo discutido na Câmara dos Deputados, que foi rejeitado pelo Plenário, através de uma pregação que, a meu ver, foi fundamentalista e radical, uma vez que vários países se preocupam em fazer a diferenciação entre o traficante, o usuário e o dependente.

E o Brasil ainda não fez essa distinção. Quem faz essa distinção é o policial, no momento de prender alguém que porta drogas.

Por isso, apresentamos essa saída, que ainda será apreciada pela CCJ.

Agora, quanto ao aspecto da descriminalização, este será discutido aqui neste momento.

Para iniciarmos o debate, por 15 minutos, daremos a palavra à Drª Beatriz Vargas Ramos, Professora da Universidade de Brasília.

O SR. BEATRIZ VARGAS RAMOS – Muito obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares. Quero cumprimentar a todos os presentes, Senador Eduardo Suplicy, a todos os colegas que compõem a Mesa e rapidamente usar da palavra para ocupar aqui alguns minutos, na tentativa de trazer alguns subsídios e argumentos que auxiliem nessa discussão, sem dúvida alguma, hoje integrante de uma das pautas mais importantes para a sociedade brasileira.

Acredito que precisamos fazer esse debate, essa reflexão, para buscar enfrentar os argumentos, as situações e os problemas, no âmbito, no universo, da questão da droga...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Profª Beatriz...

O SR. BEATRIZ VARGAS RAMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Professora Beatriz, desculpe-me a interrupção. O Senador Vital do Rêgo é o Presidente desta Comissão. Ele está aqui para pedir desculpas e justificar a sua ausência nesta audiência, uma vez que ele vai presidir a CPI da Petrobras.

Ele é Presidente de tudo, que, aliás, merece, pela sua capacidade e competência, que todos nós conhecemos.

Profª Beatriz, pode continuar.

O SR. BEATRIZ VARGAS RAMOS – Então, retomando a discussão e o debate público em torno dessa questão, há que se considerar o grande marco do Estado democrático de direito.

Não me vou estender, até porque não é o caso, não há propriedade nisso, sobre qualquer definição de Estado democrático de direito, mas lembro apenas que o que distingue esse Estado democrático de direito, que vejo como algo em construção – é um processo político cotidiano, do qual participamos todos nós como agentes dessa construção –, é algo que basicamente se diferencia do Estado policial, por uma razão: no Estado democrático de direito, também o Estado ou aqueles que realizam alguma atividade relacionada aos poderes de Estado (Legislativo, Judiciário, Executivo) também se submetem às mesmas regras válidas para todos os cidadãos. Isso é diferente do Estado policial em que um grupo, uma cúpula manda e os demais, os subordinados obedecem.

Acho que esse referencial é muito importante para começarmos a travar essa discussão. Ou seja, temos, no horizonte, um referencial de maturidade política, de cidadania, dado pelo Estado democrático de direito, que nos apresenta também outro referencial, que é o regulador social, aquele que deve predominar em uma sociedade dessa característica, que não é o estímulo das ações ou da obediência às ações pela ameaça do castigo, da pena criminal, mas pela responsabilidade pessoal e pela autoridade, pela importância das ações, tendo como referencial os direitos do outro.

Estou colocando isso como um pano de fundo, mais do que isso, como um referencial para este debate, porque essa visão muda completamente as nossas decisões no campo da criminalização da droga. Sabemos que, por exemplo – eu estava comentando aqui, com o Senador Aloysio, antes do início do nosso debate...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE. Fora do microfone.) – Antonio Carlos Valadares é o Senador a que V. Sª está se referindo.

O SR. BEATRIZ VARGAS RAMOS – Ah, sim, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Aloysio é de São Paulo.

O SR. BEATRIZ VARGAS RAMOS – De São Paulo, perfeito. Foi um engano absolutamente ingênuo. Agradeço a correção.

Eu comentava, então, com o Senador Antonio Carlos que a Argentina, a corte constitucional argentina, a corte suprema argentina, já se definiu, já decidiu pela inconstitucionalidade do uso, tomando, como referencial, esse referencial inafastável que é a liberdade individual, ou seja, as ações praticadas na esfera da liberdade pessoal, da intimidade. Esse é um referencial importante do qual o discurso tradicional do penalista sempre procurou escapar ao explicar a presença da criminalização do porte para uso, criminalização que é feita inclusive de maneira oblíqua, ambígua, da seguinte forma: não se pune o uso, o que se pune é trazer consigo, portar, trazer consigo para tal finalidade. Ou seja: aqui o núcleo da punição não é o uso em si. O uso em si seria uma finalidade específica que apenas serve para distinguir uso ou consumo de tráfico. Mas não se pune o uso.

Esse discurso hoje já não pode soar mais convincente, porque, a despeito dessa forma oblíqua, enviesada, sabemos que o que se está punindo é exatamente o uso, o consumo pessoal, até porque se o dito objeto jurídico chamado objeto da proteção do direito penal é a saúde pública, o que, em último caso, em última análise, se quer evitar é – esse é o discurso da proibição – a disseminação da droga, ou seja, que ela chegue ao seu consumidor final, até porque é uma coisa sem sentido. Não há lógica pensarmos que o tráfico é punido em si mesmo. Não existe sentido em punir a atividade comercial se ela não tem como referência a ponta, que é a do consumo. Portanto, esse argumento hoje já não soa, não pode soar como convincente.

E os próprios defensores dessa forma de criminalização admitem que o que se pretende proteger, nesse caso, é a saúde pública. E o grande paradoxo dessa discussão toda é que, em nome de uma abstrata saúde pública, hoje em dia, o proibicionismo, na sua prática violenta, na sua prática geradora de exclusão social, sobretudo por meio da prisão, tem produzido cadáveres, ou seja, pessoas que morrem em nome dessa bandeira, dessa guerra que é a guerra ao tráfico!

Eu vou finalizar minha fala. Não quero tomar mais do que o tempo que me foi concedido, mas gostaria de trazer outro referencial para esse debate e que também tem um recorte constitucional e que agora diz respeito ao direito penal propriamente dito.

A atividade legislativa é importantíssima nesse terreno, porque juízes e polícia atuam segundo a programação que o Legislativo faz no campo criminal. Em criminologia, a gente diz que a criminalização primária é uma programação criminalizadora. Portanto, a palavra do Parlamento e uma atuação, uma decisão do Parlamento por revogar esse projeto criminalizador, é o mais importante para frear esse processo.

E qual é a mensagem para o legislador? No Estado democrático de direito, o legislador também se submete às normas constitucionais e o sistema penal constitucional é mínimo. O direito penal não pode existir como superdireito penal. Ao contrário. O direito penal é de *ultima ratio*, ou seja, é um direito mínimo que deve intervir naquelas situações absolutamente necessárias.

O legislador está vinculado a esse mandado constitucional. Significa dizer que quando é criminalizada uma ação que corresponde ao que a maioria das pessoas em sociedade, ou que uma grande massa de cidadãos pratica, ou que uma grande massa de cidadãos não pratica mas tolera, ou não censura essa prática, o direito penal não está autorizado a entrar nesse terreno e criminalizar. Essa é uma outra razão. (*Palmas*.)

Essa é uma outra razão de ordem constitucional. Esse direito penal é nitidamente um direito penal antidemocrático.

Eu queria apenas, para terminar – e agora é a última frase mesmo –, dizer que, numa das pesquisas que fizemos aqui pela Universidade de Brasília, junto ao sistema de justiça e às varas criminais especializadas aqui do DF, nós percebemos um dado – entre outros – que eu acho importante ser trazido para análise, para submeter a V. Exªs, Senadores. É o seguinte: verificamos, em um ano de atividade das quatro varas especializadas em drogas aqui de Brasília, que, dos 680 processos que geraram condenação, sentença condenatória por tráfico, 98,77% desses processos diziam respeito a um volume de drogas equivalente a até dez quilos. Ou seja, quase 99% da totalidade desses processos se referiam a um volume de drogas em que se somavam várias drogas ditas ilícitas, principalmente maconha, cocaína e *crack: d*ez quilos.

Uma das conclusões a que chegamos é que o sistema de justiça tem consumido recurso público e tempo, algo que é extremamente precioso para todos nós, para criminalizar indivíduos por conta de um resultado quantitativo – vamos dizer assim – insignificante como esse.

Isso faz a gente refletir sobre a eficácia, os efeitos concretos dessa criminalização sobre uma outra camada de pessoas que, pelo proibicionismo e pelo tráfico, acabam entrando em um processo de inclusão social

pelo dinheiro, pelo capital. E também faz a gente pensar que, dentre esses traficantes, uma grande parte não poderia ser identificada nem só como traficante nem como usuário, porque são pequenos traficantes usuários. E esse é outro problema da legislação brasileira, que não faz nenhum tipo de diferença entre esses que a gente pode chamar de varejistas da droga, os vendedores de Avon. Vendedores de Avon no sentido de varejistas, daqueles que vendem.

Enfim, são essas as rápidas provocações e colocações que eu queria trazer para o nosso debate.

Muito obrigada a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigada, Profª Beatriz por sua contribuição.

Acabou de chegar a este plenário o Coronel Ubiratan Angelo, representante da ONG Viva Rio, a quem convido para participar da Mesa.

Concedo a palavra agora à Professora, Médica Psiquiatra, representando o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Drª Analice de Paula Gigliotti.

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares.

É uma honra estar aqui participando desta audiência pública. Eu tenho certeza de que este debate vai ser muito, muito rico. Tenho certeza de que cada um vai dar sua contribuição dentro de sua área específica. A minha contribuição vem da área da saúde e eu acho que a gente vai ter muito o que discutir.

Vou falar um pouco sobre políticas do tabaco e da maconha. Vou falar também sobre os custos da criminalização e da descriminalização, falar também sobre o que a gente, como um comitê sobre legislação e políticas públicas da Associação Brasileira de Psiquiatria e da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas, qual a conclusão que a gente chegou sobre o impacto da descriminalização, no caso da maconha, na saúde pública e em todos os outros aspectos.

Eu acho importante a gente começar com a política do tabaco. Na verdade, a gente vem caminhando, ao longo do tempo... Eu estou colocando aqui a prevalência de tabagismo em 1989, que era 35% da população; hoje em dia está em torno de 15%, 13% a população de fumante. A gente só conseguiu essa redução da prevalência do tabagismo graças a medidas restritivas: proibição da propaganda, proibir fumar em lugares fechados, advertências nos maços de cigarro, entre outras.

A partir disso, houve o que a gente chama de "denormalização" do consumo. Esse gráfico que estou apresentando mostra que à medida que as pessoas ficaram mais conscientes de que fumar causa câncer – isso não Estados Unidos – houve uma redução da prevalência do uso de tabaco nos Estados Unidos. Então, quanto mais consciência, menos uso; quanto mais medidas restritas, menos uso. É a isso que a gente chama de "denormalização" do consumo.

A pergunta que a gente lança no primeiro momento é, com a descriminalização, será que as pessoas vão perceber menos risco em usar drogas? Será que isso seria uma normalização do consumo? Eu não estou respondendo a essa pergunta. Eu estou fazendo essa pergunta.

O que se sabe é que, segundo pesquisa feita com os adolescentes nos Estados Unidos, à medida que há redução na percepção de risco do uso da maconha, passa a haver um aumento do consumo em adolescentes. Isso é uma coisa já sabida. Quanto menos risco o adolescente vê em fumar maconha, no caso, maior a chance de ele usar a droga.

O que a gente está, na verdade, discutindo aqui? São os custos da criminalização, que são o dinheiro empregado na criminalidade, o sofrimento dos indivíduos aprisionados – o que é absolutamente verdadeiro –, o contato desses indivíduos aprisionados com o crime e o estigma social de quem é preso.

Isso é um custo, e um custo alto da criminalização. A gente não está aqui para fingir que não existe isso.

Por outro lado, a descriminalização também deve ter custos. Um possível aumento do consumo pela redução da percepção de risco e, com isso, o aumento dos danos à saúde. Eu não estou aqui para ficar elencando também todos os danos à saúde com o consumo das drogas. Eu acho que as pessoas já têm alguma consciência.

Então, nesse sentido, a gente não está falando só dos prejuízos à saúde do indivíduo que foi apreendido com a substância. Eu estou falando de uma eventual transformação nessa lei para uma descriminalização e o impacto que isso terá na saúde pública. Vamos ver se, realmente, isso é verdade. Isso é uma questão que fica.

A questão é: é clínica ou é cadeia? Qual vai ser? Ou será que nenhum dos dois.

Esse comitê sobre legislação e políticas públicas das drogas resolveu estudar a maconha porque, com a maconha, a gente está num solo mais firme do que descriminalização da cocaína – como em Portugal e em um ou outro lugar onde há um limite na quantidade de porte de cocaína.

Mas a verdade é que, em relação à maconha, há um número muito maior de países em que há a descriminalização e a gente foi ver qual o impacto que isso tem no consumo. A pergunta que a gente se fez é: será que realmente aumenta o consumo? Porque se não aumenta o consumo, não há nenhum problema de saúde

pública. Descriminaliza-se; reduz-se todo o custo relacionado à criminalidade, inclusive sofrimento, violência e tudo o mais; e, se não há aumento de consumo, está ótimo.

A gente foi ver isso. Vou voltar, eu coloquei aí uma citação do Boake Carter: "Em tempos de guerra, a primeira vítima é a verdade." Eu acho que a gente está aqui para discutir, debater um assunto que é realmente polêmico, mas que a gente chegue a alguma coisa próxima da verdade.

Eu ouvi aqui a minha colega Beatriz Vargas Ramos e achei interessante também ouvir sobre um ponto de vista jurídico a colocação a respeito do Estado democrático de direito e tudo o mais.

O que aconteceu nos Estados Unidos com a descriminalização da maconha em vários Estados? Sim, é verdade, a guerra às drogas fracassou. Totalmente. Não conteve o consumo de drogas, levou o sofrimento de indivíduos que nada tinham a ver com criminosos, com o crime. Também há evidência, nos Estados Unidos, de que aqueles indivíduos que foram aprisionados, que foram encarcerados, eram, em sua maioria, jovens, negros e homens. É uma verdade.

Através dessa revisão que a gente fez em relação às políticas públicas dos Estados Unidos, o que a gente conseguiu ver foi o seguinte: não há evidência de alteração da prevalência pela descriminalização ou mesmo pela despenalização da posse e uso da maconha nos Estados Unidos. Mas isso também é verdade: existem vários fatores de confusão nas pesquisas que foram realizadas. Eu estou olhando totalmente sob o ponto de vista científico. Há várias pesquisas. Os Estados Unidos são um país que faz pesquisas bastante sólidas e o que se pode ver, nas pesquisas, é o seguinte: não há séries históricas, não se vê qual era o consumo de maconha num Estado onde não havia a descriminalização e depois da descriminalização, para que se possa chegar a alguma conclusão causal, do tipo a descriminalização levou ao aumento ou diminuição de consumo.

O que se tem é o seguinte: uma comparação transversal entre Estados onde há a descriminalização e Estados onde não há a descriminalização, e que mostra que nos Estados onde há e que mostra que, nos Estados onde é criminalizado, pode haver maior ou menor prevalência de uso de maconha, mas isso não é uma conclusão de que descriminalização aumenta ou diminui o consumo.

Portugal é o país em que a gente está, eventualmente, se baseando para essa ideia de descriminalização de todas as drogas. A partir de 2001, começa a descriminalizar todas as drogas e penaliza a apreensão com drogas com a obrigatoriedade de tratamento. Sai da esfera criminal e passa para a esfera de saúde. É essa a ideia.

Os artigos também são contraditórios. Os artigos feitos pelos levantamentos nacionais mostram um estrondoso sucesso dessa postura de descriminalização de todas as drogas. Por outro lado, o Observatório Europeu, que tem levantamentos mais independentes, mostra que foi um retumbante fracasso. Portanto, não dá para a gente ter certeza absoluta do que aconteceu e do que acontece em Portugal.

O que aconteceu no Reino Unido? Em 2003, eles resolvem reclassificar a maconha e descriminalizam o seu porte. Qual foi o resultado? Realmente diminuiu o número de prisões na Inglaterra e houve uma procura maior de tratamento pelos adolescentes. Maravilhoso. No entanto, de acordo com as estatísticas, houve uma iniciação mais precoce e um aumento do uso na vida.

Em 2008, no Reino Unido, a maconha, então, é reclassificada como classe B. Isso é, ela é recriminalizada. É isso que acontece no mundo.

Na Espanha também houve, depois da descriminalização, um aumento do consumo de maconha e de outras drogas.

Na Holanda – uma coisa interessante –, houve um aumento do consumo. Com a descriminalização, que é bastante antiga na Holanda, houve um aumento do consumo através da descriminalização. Mas o interessante é que não se pode dizer que o aumento do consumo na Holanda tenha sido por causa da descriminalização. Por quê? O que a gente vê aqui nesse gráfico é o seguinte: isto aqui é a Holanda, onde, a partir de 1992, houve um aumento do consumo de maconha. Mas, paralelamente, a gente vê que também na Noruega houve um aumento de consumo de maconha. Também houve nos Estados Unidos. Perdão, aqui é os Estados Unidos. Também houve um aumento de consumo de maconha nos Estados Unidos. Então, a Holanda, assim como a Noruega, assim como os Estados Unidos, todos, paralelamente, aumentaram o consumo de maconha. Então, era mais uma tendência histórica de aumento de consumo do que propriamente uma questão da descriminalização.

Uma conclusão a que a gente chegou: na verdade, se tirarmos um suco disto que estamos vendo é que não chegamos a nenhuma conclusão mesmo. É preciso admitir que ainda não produzimos informações suficientes para impor uma mudança na legislação. É hora – isto é verdade – de realizar pesquisas, levantar dados e se preparar para eventuais consequências das decisões que serão tomadas. Desta forma poderemos encontrar o melhor e mais eficiente caminho para o Brasil. Afinal, a melhor abordagem para o assunto não é a liberalizante ou a restritiva, mas a certa, e esta nós ainda precisamos descobrir qual é.

Para finalizar – e vou finalizar mesmo agora –, uma reflexão: são muitas as drogas, muitas, muitos os países, muitas as culturas. Será que deveria haver somente uma política de drogas que pudesse ser a certa para

todas as drogas, todos os países e todas as culturas? Eu acho que não. A política de drogas mais adequada não é a que pense nos benefícios à saúde dos indivíduos, também não é a que pense na economia de um Estado ou país e muito menos a que se preocupe com a violência, mas a que leve em conta todos esses e outros aspectos objetivando o bem comum.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado, Drª Analice, por sua contribuição.

Agora, passo a palavra à Diretora da LEAP no Brasil, Maria Lúcia Karam.

O SR. MARIA LÚCIA KARAM – Obrigada.

Agradeço o convite.

É um prazer estar aqui na CCJ. Eu falo na qualidade de membro da Diretoria da Law Enforcement Against Prohibition (LEAP) e Presidente do seu ramo brasileiro, a Associação dos Agentes da Lei contra a Proibição (LEAP Brasil), aqui representada também pelo Juiz José Henrique Torres e pelo Cel. Ubiratan.

A LEAP é uma organização internacional sem fins lucrativos criada para dar voz a policiais, juízes, promotores, agentes penitenciários, enfim, agentes da lei que, vivenciando ou tendo vivenciado diretamente os danos causados pela política de guerra às drogas, falam claramente da necessidade de legalização e consequente regulação e controle da produção, do comércio, do consumo de todas as drogas. (*Palmas*.)

Os integrantes da LEAP não incentivam o uso de drogas e têm profundas preocupações com os danos e o sofrimento que o abuso de drogas lícitas ou ilícitas pode causar. No entanto, nós sabemos que a proibição e a sua política de guerra às drogas causam ainda maiores danos e sofrimento. Se drogas são ruins, a guerra às drogas é muito pior.

O tema desta audiência pública se centra na questão da inconstitucionalidade das regras do art. 28 da Lei 11.343, de 2006, que criminalizam a posse para uso pessoal das drogas tornadas ilícitas. Decerto, como já decidida pelas Cortes Supremas da Argentina e da Colômbia, em relação a análogos dispositivos legais, a inconstitucionalidade das regras do art. 28 da Lei 11.343, de 2006, é manifesta. Tais regras dizem respeito à exigência de ofensividade da conduta proibida, assim desrespeitando a cláusula do devido processo legal, o princípio das liberdades iguais e o próprio princípio da legalidade.

A posse de drogas para uso pessoal é conduta que traz perigo tão somente para a própria saúde do indivíduo que a realiza, dizendo respeito, assim, unicamente, a suas opções pessoais, intimidade e liberdade. Em uma democracia, o Estado não está autorizado a intervir em condutas dessa natureza. Em uma democracia, o Estado não pode tolher a liberdade dos indivíduos sob o pretexto de pretender protegê-los. Ninguém pode ser coagido a ser protegido contra a sua própria vontade. Enquanto não atinja concreta, direta e imediatamente um direito alheio, o indivíduo é e deve ser livre para pensar, dizer e fazer o que bem quiser. (*Palmas.*)

Intervenções do Estado supostamente dirigidas à proteção de um bem jurídico contra a vontade do indivíduo que é o seu titular contrariam a própria ideia de democracia, pois excluem a capacidade de escolha na qual essa ideia se baseia.

A contrariedade com normas constitucionais das regras que materializam a proibição e a sua política de guerra às drogas não se esgota, porém, nessa questão da posse para uso pessoal. As violações a princípios assegurados em normas inscritas nas declarações internacionais de direitos e nas Constituições democráticas vão muito além das regras do art. 28 da Lei 11.343, de 2006. Tais violações se fazem presentes em todas as regras criminalizadoras impostas, não só na brasileira, a Lei nº 11.343, de 2006, como nas proibicionistas convenções da Organização das Nações Unidas e nas leis internas dos demais Estados nacionais nessa matéria.

Tão ilegítima quanto a criminalização da posse para uso pessoal das drogas tornadas ilícitas é a criminalização da produção e do comércio dessas substâncias proibidas. Os dispositivos criminalizadores que institucionalizam a proibição e a sua política de guerra às drogas partem de uma distinção arbitrariamente feita entre substâncias psicoativas tornadas ilícitas, como a maconha, a cocaína ou a heroína e outras substâncias da mesma natureza que permanecem lícitas, como o álcool, o tabaco, a cafeína, etc. Não há qualquer peculiaridade ou qualquer diferença relevante entre as arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas e as demais drogas que permanecem lícitas. Todas são substâncias que provocam alterações no psiquismo, podendo gerar dependência e causar doenças físicas e mentais. Todas são potencialmente perigosas e viciantes. Todas são drogas.

Tornando ilícitas algumas dessas drogas e mantendo outras na legalidade, as convenções internacionais e leis nacionais, como a brasileira Lei nº 11.343, de 2006, introduzem, assim, uma arbitrária diferenciação entre as condutas de produtores, comerciantes e consumidores de umas e outras substâncias. Umas constituem crime e outras são perfeitamente lícitas.

Produtores, comerciantes e consumidores de certas drogas são criminosos, enquanto produtores, comerciantes e consumidores de outras drogas agem em plena legalidade. Esse tratamento diferenciado a condutas

essencialmente iguais é inteiramente incompatível com o princípio da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, não se podendo tratar desigualmente pessoas em igual situação.

Além disso, a exigência de ofensividade da conduta proibida é igualmente desrespeitada pela criminalização da venda das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas para um adulto que quer comprá-las. Também nesse caso, em que o responsável pela conduta age de acordo com a vontade do titular do bem jurídico, a intervenção do Estado não está autorizada. Leis que desprezam o consentimento do titular do bem jurídico e criminalizam a conduta do terceiro que age de acordo com a sua vontade ilegitimamente criam um mecanismo destinado a indiretamente impedir que aquele titular do bem jurídico exerça o seu direito de dele dispor, o que, como visto, é manifestamente incompatível com a própria essência do Estado democrático.

Acresce que essas ilegítimas regras criminalizadoras ainda se mostram inadequadas para atingir o fim declarado a que se propõem, isto é, a eliminação ou pelo menos a redução da disponibilidade das substâncias proibidas. O fracasso da proibição na consecução de tal fim é evidente.

Passados cem anos da proibição – a proibição em nível global data do início do século XX, com seus mais de quarenta anos de guerra às drogas, a guerra às drogas foi declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon em 1971 –, passado todo esse tempo, não houve nenhuma redução significativa na disponibilidade das substâncias proibidas. Ao contrário, as arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas foram se tornando mais baratas, mais potentes, mais diversificadas e muito mais acessíveis do que eram antes de serem proibidas e de os seus produtores, comerciantes e consumidores serem combatidos como inimigos.

Mas, além da inaptidão para atingir o declarado objetivo de eliminar ou pelo menos reduzir a circulação das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas, a proibição acrescenta danos muito mais graves aos riscos e aos danos que podem ser causados pelas drogas em si mesmas. O mais evidente e dramático desses danos é a violência, resultado lógico de uma política fundada na guerra.

Não são as drogas que causam violência, o que causa violência é a proibição. A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. É, sim, o fato da ilegalidade que produz e insere no mercado empresas criminalizadas simultaneamente trazendo a violência como um subproduto das suas atividades econômicas.

Não há pessoas fortemente armadas trocando tiros nas ruas junto às fábricas de cerveja ou junto aos postos de venda dessa e de outras bebidas, mas isso já aconteceu. Foi nos Estados Unidos, entre 1920 e 1933, quando lá existiu a proibição do álcool. Naquela época, Al Capone e outros gânsteres estavam nas ruas trocando tiros.

Hoje, não há violência na produção e no comércio do álcool. Por que seria diferente na produção e no comércio de maconha ou de cocaína? A resposta é óbvia. A diferença está na proibição. Só existem armas e violência na produção e no comércio de maconha, de cocaína e das demais drogas tornadas ilícitas porque o mercado é ilegal.

As convenções internacionais e leis nacionais que discriminatoriamente proíbem condutas de produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas ilegitimamente criam crimes sem vítimas, mas a proibição e sua guerra, como quaisquer outras guerras, são letais.

A guerra às drogas mata muito mais do que as drogas. No México, por exemplo, a partir de dezembro de 2006, a guerra às drogas foi intensificada, inclusive com a utilização das Forças Armadas na repressão aos chamados cartéis. Desde então, as estimativas são de mais de 70 mil mortes relacionadas à proibição. A taxa de homicídios dolosos no México, no período de 2000 a 2006, se mantinha em torno de nova a dez homicídios por 100 mil habitantes. Em 2009, chegou a dezessete; em 2011, a 22,8 homicídios por 100 mil habitantes.

No Brasil, a taxa de homicídios é ainda superior à do México: aproximadamente 26 homicídios por 100 mil habitantes. Grande parte desses homicídios está relacionada aos conflitos estabelecidos nas disputas pelo mercado posto na ilegalidade. Outra grande parte desses homicídios está relacionada à nociva e sanguinária política baseada na guerra.

Relatório da Anistia Internacional revela que, entre janeiro e setembro de 2012, 804 pessoas foram mortas em operações policiais apenas nos Estados do Rio e São Paulo, número que é superior às 682 execuções registradas nos 20 países que aplicaram a pena de morte em todo aquele ano – excetuada a China, porque, quanto à China, não há estatísticas confiáveis.

Produzindo demasiada violência e demasiadas mortes, a guerra às drogas traz ainda de volta ao cenário latino-americano a cruel e trágica prática corrente nas ditaduras do século XX consistente no desaparecimento forçado de pessoas.

Não foi apenas o Amarildo de Souza, morador da favela da Rocinha, que desapareceu em meio à guerra às drogas. Como também acontece no México, há muitas outras pessoas desaparecidas no Brasil, seja pela ação das forças repressivas, seja pela ação dos chamados traficantes.

De um lado, policiais são autorizados, ensinados, adestrados e estimulados a praticar a violência contra os inimigos personificados nos traficantes. O inimigo é o perigoso, a não pessoa, o desprovido dos direitos reconhecidos apenas aos que se autointitulam cidadãos de bem. Como se espantar ou se indignar quando policiais cumprem o papel que lhes foi designado por esses cidadãos de bem? Quem atua em uma guerra, quem é encarregado de combater o inimigo deve eliminá-lo.

Jogados no fronte dessa insana guerra, policias matam, mas também têm o seu sangue derramado. Do outro lado, os ditos inimigos desempenham esse papel que lhes foi reservado. Também são ensinados, adestrados e estimulados a serem cruéis. Empunhando metralhadoras, fuzis, granadas e outros instrumentos mortíferos disponibilizados pela guerra incentivadora da corrida armamentista, matam e morrem, envolvidos pela violência causada pela ilegalidade imposta ao mercado onde eles atuam.

Além de provocar violência e mortes, ao tomar a irracional decisão de enfrentar um problema de saúde com o sistema penal, o Estado agrava esse próprio problema de saúde. A proibição causa maiores riscos e danos à mesma saúde que, enganosamente, anuncia pretender proteger, ao entregar o mercado a agentes econômicos que, atuando na clandestinidade, não estão sujeitos a qualquer limitação reguladora das suas atividades; ao impedir a fiscalização da qualidade das substâncias produzidas e comercializadas; ao estimular o consumo descuidado e não higiênico; ao dificultar a busca de assistência; ao construir preconceitos desinformadores e obstáculos às ações sanitárias; ao criar a atração do proibido, acabando por incentivar o consumo, especialmente por parte de adolescentes; ao provocar e/ou agravar danos ambientais.

Revelando-se, não só demonstradamente inadequadas para atingir o fim declarado a que se propõem, como ainda criando danos mais graves dos que o que anunciam pretender evitar, as regras das convenções da ONU e das legislações nacionais, como a brasileira Lei nº 11.343, de 2006, que, discriminatoriamente, criminaliza a produção, o comércio e o consumo das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas, ainda contrariam, assim, o postulado da proporcionalidade, mais uma vez, violando a cláusula do devido processo legal.

Não basta, portanto, discutir e apontar a manifesta inconstitucionalidade das regras do art. 28, da Lei nº 11.343, de 2006. É preciso ir além. É preciso promover uma profunda reforma das convenções internacionais e das legislações internas para pôr fim à ilegítima, irracional, nociva e sanguinária política de guerra às drogas, que, além de não funcionar em sua inviável pretensão de salvar as pessoas de si mesmas, produz demasiada violência, demasiadas mortes, demasiadas prisões, demasiadas doenças, demasiada corrupção, demasiadas discriminações, demasiada opressão, demasiadas violações a direitos humanos fundamentais.

É preciso legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas para, assim, pôr fim ao mercado ilegal e devolver ao Estado o poder de regular, limitar, controlar, fiscalizar e taxar tais e tais atividades, da mesma forma que o faz em relação às drogas já lícitas, como o álcool e o tabaco.

É preciso legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas e, assim, instituir formas racionais de regulação e controle verdadeiramente compromissadas com a promoção da saúde e respeitosas da dignidade e do bem-estar de todos indivíduos.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço à Drª Maria Lúcia Karam, Diretora da LEAP (Law Enforcement Against Prohibition). Parabéns pela sua participação.

Eu quero registrar que a Drª Analice de Paula precisa se ausentar.

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI (Fora do microfone.) – É só ao meio dia e quinze.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Meio dia e quinze está um bom horário. São dez e meia ainda, a senhora tem bastante tempo.

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Nós recebemos mais de 150 comentários e perguntas de internautas que estão acompanhando os trabalhos desta Comissão, os debates que aqui estão sendo travados, os esclarecimentos que estão sendo prestados pelos especialistas e pelas especialistas. Será, pelo tempo que nós temos, impossível relacionar todas as perguntas e comentários; entretanto, nós passaremos todas essas perguntas à Secretaria desta Comissão a fim de que elas participem dos Anais sobre a discussão e o debate de um tema tão importante sobre drogas.

Concedo a palavra ao professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Dr. José Alexandre de Souza Crippa.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Bom, primeiramente eu gostaria muito de agradecer a esta Casa pelo convite. Gostaria de agradecer também, em nome da Universidade de São Paulo, por estar me permitindo participar aqui desta audiência pública. E também em nome da International Cannabinoid Research Society, da qual eu sou membro. Eu também sou professor do honorário do King's College, em Londres, onde eu também trabalhei e ainda atuo em colaboração com trabalhos relacionados com canabinóides.

Também gostaria de agradecer imensamente ao Senador Antonio Carlos Valadares pelo convite, pela indicação do meu nome para estar aqui, registrando que o Senador Valadares é químico e é formado em Direito, ou seja, muitas das coisas que eu vou falar aqui tem a ver com Química e tem a ver com Direito.

Registro também a honra de estar com o Senador Cristovam Buarque, que, assim como eu, é um professor universitário e foi reitor da UnB. E também é uma honra estar sob a presença do Senador Suplicy, que tem uma ligação muito forte com o rock e que, até onde eu sei, tem uma ligação muito forte com a maconha também, direta ou indiretamente, permita-me Senador, fazer essa...

Então, eu acho que, em termos da Casa, com esses Senadores, a minha fala vai poder contemplar vários aspectos... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Professor, o Senador Cristovam Buarque atualmente é Relator de uma proposta de iniciativa popular que está tramitando no Senado sobre a regulação do uso da maconha. Ele vai ter a oportunidade de falar não só aqui, como também de fazer outras audiências públicas a respeito deste assunto.

Eu agradeço, Senador, a sua presença. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Eu tenho ciência disso e alguém do meio universitário liderar isso, além do cunho político, eu acho que é de extrema importância.

Bom, eu vou falar sobre os efeitos da maconha, que é a parte onde eu mais trabalho, colocando especialmente a questão da ideologia *versus* ciências.

Esse aqui é um livro que eu, juntamente com o Prof. Antônio Zuardi e o Prof. Francisco Guimarães publicamos em que, na capa, se mostra uma parte clara, branca, benéfica da maconha e, na parte inferior, uma parte escura, talvez a parte dos aspectos ruins ligados a essa substância.

Inicialmente, eu gostaria de falar a respeito do que é a planta *cannabis sativa*. A planta *cannabis sativa* possui mais do que 400 substâncias, sendo que 80 delas são substâncias que têm efeito psicoativo. De modo particular, duas delas, o canabidiol, sobre o qual eu vou falar mais profundamente, e o THC são os principais componentes da planta *cannabis sativa*. Por incrível que pareça, elas têm estruturas químicas muito semelhantes, mas têm efeitos extremamente opostos. Ela foi descoberta em 1964, um ano importante para a ciência e, ao mesmo tempo, um ano marcante para o nosso País, pelo Prof. Raphael Mechoulam, pela Universidade Hebraica de Israel.

O canabidiol é um componente natural da planta *cannabis*. Ele é desprovido dos efeitos psicológicos típicos do THC, não dá barato, ele não tem efeitos psicoativos nenhum. E há evidências – do nosso grupo e outros grupos, como o do Prof. Renato, que está presente aqui – de efeito anti-inflamatório, analgésico, antináusea, antipsicótico, neuroprotetor, ansiolítico e anticonvulsivante, sobre o que vou falar um pouquinho mais adiante. E há um estudo promissor já antigo que mostra o antagonismo do efeito do THC quando dado com o canabidiol. Ou seja, o canabidiol tem efeitos opostos aos do THC. Ele não dá barato e tem efeitos protetores dos efeitos negativos do THC. Ou seja, é o primo careta dos canabinóides.

Bom, se vocês não sabem, o Brasil é um dos líderes na pesquisa de canabinóides. Esse senhor é o Prof. Antonio Waldo Zuardi, foi meu orientador. Ele começou uma linha de pesquisa imensa, inicialmente na década de 70, na Unifesp e, a partir da década de 80, na USP de Ribeirão Preto, em que ele foi o primeiro a mostrar que o canabidiol diminui os sintomas de esquizofrenia, atua como um antipsicótico. Depois, comigo já participando do grupo, ampliamos o ensaio com um maior número de pacientes, mesmo pacientes que não respondiam aos antipsicóticos tradicionais. Então, em uma série de estudos nossos e de outros grupos, mas a maioria dos nossos grupos, nós mostramos que o canabidiol tem o efeito de diminuir a ansiedade, ao contrário do THC que, em doses altas, pode induzir sintomas de ansiedade e, inclusive, por exemplo, ataques de pânico. E com uma vantagem incrível: ele apresenta efeitos ansiolíticos sem causar dependência ou tolerância, coisa que acontece, por exemplo, com os benzodiazepínicos, que são os principais clássicos consumidos no País para essas condições.

Há aproximadamente dois anos, nós publicamos um caso de uma paciente – já havia evidências em animais –, dependente de maconha – dependência de maconha existe, essa é uma condição que ocorre – e essa paciente mostrava sintomas de abstinência de maconha muito graves. Ela usava entre 8 a 12 cigarros por dia, gastava todo o salário dela comprando maconha, tinha problemas na escola, na vida pessoal de uma maneira muito intensa. Essa paciente foi internada e recebeu, ao longo de onze dias, o canabidiol. Para a nossa surpresa, ela tratou os sintomas de abstinência da maconha na dependência dessa droga. Esse achado, esse estudo, foi motivo de uma entrevista na revista *Nature*, que é a revista mais importante do mundo em termos de ciência, nos entrevistaram a respeito disso, dada a preocupação com a ausência de tratamentos farmacológicos eficazes para a dependência de maconha.

Outros estudos, em várias outras condições do nosso grupo, mereceram destaque no mundo inteiro como uso do canabidiol para o Parkinson, para tratar quadros de ansiedade clínica. Nós fomos os primeiros no

mundo a publicar o efeito ansiolítico na ansiedade patológica e, no escopo desse Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, apoiado pelo CNPq, do qual eu sou vice-coordenador – o Coordenador é o Prof. Flávio Kapczinski, que atualmente está em Houston, no Texas – publicamos diversos e diversos estudos. Na verdade, foram 46, mostrando o efeito do canabidiol que varia desde a esquizofrenia, passando por meningite, por sepse, por inflamação pulmonar, diabete, transtorno do pânico, entre várias e várias outras condições, inclusive alterações de memória etc.

Além disso, outras indicações existem. Algumas delas nós demonstramos como o efeito para diabete, esclerose múltipla, depressão – já foi visto em animais, estamos estudando agora em humanos –, para Alzheimer, artrite reumatóide, câncer neuroblastoma, distúrbios do sono. Nessa semana está para sair um estudo nosso para pessoas com uma condição que não existe tratamento farmacológico em transtornos do sono, além de diversas outras condições.

No começo da década de 80 o Prof. Raphael Mechoulam, que mostrei aos senhores, indicado para o Nobel atualmente, deve ganhar o Nobel pelas pesquisas dele e vou falar um pouquinho mais dele daqui a pouco, junto com o Prof. Carlini, na Unifesp foram os primeiros a mostrar no mundo o efeito anticonvulsivante do canabidiol, um estudo pequeno, sem registro com eletroencefalograma, mas um estudo bem importante e foi o pioneiro nessa área. Além disso, eles já haviam mostrado em animais esse mesmo efeito.

Em 2009, desculpem, o Prof. Raphael Mechoulam, num artigo comenta – em 1980 – aqui estamos em 2009: "Ninguém fez nenhum trabalho sobre o canabidiol na epilepsia clínica e eu gostaria de saber o porquê". Em 2001, recebemos um contato do Prof. Raphael Mechoulam, um *e-mail,* propondo uma colaboração – hoje ele tem 85 ou 86 anos, ele fugiu da Segunda Guerra Mundial, ele morava na Bulgária – propondo uma parceria entre o grupo dele e o nosso grupo. E, assim, começamos vários estudos que estão em andamento, alguns deles inclusive esse em animais que está para ser publicado em uma revista de altíssimo impacto, mostrando o efeito do canabidiol sobre a epilepsia. E, mais, a epilepsia é uma condição que danifica o cérebro e o canabidiol preveniu, através de técnicas imuno-histológicas e patológicas, o dano no cérebro dos animais. Nós estamos começando agora um estudo em humanos.

A maioria de vocês deve ter acompanhado esse caso na imprensa, um caso dramático; nós viemos a Brasília seguir esse caso que estava acontecendo de uma menina com uma síndrome genética que não responde a nenhum anticonvulsivante, nada. Chegou a tomar oito anticonvulsivantes ao mesmo tempo. Anticonvulsivantes são drogas que podem ser potencialmente tóxicas e ela, vendo alguns trabalhos nossos e alguns trabalhos em redes sociais, resolveu importar, de maneira ilegal, o canabidiol, porque o canabidiol, por incrível que pareça, apesar dele não causar nenhum efeito, tem um perfil de segurança muito, muito grande – posso garantir para os senhores... Uma revisão nossa de 2011, publicada em uma revista chamada *Current Drug Safety*, revisamos 119 trabalhos além dos estudos nossos. Nossos estudos usaram as maiores doses que vocês possam imaginar, em humanos, do canabidiol. Nós viemos seguir esse caso.

Registramos os números e crises dela. Antes de tomar o canabidiol, ela chegou a ter 80 crises por dia. Fui à casa dessa menina. Eu estou mostrando o rosto dela, porque ela já se demonstrou publicamente, senão, por questões éticas, eu não mostraria nem a mãe, nem a filha, obviamente. Após ela passar a usar o Canabidiol, que ela importou ilegalmente, na nona semana, ela partiu de 80 crises convulsivas para zero. Nesse período que eu estou mostrando aqui, ela não conseguiu importar mais, ficou retido na Anvisa. O que aconteceu? Ela voltou a ter crises em uma semana. Então, imaginem o drama de uma mãe passando por uma situação dessas.

Bom, logo depois, ela conseguiu...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – ...novamente importar ilegalmente – eu vou ter que me estender, Sr. Senador, se o senhor me permitir – e ela voltou a usar esse composto, e voltou a zero o número de crises convulsivas.

Bom, isso foi alvo de um documentário, apareceu no Fantástico. Nós fornecemos toda a informação a respeito do que é o Canabidiol, das nossas pesquisas, nós temos 94 estudos a respeito do Canabidiol publicados em revistas internacionais. Mostramos a segurança dessa substância, que a paciente estava respondendo e que o Canabidiol não era maconha, são coisas distintas.

Bom, em três dias, algo que a gente tentava há três anos, nessa data, dia 3 de abril, pela primeira vez no Brasil, uma paciente – é o caso zero – conseguiu uma liminar para usar e importar o medicamento derivado da *Cannabis sativa*, nome científico da maconha.

Bom, quais são os canabinoides medicinais que existem fora do País? Aprovados pelo FDA, o Marinol, que é o THC sintético, usado especialmente para hiperêmese e para aquelas pessoas que fazem quimioterapia

e que não têm apetite; e o Sativex, de uma empresa inglesa, que mistura o canabidiol com o THC, usado para esclerose múltipla.

Eu vou ler para os senhores o parecer de 2012 do Conselho Federal de Medicina a partir de uma consulta feita pela Agência Nacional, pela Anvisa: "O uso assistencial de fármaco ainda experimental é possível em situações de extrema necessidade, visando ao bem individual ou coletivo e respeitando-se obviamente as prescrições éticas e legais".

Claro que isso tem uma tramitação burocrática, tanto pelo Conselho Federal de Medicina, pelo CEP e pela própria Anvisa. Lembram aquela reportagem do dia 3? Eu vou ler o que foi colocado pela Anvisa no dia 4: "Medicamentos sem registro no Brasil podem ser importados por pessoa física. Esse procedimento também é possível em relação a medicamentos classificados como substância de uso proscrito".

Portanto, o uso benéfico dos Canabinoides, que nós defendemos profundamente, não pode ser usado como justificativa para legalização da maconha para fins recreativos. São coisas distintas.

Nessa data, dia 27 de abril de 2014, eu fui convidado pelo *Estadão* para escrever um artigo cujo título foi esse: "A erva e o equilibrista". Foi passado por várias redes sociais. Eu quero usar isso para levantar o meu argumento.

Bom, acho que a maioria de vocês sabem, lembram o que estavam fazendo nessa data, no dia 11 de setembro de 2001, por ocasião dos ataques às torres gêmeas no *World Trade Center*. O que muitos de vocês talvez não conheçam é que, no dia 7 de agosto de 1974, um equilibrista francês, ilegalmente, conseguiu estender uma corda, um arame entre as duas torres gêmeas e atravessou as duas torres, por 45 minutos, oito vezes, sem nenhum cabo de segurança, usando apenas uma vara de oito metros, onde ele sentava, ficava em pé. Imaginem o vento que batia e a altura disso! Quase 500 metros!

Olhando esse cenário, podemos imaginar: ficar num escritório pode ser muito perigoso, mas atravessar duas torres gêmeas pode ser muito seguro. Sabemos que não é bem assim. A mesma coisa em relação à maconha. Alguém pode falar que usou a maconha, mas não teve problema e vice-versa, mas sabemos que não é bem assim. Por isso é importante a ciência entrar nesse debate, nessa questão.

Existe um estudo sueco importantíssimo, o maior estudo nessa área, avaliando 50 mil sujeitos, por 35 anos. Qual foi a conclusão desse estudo?

Estudo extremamente controlado. Ele mostra que o uso da Cannabis pode aumentar em 370 vezes as chances de desenvolver esquizofrenia, que é uma doença grave e que não tem cura.

Depois disso, vários estudos prospectivos, em vários países, repetiram isso; e um estudo chamado metanálise, que combina vários e vários estudos através de técnicas estatísticas, continuou reproduzindo esses achados. Qual o impacto dessa relação? Sem uso de maconha, a prevalência da esquizofrenia é de 0,6% e com o uso a esquizofrenia aumenta para 1,4%.

Em termos de saúde pública, para um País com 200 milhões de habitantes, isso é gigantesco. É importante as pessoas terem ciência disso.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Em Londres, fizemos vários e vários estudos de neuroimagem, mostrando os efeitos centrais, publicamos 12 trabalhos, sabemos onde age tanto o Canabidiol como o THC, e as principais revisões da literatura a respeito dos efeitos do Canabidiol sobre o cérebro nós demonstramos através de mais do que 4 ou 5 revisões, combinando todos os trabalhos publicados no mundo inteiro.

Esse aqui é um artigo que está no prelo, vai sair agora numa revista do grupo *Nature*, mostrando as alterações na estrutura do cérebro, especialmente nos adolescentes, o efeito que pode ter em várias áreas do cérebro, reduzindo e atrofiando determinadas áreas cerebrais.

As conclusões desses trabalhos e das nossas revisão, vou ler claramente e isso é consenso mundial na literatura. O uso crônico e de longo prazo... (*Falha na gravação.*)

...podem exercer efeitos tóxicos no funcionamento do cérebro, no jeito que o cérebro funciona, e na estrutura de várias áreas cerebrais, atrofia áreas cerebrais. Isso é mais evidente no cérebro em desenvolvimento, ou seja, entre jovens e adolescentes. Daí a necessidade de informação. Além de outras complicações como alterações cognitivas permanentes, problemas cardíacos, respiratórios, imunológicos, câncer, problema no sistema reprodutor, além de maconha e direção, entre outras coisas.

Fui convidado, em fevereiro, pela presidência do Uruguai, para falar a respeito dos nossos trabalhos. O que me chamou atenção no Uruguai – foi um prazer estar lá e fiquei muito honrado em representar a nossa universidade, era o único brasileiro, no meio de cinco ou seis pesquisadores do mundo inteiro – foi que nenhum pesquisador falou sobre os danos da maconha.

Sou a favor de que falemos a respeito das coisas positivas, mas o que apresentei para os senhores até agora não foi colocado, a ponto de um palestrante falar que maconha não causa dependência, maconha é uma droga totalmente segura, maconha não causa abstinência. Eu tive que me levantar e falar: olha, o senhor me perdoe, mas isso vai contra toda a literatura mundial, científica e temos que nos basear na ciência para avançar, senão voltamos à década de 40, em que a medicina foi... (*Falha na gravação.*)

...da ciência.

Então, para concluir para os senhores, a minha proposta eu posso dizer que talvez seja uma proposta mais avançada e liberal do que qualquer outra, do que a do Uruguai, que é patrocinada pelo George Soros, o maior investidor, através do Drug Policy Alliance (DPA). Será que ele tem só interesse ideológico? Lembrando que ideologia é diferente de ideia. Ideologia a pessoa não muda, ideia a gente muda. Eu já mudei várias vezes de opinião em várias coisas, inclusive em relação a esse assunto.

Então, a minha proposta é regulamentarmos o uso dos canabinoides medicinais. Isto é uma coisa. Existe mais de uma centena de brasileiros usando Canabidiol para várias condições, inclusive para epilepsia, sem nenhum seguimento médico. Isto não é bom. O Conselho Federal de Medicina deve emitir uma nota. Espero que seja uma nota muito proativa, que possa agregar e acolher essas pessoas.

A segunda proposta que eu faço, terminando, Sr. Presidente, é que é necessário, sim, o debate. Eu acho que nós temos que debater. Eu acho que as pessoas não têm que estar lá no fundo. Eu acho que vocês têm que estar aqui na frente. Temos que estar juntos, debatendo. Esta é a minha proposta.

Mas, antes do debate, o que eu proponho é que haja, com ampla participação da sociedade, juízes, usuários, o poder político, os cientistas, os médicos, os psiquiatras, que veem esses... (*Falha na gravação.*)

Precisamos fornecer prevenção e informação clara, sem alarmismo, baseada em evidências científicas, sobre as possíveis complicações.

A minha opinião é a seguinte: só existe liberdade se nós tivermos conhecimento. Eu imagino que muitas das coisas que eu falei aqui os senhores não sabiam, imaginem a grande população aqui fora.

Por fim, garantir o tratamento, hoje, que a gente sabe que não ocorre, daqueles que apresentam os problemas com o uso da maconha.

Eu duvido que exista um país que tenha essa proposta. E esta é a minha proposta para ser feita a partir de agora. Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Professor José Alexandre Souza Crippa.

Agora, passo a palavra ao Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. José Henrique Torres.

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Bom dia a todas. Bom dia a todos. Bom dia aos Srs. Senadores que aqui estão presentes... (*Falha na gravação.*)

...me fez para estar participando hoje aqui desta audiência pública de uma Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, exatamente aproveitando o tema desta Comissão, eu me sinto na obrigação de dizer aos Srs. Senadores, a todos os presentes, por que eu tenho decidido, como juiz, que o art. 28 da Lei de Drogas é inconstitucional.

Eu tenho sustentado isso em minhas decisões e sinto que este é o momento de eu prestar contas perante os Srs. Senadores, mas sobretudo ao povo brasileiro, nesta audiência pública. E é isto exatamente o que vou sustentar aqui.

Eu procurei resumir, de uma forma bastante sucinta, a minha decisão, que eu ousei encaminhar a V. Exª. E peço que, se houver interesse da Casa, que a distribua aos demais Senadores, para que tomem conhecimento do teor dos argumentos desta minha decisão, que talvez possa ajudar um pouco nessa reflexão jurídica constitucional sobre esse assunto.

Porém, antes, eu preciso lembrar algo que é extremamente importante, de que nós não podemos nos esquecer: recentemente, a Corte constitucional da Argentina deu a decisão declarando inconstitucional a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, com base nos instrumentos e garantias dos direitos humanos, os mesmos instrumentos que têm vigência no Brasil. E não é só: a Corte constitucional colombiana, em recente decisão, também decidiu que a criminalização do porte de drogas para uso pessoal é inconstitucional baseando a sua decisão também em princípios de direitos humanos, os mesmos princípios que têm vigência no Brasil.

Portanto, é extremamente importante nós olharmos para essas decisões dessas cortes constitucionais. Essas decisões invocam o sistema de proteção de direitos humanos e trazem toda a questão das drogas e de seu consumo para o âmbito dos direitos humanos.

E é exatamente nesse aspecto que está inserida a nova política de drogas do Uruguai. É com fundamento no sistema de direitos humanos que o Uruguai está desenvolvendo a sua atual política de drogas.

E uma coisa interessante aconteceu: os senhores e as senhoras sabem muito bem que o Brasil, o Uruguai e muitos outros países subscreveram tratados internacionais comprometendo-se a fazer a guerra contra as drogas. Portanto, quando o Uruguai lançou esse programa de descriminalização, ainda que parcial, das drogas, surgiu um mal-estar internacional – o Uruguai ficou meio de saia justa. Pois bem, qual foi a resposta do Uruguai para isso? "Estamos fazendo isso com base nos tratados internacionais de direitos humanos, que determinam a superioridade dos direitos humanos sobre os demais tratados."

Pois bem. Em 2013, a OEA se reúne em Antigua, na Guatemala, na sua Assembleia Geral. Eu tive a imensa honra de participar dessa assembleia e dos debates que lá foram realizados. E qual foi a conclusão da assembleia – subscrita pelo Brasil, declaração subscrita pelo Brasil? Foi exatamente isso: endossou a posição do Uruguai, ratificou a posição do Uruguai e afirmou: "Os tratados internacionais têm que se submeter aos tratados internacionais de direitos humanos."

Portanto, nós estamos falando aqui de princípios de direitos humanos, e isso é jurídico. Não estou simplesmente fazendo panfletagem, não estou fazendo discurso poético, filosófico; eu estou falando em princípios jurídicos. E o Paulo Bonavides diz muito claramente isto: a lesão ao princípio é indubitavelmente a mais grave das inconstitucionalidades, porque, sem princípio, não há ordem constitucional. E, sem ordem constitucional, não há garantias para liberdades. É assim que nós garantimos as liberdades, é garantindo os direitos humanos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Os Srs. Senadores, em especial, sabem perfeitamente que porque nós vivemos em um Estado de direito democrático, nós temos que nos sujeitar a princípios de criminalização das condutas. Eu tenho certeza absoluta de que os Senadores que estão aqui presentes, como todos os Deputados Federais, sabem disso. Sempre que uma lei é feita ou é mantida em vigor, ela tem que se submeter aos princípios constitucionais e aos princípios de direitos humanos inquestionavelmente.

É essa a minha proposta, portanto. É fazer uma revisão do art. 28 à luz desses princípios.

Pois bem. A primeira questão é uma questão eminentemente técnica. O art. 28 tem a seguinte redação: ele criminaliza a conduta de quem adquire, tem em depósito, transporta, traz consigo droga para consumo pessoal. Por favor, há um elemento, para quem é da área do direito – eu estou falando em uma Comissão de Justiça e eu tenho que usar essa terminologia jurídica –; é um elemento subjetivo do tipo, que não pode ser desprezado na sua análise, não é?

E o que significa esse elemento subjetivo do tipo? Está muito claro, está expresso, ele está punindo a autolesão. Não há dúvida com relação a isso, porque não está se dizendo "ter a droga para distribuir", "ter a droga para emprestar para os outros", "ter a droga para fumar junto", não. Está dizendo assim: para consumo pessoal. Isso é autolesão. Ora, se é autolesão, é evidente que lesa o princípio constitucional e um princípio de direitos humanos da lesividade. O legislador é proibido, por esses princípios, de criar um tipo penal que acarrete exclusivamente a autolesão. E é exatamente esse o teor abstrato desse tipo penal.

O tipo penal só funciona, o crime só pode existir se houver lesão com alteridade, ou seja, se o bem de terceiro for atingido; o que não acontece na criminalização abstrata, primária, do tipo do art. 28. E não me digam que se trata de bem jurídico a saúde pública, porque isso, com a devida vênia, com todo respeito, é uma heresia jurídica. Não é possível pensar em criminalização com base em perigo abstrato. E eu digo isso, Srs. Senadores, com base na decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que decidiu, naquele caso que está ali citado, que é inadmissível a criminalização com base em perigo abstrato da conduta. E o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto de San José da Costa Rica, a opinião consultiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos evidenciam claramente que o Estado, pela mão do Direito Penal, não pode tratar o ser humano como utilitarista; ele não pode punir criminalmente a conduta de quem porta drogas visando a proteger a saúde pública, a sociedade, em comunidade pública. Isso é contrário à ética e aos princípios do sistema de direitos humanos.

Portanto, se nós estamos falando, se estamos falando em danos pessoais, se eventualmente a maconha causa esquizofrenia, se causa seja lá o que for, isso não pode ser criminalizado porque é uma questão de autolesão e não se pode criminalizar abstratamente. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Segunda questão: princípio da igualdade. Eu não vou me estender, porque a Maria Lúcia Karam fez uma excelente explicação sobre isso, mas é evidente que essa lei, ao estabelecer a diferenciação entre condutas lícitas e condutas ilícitas... Por quê? Por que algumas drogas são consideradas lícitas e outras ilícitas? Por quê? Por uma eleição feita com critérios morais, políticos e econômicos, no âmbito exclusivo do Poder Executivo. Isso é absolutamente inaceitável num Estado democrático de direito. Isso causa uma situação absolutamente incrível, em que aqueles que têm cigarro, aqueles que têm adegas em suas casas são protegidos pelo direito do consumidor, são protegidos por toda uma legislação e pelo Estado, enquanto

os outros... Até quem usa cigarro... Aliás, eu estou um pouco agitado porque usei droga antes de começar a falar. Tomei três cafezinhos.

Mas, enfim, nós sabemos que faz mal, até o cafezinho faz mal. Mas não é uma questão de criminalizar, é uma questão de controlar, de arrumar soluções. Se nós achamos que isso faz mal, que isso deve ser contido, o Estado que tome outras providências, mas nunca, jamais no âmbito da criminalização.

E mais: o princípio da intimidade da vida privada. Também a Maria Lúcia falou muito bem sobre isso. Não é possível admitir, em termos de criminalização, essa confusão entre o direito e a moral. O Estado não pode estabelecer pelo sistema criminal, pelo sistema penal, pautas de comportamento moral e eleger condutas ou impor condutas morais aos cidadãos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – O que acontece é que é inadmissível a intervenção estatal de índole repressiva, de caráter penal no âmbito das opções individuais.

Quarto princípio violado: o princípio do respeito à diferença e à dignidade humana.

A criminalização do porte constitui evidentemente uma reprovação por opção moral do indivíduo, que não segue o padrão imposto pelo Estado. É uma espécie de eliminação social dos desiguais. É um desrespeito às opções pessoais e é uma estigmatização dos diferentes, ou seja, dos usuários de drogas? Não. Dos usuários de algumas drogas.

Quinto princípio violado: princípio da idoneidade. Meus alunos do primeiro ano da faculdade já aprendem isso. Todo aluno na faculdade de direito sabe disto: o princípio da idoneidade. O que é isso? Sempre que o Estado quer criminalizar uma conduta, deve ficar absolutamente claro que essa criminalização é útil para controlar aquele determinado problema social que ele está tentando controlar. Então, tem que ser idônea, tem que ser útil. E nós sabemos muito bem, eu não vou me estender mais sobre isso, mas nós sabemos que nós gastamos milhões, bilhões, uma fortuna do dinheiro público nessa guerra contra as drogas, que nós estamos aprisionando, e eu sou juiz e eu falo isso, nós juízes estamos encarcerando milhares, centenas de milhares de pessoas neste País em razão da questão das drogas. Ou seja, gastamos fortunas, prendemos milhões de pessoas, e o que acontece? Todas essas atitudes são absolutamente pífias, ineficazes, inúteis. O preço continua caindo, o consumo continua aumentando, e a criminalização, portanto, por ser inútil e ineficaz, viola constitucionalmente o princípio da idoneidade.

Portanto, o que nós estamos fazendo com a criminalização da droga é mantendo essa criminalização de forma exclusivamente simbólica. E em um Estado de direito democrático que respeita a dignidade da pessoa não se deve criminalizar qualquer conduta para fazer crer que, em razão da adoção dessa medida no plano formal legislativo, foi solucionado o problema que se pretendia arrostar.

Na realidade, como diz o Alessandro Baratta: "O Estado, sob o pretexto de cumprir o dever de prestar proteção, está, na verdade, de forma simbólica, sobrepondo a política criminal à política social" ou, em outras palavras, está criminalizando a política social.

Sexto princípio violado: Princípio da Racionalidade. No processo de criminalização, devem ser considerados os benefícios e os custos sociais causados pela adoção da medida proibicionista. Nós temos que medir os custos e benefícios. Está claríssimo que a criminalização tem produzido muito mais danos do que benefícios. Aliás, ela causa muito mais danos e morte do que as próprias drogas acabam acarretando. *(Palmas.)*

Isso constitui uma violação ao princípio da racionalidade. Aliás, um jurista português, Jorge de Figueiredo Dias, observa isso com muita propriedade e afirma o seguinte – desculpem-me por fazer essa citação, mas é importante – : "A criminalização do uso de drogas apenas tem estimulado o aparecimento de subculturas de legitimação e apoio e sistemas organizacionais para o exercício das solidariedades necessárias à obtenção da droga no mercado negro para a resistência à autoridade e para a eventual exploração do comércio ilícito".

Senhores, Senhoras, por gentileza, não nos esqueçamos que com a criminalização das drogas os níveis de consumo continuam se expandindo, há elevadíssimo custo humano, ameaças às instituições democráticas acontecem, o aumento do crime organizado ligado ao narcotráfico, ao controle do mercado e território por parte dos grupos criminosos, aumento do crime organizado ligado ao narcotráfico e ao controle de mercados, o crescimento da violência que é causada pela própria criminalização, infiltração do crime organizado nas instituições democráticas e corrupção dos funcionários públicos, do sistema judiciário, dos governos, do sistema político e, particularmente, de forças policiais encarregadas de manter a lei e a ordem.

Por fim, é por isso que essa grande jurista Maria Fernanda Palma afirma o seguinte: "que onde for absolutamente irrelevante ou criminógena a tutela penal,apesar da dignidade punitiva de certa conduta, o Estado deve abster-se de incriminar".

Sétimo e último princípio violado. Princípio da Subsidiariedade. Todos sabem, todo estudante de Direito, em seu primeiro ano aprende isso: de acordo com o princípio...

V. Exª me permite mais alguns minutinhos para concluir?

De acordo com a principiologia do Estado-Penal Mínimo e da *ultima ratio*, a criminalização somente se justifica quando não houver outros meios ou alternativas para o enfrentamento do problema social a ser enfrentado e todos nós sabemos muito bem que há outras alternativas que não sejam no âmbito da criminalização: regulamentação, controle, acolhimento, assistência.

Nós temos outras... Aliás, a ONU, em seu relatório anual, afirmou isso: "Não se deve sacrificar a saúde pública para preservar a segurança publica, mas, sim, deve ser garantido o acesso universal ao tratamento à toxicodependência como um dos melhores meios – a ONU dizendo, por seu escritório contra as drogas – para a redução do mercado ilegal de drogas".

É por isso que a Argentina, por sua corte constitucional, descriminalizou, com base em todos os princípios, descriminalizou o porte para uso pessoal e por isso que a corte constitucional da Colômbia também o fez. É por isso que o Uruguai está propondo uma alternativa, propondo uma nova política e é por isso que, em Portugal, foi feito esse projeto. E, para quem morou em Portugal, quem tem parentes morando em Portugal, jovens universitários, sabe muito bem quais são as consequências extremamente benéficas que essa descriminalização, mesmo parcial, em Portugal, tem acarretado naquele País e a corte constitucional portuguesa, manifestando-se sobre a criminalização das drogas, sobre a constitucionalidade da descriminalização, disse o seguinte: "A tutela penal há de ser a última *ratio* das medidas culturais, econômicas, sociais e sanitárias e não um sucedâneo para a falta delas".

Portanto, senhores e senhoras, estamos falando de princípios de direitos humanos com base naquilo que ficou assentado na Declaração de Antigua, na Guatemala, declaração que o Brasil subscreveu.

A OEA aceitou receber a recomendação de José Miguel Insulza que não é nada mais, nada menos do que o Secretário Geral da OEA, que recomendou a descriminalização do uso de drogas. E mais: a recomendação das sociedades civis. Durante essa assembleia houve a participação de centenas de sociedades civis da América Latina e essas sociedades – eu participei desses debates e dessas recomendações.

Recomendaram para a OEA o seguinte: o consumo de drogas deve ser afastado do campo penal. E essa é a declaração do Porto, a declaração dos juízes latinos, no mesmo sentido; e a declaração de Roma, no mesmo sentido.

E esse é o posicionamento não apenas meu, isolado. Eu ouso dizer que falo hoje aqui em nome de todos esses juízes, juristas, que estão decidindo, escrevendo sobre esse assunto, como o Luiz Flávio Gomes. Enfim, são vários. Eu nem vou citar um por um, mesmo porque o computador misturou as coisas e não é possível. Mas estão lá todos os nomes de todos os juristas, de todos os juízes que têm decidido, que têm escrito, que têm manifestado a sua opinião exatamente com base em todos esses princípios, os quais são lesados.

Portanto, nós estamos num momento em que eu peço aos Srs. Senadores, eu peço aos senhores e às senhores que ouçam, pelo menos, a voz desse grande poeta português chamado Fernando Pessoa. Que ouçam esse grande poeta, com a sua lucidez, que nos afirma o seguinte:

> *Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo de travessia, e, se não ousamos fazê-la, teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos.*

Muito obrigado e desculpe-me ultrapassar o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço as palavras e os esclarecimentos contundentes que foram aqui prestados pelo Dr. José Henrique Torres, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agora, eu passo a palavra ao Dr. Renato Malcher Lopes, Neurocientista e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Bom dia a todos. É uma honra ter sido convidado e ter a oportunidade de trocar ideias aqui, de conhecer, pessoalmente, pessoas que eu admiro muito, e avançar no sentido de esclarecer questões dentro da minha alçada do conhecimento que, certamente, envolve uma perspectiva também como cidadão. Mas eu sou da mesma linha de pesquisa do Dr. Alexandre Crippa. É uma honra especial para mim estar aqui do lado dele, porque é uma referência internacional neste assunto.

Vai ser especialmente interessante poder refutar as coisas que ele falou aqui e mostrar que um dos grandes problemas da proibição e da estigmatização que é necessária para mantê-la politicamente foi criar uma tendência de interpretação de resultados na ciência que mais ou menos corrobora a essência do que o Dr. Crippa falou de que existe uma influência grande eu não diria de uma visão ideológica, mas de um contexto em que o foco sobre a questão da maconha concentra-se em prestar uma certa sintonia a esse medo de que a maconha faça mal, que é um medo real, mas que não pode nos seduzir a ponto de desviar o nosso olhar de determinados detalhes da pesquisa, que podem ser interpretados de maneira diferente, mas, que, em geral,

acabam caindo no que é o menos agressivo para a expectativa que as pessoas têm, sobretudo porque as acusações que pesam sobre o uso da maconha são graves e as pessoas responsáveis, como o Dr. Crippa, estão preocupadas em não errar e em guiar as pessoas pelo caminho errado, como é o meu caso também.

Então, eu trouxe um resumo muito curto sobre a essência do que eu acho importante falar, e, no final desse resumo, eu falo um pouco rapidamente sobre as questões que tangem a parte em que vou contestar um pouco a interpretação do Dr. Crippa. E espero que eu tenha bastante tempo para desenvolver isso, até porque eu não trouxe eslaides. Mas eu trouxe algumas referências aqui comigo que vão me ajudar.

Então, vou fazer uma leitura um pouco rápida para adiantar a essência do que vou falar; e, depois, vou entrar em detalhes da reinterpretação dessa discussão sobre a interpretação da ciência.

Bom, todos nós sabemos que existe uma certa disparidade entre o senso comum de que as drogas proibidas são necessariamente as que fazem mais mal. Mas essa discussão realmente não é uma discussão tão relevante, porque o fato é que a pior droga é aquela com a qual a pessoa tem problemas, a despeito de a droga ser considerada proscrita ou não. É importante levar em conta que a maioria das pessoas que usam drogas não têm problemas de abuso, e aquelas que têm problemas causados pelo abuso precisam de ajuda e, obviamente, não de punição.

Em geral – é importante ressaltar –, as pessoas que desenvolvem dependência problemática são pessoas que possuem um histórico de vida sofrido e são privadas de estrutura familiar e oportunidades, ou são pessoas que sofrem de problemas psico ou neuropsiquiátricos subjacentes e que encontram na droga uma situação que complica o seu quadro, mas que as diferencia de outros usuários e que as torna mais propensas a ter esse uso complicador.

A criminalização do uso simplesmente não inibe o uso. Não faz diferença criminalizar essas pessoas, já que elas fazem uso de droga para aliviar sofrimentos mentais e físicos intensos, imediatos e constantes. Quando se vê um cara na rua, na miséria, fumando *crack*, o *crack* não foi a causa da miséria dele. O *crack* é um anestésico existencial de dores psíquicas e físicas. Todas as drogas que causam dependência e abuso são substâncias que aliviam dores físicas e psíquicas. O *crack* não é a causa da desgraça daquela pessoa. Ele é um remédio mal usado por aquela pessoa, um remédio que tem uma série de efeitos colaterais, mas não é a causa. Então, precisamos entender que aquela pessoa acorda num pesadelo. A vida dela é muito melhor quando ela está dormindo do que quando ela acorda. Quando ela acorda num pesadelo, a droga é o que ela encontra para aliviar o seu sofrimento. Portanto, não adianta criminalizar essa pessoa. Não é isso que vai mudar a situação dela.

Então, criminalizá-las amplia esse sofrimento, porque vai se estigmatizar por prejudicar a sua autoestima, o que, por conseguinte, amplia a sensação de exclusão, rejeição social e revolta, que são sensações que, obviamente, favorecem a manutenção do abuso da droga e não a inibem. Além disso, criminalizar afasta as pessoas do tratamento.

Em relação especificamente à maconha – eu vou aqui falar de uma forma sucinta e, depois, vou pormenorizar em função do que o Dr. Crippa detalhou, mas interpretando de uma forma bem diferente da dele –, os problemas, em geral, estão associados, sobretudo, á composição da planta, à idade de quem usa e à condição neuropsicológica da pessoa que usa.

O acesso de THC e a baixa concentração de Canabidiol podem levar a estados de ansiedade e paranoia em qualquer pessoa. Na grande maioria das pessoas, esses efeitos são passageiros e sem maiores consequências. Entretanto, entre adolescentes que possuem histórico familiar de esquizofrenia ou que estão na fase inicial da doença, quando ela ainda não é diagnosticada, mas já existem sintomas que podem levar a pessoa a usar a droga, esse estado de ansiedade exacerbada causado pelo excesso de THC pelo desencadear um surto, que pode ser o primeiro surto da pessoa. Mas é errado dizer que a maconha causa esquizofrenia. (*Palmas.*)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Essa possibilidade de desencadear o surto é um problema sério sobre o qual nós temos que atuar, e não podemos ignorá-lo – isso é óbvio. Mas as pessoas das quais estamos falando são pessoas que fazem parte de um grupo de risco. Existe um artigo de Harvard, que vou citar daqui a pouco e que foi publicado neste ano, que mostra que a associação do uso de maconha com esquizofrenia tem a ver apenas com pessoas que têm histórico de esquizofrenia na família; não é uma coisa causada pela maconha. Há uma tendência de que a própria esquizofrenia leva ao uso da maconha, porque a maconha, dependendo da concentração de Canabidiol, pode aliviar a ansiedade. Portanto, pessoas na fase prodrômica da doença que têm ansiedade podem gostar de usar maconha por causa disso. Então, é comum, é esperável que pessoas que tenham ansiedade, usem maconha e sintam alívio de ansiedade tendam a continuar a usar e fazer até um uso pesado. Quando isso acontece nesses adolescentes, isso é um problema. É uma automedicação feita de uma forma inapropriada porque complica a situação deles. Agora, esse é um universo de pessoas que corresponde mais ou menos ao máximo que a gente pode esperar de incidência de esquizofrenia no mundo, que é em torno de 1%. Não é que mereçam menos atenção, mas merecem uma atenção focada.

Então, do ponto de vista da saúde pública, o ideal, portanto, tendo uma perspectiva bastante objetiva e não ideológica, como falou o Dr. Crippa, é que as pessoas adultas saibam o conteúdo de canabinóides do que estão consumindo, que haja um teto máximo para a proporção de THC e que as vendas sejam impedidas para adolescentes, a não ser no caso do uso médico dos seus derivados, quando haja a recomendação e o acompanhamento de um médico.

E eu quero colocar uma coisa que foi falada pelo Dr. Crippa e foi um exemplo muito bom de um dos grandes impactos da proibição, ou seja, o prejuízo sobre a ciência, sobre a subjetividade a qual todos nós, cientistas, estamos sujeitos. Nós vivemos num contexto social, nós ouvimos coisas dos nossos pais, da nossa família, da sociedade que influenciam a nossa formação moral, nossas preocupações com o bem-estar das pessoas, da mesma forma que qualquer pessoa. Não é porque somos cientistas que o nosso cérebro passa a funcionar como um computador. Portanto, é importante, no meio acadêmico, termos consciência disso, termos consciência que os dados podem ser interpretados de formas diferentes e é por isso que existe uma ampla discussão sempre em torno da interpretação dos dados.

Já quase entrando na questão com o Dr. Crippa, quero colocar aqui algo que eu acredito que vai espantar a todos vocês da mesma forma que me espantou e me comoveu também.

O Dr. Crippa falou do caso da Katiele e da filha dela, Anne, que tem um caso grave de epilepsia. A Katiele ficou sabendo, através da Internet, que uma família nos Estados Unidos estava usando clandestinamente um óleo de maconha rico em Canabidiol. Ainda que tenha os outros componentes, ele era especialmente rico em Canabidiol com pouca concentração de THC. E ela viu que esse uso clandestino surtiu efeito nesse caso. Assim, após um tempo com os vários estados americanos regulamentando o uso médico, surgiu um comércio regular dessa substância e ela conseguiu trazer ilegalmente para o País, experimentou e deu certo. E a vida da filha dela simplesmente deixou de ser um pesadelo rumo a uma possível morte para ser uma outra história. Ela renasceu praticamente.

Isso não é um caso isolado, existem muitos casos de epilepsia adulta e infantil, existem muitos casos de epilepsia parecidos com o dela. E para vocês terem uma ideia, eles são tratados com remoção do hemisfério inteiro do cérebro, certo? E vou falar aqui para vocês o que há de mais chocante nisso. Vou aproveitar tomar água para retomar a atenção do Prof. Cristovam, porque é muito importante que ele ouça isso.

O primeiro caso, o primeiro artigo científico do mundo ocidental formal relatando os efeitos medicinais da maconha foi escrito por um médico irlandês que estava fazendo serviço na Índia, na época em que a Inglaterra estava colonizando a Índia. O nome dele é um nome esquisito que não sei pronunciar direito até hoje, William Brooke O'Shaughnessy. Esse artigo data – gente, preste atenção – de 1843. Exatamente no dia 4 de fevereiro de 1843, ele publicou um artigo descrevendo os usos de tintura de Cannabis indica. Ele fez um extrato alcoólico de Cannabis indica e um dos casos que ele relata em 1843 é de uma menina recém-nascida que estava padecendo a ponto de quase morrer de convulsões intratáveis. Eles tentavam usar opioides e outras coisas na época e nada dava certo. E ele usou tintura de Cannabis indica e curou – curou não –, interrompeu essa série de epilepsia.

Parem para pensar nisso. Em 1843, já se conhecia algo que poderia ter salvo tantas e tantas vidas, poderia ter se evitado tanto sofrimento e não se fez por causa da proibição.

O surgimento de toda essa questão em torno do uso para a epilepsia fez com que algumas mães participassem da marcha da maconha no Rio de Janeiro, e uma dessas mães falou o seguinte em *O Globo*, em declaração pessoal, que algumas pessoas dizem que o movimento pela legalização, regulamentação da maconha está abusando desses casos. Ela falou: "Não, nós é que estamos agradecendo a eles por expor essa aberração". Isso porque foi a proibição que impediu o desenvolvimento da ciência em torno do uso da maconha desde então e não há nada que justifique uma guerra para impedir que se administre uma questão que pode ser administrada de forma racional e não ideológica, não pela ideologia da guerra.

Vou agora detalhar sobre as coisas que o Dr. Crippa falou para mostrar o exemplo muito interessante de como o contexto influencia na interpretação das coisas. Nós somos cientistas, não somos robôs. O artigo que ele citou e que argumenta sobre a relação da maconha com a esquizofrenia afirma que aumenta em 370 vezes a chance de relação da maconha com a esquizofrenia. Eu queria esclarecer exatamente do que ele está falando, para vocês verem que a coisa pode ser vista de uma forma muito diferente.

Esse artigo mostrou o seguinte: se você pegar e olhar o histórico de pessoas que usaram maconha aos 15 anos e for ver o grupo dessas pessoas que desenvolveram esquizofrenia e comparar com o grupo de pessoas que nunca usaram maconha e ver o número delas que desenvolveram esquizofrenia, você vai ver que entre o grupo das pessoas que usaram maconha, em torno de 12% delas foram diagnosticadas, eventualmente, com esquizofrenia, enquanto que no grupo dos que nunca usaram maconha, cerca de 3,5% tiveram esquizofrenia.

Ou seja, o valor que ele falou que tem 3,5% mais chances, na verdade, é que tem 3,5% mais pessoas que tiveram esquizofrenia no grupo dos que usaram maconha do que no dos que não usaram.

Vou repetir: dentre as pessoas que usaram maconha com 15 anos, na idade adulta, 12% foram diagnosticados como esquizofrênicas. Dentre as que não usaram, apenas 3,5% foram diagnosticadas como esquizofrênicas. Ele falou de um jeito que parece que se conclui, diretamente, que há causalidade. Mas não há causalidade; há correlação.

Vou falar uma coisa para vocês que é muito clara da influência do contexto estigmatizado sobre a interpretação de correlação na pesquisa de C*annabis.* Correlação não indica causalidade. Um exemplo disso é que existe um estudo que mostra correlação estatisticamente comprovada de que em países onde se consome mais chocolate *per capita* são os países que têm mais Prêmio Nobel *per capita*. Ninguém aqui acha que chocolate causa ganho de Prêmio Nobel. Existe uma correlação mas não existe uma causalidade.

O resultado do trabalho que o Dr. Cripper expôs na verdade apresenta duas hipóteses. A primeira hipótese é de que a maconha pode causar esquizofrenia quando as pessoas a usam aos 15 anos. A segunda hipóteses é que pessoas que têm tendência à esquizofrenia podem ter mais chances de gostar de usar maconha e aderir ao seu uso a partir dos 15 anos.

O interessante é que o próprio artigo que ele citou tem uma análise que é a seguinte: essas pessoas também tinham uma detecção dos seus quadros de saúde mental aos 11 anos de idade – no mesmo artigo que ele mostrou. Quando eles pegam... O Dr. Crippa quer responder, vai ser ótimo.

Quando eles pegam e tiram do grupo das pessoas que usaram maconha aos 15 anos aquelas que já tinham problemas psiquiátricos aos 11, a diferença deixa de ser significativa. Ou seja, isso implica que a hipótese de causalidade está sendo enfrentada por uma outra hipótese, a hipótese de comorbidade, isto é, que as pessoas que têm algum problema que antecede o diagnóstico de esquizofrenia podem vir a usar maconha.

Esse conceito foi comprovado pelo seguinte, porque a interpretação que ele deu gerou a hipótese de que se aumentasse o uso de maconha numa população, aumentar-se-ia o número de esquizofrênicos, essa é a hipótese que deriva da conclusão dele. E o engraçado é que essa hipótese foi testada várias vezes. Um dos artigos – eu trouxe aqui para mostrar – foi feito pela *Schizophrenia Research*, em 2009. Eles verificaram um aumento muito grande de uso de maconha entre a década de 70 e a década de 90. Eles foram estudar se o que o Dr. Crippa postulou é verdade ou não, ou seja, se esse aumento causava um aumento na quantidade de esquizofrenia. A conclusão é a seguinte. Vou ler em inglês para depois traduzir: "*In conclusion, this study did not find any evidence of increasing schizophrenia or psychoses in the general population from 1996 to 2005*." Ou seja, a despeito de um aumento no uso...

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ...de maconha, não houve um aumento... Todo mundo teve mais tempo. Esse sinal é para eu parar de falar?

Desculpa. Todo mundo teve mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O senhor teve um tempo bastante razoável.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Só falta um orador.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Estou acabando, então.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Depois o Dr. Crippa quer responder...

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Claro.

Esse mesmo artigo que estou citando cita outros artigos que corroboram essa hipótese, ou seja, outros lugares onde houve aumento do uso da maconha, mas não houve aumento de incidência de esquizofrenia.

Mas há um caso interessante em Zurique. Nesse caso, se verificou que havia, antes da década de 70, uma tendência de queda nos diagnósticos de psicose na cidade de Zurique, que fica na Suíça. Eles viram que essa queda foi revertida na década de 90. Eles perceberam que essa reversão na queda – não de diagnóstico de psicose, mas de entrada no hospital com os sintomas de psicose, ou seja, com surtos ou com outros sintomas paranoicos –, uma reversão nessa tendência de queda. Eles associaram isso a algo que é o foco que temos que ter, que é a comercialização ilegal de maconha com excesso de THC.

Então, a maneira realmente não ideológica, realmente objetiva, preocupada com a questão da saúde pública em relação à possibilidade de antecipar um evento psicótico em pessoas que tenham tendência à psicose, é controlar a quantidade de canabinoides para que os adultos conheçam o que estão consumindo, para que o Estado impeça o excesso de THC. Se vocês forem ao mercado e procurarem, acho que ninguém vai achar uma bebida alcoólica...

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ... com 50% de álcool. É importante que os adolescentes não usem. Eu queria falar sobre mais duas coisas com relação ao Q.I.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ... eu li o artigo que o Dr. Crippa...
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Para finalizar, professor.
O SR. RENATO MALCHER LOPES – É?
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Já estamos bastante adiantados...
O SR. RENATO MALCHER LOPES – Eu falei tanto assim? Eu acho que o outro pessoal falou mais do que eu.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Vamos encerrar?
O SR. RENATO MALCHER LOPES – Posso só concluir? É que em relação...
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – No debate, V. Sª vai ter toda oportunidade de falar.
ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Só mais um pouco, Senador.
O SR. RENATO MALCHER LOPES – Tudo bem.
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mais dois minutos para V. Sª concluir.
O SR. RENATO MALCHER LOPES – Tudo bem, mais dois minutos.

Em relação ao Q.I., é importante dizer que as pessoas que estão em fase de desenvolvimento não devem usar a maconha, a não ser que haja uma relação custo-benefício num contexto controlado de uso médico, que é diferente do...

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ...porque o cérebro dela está (*Fora do microfone*.) em desenvolvimento, certo? Agora, a gente tem que ter a medida certa da verdade, para tomar os caminhos corretos.

O Dr. Crippa citou um artigo que ganhou manchetes, dizendo que o uso de maconha diminuía o Q.I. em oito pontos, certo? Esse artigo foi refutado na própria *Proceedings of the National Academy of Sciences*, o jornal que o publicou, porque eles verificaram que essa diferença de oito pontos, na verdade, se devia a fatores socioeconômicos. O que é o Q.I.? O Q.I. não é o modelo do *chip* do nosso cérebro, o Q.I. é um teste de desempenho intelectual. Sabe-se que se você pegar uma pessoa que ficar um ano a mais no colégio em relação a outra que ficar um ano a menos, pode ter três pontos a menos de Q.I. Se ela ficar dois anos a mais, ela pode ter sete pontos a mais de QI. Então se verificou que, na verdade, era uma questão socioeconômica.

Em relação às alterações de estrutura do cérebro, é importante dizer que pessoas que têm ansiedade, depressão, que passaram por algum período de estresse crônico possuem alterações no cérebro que são semelhantes às alterações encontradas em artigos que olham para o cérebro das pessoas quando elas já abusam da maconha. Não quer dizer que a maconha causou essa alteração. Essa alteração pode ser um diagnóstico de uma condição subjacente que pode causar ansiedade e leva as pessoas ao abuso de drogas. Mas não descarta a possibilidade. O abuso deve ser evitado e tem que ser evitado com um discurso realmente objetivo, cristalino, profundo na análise dos dados. A gente tem um compromisso muito grande na ciência de não guiar as pessoas para o caminho errado. Então, falar sobre os limites do que é bom e ruim sobre a maconha é importante para que as pessoas saibam a verdade e não que fiquem assustadas, porque a educação é feita com consciência, não com medo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Renato Malcher Lopes, Neurocientista e Professor Adjunto da Universidade de Brasília.

Como último integrante deste debate nesta Comissão, concedo a palavra ao Coronel Ubiratan Angelo, representante da ONG Viva Rio.

O SR. UBIRATAN ANGELO – Bem, bom dia a todos e todas presentes!

Eu venho representando uma organização não governamental – Viva Rio –, mas a gente traz um *background* de um membro e da instituição que a Drª Maria Lúcia Karam preside, que é a LEAP, Law Enforcement Against Prohibition, e está também no meu *background*.

Eu sou Coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Eu tive a oportunidade e a honra de ter sido o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Então, para mim, é extremamente importante estar aqui debatendo o art. 28. Eu tinha uma dúvida a partir dos debates, das falas aqui, a certeza. Ou seja, para que serve o art. 28? Por quê? Porque eu só ouvi aqui várias falas do porquê ele não serve. Então, eu queria saber para que serve o art. 28. (*Palmas*.)

Qual o objetivo? Se o objetivo dele é de saúde pública ou se ele vai entrar contrariando o princípio da autoridade, como bem disse aqui o nosso Juiz de Direito, então ele está focado no usuário. Ele está focado, então, para uma proibição com o usuário.

Então, vamos lá. Ele é reforço nada mais, nada menos do art. 16 da 6.368, de 1976. O art. 281 do Código Penal, até aquela época, colocava o usuário e o vendedor, o traficante, no mesmo patamar. Em 1976, há uma distinção: o 12 fala do vendedor e o 16 fala do que importa para uso. E posso estar dizendo um absurdo – se eu estiver, há dois juízes na mesa que poderão me corrigir: no Direito Penal brasileiro, a conduta proibitiva vem no tipo, vem num verbo, no núcleo do tipo que esse verbo tem que estar no infinitivo. E o verbo "usar" não aparece nesse art. 28 e não aparece no art. 16 da 6.368, e sim "portar". Então, o 12, o 16 e o 28 agora também proíbem o porte com duas condutas: alguém porta para fornece a outra(s) pessoa(s) e outro porta para si mesmo. Ou seja, mas não está criminalizado. Parece brincadeira o que estou dizendo aqui numa sala maravilhosa. Mas a cabeça do PM que está lá na ponta da linha é nó górdio. Ele não sabe o que fazer. Ele lá sabe o que é núcleo do tipo. Pois não sabe. Ele sabe o que é conduta proibitiva? Ele sabe qual é a diferença entre correlação e causalidade? Não sabe. Ele sabe o seguinte: é crime, eu vou prender; razão pela qual nós temos, no ambiente carcerário, como o Dr. José Henrique colocou, uma centena de pessoas que estavam portando para uso. Por quê? O policial – e não é só o PM, o policial civil – encontrou, está em flagrante delito, ele não pode prender, ele tem que prender. Então, se está dentro do previsto, portando, se é para uso, ele não quer saber. Ele não quer saber porque ele não pode saber, porque aquela conduta lhe vai ser cobrada. Ele é um agente garantidor do ordenamento jurídico. Então, ele vai ter que tomar essa decisão. Eu falo isso porque eu passei 32 anos na ativa sofrendo isso.

Eu estava brincando aqui com o Dr. José Henrique e falei assim: "Eu sou um milagre." Sabe por que eu sou um milagre? Não estou preso nem morto. Eu sou negro e nasci na favela. Então, a comunidade carcerária é composta de negro, pobre e favelado, na sua maioria. O índice dos homicídios no Estado do Rio de Janeiro, em especial, e no Brasil também – mas vou falar do Estado do Rio de Janeiro –, é de preto, pobre e favelado, a maioria das vítimas.

Então, até os 18 anos, era para eu estar preso ou morto. Por que até os 18 anos? Porque eu entrei para a Polícia aos 18 anos. Aí, eu aumentei as minhas chances de morrer, porque o policial no Rio de Janeiro tem 17 chances de morrer a mais que o cidadão comum. Então, eu sou um absurdo. Era para eu estar preso ou morto, até agora. E, agora, eu trabalho com mediação de conflitos no Haiti, para se ter uma ideia de como fica a minha situação.

Aí, nós fomos, então, na discussão da relação de causalidade. O art. 28 está dizendo o seguinte: quem está portando droga necessariamente poderá usar ou passar para outro. Existe uma correção entre portar, ou uma causalidade em portar ou não? Uma coisa eu lhe garanto: eu não sei para que serve o art. 28, mas digo que não é para proibir o uso. Não é para proibir o uso, porque, desde o art. 16 da Lei nº 6.368, o uso continua. Ele não interveio no uso, e o 28 não vai intervir.

Vai intervir, sim, nas relações de corrupção, de violência, do aparato policial do Estado, porque facilita. É muito mais fácil eu ser corrompido por algo que é proibido, porque o que é permitido, o cara fala assim: "Eu vou fazer, e está acabado. Eu tenho o direito de fazer." Agora, ele só vai tentar corromper o policial se ele não tiver o direito de fazê-lo. Agora, para isso serve o art. 28, para facilitar esse tipo de coisa.

Mas há uma coisa pior que isso, que é simplesmente essa hipocrisia de dizer que é para o usuário, quando na verdade é para quem está portando a droga e causando essa confusão na cabeça do policial. É que esse ambiente de corrupção, e bem foi falado aqui por vários especialistas, permite também uma disputa mercadológica ilegal e violenta.

Aqui na sala, possivelmente, há usuários de álcool, que é uma droga também, mas cada um com a sua opção. Eu bebo o uísque tal, a cerveja tal. E os fornecedores disputam dentro de uma regulação mercantil, não só de *marketing*, mas também de toda a produção de uma imagem de que o meu produto é melhor. E o cara que está lá vendendo droga no cenário da violência? Como ele disputa o seu espaço mercantil? Não preciso responder, porque todo mundo sabe como é.

Então, uma coisa eu lhe digo: o art. 28 contribui, sim, não só para a corrupção, mas para um número grande de mortes de pessoas que traficam, pessoas que são inocentes e estão naquele ambiente, e também de policiais que morrem e matam. O que aconteceu comigo de 18 anos para cá é que eu passei a ter uma chance maior de ficar preso, porque eu poderia ter ingressado nesse ambiente de letalidade policial.

Então, esse é um dos grandes resultados do art. 28. Como membro do Lipe, a minha cabeça é o seguinte: eu não sou, eu não tenho aqui que ser favorável ao uso de drogas. Não é essa a minha percepção. Eu sou con-

tra a proibição. Esse é o foco do Lipe, esse é o foco que temos trabalhados. Por quê? Por causa dos malefícios que a proibição gera. Isso é inevitável.

A guerra às drogas trouxe algum benefício? Trouxe. Eu posso elencar alguns benefícios que a guerra às drogas trouxe que ninguém falou aqui. Sabe qual foi? Aumentou sobremaneira o consumo de munição. Lógico. Não só nos confrontos, como nos rituais, em que os – eu nem costumo chamá-los de traficantes – camelôs e promotores de violência nos espaços violentos, especialmente no meu Estado, na minha cidade, ficam dando tiros, disparos de traçante etc., exibindo arma. O consumo de munição e a compra, o comércio de armas aumentou sobremaneira com a guerra às drogas. Ah! Então, há beneficiários. Não tenho dúvida de que vamos encontrar beneficiários disso. (*Palmas.*)

O SR. UBIRATAN ANGELO – Há também outro fator, que é fundamental, que entra na questão da correlação causalidade. Quando a gente pensa no Rio de janeiro, em violência gerada pelas drogas, a gente pensa imediatamente em favela. É uma correlação ou uma causalidade?

Eu não vou responder, só para a gente parar e pensar: como o art. 28 contribui com isso? Como a proibição contribui? Mas qual é a discussão hoje aqui? É exatamente o art. 28, no total, a discriminalização das drogas, mas do uso de droga, ou melhor, não é a discriminalização do uso de droga, mas do porte de droga para uso próprio.

O que caracteriza o porte de droga para uso próprio? Juridicamente, vamos ter inúmeras dissertações e todas elas vão ser verdadeiras, mas lá na ponta da linha... É só cada um fechar os olhos – não precisa ser fisicamente –, imaginar, olhar para dentro e falar assim: há duas pessoas, cada coma um quilo de maconha, na rua. Uma é bem-sucedida, a outra é malsucedida. Aí eu pergunto: aquela pessoa bem-sucedida vai alegar e poderá provar que aquilo é para ele consumir um mês, ou num tempo qualquer. O malsucedido, se ele ousar falar para o policial que aquele um quilo é para consumo – não precisa ser um quilo, pode ser meio, poder ser uns dez cigarrinhos de maconha –, se ele não for apenado no momento com uma pena alternativa aplicada pelo policial, à margem da legalidade e à margem dos direitos humanos, ele vai chegar à delegacia e, lá, vai sofrer também as mesmas consequências. E vai ficar preso. Está assim de gente presa e assim de gente solta.

Quando a gente olha o banco de injustiças promovidas, o principal promotor da injustiça é o policial que fica frustrado lá na ponta. Ora, não tem como ele ter uma conduta adequada, à luz dos direitos humanos, com o usuário de drogas, porque o usuário de drogas, para ele, é um problema. Eu não estou aqui criticando o usuário. Estou dizendo que ele é um problema, na medida em que ele traz algo para o policial, que ele não sabe resolver, a não ser prendendo. Ele fica louco. Imagine isso lá na ponta, não estamos nesse ambiente de discussão.

Essa discussão é fundamental para que a gente pense. A luta pela descriminalização das drogas tem seu objetivo? Tem. É colocar a termo a chamada guerra às drogas.

Aliás, estávamos discutindo isso ontem e uma pessoa falou assim: "A minha preocupação é que, se descriminalizar droga, no total, o que vai ser feito com esses bandidos armados que estão nas favelas do Rio de Janeiro?". E aí foi refutado por uma outra pessoa,que falou assim: "É. Quando se pensou em abolir a escravatura, também se pensava na questão do que ia se fazer com o negro, porque ele não sabia se proteger, não sabia trabalhar, não sabia, não sabia.... Então, era melhor mantê-lo escravo, porque pelo menos ele ia conseguir sobreviver. Parece-me o mesmo princípio. (*Palmas.*)

O SR. UBIRATAN ANGELO – Eu aprendi isso ontem. O que se vai fazer? O que se vai fazer é outro problema, é uma questão de inserção em mercado de trabalho etc. Mas a discriminalização das drogas, o art. 28, vai interferir diretamente não só nos princípios de direitos humanos, apontados aqui pelo Dr. José Henrique, maravilhosamente – já lhe pedi até a sua apresentação, para exibirmos lá na Escola Superior de Polícia –, mas também vai interferir diretamente na preservação da vida, uma redução drástica de vidas ceifadas pela violência, gerada por uma disputa mercadológica calcada na violência. Porque não há outro caminho. E, como foi apontado pela Drª Maria Lúcia, o que aconteceu nos Estados Unidos, no período da Lei Seca, e o que acontece lá, isso, sim, nós teremos resultados imediatos.

Não vou entrar na seara dos especialistas, na seara farmacêutica, da Medicina, até mesmo na seara sociológica, se é saúde pública ou não. Não. Sobre isso há várias discussões. Mas essas discussões também só fazem sentido se eu souber para que serve o art. 28, porque até agora eu não sei para que ele serve, a não ser aumentar este princípio da guerra às drogas. Aí eu digo, sim, não é uma correlação, é uma causalidade.

Todos que estão nesta sala hão de pensar: aquilo que é proibido só pode ser feito na ilegalidade. Na ilegalidade, os meus parceiros vão estar na ilegalidade. Então, eu vou construindo um universo da ilegalidade, gerando corrupção e violência. E é preciso acabar com a hipocrisia.

Uma pergunta que faço: No Brasil, é proibido menor beber? Pois eu digo: não é, porque não existe lei que proíba menor de beber. É proibido vender para menor.

Essas ilusões jurídicas promovidas – eu cansei, há pouco tempo, eu teria dado a mesma resposta: sim, é proibido – são construídas para mostrar assim: não, o álcool é sociável, etc. e tal, o menor não pode beber. O menor pode beber, só não pode é vender para ele. E essa conduta vai ser reprimida pelo comerciante administrativamente. Já viram algum policial prender, ou ficar fazendo investigação policial, ou entrar de fuzil num botequim, porque está vendendo para menor? Não. Mas ele vai entrar em outros ambientes. Ora, porque o álcool está no âmbito da regulação, que tem que ser melhorada, pode ser melhorada. E as outras drogas que foram escolhidas pelos critérios aqui falados estão no campo da proibição. E isso cai na mão de quem? Da polícia. Esse mercado sujo é jogado na mão de quem? Do favelado. Não é por ele ser favelado, é na mão daquele que as pessoas acreditam que não vai ter, ele acaba acreditando que ele não vai ter outra oportunidade de gerar a sua própria renda. Então, ele se arma. Agora, já pararam para imaginar quanto custa um fuzil e a munição que é gasta lá no Rio de Janeiro? Ora, vamos parar.

E aí é um apelo que ele faz: para que serve o art. 28?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Coronel Ubiratan pela contribuição valiosa ao debate que ora travamos nesta Comissão.

Antes de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que naturalmente deseja se manifestar, e ao Senador Suplicy, que está na CAE – e seria bom avisá-lo de que a audiência está finalizando com os debates –, nós recebemos, como eu disse, mais de 150 comentários ou perguntas, pela internet, sobre esta audiência pública. Seria impossível fazer a leitura de todos, mas, no entanto, selecionamos alguns para conhecimento desta Comissão.

Francisco Manuel Viotti Moreira, de Minas Gerais: "Com a liberação do uso do CBD, a população só poderá ter acesso através de importação. E quem não tiver condições de adquirir o medicamento, o Governo Federal, Estados e Municípios irão distribuir esse tipo de medicamento?"

Leonardo Formaggi, de São Paulo: "A guerra contra as drogas nunca funcionou. Por que continuar com isso, se gente inocente está morrendo pela violência do tráfico, gente de bem está sendo condenado pelo simples fato do uso, enquanto os verdadeiros criminosos saem impunes? Não é óbvio esse erro chamado guerra às drogas?

Não queremos que alivie a vida dos traficantes, queremos apenas que retire a maconha da mão do crime. Se a maconha é a porta de entrada para outras drogas, por ainda deixar que as pessoas criminosas tenham o controle dessa droga, não é melhor regulamentá-la?" – Paulo César, de São Paulo.

Anna Flávia Schmitt, de Santa Catarina: Podem até descriminalizar, e como o contrabando será enfrentado?

Rafael Barros, da Paraíba: Segundo a Organização Mundial de Saúde, o consumo de álcool matou mais de 3,3 milhões de pessoas em 2012. Qual a justificativa moral e científica para permitir que o porte de álcool para adultos e proibir o porte de outras drogas para consumo pessoal menos nocivas. Exemplo: *cannabis*."

Tarcísio Coelho, também da Paraíba: "Se a atual política antidrogas perdura há 40 anos, como há guerra às drogas? E podemos ver claramente que o consumo fez foi aumentar."

Thiago Augusto, de São Paulo: "Sabendo que a criminalização das drogas enriquece quadrilhas e fortalece criminosos e que a legalização trará inúmeros benefícios com a cobrança de impostos, controle de qualidade e de venda, qual é o fundamento de proibir se está na sociedade e tem benefícios? Quem lucra com isso?"

E Gabriel Azevedo, de São Paulo: "Aos componentes da banca que são da área de saúde: têm alguma discordância quanto ao fato de que o custo da proibição da *cannabis,* mesmo do ponto de vista da saúde pública, é muito maior do que o da sua liberação?"

Marcelo Augusto Nieli Gonçalves: "Como será o impacto da descriminalização das drogas sobre os medicamentos?"

Enfim, para que os senhores acompanhem o quanto a comunidade está se interessando por este debate.

O Sr. Airton Luciano Aragão Júnior: "Digo não à descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. Droga faz mal. É tão difícil entender isso?"

Cleusa, de São Paulo: "Não querendo generalizar, é sabido que crianças com doze, treze anos não têm mais infância. Infelizmente, grande parte está envolvida na vida do crime e a maioria é usuária da maconha e de outras drogas. Sou contra a legalização da maconha. Crianças estão sendo arrebanhadas para intermediar a venda de drogas, para furtar, roubar e até matar, pois não temos ainda uma lei que pune com o mesmo peso".

Irenilda de Fátima Rael de Campos: "Esse art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006, sobre o consumo de drogas, no mínimo, autoriza o uso da mesma, visto que as penas são uma piada. Droga tem que ser combatida com leis rígidas e punitivas, mas, se essa mesma droga funciona como remédio para determinadas doenças, esta deve chegar ao paciente pelo médico ou pelo órgão de saúde autorizado a manipulá-la. Em hipótese alguma o cidadão comum deverá ter acesso à compra."

Nelson Barenho, de Cascavel, no Paraná: "Sou contrário ao uso de drogas. Começam com a maconha, depois vão para as mais comprometedoras da saúde, como o *crack*. Em qual país teve alguma melhora pela liberação? Temos que punir exemplarmente os traficantes. Tem que ser considerado crime hediondo. Não podem responder em liberdade nunca. Eles terminam com as famílias e os jovens, terminam com o futuro do Brasil."

São algumas das perguntas e dos comentários que nós conseguimos pinçar entre quase 200 participações que houve durante a realização desta audiência pública.

O Senador Cristovam Buarque tem uma missão ingente, complexa e difícil de relatar uma matéria que hoje, na sociedade, é objeto de debate quase diário nos jornais, nas mídias sociais, enfim, a regulação do uso da maconha.

É uma proposta que foi assinada por mais de 20 mil internautas e que chegou às mãos do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que nomeou, designou Cristovam Buarque como Relator. Daí a sua presença aqui é muito importante, porque caberá a V. Exª, depois de ouvir a sociedade, os diversos segmentos interessados, os Senadores e as Senadoras, dar um parecer sobre a matéria.

Na Câmara dos Deputados, há proposições do mesmo jaez, com a mesma iniciativa, mas é a primeira vez que surge aqui, no Senado, por iniciativa popular, uma proposta com esse objetivo.

Inclusive, tal como fez o Uruguai, vários tribunais, como os aqui já citados da Argentina e da Colômbia, já definiram que é inconstitucional uma norma impositiva como é esta norma que está em vigência pela Lei nº 11.343, no Brasil.

Passo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, grande educador, grande Senador da República por Brasília, do PDT. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, senhores e senhoras presentes, eu quero agradecer muito por esta audiência. Ela, para mim, está sendo muito instrutiva.

Eu venho fazendo quatro perguntas a mim mesmo e tentando levantar respostas para preparar o meu parecer. Eu vou fazer três das quatro para os senhores, porque uma eu acho que ficaria ruim eu perguntar, que é se a legalização, a descriminalização vai ofender a moral coletiva do Brasil. Essa eu não vou fazer, porque essa eu acho que exige... Mas, se quiserem responder, a opinião de vocês também aceitaria.

Mas, antes de fazer essas perguntas, eu queria fazer uma pergunta ao Dr. José Alexandre, porque me impressionou muito sua apresentação, primeiro pela clareza, quando mostrou que derivados, pelo menos, da maconha podem ser benéficos cientificamente, medicinalmente. Mas eu queria fazer uma pergunta relacionada àquele impacto da maconha no cérebro e na provocação de surto de esquizofrenia, sem levar em conta o que o Prof. Renato colocou, rebatendo a sua pergunta, a sua apresentação. Eu queria saber o seguinte: se a pesquisa fosse com álcool, provocaria o mesmo efeito de aumento do surto de esquizofrenia ou o álcool não geraria isso? (*Palmas.*)

Essa é a primeira pergunta.

Não vou colocar o fumo, porque a gente já sabe o que provoca no pulmão. Não sei se provoca também no cérebro. Essa é uma dúvida com que fiquei, porque, se, de fato, existe o surto esquizofrênico provocado pela maconha, vai ter-se que analisar isso. O Prof. Renato diz que não, mas eu quero...

O SR. RENATO MALCHER LOPES (*Fora do microfone*.) – Existe surto provocado, mas não causado pela maconha, em pessoas que já têm tendência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não causa isso. As pessoas já têm a tendência.

Se o álcool também for causador, aí é um raciocínio nosso, ao querer a descriminalização, mas se o álcool não fizer, é outro diferente. Então, essa é a pergunta que eu poderia deixar agora para responder, mas há outra: como cientista, o senhor conhece estudos diferentes que dizem o contrário, que a maconha não provocaria o surto de esquizofrenia?

São duas perguntas. Uma é se há estudos que dizem o contrário; e a segunda é se o álcool provocaria a mesma coisa. Mas já vou fazer as três perguntas que eu gostaria de fazer a todos.

Antes, eu quero dizer o seguinte: para mim, a necessidade do uso da droga não é característica da nossa civilização; ela já está nas civilizações inteiras, mas com efeito em eventos, em solenidades, em ritos. O que caracteriza a nossa sociedade não é apenas o uso; é a dependência que as pessoas têm hoje em relação às drogas. Dá para dizer que o ser humano de hoje é um homem químico. Parte são químicas medicinais que não geram dependências, você toma, fica bom e para; outras você tem que tomar para superar problemas que a sociedade lhe provocou; outra, para ter prazer usando aquela droga.

São duas coisas diferentes. Uma é a droga que compensa a fragilidade da crise civilizatória, em que há desconforto, angústia e falta de perspectiva, e você termina caindo na droga; a outra é ficar dependente dela.

Não ficando dependente é uma coisa – até testar a morte seria bom se a gente soubesse que voltaria dela –; a outra é a dependência de drogas que a humanidade vive hoje.

Essa dependência é um fracasso da civilização. Agora o outro fracasso é a maneira como a gente vem combatendo. São dois fracassos da civilização atual. Um é a dependência de você consumir drogas químicas para superar o fracasso existencial decorrente de uma civilização mercantilista, que põe o trabalho como fundamental, além de você já ter resolvido as suas necessidades, para consumir.

Aliás, eu acho que existe um problema de consumo de drogas e existe o problema da droga do consumo. A civilização de hoje tem uma droga no consumo. (*Palmas.*)

Nós somos viciados, dependentes disso. O problema é a dependência. E isso é um fracasso da civilização. Não deveria haver isso. Não devíamos necessitar de drogas, mas necessitamos.

O outro fracasso é o da maneira como a gente o combate. Eu creio que nós fracassamos. Seja o art. 28, seja a criminalização, algo não está dando certo.

Eu li, nesse processo todo, um documento escrito e publicado no jornal de um dos Rockefeller, que foi um dos líderes pela campanha da lei seca nos Estados Unidos, porque de fato o álcool estava cometendo desastres, como está ainda hoje. Ele foi um dos defensores e, depois, escreveu um artigo dizendo que a lei seca tinha sido um fracasso tão grande ou maior do que o fracasso do consumo de álcool antes da lei seca. "Criamos um monstro", ele disse. E, de fato, foi tudo que surgiu a partir da criminalização do álcool.

Diante disso, eu tenho feito três perguntas: uma é se aumentaria o número de dependentes. Eu não falo de usuários, eu falo de dependentes. A descriminalização aumentaria o número de dependentes? Essa é uma pergunta. A outra é: a descriminalização da maconha abriria uma porta para outras drogas ou não? Eu já ouvi até opinião contrária: que muitos dos que caem no *crack* é porque não conseguem ter acesso à maconha de uma maneira legal, pelo preço e por todas as outras razões. A outra é a dos benefícios medicinais, que eu acho que foi bastante falado aqui, mas eu tenho feito a pergunta. E, finalmente, é se reduz a violência que vem do tráfico.

Então, eu deixo essas três perguntas, pedindo que, em primeiro lugar, o Dr. José Alexandre que me responda a pergunta que eu fiz a ele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

A boa notícia é que a Anvisa, diante do clamor causado com aquela reportagem do Fantástico que trouxe o drama da família da menina Anne, que precisava usar uma droga decorrente da maconha, o canabidiol, hoje classificada como uma droga proscrita, como uma substância química proscrita pela Anvisa, incluída na chamada Lista F2, na próxima reunião, vai decidir se retira da Lista F2 para colocar na lista C1. Assim, o medicamento que poderá ser prescrito por um médico e retirado nos Correios ou em agências particulares que enviam medicamentos dos Estados Unidos, com a apresentação de uma receita médica.

Então, eu acho que é importante que nós possamos não só usar os benefícios da cânabis para tratamento médico como também fazer uma regulamentação, porque, se não o fizermos, quem vai fazer é o próprio Judiciário, que, mais uma vez, diante do omissão do Congresso Nacional, poderá legislar, se provocado como tem sido provocado.

Por isso, a minha pergunta é se, regulamentando, como nós podemos regulamentar, o uso de substâncias químicas provenientes da cânabis, será viável no futuro a sua fabricação aqui, no Brasil, em vez de fazermos a sua importação, o que será um custo muito alto para as famílias brasileiras? (*Palmas.*)

Houve até uma pergunta aqui sobre a canabidiol: se a pessoa não puder comprar nos Estados, como outras seis famílias já fizeram, o que o Governo Federal, os Governos estaduais e os Prefeituras municipais poderão fazer para que as pessoas mais pobres possam ter acesso a esse medicamento?

Todos, naturalmente, vão ter o direito de falar. Nós vamos fixar um tempo e não vamos permitir que esse tempo seja ultrapassado. Nós temos horário a cumprir aqui, na TV Senado; temos horário a cumprir, porque precisamos voltar para o plenário, onde teremos votação hoje, com Ordem do Dia a ser cumprida. De modo que cada um dos participantes desta Mesa terá direito a cinco minutos. Eu tinha estabelecido três minutos, mas vamos agora subir para cinco minutos, que eu acho que é o suficiente para que todas as respostas sejam dadas. Todos têm o mesmo direito. Aqui, temos quantos na mesa? Temos sete. E sete vezes cinco são 35 minutos, ou seja, no mínimo, ainda haverá 40 minutos, se não houver pergunta de Senadores.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Houve diversos e diversos questionamentos a respeito, inclusive, de que eu fui equivocado ao interpretar os dados. Isso, para um cientista, é muito grave, é muito grave o que aconteceu aqui. Então, eu preciso responder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O senhor já está perdendo tempo. (*Palmas.*)

É melhor começar a responder.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Então, eu ganho dez minutos. Então, primeiro, eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu falei cinco minutos.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Mas da...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Regimento fala em três minutos. Eu estou dando cinco minutos. Eu estou ultrapassando o Regimento.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Então, vamos lá.

Obrigado pela pergunta, Prof. Cristovam.

A primeira coisa é em relação ao álcool. Álcool causa dano cerebral, sim. Há diversos estudos nesse sentido. E existe uma condição chamada alucinose alcoólica, que ocorre na vigência do uso do álcool, e sintomas psicóticos podem acontecer na síndrome de abstinência do álcool. Então, eu acho que esta Casa tem de debater a propaganda do álcool que caminhou num nível em relação ao tabaco até um determinado momento e que, hoje, o *lobby* é de outra forma.

Eu vou responder igual ao Enéas – desculpem-me – para tentar colocar rapidamente.

Segundo, a fabricação do canabidiol no Brasil, dos canabinóides, usa uma tecnologia de baixa tecnologia. A Embrapa tem mais de seis mil pesquisadores e teria condição total de fabricar. Isso seria uma inovação incrível. E nós, como cientistas, achamos que poderia ser distribuída para a população, e haveria condições, sim, de produzir isso – existem empresas –, de ganhar dinheiro e de ter um conteúdo social muito grande nesse sentido.

Em relação ao fracasso do combate, isso eu não sei. Eu estou tentando propor aqui, colocar informações apenas.

Em relação ao custo da liberação, que foi colocado em forma de pergunta, eu também não sei. Talvez a experiência do Uruguai possa colocar isso de uma maneira um pouco mais ampla.

A questão da porta aberta também não está definida. A literatura mostra dos dois lados, é controversa. Eu tenho uma opinião própria a respeito disso, mas, como é controversa, não vou tentar me estender a respeito disso.

Se reduz ou aumenta a violência, também não tenho dados totais. Aumenta, sim, em relação ao tráfico e isso é comprovado, mas, em relação ao consumo, depende. Há uma série de contextos, e não vai haver tempo para responder.

Em relação ao uso de drogas, o senhor colocou muito bem, neste final de semana, a gente está recebendo em Ribeirão Preto, em um simpósio o Prof. Jordi Riba, da Universidade de Barcelona, a maior autoridade sobre o uso de *ayahuasca* no mundo. Nós, em Ribeirão Preto, estamos testando para tratamento de depressão, de ansiedade, de alcoolismo, com resultados incríveis. Depois a literatura estará disponível.

Agora, em relação a vários comentários do Prof. Renato, eu vou me colocar extremamente reticente. Primeiro, eu não falei nada a respeito do QI; não falei, está gravado. Então, eu não entendi por que esse comentário. Não falei absolutamente nada em relação a isso.

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Sim. Segundo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Bom, meu tempo acabou.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Eu dois minutos do meu tempo para ele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Não, ele tem quase dois minutos ainda.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Segundo, colocar essa questão de que eu falto com a verdade e que há interpretação equivocada dos dados nos estudos científicos, que não condizem com a verdade, isso afeta a todos nós cientistas do nosso grupo de Ribeirão Preto. Sinceramente, acho que não deveria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O senhor terá tempo de falar.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Segundo, em relação à neuroimagem, que as pessoas apresentam comorbidades psiquiátricas, isso é uma mentira, porque o critério de exclusão dos estudos da meta-análise exclui pessoas com comorbidade.

Terceiro, esquizofrenia. O senhor deve estar desatualizado, porque existe um estudo mais recente que diz que controlou em relação a sintomas prévios de psicose. Além disso, há um estudo nosso, do qual participamos, em relação a uma genotipagem val/val, do Conte, pelo qual aumenta, sim, a prevalência de esquizofrenia. E o senhor, talvez, desconheça o estudo de Christchurch e Dunedin, da Nova Zelândia, segundo o qual é controlado por sintomas psicóticos prévios.

Quinto, a maioria não tem problemas. Bom, mas para aqueles 5% a 6% que têm problemas é 100% de problemas na vida deles, das pessoas que têm.

Terceiro, o estudo de 70, 90 da Shizophrenia Research entrou na meta-análise. Isso é um estudo, mas agora existe meta-análise que é muito mais rigorosa e inclui vários estudos.

Outra coisa, a maconha é fornecida com alto teor de THC, baixo CBD. Bom, eu estou propondo, antes disso, que os usuários saibam em relação aos riscos que tem. E, depois, nós podemos avançar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Darei mais dois minutos. Igualmente darei aos outros.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – O usuário de maconha e *crack* o fazem por automedicação e são pessoas miseráveis? A Analice trabalha muito mais com isso do que eu e outras pessoas. O *crack* está em todas as camadas sociais. O uso da droga é multifatorial. Então, quanto a dizer que são pessoas miseráveis e que usam como automedicação, eu discordo fortemente.

Próximo. Droga para aliviar sofrimento? Existe uma neurobiologia da dependência. Novamente, é multifatorial. Acho que isso é importante registrar.

Outra coisa: a história do tabaco. Até os anos 60, vários estudos correlacionais falavam que não existia câncer do pulmão pelo uso do tabaco, e o número de estudos, à época, era gigantescamente maior do que os em relação à maconha. Até a década de 80, discutia-se, inclusive naquele filme "Informantes", se causava ou não câncer de pulmão. Hoje a história está aí, está pronto.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Então, a minha sugestão, professor, é: faça um estudo de neuroimagem, faça um estudo em relação à esquizofrenia, faça um estudo longitudinal e apresente. Se os dados forem contraditórios, com toda essa literatura que está sendo descrita, mudo minha ideia e prego que seja liberada plenamente em relação à sua colocação.

Eu, por exemplo, questionei uma carta que vai sair em relação ao estudo de neuroimagem, colocada há três semanas, quando falei na Câmara dos Deputados. Ela diz que a usuários ocasionais levava alterações estruturais do cérebro. Fui ler profundamente esse estudo e vi erros, equívocos imensos. Estou mandando uma carta para esses autores reclamando que o desenho está errado.

Então, por favor, professor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Professor, tempo encerrado.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Muito obrigado, professor, pela Mesa, muito obrigado professor Cristovam Buarque pela pergunta. Era o que tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Ao final o senhor terá direito a novos esclarecimentos.

A Drª Analice de Paula, tendo em vista que irá pegar o avião daqui a pouco, pediu prioridade para falar.

Tem a palavra V. Sª, por cinco minutos, com mais dois de tolerância.

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI – Peço desculpas ao Renato. Realmente vou ter que interromper, porque vou ter que sair em dois minutos. Passo até parte do meu tempo aos colegas que desejarem falar.

Respondendo aqui ao Senador Cristovam Buarque, preciso, antes de tudo, colocar a questão do *crack*. Sou diretora de uma clínica de classe alta no Rio de Janeiro, e 25% das pessoas que estão internadas lá são dependentes de crack. Então, é verdade que o uso do *crack*, a dependência do *crack* não é exclusividade da classe baixa. Só para esclarecer. Acho que não estou falando nenhuma novidade aqui.

Respondendo às suas perguntas, Senador, acho que é importante diferenciar descriminalização, que é objeto dessa audiência, de legalização. São coisas totalmente diferentes e que estão se misturando aqui. Se a descriminalização aumentaria a dependência de drogas – mais uma vez digo que temos muito pouco dado em relação às demais drogas, mas em relação à maconha, temos algum dado –, não é conclusivo se descriminalizar aumenta consumo e, muito menos, a dependência. Não é conclusivo, não sabemos se vai aumentar ou não.

Há, isto sim, alguns indícios de que a legalização possa vir aumentar efetivamente a dependência. Também são estudos que podem ser questionáveis, mas há, sim, nesse sentido da legalização.

Se a descriminalização diminui violência: acho que quando se fala que descriminalização diminui violência, está-se falando tirar das mãos do tráfico o comércio da maconha e isso reduziria a violência. Só que descriminalização não faz isso. Descriminalizar é só não levar o usuário à cadeia; isso pode diminuir crime, criminalidade. Obviamente vai diminuir a criminalidade, porque o usuário não será mais criminoso. Neste sentido sim. Agora, quanto à descriminação reduzir violência não há tanta evidência, a menos que se olhe a violência ao indivíduo, o fato do encarceramento, como uma violência.

É isso que queria dizer ao Senador. Muito obrigada.

Vou me desculpar, porque vou ter que me ausentar. Estou chateada com isso, mas enfim...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Nós também. Boa viagem, professora.

A professora Beatriz Vargas me pediu também prioridade. Sabe que as mulheres mandam nesta Comissão.

Profª Beatriz, com a palavra, com a devida vênia do Prof. Renato.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Renato, vou lhe passar a palavra rapidamente. Não vou abusar do tempo, vou tentar me ater a esses poucos minutos. Foi o que tentei desde o começo, desde a primeira fala busquei, e acho que consegui, até por respeito aos demais colegas, falar dentro do tempo que me foi concedido. Eu me policiei muito em relação ao tempo.

Bom, eu gostaria, ao ter a palavra de volta, de fazer alguns destaques que eu acho importantes.

Eu não falo como autoridade. Eu não sou autoridade, não sou agente da lei. E também não vou falar da área médica, da biologia, de neurociências, pois não sou dela. O ponto, o lugar de onde eu falo é um lugar da universidade, da pesquisa acadêmico-sociológica, aliada à pesquisa jurídica, que é o Direito Aplicado.

Eu gostaria de fazer um apelo aos cientistas aqui muito bem representados pelo Prof. Crippa e, claro, também pelo meu colega de universidade, Prof. Renato Malcher. Parece-me que a sensibilidade que talvez o Prof. Renato tenha demonstrado aqui para responder algumas questões que passam pela resposta da ciência pode estar faltando em outros cientistas. E eu faço um apelo a essa sensibilidade.

Eu gostaria de dizer o seguinte: o tempo da ciência é um tempo muito mais longo, é um tempo muito mais livre, vamos dizer assim. O caminho da pesquisa, os debates científicos, no sentido de uma ciência mais dura, de uma ciência natural, vamos dizer assim, é maior. É um tempo mais longo. O próprio Crippa mencionou aqui que só há pouco tempo se veio saber dos males que o tabaco provoca na saúde da pessoa.

O tempo da política e o tempo do Direito, principalmente considerando-se a realidade que nós vivenciamos hoje, não é tão grande assim. Nós temos mais pressa, e nós não podemos esperar que um debate científico se desenvolva, ao longo de não sei quantas outras décadas mais, para responder afinal de contas se a cânabis gera ou não gera dependência, se a cânabis produz ou não produz esquizofrenia, quando nós estamos vendo – e eu faço pesquisa e respondi conclusivamente a essas perguntas – que se está gerando sofrimento a uma população, sobretudo uma população jovem, uma população socialmente excluída, que está sendo presa ou morta em nome dessa política fracassada de criminalização. (*Palmas.*)

Então, nós queremos pedir isto: por favor, cientistas, tentem pensar – vocês não necessariamente precisam chamar o Capitão Nascimento para resolver isso – numa forma, em outras maneiras menos duras, mais sensíveis à nossa própria realidade, de resolver um problema que, se é de fato um problema de saúde pública, nada tem a ver com Direito Penal. E nesse ponto eu concordo com a fala do Juiz José Henrique.

(Soa a campainha.)

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI – Enfim, só quero lembrar isso. Vou tentar ser o mais fiel possível à fala da psiquiatra. Não é conclusivo se a descriminalização aumenta ou reduz o consumo ou a dependência. Não é conclusivo. Nós vamos esperar? Enquanto não concluímos se é ou não, se aumenta ou não, o que faremos? Continuaremos a deixar que algumas pessoas paguem o pato por essa nossa inconclusão? Qual é o medo que temos de testar uma outra forma de lidar com esse problema? Por que negar, então, experimentar, diante da sua inconclusão? Há pesquisas que são inconclusivas, outras não. Mas, diante dessa inconclusão...

(Interrupção do som.)

A SRª ANALICE DE PAULA GIGLIOTTI – ... por que não tentar lidar com essa situação (*Fora do microfone*.) de forma mais sensível.

Enfim, já acabou o tempo.

Eu queria agradecer.

Vou passar, então, a palavra. Eu também pedi para falar antes porque eu vou precisar me ausentar, mas eu agradeço a oportunidade. Vou passar a palavra aos colegas aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sr. Renato Malcher Lopes, o próximo.

Agradeço à Professora Beatriz.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Vou tentar usar esse tempo para, ao máximo, corrigir e pedir desculpas ao Dr. Crippa por erro meu de expressão que fez com que ele tivesse uma interpretação completamente distante da realidade sobre a qual é inquestionável a qualidade do trabalho que ele produz.

Quando falei de erro de interpretação, falei de erro de interpretação dos autores dos artigos que o senhor citou. Quando falei que li o artigo, desculpe-me, ficou confuso mesmo. Falei que li o seu artigo do *Estadão*, no qual o senhor cita o artigo sobre o QI e a imagem, inclusive aquele que o senhor mesmo criticou. Então, de forma nenhuma eu critiquei nenhum dos seus artigos. Critiquei o artigo que o senhor citou no artigo do *Estadão*. Por favor, desculpe-me. De forma nenhuma, não existe nada que questione a qualidade e a referência

internacional dos seus trabalhos. Peço-lhe desculpas pelo mal-entendido. Estava me referindo ao artigo que ele mesmo disse que acabou escrevendo para criticar e ao artigo...

Mais uma vez, eu disse que há duas hipóteses: uma sobre o fato de que a maconha pode causar esquizofrenia e a outra de que haja uma comorbidade. Existem vários artigos que mostram que o aumento do uso, na população, não aumenta a incidência de esquizofrenia. Se existe um artigo novo, ele mostra que há uma controvérsia nessa questão.

Agora, existe um outro artigo interessante aqui, que foi publicado este ano, no *Schizophrenia Research*, que mostrou a importância do histórico familiar para essa relação entre o uso de maconha e esquizofrenia. Mas, a despeito disso, o importante é a gente achar o que há incomum. O que há incomum é que nós estamos preocupados com o uso e o abuso de maconha entre adolescentes de uma maneira geral e, sobretudo, em relação àqueles que têm alguma predisposição à esquizofrenia. De uma maneira geral, a gente sabe que um dos grandes fatores desencadeantes do surto, em relação à maconha, é justamente o efeito ansiogênico do THC. Então, é importante lidar com a questão dos níveis de THC.

Fiquei muito sem graça, realmente, com essa circunstância com o Dr. Crippa porque, no início do nosso encontro aqui, achei que a gente ia ter uma colaboração científica. Ele acabou ficando ofendido pela má comunicação da minha parte. Peço-lhe desculpas e reafirmo que não questionei, de maneira nenhuma, nenhum dado e nenhuma conclusão dos seus artigos ou do seu grupo. Questionei o artigo que o senhor citou e que o senhor também concorda que não é um artigo bom.

Acho que isso é importante a gente deixar claro. De qualquer forma, desculpe-me pelo constrangimento do mal-entendido.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Só queria novamente deixar claro que o caso zero de uso medicinal de canabinoides no País se deve ao grupo de Ribeirão Preto, que fez os laudos de segurança, os laudos neurogenéticos e acompanhou essa paciente. Ou seja, acho que isso deixa muito claro o nosso papel, o papel da sociedade, e o nosso compromisso. A gente não iria tomar uma medida desse porte...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – ... sem responsabilidade.

Agora, aceito as desculpas do professor. Vamos tentar a colaboração.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Obrigado, fiquei muito constrangido por ter ofendido o senhor. Acho que o mais importante do que eu falei foi isso: foi conseguir resolver esse mal-entendido.

Em relação às inquietações do Prof. Cristovam, acho que pessoas mais entendidas do ponto de vista epidemiológico já colocaram aqui a incógnita que existe sobre a possibilidade do aumento do uso, sobre a possibilidade do aumento da dependência. De uma maneira geral, creio que lidar com o problema...Também não falei que o uso do *crack* é exclusivo de miseráveis, só citei o exemplo de uma circunstância.

Mas eu creio que lidar com o problema da dependência é uma coisa completamente diferente da alçada do Código Penal. É uma coisa que tem que ser vista do ponto de vista médico.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agora, vamos dar a palavra ao Juiz de Direito Dr. José Henrique Torres.

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Eu vou usar a palavra para contar que, na semana passada, eu passei muito mal. Passei muito mal e fui ao médico, e o médico me receitou um remédio. Eu voltei para casa e tomei o remédio. O remédio não me curou, continuou fazendo mal, e eu comecei a piorar. Eu voltei ao médico, ele aumentou a dose, eu piorei, e não resolvia. Até um dia que o médico chegou e disse: eu vou parar com esse remédio e arrumar outro. (*Palmas.*)

A criminalização, por favor, nós sabemos, não tem nada a ver com saúde. A criminalização das drogas não tem nada a ver com saúde – nada a ver com saúde particular, nada a ver com saúde pública. A criminalização das drogas é uma questão de política, uma questão de poder, uma questão de dominação, de controle social e, principalmente, é uma questão de criminalização de pobreza. É isso que é a criminalização das drogas. (*Palmas.*)

O exemplo foi dado aqui: não, o *crack* é utilizado por ricos e pobres. É verdade, só que o rico vai para a clínica, e o pobre toma borracha da polícia, é expulso da praça onde ele mora, etc. e tal.

É a mesma coisa do aborto. Todas as mulheres praticam o aborto. Só que a mulher rica pratica aborto em clínicas, com toda a segurança, e a pobre morre ou sofre sequelas. (*Palmas.*)

Então, o nosso problema é um problema social, é essencialmente social, é econômico, é distribuição de riqueza.

O problema é muito maior, o desafio é muito maior. Se a droga faz mal, se causa uma doença e não causa outra, se causa dependência, isso é um problema da saúde. A saúde tem que enfrentar. Por que o sistema

criminal tem que ser metido nesse meio, para resolver um problema que ele não sabe resolver, que ele não consegue resolver, que ele não está resolvendo? É um problema de saúde? Resolvamos o problema de saúde, deixemos que os doutores aqui debatam e encontrem soluções no âmbito da saúde.

Senador, não é a criminalização das drogas que é um fracasso, a criminalização é um fracasso. (*Palmas.*)

Uma sociedade só se civiliza na medida em que ela se afasta do processo de criminalização. A criminalização é uma solução a mais que o Estado encontra para algum problema que ele quer resolver. Ora, e que solução é essa? É a pior solução, é a última solução. Toda vez que o Estado resolve criminalizar uma conduta, ele reconhece que fracassou. A sociedade que criminaliza é uma sociedade fracassada. Porque, se nós conseguirmos encontrar soluções fora do sistema criminal, nós não precisamos criminalizar é nada.

V. Exª pergunta se vai acabar com a violência a descriminalização, e eu lhe respondo com toda a convicção de tudo aquilo que eu tenho aprendido com isso: sim! Eu não tenho dúvida nenhuma em responder a V. Exª. (*Palmas.*)

Toda a violência causada pela criminalização vai acabar com a descriminalização, não há dúvida nenhuma.

Agora, restarão os problemas sociais, mas são problemas sociais. O homicídio, como é que acabamos com o crime de homicídio, Srs. Senadores? Descriminalizando o homicídio. Pronto. Não há mais crime de homicídio. É muito simples.

"Ué, mas aí as pessoas continuam matando." Mas aí é outro problema. E quem mata? No crime de homicídio – eu sou juiz de uma Vara de Júri, presidi 1,5 mil júris na minha vida e posso dizer –, todos os réus da minha Vara, 99,9%, são pobres, "esgualepados", malnutridos, sem saúde, sem educação. Como é que acaba com o homicídio neste País, Srs. Senadores? Acabem com a pobreza. (*Palmas.*)

Se couber um projeto para acabar com a pobreza, os senhores façam um projeto. Acabou a pobreza, acabou a miséria, distribua a riqueza. Vamos distribuir saúde, educação, que nós vamos acabar com essa criminalidade. Não vamos acabar com a criminalidade do colarinho branco, colarinho dourado, etc. e tal, que esse é outro assunto. (*Palmas.*)

Portanto, eu só encerro pedindo, e é importante que se diga isso... Srs. Senadores, eu conheço a história de V. Exªs, dos dois Senadores que me honram muito. E eu fico até emocionado em poder estar falando para V. Exªs e para o Senador Valadares, que me deu essa honra de me convidar para hoje estar aqui. Nós precisamos desmistificar o sistema penal.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Precisamos sair desse redemoinho de que nos fala o Guimarães Rosa. O diabo está no redemoinho, e esse redemoinho está nos atraindo para isso. Nós precisamos nos libertar disso.

Os problemas sociais não serão resolvidos jamais com o sistema criminal, que é um sistema excludente, violento, que só piora as coisas. Ou seja, nós não sabemos o que fazer, nós somos fracassados, por isso nós invocamos o sistema penal.

Obrigado. Desculpe pela... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço.

Profª Maria Lúcia Karam, representante da LEAP Brasil.

A SRª MARIA LÚCIA KARAM – Bom, em primeiro lugar, acho, Senador, que não se deve tratar maconha de forma diferente das outras drogas – quando o senhor pergunta se legalizar a maconha abriria caminho para outras drogas.

Primeiro, tratar maconha diferentemente das outras drogas é reproduzir a ideia da proibição que hoje trata o álcool, o tabaco, a cafeína de uma forma e, discriminatoriamente, trata a maconha, a cocaína e a heroína de outra forma. Não existem drogas boas ou más. Todas essas substâncias podem, sim, causar riscos à saúde. E o que é fundamental é a forma como as pessoas se relacionam com essas substâncias. De qualquer maneira, ainda que se considerem que há drogas mais leves e drogas mais pesadas, é importante ter claro que, quanto mais pesada, mais perigosa uma droga, mais importante é a legalização, porque é preciso trazer à luz esses comportamentos relacionados a essas substâncias de modo que se possa efetivamente regular e controlar essas atividades de forma racional.

A questão de se a legalização aumentaria ou não o consumo, é difícil de saber, até porque não são leis que determinam as formas de consumo e, consequentemente, as formas de dependência. Só a prepotência dos juristas é que faz as pessoas acreditarem que leis podem mudar efetivamente os comportamentos sociais. Isso não é verdade. Então, não sabemos se aumentaria ou não a quantidade de consumidores, portanto a quantidade de dependentes. Mas o que realmente podemos ter certeza, como o Dr. José Henrique falou, é que a legalização efetivamente porá fim, não é reduzir a violência, porá fim à violência que cerca hoje as atividades de produção e comércio dessas substâncias proibidas. (*Palmas.*)

Como eu mostrei na minha fala, isso aconteceu com o álcool. Basta pensar na época do Al Capone e no álcool ilegal nos Estados Unidos, como era a produção e o comércio de álcool, e basta pensar no que é o álcool hoje, quando não há violência em torno da produção e do comércio dessa substância, que é uma droga igual a qualquer outra. Qual é o mínimo de raciocínio lógico? Por que, na produção e no comércio do álcool, não há violência e por que na produção de maconha e cocaína há violência? É evidente que essa violência é causada pela proibição. Essa única diferença está na proibição.

Finalmente, eu gostaria de responder a sua pergunta sobre a questão moral, em primeiro lugar tendo claro que não se pode confundir direito e moral. Um Estado democrático jamais poderia criminalizar uma conduta para impor uma determinada moral. O Estado entender que usar cocaína ou maconha seria algo imoral, isso jamais poderia servir de fundamento num Estado democrático para criminalização de qualquer conduta. Desde o Iluminismo já se percebeu que não se pode confundir direito e moral.

Mas se queremos falar em torno de moral, parece-me que ofende muito mais a moral uma política que provoca mortes, que provoca violência, que provoca o encarceramento massivo, que acaba causando mais danos à saúde do que as próprias substâncias que essa política pretende eliminar. Ofende muito mais a moral se pretender evitar que determinadas pessoas...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA KARAM – ... usem da sua liberdade para consumir determinadas substâncias, para isso matando e prendendo. É isso que efetivamente se precisa pensar. Essa política de proibição, essa política de guerra às drogas, além de violar diversos princípios constitucionais inscritos também nas declarações internacionais de direitos, além de ser completamente irracional, é uma política também profundamente imoral, porque é uma política que provoca mortes, violência, encarceramento, violação de direitos fundamentais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Essa foi a Diretora da LEAP, uma instituição de caráter internacional, que atua com mais de 50 mil membros e apoiadores, policiais, promotores, juízes, agentes penitenciários e militares em todo o mundo. Os membros e apoiadores da LEAP, em cerca de 80 países, têm contribuído decisivamente para o movimento antiproibicionista, já tendo feito mais de seis mil apresentações em grupos cívicos, universidades, em audiência públicas, na imprensa e perante outras audiências.

A presença de uma organização como a LEAP no Brasil fortalece a necessária e urgente mobilização para compreender e pôr fim aos inúmeros danos provocados pela particular guerra às drogas.

Antes de encerrar esta reunião, darei a palavra ao Senador Suplicy, que teve de se ausentar por um momento a fim de exercer suas atividades em outra comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, quando, inclusive, teve um momento de presidir a reunião.

Com a palavra, V. Exª. Cinco minutos está bom para V. Exª, que é sintético e que sabe resumir suas palavras? Cinco minutos está bom, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mais do que bom.

Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, quero cumprimentá-lo como Relator do PLC 37, de 2013, e por ter sugerido a audiência pública sobre a descriminalização, um tema que, também, é objeto do Relator, Senador Cristovam Buarque. Eu acho que a contribuição de todos os depoentes... Quero cumprimentá-los, desde a Profª Beatriz Vargas Ramos, Analice de Paula Gigliotti, Srª Maria Lúcia Karam, Prof. José Alexandre de Souza Crippa, Juiz José Henrique Rodrigues Torres.

Infelizmente, não pude ouvir o Sr. Renato Malcher Lopes, a não ser nessa última exposição, nem o Sr. Ubiratan Angelo, da Viva Rio. Infelizmente, perdi sua exposição. Do Juiz José Henrique Torres, eu ouvi uma boa parte, mas, de fato, precisei sair.

Nas últimas duas semanas, Presidente Antonio Carlos Valadares, eu ouvi o apelo de duas mães que me procuraram. A primeira porque o seu filho, de 19 anos, estudante de Arquitetura, ao abastecer o carro, teve encontrado, pela polícia, no seu automóvel, um pacote de alguma substância de drogas e acabou sendo detido. Depois de alguns dias na detenção, na região de Barueri, Carapicuíba, acabou tendo um problema sério de pneumonia, iniciou uma tuberculose e, já na terceira semana, precisou ser internado na UTI do hospital. A senhora mãe contou a história dele. Eu sugeri a ela que escrevesse uma carta ao juiz e depois à juíza, que, felizmente, compreendeu a situação do rapaz e pôde decidir pela liberação dele, até para o tratamento de saúde e um possível entendimento, uma possível orientação bastante positiva para tentar se recuperar da situação em que se envolveu, inclusive porque havia perdido o pai recentemente, estava um pouco afetado emocionalmente, coisas que ocorrem com um adolescente.

Neste final de semana, outra mãe me procurou porque o seu filho de 22 anos havia sido detido por também utilização de maconha, ou *crack,* agora nem me lembro bem, mas estava lá já há algum tempo. Ela me fez um apelo para procurarmos, em situações como essa, verificar como poderíamos – ao invés de simplesmente

mandar para a detenção, superlotando ainda mais o sistema penitenciário brasileiro – ampliar as oportunidades de orientação, de pena alternativa, de pena restritiva de direitos, mas que significassem a possibilidade – a melhor possível – para a recuperação desses rapazes, com a devida orientação.

Então, eu acho que tudo que aqui foi expresso pelos senhores e senhoras depoentes o foi mais na linha de... Estou cada vez mais propenso a caminhar na direção daquilo que é uma nova forma de ver as coisas, a exemplo do que o Presidente José Mujica, Pepe Mujica, tem feito. (*Palmas.*)

Aliás, se tiver o telefone dele até vou ligar, porque hoje é seu aniversário. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria lhes transmitir: eu aprendi muito com os senhores e as senhoras. Juiz José Henrique Torres, queria falar, na hora em que ele mencionou a erradicação da pobreza... Claro, sempre alguns serão mais pobres do que outros, mas para erradicar a pobreza extrema e a pobreza absoluta, que é o objetivo maior da Presidenta Dilma, precisamos sim, com as boas oportunidades de educação, conforme o Senador Cristovam Buarque sempre coloca e os bons serviços públicos. Quero lhes dar – se houver oportunidade de eu pegar –, daqui a instantes, o livro sobre a Renda Básica de Cidadania: o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil, socioeconômica, incondicionalmente, todos têm que ter o direito de receber uma renda que, com o progresso do País, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um.

Não sei se o senhor, como conhecedor das leis, sabe que o Congresso Nacional já aprovou essa lei, mas diz a lei que ela será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, iniciando-se pelos mais necessitados, com faz o Bolsa Família, até que um dia será implementada para, se fosse hoje, os 201 milhões de brasileiros e brasileiras, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais.

Eu gostaria de lhe dar um exemplar do meu livro. Se achar bom, pode escrever à Presidenta Dilma que é uma boa ideia, está na hora de aplicar. Ela pode fazê-lo, basta preparar a Nação para isso. (*Palmas.*)

Cumpri os cinco minutos, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sete minutos, mas agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sua contribuição foi enorme. (*Palmas.*)

Antes de encerrar definitivamente esta reunião, é de bom alvitre concederemos a palavra àqueles convidados que desejam se pronunciar. Então, está concedido o tempo de dois minutos para que qualquer um dos presentes nesta Mesa possa se pronunciar nas suas despedidas.

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Eu gostaria apenas de deixar registrado que eu, bem como a Juíza Maria Lúcia, fazemos parte de uma associação que se chama Associação Juízes para a Democracia. Eu os convido a conhecerem essa associação. Trata-se de uma associação que não é corporativa. É uma associação que tem por finalidade lutar pelos princípios democráticos, pelos direitos humanos. É interessante dizer que eu acredito – pelo menos eu não conheço outra – que seja a única associação que não faz nada pelos seus associados, mas trabalha exclusivamente para o bem da democracia, os direitos humanos, etc.

Agradeço, mais uma vez, imensamente esta oportunidade.

O Senador Suplicy se referiu à erradicação da pobreza.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE TORRES – Nós não podemos esquecer que consta da nossa Constituição como meta, como objetivo constitucional a erradicação da pobreza. Portanto, erradicar a pobreza é cumprir a Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Dr. José Henrique.

Dr. José Alexandre de Souza Crippa, para as suas despedidas.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Para minhas considerações finais, primeiro eu queria novamente agradecer aos Senadores, especialmente ao Senador Valadares, pelo convite.

Reforço minha proposta de ampliar a informação do que é sabido atualmente, acesso a toda a população do que é sabido cientificamente; garantir tratamento adequado e prevenção – isso é constitucional também – para as pessoas que tenham dependência de qualquer droga, inclusive a maconha; que haja um esforço por esta Casa e por todos pela liberação dos canabinoides. Isso inclui, inclusive, o THC, o Marinol, a Sativex. Muitas pessoas podem se beneficiar dessa substância. Saindo daqui, às 14h30, eu tenho uma reunião na Anvisa. Eu estou em vários campos em frente, tentando trabalhar em relação a isso. Depois eu vou tentar me encontrar com o juiz. No domingo, ele vai estar em Ribeirão Preto, para especialmente ver o que seria possível em termos coletivos nesse sentido.

A minha proposta, como eu disse claramente, é ampliar o debate de forma democrática: que todas as pessoas possam se expressar em todos os espectros e com a toda a sociedade. Isto é uma decisão que cabe a toda a sociedade: legalizar, liberar. É óbvio que um adolescente que seja pego com cigarro de maconha não deve ser preso de forma alguma.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA CRIPPA – Isso fica muito claro.

Muito obrigado a todos. Obrigado aos colegas da mesa e aos Senadores.

Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Profª Maria Lúcia Karam.

A SRª MARIA LÚCIA KARAM – Eu agradeço, mais uma vez, o convite, a oportunidade de estar aqui falando em nome da LEAP (Law Enforcement Against Prohition), como o Senador gentilmente leu e nós traduzimos como Agentes da Lei Contra a Proibição.

Reafirmo que é preciso legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas, porque a proibição é a verdadeira causa dos maiores danos associados às drogas. É a proibição que causa violência, é a proibição que entrega o mercado a agentes que agem na ilegalidade, que, portanto, agem sem nenhum controle e, assim,causando maiores riscos à saúde, é a proibição que provoca muito maiores danos do que essas substâncias que estão sendo proibidas, é a proibição que causa violações aos direitos fundamentais, é a proibição que acirra as discriminações.

Como aqui se disse, todas as pessoas de todas as classes sociais usam drogas e, além disso, todas as pessoas de todas as classes sociais não só usam drogas, como também vendem drogas. Não são só os traficantes do varejo, das favelas que vendem drogas.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA KARAM – Mas são esses que são os identificados como traficantes, são esses que são presos, são esses que são mortos e todos aqueles que a eles se assemelham. Então, legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas é fundamental também para evitar as discriminações e as opressões que são resultado desta sociedade desigual em que nós vivemos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Prof. Renato Malcher Lopes.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Bom, eu queria ratificar que, em geral, do ponto de vista das preocupações em relação ao uso da maconha por adolescentes e por pessoas com tendência à esquizofrenia, concordo plenamente com o Dr. Crippa. Mais uma vez, eu queria esclarecer que, quando falei de problema de interpretação, eu falei de alguns artigos que ele citou. Inconscientemente, eu também veiculei um artigo que ele citou no artigo que escreveu para o *Estadão*. Ele não mencionou aqui, mas ficou embutido na minha memória. Mas ele acabou esclarecendo que também concorda que o artigo em questão tem muitos problemas.

De maneira geral, também concordo com ele em relação ao potencial brasileiro para o desenvolvimento da produção dos canabinoides. Talvez eu veja inclusive um grande potencial para o desenvolvimento de várias plantas diferentes, com combinações diferentes, e, portanto, possibilidades de produções de óleos diferentes...

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ... com funções terapêuticas diferenciadas.

Eu creio que, com relação aos problemas de abuso, uma ideia que me parece lidar com a questão é a regulamentação do conteúdo dos canabinoides, de maneira que pessoas adultas possam conhecê-lo, e que essa regulamentação impeça o uso por adolescentes, a não ser que seja um uso de maneira assistida, por uma prescrição médica, num contexto controlado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Antes de encerrar esta audiência pública, eu gostaria de agradecer a todos os palestrantes que aqui compareceram e que prestigiaram o Senado Federal, a exemplo de Analice de Paula Gigliotti, médica psiquiatra, representando aqui a Associação Brasileira de Psiquiatria; Beatriz Vargas Ramos, Professora da Universidade de Brasília; Professor José Alexandre de Souza Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Dr. José Henrique Torres, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo; Maria Lúcia Karam, Diretora da LEAP Brasil; Professor e neurocientista Renato Malcher Lopes; e Coronel Ubiratan Angelo, pela contribuição que deram ao debate sobre assunto tão relevante, de natureza social, que constitui, hoje, um dos temas centrais nas preocupações da sociedade brasileira.

Foi uma audiência pública que redundou, sem dúvida alguma, em benefícios para esta relatoria. Certamente, algumas informações e dados aqui trazidos serão levados em consideração no nosso relatório. É também uma contribuição ao Senador Cristovam Buarque, que é relator da regulação do uso da *Cannabis*.

O aprofundamento de questões como o uso de substâncias químicas para a cura de doenças e a preocupação com as prisões, que são abarrotadas a cada dia... Em nosso País, já são mais de 550 mil presos, em grande parte em decorrência de prisões desnecessárias, que poderiam ser substituídas por outros meios, inclusive pelo tratamento adequado, do ponto de vista psiquiátrico e médico. Enfim, acho que as drogas são, antes de tudo, como dissemos em nosso relatório, um problema de saúde pública, que precisa ser resolvido pelas autoridades.

Maiores recursos para as clínicas públicas, compreensão para o funcionamento das privadas, maior vigilância e controle sobre o tráfico de drogas são atitudes de um Estado democrático que procura zelar pelo futuro da nossa juventude, por aqueles que, ingressando no uso das drogas, poderão ser recuperados, reinseridos no meio social e prestar relevantes serviços à nossa sociedade.

Para isso, a compreensão precisa prevalecer.

O desejo de prender a qualquer custo, de aprisionar as pessoas, neste momento em que o Brasil avança em muitos pontos, inclusive, no combate à miséria e à pobreza... É preciso encontrar meios alternativos para resolver essa questão tão grave, que é o uso das drogas, separando o traficante, que traz tantos malefícios, que transforma as drogas num instrumento para o enriquecimento para empresas ilegais.

Enfim, é necessária a separação entre o traficante, o usuário e o dependente, porque, fazendo essa diferenciação, naturalmente, iremos reduzir, sem dúvida alguma, o uso da cadeia para resolver problemas sociais.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Sarney, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Paulo Paim, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Eduardo Braga e Aécio Neves. Registra a presença o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências os Senhores João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; Márcio Sérgio Christino, 1º Vice-Presidente da Associação Paulista do Ministério Público; Roniclay Alves de Morais, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins; Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador de Justiça; e da Senhora Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013 – Não Terminativo.** *Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos de emenda substitutiva que apresenta e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 2. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e a Senadora Gleisi Hoffmann. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2010 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado José Eduardo Cardozo. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta

para reexame do Relatório. **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, de 2007 – Não Terminativo.** *Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.* **Autoria:** Senador Almeida Lima e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2009 – Não Terminativo.** *Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella e outros. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Contrário à PEC nº 56, de 2009 e favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à PEC nº 56, de 2009 e favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Manifesta-se pela abstenção a Senadora Gleisi Hoffmann. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, de 2011 – Não Terminativo.** *Autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a alienar, por meio de doação, imóvel à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2012 – Não Terminativo.** *Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para dispor sobre a reserva de vagas para estudantes carentes oriundos da educação básica pública.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2013 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.* **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 35) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2011.* **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2013.* **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senhor Senador Antonio Carlos Valadares passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Walter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e um minuto do dia vinte e um de maio de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013; ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2010; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2006; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2013; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2013; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2007; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2009; ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, de 2011; ITEM 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2012; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2013; ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012; ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013; ITEM 32) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, de 2013; ITEM 34) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 27ª Reunião, Extraordinária.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 34.

Eu peço…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – … a V. Exªs, peço à assessoria e encareço à nossa prestigiada audiência – porque hoje teremos, como sempre, uma sessão animada, como dizia a Ministra Gleisi quando me recebia lá no Gabinete Civil, e precisamos muito de foco – concentração e, principalmente, silêncio.

Esta Presidência, atendendo V. Exªs, tem normatizado a presença da assessoria, garantindo democraticamente a possibilidade de todos os Senadores terem acesso às informações necessárias ao seu conhecimento por parte da assessoria. Tanto é assim que a secretaria desta Presidência da Comissão definiu, claramente, os liames e os limites do exercício dessa função. Encareço à assessoria a necessária compreensão.

Vamos começar com o item 1 da pauta, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, não deixando de registrar a presença da Drª Norma Cavalcanti, Presidente da Conamp; o Dr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; o Dr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais; o Dr. Marcio Sérgio Christino, também da Associação Paulista do Ministério Público, em nome dele e em nome do Dr. Roniclay Alves de Morais, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins; Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação dos Procuradores Regionais da República; Dr. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador de Justiça.

Enfim, sintam-se todos representados, sejam todos muito bem-vindos. Desculpem não termos aqui um plenário maior para acomodá-los. Já há providências da secretaria para que outra sala tenha o equipamento audiovisual necessário ao acompanhamento desta reunião pelos senhores.

Vamos à pauta.

Desculpe-me: o Senador Ricardo Ferraço me pediu a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, associando-me ao entusiasmo de V. Exª, se não houver oposição de nenhum dos Srs. Senadores, eu gostaria de pedir a inversão de pauta para o item 6 – obviamente, se não houver indisposição de qualquer dos nossos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada inversão de pauta, eu consulto os Srs. Senadores.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Ferraço…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Após o item 1.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Após o item 1, acredito que sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Após o item 1, o PSDB entende…

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – O PSDB concorda com a inversão, após a votação do item 1.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O próprio autor entendeu assim, Senador Ricardo Ferraço: após o item 1.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O PTB e depois o PT.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria solicitar também a inversão de pauta do item 32.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Abrimos a temporada de inversões após o item 1.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Deixe eu só…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora petista…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Quanto ao item 32, eu só quero saber o que é… Imposto de Renda…

Não. Eu queria me opor à inversão de pauta solicitada pelos Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos à pauta.

Oposição da Senadora…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Desculpem-me, mas…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – … e, dentro do que definimos como regra, não havendo unanimidade....

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pau que dá em Chico dá em Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – … do Plenário, vamos à pauta normal, Senador Ferraço. (*Risos.*)

Item 1 da pauta.

Eu solicitaria ao Presidente Senador Antonio Carlos Valadares que ocupasse esta Presidência, já que me encontro na condição de Relator do item 1, e, certamente, esta Presidência com V. Exª pode ser eterna.

Temos um telão na sala 6 – informa a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Item 1.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013
– Não terminativo –

Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos de emenda substitutiva que apresenta e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

– Em 26/03/2014, foi lido o relatório pelo Senador Vital do Rêgo;

– Em 06/05/2014, foi recebido Voto em Separado do Senador Eduardo Suplicy, contrário à Proposta.

– Em 13/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;

– Em 14/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que recebeu parecer contrário;

– Em 14/05/2014, durante a discussão, o Senador Randolfe Rodrigues retirou a Emenda nº 1, de sua autoria;

– Em 14/05/2014, o Senador Eduardo Suplicy fez a leitura do Voto em Separado e a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – A matéria está em discussão, Sr. Presidente? É o que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Está em discussão sobre… V. Exª foi uma das pessoas que pediram vista, não?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O pedido de vista…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Foi coletivo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – … foi feito pelo Senador Humberto Costa, um pedido coletivo. Portanto, a matéria está na pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Então, V. Exª tem a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu quero só saber se no momento está em discussão ou não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na condição de Relator, peço a palavra para atualizar o Colegiado na forma…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas o relato…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Relator, então, vai falar primeiro para atualizar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O relato já foi feito, Sr. Presidente. Vamos discutir e votar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O andamento formal. Só para atualizar.

V. Exª já está atualizado, Senador Ferraço, mas a Senadora Gleisi, parece-me, pediu para atualizar o andamento desta Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

O relatório já foi lido. Inclusive, é um relatório do Senador Blairo Maggi, que, na eventualidade da ausência do Senador Blairo Maggi, eu tomei como meu. É um relatório de nossa autoria. Foram apresentadas emendas e nós as rejeitamos em virtude de caminhar na Casa também uma proposta de emenda à Constituição relativa a essa matéria de mérito, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 68, que também haverá de tramitar nesta Comissão. Apresentamos as nossas alegações finais neste assunto. Foi feito pedido vista na forma regimental na reunião passada, vista coletiva. Voltou como primeiro item da pauta e esta relatoria abre o processo de discussão, não tendo mais que opinar, Sr. Presidente.

Discussão e voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Em discussão a matéria.

A Senadora Gleisi Hoffmann é a primeira oradora inscrita.

Com muito prazer, concedo a palavra a V. Exª, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores que estão nesta Comissão, quero fazer um cumprimento muito especial a todos os magistrados que nos acompanham, que, aliás, têm acompanhado as reuniões da CCJ por vários dias, com interesse nessa matéria.

Em primeiro lugar, quero dizer que acho legítima a mobilização dos juízes, dos membros do Poder Judiciário pela melhoria da sua remuneração e também pela correção de distorções que têm havido na carreira. Mas eu gostaria de fazer algumas considerações, Sr. Presidente, para a gente fazer uma reflexão nesta Comissão, porque toda vez que aprovamos aqui uma matéria, é uma aprovação, é uma manifestação da CCJ que tem impacto não, necessariamente, apenas para a matéria que se discute e que se aprova, mas o é, com certeza, também para outras que ainda não foram colocadas na Ordem do Dia ou para avaliação desta Casa. Então, eu queria fazer algumas considerações.

E antes de adentrar a análise do texto da PEC, é importante relembrar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que o estabelecimento da figura do subsídio, como substituto das parcelas remuneratórias, ocorreu em 1998, com a Emenda Constitucional nº 19. É certo também que, em 2001, com a edição da MP nº 2.225, foi extinto o adicional de tempo de serviço para o restante do serviço público federal. Ou seja, hoje, nenhum servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 1990, recebe adicional por tempo de serviço. A contrapartida para os servidores federais, em geral, foi a estruturação da carreira, progressões nos padrões de remuneração por critérios que incluem o tempo de serviço, a qualificação e o desempenho do servidor, entre outros.

O mesmo ocorreu nas carreiras federais remuneradas por subsídio. Nós temos alguns exemplos de carreiras federais remuneradas por subsídio, como Advogado-Geral da União, em que a diferença entre o início da carreira e o final da carreira é de 30%; Auditor Fiscal da Receita, em que a diferença entre o início da carreira e o final da carreira é de 43%; ou Policial Rodoviário Federal, em que a diferença entre o início da carreira e o final da carreira é de 82%.

Apesar do adicional não constar expressamente, as carreiras federais já contemplam, implicitamente, o aumento da remuneração em função do tempo de serviço. É errônea a percepção de que o servidor em início de carreira recebe o mesmo valor do servidor em final de carreira. O fato é que essa progressão remuneratória que inclui o fator tempo de serviço é totalmente individualizada por carreira, o que é salutar e adequado para o texto constitucional.

Quanto maior a diferença remuneratória entre o início e o fim da carreira – maior desigualdade –, maior será a progressão média anual. De outro lado, quanto mais isonômica a carreira, menor será a progressão, como é o caso da Magistratura e do Ministério Público, que, hoje, aqui estão acompanhando esta reunião.

Dispõe a Constituição Federal em seu art. 93, inciso V: "Os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a 10% ou inferior a 5%".

Portanto, nós temos um problema, Sr. Presidente, que é o fato de que nós temos uma diferença muito pequena entre o início da carreira e o final da carreira, ou seja, o subsídio inicial e o teto do subsídio. O juiz federal substituto, por exemplo, não tem diferença alguma na sua remuneração; o juiz federal tem uma diferença de apenas 5,3%; o juiz do Tribunal Regional Federal, de 10,8%; o ministro de tribunal superior, de 16,6%; e o Ministro do STF, 22,8%.

No caso singular da Magistratura, o que se nota é que a diferença de remuneração é fixada no percentual mínimo, aproximadamente 5%. Isso deriva da política remuneratória do Judiciário, que preferiu fixar as remunerações em um patamar alto da tabela, o que inviabiliza uma maior variação dos subsídios e, consequen-

temente, uma menor progressão salarial na carreira. Em regra, o juiz agrega apenas 5,3% ao subsídio quando progride dentro da sua carreira.

A progressão remuneratória da Magistratura é pequena por uma opção do próprio Judiciário, que entendemos, no momento em que foi feita, pela situação em que se encontrava a remuneração. Optou-se por remunerar o juiz de Primeira Instância com um valor muito próximo dos valores dos ministros dos tribunais.

A diferença remuneratória entre um juiz federal substituto e um Ministro do STJ, topo da carreira federal, é de aproximadamente 16%, uma variação muito baixa em uma carreira em que muitos se aposentam compulsoriamente aos 70 anos. Caso a diferença fosse de 10% entre uma categoria e outra, como permite a Constituição, a diferença salarial entre um juiz substituto e um Ministro do STJ poderia chegar a 30%, similar à carreira da Advocacia-Geral da União, o que ainda seria pouco, mas mais razoável.

Essa opção, caso ainda seja insuficiente, pode ser resolvida de outra forma. Basta revogar esses limites do inciso V do art. 93 da Constituição, possibilitando uma maior flexibilidade na fixação dos padrões mínimo e máximo de remuneração da Magistratura e dos membros do Ministério Público. Isso evitaria um efeito secundário da PEC que pode ser extremamente prejudicial para o planejamento dos orçamentos dos Estados e da União: a imprevisibilidade do impacto desta medida nos orçamentos públicos.

Não há qualquer estudo disponível sobre o valor agregado da folha de pagamento dos Magistrados e promotores públicos ativos e aposentados que possa ser utilizado como paradigma para o estudo do impacto real da medida nos orçamentos públicos. Mas não é só isso, Sr. Presidente. É também a expectativa que criaria em outras carreiras que hoje são remuneradas por subsídio.

Para se ter uma ideia do impacto de alguns números, nós temos um universo de 16,9 mil magistrados na ativa em todo o País, segundo dados preliminares do CNJ. Num cenário conservador, se arbitrarmos que há o mesmo número de promotores públicos, se arbitrarmos hipoteticamente um salário médio de R$25 mil e uma média de três quinquênios para cada magistrado promotor, teríamos o impacto aproximado de R$1,5 bilhão/ano, sem considerar os impactos previdenciários desses servidores. Isso só no pessoal ativo. O impacto na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas pode ser ainda maior, tendo em vista que a remuneração e a utilidade de quinquênios são maiores.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator Vital do Rêgo, que fez um trabalho dedicado para tentar resolver essa situação, até entendo que o impacto orçamentário, do ponto de vista do orçamento federal, caberia completamente ao que é o orçamento do Poder Judiciário. Entretanto, nós não temos segurança disso em relação aos Estados-membros da Federação.

Mas o que mais me preocupa, Sr. Presidente, Srs. Senadores desta Comissão, é o efeito dominó que teremos da decisão que vamos tomar hoje. Se nós abrirmos uma exceção para colocar adicional por tempo de serviço em cima da remuneração do subsídio, dificilmente seguraremos isso para outras carreiras, seja do Poder Executivo ou de outro Poder.

Eu entendo a situação dos magistrados, entendo que é um Poder diferenciado, conversei com várias associações, conversei com vários magistrados e promotores do meu Estado. Sei da dificuldade em que se encontram, mas penso que nós poderíamos buscar uma outra solução, por exemplo, a revisão do art. 93 da Constituição Federal e a implantação de um plano de cargos e carreiras que realmente pudesse fazer esse intervalo de remuneração diferenciada maior entre o subsídio inicial e o teto do subsídio.

Nós estaremos aqui, Sr. Presidente – e tenho que alertar isso –, se aprovarmos esta matéria, abrindo um precedente muito grande para o teto constitucional que esta Casa já aprovou para o subsídio que foi objeto de uma reforma administrativa e vai ser muito difícil nós podermos reconsiderar isso para outras categorias. Inclusive, temos recebido de várias delas já o pedido para que elas tenham isonomia com essa decisão.

Sei, Senador Vital, e quero parabenizar a sua disposição, da sua intenção de auxiliar a nossa Magistratura e reconheço aqui o valor da Magistratura brasileira. Quero saudar a Magistratura paranaense, mas a minha preocupação é: numa decisão como esta que vamos tomar, qual a consequência que nós vamos ter para todo o serviço público, não só federal, mas também estadual e não só no caso da Magistratura, mas também em razão de outras categorias do subsídio?

Por isso, eu queria fazer um apelo muito grande, Sr. Presidente, Sr. Relator, para que a gente pudesse ter uma alternativa de modificar o art. 93 ou então… E, depois disso, a Magistratura poder discutir o seu plano de carreira. Caso contrário, Sr. Presidente, eu não tenho como votar favorável ao relatório que V. Exª apresenta hoje.

Muito obrigada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na condição de Relator e em respeito à Senadora Gleisi Hoffmann – ela sabe e eu reconheço o esforço de S. Exª ao apresentar essa nota técnica em forma de

exposição –, eu queria dizer que retiro para meu júbilo, para a minha graça, a forma como V. Exª trata o mérito dessa matéria. E eu tenho absoluta certeza de que V. Exª reconhece a necessidade de tomarmos uma posição, até porque V. Exª foi fidelíssima quando apresentou o número de magistrados existentes no País. Nós somos 16,9 mil, de 22 mil cargos a serem ocupados. Já é a primeira indagação. A magistratura não desperta mais no jovem formando o desejo daquela carreira que nossos pais nos ensinaram. De 22 mil cargos à disposição, Sr. Presidente, apenas,16,9 mil.

E a Senadora sabe que há outro dado mais alarmante. Somente nos últimos quatro anos, perdemos 600 magistrados – 600 magistrados! Há uma asfixia total na Magistratura e no Ministério Público brasileiro. E é necessário, Líder Eunício, que nós tomemos uma posição.

Eu consultei a minha assessoria técnica e perguntei sobre a repercussão financeira deste projeto. Segundo dados do Siafi, somente no ano de 2012, em RH, Recursos Humanos do Poder Judiciário, Senador Eunício, foram gastos 27,8 bilhões. E a repercussão da aprovação deste projeto é da ordem de 1,65% do volume já gasto em 2012, do Poder Judiciário. Esse foi o levantamento que fizemos, extraindo… De 1,65% da Magistratura ligada à União, Magistratura Federal e do Trabalho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E os Estados, Senador?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dos Estados, há uma variação de acordo com cada Estado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas uma ideia sobre a repercussão nos Estados…

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Uma idéia: muito próxima dessa ideia federal. A diferença, Senador, é exatamente no quantitativo…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas alguém aqui já sabe? Alguém sabe o que vai acontecer com os Estados? Existe algum estudo, mais ou menos, do impacto nos Estados?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O impacto na União é…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Porque isso é direto. O impacto é direto na folha de pagamento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse é o impacto direto. O impacto na União é de 1,65.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas e os Estados? Nós somos aqui também representantes dos Estados.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dos Estados, claro, obviamente. Nós temos uma variação dos Estados muito próxima dessa realidade. A diferença…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O senhor pode dizer o número, por acaso? Por favor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu posso pedir a V. Exª para colocar que a diferença é mínima em razão da União. Essa é a variação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu queria ter o número. Só isso. Ninguém tem esse número. Ninguém, ninguém.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – A ausência do número, Senador Aloysio, é em virtude da variação do Estado de São Paulo e do Estado da Paraíba.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É crucial. É crucial. Nós estamos aqui representando também os Estados da Federação. Essa é uma decisão federativa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade. Obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Como sabemos, esta matéria vai tramitar aqui no Senado Federal e, em seguida, terá uma longa discussão, um grande debate, na Câmara dos Deputados. Se for aprovada sem nenhuma alteração, haverá a promulgação. Caso haja alteração lá na Câmara, volta para o Senado, que funcionará, neste caso, como Câmara Revisora final.

O próximo orador inscrito é o Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB do Estado da Paraíba.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos diante de um tema extremamente complexo. E falo com a vivência de quem foi governador de um Estado e que, à época, participou inclusive da construção do grande entendimento político que foi firmado para a fixação do teto constitucional, diante de distorções na política salarial de vários Poderes, dentre os quais o Poder Judiciário.

Não é estranho a todos os supersalários praticados em alguns Tribunais de Justiça e no próprio Poder Legislativo e a constatação de que o Poder Executivo, sempre, historicamente, foi o que conseguiu manter, por características próprias, por suas próprias peculiaridades, uma regra salarial um pouco mais equilibrada. Surgiu, então, o teto constitucional, em desafogo ao caixa dos Estados e da própria União, sobretudo com a preocu-

pação da nossa Previdência, que mantém uma realidade dura. O sistema geral tem equilíbrio atuarial e o sistema público continua sendo o grande responsável pelo enorme déficit previdenciário que o nosso País possui.

Comprometidos com as futuras gerações, criou-se, então, esse limite, que, se não resolveu em definitivo o problema, ao menos conseguiu conter parte do desequilíbrio atuarial no aspecto previdenciário e o fluxo de caixa, naturalmente, dos Estados e da União. Ocorre que temos hoje uma realidade a ser enfrentada. O Senador Vital do Rêgo apresentou há pouco dados que também me foram trazidos: de um quadro de 22 mil magistrados no Brasil, apenas 16 mil estão preenchidos.

E há de se compreender, e eu concordo com a Senadora Gleisi, o risco que se tem de abrir precedentes em relação a outras categorias, mas é preciso que esta Comissão compreenda, e tenho certeza de que esta compreensão existe, as peculiaridades da carreira da Magistratura especificamente.

O que está acontecendo no mundo real? No mundo real, os juízes estão deixando a magistratura porque não encontram uma carreira que possa ser minimamente atrativa para fazer, por exemplo, concurso de procurador, que tem peculiaridades próprias, inclusive a possibilidade de advogar. Os procuradores do Estado, por exemplo, podem advogar. Recebem seus subsídios e podem advogar dentro de determinados limites, ou seja, não podem advogar contra o próprio Estado. Mas claro que podem advogar. E advogando para o Estado, Senador Requião, recebem sucumbências.

Então, o que se tem hoje é uma realidade que se distorceu de forma grave e que precisa ser enfrentada. Não tenho dúvida do impacto que isso provoca e a incerteza desse impacto precisa ser respondida. Acho que o Relator Vital do Rêgo haverá de procurar, com os meios técnicos, apontar para o impacto dessa medida. Mas não podemos mais virar as costas para essa realidade, sob pena de termos a magistratura cada vez mais esvaziada, porque no mundo real é o que está acontecendo. Pessoas qualificadas, preparadas passam num primeiro momento para um concurso de juiz e, logo em seguida, fazem um concurso para procurador. Temos vários casos dessa natureza e os números apontam para esta realidade: de 22 mil vagas, 16 mil apenas preenchidas.

Eu votarei a favor da PEC para que possamos deixá-la tramitar, para que ela não morra aqui. É preciso, sim, Senador Vital, permita-me a resposta à pergunta do Senador Aloysio, que sempre é muito responsável, cioso. Se há alguém que neste Senado da República tem altivez, coragem e independência para manifestar seu ponto de vista de forma nítida, clara, sem temer qualquer tipo de crítica, é o Senador Aloysio Nunes, e o faz com toda a razão. O Senador Aloysio exerce um dos melhores mandatos desta Casa exatamente por essa postura reta, correta, firme, altiva, independente, consciente.

Mas eu acredito que seria ruim encerrar esta discussão aqui e agora, porque a distorção existe, são carreiras com peculiaridades absolutamente distintas. A Magistratura tem uma carreira muito específica, muito própria e que está desestruturada por falta de perspectiva de progressão. Alguns juízes entram na Magistratura e para conseguir uma primeira promoção esperam por 15 ou 20 anos. E quando essa promoção ocorre não há mudança, não há estímulo, portanto, para que os nossos talentos, os nossos jovens possam optar por essa carreira, que é uma carreira de Estado que se diferencia de todas as outras pelos seus impedimentos: juiz não pode advogar, juiz não pode ter nenhum tipo de atividade empresarial. A Magistratura possui restrições que nenhuma outra carreira de Estado possui. E é preciso que se tenha a noção clara dessa realidade.

Portanto, para que eu não me prolongue diante da tolerância da Presidência, estarei votando a favor da PEC, mas aguardando que no trâmite possamos ter a análise mais detalhada, mais acurada do impacto que isso poderá causar – "poderá", não – que isso causará com a aprovação, mas sem deixar de reconhecer que algo precisa ser feito para valorizar, para prestigiar a carreira da Magistratura no Brasil, que é absolutamente distinta e diferente de outras carreiras de Estado, que também merecem, obviamente, o nosso respeito e apoio.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, na condição de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, em respeito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero reputar minhas as palavras do Senador Cássio Cunha Lima sobre a qualidade do seu mandato. Tenho sido, no exercício desta Presidência, um parceiro permanente do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Reconhecidamente, isso não é meu, Senador. Eu herdei isso de meu pai, que, hoje, completa mais um ano de vida na eternidade. Eu precisava lhe dizer isso antes do próximo orador, até para que não ficasse uma interrogação no Plenário.

No curso da manifestação do Senador Cássio, foi me propiciado colher os dados de que V. Exª precisa. Quando falei a respeito dos valores e do percentual da União, citei dois referenciais. O primeiro foi o valor de R$27,8 bilhões gasto com recursos humanos. Desses R$27 bilhões, a repercussão é de 1,65%. Mas, em boa hora, advertidamente, V. Exª pergunta: e os Estados?

Recolhi da AMB… O Dr. João Ricardo, nosso Presidente, veio aqui. Eu o chamei para receber dele uma declaração: "O senhor tem um retrato dos Estados?" Ele disse: "Senador, o senhor pode declarar não menos de

1% e não mais de 2%." De acordo com a Magistratura, Senador Cássio, Srªs e Srs. Senadores, fica no intervalo entre 1% e 2% a repercussão.

Como eu disse na minha fala inicial, eu achava, Senador Taques, que, na repercussão, haveria mais ou menos diferenças mínimas do Estado para a União. A AMB já me garantia que, no retrato que ela tinha do País, havia usado o número do seu Estado, do Estado do Presidente, o Estado do Rio Grande do Sul, que é de 1,65%, que é o parâmetro no Rio Grande do Sul sobre a folha. O percentual é de 1,65% de aumento na folha. A ponderação é do Judiciário. A folha do Judiciário cresce no Rio Grande do Sul 1,65%. É não menos de 1% e não mais de 2% a variação em cada Estado.

Está respondida a pergunta de S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Posso pedir um esclarecimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Exª está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O percentual é de 1% a 2% do quê?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Da folha de pessoal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Da folha de pessoal ou do orçamento do Estado?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Da folha de pessoal da Magistratura no seu Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É um aumento de 1% a 2%?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Então, no global, é menor o impacto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Da folha do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Levando em consideração que o impacto é só sobre a folha, no global, no geral, no montante geral da despesa, é lógico que esse percentual vai ser muito menor.

Com a palavra, o próximo orador inscrito para discutir, o nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nós estamos aqui diante daquelas escolhas que nós poderíamos classificar como escolhas de Sofia. As palavras sensatas e equilibradas do Senador Cássio Cunha Lima, pela experiência que traz por ter sido governador – fui vice-governador –, colocam-nos numa situação extremamente delicada e complexa.

Por um lado, há o reconhecimento da necessidade de nós criarmos atratividade, de criarmos progressão no mérito, para que os nossos magistrados, no tempo, em razão da experiência acumulada, possam ser reconhecidos e ter a melhoria de sua remuneração, levando em consideração os números e dados que foram aqui trazidos não apenas pelo Senador Cássio Cunha Lima, mas também pelo Senador Vital do Rêgo, para o enfrentamento de uma realidade, de uma verdade, dando conta de que essa carreira não é uma carreira que atrai, como em outros tempos, a motivação para o seu exercício. Há o reconhecimento de que muitos quadros estão deixando a magistratura para buscarem outras oportunidades. Essa é uma realidade que nós precisamos reconhecer e que nós precisamos enfrentar.

De outra parte, há a manifestação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que também nos faz considerar o impacto e a repercussão de uma decisão como essa não apenas no âmbito da União, mas também no âmbito dos nossos Estados.

Essa matéria é não terminativa. Ela tem de ser debatida e deliberada pelo Plenário do Senado. O nosso Regimento, a meu juízo, equivocadamente… Deveria determinar que matérias como essa fossem submetidas ao crivo da Comissão de Assuntos Econômicos, para que a repercussão financeira ou a repercussão econômica de uma medida como essa pudesse ser avaliada, porque aqui não se avalia o impacto econômico, ou financeiro, ou fiscal de uma iniciativa como essa, aqui se avalia se esta é uma iniciativa constitucional. E constitucional ela é, porque nós estamos no mérito, por emenda constitucional, por decisão política. E é uma decisão política a que estaremos tomando sobre se essa carreira merece da parte do Congresso brasileiro, não apenas do Senado Federal, considerando que esta é uma matéria que, além de ser deliberada pelo Plenário do Senado, ainda enfrentará esse debate na Câmara Federal…

Consulto S. Exª o Senador Vital do Rêgo, na condição de Relator, se não seria razoável que pudéssemos, para, quem sabe, dirimir esta dúvida ou este conflito – porque o necessário é que essas informações relacionadas ao impacto pudessem constar dos autos; seria importante que essas informações fossem oficiais, para que a nossa decisão fosse tomada em cima de um dado oficial relacionado com informações concretas e objetivas –, que pudéssemos fazer o entendimento para que essa questão da constitucionalidade fosse enfrentada aqui e, na Comissão de Assuntos Econômicos, fizéssemos a análise do impacto desta medida.

Por via de regra, essa não é uma matéria que vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Só vai se houver entendimento dos Líderes partidários, se assim entenderem, para que lá essa avaliação possa ser fei-

ta e a nossa decisão, ou nosso voto possa ser dado com absoluta consequência, incorporando esse dado aos projetos, inclusive, de emendas à Constituição ou não, que tenham impacto fiscal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É possível converter a decisão, o julgamento em diligência.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Entendo que esta relatoria tem fé de ofício para expor as suas informações através do seu relatório. Todas as vezes em que me pronuncio aqui é matéria complementar ao meu relatório escrito. Quando usei, inclusive, os números da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi porque tenho aquela associação como fidedigna para me pôr a par desses números. Quando, Senador Ferraço, digo que o impacto financeiro é da ordem de 1% a 2%, é efetivamente, no mérito – no mérito! –, uma avaliação ou uma informação da Associação dos Magistrados que tomo como fidedigna e incorporo ao meu relatório.

A Comissão de Assuntos Econômicos não tem, V. Exª conhece muito bem o Regimento da Casa, não tem essa…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E assim me pronunciei.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – … essa competência. Entende?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso, claro.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Porque a Comissão de Constituição e Justiça é a Comissão de mérito também para apreciar.

Mas temos um lapso – bem disse o Senador Cássio agora há pouco. Depois da votação da Comissão de Constituição e Justiça, vamos ter a votação em plenário e, certamente, todas as dúvidas possíveis ainda serão dissipadas por esta relatoria em plenário…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – … e por cada um de V. Exªs. Entendo que a matéria deva ter um procedimento aqui, e, no hiato entre esta Comissão e o plenário, vamos dissipar, eventualmente, dúvidas que não existem mais nesta relatoria. Inclusive, estou buscando – agora há pouco chegou às minhas mãos – um documento elucidativo do Ministério da Fazenda a esse respeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A manifestação de V. Exª me faz concluir que votarei favoravelmente na Comissão de Constituição e Justiça, para que o debate possa prosperar. E vou-me preservar, no plenário da Casa, para me manifestar na dimensão não apenas do aspecto constitucional, mas também para que, até lá, essas informações possam constar. Evidentemente que V. Exª tem fé pública.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E evidentemente uma informação como essa trazida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, a quem faço as minhas homenagens pelo respeito e pela consideração que precisamos ter pelos nossos magistrados, até a deliberação em plenário, seria fundamental e importante que essas informações fossem anexadas, para que pudéssemos, em plenário, aí, sim, de maneira definitiva, manifestar o voto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a confiança de V. Exª. Agradeço a confiança de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Portanto, vou votar favoravelmente, não apenas em confiança a V. Exª, mas pelo reconhecimento que tenho da necessidade de nós criarmos, por mérito, uma condição progressiva para os nossos magistrados em razão do seu tempo de serviço e de sua experiência acumulada. É como me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O próximo orador é o Senador Roberto Requião, a quem concedo a palavra, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, uma preliminar a respeito da visão muito bem colocada pelo Senador Ferraço. Não sou um regimentalista no Senado Federal, mas, segundo a memória me alerta, uma PEC não tramita em duas Comissões. É impossível que essa PEC seja discutida na Comissão de Economia. O máximo que poderíamos fazer seria uma audiência pública com a participação da Comissão de Economia. Então, essa preliminar liquida a possibilidade de ser este projeto enviado à Comissão de Economia.

Senador Vital, eu quero falar como cidadão, como governador. Fui governador por três vezes e, ao contrário, por exemplo, do Rio Grande do Sul, no Paraná, o custo do Judiciário era confortável para o Erário. O Rio Grande quase inviabiliza a Administração Pública, os investimentos, com o custo fantástico do Judiciário. Mas, eu louvo a iniciativa da discussão.

Eu acho que o cerne desta discussão, o eixo desse processo todo é o fato de que a transformação do salário em subsídio, que foi, sem a menor sombra de dúvida, um avanço para o País, praticamente prejudicou a carreira da Magistratura, porque a aproximação das carreiras criou uma situação interna muito difícil, com a aproximação dos salários no final e no início. Essa é uma questão que pode ser resolvida, até porque eu acredito que temos, na correção do salário dos juízes, uma defasagem, Aloysio, de 20%.

Nós deveríamos, tendo a consciência clara de que, se o Congresso aprovar, depois de uma tramitação longa e sofrida, esse projeto, o Governo Federal irá vetá-lo – os próprios magistrados, nos contatos que tiveram com as autoridades da República, já sabem disso e nós estaríamos…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É PEC. Então, não tem veto, desculpe. O Governo Federal está extremamente contrariado com isso.

Nós deveríamos estudar uma reestruturação da carreira, que poderia ser feita levando em consideração a necessidade da correção desse aumento de 20% também.

A reivindicação dos juízes e do Ministério Público no Paraná inteiro tem levado a situações de pressão corporativa. Conversa franca faz bons amigos. O salário dos juízes hoje e do Ministério Público não é o salário nominal. Por exemplo, o Judiciário, em todos os Estados do Brasil, Senador Aloysio, está recebendo o Plano Bresser. O Plano Bresser foi considerado no seu valor total. Como não poderia ser pago de uma hora para outra porque o orçamento do Judiciário não daria essa possibilidade, ele tem sido convertido em parcelas que são pagas a cada mês. Por exemplo, no Paraná, em alguns meses essa parcela chegou a R$ 25 mil, são módulos de R$ 5 mil.

Essa pressão para a melhoria salarial tem levado, por exemplo, à instituição de auxílio residência de R$ 4 mil, o que causa a revolta, por exemplo, do magistério, que não tem salários compatíveis com o auxílio residência da Magistratura. Isso leva a uma indignação popular, a uma indignação das categorias que não conseguiram avanços e remunerações razoáveis.

Depois do Plano Bresser cogita-se também o pagamento da URV. Para ficar bem clara a questão do Plano Bresser, a massa do plano é corrigida a cada mês e o total que se paga no Ministério Público aos juízes e magistrados é inferior ao crescimento. Então, conseguiu-se aí criar um moto contínuo, definitivo no aumento salarial. Plano Bresser, URV, auxílio residência, auxílio biblioteca e uma série de outros penduricalhos que, no passado, chamávamos de árvore de Natal foram incorporados quando estabelecemos o subsídio.

Eu acho um mau negócio votarmos esse projeto agora.

O meu voto, como ex-governador, como cidadão, será contrário, claramente contrário, contrário do ponto de vista constitucional, do ponto de vista de que o subsídio não comporta esse benefício do quinquênio, mas eu sou capaz de reconhecer, e reconheço, a defasagem e a confusão que se estabeleceu na carreira. E, diga-se de passagem, essa foi uma reivindicação da Magistratura que foi resolvida com aquela medida provisória do Fernando Henrique.

Então, eu acho que nós devíamos dar uma parada nesse processo de votação, sentar, inclusive, com os magistrados e montar uma reformulação que tivesse como princípio básico a correção dos 20% e a reorganização da carreira.

Eu vejo com antipatia as reivindicações corporativas isoladas. Nós temos que ter uma compreensão global da Administração Pública. Existem categorias que estão em greve no Brasil há 50 dias, como os funcionários das universidades federais, que recebem salário mínimo. Como esse pessoal vai acompanhar os quinquênios, os aumentos? Como está acompanhando o Plano Bresser, a tentativa de utilização da URV, o auxílio residência? Isso não tem colaborado para melhorar a qualidade da Magistratura, mas apenas para desgastar a imagem pública do Judiciário brasileiro.

A minha proposta seria uma paralisação do processo. Aliás, é uma proposta até que já discuti com o Senador Pimentel, que, como ex-ministro da Previdência, tem uma noção muito clara do que se pode fazer nesse sentido. E nós estaríamos resolvendo isso de forma definitiva e a curto prazo, porque eu quero acreditar que isso tramitaria por muito tempo no Congresso Nacional, muitos impedimentos surgiriam, muitos questionamentos e muito protesto por parte da sociedade e do funcionalismo público.

Se nós não conseguirmos um entendimento que leve a uma solução, o meu voto será civicamente, na qualidade de cidadão e de ex-governador, contrário a essa excrescência corporativa que desmoraliza o Judiciário no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, do PT, do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que o propósito do Senador Vital do Rêgo é de efetivamente melhorar a remuneração dos magistrados, que aqui se expressaram

junto a nós, aos representantes da Anamatra, da Ajufe. O próprio Ministro Ricardo Lewandowski teve a gentileza de ponderar a mim que considerava adequado, mas eu, assim como o Senador Roberto Requião há pouco, quero expressar que, no meu entender, esta exceção específica para os magistrados e membros do Ministério Público proposta na PEC no substitutivo, em verdade, fere o princípio isonômico, que é alicerce fundamental do edifício constitucional.

A necessidade de valorização do tempo de serviço pretérito na carreira ou em outras atividades é traço comum a todas as espécies de agentes públicos. Diversas são as carreiras remuneradas por subsídio, como o defensor público, o advogado da União, procurador da Fazenda, procurador federal, policial federal, oficial de inteligência, especialista em políticas públicas e gestão governamental, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, diplomata, oficial de Chancelaria, auditor fiscal, fiscal federal, agropecuário, analista de finanças e controle, entre outros.

Qual seria, então, a razão constitucionalmente defensável que nos leva a admitir que todos servidores públicos que exercem esses relevantes cargos na Administração Pública sejam preteridos pela aprovação dessa PEC 63? Em outras palavras, somente o tempo de serviço pretérito dos juízes, promotores e procuradores deve ser resguardado e valorado pecuniariamente?

Ao final, todas as outras carreiras poderão, então, se for aprovada esta PEC 63, pleitear, com razão, a igualdade. E será que o Estado brasileiro pretende mudar os parâmetros da reforma administrativa?

Em verdade, romper esse dique implica criar gravíssimos precedentes, constitucionalmente insustentáveis, que gerarão, em pouco tempo, pressões corporativas que levarão ao total solapamento do subsistema remuneratório dos servidores previsto na Constituição Federal.

Por essa razão com todo respeito ao Senador Vital do Rêgo e ao Senador Gim Argello, autor da proposição, me sinto no dever de confirmar o parecer que dei semana passada, contrariamente à proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT, de Pernambuco, e Líder do Bloco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu entendo e considero que esta é uma discussão bastante difícil, porque, de um lado, nós reconhecemos, temos de reconhecer uma série de argumentos…

Sr. Presidente, peço um pouquinho de silêncio.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Reconheço, temos todos aqui que reconhecer vários argumentos como justos naquilo que apresentam os representantes do Ministério Público e da Magistratura. Sabemos que existem defasagens. Sabemos que se faz necessária a valorização da carreira, até para fortalecê-la. Sabemos que, especificamente, no caso da Magistratura, nós temos um modelo de carreira isonômica que leva a uma falta de progressão e, naturalmente, isso é um fator de desestímulo. Portanto, eu entendo que a demanda é justa. Trata-se de fazer justiça se discutir como enfrentar essa questão.

Agora, eu discordo da forma, porque a forma, além de poder ser objeto de tratamento injusto e, portanto, nós aí quebraríamos a justiça da demanda e do seu atendimento, mas, principalmente por isso, leva a uma desestruturação do serviço público.

A Emenda Constitucional nº 19, a reforma administrativa que foi feita no Governo Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, foi um dos maiores avanços do Governo. Existem avanços importantes, sem dúvida, no Governo Fernando Henrique, e esse foi um dos mais importantes. E algumas coisas que foram instituídas a partir daquela emenda constitucional são valores da Administração Pública que, no meu ponto de vista, precisam ser preservados. Primeiro, a criação do subsídio, que substituiu a remuneração e outros vencimentos anteriores. Aliás, até agora, recentemente, muitas carreiras lutam, carreiras que hoje não têm subsídio, para receber o subsídio, incorporar gratificações à aposentadoria. Enfim, foi um avanço importante também porque eliminou aquilo que se chama penduricalhos, uma série de penduricalhos que existia anteriormente, aquelas vantagens pecuniárias adicionais que levavam a um verdadeiro caos remuneratório na Administração e, acima de tudo, produzia uma falta de transparência importante.

Então, usando a expressão popular, nós não podemos jogar a água do banho com a criança e a bacia junto.

Além disso, uma importante criação aperfeiçoada posteriormente àquele debate foi o teto único de remuneração para os três Poderes e para os todos os entes da Federação. Hoje nós temos o subsídio como parcela única, sem gratificações, abonos, prêmios, verbas de representação ou outra espécie remuneratória.

Sr. Presidente, eu peço que V. Exª garanta a minha palavra. Há várias discussões paralelas de Senadores, de assessores, enfim…

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Acho que o tema é extremamente importante, é uma decisão grave a que nós vamos tomar aqui.

Portanto, eu entendo que aquilo que a reforma administrativa fez foi algo extremamente importante para a Administração Pública brasileira, para facilitar a vida, inclusive, dos gestores. Tivemos, inclusive, a limitação do percentual de gastos com a folha de pagamento em relação à receita de cada um dos entes da Federação. Então, essas são definições, são valores extremamente importantes. E, por mais justa que possa ser a reivindicação de qualquer carreira, isso não pode ser colocado em segundo plano, não ser levado em consideração.

Vejamos quais são as repercussões desta proposta que aqui está.

Primeiro, na prática, nós estamos acabando com o teto do funcionalismo público. Nós estamos admitindo que três carreiras… Lembrem-se de que nós estamos falando aqui de Ministério Público, de Poder Judiciário, e ontem, na emenda à Constituição que foi aprovada no plenário, nós estabelecemos exatamente as mesmas prerrogativas para a Defensoria Pública. Então, nós estamos permitindo que três categorias rompam o teto do funcionalismo público e tenham a instituição de um adicional, de uma gratificação não prevista hoje em lei.

Na semana passada, quando nós íamos votar esta matéria e eu pedi vista, durante a tarde, eu recebi, lá no cafezinho do Senado, os auditores fiscais da Receita, os auditores fiscais do Trabalho, os delegados da Polícia Federal – a Advocacia-Geral da União recebi agora há pouco –, todos, todos demandando tratamento isonômico. E eu não tenho dúvida de que isso vai acontecer. Se nós não fizermos aqui uma discussão sobre…

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª me permite só um aparte para dar uma informação importante, Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É que a preocupação de V. Exª é profundamente pertinente, tanto é assim que V. Exª apresentou, como primeiro subscritor, a Proposta de Emenda à Constituição nº 68, e V. Exª pode dissertar…

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E faço uma autocrítica aqui. Vou retirá-la.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – … a respeito, V. Exª como autor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vou retirá-la, por sinal.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Veja, eu acho que a discussão que nós temos que fazer aqui… Nós somos Senadores eleitos pelo povo para pensar no interesse da população de um modo geral.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Humberto Costa está coberto de razão. Peço a todos que façam silêncio porque este ambiente é para manifestação dos Senadores. Então, peço silêncio de todos para que possamos ouvir o Senador Humberto Costa e os demais inscritos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E, vejam, todas essas carreiras vão conseguir, vão conseguir. E aí nós perguntamos: quem vai pagar essa conta? Todos aqui, quando há qualquer debate acerca da situação econômica do País, manifestam a preocupação com alguns que são verdadeiros dogmas – responsabilidade fiscal, equilíbrio econômico financeiro do Estado –, e nós não vamos levar essas questões em consideração? Então, eu acho que se deve pensar uma outra maneira.

Na semana passada, quando fiz o pedido de vista, eu me comprometi também de procurar, junto com o Líder do Governo, que o Governo sentasse à mesa com os representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário para buscar uma saída que não instituísse gratificação ou adicional e não permitisse a superação do teto. Houve uma primeira conversa, demonstrando que há interesse do Governo de fazer esse entendimento.

Nós temos vários exemplos aqui em que nós sustamos um processo de discussão e votação e houve uma negociação com sucesso entre o Governo e outros atores envolvidos. É o caso, por exemplo, do debate sobre a criação de novos Municípios, sobre regulamentação de determinadas profissões, sobre pisos salariais, enfim. Então, nós temos como construir uma negociação que o próprio Congresso Nacional acompanhe de perto a fim de que seja uma negociação capaz de resolver e solucionar esse problema sem que haja as consequências que teremos aqui. Portanto, estou apresentando um requerimento de adiamento da discussão, para que possamos consultar a Consultoria de Orçamento do Senado a respeito das repercussões, incluindo a Defensoria Pública nesse processo.

Paralelamente a isso, haverá uma negociação. O Senador Vital do Rêgo, inclusive, na condição de Relator da matéria, pode assumir um protagonismo importante e contribuir para que a negociação aconteça.

Eu queria aqui levantar todas essas preocupações. Reafirmo o entendimento da justeza das demandas apresentadas, mas considero que a aprovação desta matéria neste momento pode ter o condão de ser inclusive um incentivador de toda essa confusão que estamos vivendo hoje, de polícia e de tudo. As pessoas não vão entender como elas têm demandas que são justas também, mas não podem ser atendidas, e o Congresso Nacional, neste momento, aprova algo que – obviamente, terá que passar pela Câmara e pelo Plenário – é uma sinalização para o aprofundamento de desigualdades.

Então, eu quero fazer este apelo a todos os Senadores: que possamos suspender esta discussão, aprofundá-la e obrigar o Governo a fazer uma negociação que mexa na carreira. De qualquer forma, teremos a elevação do teto no final deste ano. Podemos discutir emendas constitucionais que ampliem esse intervalo na carreira da Magistratura e encontrar uma saída que não quebre, a meu ver, esses pilares importantes do serviço público no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Humberto Costa, o requerimento de V. Exª é amparado, mas V. Exª terá que apresentá-lo formalmente, para que seja submetido à deliberação do Plenário.

Agora, com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu louvo a preocupação dos Srs. Senadores com a questão do aumento de despesa. É uma preocupação que deve estar sempre presente na atuação de todos nós. O modelo vigente no País, que é um modelo promíscuo, que chamamos sempre de balcão de negócios, esgota a capacidade financeira de o Estado investir em setores essenciais para a população. E, obviamente, quando se cogita aumentar despesa, essa é uma preocupação justificável.

No entanto, nós temos que considerar que estamos no país da inversão de prioridades, inversão de valores e de prioridades. E quando se trata de discutir investimento público, deve-se considerar sempre a relação custo-benefício do investimento realizado.

Esse investimento proporcionará retorno? Nós discutimos, aqui, até agora, o aumento de despesa com esta providência, mas não discutimos o eventual aumento de receita com esta providência, que significará uma extraordinária motivação para setores essenciais, especialmente nas circunstâncias vividas pelo Brasil, no que diz respeito à recuperação de recursos subtraídos dos cofres públicos aos desvios praticados. São, afinal, US$80 bilhões por ano de desvios com corrupção. A Federação das Indústrias de São Paulo avalia um prejuízo de R$500 bilhões por ano com incompetência administrativa e corrupção. Esses são números essenciais, que devem estar presentes também neste debate.

O Ministério Público e a Magistratura estão motivados ou estão desmotivados? É inteligente motivá-los ou não é inteligente motivá-los? Nós temos que considerar só a despesa ou a receita desse investimento? É claro, não podemos ignorar o esgotamento da capacidade financeira do Estado brasileiro. Isso tem que ser considerado. Mas se nós estamos tratando de aumentar a despesa em 1% a 2%, conforme diz o Relator Vital do Rêgo, nós já avaliamos o quanto significará esse aumento de despesa em aumento de receita? Essa avaliação foi feita? Certamente não foi feita e obviamente não é uma avaliação possível. Ela é um aumento de receita que ocorrerá certamente, mas nós não sabemos avaliar.

Portanto, eu quero apoiar inteiramente o relatório do Senador Vital do Rêgo. Acho uma providência importante nessa hora. Se nós estamos verificando que há um abandono dos atuais 22 mil cargos de magistrado, entre os da União e dos Estados, mais de 5 mil estão vagos em face do crescente desinteresse pela carreira, e que no ano passado, segundo levantamento realizado pelo CNJ, 531 magistrados e candidatos aprovados em concursos públicos deixaram os respectivos cargos, pedidos de exoneração e aposentadorias precoces, ou não tomaram posse, esse é um cenário preocupante, que tem que ser revertido positivamente. Essa expectativa tem que ser revertida positivamente.

Eu ouvi aqui duas ponderações essenciais. Esta é a primeira, a questão do aumento de despesa; e a outra a questão da isonomia. E nós tivemos na Nota Técnica Conjunta dos Procuradores e Magistrados a resposta a esse questionamento. É evidente que essa proposta relatada e bem relatada pelo Senador Vital do Rêgo procura corrigir inconstitucionalidades e desigualdades no âmbito do Judiciário e no tocante à remuneração justa e equilibrada, considerando o tempo de dedicação do membro do Judiciário e do Ministério Público e a sua experiência. Portanto, nós estamos estimulando esse processo de meritocracia.

Quanto à questão da isonomia, é importante não esquecer, como diz essa nota técnica, do aspecto material, substancial do princípio da igualdade. Ora, a disposição constitucional tenciona garantir que seja assegurada, àqueles que devem ser igualmente tratados, a igualdade. Entretanto, o mais importante desdobramento desse preceito é exatamente prever que aos desiguais será dispensado o tratamento diferente.

É induvidoso que o princípio da igualdade há de ser aplicado, observando-se as diferenças. Ora, não há como comparar o membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público, membros de Poder, portanto, a outras carreiras e tampouco a servidores públicos de órgãos diversos. (*Palmas.*)

Trata-se de agentes políticos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Olha, nós estamos tratando com pessoas magistradas, que sabem dos seus direitos. Por favor, vamos manter o silêncio, para que os trabalhos continuem adequadamente aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Por favor, Senador Alvaro Dias, continue.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Trata-se de agentes políticos do Estado, cuja remuneração por meio de subsídio é imposta, ao passo que os demais servidores podem optar por recebê-la ou não.

Ressalte-se por oportuno que o subsídio é um valor padrão devido em razão do exercício do cargo. Logo, remunera a atividade exercida pela categoria para a qual foi fixado.

Assim, é plenamente possível sua coexistência com as vantagens da natureza pessoal e parcelas de natureza indenizatória.

Nesse sentido também já se manifestou o Supremo Tribunal Federal em caso semelhante em que se discutia a compatibilidade de pagamento do adicional por tempo de serviço ao regime de subsídios.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as duas questões relevantes sobre as quais os que me antecederam se pronunciaram. Eu imagino que o mais adequado, neste momento, é não protelar. Nós temos que dar consequência e, evidentemente, decidir. A pior decisão é aquela que nada decide, como o pior projeto de Governo é não ter projeto. Neste caso, eu creio, é melhor correr o risco de errar decidindo do que não decidir e empurrar adiante.

Eu voto com tranquilidade e consciência. Não estou atendendo, ao votar, o interesse de duas instituições fundamentais: Ministério Público e Magistratura. Estou votando a favor do Brasil, a favor do interesse público. É o que diz a minha consciência, porque sei que a motivação desses profissionais extremamente qualificados, que estudaram, pesquisaram, tiveram experiências, passaram por concurso público, certamente, essa qualificação profissional vai assegurar ao País um retorno inegável em função da necessária motivação que se possa oferecer a eles através de uma legislação consequente.

Creio ser esse o objetivo, nesta hora, do autor da proposta e do Relator Vital do Rêgo, e eu me alinho a esse pensamento na relação custo–benefício desse investimento, na relação do aumento de despesa com o retorno possível e, certamente, aumento de receita que nós estamos produzindo a favor do País: categorias profissionais qualificadas e motivadas exercendo função essencial no combate às irregularidades, à corrupção, buscando ressarcir os cofres públicos de desvios monumentais que têm ocorrido no País nos últimos tempos.

Por essa razão, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável, com tranquilidade de consciência e autorizado, inclusive, pela experiência que tive, também, no Poder Executivo, a exemplo de outros colegas, e autorizado pelo combate implacável que procuramos travar modestamente, é verdade, quanto ao desperdício do dinheiro público.

O nosso voto é favorável, Sr. Presidente, na tentativa de valorizar instituições fundamentais para o futuro deste País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, entendo que essa matéria, sob todos os aspectos, é meritória. Nós não podemos conceber uma democracia onde não exista Justiça adequada, e a Justiça tem três tripés que a garantem: o Magistrado, o Ministério Público e o Defensor Público.

Nada mais justo do que realmente garantir ao Magistrado uma remuneração que seja um atrativo para a carreira. Hoje temos dados, inclusive apontados pelo Senador Vital do Rêgo, de que está havendo um esvaziamento da carreira de juiz, e isso é até um perigo para a democracia.

Fora isso, o juiz julga, não só a questão de quem tira a vida de outros, mas os direitos fundamentais, o direito à propriedade. Enfim, nós não podemos prescindir de bons juízes que, de fato, possam defender esses pilares da democracia e garantir ao cidadão os direitos que ele tem, assim como também os deveres. Quando ele comete um delito é punido; e quem julga, absolvendo ou condenando, é o juiz.

Portanto, quero dizer, adiantando o meu voto, que sou favorável à emenda relatada pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que foram os Senadores Humberto Costa e Roberto Requião que se referiram com mais ênfase ao tema do subsí-

dio, à importância que foi a adoção da remuneração sob forma de subsídio no bojo da reforma administrativa promovida anos atrás.

S. Exªs disseram, com muita razão, que a adoção dos subsídios, em primeiro lugar do ponto de vista dos servidores públicos, que recebiam a sua remuneração em diferentes parcelas, acabou sendo algo muito positivo, porque permitiu a eles incorporar numa remuneração única, e portanto, levar depois para a sua aposentadoria aquilo que se chamavam os penduricalhos, cuja persistência depois da aposentadoria era muito questionada. Mas do ponto de vista da administração também, porque isso propiciou maior transparência, maior previsibilidade, maior controle do gasto com pessoal, especialmente nos estratos do funcionalismo público que têm mais alta remuneração.

Essa Proposta de Emenda à Constituição, no meu entender, vulnera de morte o sistema do subsídio, acaba. Porque evidentemente, ao se abrir a brecha para essas categorias, que são evidentemente muito influentes e muito relevantes, você abre o caminho para outras reivindicações de outras categorias que também são influentes e relevantes e que também se acham com o direito de obter uma remuneração maior do que aquela que o teto constitucional estabelece. É óbvio isso.

A Senadora Gleisi se referiu – não, creio que o Senador Humberto Costa – a várias audiências que concedeu ontem. Eu também. Vários de nós fomos procurados. Na isonomia é preciso distinguir o que é diferente do que é igual. Ora, do ponto de vista político, do ponto de vista da decisão do Congresso, ninguém segura. Ninguém segura! Ainda ontem, ainda ontem se votou a igualdade em termos constitucionais entre juízes e defensores públicos. Ontem, ontem. Terminou a votação às sete horas da noite, ou oito horas da noite. Alguém segura? Não segura! Obviamente não.

Agora, é claro que existe, no fundo dessa inquietação, que é legítima, que é real, um desconforto com a situação de carreiras da magistratura e do Ministério Público. É óbvio que existe. Algumas carreiras estão demasiado achatadas entre aquilo que percebe um magistrado, por exemplo do trabalho, logo no seu ingresso, e o máximo que ele poderá almejar ao longo de sua vida funcional.

Isso se resolve de duas maneiras: aumentando o teto, e há já projetos que estão aqui tramitando na Câmara dos Deputados; e a outra forma é estruturando carreiras decentemente. Isso é iniciativa dos tribunais superiores, que devem, ao examinar as condições dos integrantes de cada ramo da magistratura, verificar os inconvenientes do achatamento, de distorções verificadas nessas carreiras, propor carreiras novas, reestruturá-las. Isso é iniciativa, Srs. Senadores, todos nós sabemos disso, é iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone*.) – PEC não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não é por PEC não, é projeto, projeto de lei. Não precisa de PEC. Aliás, eu considero que essa PEC afronta também as regras de iniciativa. Contorna, através de emenda à Constituição, uma vedação sobre iniciativa para essa matéria, que é reservada, nos termos da Constituição brasileira, art. 96, aos tribunais superiores.

Por que os presidentes dos tribunais, tão empenhados que estão na aprovação dessa PEC, não examinam com o Congresso, com o Poder Executivo, as condições de modificá-las? Propor novas carreiras, carreiras mais arejadas, que deem perspectiva de progressão funcional realmente compensatórias, estimulantes. Compete aos presidentes dos tribunais! Eu vejo o Ministro do Supremo Tribunal Federal – aliás, o Supremo Tribunal Federal está devendo ao Congresso Nacional e ao País, há muitos e muitos anos, uma nova Lei Orgânica da Magistratura. Há muitos anos. E aí nos convivemos com aquela do Pacote de Abril. Mas fecho o parêntese para dizer que cabe aos tribunais superiores propor! Por que não propõem? É mais fácil fazer *lobby* para aprovar esta PEC? – *lobby* no bom sentido, evidentemente; pressão.

Acaba com o sistema de subsídio. Ninguém segura isso. Todas as carreiras que recebem hoje subsídio vão reivindicar e conseguirão. Conseguirão!

Vejam, o Congresso Nacional está prestes a aprovar uma emenda à Constituição que cria carreiras para agente de trânsito! Passa tudo! Basta encher a galeria.

Então, a isonomia é um fato. A luta pela isonomia é um fato, especialmente entre as carreiras que recebem subsídio, e, mais especialmente ainda, entre as carreiras jurídicas. Os promotores já estão contemplados; os defensores foram atendidos ontem; os procuradores de Estado; os procuradores municipais estão pleiteando também furar o teto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – (*Fora do microfone*.) E ainda têm a sucumbência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ora, então, ninguém segura. É o fim de uma reforma administrativa que custou muito e que tem efeitos benéficos para o nosso País.

Agora eu me refiro aos Estados, neste momento. O Senador Vital do Rêgo nos deu aqui um número que obteve da Associação dos Magistrados do Brasil.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – (*Fora do microfone*.) – O presidente está ai.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro que está aí.

Uma coisa é entre 1,5% e 2% da folha de pagamento do Poder Judiciário. É preciso que se veja também a folha de pagamento do Ministério Público – porque vai acompanhar. Claro! A própria PEC diz isso. Agora, há muitos aqui que são candidatos ao governo, outros já foram governadores. Como é que os senhores receberiam, instalados no governo, de uma hora para outra, uma conta para pagar que não passou pelo critério da assembleia legislativa, que não passou pela iniciativa do Poder Judiciário local, e que é despesa na veia?! Imediata! Como é que receberiam isso?

Acaso não estaríamos diante de uma distorção das regras de funcionamento da Federação?

Podemos nós, de uma hora para outra, para atender a reclamos de justiça – que, evidentemente, merecem a nossa consideração –, espetar uma conta nos governos estaduais? Assim? E isso com base num cálculo da AMB, mas que é um cálculo de algo imponderável! Não há como mensurá-lo.

Por que essa aplicação do adicional por tempo de serviço – pois é disso que se trata – é retroativa? Assegura-se a percepção desse adicional desde o momento em que aquele servidor – que depois ingressou na Magistratura ou no Ministério Público – ingressou em alguma das carreiras jurídicas. Então, quanto é que isso vai custar? Nós podemos fazer isso assim?

A Constituição é sábia quando diz que a remuneração dos juízes deve ser fixada por iniciativa dos tribunais de justiça dos Estados. É questão a ser examinada à luz do orçamento dos Estados, questão a ser examinada à luz, inclusive, das prioridades do Poder Judiciário de cada Estado. Pode ser que determinado Estado considere que esse aumento de despesa pode ser mais útil socialmente na informatização do próprio Poder Judiciário. Mesmo no Estado de São Paulo, que é o Estado mais rico do País, os cartórios de 1ª instância são iguaizinhos àqueles do tempo em que eu fui escrevente do Tribunal de Alçada de São Paulo. Faz tempo! Só mudou a máquina de xerox. Antes era fotocópia.

Quer dizer, será que essa questão não deve ser vista à luz do mandamento constitucional, de inspiração eminentemente federativa, que determina que a iniciativa para fixação dos subsídios dos juízes cabe aos tribunais de justiça dos Estados, para ser examinada à luz das suas próprias prioridades, das suas possibilidades orçamentárias?

Eu, por minha iniciativa, procurei dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. A nota técnica que recebi diz que o impacto imediato da aprovação desta PEC seria em torno de R$700 milhões no ano. É uma bagatela? Acho que não. Agora, evidentemente, é preciso considerar a sequência, o que virá depois, seja por aprovação de emendas constitucionais semelhantes a essa, seja por ganhos na Justiça de reivindicações de isonomia promovidas por delegados, por procuradores e por defensores públicos. E aí as coisas vão aumentando, vão aumentando, vão aumentando.

Então, Srs. Senadores, eu não tenho condições de votar a favor disso agora, não tenho a menor condição. Respeito a posição cautelosa de muitos colegas meus que dizem que votam a favor agora para examinar os dados financeiros, orçamentários quando a PEC chegar ao plenário. Respeito. Acho até que a posição mais sábia seria esta sugerida agora pelo Senador Humberto Costa: um sobrestamento da análise para que possamos caminhar com segurança. Mas não sendo isso possível, eu, com toda a lealdade, vou dizer aos senhores que votarei contra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu gostaria de fazer uma pergunta, se me permite Senador Aloysio? Só uma indagação.

Estou vendo o posicionamento do senhor e tem razão em termos, na minha opinião. Na verdade, os Poderes têm o seu duodécimo. É o caso da própria magistratura e do próprio Ministério Público. A visão que eu tenho é que eles vão ter que se adequar naquilo que é constitucional, é repasse. Os próprios tribunais de Justiça, as assembleias e o próprio Ministério Público têm um percentual do Orçamento destinado a cada Poder. Nos Estados é feito dessa forma. Na Federação eu imagino que também seja nessas mesmas condicionantes.

Acho que quem vai ter o dever, fazer o dever de casa será a própria magistratura ou o próprio Ministério Público na medida em que, eu imagino, algumas gorduras que eventualmente existam terão que ser cortadas e colocado em prática aquilo que se está propondo, que é o duodécimo voltar. Ou seja, hoje é um subsídio. Acho que foi um avanço? Foi. Mas não poderemos ficar, em hipótese alguma, nessa situação que está. Hoje, um magistrado que ingressa na Justiça praticamente ganha os mesmos valores que um juiz ou um desembargador que está há 20 ou 25 anos exercendo o cargo.

Assim, acho que temos que fazer uma nova política em relação ao servidor público: do desatrelar, pois hoje há um atrelamento: delegado de polícia com fiscal de Estado, por exemplo. Vou dar só um exemplo: em Mato Grosso, um fiscal ganha mais de verba indenizatória do que o seu salário, o seu subsídio. Se o governa-

dor do Estado recebe um aumento, alavanca o salário do fiscal de Estado, do delegado de polícia, porque são atrelados ao salário do governador. Então, temos que acabar com essa política.

Agora, eu imagino que é meritório o relatório do Senador Vital do Rêgo e temos que buscar um instrumento, uma ferramenta com a qual certamente poderemos dar um melhor salário a essa categoria. É diferenciada? É igual aos demais servidores? Imagino que não.

E, sobretudo, se não pagarmos um bom salário, meu caro Presidente, ao Ministério Público, também aos juízes, sejam os juízes estaduais ou federais, vamos continuar assistindo, lamentavelmente, a alguns juízes mal intencionados vendendo sentenças, vendendo liminares, porque isso é um convite, pois se o cidadão não está ganhando bem, vai naturalmente por esse caminho.

Eu particularmente voto favorável, porque entendo que o magistrado tem que ganhar bem! Acho que tem ganhar bem. Mas a formatação daquilo que vai ser proposto é através do duodécimo que é repassado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já ouvimos manifestações as mais diversas. Agora há de se perguntar. Toda e qualquer categoria profissional do Estado precisa ser estimulada para o exercício da sua atividade; não apenas o magistrado, mas o professor, o médico, os funcionários de serviços gerais, enfim.

Eu vou no raciocínio do Senador Campos: cada Poder tem o seu orçamento. E cada um fará as despesas de pessoal e a manutenção da máquina através daquilo que está disponibilizado no Orçamento Geral do Estado ou da União para os Poderes constituídos da República. Poderes de Estado, melhor dizendo.

Quando não há estímulo para qualquer que seja a categoria, e com especialidade a magistratura do País, que é o poder do equilíbrio constitucional, institucional, quem sofre com isso? É o magistrado? É o jurisdicionado. É aquele que depende da sua atividade.

Por isso, Sr. Presidente, e para termos brevidade na análise desta matéria, eu acho da maior importância que ela prossiga. Não podemos acabar com ela aqui, porque teremos o tempo necessário para os ajustes que forem possíveis e que forem reclamados.

Eu queria cumprimentar o Senador Vital do Rêgo pelo trabalho que tem feito, que está fazendo pelo relatório apresentado. Lógico que nós temos responsabilidades com o que estamos fazendo aqui. Nós não estamos aqui para quebrar Estado, o Estado Federal, os Estados da Federação. Muito pelo contrário. Agora, determinadas carreiras de Estado têm que ter uma certa diferenciação. É lógico. É normal.

O magistrado, por exemplo, não vive só na capital. No primeiro momento, no início da sua carreira, ele é deslocado para qualquer que seja a cidade do interior, no que diz respeito, por exemplo, à Justiça estadual, como também à Justiça Federal. E em determinados momentos… Eu digo isso porque, ao longo da minha vida, pude participar da convivência principalmente, meu querido Aloysio, de magistrados da minha cidade do interior. Em determinados momentos, o magistrado não pode ficar à deriva de uma decisão do prefeito, por exemplo, de colocar à sua disposição uma casa para morar, porque, em determinados momentos, ele, muitas vezes, tem subsídios, salários que não são compatíveis com a sua atividade profissional. Além do mais, o seguinte: essa categoria da magistratura não tem hora para trabalhar. Muitas vezes, está em casa, no repouso natural, com a família, aí chega uma demanda urgente e ele terá que tomar uma decisão.

Por essas razões e circunstâncias, Sr. Presidente, e para que a PEC ande, para que ela possa tramitar, para que ela não morra hoje, eu me posiciono favorável ao relatório do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, nós estamos aqui discutindo sobre a Constituição e também discutindo sobre a importância do tempo nas nossas vidas. O tempo.

Eu só fui servidor público na minha vida. Só. Tenho orgulho de ter sido servidor público e de ser servidor público. Tenho orgulho disso. Servidor público tem que ganhar bem, porque o servidor público desempenha funções essenciais ao Estado. E Estado aqui no sentido político do termo. Têm de ganhar bem, sim. Alguns entendem que o servidor público seja vagabundo, coloca o terno e vai embora. Existem também. Nós não podemos nos esquecer de que existem. Agora, algumas atribuições são diferenciadas pela própria Constituição. São diferenciadas. Isso é fato.

Delegado de Polícia Federal tem que ganhar bem, Procurador tem que ganhar bem. Todos os servidores públicos têm que ganhar bem, para exercer o seu múnus público. Mas o tempo aqui se faz importante. Não é razoável – não é razoável! – que uma função típica do Estado, primária do Estado possa ter diferenças de salá-

rios, remuneração, subsídio – não me interessa o nome –, diferenças pouco significativas entre o início e o final da carreira. Isso traz um desestímulo na carreira.

Pode-se dizer: "Ah, sim, são iguais", mas fui Procurador da República 15 anos – 15 anos! Durante 15 anos, senhores, não tinha atividade política partidária. Eu era um meio cidadão, como os membros do Ministério Público, como os juízes, diferente de outras categorias; tive que me exonerar.

E esse tempo que fiquei? – e esse tempo que fiquei?! O tempo faz a mulher ficar mais bonita, Senador Vital do Rêgo; faz a fruta apodrecer; o tempo faz o preso ter o direito à progressão de regime; todo mundo aqui sabe o que é o tempo, mas ninguém sabe explicar o que é o tempo. Um filósofo católico dizia que o tempo é espaço compreendido entre dois instantes.

O tempo é significativo, sim, nas nossas vidas. Votarei, com consciência, favorável, sim, mas precisamos debater outras categorias que aqui se encontram; outras categorias. Conversei com delegados de Polícia Federal, conversei com juízes de Direito, conversei com fiscais de tributos, advogados, e nós precisamos, sim, pensar a respeito do tempo!

O magistrado e o membro do Ministério Público não podem ter atividade empresarial. O membro do Ministério Público e o juiz não podem ter atividade política partidária. São diferentes, como nós Senadores, que temos aspectos diferentes na nossa vida funcional; como o Poder Executivo, que tem aspectos diferentes, sim, em sua vida funcional.

Votarei favorável, sim, porque entendo que é constitucional a proposta de emenda aqui apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. E o aspecto da economicidade deve e pode ser debatido na CCJ, porque o art. 37 da Constituição fala também em economicidade. Tem que ser debatido, sim.

Mas aqui há S. Exª o Dr. Fato. E S. Exª o Dr. Fato é de magistrados e membros do Ministério Público abandonando a carreira. Pode-se dizer: "Ah, sim, mas se querem ganhar melhor, vão para outra instituição." Mas e a função? E a função? Vamos acabar com o Poder Judiciário? Vamos acabar com o Ministério Público? Mexer na subsistência, Senador Vital do Rêgo, é mexer na consciência, já diria, lá atrás, o federalista, antes da independência.

Mas tenho certeza de que não é a ocasião que faz o ladrão; a ocasião desperta o ladrão que existe dentro da pessoa. Não é a remuneração que fará com que ele deixe ou não de ser honesto. Por isso, votarei favorável a esta proposta de emenda constitucional.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, queria, com a autorização de V. Exª, passar para as mãos do Relator um documento que extraí agora do terminal da transparência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Só vou ler aqui, na primeira página, o total bruto dos salários dos Srs. Desembargadores: Antônio Carlos Nascimento Amado, R$86 mil; Cláudia Pires dos Santos Ferreira, R$ 68 mil; Cláudio Tavares de Oliveira Júnior, R$ 68 mil; Cristina Tereza Gaulia, R$62.863,00 – nenhum desembargador se submete ao teto constitucional. Segundo o terminal da transparência, a redução do teto constitucional no Tribunal do Rio de Janeiro é zero.

Portanto, o que vejo é que há muita gente que está tendo um salário inferior ao que deveria receber, até pela falta da correção, mas a carreira está precisando de uma reorganização de cima a baixo. O líquido começa aqui com 71, 59, 58 – é o que recebem líquido, com os descontos de Previdência e tudo mais! Então, estamos trabalhando, *data venia* dos companheiros que se manifestaram favoravelmente, em cima de uma absoluta desinformação sobre o que estamos fazendo.

Queria que a Secretaria da Mesa entregasse ao Relator esse documento do terminal de transparência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores, eu congratulo o Senador Vital do Rêgo pelo relatório, mas gostaria de fazer algumas observações. Eu acredito que na CCJ o âmbito da discussão seja em relação à juridicidade desse projeto. Se esse incremento salarial afeta o teto salarial ou não, se afeta a norma constitucional que estabelece exatamente esse teto. E eu estou vendo isso ser pouco discutido aqui nesta Comissão. Nós estamos discutindo mais a questão do impacto financeiro, que, eu imagino, não seja o fórum adequado à CCJ, e deixando a juridicidade de lado, que, a meu ver, é sobre o que esta Comissão deveria se debruçar.

Eu tenho certeza de que uma PEC não se encerra nesta CCJ; é algo a ser discutido de forma mais profunda dentro do Congresso. Referencio o discurso do Senador Jayme Campos, que foi cirúrgico na sua colocação. Qualquer incremento na carreira da magistratura estará, certamente, atrelado por responsabilidade fiscal ao limite constitucional que está determinado àquele Poder, tal qual está determinado ao Poder Legislativo dos

nossos Estados, tal qual está determinado também pelo Poder Judiciário. Há uma questão de administração interna do Poder Judiciário para fazer valer essa PEC caso ela prevaleça dentro do Congresso.

Portanto, Presidente Anibal, não querendo me delongar muito, faço também minhas as palavras do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Cássio Cunha Lima. Não podemos encerrar a discussão nesta CCJ e, em se colocando em votação, eu votarei a favor, para que possa ter a oportunidade de esse tema ser debatido em outras instâncias dentro do Senado Federal.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu fui Relator da reforma administrativa no governo Fernando Henrique. Fui eu que ajudei a construir a proposta que criou subsídio que definiu o teto e que modernizou as relações do serviço público. Naquele momento, foi um avanço muito grande o que fizemos. Mas quem vive no serviço público sabe que os procedimentos têm que ser ajustados e, sem dúvida nenhuma, as questões que vão aparecendo têm que ser tratadas com responsabilidade.

Nós criamos a Lei de Responsabilidade Fiscal também no governo Fernando Henrique; participei do debate, e nesse debate da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós fixamos para as despesas do Poder Legislativo e Tribunal de Contas, 3% da receita líquida, 6% para o Poder Judiciário da receita corrente líquida e 2% da receita corrente liquida como teto para o Ministério Público. Portanto, definimos um patamar máximo de gastos. Nos não estamos aqui discutindo o aumento desses patamares. Nós estamos discutindo aqui como internamente, nos Poderes, se dará, efetivamente, esse tipo de gasto; primeira questão.

Segunda questão. Defendo a política de subsídio, não só para as carreiras que têm subsídio hoje. Acho que o sistema brasileiro público era formado, como disseram aqui alguns Parlamentares, como um sistema de penduricalhos: tinha-se uma salário-base muito baixo, uma série de gratificações que iam se criando, à medida que as pressões apareciam, essas gratificações eram remuneradas enquanto o servidor estava no exercício, quando o servidor se aposentava, ia para aposentadoria levando apenas o salário-base, muitas vezes miserável, não condizente, incompatível com as condições que ele exerceu durante toda a sua vida. Então, o subsídio é importante também para outras carreiras e eu defendo isso.

O que estamos definindo aqui agora? Nós estamos discutindo se nós queremos, se é uma questão estratégica para o País, ou não, remunerarmos melhor o Poder Judiciário, dentro do limite de Lei de Responsabilidade Fiscal que tem o Poder Judiciário. O que estamos discutindo aqui? Uma carreira que tem limitações – aqui falou bem o Senador Pedro Taques – diferentes das de outros servidores públicos. Eles não podem acumular outros tipos de atividade, não têm condição de desempenhar uma série de outras questões, a não ser dar aula. E vemos magistrado tendo de trabalhar, atolado de processos, e depois tendo de se matar, dando aula de noite, para complementar o salário da família, a renda familiar.

Então, o que estamos discutindo aqui é se vamos ou não dar condição para que o próprio Poder Judiciário, no seu orçamento, tenha condição de refazer esse orçamento, dando condições de remunerar melhor e reconhecer o trabalho de quem está ao final de uma carreira.

Aqui foi dito: hoje o magistrado ganha, no início de carreira, igual ao que ganha no fim da carreira. Isso é justo? Entendo que não.

Quero dizer que, na questão da política de subsídios, o próprio Governo Federal abriu já uma fissura, uma saída, para resolver a questão da gratificação de localidade para diversas categorias que estão hoje nas fronteiras.

E aprovamos aqui, com muita luta, uma lei que cria uma gratificação de localidade com base no subsídio, para que o policial federal, o fiscal agropecuário, para que pessoas que atuam em locais estratégicos possam receber, além do subsídio, uma gratificação de localidade, a qual já foi regulamentada pela Casa Civil da Presidência da República.

Então, não estamos aqui inventando a roda. Estamos aqui definindo outra prioridade, outra questão, que é importante para que tenhamos condição de ter uma magistratura motivada, valorizada e funcionando bem em prol da sociedade brasileira.

Quero registrar aqui, Sr. Presidente, que vou votar favoravelmente, vou defender que não se incluam nesse projeto outras categorias. Nós não podemos inviabilizar, temos de começar a resolver essa questão pelo Judiciário e, a partir daí, sim, discutir outras categorias. É importante que essa discussão seja feita, é importante que outras categorias sejam valorizadas, mas já vimos aqui que quando se carrega demais o barco, ele afunda. E não queremos afundar essa questão do barco do Judiciário nessa solução.

Quero registrar que as informações que o Senador Roberto Requião deu aqui sobre a remuneração do Tribunal do GDF não correspondem à remuneração dos juízes do Brasil e à dos juízes de Roraima. Não há essa remuneração lá. É preciso olhar o detalhe efetivamente, de que se trata isso. Isso pode ser um atrasado, um plano de indenização, isso pode ser outra coisa. Esse não é o padrão. Se esse fosse o padrão, estaríamos aqui

discutindo, e seria até mais fácil. Se já há gente ganhando R$65 mil por mês, então vamos dar o limite de até mais R$35 mil no final da carreira para o juiz, para o magistrado, para o desembargador que está atuando.

Esse não é o padrão da Justiça brasileira. Não podemos confundir as coisas. Estamos aqui tratando de uma questão séria, estamos aqui tratando da vida de milhares de brasileiras e brasileiros que se dedicam a fazer justiça neste País, que se dedicam a atender à sociedade brasileira, assoberbados de processos.

Sem dúvida nenhuma, esse é um projeto que melhora o Brasil. Não estamos aqui discutindo só a remuneração de juízes. Estamos discutindo aqui o fortalecimento do Judiciário e da Justiça para o povo brasileiro.

Portanto, meu voto é favorável e acompanho o Senador Vital do Rêgo, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, como Relator.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senador Jucá?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jucá…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sei que V. Exª terminou, mas é só para… Acho que é importante resgatarmos aqui o debate que estamos fazendo. Em nenhum momento, por todas as colocações que aqui foram feitas, não estamos discutindo aqui a situação da remuneração do Judiciário, se é justo ou não é justo melhorar.

Todas as falas, todos nós concordamos que precisa melhorar, que temos um problema de carreira. Então, é importante deixar isso claro, senão podemos ser levados a um falso debate.

A questão de carreira é importante ser discutida. Portanto, não estamos discutindo aqui se temos ou não a responsabilidade de melhorar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senadora Gleisi, a carreira é remuneração. Nós estamos discutindo aqui um adicional de tempo de serviço, que, ao final da carreira, vai aumentar em 35% o salário dos juízes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Claro, Senador Jucá. Nós estamos discutindo a forma de fazer isso. É isso que eu quero falar. A forma de fazer isso.

E só para esclarecer, e acho que para não haver dúvida aqui, o adicional de fronteira em nenhum momento desestabiliza o subsídio. Primeiro porque ele não incorpora; segundo, ele não é personalíssimo. Ele está ligado ao local do exercício da função.

Então, só para que tenhamos clareza a isso, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sim, mas é uma remuneração a mais do que o subsídio, coisa que a lei inicial do subsídio não previa, e nós estamos encontrando caminhos exatamente para melhorar a condição operacional do Executivo brasileiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se nós formos discutir sobre local de atuação, pode ser. A lei inicial do subsídio coloca uma série de ressalvas para se colocar algumas parcelas.

Então, é importante só deixar claro isso, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na condição de Relator, eu queria pedir a palavra pela ordem, até para efeito de esclarecimento.

Eu acabei de receber a informação documental do Senador Roberto Requião não sobre o tribunal de Brasília, mas sobre o tribunal do Rio de Janeiro. O Senador depois, no final da sua fala, retificou. E, da forma como o Senador colocou, é preciso esclarecer que, dentro do texto, elencado "vantagens eventuais", estão: um terço de férias, venda de férias, antecipação de férias, décimo terceiro, antecipação do décimo terceiro, hora extra e pagamentos retroativos. E da forma como o Senador colocou, ele escolheu três desembargadores e nominou os três. Vou nominar, até por um dever de contraditar, o Desembargador – peguei um aqui – Caetano Ernesto da Fonseca Costa, que ganha R$16.836 mil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com descontos. Agora, o que eu quis ressaltar é que nenhum tem a redução do teto constitucional.

(*Manifestação da plateia.*)

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Isso é aplicado só para o funcionalismo público.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – São 177 desembargadores no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acho, Senador, que nós devíamos reestruturar as carreiras.

Recebi agora, por exemplo, aqui, de um juíza que está aqui atrás, uma folha de pagamento. Ela me manda para eu ficar horrorizado! S. Exª ganha mais do que eu, que sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra para discutir a matéria o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que este debate, Senador Romero, eu que tive a oportunidade – estou aqui, bem em frente à Mesa, Senador Romero –, inclusive, de debater muito com V. Exª e com toda a equipe de Fernando Henrique na reforma administrativa, na realidade, logo após aquela reforma administrativa, a introdução, Senador Aloysio, dessa chamada árvore de natal, que foi o grande equívoco do Estado brasileiro, foi exatamente não estabelecer um processo de carreira, e, sim, a tentativa de separar, inclusive, as diversas atividades e fazer o chamado tratamento salarial a partir das gratificações. Não estou responsabilizando o Governo Fernando Henrique, até porque isso terminou sendo uma herança, depois uma continuidade.

De certa forma, mesmo com as mudanças provocadas de lá para cá, com a discussão da reforma administrativa, com o debate envolvendo cada carreira, a gente ainda se depara com dificuldades extremas. Por exemplo, há uma crise estabelecida, inclusive, dentro das instituições.

Esse é um debate provocado por nós desde 1998, Senador Romero. Não é possível você não ter o código de atribuições, e aí nós temos uma verdadeira guerra estabelecida na Receita Federal, na Polícia Federal e em outros órgãos, por conta exatamente dessa diferença, o que cada um faz e depois o que cada um ganha, depois o tratamento diferenciado. Há ausência dessa expectativa, Senador Pedro Taques, que é extremamente lícita em qualquer carreira.Como é que eu cresço, como é que eu ascendo, qual é a minha expectativa, do ponto de vista do exercício da minha atividade?

Assim, da mesma forma que o senhor, Pedro Taques, fui a vida inteira servidor público, inclusive de estatal, de uma estatal em que na época, Senador Aloysio, não era obrigatório, mas se fazia concurso público.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Permito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu, como V. Exª, considero que é fundamental que haja uma estruturação da magistratura e do Ministério Público em carreiras, dos diferentes ramos, em carreiras que deem essa expectativa de crescimento, inclusive no plano salarial.

O que digo é o seguinte, a Constituição diz que cada tribunal superior deve ter iniciativa para propor essas carreiras, assim como os tribunais de Justiça dos Estados. Enquanto esta PEC, que cria a ilusão de uma carreira baseada exclusivamente no tempo de serviço – e eu acredito que deverá haver outros critérios para a estruturação de uma carreira além do tempo, do inexorável tempo – estiver tramitando, e ela vai tramitar durante muito tempo, não tenham dúvida os senhores, os tribunais superiores e os tribunais de Justiça dos Estados permanecerão de braços cruzados. Não tomarão nenhuma iniciativa para a estruturação de carreira, porque é mais fácil, é mais fácil apostar numa miragem da aprovação desta PEC em que a carreira vai se basear apenas no tempo de serviço.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Aloysio, deixe-me continuar dizendo a V. Exª qual é a minha interpretação sobre isso.

Essa é uma expectativa, inclusive durante o período em que V. Exª esteve até no comando de uma das pastas mais importantes no Executivo, a gente sempre nutria, tanto do Executivo, e de certa forma fizemos esse debate aqui em 2011, nesta Casa, em relação ao Judiciário. Inclusive este Senador que vos fala foi o relator da PPA. E tive a oportunidade de debater isso com o Judiciário. E mais, inclusive segurei essa questão. Segurei esta questão na discussão com o Judiciário, que resultou no envio da carta do Judiciário para o Executivo, reclamando a aplicação de percentuais para a correção salarial. E nós, nesse período, dissemos ao Judiciário claramente: está errado, está equivocado.

Além de o Judiciário estar se dirigindo ao Executivo para pleitear algo, o Judiciário deveria, inclusive, era mandar a peça para esta Casa promovendo a reestruturação.

Só que isso não foi feito, Senador Aloysio, nem por parte da cúpula do Judiciário e tampouco por parte da estrutura. E aí eu quero me referir a esta Casa. Portanto, hoje não tenho mais ligação com a que está do outro lado, mas vim de lá. Portanto, nossas duas Casas lutam durante todo esse período de debate que se iniciou na reforma administrativa e que se estabelece até hoje. Se a gente for vasculhar na Comissão de Constituição e Justiça, a gente vai encontrar dezenas de projetos que tentam, de certa forma, encontrar esse caminho que busca fazer o ajuste dessa questão da estruturação de carreiras e da própria questão remuneratória, nesse caso, do Judiciário.

Por isso, Senador Aloysio, é que não cabe o processo de comparação do ponto de vista de dizer que uma vez aprovado esse caminho, nós vamos ter um processo de equiparação ou de isonomia, porque são dois Poderes que são autônomos. Portanto, a estruturação da carreira numa atividade do Poder Executivo não necessariamente é igual à estruturação da carreira do Judiciário. O que poderíamos incluir o nosso caso. Quando do

debate do salário nesta Casa, em 2010, vários dos Senadores e Deputados – eu era Deputado à época – faziam a seguinte ponderação: a forma de a gente promover a isonomia de tratamento de subsídios para Parlamentares. E eu continuo com a mesma tese: Parlamentar não é carreira. A nossa situação é transitória.

Portanto, não posso ter equiparação com as carreiras porque não sou de uma carreira de Estado. Alguns até ficam aqui uma carreira inteira, mas outros na realidade têm um prazo, uma data. Ainda que no Senado tenham oito anos, são só oito anos. Então, Senador Agripino, o subsídio nosso não pode ser de forma alguma levado em consideração ou em comparação com os subsídios ou remuneração da estrutura de carreira, seja ela do Executivo, seja ela do Judiciário. São coisas díspares.

O que estamos tratando aqui se materializa em remuneração. Mas estamos tratando aqui efetivamente é de entregar ao Poder Judiciário aquilo que lhe é facultado pela lei. Como aqui disse muito bem o Senador Jayme Campos, já há uma determinação legal. Portanto, vamos elaborar o orçamento. O Judiciário é que terá a capacidade de discutir, Senador Requião, qual é a árvore de natal que ele vai cortar de uma vez por todas. Portanto, essa é a atribuição que também cabe a ele.

Agora, o que não se pode fazer, a essa altura, é avaliar que esse tipo de conduta escancare um processo em que vamos ter agora uma verdadeira correria para que esses processos possam ser igualmente tratados a partir de outras carreiras. Até porque, volto a insistir, não sei qual é o código de atribuição que liga uma atividade do Judiciário a uma atividade do Executivo. Eu não conheço esse código de atribuição. Portanto, são situações muito diferenciadas nesse processo.

E eu quero insistir numa coisa que é importante. Eu disse aqui, na quarta-feira passada, que, por diversas vezes conclamamos um pedido de tempo. Por diversas vezes, propusemos certo adiamento. Por diversas vezes, conclamamos sentar, conversar, dialogar, tentar fazer. Mas sempre a sensação que me dá é que toda vez que propomos isso, Senador Benedito, de uma sessão para outra – é óbvio que há as demandas do Estado, outras coisas vão consumindo – quando nos reencontramos, sempre às quartas-feiras de manhã, há notícia de que não foi possível encaminharmos absolutamente nada. E agora nós vamos precisar de mais um tempo para tentar encaminhar uma busca de alternativa.

Eu acho que o melhor caminho para buscar alternativa é dizer que estamos apoiando, estamos aprovando algo e determinando como é que o Judiciário deve se portar do ponto de vista da remuneração, na sua estrutura. E agora não com penduricalhos, não com algo que não incide sobre o salário, não com algo que está à parte, à margem completamente da atividade, mas com algo que enxerga a diferença de tempo e que enxerga principalmente a expectativa daqueles que querem se manter numa carreira. Essa é a grande diferença da proposta que está apresentada.

Portanto, se é isso, podemos anunciar ao Judiciário que não vamos aprovar algo que não é definitivo, tampouco que é acabado, mas algo que tem diretriz para que o Judiciário possa operar e efetivamente construir a sua forma de elaboração de pagamento, para que não se permita, Senador Requião – vimos aqui, V. Exª acabou de ler – manobras antecipatórias de décimo terceiro, de venda de férias ou coisa do gênero.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – URV.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas eu estou lhe falando de algo inclusive que há dentro da própria estrutura. O Plano Bresser, URV são da expectativa de julgamento de ações que todos nós, de uma forma ou de outra, até nas nossas carreiras, terminamos também pleiteando. Portanto, eu estou falando é da operação que se faz dentro de uma carreira para se tentar resolver problemas momentâneos. Ninguém tem férias todos os dias para pedir antecipação, para resolver problema de remuneração. Ninguém tem décimo terceiro a cada mês, para ficar fazendo um jogo de antecipação de décimo terceiro para resolver o problema da percepção da sua remuneração em cada mês. Portanto, são carreiras que obrigatoriamente exigem uma estruturação.

Eu não tenho a compreensão e não concordo com essa leitura – em nenhuma atividade, a nossa inclusive é até mais atacada – não parto do princípio de que nas atividades públicas, Senador Pedro Simon, ou em qualquer outra atividade, mesmo na iniciativa privada, alguém faça algo tentando vender sentença ou tentando vender o seu trabalho para superar o problema da sua crise salarial. Assim como não faz o Senador nem o Deputado, a partir das matérias que vota aqui, para tentar auferir ganho financeiro, não faz o juiz, não faz qualquer outro servidor público.

Portanto, essa não pode ser a justificativa nem a máxima para resolvermos um problema de salário, para que as pessoas ajam com ética, com seriedade e com retidão. Essa é a obrigação de todo servidor público, independentemente da remuneração que receba. Agora, é fundamental que em qualquer carreira a remuneração seja compatível inclusive com a responsabilidade, que a remuneração seja compatível com a própria expectativa que tem, para que cada um se dedique. E nós estamos falando de uma carreira que não se processa em

menos de trinta anos. É muito difícil, é muito difícil que alguém nesse estágio consiga ter uma carreira inferior a isso, Senador, meu caro amigo Vital do Rêgo.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Hoje inclusive se ingressa na magistratura muito cedo. Portanto, a expectativa dos setenta anos também é algo extremamente possível. Então, estamos falando de gente que pode ficar quarenta anos na carreira, no serviço público. E que expectativa tem essa pessoa? Quarenta anos de quê? Aguardando e tendo uma diferença salarial, Senador Romero, do início para o final, em que não há quase distância nenhuma? Como é que alguém pode aguardar quarenta anos? Quem aguardaria?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Conclua, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, portanto, quero chamar a atenção para esse debate. Então se esse debate não pode contribuir para essa pressão, eu não acredito que o outro caminho o fará, Senador Roberto Requião. Se essa matéria,…

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – … Senador Aloysio, não lograr êxito para a pressão, eu acredito que, aí sim, a acomodação continuará, e não teremos de nenhuma parte, nem do Judiciário, nem do Executivo, nenhum tipo de iniciativa para mexer no *status quo*.

Então, portanto, em minha opinião, essa PEC serve também como forma de pressão, para que esses segmentos possam entender e, melhor dizendo, para que a cúpula do Judiciário possa entender que medidas têm que ser tomadas para que se moralize, estruture e crie uma carreira efetivamente estimuladora da presença no serviço público federal.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Temos ainda…

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Há quantos inscritos ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – São três os inscritos: Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Sarney e Senador Randolfe Rodrigues. E logo em seguida…

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu retiro minha inscrição, para ver se conseguimos votar essa matéria, até porque eu vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está se inscrevendo também o Senador Pedro Simon. Depois, colocamos em votação a matéria.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, quando começamos a debater essa matéria hoje, na Comissão de Justiça, se esperava que no decorrer dessa discussão, a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse tocada. Finalmente o Senador Jayme Campos, em boa hora, lembrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de gastos com pessoal para os três poderes, inclusive para o Ministério Público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada num período em que a prioridade do gestor era arrecadar. Para gastar não havia limites. Foi então que no ano de 2000, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 101, que no mês de maio deste ano completou quatorze anos de sua vigência.

E sem dúvida alguma foi um grande mecanismo para estabelecer freios à gastança, à irresponsabilidade administrativa que antes acontecia, já que não havia qualquer obrigatoriedade quanto ao limite de gastos em relação a pessoal. O limite era o céu. Aí se invertiam as prioridades, e ao invés do investimento na educação, na saúde, nas obras de infraestrutura, determinados gestores, para não dizer a maioria, preferiam efetuar os seus gastos sem pensar no futuro.

Então o Congresso Nacional agiu bem, e foi no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que na época era meu adversário, eu já era Senador aqui, e eu votei com responsabilidade na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E o fato de essa Emenda à Constituição ser aprovada nesta Comissão, vai sofrer, como eu disse, uma longa caminhada. No decorrer dessa trajetória, sem dúvida, outras ideias poderão surgir, inclusive da correção de distorções que existem em relação às chamadas carreiras do funcionalismo público, onde não apenas o Judiciário ou o Ministério Público sejam atendidos em suas reivindicações legítimas, mas outras tantas carreiras possam ser aquinhoadas de forma justa no debate que será travado aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados, onde a tramitação é muito mais demorada. Lá chegando matéria como esta, ela vai ter uma comissão especial para admissibilidade, depois tem a Comissão de Justiça, passa nas Comissões de Orçamento, de Assuntos Econômicos de lá. Quer dizer, é uma tramitação totalmente diferente da nossa. Inclusive, lá há uma Comissão que trata só de servidor público, de funcionário público.

Então, pela minha previsão – estou aqui há alguns anos, o povo de Sergipe teima em que colocar aqui, por três vezes fui reeleito consecutivamente –essa matéria, pelo teor de interesse que ela acarreta por parte das diversas carreiras do funcionalismo público, vai sofrer modificações na sua caminhada. Serão modificações que procurarão estender esses benefícios a reivindicações que vão surgir, como eu falei.

Para terminar, Sr. Presidente, o que eu queria assinalar é que, conforme disse o nosso Senador Romero Jucá, que foi um dos que apoiaram, na época de Fernando Henrique Cardoso, essa matéria, defendendo a sua aprovação, os percentuais estão definidos, o Poder Judiciário e o Ministério Público vão ter de se virar para fazer o corte, a fim de ter o benefício desses quinquênios, que poderão ocorrer, e não serão pagos de uma vez, mas em trinta e cinco anos. O quinquênio só pode ser reclamado por sete vezes. Sete vezes cinco, trinta e cinco. Então, em trinta e cinco anos, Senador Walter Pinheiro, é que essa gratificação atingirá um patamar maior, mas, daqui que um juiz chegue a trinta e cinco anos de serviço, depois de se dedicar de forma intensa no interior, depois na capital, resolvendo questões judiciais, ele estará recebendo, realmente, uma remuneração compatível com o trabalho que exerceu ao longo da sua vida, da sua carreira, e não desistirá do intento de continuar sendo juiz.

Por isso, devemos votar, Sr. Presidente – este é o pensamento do PSB aqui no Senado Federal – favoravelmente, aqui no plenário da Comissão de Justiça e também no plenário do Senado. É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, Senador José Sarney. O Sr.Relator pede a palavra, por favor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero informar, até por uma obrigação solidária e fraterna com um companheiro nosso, que Senador Humberto Costa acaba de perder seu pai. Ele saiu, apressadamente, da Comissão em virtude do falecimento do Sr. Manoel de Barros Lima. Em nome desta Presidência, quero prestar as mais sentidas condolências de todos os colegas Senadores. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB – AP) – Sr. Presidente, meus colegas Senadoras e Senadores, eu vou abordar a questão em debate sob um aspecto não somente da parte da remuneração, mas considerando um ponto mais alto. É que a Justiça é essencial à democracia. Desde os tempos da Carta do Rei João, no século XII, quando os direitos da dignidade humana procuraram uma maneira de que eles pudessem se tornar efetivos, foram nascendo as instituições que chegaram até hoje e que são representadas, significativamente, na participação do alto governo que é a democracia, com a democracia representativa.

Aquele tempo, no século XVI, quando o Parlamento realmente tomou esse aspecto de Parlamento moderno, houve uma discussão fundamental. E qual foi? É que, sem a Justiça, seria impossível a democracia. Ela faz parte estrutural do sistema criado do autogoverno. Então, prestigiar a Justiça, fortificá-la, dar-lhe condições de justa remuneração, de condições de independência, dos predicamentos da magistratura, como se diz, significa estarmos trabalhando pelo processo democrático. Nesse caso, temos de reconhecer que uma justa remuneração também faz parte de fortificar a democracia, fortificando a Justiça. Impressionou-me bastante, acendeu certa luz vermelha, os dados apresentados pelo Relator, sobre a evasão que estamos encontrando nos quadros do Judiciário. Sobretudo isso significa que estamos recolhendo, nessa área, recursos humanos já de menor qualidade, uma vez que eles, ao se desinteressarem, buscarão outras carreiras, deixando de ter a magistratura os atrativos que deve ter, além da manifestação vocacional, porque ser juiz é uma vocação que exige um sacrifício muito grande e pessoal. Portanto, acho que estamos discutindo aqui um fato que também diz respeito ás instituições.

Considero, por outro lado, também a necessidade de se discutir o que se refere às reivindicações das outras carreiras. Também, votarmos isso hoje, não significa que está encerrada a porta da negociação. Ela pode, até o contrário, ser o que disse o Senador Walter Pinheiro: "uma maneira de forçar essa negociação" que, nas vezes que tem sido buscada, não se manifestou.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu me manifesto no sentido de votarmos logo, continuando abertas as portas da negociação, que deve ser feita e, por outro lado, aprovando o parecer do nosso Relator, Presidente Vital do Rêgo.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Sarney, pela clareza e objetividade.

Agora, vamos ouvir o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, vou procurar também ser objetivo. Não há como se referir a essa Proposta de Emenda à Constituição sem antes fazer uma referência à Emenda Constitucional nº 19, de 2001, que produziu profunda reforma na estrutura das carreiras do serviço público, introduzindo subsídios em substituição às parcelas remuneratórias.

Nós temos essa Proposta de Emenda à Constituição 63, agora, que traz, que institui para a Magistratura e para o Ministério Público parcelas remuneratórias. Quero adiantar que o meu voto vai ser favorável a essa proposta, mas quero considerar aqui que é importante ouvirmos os apelos no sentido de que é necessário, a partir da apreciação dessa proposta de emenda à Constituição, termos, paralelamente a isso, um debate sobre a reestruturação das carreiras. Porque se abre aqui – a partir da aprovação pela CCJ e, por parte do Plenário do Senado, seguindo essa proposta para a Câmara – uma nova realidade para as chamadas carreiras de Estado do serviço público. Abre-se uma nova realidade porque nós – e é este o termo – subvertemos a realidade prevista pela antiga Emenda Constitucional nº 19, que institui os subsídios. Nós estamos restabelecendo a realidade das parcelas remuneratórias.

Eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que restabelecemos a realidade das parcelas remuneratórias – nesse caso específico – com justiça, porque sou da premissa de que carreiras do serviço público e algumas carreiras, em especial do serviço público, devem ser bem remuneradas.

Sr. Presidente, neste ano de 2014, o golpe de Estado de 1889, que deu luz à nossa República, completa um centenário e um jubileu de prata, 125 anos. Nós, 125 anos após a instituição da nossa República, nunca estivemos tão precisados – é este o termo – da instalação de uma República. E ninguém mais do que nós, que estamos – e não somos de uma classe, mas que estamos – numa classe política, sabemos da necessidade de República.

Entre os Poderes desta República – Executivo, Legislativo, Judiciário e incluo aí o Ministério Público –, é em nome do Ministério Público que encontro as razões para votar favoravelmente a essa Proposta de Emenda à Constituição porque tem sido, nos últimos anos, nos membros do Ministério Público que tenho encontrado razões para atuação mais próxima do ideal de República. Tem sido na atuação de membros do Ministério Público, nos últimos anos, que tenho visto a atuação do combate à corrupção, à dilapidação do Erário. Tenho visto a atuação inclusive intimidando o que nós, membros dessa chamada classe política, não temos feito.

Falo isto para concluir, Sr. Presidente: no meu Estado, uso como exemplo a atuação dos membros do Ministério Público do meu Estado, que têm combatido excessos de corrupção de membros da nossa classe política. Só na Assembleia Legislativa do meu Estado, têm sido R$18 milhões de utilizações de recursos para diárias de Deputados. Excessos descabidos, inaceitáveis, que desvirtuam a República.

Em nome desses últimos, porque eu acho que servidores desse nível honram o dever republicano – podem alguns arguir que essa é uma ação corporativa para votar –, em nome desses últimos servidores que honram a causa republicana, eu acho que servidores desse padrão devem e merecem ser mais bem remunerados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

Agora, como último orador inscrito, para depois entrarmos imediatamente em votação, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, não nego a V. Exª a dificuldade que eu tenho em abordar um projeto como este nessas circunstâncias.

Eu estava – e estou ainda – propenso à proposta do Líder do PT e levo a ele o meu abraço fraterno de solidariedade pela morte da sua mãe. Mas ele havia entrado…

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Do seu pai.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Pai, pai, pelo amor de Deus.

Mas ele havia entrado com uma proposta de fazer uma tentativa de entendimento nosso com a classe e com o próprio Poder Executivo.

Eu estava inclinado a essa proposta, porque entendo ser uma matéria de notável importância e significado. Mas acontece aquilo que o nobre Senador do PT da Bahia disse. Lamentavelmente, marcaram para quarta-feira passada, e houve um pedido de vista. Vamos nos reunir agora. Agora, o que vai acontecer? A mesma coisa, porque não se fez nada durante esse período.

Esta Casa tem duas maneiras de se comportar: ou guarda o projeto na gaveta por um ano, dois anos, três anos, ou vota em cima do laço. É uma coisa triste, mas o Senado é uma vergonha. Algumas coisas nós votamos em cima do laço por obrigatoriedade, como é o caso da medida provisória. Quando chega, ou se vota na hora, ou cai a medida provisória. Então, temos que votar naquela hora, naquele dia, a medida provisória, que é recebida num dia e votada no outro.

Um Senador, Presidente da Assembleia, teve a coragem de devolver a medida provisória para a Câmara, não aceitando porque faltavam 24 horas, e, em 24 horas, o Senado não tinha condições de votar.

Agora, Sr. Presidente, eu acho que, em relação a essa questão, todos que falaram tem um conteúdo profundo de razão – não há dúvida nesse sentido.

Eu lamento, meu querido Relator. V. Exª, com a capacidade que tem, com a competência que tem, poderia ter feito esse trabalho. V. Exª estava na ânsia de votar correndo, e eu o respeito, porque, se os nossos gabinetes estavam cheios de gente, imagino o seu. Mas V. Exª poderia ter feito esse trabalho.

Eu não sei ainda qual é o ponto de vista do Governo. O que pensa o Governo? O Líder do PT se manifestou contra. O Líder do Governo não apareceu até agora aqui. Senadores ilustres do PT, como o querido Senador da Bahia, se manifestaram a favor. Então, nós não sabemos o pensamento da Presidente da República e do Governo, nem a ideia nesse sentido nós não temos.

Esse é o tipo de matéria sobre a qual deveria haver um debate mais profundo.

Eu vejo, com o maior respeito, a magistratura, os procuradores, principalmente os do meu Estado do Rio Grande do Sul, que, modéstia à parte, respeitando os demais, são padrão de seriedade, de dignidade e de respeito ao longo de toda a sua história. Agora, deveria haver um debate, deveria haver uma discussão sobre essa matéria, devido à sua complexidade.

Eu acho profundamente estranho o posicionamento da Presidência da República. Nós estamos num ano eleitoral, e, como estamos num ano eleitoral, a Presidente não quer se meter num assunto que não dá voto e pode até tirar voto. Mas a Presidente da República tinha que manifestar o seu pensamento, a sua palavra, o seu sentimento. O Líder do Governo tinha que estar aqui para dizer o que ele está pensando.

Os argumentos apresentados pelos Srs. Desembargadores é absolutamente correto – não discuto nada nesse sentido. É verdade que falaram comigo sobre a diferença entre eles e um juiz que assume o cargo. Quando um juiz entra, três, quatro anos depois, lá pelas tantas, está ganhando igual a eles, que estão em fim de carreira. Então, eles têm que ir mais para cima. Eu mexi com eles, dizendo: "Mas também nós podíamos vir para baixo". Se ele está correndo muito depressa, seria o caso de ir mais devagar. Seria uma fórmula lógica.

Quando eu fui Governador do Rio Grande do Sul, eu mandei um projeto para a Assembleia que foi aprovado. Ninguém, no Rio Grande do Sul, pode ganhar mais de 20 salários mínimos. Foi aprovado e está em vigor. Lá na Assembleia está em vigor. Mas os penduricalhos – a lei é minha, hoje é o seguinte: o fixo não pode ser mais que 20 salários – vale à vontade, aconteça o que acontecer.

Vamos falar com toda a sinceridade, nós estamos aqui com essa assistência ilustre. Vejo meus companheiros e colegas do Rio Grande do Sul, da maior respeitabilidade, da maior seriedade, da maior compenetração, mas nós desculpe-me o Relator, tínhamos que ter tido a obrigação de conversar com eles, de fazer essa discussão, este debate: é essa a fórmula? Tem outra fórmula? O que vai acontecer?

Eu voto a favor aqui. Não sei como vai ser o meu voto em Plenário. Não quero apenas que essa questão morra aqui, acho que ela tem de ir ao Plenário. E o Plenário que discuta.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como último orador, pediu a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu votarei a favor desta matéria, nesta Comissão, porque não tenho dúvida de que a carreira está achatada pela horizontalidade, pela falta de mecanismos de promoção dos magistrados mais antigos. E esse é um fator de desmotivação. Esse é um fator de evasão de magistrados na carreira, como é também a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

Quando a aposentadoria compulsória foi instituída na Constituição de 1934, estabeleceu, no momento em que a idade média do brasileiro não chegava a 40 anos, o teto de 75 anos. Esse foi o primeiro limite de aposentadoria compulsória, na Constituição de 1934. E estabeleceu apenas para o Poder Judiciário, 75 anos, em 1934, quando a expectativa de vida não chegava a 40 anos.

Hoje, a expectativa de vida supera 70 anos, e nós mantemos a expulsória aos 70 anos, com que perdemos boa parte da melhor massa crítica deste País, seja do Judiciário, desde o Supremo até os Tribunais, seja do Banco Central e dos outros bancos estatais, seja do Itamaraty. E essa é uma questão que tem que ser tratada pelo Congresso. Aliás, já aprovamos no Senado a expulsória aos 75 anos, aprovando projeto do ilustre Senador Pedro Jorge Simon. Esse projeto está nas gavetas da Câmara, como tantos outros que aprovamos aqui.

Mas nós precisamos resolver outro problema sério, que é o problema dos precatórios. Os Estados estão afogados pela exigência de pagamento de precatórios. O Ministro Nelson Jobim foi o autor de um mecanismo que desafogava os Estados.

Evidentemente que esse projeto cria um custo financeiro para os Estados da Federação. Um custo que não sabemos ainda qual será seu montante. E nós precisamos saber qual vai ser a repercussão da aprovação e da entrada em vigor desta Emenda Constitucional no duodécimo do Judiciário.

Portanto, Sr. Presidente, não tendo sido acatada a proposta do ilustre Senador Humberto Costa, a quem quero prestar minha solidariedade neste momento de tristeza, de darmos um tempo para proceder à votação

dessa matéria, votarei a favor, mas vou fazer uma pesquisa junto ao Governo do meu Estado, já que sou representante de Estado, para saber as repercussões que esta emenda terá no duodécimo constitucional, para saber as repercussões que terá na Fazenda estadual. Eu me reservarei a adotar outra posição se tiver os dados que até hoje não tive. O Senador Pedro Simon falou bem: os governos federal e estadual deveriam nos informar a respeito das repercussões desse projeto.

Eu não recebi nenhuma informação. Não sei se algum dos Srs. Senadores recebeu informação. O único que se manifestou nesse sentido foi o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Então, voto a favor hoje. Poderei rever o voto em plenário, de acordo com as informações fiscais que eu venha a receber do meu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação a matéria.

Em votação o relatório, favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, em contrário à Emenda nº 2.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam…

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, não seria votada a solicitação do Líder do PT?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A solicitação do Senador Humberto não chegou à mesa e ela tem que ser formalizada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, se me permite falar sobre isso…

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Antes de o Senador Humberto sair, nós conversamos a respeito. Nós estamos entendendo, temos uma posição clara aqui a respeito da matéria. Externamos isso desde o início dos debates. Achamos que há mérito na reivindicação, mas discordamos da forma como está sendo encaminhada pela repercussão que ela traz ao País, e vai trazer com certeza a outras categorias.

Nós conversamos aqui com o Senador Humberto, e me parece que há uma tendência muito grande desta Comissão em querer aprovar a matéria hoje. Então, não vamos subscrever. Eu não vou subscrever o requerimento do Senador Humberto para adiamento. Nós vamos votar, nós vamos demarcar a nossa posição aqui.

Penso que, assim como há um entendimento de votar a matéria aqui, há também dúvidas sobre o conteúdo e a forma dessa matéria. Vários Senadores se posicionaram nesse sentido, inclusive dizendo que podem rever os seus votos no plenário da Casa, no processo de discussão. E penso que nós temos que aprofundar essa discussão.

Se é verdade que temos que construir uma alternativa e uma solução para o Poder Judiciário e para o Ministério Público, estou de acordo com isso. Nós não podemos fazer com que essa alternativa construída acabe implicando em problemas e situações que depois não vamos poder responder à altura para outras categorias em outras situações que impactem junto ao funcionalismo público.

Então, queria dizer que nós não vamos subscrever o requerimento. V. Exª vai colocar em votação a matéria. A nossa posição é contrária a essa matéria, quero deixar aqui registrado, embora pense que no decorrer dos debates nós possamos encontrar uma alternativa ao que está sendo proposto hoje aqui, para que possamos corrigir essa situação da carreira do Poder Judiciário e do Ministério Público, sem afetar outras situações.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Gleisi.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Eduardo Suplicy, Senadora Gleisi, Senador Armando Monteiro e do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai ao Plenário.

Agora, os senhores magistrados aqui presentes podem se manifestar.

Eu devolvo a presidência dos trabalhos para o Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero manifestar o apoio do Senador Dornelles, que acabou de me ligar se dizendo solidário à proposta.

A Senadora Lúcia Vânia pediu a retirada do Item 2 da pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2008
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: *Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com duas emendas que apresenta.*
Relatoria*: Senadora Lúcia Vânia*.)

O Item 3 da pauta, não terminativo. O Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 2010
– Não terminativo –

Dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências.
Autoria: Deputado José Eduardo Cardozo
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou aguardar, Sr. Presidente, que a normalidade dos trabalhos retorne para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Com a palavra, V. Exª. Estamos mais calmos agora aqui…

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a V. Exª mais prazo…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mais prazo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mais prazo para que eu possa apresentar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido a V. Exª.

Eu tenho um compromisso com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, fizemos ontem esse compromisso, para dar uma revisada na próxima pauta, que será assim: V. Exª retira para reexame e vamos ver, o Senador Aloysio ficou de me propor algumas sugestões; pedi também ao Senador Humberto, peço à Senadora Gleisi; nós vamos fazer uma revisão na pauta esta semana.

O Senador Moka quer fazer o item 24, é matéria absolutamente tranquila.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu discordo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela é muito tranquila.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu discordo. Eu discordo, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É não terminativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas eu discordo, porque eu pedi no início da reunião a inversão de pauta e não fui atendido. Então, daqui para frente, não vou concordar mais com inversão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está bom.

Então, solicitada a inversão, discordância…

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O próximo relator presente é o Senador Ricardo Ferraço, do item 6 da pauta. V. Exª está presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Moka, estou aguardando há um ano e meio para relatar esta matéria que vou relatar agora.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou lhe agradecendo a informação, Senador Ricardo Ferraço. Não estou fazendo nenhum tipo de… Eu lhe agradeço a informação. Porque, se eu soubesse que V. Exª tinha pedido a inversão e que havia sido rejeitada, eu não faria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na verdade, V. Exª não estava presente aqui ainda quando solicitamos essa inversão, inclusive após a votação do item 1.

Sr. Presidente, o item 6 já foi por mim relatado, está em vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor me permite, até por uma necessidade de documentar o registro, vou fazê-lo para efeito de ata.

Item 6, está à p. 108. É o último item da pauta. Matéria não terminativa. Não temos quórum para decisões terminativas.

ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2007
– Não terminativo –

Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.

Autoria: Senador Almeida Lima

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2009
– Não terminativo –

Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário à PEC nº 56, de 2009 e favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 14/05/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria é não terminativa, há também matéria de autoria do Senador Crivella a esse respeito. O Senador Almeida Lima foi o primeiro relator, hoje o Senador Ricardo Ferraço, que apresentou seu relatório, favorável à PEC nº 53, de 2007, na forma de um substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Ferraço, se S. Exª tem mais alguma informação a aduzir ao seu relatório. Concedo a palavra a S. Exª, senão vamos a voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu já relatei essa matéria de maneira dedicada. É um tema que tem frequentado a nossa agenda assiduamente; há mais de um ano e meio que estamos aguardando por essa votação. Portanto, entendo que o relatório está feito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria pedir um esclarecimento ao Senador Ricardo Ferraço. Aliás, fui ali para fazer isso.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – PMDB e PCdoB estão discutindo ideologia para estas eleições próximas, Lobão e Inácio. Por favor…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E estão animados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estão animados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria fazer uma consulta ao Senador Ricardo Ferraço porque esse é um tema que eu acompanhei um pouco quando Ministra-Chefe da Casa Civil,

não em detalhes, mas acompanhei o esforço que o Ministério do Planejamento e o Senador Ricardo Ferraço fizeram para chegar a um entendimento sobre terrenos de marinha e que, se eu não me engano, resultou em projeto de lei que foi encaminhado e está tramitando na Câmara. Eu sei que esse projeto está com dificuldades, não andou como deveria andar.

Mas eu queria perguntar ao Senador Ricardo Ferraço: como havia acordo naquele texto – pelo menos é a informação que eu tinha por parte do Governo –, se não pode aquele texto ser o substitutivo apresentado a esta matéria que vamos discutir aqui. Isso facilitaria muito, já que V. Exª conversou com a Ministra do Planejamento, com os órgãos técnicos. Sei do apreço, sei da dedicação de V. Exª nessa matéria, mas como há essa informação, eu gostaria de perguntar a V. Exª como está o andamento daquele acordo ou daquele processo fechado com o Poder Executivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Gleisi, por falta de vontade política, esse projeto cujo debate deveria ter sido concluído, a sua deliberação, no mês de dezembro de 2013 – estamos no mês de junho de 2014 – praticamente ainda não saiu da Câmara.

A proposta que eu queria fazer…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – (*Fora do microfone.*) Mas por culpa do Governo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por falta de vontade política na deliberação desse projeto. Foi constituída uma comissão especial, que não anda. Esse projeto não é terminativo. O fato de votarmos aqui não significa dizer que, em algum momento, não vá caminhar para alguma convergência. Ele tem que ir a Plenário. A minha proposta é que pudéssemos dar esse passo, na expectativa de que a Câmara ande. Se a câmara não andar, andamos nós. É a proposta de acordo que eu quero fazer a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Senador, eu não tenho oposição a isso. Eu queria só ter um entendimento com V. Exª. Então, que pudéssemos, mesmo aprovando esta matéria aqui, ter um prazo para, antes de ir ao Plenário, independente da situação da Câmara – porque eu acho que na Câmara nós não temos governabilidade – sentarmos, com aquele projeto que foi fruto do acordo e que, de repente, pode ser um substitutivo de plenário, para avançarmos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A proposta que faço a V. Exª é que possamos dar esse passo, aprovar nesta Comissão, e, para Plenário, nós trabalharíamos. E tem o meu compromisso de construção de um entendimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, está ótimo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É o apelo que faço a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria…

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Pedro Taques; depois, Senador Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, se há um Estado que está longe do terreno de marinha, não da Marinha, é o Estado de Mato Grosso. Está longe. Mas aqui…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*) Até a Guerra do Paraguai.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Até a Guerra do Paraguai, em razão disso, quando um governador da província foi sequestrado ali, em Assunção, em 1864.

Muito bem, Senador Aloysio, vou votar favoravelmente a este projeto. Li o relatório. Entendo que ele resolve a chamada insegurança jurídica que cai aqui. Esse instituto, como a enfiteuse, como a eleição de cabecel, como o laudêmio, surgem no século XIV. Nós estamos em um momento azado para resolver isso.

Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Como o laudêmio está muito longe, eu sugiro a V. Exª, Senador Pedro Taques… Laudemio é, inclusive, é um dos melhores azeites produzidos no mundo. V. Exª o encontrará, inclusive, aqui em Brasília. É italiano.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – (*Fora do microfone.*) E a eleição de cabecel?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT) – Aí, meu irmão, não é para mim.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de aqui registrar a palavra da Secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, que ainda ontem, mas só à noite, encaminhou o parecer do assessor Jorge Arzabe, que, consubstanciado em mais de dez páginas e 60 itens, na

conclusão diz que, diante do exposto, não há como posicionar-se senão de forma contrária à aprovação da PEC em exame, pela sua potencialidade de agravar conflitos de uso e de desestruturar ecossistemas litorâneos frágeis, dificultando a tarefa de harmonizar os interesses públicos e particulares relacionados a essas áreas, e pela necessidade da gestão responsável do patrimônio coletivo.

Eu aqui vou encaminhar, Senador Ricardo Ferraço, a V. Exª essa reflexão, o conteúdo inteiro do trabalho, porque acredito…

Peço a gentileza, Sr. Presidente, de encaminhar a todos os Senadores desta Comissão esse documento, inclusive para mim, porque vou deixar a minha cópia em mãos do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E, com esse entendimento de que até a votação em Plenário possamos levar em consideração estes aspectos aqui colocados e para um eventual aperfeiçoamento da proposição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ok.

Senador Aloysio? Não, não.

Em votação o relatório favorável à PEC 53, de 2007, na forma do substitutivo apresentado, e contrário à PEC 56, de 2009.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aprovada, a matéria passa a constituir o parecer da Comissão favorável à PEC 53, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 da CCJ, substitutivo, portanto, e contrário à PEC 56, de 2009.

As matérias vão ao Plenário.

Senador Aloysio, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente…

Opa!

Por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, só para registrar que eu me abstive na votação anterior. Eu queria registrar minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Está registrado, Senadora Gleisi.

Senador Aloysio, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não pedi nenhum, há muito tempo não faço pedido de vista de preferência. Vou fazer agora, para votarmos agora o item 24.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aí o senhor tem que pedir a preferência…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Aí encerramos o trabalho de hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente, eu que me manifestei contrariamente, pedindo as minhas escusas ao Senador Moka, voto agora favoravelmente como militante dessa inversão de pauta e com entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, mas deixa-me dizer. Eu vou dizer a V. Exª só uma coisa…

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – … um minutinho: os outros itens da pauta, até o item 23, aliás, até o item 22, são terminativos. Então, Senador Ricardo Ferraço, não fique com tanta dor e consciência, porque esses itens não poderiam ser apreciados.

V. Exª fez uma concessão em um item, que é o item 23. Então, vamos para o item 24, que é o item pleiteado pelo Senador Edson.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, ainda assim, é uma concessão que vale a pena ser considerada, Presidente. (*Risos.*)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não esquecendo que o meu é o último, hein?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quem pediu pela ordem? Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, como foi aberto o prazo de concessões de preferência, vou pedir mais uma: solicito preferência para o item 29 e 34, que são o mesmo tema e peço preferência para votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aí vamos submeter ao Plenário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu queria propor a esta Comissão, eu queria propor a esta Comissão, até para a gente… Nós fizemos um acordo aqui, antes do Senador Vital do Rêgo sair, porque havia um pedido de preferência numa votação de uma matéria: votamos uma PEC e votaríamos mais uma matéria.

Eu sugeriria ao Plenário que, uma vez votado este item…

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – (*Fora do microfone.*) … e aqui é um terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas precisa ver se tem acordo com o Plenário.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Totalmente de acordo, ele faz parte de um conjunto de 16 que foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, acordo no Plenário. Pode ser até acordo com 16, mas quero saber se há alguma manifestação contrária. Porque isso é feito antes e, se houver qualquer manifestação contrária, Senador Lobão…

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não, não há…

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas eu quero consultar o Plenário…

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar.

Sr. Presidente, não há problema em votar o item 24 e o item 33. Os demais itens colocados aqui, inclusive pelo Senador Randolfe, não há acordo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pronto.

Então, o Plenário concorda com a votação dos dois itens, o item 24 e o item 33? O.k.? (*Pausa.*)

Então, vamos para a votação do item 24. E, após a votação do item 33, vamos encerrar esta reunião.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara… Não, espera aí. Perdão, perdão.

O nosso relator não foi devidamente convocado para relatar. Portanto, é a primeira vez que ele apresenta o seu relatório.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2011
– Não terminativo –

Autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a alienar, por meio de doação, imóvel à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.
Autoria*: Presidente da República*
Relatoria*: Senador Waldemir Moka*

Com a palavra o Relator, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer ao Senador Ricardo Ferraço que a minha observação era em agradecimento, não era de forma nenhuma nenhum tipo de… Porque eu não sabia que ele havia só pedido antes. Até porque tenho um respeito muito grande por S. Exª.

O relatório, Sr. Presidente, é:

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 136, de 2011, de autoria do Presidente da República, que autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados a alienar, mediante doação um área de 10,151 hectares à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Durante sua tramitação inicial na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada, sem apresentação de emendas, nas Comissões de Educação e Cultura, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Já aqui no Senado Federal, a matéria foi despachada exclusivamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Portanto, é nossa tarefa avaliar o mérito da proposição, além, é claro, de seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Sr. Presidente, vamos ao voto.

Tudo o que está acontecendo é simplesmente tornar legal a área da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul com a aquiescência da Universidade Federal da Grande Dourados.

O voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Muito bem, Senador Moka.

Coloco em discussão a matéria.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável da Comissão ao projeto.

A matéria vai ao Plenário, Senador Moka.

Próximo item da pauta.

ITEM 33
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2013
– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria pedir urgência para isso.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E eu quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Em votação a urgência solicitada pelo Senador Moka, com o apoiamento do Senador Edison Lobão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovada.

A matéria vai com urgência a Plenário.

Item 33.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2013, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbro nenhum obstáculo à aprovação do projeto em epígrafe, meritório por buscar qualidade e celeridade na prestação jurisdicional daquele Tribunal.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 78.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório apresentado pelo Senador Lobão Filho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Gostaria de pedir que em regime de urgência ela fosse encaminhada ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Em votação a solicitação do Senador Edison Lobão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto urgência aprovada.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A questão de ordem, Presidente, arguindo o art. 403 combinado com o art. 163 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

Art. 163. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, observada a sequência.

Ocorre, Presidente, que o projeto de lei de minha autoria, ou melhor, a Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, a PEC nº 14, de 2013, que tem como relator S. Exª o Senador José Sarney se encontra há algum tempo na ordem do dia, sob o Item 29.

Então, já que votamos algumas matérias no dia de hoje, queria solicitar de V. Exª que esta matéria, observado o art. 163 do Regimento Interno, avançasse na ordem do dia para a devida apreciação.

É a questão de ordem que apresento à Mesa, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A questão de V. Exª tem amparo regimental, mas caberá exatamente à Mesa Diretora desta Comissão fazer a leitura dessa ordem de prioridade. Se cumpridos todos os trâmites regimentais, obviamente V. Exª será atendido.

Portanto encaminho essa solicitação para que a Mesa tome as providências.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 17/2014-CE, de autoria do Senhor Senador Inácio Arruda, destinado a realizar a Audiência Pública para **instruir o Projeto de Lei do Senado nº 30 de 2014, que** "**Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul**". Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Senhor Contra Almirante Marcos Silva Rodrigues, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Capitão de Mar e Guerra Antonio José Teixeira, Assessor da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Senhor Capitão de Mar e Guerra Camilo de Lellis de Souza, Assessor Especializado de Mentalidade Marítima (PROMAR); Senhor Capitão de Mar e Guerra Áthila de Faria Oliveira, Secretário-Adjunto; Senhora Capitã de Mar e Guerra Marise Silva Carneiro, Subsecretária para o Plano Setorial para os Recursos do Mar; Senhora Capitã de Corveta Ana Lúcia Oliveira Costalunga, Encarregada da Divisão de Recursos Humanos em Ciências do Mar; Senhora Capitã de Corveta Rachael Machado Calaço, Assistente do Secretário; e Senhor Capitão de Fragata Sérgio Tadeu Leão Rosário, Assessor Parlamentar da Marinha no Senado. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin e Cyro Miranda. Após as considerações finais do expositor, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 17, de 2014, da Comissão de Educação, de autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, para a realização de audiência pública, destinada a instruir o PLS nº 30, de 2014, que institui o Dia Nacional da Amazônia Azul, de autoria do Exmo Sr. Senador Benedito de Lira.

Convido para tomar assento à Mesa o Contra-Almirante Silva Rodrigues.

Peço à Senadora Vanessa Grazziotin que o acompanhe, por gentileza. *(Pausa.)*

Gostaria de registrar também e agradecer as presença do Sr. Capitão de Mar e Guerra Antônio José Teixeira, Assessor de Comissão Interministerial para Recursos do Mar; Capitão de Mar e Guerra Camilo de Lelis de Souza, Assessoria Especializada de Mentalidade Marítima (Promar); Capitão de Mar e Guerra Átila de Faria Oliveira, Secretário Adjunto; Capitão de Mar e Guerra Marise Silva Carneiro, Subsecretária para Plano Setorial para Recursos do Mar; Capitão de Corveta Ana Lúcia Oliveira Costalunga, encarregada da Divisão de Recursos Humanos em Ciências do Mar e Capitão de Corveta Raquel Machado Calaço, assistente de Secretário.

É um prazer, Sr. Almirante, recebê-lo aqui. Depois de uma conversa tão proveitosa que tivemos, parece que já sou um velho conhecido seu. Não vamos falar "velho", um antigo conhecido seu.

Gostaria dizer também que o Júlio Linhares, me representou em visita ao submarino nuclear da Marinha, pois, naquele momento, eu não pude ir. Mas eu ainda gostaria muito de conhecer o projeto do submarino nuclear da Marinha. O Júlio voltou encantado. Disse-me que eu não poderia perder essa oportunidade. Então, espero que esse convite se renove para que eu tenha a oportunidade de conhecer o submarino e, inclusive, de estar em contato com V. Sªs no Rio de Janeiro.

Dando início a esta audiência pública, passo a palavra, com muito prazer, pelo tempo que julgar necessário, para que o senhor fale um pouquinho, e que nós tomemos conhecimento deste projeto que institui o Dia Nacional da Amazônia Azul, aproveitando que estamos interagindo com a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, com nossos convidados e ouvintes, também, pela internet pela www.senado.gov.br/tvcanal2.

Então, sinta-se à vontade, sinta-se em casa, Almirante.

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Obrigado, Senador Cyro, Senadora Vanessa.

Sou um carioca que, hoje, estou mais para o interior do que para o litoral, mas, aqui, venho defender o mar.

Mas por que, hoje, eu me sinto muito do interior? Porque certa vez, 15 anos atrás, um amigo me falou que a redenção do Brasil viria pelo interior do País. Eu vim a descobrir, em uma viagem que fiz daqui de Brasília para Caldas Novas, como é fantástico o Estado do senhor, o Goiás.

Eu vi campos e campos plantados, vi uma economia pujante e conheci a capital de Goiás, Goiânia. Lá, senti o acolhimento do povo goiano, e descobrimos que temos um grande amigo em comum, um grande brasileiro. E, como tenho muitos amigos de Goiânia e do próprio Goiás, de Anápolis, eu tenho, hoje, uma admiração muito grande pelo Estado de Goiás.

Sinto-me muito honrado de estar, aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte porque a redenção do País virá pela educação e, se Deus quiser, o povo brasileiro vai tomar conhecimento.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, no Senado Federal, de poder falar de um projeto que a Marinha está capitaneando, um projeto extremamente importante, digo que não é um projeto da Marinha, mas que é um projeto do Estado brasileiro, em que nós vamos falar sobre a Amazônia Azul e sobre o Oceano Brasil, que, na verdade, significam a mesma coisa.

E por que Amazônia Azul, Senador? O termo foi cunhado pela Marinha porque nós ouvíamos muito, na política, o Governo falar da questão da Amazônia Verde. Em determinado momento, o Almirante Guimarães Carvalho, que era o Comandante da Marinha, levantou-se e disse assim: "Senhores, senhoras, nós hoje falamos muito da Amazônia, da preocupação, das cobiças internacionais que ocorrem, mas nós temos uma Amazônia do mesmo tamanho que está esquecida. E esta Amazônia chama-se Amazônia Azul, que é o nosso Oceano Brasil".

E o importante – e nós estamos aqui para mostrar para os senhores – é a questão de que hoje, dentro da consciência coletiva da sociedade brasileira, o nosso povo olha para o nosso Oceano Brasil, para a nossa Amazônia Azul de uma forma muito lúdica, de uma forma de apreciar o belo, de olhar em termos de esportes náuticos, de olhar em termos de pescaria, de divertimento – alguns ainda pensam no fator econômico da pesca –, de olhar em termos de surfe, da questão do esporte radical, de olhar então todo esse contexto de uma forma muito bela, que realmente existe. Mas o que nós queremos mostrar – e por isso é que estamos muito preocupados em falar, ressaltar e marcar a presença – é que o nosso Oceano Brasil ou a nossa Amazônia Azul

é muito mais do que esse lado lúdico dessa parte de esporte. Existe todo outro contexto, todo um viés que nós precisamos olhar e ver. E essa é uma preocupação que a Marinha tem desde 1974, quando foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que tinha o propósito de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar. O Coordenador é o Comandante da Marinha, como autoridade marítima, e eu sou o Secretário Executivo, que faz a parte executiva.

Senhores, nós começamos a falar efetivamente, o mundo começou a falar efetivamente que os oceanos tinham que ser tratados de uma forma conjunta e falávamos em uso compartilhado, agora na Rio+20, quando o mundo, a sociedade internacional percebeu que o oceano internacional, os mares teriam que ser vistos de uma forma integral, de uma sinergia entre as várias vertentes das atividades humanas. Mas nós, do Brasil, desde 1974, quando foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, fazemos esse trabalho conjunto. E essa comissão ocorre lá no Comando da Marinha e trabalha com 17 Ministérios. Senhores, é um trabalho exitoso, é um trabalho que envolve, por exemplo, buscar o consenso em determinados assuntos, com o Ministério das Minas e Energia, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Um alerta que eu queria colocar para os senhores: o mundo hoje já está detendo a tecnologia para exploração não só em águas mais rasas, mas em águas profundas. E os senhores podem ter certeza de que as riquezas que nós temos no continente terra, nós também temos na nossa plataforma continental ou na nossa Amazônia Azul.

Então, na verdade, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que foi criada desde 1974, tem uma Secretaria, que é a Secirm, de que eu sou o Secretário Executivo, que faz a parte executiva dos programas e projetos que são decididos pelo plenário da comissão, por consenso, com todos os Ministérios.

Nós temos quatro grandes macroprojetos: o Leplac – Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira –, que faz o levantamento da plataforma continental ou, em última análise, delimita o que é o nosso Oceano Brasil, o que é a nossa Amazônia Azul, onde o Brasil tem soberania para exploração econômica; o Plano Setorial para os Recursos do Mar, que vai trabalhar com uma gama imensa de atividades de educação, que é a formação da ciência do mar, projetos ambientais, projetos de exploração, de levantamento de materiais ou minerais na plataforma continental; o Gi-Gerco – Gerenciameneto Costeiro –, que faz a parte de recursos costeiros; e o Programa Antártico Brasileiro.

Mais importante é ressaltar para os senhores o que é o mar para o Brasil. E aí eu me reporto, lá no início, que nós fomos descobertos pelo mar. Nós estamos mostrando a importância do mar, que representa não só na história, como está presente e vai representar no futuro também para toda a sociedade.

Então, nós tivemos as invasões... As invasões que o Brasil teve vieram pelo mar. As lutas de independência, a consolidação deste Brasil grande, deste Brasil continente foi possível porque tínhamos uma Marinha e um canal de transporte, que era o mar.

Senhores, se pensarmos na nossa América do Sul, vamos ver que a América espanhola se subdividiu em vários outros países e que a América portuguesa ficou única, ficou um continente, o nosso grande Brasil, de que até hoje temos orgulho. Por quê? Porque tivemos uma Marinha, tivemos um mar, tivemos um canal. Aquelas províncias que queriam se tornar independentes foram bloqueadas pelas nossas marinhas, que trouxeram também as nossas tropas, para que não se permitisse que essas províncias se tornassem independentes.

Isso, em última análise, representa um futuro, um legado que estamos dando para os nossos filhos, para os nossos netos, para os nossos bisnetos, porque mantivemos a integridade do Brasil continente. Isso foi possível por quê? Porque tínhamos o mar como elemento de integração, como elemento coercitivo, para que aquelas tropas, aquelas províncias não se tornassem independentes.

Outro aspecto que todos os senhores sabem: a produção de petróleo e gás natural na Amazônia Azul é extremamente importante e está se tornando cada vez mais importante.

Se pensarmos hoje que o petróleo que há na Amazônia Azul é um petróleo protegido, é um petróleo que pode ser retirado e que pode ser levado, por exemplo, para os Estados Unidos, se for o caso, se houver necessidade, pela costa, quer dizer, não precisa atravessar os oceanos. Então, isso tudo nos leva a ter a dimensão da importância econômica que representa a nossa Amazônia Azul.

Se pensarmos que hoje temos uma produção nacional de 2,1 milhões de barris/dia e de 82 milhões de metros cúbicos de gás natural, e que 91% dessa produção de petróleo e 72% da produção de gás natural foram explotados de 765 poços marítimos... Setecentos e sessenta e cinco poços marítimos! Quem navega ali por Santos, pelo Espírito Santo não vê nunca a noite, porque são muitos poços, que mantém a noite clara. Isso representa o quê? Representa riqueza, poder, posição estratégica do Brasil.

Nós temos uma produção de petróleo na Bacia do Pré-Sal, que atinge hoje 346 mil barris/dia e que corresponde a 16,4% da produção diária nacional, e as suas reservas são estimadas em 35 bilhões de barris. Já há campos com prospecção a 150 milhas da costa. Isso representa 300 quilômetros.

Então, nós não podemos também analisar que essas pesquisas e isto que está ocorrendo, essa exploração de petróleo, só dão origem à riqueza do petróleo. Não, senhores, com isso há, também, desenvolvimento de tecnologia, ganhos de produtividade, ganhos de equipamentos, que vamos descobrindo.

E esse projeto de petróleo não é um projeto recente, é um projeto que a nossa Petrobras já realiza, há quase 25, 30 anos. Então, na verdade, isso é uma política de Estado.

Se pensarmos, também, em termos de comércio exterior brasileiro, 95% do nosso comércio são transacionados por via marítima. Se olharmos a atuação da Marinha nestes 8,5 mil quilômetros de costa, nós temos 100 portos, 37 marítimos, 63 fluviais, 128 terminais privados, sendo 99 marítimos. Nós fizemos o embarque e o desembarque de 930 milhões de toneladas de carga.

Então, senhores, o que estou querendo mostrar é o aspecto histórico: que o Brasil hoje é um continente pela nossa Amazônia Azul, que o Brasil sofreu as invasões pela Amazônia Azul, que nós temos uma riqueza muito grande em termos de petróleo. E vamos descobrir que a nossa Amazônia Azul, em termos de definição, é um espaço marítimo brasileiro com dimensões superiores à metade do território terrestre, com recursos naturais incalculáveis e com uma biodiversidade maior do que a da Amazônia Verde.

Senhores, os Estados Unidos hoje têm 300 patentes na área de biodiversidade; o Brasil têm cerca de dez. E estão descobrindo, no nosso oceano, na nossa Amazônia Azul, remédios para combater o câncer. Então, existe uma exploração, um potencial, que temos na nossa Amazônia Azul, que temos que saber e temos que buscar e realmente conscientizar a população brasileira dessa importância da Amazônia Azul, de mantermos uma parte educacional lá, de mantermos pesquisa lá, de mantermos e protegermos esta Amazônia Azul, porque isso tudo é um legado que estamos deixando para os nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos.

E o que é a Amazônia Azul? Pela Convenção dos Direitos Humanos, a gente pode pensar assim: "Olha, quando acaba o continente, afunda para as fossas abissais". Na verdade, não ocorre isso. Existe uma continuação do nosso continente que é chamada de plataforma continental.

A soberania total que o Estado brasileiro exerce, pela Convenção dos Direitos Humanos, hoje, é só cerca de 200 milhas, que dá aproximadamente de 22 quilômetros, que chamamos de mar territorial. Nesse pedaço, o Brasil exerce total soberania. Mas existe uma zona contígua, que são mais 12 milhas, em que temos uma soberania relativa. Mas, seguindo isso, se o Estado brasileiro conseguir provar que, além das 200 milhas, existe a continuação da plataforma continental, nós podemos manter a soberania econômica para explotação nessa área.

Então, na verdade, explicando de uma forma melhor: soberania total sobre o mar territorial, 12 milhas. Uma certa soberania sobre os outros 22 quilômetros, que nós chamamos de zona contígua. E nós temos uma soberania econômica até 188 milhas, que perfazem o total de 200 milhas. É a tal famosa 200 milhas da década de 70. Mas da zona contígua até as 200 milhas, nós temos a soberania, ou zona econômica exclusiva, para a gente explorar.

Agora, se o Estado nacional, como o Brasil, provar que a nossa plataforma continental, que é a continuação do nosso continente debaixo d'água, se estende a mais de 150 milhas, de forma bem sucinta, nós podemos absorver esta área aqui, que é chamada de plataforma continental, à nossa soberania como zona econômica exclusiva brasileira. E isso é feito por intermédio da Marinha e é feito por intermédio do nosso programa desenvolvido na Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, que é o chamado Levantamento da Plataforma Continental.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E isso tem limite de extensão?

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Tem. Basicamente, até 350 milhas da costa...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, eu digo do alto-mar. Comprovando-se, você não tem limite?

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Não, tem sim. No máximo, em até 350 milhas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Depois das 200?

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Não; 150 depois das 200, totalizando 350.

Esta área aqui é chamada de área internacional, que pertence à ONU, teoricamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Da área internacional? A área internacional seria após as 350 milhas, daqui para lá, essa área.

Para essa área aí já existe também um projeto, um programa desenvolvido na CIRM –Comissão Interministerial para os Recursos do Mar –, em que, se o Estado nacional provar que tem condições de explorar, pode explorar – explorar em sentido de pesquisa – os códigos internacionais já aprovados na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, que é o código da crosta cobaltífera, o código dos sulfetos polimetálicos e dos nódulos polimetálicos.

O Brasil, e é importante falar, em frente ao Rio Grande existe uma elevação, chamada de elevação de Rio Grande, que está acerca de 1,5 mil quilômetros da costa brasileira. Nós solicitamos à Isba e vai ser julgada agora, em julho, uma área de 3 mil quilômetros quadrados para a gente explorar, em termos científicos, a crosta cobaltífera. Então, nós vamos fazer essa exploração lá e temos certeza de que vamos ganhar a autorização. E podemos explorá-la durante 15 anos. Mas essa área só pode ser explorada em termos de pesquisa, por enquanto.

Então, eu queria mostrar para os senhores o que nós temos hoje. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), isto aqui que está em azul-claro, representa a área que já temos. O que está em verde mais escuro é o que nós conseguimos com o levantamento da plataforma continental, nós adquirimos a mais.

Interessante é que temos duas ilhas brasileiras. A partir do centro da Ilha da Trindade – passamos um compasso –, temos 200 milhas a mais, que ganhamos. São as chamadas ilhas oceânicas, que passaram a pertencer ao Brasil.

No Arquipélago de São Pedro e São Paulo – nós também traçamos –, ganhamos essa área. O Arquipélago de São Pedro e São Paulo, na verdade, é somente isso. O que a Marinha teve que fazer? Ela botou uma estação de pesquisa lá, permanentemente ocupada, com quatro pesquisadores e um militar. Nós mantemos lá pesquisas de alto nível. Com isso, nós ganhamos, em termos geopolíticos e geoestratégicos, o em volta todo de 200 milhas.

Aqui nós temos a Ilha da Trindade, onde são desenvolvidas pesquisas. A Marinha mantém um posto de observação lá também, o que nos permitiu que avançássemos em cima do oceano internacional e ganhássemos como sendo brasileiro.

Então, resumidamente, nós temos aqui: as 200 milhas seriam o azul mais claro; o azul mais escuro foi o que nós alcançamos desenvolvendo um programa feito pelo levantamento da plataforma continental na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que foi apresentada na ONU. Existem algumas contendas que nós estamos estudando junto com a ONU. Estamos refazendo o estudo para exatamente reapresentar.

Mas o importante é que a zona econômica exclusiva que nós temos são 3.100, mais 450 mil de São Pedro e São Paulo, que dá um total de 950 mil quilômetros quadrados. A zona exclusiva mais a plataforma continental, além das 200 milhas – aquilo que eu já provei para os senhores que nós já fizemos e já alcançamos – dão 4,5 milhões de quilômetros quadrados, o que representa a Amazônia Azul. É uma área equivalente, muito próxima, à Amazônia Legal, que são 5.200. Então, o que nós temos, na verdade? Metade do Território nacional que nós já ganhamos para o Brasil.

Apenas a título de observação para os senhores, aqui é a elevação de Rio Grande. Dentro dessa elevação do Rio Grande, nós vamos ter um quadrado de 3 mil quilômetros quadrados, em que nós vamos poder fazer a exploração por cerca de 15 anos. Aqui é o exemplo do que tem no fundo dessa elevação do Rio Grande, que são crostas cobaltíferas.

Nós gastamos cerca de 50 milhões em pesquisa e prospecção, para fazer o trabalho que deu origem a essa proposta de submissão que ocorrerá em julho.

Bem, senhores, falei muito, debati muito sobre a questão do petróleo, sobre a questão das crostas cobaltíferas e de alguma coisa sobre minerais. Mas, na verdade, na Amazônia Azul, nós temos uma biodiversidade que é maior que a da Amazônia Verde. Quando eu falo em biodiversidade, estou falando da possibilidade da utilização, em termos comerciais, no futuro, como, por exemplo, a obtenção de cura para o câncer, para tratamento de leucemia, para tratamentos que vão minimizar os efeitos colaterais da quimioterapia. É um campo vasto que nós podemos explorar.

O que nós percebemos é que os países mais desenvolvidos estão avançando muito nessa questão de biodiversidade. Já tive oportunidade de falar que os Estados Unidos, hoje, têm cerca de 300 patentes de produtos, de fármacos da biodiversidade dos oceanos. E nós não queremos ficar atrás. Nós queremos exatamente progredir nessas pesquisas, progredir nisso. E, para que isso ocorra, temos que olhar – finalizando para os senhores –, em termos de um conceito, a Amazônia Azul, sob o aspecto de esportes, turismo e recreio, que já está bem consolidada na nossa sociedade brasileira, como recursos vivos, como tráfego marítimo, a segurança e preservação da vida humana no mar, as pesquisas científicas, a biodiversidade, os recursos minerais e a própria energia.

Temos que analisar isso de forma cinérgica, temos que dialogar, e o foro mais adequado para isso e que nós gostamos de falar, desde 1974, é a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Nós temos muitos programas, muitos projetos que são desenvolvidos lá na nossa Comissão e que são exitosos exatamente porque é uma coisa que o brasileiro sabe fazer: dialogar, trabalhar de forma cinérgica e conseguimos resultados extremamente positivos.

É isso que a gente quer mostrar. É isso que a gente quer dizer desde 1974. É isso que nós fazemos desde 1974, que o mundo começou a pensar em falar a partir da Rio+20, que é o tal do uso compartilhado dos oceanos.

E por que 10 de dezembro a gente quer relatar, quer mostrar para a sociedade brasileira? Porque 10 de dezembro foi o dia em que foi assinada a Convenção das Nações sobre o Direito do Mar. Então, é uma data importante.

A gente quer mostrar para toda a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, que nós temos um potencial, nós temos uma riqueza, nós temos uma possibilidade que nós não podemos deixar passar, que é um legado que nós vamos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos, para os nossos bisnetos, para o Estado brasileiro.

Então, na verdade, esse projeto é um projeto do Estado brasileiro, para exatamente dizer ao povo brasileiro que o que nós temos é algo que temos que preservar e temos que olhar sob as diversas visões que eu tive oportunidade de mostrar para os senhores.

Eu gosto de citar a frase do nosso grande Almirante Paulo Moreira: "Que nós nos apropriemos desse mar, dessa Amazônia Azul, como a posse real, profunda, apaixonada e definitiva." Isso é importante.

Então, a Amazônia Azul é um patrimônio a ser preservado, é um patrimônio dos brasileiros, é um patrimônio que nós temos que mostrar para sociedade brasileira.

E é isso que nós estamos fazendo em termos de proposta. Que, em 10 de dezembro, nós façamos um grande movimento: que todo o povo brasileiro vista uma camiseta azul, ou coloque um lenço azul, ou coloque uma fita azul, e que diga: "Essa Amazônia Azul é do Brasil. Essa Amazônia Azul a gente de olhar por todas as vertentes: tem de olhar pela vertente econômica; tem de olhar pela vertente educacional; tem de olhar pela vertente cultural; tem de olhar pela vertente do lazer; tem de olhar pela vertente das potencialidades de recursos que existem aí."

Então, basicamente, era o que eu gostaria de mostrar para os senhores.

Fico muito feliz em poder estar aqui nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela oportunidade que o Senador Cyro e a Senadora Vanessa estão nos proporcionando em relatar para os senhores e dizer da importância da Amazônia Azul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos, Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues.

Depois eu tenho uma curiosidade pessoal de saber por que é "Contra", sendo que é sempre a favor. Isso é pessoal. Eu não sei... Depois, o senhor vai me explicar. (*Risos.*)

E a gente tem a certeza de que daqui para frente não fica simplesmente instituído o Dia Nacional da Amazônia Azul, mas fica entendido o porquê e o quão é meritório que, anualmente, a gente comemore este dia.

Fico aqui para dizer à minha querida colega que a Amazônia é sempre Amazônia aqui. Eu acho que nós não precisamos mais da Zona Franca, porque a Amazônia já tem uma vastidão tão grande territorial aqui conosco, tanto o Inácio Arruda como a Vanessa, dois colegas por quem tenho grande estima, tenho um apreço muito grande, aliás, quero justificar a ausência do Senador Inácio aqui. S. Exª gostaria muito de estar presente, já que é o autor, mas teve um imprevisto. Mas S. Exª está mais do que bem representado pela sua colega não só de Bancada como da própria Amazônia, a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem concedo a palavra para suas considerações e perguntas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cyro.

Eu quero cumprimentar todos os membros da Marinha aqui presentes. Ao cumprimentar o Almirante Silva Rodrigues, quero dizer que, com frequência, a gente tem participado de apresentações, de debates acerca da atuação da Defesa do nosso País. Há duas semanas ou um pouco mais talvez, na Comissão de Relações Exteriores, houve um debate muito importante nesse sentido. Lá estavam as três Armas – Marinha, Aeronáutica e Exército –, o Ministro da Defesa. Mas o tema que tomou conta do debate foi o projeto do submarino de propulsão nuclear, o centro de construção, que foi feito em tempo quase que recorde, no Rio de Janeiro, e o quanto isso interfere em outras questões que vão para muito além da Defesa Nacional, e como isso nos ajuda a desenvolver tecnologias, o que o Almirante já relatou perfeitamente para todos nós.

Senador Cyro, quero dizer que o projeto está tramitando aqui. É uma pena que hoje seja quarta-feira, um dia bom, entretanto véspera de feriado, porque a gente poderia até homenagear o projeto do Senador Benedito de Lira com a votação, relatado pelo Senador Inácio. Mas, não tenho dúvida alguma, com o compromisso que tem o Senador Cyro, que ele deixará autorizado que o projeto seja votado o mais rapidamente possível, porque não há dúvida da importância do projeto.

Eu também sou muito defensora da tese, porque tem gente que diz ser bobagem ter o dia disso, o dia daquilo. Não! Dia disso, dia daquilo é muito importante. É importante porque é o dia em que se para, é o dia

em que se discutir, é o dia em que se debater, é o dia em que se chama a atenção sobre a importância de determinada questão, determinado aspecto.

Nós temos, no Brasil, o Dia de Combate à Pirataria. É há a biopirataria, que é a nossa outra Amazônia, a Amazônia Verde. Vejam que País abençoado este nosso. Concordo plenamente com a terminologia dada por todos. É muito sagaz. Temos a Amazônia, que é maior reserva viva do Planeta, da biodiversidade, e temos essa outra parte, que é a Amazônia Azul, que, além de abranger o mar, envolve uma parte importante do nosso território que vive sob essa influência na vegetação, no bioma, enfim, em tudo.

Então, eu creio que ter esse dia é muito importante, ajuda muito. Não é besteira ou bobagem, como dizem. Eu acho que é importante estabelecer o dia comemorativo e, para isso, eu creio que os V. Sªs têm aqui no Senado e certamente na Câmara dos Deputados, no Parlamento brasileiro, não só apoiadores, mas entusiastas. Porque, com tão poucos recursos, Senador Cyro, a gente consegue desenvolver um trabalho tão importante nessa área.

Repito: a Marinha é o comando que faz parte do Ministério da Defesa e a sua principal função é a defesa do País, é a defesa da nossa gente, a defesa do nosso povo e da nossa integridade. No entanto, a colaboração que a Marinha tem dado do ponto de vista da assistência social, sobretudo, porque aqui nós temos dois Senadores que não são ligados ao mar, mas à terra, não é, Senador Cyro? Nossa Amazônia é a verde, não é a azul. Nós somos mais ligados à terra do que ao mar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quanto a V. Exª, eu tenho dúvidas, porque é originária de Santa Catarina, então domina os dois lados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas também mesmo sendo de lá, eu sou do oeste, bem na terra, viu? Também lá no meu Estado eu estou bem distante do... Nasci lá no oeste, como o Senador Casildo, lá do outro lado.

Mas, enfim, é um trabalho importante que o senhor desenvolve nessa área social na Amazônia, um trabalho de assistência social.

Por causa desta cheia do Rio Madeira e de seus afluentes, eu estive no Município de Humaitá. E lá eu ouvi das pessoas, não só do prefeito e dos vereadores, mas de pessoas do povo, elogios à Marinha por conta de lá estar o navio-saúde, o navio-hospital atendendo, com todo o cuidado, à população tão necessitada daquela área, mas também desenvolvendo não só projetos e programas sociais, mas científicos de desenvolvimento. Isso é importante.

É como o senhor diz: o Brasil só é o Brasil por conta, muito, da atuação da Marinha. Não tenho dúvida alguma. E seremos cada vez um País melhor, também por conta da atuação de vocês.

Então, parabéns, Senador Cyro e parabéns ao Almirante Rodrigues!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado e parabéns a V. Exª.

Registro também a presença do Capitão de Fragata Sérgio Tadeu Leão Rosário, que é Assessor Parlamentar da Marinha do Brasil. O Capitão é incansável, está sempre aqui conosco nas argumentações, nos pedidos. Inclusive eu lhe devo até uma resposta, porque nós fomos procurados desde março, mas é que nós, nesta Comissão, aprovamos duas vezes por ano; normalmente é em junho. Mas eu estou trazendo para maio para antecipar, em função da comemoração do Dia da Amazônia Azul. Portanto, o Capitão sempre esteve presente aqui, dizendo: "Olha, mas será que não dá para antecipar? Não pode ser em março? Não pode ser em abril?" Mas nós fizemos um equilíbrio.

E quero dizer que não é por acaso que o Congresso aprovou essa lei que determina a aprovação de datas comemorativas numa audiência pública. Foi extremamente esclarecedor o porquê disso. É porque há datas e datas. Todas elas são meritórias, mas há aquelas, como esta, que não podem passar batido pura e simplesmente, através de um projeto de lei, e termos homologada essa lei pura e simplesmente sem dar conhecimento da importância dela.

Hoje, eu, aqui, digo como leigo, que não sou como a Senadora Vanessa Grazziotin, minha colega querida, também não tenho essa afinidade com a Marinha, mas hoje começo a perceber, com os dados que são trazidos aqui, que metade do território terrestre, aliás, mais da metade, é marítimo nosso. Então, temos a defesa, temos o Ministério da Defesa que falamos terra, mar e ar e vice-versa.

Agora, trago aqui uma preocupação, Senadora Vanessa, e tenho certeza que vai poder nos ajudar, porque estamos vivendo uma fase muito difícil em termos orçamentários. Então, eu fiz parte da Comissão de Orçamento, e agora também faço parte pela segunda vez, da CMO, tenho preocupação com os cortes que estão ocorrendo no Ministério da Defesa. É preocupante. Temos que mostrar a necessidade... O que estamos cometendo de erros ao fazer determinados cortes na pasta da Defesa. Como se vai tomar conta de uma extensão territorial que requer tantas coisas, não só de contingente, de pessoas especializadas, mas de instrumentos, técnicas, equipamentos, com esse orçamento extremamente reduzido. Então, acho que para que tudo se rea-

lize e para que tenhamos orgulho das Forças Armadas do nosso País, e está provado que a Marinha hoje tem uma importância, não vamos dizer que maior, mas está entre as principais, até no que diz respeito à nossa parte econômica, pois não temos condições de termos vínculos econômicos se não for pelo mar. Seria impossível, hoje, fazermos qualquer tipo de negociação via aérea. Como vamos nos relacionar com os continentes se não fosse a Marinha.

Então, vamos fazer um esforço concentrado –Senadora Vanessa, Senador Inácio Arruda e todos os componentes desta Comissão – para mostrarmos a importância da Marinha. V. Sªs têm sempre feito eventos, mostrando a necessidade de recursos tanto para a Aeronáutica, o Exército como para a Marinha, para nos sensibilizar. Estamos sensibilizados, mas temos que levar isso a um poder mais alto, que é o decisório. Que façamos outros tipos de corte. Sei que vivemos uma situação que não é fácil, é o cobertor de pobre: se embrulhar o pé a cabeça fica de fora ou a puxar para a cabeça o pé fica de fora. Mas temos que escolher, porque algumas coisas são vitais.

Quero agradecer e me comprometer para que, provavelmente na próxima semana, esse projeto será votado junto com outros, até o dia 15. Eu prometi entregar em maio e faço questão de estar presente no dia 10 de dezembro, enfileirando, com os meus colegas, não só os da Amazônia, mas todos os colegas da Comissão.

Devolvo a palavra ao Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues para faça as considerações finais.

O SR. MARCOS SILVA RODRIGUES – Até pelo contrário, sou a favor.

Senador Cyro, Senadora Vanessa, gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui, ter falado um pouquinho sobre a Amazônia, mostrado todas essas vertentes que estamos a ressaltar.

Gostaria de dizer, Senador, que, na verdade, Goiás está muito mais ligado ao mar do que se possa imaginar, porque toda essa grande produção do Estado sai pelo mar. No íntimo, todo goiano, quando chega ao mar, se encanta pelo mar. Esse nosso amigo comum que temos olha e vê o mar e se admira. O mar tem esse viés de poder conduzir, de poder levar a cultura brasileira, levar a economia brasileira, integrar os povos, trazer a consciência coletiva do povo brasileiro do quanto o nosso País é belo, o quanto o nosso País e o nosso povo é único.

Quero dizer também para o senhor que, na verdade, na nossa Amazônia Verde tem um outro oceano, que é o nosso Amazonas, que a Marinha cuida, dentro das suas limitações, porque nós temos limitações como todas as instituições, cuida com muito carinho pela integridade do território, pela integridade de seu povo, com os cuidados como os que a Senadora, a quem aqui agradeço, colocou em relação aos navios da esperança, que é a presença do Estado brasileiro nas comunidades ribeirinhas, cuidando, tratando, por intermédio da Marinha.

Eu gostaria só de ressaltar aqui, finalizando, que a Marinha sempre deu muita atenção à área da educação. E aqui é o local exato para discutirmos a questão do mar, a questão que une, a questão que é o Dia da Amazônia Azul. Desde já, eu gostaria de fazer um convite, em nome do Comandante da Marinha, ao senhor e à Senadora Vanessa: quiçá em Salvador, onde fomos descobertos pelo mar, façamos o lançamento do primeiro Dia do Mar, do primeiro Dia da Amazônia Azul. Que o povo, todos os dias, se lembre de que temos um patrimônio, com várias vertentes, a ser cuidado.

Muito obrigado, Senador, muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sou eu que agradeço.

Quando o primeiro goiano, há muitos e muitos anos, não tinha acesso ao mar, foi ao Rio de Janeiro, voltou encantado, reuniu todo o pessoal e disse assim: "Puxa, vocês precisam ver o tamanho do açude que eu vi lá no Rio de Janeiro!" (*Risos.*)

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos, convoco nossa próxima reunião ordinária para terça-feira, às 11 horas.

Muito obrigado, mais uma vez, Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues, que é a favor de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

SENADO FEDERALCOMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2014.

Às onze horas e cinco minutos do dia seis de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de

Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Gim e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico aos Senhores Senadores que, no próximo dia 27 de maio, será realizada reunião deliberativa com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I, da Decisão nº 3-CE. 'I – Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea 'c' da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal;' (Decisão nº3-CE). Diante do exposto, solicito aos senhores senadores o encaminhamento dos projetos desta natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta". O comunicado vai ao arquivo. Prosseguindo, a presidência, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Alvaro Dias, para relatar o seguinte item: **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Durante a discussão da matéria, a relatora acata sugestão apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011; Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2007; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2013; e Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos Srs. e às Srªs Senadoras que no próximo dia 27 de maio será realizada a reunião deliberativa, com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I da Decisão nº 3 da Comissão de Educação.

Inciso I. Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, *campus* e *campi* universitários e outros locais públicos serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardada a prerrogativa já definida pela alínea "c", da Decisão nº 1 desta Comissão, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, que é a Decisão nº 3 da Comissão de Educação.

Diante do exposto, solicito aos Srs. e às Srªs Senadoras o encaminhamento dos projetos dessa natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta desta data de 27 de maio próximo.

Como não temos quórum, as matérias terminativas ficarão *stand by. Com relação às* matérias não terminativas, os Relatores estão vindo, já ligaram para o Júlio Linhares, Secretário desta Comissão, informando que estão vindo.

Portanto, passaremos imediatamente ao item 7, que é não terminativo, cujo Relator está presente.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2013
– Não terminativo –

Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.
Observações:
1 – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à ultima a decisão terminativa.
2 – Na reunião do dia 8/4/2014, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.
3 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 29/4/2014.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, o relatório já foi apresentado. O projeto é oportuno e é inspirado pelos problemas que nós estamos vivendo na organização da Copa do Mundo e também das Olimpíadas. E como ainda irá à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição e Justiça, teremos mais tempo para o debate.

Apenas apresentamos uma emenda de redação com a finalidade de explicitar, na ementa do Projeto, a norma jurídica que ele pretende alterar; no caso, a Lei 12.663, de 2012.

Portanto, o parecer é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 320, já referido e agora aprovado pelo relator.

Não havendo quem queira discutir vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, não terminativo, dispondo sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados e Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

A autoria é do Senador Alfredo Nascimento, e o Senador Alvaro Dias acabou de comentar seu relatório, que foi aprovado pelos integrantes desta comissão.

A matéria será encaminhada à Comissão respectiva para análise.

Eu pediria, por gentileza, ao Senador Alvaro Dias, se puder, para me substituir, porque eu sou a Relatora do item 10, que é não terminativo.

Peço a V. Exª a gentileza de me atender.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a palavra, então, a Senadora Ana Amélia, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável com as emendas oferecidas.
Observações:
1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, então, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

As alterações propostas, eu estou fazendo o relatório agora, consistem no acréscimo dos §§ 3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636 de 1998, com o objetivo de determinar a cobrança, a titulo de ressarcimento, dos custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento (§3º) e, na permissão de uso não gratuito de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social (§4º).

O autor da proposição, Senador Humberto Costa, justifica a iniciativa observando que os espaços públicos urbanos sempre desempenharam funções de socialização e de congraçamento de diferentes grupos sociais.

Com as mudanças contemporâneas, é frequente ser autorizado o uso de tais espaços para eventos não-gratuitos, o que termina por fazer com que os espaços funcionem como elemento de separação e não de congraçamento entre os grupos sociais.

Em razão da necessidade de manter ativas as funções de congraçamento normalmente desempenhadas pelos espaços públicos e prejudicadas pelo novo costume de se usar tais espaços para eventos não gratuitos, propõe-se a reserva de 10% dos ingressos disponíveis para os eventos para distribuição junto a entidades de assistência social, que os repassarão à população de baixo poder aquisitivo.

Após o exame por esta Comissão, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

À proposição não foram apresentadas emendas em relação a essa matéria.

Na análise, o §3º, que o projeto acresce ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 1998, tem a finalidade de inserir nesse diploma legal uma medida que já é prevista em decreto. Esse parágrafo transcreve, literalmente, o disposto no §6º do art. 14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, que regulamenta a Lei nº 9.636, de 1998. Nesse aspecto, portanto, o projeto tem o mérito de explicitar, na lei, uma medida que, por ser de caráter infralegal, é passível de contestação e de alterações à revelia do Congresso Nacional.

O desenvolvimento social é processo que envolve tanto a democracia política quanto a atividade econômica lucrativa. Sendo assim, trata o projeto de construir um mecanismo jurídico que ligue os dois processos. E procura fazê-lo sem interferir diretamente na lógica própria da atividade lucrativa, ao mesmo tempo em que explora as potencialidades dos valores democráticos para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Embora o uso não gratuito não resulte em ônus para a União, o projeto é específico em sua intencionalidade: não se trata apenas de compensar em dinheiro o uso lucrativo de área pública, mas, antes, de garantir que a função sociológica – ou social – de congraçamento prossiga, mesmo sob a forma do uso mediante o pagamento de ingressos. Assim, o projeto prevê, no §4º que acrescenta ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 1998, a reserva de 10% do total de ingressos, a serem distribuídos gratuitamente a entidades de assistência social, que os repassarão àqueles que não podem pagar os valores cobrados. Dessa forma, mesmo durante o uso privado do espaço público, a função de congraçamento, defendida pelo Senador Humberto Costa, entre os diferentes segmentos da sociedade fica garantida.

Contudo, é discutível a ideia de que a quantidade de 10% dos ingressos seja economicamente viável. É certo que a lei não pode funcionar como um obstáculo à iniciativa econômica, o que nos pareceria ser o caso, em sendo fixada em 10% a quantia de ingressos a ser reservada para redistribuição a entidades de assistência social. No mesmo sentido, a quantidade de 10% afetaria negativamente a produção de eventos regionais, experimentais e alternativos, que seriam virtualmente compelidos a deixar o ramo, restando apenas aqueles que produzem grandes *shows*, de artistas já muito consagrados, e, eventualmente, em estádios ou em eventos fechados. Quer dizer, a praça é do povo; então, esses eventos são muito mais baratos para a sua atividade. Isso

não é, de modo algum, estimulante à riqueza de nossas manifestações culturais, mas, antes, um mecanismo de seleção que despreza a variedade e estabelece apenas o altamente rentável, gerando um círculo vicioso que contribui, desnecessariamente, para a massificação da vida cultural pátria. Destarte, propomos emenda alterando a quantidade estipulada pelo mencionado §4º, de 10% para 2% do total de ingressos a serem comercializados.

Também com vistas ao aprimoramento do projeto, há que enfrentar os problemas da distribuição dos ingressos reservados e da fiscalização do cumprimento da nova medida legal. Devemos ter em mente que a presente estrutura da Secretaria de Patrimônio da União não comporta o desempenho de tal função fiscalizatória. Contudo, o espírito da legislação brasileira em matéria de promoção da igualdade aponta para a descentralização, de modo a que se aproveite o conhecimento de causa local na promoção da equidade social. Assim, propomos emenda acrescentando o §5º ao PLS nº 458, de 2011, de modo a atribuir ao Poder Público municipal a decisão a respeito de quais entidades de assistência social, dentre aquelas reconhecidas pelo Poder Público, receberão ingressos gratuitos para repassá-los à população vulnerável por elas assistidas socialmente. Seria uma forma mais justa de tratar desse assunto.

Diante do exposto, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuito de áreas públicas da União, a obrigatoriedade do ressarcimento de custos administrativos e da reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social."

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao §4º do art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011, a seguinte redação:

Art.1º .....
"Art. 22. .....
.....
§4º Nas permissões de uso não gratuitas, além do pagamento dos custos previstos no §3º, deverão ser reservados dois por cento dos ingressos para distribuição gratuita entre entidades beneficentes de assistência social, reconhecidas pelo Poder Público nos termos do art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
§5º O Poder Público municipal estabelecerá critérios para definir quais entidades beneficentes de assistência social, dentre as sediadas no Município, receberão os ingressos distribuídos gratuitamente. (NR)"

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srª Relatora, eu pego boa parte da argumentação que V. Exª acaba de expor no seu voto para respeitosamente divergir da conclusão.

V. Exª, na sua argumentação, vai na linha de coibir barretadas com chapéu alheio. Aqueles que promovem espetáculos de música, de dança, de circo, de teatro, ou o que seja, fazem um investimento – é um investimento de altíssimo risco, aliás –, e nós não temos o direito, penso eu, de impor a eles a distribuição gratuita de ingressos, diminuindo, com isso, a sua receita.

Eu considero uma política pública muito meritória a subvenção, por parte da União, dos Estados, dos Municípios, desses espetáculos, de tal maneira que, se um Município, se o Governo Federal ou um governo estadual, ao considerar que um determinado espetáculo, mediante critérios transparentes – que são, aliás, empregados nesse tipo de concessão, via de regra, pelo Brasil afora –, se o Poder Público considerasse que aquele espetáculo merecia ser objeto de uma subvenção de modo a que pessoas atendidas por entidades assistenciais pudessem assisti-lo, eu acho uma política altamente meritória e democrática, na linha da democratização da cultura. Agora, quanto a impor ao produtor cultural, àqueles que arriscam na produção de um espetáculo a obrigatoriedade de fazer política social, distribuindo gratuitamente os seus ingressos, eu penso que, ainda que V. Exª tenha sido extremamente prudente ao reduzir de 10% para 2%, ainda assim, se V. Exª me permite, existe nesta proposta mitigada no seu alcance por V. Exª um tipo de intervenção que eu não considero adequada.

Então, eu, que tenho com V. Exª um entendimento quase que telepático em relação a todas as matérias, peço licença para divergir de V. Exª em relação a este parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Aloysio, eu queria entender. Eu sei que esta matéria é polêmica, até porque, como foi sustentado no relatório, normalmente são eventos mais populares...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E que já têm uma natureza de alcance. Por quê?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu apenas fui na linha do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente. Então, eles já têm.

Se eu entendi bem, a sua sugestão é a seguinte: cabe ao Poder Público oferecer essa oportunidade a essas categorias.

Eu lhe pergunto: se uma emenda, definindo que os 2% devem fazer parte... Porque o uso desse bem é pago pelo empreendedor ao Poder Público. Então, que desse pagamento ao Poder Público deveria advir a distribuição dos 2%. Pode ser? Pode ser dessa forma uma emenda?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro. E atende-me plenamente e vai exatamente e rigorosamente na linha do raciocínio de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu acho que é uma forma, uma construção bastante viável. Então, retiro de pauta para acolher essa emenda. E queria saber se os outros Senadores não têm... Está em discussão. Eu acolho e acho que a sua alternativa foi, sob todos os aspectos, muito justa e muito adequada, porque o recurso que já seria gasto para fazer isso o Poder Público reservaria para dar esse atendimento.

Até mesmo, eu acho que devemos levar em conta também que a redução de 10% para 2% levou exatamente em consideração esse aspecto. São espetáculos que têm custos, sim, mas são aqueles espetáculos que eu diria populares. Quem ocupa praça não é o espetáculo do artista consagrado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro. E, muitas vezes, de grande qualidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – De grande qualidade. E esse evento é uma forma também de fomentar e estimular esses talentos novos que existem na área *gospel,* na área da música popular, na área do sertanejo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Brasília é o exemplo disso. Aliás, a música de Brasília é um exemplo disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É, Brasília... É muito, muito. Na nossa Capital, está uma produção muito forte também. Então, eu queria acolher e agradecer a V. Exª. E retiro para a gente fazer e, na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senadora, uma sugestão. Já que há consenso e se V. Exª entender possível, poderíamos votar já a emenda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ótimo! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Ganharíamos tempo com isso, e V. Exª, depois, formalizaria a aprovação da emenda do Senador Aloysio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acolho, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não há mais ninguém que queira fazer uso da palavra?

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, nós colocamos em deliberação, primeiramente, o projeto com o parecer favorável da Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a emenda de plenário...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a emenda do Senador Aloysio Nunes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Os Senadores favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – E retorno a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

Agradeço ao Senador Alvaro Dias. Agradeço também ao Senador Aloysio.

Este é o exercício mais adequado da boa produção legislativa.

Vamos agora ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2007
– Não terminativo –

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.
Observação:
A *matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e já constou na pauta da reunião do dia 29/4/2014.*

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, a Liderança do Governo fez uma série de ponderações. Eles estão preocupados com o item que trata da punição do gestor. Nem sempre o não cumprimento do que seria o ideal é responsabilidade dele. Devido a distância, de repente, há uma escola rural que tenha um aluno que esteja acima de quatro quilômetros, por exemplo, e aqui fixa em três.

Também entendi que o tema é complexo e, devido a isso, estou pedindo para tirar o projeto de pauta, para dialogarmos mais com o MEC, para ver se conseguimos chegar a um entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

A matéria sai de do item 4 sai de pauta, em função de, digamos, uma argumentação a respeito da inviabilidade prática em alguns aspectos dessa proposta do Senador Cristovam Buarque, que, como todos nós sabemos, tem um foco prioritário nas questões educacionais.

Como nós temos um problema regimental aqui da Comissão, nós vamos incluir o item 9, e eu gostaria de solicitar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que fizesse a relatoria *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2013
– Não terminativo –

Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.
Autoria: Senador Jayme Campos.
Relatoria: Senador Roberto Requião.
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1 – matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais;
2 – a matéria constou na pauta das reuniões dos dias 8/4/2014 e 29/4/2014.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Relator Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 79, de 2013, de autoria do Senador Jayme Campos, que cria o "serviço civil social" remunerado, de natureza compulsória, para os profissionais recém-graduados na área de saúde formados em instituições públicas ou "beneficiários de bolsas ou outros auxílios oriundos de recursos federais".

De acordo com o projeto, o serviço, devido por profissionais de medicina, enfermagem, psicologia, odontologia, fisioterapia, nutrição e farmácia, "além de outros estabelecidos em regulamento", terá duração de 24 meses, com carga horária mínima de quatro horas diárias. O serviço ficará sobrestado enquanto o profissional comprovar frequência e aproveitamento em "curso reconhecido de pós-graduação ou especialização", e sua prestação deixa de ser exigida na hipótese de obtenção do grau de mestre ou doutor.

O projeto estabelece que, segundo as diretrizes e necessidades do Sistema Único de Saúde, podem ser criados cadastros específicos para a alocação dos profissionais nas localidades carentes, de acordo com as respectivas áreas de formação. A remuneração devida aos profissionais convocados para o serviço não será inferior ao piso salarial fixado para cada uma de suas categorias.

A avaliação do serviço civil, nos termos da proposição, comportará peso diferenciado para prova de títulos em concursos públicos, em patamar de pelo menos 10% do total da pontuação máxima atribuída pelos respectivos editais.

A iniciativa determina que a prestação do serviço civil é necessária para a obtenção de registro definitivo junto aos conselhos e órgãos fiscalizadores do exercício das respectivas profissões.

O projeto prevê que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação e não se aplica aos estudantes até então matriculados.

Na justificação do projeto, o autor ressalta o problema da má distribuição dos médicos e demais profissionais de saúde no Território brasileiro.

Passo à análise, Srª Presidente.

A má distribuição de profissionais da saúde, particularmente de médicos, no Território nacional constitui desafio que políticas públicas precisam enfrentar.

O Relator faz uma análise e uma retrospectiva da Medida Provisória nº 621, que criou o Programa Mais Médicos, e diz que há significativa interseção entre esse programa e o serviço social criado pelo PLS nº 79, de 2013.

Desse modo, o serviço civil social obrigatório sugerido pelo projeto em análise pode significar uma alternativa à especialização de três anos, naturalmente a partir das primeiras turmas de profissionais a serem constituídas por estudantes que ingressarem nos respectivos cursos após a entrada em vigor da lei proposta. Todavia, o cotejamento entre as duas iniciativas, como ação concorrente para enfrentar o desafio da escassez de médicos e de demais profissionais da área da saúde, constitui tarefa para a CAS. Evidencia-se, obviamente, o caráter mais abrangente do serviço civil social, que inclui um leque mais amplo de profissionais da área da saúde. De todo modo, a Comissão de Educação deve ater-se aos aspectos educacionais da matéria.

A esse respeito, cabe corrigir no projeto a referência aos cursos de especialização como alternativa aos de pós-graduação para sobrestar a prestação do serviço civil social. Com efeito, a especialização é um tipo de curso de pós-graduação *lato sensu*. Já a residência médica, nos termos da Lei nº 6.932, de julho de 1981, "constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização". Portanto, a redação do §2º do art. 1º do projeto deve ser aperfeiçoada.

Por sua vez, a isenção no caso de mestrado e de doutorado representa um estímulo ao aperfeiçoamento acadêmico dos profissionais. Contudo, deve-se registrar explicitamente que a isenção ocorrerá no caso da obtenção do respectivo título, o que não fica claro com o uso do termo "aproveitamento".

Não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa do projeto. O mesmo ocorre no que se refere à constitucionalidade e à juridicidade da proposição, ressalvada a análise das matérias pertinentes à competência da Comissão de Assuntos Sociais.

Uma preocupação demonstrada pelas Forças Armadas sobre o presente projeto de lei foi o receio de que a participação do recém-formado no programa venha afastar os interessados no chamado serviço militar inicial.

Para tanto, o Comando do Exército sugere a emenda de inclusão do §3º, cuja essência acato no voto.

Dessa forma, nossa avaliação é de que a proposição, no mérito, deve ser acolhida por esta Comissão.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 79, acolhidas as emendas apresentadas.

Uma emenda foi proposta para uma nova redação ao §2º do art. 1º, que diz o seguinte:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013:

"Art.1º.....

§ 2º A prestação do serviço social de que trata esta Lei ficará sobrestada enquanto o profissional comprovar frequência e aproveitamento em curso regular de pós-graduação stricto sensu ou lato sensu, na modalidade de especialização, deixando de ser exigida na hipótese da obtenção do título de mestre ou de doutor em área de saúde ou ciências afins."

Ainda há um §3º acrescido ao art. 1º, por proposta do Relator, nos seguintes termos:

EMENDA Nº – CE

Acrescente-se o seguem parágrafo 3º ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013:

"Art.1º.....

§ 3º Ficará isento da obrigação de participar do serviço civil obrigatório o profissional de saúde que prestar Serviço Militar Inicial por prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses."

É esse o voto do Relator Roberto Requião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão o Projeto nº 79, de 2013, dispondo sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, só para questão de desencargo de consciência, há uma orientação para que eu pedisse vista não quanto ao mérito, mas por entender que é inconstitucional. Como não é terminativo aqui,e esse debate, se é inconstitucional ou não, vai se dar na CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito. Vai para a CCJ, porque é exatamente a questão que V. Exª levanta que é a da constitucionalidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Isso.

Daí, deixamos que lá se debata e se decida se é constitucional ou não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Até porque o nosso Senador Jayme Campos é sempre muito cuidadoso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Jayme Campos e o Roberto Requião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agora, aumentou, também, o brilho com a relatoria *ad hoc* do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Então, deixaremos para o exame...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São três figuras que a gente tem muito respeito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Qual é a decisão, a proposta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A proposta é que seja examinada a constitucionalidade. Foi o ponto de dúvida do Senador Paim.

Então, como vai haver mais debates, sobre isto na Casa e, depois, na CCJ, onde será terminativo, haverá espaço para esse debate, Senador Mozarildo.

Encerrada a discussão...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor quer...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu quero, sim. Eu, como médico, que passei, vi e ainda passa hoje... Tanto o é que vimos... Por que o Governo fez o Programa Mais Médicos? Porque, de fato, há 44 anos, quando eu me formei, esse problema já havia. Então, nós temos que compatibilizar o momento do Mais Médicos com esse momento da questão da carreira de Médico nas Forças Armadas.

Então, eu queria pedir vista, com o compromisso de trazer, na próxima semana, o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, há pedido de vista.

Alguém pede vista coletiva? (*Pausa*.)

Pede vista coletiva o Senador Aloysio.

Esperamos que seja votado, então, na próxima reunião.

Agradeço ao Senador.

As pautas não terminativas todas foram apresentadas, e as pautas terminativas foram relacionadas para a próxima reunião, porque os Relatores não estavam presentes.

Queria lembrar, também, a todos, por se tratar de um evento que tem direta relação com a arte e com a cultura, que, ao meio-dia, o Senado Federal fará uma sessão especial em homenagem à memória de um grande artista plástico, gravador, pintor, ilustrador e professor da Universidade de Brasília, Glênio Bianchetti, que nasceu no Rio Grande do Sul e era considerado um dos artistas mais completos da atualidade.

Ele deixou o Rio Grande do Sul, na década de 1960, e mudou-se para a Capital Federal, a convite do Professor Emérito Darcy Ribeiro. Ele foi um dos criadores, também, do Museu de Arte de Brasília e é um nome de grande relevância nas Artes Plásticas de nosso País.

Estão todos convidados para a sessão especial, ao meio-dia, no plenário do Senado Federal.

Queria também informar às Srªs e Srs. Senadores que amanhã vamos ter uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade da capoeira e dá outras providências. São dois requerimentos, um de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim e o Requerimento nº 21, de autoria do Senador Inácio Arruda. A reunião destina-se a instruir a seguinte matéria: PLC nº 31, do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Estão convidados Célia Maria Cursino, Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Gersonilto Heleno de Souza, Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira; Hélio Tabosa de Moraes, mestre de capoeira; José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Palmares; Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; e Reginaldo da Silva Costa, mestre de capoeira e educador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Antes de mais nada – já lhe passo a palavra –, depois de fazermos aqui cobranças, renovamos a relevância da presença do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, para estar aqui.

Houve um requerimento do Senador Cyro Miranda, nosso Presidente, e um meu – dois requerimentos, um do Presidente e outro da Vice-Presidente; tenho a honra de acompanhar o nosso Cyro Miranda –, para o comparecimento do Ministro, Deputado Aldo Rebelo, para falar sobre a Copa, que está a pouco mais de um mês de ser realizada.

Queria dizer que o Ministro já marcou para o dia 15 de maio, quinta-feira, a presença aqui nesta Comissão. Então, estão todos os senhores convidados, porque penso que esta matéria é extremamente relevante até porque está muito próximo do início.

Agradeço também ao Senador Alvaro Dias pelo lembrete muito relevante, que o Júlio Linhares também havia recordado.

Não havendo mais nada a tratar e encerrada a nossa pauta, agradeço a todos a presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2014.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia sete de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Lídice da Mata**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 52/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim; e nº 21/2014-CE, de autoria do Senador Inácio Arruda, destinados a realização de Audiência Pública para **instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, que** "**Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Gersonilton Heleno de Sousa, Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira; Senhor Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; Senhora Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Senhor Reginaldo da Silveira Costa, Mestre de Capoeira e Educador; e Senhor Hélio Tabosa de Moraes, Mestre de Capoeira**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Antônio Batista Pinto, Mestre Zulu, do Centro Ideário de Capoeira; Senhor Sérgio Luis dos Santos Lima, Mestre Brucutu, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas; Senhor Filipe Canto Torres, membro do grupo Beribazu; Senhor Fábio de Assis Gaspar, membro do grupo Beribazu; Senhor Jorge Augusto Vinhas, Assessor Especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e Senhor Professor Gilberto José Bertevello, Diretor-Presidente do Sindicato das Academias do Estado de São Paulo. Finda a apresentação dos expositores, a presidência faz a leitura de manifestação, de autoria do Senhor José Luiz Cirqueira Falcão, Mestre Falcão, integrante do Grupo de Estudos da Capoeira e Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, com considerações acerca da profissionalização da capoeira. Logo após, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra o Senhor Zulu Araújo, Ex-Presidente da Fundação Palmares; Senhor Gilvan Alves de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Capoterapia; Senhor Sérgio Luis dos Santos Lima, Mestre Brucutu, Psicólogo e Doutor em Engenharia de Produção de Sistemas; Senhor Leonardo Eratóstenes Araújo, professor da Universidade de Brasília – UnB; Senhor Heitor Gurgulino de Souza, presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência e ex-reitor da Universidade da Organização das Nações Unidas – ONU; e Senhor André Galvão, Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Capoeira. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, agradece a todos pela presença e declara encerrados

os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Lídice da Mata,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Bom dia a todas e a todos presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativas Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública atende aos Requerimentos da Comissão de Educação: de nº 52, de 2013, de autoria dos Srs. Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, e de nº 21, de 2014, de autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

São os convidados: Srª Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Sr. Gersonilto Heleno de Souza, Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira; Sr. Hélio Tabosa de Moraes, mestre de capoeira; Sr. Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; Sr. Reginaldo da Silveira Costa, mestre de capoeira e educador.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e do Portal do Senado Federal (www.senado.gov.br/tv) pelo canal 2.

Quero historiar também que esta não é a primeira audiência da Comissão a respeito desse assunto.

Lembro que a capoeira está presente em 152 países do mundo e que, somente no Brasil, é praticada por cerca de seis milhões de pessoas.

A capoeira tem sido objeto de intensas discussões quando se trata de sua regulamentação como segmento esportivo. Uma das razões que levou o então Ministro da Cultura Gilberto Gil a acelerar o processo de registro como patrimônio imaterial foi exatamente a enorme polêmica causada, à época, por conta da tentativa da exigência, de parte do Conselho Federal de Educação Física, de que os mestres de capoeira se filiassem ao referido órgão e que, para tanto, deveriam possuir o título de professor de educação física.

Essa exigência, em particular, causou enorme indignação entre os praticantes dessa manifestação cultural, pois levaria à exclusão de milhares de mestres tradicionais que, apesar de não possuírem título universitário, têm sido os grandes responsáveis pela existência, manutenção e difusão da capoeira até os dias de hoje.

Por iniciativa do IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, a capoeira foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em julho de 2008. Na prática, significa que o Estado assume, desde então, a responsabilidade de implementar medidas de incentivo à prática da capoeira e de proteção às suas matrizes culturais.

Como um dos desdobramentos desse registro, foi constituído e encontra-se em funcionamento, no âmbito do programa denominado Pró-Capoeira, do Ministério da Cultura, um grupo de trabalho para realizar um diagnóstico da prática da capoeira no Brasil e propor medidas de salvaguarda para essa instituição cultural.

Como Relatora do projeto na Comissão de Educação, por sugestão minha, em dezembro do ano passado esta Comissão promoveu um painel de debates na cidade de Salvador, escolhida por ser um dos berços da capoeira do Brasil, onde nasceram dois dos seus maiores expoentes – Mestre Bimba e Mestre Pastinha.

Na ocasião, participaram dos debates, além do Senado Federal, representado por mim, como Relatora, representantes do IPHAN, da Fundação Palmares, da Confederação Brasileira de Capoeira, da Universidade Federal da Bahia, além de mestres e contramestres de diversos ramos da capoeira – angola, regional, contemporânea, etc –, autoridades e adeptos da capoeira como uma das mais conhecidas manifestações culturais populares do Brasil, mestres da Bahia e do Nordeste brasileiro.

É, portanto, com o objetivo de aprofundar esse debate que nós realizamos esta audiência. À época, houve uma sugestão de nós realizarmos debates em diversas cidades, mas a Comissão compreende que é um processo da Comissão de Educação. Como Relatora, nós nos colocamos à disposição para ouvir, mas há um limite de

definições, inclusive orçamentária, da própria Comissão, que não nos permite fazer uma grande mobilização e estar em todas as capitais brasileiras discutindo essa questão e nós escolhemos simbolicamente a Bahia para realizar um debate, um painel fora da Comissão de Educação. E vamos realizar um aqui, hoje, no espaço territorial da Comissão de Educação propriamente dito, onde também ouviremos as representações que estiveram na Bahia e algumas outras representações.

Tudo isso vem no sentido, como disse antes, de instruir o posicionamento desta Relatora, para análise do projeto em pauta. É o Projeto da Câmara nº 31, de 2009, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências. O PLC nº 31, de 2009, é um PLC de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

No debate da Bahia, apareceu também uma proposta de substitutivo, apresentada, se não me engano, pela CBC, pela Confederação Brasileira. Não, pela Fundação Palmares...

O SR. ALEXANDRO REIS (*Fora do microfone*.) – Não, pelo Sr. Jairo Júnior, representante do Terceiro Congresso Nacional de

Capoeira.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – De acordo com o Sr. Alexandro Reis, representante da Fundação Palmares, o substitutivo foi apresentado pelo Sr. Jairo Júnior, representante do Terceiro Congresso Nacional de Capoeira ou da Confederação Brasileira de Capoeira, um das duas instâncias.

Nós temos todas as gravações do debate ocorrido na Bahia, temos todas as manifestações, também por escrito, dos mestres que lá estiveram presentes. E os pronunciamentos deste debate, tanto da Mesa quanto do Plenário, quando abrirmos essa discussão, farão parte desse acervo documental da Comissão de Educação para instruir esse processo.

Podemos até ver depois com o Júlio se não é o caso de nós publicarmos. Eu vou solicitar ao Presidente da Comissão que nós possamos publicar depois o resultado deste debate. Seria interessante.

Quero registrar também as presenças do Sr. Antônio Batista Pinto, Zulu, do Centro Ideário de Capoeira; do Dr. Sérgio Luis dos Santos Lima, Brucutu, Mestre e Doutor em Engenharia de Produção e Sistema; de Filipe Canto Torres, do grupo Beribazu; de Fábio de Assis Gaspar, do grupo Beribazu; de Jorge Augusto Vinhas, Assessor Especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); do Prof. Gilberto José Bertevello, Diretor-Presidente do Sindicato das Academias do Estado de São Paulo.

Vamos iniciar, portanto, o nosso debate. Eu vou tentar estabelecer aqui uma ordem, que não tem critério maior. Pensei em seguir de lá para cá e, na volta, fazer, se necessário, o caminho oposto.

Dez minutos para cada um vocês consideram suficientes? (*Pausa*.)

Então, quinze minutos para cada um, porque, como nós temos cinco pessoas para falar, nós podemos estender muito e, na presença de Senadores que vierem, termos dificuldade de garantir a palavra.

A nossa Comissão tem também prazo para a realização dos debates, até porque, na parte da tarde, com o funcionamento do plenário do Senado, nós não podemos manter as comissões em funcionamento.

Vou dizer a vocês que o tempo é marcado de forma automática. Então, vocês não precisam se preocupar. Quando estiver faltando um minuto para acabar, tocará a campainha, e vocês, então, sistematizarão o término do pensamento.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Gersonilto de Sousa, representante da Confederação Brasileira de Capoeira.

O SR. GERSONILTO HELENO DE SOUZA – Bom dia. Quero saudar a Mesa; a Senadora Lídice da Mata; todos os presentes; o assessor jurídico Dr. André Galvão, que se encontra aqui; o Mestre Zulu, que eu não tinha cumprimentado; e os demais mestres que aqui estão.

Eu trouxe uma exposição de imagens com referência à capoeira como um bem público. Então, vejam ali, o Mestre Bimba, para quem não sabe, com Getúlio Vargas, cumprimentando e solicitando políticas públicas para a capoeira. Pós-data, vemos aí Lula, também já implementando políticas para a capoeira. Nos Estados, governadores jogando capoeira, implementando-a.

Agora, em 2014, nós tivemos duas audiências com o Ministro do Esporte com referência à regulamentação da Lei 12. 288, que é o Estatuto da Igualdade Racial. Por essas duas vezes em que estivemos lá, foi autorizado ao executivo dele desenvolver o planejamento, o projeto para a regulamentação da capoeira, e estamos aguardando até hoje – 2013, 2014 – e nada, porque o Ministro dá ordem, mas não está sendo nada executado lá dentro.

Enfim, para a nossa audiência, em referência ao Projeto de Lei 31, eu trouxe uma amostra do sistema nacional, que é a Confederação, o Comitê Olímpico, o Ministério do Esporte, e nós temos a Presidência da República e fazemos parte hoje do Governo Federal.

A Confederação hoje está dividida em federações, ligas, grupos, escolas, associações, profissionais e entidades de classe.

Nós temos hoje dentro do nosso estatuto, para reconhecimento, o filiado, o vinculado, o reconhecido, o meritório, o contribuinte, patrocinadores e eventuais. Tudo isso constituiu uma proposta solicitada neste Estatuto por referência de ordenamento governamental, até para facilitar a entidade dentro da sua juridicidade.

Bem, a Confederação tem a sua penetração dentro do Ministério da Educação? Tem, através da LDB. Do Ministério da Cultura? Sim, através do Patrimônio Cultural. A capoeira é conhecida como um desporto de criação nacional e identidade cultural.

Hoje, a CBC tem a sua Presidência; uma Secretaria-Executiva, que coordena toda a parte administrativa, financeira, jurídica; o nosso Conselho Superior, que é consultivo, são os mestres que hoje deliberam sobre os eventos ou sobre o que vai acontecer dentro da CBC; uma Assembleia-Geral, que determina e assimila tudo; o nosso Conselho Fiscal; o nosso Superior Tribunal; o Tribunal de Justiça e a Justiça Desportiva, todos constituídos hoje dentro da Confederação Brasileira.

As representações. Nós estamos sem representações ainda. A Paraíba já conseguiu, assim como Roraima e Rondônia. Quer dizer, federações há em praticamente todos os Estados da Federação.

Hoje, só para vocês entenderem o mundo da capoeira, em pesquisa realizada em *sites*, são 486 mil fundações; núcleos esportivos, 353; escolas são 1.040. Isso estimadamente. E hoje o total de *sites* de capoeira está em torno de 8,74 milhões. Desses *sites*, a maioria, para quem não sabe, está toda localizada na África, Isso é interessante.

Bem, a Confederação Brasileira foi instituída com o intuito de preservação, manutenção dos elementos históricos e formadores da manifestação cultural de matriz africana, ou seja, capoeira, afrodescendente, de criação nacional, pela via institucional organizada, sistêmica de desporto, a fim de criar estrutura e implementar a parceria com órgãos de Estados, políticas, com o escopo de preservação do patrimônio cultural e dos bens imateriais da sociedade brasileira; inserção educacional e social pela via desportiva; ações afirmativas no sentido de dar reparação e dar cidadania aos afrodescendentes. Ou seja, a Confederação hoje tem a plenitude da administração: uma pelo Comitê Olímpico Brasileiro e outra pela formalização de institucionalização de sua prática, a capoeira.

A capoeira teve o seu reconhecimento pelo Decreto 31, em 1933; logo após, em 1953; depois, em 1972. E o resultado de tudo isso foi o Ofício Circular 75, do Comitê Olímpico Brasileiro, que dá à Confederação Brasileira o direito de representação da administração da capoeira como desporto nacional. Isso em 1995.

A capoeira fazia parte do pugilismo; mas saímos do pugilismo e houve o desmembramento para a questão de confederações, federações, ligas estaduais e tudo o mais.

Por força da Lei 8.672 e da Lei 9.615, tivemos que adequar o nosso estatuto da Confederação ao Comitê Olímpico Brasileiro, ou seja, a capoeira como desporto, mas com administração, buscando toda uma história.

Essa história da capoeira começa assim: começa com uma parte de cultura, ou seja, a parte de folclore; vem se desenvolvendo com os mestres de capoeira empiricamente; foi se desenvolvendo a partir do tempo, sendo reconhecida como patrimônio material e, depois, como patrimônio imaterial. Logo após a Lei 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial, reconhece as três especificidades da capoeira, a capoeira dentro do desporto, a capoeira dentro da educação e a capoeira como cultura, faltando-nos apenas regulamentá-la.

Essas imagens elas transmitem para a gente o quanto a capoeira vem buscando se institucionalizar. Se antes éramos o folclore, passamos a ser uma brincadeira de rua, passamos a ser a imaginação e começamos a constituir uma metodologia, uma didática, para a prática universal dos seus movimentos. Essa prática universal começa numa antiguidade e vem de mestre a mestre.

Há uma imagem ali onde os capoeiristas estão de *short*. Aquela imagem ali já mostra a capoeira em 1828 já buscando regulamentação sobre os seus movimentos.

Bimba, Pastinha e outros mais sempre buscaram que a capoeira tivesse uma entidade maior que a representasse, para que ela pudesse vir a ser institucionalizada. Começa-se no cais, passa-se a Pastinha. Pastinha vai à África, Pastinha morre à míngua. João Grande e João Pequeno já foram; apenas um ganhou o título, apenas um teve o título. Então esse reconhecimento do Poder Público, no Brasil não acontece. O capoeirista não tem o seu reconhecimento público; precisamos sair do Brasil para ter reconhecimento.

Bimba teve o seu reconhecimento? Teve o reconhecimento, através da didática da Capoeira, mas também o Poder Público não o chamou ainda. Ele implementou a didática da sequência de capoeira.

Só para entender, a capoeira já era para ter sido reconhecida como ginástica nacional desde Annibal Burlamaqui. Poucas pessoas sabem disso. Em 1928, Bimba conheceu Burlamaqui, fez a sua metodologia em cima de alguns movimentos. A capoeira mãe, a capoeira que nós chamamos capoeira angola se absorve, mas todos esses movimentos culturais nos dão o que a capoeira pode ser.

Passei por alguns países em que passei e, no último, a Coreia do Sul, eu vi movimentos de uma arte milenar que se chama *tae kyon*, em que os movimentos da capoeira estão inseridos. Quer dizer, nossos movimen-

tos culturais podem ter sofrido algumas alterações, a capoeira como cultura popular, a capoeira como forma primitiva, como algumas biografias vêm falando para nós.

E a nossa idéia, hoje, de institucionalizá-la, justamente buscando uma atividade, uma profissionalização, é do falso mestre de capoeira que aparece, pois parece que todo mundo é mestre de capoeira. Mas, e o conhecimento? Na atividade cultural temos várias atividades: a área de lazer, as atividades de brincadeira com idosos e principalmente a atividade artesanal. O capoeirista busca essa atividade, que o mantém mais do que propriamente o jogo da capoeira.

Música, a musicalidade. A capoeira faz hoje CDs, livros...

Área educacional. Pela LDB, para ser um profissional da educação você tem que estar inserido dentro da LDB, ou academicamente graduado em alguma instrução para poder estar lá dentro.

Desporto. Aí nós vamos ter várias atividades sendo criadas, como capoterapia, capojiu-jitsu, capobox. Se eu for enumerar aqui, vai dar muita coisa.

E há as atividades de esportes dentro das escolas, os campeonatos que estão sendo realizados através do Ministério do esporte, com o apoio do Ministério e das Secretarias Estaduais; e o ranqueamento, bolsa-esporte, buscando os momentos que o capoeirista precisa dentro da área esportiva.

Algumas políticas públicas foram desenvolvidas pela Confederação, como fóruns, congressos, convenções e seminários. E desses fóruns, seminários e congressos, a principal motivação de todos esses mestres é que se prime pela capoeira, que não se deixe o mestre de capoeira jogado fora e que sua atividade seja reconhecida.

Hoje um dos mestres mais antigos que nós temos é o Mestre Pelé da Bomba, que nos apóia em todos os seminários e congressos que estamos realizando.

Eu trouxe uma pequena apresentação do DVD do Mestre Olavo. O Mestre Olavo tem quinze filhos e vive sob a atividade da capoeira em Salvador.

A atividade é essa que eu mostrei ali. Ele dá aula em escola, em atividades educacionais, ele vive sob atividade artesanal, ele vive sob a música – é um excelente músico. Enfim, essas todas as atividades que a capoeira pode seguir. Então, o Mestre Olavo vem mostrando a sua compreensão no sentido de que dá para se viver da capoeira. O capoeirista vive? Vive. Só que temos que conseguir definir dentro da capoeira algumas proposições.

Aqui foi colocado o PL nº 31, mas antes do PL nº 31 nós já tínhamos no Congresso Nacional o PL nº 85, de 2000, que foi discutido, foi aprovado no Congresso Nacional e levado ao Executivo, onde foi vetado totalmente. Vou mostrar o veto para vocês daqui a pouco do PL que já reconhecia a capoeira como manifestação e atividade profissional.

Esses mestres todos vieram a Brasília para buscar isso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Então ele aprende com o Waldemar o ofício de fazer berimbau, de fazer instrumentos musicais e instrumentos de percussão dentro da capoeira.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Bem, essa mostra do Mestre Olavo...

O tempo é bem exíguo, bem passado.

Nós temos assim uma grande preocupação, ouvindo a voz de Montesquieu que diz que "as leis inúteis enfraquecem as leis necessárias". Muitas vezes nós temos uma lei que já está instituída e que precisa apenas de uma regulamentação; e não é preciso criar novas leis para se fazer com que a capoeira venha a ser instituída.

Nós estamos falando aqui da atividade. A atividade da capoeira, a atividade ocupacional, a profissão, pode ser feita a qualquer momento.

Da Previdência, que todos os mestres de capoeira pedem, nós corremos atrás. Na Previdência é só se inscrever como autônomo; dá para se fazer.

Na área de educação, há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Não tem para onde correr; está regulamentado.

Patrimônio público. O IPHAN já complementou essa parte.

A parte que nos falta está dentro do Estatuto da Igualdade Racial. São três artigos solicitados. Desses três artigos, a cultura fez a parte dela, a educação já está pronta e a parte do esporte é que não foi feita ainda. Tivemos duas oportunidades com o Ministro do Esporte, nas quais ele solicitou ao Executivo dele que fizesse a execução, que até hoje não foi feita, justamente a parte onde nós vamos tratar da oportunidade da capoeira como desporto.

E a capoeira geral, se nós formos estudar ela, de acordo com o projeto, nós vamos cair na lei de Montesquieu; a lei é inútil, porque nós vamos buscar três especificidades dentro da capoeira, ou até mais. Há a questão trabalhista que pode ser discutida, diretamente, dentro da Comissão de Trabalho.

E, dentro da Comissão de Educação, eu acho que dá para se fazer uma provocação do que nós buscamos para a capoeira. Só para vocês entenderem, o PL nº 85 sofreu um veto do Executivo, em 2000, reconhecendo a capoeira em todas as suas manifestações.

Houve o veto, mas, logo após, começamos a buscar uma lei que pudesse nos atender. Como seria essa lei? Qual o órgão que poderia nos atender? De todos os órgãos – o Ministério do Esporte, Cultura, Educação –, tinha que ser através da Presidência da República.

Buscamos, através da Secretaria de Igualdade Racial, implementar, estruturar o Estatuto da Igualdade Racial, onde temos três artigos que limitam e falam sobre a questão da capoeira, falam sobre a questão total da capoeira; apenas faltava essa regulamentação que foi feita.

O PL nº 31 traz em seu bojo, em seu texto, na sua proposição, algumas motivações que nos levam a crer que a capoeira precisa, além disso tudo, ser muito mais motivada, e que o Poder Público tenha mais olhos sobre ela e sobre aqueles que estão buscando trabalhá-la.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada.

Nós fomos tolerantes um pouquinho mais e estendemos o tempo. Compreendo e teremos a mesma tolerância com os demais, mas vamos tentar manter entre 15 e 17 minutos, para que a gente tenha condição de permitir que todos possam fazer a exposição.

Vou sugerir que Alexandro fale, por pedido do Mestre Tabosa, que solicitou que ele possa ficar por último.

O SR. ALEXANDRO REIS – Bom dia. É um prazer participar desta audiência e dar continuidade ao trabalho que o Senado, especialmente a Comissão de Educação, Cultura e Esporte iniciou, pelo comando da Senadora Lídice.

A reunião que realizamos em Salvador também foi uma reunião bastante positiva, foi uma oportunidade de conhecer os contrários no sentido de avançar naquilo que é fundamental nesse processo. O Estado brasileiro tem uma dívida com os capoeiristas, com a cultura afro-brasileira. E neste momento em que há um processo intenso de avanço de políticas, de ações afirmativas no Brasil, na área quilombola, na educação, é fundamental que o Estado também possa efetivamente entrar nesse processo em favor da capoeira, que foi o elo importante de garantia de luta política e também de educação, de transmissão de conhecimento, de preservação de cultura, que o Estado também possa efetivamente entrar nesse processo.

E nós compreendemos que esse processo ultrapassa a idéia de salvaguardar a capoeira. Há a idéia de apenas o Governo, de uma política de Governo para fazer o reconhecimento, mas que, de fato, haja uma ação que realize para a capoeira aquilo que ela representa hoje efetivamente para a sociedade.

Então a capoeira, no nosso entendimento, ela tem um reconhecimento pleno da sociedade, porque ela está nas escolas, está nas linguagens, está na discussão política do País, está nos vários espaços de debate Brasil afora que nós tivemos oportunidade de realizar, mas há, ainda, uma ação insuficiente do ponto de vista de Estado. E nós estamos falando no sentido de que não há só necessidade de políticas públicas por parte de um órgão de Governo Federal; é preciso haver uma ação sistematizada que envolva Governo Federal, os Ministérios afins com o tema, mas também que os Estados e Municípios operem e realizem política pública nesse sentido.

Então o nosso entendimento é de que este debate nos ajuda nesse sentido. Primeiro, para fortalecer aquilo que é fundamental, porque nesse período todos os capoeiristas tiveram diversas formas de organizações de luta e divergências, mas conseguiu-se constituir uma unidade no sentido de que há necessidade de cobrar do Estado brasileiro essas ações. Então nós entendemos que esse processo de debate precisa preservar isso que foi construído, principalmente a participação e o protagonismo do capoeirista nesse processo. E sabemos que esse debate é um debate que envolve uma complexidade jurídica, cultural, histórica e que nem todos têm as mesmas dimensões de entendimento; há interesses diversos envolvidos de capoeiristas e não-capoeiristas nesse processo. Então, a participação e o protagonismo dos capoeiristas nesse processo é fundamental, é essencial para que o debate avance.

Nós entendemos também que um processo como esse deve ter alguns objetivos fundamentais, pois temos que sair com resultados desse debate. Um deles é a proteção social e trabalhista dos capoeiristas, que é fundamental. Hoje, já há previsões, há o Código de Ocupação que reconhece a profissão dos capoeiristas, mas precisamos avançar no debate no sentido de que ainda há situações de capoeiristas – principalmente em Salvador, onde tenho maior aproximação – que dão aula em escolas, mas que são contratados como serventes ou como oficineiros, sem ter uma remuneração digna pela sua profissão, pelo seu trabalho. Então, são questões importantes que entendemos ser fundamentais para esse debate.

Outro tema importante é o financiamento da funcionalidade da capoeira no Brasil. E, aí, entendemos que isso é algo essencial para que a capoeira tenha outro tipo de dimensão política, outro tipo de dimensão de sua representatividade na sociedade brasileira. Isso é fundamental. E o Ministério da Cultura, mas também o Ministério do Esporte, os Estados e Municípios precisam garantir esse financiamento, o que envolve, efetivamente, luta política, debate. E esse trabalho que o Senado está realizando principalmente fortalece essa ideia de debate, de construção a partir dessa unidade e de uma estratégia efetiva para que o Estado garanta essas questões.

Nós não temos nenhuma ilusão de que um projeto de lei com essa complexidade terá condições de passar aqui na Comissão, ir para o Plenário do Senado, depois voltar para a Câmara, ir para o debate e chegar ao Executivo, à Presidência para ser sancionado. Esse é um processo que envolve uma série de dificuldades, de obstáculos, e não temos nenhuma ilusão em relação a isso. O importante dessa situação é mobilizar os capoeiristas no Brasil inteiro para discutirem seus direitos, de forma que tenham responsabilidade os Municípios, os Estados e a União.

Há algumas questões que queremos comentar são em relação ao PL 31, de 2009. Ele é um projeto bem sucinto no sentido daquela conjuntura. Houve o PL 85, que passou e que não conseguiu ir à frente. E se fez uma proposta muito sucinta no sentido de que pudesse ser rapidamente aprovada na Câmara e no Senado, só que é uma proposta que se vincula muito fortemente à atividade esportiva. E compreendemos que a atividade esportiva tem várias dimensões, embora no debate nacional que estamos fazendo com os capoeiristas, o foco dos capoeiristas, como contradição, é considerar que, quando se fala em esporte, se fala em esporte tão somente o esporte de alto rendimento.

Na verdade, a Lei Pelé, o Sistema ONU e o que o Brasil discute em relação ao esporte são as suas três dimensões fundamentais: esporte de participação, esporte de educação... E essas duas dimensões, de participação e de educação, são fundamentais, estão vinculadas à questão da capoeira, ao desenvolvimento da capoeira. A capoeira sempre fez essa relação.

Aí, vem o debate do financiamento. Por exemplo, a Lei Agnelo/Piva, que trata da distribuição de recursos de jogos e prognósticos para o desenvolvimento do esporte, até 2013, tinha uma diretriz, que era a distribuição tão somente através do COB, que tinha sua hierarquia de distribuição desses recursos. Houve mudança em 2004 e existe um decreto em vigência, de 2012, que trata desse tema, já garantindo uma distribuição mais igualitária, mais democrática do ponto de vista do Ministério do Esporte e de o sistema poder atender. Então, a capoeira tem essas duas dimensões que precisam também ser financiadas para a educação e a participação, que são essenciais do fazer, do existir da capoeira.

Outra questão que nós entendemos complicada no PL 31 é o foco na ideia do atleta profissional. Essa é uma dimensão que realmente tem um conflito muito forte com o que é a realidade da capoeira, porque ela tem um foco no atleta, isso trabalhando evidentemente com a concepção de alto rendimento. Quanto a esse tipo de andamento, nós da Fundação Palmares não temos acordo; isso é equivocado, é um prejuízo para o fazer da capoeira. E nós temos que mudar o debate em relação a isso.

Agora, o que é interessante quando se aparece? Isso aparece porque não é só um Parlamentar ou o Congresso que estabeleceu isso; nisso também tem as forças políticas da própria capoeira – e nós não podemos desconhecer isso, fazer vistas grossas. Há na capoeira também esse movimento interno e que precisa ser também respeitado, precisa ser observado, no sentido, inclusive, de fazer valer aquilo que é mais importante, que mais unifica e que mais fortalece a identidade da capoeira.

E, nós, na nossa discussão de sugestão, começamos a fazer o debate, discutindo com várias personalidades da capoeira, com pessoas que são efetivamente envolvidas nessa discussão, em vários Estados do Brasil, e o que nós verificamos, Senadora, como algo importante nesse tema são algumas questões fundamentais para tratar se vamos caminhar – eu acho que a CBC fez uma fala aqui muito importante – no sentido que já existe uma lei que trata desse tema e que precisa ser regulamentada, que é a Lei 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial, que trata dessa temática e precisa ser regulamentada.

Então, o processo, nesse sentido, vem muito mais para fortalecer esse debate, para que o próprio Executivo tome a iniciativa de buscar regulamentar. A SEPPIR, junto com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fez um trabalho muito importante no sentido de avaliar o Estatuto e de recomendar a regulamentação. Há um parecer da SEPPIR em relação à condição da capoeira, mas nós entendemos que, se o debate deve avançar, deve avançar nessas três perspectivas. A primeira é a combinação dos arts. 216 e 217 da Constituição Federal, para fortalecer a dimensão da cultura, da história e também a dimensão esportiva naqueles dois eixos que estou colocando: que é o eixo de participação e o eixo de educação. Então, isso precisa ser integrado, inclusive no sentido de fortalecer outras ações que o Governo já realiza, por exemplo, a aplicabilidade da Lei 10.639 no currículo escolar, que trata da cultura afro-brasileira. Isso e importante.

A outra dimensão é garantir mecanismos que reconheçam os profissionais, projete e proteja a liberdade da capoeira. Isso também é fundamental, porque uma lei, necessariamente, cria critério, e o critério no mundo da capoeira vai ter uma dificuldade porque a capoeira tem no seu histórico a liberdade, o seu caráter libertário e, ao estabelecer uma lei, você vai quebrar com essa dinâmica da capoeira, essa forma de organização. Então, esse é um debate com que temos que ter todos os cuidados, porque a capoeira já tem uma dimensão, já tem uma cultura de funcionamento, de organização e, ao se estabelece a lei, pode-se enfraquecer esse tipo de elo, enfraquecer esse tipo de organização. Temos que ter totalmente esse cuidado e discutir nesse sentido.

Uma terceira dimensão é o fortalecimento da organização da capoeira. E digo isso num sentido de fortalecer a capoeira na sua dimensão nacional, na sua dimensão regional e local. Há grupos de capoeira que atuam no bairro, na comunidade e que precisam de apoio, mas não têm o apoio efetivo. Por quê? Ora o Município diz que precisa de um documento, de um estatuto, precisam disso, precisam daquilo outro e não garante efetivamente o apoio para aquele trabalho que é fundamental; não só ao trabalho que, às vezes, é reportado à capoeira de busca e resgate do jovem, do adolescente que está em situação de violência e de vulnerabilidade social, mas a um outro tipo de contribuição que a capoeira dá, que é a capacidade criativa, de formação, de organização comunitária, que é essencial na capoeira, em várias comunidades Brasil afora.

A segunda dimensão que entendemos importante é a ampliação desse processo de consulta. Esta reunião aqui é muito importante e tem uma divulgação para o mundo da capoeira, mas nós sabemos que há necessidade de outros Estados se pronunciarem. Eu fui ao Amapá, onde há uma capoeira que está organizada e que precisa se pronunciar, precisa ver. A Paraíba, o Acre e vários outros Estados, Estados do Norte do País muitas vezes não participam efetivamente desse debate, que acaba sendo concentrado em Bahia, Rio, Pernambuco, São Paulo e Minas. Nós precisamos ter outros Estados que também apresentem sua visão e a sua contribuição sobre esse processo.

E o Senado hoje tem formas já avançadas de fazer essas consultas, por telefone, pela própria comunidade se pronunciando, enviando informações eletrônicas. Então, eu acho que isso é o fundamental. Nós precisamos garantir nesse processo que os capoeiristas...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRO REIS – ... do Brasil tenham as condições de participação e protagonismo nesse processo naquilo que é fundamental no fortalecimento e organização da capoeira no Brasil.

Obrigado. Muito axé, *nguzo* e boa sorte para todos nós.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Alexandro.

Vou passar a palavra à representante do IPHAN, Srª Célia Maria Corsino.

A SRª CÉLIA MARIA CORSINO – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos.

Eu vou dividir a minha participação aqui em dois momentos. No primeiro momento, eu vou fazer uma leitura do que o IPHAN definiu – e discutimos muito a posição do IPHAN – na questão desse PL específico, o PL nº 31. Esse aqui está mais enxuto que aquele que apresentamos na Bahia pela Maria Paula, pois já tivemos uma participação na Bahia. Depois, eu passo, num momento muito breve, a explicar qual tem sido a ação do IPHAN na questão do trato da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Na análise do PL nº 31/2009, constatou-se que não há menção ao reconhecimento do ofício de mestre de capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Esse instituto considera que qualquer lei que disponha sobre o reconhecimento da profissão de capoeirista deve fazer menção a esse reconhecimento prévio, ou seja, deve levar em consideração que o ofício de mestre de capoeira já possui reconhecimento patrimonial pelo Estado devido a seus valores culturais, identitários e para a memória da Nação.

Nesse sentido, o PL tampouco faz menção a outras dimensões da prática da capoeira – como também o Alexandro já colocou aqui – para além de dança, competição e luta. A capoeira é notoriamente uma prática multidimensional e, sobretudo, uma referência cultural da sociedade brasileira. A capoeira pode ser tanto dança, luta e esporte, como também é cultura, arte, lazer, meio de socialização, instrumento de educação popular, forma de transmissão de saberes e da memória ancestral, símbolo de afirmação identitária, dentre outros. E é justamente essa multiplicidade de dimensões uma das características que justificou seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil em 2008, tendo sido a roda de capoeira inscrita no Livro do Registro das Formas de Expressão e o ofício de mestre de capoeira inscrito no Livro de Registro dos Ofícios e Saberes, nos termos do Decreto nº 3.551, de 2000, que institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial.

Dessa forma, consideramos que uma lei que pretenda reconhecer profissionalmente a atividade da capoeira não pode desconsiderar sua dimensão cultural, no mais, já oficialmente reconhecida, como aqui já mencionamos.

A partir dos diálogos realizados entre o IPHAN e os capoeiristas, é possível afirmar que uma questão importantíssima em relação à profissionalização tem relação com os entraves existentes para o ensino da capoeira por mestres tradicionais, como a exigência de apresentação de diplomas de graduação ou a legitimação por organismos e entidades que se pretendam normativas. De acordo com o Dossiê de Registro, cada mestre de capoeira, plenamente formado nos moldes da tradição, está preparado para atuar como educador sem necessitar de qualquer outra chancela. Assim, acreditamos que a legislação preocupada em fomentar a profissionalização dos capoeiristas deve garantir o respeito a esse princípio, considerando que os mestres mais antigos estão em condições de vulnerabilidade, principalmente por não ter reconhecido seu notório saber e suas formas tradicionais de transmissão de saberes.

Não obstante essas considerações que esboçamos, com a análise do PL nº 31, de 2009, nós concluímos que está fora da competência do IPHAN opinar sobre a aprovação ou não do projeto. Embora o bem cultural seja registrado por essa instituição, a legislação do Patrimônio Cultural Imaterial não autoriza o IPHAN a ter ingerência sobre ocorrências que incidam sobre o bem cultural. São os próprios detentores dos bens culturais que devem analisar os eventos e considerar os encaminhamentos e conclusões. O que nós estamos promovendo é um grande espaço de fóruns e discussão, espaços para os detentores discutirem todos os PLs que lhes são apresentados.

As diretrizes do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial preveem a ampla participação dos grupos nas discussões que envolvam diretamente as condições de produção e reprodução do bem cultural. Nesse caso, o papel do IPHAN, como instituição responsável pela salvaguarda do bem cultural registrado, será – e é, porque já estamos fazendo – o de promover espaços de discussão e de debate para que os detentores possam analisar as proposições e definir seu posicionamento em relação, por exemplo, a projetos de lei desse tipo.

Por fim, tendo em vista tudo isso que falamos, consideramos que a aprovação de um projeto dessa natureza deve ser precedida de exaustiva, ampla e legítima discussão sobre o assunto com a comunidade da capoeira. É necessário que os conteúdos dos projetos sejam disponibilizados para os detentores e sejam criados espaços de discussão não só sobre os conteúdos, mas também sobre as implicações da regulamentação da atividade. Não é só regulamentar, mas o que é isso implica no dia seguinte ao da regulamentação.

Dito isso, Senadora, eu gostaria de colocar qual é o esforço que estamos fazendo dentro do Departamento de Patrimônio Imaterial, como orientação para as 27 superintendências Estaduais do IPHAN em todo o Brasil: promover amplo debate entre os detentores, entre os capoeiristas, fazendo uma ação proativa, procurando os capoeiristas, colocar o IPHAN à disposição. Nós temos, já pegando a palavra do Alexandro, o Alex, aqui, por exemplo, em Mato Grosso, um fórum de capoeiristas que se reúnem constantemente no IPHAN. Nós damos as condições de reunião. Agora, foram a 400km de Cuiabá, a Vila Bela, e também conseguimos organizar e levar as lideranças de Cuiabá para organizar os fóruns de Vila Bela. Em Estados como Paraná, por exemplo, todos os grupos dos capoeiristas estão mobilizados. Então, a nossa preocupação é justamente sair do foco de só Bahia e Rio e trabalhar em todos. Eu estou citando esses, porque Mato Grosso, Paraná e Roraima, em que nós temos um bom trabalho nas superintendências, são, às vezes, localidades que esquecemos e pensamos que não há, mas capoeira existe no Brasil todo.

Temos trabalhado com uma ideia da abrangência do bem cultural registrado. No caso da capoeira, a abrangência do bem cultural registrado, quando eu clico lá no nosso mapa, vai para o Brasil inteiro, no caso aqui.

Neste ano, estamos lançando um edital de premiação. Eu discordo um pouco de que nós... Nós fazemos muito pouco, porque o campo é muito amplo, e as nossas pernas são curtas, mas já fizemos uma premiação inicial, assim que eu cheguei ao departamento. Havia um edital chamado Viva meu Mestre pendente ainda de pagamento, e isso foi tudo resolvido no ano de 2011. Agora, a partir desse conjunto de fóruns que se reúnem sempre junto às superintendências do IPHAN e têm a sua pauta de reivindicações, nós estamos fazendo um trabalho – tem de ser em edital, porque o Governo não pode passar mais recursos diretos – para um edital nacional de premiação da questão da capoeira.

Além disso, nós já encaminhamos, e, neste ano, em dezembro, vai ser analisada, pelo Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Convenção de 2003 da Unesco, a capoeira como bem da humanidade. Esperamos que esse reconhecimento, que já é de fato, venha de direito. A capoeira, realmente, não está no Brasil; a capoeira é o Brasil no mundo, e o Brasil no mundo se faz a partir dos mestres da capoeira e da sua ação.

Temos um compromisso absoluto com a roda de capoeira. Na verdade, para a Unesco, o reconhecimento é da roda de capoeira, essa roda que é o mundo que gira e que traz essa humanidade toda junto, em que podemos ver povos diferentes e até eventualmente inimigos jogando o jogo juntos, mostrando a força que tem essa manifestação.

Com certeza, nós estamos preocupados com a questão dos mestres e preocupados como é que nós vamos reconhecer a atividade desses mestres sem necessariamente ter essas titulações tradicionais. Nesse sentido, existem outras leis. Nós estamos trabalhando juntos. Encaminhamos, inclusive, uma proposição ao Ministério da Cultura de se fazer uma lei de apoio aos mestres e, aí, nesse caso, os mestres de capoeira entram também. Se você é mestre, você teria até uma bolsa mestre para você ter um auxílio, que é o que está dentro da governabilidade do Ministério da Cultura. Não podemos confundir a valorização que pretendemos, que queremos e que vamos conseguir dar aos mestres com a questão da Previdência, não podemos misturar tudo, porque a Cultura não tem pernas para resolver a questão previdenciária. Eu quero colocar isso, porque isso é sempre uma discussão grande que há nessas reuniões de mestres, mas nós temos de saber qual é o caminho que nós vamos conseguir para o reconhecimento da atividade da capoeira como uma atividade fundamental.

Na questão da educação, por exemplo, no contraponto da escola, há o Mais Cultura nas Escolas e o Mais Educação, que já têm uma abertura grande para que os mestres da cultura popular – nesse caso, incluímos os mestres capoeiristas – possam ser contratados dignamente como professores, porque eles são mestres. Agora, nós também temos de ser um pouco mais rígidos, porque todos os senhores sabem que, em qualquer grupo – e o senhor da Confederação até colocou –, há alguns falsos mestres. Então, esses falsos mestres atrapalham fazer uma ação, porque, às vezes, eles são até mais mobilizados que os próprios mestres.

O trabalho do IPHAN é assegurar um espaço de discussão e de encontro para além das diferenças dos grupos. Então, dizem: "Ah, porque não vai ao espaço tal, não vai ao espaço tal", mas o IPHAN é um espaço – claro que não é neutro, porque nenhum espaço no mundo é neutro – de convergência de todos os grupos de capoeiristas. E isso é uma coisa efetiva. Não é uma promessa, é uma coisa que nós estamos fazendo no nosso cotidiano.

É suficiente? Não é suficiente ainda, mas o que queremos é que esses grupos sejam muito bem articulados, que possamos caminhar juntos para chegar a um bom entendimento do que seria melhor. Então, na verdade, estamos atentos a todas essas legislações.

É muito importante que não seja esquecido nunca que já existe um reconhecimento do Governo brasileiro com os mestres de capoeira. Esse reconhecimento tem agora de sair da insígnia, só da medalha; ele tem de ir para um lado mais objetivo. E esse lado mais objetivo talvez seja na questão do esporte ou na questão da educação ou na questão da cultura, da previdência, no que for, mas não podemos esquecer jamais que o reconhecimento do mestre de capoeira está para além de cada um desses grupos, pois ele está no conjunto desses grupos todos. Não podemos reconhecer um mestre só pelo lado do esporte, só pelo lado da cultura ou só pelo lado da educação. É o conjunto disso que vai fazer a força da capoeira brasileira.

Então, eu acho que o IPHAN vem trabalhando nesse sentido, e nós nos colocamos à disposição de qualquer instituição, mestre, grupo que queira procurar o IPHAN, seja em Brasília, seja nas nossas superintendências. É o único órgão do Ministério da Cultura que está nos 27 Estados da União, o que possibilita, vamos dizer assim, uma maior penetração para todos os grupos e um momento de reflexão e trabalho.

Eu posso garantir, Srª Senadora, que os nossos técnicos – poucos técnicos, porque muitos deles não são da área das ciências sociais, que trata do patrimônio imaterial – estão totalmente envolvidos e comprometidos com a questão que chamamos de processo de salvaguarda do bem cultural registrado como roda de capoeira e mestre de capoeira.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Agradeço a contribuição da Srª Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Quero também dizer, Drª Célia, que a Comissão de Educação também está aberta às contribuições do IPHAN, e, na medida em que V. Sª e os demais membros do grupo de trabalho da capoeira considerarem importante, todos podem encaminhar as manifestações e as sugestões para a Comissão de Educação.

Nós estamos ouvindo os capoeiristas no Brasil – esse é o esforço da Comissão de Educação. Nós estamos realizando uma audiência pública hoje aqui, já realizamos outra na Bahia, e todas as formas de comunicação do Senado estão abertas a essa contribuição. Não há nenhum impedimento. Nós só não podemos fazer uma conferência nacional da capoeira para instruir um projeto de lei, mas, no mais, nós estamos absolutamente abertos a essa contribuição, buscando todos os tipos de contribuição e deixando em aberto os canais do Senado, o portal do Senado. O Senado tem recebido manifestações sobre diversos projetos, e eu aproveito para conclamar os capoeiristas a buscarem essa comunicação com a Comissão de Educação do Senado.

Vou passar a palavra ao mestre de capoeira, Reginaldo da Silveira Costa, educador, também pelo prazo de 15 minutos.

O SR. REGINALDO DA SILVEIRA COSTA – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todos. Bom dia aos camaradas capoeiristas. Bom dia aos mestres, meus camaradas das rodas da vida.

Há algum tempo, eu venho acompanhando de perto, na Câmara dos Deputados, uma comissão – a Frente Parlamentar da Capoeira – que discutiu algumas questões. Por conta disso, eu acabei me tornando bem próximo da reflexão legislativa em torno da capoeira.

Em razão disso, eu trouxe algumas reflexões sobre o assunto como contribuição pela minha percepção e pelo acompanhamento que eu tenho feito desse tema, como capoeirista quanto como mestre de capoeira, pois atuo em diversos Estados e fora do Brasil também e tenho algumas produções intelectuais refletindo acerca das questões da capoeira. Mas estou aqui, neste momento, principalmente por conta dessa reflexão que estamos fazendo em torno da proposta do projeto de lei que está sendo hoje discutido.

A questão que envolve a capoeira precisa de um fórum que dê prioridade às questões culturais e às tradições do povo brasileiro.

A questão do esporte é uma espécie de apropriação da capoeira numa outra direção. Não estou dizendo que ela está errada. Estou dizendo que ela tem uma prioridade relativa, e isso tem que ser respeitado.

A outra questão é o abraço da diversidade. Nós temos uma diversidade dentro da capoeira, que, se não for respeitada, nenhum diálogo vai se estabelecer em torno de nenhuma lei envolvendo a capoeira. Isso é uma premissa – não há como ser diferente.

Democratizar as prioridades. Por exemplo, o IPHAN entende que o mestre de capoeira é prioridade, particularmente aquele mestre de capoeira que é o detentor da tradição, o detentor ancestral da questão. Então, esse mestre de capoeira tem que ser preservado do ponto de vista da sua integridade como pessoa, como ser humano, porque muitos deles vivem em condições absolutamente incompatíveis com o papel que representam dentro de uma tradição histórica.

Nós temos que oferecer resultados práticos. Essa discussão se arrasta há longo tempo. Alguns projetos chegaram até a sanção presidencial, mas foram vetados inteiramente. Por quê? Porque entregavam a capoeira integralmente a um grupo de pessoas propaladas representantes da capoeira, mas os capoeiristas que representam a tradição nunca se envolveram nessa representatividade. Então, a praticidade de qualquer decisão, de qualquer legislação tem que levar isso em consideração e atingir objetivos práticos, e não deve ser destinada a atendimento de questões e de interesses isolados.

Na legislação dos últimos anos, temos visto que as visões das leis são sempre limitadas, não atingem a abrangência da capoeira, não respeitam a sua abrangência, a sua complexidade. Então, sempre existe um *lobby* em torno de uma legislação, e todo capoeirista sabe disso. Se houvesse uma crença maior no sentido de que este projeto ou qualquer outro seria totalmente legítimo para a comunidade, para a capoeira, talvez este plenário estivesse lotado de capoeiristas. Mas existe uma apatia já com as questões que tramitam aqui no que diz respeito à capoeira.

Sempre houve falta de sistematização dessas ações. O IPHAN está fazendo uma coisa importante agora que é resgatar esse debate de uma maneira sistematizada, apropriando-se do que está sendo proposto, ouvindo os segmentos, dividindo os temas e organizando a temática da capoeira para tentar compreender aonde queremos chegar, quais são as necessidades prementes e de que maneira alcançá-las.

Nós temos o caso do tombamento. Já existe uma espécie de descrença na questão do tombamento. Há seis anos aconteceu o tombamento, e até hoje não existe uma única ação concreta que atinja, de fato e de direito, a comunidade da capoeira decorrente desse tombamento.

Há ações muito pouco transparentes do Governo, particularmente do Executivo, que tem verbas, sim, destinadas a cobrir eventos, a cobrir viagens, a cobrir a logística das questões relacionadas à capoeira e até mesmo as contratações, só que esses processos nunca ou raramente são totalmente transparentes. Quando se sabe, já se chegou a alguma coisa, já está estabelecido, já há alguém no lugar, e ninguém tomou conhecimento de como esse processo foi orientado, foi cumprido.

E existe o desconhecimento do tema dentro do Congresso. Cada vez que nos reunimos dentro do Congresso para debater a questão da capoeira, há um segmento diferente. Pessoalmente, já estive em diversas frentes no Congresso Nacional, na Câmara e, agora, no Senado, onde frentes já foram criadas, debates em torno de leis já foram feitos, mas se perde a memória dessa discussão, que se inicia novamente em outro momento, desgastando todo mundo que está envolvido e principalmente perdendo a capoeira a oportunidade de auferir disso alguma conquista efetiva.

Dentre as necessidades no Congresso, nós precisamos dar visibilidade ao que está acontecendo. A Senadora acabou de falar sobre isso, e eu acho que esse é o caminho que nós todos vamos louvar.

As salvaguardas legais para a capoeira como um todo precisam acontecer. O Congresso precisa compreender a abrangência e a profundidade do tema e oferecer uma legislação de controle para a transparência,

além da transparência para as ações do Governo. Se nós não fizermos... Se o Congresso, que é quem dita leis neste país, não criar mecanismos que imponham ao Executivo premissas de transparência, de legitimidade das questões relacionadas com o financiamento da cultura, onde entra a capoeira no meio, vamos ser sempre um processo à parte e apático à questão política; criar um processo continuado para tratar do tema. Ou seja, o Congresso precisa agora... Parece que essa Comissão de cultura e educação talvez seja a que tem mais aderência às questões que dizem respeito à capoeira.

Então, vamos torcer para que isso se instale como um processo efetivo, continuado, em que, eventualmente, um problema que aconteça, uma lei que não venha a ser aprovada não tire o fôlego da Comissão para levar a cabo a continuidade das questões relacionadas com a capoeira.

Há necessidades de se atribuírem aos setores do Governo ações de salvaguarda e inclusão da capoeira em suas diversas facetas. Isso precisa acontecer. Precisamos criar respaldo legal para a inclusão dos praticantes e mestres, proteger o patrimônio e segmentar a discussão de uma maneira que consigamos chegar a alguma coisa.

Especificamente sobre o projeto, o PL nº 31, da forma como nos chegou, aquele primeiro texto não tem claramente um propósito. Por exemplo: vamos fazer a criação de um atleta de capoeira. Isso, dentro da capoeira, eu comentei com diversas pessoas. Ninguém conhece essa figura. Eu vou contratar um atleta de capoeira para fazer o quê? Esse papel é um negócio transgênico, não existe uma fundamentação em cima dessa proposta. Sinceramente, eu, como capoeirista, desconheci qual é o propósito de se criar uma lei para o atleta de capoeira profissional. A única coisa que entendemos é que isso, eventualmente, pode ter facilitado a tramitação dessa discussão, da lei em si, para poder chegar até esse debate, passando a ser importante a apropriação disso.

No sentido da abrangência de responsabilidade, fundamento jurídico e etc., vínculos, isso também é estéril na proposta do PL nº 31. Ele é um texto extremamente curto e que não oferece elementos para avaliarmos essa proposta. E transporta a questão do foco para o jogador de capoeira, o que, para nós, é uma coisa de causar perplexidade, porque o jogador de capoeira é apenas uma decorrência de uma coisa muito mais ampla, que é a capoeira como cultura, como tradição, como ancestralidade, como herança cultural, um movimento identitário que tem levado a questão da brasilidade pelo mundo inteiro.

E, de repente, o que é importante disso? O jogador de capoeira. Não fez sentido. Sinto muito, mas eu não consegui compreender a proposta, essa ideia de valorizar o jogador de capoeira.

Aí, nós tivemos acesso a um documento que seria o substitutivo desse texto, já bem mais elaborado, bem mais sofisticado, bem mais abrangente em proposta. No entanto, nele, aparecem algumas questões em que os capoeiristas também ficam com o que seria "um pé atrás", literalmente usando a base da capoeira. A ginga é esta: "Opa, lá vem alguma coisa que não entendemos". Por exemplo, o que é um Conselho Nacional de Capoeira? Quem vai ser eleito para isso? Essa parte não é mencionada dentro da proposta da abrangência do projeto.

Então, se isso é uma proposta, se isso é uma coisa que pretende criar salvaguardas para a capoeira, etc., etc., isso, primeiro, não pode ter um vínculo exclusivamente como um esporte comum. Diversos dos falantes aqui, dos palestrantes já falaram: nós não podemos entender que a capoeira vá ser vista apenas como um jogador de capoeira. Trata-se de nos transformar em alguma coisa completamente estranha para nós. "Opa, todos nós agora vamos ser jogadores de capoeira." É isso?

É, mas a ideia de criar uma entidade que possa lutar pelas questões da capoeira, lutar pelas salvaguardas, criar mecanismos para incentivar a prática, lutar pela questão profissional, trabalhista, etc., e até representar, como se fosse uma espécie de sindicato, uma coisa sindical, representante de classe, logicamente, temos interesse nisso. E eu ainda, quando li no texto também, falava uma outra coisa: que nenhum capoeirista vai se recusar a se interessar nessa questão. "Olha, 2% do valor das arrecadações, etc., estão em jogo", que é o prognóstico e tal, a arrecadação do prognóstico como um incentivo à prática desportiva, e, naturalmente, uma parte disso vai chegar aonde hoje temos sérias dificuldades materiais, obviamente. Então, logicamente, o interesse sobre essa premissa e essa parte do processo é importante, mas de que maneira? Por que não se cria uma coisa totalmente transparente e pública para poder gerir essa questão do ponto de vista financeiro, do ponto de vista do incentivo financeiro á prática? Essa parte deveria ter sido, então, contemplada, ou deverá ser contemplada, sob pena de termos uma lei que não deixa muito claro para onde ela quer levar essa questão.

Então, as considerações finais são as seguintes: a quem interessa o projeto? Porque, se considerarmos que a capoeira não é só um esporte, então, ela pode atender, eventualmente, ao interesse do estatuto desportivo relacionado com o Comitê Olímpico, com federação, etc. No entanto, ela, como prática cultural, como toda uma discussão que existe em torno da educação, da capoeira presente na inclusão social, a capoeira tem um papel fantástico – todo o mundo sabe – na questão da inclusão social; diversos projetos sociais. Então, isso é uma questão.

Qual o universo da capoeira federada no contexto da prática como um todo? Acreditem, não é o Mestre Neguinho... Está aqui o Presidente da Confederação; ele sabe que talvez represente, se fizer uma estimativa

muito grande, 5% dos capoeiristas, do conjunto da classe de capoeira. E não estou menosprezando o direito dele de ter isso, não, mas os outros 95% teriam que ser contemplados de alguma forma. É preciso buscar-se uma alternativa que não fira o princípio da liberdade de escolha.

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO DA SILVEIRA COSTA – Outra coisa: "Ah, não, todo o mundo vai ter de se filiar a esse conselho, e vai ser homologado pelo conselho".

Gente, essa história de ser homologado pelo conselho é uma das coisas que arrepiam o capoeirista. Nós lutamos séculos contra a hegemonia de todo tipo de senhor, de todo tipo de dominação. Aí, agora, num dado momento, criamos uma lei que nos vincula, nos engessa perante determinada instituição. Essa é a questão mais assustadora do modelo – essa é a mais assustadora. E eu garanto a vocês que isso vai ser algo que vai provocar grande rejeição da proposta pela comunidade da capoeira. Então, essa é uma premissa. Nós não podemos simplesmente tripudiar em cima do risco que ela represente, até mesmo para que o Congresso se envolva e traga questões, priorize a capoeira, dê importância, discuta, olhe por ela. Mas, aí, quando aparece uma premissa dessas, corre todo o mundo para a roda do lado.

O exercício da mestria de capoeira não pode subordinar uma entidade esportiva. Isso vai além da capoeira; é uma vida de dedicação. O vínculo de um mestre de capoeira com seus discípulos é uma coisa que vai muito além de uma sala de aula, de um ginásio de esporte ou de uma competição. Temos vínculos de vida. Eu estou do lado do meu mestre há 40 anos. E aí, que escola é essa, que competição é essa? É a nossa vida que está em jogo.

Então, isso tem de ser levado em consideração. Não se podem estabelecer critérios que transformem esse tipo de relação numa relação meramente de docência, por exemplo, desportiva. Nós vamos bem além disso, e a capoeira tem muito mais do que isso.

E eu fucei ali o Código Brasileiro de Ocupações, e encontrei 199 mestrias lá dentro. Aí eu pergunto: por que nós não temos o mestre de capoeira dentro do Código Brasileiro de Ocupações? Por quê? Não sei, deveríamos ter.

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO DA SILVEIRA COSTA – Eu vou terminar agora, lembrando aqui uma questão do Einstein, que diz que uma mente que se abre a uma nova ideia jamais volta ao seu tamanho original. E eu vou dizer a vocês: um capoeirista, a partir do momento em que é capoeirista, em que é batizado na capoeira, a mente dele já se abriu para outra dimensão. É muito difícil fazê-lo tornar-se subserviente a qualquer modelo, a qualquer tipo de estrutura, a qualquer legislação que não contemple a verdade, a transparência a o respeito às diferenças.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Reginaldo, inclusive pelo respeito ao tempo. Conseguimos avançar.

Agora, vamos ao último expositor, o Mestre Hélio Tabosa de Moraes.

Antes de o Mestre Hélio falar, quero dizer que, depois que ele falar, eu vou ler uma contribuição que chegou à nossa Comissão, hoje, por escrito, do Mestre Falcão, e também, para que nós possamos ouvir mais ainda, eu vou quebrar o protocolo. O Regimento do Senado não permite audiência pública entre os expositores, as Srªs e os Srs. Senadores, mas eu gostaria de poder quebrar um pouco esse protocolo e vou propor que nós possamos ouvir quatro pessoas que queiram inscrever-se pelo tempo de cinco minutos. Se houver, eu farei a inscrição na Mesa.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Mestre Hélio.

O SR. HÉLIO TABOSA DE MORAES – Bom dia, Senadora Lídice da Mata, meus companheiros de Mesa, meus camaradas presentes da capoeira.

Eu queria iniciar com um rápido e breve histórico a meu respeito, para que tenhamos um conhecimento do que eu pude fazer pela capoeira.

Eu comecei em 1964. Então, já se vão 50 anos – até na Mesa aqui poucos têm essa idade. Em 68, já estava na UnB, onde iniciei a capoeira na UnB, pela Faunb. Na década de 70, eu fui chamado para coordenar os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs), e era a primeira vez que a capoeira ia entrar para uma competição; antes, ela era só a competição brasileira, através da Confederação Brasileira de Pugilismo, o que, para o capoeirista, foi muito nocivo. Nós sofremos muito com o sistema de regulamentação, a forma como tínhamos de competir, e isso trouxe para nós, capoeiristas, até um desaprendizado da capoeira, se estávamos treinando para galgar, alcançar um êxito nesse propósito da Confederação Brasileira de Pugilismo.

Mas, surpresa minha, eu teria de coordenar o primeiro JEBs, ainda sob a regulamentação da Confederação Brasileira de Pugilismo. Então, eu me neguei. Não quis participar, e a primeira competição do JEBs foi um caos, a ponto de quase excluírem a capoeira imediatamente como modalidade de competição. Chamaram-me de novo, eu fui e consegui fazer um regulamento em que o capoeirista tinha condição de jogar numa roda. E o que eu pretendia com isso? Como julgá-los?

Eu trouxe exatamente essas diversas facetas que tem a capoeira nas pessoas representativas da época, que eram Mestre João Pequeno, pela Angola; Mestre Paulo dos Anjos, Mestre Ezequiel, já representando o Mestre Bimba, que é regional, e o Mestre Itapoan, os dois alunos de Mestre Bimba. Os outros dois tinham segmento da Angola, e nós tivemos de fazer uma competição abrangendo esses dois tipos de jogos, de vertentes da capoeira. Já era ali uma forma de a capoeira se apresentar na sua diversidade.

Posteriormente, a coisa evoluiu de tal maneira que nós usamos também – já que eram estudantes e tinham de passar praticamente uma semana em competição – o lado cultural, o lado musical. Tudo isso fazia parte do contexto para saber qual a equipe, qual Estado venceu aquela competição. E foi modelo para os outros esportes que nunca tiveram esse tipo de comportamento terem de fazer isto, trazer uma pesquisa dos seus Estados do esporte que praticavam. Então, foi um modelo que aconteceu.

Eu trago isso mais para trazer esse histórico e esse reforço do que é a capoeira nesse contexto, e para dizer que eu não tenho essa representatividade de estar aqui hoje, sentado. Eu tenho os meus 50 anos de capoeira, mas acho que essa representatividade é o que acontece na capoeira; é oral. A comunidade acaba aceitando você, e ela te permite – ela não te autoriza; ela te permite. Por enquanto, eu estou permitido a falar sobre ela, aqui nesta Mesa.

E, por isso, aproveito esta chance que a Senadora nos dá, trazendo para si a responsabilidade deste projeto, do PL nº 31 – já que tem esse espírito capoeirista, desde a neta parece. Eu estou falando por último e, como um capoeirista – vocês estão aí esperando talvez isso de mim – nesse posicionamento de resistência, já que a capoeira nasceu da resistência. Desculpem-me os companheiros que estão abraçando esse projeto, mas eu tenho também certa resistência para com ele. Já de início, apesar do discurso bonito, do texto, ele está mais preparado no quesito "dá outras providências", e não do problema do capoeirista. No texto, o atleta profissional... O Mestre Squisito já levantou essa questão, e eu também fiquei preocupado. Atleta profissional de capoeira? Nós somos capoeiristas, nós somos mestres, nós somos praticantes. Quando joga para esse texto "atleta profissional", na mesma hora, somos remetidos à luta que está em voga agora, que é o MMA, luta de combate. E são poucos os capoeiristas, nesse contexto, que foram para lá. Já estão nos representando lá, mas é a lei que vai direcionar para nós esse sistema? Acho difícil.

A lei mesma, no seu sentido, fala muito pouco em relação à capoeira. No seu primeiro artigo, a proposição determina seja reconhecida a prática de capoeira como profissão, na sua manifestação como dança, competição ou luta – só. Logo em seguida, já joga para o art. 2º, que estabelece que será considerado atleta profissional, nos termos do Capítulo V da Lei nº 9.615.

Então, temos de ficar com uma ginga, com um pé atrás, nesse sentido. Eu vejo que, quando eles fazem esse sistema – você vai me desculpar, meu companheiro –, é uma tendência a vincular a Confederação Brasileira de Capoeira. Não tenho nenhuma queixa, nem também nenhum conhecimento mais próximo da Confederação Brasileira de Capoeira, porque eu, nesses 50 anos de capoeira, não me filiei, mas não me filiei por uma questão pessoal; não estou criticando nenhuma entidade esportiva. Nesse sentido, ela tem o seu papel – e este aqui é o do Senado – dentro da capoeira, mas eu não me filiei nem quando era a Confederação Brasileira de Pugilismo. Mas, quando se vincula à entidade, à Confederação, ficamos nós, como bem disse o Mestre Squisito, engessados. Nós ficamos à margem duma decisão muitas vezes mais política, e a que não temos – nós, capoeiristas sabemos disso – acesso.

O CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), o meu companheiro Alexandro disse que faz parte, mas realmente, ontem mesmo, de noite, eu entrei... São 199 títulos de mestres feitos pelo Código Brasileiro de Ocupação, mas de capoeira não tem.

Quanto ao substitutivo que entrou agora, de que tivemos conhecimento bem em cima da hora, eu tenho uma outra preocupação. Aí, lá vamos nós para a parte mais problemática, quando sabemos que o capoeirista, na sua ponta, está passando fome. Aquele mestre de periferia, aquele mestre que está lutando pela sua sobrevivência e passando o seu saber, não tem essa capacidade econômica. Só quando, por exemplo, o Iphan vem e prestigia com alguns títulos, como foi feito agora, do Viva Meu Mestre, aparecem esses mestres antigos, aparecem esses que estão necessitados, e isso é importante. Aliás, a essa posição do Iphan também eu fiquei muito favorável, de nós criarmos, através deles, uma salvaguarda nesse sentido de o foco virar mais para o lado da capoeira.

Aí, vem Dos Recursos para a Capoeira. Isso é no substitutivo: "As entidades que compõem a Organização Nacional da Capoeira aplicarão integralmente os recursos oriundos do Poder Público em ações fixadas nos incisos de que trata o *caput*". Não está explícito aqui qual é essa entidade. Essa entidade é a Organização Nacional da Capoeira? É quem? A Confederação? Pode ser. Eu não sei, mas é uma força muito grande. Eu não sou contra. Eu só estou me posicionando como um capoeirista. Quando vocês têm esse tipo de debate, eles criam essa resistência para vocês e criam o problema. Mas é um problema para nós resolvermos. Eu não estou aqui, apenas, só, para derrubar o projeto de lei.

Eu tenho, aqui, uma outra capa, que me chegou, também, aí, já é da Fundação Palmares, de Belo Horizonte, ano passado. No ano passado, houve um ciclo de debates do "Pró-Capoeira, Regulamentação, Salvaguarda e Incentivo às Atividades da Capoeira", em Belo Horizonte, 28 de setembro de 2013. Para não discutir o assunto, eu trouxe só uma pequena parte que considera atleta profissional o capoeirista que é remunerado pela realização de suas atividades. Estabelece que os mestres devem ser inscritos na Confederação Brasileira de Capoeira.

São preocupações como o próprio, meu aluno, Mestre Squisito colocou, e que, na ginga, nós nos posicionamos, de certa forma, com a resistência, e sempre vão dizer que nós somos resistentes. Não é verdade.

Portanto, eu estou mais propenso a não acompanhar no PL, o Relator, e, sim, esperar outra oportunidade, em que a capoeira seja contemplada com um direcionamento mais para o próprio capoeirista, para que ele tenha essa dimensão e a possibilidade de ver que a sua arte está sendo reconhecida e o seu lado profissional também, porque é difícil, nos dias de hoje, nós termos essa definição de profissional de capoeira.

Aliás, eu também não me preocupo muito com o falso mestre não, porque como surge um mestre na capoeira? É oral também. É o reconhecimento pela própria comunidade. Se ele é falso, ele não vai muito longe. É assim que acontece.

Se, graças a Deus, eu estou, há 50 anos, na capoeira, alguma coisa eu devo ter, de força, dentro desse contexto, para eles me permitirem, porque eles não estão me dando nenhum mandato. Estão me permitindo estar aqui.

Acho que o falso mestre não chegaria a lugar algum. Então, por que nós nos preocuparmos com ele? Eles têm o seu espaço até onde podem dar, gente. É mais um sobrevivente neste País que precisa sobreviver, cada vez mais.

Então, eu agradeço. Desculpem se abordei temas que não seriam interessantes, mas, para o capoeirista, eu achei que o fossem.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Bom, eu agradeço, também, enormemente, a contribuição. Anotei tudo, Mestre, das observações feitas.

Queria, também, passar a ler, agora, e convidar as falas. Depois, explicar, um pouco, como vai ser o processo.

Bom, eu recebi, ontem, esta carta, digamos assim:

Goiânia, 6 de maio de 2014.

Considerações acerca da profissionalização da capoeira.

A propósito da audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de Capoeira e dá outras providências, a ser realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado Federal, em Brasília, em 7 de maio de 2014, encaminhamos as seguintes considerações, que almejamos sejam expostas, publicamente, para contribuir com o debate:

1. A complexa e abrangente rede que, hoje, compreende o movimento de organização da capoeira se consolidou e se afirmou, inclusive no contexto internacional, pela diversidade de mecanismos, estratégias, vertentes, lideranças, métodos, sistemas hierárquicos e códigos de conduta.

Nesse sentido, o debate acerca da profissionalização da capoeira não pode prescindir da participação efetiva desses diferentes protagonistas, que são representantes legítimos do atual processo de organização da capoeira.

2. Existem, atualmente, no Brasil, várias redes que desenvolvem ações relacionadas com esta manifestação cultural, tais como grupos de pesquisas, associações e grupos autônomos que, por diversos motivos, não estão e nem precisam estar vinculados a um órgão normatizador da sua prática. Essas entidades acumularam conhecimentos e experiências que precisam ser inseridos no debate, sob o risco de comprometer e retroceder o processo democrático de valorização e reconhecimento social da capoeira.

3. Canalizar a discussão de uma rede tão diversificada e legítima com o nítido privilégio da Confederação Brasileira de Capoeira constitui um retrocesso histórico e político sem precedentes e em total descompasso com o movimento de auto-organização da capoeira, verificado ao longo das últimas décadas.

José Luiz Cirqueira Falcão

Mestre Falcão

Integrante do Geca – Grupo de Estudos da Capoeira

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

Vou passar, agora, aos inscritos.

Vou pedir à Secretaria da Mesa que controle o tempo dos inscritos – graças a Deus, essa vantagem nós temos: na Mesa do Senado, não precisamos controlar o tempo de ninguém, a Secretaria o faz – em cinco minutos.

Temos como inscritos quatro pessoas: Zulu Araújo, ex-Presidente da Fundação Palmares; Gilvan Alves de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Capoterapia; Dr. Sergio Luis dos Santos Lima, Mestre Brucutu, Psicólogo, Mestre, e Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas; e Leonardo Pacheco, Capoeirista.

Essas quatro pessoas vão falar, nesta ordem, por cinco minutos, apenas.

Depois, retorna à Mesa, para que eu possa dar encaminhamento.

Zulu Araújo.

O SR. ZULU ARAÚJO – Bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Eu vou, antes de você falar, abrir uma exceção, última, porque houve um pedido último de fala para mais uma pessoa, André Galvão, Diretor Jurídico da Confederação.

O SR. ZULU ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas, e um bom dia especial, evidentemente, à Senadora que está coordenando esta audiência pública, e um bom dia, também, aos membros da Mesa.

Eu gostaria, nesta breve fala, de ressaltar, um pouco, as razões pelas quais o Ministério da Cultura, no ano de 2008, fez o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural, porque isso, talvez, nos ajude, um pouco, a entender o porquê desse projeto de lei ou quais os objetivos que esse projeto de lei persegue.

Eu lembro que, em 2004, vários grupos de capoeira, no Brasil, procuraram o Ministério da Cultura, porque estavam sendo assediados, alguns deles invadidos, desrespeitados e, até mesmo, com ameaça de prisão por parte do Conselho Federal de Educação Física (Confef), que tinha instruído seus conselhos estaduais de Educação Física no sentido de não só exigir o diploma de nível superior aos mestres de capoeira, assim como a cobrança dos respectivos honorários para que esses grupos pudessem funcionar.

E, daí, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, à época, reuniu o seu grupo de assessores e de dirigentes – eu era um deles, à época, vinculado à Fundação Cultural Palmares, à época, eu era diretor; posteriormente, fui presidente –, e foi formado, no seu gabinete, propriamente dito, um grupo de trabalho para que adotar medidas no sentido de fazer com que a capoeira não apenas fosse respeitada, mas que pudesse ter um instrumento legal de proteção. À época, já havia essa discussão intensa se capoeira era esporte, se capoeira era luta, se capoeira era cultura.

E, graças a Deus, eu acho que o trabalho foi bem encaminhado, e conseguimos, em 2008, fazer com que a capoeira fosse reconhecida como patrimônio cultural brasileiro nas duas dimensões que o Iphan já colocou muito bem.

Mas é importante ressaltar três aspectos nisso aí. Primeiro, o Ministério da Cultura tinha uma posição unitária nesse sentido; não era uma posição dividida. O Ministério da Cultura, por meio de todos os órgãos que participavam do grupo de trabalho, considerava que a cultura era a principal e maior dimensão da capoeira, e, como tal, assim trabalhou.

O segundo é de que havia, claramente, um *lobby,* liderado, evidentemente, pelo Confef, no qual o objetivo maior era o mercado de trabalho. Há, evidentemente, um mercado de trabalho grande, um mercado de trabalho disputado, um mercado de trabalho promissor para aquilo que se chama professor de capoeira, e é evidente que o que estava em jogo nas ações dirigidas pelo Confef era este interesse; ou seja, o interesse em garantir que esse mercado de trabalho fosse, explicitamente, ou exclusivamente, dedicado àqueles portadores de nível superior – portadores de diploma de nível superior. Isso, evidentemente, trazia, no bojo dessa proposta, um processo de exclusão, de discriminação dos mais violentos que este País já viu.

Aliás, já viu, não. Eu estaria, aqui, fazendo... A capoeira já está acostumada a esse processo de exclusão, embora sempre tenha lutado contra ele, porque é histórico. Era, na verdade, a repetição de uma forma, digamos, mais sofisticada daquilo que, no início do século passado, a capoeira sofreu, ou seja, a penalização como crime.

Era considerar que aqueles que mantiveram, que lutaram, que garantiram que a capoeira chegasse até aqui fossem excluídos daquilo que seria o mercado de trabalho.

Então, esse é um dos objetivos.

Terceiro, a terceira coisa que eu gostaria de ressaltar é que parece que esse grupo, ou esses interesses, melhor dizendo, refletiram, tomaram algumas outras formas, e retorna, agora, essa discussão com outro formato. Parece-me que não é mais o Confef, mas a criação de um Confef da capoeira.

(Soa a campainha.)

O SR. ZULU ARAÚJO – Já vou concluir.

A impressão que eu tenho é de que estamos criando, dentro do bojo da capoeira, uma ferramenta, um instrumento que cumpriria a função que o Confef não pôde cumprir pela reação vigorosa, não só institucional, como da própria sociedade como um todo e de todos aqueles que amam a capoeira, que dela gostam e que têm simpatia pela capoeira.

E isso está muito explícito em alguns aspectos que constituem o corpo do projeto ou que constituem o próprio substitutivo Parece, também, um pouco, que o substitutivo não tem pai, nem mãe; ninguém sabe bem de onde veio esse substitutivo, mas eu já tive oportunidade de lê-lo com alguma profundidade, e há dois aspectos nele que eu vou tangenciar, porque não tenho tempo para falar, mas que é importante registrar.

(Soa a campainha.)

O SR. ZULU ARAÚJO – O primeiro subordina todos os membros, todas as organizações, todos os grupos e todas as pessoas da capoeira a uma organização central.

E o segundo, mais interessante ainda – e o Mestre Squisito levantou a esquisitice que esse artigo propõe: essa instituição, esse órgão passa a ser o único órgão, no Brasil, a ter direito a acesso a esses recursos. Mais nenhum outro.

Então, creio que, com esses dois aspectos, estão, praticamente, ditos quais são os objetivos que o projeto em si busca, e , no meu entendimento, para concluir, são lesivos ao interesse maior da capoeira, da cultura e da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – O. K.

Gilvan.

O SR. GILVAN ALVES DE ANDRADE – Bom dia a todos. Eu não me inscrevi, mas me inscreveram, e eu vou falar. (*Risos.*)

Olhem bem, eu queria chamar a atenção para a dificuldade que a gente tem de o Poder Público envolver-se com a capoeira. É impressionante. O poder de inclusão que a capoeira tem, o movimento que a capoeira faz como instrumento de inclusão social, talvez um dos maiores do mundo; a capoeira, em mais de 200 países, e vários países já têm o Poder Público envolvido com as políticas sociais, educacionais, dentro da capoeira. E a dificuldade que a gente tem no Brasil. E, às vezes, a gente discute alguns projetos interessantes, e é possível a gente aproximar mais os capoeiristas.

Uma época, na Fundação Palmares, a gente colocou a situação de, através de um edital, fazer uma entidade ampla que pudesse atender, no seu Estado, a capoeira. Entendeu? Um grupinho ali, um grupinho aqui, um encontro nacional que quer fazer – "Ah, eu preciso de 200 camisetas, duas passagens, uma hospedagem; eu posso resolver o problema daquele grupo ali", e um outro ali e outro ali.

Então, é possível, tranquilamente, através de um edital, atender todas as entidades e incluir todas elas dentro do Poder Público. É possível isso.

Nós estamos discutindo a capoeira na educação. Isso é tão difícil! Imagina – vou dar o exemplo de Brasília – em Brasília, com mais de 600 escolas. Dificilmente, o Governo vai achar orçamento para contratar um mestre de capoeira, para botar em cada escola um professor de Capoeira. Não temos profissionais para tantas escolas, porque, não havendo política pública, acaba não tendo vazão de tantos profissionais.

Mas, se a gente conseguir contratar, aí, 30 mestres de capoeira em Brasília para serem consultores de capoeira na edudação. Se todos os professores de Educação Física tivessem uma oportunidade de treinar com um mestre de capoeira, pegar essa habilidade, levar para a escola, resolve-se a situação.

Conversando um dia com um técnico do Iphan, ele falou: "Pronto, resolvemos o problema da capoeira. Se fizer desse jeito, resolve-se o problema da capoeira na escola".

Eu acho que a gente poderia discutir isso mais. Eu gostaria de estar levando essa discussão e a gente aproximar mais o Poder Público. Ontem, eu estava na Upis, falando da capoeira na questão turística, no turismo. Você já imaginou o tanto de gente que viaja para eventos de capoeira no Brasil e no mundo?

Eu estava no México, na semana passada, e mais de 40 capoeiristas do Brasil, lá, em eventos. Por que a gente não consegue o envolvimento do Poder Público com a área do turismo, com a área social? Eu desafio qual é o esporte, a atividade cultural que tem o poder da capoeira como instrumento de inclusão social.

Vou dar exemplo da capoterapia, que começou em Brasília, em 1998, e hoje já está atendendo mais de 70 mil idosos, pessoas com Síndrome de Down, deficientes mentais, auditivos, visuais, de todas as classes sociais. E a capoeira, há centenas de anos, trabalha na área social. E eu não conheço nenhuma atividade que tenha o poder de inclusão social como a capoeira.

Por que a gente não consegue criar meios, mecanismos de o Poder Público ver isso, de isso ficar visível, e entrar nesse trabalho? Às vezes, cobra-se de um mestre de capoeira, de um grupo de capoeira ali, estatuto, documentos. Muitas vezes, ele não teve, nunca, apoio para chegar a esse ponto, mas podemos, sim, podemos, através de um edital, Senadora, contratar as entidades, destinar recursos públicos talvez até de emenda parlamentar, de emenda do Senado. A Fundação Palmares pode contratar uma entidade ampla e incluir todas as instituições que atuam na área da criança, do adolescente, do idoso, de adulto com a capoeira.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Mestre Brucutu... (*Falha na gravação.*)

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS LIMA (Mestre Brucutu) – Bom dia, Excelência, Srª Senadora Lídice, demais Senadores, nosso mestre, mestre de todos nós aqui, mestre Tabosa, demais mestres, cidadãos.

Eu só quero pontuar algumas coisas. Não vou me demorar, não vou usar todo o tempo. Só quero reafirmar o que já foi dito aqui. Primeiro, a capoeira é uma arte que engloba diversas outras artes. Eu sou um jogador de capoeira, mas eu sou um lutador também; eu sou um artesão, porque faço meu berimbau; eu sou um cantador, eu sou um compositor, porque eu componho as músicas que eu canto.

Enfim, trazer a capoeira para a Educação Física é uma limitação muito grande, porque a capoeira é uma arte que engloba diversas outras artes, bem como não pode ser utilizada por um só departamento. Ainda bem que nós estamos justamente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Ela está aí e bem mais ali, como o próprio Gilvan bem... Ele não é formado em Psicologia. Eu sou, mas eu atesto que a capoeira é uma ferramenta absurda.

Se Reich, Freud, Carl Gustav Jung e todo mundo que vive brigando entre si achando que a Psicologia tem uma linha tivessem a ferramenta que tem com a capoeira, de fazer a pessoa cantar... Quer dizer, trabalha tanto o lado feminino, quanto o lado masculino da luta. É impressionante o poder que a capoeira tem. Então, ela não pode ser vista só de um lado, bem como também não pode...

Eu fiquei com uma preocupação. Pode ser uma viagem. Veja bem, eu conheço todos os mestres que estão aqui: Mestre Tabosa, Mestre Squisito, Gilvan, Zulu. Eu não conheço, com todo o respeito, o mestre Gersonilto. Com todo respeito, mestre, o senhor não me representa. Eu não acho que o senhor possa ser... Parece-me que está sendo levado... Confederação Brasileira de Capoeira é um nome bonito, mas não representa a capoeira toda, mas é bacana o senhor estar aqui falando pela capoeira.

Outro ponto que eu queria colocar: o Sr. Gersonilto colocou bem. A capoeira é vista em diversos *sites* na África. Veja bem, estamos levando a capoeira para a África – nós, junto com o mestre Ralil. Quando chegamos lá, eles sabiam a capoeira, mas era como se você os largasse, os deixasse lá e eles fizessem sozinhos a capoeira; ou seja, o mestre deles é o mestre YouTube. Eles não têm um mestre. E é um excelente fator até de você divulgar a nossa cultura e fazer um resgate; que se tenha o resgate que era para se ter com a África. Isso aí eu não sei, não gosto de me envolver nisso, de perdoar a dívida... Enfim, não gosto de me envolver nisso. Seria essa relação que eles tanto querem. Pode ver que todos os *sites*... Estamos, há 20 anos, ensinando capoeira lá fora, e eu não vejo muitos bons capoeiristas nos Estados Unidos e na Europa. Eles são duros. O africano, com quatro anos de ensino, já está ensinando para a gente. É deles a coisa, porque nasceu deles lá, aqui dentro no Brasil.

Então, eu fico mais preocupado não com essa coisa de profissionalização e tudo mais. Eu vejo isso, como capoeirista, com o pé atrás. Mas eu fico querendo que nós nos foquemos nas políticas públicas. Se você colocar um mestre de capoeira numa sociedade, num ambiente de risco social, você vai ver esse risco social acabar. O poder de mobilização da capoeira é incrível.

Nós temos aqui um trabalho que nós fizemos na Vila Planalto, onde vive o pessoal que construiu Brasília e os filhos deles. "Todo mundo é rico. Por que não somos ricos?" Você sentia um certo desconforto neles. Era uma geração que dava trabalho. Eu estudava na UnB e vivia sendo roubado lá por questões pequenas. Num trabalho que foi feito lá, formaram-se vários mestres – vários não, três mestres –, num trabalho lindíssimo. E, hoje, a comunidade é o único lugar onde eu deixo o meu carro aberto.

Era só isso que eu queria pontuar e agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Obrigada, Mestre Brucutu.

Leonardo Pacheco.

O SR. LEONARDO PACHECO – Bom dia.

Meu nome é Leonardo. Eu jogo capoeira há 20 anos. Não sou mestre. Não sou de nenhuma organização, confederação, nem algo do tipo. Aprendi com o Mestre Ferreirinha, com o Mestre Augusto Januário e na academia do Mestre João Pequeno e do Mestre Curió também.

Eu fiquei particularmente incomodado com a apresentação que definiu a capoeira jogada pelos mestres João Grande, João Pequeno, Curió e Noronha como folclore ou como algo do passado. Essa capoeira existe ainda, é atual, é hoje praticada na Bahia, no Rio, no Amazonas, em Brasília também. E a maioria daqueles mes-

tres que foram mostrados aqui estariam de fora desse projeto da CBC se nós aplicássemos as regras que ela defende hoje.

Eu acho que nós precisamos, de fato, estabelecer estratégias para garantir direitos, para que não tenhamos mais mestres morrendo à míngua, como morreram Pastinha, Bimba, Bobó também e como está à míngua hoje o Mestre Gigante, na Bahia. Mas essas estratégias não podem servir para marginalizar todos aqueles que não se enquadram ou que não querem se enquadrar nos critérios e nos moldes estabelecidos por essas confederações, organizações, congressos.

Quanto ao falso mestre, como o Mestre Tabosa colocou aqui, eu acho que esse reconhecimento se dá pela própria comunidade, como acontece com os mestres de saveiro, com os sambadores e com as mães de santo também. A comunidade é que vai dizer se é mestre ou não. Amarrar essa definição a uma organização ou ao tempo em que ele pratica é esvaziar a capoeira em nome de um grupo específico.

O Valdemar, que você citou aqui, começou a dar aulas com quatro anos, e não havia método. O método era a prática. Para mim, o falso mestre é aquele que precisa de uma organização formal para ser reconhecido como tal. Eu acho que essa discussão precisa ser ampliada de fato e eu acho que nós, capoeiristas, precisamos estar atentos para isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada.

Diretor Jurídico da CBC, André Galvão.

O SR. ANDRÉ GALVÃO – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os componentes desta plenária. Bom dia aos representantes da Mesa.

Eu já participei de alguns encontros a respeito de políticas em prol da capoeira e pedi para fazer esTa intervenção aqui com dois objetivos básicos. O primeiro é com relação ao próprio projeto, para chamar a atenção de que atividade e profissão, técnica e juridicamente, não se confundem. As profissões são efeito de uma proposição legal, votada pelo Congresso, Câmara e Senado, e sancionada pela Presidência da República.

Para a atividade, basta uma portaria ministerial, como já mencionaram o mestre Squisito e o Mestre Tabosa; na CBO ainda não há aquela mestria em capoeira. Basta uma portaria ministerial para se reconhecer também na Classificação Brasileira de Ocupações, a atividade ou o exercício da capoeira como um ofício. Isso é dado pelo mercado de trabalho e reconhecido pela câmara própria do Ministério do Trabalho. Então, há duas coisas diferentes. As entidades de classe geralmente pleiteiam uma lei para que se reconheça a atividade do profissional de capoeira, tratando de profissão. Geralmente, para três vertentes, que seriam com relação à jornada de trabalho, ao piso salarial e às atribuições.

Quando vem uma lei, essa lei normalmente é limitadora, pela própria noção de que se tem que normatizar. Normatizar significa tirar do abstrato, criar regras, para que se tenha um parâmetro legal e se reconheça o exercício de alguma atividade. Então, quando se faz uma lei, essa lei não é vazia. Ela tem que trazer requisitos.

Geralmente as leis que criam profissões – aliás, as últimas leis – têm sido vetadas pelo Poder Executivo por falta de um critério legislativo – menciono Senado e Câmara – para atribuir determinadas atividades a um nicho organizacional de trabalho.

Então, geralmente, as leis trazem como requisito tempo de prática, formação em nível superior, médio e fundamental, ou outros aspectos intrínsecos da própria profissão que possam ser aferidos por uma norma específica, reconhecendo-se, daí, a profissão. Acreditamos, e a Confederação não é protagonista desta lei – muito pelo contrário do que imaginamos aqui, pelo discurso que ouvimos – e esteve a par dessa proposição legislativa.

Qualquer movimento em prol da capoeira, para a Confederação Brasileira de Capoeira, é sempre positivo, ainda que negativo, pois suscita debates em torno daquilo que queremos para a capoeira.

Então, o mérito do projeto é louvável, talvez pela própria discussão que ele suscita, e é uma vertente só da capoeira. Há uma armadilha em que se cai aqui, neste fórum e em outros, que é a discussão sobre as vertentes e a multimodalidade, ou multidiversidade, conforme falou a representante do Iphan, da capoeira.

A capoeira já é arte, já é cultura, já é folclore, já é música, já é desporto também, por criação legal – está lá o Estatuto da Igualdade Racial. Apesar de vocês não terem o acúmulo do trabalho da Confederação Brasileira de Capoeira, ela foi a protagonista do Estatuto da Igualdade Racial naqueles arts. 21 a 23, que reconheceram a capoeira em sua multidiversidade.

Mas aqui há um falso discurso de que a capoeira está num embate entre cultura, desporto, folclore, música e teatro. Isso não existe. Toda a vez que o Poder Público quer diminuir a força de um movimento, ele segrega, e o capoeirista está caindo nessa armadilha.

Não é a primeira vez que participamos de encontros, e eu chamo a atenção dos capoeiristas para isso. Não é assim. O movimento de capoeira é multidiverso, e cada um, politicamente organizado, defende determinada posição. Não se enganem os capoeiristas, porque a sociedade civil organizada não vai obter o que to-

dos aqui pediram: a mão do Poder Público, em termos de orçamento, em termos de política, se ela não estiver de organizada, dentro de uma associação forte. Não precisa ser uma; são várias. Mas, se não estiver civilmente organizada, o Poder Público não se movimenta; muito pelo contrário, ele vai pegar uma e outra vertente e vai diminuir o poder do movimento como um todo.

Então, acho que devemos ter um acúmulo, para saber que, nos trabalhos já feitos pela Confederação, a primeira proposta foi um anteprojeto de política nacional de capoeira, onde toda e qualquer manifestação fosse contemplada pelo Poder Público através da sua associação de capoeira, com a representação no segmento. Diga-se: cultura, esporte, teatro, música, igualdade, promoção de inclusão social; ou seja, uma política que abarcasse todas essas intenções, diferentemente do que se está propondo em outro projeto, onde a capoeira está sendo segmentada, privilegiando um ou outro segmento.

Sempre falo ao Gersonilto que, onde houver capoeira, a Confederação deve estar, formalmente ou não, como prática desportiva, cultural e folclórica.

É isso. Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada pela contribuição ao debate, Diretor Jurídico da CBC, André Galvão.

Quero somente recapitular algumas coisas para dizer como é que vamos proceder.

Primeiro, vejam bem a história: este projeto vem da Câmara dos Deputados. Pela tramitação normal do Parlamento, um projeto que nasce na Câmara, é votado lá e vem para o Senado, "para ser confirmado ou não". Na medida em que ele passa por um processo de mudança no Senado, ele volta à sua Casa de origem, para ser confirmado ou não.

Este projeto chega à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e recebe uma relatoria. No caso, ele veio para mim, provavelmente porque eu tenha, neste período de Senado, nestes três anos de Senado nesta Comissão, relatado muitos projetos vinculados à cultura.

Tenho uma relação, no meu mandato, bastante destacada para a promoção cultural, também porque tenho, além da vinculação cultural, uma forte ligação com as manifestações culturais afrodescendentes. Afinal de contas, além de baiana, sou cachoeirana. Então, não tenho como retirar o pé dessa raiz, ainda que o desejasse – e não desejo isso.

Então, também venho a esta Comissão para esta manifestação. A própria Fundação Cultural me procurou, pedindo que me manifestasse, como Relatora, justamente pela quase parceria que o meu mandato tem, além de Deputada Federal, como Senadora, com a Fundação Cultural Palmares e toda a área cultural no Ministério.

Além disso, por coincidência, fui Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Então, agregava-se mais uma série de debates a respeito da questão desportiva no País. Eu me meti em alguns problemas também nessa área do futebol.

Então, por tudo isso, e com essa visão, é que me dispus a relatar esse projeto.

Desde o início, avisei aos companheiros da Fundação Cultural e a outros que me procuraram que não eu não tinha pressa. Se tivessem pressa, teriam de escolher outro relator.

Por que não tenho pressa? Primeiro, porque o considero um assunto complexo. Preciso ouvir, maturar, amadurecer, e é isso que estamos fazendo. Fizemos na Bahia; estamos fazendo aqui hoje. Pela minha formação política, tenho costume com o debate acalorado. Portanto, sei da necessidade de ouvir e deixar baixar um pouco a tensão, a pressão, a fervura, para, depois, concluirmos.

Hoje, quando se trata de profissão, é praticamente uma deliberação, uma norma da Comissão de Justiça do Senado e, no caso, da Comissão de Educação, porque, para esta Comissão, vêm os projetos de regulamentação profissional, que se faça um audiência pública, devido ao número muito grande de propostas de regulamentação de profissão e ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, que leva a Presidência da República também a um posicionamento de veto.

Nesses três anos aqui, todos os projetos, com exceção de um, de regulamentação da profissão foram vetados pela Presidência da República – independente de ser Fernando Henrique, Lula, ou Dilma. Não é uma questão partidária, justamente pelo posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação a isso, no sentido de buscar não estimular o reconhecimento de profissão por uma série de razões constitucionais.

Eu dou o exemplo da profissão de turismólogo. Há 39 anos, existe o curso de Turismo formal, uma graduação em Turismo, e essas pessoas que se formam nesse curso querem o reconhecimento da profissão de turismólogo. E todos os presidentes da República, de Fernando Henrique para cá, todas as vezes o Congresso vota, por um movimento natural de representação política, e todos os presidentes da República o vetam, por uma série de razões, inclusive as que foram destacadas aqui pelo assessor jurídico.

Por isso tudo, é necessário caminhar devagar, ouvindo, refletindo sobre isso.

Um destaque que o consultor jurídico fez foi no sentido de que toda regulamentação de profissão termina significando limitação, restrição, ao exercício daquela prática, porque ela vai normatizar, vai causar, sem dúvida alguma, restrição.

Então, como primeira pergunta, é necessário regulamentar a profissão de capoeirista?

Essa é uma discussão embutida nesse debate; é necessário que se ponha isso.

Havia um projeto aqui da área de turismo que, em princípio, parecia positivo, que era regulamentar a carreira de cozinheiro. Ao regulamentar essa carreira, você vai colocar muito cozinheiro, que sustenta boa parte da base da cadeia produtiva do turismo, fora dela. Como é que se vai regulamentar a cozinheira de um restaurante? Ela tem de passar ou não pelo curso de cozinha do Senac? Ou pode não passar?

Assim, estou trazendo tudo isso à tona para vocês não pensarem que esse é um problema apenas de vocês, da área da capoeira, que eventualmente alguém possa achar que é mais infeliz do que outra. Não, essas são questões que dizem respeito ao ambiente mesmo de discussão de regulamentação de profissões.

No caso da capoeira, o problema é maior, porque, em tese, não é nem uma profissão. Em tese, como vocês já disseram aqui, não são atletas da capoeira. Então, ela tem um conteúdo que exige uma análise até antropológica da capoeira no Brasil. Não estou querendo meter-me no caso de vocês criarem ou não uma confederação, mas estou dizendo apenas que um rápido olhar sobre o assunto nos permite concluir que regulamentar uma profissão já é complicado; regulamentar a profissão de capoeira, ou na capoeira, é mais complicado ainda.

Portanto, vamos com calma. Vamos devagar, para que consigamos construir consensos. Entendo, a partir dessa definição, desse relato, inclusive do Iphan, do trabalho, da escuta, que tem feito nessa área, que não há por que a Comissão de Educação não se beneficiar deste. Já fizemos isso com outras ações aqui, em projetos, buscando apoio técnico nos ministérios atinentes àquela área.

Então, este ano é de eleição presidencial, governamental; muda um terço do Senado; muda a Câmara dos Deputados. Não vejo como – vou dizer sinceramente a vocês – termos esse processo de ausculta como uma coisa prioritária, na dimensão de que é preciso pressa nisso.

E pior, em sendo um período de eleição, que já é um período apaixonado por natureza, ficará o debate mais colocado ainda na possibilidade de movimentações políticas e eleitorais, que, acredito, terminem contaminando até a própria discussão.

Então, acho que nos podemos dar este ano para ouvir mais, para trabalhar nessa dimensão, e vou propor à Secretaria da Comissão, à Presidência da Comissão de Educação, que possamos fazer este trabalho vinculado ao que está sendo desenvolvido pelo Iphan. Poderemos até sugerir ao Iphan possamos ser convidados a participar do grupo de trabalho que o Iphan desenvolve.

Creio ser esta uma boa metodologia para o momento de impasse em que nos encontramos. Em vez de fazermos algo que já tenha restrição do Senado, ou seja fazer agora mais dez audiências públicas nos Estados, porque isso custa para o Senado – orçamento, viagem... Quando vamos a um Estado, vai a Secretaria da Mesa toda, funcionários, a equipe de TV do Senado; enfim, tem de ir tudo que há aqui hoje. Então, isso custa.

Assim, há uma orientação de que nós possamos diminuir isso. Acho que podemos nos unir ao Ministério da Cultura e fazer, por enquanto, um movimento que seja mais barato e mais produtivo, na direção de participar desse grupo de trabalho, para ir formatando uma posição. Nesse nível, vou formatando um posicionamento, que pode, depois, refletir-se num substitutivo a esse projeto de lei, que, pelo que li, já ouvi e discuti, é muito pobre como projeto de lei, para responder à complexidade da prática da capoeira no Brasil, que termina sendo a mãe. Isso porque é uma herança da nossa tradição africana. Na verdade, como ela foi preservada e desenvolvida no Brasil, assim como a própria religião do candomblé, a base, a fonte, termina sendo o Brasil e não mais a África. E, na capoeira, acontece também a mesma coisa.

Acho que nós poderíamos caminhar assim. Quero assumir com vocês o compromisso de fazer isso desta maneira: ouvindo a todos, buscando os consensos possíveis, se eles existirem, dando tranquilidade a todos vocês, porque não pretendo fazer agressão alguma à capoeira, com algum substitutivo ou projeto de lei, açodado, que pretenda regulamentar a capoeira, seja como profissão, seja como desporto, no meu relatório.

Brinquei aqui que até a minha neta já está aprendendo capoeira na escolinha dela lá. Ela vai fazer ainda três anos de idade e – olhem as diferenças – tem balé, dança e capoeira. Ela faz as duas. Achei engraçado que deram uma calça branca a ela e, quando ela a vestiu, disse assim: "Isso é capoeira, vovó". Olhem as referências que vão ficando na cabeça de uma criança! Olhem a diferenciação imediata que ela fez. Quando batem palma: "Isso é capoeira, vovó".

Então, ela vai identificando tão precocemente essas manifestações. É claro que não é uma roda de capoeira tradicional, mas só o fato de uma criança, numa escola de classe média, no Brasil, hoje, poder identificar a capoeira como manifestação cultural já é um valor democrático produzido por essa luta de que vocês, capoeiristas, são os maiores responsáveis.

Nós saímos da criminalização da capoeira, da criminalização do candomblé no Brasil, para, hoje, termos terreiro de candomblé transformado em patrimônio cultural, na minha terra e em todo o Brasil, e o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural do povo brasileiro.

Isso é extraordinário! Agora, vamos daqui partir para diante. Só peço desculpas, caso vocês tenham-me criticado ou não, pelo fato de a nossa primeira audiência ter sido na Bahia. Sinceramente, eu nada posso fazer, porque sou eleita pela Bahia e também tenho que prestar satisfação ao povo da capoeira da minha terra também.

Muito obrigada. Peço desculpas por alguma dificuldade que tenha tido a reunião, mas acho que ela correu bem, e agradeço a contribuição de cada de um de vocês, que foi riquíssima para o nosso debate. Nós temos tudo isso gravado. Posteriormente, nos reuniremos para dar segmento a essa conversa. Está certo?

Então, quero agradecer a participação de todos, da Confederação, de todos vocês.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2014.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia treze de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1**: "Comunico aos Senhores Senadores que, no próximo dia 27 de maio, será realizada reunião deliberativa com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I, da Decisão nº 3-CE. 'I – Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea 'c' da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal;' (Decisão nº3-CE). Diante do exposto, solicito aos senhores senadores o encaminhamento dos projetos desta natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta". O comunicado vai ao arquivo. **Comunicado 2**: "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 028.636/2013-9, na Sessão Ordinária de 30/4/2014. Acompanha este Acórdão Relatório Sistêmico na Área de Educação proferido pelo Tribunal. Este Aviso será encaminhado aos gabinetes dos Senadores membros desta Comissão, bem como disponibilizado em meio virtual, no portal da Comissão no sítio do Senado Federal". O comunicado vai ao arquivo. Prosseguindo, a presidência, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. **Item1: Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 3-CE, e pela rejeição das emendas nº 1-CE e 2-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, para relatar o seguinte item: **Item 4: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera o § 2º, inclui o § 2º-A e revoga o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte". O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável é aprovado. Retorna a presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das

famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Newton Lima, que "Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração ao Município de Porto Ferreira, no Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer favorável é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que "Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável, acatando a Emenda nº 1-CMA, na forma da subemenda oferecida, apresentando ainda uma emenda. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Nelson Bornier, que "Confere ao Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 14: Requerimento nº 24, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda, Paulo Paim, Mozarildo e Flexa, que requerem "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cantor Jair Rodrigues, ocorrido no último dia 8 de maio, a ser encaminhado à família do falecido, pelos serviços prestados à música e à cultura brasileira". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; e Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR CYRO MIRANDA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária. da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de suspensão de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Vamos passar à nossa pauta.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores de que, no próximo dia 27 de maio, será realizada a reunião deliberativa com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I da Decisão nº 3-CE:

Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos serão

agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea "c" da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante do exposto, solicito às Srªs e aos Srs. Senadores o encaminhamento de projetos dessa natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta. Caso contrário, somente no segundo semestre, terão essa oportunidade.

– Comunico às Exmªs Srªs e aos Exmºs Srs. Senadores o recebimento do aviso, de autoria do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 028.636/2013-9, na sessão ordinária de 30/4/2014. Acompanha esse acórdão relatório sistêmico na área de educação proferido pelo Tribunal.

Esse aviso será encaminhado aos gabinetes dos Senadores membros desta Comissão, bem como disponibilizado em meio virtual no portal da Comissão da Educação no sítio do Senado Federal.

O aviso vai ao Arquivo.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2014
– Não terminativo –

Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Nobre Senador Paulo Bauer.
Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas oferecidas.
Observações:
1 – Matéria tramitando em regime de urgência nos termos do art. 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o art. 122, inciso II, alínea "b", e com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).
2 – Matéria apreciada simultaneamente por esta Comissão e pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pelo Plenário.
3 – No dia 30/4/14, a Senadora Ana Amélia apresentou emenda ao projeto.
4 – No dia 8/5/14, o Senador Cristovam Buarque apresentou emenda ao projeto.

Com a palavra, o nobre Relator Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero agradecer a V. Exª pela deferência em me conceder a oportunidade de relatar esta matéria que é de grande interesse para o Estado de Santa Catarina, para as Instituições de Ensino Superior comunitárias do Estado e principalmente para mim, uma vez que fui aluno do sistema universitário que é beneficiado com esse projeto de lei.

O parecer que apresento é o seguinte.

Encontra-se sob a análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.809, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo, que visa a reabrir o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), e dá outras providências.

Vazado em seis artigos, o projeto contempla as seguintes medidas: no art. 1º, reabre por 90 dias, a contar da publicação da lei em que se transformar, o prazo para adesão das Instituições de Ensino Superior (IES) ao Proies, permitindo às mantenedoras a reapresentação de requerimentos anteriormente indeferidos; no art. 2º, prevê a remissão dos valores devidos à União a título de imposto de renda retido na fonte dos rendimentos pagos – bem como a anistia das multas, juros e encargos legais incidentes –, no caso de instituições estaduais e municipais não gratuitas aderentes ao Proies, amparadas pelo art. 242 da Constituição, que comprovem tê-los quitado direta ou indiretamente perante o Estado ou Município;

no art. 3º, estabelece que a adesão ao Proies requer adesão ao Sistema Federal de Ensino, no caso de instituições que não o integrem, no prazo de trinta dias, contados da publicação da lei em que o projeto se transformar;

no art. 4º, introduz alterações na lei do Proies, para aprimorar a execução do programa no tocante às ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

no art. 5º, acrescenta às competências legais do FNDE a de operacionalizar a custódia, a movimentação, a desvinculação e o resgate dos certificados financeiros do Tesouro Nacional, para fins de implementação do Proies;

finalmente, no art. 6º, determina a vigência da lei na data de sua publicação.

A Exposição de Motivos que acompanha o projeto esclarece que as medidas propostas destinam-se a assegurar condições para que as IES que se encontrem em grave situação econômico-financeira continuem desenvolvendo suas atividades, viabilizando a manutenção dos níveis de matrículas ativas, a qualidade do ensino, a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais, bem como a recuperação de créditos tributários pela União.

Encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidenta da República, em regime de urgência, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, o projeto foi apreciado pelas Comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, além do Plenário daquela Casa. Durante a tramitação na Câmara, a matéria foi aperfeiçoada e restou consolidada em seu substitutivo resultante de amplo entendimento entre os atores envolvidos. No Senado Federal, o PLC encontra-se, simultaneamente, sob apreciação da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos, onde é relatado pelo Senador Luiz Henrique. Após, seguirá para o Plenário.

Findo o prazo regimental previsto no art. 122, inciso II, letra b, do Regimento Interno do Senado Federal, não foram apresentadas emendas. Não obstante, nos termos do art. 122, I, do mesmo Regimento Interno, foram apresentadas duas emendas de membros desta Comissão.

A Emenda nº 1, da Senadora Ana Amélia, pretende acrescentar dispositivo ao Projeto de Lei a fim de renovar o Programa Universidade para Todos (ProUni), pelo prazo definido no §1º do art. 5º, da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Na justificação, a autora ressalta a importância do ProUni para a inclusão social e defende que sua renovação é fundamental para o alcance das metas previstas no Plano Nacional de Educação.

A Emenda nº 2, do Senador Cristovam Buarque, também dirigida ao Prouni, busca estender até 31 de dezembro de 2015 o prazo para que as instituições de ensino superior comprovem a regularidade fiscal requerida para participar do programa.

Segundo argumenta o autor, a fixação de nova data para que as mantenedoras demonstrem a quitação de tributos e contribuições federais permitirá que universidades, centros universitários e faculdades (hoje impedidos de aderir ao Prouni por não terem logrado cumprir o prazo), em sua maioria situados em pequenos Municípios, possam voltar a oferecer bolsas do programa a milhares de alunos.

ANÁLISE

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de normas gerais sobre educação e instituições educativas, bem como sobre formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros temas correlatos. É indiscutível, portanto, a regimentalidade da apreciação do PLC nº 32, de 2014, por este Colegiado.

Trata-se aqui de proposição que visa a aperfeiçoar o Proies, iniciativa instituída pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012. O Proies consiste em salutar medida destinada a assegurar a viabilidade econômico-financeira de instituições de ensino superior privadas, ao tempo em que promove a expansão do acesso a esse essencial nível de ensino, mediante a oferta de bolsas de estudos, com garantia de padrões mínimos de qualidade.

Esta Comissão acompanhou de perto o drama vivido pelos alunos da Universidade Gama Filho e da UniverCidade, do Rio de Janeiro. Muitos outros estudantes têm sofrido consequências da interrupção de atividades acadêmicas em instituições de Ensino Superior que se encontrem em grave situação econômico-financeira. Daí a importância do Proies, que estabelece um plano de recuperação fiscal para essas entidades, compreendendo não só a moratória de dívidas tributárias vencidas, mas também a supervisão mais atenta do Ministério da Educação e o fomento à democratização do acesso ao ensino superior, por bolsas de estudos integrais.

No entanto, apesar dos méritos do programa, sua implementação foi prejudicada pela exiguidade do prazo inicialmente concedido para a adesão das instituições de ensino superior, em face da complexidade da documentação exigida. Esse é um dos problemas que o PLC pretende sanar, reabrindo, por noventa dias, o prazo para adesão ao programa.

Além disso, o projeto traz relevante medida para as instituições estaduais e municipais de que trata o art. 242 da Constituição. Por entendimento equivocado da Receita Federal, no tocante à titularidade dos valores recolhidos de imposto de renda por essas instituições de ensino superior, iniciou-se um contencioso tributário com forte potencial gravoso sobre a capacidade operacional de tais instituições. Com a remissão desses valores (desde que quitados direta ou indiretamente junto ao respectivo Estado ou Município) e a anistia dos juros e encargos sobre eles incidentes, o projeto possibilita a continuidade do funcionamento de instituições

com enorme tradição e importância no ensino superior, principalmente no interior de Estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a exigência de que a adesão ao Proies seja acompanhada da adesão ao sistema federal de ensino, embora tenha ensejado certa polêmica na discussão da matéria na Câmara, justifica-se pela necessidade de que a recuperação tributária, relativa a dívidas junto à União, seja acompanhada da supervisão e dos mecanismos de avaliação de qualidade implementados pela esfera federal.

Quanto às modificações propostas pelo Projeto de Lei Complementar nas Leis nºs 12.688, de 18 de julho de 2012, e 5.537, de 21 de novembro de 1968, trata-se de aperfeiçoamentos operacionais na gestão e no funcionamento do Proies, bem como de adequação das funções legais do FNDE para a execução desse importante programa.

Desse modo, não temos dúvida sobre o mérito educacional do PLC nº 32, de 2014. A apreciação de seu impacto econômico-financeiro, uma vez que implica renúncia fiscal, é da competência da CAE. Lembramos, contudo, que o texto que chega a esta Casa é fruto de amplo entendimento construído na Câmara dos Deputados, que avançou na redação de substitutivo capaz de aprimorar a redação originalmente proposta pelo Executivo.

No que tange às emendas apresentadas, entendemos que seu escopo ultrapassa o das medidas ensejadas pelo projeto. A Emenda nº 1, da eminente Senadora Ana Amélia, é motivada por preocupações relevantes sobre a continuidade do ProUni. No entanto, o ProUni é uma política sem prazo de validade. Assim, o prazo de dez anos a que a autora parece referir-se é o do termo de adesão das IES ao ProUni, o qual pode ser renovado por iguais períodos. Julgamos, portanto, que a continuidade do programa não depende da aprovação da emenda. Ao contrário do proposto, a sua acolhida poderia fixar a duração máxima dessa política.

Já a Emenda nº 2, do Senador Cristovam Buarque, baseia-se no entendimento de que, tal como o prazo de adesão ao Proies, o prazo para comprovação da regularidade fiscal para manutenção das isenções fiscais do Prouni seria exíguo, devendo ser estendido até o final de 2015. Ocorre que, a despeito das nobres preocupações do autor acerca da continuidade das bolsas oferecidas pelas instituições desvinculadas do Prouni, o prazo originalmente estabelecido – 31 de dezembro de 2005 – já foi reiteradamente prorrogado, passando primeiro para 2006, depois, 2008, em seguida, 2011 e, finalmente, setembro de 2012.

Embora solidários com a situação dos alunos de instituições desvinculadas do Prouni por falta de comprovação da regularidade fiscal, somos contrários à emenda, por julgarmos que nova prorrogação do prazo poderia incentivar as Instituições de Ensino Superior a postergarem demasiadamente a resolução de suas pendências tributárias junto ao Fisco. De fato, com a prorrogação do prazo para adesão ao Proies, como dispõe o Projeto de Lei da Câmara ora em análise, abre-se nova janela de oportunidade para que as instituições desvinculadas possam encontrar soluções viáveis para suas dívidas federais, ensejando a possibilidade de que possam aderir mais uma vez ao Prouni. Nesse ínterim, esperamos que o MEC tome as devidas providências para minimizar os prejuízos impingidos aos estudantes porventura afetados.

Por fim, cabe mencionar a necessidade de pequena correção gramatical, por meio de emenda de redação. No § 11 inserido na Lei nº 12.688, de 2012, por meio do art. 4º do Projeto de Lei da Câmara, o termo "pelo" que antecede a menção ao MEC e ao Ministério da Fazenda deve ser flexionado na forma plural, ou seja, acrescentaríamos ao Projeto de Lei da Câmara apenas um s como emenda de redação, sem afetar e sem alterar o mérito do projeto em discussão.

O meu voto, diante do exposto, é pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014, com a seguinte emenda de redação: Emenda – Substitua-se no § 11, acrescido ao 13, da Lei nº 12.688, de 18 de junho de 2012, pelo art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014, o termo "pelo" por "pelos".

Sr. Presidente, esse projeto é muito importante, tramita em regime de urgência, e, por isso, preciso concluir minha exposição pedindo aos nobres pares que não façam qualquer pedido de vista, porque, mesmo que ele aconteça, o projeto terá que ser encaminhado imediatamente ao Plenário para análise.

Também faço o apelo pela aprovação, pelo voto favorável, uma vez que este projeto, na verdade, corrige um equívoco que aconteceu quando da votação de outro projeto destinado a beneficiar as mesmas instituições de ensino. Elas existem principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Como ex-Secretário de Educação de Santa Catarina, permita-me fazer menção. O sistema universitário comunitário de Santa Catarina, único no Brasil, atende a 200 mil alunos no sistema universitário. Todos pagam mensalidade pela aquisição de conhecimento. Essa é uma grande contribuição para com o Brasil, porque o dinheiro que o Governo Federal deixa de investir no ensino superior, em Santa Catarina, ele pode investir nas universidades públicas federais de Santa Catarina e de outros Estados.

Por outro lado, o projeto hoje, do jeito que está formulado e relatado, vai beneficiar cerca de sete instituições de ensino superior de um total de 17 existentes no sistema em Santa Catarina, e 150 mil alunos serão beneficiados.

Por isso, peço aos nobres Senadores e Senadoras que votem favoravelmente ao meu projeto, até porque há uma ansiedade muito grande em Santa Catarina e também nas instituições comunitárias do Rio Grande do Sul pela sua aprovação, para que eles possam efetivamente regularizar sua situação tributária, fiscal e, com isso, darem sequência ao projeto de benefício a alunos que vão ser contemplados com bolsas de estudo, por conta do valor do débito transformado em bolsa que beneficiará alunos.

Quero também registrar aqui o empenho e o trabalho da Consultora Tatiana Brito, que colaborou de forma muito dedicada para que o relatório pudesse ser apresentado na data de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o relatório que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão.

Quero, em primeiro lugar parabenizar o Senador Paulo Bauer, até pela lucidez. Não se ofendam aqueles cujas emendas foram rejeitadas, porque o próprio projeto as contempla. Ademais, teríamos que voltar e iríamos perder esse projeto.

Esse projeto, em suma, pelo que entendi, Senador Paulo Bauer, é o Refis que faltava na área de educação. O Governo faz tanto Refis, reparcela as dívidas em todas as áreas, e não dava oportunidade, na área de educação, a que isso acontecesse.

Parabéns pelo seu relatório.

Está em discussão o relatório do Senador Paulo Bauer, pela aprovação do projeto e rejeição das duas Emendas, nº 1 e nº 2.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com esse relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo, agora, a Presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim, para que eu possa relatar o item 4.

Com a palavra, agora, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 4:

ITEM 4
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2008
– Não terminativo –

Altera o §2º, inclui o §2º-A e revoga o §6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Cyro Miranda

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, ao apresentar o PLS nº 185, de 2008, o Senador Cristovam Buarque propunha a determinação de exibição de filmes nacionais nas escolas como parte das atividades complementares ao currículo regular. Para tanto, inseria §6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional. Ademais, estabelecia que a nova atividade deveria ser integrada à proposta pedagógica da escola e perfazer pelo menos duas horas por mês.

Aprovada no Senado e enviada à Câmara dos Deputados (CD), a proposição foi ali apreciada nas Comissões de Educação e Cultura (CEC), onde foi acolhida na forma de substitutivo, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde a emenda da CEC foi ratificada, com aprimoramentos.

A redação dada à proposição na Câmara dos Deputados promoveu a alteração por meio de modificações.

Dado o novo arranjo do art. 26, propõe a revogação do §6º vigente, que também trata do assunto e cujo conteúdo é incorporado na nova redação dada ao §2º.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), esta Comissão está legitimada a opinar sobre diretrizes e bases da educação brasileira. Daí a pertinência da apreciação a que ora se procede.

Na manifestação em relação ao PLS original, em 25 de maio de 2010, a Comissão de Educação manteve, com melhoria de técnica legislativa, a preocupação do autor de formar público para o cinema nacional. Assim, o PLS foi aqui aprovado com a determinação da sistemática de exibição de audiovisuais nacionais, de modo a ocuparem pelo menos duas horas por mês nas atividades letivas das escolas.

Com o intento de imprimir exequibilidade à proposição no âmbito dos sistemas de ensino, a modificação efetuada pela Câmara dos Deputados contemplou a preocupação com outras artes relevantes. Com efeito, os deputados mantiveram a premência da produção cinematográfica nacional, porém sem o detalhamento de carga horária e sistemática de exibição.

É importante consignar a candência dos temas curriculares afeitos às artes. Não por acaso, desde o início da discussão presente matéria no Congresso Nacional, o dispositivo da LDB dedicado ao tratamento das artes nos currículos passou por diversas modificações. Ainda em 2008, a Lei nº 11.769, de 18 de agosto daquele ano, incluiu §6º no art. 26 da LDB, para conferir à música a condição de conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular previsto no §2º do citado dispositivo. Em 2010, por força da Lei nº 12.287, de 13 de julho, o mencionado § 2º recebeu nova redação, mediante a qual se buscou atribuir maior ênfase às expressões regionais no ensino da arte, nos seguintes termos:

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Particularmente, consideramos impróprio e desnecessário o esforço do Parlamento de exaurir no §2º todas as formas de artes passíveis de estudos e difusão em nossas escolas. Esse tipo de medida pode redundar no arrolamento de tipologias questionáveis como arte – caso do *design* incluído no Substitutivo da Câmara dos Deputados – ou no fechamento a novas formas de expressão da arte. De toda maneira, com a oferta de um rol exemplificativo, a medida pode ajudar na escolha das escolas, tendo em mente a disponibilidade de recursos locais e o interesse do alunado.

Por fim, cumpre assinalar a adequação da redação oferecida pela Câmara dos Deputados, com o que, a nosso juízo, a matéria logrou maior possibilidade de aplicação nas escolas. Nos moldes do Substitutivo da Câmara dos Deputados, elas terão maior flexibilidade para dedicar parte de seu tempo à nova atividade. Poderão não apenas adotar uma sistemática de exibição planejada e estruturada, mas, também, dar melhor uso ao tempo ocioso por diversas razões, a exemplo da ausência imprevista de professores.

Fazemos apenas uma ressalva à repetição indevida nos arts. 1º e 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados, da descrição da Lei nº 9.394, de 1996, mediante uso da expressão "que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". De toda maneira, entendemos que essa impropriedade poderá ser saneada, mediante exclusão do trecho apontado, na redação final da matéria a ser enviada à sanção presidencial.

No mais, a medida tem pouco impacto financeiro no âmbito dos sistemas de ensino, a quem caberá zelar para que as escolas contem com profissionais com formação adequada para conduzir a atividade.

Decerto, com planejamento, a medida poderá ser cumprida e contribuir tanto para a formação de público e para a indústria do cinema nacional, quanto para iniciar nossos alunos na crítica fundamentada a essa forma de expressão da cultura nacional, além de lhes ampliar a capacidade de apreciação ética e estética.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir – o projeto é não terminativo –, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para a Comissão correspondente... A matéria vai ao Plenário.

Volto a Presidência ao Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em seguida, o item 8, de relatoria de V. Exª, Senador Paulo Paim.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2007
– Não terminativo –

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, o nobre Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, nós chegamos ao entendimento de que o projeto seja mais uma vez retirado de pauta. Eu concordei, mas gostaria de dizer que, na semana que vem, a gente vai votar, vai voltar para a pauta. Aí quem quiser que peça vista.

Eu peço que ele volte para a pauta na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, fica retirado de pauta e incluído na pauta da próxima semana.

Passo a palavra agora ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi relator *ad hoc* do item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2013
– Não terminativo –

Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.
2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 8/4, 29/4 e 6/5/2014.
3 – Na reunião do dia 6/5/2014, foi concedida vistas coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Com a palavra, o Relator *ad hoc*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já proferi o meu voto e não tenho mais nada a acrescentar ao que constou da minha manifestação na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que quiserem discutir...

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

Item 12.

Relatoria do eminente Senador João Vicente Claudino.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2013
– Não terminativo –

Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração ao Município de Porto Ferreira, no Estado de São Paulo.
Autoria: Deputado Newton Lima.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Relatório: Favorável.
Observações:
1 – A matéria será apreciada pelo Plenário.
2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/4 e 6/5/2014.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 72, de 2013 (Projeto de Lei nº 1.654, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Newton Lima, que objetiva conferir o título de Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração ao Município de Porto Ferreira, no Estado de São Paulo.

Nesta Casa não foram apresentas emendas ao projeto.

Na análise, Sr. Presidente, ele cumpre todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, cabe salientar que o autor da matéria enfatiza a tradição e a importância do ramo da cerâmica artística para o Município de Porto Ferreira pela quantidade e pela exuberância de seus produtos. O setor é o principal ramo da economia da região, sendo forte gerador de emprego e renda.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejam discuti-la...

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria do Senador João Claudino permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Pergunto ao Senador Fernando Flexa Ribeiro se concorda em ser relator do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2013
– Não terminativo –

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
Autoria: Deputado Vieira da Cunha.
Relatoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatório: Favorável.
Observações:
1 – A matéria vai a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e posteriormente, ao Plenário.
2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/4 e 6/5/2014.

A relatoria seria da Senadora Kátia Abreu, mas, pelo nosso Regimento, depois de três ausências, temos o direito de nomear o relator *ad hoc*.

V. Exª tem a palavra, Senador Fernando Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, Srs. Senadores, é com muita honra que farei a leitura do relatório da Senadora Kátia Abreu relativo ao Projeto de Lei da Câmara nº 68.

Encontra-se sob o exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2013, de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que institui o "Programa de Combate à Intimidação Sistemática *(Bullying)*", um fato que está na ordem do dia.

Acho que o projeto vem em boa hora para que nós possamos ter uma legislação para reprimir e, se possível, extinguir o *bullying*.

O art. 1º do projeto, além de instituir o programa em todo o território nacional, conceitua a intimidação sistemática *(bullying)* como "todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas". Ademais, o artigo estipula que o programa poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação (MEC) e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos afins.

O art. 2º relaciona os atos que caracterizam a intimidação sistemática, inclusive aqueles praticados na rede mundial de computadores (*cyberbullying*).

O art. 3º classifica as ações que podem ser consideradas de intimidação sistemática.

Enquanto o art. 4º apresenta os objetivos do programa, o art. 5º determina o dever dos estabelecimentos de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas de garantir medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

O art. 6º estabelece que devem ser produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática nos Estados e Municípios para planejamento das ações do programa.

O art. 7º, por sua vez, estipula que os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do programa.

Por fim, o art. 8º prevê que a lei sugerida entrará em vigor após 90 dias da data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor faz referência a estudos que revelam a força e o caráter pernicioso de práticas de intimidação sistemática em crianças e adolescentes e indica que a "pretensão maior" da iniciativa é a de "conscientizar a sociedade para o problema e, assim, evitá-lo".

Após a análise desta CE, o projeto será apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

À proposição não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 68, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O projeto busca tipificar uma ação sistemática perniciosa, praticada por um indivíduo ou grupo de pessoas, contra outro indivíduo ou conjunto de pessoas, que cause danos morais às vítimas. Em princípio, pode parecer que se trata de comportamento social bastante conhecido e que, diante do Direito Penal, pode ser tipificado como calúnia, injúria, difamação, constrangimento ilegal, ameaça ou mesmo agressão física, por exemplo. Contudo, estamos diante de uma prática que apenas recentemente vem sendo identificada, estudada e mesmo incluída, sob alguma de suas formas, no ordenamento penal. O assédio moral no trabalho, por exemplo, constitui um ilícito trabalhista, que se cogita tipificar como crime.

Estudos pedagógicos e de psicologia têm revelado que muitas brincadeiras feitas no meio estudantil, até há pouco vistas como inócuas, são, de fato, passíveis de produzir danos significativos na personalidade e no desempenho escolar de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, mesmo atitudes claramente ofensivas costumam ser tratadas como meros atos de indisciplina, merecedoras de algum tipo de punição, o que tende a individualizar um fenômeno que merece atenção coletiva e ações educativas de prevenção.

A partir de sua identificação no ambiente escolar, com a denominação de *bullying*, a intimidação sistemática vem sendo reconhecida como um fato social que pode manifestar-se nos mais variados meios e que requer uma reação explícita do Poder Público. A difusão das redes sociais tem aberto um amplo espaço para essas práticas, embora os gestores desses novos meios de interação entre as pessoas disponham de instrumentos para coibir, nesses canais, comportamentos ofensivos e de intimidação sistemática, desde que devidamente denunciados pelas vítimas.

Ora, é preciso que façamos um esforço coletivo em favor da difusão de um clima de paz e de tolerância, com a aceitação das diferenças. Estamos falando do respeito à intimidade e à integridade física e mental das pessoas. Enfim, o que se procura defender são os princípios básicos da cidadania e dos direitos humanos.

O projeto não envereda pelo caminho mais polêmico do Direito Penal. Ele sabiamente insiste no caráter educativo para coibir comportamentos de intimidação sistemática. Desse modo, apenas se arrisca em conceituar práticas nocivas que, em algumas situações, podem ter limites tênues com atitudes efetivamente inócuas, fruto de brincadeiras inofensivas.

Dessa forma, nossa avaliação é de que a proposição, no mérito, deve ser acolhida por esta Comissão.

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não temos reparos a fazer à proposição.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tinha uma solicitação para que eu pedisse vista a esse projeto parece que em parceria com a própria Senadora Kátia Abreu. Mas eu ponderei aqui para os assessores do Governo que esse projeto ainda vai para a Comissão de Direitos Humanos. E, como ele vai para a Comissão de Direitos Humanos, eu mesmo posso assumir de trabalhá-lo melhor lá, se for o caso. Até porque o projeto é de um grande parceiro, amigo nosso do PDT, o Vieira da Cunha, pré-candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Não tem nada a ver uma cosia com a outra, apenas estou falando da história do Vieira da Cunha, e entendo a intenção do projeto, que é das melhores, que é de combater o *bullying*.

Então, eu encaminharia no sentido de aprovarmos e aprofundarmos o debate na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Lembro ainda que há duas oportunidade, não só na Comissão de Direitos Humanos como também no Plenário, esse projeto será encaminhado ao Plenário.

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Pergunto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se concordam com a relatoria *ad hoc* do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 6.

Quero também salientar que estamos ao vivo e em cores, além de estarmos também com a Rádio e TV Senado, Agência Senado e com a interação com a internet.

Pergunto se o Senador Mozarildo Cavalcanti aceita ser Relator a*d hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2007
– Terminativo -

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CMA, nos termos da subemenda apresentada.
Observações:
1 – Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas e outra para a subemenda à emenda 1 – CMA.
2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/4 e 6/5/2014.

Como o Relator Ricardo Ferraço não está presente, fica a relatoria *ad hoc* com V. Exª.

Com a palavra, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, por economia de tempo, vou ler o final da análise e o voto.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 612, de 2007, cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Todavia, convém observar que é da competência privativa do Presidente da República dispor sobre o funcionamento da administração federal. Desse modo, seria necessário alterar o disposto no *caput* do art. 1º do PLS nº 612, de 2007, para contornar a atribuição do seu cumprimento a programas e agentes públicos específicos. Cumpre, entretanto, manter as alterações feitas pela CMA para corrigir as regras temporais da implementação das medidas propostas pelo projeto e, sendo assim, optamos por propor uma subemenda à emenda aprovada pela CMA.

No presente caso, também é necessária a apresentação de uma emenda para realizar essa mesma alteração sobre o funcionamento da administração federal na ementa da proposição, que atribui funções ao Ministério da Educação.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado no 612, de 2007, na forma da Emenda nº 1 – CMA com a seguinte subemenda e da emenda a seguir:

SUBEMENDA Nº – CE
(À Emenda nº 1 – CMA)

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CMA, a redação a seguir:

"Art. 1º O papel utilizado nos livros didáticos distribuídos pelo poder público deverá conter fibras:
....."

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado no 612, de 2007, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático."

Esse é o voto pela aprovação, com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu coloco em discussão essa matéria, que é de natureza terminativa. Contudo, não encerrarei a discussão, sobrestando-a até que tenhamos quórum qualificado.

Assim, indago se os Srs. Senadores desejam iniciar a discussão neste momento ou se a deixamos para a próxima reunião. (*Pausa.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Fica sobrestada a discussão para a próxima reunião então.

Agora, passemos ao último item, de nº 13, para o qual eu peço a gentileza de o Exmo Sr. João Vicente Claudino funcionar como Relator *ad hoc*. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2012
– Terminativo –

Confere ao Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos.
Autoria: Deputado Nelson Bornier.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Como Relator *ad hoc* designo, agora, o Senador João Claudino.
Observações:
1 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/4 e 6/5/2014.

Se não me engano, o Município de Nova Iguaçu é terra do Senador Lindbergh Farias.

Então, passemos à Capital Nacional dos Cosméticos.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2012 (Projeto de Lei nº 2.172, de 2011, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Nelson Bornier, que propõe seja conferido ao Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

Na análise, de acordo com os dados do Euromonitor International, o Brasil é o terceiro, e com perspectivas de se tornar o segundo, maior mercado consumidor de produtos cosméticos do mundo.

Sendo assim, diante da importância do setor de cosméticos para a economia do País, e considerando a posição de destaque da produção e da qualidade das indústrias de Nova Iguaçu, é, sem dúvida, justa,oportuna e meritória a iniciativa de conferir ao Município o título de Capital Nacional dos Cosméticos.

Tendo em vista a apreciação exclusiva da CE, compete igualmente a esta Comissão analisar a Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 113, de 2012.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o relatório do Relator *ad hoc,* Senador João Claudino. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, tenho de sobrestar a discussão, tendo em vista que também este é um projeto terminativo nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, se possível, logo após V. Exª concluir, eu gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

Então, fica a discussão sobrestada para a próxima reunião, quando, certamente, teremos quórum qualificado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, tenho em mão um requerimento, de autoria de V. Exª, Senador Cyro Miranda, apresentando voto de pesar desta Comissão, que, segundo entendo, deverá ser assinado por todos os Senadores.

Nós incluiríamos como extrapauta, se V. Exª assim o entender, o requerimento de voto pesar pelo falecimento do cantor Jair Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu coloco em votação a inclusão extrapauta do requerimento, a pedido do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está incluído como extrapauta o referido requerimento.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 24, DE 2014

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cantor Jair Rodrigues, ocorrido no último dia 8 de maio, a ser encaminhado à família do falecido, pelos serviços prestados à música e à cultura brasileira.

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como explicitado, o requerimento é de autoria do Senador Cyro Miranda.

Como a justificativa é pequena e nela já vislumbro uma homenagem à história de Jair Rodrigues, eu farei a sua leitura.

A música brasileira perdeu um de seus maiores intérpretes: o cantor Jair Rodrigues, falecido no dia 8 de maio de 2014, no município de Cotia, na Grande São Paulo, aos setenta e cinco anos de idade.

Sua carreira iniciou na década de 50, na cidade paulista de São Carlos. Anos depois, foi tentar a sorte em São Paulo e conquistou o primeiro lugar em um programa de calouros. Foi cantor da noite e lançou seu primeiro disco em 1962. Atingiu grande popularidade ao gravar "Deixa isso pra lá", uma música considerada precursora do *rap* brasileiro, que ajudou a marcar o estilo espontâneo e bem humorado do cantor e ao interpretar a histórica música "Disparada", no Festival da Record, nos anos 60.

Foi parceiro de Elis Regina com quem lançou o disco intitulado "Dois na Bossa", gravado, ao vivo, em 1965. Com o sucesso, a dupla foi convidada pra apresentar um dos primeiros programas musicais da TV brasileira: O Fino da Bossa, marcando definitivamente seu lugar entre as grandes estrelas da Música Popular Brasileira.

Sua popularidade e reconhecimento não se restringiram ao Brasil, tendo-se apresentado com frequência no exterior, em países como Portugal, Alemanha, França, Suíça, Itália, Estados Unidos e Japão.

O artista deixa dois filhos, os também cantores Luciana Mello e Jair Oliveira e um legado inestimável de talento, ousadia e alegria para a cultura brasileira.

Assinam Senador Cyro Miranda e os Srs. Senadores presentes a esta reunião – Senador Paim, Senador Flexa Ribeiro e Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não é este um requerimento do Senador Cyro Miranda, mas, sim, de todos da Comissão.

Jair Rodrigues, nascido em Igarapava, faleceu aos 75 anos de idade. Começou a trabalhar como ajudante de alfaiate, sempre com aquela alegria que o caracterizava e que nos fará muita falta.

Mesmo nas situações mais adversas, ele tinha, vamos dizer, um jeitão de mostrar outro lado da vida, o lado alegre.

Nós fomos surpreendidos com o trágico acontecimento, ainda porque ele não era portador de nenhuma doença crônica que nos fizesse contar com a possibilidade de sua morte ainda precoce, especialmente dada a longevidade que alcançamos nos dias de hoje.

Então, fica aqui o voto de pesar da Comissão de Educação, cujo requerimento submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficam aqui registradas as saudades desse sempre querido Jair Rodrigues.

Comunico a V. Exªs que, amanhã, teremos uma audiência pública com a finalidade de debater a gestão democrática e participativa como modelo para a Rede Federal de Ensino. O requerimento é de autoria do nobre Senador Paulo Paim.

Trata-se de uma audiência pública muito importante, para a qual foram convidados:

– Aléssio Trindade Barros, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

– Samanta Lopes Maciel, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional do Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; e

– Marco Antônio Vezzani, Coordenador da Política de Mobilização Sindical – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Também comunico a V. Exªs que teremos, na próxima quinta-feira, a audiência pública com o último Ministro de Estado, que compõe este Congresso, o Sr. Deputado Aldo Rebelo.

Trata-se de uma oportunidade muito importante para esta Comissão, quando poderemos obter esclarecimentos sobre o andamento dos preparativos para a Copa do Mundo, que se inicia exatamente daqui a 30 dias, quando será realizado o primeiro evento.

Assim, eu gostaria de contar com a presença de todos na quinta-feira, às 10h, nesta audiência pública.

Agradecendo a presença de todos, com a graça de Deus, encerro a presente reunião.

Agradeço, em tempo, a colaboração de todos desta Secretaria.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores; que tenham uma semana e uma tarde profícuas.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, Lídice da Mata, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 16/2014-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinado a realização de Audiência Pública para debater "**A gestão democrática e participativa como modelo na rede federal de ensino – (Ifs)**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Marco Antonio Vezzani, Coordenador de Política e Mobilização Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE/BSB; Senhora Samanta Lopes Maciel, Coordenadora Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; e Senhor Oiti José de Paula, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor José Alci Silva Lemos Júnior, Professor no Instituto Federal de Pernambuco; Senhor Ari Denisson da Silva, Professor no Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Senhor Abraão Romão Batista, Professor do Instituo Federal da Paraíba (IFPB); Senhor Anderson Pereira Ferreira, docente do Instituto Federal de Belém do Pará; Senhor Richard W. B. Siqueira, Docente Instituto Federal de Brasília (IFB); Senhora Camila Rodrigues da Fonseca, Docente e Coordenação Estudantil Taguatinga; Senhora Tatiana Rofolo, Docente do Instituto Federal de Brasília; Senhora Kelly de Oliveira Santos, Docente do Instituto Federal de Brasília; Senhora Conceição de Maria Cardoso Costa, Docente do Instituto Federal de Brasília; Senhora Loryne Viana de Oliveira, Docente do Instituto Federal de Brasília; Senhora Melina Souza Santesi, Assistente em Administração no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); e Senhor Luiz Pereira da Costa Júnior, Jornalista do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra o Senhor André Luiz Melo, professor efetivo do quadro do Instituto Federal de Brasília – IFB; Senhor Daniel Soares de Souza, técnico administrativo em educação do Instituto Federal de Brasília – *campus* Taguatinga; e Senhor Richard Wilson Borrozine de Siqueira, conselheiro e docente do Instituto Federal de Brasília– IFB. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, encaminha proposta ao Plenário no sentido de solicitar ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, a retomada das negociações entre o Ministério, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativo em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), assim como, a realização de audiência entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativo em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), com intuito de discutir os problemas enfrentados no âmbito das instituições da Rede Federal de Ensino. A proposta é aprovada. Agradecendo a todos pela presença,

a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srª e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 16, de 2014, de autoria deste Senador, para a realização de audiência pública destinada a debater a "Gestão democrática e participativa como modelo na Rede Federal de Ensino".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Enquanto os convidados se dirigem à mesa, informo que a audiência terá a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e, ainda, pela internet (www.senado.gov.br/tvcanal2).

Já estão conosco na mesa Samanta Lopes Maciel, Coordenadora Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); e o Sr. Marco Antônio Vezzani, Coordenador de Política e Mobilização Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (Sinasefe/BSB).

Já está a caminho – o Secretário Júlio confirmou – o Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério de Educação (MEC), Sr. Oiti José de Paula.

Vou fazer apenas uma introdução para situar os que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado sobre o tema que vamos aqui desenvolver.

Os primórdios da formação profissional no Brasil registram apenas decisões circunstanciais especialmente destinadas a amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, assumindo um caráter assistencialista que tem marcado toda a sua história. De forma pioneira, no ano de 1909, a educação profissional e tecnológica foi iniciada efetivamente no Brasil, com a criação de 19 escolas de aprendizes artífices, criadas pelo Presidente Nilo Peçanha.

Eu aqui abro um parêntese para dizer que a Escola Senai Nilo Peçanha, de Caxias do Sul, é a escola da minha formação, e foi fundamental. Naquele período, eu vendia frutas na feira, em Porto Alegre. Eu tinha 12 anos, era permitido na época, mas tinha que fazer pela vida. E eu me lembro de que meu pai, já falecido, foi me pegar e disse: "Olha, você passou no Senai". Eu pude voltar para casa, e me formei em técnico na Escola Senai Nilo Peçanha. Inclusive, depois, técnico em segurança, já no Grupo Tramontina, de que estou licenciado até hoje, há 30 anos. Mas sou técnico em segurança. Num primeiro momento, aprendi metalurgia, marcenaria, trabalhei com desenho e moldes nas fundições. Uma experiência muito boa.

Essas escolas foram criadas para atender à população carente e visavam qualificar o trabalhador jovem, principalmente pobre, que não tinha condições econômicas para frequentar as escolas consideradas pagas.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi concebida pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo uma concepção de criação pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os institutos são instituições de educação superior, básica e profissional especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades.

Até 2005, a Rede de Educação Profissional era constituída de 140 instituições e a partir daí, o governo Lula iniciou um programa de expansão da Rede. Atualmente esta Rede possui 562 *campi* e deverá chegar até o final do ano a mais de 620 *campi*.

Um grande e valoroso programa de desenvolvimento da educação profissional que irá contribuir para o desenvolvimento do País – está contribuindo – e que permite a milhares de trabalhadores a oportunidade de se qualificarem, ingressarem no mercado de trabalho e contribuírem para o desenvolvimento do País.

São ações práticas que o governo vem realizando de valorização da educação e que precisam ser divulgadas, acompanhadas, aperfeiçoadas e debatidas com a comunidade para que atinjam os objetivos propostos.

Como a missão de construir é repassada aos institutos, que são autarquias e possuem seus dirigentes máximos com visões múltiplas e procedimentos diferenciados, é necessário que a sociedade, além dos órgãos de controle, fiscalize, analise e se manifeste sobre os procedimentos que estão sendo adotados pelos dirigentes dos 38 institutos criados no Brasil.

Essas instituições estão sendo criadas com recursos públicos e seus gestores máximos têm uma responsabilidade não só com o governo, mas também com a resposta à sociedade.

Precisamos acompanhar estas ações para que este grande projeto possa trazer grandes resultados na vida dos trabalhadores brasileiros, de toda a nossa gente, para todo o País e não seja desvirtuado e/ou que venha a ser redutos de poder de pessoas inescrupulosas e sem o senso democrático e participativo nas gestões. Sem isso não chegaremos a nada. Por isso, estamos num sistema democrático de direito.

Enfim, o beneficio à sociedade é a tônica do serviço público e do gestor público e, para que isto aconteça, é necessário o constante acompanhamento por parte das autoridades e da sociedade como um todo. É preciso que estas instituições sejam cada vez mais transparentes, democráticas e participativas e acessíveis a todos.

Assim, esta audiência pública, cuja temática é "Gestão democrática e participativa como modelo na Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico", se fez necessária, a fim de que toda a comunidade acadêmica, os sindicatos, o MEC e o Senado possam expor, ouvir e deliberar ações de cunho cada vez mais participativo.

Já está conosco o Sr. Oiti José de Paula, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC. Seja bem-vindo!

Eu fiz aqui uma abertura, Sr. Oiti, falando da importância dos institutos. Eu disse que minha formação básica foi no ensino técnico. Sabemos que é um grande passo. Nós, num passado recente, éramos proibidos inclusive de ter escolas técnicas. Nós avançamos e hoje eu sei que o objetivo é aumentá-las cada vez mais pela necessidade que o crescimento do País aponta de termos cada vez mais trabalhadores preparados e qualificados, e as escolas técnicas cumprem esse papel fundamental.

Então, parabéns a todos que estão aqui presentes, alunos, professores, líderes sindicais, para que a gente possa debater de forma tranquila e transparente, em alto nível, a importância fundamental para o País e para todo o povo brasileiro dos institutos federais.

Esta audiência tem o objetivo apenas de aperfeiçoar. Nós sabemos que ninguém aqui é contra os institutos. Pelo contrário, o debate é para aprimorar, para avançar. Nós todos sabemos que os institutos são a mola propulsora do progresso do País.

Hoje a gente pode dizer que nós não temos problema de desemprego; nós temos problema de falta de pessoas preparadas, capacitadas em todas as áreas de atuação. Na minha cidade, Canoas, por exemplo, o Prefeito Jairo Jorge levou uma empresa para lá recentemente, mas há uma defasagem de mais de mil pessoas para assumir os postos de trabalho. É claro que muitos têm que estar preparados para assumir seus postos, o que é uma dificuldade enorme.

Enfim, vamos ao debate. Vocês é que vão dar a direção desta audiência pública. Eu vou apenas, como é meu papel, coordenar o debate, sempre dizendo, claro, que, para que o resultado seja positivo ao final, é fundamental que se faça um debate de alto nível aqui na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Todas as audiências que presidi até hoje se pautaram por esse encaminhamento, e o resultado foi positivo. Por isso, eu não tenho problema nenhum de convocar tantas audiências quantas forem necessárias sobre todos os temas que o movimento social me apresentar, porque assumo a responsabilidade de estar presente, presidindo-as ou como autor do requerimento, apoiando os encaminhamentos que os nossos convidados e o Plenário farão no final.

O objetivo da audiência é avançarmos mais, valorizando cada vez mais, cada vez mais mesmo, os nossos institutos federais em toda a sua extensão.

No meu entendimento, vou encaminhar por aqui. Acho que o MEC deve falar no final, inclusive ouvindo as demandas e as posições, para poder se posicionar. Se não há nenhum problema aqui na Mesa, eu posso começar com o Marco.

Pode ser, Marco? (*Pausa*.)

Então, passamos a palavra, pelo tempo de 10 minutos, com mais 5. Aqui ninguém vai ser rígido no tempo, Marco. Se precisar, serão concedidos 10 minutos mais 5 e mais 5. Você terá no máximo 20 minutos.

Então, passo a palavra ao Sr. Marco Antonio Vezzani, Coordenador de Política e Mobilização Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica.

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – Bom dia, Senador.

Muito obrigado. Eu gostaria de agradecer pelo pronto atendimento à questão da audiência desta seção sindical do Sinasefe/BSB e também de dizer que nós, como docentes, como técnicos, preocupamo-nos com os institutos. Como o senhor muito bem colocou, foi aluno. Isso é importante.

Então, quero agradecer por este espaço, quero agradecer ao representante do MEC. Infelizmente, o Sr. Ministro não confirmou; o Sr. Aléssio havia confirmado, mas, no final da noite, mandou seu representante, o Sr. Oiti.

Agradecemos a presença do Sr. Oiti e tenho certeza de que ele está gabaritado para colocar e ouvir as nossas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me só dar meu ponto de vista e balizar sobre esta questão.

É de praxe, aqui, no Senado, quando o Ministro não puder, mandar um representante. Ele fala aqui pelo Ministro. E também quero dizer – não vou usar a expressão que iria usar – que fico muito chateado porque muitos convidados, além de não virem, não mandam nem representante e na última hora mandam uma cartinha dizendo que não vieram por problema de saúde. Mentira! Para mim eles estão mentindo.

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, eu quero deixar claro que às audiências que são realizadas ou vem o Ministro ou vem o seu representante. Aqui ele vai falar representando o Ministro da Pasta correspondente.

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – Exatamente. Eu acho que isso é importante. Acho que aqui nós temos as instâncias representadas, o que é importante.

Nós fizemos uma pequena apresentação. Eu vou pular algumas partes, até porque o Senador já elencou aqui algumas questões.

Quanto à questão do histórico, que nós vimos, realmente, desde 1909 nós temos aí as escolas. Nós temos mais de cem anos. Neste sentido, nós tivemos uma rede federal criada em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, que criou os 38 institutos hoje existentes. Dentro desse quantitativo nós temos a educação superior, básica e profissional como uma premissa de toda a educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades. Ou seja, os institutos se equiparam às universidades no sentido de oferecer cursos tanto em nível técnico e tecnológico e de graduação, mestrado e doutorado. Isso é importante.

É importante dizer que no governo Lula nós tivemos essa ampliação, ainda em 2005, quando nós passamos de uma rede de 140 escolas para uma rede hoje composta por 620 *campi* – uma rede bastante grande, mas com um grande número de problemas também.

Uma das questões fundamentais são as práticas, que nós deveríamos realizar, relacionadas à valorização da educação; práticas divulgadas e acompanhadas, bem como debatidas nas comunidades. Dentro dessa missão, nós deveríamos ter gestores com visões múltiplas, para que nós pudéssemos, nos diferentes órgãos da sociedade, nos órgãos de controle, órgãos de ética, ter transparência, e que, nesses institutos, sobretudo nas suas sedes, estivéssemos tecendo processos democráticos e participativos. Isso suscitou a solicitação, pela seção sindical de Brasília do Sinasefe, junto ao Senador, de realização desta audiência pública, com esta pauta: gestão democrática e participativa como um modelo para a rede federal.

Os problemas que ocorrem no Instituto Federal de Brasília, o qual eu represento, não são diferentes daqueles verificados nos demais institutos Brasil afora. As coisas são muito sérias e as situações são muito difíceis.

Trago, ali, as logomarcas. Vocês já percebem que o Instituto Federal de Brasília tem uma logomarca própria, destoando da logomarca oficial. Inclusive, mais acima, nós temos a logomarca oficial do MEC. Isso foi alvo, inclusive, de questionamentos ao antigo Secretário. Essa aqui é do IF-Acre; é comemorativa, mas segue o mesmo padrão. Já o nosso Instituto Federal de Brasília criou uma marca. Isso requer custos de informação visual muito grandes; são verbas que passam e que, às vezes, não são percebidas. Mas criar uma marca destoando de todas as outras já é um princípio antidemocrático.

Eu trouxe aqui algumas situações para exemplificar o que ocorre não só no Instituto Federal de Brasília, mas também nos outros IFs.

Partindo do princípio inscrito na nossa Lei nº 11.892 e no Decreto nº 6.986, nós temos que ter, dentro de um princípio democrático, eleições para reitor e diretores de *campus*, após cinco anos. E essas eleições devem ser anunciadas e contar com a participação de toda a comunidade acadêmica, em todos os IFs. Essa é a tônica, isso é o que diz a legislação. Contudo, o que nós temos em termos de Instituto Federal de Brasília e que permeia e chega a todos os outros IFs de uma maneira geral? Morosidade, protelação, manobras políticas, alegação de desconhecimento dos aspectos legais.

Aqui, nós temos o exemplo do Instituto Federal de Brasília, *Campus* Planaltina – e o nosso colega André está aqui –, onde houve um processo eleitoral que foi embargado por uma série de situações, e a Reitoria sequer fomentou a mudança.

Temos problemas no Instituto Federal goiano, onde tivemos uma eleição conturbada. Hoje, nós temos um Reitor nomeado *pro tempore*, mesmo tendo havido eleições. O MEC simplesmente resolveu dar posse a um reitor *pro tempore*, que, embora tivesse tido uma maioria de votos, teve a sua eleição posta em litígio.

No IF-Bahia, recentemente, houve um golpe do Conselho Superior, tentando não validar as eleições. No IF-São Paulo, apenas depois de três ou quatro meses o Reitor conseguiu assumir.

E nós temos o IF-Pará, onde há uma série de intervenções, uma série de irregularidades, uma série de reitores *pro tempore;* e, ainda assim, protela-se o processo eleitoral.

Recentemente, no Instituto Federal do Acre, o MEC retirou o Reitor que lá estava, ou seja, o Reitor foi convidado a se retirar, sendo nomeado um outro da comunidade.

No que tange ao Instituto Federal de Brasília, *Campus* Planaltina, eu, que faço parte do Conselho Superior como docente eleito, posso relatar que, em 115 dias após o MEC lançar a comunicação, nós tivemos a primeira discussão para a deflagração da eleição. Isso provocou um atropelo, houve uma indução com relação aos conselheiros, uma tentativa de burlar, de fazer com que os conselheiros cometessem um erro; enfim, uma série de irregularidades foram colocadas e, simplesmente, o nosso Reitor atual, em descaso, desmereceu tudo isso e nomeou um terceiro, sendo que ele poderia ter nomeado o mais votado, a exemplo do que aconteceu no IF-Goiás.

No Consup, nós temos todos esses representantes que estão ali – docentes, técnicos, alunos; eleições de egressos de gabinete, conforme consta, inclusive, em nosso Regimento; representantes da sociedade civil e dos dirigentes. A representatividade deveria acontecer. Embora ela venha acontecendo para docentes e para alunos, para os egressos é duvidosa e para a sociedade civil sequer o Consup é consultado. Não existem regras, e a Setec indica os reitores. O nosso representante no Consup do MEC, hoje, é o Sr. Luiz Caldas, que é Reitor do Instituto Federal Fluminense.

Também existe uma manobra política antidemocrática, no nosso entendimento, pois esses reitores fazem um "transacionamento", ou seja, o nosso Reitor, Wilson Conciani, é membro do Consup do Instituto Federal Goiano. Essa troca favorece a transferência de informações e, de certa forma, o processo de antidemocratização que nós vivemos.

Com relação à CPPD, instituída em lei, nós temos os nossos representantes docentes. Houve uma prorrogação de mandato; houve uma protelação para a eleição, que só foi ocorrer muito tempo depois. E, ainda – pasmem: a CPPD, que é um órgão importante, previsto em lei, não tem uma sala. Ela tem uma sala acessória, que é a mesma sala do Consup, que é a mesma sala da CIS. É isso que nós temos de realidade no IF-Brasília. E imagino que isso deva ocorrer nos outros IFs também.

Mais à frente, nós temos a Comissão de Ética, uma comissão que, em termos de ética, é praticamente inoperante. Nós temos uma comissão que é colocada sem edital, e os representantes são eleitos pela vontade do Sr. Reitor. E eu acredito que isso aconteça nos outros IFs. Não existem critérios para os membros da Comissão de Ética. A participação de titulares e suplentes é concomitante, o que é ilegal; o suplente só assume a titularidade a partir do momento em que o titular não está. Há ausência de um calendário de reuniões publicado e ausência de atas. Enfim, uma comissão que não age ou age como instrumento de assédio.

Eu próprio, como docente, fui assediado por palavras. E me permita, aqui, Senador, dizer que externei, certa vez, que sou membro do Partido dos Trabalhadores aqui de Brasília e que sou membro do sindicato. Então, independentemente de filiação partidária, eu fui tolhido porque eu externei a minha filiação partidária. Por isso mesmo, tentaram me submeter à Comissão de Ética, ou seja, por eu colocar a minha convicção política. Temos problemas, temos atritos, e, para atestar isso, temos documentos comprobatórios, que, depois, eu quero passar ao senhor. E nós gostaríamos até que fossem encaminhando à Comissão de Ética Pública do Planalto, a fim de serem punidos os responsáveis.

A Cepe, que é a Comissão de Ensino e Pesquisa, é inexistente no Instituto Federal de Brasília. Eu não sei se nos outros IFs isso também acontece. E a alegação é de que ela não é necessária, porque nós temos o Consup, porque nós temos os conselhos diretores e de dirigentes.

Também os afastamentos para qualificação de docentes e técnicos de todos os *campi*. Os afastamentos estão ali. Existem editais duvidosos, lançados ao bel prazer. Se eu sou amigo do reitor, eu tenho liberação; se eu não sou amigo do reitor, eu não consigo nem redistribuição, muito menos sair para qualificação. E isso sem consulta ao Conselho Superior, que é o órgão máximo, pela legislação, sem consulta à Cepe, que é inexistente, sem consulta à CPPD, sem consulta à CIS, mas com consulta ao Colégio de Dirigentes, que não é deliberativo, e sim consultivo.

O caso das redistribuições é mais grave. Nós temos editais de forma duvidosa, de forma que os amigos do reitor tenham prevalência com relação a isso e consigam sair. Os inimigos ou os "antireitoria" são considerados *persona non grata*. O próprio Reitor Wilson Conciani, do Instituto Federal do Mato Grosso, foi redistribuído em 16/01/2014. Furou fila, não seguindo processo nenhum. Nós temos outros exemplos, como o Diretor do

Campus de Taguatinga, cujo processo levou um ano – inclusive, foi ao Piauí e voltou –, e, depois de um ano e pouco, foi redistribuído. Nós temos o caso de uma colega da Universidade Federal de Santa Maria, que trabalha em Brasília, pois pediu por necessidade, e o processo de redistribuição foi protelado em função de uma outra funcionária, esposa de alguém da Petrobras e que, assim, teve a precedência. A alegação do Sr. Reitor foi a de que faltavam documentos no edital – um edital dúbio. Ele próprio não seguiu o edital. Ou seja: prega-se uma regra democrática, mas se pratica um processo antidemocrático.

Temos ainda uma servidora do IF-Brasília, que veio do IF-Santa Catarina, que pertenceu à Comissão de Ética, só para exemplificar, e hoje está cedida ao Ministério do Turismo, em cargo de gestão.

Temos também servidores, ex-pró-reitores, assessores de comunicação, que foram, pela Portaria nº 1.662 e Portaria nº 1.663, no início de 2014, uma portaria datada de 1º/01/2014, foram para um acordo no MEC – Acordo nº 001, que trouxe pessoas de fora, um acordo guarda-chuvas, que prevê CDs, de forma a desqualificar muitas vezes. Esse é um acordo, no nosso entendimento, leonino...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – Estou concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você falou por quinze minutos e ainda tem mais cinco.

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – *O.k*, Senador.

E, ainda, uma ex-diretora do Instituto Federal Fluminense nomeada para o Nepi, em 04/12.

Para finalizar, eu teria ainda mais situações, como a questão de viagens internacionais sem critérios, com programas que não são explicados. Organogramas com CD-2 e CD-3 concentrados na Reitoria. E cargos imensos.

Eu queria deixar quatro questionamentos. Nós precisamos que os institutos sejam verdadeiramente democráticos, transparentes, comprometidos com tudo aquilo que foi aqui colocado pelo Senador, com a sociedade brasileira, com o desenvolvimento deste País, pela importância que têm, pelos cem anos da rede. Assim, solicitamos que o Senador Paim assuma conosco o compromisso de provocarmos, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para discutir o assédio moral que os servidores da Rede Federal, em nível nacional, vêm sofrendo. É necessário que providências sejam tomadas.

Então, gostaria, Senador, que o senhor assumisse esse compromisso conosco, a exemplo da outra audiência com a Polícia Federal e com outros órgãos, dentro desse escopo de 690 *campi* dos Institutos Federais, de provocar uma audiência pública.

Também que solicitasse ao MEC – e o representante está aqui – que a Lei nº 11.892 e o Decreto nº 6.986 fossem cumpridos, que as eleições para diretores e reitores fossem cumpridas do ponto de vista legal, e não por notas técnicas sem amparo jurídico.

Que a Comissão de Educação do Senado suscite ações de verificação com relação à precarização dos Institutos Federais, dos *campi* mais longínquos, porque nós temos problemas muito sérios.

Finalmente, solicitaria ao Senador Paim gestões no sentido de que ocorram processos democráticos e participativos nos aspectos de redistribuição e nas questões organizacionais da Rede Federal, em nível nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sr. Marco Antonio Vezzani, Coordenador de Política e Mobilização Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Ele deixou quatro questões, e a Mesa vai se pronunciar.

Fizemos um ajuste aqui, pois o combinado era que falariam duas pessoas do plenário, mas, enfim, diante do apelo, serão três. Agora, deixamos bem claro que serão três, e cada um do plenário terá o tempo de cinco minutos.

Os inscritos que falarão no plenário, como eu faço em todas as audiência públicas que presido, serão: André Melo, professor efetivo do Quadro do IFB; Daniel Soares de Souza, assistente de administração, também do IFB; e Richard Wilson Borrozine, conselheiro e docente do IFB.

Passamos a palavra, agora, à Srª Samanta Lopes Maciel, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Só complementando a informação, relativamente às questões aqui colocadas pelo Sr. Marco Antonio, afirmo que, ao final, nós faremos os encaminhamentos devidos, claro que numa articulação com a Mesa e com o Plenário.

O.k, Dr. Marco? (*Pausa.*)

Com a palavra a Drª Samanta.

A SRª SAMANTA LOPES MACIEL – Primeiramente, em nome do Sinasefe, o Sindicato Nacional, eu gostaria de agradecer imensamente o convite para participar desta audiência pública e cumprimentar o Marco Antonio, nosso Coordenador da Seção Brasília do Sinasefe nacional; o Prof. Oiti, Diretor de Desenvolvimento da Rede; e o Senador Paulo Paim, que preside esta audiência.

Em primeiro lugar, é preciso que a gente tenha um entendimento coletivo do que representa o espaço educacional, do que é a escola. E a gente preciso compreender que a escola é espaço de multiplicidade, é espaço de diversidade, de encontro de culturas, de pensamentos, de ideias, de classes sociais, de uma infinidade de sujeitos. E é nesse sentido, ao reconhecer que a escola é esse espaço de multiplicidade, que faz sentido falar em gestão democrática, que faz sentido garantir mecanismos que possibilitem o reconhecimento dessa multiplicidade e dessa diversidade.

E a gente tem esse reconhecimento quando a gente adentra pela Lei de Diretrizes e Bases da educação e pela Constituição Federal, onde está garantido o princípio da gestão democrática dentro do espaço escolar, dentro das escolas de educação básica, dentro dos institutos, dentro das universidades.

Porém, trazemos, hoje, uma constatação do Sinasefe e de outras entidades ligadas à educação – e estão aqui também os companheiros da Fasubra, o sindicato que representa os técnicos da universidade – de que esses instrumentos legais não têm sido suficientes para garantir a efetivação da gestão democrática dentro dos espaços educacionais – e nós estamos falando dos Institutos Federais e das Universidades Brasil afora.

Cabe ressaltar que existem alguns mecanismos para que essa efetivação seja alcançada. Vou começar falando da questão da autonomia administrativa, política e financeira.

Lado a lado do princípio da gestão democrática, caminha a questão da autonomia, tanto dos institutos como das universidades, porém constantemente temos observado os ataques a essa autonomia através de recorrentes notas técnicas e instruções normativas, no âmbito do Poder Executivo, ou mesmo a interpelação de órgãos de controle externo dentro dos institutos e dentro das universidades, o que acaba muitas vezes por regulamentar de modo central e uniforme questões que deveriam ser objeto de discussão da comunidade e dos conselhos.

Outro ponto que precisamos destacar é a questão de escolha de dirigentes. A expansão da rede através da abertura de *campi* por todo o Brasil tem levado à nomeação de gestores inaptos do ponto de vista técnico, pedagógico, político e humano, e isso tem provocado uma série de relações desiguais dentro dos *campi* dos institutos, gerando uma série de constrangimento a servidores. Nós, como sindicato, já denunciamos uma série de vezes ao Ministério da Educação em audiência, haja vista, por exemplo, o grande de interventores que foi necessário ser colocado.

A gente também tem crítica ao processo de intervenção no Estado do Pará, onde têm sido nomeados interventores militares.

Essa expansão em algumas cidades do interior tem sido levada pelos políticos locais na perspectiva da politicagem. Nós somos contra a expansão. Quero deixar bem claro que o Sinasefe não é contra a expansão e tenho certeza de que a Fasubra também não é contra a expansão da universidade, porém fazemos a crítica à expansão de forma desorganizada. E fazemos a crítica, pois esse tipo de expansão é usada por políticos locais para compra de votos da população, sob o pretexto de que levaram o instituto até determinada cidade do interior.

Outro ponto que queremos destacar é a restrição aos técnicos administrativos dos Institutos Federais a participarem, a concorrerem para os cargos de diretor e reitor dos institutos. E nas universidades também acontece a mesma coisa; os técnicos administrativos não podem se candidatar.

Para nós isso não encontra justificativa plausível já que esses cargos são políticos e não, de caráter acadêmico. Então, não há o que justifique essa discriminação entre docentes e técnicos administrativos, inclusive dentro da lei, para que os técnicos não possam concorrer a eleições de diretores e reitores.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a questão dos órgãos colegiados. Ainda hoje temos institutos que não garantem eleição direta para os representantes da comunidade acadêmica no Conselho Superior. Condenamos esse tipo de prática e acreditamos que o método correto de escolha é a eleição direta para os representantes da comunidade acadêmica.

Apontamos também para a necessidade de que esses membros da comunidade acadêmica sejam indicados de forma paritária, o que já acontece nos institutos, porém com algumas distorções no caso das universidades. E também para a necessidade de que haja uma identificação de que o Conselho Superior é o órgão máximo da instituição.

Quero denunciar aqui a constante deslegitimação dos Conselhos Superiores dentro dos institutos, via Colégio de Dirigentes e Fórum de Diretores. O que a gente observa em todo o Brasil é que esses espaços, os Fóruns de Diretores, têm tomado todas as decisões dentro do instituto, e as decisões, quando chegam ao Con-

selho Superior, são apenas para validação, sendo o Fórum de Diretores ou o Colégio de Dirigentes apenas órgãos consultivos dentro do instituto, o que fere inteiramente o princípio da democracia.

Reivindicamos, ainda, o reconhecimento da legitimidade da representação deste sindicato nos conselhos superiores das instituições, na condição de representante dos trabalhadores dos institutos.

Vou citar o exemplo do meu instituto, que é o Instituto Federal do Espírito Santo. Dentre as reivindicações da greve de 2011, solicitamos um assento no Conselho Superior, pleiteando a vaga destinada à sociedade civil, aos órgãos representantes dos trabalhadores, e o Reitor nos respondeu dizendo que o Sinasefe não tem nada a ver com conselho superior, que a gente não pode misturar as coisas. Ele disse que uma coisa é uma coisa e que outra coisa é outra coisa e que os professores e técnicos já têm vaga no conselho superior. Esse exemplo é para vermos o nível, a concepção dos gestores dos nossos institutos.

É preciso garantir condições à organização sindical e o respeito à organização sindical dentro dos institutos e das universidades. Por isso apontamos para a necessidade de liberação de dirigentes sindicais para dedicação exclusiva ao mandato, com manutenção da remuneração.

É importante, ainda, garantir a cessão de espaços físicos para as entidades sindicais dentro das unidades, baseado no entendimento de que os sindicatos são entidades reconhecidas pelo Estado e de que o fortalecimento do sindicato contribui diretamente para o fortalecimento do processo democrático dentro as instituições.

E quero citar o exemplo dos despejos que ocorreram com os companheiros da universidade. Eles tinham seções da Fasubra e do Andes montadas dentro das universidades há muito tempo e foram despejados. Alguns casos já relatamos para o Ministério da Educação também.

Nesse sentido trago aqui algumas denúncias da base do Sinasefe que já foram expostas também ao Ministério da Educação em audiências específicas, como, por exemplo: as milhares de situações de assédio moral sofridas em nossa base; as perseguições ao servidores que participam de atividade sindical; a abertura indiscriminada de processos administrativos durante e após o período de greve; a violação de contracheques de servidores civis pelo seus superiores dentro das escolas militares, como forma de constrangimento do servidor; o grande quantitativo de remoções, a pedido, sem critérios e normatizações, que são utilizados como método de controle; a não inclusão dos técnicos administrativos das escolas militares na mesma carreira dos técnicos administrativos da educação federal (PCCTAE), sem nenhuma justificativa; o corte de ponto de servidores durante a greve, sem nenhuma orientação legal, como forma de coação à participação na greve; e, por fim, o não cumprimento dos prazos estabelecidos em lei para realização de eleições de reitores e diretores, haja vista casos ocorridos no Pará, o caso recente na Bahia e o caso mais antigo, o do D. Pedro II.

E aí, aos companheiros e aos que estão à Mesa, quero dizer o seguinte: todos os itens que nós relatamos aqui e a situação que Marco Antonio traz do IFB são recorrentes no nosso dia a dia, são recorrentes dentro dos institutos federais, são recorrentes nas universidades. E todos esses elementos foram apontados ao Ministério da Educação durante um GT chama GT Democratização, que ocorreu de maio a dezembro de 2013, como desdobramento do acordo de greve assinado em 2012.

Porém, e na contramão da discussão democrática, é preciso relatar também que, ao final desse grupo e no ato da assinatura do termo do relatório final, os membros representantes do Ministério da Educação alteraram o nosso relatório sem o consentimento das entidades sindicais Sinasefe e Fasubra, o que configura um desrespeito ao debate democrático que foi realizado. Sem contar as inúmeras reuniões desmarcadas sem aviso prévio, durante o ano de 2013, o que consideramos uma falta de respeito.

Todas essas questões que estamos trazendo não são novidade; estão dentro desse relatório, que está comigo.

E, ao final da reunião, inclusive, os representantes do Ministério da Educação disseram que aquilo se tratava de um entendimento, que havia até um consenso sobre aquelas questões, mas que não havia nenhuma garantia de que aquelas proposições apresentadas pelas duas entidades sindicais quanto à questão da democratização seriam levadas à efetivação, o que consideramos uma quebra de acordo.

Quero destacar também que a nossa categoria está em greve desde o dia 21 de abril. E um item da nossa pauta de reivindicação, protocolada no Ministério da Educação, é sobre democratização das instituições federais. Reivindicamos, em um tópico inteiro, o fim das restrições funcionais da titulação no processo de eleição para os cargos de diretor e reitor, com possibilidade de participação dos técnicos administrativos em educação; ampliação da representação da comunidade acadêmica interna no Conselho Superior, em comparação com os representantes da comunidade externa; representação sindical dos trabalhadores no Conselho Superior, por indicação do Sinasefe Nacional; discussão democrática do projeto institucional para a Rede Federal de Ensino.

Muitas vezes, nos institutos, estamos sendo tolhidos até de participar do projeto de desenvolvimento institucional. Há exemplo de contratação de empresas externas para fazer o projeto de desenvolvimento insti-

tucional, e os servidores estão sendo consultados em situações pontualíssimas sobre o projeto que vai nortear a ação do instituto, o crescimento do instituto nos próximos períodos.

Também consta da nossa pauta de reivindicações, maior autonomia administrativa e financeira para as instituições federais de ensino; deflagração imediata de eleições nos institutos que passaram pelos cinco anos de implementação; e admissão automática dos títulos do Mercosul, bem como os demais títulos do exterior, conforme sua legislação específica.

Então constam também da pauta de reivindicação do Sinasefe. Esses são itens que compõe, hoje, a nossa pauta de reivindicação de greve.

Quero deixar a seguinte reflexão: como poderemos nós, trabalhadores das instituições federais de ensino, sermos agentes do princípio democrático se também não somos tratados na perspectiva democrática, seja pelos gestores, seja pelos órgãos ao qual estamos vinculados, seja pelo Ministério da Educação?

Como representante dessa categoria, quero destacar que temos tido dificuldades, Senador, em sermos recebidos pelo Ministério da Educação – não só nós, como os companheiros da Fasubra também, que estão em greve há mais de um mês. Estamos sendo recebidos a portas fechadas, como foi no caso da manifestação ocorrida no dia 6 passado, embora tenhamos protocolado o pedido de audiência.

(Soa a campainha.)

A SRª SAMANTA LOPES MACIEL – Temos tido dificuldade de dialogar e conversar com esse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para lembrar, mais cinco minutos.

A SRª SAMANTA LOPES MACIEL – Nesse sentido, quero pedir licença, já que o senhor disse que o Prof. Oiti está representando o Ministério da Educação e falando em nome dele, para entregar novamente a pauta de reivindicação do Sinasefe, em que consta o tópico sobre a questão da gestão democrática. Não são esses os únicos problemas. Temos uma série de outros, mas a questão da democracia é um problema que nos preocupa e nos aflige no nosso dia a dia.

Quero entregar pessoalmente aqui ao Oiti e peço que leve essa pauta ao Ministro da Educação e que tenhamos, de fato, garantidos os processos democráticos dentro dos institutos e também na relação dos servidores com o Ministério da Educação. Pedimos o comprometimento do Prof. Oiti, para que interceda junto ao Ministério da Educação, e o apoio do Senador também com relação ao atendimento da nossa pauta de reivindicação e o atendimento dos sindicatos da educação hoje em greve.

Nesse sentido, agradeço o convite e quero dizer que seguiremos em frente, seguiremos lutando. A bandeira dos sindicatos é por educação pública de qualidade, democrática e socialmente referenciada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Srª Samanta Lopes Maciel, Coordenadora geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Repito, como respondi antes, que os encaminhamentos faremos ao final, depois de todos usarem a palavra.

Recebi aqui uma lista grande de pessoas que estão no plenário. Para ganharmos tempo, só vou citar o nome e a função: José Alcir Silva Lemos Júnior, Docente do Instituto Federal de Pernambuco; Ari Denisson da Silva, Professor no Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Abraão Romão Batista, Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB); Anderson Pereira Ferreira, docente do Instituto Federal de Belém do Pará; Richard Siqueira, Docente Instituto Federal de Brasília (IFB); Camila Rodrigues da Fonseca, Docente e Coordenação Estudantil Taguatinga; Tatiana Rotolo, Docente do Instituto Federal de Brasília; Kelly de Oliveira Santos, Docente do Instituto Federal de Brasília; Conceição de Maria Cardoso Costa, Docente do Instituto Federal de Brasília; Loryne Viana de Oliveira, Docente do Instituto Federal de Brasília; Melina Souza Santesi, Assistente em Administração no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); e Luiz Pereira da Costa Júnior, Jornalista do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT).

Os que não foram citados, lembra-me aqui o Júlio, que é o Secretário da Comissão, é só passar o nome que a gente cita entre uma fala e outra.

Nesse momento, passamos a palavra ao Prof. Oiti José de Paulo, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação (MEC), que aqui fala em nome do MEC.

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – Bom dia a todos! Obrigado pela oportunidade de estar aqui representando o MEC.

Bom dia, Exmo Senador, Marco Antonio, nosso colega, e Samanta. Somos colegas porque somos todos da Rede.

É um tema bastante amplo, complexo, importantíssimo, e devemos discuti-lo. Vou tentar fazer uma fala sucinta e genérica, uma fala independente dos questionamentos e dos posicionamentos, e tentar posicionar alguns pontos.

Faço a ressalva de que não tenho condições aqui, e acho que dificilmente alguém teria, de discutir pontualmente casos citados, até para não ser leviano e passar possíveis informações conflitantes com algum documento ou algum processo em andamento. Mas, dentro do possível, podemos discuti-los sem entrar muito no mérito de cada caso.

Outra ressalva é que foram citados alguns casos de institutos federais da Rede Federal e de universidades, e aqui vou me ater à Rede Federal, que acho que era o tema inicial da proposta da audiência. Mas acho que muitos dos casos, concordo, são comuns às duas instituições.

Gostaria de ressaltar também, como o Exmo Senador citou, que também sou ex-aluno da rede. Sou técnico formado na rede. Depois, continuei. Sempre estudei em escola pública. Nunca estudei em escola particular. Estudei tanto no curso técnico quanto em universidade. Não foram cursos particulares. Tenho muita honra e agradeço por ter tido essa oportunidade.

A Rede Federal é composta hoje por 38 institutos, dois Cefets – Cefet Rio e Cefet Minas –, e o Colégio Pedro II. Temos hoje um público alvo atingido por grande parte de cursos técnicos, mais de 50% da rede hoje atende a cursos técnicos, e um perfil da população que podemos considerar extremamente inclusivo. Então, a Rede Federal tem um papel de inclusão na sociedade muito grande. Os números mostram isso, a realidade do dia a dia mostra isso. Acho que cumpre um papel social extremamente importante.

Temos por preceito, por base das nossas discussões, sempre respeitar a autonomia das instituições. Então, temos leis e regulamentos, que devem ser seguidos, mas muitos dos pontos citados aqui são de exclusiva decisão interna das instituições. Temos que ter cuidado para... É um limiar, é um ponto de decisão muito difícil e, às vezes, muito tênue entre a autonomia da universidade e a interferência do Poder Executivo. Foram citados aqui alguns casos onde o MEC teria interferido onde não deveria; e foram citados outros casos em que o MEC deveria ter interferido e não interferiu. Essa é uma linha, é um limiar muito complexo e difícil. Temos que respeitar muito as instituições, os seus regulamentos e as suas normas. Esse é um preceito importante que temos que seguir. Consideramos, pelo menos na maioria dos casos...

E não estamos discutindo aqui casos de autoritarismos pessoais ou individuais, que são características das pessoas, os quais devemos combater sempre. A democracia deve ser feita na sociedade como um todo. Acho que democracia não se discute dentro ou fora das instituições. Ou é democracia ou não é democracia, e estamos em um Estado democrático de direito.

Na maioria dos casos – não vou afirmar em 100%, porque realmente podemos ter desvios pontuais –, existe uma participação efetiva da comunidade, tanto no planejamento das ações rotineiras e de decisões sobre caminho que as instituições vão tomar quanto nas construções de documentos. Por exemplo, foram citados os PDIs das instituições. Estamos em um momento agora de finalização dos PDIs da maioria dos institutos federais e temos muitos casos, inclusive casos exemplares, de ampla participação. Se em algum caso isso está sendo tolhido, devemos, sim, ver quais são os caminhos legais e formais para que isso não aconteça.

Ainda falando especificamente da democracia dentro das instituições, todos os cargos máximos, diretor-geral e reitores, são eletivos. Dentro da democracia, o maior instrumento que existe é o voto e, portanto, as pessoas que foram eleitas e estão lá tiveram maioria de votos. Acredito – não vou falar pela universidade, refletindo de novo, mas nos institutos – que a representatividade dos três segmentos – docente, discente e técnicos administrativos – hoje é paritária. Na maioria esmagadora dos institutos, é uma representação numérica igual para os três segmentos; o conjunto, o total de cada segmento representa 33%.

Isso ocorre na grande maioria. Não vou afirmar em 100%, porque não tenho conhecimento específico. Como disse, infelizmente, não tenho condição de citar cada caso aqui, mas isso acontece na maioria esmagadora de todas as instituições, assim como a eleição para os órgãos representativos, como Consup e outros, que são por eleição, CPPDs e outros institutos. Na maioria esmagadora dos institutos, temos esses cargos ocupados por pessoas eleitas por seus pares ou pela comunidade como um todo.

Para isso, para eleição desses cargos, tanto de dirigentes quanto de composição dos órgãos, precisamos respeitar leis. Se estiverem ruins, temos que trabalhar para que sejam melhoradas, mas, enquanto essas leis não forem alteradas, temos que respeitá-las; e temos que respeitar as normas internas de cada instituição. Parte desses órgãos, parte da composição é determinada por legislação, por regulamentação interna das instituições, respeitando suas autonomias.

Quanto aos processos eleitorais, foram citados aqui alguns casos de insucesso deles. Temos hoje, além dos 38 institutos, dois Cefets e o Colégio Pedro II, ou seja, 41 instituições, mais cinco institutos, para os quais, segundo a legislação, devemos respeitar o prazo de cinco anos de efetivo funcionamento para que ocorra a

primeira eleição, e os servidores lotados nessas instituições devem respeitar alguns pré-requisitos que hoje são determinados em lei para serem candidatos. Se for para discutir esses pré-requisitos, primeiro temos que discuti-los para depois alterar essa condição para que sejam eleitos. Precisamos, então, de cinco anos de efetivo funcionamento da instituição e que tenhamos servidores com características que atendam às legislações para que possam ser candidatos. De maneira geral, esses cinco institutos, no mês de outubro deste ano, completam os cinco anos e, caso tenham servidores que atendam os pré-requisitos para poderem se candidatar, sim, serão disparadas as eleições nesses cinco institutos.

Tirando essa exceção dos cinco institutos, há eleições de acordo com os calendários históricos, desde a criação dos institutos, respeitando-se os mandatos dos reitores ou dos diretores-gerais que se transformaram em reitor na data de criação do instituto. Todas as eleições têm acontecido. Se formos ver o número de eleições que acontecem nessas 41 instituições, tanto para reitor quanto para diretores-gerais, veremos que é um número muito grande. Temos, sim, alguns casos pontuais em que tivemos problemas, mas são pontuais, e isso é percentualmente muito baixo. Acho que o percentual de sucesso é muito maior que o de insucessos. Eu diria que esse percentual de insucesso está entre 5% a 10%, se chegar a esse número. É claro que, para a instituição onde aconteceu o problema, representa 100%, e temos que estudar.

Foram citados aqui alguns casos. Claro! Respeito isso, obviamente. Porém, falando como MEC, temos que olhar a rede como um todo. A maioria dos casos eleitorais foram de extremo sucesso. E os candidatos que obtiveram maioria foram empossados e em seu exercício democrático de direito.

Quanto aos casos das intervenções citadas, acho que é importante dizer que, tirando os cinco institutos em que os cargos são *pro tempore*, que são cargos de confiança do Ministro, de que eu tratarei posteriormente, todos as intervenções foram motivadas por questões ou jurídicas ou policiais. Então, o MEC não teria opção nesses casos. Nós teríamos que fazer a intervenção; teríamos que nomear. Isso até mesmo por decisão jurídica. Isso foi feito da melhor maneira possível, colocando gestores, que o Ministro naquele momento nomeou, como sendo um cargo de confiança por opção dele. O.k.?

Nos institutos em que houve reitores *pro tempore* as trocas de reitores aconteceram ou por motivos administrativos, no sentido de melhorar a gestão, ou por questões pessoais dos gestores, que nós temos que respeitar, por solicitação pessoal dos reitores.

Eu gostaria de me referir a alguns pontos citados em falas anteriores, como a questão das logomarcas. Existe regulamento próprio para o uso das logomarcas e quem não estiver fazendo isso está descumprindo o regulamento. A posição do MEC é que todas as instituições têm que seguir o regulamento. A ideia de se ter uma logomarca única, mudando-se apenas o nome o instituto, é fortalecimento da rede como rede. E nós temos que trabalhar como rede. Então, não existe questionamento. O MEC é totalmente favorável à verificação do que está acontecendo nesses casos, já que regulamentos estão sendo descumpridos.

Quanto à composição do processo eleitoral e conselho de órgãos. No que diz respeito à representação da sociedade, eu acho que a representação interna da instituição, na maioria dos casos é respeitada, já que os que representam professores, discentes e técnicos administrativos são eleitos por seus pares. Quanto à comunidade externa existe um problema, pois para se fazer a eleição para esses cargos, nós teríamos dificuldade em determinar quem são e qual é o universo votante para se eleger esses representantes. Não existe nenhuma fala contrária do MEC quanto a isso, mas nós temos que estudar como se fazer, na prática, um processo eleitoral que represente a comunidade como um todo. Isso não é uma coisa simples. O.k.?

Sobre os cinco institutos colocados pelo Sr. Marco no sentido de que sejam respeitadas as leis, eu gostaria de dizer que nos cinco institutos que ainda não completaram cinco anos isso está sendo respeitado. Em outubro completam-se os cinco anos e, tendo servidores nesses institutos com perfil para que possam ser eleitos, segundo a legislação em vigor hoje, sim, as eleições serão disparadas.

Um outro ponto é a autonomia do MEC. Disse e repito aqui – eu quero reforçar essa fala –: até que ponto o MEC ou o Poder Executivo devem interferir nas ações internas dos institutos? Se normas e legislações não estão sendo respeitadas, nós temos que seguir os caminhos jurídicos para que isso aconteça e não, o caminho administrativo. Nós não podemos misturar ações administrativas com ações jurídicas; são dois caminhos totalmente diferentes. Ambos têm suas autonomias e devem ser respeitados.

Quanto à composição do Conselho Superior, a norma básica diz que deve ser representativo. Se em algum instituto essa representatividade não está sendo respeitada, isso deve ser revisto, e o MEC está disposto, sim, a discutir metodologias, para que possamos segui-las a fim de que realmente a comunidade, tanto externa quanto interna, seja representada.

Eu gostaria de pontuar um caso aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – O. k.. Obrigado, Senador.

No Instituto Federal do Acre houve, recentemente, a troca do reitor, especialmente em atendimento às reivindicações da comunidade.

E um dos casos em que a comunidade pleiteava era realmente a composição do Conselho Superior, que foi alterada pelo reitor em um ato *ad referendum*. Então, o MEC não pode ir lá e desautorizar o reitor que está no cargo; as autonomias têm que ser respeitadas. Se o gestor não está respeitando as leis e nem os regulamentos, nós temos que tomar ações técnicas para que isso não aconteça, mas não pode acontecer ingerência. Nesse caso, por exemplo, acho que se atenderam a ambas as partes de forma bem-sucedida, tanto do Executivo, no caso do Ministro, quanto a comunidade.

Eu acho que hoje, após a alteração do Reitor do Acre, a condição é administrativa do instituto e o clima na comunidade está melhorado. E acredito que nos próximos meses, até que aconteça a eleição, vai haver um processo de outras melhorias.

Eu agradeço a oportunidade de falar.

Por enquanto é isso. Estou à disposição. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora vamos para André Melo, Professor efetivo do quadro do IFB.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE MELO – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, sinceramente, de agradecer essa oportunidade, porque, para mim, não é uma simples oportunidade de uma simples fala. É uma oportunidade de desatar um nó que está me sufocando há 410 dias; um nó que está em minha garganta há um ano um mês e quinze dias.

Diante disso, eu queria dizer que este meu relato é um apelo, porque eu venho sofrendo perseguição, eu venho sofrendo assédio moral, assim como outros colegas. Esse é o caso do Josivan, que foi presidente da Comissão Eleitoral lá em Planaltina, do próprio Vezzani, do próprio Diretor Elson, da Tatiana, do Richard, da Camila, de vários colegas. E isso me leva a situações de não dormir, de ir ao hospital, enfim. Eu fazer o meu relato e peço, imploro, ajuda.

Eu sou o Professor André Luiz de Melo, do quadro efetivo do Instituto Federal de Brasília, *campus* Planaltina. Em março de 2013 eu me candidatei diretor-geral nesse *campus* e fui eleito – o presidente da Comissão Eleitoral está aqui ao meu lado – com a maioria dos votos: 36% dos votos ficaram comigo; o segundo colocado com 24%; e o terceiro colocado com 5%. Esse terceiro colocado entrou na Justiça com apenas 5% dos votos, mas é um direito e a gente tem que respeitar. E aí o juiz entendeu que havia um grande problema nessa história toda dessas eleições de Planaltina. Qual era o grande problema? Nós temos vários servidores do GDF trabalhando conosco, por conta de um convênio, e eles estão há décadas trabalhando. E, de acordo com o Decreto nº 6.986 e de outras leis mais o presidente da Comissão Eleitoral entendeu, corretamente, que esse pessoal poderia votar sim e não só quem pertencia ao quadro do IFB. Entendeu que esses servidores do GDF que estão lá há décadas trabalhando conosco poderiam votar, e votaram. Então, o candidato que perdeu, que ficou com 5%, usou esse argumento para anular as eleições. E o juiz suspendeu a minha posse até que se resolvesse isso.

Nesse intervalo de tempo o Consup chegou à conclusão que eu poderia tomar posse *pro tempore* – isso no dia 20 de junho, portanto, três meses depois. Na mesma noite que o Consup decidiu que eu tomaria posse como *pro tempore*, surgiu uma nova liminar, do mesmo juiz, dizendo que não poderia acontecer isso. E eu não fiquei sabendo dessa liminar. No dia seguinte, eu estava preparado para a posse *pro tempore*, e o Magnífico Reitor, Prof. Conciani, chegou a Planaltina, que fica a 40km da Asa Norte, onde está a reitoria, às 7:30 e, embaixo de uma árvore, me disse que eu não poderia tomar posse. Não me chamou ao gabinete, não me comunicou; foi lá pessoalmente, embaixo de uma árvore, me dizer o seguinte – e eu tenho testemunhas que estão disponíveis a falar para quem quiser –: "Prof. André, ontem mesmo, após a decisão do Consup, eu recebi uma liminar e se eu lhe posse eu vou preso". Como os alunos são muito meus amigos, porque eu também sou aluno de escola agrícola, estudei três anos de minha adolescência...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE MELO – Eu vou ter que ser mais rápido!

Aí ele falou que eu não poderia tomar posse, que iria ser preso se me desse posse. E perguntou se os alunos poderiam levar comida para ele na penitenciária. Isso, para mim, é chantagem emocional.

Aí, o que aconteceu? Eu não tomei posse. Depois veio um procurador federal que disse que os autos da parte autora eram totalmente improcedentes. Ele deixou em caixa alta, e eu faço questão de deixar essa documentação disponível para V. Exª e para os presentes também. Ele deixou claro, em caixa alta, que os autos da parte autora são improcedentes e que o pessoal do GDF poderia ter votado sim, que não havia erro e que o processo estava certo. Há nove meses que o procurador federal publicou esse parecer favorável. Há nove meses! E eu não tomei posse. Aí, eu fui ao Ministério Público, onde entrei com um recurso, mas também não tive resposta ainda. E o Ministério Público iria engavetar, porque disse que não tinha muitas provas. Aí, eu percebi que o Magnífico Reitor não encaminhou esse parecer do procurador federal. Eu corri e anexei no Ministério Público o parecer do procurador federal, mas nada aconteceu. E eu fiquei...

E a situação é essa.

Agora eu peço, em respeito à democracia, em respeito à transparência no serviço público – principalmente à democracia – que eu tome posse, que esse direito seja exercido. O procurador federal deixa aqui, com todas as letras, que não houve erro algum. Então, por que eu não tomo posse? São 410 dias aguardando. E agora o MEC informa que vai haver eleição em Planaltina, a Setec, se o processo está parado, se eu sou candidato legítimo eleito? Por quê?

Outra coisa, eu pergunto ao representante da Setec, ao Prof. Oiti, por que insistem no erro de dizer que as eleições vão começar depois de cinco anos? Elas têm de começar três meses antes. O Decreto nº 6.986 deixa bem claro isso. São três meses antes. Erraram em Planaltina e estão errando de novo. Por quê? Está lá bem claro no Decreto nº 6.986! Gente, a lei é clara. O procurador federal colocou que não deve ser lida a lei, o artigo em tiras, na parte que interessa à parte autora; leia na íntegra que vocês vão entender tudo o que se passa.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o André Melo, Professor efetivo do quadro do IFB.

De imediato, passo a palavra ao Daniel Soares de Souza, Assistente Administrativo do IFB.

O SR. DANIEL SOARES DE SOUZA – Bom dia a todos! Sou o Daniel, Técnico Administrativo em Educação do *campus* Taguatinga. Primeiramente, quero manifestar a minha alegria em estar aqui debatendo gestão democrática e participativa e também expor a minha satisfação de haver recebido ontem, uma Nota Técnica, portanto oficial, da Setec regulamentando o processo eleitoral dentro do instituto, em conformidade com a legislação que o caso requer.

Bom, primeiramente, falando de democracia, infelizmente há, por outro lado, uma tristeza muito grande por isso não ser contemplado na unidade em que trabalhamos – e aqui represento os técnicos administrativos. Lá, onde a gestão é do Prof. Elson, que está aqui presente também, não nos é dado espaço para construção de uma gestão democrática. Nós temos reivindicações da maioria do corpo técnico-administrativo, da atividade-meio para as missões finalísticas da instituição, e sequer foi nos dada a oportunidade de manifestarmos isso.

Nós solicitamos uma reunião com a direção geral do *campus*, com a reitoria, com as pró-reitorias em que nós ficamos plantados por mais de duas horas aguardando o diretor-geral, que foi embora, dizendo que não ia participar da reunião. Sequer atendeu ao termo de compromisso que elaboramos e que ficou firmado que isso seria construído e que seria efetivado.

Então, assim, a minha esperança é que essa discussão ganhe progresso e que realmente seja sensibilizada a democracia no âmbito do instituto federal, no âmbito dos *campi* e que isso nos proporcione efetividade no sentido de atender à nossa missão social. O.k.?

Ademais, eu não vou tomar mais o tempo, agradeço a oportunidade dessa manifestação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Daniel Soares de Souza, que foi direto ao tema, permitindo que dois minutos ficassem para uso da Mesa.

Passo a palavra ao Richard Wilson Borrozine de Siqueira.

O SR. RICHARD WILSON BORROZINE DE SIQUEIRA – Bom dia a todos! Bom dia Senador! Parabéns pela fala de todos!

Primeiramente, eu gostaria de lamentar a ausência do Ministro Henrique Paim e também a do Sr. Aléssio Trindade que foi quem indicou o Prof. Wilson Conciani, como Reitor.

Eu gostaria de fazer um parêntese, porque, na verdade, o Prof. Elson deu a palavra, sim, aos representantes e fez, sim, a audiência, conversou, etc., etc., e aqui está claro que tem uma questão político-eleitoral do próprio IFB, neste momento colocada nas falas do Daniel, mas, democraticamente, a gente também tem que respeitar a fala.

Mas eu queria falar sobre outra questão. Foi aprovado um organograma no IFB, e nos institutos federal como um todo, que tem concentrado uma máquina gigantesca na reitoria. E no caso aqui do IFB, eu sou eco-

nomista por formação, a gente está sofrendo fortemente com essa concentração de cargos na reitoria no Plano Piloto, a região mais rica, e tem explodido uma série de problemas: sobrecarregamento, demandas de alunos etc., porque esses servidores estão concentrados na parte mais rica do Distrito Federal, no Plano Piloto, e não nas cidades-satélites. Então, para o professor responsável por políticas de expansão da rede federal esse é um problema bastante sério.

Eu gostaria também de falar sobre corrupção. A questão de democracia, aliás, eu vou pedir ao Senador para marcarmos um dia para falarmos sobre transparência na rede federal ou uma audiência, acho que seria importante. Ontem, o reitor do instituto federal do Rio de Janeiro foi preso por uma questão de colocar combustível no automóvel, enfim, uma fraude lá. Contrariando o que o professor da Setec disse, o reitor do Instituto Federal do Pará saiu, um deles foi preso, condenado, enfim, no Instituto Federal do Acre, perseguição, o Sinasefe tem denunciado fortemente a questão da perseguição, e aqui no IFB é a mesma coisa. No IFB há várias notícias de que o IFB e o Exército etc. negociaram como uma empresa fantasma, a AMC Consultoria, isso, segundo o Jornal Nacional – eu não estou falando nada aqui –, rádio web também, um tema que foi notícia da *IstoÉ* em relação à corrupção etc. Instituto Federal do Paraná, problema de afastamento do reitor, eu não sei se foi afastado, eu não sei direito o caso, mas na questão do ensino a distância lá, no *Diário*. Então eu fiz uma correlação, fiz um estudo aproximado, até pela minha formação em economia, e percebi que os institutos que a democracia é menos presente são justamente os que têm casos de corrupção ou que têm suspeitas, pelo menos, eu não sei se casos, mas suspeitas – é o que a mídia tem colocado. Então, eu gostaria de colocar essas questões.

Além disso, eu gostaria de lembrar que não é somente eleição para diretor e reitor a questão de democracia, mas quando a gente atrasa câmaras, quando a gente não deixa o conselho trabalhar, quando a gente dificulta a prestação de contas isso tudo é falta de democracia, isso tudo é falta de transparência. E a comissão de ética, eu não posso me pronunciar porque sou membro da Comissão de Ética do FB, mas posso dizer que referida Comissão indicou membros e não foi respeitada pelo reitor. Este deveria ter seguido ou o que a Comissão de Ética tivesse indicado, ou realizado uma eleição. Esta Comissão poderia, sim, também indicar sob prerrogativa, mas isso não é democrático.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Richard Wilson Borrozine. Antes de passar à Mesa para as considerações finais, cada um da Mesa terá o tempo de cinco minutos, mas já vou fazer os encaminhamentos, porque, daí, a Mesa, inclusive aqui representada tanto pelo Plenário, quanto pelo MEC, vai poder expressar o meu ponto de vista.

Primeiro, eu sei que vocês entendem, mas é bom usar o termo. É preciso que se entenda qual é o papel de uma audiência pública – não é resolver o problema. Numa audiência, sabemos disso. O papel da audiência pública é dar visibilidade para o problema e, a partir disso, os encaminhamentos que entendemos possíveis, para, aí sim, buscar a solução. Aqui não é uma mesa de negociação, nem de uma busca de solução imediata. Esse é o papel de toda audiência pública.

Devo ter sido, no rumo da história do Congresso, o Parlamentar que mais fez audiências públicas. Como presidi a Comissão de Direitos Humanos por duas ou três vezes – então, cada vez por dois anos –, o movimento social me pede muita audiência pública, e eu não nego. Recebo, estabeleço o diálogo e faço a audiência pública.

Porém, para mim, mais importante do que a audiência pública é o dia depois. Sim, tivemos audiência pública; vocês dirão – lá com o Paim; veio o MEC; vieram os líderes dos movimentos –, e daí? No que resultou isso? Aí acho que devemos ter uma questão de encaminhamento.

Entendo todos os casos individuais e recebi aqui mais uma dúzia de casos individuais de pessoas que queriam colocar o seu problema. É claro que os problemas colocados aqui, de forma individual, são legítimos como um exemplo do que pode estar acontecendo. Não estou fazendo aqui nenhum prejulgamento.

Então, faria dois encaminhamentos concretos; e um terceiro, num segundo momento. Acho que a Comissão de Educação, aqui do Senado, de imediato já faz o pedido, para que haja uma retomada das negociações com a Fasubra e Sinasefe. Esses dois pedidos não só faria aqui com o representante do MEC, como também vou encaminhar por escrito, em nome da Comissão, ao Ministro Paim.

Gostaria de dizer que o Ministro Paim não é meu parente; não é meu filho; não é meu irmão. Já me disseram que ele era até meu neto! Exageraram aí. É "Paim" por coincidência. Ele é do Rio Grande do Sul e de uma região de que vieram meus – a região de Bom Jesus. O pior que ele é mais ou menos dali – Vacaria, Bom Jesus. Tenho relação com ele muito boa, a ponto de ter a liberdade de falar dessa forma. Há uma relação de respeito, claro, de cada um na sua função: ele, como Ministro; e eu, como Senador.

Fiz questão também de deixar muito claro que é praxe na Casa, quando o Ministro não pode vir, ele mandar um representante. Foi o que ele fez, ficando, então, dentro do ritual da Casa. É claro que todos gostariam que todos os Ministros estivessem presentes nas audiências públicas. Sabemos também que humanamente

impossível. Isso não acontece só com ele, mas com outros Ministros. Quando um não puder, mande um representante, para que possamos, então, estabelecer um mínimo de diálogo.

Segunda Questão. Acho que as questões individuais aqui colocadas, todas, são da maior gravidade. Não estou fazendo nenhum prejulgamento. Como foi dito aqui, concordo com o Professor Oiti quando disse que não pode fazer julgamento das questões colocadas.

Em primeiro lugar, é preciso ouvir as partes. É o mínimo princípio, inclusive democrático e no campo do Direito. É necessário que se ouçam as partes. As denúncias, já que é uma audiência pública transparente, e pelo sistema de comunicação do Senado, indo para todo o País, temos que ouvir. E assim o fizemos. Foi transmitido ao vivo para todo o País, mas temos de dar o direito ao contraditório obrigatoriamente. Isso precisa ficar muito claro. Vocês disseram o que aqui entenderam dentro da sua visão, do seu conceito, do que seria correto. Como fazemos isso? Como é que eu não vou chamar cada um, que, de uma forma ou outra, foram denunciados? Mas vou dar a oportunidade a eles mediante o encaminhamento que farei.

Acho que poderíamos estabelecer, também junto ao MEC, uma reunião, para que todos os conflitos levantados aqui sejam colocados na Mesa e se dê o encaminhamento devido. Vai haver casos que precisarão ser decididos pela justiça. Se houver algum tipo de falcatrua, desvio de conduta, que venha a ferir a ética, ele vai ter de responder na instância correspondente.

Então, precisamos ter essa clareza aqui, para que a população brasileira, neste momento, tenha o sentido claro dessa audiência pública. Se vocês concordarem, se, nesses dois encaminhamentos, quanto à questão terceira, inclusive colocada por escrito no painel, do assédio moral, eu já fiz duas ou três reuniões sobre assédio moral, envolvendo diversas categorias, da área pública e da área privada.

O assédio moral existe. É fato. É real. Já participei inclusive de painéis – um na Bahia: outro no Rio – sobre a questão do assédio moral. Se fato, ele existe. Se não existisse, não estaríamos falando disso. Não estamos aqui pontuando nenhum caso específico.

Acho que essas opiniões também deveriam ser levadas para o que eu chamaria de alguma reunião de trabalho. Faríamos uma reunião de trabalho, onde todas as denúncias aqui colocadas, envolvendo o campo de atuação de vocês, sejam colocadas na Mesa, para que se dê o encaminhamento devido.

Depois disso, aí sim, se virmos que nada mudou, que não houve avanço, que o assédio moral continuou, apesar das denúncias, faremos, então, aí sim, outra audiência pública. É claro que ela pode ser uma CDH, principalmente por ser assédio moral. Embora todos os temas sejam de direitos humanos, mas caberia, sim, lá na Comissão de Direitos Humanos, conforme vocês propuseram.

Seriam esses três encaminhamentos que farei já a partir de hoje à tarde, até porque fui sindicalista, e sei o que significa começar uma greve e como terminar. Todos nós sabemos aqui. Presidi a Central Única do Rio Grande do Sul – quando digo Central Única não é a CUT; é a Central Única mesmo, porque unificava todos os movimentos do campo sindical do Rio Grande do Sul, e foi de lá que saí, inclusive, com uma indicação para ser Deputado Federal e, coincidentemente, corri atrás. Depois, o movimento sindical racha e fiquei sendo Vice-Presidente e Secretário Geral da CUT a nível nacional.

Só cito esse fato, porque conheço bem o meio sindical e sei da situação em que vocês se encontram pelo número de dias parados. É fundamental que haja essa rodada de negociação. É preciso sentar à mesa e tentar construir uma solução, dentro do possível – vocês sabem, tanto quanto eu, que a pauta é uma, mas, agora, na mediação, todo mundo vai ter de ceder um pouco para se chegar a um entendimento. Dentro do possível, estou disposto a colaborar nessa linha de conduta.

Passo, agora, de imediato, a palavra aos nossos convidados. Vou começar pela Samanta, que dispõe de cinco minutos para as considerações finais e a sua visão sobre os encaminhamentos que aqui propus.

A SRª SAMANTA LOPES MACIEL – Com relação ao que foi colocado pelo Professor Oiti, a mudança de critérios das eleições precisa ser discutida.

Quero reafirmar, mais uma vez, que estou aqui com o relatório do GT Democratização feito entre Sinasefe, Fusabra e o MEC, onde apontamos todas essas questões, inclusive a necessidade de mudança da regra. Sinasefe, inclusive, apresentou um projeto de alteração na lei e no decreto, que acredito eu deva existir lá no Ministério da Educação, com relação a essa mudança das regras e a possibilidade de participação dos técnicos administrativos.

Quero dizer também, Professor, que estamos abertos sim a dialogar, mas, para isso, precisamos ser recebidos no Ministério da Educação, a fim de conversarmos novamente sobre isso que a gente já vem apontando como necessidade dos institutos e das universidades. Então, precisamos que a Mesa seja aberta; precisamos ser recebidos de portas abertas e não, como fomos recebidos, no último dia 06, com as portas do MEC todas trancadas.

Aí só conseguimos uma conversa, Senador Paim, no dia 07, quando o conjunto dos servidores públicos federais trancou todas as portas do Ministério do Planejamento, na última manifestação do dia 07, e, aí sim, fomos recebidos. Então, precisamos recorrer a esse ato extremo para sermos recebidos pelo Ministério do Planejamento e pelo MEC. Precisamos, então, que sejam abertas, de fato, negociações efetivas, mesas concretas para conversarmos sobre esses itens.

Sobre a questão colocada, no sentido de que não está sendo cumprida a legislação, e aí devemos procurar a saída jurídica, o primeiro servidor, o Professor, que falou sobre a eleição de diretores, é um exemplo concreto de como a justiça tem-se portado diante desses casos. Haja vista o exemplo dele – o quanto que ele tem esperado, as diversas iniciativas que ele fez. Aí esse caso se repete no Brasil inteiro.

Penso que, nessas situações, não há outra saída a não ser o posicionamento do MEC, porque sabemos quanto a justiça é demorada. Nem sempre ela julga a favor. Muitas vezes, os pareceres são no sentido de que existe autonomia, e, por isso, não podemos avançar em determinados aspectos, não intervindo, a fim de quebrar a autonomia das instituições, mas de forma a garantir que o processo democrático seja feito e que a legislação seja minimamente cumprida. É isso que estamos reivindicando.

A situação que também o diretor de Planaltina, eleito pela comunidade, mas não empossado, coloca – e o relato dele é emocionado. São relatos que ouvimos de grande parte de servidores da rede. O Sinasefe tem dossiê sobre assédio moral, que constituímos no início do ano e também temos relatos de vários casos. No caso dele, ele espelha o que acontece na rede, porque, infelizmente, os gestores nomeados para implementação de *campi* não tem a mínima condição política, pedagógica, técnica e humana para estarem coordenando esses institutos. Infelizmente, eles têm tratado os institutos, os *campi*, como se fossem propriedade privada.

Isso gera essas situações e uma série de aborrecimentos, porque, quando um colega chora e emociona a todos nós, pois sentimos o seu choro, é adoecimento dos trabalhadores dos institutos e das universidades também. Nós estamos adoecendo.

Aí queria colocar só um exemplo. Um colega me relatou ontem, só para termos uma ideia de como esses gestores nomeados pensam, que o instituto comprou uma série de cadeiras, e todas eram iguais. Quando chegaram ao *campus* do nosso colega que está até aqui hoje no comando de greve, o diretor não aceitou, porque ele disse que não sentaria em cadeira igual à de todo mundo. Ele foi, com o dinheiro dele, comprar uma cadeira para ele se sentar, porque a dele tinha de ser diferente.

Então, que competência essas pessoas têm para estar à frente desse projeto educacional do País? Isso precisa ser repensado!

Considero louvável e, mais uma vez, reitero a necessidade de que seja aberto o diálogo imediatamente com os sindicatos em greve, com a Fasubra, com o Sinasefe e também com o Andes, para que estas e outras questões possam ser tratadas de maneira adequada, numa mesa de negociação, séria e formalizada. Que, enfim, essas questões possam ser superadas.

Mais uma vez, quero dizer que todas as questões debatidas aqui estão num relatório de um grupo de trabalho que durou quase um ano, que debateu todas essas temáticas. Aí, já passou da hora de o Ministério da Educação pegar esse documento, essas discussões que foram feitas, e darem concretude.

No mais, o encaminhamento que reivindicamos e pedimos, tanto ao Professor Oiti quanto ao Senador, é no sentido de que possamos intervir, para que a gente garanta uma mesa para podermos dialogar sobre essas e outras questões. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Samanta, que reforça a reabertura de um processo de negociação tanto dos que estão em greve, quanto dos casos pontuais, que foram dados aqui como exemplo.

Por favor, o Sr. Marco Antonio Vezzani.

O SR. MARCO ANTONIO VEZZANI – Gostaria de reiterar que a necessidade de uma audiência pública, como o Senador coloca, em que possamos trazer todas as reivindicações. Evidentemente, que a gente tenha um amor maior pelo ambiente em que estamos. As emoções vêm realmente. A gente acompanha, como docente, como membro do Consu, neste caso do instituto, todas as situações e tentamos trabalhar tudo isso. A ideia da sua proposta é interessante. Acho que é um primeiro passo.

Foram elencadas aqui questões relacionadas a eleições. O representante Oiti, do MEC, nosso colega professor técnico, coloca algumas situações. Há muitas questões jurídicas não colocadas, ou que não foram bem colocadas. Não é o momento, evidentemente.

Acho que aquilo que esse de trabalho se propõe é fundamental, que essas ações efetivamente criem corpo. Existem não só, nós, docentes, técnicos, mas os alunos que são o foco. Os institutos, toda essa rede federal existe em função dos alunos. Eles são o indicador, inclusive a questão do aluno equivalente, para as verbas e

a disposição de verbas. Tudo isso permeia nesse grande processo, nessa grande rede, que, infelizmente, tem pessoas. E estas pessoas, assim como eu ou qualquer um de nós, têm falhas.

As questões democráticas têm de ser a premissa. As questões participativas têm de ser a premissa. Todo este processo só tem sentido se essas duas vertentes – a democrática e a participativa – forem observadas. Não adianta tampar o sol com a peneira ou botar uma venda parcial nos olhos e achar que tudo está perfeito.

Na palavra do MEC, entendo, colega Oiti, quando dizem que isso aí é uma afronta, amanhã ou depois, a coisa muda. Amanhã ou depois, temos mudanças, isso em IFs, de Ministério. Chico Xavier diz uma frase interessante: tudo passa. Nós somos passageiros; nós somos membros, e, a partir do momento em que nos posicionamos, somos criticados, assediados e coibidos, muitas vezes, de exercer o nosso direito.

Agora, o processo é algo que ocorre. Trouxemos aqui as questões relacionadas ao nosso Instituto Federal de Brasília, foram elencados pontos de outros institutos. Os problemas são iguais em proporção, em tamanho, em situação.

Queria, já finalizando, deixar o documento – não vou deixar com o Oiti, porque esse documento que vou passar ao Senador, para que o endosse, é a discussão do organograma do Instituto Federal de Brasília. Ele foi entregue ao então Ministro Paim, em 24/09/2012, e, de lá para cá, tivemos um organograma votado, onde 80% das funções gratificadas se concentram na atividade-meio, que é a reitoria.

Os *campi* estão sucateados, como o Daniel coloca aqui. Existe todo um estudo que simplesmente o acordo de metas e aquilo que foi discutido lá na época do Ministro Haddad, lá na época do Secretário Eliezer Pacheco, não foram cumpridos, e não vêm sendo cumpridos a nível nacional.

Queria agradecer a todos e dizer que estamos atentos. Não nos vamos calar. Vamos trabalhar em conjunto sim. As sessões sindicais são importantes. O papel da Fasubra, o papel da Andes e o papel do Sinasefe são importantes.

Para finalizar, gostaria de dizer o seguinte: há um sindicato, que não nos representa, chamado Proifes, tem de ser banido, porque nem como sindicato é chamado. (*Palmas.*)

Porque negociou de forma arbitrária sem as três vertentes sindicais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Coordenador de Política e Mobilização Sindical expressou aqui o seu ponto de vista na linha também de fortalecer a abertura imediata de negociação concreta e, com uma Mesa, canalizar todos os fatos que foram dados aqui como exemplo, porque outros, com certeza, surgirão.

Passamos a palavra, para seus cinco minutos de considerações finais, ao Sr. Oiti José de Paula, que aqui representa o MEC.

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – Obrigado, Senador.

Eu vou tentar fazer uma fala rápida, objetiva, até respeitando o que disse o Senador, porque obviamente aqui não temos como tratar de casos específicos, mas usaremos esses como exemplo, se é que tenho capacidade para fazer isso.

O caso da eleição, citado pelo Prof. André, do *campus* de Planaltina – e estou aqui me baseando nas falas dele mesmo, então, utilizando as informações passadas por ele, e não estou aqui tomando partido nem pró nem contra a sua fala, o.k.?; que isso fique bastante claro –, é que foram decisões judiciais e nós temos que lembrar que nós temos a independência dos três Poderes. O Executivo não pode desrespeitar uma ordem judicial.

Nós temos de ver qual é o caminho, qual é o instrumento legal que tem maior força jurídica: se é uma liminar, se é um parecer de um procurador, que documento exatamente está em validade hoje, e ele deve ser respeitado. Se o documento de maior valor jurídico manda dar posse, alguém está descumprindo esse documento e essa pessoa deve ser questionada por isso. Eu não tenho essa informação agora para citar e se realmente o documento do procurador se sobrepõe a alguma decisão judicial que seja liminar. Eu não sei qual é exatamente o instrumento jurídico que determinou que o reitor não desse posse. Nós temos que entender isso pontualmente.

E acho que eu expandiria essa fala para toda e qualquer decisão jurídica que chegue que nós somos obrigados a cumprir. No caso do Paraná, só para citar um exemplo, chegou uma liminar expedida por um juiz, legítima, questionável ou não quanto ao mérito, mas legítima, falando que o reitor estaria afastado esses dias e que o Poder Executivo não deveria se interpor no processo. Nós não concordamos, a princípio, com isso, porque, se o reitor foi afastado, alguém tem que tomar posse no lugar dele até mesmo para conduzir uma eleição e esse papel é do reitor *pro tempore*. Mas isso foi determinado. Então, providências jurídicas estão sendo tomadas pelos órgãos competentes que defendem, nesse caso, o ponto de vista do Executivo acerca do que fazer.

O que foi feito? Pedido esclarecimento ao juiz até sobre como cumprir essa decisão judicial. Por quê? Porque não estava muito claro, segundo a nossa ótica, o que fazer naquele momento.

Eu queria ressaltar o que foi colocado pelo professor, apenas fazendo um esclarecimento: eu disse que a eleição vai acontecer em Planaltina e, nos institutos, apenas depois de outubro. O que eu quis dizer é que a data marco é outubro. Concordamos plenamente que o processo eleitoral pode e deve começar anteriormente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – O.k. A legislação é clara. Diz que a eleição deve acontecer depois dos cinco anos. Então, os processos, nada impede que eles aconteçam.

Se existe uma norma técnica, de novo eu vou dizer aqui, pontualmente citar aqui sem ter os documentos em mãos por escrito, nós não temos objeção. Inclusive, em alguns casos, provavelmente isso vai acontecer.

Há algumas exceções. Por exemplo: à reitora empossada do Acre nós questionamentos informalmente se hoje, no Acre, existem servidores que cumprem as exigências para serem candidatos. Segundo informalmente falou, ela iria verificar, mas, a princípio, não teria. Nesse caso, por exemplo, não há como parar a eleição, apesar de os cinco anos terem se completado. Se isso se confirmar, assim que se completar o prazo para que os candidatos possam se candidatar, a eleição vai ser disparada. Mas nós concordamos, em princípio, com essa solicitação.

Queria fazer uma ressalva também de que a informação a que eu tive acesso, a menos que isso tenha mudado da hora em que eu vim para cá até este momento, é só uma correção pró-forma, é que o reitor não foi preso, e sim o motorista do reitor. Eu acho que os casos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – É só uma fala formal porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas é importante, pessoal, esclarecer, porque, como nós estamos ao vivo, vai dar a impressão de que o reitor foi preso. Se não foi, não foi; e se foi, foi. Mas não foi no caso. Então, é preciso que esclareça.

O SR. OITI JOSÉ DE PAULA – E a informação que chegou, a menos que tenha havido alguma informação nova agora, foi essa. Isso foi uma ressalva.

A questão citada pelo senhor, Prof. Richard, de corrupção, eu acho que corrupção deve ser tratada com a mais severa energia possível em todo e qualquer âmbito. Esses casos de corrupção – inclusive, alguns reitores que foram afastados do cargo o foram por causa de corrupção – são investigados pelos órgãos competentes: Polícia Federal ou órgãos de controle. Agora, nós não podemos, em algum momento aqui, eu não lembro mais se foi na fala de alguém, citaram a interferência dos órgãos de controle nas instituições. Acho que esse é o papel deles. Se eles estiverem extrapolando as suas atribuições, nós temos que questionar isso também, mas os órgãos de controle devem, sim, acompanhar o mais profundamente possível as ações de todos os gestores públicos do Brasil.

Rapidamente, Sr. Senador, desculpe-me pela questão do tempo, na fala da Samanta, ela citou o GT Democratização e, na minha fala anterior, tinha anotado, mas, pela minha desorganização, peço desculpas, não citei – obrigado por me lembrar disso –, eu acho o seguinte: o documento final de um GT deve ser finalizado e assinado por seus membros, de todo e qualquer GT. Se ele foi alterado após uma versão finalizada, nós temos que verificar se isso aconteceu ou se não houve uma versão finalizada pelo grupo e assinada e, depois, a versão final foi construída por parte dos membros. Então, nós temos de entender isso.

Esse é um ponto muito interessante, porque acho que todo e qualquer GT deve ser finalizado com um documento assinado por todos os seus componentes. Caso não haja concordância, porque o GT, nós temos de entender que ele não necessariamente resolve o problema, ele tem que ser concluído, inclusive com a discordância, se for o caso, registrada num documento e assinada pelos membros.

Então, nós temos de ver exatamente o que aconteceu nesse caso, porque eu não acredito que, de novo falo do sentimento, que tenha saído um documento final assinado por todos e depois ele tenha sido alterado. Talvez tenha sido construído o documento final por apenas algum dos membros.

Muito obrigado.

Desculpe extrapolar o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Prof. Oiti José de Paula, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

Bem, meus amigos e minhas amigas, eu sei que mais gente pediu a palavra, mas é impossível abrir a palavra agora, senão não termina mais. E é natural que sempre vá haver o contraditório. Mas umas duas pessoas vão falar comigo no final e eu vou recebê-los sem nenhum problema logo após terminarmos esta audiência pública.

Esta audiência pública cumpriu seus objetivos.

Quero cumprimentar a todos: os painelistas, nosso convidado aqui e também o Plenário.

Vocês sabem como funcionam essas audiências públicas, não é? Sempre tem, desculpem-me a expressão que eu vou usar, mas não vou dar o nome – os bois cornetas que tentam dizer: "Ah, vai ser uma guerra isso aí; tu vai ver só o que eles vão fazer". Para mim não dizem isso. Vão dizer para os assessores. Se disserem isso para mim eu mando calar a boca, porque não sabem o que estão falando. Os assessores dizem: "Olha, Senador, tem sicrano e beltrano lá que ligou". Eu disse: esquece. Se ligar de novo, desligue o telefone. Para mim ninguém diz isso.

A audiência pública, para mim, tanto faz ser do poder econômico, ser dos trabalhadores, ser da área pública, da área privada, de qualquer setor da sociedade. Tenho certeza de que vocês corresponderam à expectativa que eu tinha de que seria um debate franco, honesto, num alto nível, sem deixar de fazer as denúncias. Têm razão também de vir aqui e denunciar fatos que vocês percebem que estão acontecendo.

E nós faremos o encaminhamento. Já falei aqui com o Júlio, nosso Secretário da Comissão, para que a gente formule já, por escrito, os dois encaminhamentos mais concretos que são: a retomada específica, por isso que são dois das negociações com as categorias em greve, como aqui foi falado, que envolvem a Fasubra, Sinasefe e também o Anderson, por sugestão tua, e o outro que se retome um processo de discussão dentro do MEC para que todos os fatos que aqui foram denunciados e outros que, com certeza, virão, sejam apreciados e se dê o encaminhamento, no campo da razoabilidade, que cada situação exige.

Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

Queria comunicar a todos que amanhã teremos outra audiência pública com o Ministério do Esporte.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2014.

Às dez horas e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 7/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinado a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, sobre "As diretrizes e prioridades do Ministério do Esporte para o ano de 2014". Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Toninho Nascimento, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; Senhor João Luiz dos Santos Santos, chefe de gabinete do Ministro do Esporte; Senhora Andrea Barbosa, assessora parlamentar do Ministério do Esporte; e Senhor Fernando Guedes, assessor de comunicação do Ministério do Esporte. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cyro Miranda, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin e Eduardo Suplicy (não membro). Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às doze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislativa.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a proposição permaneçam com se encontram.

Aprovada. (*Pausa.*)

A presente reunião convocada na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 7, de minha autoria e da Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, é destinada a ouvir o Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério do Esporte para 2014.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Vanessa Grazziotin que acompanhe o Exmo Sr. Ministro para tomar assento à mesa.

Informo que esta audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda está na internet, pela www.senado.gov.brtvcanal2.

Dando início à audiência pública, em primeiro lugar agradecendo muito a presença do Sr. Ministro e amigo Aldo Rebelo, que nos contará um pouquinho sobre o que mais nos interessa: este momento em que estamos, a 29 dias da Copa do Mundo, que, se Deus quiser, vai deixar um legado para este País.

Registro ainda a presença do Sr. Toninho Nascimento, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; de João Luiz dos Santos Santos, Chefe de Gabinete do Ministro de Esportes; de Andréa Barbosa, Assessora Parlamentar; e de Fernando Guedes, Assessor de Comunicação.

A todos os senhores, muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro para o nosso bate-papo.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia, prezado amigo, Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, muito obrigado pela acolhida. Devo pedir desculpas, porque, na verdade, já deveria ter vindo ao Senado há muito mais tempo, mas, como tínhamos, entre outras coisas, uma série de obras em conclusão em 12 Estados diferentes, obras relacionadas com a Copa do Mundo, naturalmente só tive a honra, a alegria, o prazer de aqui estar presente neste momento.

Muito obrigado a V. Exª, prezada Senadora Vanessa Grazziotin; muito obrigado pela sua presença, prezado Senador Flexa Ribeiro. Creio que a Senadora Lídice da Mata teve que se retirar, mas estava aqui conosco até há pouco. Prezado Toninho Nascimento, Secretário Nacional de Futebol, prezado João Luiz, nosso Chefe de Gabinete, senhoras e senhores.

O Brasil atraiu os dois maiores eventos esportivos do Planeta: a Copa do Mundo, para 2014, e as Olimpíadas, para 2016.

Eu vou concentrar a minha intervenção mais sobre a Copa do Mundo, porque é o evento mais próximo, é aquele que está merecendo o acompanhamento e a atenção maior do Poder Legislativo, inclusive do Senado, da imprensa, da população. E nós teremos, naturalmente, oportunidade de debatermos os preparativos das Olimpíadas em outra ocasião, salvo, naturalmente, a provocação legítima, se houver, das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Voltemos, portanto, à Copa do Mundo.

A Copa do Mundo é o maior evento do Planeta. Há estatísticas que apontam que, nos dois últimos episódios, na Copa do Mundo da África do Sul e na Copa do Mundo da Alemanha, só as partida finais desses torneios foram acompanhadas por mais de três bilhões de telespectadores em todo o mundo.

A previsão, portanto, é que, no Brasil, se repita de forma ampliada essa audiência de mais de três bilhões na partida final e de, aproximadamente, 40 bilhões de telespectadores acumulados ao longo do evento, que dura aproximadamente um mês.

A Copa do Mundo não é apenas um evento do esporte mais popular, do mais difundido, do mais universal, que é o futebol; a Copa do Mundo é, também, uma grande oportunidade para o país que a realiza, para o país que a acolhe.

A Copa do Mundo, segundo estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, em cooperação com a consultoria norte-americana Ernst & Young, intitulado Impactos Socioeconômicos dos Grandes Eventos no Brasil, só a Copa do Mundo tem potencial para gerar 3,6 milhões de empregos no Brasil.

Bom dia, Senadora Ana Amélia.

A Copa do Mundo tem, também, capacidade de agregar à economia do Brasil, ao Produto Interno Bruto do País, ao longo do seu ciclo maior, até 2019, pelo menos 0,4% ao ano, ao PIB do Brasil, Senador Flexa Ribeiro.

A Copa do Mundo também projeta a imagem, a influência e o poder do país. Não apenas a Copa, mas os grandes eventos em geral.

Recentemente, quando alcançou o direito de organizar as Olimpíadas de 2020, em Tóquio, o Japão foi motivo de editoriais em jornais de todo o mundo que apontavam – inclusive um grande jornal brasileiro – que o grande objetivo do Japão ao buscar organizar as Olimpíadas de 2016, aliás, os dois grandes objetivos

do Japão seriam os seguintes: o primeiro grande objetivo seria organizar as Olimpíadas de 2020 para retomar o dinamismo de uma economia estagnada há décadas; seria esse o primeiro objetivo. E o segundo objetivo seria, exatamente, o de retomar o protagonismo do Japão diante do crescimento do protagonismo chinês na Ásia e no mundo.

E se examinarmos as razões mais profundas e mais duradouras que levaram países, como a África do Sul e a Alemanha, entre outros, a abraçarem projetos, como a Copa de 2010 e a de 2006, sempre encontraremos, além da festa do futebol, além do momento único, vivido pelo mundo durante a Copa, também a tentativa de projetar imagens, de reafirmar projetos ou de sepultar e deixar no passado as cicatrizes indesejáveis, na história desses países; naturalmente, a da Alemanha, em relação à Segunda Guerra, e a da África do Sul, em relação ao *apartheid*.

Portanto, o Brasil tem, ao organizar a Copa do Mundo, vários objetivos a alcançar, além do objetivo esportivo imediato e mais legítimo, que é ganhar o campeonato de uma modalidade esportiva, na qual nós temos excelência.

O Brasil é o único País do mundo que, ao participar de todos os torneios, de todas as Copas, a ganhar 5 em 19 torneios disputados. Chegamos ao segundo lugar em dois; ao terceiro, em mais dois ou três; e chegamos também em quarto lugar em mais um. Ou seja, o Brasil sempre foi um protagonista importante desse esporte. Podemos nos considerar, portanto, uma potência em matéria de futebol.

Aliás, há um estudioso francês, o Sr. Pascal Boniface, que escreveu várias obras sobre a geopolítica do esporte do futebol, que diz uma coisa muito interessante: o conceito clássico de país reúne três exigências. Um país precisa ter uma população, um território e um governo. Sem um desses elementos, você não constitui um país. Mas – acrescenta o Sr. Boniface – o conceito moderno de país vai além dessas três condições. Segundo o estudioso francês que tem dois livros – um chamado *A mundialização do futebol,* e outro chamado *A Terra é redonda como uma bola* – um país, para se afirmar no cenário mundial, precisaria, além de um governo, de um território e de uma população, de uma seleção nacional de futebol. Sem uma seleção nacional de futebol, diz o estudioso francês que um país não alcança o reconhecimento universal como país. E diz ainda que, para afirmar a sua presença como país, precisaria de participar de um grande torneio internacional de futebol, um campeonato mundial ou, pelo menos, um campeonato continental. E é esse esporte, com essa dimensão, que realiza, no Brasil, a sua 20ª competição mundial.

E no Brasil o futebol tem particularidades que não encontra no mundo. Não apenas a particularidade da forma de jogar o futebol, do estilo de jogar o futebol, descrito tão bem por Gilberto Freyre nas suas obras e por Mário Filho na sua obra *O negro no futebol brasileiro*. O futebol também contribuiu para conformação da nossa identidade. Se nós buscarmos, na identidade do País e na identidade dos Estados brasileiros, vai surgir o futebol ou um clube de futebol como uma marca importante de cada Estado e de cada País.

Recentemente, uma pesquisa promovida por um banco espanhol sobre a marca da Espanha mais conhecida no mundo revelou que a marca espanhola mais conhecida não foi um banco, uma indústria, um líder político; foi um clube de futebol, o Real Madrid, mas provavelmente o Barcelona ande ali por perto. E é possível que, se nós fizermos uma pesquisa sobre as grandes marcas do Rio Grande do Sul, o Grêmio e o Inter apareçam com muito destaque, porque são marcas muito presentes e muito difundidas em todo o mundo.

E o que aconteceu com o futebol no Brasil? O futebol no Brasil foi muito além de uma modalidade esportiva. O futebol no Brasil configurou-se como uma plataforma de promoção social dos jovens pobres, mestiços, negros, mulatos. Deu a essa população as suas primeiras celebridades. Em todo o Brasil, quando um jovem pobre, mestiço, negro foi reconhecido, valorizado, adotado com carinho pelo povo, isso ocorreu pelo futebol.

Nós podemos citar o Friedenreich, lá em São Paulo, autor do primeiro gol numa competição que o Brasil venceu, que foi o Campeonato Sul-Americano de 1919, e também o Fausto, jovem maranhense, que se destacou na Copa do Uruguai de 1930, além de Domingos da Guia, Leônidas da Silva e, mais recentemente, Garrincha, Pelé, Didi e tantos outros.

Ressalto a história dos clubes brasileiros, como o Vasco da Gama, que defendeu o seu direito de escalar jogadores negros quando isso não era permitido; e o Palmeiras, em São Paulo, discriminado por ser o clube dos italianos pobres, também discriminados em São Paulo nos anos 20 e 30. Falavam mais italiano do que português, mas era uma população também pobre e discriminada pela elite rica de São Paulo.

Então, o futebol foi abraçado, e pode-se dizer hoje, Presidente Cyro Miranda, que o futebol é uma das poucas instituições no Brasil que surgiram e que se consolidaram sem o forte apoio das duas construtoras de instituições no País, as duas entidades capazes de construir grandes instituições no Brasil: o Estado, por um lado, e o mercado, por outro lado.

Quando o futebol surgiu, quando os grandes clubes se transformaram em instituições de massa, e o Estado abordou a questão, em 1940, com a criação do Conselho Nacional de Desportos pelo Presidente Getú-

lio Vargas, o futebol já era uma instituição consolidada no País. Os grandes clubes já tinham sua história, seus ídolos, e a presença do mercado é ainda um fenômeno mais recente.

Até os anos 80, a televisão sequer transmitia os jogos de futebol. Aliás, os clubes não permitiam que a televisão transmitisse jogos para não subtrair público dos estádios. Eu conversava recentemente com Léo Batista, que foi durante muito tempo apresentador e até hoje apresenta alguns programas da TV Globo, e ele me dizia que, muitas vezes, eles foram expulsos do Maracanã pela diretoria dos clubes de futebol que não queriam a transmissão dos jogos, porque isso poderia tirar público, e eles não recebiam pagamento pelo direito de transmissão. O patrocínio, o direito de transmissão é uma coisa recente no Brasil. Então, o mercado também é uma presença recente.

O Brasil ajudou a tornar o futebol esse esporte universal. O futebol poderia ser mais um esporte anglo-saxônico como o *rugby*, como esse futebol praticado nos Estados Unidos, como o críquete, que são esportes populares em alguns países, mas longe de ter a universalidade que tem o futebol.

O Brasil organiza, pela segunda vez, a Copa do Mundo. Já havia organizado em 1950, com êxito que não foi completo porque perdemos a final para o Uruguai. E agora organizamos pela segunda vez. Creio que o Brasil recebeu a Copa do Mundo porque já trazia credenciais para tanto.

Sei que, mais do que o Governo, o País está submetido a uma onda de críticas, uma parte da imprensa nacional e da imprensa internacional, que olham com lupa as nossas deficiências, as nossas mazelas, as nossas deformidades, que não são poucas, nem são pequenas. Só devem ser cotejadas pelas mazelas e pelas deformidades do mundo. Colocar as nossas sobre a mesa e omitir os problemas que o mundo enfrenta também não é correto e também não é justo.

As nossas virtudes não aparecem. O Brasil é um país que hoje é a sétima economia do mundo. Superamos economias tradicionais como a da Inglaterra, a da Itália, entre outras. O Brasil é um país com uma economia hoje não apenas grande, mas complexa e com excelência em algumas áreas muito importantes para nós e para o mundo. Nós temos a agricultura mais competitiva do Planeta, mesmo submetida à concorrência predatória das duas maiores agriculturas do mundo, a europeia, que não é uma agricultura de mercado, é uma agricultura de servidores públicos subsidiados pelos seus governos, e a agricultura norte-americana, que vai no mesmo caminho.

Eu posso falar de perto desse problema, porque enfrentei esse debate quando o Congresso discutiu o Código Florestal e vi a ação dos interesses comerciais da agricultura da Europa e dos Estados Unidos financiando poderosíssimas organizações não governamentais para degradar a imagem da agricultura e da pecuária do Brasil. Felizmente, não houve êxito nesta campanha. Felizmente, o Brasil conseguiu aprovar uma legislação compatível com a preservação ambiental e com a produção da agricultura, da pecuária e da agroindústria.

Mas nós também não tivemos reconhecidas, no momento desse debate, as virtudes da nossa agricultura, da nossa pecuária e da nossa agroindústria. O País só foi atacado de dentro e de fora, com as editorias de meio ambiente dos jornalões do Brasil repicando ou repicadas pelos grandes jornais internacionais. Então, nós vivemos isso.

Nós não temos, por exemplo, aqui, ao longo de 16 mil quilômetros de fronteira, Senadora Vanessa Grazziotin, uma reivindicação territorial de um vizinho. Não há quem nos acuse de ter usurpado um palmo de terra de nenhum dos nossos dez vizinhos, quando, na própria Europa e no mundo, ninguém consegue manter em paz 30 quilômetros de fronteira.

Recentemente, estive na Europa e vi lá uma notícia da construção de um muro separando a Bulgária da Turquia, porque aquelas populações não conseguem conviver em paz. Um país que, há dois anos, sediou a Eurocopa. Quem acompanha o futebol sabe que, há dois anos, a Ucrânia abriu, em Kiev, a Copa Europeia de Seleções, e hoje é um país cindido por lutas, guerras civis, separatismos, nacionalismos, ou seja lá o que se denomine o fenômeno político e social que ocorre na Ucrânia neste momento. Além dos outros conflitos que se espalharam pela Europa.

Nós temos oito mil quilômetros de litoral, sem que uma única ilha, Senador Cyro Miranda, sem que um único rochedo seja reivindicado por ninguém. Quando examinamos o mapa do mundo, há reivindicações de ilhotas e de rochedos que guardam, abaixo da linha d'água, algum tipo de riqueza, petróleo, gás, e os países em disputa por essas áreas. Aqui nós não temos, ao longo de oito mil quilômetros, nem um pequeno atol, nem uma ilha que seja disputada pelo Brasil ou por qualquer país do mundo.

É claro que, no mundo de hoje, tão marcado por disputas, por secessões, por buscas de afirmações nacionais, alterações de fronteiras, para o Brasil essa é uma vantagem muito grande. Além da ausência dos olhos nacionais que varrem o mundo inteiro. Nós temos orgulho da nossa origem civilizatória, dos nossos irmãos indígenas, africanos, europeus que compuseram aqui um povo essencialmente mestiço, não apenas no sangue,

na cultura, na identidade. Nós temos autoridade para combater e enfrentar o ódio racial, religioso e nacional, e creio que isso também nos dá credenciais.

O Brasil hoje comanda ou está presente nas principais missões de paz do Planeta. O maior exército mobilizado pela ONU hoje é comandado por um brasileiro. A principal tropa mobilizada no Haiti é composta de brasileiros. A força de paz que patrulha o litoral do Líbano é da Marinha do Brasil.

É preciso, portanto, considerar a capacidade, as habilidades e a legitimidade do Brasil. Com todo o respeito pela Copa do Mundo e pelas Olimpíadas – temos muito orgulho da Copa do Mundo e das Olimpíadas –, mas o Brasil já fez coisas mais importantes e mais difíceis do que Copa do Mundo e Olimpíadas. Com todo o respeito pela Copa e pelas Olimpíadas.

A construção do País foi uma jornada muito mais difícil. Então, nós vamos entregar a Copa do Mundo, vamos realizá-la com êxito. Claro que há dificuldades; é evidente que há, como houve, nesse esforço, em todo o mundo.

Nós já tivemos seis estádios prontos para a Copa das Confederações. Teremos os outros seis, integrando os doze estádios para a Copa do Mundo. Um evento-teste foi realizado com êxito ontem no penúltimo estádio, que é a Arena do Atlético Paranaense, no jogo amistoso entre Atlético e Corinthians. E o último teste oficial será no domingo, no jogo entre o Corinthians e o Figueirense pelo Campeonato Brasileiro.

As obras de ampliação dos aeroportos também estão sendo entregues. As obras de mobilidade urbana, que eram obras do PAC, também estão sendo realizadas.

As manifestações que muitos propagam como se fosse o fim do mundo... No Brasil, as manifestações pacíficas são protegidas pela Constituição. Não há por que temer manifestações pacíficas. As manifestações violentas são coibidas pela Constituição; são proibidas por lei. Em nome de direitos ou de reivindicações, ninguém pode matar, como se matou um cinegrafista no Rio de Janeiro, ninguém pode agredir, ninguém pode depredar patrimônio público ou privado. Isso não pode acontecer. Agora manifestação pacífica é legítimo. Não tem porque haver preocupação com isso; o que não pode ser tolerado é o ato de violência, a substituição da busca do direito pela imposição de uma agenda pela força.

No Estado de direito, a ordem democrática precisa ser defendida. Quando você vive sob um regime de exceção, você pode legitimar determinadas ações. Agora, quando o País vive sob ordem democrática, não há por que tolerar a ruptura da ordem democrática. Isso não corresponde à luta pela consolidação da democracia. Não é legítimo que cada um queira impor a sua agenda através da força. E quem não pode reunir forças para impor a sua agenda? Para a agenda, existem as ações pacíficas e a representação do povo, o Congresso, as Assembleias, as Câmaras Municipais, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, como recurso para essas reivindicações legítimas.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu, naturalmente, aguardo as questões a serem levantadas e me coloco à disposição para responder a todas. Agradeço a atenção do Senado. Digo que o País, com a cooperação do Governo Federal, dos governos estaduais, das prefeituras, vai realizar, sim, uma Copa do Mundo à altura da melhor expectativa do mundo e do Brasil. O País já acolheu, recentemente, a Rio+20, uma grande conferência de meio ambiente, o Brasil realizou recentemente uma grande festa... "Ah, mas o Brasil vai ter problemas em receber 600 mil turistas estrangeiros e 3 milhões de turistas nacionais". Quero destacar só a seguinte informação: durante o Carnaval, o último que nós realizamos no Brasil, só três cidades brasileiras, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, receberam 6 milhões de visitantes. Só três cidades! Portanto, não há por que haver qualquer tipo de pânico para a recepção de 3 milhões de turistas brasileiros e 600 mil turistas estrangeiros.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado a V. Exª pelas explicações em relação a Copa do Mundo.

Obrigado também pelo alto conhecimento que tem da agricultura, já que foi o principal artífice da nossa reforma florestal, reforma do meio ambiente, que envolveu com equilíbrio.

Estamos aqui os dois requerentes. Eu passo, primeiro, a palavra à Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente desta Comissão. Em seguida, eu vou alternar com ela: ela vem à Presidência, e eu faço as perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço, Presidente Cyro Miranda, mas a colega Senadora Vanessa Grazziotin tem uma agenda. Então, com muito prazer, eu cedo o meu espaço a ela agora. Depois da manifestação da Senadora Vanessa, faço questão de conversar com o Ministro Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, com a palavra, a Senadora Vanessa, que vai ter de correr para Manaus, para ver se o estádio está 100%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, o estádio está maravilhoso, Senador Cyro. Fica aqui o convite para que os senhores possam ir conhecer o estádio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu só vi uma manchete de que o estádio está ótimo, mas reclamam da mobilidade. Isso é...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Presidenta Dilma teve dificuldade em dizer que é o mais bonito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – De acessibilidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pessoalmente, o Ministro Aldo já me relatou a alegria de ver aquela bela obra. De fato, não estou brincando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Enfim, eu quero, primeiro, agradecer, Senadora Ana Amélia.

Não vou fazer nenhuma pergunta, até porque não teria como ficar para ouvir as respostas, Ministro Aldo, mas cumprimento-o pela forma como V. Exª vem conduzindo este momento. Isso é muito importante, porque não é hora... Eu acho que é óbvio que ninguém desconhece que tivemos e temos muitos problemas não com os estádios, com as arenas, que é o principal, mas com obras de mobilidade urbana, com obras de infraestrutura. Sem dúvida nenhuma. O próprio jornal *Folha de S.Paulo*, há alguns dias, publicou matéria com muitos gráficos, muito elucidativa, mostrando que a cidade que mais cumpriu o calendário, o cronograma foi Brasília com 79, seguida de São Paulo com 75 e a minha cidade de Manaus cumpriu somente 20% da principalidade.

Eu posso dizer, Senadora Ana Amélia, que acompanhei muito de perto tudo aquilo que deveria ter sido feito em Manaus, mas não o foi. Recursos não faltaram, foram disponibilizados. Tivemos problemas locais, desacerto entre o Governo e Prefeitura, o que não significa dizer que aquele legado, que aquelas obras que não ficaram prontas até a Copa não virão. Não tenho dúvida; elas virão. Na minha cidade elas virão, porque os problemas estão sendo resolvidos e tudo será feito.

Ministro Aldo, o que precisamos é disso. Tenho consciência de que o Brasil – por mais que não tenha tido metrô nas cidades, em algumas delas, o BRT – está preparado para receber este evento. Creio que o próprio Congresso Nacional reconhece isso.

Aqui, fora o Senador Cyro Miranda, eu e a Senadora Ana Amélia somos de Estados em que há cidades-sede. Acompanhamos de perto e vimos o grande esforço do Governo Federal para que tudo estivesse feito, inclusive mudança na legislação para poder acelerar.

Enfim, quero cumprimentá-lo por essa forma que V. Exª vem atuando com essa tranquilidade. Não sei se eu teria, neste momento, uma postura que tem que ser de embaixador. Vejo V. Exª com uma postura de embaixador daqueles que estão há poucos dias de receber milhares de pessoas que vêm do mundo inteiro para o Brasil, não para discutir problemas, mas para assistir a belas e a competitivas partidas de futebol e aproveitar tudo que o Brasil tem de bom em todas as regiões, de sul a norte, de leste a oeste.

Então, quero cumprimentá-lo pela condução, pela capacidade, sobretudo política, de gerenciar esse momento tão importante para o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Obrigado, mais uma vez, pela companhia na viagem que empreendemos à China, pelo seu coleguismo e companheirismo.

Com muito prazer concedo a palavra à nossa Vice-Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, colegas Senadores e Senadoras, caro Ministro Aldo Rebelo, quero também cumprimentar o Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor Toninho Nascimento e o meu conterrâneo, chefe do seu gabinete, João Luiz dos Santos Santos. Ele é tão bom que tem Santos repetido, embora não tenha nada a ver, porque ele é torcedor do Inter e não, do Santos.

Queria, Ministro, primeiro agradecer a forma como o senhor sempre foi, uma pessoa muito simples na forma de se comportar e chegou aqui justificando por que o senhor demorou tanto para vir aqui. Para mim isso já é uma satisfatória explicação de respeito à Casa e a esta Comissão. Levo muito em conta esses gestos, que podem parecer pequenos para alguns, mas, para mim, têm muito significado.

O senhor fez abordagem muito interessante do ponto de vista do que significa o futebol para o mundo inteiro. Hoje o nosso grande embaixador continua sendo o rei Pelé, que é uma marca, um patrimônio. O futebol, para mim, tem um valor chamado intangível, tem um valor, um patrimônio, um peso, que é intangível.

Chamou a minha atenção quando fui votar em 2012 – até então a minha seção eleitoral era em Porto Alegre e agora é em Canela, porque moro em Canela – na Escola Estadual de Ensino Fundamental Medianeira. Quando saí da urna, à vista dos jornalistas, havia um mapa grande e se perguntava: quais são os nossos valo-

res? Era o que estava em um quadro, onde havia várias coisas que os estudantes faziam e os valores que, na percepção daqueles gauchinhos, segundo suas discussões, existiam. Claro, primeiro, a bandeira do Rio Grande; havia aquela estátua que há na chegada de Porto Alegre, do Laçador, que é o símbolo do gaúcho; e mais dois símbolos: a bandeira do Grêmio e do Inter entrelaçadas. Aquilo me deixou muito feliz por esse patrimônio que a gente tem que respeitar.

E eu sou de um Estado que é um permanente Grenal, até nas demandas políticas. Quando houve aquele problema do jogador Oscar – o senhor lembra bem, porque acompanha futebol, gosta de futebol – nós, os três Senadores, fomos acionados pelo Internacional, pois era uma disputa judicializada com o São Paulo. E nós entramos – eu, não por torcer pelo Internacional, mas porque eu lembrava daquela bandeira na sala de aula, que esse é um patrimônio.

Então, nós Senadores fizemos uma solicitação à Justiça Desportiva no sentido de que abrigasse a demanda do Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, a imprensa não entendeu e não avaliou a relevância que tem, justamente ela que teria, digamos, obrigação de entender esse valor, porque as páginas de esporte são muito fortes num jornal, numa televisão ou numa emissora de rádio. A editoria de esporte é uma das mais importantes, porque são várias modalidades. O Brasil está muito bem, está no futebol, está no vôlei, no basquete, no tênis, em todas as modalidades de esporte.

E, aí, a pergunta: "Mas não tinham nada que fazer esses Senadores, a não ser se meter numa coisa dessas?"

Eu, sinceramente, como jornalista, fiquei muito triste de ver aquilo, porque não houve uma avaliação adequada do que aquele gesto significou. Nós estávamos fazendo aquilo em nome do interesse de um valor gaúcho. Um time de futebol é um patrimônio, como o é um estádio de futebol. Então, eu fiquei, naquele momento, digamos, me indagando: "Mas por que que não perceberam que ali havia uma questão relevante, que é o futebol?"

A Senadora Vanessa falou que o senhor é um embaixador e tem que ter muita paciência. Agora, eu imagino a sua paciência só para aguentar o Sr. Jérôme Valcke. Deve ter uma paciência cavalar, uma dose cavalar de paciência para suportar essa convivência, que não deve ser muito fácil.

A despeito disso, Ministro, esteve, aqui, conosco o Prof. Lamartine da Costa, professor da Uerj e da University of East London, considerado o maior especialista brasileiro em legado de grandes eventos. Nesta Comissão – acho que o Senador Cyro lembra muito bem – eu até cheguei a dizer que ele deveria ser contratado pelo Governo,porque não vi ninguém como ele, Ministro, ninguém, do Governo, embora V. Exª tenha a preocupação, fazer uma defesa tão candente da Copa e do tal legado da Copa. Nunca vi, sinceramente, nunca vi. Ele, aqui, falou com um entusiasmo juvenil e uma vibração que parecia que ele era dono da Copa FIFA aqui, no Brasil. Parecia dono.Então, eu, até, chamei a atenção dele.

Imagino que o senhor conheça esse Prof. Lamartine, porque ele, realmente, foi... Ele trouxe até o ponto de vista acadêmico, porque é um especialista da universidade.

O problema que nós estamos enfrentando é que hoje existem manifestações no Brasil e estão programadas no Brasil inteiro, cuja extensão não sabemos. E a gente não consegue descolar essa percepção de uma parte da sociedade que se sente alijada deste grande evento.

Então, eu queria lhe perguntar, primeiro, sobre isto, como é que o senhor vê essas manifestações e sobre a repercussão fora do Brasil, na imprensa internacional. E, aí, nem se pode dizer que é uma torcida contra, porque, claro, como o senhor lembrou bem, na disputa numa área competitiva, como a área do agronegócio, existe muita maldade. A competição não é uma competição; como se diz, é como o jogador que dá na canela do adversário e não deixa ele jogar. Mais ou menos isso aconteceu nessas manobras da área internacional, no debate do Código Florestal. Eu acompanhei. V. Exª sabe e V. Exª vai ser sempre reconhecido como, digamos, o tutor desse processo.

Então, por que internacionalmente está havendo uma cobertura sempre abordando esse lado dos nossos problemas, que são idênticos aos que houve na África do Sul e nas Olimpíadas da China, onde se dizia que havia poluição demais. Então, todos os países têm problemas? Como o senhor vê isso? Isso pode, de alguma maneira, comprometer o evento?

Como é que está a venda dos ingressos? Todos foram vendidos? Nesse aspecto, há a informação de que, até agora, 41% – foi a manchete da *Folha de S.Paulo* outro dia – das obras estão concluídos, ou seja, não se chegou à metade do total.

Então, são essas questões que eu apresento a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Eu vou aproveitar para em seguida colocar as minhas perguntas, porque estamos só nós dois aqui. Serão muito rápidas.

Primeiro, agradeço mais uma vez a presença de V. Exª. A justificativa apresentada, como falou a minha colega Ana Amélia, acho que já sobrepõe a qualquer tipo de dúvida que esta Comissão poderia ter em respeito à sua atenção para com esta Comissão.

V. Exª nos falou que 3 bilhões de pessoas estão ligadas ao futebol. No nosso caso, há o lado bom e o lado ruim. Hoje, nós estamos vivendo – pegando uma carona na pergunta da Senadora Ana Amélia –, nós estamos recebendo mais críticas internacionais do que elogios. Também não consegui entender.

Há uma coisa, Ministro, que espero que o senhor não leve como pessoal, porque V. Exª pegou o bonde andando. V. Exª não tem, entre aspas, "culpa" desses atrasos, principalmente no que eu vou falar, porque não lhe dizia respeito essa parte de mobilidade, mas o senhor representa o Governo, e tenho a obrigação de pedir um esclarecimento.

Em primeiro lugar, sabíamos que essa Copa do Mundo viria para cá desde 2007, 2008, e nós começamos as obras, como todo bom brasileiro, em cima da hora. Nós sabemos que o tempo é exíguo para atender à demanda, principalmente, da mobilidade.

Eu tenho aqui, em termos das arenas, dados sobre essas que estão nas situações um pouquinho melhor, mas, mesmo assim, há a Arena das Dunas, de Natal, cujo estádio ainda não teve a instalação de geradores nem das arquibancadas; no Beira– Rio, a obra de reconstrução atrasou 20 meses e apresentou sobrepeso de 150%; na Baixada, o estádio será inaugurado com 13 mil cadeiras a menos da partida; houve superfaturamento no Maracanã, dito pelo TCU. Essas são algumas coisas em termos de estádios, mas essas foram as menores.

Agora, os aeroportos. Nenhum aeroporto da Infraero ficará 100% pronto. Dos oito aeroportos administrados pela Infraero, com previsão de obras para a Copa do Mundo, nenhum ficará 100% pronto antes início da competição, daqui a 29 dias. São eles: Afonso Pena; Confins; Deputado Luís Eduardo Magalhães; Eduardo Gomes, de Manaus; Galeão; Marechal Rondon, em Cuiabá; Pinto Martins, em Fortaleza; e Salgado Filho, em Porto Alegre. Isso vai deixar uma imagem, Ministro, ruim, e nós, que estamos sempre viajando, estamos percebendo esse desconforto. Não é a sua Pasta, eu sei disso, mas vai sobrar para o dono da Copa.

Quanto aos hotéis, a FIFA fez – não só a FIFA, como também a nossa própria Federação – uma reserva e, depois, foi devolvendo essas reservas. Em São Paulo, sobram hotéis. No Rio de Janeiro, que deveria estar acima dos 100%, não está; ainda tem 8%.

Eu acho que esta Casa aqui procurou – não é, Senadora Ana Amélia? – facilitar em tudo. O RDC, para nós, era uma coisa que nos tocava de uma maneira muito particular, porque passava por cima da Lei de Licitações, a 8.666, mas nós entendemos que tínhamos que dar agilidade à Copa. Então, fomos e votamos com o RDC, mas, mesmo assim as coisas não aconteceram.

Nós estamos com um problema também aqui que eu não entendi – e também não faz parte todo da Pasta do senhor, porque aqui tem muita coisa envolvida. Mas nós estamos com o dobro do custo por assento, atualizado, da África do Sul e da Alemanha. A África do Sul teve dez sedes, gasto de R$3,27 bilhões e 590.700 assentos; a Alemanha teve um custo de R$3,6 bilhões, doze sedes e 654.900 assentos; e nós, com 676.400 assentos, doze sedes também, tivemos uma gasto R$7.983.000,60.

Quer dizer, são coisas em que a discussão é interna. Isso não vai a público. É uma coisa que nós temos por obrigação detalhar e procurar entender por que fugiram os orçamentos de uma maneira assim brutal. Falta de planejamento? Eu acredito que foi falta de planejamento, sim, porque deram o *start*, deram o sinal verde para os senhores Ministros em cima da hora. E nós tínhamos tempo útil.

Aqui diz assim: "Governo das sedes culpam projeto e até as chuvas." Quer dizer, nós mesmos aqui, a própria imprensa está divulgando os dados negativos, afastando o público, o interesse de um patrimônio, como V. Exª falou, que é o futebol, que é uma coisa muito forte para nós. Nós deveríamos ter dado uma importância muito grande para capitalizar.

"Galeão não ficará pronto afirma Ministro Moreira Franco" Segundo a matéria,admitiu que o passageiro poderá enfrentar problemas.

O senhor já conhece isso, viu na imprensa. Então, o que eu gostaria de saber são algumas coisas que me preocupam. Vi isso na Grécia. Nós temos estádios, como o da Senadora Grazziotin e o de Cuiabá, temos pelo menos cinco estádios em que eu não vejo aplicação para pós-Copa.

Eu acho que os Estados vão ter dificuldade de manter, e a Grécia mostrou o que aconteceu depois das Olimpíadas. Os estádios estão totalmente abandonados. Nós já tivemos esse problema, inclusive, no Rio de Janeiro, com o complexo aquático, em que V. Exª teve que entrar e dar um aperto ali para que as coisas mudassem. Se a Pasta de V. Exª não tivesse feito questão de que aquilo funcionasse, estaria nos mesmos moldes.

Então, essas preocupações são internas. Isso não é para ir para fora, não é para ser divulgado, mas, se nós não conseguirmos deixar uma boa imagem com a parte de mobilidade, não é só o futebol...

Sobre 1950, Ministro, eu tive a informação de que a Copa era para ser realizada em 1949. Olha como a coisa é cultural nossa. E nós estávamos conversando de cultura de outras áreas! No entanto, por atraso nosso, eles arrumaram uma desculpa na época, dizendo que a Europa tinha saído de um pós-guerra em 1945 e que seria preciso mais um ano. E nós só tínhamos os estádios como preocupação, mais nada. Não tinha aeroporto, não tinha mobilidade, não tinha nada. E cometemos o mesmo engano agora. Nós vamos sair sem entregar essa mobilidade, principalmente nos grandes centros.

Dói-me também, Ministro, eu, que sou paulista, mas moro em Goiás há 40 anos, ver o nosso Museu do Ipiranga, que é um marco, fechado desde setembro do ano passado, e só vai ser reaberto em 2020. Essa é a proposta, porque estão reformando o Museu. Quer dizer, o turista que vem para cá não vem só para ver o jogo de futebol. E depois que acaba uma partida de 90 minutos, o que ele vai fazer?

E o abuso do preço dos hotéis? Eu estou agora fazendo um contraponto das coisas negativas, o que não é uma crítica a V. Exª, de maneira nenhuma. É um todo, é um conjunto que vai ser aflorado.

A parte de TI foi a parte em que menos se investiu. Eu conversei com um jornalista inglês, e ele teme – tomara que ele esteja totalmente errado. Falou-me de falou uma série de coisas com que eu também não concordo – pela parte de comunicações. Eles, como repórteres, estão preocupadíssimos.

Então, eu fico aqui só com essas coisas, e torço para que tudo corra bem. E que as falhas que a gente tenha a gente consiga driblar. Eu sei que não serão no campo essas falhas. Nos estádios, as falhas que tiverem não serão notadas. Mas, ao chegar ao estádio, sair dele e conviver nas cidades, haverá problemas.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. Todas as questões abordadas por V. Exª, mais que legítimas, são pertinentes. E eu não vou usar o pretexto de que não sou responsável por uma ou outra área para não buscar responder a V. Exª. Dentro daquilo que o meu conhecimento alcança, vou buscar aqui esclarecer a posição do Governo, ponto por ponto, sobre questões levantadas por V. Exª e pela Senadora Ana Amélia.

Registro, mais uma vez, que o meu pedido de desculpas não foi uma mera formalidade. Representa o apreço que tenho pela instituição, pelo Senado do meu País e pelas queridas figuras, pelas queridas Senadoras e queridos Senadores que integram a instituição. E alguns deles e algumas delas eu admiro, desde os tempos do jornalismo no Rio Grande do Sul e em Brasília.

Muito obrigado, mais uma vez.

Eu creio, Senadora Ana Amélia, que, de fato, às vezes a nossa crônica não alcança o significado intangível do futebol para o Brasil e para o nosso povo. É como se fosse apenas uma atividade esportiva ou, no máximo, uma atividade econômica, comercial... –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Exatamente.

E que não teria essa dimensão na alma, na identidade do nosso povo, da nossa criança, da nossa juventude. E eu sei que isso existe, porque aprendi a amar o futebol, a escolher um clube também ainda na minha infância, e sei o que isso representa, e o que isso significa na alma do Brasil. O futebol, para nós, é isso.

Agora, por onde eu ando, também o futebol não é tratado simplesmente como um esporte. Há uns dois meses, ao visitar a Inglaterra, estive com a Ministra do Esporte do Reino Unido, que vai vir ao Brasil para a Copa do Mundo. E, no meio da entrevista, ela abordou uma coisa muito específica e muito particular da seleção inglesa no Rio de Janeiro. E eu considerei absolutamente legítima a abordagem, a preocupação da Ministra. Afinal de contas, é a seleção do seu país. Embora fosse uma razão que alguns pudessem considerar menor, eu a considerei legítima e busquei as informações necessárias para oferecê-las à Ministra do Esporte do Reino Unido, porque tratou o futebol, o esporte e a seleção do seu país como uma instituição nacional, como algo de interesse nacional.

E acho que, da mesma forma, ao tratar esse interesse de um clube do Rio Grande do Sul, a senhora não tratou de um interesse da diretoria do clube; a senhora tratou do interesse de uma instituição que, talvez, tenha dado ao Rio Grande do Sul, ao lado da outra instituição do futebol, o conhecimento, a história, a grandeza que o futebol do Rio Grande do Sul tem hoje no Brasil e no mundo. Então, eu acho que a senhora estava absolutamente certa e em sintonia com esse significado do futebol, a senhora e os outros dois Senadores do Rio Grande.

Quanto às manifestações – eu já vi hoje algumas manchetes –, pelo que eu vi, são manifestações relacionadas a reivindicações específicas de categorias de trabalhadores. Uma delas, a dos metalúrgicos, que passava ali pela via Anchieta, no sul da cidade de São Paulo, tratava da questão do emprego, das demissões. Não vi nada relacionado com a Copa ou coisa parecida. Não sei as demais.

A mídia internacional. Do que se trata? Eu não quero aqui tecer especulações sobre o que há em jogo. Não considero normal, nem natural a exacerbação da difusão de aspectos críticos do País no momento em que

o País vai ser alvo de uma superexposição em todo o mundo. O Brasil já é visto em todo o mundo. Não há um dia em que os jornais não tratem da Copa no Brasil. Eu acho estranho é que o País seja apenas colhido pelos seus problemas e que esses problemas sejam exacerbados.

Eu sei que há naturalmente, no cenário internacional, disputas por espaços. Esse é o mundo em que nós vivemos. Os interesses geopolíticos, econômicos, comerciais, científicos, tecnológicos, militares das nações usam de todos os artifícios para preservar os seus espaços, conter o espaço de outros. Assim é que é o mundo. Então, o Brasil naturalmente, como é uma economia que cresce, que se desenvolve, que mesmo enfrentando dificuldades consegue distribuir renda, gerar empregos... Nos últimos anos, nós geramos 16 milhões de empregos no Brasil. A União Europeia perdeu 60 milhões de postos de trabalho. Essa é a situação, ou seja, um processo de desindustrialização muito grande, de dificuldades.

Nós vemos lá os conflitos. A própria Ucrânia é um território, de certa forma, em disputa. Essas disputas não são novas, são antigas. Quem for examinar o passado das disputas entre essas potências europeias verá que são as mesmas – Alemanha, Rússia, Inglaterra, França – e isso vem de séculos e séculos. E o Brasil entra nesse cenário, ocupando um espaço que também pode gerar algum tipo de desconforto.

Eu vi de perto essa questão da agricultura – aliás, eu relembro que foi a partir da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional –, por que, na agenda das rodadas de Doha, sempre entrava a questão do meio ambiente e da agricultura, até que alguém chamou a atenção e disse: "É evidente que há um desconforto pela ampliação do Brasil, pela presença do Brasil nesse mercado internacional, e isso vai gerar reações e assim por diante". Mas são apenas especulações.

Eu acho que nós devemos cuidar de cumprir a nossa tarefa, organizar a Copa, oferecer segurança à nossa população, aos convidados, aos jornalistas estrangeiros. Já são mais de 18 mil credenciados até recentemente. Provavelmente mais 18 mil virão por conta própria.

Os ingressos foram pedidos. O Brasil bateu recorde de compra e de pedidos de ingresso. Foram pedidos 10 milhões. Só havia 3 milhões para serem vendidos pela FIFA. Acho que foram vendidos todos. Portanto, não creio que a Copa tão cedo vá bater esse recorde de procura e de venda de ingressos. Mas, no Brasil, é sempre assim, desde um grande prêmio de Fórmula 1 – nós também temos o grande prêmio mais visto. Eu conversava com o organizador da Fórmula 1, Sr. Bernie Ecclestone. Ele disse: "Não. Não é o grande Prêmio de Mônaco que é o mais visto no mundo. É o Grande Prêmio de Interlagos". Mas por causa do Brasil, que é um nome que facilita o acompanhamento desses eventos do esporte.

Sobre as obras em cima da hora, eu prefiro usar o outro critério. Essas obras vão ficar prontas e vão ser entregues ou essas obras não vão ficar prontas e não serão entregues? Eu acho que, das obras dos estádios, por exemplo, seis ficaram prontas com mais de um ano de antecedência, ficaram prontas para a Copa das Confederações.

Há quem dizia, em dezembro de 2012, que o de Pernambuco deveria ser retirado da Copa porque não ficaria pronto. Fui a Pernambuco, conversei com o Governador Eduardo Campos, com a construtora. Disseram: "Não. Ficará pronto." Falei para a FIFA: vai ficar pronto e não vai sair esse estádio. Ficou pronto e Pernambuco organizou uma bela Copa das Confederações. Os estádios, então, ficaram prontos. O evento-teste do Paraná foi realizado ontem. O do Corinthians será realizado no próximo domingo.

Alguns desses estádios são privados, como o do Paraná, o de São Paulo e o do Rio Grande do Sul. Outros são PPPs, como é o caso da própria Arena das Dunas. E outros são públicos, como é o caso de Brasília.

Quanto à utilidade desses estádios, Senador, é claro que é um tema controverso, polêmico. Eu defendo a tese de que esses estádios são importantes e que eles terão depois da Copa um destino importante em cada uma dessas regiões.

Eu vou tomar o caso, primeiro, de Natal. Natal é uma PPP, organizada pelo Governo do Estado e por uma grande construtora nacional. O estádio é projetado para 30 mil lugares e, para a Copa do Mundo, ele terá um pouco mais de 40 mil lugares. Depois da Copa do Mundo, uma parte da arquibancada será retirada e convertida em área comercial. Essa área comercial já está sendo hoje, no mercado imobiliário de Natal, a mais valorizada da cidade. Eu perguntei: por quê? "Porque todo mundo quer ter um espaço dentro desse estádio." A Arena das Dunas é um lugar central, bonito, seguro, com amplo estacionamento. Então, as academias querem ter um espaço, os bancos querem ter um escritório, as boutiques, as lojas. Todo mundo quer ter um espaço dentro da Arena, integrado, com conforto, com segurança, quer charme de ter, dentro da Arena, um espaço comercial.

Além disso, é bom lembrar que o Rio Grande do Norte tem dois grandes clubes: o ABC e o América, que permanentemente participam de algum torneio nacional. Eu me lembro de um jogo do ano passado. Era entre o ABC e o Palmeiras, pela Série B do Campeonato Brasileiro, realizado no estádio chamado Frasqueirão, que é o estádio do ABC, que recebeu um grande público, porque são duas grandes torcidas: o Palmeiras tem uma grande torcida no Brasil e no Nordeste, aliás, tem mais torcedores fora de São Paulo do que em São Paulo; e

o ABC tem uma grande torcida. Não houve uma tragédia pela grande habilidade do comando da Polícia Militar dentro do estádio, que estava superlotado, sem capacidade de mobilidade dos torcedores, com um calor enorme. Agora, naturalmente, os torcedores terão muito mais segurança e conforto – os torcedores do ABC, do América e os torcedores do Vasco, do Palmeiras, do Flamengo, do Corinthians e de outros clubes que vão jogar em Natal.

Em Manaus, onde há um clássico centenário, tão centenário quanto os clássicos de São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul e de outras capitais do Brasil, o clube de maior torcida do Amazonas, o Nacional, no ano passado, na Copa do Brasil, eliminou, na primeira fase, o Curitiba; na segunda fase, a Ponte Preta; e, na terceira fase, enfrentou o Vasco da Gama, que tem uma grande torcida em Manaus. O Governador falava comigo: "Estou enfrentando um problema. Eu só tenho estádio para cinco mil pessoas. Como é que eu vou fazer esse jogo?".

No de Cuiabá, já houve este ano dois jogos por competições nacionais. O Santos foi jogar com o Mixto, do Mato Grosso, uma partida também capaz de atrair um grande público, e, em seguida, o Vasco da Gama foi jogar com a Luverdense, que, no ano passado, jogou com o Corinthians no seu estádio, que é um estádio muito mais modesto. Neste ano, a Luverdense, embora seja de Lucas do Rio Verde, já jogou em Cuiabá com o Vasco da Gama num estádio muito mais seguro, confortável.

Problema de público nós tivemos em todos os campeonatos do Brasil. Nós vimos o glorioso, o grandiosos Flamengo jogar para 500 pessoas no campeonato do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, um jogo teve 14 expectadores. Em São Paulo, também, em alguns jogos do Campeonato Paulista, houve menos de mil expectadores. Então, esse é um problema do futebol brasileiro, que teve uma média de público, no ano passado, menor do que a da liga norte-americana, que é quase amadora, ou seja, considerando o nível do futebol dos Estados Unidos, mas teve um público maior do que o nosso campeonato. Então, nós temos que examinar, eu creio, de outro ponto de vista.

E esses Estados já tiveram estádios grandes. Manaus já recebeu – antes da reforma desse Vivaldo Lima, o Vivaldão, conhecido também como Tartarugão – jogos da Seleção Brasileira, assim como Recife e Salvador. O de Recife já recebeu a Copa do Mundo de 1950, na Ilha do Retiro. A Bahia também ia receber, no Octávio Mangabeira. Então, eu acho que nós podemos dizer que esses estádios podem também ser viáveis, porque estão em metrópoles. Cuiabá hoje é uma metrópole, acho que com mais de 500 mil habitantes; Manaus, com 1 milhão de habitantes; Natal é um destino turístico importante do Brasil e do mundo, já tem ligação aérea direta com a Europa, tem uma rede hoteleira sofisticada. Cuiabá é uma ousadia civilizatória dos bandeirantes, que marcharam a pé por aquele sertão, atrás de ouro, de diamantes. Foram fundar Cuiabá há mais de 300 anos. Hoje é uma cidade que recebe turismo pelo Pantanal, pela Chapada dos Guimarães. Creio que essas arenas vão cumprir também um papel importante.

Eu não sei, Senador, quanto à data da Copa do Mundo de 1950. Eu creio que, como a Copa já vinha sendo realizada em anos pares – a de 1930, no Uruguai; a de 1934, na Itália; a de 1938, na França; a próxima, naturalmente, seria a de 1942, que não aconteceu por causa da guerra; a de 1946 também, porque o mundo terminava a guerra, e a próxima seria a de 1950 –, portanto, eu não sei se, no meio do caminho, teriam reformado o calendário para uma data em ano ímpar. O que eu sei é que a Europa iria fazer a Copa, mas estava quebrada, de tal forma que a França precisava pedir dinheiro emprestado à Argentina, e a Espanha pedir trigo emprestado, e não puderam realizar a Copa. O Brasil realizou em tempo recorde e realizou bem.

Os estádios têm ainda, em acabamento, no caso, as cadeiras. O que houve no Mato Grosso? Houve uma disputa com o Ministério Público, que suspendeu a instalação das cadeiras por 70 dias. No Corinthians houve, em sequência, dois acidentes com mortes, o que obrigou também a suspender obras durante um período, como agora em Cuiabá também. Além disso, havia também exigências de órgãos de controle, com toda a sua legitimidade. Às vezes, também pedem que as obras se submetam a laudos que terminam por atrasar, e isso sem falar nos problemas de gestão, que também acontecem no País, e não apenas em obras que não são da Copa. No Paraná, nós tivemos um problema dessa natureza, superfaturamento.

A Copa do Mundo é, provavelmente, a ação pública e privada mais fiscalizada do País. Não conheço outra que tenha um Ministro que cuida exclusivamente dessa matéria no Tribunal de Contas da União. Há, no Tribunal de Contas da União, um Ministro que cuida exclusivamente de Copa. Há um portal na CGU que cuida exclusivamente de Copa.

Eu fui, uma vez, visitar o Maracanã, e o Governador disse: "Olha, aqui estão presentes 12 órgãos de controle: três Tribunais de Contas, da União, do Estado e do Município; dois Ministérios Públicos, o do Estado e o da União; duas Defensorias Públicas, a do Estado e a da União; a CGU; o IPHAN; três órgãos ambientais, o do Município, o do Estado e o da União"; todos ali, fiscalizando e acompanhando. E, se houver, naturalmente, irregularidades, têm que ser apuradas; se isso incidir em crime, tem que ser denunciado. Eu não vejo como a Copa

possa deixar de ser fiscalizada. Eu acho que ela deve ser também um parâmetro, inclusive para a transparência das ações do Governo. Tanto destaque e evidência ela tem que deve servir de parâmetro.

Aeroportos. O senhor falou dos aeroportos. Eu conheço todos eles não apenas por desembarcar, mas também porque pergunto como está o aeroporto. Quando chego no Ceará, quero saber como está o Pinto Martins; se chego em Porto Alegre, como está o Salgado Filho; se chego em Cuiabá, como está o Marechal Cândido Rondon; se chego em Salvador, como está o Luís Eduardo Magalhães; se eu chego em Maceió, como é que está o Zumbi dos Palmares; e vou olhar, quero ver. Todos estão em obras, sejam obras de consórcios, como esse aqui de Brasília, sejam obras da Infraero, como é o caso lá do Brigadeiro Eduardo Gomes, que são dois, o Eduardo Gomes e o Eduardinho, que é outro aeroporto que também está pronto. "Ah, mas está cem por cento pronto?" O de Brasília não está cem por cento pronto. Mas o de Brasília tem uma obra que, evidentemente, já substituiu o aeroporto antigo, e não era obra para a Copa. Por que não eram obras para a Copa? Porque já havia um planejamento para a ampliação desses aeroportos pela ampliação da demanda dos serviços aeroportuários. A nossa Capital Federal, em 2003, recebeu dois milhões de passageiros no Aeroporto Juscelino Kubitschek. Dez anos depois, esses dois milhões de passageiros viraram 16 milhões de passageiros. Não apenas dobrou, triplicou; multiplicou por oito a demanda em 10 anos!

Lembro que, há 10 anos, eu visitava aquele aeroporto de Confins. Parecia um aeroporto fantasma, as pessoas diziam que era uma obra faraônica, que era um elefante branco. "Onde já se viu fazer uma coisa como essa?". Ou nós entregamos rapidamente as obras de ampliação do aeroporto de Confins ou nós vamos ter um grave problema, porque o aeroporto tornou-se pequeno rapidamente. Aquilo era um aeroporto deserto. Você descia ali, numa paisagem meio lunar, cercado por aquelas montanhas de Minas, que são minas, e dizia: "Mas que aeroporto é esse?" Em 10 anos, o aeroporto tornou-se pequeno. O de Cuiabá está em obras, não apenas o aeroporto, mas o acesso. Ele fica em Vila Velha, não fica em Cuiabá, mas de Vila Velha a Cuiabá já há uma via duplicada. "Ah, mas não está terminada." É claro, não tem o canteiro central, não está florido, mas já está em uso pelo tráfego de Vila Velha e de Cuiabá, que vai até o corredor Mário Andreazza, que liga, depois da ponte, até o centro da cidade. Tudo está em obras. Viracopos, em Campinas, uma parte da obra será entregue, como já foi entregue uma parte de Cumbica, lá do aeroporto Franco Montoro, em São Paulo.

As obras da chamada Matriz de Responsabilidade, na verdade, são obras do PAC. O que aconteceu? O Governo Federal, os governos estaduais e as prefeituras retiraram do PAC obras que estavam planejadas e que seriam executadas para essas cidades pelo PAC e construíram uma matriz de responsabilidade para antecipar essas obras para a Copa. As obras antecipadas que continuaram na matriz são as obras que serão entregues até a abertura da Copa; as outras saíram da matriz, mas continuaram em execução e serão entregues.

E, recentemente, desde que entrei no Ministério, novas obras entraram, para obter o benefício do RDC. Por exemplo, em Salvador, o Prefeito ACM Neto queria fazer algumas obras na orla de Salvador. E disse: "Pode incluir na Matriz de Responsabilidade?" Incluímos, e, aliás, as obras ficarão prontas, o que mostra que, com eficiência e trabalho, o Prefeito conseguiu uma proeza. De 2012 para cá, tem uma obra para ser entregue agora.

Hotéis. O preço do hotel varia, é uma estatística que tem relação com um fenômeno comum nos grandes eventos, que é o seguinte: todas as empresas e companhias de turismo, com muita antecedência, bloqueiam vagas na rede hoteleira, bloqueiam vagas nas companhias aéreas e esperam que os clientes busquem nessas empresas os pacotes tantos para os hotéis quanto para as companhias aéreas nas viagens. Ao se aproximar o evento, o que acontece? As empresas fazem o balanço da procura e desbloqueiam as vagas que não foram procuradas. Então, o que ocorre é que, quando essas vagas são desbloqueadas, a taxa de ocupação, que geralmente está lá em cima, muitas vezes em 100%, cai bruscamente. A taxa de ocupação em alguns hotéis de Londres, nas Olimpíadas, chegou a 35%, por quê? Porque só foi para Londres quem foi para as Olimpíadas; o turista tradicional que organizava sua viagem para Londres para passeio, congresso, feira, evento etc., deixou de ir para Londres durante as Olimpíadas. Então, a taxa de ocupação caiu muito.

Eu vi a estatística das associações hoteleiras e elas diziam que em algumas cidades como Natal a taxa de ocupação depois do desbloqueio das vagas caiu para 50%; a que ficou mais alta foi a do Rio de Janeiro, com 90%. Então, o que pode haver de problema é porque, em algumas cidades, como Cuiabá, por exemplo, há partidas de futebol em que vai haver uma torcida estrangeira maior do que a brasileira; no caso lá, é a Seleção do Chile. Vem muita gente do Chile por via térrea.

A Senadora, que fez uma bela viagem pela América do Sul, sabe que hoje é possível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – E com muita segurança. E eles vêm de carro. Tanto que estão organizando as caravanas, vão vir para Cuiabá. Vamos ter que tomar providências para que eles sejam acolhidos para além do que a rede hoteleira pode oferecer.

Tecnologia da Informação. O Senador Cyro Miranda conversou com um jornalista inglês...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – (*Fora do microfone.*) Eles estão preocupados...

O SR. ALDO REBELO – Nós também tomamos providências em relação a essa questão de telecomunicações. Não é uma coisa simples nem fácil. Ele, como inglês, deve saber que, em Londres, durante as Olimpíadas, entre 11 horas e 16 horas, às 15 horas principalmente, não havia como acessar a Internet. Nem nos melhores hotéis de Londres, com Wi-Fi, com qualquer coisa, não tinha jeito, não tinha Internet. No caso do celular, eu falava com as rádios, principalmente de São Paulo, e, em 10 minutos, nesse período da tarde, o celular caía quatro, cinco vezes, e eu tinha que esclarecer que o problema era na telefonia de Londres, porque poderiam dizer: "Estão vendo como o telefone no Brasil funciona? Nós não conseguimos nem falar com quem está em Londres". Não, era em Londres que o telefone estava caindo.

Eu fui, por cortesia, convidado para fazer uma visita à British Telecom, ao centro de tecnologia, que é uma empresa com uma bela reputação, eu diria, merecida, mas mesmo a merecida reputação da British Telecom não conseguiu resolver satisfatoriamente o problema de telefonia e de Internet na grande metrópole do mundo, ou em uma das, que é Londres. Não conseguiu.

Nós tivemos o teste do ano passado. Nós fizemos a Copa das Confederações. Na transmissão de imagem, nós não tivemos nenhum problema, foi cem por cento. Com tudo que tinha de melhor e de mais avançado, a imagem da Copa das Confederações foi para o mundo inteiro. No caso de telefonia, tivemos os problemas previsíveis, ordinários, que acontecem na telefonia do Brasil, de Milão, dos Estados Unidos, de qualquer lugar. Não há uma coisa perfeita. Agora temos aí a banda larga, 4G, tudo que foi feito. Vamos trabalhar para que funcione satisfatoriamente. Se o padrão satisfatório for o de Londres para o nosso jornalista inglês, porque para mim não foi, quero que funcione muito melhor no Brasil do que, no caso de Internet e telefonia, funcionou em Londres.

A questão dos assentos, Senador, também envolve métodos distintos de avaliação. Há, inclusive – estou vendo ali a Consultoria do Senado –, um trabalho da Consultoria do Senado sobre essa questão dos custos da Copa que achei muito interessante. Há outros estudos que demonstram que o preço do assento no Brasil está abaixo da média mundial. Agora, quando digo preço do assento, não é o preço do assento em si, é o cálculo do custo do estádio dividido pelo número de assentos. Esse custo no Brasil, segundo pesquisas, também consultei, estaria abaixo da média mundial. Agora, a verdade é que o Brasil, hoje, é um país caro. O preço do cimento, há oito, dez anos, acho que era R$11,00 o saco. Hoje está mais de R$20,00 o saco do cimento; é só um número da construção civil. Há o preço também, o custo da mão de obra, dos impostos. O Brasil não é um país barato para construir nada. O preço de imóveis, se se compara algumas cidades nossas, como Rio de Janeiro, do nosso querido Antônio Nascimento, com outras metrópoles do mundo, é muito caro. Não sei se o Rio de Janeiro hoje não tem o preço de imóvel mais caro do mundo, pelo menos considerando algumas cidades da Europa. Não sei se o centro de Londres...

Querido Senador Eduardo Suplicy, falei bem do seu time aqui, falei bem do Santos.

Pois bem. O caso do Museu do Ipiranga eu também acho estranho. Torço para que seja reaberto, porque, sinceramente, o descuido pela memória do País, hoje, mais do que o descuido, às vezes até o desprezo... Nós tivemos, recentemente, um monumento em São Paulo, que é o Monumento às Bandeiras, pichado, atacado, mas acho que já é uma boa notícia que o Museu do Ipiranga seja reaberto. Seria bom que estivesse reaberto para a Copa do Mundo, porque acho que, de fato, a Copa é o momento não apenas do esporte, mas também do conhecimento da culinária, da cultura, da história e da memória do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ministro, eu vou pedir uma gentileza. Eu tenho uma audiência pública que me foi... Vou passar para o encerramento...

O SR. ALDO REBELO – Desculpe, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, pelo amor de Deus! Quem pede desculpas sou eu. O tempo aqui é todo seu. Só vou pedir à nossa Vice-Presidente que faça o encerramento, porque acredito que o Senador Suplicy vai usar a palavra. Eu só tenho que lhe agradecer e torcer para que tudo que foi dito aqui se concretize.

O SR. ALDO REBELO – Obrigado, Senador.

Não quero fazer a minha conversa aqui muito comprida, como a conversa do homem da cobra, como se diz lá no Nordeste. O meu esforço é apenas de procurar corresponder aos questionamentos da Senadora e dos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu pediria, antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, brevemente...

Ministro, fui Relatora da Lei Geral da Copa no Senado e nós fizemos um trabalho exaustivo. O Alexandre, da Consultoria Legislativa do Senado, que é especialista na área de esportes – aqui nós temos uma consultoria de muita qualidade técnica, então, foi feito um trabalho muito, muito benfeito –, fez esse acompanhamento.

E o tema que mais suscitou, digamos, preocupação foi uma cláusula, no contrato feito pelo Governo brasileiro com a FIFA, relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas durante a Copa.

Eu fui pressionada para tirar esse dispositivo, mas a minha racionalidade, mesmo não sendo advogada, me dizia o seguinte: você romper unilateralmente um contrato internacional coloca em risco a própria credibilidade do País numa situação dessas. Então, o meu argumento foi esse.

O Ministério Público, que já tinha feito um Termo de Ajuste de Conduta em relação à antecedência lá nos anos 2000, 2002, com o recrudescimento da violência nos estádios, mortes, agressões, e se dizia que eram provocados pelo consumo de bebida alcoólica, nesse Termo de Ajuste de Conduta com os clubes, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Ministério Público em Minas Gerais, Dr. Baeta, trabalharam intensamente, construíram isso e fizeram, no Estatuto do Torcedor, a proibição de bebida alcoólica nos estádios. Isso está em vigor.

Quando veio a Copa, e eu fui a Relatora, nós tivemos esse embate. E uma pesquisa feita pelos veículos do Senado mostrou que 80% dos internautas que foram consultados eram contrários à volta da bebida alcoólica. Posteriormente a esse processo, que enfim foi aprovado e eu fiz a defesa, chamamos a atenção: nós vamos só quebrar ou interromper a vigência da lei do Estatuto do Torcedor em função da Copa, no período da Copa – não a da Confederações, que já tinha passado quando a lei foi aprovada, mas da Copa de 2014.

Posteriormente, fizemos aqui alguns debates sobre a questão do esporte nesta mesma Comissão e percebi claramente o interesse dos clubes de futebol, de alguns especialmente do Nordeste, no sentido de voltar a venda de bebida alcoólica. Claro, eu sei que deve haver muitos interesses econômicos nessa questão, mas eu queria saber do senhor qual é a posição do Governo e do seu Ministério, terminada a Copa, como essa questão vai ser tratada pelo Ministério do Esporte.

O SR. ALDO REBELO – Senadora Ana Amélia, não vejo uma posição oficial no Governo, então vou aqui expor o que eu penso. Eu sou a favor dessa comercialização nos estádios porque isso não fere nenhum princípio, nenhuma cláusula da Constituição do País e eu não vejo sentido em proibir dentro dos estádios, em recinto privado, em evento privado, algo de que as pessoas fazem uso legalmente e publicamente nos restaurantes, nos bares ou privadamente nas suas casas. O Brasil adotou essa proibição, primeiramente num Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público com a CBF, não sei por que a CBF assinou tal ajuste de conduta, e depois, de forma ambígua, porque a legislação não é muito clara, no próprio Estatuto do Torcedor.

Tudo que havia de inconstitucional agora foi submetido ao crivo do Supremo, numa ação de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, e lá o resultado, pelo que soube, foi quase unânime – menos o voto do Presidente, mas dez dos Ministros votaram pela constitucionalidade de todos os artigos questionados pela Procuradoria-Geral da República.

A comercialização de bebidas nos estádios diz respeito à liberdade das pessoas que frequentam os estádios, cumprindo as regras, naturalmente, de proibição de venda a menores, de consumo público nas arquibancadas, apenas nos recintos destinados a refeições, como bares e restaurantes – defendo que seja restrito a esses recintos. No mundo inteiro, não há nenhuma proibição dessa natureza.

Pelo contrário. Recentemente, eu vi em um estádio dos Estados Unidos, em uma disputa de uma das modalidades, basquete, o próprio Presidente Barack Obama portando um grande copo de chope ou de cerveja dentro do estádio, junto com a família e com outros espectadores. No Estádio de Wembley, o campo onde se pratica o futebol é apenas um detalhe; na verdade, Wembley é um conjunto de bares e restaurantes aonde os ingleses vão, frequentam. E há também uma cota. Você não pode beber exageradamente, você pode tomar ali uma cota. Quando você entra, você compra, e não pode ir para a arquibancada, mas, no recinto privado do bar e restaurante, a bebida pode ser consumida.

Eu conto uma história, que, aliás, está no livro do Mário Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro*. Quando o técnicos ingleses que trabalhavam na fábrica de Bangu resolveram construir um estádio para o time de futebol, eles começaram exatamente por um equipamento do estádio: primeiro, eles fizeram o bar e, depois do bar, eles passaram a construir o estádio. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O esporte era um detalhe.

O SR. ALDO REBELO – Um detalhe, exatamente. Vamos construir um estádio? Vamos. Acho que era um pretexto, na verdade, para construir um bar. (*Risos.*)

Fizeram o bar e, a partir do bar, eles fizeram o estádio que tem um nome muito bonito, que é o Estádio Moça Bonita. Então, eu creio que aqui nós vamos enfrentar esse debate.

Há também uma relação com o custo e o financiamento dessas arenas, porque hoje essas arenas são caras. O custeio é caro, porque não é apenas um campo de futebol...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Energia, água.

O SR. ALDO REBELO – ... é energia, equipamentos sofisticados, limpeza, manutenção. E como é que as operadoras financiam os estádios? Terceirizando, oferecendo ou alugando esses equipamentos, fazendo

concessão. Como é que a operadora do estádio do Grêmio ou do Palmeiras ou do Internacional vai obter uma renda com a concessão de um bar que não pode vender cerveja, que não pode vender bebida? Ninguém vai querer um bar desse aí. O sujeito vai ficar no bar, fora do estádio até a hora do jogo e, depois, virá para o estádio. Ele vai ficar no restaurante ao lado com a família ou com os amigos para tomar uma taça de vinho ou um copo de cerveja e, na hora do jogo, vai se aglomerar uma multidão na porta do estádio para entrar, porque ele vai tomar sua cerveja fora do estádio. Eu não vejo sentido nessas coisas.

Eu acho que, com prudência, com cota, com limite, com reserva, você pode permitir essa comercialização dentro dos estádios, viabilizando a manutenção dessas arenas, barateando o custo do ingresso para uma parte da torcida de renda mais baixa. Esse debate acho que nós devemos enfrentar. Essa é a minha opinião. Porque se há o jogo do Grêmio ou do Inter, não podem vender bebida; no outro dia, há um show da Madona, podem vender qualquer bebida. Em qualquer outro espetáculo dentro do estádio, a bebida está liberada. Ou seja, somente para o jogo de futebol é que seria coibida a venda de bebida. Eu acho uma coisa inexplicável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Presidente do Vitória, da Bahia, que esteve aqui, eu estava na Comissão, vai gostar muito do que o senhor está dizendo, porque foi um dos defensores dessa tese, que, aliás, o senhor está abordando com muita lógica, Ministro.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O Ministro chegou pontualmente. Aliás, antes das 10 horas, o Ministro Aldo Rebelo já estava aqui na Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezada Presidente, Senadora Ana Amélia, querido Ministro dos Esportes Aldo Rebelo, como a Senadora Ana Amélia, eu estava também tendo que me dividir em três, quatro hoje pela manhã: na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o tema da Embrapa aqui do Cerrado, e na Comissão de Relações Exteriores, onde eu era relator e precisei estar. Mas eu quis muito estar aqui, querido Aldo Rebelo, para solidarizar-me com o apelo que V. Exª tem feito junto ao povo brasileiro.

Ainda hoje cedo, ao vir para o Senado, ouvi na Rádio CBN que algumas manifestações estão ocorrendo na nossa cidade, São Paulo. Hoje cedo, alguns, lá da ocupação Copa do Povo, em Itaquera, se dirigiram para o Itaquerão e outros se manifestaram em algumas das vias principais de São Paulo.

Eu quero aqui transmitir a todos o quanto avalio como importantes essas manifestações, que têm um sentido importante, quando a população carente de nossas cidades ou do campo diz: "É importante que haja investimentos na melhoria da educação para todos, na moradia, no transporte público."

Nós vamos ter uma oportunidade excepcional neste próximo mês, com a realização da Copa do Mundo. Acho que todos deveremos colaborar com os propósitos maiores do que deverá vir a ser, para que haja resultados muito positivos, inclusive para que esses anseios da população possam ser bem atendidos.

Eu tenho a convicção de que os resultados econômicos, financeiros da vinda de um número tão grande de pessoas de todos os países, em especial daqueles cujas seleções estarão representadas, poderão significar para o Brasil um retorno dos investimentos realizados que venha prover os recursos necessários para que essas demandas sejam efetivamente atendidas.

Por outro lado, acho muito importante que nós, brasileiros, venhamos a dar uma demonstração de civilidade no sentido de procurarmos bem receber todos que vierem para o Brasil agora, sejam as seleções, inclusive daqueles países que historicamente têm sido os nossos principais rivais, como o Uruguai, que venceu a Copa do Mundo em 1950, seja a Argentina, seja a Inglaterra, seja a França, que algumas vezes foram bem-sucedidos em alguns confrontos com a nossa seleção, e mesmo os times das seleções mais rivais. Que todos sejam bem recebidos e possamos olhar o esporte, em especial o futebol, que todos nós amamos tanto, como aquele esporte que, por excelência, pode significar uma boa surpresa para que as pessoas efetivamente possam se confraternizar, sejam os jogadores das seleções rivais, sejam também as torcidas. E que possamos, sobretudo nos estádios, ter procedimentos que evitem de toda forma ações de violência que, infelizmente, em alguns momentos, aconteceram, preocupando todos, como foi o caso daquele rapaz que acabou jogando um vaso sanitário sobre outro, matando-o. Que episódios dessa natureza sejam evitados.

Então, eu quero somar-me à voz de V. Exª, que tem diariamente se pronunciado, dizendo a todos: vamos caracterizar as nossas ações, sim. Se quisermos nos manifestar é muito justo, mas façamos isso de uma maneira civilizada. Nós já tivemos tantas ocasiões, no Brasil, como aconteceu na campanha pelas Diretas Já, na campanha pela ética na política, quando as demonstrações se deram de maneira pacífica.

Felizmente, em 2014, nós estamos vivendo um ano de eleições livres e diretas para a escolha de nossos principais mandatários. Que bom que a Copa do Mundo se faz às vésperas de um momento excepcional da democracia brasileira! Depois dos 21 anos de ditadura militar, nós estamos agora avançando, aperfeiçoando as nossas instituições.

Claro, será ótimo se pudermos, o quanto antes, realizar a reforma política que tanto queremos. Não conseguimos ainda, no Congresso Nacional, atender, por exemplo, aos objetivos da campanha por eleições limpas e combate à corrupção, extinguir as contribuições de pessoas jurídicas e limitar as de pessoas físicas, tornar muito transparentes as contribuições para todos os partidos e candidatos. Precisamos ainda avançar nisso. Mas nós estamos num estágio de aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas muito positivo.

Falta muito, mas eu quero sobretudo, fiz questão de vir aqui para isso, somar a minha palavra aos apelos que V. Exª tem feito junto à Presidenta Dilma Rousseff. Vamos bem receber a todos e vamos aproveitar essa energia tão positiva para fazer do futebol um ato sublime de confraternização entre os povos. Vamos torcer muito para o nosso Brasil vencer, mas recebendo bem a todas as delegações e a todos os que visitarem o Brasil nessa oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como já expressou seu Presidente Cyro Miranda, que até há pouco estava aqui presidindo esta audiência pública com o Ministro Aldo Rebelo, expressa também o desejo de que esta seja uma Copa que acolha muito bem e hospitaleiramente todos os torcedores, brasileiros em primeiro lugar, que vão se deslocar de Estados para outros Estados, e também, especialmente, os convidados estrangeiros, torcedores que virão aqui, os mandatários que estarão aqui para prestigiar esse evento. Também deseja esta Comissão, do ponto de vista institucional, do ponto de vista da nossa brasilidade, que esse seja um momento de congraçamento e confraternização.

Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Ministro Aldo Rebelo para responder à manifestação ou exortação muito sensível do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu só queria que, na sua resposta, Ministro Aldo Rebelo, porque tem conhecimento muito melhor do que eu tenho, de saber em que medida esses recursos que advirão da Copa do Mundo poderão, na medida em que forem bem canalizados, servir para atender, em muito melhor grau, a essa demanda de todos os movimentos sociais que querem mais investimentos no transporte público, na educação, na saúde. Se V. Exª puder aqui, brevemente, nos informar, com os dados de que dispõe, que essa convicção minha realmente tem fundamento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Ministro Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO – Senador Eduardo Suplicy, nós queremos que a Copa do Mundo não apenas seja uma oportunidade para o País. Eu falei aqui, na minha apresentação, do estudo da Fundação Getúlio Vargas com a Ernest & Young sobre os impactos socioeconômicos dos grandes eventos no Brasil. Em relação à Copa do Mundo, esse estudo prevê que a Copa tem potencial para gerar 3,6 milhões de empregos no Brasil, para acrescentar ao PIB, à economia brasileira, pelo menos 0,4% ao ano, até pelo menos 2019, só como impacto da Copa, sem falar da Olimpíada, para promover a ampliação da arrecadação tributária do País, a geração de negócios.

Hoje eu vou ter uma reunião com a Apex, que já atraiu centenas de empresários do mundo inteiro na Copa das Confederações e que agora vai atrair muito mais para a Copa do Mundo. Portanto, a Copa é uma oportunidade para a economia do País.

A Copa também antecipou obras de mobilidade urbana que estavam no PAC. O Prefeito de Cuiabá dizia que o VLT de Cuiabá foi antecipado em pelo menos 30 anos e é uma obra que vai modificar o panorama do transporte público da cidade de Cuiabá. Conheço Cuiabá desde 1979, quando era dirigente estudantil. E hoje, quando eu vejo essas obras que ligam o aeroporto da cidade vizinha a Cuiabá, vejo que é uma outra cidade que está sendo desenhada a partir dessas obras de mobilidade urbana.

Claro que há problemas que a Copa não criou e que persistirão após ela e é um desafio nosso tentar enfrentar, porque depois da Copa haverá a Olimpíada, que vai ter também um impacto muito grande na cidade do Rio de Janeiro. Mas, como evento...

Aliás, não sei se o senhor teve a oportunidade de ver aqui a exposição do Prof. Lamartine, à qual se referiu a Senadora Ana Amélia, sobre o legado desses grandes eventos para os países, no caso, para o Brasil. Nós nos baseamos nesses estudos, alguns feitos pelo mercado, para abordar a capacidade desses eventos de gerarem impactos positivos para o País.

Há também, por parte da própria FIFA, o compromisso de deixar uma parte do seu lucro para obras de infraestrutura na área do esporte, do futebol, principalmente de apoio ao futebol feminino, que é a prima pobre desse esporte no Brasil, com poucos recursos, quase todos eles do Governo Federal.

E vejo também como procedente a preocupação de V. Exª em relação a fazermos da Copa um momento de paz. Estive com o Secretário-Geral da ONU, Secretário Ban Ki-moon, na conferência sobre o esporte, a promoção social e a luta contra a desigualdade. E uma das preocupações era justamente fazer da Copa do Mundo uma plataforma da luta pela paz. Essa é também a preocupação do comitê do Prêmio Nobel da Paz. Essa é a preocupação do Papa, que externou à Presidente Dilma a ideia de fazer da Copa um momento também de luta

pela paz. A própria FIFA quer que essa manifestação aconteça na abertura das partidas ou por uma frase dita pelo capitão da equipe, ou pelo juiz da partida, ou por uma faixa postada pelos jogadores, mas que o mundo se preocupe em fazer desse momento de grande visibilidade no Planeta um momento também de luta contra o racismo, de afirmação da paz.

Acho que a população brasileira, que tem essa vocação, que tem essa tradição, também estará engajada nesse processo. E as manifestações que acontecerem creio que serão pacíficas . Eu acho que já passamos do momento de aceitar que as manifestações desencadeiem violência física ou contra o patrimônio público ou privado. Acho que as pessoas também não aceitam mais isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigada novamente. Agradeço em nome do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Cyro Miranda, e no meu próprio, como Vice-Presidente.

Fomos os autores do requerimento para convite ao Ministro Aldo Rebelo, destinado a ouvir o Ministro sobre as diretrizes e prioridades do Ministério do Esporte para o ano de 2014. Na verdade, o evento de maior expressão é a Copa do Mundo.

Agradeço ao Ministro pelos esclarecimentos prestados nesta audiência pública. E agradecendo a sua manifestação aqui no início desta reunião, quero dizer que nós vamos continuar acompanhando os desdobramentos desse processo, que não se esgota com a realização dos jogos, mas vai prosseguir. Como disse V. Exª, o legado terá de ser acompanhado e fiscalizado como dever nosso aqui no exercício do nosso mandato.

Agradeço mais uma vez ao Ministro, a sua assessoria, aos Senadores que aqui compareceram por esta oportunidade de mostrarmos à sociedade brasileira o que está acontecendo em relação a este evento que é tão importante para o País.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Alvaro Dias, para relatar o seguinte item: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "Estabelece o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora como hipótese de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências". O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável, nos termos da emenda nº 1-CAS/CE (Substitutivo), com as subemendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, é aprovado. Retorna a presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. Logo após, a presidência faz a leitura do seguinte **comunicado**: "Comunico aos Senhores Senadores que, no próximo dia 27 de maio, será realizada reunião deliberativa com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I, da Decisão nº 3-CE. 'I – Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea 'c' da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal;' (Decisão nº 3-CE). Diante do exposto, solicito aos senhores senadores o encaminhamento dos projetos desta natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta". O comunicado vai ao arquivo. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente,

a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 15**). **Item 12: Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Institui o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 15: Requerimento nº 27, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão Senado do Futuro – CSF, com a finalidade de ouvir o sociólogo e professor Domenico De Masi, para tratar do tema 'Cenários do Futuro nos próximos 50 anos', no dia 27 de maio, terça-feira, às 9 horas". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2013; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012; Item 13: Requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; e Item 14: Requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Peço ao Senador Alvaro Dias a gentileza de dirigir os trabalhos, passo a Presidência a S. Exª, porque sou Relator do item 2, não terminativo.

Então, com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

V. Exª relata o projeto de autoria do Senador Aécio Neves de nº 697, de 2011.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 697, DE 2011
– Não terminativo –

Estabelece o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora como hipótese de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências.
Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável, acatando a emenda nº 01-CAS (Substitutivo), nos termos das subemendas apresentadas.
Observações:
1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatório do Senador Cyro Miranda, que está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores.

O projeto determina que o valor gasto com o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora, em qualquer área do conhecimento e nível de escolaridade, possa ser descontado do valor a

ser pago a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, na forma do regulamento. Veda, ainda, que essas despesas sejam computadas como salário, para todos os fins legais, inclusive fiscais, trabalhistas e previdenciários. A cláusula de vigência determina que a lei em que a proposição se transformar entre em vigor na data de sua publicação.

Este é o Projeto de Lei nº 697, de 2011, do Senador Aécio Neves.

Na justificação, o ilustre autor relata que a ideia teve origem na Câmara dos Deputados, pela iniciativa do nobre Deputado Marcelo Itagiba, e é motivada pela injustiça cometida contra os empresários que investem na educação de seus empregados, atitude muitas vezes considerada pelos fiscais da Previdência Social e do Trabalho uma forma de salário indireto. Assim, a proposição visa a incrementar os incentivos ao segmento empresarial para investir na escolarização dos empregados, promovendo aumentos de produtividade, sem incorrer em encargos trabalhistas ou previdenciários indevidos.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, à CE – por força da aprovação do Requerimento nº 1.569, de 2011, da Senadora Ana Amélia – e, para decisão em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Da análise.

O art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe sobre a competência.

No mérito, não temos dúvidas sobre a sua relevância.

A qualificação dos trabalhadores brasileiros há muito vem reclamando um olhar diferenciado por parte do Estado. As deficiências de qualidade na educação básica e os gargalos de oferta na educação profissional e no ensino superior fazem com que os empregadores precisem investir fortemente na capacitação de sua mão de obra. Esses investimentos contribuem de modo direto não só para a produtividade da empresa, mas também para a satisfação pessoal dos empregados e, em última instância, para a competitividade nacional no mercado global.

Além disso, as carências de trabalhadores qualificados em muitos setores são notórias. A falta de mão de obra especializada faz com que, para muitos empregadores, a opção de financiar o treinamento e a reciclagem profissional sejam praticamente a única alternativa viável para garantir o sucesso de suas operações e a ocupação dos postos de trabalho.

Fui procurado por diversos segmentos, vários deles. Só para citar um deles, o hoteleiro, me relatou que estão passando por um momento em que não há mão de obra qualificada e custear o empregado com estudos tem sobrecarregado economicamente as empresas. Com eventos em evidência – como, por exemplo, a Copa do Mundo –, o setor hoteleiro tem tido dificuldade na contratação de mão de obra. Fomos procurados pela Confederação Nacional do Turismo apoiando o projeto. Várias entidades de vários segmentos também têm feito esse apelo. Além do mais, tem-se cometido uma injustiça muito grande com os empregadores que procuram facilitar e apoiar a educação, mesmo não sendo compatível com a atividade que o funcionário exerce, financiando a sua faculdade, o seu curso técnico. Eles são punidos pelo Ministério do Trabalho, querendo incorporar ao salário. Com isso, há um desestímulo para que isso aconteça.

Este projeto, então, vem contemplar isso.

No projeto suprimimos a emenda na CAS, em que poderão ser deduzidas as despesas do empregador com o custeio da educação de seus empregados, em qualquer área do conhecimento e em qualquer nível de escolaridade, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

Essa foi a emenda aprovada.

A subemenda:

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), a expressão "e dá outras providências".

Também suprimimos a condição de passarmos para a pessoa física a maneira de abater no imposto de renda. À pessoa física, sobre a qual havia uma subemenda, também fica prejudicada.

Sendo assim, julgamos que o PLS nº 697, de 2011, merece o acolhimento deste Colegiado, na forma do texto oriundo da CAS, suprimido o art. 1º, por meio de subemenda. Além disso, fazemos dois reparos redacionais no texto do substitutivo – o que já comentei: o primeiro, para harmonizar a redação proposta com a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas com os termos adotados na CLT; o segundo, para suprimir da ementa do projeto a expressão "e dá outras providências".

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), com as subemendas a seguir, em que se suprime, então, a remuneração dos subsequentes.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Em discussão o projeto.

Não havendo oradores inscritos, submetemos à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda, que volta a presidir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pela gentileza.

O item 4 é não terminativo. E pediria a gentileza do Senador Cícero Lucena que pudesse fazer a leitura do relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – De qual, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estou sendo informado de que esta é a primeira reunião do Senador Vital do Rêgo.

Então, temos, pelo nosso procedimento da Comissão, após a terceira. E como é a primeira, eu não tenho nenhum não terminativo que não seja pela primeira vez.

Agradeço, mas vou aguardar a próxima oportunidade.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, no próximo dia 27 de maio, será realizada reunião deliberativa com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam da denominação de rodovias e outros locais públicos, atendendo ao inciso I da Decisão nº 3 da Comissão de Educação, que diz o seguinte:

> "I – Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea "c" da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal;"

Diante do exposto, solicito às Srªs e aos Srs. Senadores o encaminhamento dos projetos desta natureza que se encontrem em seus gabinetes pendentes de relatório, para que possam ser incluídos na pauta.

Queremos pedir às Srªs e aos Srs. Senadores para, em parceria com a Comissão do Futuro, no dia 27, às 9h, realizarmos uma audiência pública com o sociólogo Domenico De Masi, que é o sociólogo italiano. Este requerimento que está sendo feito verbalmente depois será formalizado. Subscrito pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Cristovam Buarque e por mim.

Submeto à aprovação das Srªs e dos Srs. Senadores, e posteriormente oficializaremos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica, então, para a próxima terça-feira, às 9h da manhã, essa audiência em conjunto.

Aproveitando a presença do ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, que é Relator do item 12, não terminativo, pergunto a V. Exª se já pode ler o seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –

ITEM 12
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, DE 2014
– Não terminativo –

Institui o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra, o eminente Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exª e peço autorização para ir direto à análise e ao voto.

Trata-se do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2014, de autoria do Senador Luiz Henrique, que institui o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, e dá outras providências.

Na justificação da matéria, seu autor argumenta que, ao lado das políticas públicas destinadas ao setor, é necessário estimular "as pessoas que exercem atividades ligadas à ciência, à tecnologia e à inovação a obterem o melhor resultado possível com os recursos disponíveis". Aduz que "uma forma tradicional de incentivo é por meio da premiação" e que "a história tem mostrado a efetividade do uso de prêmios e honrarias no estímulo a essas atividades".

Quanto à sugestão do nome de Renato Archer como patrono da iniciativa, argumenta o autor tratar-se de "uma homenagem ao extraordinário pesquisador, político, homem honrado e probo, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil".

Com efeito, Renato Archer, além de ter sido o primeiro titular do então recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia, notabilizou-se por sua atuação no cenário político nacional, inicialmente como Vice-Governador de seu Estado e, posteriormente, como Deputado Federal por quatro sucessivas legislaturas, de 1955 a 30 de dezembro de 1968, dia em que sofreu cassação, em decorrência do violento atentado à liberdade e à democracia promovido pelo Ato Institucional nº 5. Foi também Ministro da Previdência e Assistência Social e Presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Archer, como tantos outros Parlamentares, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos, por rebelar-se, mediante o uso da palavra, contra o arbítrio e o estado de exceção instaurados no País.

Diante do exposto, constata-se que tanto a instituição do prêmio quanto a escolha de seu patrono possuem indiscutíveis méritos para o estímulo da atividade científica, tecnológica e inovadora.

No entanto, proponho alteração na forma de premiação para substituir a previsão da concessão de um "diploma em pergaminho" e de uma "medalha de ouro" pela concessão aos agraciados do Diploma do Mérito Científico e Tecnológico.

Por essa razão, sugiro nova redação ao texto do art. 2º da proposição, de modo a tornar efetivamente simbólica, mas igualmente consistente, a premiação.

Optei por não propor a supressão do §2º do art. 6º, por força da alteração do art. 2º, porquanto haverá despesas administrativas decorrentes da iniciativa. No entanto, entendo que o referido parágrafo deva constituir artigo, por não se tratar de desdobramento do *caput* a que se liga.

Entendo que, do ponto de vista constitucional, jurídico e regimental, não há reparos a fazer ao projeto. Quanto à técnica legislativa, impõe-se, no art. 7º, a grafia da inicial da palavra "Resolução" em letra maiúscula e o reordenamento de dispositivos, o que se fará mediante emendas de redação.

Diante do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 2º do PRS nº 9, de 2014, a seguinte redação:

Art. 2º O prêmio consistirá na concessão aos agraciados do Diploma do Mérito Científico e Tecnológico do Senado Federal.

EMENDA Nº – CE

Nomeie-se como parágrafo único o §1º do art. 6º do PRS nº 9, de 2014, e transforme-se seu §2º em art. 7º, renumerando-se o artigo subsequente.

EMENDA Nº – CE

Redija-se com a inicial maiúscula a palavra "resolução", constante do art. 7º do PRS nº 9, de 2014.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente, parabenizando o autor da matéria, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Coloco em votação o Projeto de Resolução do Senado nº 9, relatado pelo ilustre Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora..

Nós estamos, hoje, enfrentando um dia atípico, Senador Rollemberg. Nós temos CPI, três audiências públicas e mais três Comissões funcionando ao mesmo tempo. Não estamos tendo quórum em nenhuma delas. Essa

situação é desagradável porque não atende a nenhuma das Comissões que estão funcionando e a nenhuma das audiências públicas. Estão esvaziadas. Com isso, estão ficando, um, dois ou três Senadores em cada uma delas.

Então, como não estão presentes os outros relatores, eu declaro encerrada a presente reunião, convocando para as 9h da manhã, conforme requerimento lido e aprovado, audiência pública com o sociólogo italiano Domenico de Masi. Às 11 horas, a nossa sessão deliberativa será bastante importante, porque vamos ler todos os projetos que dão nome a rodovias, datas comemorativas, conforme já foi lido aqui. Provavelmente, também, dependendo da confirmação, às 10h, será inauguração da fotografia do ex-Presidente desta Comissão e ex-Senador Flávio Arns.

Com isso, declaro encerra a reunião, agradecendo a presença de todos e aguardando para a próxima terça-feira, às 9 horas.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia seis de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ivo Cassol, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg e Delcídio do Amaral. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ana Rita, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor. O Senhor Senador Flexa Ribeiro justificou a ausência. A Presidência declara aberta a reunião e faz um discurso inicial sobre o tema a situação da seca no nordeste do Brasil e no estado de São Paulo. Usam da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana e Ivo Cassol. **Ficam adiadas as matérias constantes da pauta.** Nada mais havendo a tratar, Presidência encerra a presente reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Eduardo Amorim**, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 06/05/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Bom dia a todos. Bom dia a todos os que estão aqui na Comissão e àqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado, pelas redes sociais.

Venho de uma região que, historicamente, convive com a seca, com as suas dificuldades e suas consequências: o Nordeste brasileiro.

Todo o Semiárido brasileiro, que inclui toda a Região Nordeste, mais o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, tem, de tempos em tempos, de passar por grandes dificuldades em relação ao abastecimento de água. Isso tem sido uma constância, mas, antes de comentarmos e de falarmos sobre essa questão e outras, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Como eu estava dizendo, a situação é tão grave que, no ano passado, tivemos a pior seca dos últimos 40 anos e não faltou água apenas para o consumo humano, faltou para as criações, para as plantações. Inúmeras famílias perderam suas plantações, seus animais, perderam seus bens. Foi uma das situações mais perversas que já presenciei.

No início de abril, apresentei aqui, nesta Comissão, relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), que alertava para o fato de que os primeiros 10 anos do século 21 foram os mais quentes até agora.

Infelizmente, as evidências estão mais fortes do que nunca. O clima do Planeta está sofrendo transformação por influência do homem e as previsões nos dão conta de que as secas ficarão ainda mais severas, teremos menos água nos rios e, dessa maneira, aumentarão os riscos para a saúde, a energia, o turismo e a agricultura, dizia o relatório sobre as mudanças climáticas apresentadas pela ONU.

O que estamos acompanhando, nos últimos dias, é uma situação alarmante, situação essa que compromete o abastecimento de água em parte da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, e que poderá afetar mais de 10 milhões de pessoas. Pela primeira vez em toda a sua história, o Sistema Cantareira chega a um patamar tão baixo, que, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, estaria com menos de 10% de sua capacidade de reserva.

O Governo de São Paulo e a Sabesp estudam fazer uso do chamado volume morto, reservatórios subterrâneos de água. Especialistas cogitam, no entanto, que o uso dessa água captada no fundo dos rios pode trazer algum tipo de risco à saúde. Contudo, afirma-se que a qualidade da água já foi testada e que ela será tratada e terá condições adequadas para o consumo.

Imaginem uma capital, uma cidade como São Paulo, toda a região metropolitana, não tendo água para o consumo diário.

Para todos nós, além da preocupação, fica o alerta em relação ao consumo consciente, à necessidade de investimentos no setor hídrico e de abastecimento, além dos cuidados com o meio ambiente em todos os níveis.

Senador Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Sr. Presidente.

Enquanto nós temos seca em São Paulo, falta de água, nós temos excesso de chuvas na Amazônia, uma enchente muito grande em Porto Velho, em Nova Mamoré e Guajará-Mirim, a enchente do Madeira. Muitas chuvas, as chuvas da Amazônia, e não só a Amazônia brasileira, mas a Amazônia boliviana, e também as chuvas no Peru deságuam no Rio Madeira, e isso acabou por ocasionar uma enchente grande em Porto Velho, nossa capital de Rondônia, assim como em outros Municípios. Mas é a natureza se manifestando, não é uma questão de momento. Já aconteceu no passado, e é cíclico. Parece que é cíclica essa questão das enchentes e também das secas. O Brasil é um país muito grande, tem seca numa ponta e enchente na outra.

Mas o que quero comentar, Sr. Presidente, é um ofício que fiz ao Ministério dos Transportes, pedindo informações sobre como andam os estudos para autorização da restauração da BR-319. Já fizemos audiências públicas, já fizemos uma expedição de Porto Velho até Manaus, percorremos essa BR, que está, neste momento, intransitável, evidentemente, porque estamos em época de chuva na Amazônia, mas em dezembro nós estivemos fazendo essa viagem de Porto Velho a Manaus. O Ministério dos Transportes ainda não começou a restauração. Fiz um pedido para o ministério e recebi a resposta ao Requerimento de Informações nº 53/2013, que interessa diretamente aos membros da Comissão de Meio Ambiente, ao Brasil e especialmente à população de Rondônia e do Amazonas, sobre a situação do licenciamento ambiental para reconstrução da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

O detalhe que eu ressalto entre as informações repassadas pelo Ministério dos Transportes é de que, de 2007 até 2012, foram gastos R$87,5 milhões em estudos ambientais e na criação de unidades de conservação. Portanto, já existem diversos estudos ambientais sobre a área de influência da BR-319, inclusive toda a demarcação e sinalização das unidades de conservação criadas ao longo da rodovia.

Somente na criação dessas unidades de conservação foram investidos R$31 milhões, sob a responsabilidade do ICMBio, sendo que o Exército Brasileiro, responsável pela demarcação e sinalização das unidades de conservação, recebeu R$29 milhões para essa finalidade.

Portanto, uma etapa importante para o licenciamento da rodovia, conforme as novas exigências do Ibama, entre as quais a criação de unidades de conservação, já está contemplada, bem como os programas de monitoramento ambiental, que também já foram executados, a fim de preservar nossas florestas ao longo da BR-319.

O Ministério dos Transportes apontou os custos com estudos ambientais de maneira globalizada. Oportunamente, solicitaremos, através de requerimento, o detalhamento destes investimentos, porque o valor é expressivo, são oitenta, quase noventa milhões de reais.

Com relação ao atual Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), os trabalhos estão no limite do cronograma previsto.

Esse trabalho está sendo executado pela empresa Engespro Engenharia, que venceu o edital lançado no início do ano passado, e deverá ser concluído até o dia 30 de novembro deste ano, já com as audiências públicas realizadas, para que a gente possa ter esse licenciamento, a fim de termos essa rodovia com tráfego normal.

Os estudos socioeconômicos e do meio físico foram concluídos no final do ano passado e agora, em abril, foram iniciados os estudos de fauna e flora. Os estudos arqueológicos começam assim que as águas baixarem ao nível normal, e a previsão é de que essa etapa de estudos ambientais seja concluída até o final do agosto. Todas as equipes de arqueologia, fauna e flora estão preparadas para essa segunda etapa dos estudos.

O Ibama e o ICMBio têm emitido as autorizações para os estudos de campo e aprovado os planos de trabalho da empresa, faltando apenas algumas etapas, que deverão ser aprovados pelo Ibama até o início de maio.

A obra de reconstrução da BR-319 está no PAC, tem recursos assegurados no Orçamento da União, e a previsão é que seja licitada no primeiro semestre de 2015. Portanto, esperamos que esse EIA/Rima seja concluído no tempo previsto, tendo em vista que a União já investiu mais de R$87 milhões em estudos anteriores e na criação de unidades de conservação ao longo da rodovia, e, até agora, isso não foi suficiente para o licenciamento da reconstrução da rodovia.

Foi preciso realizarmos algumas audiências públicas, muitas reuniões nos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e até uma diligência do Senado pela rodovia, em novembro do ano passado, para que conseguíssemos afinar os trabalhos internos do Governo Federal e acelerar o processo de licenciamento para a reconstrução e também para a manutenção da rodovia no trecho do Meião, ou seja, do km 260 (no Igapó-Açu) ao km 513 (no Igarapé Piquiá), que correspondem a 253 quilômetros. Esse é o trecho onde a pista de asfalto já não existe mais e a Rodovia 319 se transformou num picadão no meio da Floresta Amazônica, com muitos buracos, atoleiros e pontes de madeira que oferecem risco de passagem até para pedestres.

Fomos *in loco* e verificamos toda essa situação.

Em uma audiência pública que fizemos na Comissão de Agricultura, ficou definida que seria licitada a manutenção. E assim foi feito. No último dia 20 de abril, foram abertas as propostas – eu não sei quem ganhou a licitação – para manutenção. Eu creio que até o final do ano nós teremos... O importante seria... Nós imaginávamos que seria em julho a abertura dessa estrada para o trânsito normal; ainda precário, sem asfalto. Mas, em função das chuvas que se estenderam não se pôde dar início ainda à manutenção dessa rodovia.

O leilão eletrônico para a contratação do serviço para manutenção foi feito no dia 20 de março – e não de abril – e agora o DNIT está na fase burocrática de contratação da empresa vencedora, o que deve ocorrer nos próximos dias.

A manutenção dos trechos já contratados no ano passado também deve ser retomada em maio, visto que foi paralisada no período de chuvas. Esse contrato de manutenção em vigor vai do km 513 até o km 665, ou seja, ligando Humaitá a Castanho. É todo trecho crítico que nós temos. De Porto Velho a Humaitá há tráfego normal e do Castanho a Manaus também há tráfego normal. Então, nesse meio que há entre Humaitá e Castanho – 500km aproximadamente, ou menos – é que temos esse problema.

Outra pendência é a ponte sobre o Rio Madeira, em Porto Velho, que está pronta há mais de um ano e falta ser liberada por causa de uma das cabeceiras que ainda não está pronta. Mas já estão fazendo a remoção das famílias que moram nessa área, e imaginamos que, nós próximos meses, tenhamos essa ponte do Rio Madeira totalmente liberada para o trânsito de Porto Velho a Humaitá, sem a utilização da balsa. A balsa é importante porque não há ponte. Ela teve a sua função ao longo dos anos, há mais de 40 anos ou mais. A ponte é importante. As balsas foram importantes, mas a ponte é de fundamental importância.

Então, as coisas estão caminhando. Esperamos ver o trânsito fluir normalmente este ano de Porto Velho a Manaus, mesmo com a estrada sem ser asfaltada. E que ano que vem possamos ver a reconstrução da BR-319, com a liberação do EIA/Rima, com todo esse trabalho e investimento que o Governo está fazendo para conseguir essa liberação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – A gente só tem a lamentar, Senador Gurgacz, a lentidão para tudo isso. É incompreensível um país como o nosso, dotado de grandes universidades, de grandes engenheiros, com pessoas extremamente capazes. Não dá para entender, em pleno século 21, como se demora para terminar os estudos, para fazer o asfalto necessário. Imagine em séculos e séculos passados.

Os Estados Unidos da América, em 1870, dizem os historiadores, já tinha 70 mil km, quando não existia nem o motor a combustão interna, era tudo a vapor, ou seja, de combustão externa. Então, é difícil o povo brasileiro, todos compreendermos e aceitarmos tamanha demora, tamanha lentidão.

O sentimento que temos é que não é falta de recursos não. Não é falta de recursos. Parece que o cimento, a liga, o asfalto brasileiro é diferente de qualquer outro país, lamentavelmente. Lamentavelmente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Especificamente, Sr. Presidente, nesse caso, há uma questão ambiental. O projeto existe, já foi feito pelo DNIT, já entrou várias vezes em processo licitatório, mas ações de ONGs relativas ao meio ambiente impediram o início da obra. O próprio Governo, o Ministério do Meio Ambiente não autoriza o Ministério dos Transportes a fazer a obra. É uma coisa impressionante! E não é uma obra nova, não vamos fazer desmatamento para a construção da rodovia. A rodovia já existe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Já existe, o desmatamento já foi feito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Já foi feito, o impacto ambiental já aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Já aconteceu.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Já aconteceu. Agora, estão tentando travar o asfalto de dois Estados da Federação, que liga dois Estados da Federação aos demais Estados brasileiros. Não há outra ligação do Estado do Amazonas e Roraima com os demais Estados brasileiros senão pela BR-319. A

alternativa é a aérea, evidentemente, e também pelos rios. De Manaus a Porto Velho, o barco de madeira leva uma semana a quinze dias para subir o Rio Amazonas e chegar ao Rio Madeira e a Porto Velho. Ou também de Manaus a Belém do Pará, que leva cerca de cinco a sete, oito dias.

É uma burocracia desnecessária, é um exagero com relação ao cuidado com o meio ambiente. É claro que temos que ter responsabilidade ambiental, não há dúvida com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Temos que ter.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não há discussão em relação a isso. Tanto é que a beira da BR-319 é, toda ela, de preservação desse trecho do meio. Não há risco de invasão, não há risco também de saída de madeira, que é a grande preocupação.

Aliás, a madeira, se tirada ilegalmente, não sai pela estrada, sai pelos próprios rios. A quantidade de rios que há na Amazônia é imensa. É por esses rios que se faz a retirada de madeira ilegal. O cuidado pela BR-319 é muito fácil: basta, nas duas pontas, colocar duas patrulhas. Quer dizer, ninguém vai conseguir sair da BR-319 sem passar pela ponte do Rio Madeira em Porto Velho e pela balsa que liga Careiro a Manaus. É impossível, não há alternativa. Então, a fiscalização é muito fácil e muito simples. O difícil é cuidar quando não se tem a rodovia porque não há como os fiscais do Ibama, do próprio Exército, dos órgãos ambientais estaduais chegaram até os pontos de possíveis desmatamentos ilegais ou possíveis ocupações ilegais porque não há como chegar. A partir do momento em que se tem a estrada, tudo fica mais fácil principalmente para a fiscalização.

Então, é o exagero com relação às questões ambientais que está segurando essa obra já há muito tempo. Há mais de seis anos já estão prontos o projeto e o processo licitatório, mas as questões ambientais não liberaram para fazer essa obra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Com certeza, por estarmos especialmente na Comissão de Meio Ambiente, nunca é demais lembrar que o meio ambiente deve, sim, ser respeitado, afinal, é a nossa casa, é onde vivemos. Portanto, tem que ser muito bem conservado.

O que lamentamos é a falta de diálogo. Como V. Exª bem expressou, entre ministérios do próprio Governo, há diálogos diferentes e não há uma convergência para se buscar, realmente, uma solução, numa situação como essa, em que, com certeza, iria beneficiar ou melhorar a qualidade de vida de muitos, muitos e muitos irmãos brasileiros do Norte do nosso País.

Apelamos, pedimos, para que, realmente, setores do Governo, os ministérios conversem, dialoguem e busquem uma solução, lógico, respeitando absolutamente sempre o meio ambiente, a nossa casa. Somos um país continental e ainda temos esse privilégio de ter uma Amazônia, de termos, realmente, oxigênio produzido por aquele ambiente sagrado. Então, o respeito, sim, é preciso, mas é preciso, com certeza, com diálogo, que se busque uma solução, que as famílias não sejam prejudicadas, que a vida das pessoas não seja prejudicada e que o meio ambiente seja extremamente preservado e respeitado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Precisamos, Sr. Presidente, exportar o nosso produto de Rondônia, por exemplo, para a Venezuela, para os países caribenhos, e não podemos fazê-lo, por conta exatamente da estrada que não liga Porto Velho ao Amazonas, que vai a Roraima, que vai a Venezuela. Então, a exportação fica muito mais cara e mais difícil. Temos que levar em torno de 15 dias a mais pelos rios do que se faria pela estrada.

Portanto, essa BR é estrategicamente importante para o Estado de Rondônia, por esse aspecto, não apenas para uma ligação turística, que é importante também. Queremos promover o turismo na Amazônia, o mundo fala que quer conhecer a Amazônia, mas só por avião, não há como conhecer. E essa BR-319, com as reservas que estão ao lado, ao longo da BR, vai possibilitar a vinda de turistas que querem atravessar o Brasil e gostariam de atravessar todo o nosso País e também conhecer a Amazônia, conhecer as nossas praias do Nordeste, as nossas praias do Sul, e também querem conhecer a Amazônia, além de possibilitar a exportação dos nossos produtos, principalmente a nossa carne, o frango, o pescado, produtos agrícolas, aqueles que já estão industrializados, porque a exportação de soja nunca vai mudar das barcas, ou das balsas, em que hoje é feita, em que é feita a ligação de Porto Velho para exportação pelo Rio Madeira – isso não muda nunca, não é esse o ponto que estamos colocando.

Os produtos industrializados que saem de Porto Velho para os mercados diretamente em Manaus e para exportação de pequena monta para a Venezuela podem ser transportados e devem ser transportados pelas estradas, não se confundindo com as questões de transporte de grande quantidade da exportação de grãos, soja, algodão, milho, que vai continuar sendo feito pelo Rio Madeira, até porque é muito mais barato, é muito mais prático você exportar pelo Rio Madeira, que vai até Itacoatiara, e ali pega navios de grande calado, e ganha o oceano, e vai para outros países. Mas a importância, para Rondônia, dessa BR é muito grande. E estamos trabalhando exatamente para isto, para que o nosso Estado possa ter essa alternativa de exportação de Rondônia

diretamente para os mercados de Manaus, para os supermercados de Manaus, os supermercados de Roraima, na capital Boa Vista, e também para o país vizinho, a Venezuela, que é 100% consumidor.

A Venezuela não produz quase nada de alimentos, mas o Brasil produz, Rondônia produz e quer levar o seu produto já industrializado para o país vizinho, que compra já muito de Rondônia, mas precisa comprar mais, se tivermos essa logística melhor para atendê-lo, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Parabéns, Senador Gurgacz, pela defesa, pela lembrança. Torço, desejo e espero que, realmente, haja um entendimento, o quanto antes, e que essas obras, realmente, sejam retomadas, e a BR seja revitalizada o mais rápido possível. Isso, com certeza, vai ajudar todo o nosso povo e a nossa gente do Norte e, realmente, do nosso País. E que o diálogo, volto a dizer, exista, para o bem do povo do nossa Região Norte!

Parabéns pela defesa, parabéns pelo trabalho. Com certeza, está no exercício da sua missão. É isso que o povo de Rondônia espera de V. Exª, como bem aqui tem dito.

Senador Jorge Viana, a palavra está franqueada, enquanto a gente aguarda mais alguns colegas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria cumprimentá-lo, Presidente, e também fazer uma referência, uma solicitação a V. Exª, consultando a assessoria. Eu tinha apresentado um requerimento sobre uma audiência para tratarmos dessa situação da água no País, essa situação grave que São Paulo, que é o mais importante Estado, enfrenta. O propósito nosso era trazer o Presidente da Agência Nacional de Águas, as autoridades do Estado de São Paulo, por conta de não se tratar de um problema de São Paulo, mas do Nordeste inteiro. Nós da Amazônia também temos muitas cidades com o problema de abundância de água na cheia e escassez de água no período da seca. E essa situação de São Paulo talvez mostre que nós temos que fazer algo para o que o mundo inteiro alerta e que nós mesmos aqui, todos os colegas Senadores, cobramos, que é garantir mais investimentos para a área de saneamento básico, tanto na área de esgotamento sanitário, para que se tenha mais saúde, melhor qualidade de vida nas cidades, como também na de água potável em si.

Eu queria também agradecer a V. Exª por ter marcado e, a pedido nosso, suspendido a vinda da Presidente da Funai, que foi outro requerimento meu. De fato, eu tive uma emergência e prontamente consultei a Comissão. Quero cumprimentar e agradecer a V. Exª pela adequada suspensão da audiência, porque eu tinha muito interesse em estar presente. Além de agradecer, quero me pôr à disposição para fazer um contato com a Presidente da Funai, porque penso também que esse é um assunto da maior importância, para remarcar, numa data adequada para ela e para a Comissão, obviamente, a vinda dela aqui. Então, queria fazer esse agradecimento.

No mais, o primeiro ponto que apresentei é no sentido de nós termos claramente aqui, trazendo para a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, um debate que toda hora está nas rádios, está na televisão, está nas autoridades, a discussão sobre o abastecimento de grandes cidades. O pior que está acontecendo no nosso País é que algumas cidades tentam imitar São Paulo. O mundo inteiro já descobriu, há muito tempo, que a concentração de pessoas numa mesma metrópole não é uma boa solução. As cidades que tiveram, que vivem essa situação no mundo sabem disso. E nós temos que, tirando o exemplo do quanto é difícil lidar com uma cidade do tamanho de São Paulo, dizer que São Paulo tem mais de 40 milhões de habitantes, e a cidade de São Paulo, só nessa região que depende da Cantareira, que é uma represa, 8 milhões de pessoas.

Ontem eu vi o posicionamento da Ministra do Meio Ambiente. O Governo Federal me parece que tem tido um diálogo permanente com as autoridades de São Paulo. Está-se trabalhando um plano para evitar racionamento de água em São Paulo, mas eu penso que esse é um exemplo que nós temos que debater para tirar lições para todos os demais Estados, inclusive, para os governos, para que se façam os investimentos necessários.

Nós, no Acre, temos um problema sério nesse aspecto. Eu mesmo construí uma estação de captação e tratamento de água quando Governador, a nova ETA, como chamam, mas todo o abastecimento de Rio Branco vem do Rio Acre, e temos períodos em que a lâmina d'água no rio não passa de 1,5m no período de seca, como foi em 2005 e em outros anos de um clima mais drástico, e o abastecimento fica realmente correndo risco. Então, vai de norte a sul essa preocupação, que sei que é a mesma que tem V. Exª, e o propósito não é outro, não é politizarmos esse tema, ao contrário, inclusive teve o aval do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é um Senador que tem compromisso também, além de ser membro titular da Comissão, com o tema das bacias hidrográficas, e penso que é um tema bem adequado para trazermos para o Senado, o debate, mas, especialmente, os encaminhamentos que estão sendo dados. Pela entrevista da Ministra Izabella Teixeira, vi que há uma ação acordada entre o Governo Federal e o Governo de São Paulo na busca de uma solução por conta de se ter que fazer uso de outras represas e também de um rio que passa por Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Então, o Brasil também vai ter que aprender a compartilhar um pouco os problemas e a solução dos mesmos. E penso que nesta Comissão, que tem feito grandes debates, este é um grande debate a ser feito aqui, especialmente, no Senado Federal, que é a Casa da Federação, é o guardião do Pacto Federativo, é a Casa que equilibra a Federação brasileira. O Estado de Rondônia, do Senador Acir Gurgacz, o meu Estado do Acre, Minas

Gerais, o de V. Exª, o de São Paulo têm a mesma força aqui, no Senado, e isso é bom. Alguns questionam, mas isso é a Casa do equilíbrio, de fato, a Casa da Federação.

Então, não sei se seria possível tentarmos estabelecer um calendário para ver quando poderíamos fazer essa audiência pública e até, Presidente, darmos uma revisada em quem seriam os convidados, porque a gente também pode qualificar mais. Salvo engano, havia um representante da Sabesp, o Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Se V. Exª pudesse nos ajudar aí ou dar uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Havia o Diretor-Presidente da ANA, Sr. Vicente Andreu Guillo; o Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira; a Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Srª Dilma Pena.

Essa audiência é conjunta com a Comissão de Infraestrutura, e, aí, Senador Jorge Viana, é combinarmos com o Senador Collor, com a Comissão de Infraestrutura. Estamos inteiramente à disposição para fazer o quanto antes. Essa preocupação de V. Exª foi o início da nossa fala aqui nos trabalhos de hoje, exatamente citando que a seca, hoje, não está apenas no Nordeste ou no norte de Minas. Por incrível que pareça, a seca chegou, e chegou forte, à maior capital do País, São Paulo, também. É inimaginável que uma cidade como aquela esteja passando por uma situação tão drástica e tão difícil, com menos de 10% dos seus reservatórios com água. Então, esse comentário, fizemos logo cedo, aqui, no início dos nossos trabalhos. No mais, é combinar com a Comissão de Infraestrutura. Peço à assessoria da Comissão para que possamos ter esse diálogo e fazermos o quanto antes, se possível, se assim desejar, ainda este mês.

Com relação à audiência com a Presidente da Funai, basta combinarmos. V. Exª pode nos ajudar nesse diálogo e ver qual a melhor data para a Srª Maria Augusta estar aqui, não há nenhuma objeção. Não pretendemos e não desejamos que nenhum trabalho seja acumulado. Só chamo atenção porque, no dia 20, já temos uma audiência marcada, uma audiência pública, que é exatamente a das teles. Estamos próximos a um grande evento mundial, que é a Copa do Mundo, e precisamos ouvir aqui dos donos, dos presidentes de teles o que se pretende, o que se vai fazer para que se melhore aí a comunicação no País, porque pagamos, pagamos extremamente caro e, como disse o Senador Ivo Cassol, nem em Brasília, temos serviço de telefonia adequado. Então, apenas no dia 20 está marcada essa audiência pública e, com certeza, poderemos combinar, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, porque é um tema extremamente atual e preocupante, não só, volto a dizer, para o Nordeste brasileiro, mas também para todos os cantos e para todas as regiões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento e agradeço a atenção de V. Exª. Só queria dizer que estamos sintonizados inclusive nesse aspecto.

Eu apresentei o requerimento da audiência para tratarmos a questão da água também na Comissão de Infraestrutura. Então, sou autor e certamente vou procurar, conforme V. Exª está sugerindo, o Presidente Collor, que é Presidente da Comissão de Infraestrura, para adequá-la.

A ANA (Agência Nacional de Águas), meu assessor estava informando, estava sugerindo a data de 4 de junho por conta de calendário dele, do Presidente Vicente Andreu, que é uma pessoa muito importante para estar presente. Consulto V. Exª se é possível fazer essa previsão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Por mim, tudo bem. Quanto antes, melhor.

Como a reunião da Comissão é dia de quarta-feira, a audiência pode ser feita lá ou aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ou na terça. Perfeito.

Eu só queria informar também que há uma sintonia nossa com relação às teles. Eu apresentei um requerimento, não aqui, mas lá, propondo a vinda dos presidentes das quatro telefonias do Brasil, e V. Exª está propondo que seja dia 20. Eu vou, então, pedir ao Presidente Collor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Já expedimos até os convites.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então seria fantástico pedir a ele que já aceite fazer na terça, dia 20, atendendo a minha solicitação de fazermos conjunta aqui as duas. Aí somaria o meu requerimento com o de V. Exª. E obviamente, talvez, a outra, não sei, ou faria aqui ou lá, dependendo de um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Faremos uma aqui e uma lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas eu, de pronto, já fico agradecido.

Queria consultar ainda V. Exª para saber como está o nosso calendário para a próxima semana, porque se for o caso, poderíamos ver se é conciliável, sem prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – ... do andamento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... do andamento da sessão ordinária, consultar a Presidente da Funai para ver se ela poderia no dia 13, porque aí teríamos uma hora, acho que não seria mais

do que uma hora, caso fosse possível, para que eu possa procurá-la e propor essa data. Não sei se é possível, senão teremos que pôr numa outra data.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Digo que é possível sim. A gente começa os nossos trabalhos às 8h30 e acho que, até por volta das 10h, faríamos as votações...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E não demoraria mais do que uma hora, certamente, uma audiência. Ela faria uma explanação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Às 10h ou 10h30, no máximo, começaríamos a fazer a audiência. Pode combinar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vou fazer a consulta, então, conforme sugere V. Exª, para que a audiência com a Presidente da Funai possa ser no dia 13.

E mais uma vez quero cumprimentá-lo, pois esta é uma Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e é inaceitável a situação da telefonia no Brasil hoje. Nós estamos, não por conta da Copa do Mundo só, mas por conta do cidadão brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pagamos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Brasil é um dos maiores e melhores mercados de telefonia celular do mundo, telefonia móvel. O Brasil tem... Nós temos mais telefones do que cidadãos e o serviço, sinceramente, piorou muito. Hoje, para se completar uma ligação, temos que chamar três ou quatro vezes. Cai, chama de novo, fala mais um pouco, cai novamente, fala mais um pouco, e isso é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – E se paga três ou quatro vezes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É inaceitável o Brasil, sendo um dos melhores e mais atrativos mercados do mundo, estar vivendo essa situação.

Para que V. Exª tenha uma ideia, Presidente, só em ter apresentado para a Comissão de Infraestrutura esse requerimento já recebi um grupo de duas empresas em meu gabinete tentando se justificar, porque há um jogo de empurra-empurra do próprio Governo. Eu sou Base do Governo, mas quando há uma situação onde o interesse do cidadão brasileiro está posto, minha obrigação e meu dever é cumprir o papel de fiscalizar e de cobrar a devida explicação. Há um jogo de empurra-empurra sobre essa responsabilidade. E eu falei para eles que o que nós estamos querendo não é empurrar empresa contra governo, governo contra empresa, estamos querendo uma satisfação ao cidadão. É inaceitável isso. Ou o Brasil tem uma política errada, ou privatizou de forma errada, ou está investindo de forma errada. O certo é que o serviço de telefonia está piorando.

E, pelo que estou informado, vamos ter agora... Nós, Senadores, não temos 4G, nós usamos a tecnologia 3G ainda. O mundo já saiu da 4G e nós estamos ainda na 3G aqui no Senado Federal. Como Vice-Presidente da Casa, tenho procurado, juntamente com o Presidente Renan, encontrar uma maneira de romper esse contrato, que é ruim para a Oi e péssimo para os Senadores. Não há sentido a comunicação do Senado ser uma das piores que temos. O Presidente Renan está preocupado com isso. Estamos agora reservando um recurso, em entendimento com o próprio Banco do Brasil, para colocarmos um sinal com qualidade aqui para os servidores, para os funcionários, para o gabinete dos Senadores, para todas as seções da Casa. É uma preocupação do Presidente Renan, da Direção-Geral da Casa, o Dr. Helder está imbuído também desse propósito. Isso temos que mudar.

E o próprio contrato de telefonia do Senado é ruim, porque atendeu a esse processo de licitação que, às vezes, vira uma hipocrisia: paga-se um valor muito baixo para um serviço de péssima qualidade. Então, nessa onda de se contratar o serviço mais barato, o Senado entrou nessa. Não sei se todos sabem, mas todos os telefones do Senado Federal – todos, estou falando de quase 300 linhas, incluindo as dos Senadores, de dirigentes – custam R$50 mil por mês. Se dividir R$50 mil por quase 300 telefones, você vai dizer: puxa, eu queria que meu telefone estivesse nessa quota! Conheço muita gente que paga muito mais do que a média que estamos pagando. Agora, o serviço é de péssima qualidade. Não podemos ligar usando número de outra operadora, não podemos ligar para alguns telefones. Isso é o erro que entendo; inclusive, com todo respeito, defendo que o Brasil encontre outra maneira de contratar serviços, porque duvido que alguém vá procurar um serviço de saúde, por exemplo – por isso é que um regime diferenciado de contratação não entendo que vá implicar em mais corrupção, ao contrário, esse aparente aperto, às vezes, é uma boa maneira de esconder a corrupção – vai contratar um médico, V. Exª é médico, perguntando: qual é o médico mais barato que tem aí, que cobra bem baratinho e que me dá um remedinho? Não vai, você vai procurar um melhor serviço para sua saúde. Estou pegando esse exemplo extremo, porque na vida tudo é assim, nós queremos e temos o direito de ter o melhor serviço e obviamente pagando o justo, dentro do possível, o preço de uma boa relação custo-benefício.

Estou dando um exemplo de telefonia no Senado Federal. Não funciona, é de péssima qualidade, o Presidente Renan tem dito e estamos pedindo ao Diretor-Geral, e ele já está encaminhando, que haja uma ruptura do contrato, que se pague um valor justo para a operadora, mas que tenha um serviço adequado ao trabalho que fazemos aqui no Senado. Acho que esse tema...

E aí digo, vamos ter, de fato, no entorno dos estádios, tecnologia de Primeiro Mundo. Hoje em dia, quando se vai a um estádio, que tem uma grande concentração, uma festa ou um *show*, em relação à telefonia para tudo, não funciona nada, porque há um acúmulo nas poucas antenas que se tem, mas, nos estádios, as informações que estou tendo é que vai funcionar, que será um primor a telefonia. Mas queremos um primor para o cidadão brasileiro, e me parece que a opção que o Brasil fez há muitos anos é algo incompatível com o tamanho de nosso País, com o serviço que temos de ter para atender 200 milhões de pessoas.

Então, podemos fazer esse debate aqui. Cumprimento V. Exª. Fui aplaudido em casa quando falei que estava pensando em fazer um requerimento chamando os presidentes das teles para irem ao Senado se explicar. Fiz esse requerimento na Comissão de Infraestrutura, e V. Exª o fez aqui. Estamos sintonizados nesse aspecto. Fui aplaudido, porque todo e qualquer cidadão hoje quer uma melhora nesse serviço. E termina que o serviço não é nada barato – é caro –, mas sua qualidade é um consenso no País hoje. Nós não podemos, depois de conquistar essa revolução tecnológica, de poder falar, de nos poder comunicar, termos um serviço tão ruim num país como o nosso.

Agradeço a V. Exª, pedindo desculpas por ter-me estendido. Mas, como ainda não temos quórum...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Agradeço, Senador Jorge Viana, pela sua colaboração e pela sintonia que estamos tendo com relação não só à questão da telefonia celular, porque é obrigação e dever desta Comissão, realmente, defender o consumidor, talvez mais do que em qualquer outro canto, em qualquer outra comissão. Por isso também, sugerimos essa audiência pública. E cobrar e entender por que pagamos tão caro e não temos, mesmo na Capital do País, um serviço de qualidade decente.

Também é bom ver a sintonia com relação a essa preocupação com as nossas reservas hídricas. Hoje, volto a dizer, não é só mais o Nordeste. É uma preocupação do País como um todo. Quem poderia imaginar um dia que São Paulo fosse passar pelo que está passando?

Queria, aqui, só lembrar quem são os convidados para esta audiência pública da telefonia celular. Estão convidados o Sr. João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. Antonio Carlos Valente, Presidente da Vivo; o Sr. Zeinal Abedin, Presidente da Oi ; o Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro; o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu, Presidente da Tim; a Drª Euza Missano, Promotora do Ministério Público, da Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor; o Sr. Leão Serva, jornalista da *Folha de S.Paulo*; e, ao Sr. Lauri Gisch, diretor-geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, solicitamos que encaminhe um representante da Unale, porque, em muitos Estados, fizeram CPIs sobre esse tema.

No meu Estado, foi instalada uma CPI sobre esse tema e acho que no Espírito Santo também, como em outros Estados. Portanto, pedimos ao Presidente da Unale que mandasse um representante, já que eles se anteciparam e debateram esse tema em muitos Estados do País.

Então, são esses os convidados, e faremos audiência, talvez, em dois momentos: primeiro, com as teles e, logo em seguida, no mesmo dia, na mesma manhã, com os representantes das agências. Essa é nossa sugestão. Se o senhor tiver alguma sugestão...

Queremos entender, compreender e, lógico, esclarecer ao povo brasileiro toda essa problemática. Tomara que a Comissão de Infraestrutura possa estar aqui também nesse dia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu assumo o compromisso de procurar um contato com o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura. O meu requerimento ficou exclusivo em relação aos presidentes das teles, porque há também outro costume, e já tentaram fazer isso, mesmo em cima do meu requerimento, de mandar representantes ou de mandar a entidade que representa as companhias, e acho que deveríamos realmente tentar... Sugiro a V. Exª, na condição de Presidente desta Comissão, dizer que quer a presença dos presidentes das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – É isso o que está sendo feito. Os presidentes das empresas e, lógico, da Anatel.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Do Ministério Público – por que não ouvi-lo? – e também de algumas entidades. Volto a falar da Unale, porque, em vários Estados, foram instaladas CPIs.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está bem. E como V. Exª é um nordestino, e todos nós do Norte, eu queria sugerir que, numa outra audiência... Eu tenho acompanhado no noticiário que está havendo atraso e até dispensa de carros-pipas que fazem abastecimento de água potável. Vi recentemente no Piauí, vi em outros Estados do Nordeste, e, talvez, devêssemos ter alguém, não sei, do Ministério da Integração, que pudesse falar um pouco do abastecimento do Nordeste, para a gente não fugir da causa maior, não ampliarmos muito, porque temos aí o representante do Ministério das Cidades, da Sabesp, de São Paulo, da ANA e talvez mais uma pessoa, para a gente poder explorar um pouco mais as autoridades que vêm. Não estender

muito. Eu sugeriria até a V. Exª, que é nordestino, que pudesse identificar o representante de uma entidade que pudesse perguntar: "Como está esse abastecimento de água potável no Nordeste, por conta do noticiário que tenho visto de que está havendo um problema na manutenção dos carros-pipas?" E para a gente ter também a dimensão de como é o abastecimento de São Paulo, como V. Exª disse. Esse é um problema que ocorre no Nordeste inteiro. Parece que já virou paisagem! Como no Nordeste são milhares de carros-pipas, levando água para todo mundo, virou paisagem. Já é parte do dia a dia. Agora que o problema chegou em São Paulo está nas manchetes dos jornais e no dia a dia do noticiário. Talvez falte reafirmar mais uma vez...

V. Exª poderia identificar uma pessoa para convidar também para a audiência, para tratarmos da questão da água.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Faremos isso. Agradeço a colaboração de V. Exª.

Ainda não temos quórum. Vamos aguardar um pouco mais, alguns minutos, para ver se teremos quórum e dar continuidade ao andamento dos trabalhos da Comissão.

Agradeço a sua colaboração, Senador Jorge Viana. Com certeza faremos audiências públicas interessantes; do interesse do nosso País.

Eu acho que essas três audiências públicas – a da telefonia, a da Funai e a da questão hídrica – têm uma importância enorme nesse momento, nesse contexto, no momento em que o País vive uma situação extremamente difícil.

O Senador Ivo Cassol foi um dos que contribuíram para o requerimento da telefonia celular, e ele manifestava que nem no celular dele, na Capital Federal, conseguia-se falar adequadamente.

A audiência pública, Senador Ivo Cassol, está marcada para o dia 20 com os presidentes das maiores empresas de telefonia do País, da Anatel, como eu já disse aqui. Ficamos sabendo que o Senador Jorge Viana também havia solicitado uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura. Portanto, vamos fazer conjuntamente, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, essa audiência pública das teles.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após eu ter feito discurso na tribuna do Senado, na última terça-feira, quando nós aqui discutimos a situação e o requerimento, o convite para que os diretores e presidentes das concessionárias de telefonia celular no Brasil estivessem aqui presentes nessa audiência pública, recebi *e-mail*, recebi pessoalmente mensagem de apoio dos quatro cantos do Brasil e também do meu Estado de Rondônia, para que a gente possa cobrar urgentemente a necessidade não da propaganda que é feita na televisão. Por incrível que pareça, propaganda de telefonia no Brasil parece propaganda do Distrito Federal: tudo é magnífico, tudo é bonito, tudo é extraordinário. Não há problema aqui de criminalidade, não falta nada aqui em Brasília. É um paraíso, uma maravilha! A propaganda do celular é a mesma coisa.

Portanto, isso deixa a gente muito triste, porque é uma concessão que foi autorizada pelo Governo Federal com uma legislação, com uma lei que o próprio Congresso Nacional aprovou. Ao mesmo tempo a gente vê o custo que a população está pagando.

Portanto, espero que não só uma empresa, mas todas as empresas tomem providências para poder sanear esses problemas.

Sr. Presidente, quando falo da questão da telefonia, não falo só de Rondônia. Falo daqui, do Distrito Federal, da dificuldade que a gente tem para fazer uma ligação. A ligação muitas vezes está congestionada, outras vezes cai, outras vezes você está falando e derruba, outras vezes é atropelada. Infelizmente, a todo momento acontece uma situação parecida.

Portanto, é necessário que nós, Senadores, nesta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, urgentemente tomemos as providências, na forma da lei, para que possa ser apurado o que está acontecendo.

Até acredito que tenha sido adquirido um equipamento muito moderno que, automaticamente, derruba o sistema. As pessoas estão falando; o sistema cai. Muitas vezes, dá só aquela piscadinha. Quando isso acontece, cai o sistema, e é necessário que se faça outra ligação. Mesmo que seja de 10, 21, 25 ou 30 centavos por ligação, vocês imaginem quantos milhões de pessoas estão fazendo, ao mesmo tempo, essas ligações. Somando o total, isso representa um resultado muito grande.

Então, portanto, essa situação está acontecendo no Brasil, e temos de tomar providências, porque esta Comissão é exclusiva. Muitas vezes, fala-se assim: "Ah! Mas é Comissão de Meio Ambiente!" É Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização – e fiscalização. Então, nós temos a obrigação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – E de defesa do consumidor.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E defesa do consumidor, que é a fiscalização; quando se fala em fiscalização e defesa do consumidor, entra o consumidor; entra todo mundo. Então, quer dizer, é a Comissão, aqui do Senado Federal, que tem peso, autonomia e legalidade, para apurar o que está acontecendo. Hoje à tarde, tenho audiência com o Vice-Presidente da Oi, marcada por intermédio do meu Presidente Nacional do PP, Senador Ciro Nogueira, e eu disse que estava à disposição para conversarmos. O que espero dessas concessionárias, ou seja, que têm a concessão, é que, na verdade, atendam a essa demanda popular.

Nós, aqui, Senador Eduardo Amorim, somos um reflexo. Na verdade, somos a estrutura de um Estado e da Nação, porque fomos eleitos para isto: reivindicar e cobrar. Cada brasileiro não tem acesso.

Conversava, ontem, com um amigo, que trabalha comigo, assessorando-me, e ele tem o telefone de uma dessas empresas há vários anos, mais de dez anos. Ele está todo dia ligando para essa concessionária, colocando a reclamação com relação ao problema existente no telefone. Ele liga todo dia. Está lá gravado e documentado. Isso não é de agora.

Solução: zero. Melhoria: zero. E olha que estamos em um ano de Copa do Mundo! E depois? Como é que ficaremos nós, brasileiros? A situação é grave. Estou preocupado com o nosso Brasil. Não vou enganá-los. Estamos assistindo, em nível nacional, uma briga por espaço, que é normal. Acho justo e democrático, mas, ao mesmo tempo, percebemos que o Brasil tem de puxar o freio, não só o de mão, como também tem de colocar o freio no pé.

Temos muitas obras começadas e não terminadas. Temos muitos recursos liberados para os Estados, igual ao meu Estado de Rondônia. Quando eu era Governador, conseguimos, na época do Presidente Lula e com a Dilma, uma compensação das usinas, com a finalidade de fazer o saneamento básico em Porto Velho. Com três anos e três meses da nova Rondônia, do novo Governo, não deram conta de concluir o projeto executivo. No final de agosto de 2011, Sr. Presidente, conseguimos tirar as pendências da água tratada de Porto Velho, que era de R$110 milhões. Cinquenta ou 60% das obras já tinham sido feitas, faltando 40% da mesma.

Conseguimos liberar, e até agora, eles não conseguiram concluir a obra. Ela está parada. A empresa a abandonou; foi embora. Qual é a preocupação que eu tenho? Enquanto o Governo do Estado se preocupa em pegar dinheiro emprestado, está com um déficit orçamentário de R$1,2 bilhões, ao mesmo tempo, a equipe deles não deu conta sequer de concluir o projeto executivo do saneamento básico.

O que o Governo Federal vai fazer? Passando as eleições, ele vai capar esse dinheiro todo não só de Rondônia, como dos demais Estados da Federação. A maioria das obras que terminou; terminou.

Por exemplo, desde que conheço Cuiabá, faz dez anos, que estão fazendo reforma naquele aeroporto de Cuiabá, naquela região. No dia em que acabar a Copa do Mundo, no outro dia, aquelas obras, dinheiro, vão parar todas.

Em passando as eleições, não importa quem será o Presidente, ou a Presidente. Não estou aqui puxando a brasa nem pra um, nem pra outro. Somos da Base do Governo. Estou sendo realista, mas a situação a que estamos assistindo pela frente não é boa. Então, a situação é crítica, precisa de um choque de credibilidade, para que a gente volte a poder crescer, desenvolver e não seja, simplesmente, um País que só tem expectativa de uma bolsa complementar. Precisamos de uma estabilidade concreta e contínua, colocando, em primeiro lugar, sem risco para os consumidores, o índice de inflação que nós enfrentamos hoje. Hoje, infelizmente, a situação é grave, é crítica.

Ao mesmo tempo, eu quero também aproveitar a oportunidade e dizer, Sr. Presidente, que enquanto a gente discute se o Senado, o Presidente do Senado entra no Supremo para que reveja a decisão da CPI ou não CPI disso ou daquilo, o meu ponto de vista é de que a Presidente Dilma tinha que, urgentemente, determinar ao Congresso, à Câmara e ao Senado, que deixe essa CPI acontecer, doa onde doer, porque há muitos partidos que indicaram pessoas dentro dessa estrutura. Dizem os jornais que até o PP também está envolvido, junto, nisso, e se tiver alguém envolvido em irregularidades é para meter a taca, é para lascar o fumo! Não é para dar moleza não! Não é justo nós, brasileiros, ficarmos pagando por algo errado.

Infelizmente, a gestão da Petrobras, nos últimos anos, foi desastrosa, foi mal-intencionada. Ela foi perversa com isso que está acontecendo hoje.

Então, portanto, não importa quem, onde e como. Quem estiver com batom na cueca vai ter que aguentar as consequências. Eu acho que é assim que tem que funcionar. Nós não podemos ficar querendo tapar o sol com a peneira: "Ah, mas estão apurando isso, apurando aquilo." Estão, mas também cabe a esta Casa a obrigação de apurar, independentemente de A, B ou C.

Olha, nós somos, eu sou da Base do Governo Federal. Lá atrás, quando o PSDB estava no Governo, o próprio Governo era a favor de criar CPIs para investigar, e não é hoje que nós temos que ser diferentes. Nós temos que ter essa autonomia, mas com isenção, sem politicagem, porque se tiver politicagem no meio, alguém quer levar vantagem de um lado e de outro. "Ah, mas também querem apurar, além da Petrobras, a situação dos

metrôs de São Paulo." Que apurem, que apurem urgentemente! Não tem que estar poupando não, gente! Tem coisas irregulares? Têm que ser apuradas, e aquelas pessoas que se utilizaram do cargo, da estrutura para fins particulares, em benefício próprio, têm que ser responsabilizadas na forma da lei.

Não podemos, Sr. Presidente, paralisar alguma obra, parar o trabalho da Petrobras por causa de uma investigação ou de outra.

Eu vejo, muitas vezes, obras, neste Brasil, paradas. No próprio Tribunal de Contas da União, às vezes, algum técnico que não conhece o que o povo brasileiro passa lá na ponte, porque a maioria está aqui em Brasília, no ar-condicionado – olha para um lado e tem um jardim florido, olha para o outro e tem o lago, olha para o outro e tem o Banco Central, aqui tem fartura –, não vê a situação de cada Estado.

Eu sou contra a paralisação de qualquer obra. Eu fiz parte da Comissão de Orçamento e votava contra a paralisação das obras. Eu sou a favor sim: qual é a obra do Governo Federal que tem problema? Vamos dizer que seja a obra da BR-121, ou que seja num estádio. Vá lá naquela obra, verifique se tem sobrepreço. Se tiver sobrepreço, meta a taca, porque o preço do concreto, em Brasília, São Paulo, Minas e em qualquer lugar, só tem diferença de frete, ou o frete de ferro, ou o frete de pedra, ou o frete de uma coisa, ou o frete de outra, e os preços praticamente são os mesmos em nível nacional. Apure quem foi que cometeu o dolo, quem cometeu o desvio e, ao mesmo tempo, o investimento, a obra continua, não pode parar. É simplificar esses dados. Levanta-se o que tem de errado, responsabilizam-se aquelas pessoas responsáveis por aquilo, afastam-se essas pessoas daquele trabalho, daquela obra e continua-se a obra com a correção que tem para frente.

Imagine uma casa da gente, que a gente for fazer, em que a obra esteja pela metade. Começou-se a obra e, lá no meio, um pedreiro, ou um empreiteiro, ou um construtor pisou na bola. Bom, porque o cara pisou na bola, não deu certo, ele não fez alguma coisa corretamente lá, você o dispensou, então, agora, para-se a obra? Não! Tira-se aquele construtor, bota-se outro construtor no lugar e a obra continua.

Se na iniciativa particular, privada, a gente faz isso, por que que na pública não pode ser feito?

Então, portanto, tem muitas coisas que, em nível de gestão pública: "Não pode, não pode, tem que parar, tem que viabilizar." Aí, ficam três, quatro, cinco anos, como é o caso de muitos aeroportos por aí, virando sucata velha, enferrujando as ferragens, e a população padecendo da falta de boa vontade.

O Tribunal de Contas da União precisa urgentemente – os Ministros são sensíveis a isto – dar uma nova linha para os técnicos, a fim de que, quando fizerem o levantamento e houver irregularidades, eles já possam pedir, no relatório, o afastamento dos gestores ou da empresa, se for de má qualidade o serviço ou o material empregado, e a continuação da obra dentro da legalidade. É isso que o Tribunal precisa fazer.

Nós não podemos e não devemos aceitar obras inacabadas, pela metade. A pior desgraça não é a falta de dinheiro, mas ver que o pouco dinheiro que existe é mal investido ou investido pela metade. Isso não pode, eu sou contra.

E digo isso a V. Exª, Sr. Presidente, porque, no Estado de Rondônia, na capital do café, Cacoal, havia a obra de um hospital, com recurso federal, de 1990. Naquela época, liberaram o recurso, e o gato comeu o dinheiro no meio do caminho. Desviaram a maioria do dinheiro. Na época da CPI do Orçamento e da dos Anões, que não eram anões, mas gigantes, porque o desvio era muito grande. Comeram todo o dinheiro. Entra governo, sai governo, isso e aquilo, o Tribunal de Contas da União, à época, paralisou as obras. E até hoje ninguém foi responsabilizado por isso. Não devolveram um tostão. E não era possível colocar dinheiro público federal, estadual ou municipal.

Eu fiz uma compensação com a Usina de Santo Antônio, e conseguimos quase 36 milhões para concluir o hospital regional. Hoje, o hospital regional possui 30 leitos de UTI e 180 leitos de atendimento. É um hospital de grande porte na região da Zona da Mata, na região da capital do café, e atende o Cone Sul do Estado de Rondônia, no tratamento de acidentados e de todos aqueles que necessitam, sem precisar sair de Rondônia.

Nós fizemos dessa maneira. Se não fizéssemos, não conseguiríamos concluir. Uma obra que, quando eu assumi, estava parada já há 14 anos. V. Exª imagine: isso foi em 1990, 1992, eu concluí a obra no final de 2010. Quer dizer, era um prejuízo que estava sendo causado ao Brasil inteiro.

E quantos hospitais estão parados dessa maneira? Existe um culpado? Então, meta a taca. Eu sempre digo: lavar cabeça de burro é perder água e sabão. Não tem que ter dó. Cometeu o erro, cometeu o dolo, cometeu a falcatrua, isola, separa, e ele responde por aquilo que cometeu. Daí para frente, você faz o levantamento do que falta concluir, faz a planilha e, se aprovada, serão concluídas todas as obras em âmbito federal.

Assim, com certeza, muitas obras, após a Copa, terão continuidade. Caso contrário, 80% das obras serão paralisadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Eu concordo em que se deve apurar e investigar, com o mínimo possível de prejuízo. Sabemos que este País, infelizmente, ainda está povoado de obras inacabadas. Isso é inadmissível e tem um custo enorme. Isso desmotiva, desacredita, realmente, o Poder Público, o Estado como um todo. É inaceitável, é inconcebível tamanha perversidade.

A Presidente pregou o tempo todo que não passaria – falando também de forma simples – a mão na cabeça de quem quer que seja. Eu também acho que deve ser instalada a CPI. Foi a primeira vez que assinei uma CPI, e assinei com convicção, com respeito e com zelo ao que é público.

A Petrobras é uma das maiores empresas do mundo, a maior empresa brasileira, mas, hoje, infelizmente, é a empresa mais endividada do Planeta. Não quebrou, não faliu porque é uma empresa de um país continental, a sexta economia do mundo. Mas faltou zelo, faltou cuidado, e muitas vezes, lamentavelmente. E o povo brasileiro paga por tudo isso. Necessitamos de energia, necessitamos de combustível, necessitamos de gasolina e de óleo diesel para nos deslocar e conduzir a nossa vida, a vida do povo brasileiro, de modo geral.

Mas, lamentavelmente, como dizem os historiadores, para alguns, na linguagem tupi-guarani, o sabarabuçu se tornou a Petrobras, aquela montanha reluzente, aquele ouro, aquela mina, com prejuízo para toda a Nação. E quando se quer investigar e apurar, com certeza, é no sentido não de desvalorizar, mas de valorizar e respeitar aquela que ainda é a maior empresa brasileira, apesar da falta de cuidado e do desmonte por parte de alguns diretores ou ex-diretores que lá estavam ou que ainda estão.

Meu Partido não tem nenhuma indicação, nunca teve nenhuma participação nisso. E, se a tivesse, também faria como V. Exª, não concordaria com isso de forma alguma.

Acho que a CPI tem de ser instalada, sim, em qualquer canto, em São Paulo, em Minas, no Nordeste. Em qualquer canto, quando for preciso instalar uma CPI, ela tem de ser instalada com zelo, com cuidado e com a responsabilidade necessária por parte de todos nós, independentemente do momento eleitoral. Eu também comungo com isso e penso desse jeito.

Mas, não havendo quórum para deliberarmos sobre os assuntos, vamos encerrar a presente reunião. Antes disso, esclareço que está marcada para o dia 20 audiência pública com as teles para discutir toda essa problemática no Brasil. Espero que os presidentes da teles estejam aqui. A audiência será no dia 20, numa terça-feira, de hoje a 15 dias. Espero que todos venham aqui, para que a gente possa fazer uma excelente audiência pública e esclarecer isso realmente, porque o povo brasileiro quer que isso seja esclarecido.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, eu só queria aqui cumprimentar meu amigo ex-Secretário de Educação do nosso Estado de Rondônia, quando fui Governador do Estado, no primeiro mandato de 2003. Ele foi também Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (Iperon) e, hoje, é nosso Deputado Estadual. Ele assumiu, há 30 dias, o mandato de Deputado Estadual. Foram afastados dois Deputados Estaduais do meu Estado.

César Licório fez comigo uma grande gestão à frente do Governo do Estado de Rondônia.

César Licório, é uma alegria tê-lo aqui, no Senado Federal, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Eu lhe desejo sucesso lá.

Ele fez um grande trabalho comigo.

Todos os governos passados, Sr. Presidente, no meu Estado, utilizaram do Iperon, do Instituto de Previdência dos Servidores, e não pagaram os encargos sociais nem cumpriram suas obrigações. Hoje, a situação não é diferente. Hoje, o instituto está quebrado, porque o Governo do Estado continua a não pagar, repassando a sua obrigação, que é a de cumprir o direito dos encargos sociais para os servidores.

César Licório, além de ter sido Secretário da Educação, foi Presidente do Iperon (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia). E, hoje, ele nos está dando o prazer e o privilégio de sua presença. Ele está aqui conosco.

Fica aqui o nosso abraço ao César Licório e ao Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Seja bem-vindo, Deputado César, a esta Comissão, a esta Casa, que é a Casa do povo brasileiro, dos Estados brasileiros.

No meu Estado, há três anos, o servidor público não tem sequer o reajuste relativo àquilo que a inflação tirou do poder aquisitivo de cada servidor. Lamentavelmente, há quase três anos, não há sequer o reajuste relativo ao que a inflação tirou do poder de compra de cada servidor do meu Estado, sem falar na falida Previdência estadual. A saúde pública no meu Estado está em coma.

Quanto à segurança, realmente nunca fomos um Estado violento, mas, hoje, somos o quarto Estado mais violento do País. É um Estado pequeno territorialmente e poderia ser um exemplo não só para o povo sergipano mas também para todo o povo brasileiro, porque lá a geografia nos favorece, o solo nos favorece, o

subsolo é extremamente rico. Mas o Estado, lamentavelmente, é conduzido por mãos que não têm nenhum compromisso, que não têm dó, que não têm pena, porque, há três anos, não se faz um transplante no meu Estado, condenando muitas e muitas vidas, e eu, como médico, bem sei disso. Os pacientes ficam dependentes de uma máquina de hemodiálise ou de diálise peritoneal, quando poderiam estar livres e ter a sua qualidade de vida devolvida. Lamentavelmente, ainda há esse tipo de gestor em nosso País, e, em Sergipe, a situação não é diferente.

Seja bem-vindo!

Não havendo quórum, como estávamos dizendo, encerramos a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia catorze de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Paulo Rogério Foina**, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB; o Senhor **Lívio Amaral**, Diretor de Avaliação da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; e a Senhora **Nilva Schroeder**, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério da Educação. São lidos os Requerimentos de autoria do Senador **Fernando Collor**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de comunicados.

Notícias e Panorama da Infraestrutura na Palavra de Especialistas.

No atual cenário de reservatórios abaixo do nível nas represas do centro-sul e centro-oeste, de preços recordes da energia no mercado livre e da crise de abastecimento de água em grandes cidades brasileiras, pondo em risco o abastecimento de energia elétrica e de combustíveis automotivos, surgem dois novos fatos apontando uma tendência promissora para o futuro: a geração de energia a partir da biomassa e a disposição da maioria dos brasileiros em comprar automóveis com mais eficiência energética e menos emissão de poluentes.

Ainda que de forma incipiente, setores que trabalham com geração de energia a partir da biomassa, seja de bagaço de cana ou de florestas cultivadas, têm participado dos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Especialistas acreditam que a sua presença pode ganhar força dado o desequilíbrio na conta do uso intensivo de termoelétricas movidas a diesel, gás natural e carvão mineral. Atualmente, tudo indica que o País terá de usar cada vez mais a geração de energia térmica, mas sua substituição por fontes mais baratas e ambientalmente sustentáveis pode contribuir para reduzir essa conta e a poluição provocada pelas fontes fósseis.

A empresa Energias Renováveis do Brasil, dedicada à cogeração elétrica por biomassa, inaugurou, recentemente, em parceria com a Dow Brasil, uma usina pioneira no setor petroquímico, em Candeias, na Bahia. A

energia limpa oriunda da biomassa do eucalipto substituirá parte do gás natural que abastece a maior fábrica da Dow no País. O projeto teve o custo de R$265 milhões.

Segundo Emílio Rietmann, Diretor da ERB, os seus projetos permitem às fábricas substituir fontes de energia mais caras e ainda vender excedentes no mercado. Ressalta o executivo que, enquanto o diesel tem custo operacional superior a R$1,1 mil o megawatt/hora, a biomassa fica em torno de R$135,00 o megawatt/hora. Além disso, acrescenta Rietmann, temos 180 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser utilizadas para uma rápida expansão da oferta de álcool e bagaço, sem precisar derrubar uma só árvore.

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, apesar de o Brasil ter uma das mais altas porcentagens de fontes de energia renováveis do mundo – cerca de 44% –, a indústria do etanol tem sido prejudicada pelo alto preço do açúcar e pela decisão da Petrobras de deixar o preço da gasolina cerca de 30% abaixo dos custos de importação.

Na opinião do Prof. Eli da Veiga, da Universidade de São Paulo, a Presidenta Dilma Rousseff não honrou compromissos assumidos quanto à produção de energia renovável para o abastecimento elétrico. Segundo o professor, ao contrário do prometido, o Governo favoreceu as fontes fósseis, em prejuízo das demais e na direção contrária dos acordos internacionais.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) revelou que a maioria dos brasileiros mudaria sua decisão de compra de automóvel com base em informações de etiqueta indicando eficiência energética e emissão de poluentes dos veículos. De acordo com a pesquisa do INMETRO com a população de 2014, 60,7% dos entrevistados mudariam a sua opção de compra, enquanto 21,3% não mudariam e 17,9% disseram não saber.

Segundo o Chefe da Divisão de Gestão Corporativa do INMETRO, Sílvio Ghelman, a pergunta é nova na pesquisa anual do órgão, que ouviu 3.382 pessoas em 52 Municípios entre os dias 30 de janeiro a 8 de fevereiro, e o resultado é muito positivo, já que se trata de um programa voluntário para as montadoras de veículos.

Os dados obtidos revelam também que, quanto mais alto o grau de escolaridade dos consumidores, maior a possibilidade de alterar a decisão de compra com base naqueles dois quesitos.

Em outra pesquisa, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) revela que a maioria das montadoras não fixa a etiqueta de consumo de combustível em seus veículos, ao contrário do que determina o INMETRO. A mesma lógica concorrencial nem sempre se aplica à eficiência energética (quantos quilômetros o veículo percorre com um litro de combustível).

Em 2008, o INMETRO criou o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, segundo o qual os carros, a exemplo do que já ocorre em outros produtos, como geladeiras e fogões, devem ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação da Energia, indicando a sua eficiência energética e uma nota que pode variar de A (veículo mais econômico) até ao E (veículo que consome mais combustível).

Desde 2012, é obrigatória a exposição da etiqueta no vidro traseiro esquerdo do veículo, mas a pesquisa do Idec com as oito montadoras que participam do programa do INMETRO este ano revela que raramente os automóveis, nas concessionárias, recebem a etiqueta. Nas páginas virtuais e nos centros de atendimento ao consumidor, a omissão também impera.

Segundo comunicado. Trata-se de leitura de algumas mensagens que esta Comissão recebeu e que refletem e reforçam alguns argumentos que temos frequentemente debatido aqui no plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura no que tange aos gargalos nesse setor, notadamente quanto ao excesso de burocracia entranhada no Poder Público.

Essas mensagens foram enviadas em virtude de pronunciamento que proferi no plenário desta Casa, no último dia 31 de março, acerca da realização e encerramento do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, acontecido nos dias 27 e 28 de março.

Na oportunidade, enfatizei o problema do excesso de exigências e do rigor de alguns setores na fiscalização e no controle de obras públicas, assim como nas auditorias e nos licenciamentos para grandes empreendimentos de infraestrutura. Outro problema que abordei, também comentado por cidadãos, refere-se à carência de mão de obra qualificada do setor tecnológico. Para tanto, lancei a ideia do programa Mais Engenheiros, no sentido de valorizar as profissões afins e buscar soluções para suprir o déficit desses profissionais, especialmente nos pequenos Municípios, onde há enormes dificuldades na elaboração de projetos.

Então, foram selecionados alguns desses *e-mails* e comunicados. Um deles vem do Sr. Dorgival Pereira, enviado na terça-feira, 1º de abril de 2014, à Presidência desta Comissão. Assunto: pronunciamento. Diz o Sr. Dorgival Pereira:

Quero parabenizá-lo [...]. Quando V.Exª citou que obras estruturantes são prejudicadas por excesso de burocracias, informo que aqui em Alagoas estamos sofrendo os seus efeitos. A Eletrobrás Distribuição Alagoas, a nossa saudosa Ceal, encontra-se com várias obras licitadas e algumas com contratos já assinados, porém as

obras não podem ser iniciadas por conta de inércia dos órgãos ambientais e, agora também, do IPHAN. [IPHAN é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Continua ele:] Interessante é que algumas obras são (locadas) dentro de áreas da própria Eletrobrás, ou seja, subestações já existentes. Hoje não podemos implantar um poste de Linha de Alta Tensão de 69 kV, se não tiver um técnico do IPHAN presente na hora da escavação. [E ele continua:] Trinta e seis anos de minha vida dediquei a esta empresa que me proporcionou muitas alegrias, como os estudos de meus filhos, hoje formados. E recentemente aposentado, vejo a minha empresa parada por causa destes órgãos. Agradeço o empenho de V. Exª representando nosso Estado.

José Dorgival Pereira da Silva.

Outro *e-mail,* enviado no dia 31 de março de 2014, assinado pelo Engenheiro Cláudio Costa. Assunto: Infraestrutura no Brasil.

Sr. Senador, estou vendo pela TV Senado seu discurso.

Há sim muitos engenheiros de infraestrutura no País. Mas trabalhar por salários aviltantes fica difícil. Em 95% das cidades brasileiras [afirma o Dr. Cláudio Costa], *paga-se não mais que R$3.000,00/mês.*

Se fizerem um programa 'Mais Engenheiros' pagando-se o que se paga aos médicos, verás que vai faltar vagas.

Sou Engenheiro. Civil especializado em infraestrutura.

Saudações.

Eng. Cláudio Costa.

Outro *e-mail,* enviado pelo Sr. Paulo Roberto Cabral Maia, enviado também na segunda-feira, 31 de março, às 16h44. Assunto: TV Senado.

Senador, estou assistindo ao seu discurso na TV Senado e concordo plenamente com o que está dizendo. Espero que consiga mudar algo nesse sentido no nosso País, pois, realmente, anda difícil.

Estou fazendo o desmembramento de uma área em um Município no interior do Rio de Janeiro e a cada hora aparece algum entrave. Temos problemas da parte do proprietário, porém, a culpa maior fica com o Município.

Bem, só fica a minha solidariedade.

Continuarei lhe acompanhando para ver o que irá realizar com o nosso tão sofrido País.

Dr. Paulo Cabral.

Por último, de R. Alves, *e-mail* também enviado no dia 31 de março, às 16h49. Ele diz:

Esta fala é a fala de todos que querem ver o Brasil para frente. Criamos um monstro que paralisa tudo que se chama desenvolvimento. É claro que o Ministério Público e os órgãos de meio ambiente paralisam tudo. Até para a simples instalação de uma loja, uma cafeteria, um colégio, para tudo tem que se fazer um projeto de impacto ambiental e de trânsito. Enquanto isso, os projetos de mobilidade estão paralisados nas gavetas dos burocratas e os que tinham obrigação de fazer não fazem.

R. Alves.

Passando ao objeto da reunião da noite de hoje, ela destina-se à realização de audiência pública sobre educação, qualificação profissional e escassez de mão de obra. Primeiro painel do ciclo sobre temas transversais, última etapa da Agenda 2013/2014, Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País, da Comissão de Infraestrutura.

Para debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. Paulo Rogério Foina, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); Prof. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Profª Nilva Schroeder, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério da Educação.

Sejam V. Sªs bem-vindos a esta Comissão!

Passo a palavra ao Dr. Paulo Rogério Foina, para iniciar a nossa audiência pública de hoje, ele que é Coordenador do Curso de Ciências da Computação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

O SR. PAULO ROGÉRIO FOINA – Senador, obrigado pela oportunidade. Senhoras e senhores, obrigado por me receberem aqui.

Eu vou tomar a liberdade de me apresentar, porque eu tenho uma certa esquizofrenia profissional e eu acho que, para o tema da palestra, é importante saber a minha qualificação.

Eu sou físico – ninguém é perfeito, vocês me desculpem –, formado em São Carlos. Fiz mestrado em Ciência da Computação, doutorado em Informática e pós-doutorado em Engenharia de Sistemas. Fiz uma carreira acadêmica muito grande: fui professor desde o ensino fundamental, o ensino médio – no meu tempo, era primário e colégio – e, também, a universidade. Hoje, coordeno cursos de graduação e de pós-graduação na área de tecnologia. Ao mesmo tempo, desde 1986, eu sou executivo e sou empresário. Então, eu posso dizer que, em termos de formação de mão de obra, eu apanho nas três frentes, tanto na formação, quanto na demanda

de profissionais, mas, acima de tudo, eu sou professor. Eu tenho o orgulho de, sempre que preencho uma ficha de hotel, colocar que sou professor. A esperança é de conseguir um desconto do hoteleiro. Até agora, eu não consegui, mas um dia ainda consigo isso.

Antes, para discutir o tema de formação de mão de obra e esse apagão de mão de obra que nós sofremos hoje, e o assunto é oportuno pelo momento histórico em que nós estamos, eu gostaria de fazer uma pequena retrospectiva, defendendo a tese de que apagão de mão de obra é uma coisa recorrente no Brasil.

Então, se nós olharmos desde 1930, com o início da industrialização – eu fui lá atrás, fui muito longe –, nós tivemos uma série de eventos em que se promove uma necessidade, uma demanda de mercado. Então, com o início da industrialização e com as ferrovias, cria-se o centro ferroviário de formação e ensino profissionalizante. Logo depois, vem o Senai e nasce o Sistema S em 1942, para atender uma falta de mão de obra técnica profissional no Brasil.

Então, veja que a gente começa um primeiro exemplo de que se criou um momento, um fato histórico, um fato político – isso foi uma decisão política – e a oferta de mão de obra não atendia essa demanda. Nesse momento, os empresários tomaram a iniciativa e foram formar a sua mão de obra, criaram as suas estruturas para formar a mão de obra.

Depois, com o regime militar, aparece uma série de exemplos. Aí é mais novo, eu vivi esse período, então, está mais fácil para mim.

Nós temos, aí, um exemplo que é a Educação Física, que deixou de ser aquela Educação Física mais lúdica e passou a ser militar, com uma estrutura quase militar da Educação Física. Faltaram professores de Educação Física. Aí, corre para um evento, para uma decisão política de criar cursos rápidos de Educação Física e etc. A mesma coisa aconteceu com o Direito, a mesma coisa aconteceu com o programa nuclear brasileiro. Faltaram engenheiros nucleares e, aí, foi uma correria para formar engenheiro nuclear. Informática: quando veio a reserva de mercado, nós não tínhamos engenheiros de informática no Brasil, de computação, aí aparece o Projeto 15, com os primeiros cursos de tecnólogos em processamento de dados, para atender a essa demanda, ou seja, de novo, nós estamos correndo atrás do rabo. A gente cria uma demanda e não tem oferta suficiente.

Mais recentemente, vem o choque de petróleo, nasce o programa do Proálcool, que sofre interrupções constantes no processo. Faltam profissionais na área, criam-se cursos de especialização, de Engenharia Bioquímica.

Mais recentemente, nós tivemos a expansão do crédito imobiliário e faltou pedreiro, faltou engenheiro, faltou todo mundo, porque construir ficou fácil, ficou barato, ficou mais fácil, e faltaram os profissionais.

Aí, o colapso da saúde. Tenho um depoimento pessoal, eu ouvi o Ministro... Sou professor do UniCEUB e o UniCEUB agora, recentemente, no começo do ano passado, recebeu autorização para o curso de Medicina. Foi por volta de fevereiro que saiu a autorização e eu ouvi o Ministro da Educação falar: "Olha, esse é o último curso de Medicina que a gente abre, porque tem médicos demais no Brasil." Logo depois, vem o Mais Médicos. Não tinha tantos médicos assim. Até temos bastantes médicos, mas são mal distribuídos.

Então, resumindo esse quadro, o que nós temos é sempre um fato relevante, um evento relevante, político, em geral, uma decisão política, em que aumenta a demanda de mão de obra especializada, existe uma mão de obra já definida historicamente até o momento em que a gente descobre que faltou mão de obra. Há aquela euforia, aquele crescimento, a mídia publicando que está faltando emprego, está faltando engenheiro, que quem é engenheiro ganha bastante, há uma procura muito grande por profissionais, e a gente descobre que não tem mão de obra suficiente. Identifica-se a falta de mão de obra e toma-se uma decisão de formação rápida de profissionais de algum tipo. Essa decisão começa a dar certo, mas demora. Um curso de engenharia demora cinco anos para formar o primeiro engenheiro; não é uma coisa rápida. E o resultado é: a demanda continua crescendo, mas chega um momento em que ela estabiliza e começa a cair; e a gente só vai formar gente depois que o pico de demanda passa. Historicamente é isso que vimos.

Com o programa nuclear, formamos engenheiros nucleares. Quando se formou a primeira turma e foram para o mercado, o projeto nuclear já estava em decadência. Hoje, temos a bolha imobiliária começando a estourar, como está se dizendo: a oferta de novos empreendimentos imobiliários está caindo e nós estamos ainda no começo da formação dos engenheiros; eles vão se formar daqui a cinco anos, e eu não sei se vai ter emprego para eles.

Então, esse é um quadro que se repete desde 1930. O apagão de mão de obra não é uma coisa nova. Isso é decorrência dessas ações que são tomadas sem olhar a infraestrutura que nós temos, aproveitando o nome da Comissão.

Um problema de base que isso provoca é que, em uma empresa, a distribuição ideal é um grande corpo técnico que apoia um corpo de engenheiros – estou chamando engenheiros; desculpe-me as outras áreas. É só para citar os formados, graduados em curso superior. Acima dele há cientistas e gestores, ou seja, pessoas que têm pós-graduação, seja em Administração seja em áreas científicas e técnicas. E acima de todos eles os

empresários, que efetivamente geram os negócios. O que temos hoje no Brasil é um corpo mínimo de técnicos, um corpo pequeno de engenheiros, muitos cientistas e gestores, muitos pós-graduados e um incentivo muito grande a empresários.

Isso seria bom se não levasse a uma série de distorções que estamos vendo: nós temos engenheiros trabalhando como técnicos. Isso leva a uma queda da qualidade do ensino. Por que preciso aprender os quatro cálculos, equações diferenciais, as quatro Físicas, Química e todas as outras ciências – equações diferenciais, mecânica de fluidos – se o meu trabalho vai ser de técnico? Porque faltam técnicos, eu tenho engenheiros trabalhando como técnicos; e acaba-se provocando uma queda da qualidade do ensino e formando mal os engenheiros. Não estou generalizando para todas as escolas naturalmente. Só estou trazendo o problema, porque faltam técnicos. Por outro lado, por faltar engenheiros, estou me obrigando a colocar pessoas pós-graduadas para atuar como engenheiros. Então, alguém que fez mestrado, fez doutorado ou fez duas ou três especializações trabalha como engenheiro. Naturalmente que essas pessoas querem ganhar o salário de um pós-graduado e não o de engenheiro.

Então, há essas distorções e o incentivo ao empreendedorismo, que acho bastante saudável, mas que está levando à criação de um monte de empresas em que o próprio empresário tem de trabalhar como gestor e não como empreendedor, o que motivou a criação da empresa. E isso provoca a falência de empresas no curto prazo. Eu sou empresário, eu tenho uma ideia muito boa, criei uma empresa, só que não posso continuar criando ideias; vou ser obrigado gerir a empresa, a fazer o trabalho de um pós-graduado, de um executivo, porque não há no mercado.

Então, essas distorções: desestimulam a educação técnica, não temos uma valorização da formação técnica; desvalorizam o profissional como engenheiro, provocando uma redução do nível escolar dele; banalizam a pós-graduação; fazem com que bons engenheiros acabem virando gestores não porque têm vocação para gestor, mas é como eles podem ganhar o salário que eles acham que merecem. Então, promove-se um engenheiro para ser gerente, perde-se o bom engenheiro e não se ganha um bom gerente. O incentivo ao empreendedorismo faz com que se criem empresários gestores que, depois, não conseguem sustentar o seu negócio no longo prazo. Então esse é um quadro da situação atual.

Como falei, apanho nas três frentes: como empresário, como executivo e como professor. É isso que a gente encontra.

É difícil mudar isso. Não vai ser fácil. O desafio é muito grande, e acho que ele começa aqui no Senado.

Resumindo, há essa cadeia de eventos. E isso acontece, na minha modesta opinião, nesses 36 anos como professor, porque falta uma política de longo prazo, uma política de desenvolvimento. Educação a gente não faz de uma hora para outra; demoram anos para a gente formar o primeiro aluno, a partir de uma decisão de formação. Então, a gente precisa de um plano de desenvolvimento que não seja um plano de governo, mas que seja um plano de nação, um plano de Estado, que perpasse os vários mandatos que tenhamos de ministros, de presidentes etc. A falta dessa política inviabiliza os investimentos necessários para a educação.

Eu, como coordenador, quando faço uma alteração qualquer no meu projeto pedagógico, que é de um curso de quatro anos, eu tenho que imaginar qual vai ser o futuro daqui a quatro anos, quando esse aluno vai se formar. Eu não estou mudando para hoje, mas sim para daqui a quatro anos, quando ele se formar. Os senhores não imaginam a dificuldade que é fazer cenários para daqui a quatro anos. Eu não faço ideia do que possa acontecer daqui a quatro anos. E não é por causa da questão tecnológica. Da tecnologia eu até consigo fazer cenário. Mas qual o mercado que eu vou encontrar daqui a quatro anos? Isso me assusta e me coloca em uma situação de poder comprometer a vida de um jovem que aposta numa profissão que pode ser útil para ele daqui a quatro, cinco anos.

Resolve-se essa falência, essa falta de mão de obra especializada com soluções pontuais, de novo sem um plano. Então, os nossos planos de educação também são de curto prazo, porque eles não estão respaldados por uma política de desenvolvimento econômico de longo prazo. As situações são momentâneas.

Desgraçadamente, historicamente, a gente vê que quando profissionais começam a chegar ao mercado aquela demanda começou a esvaziar e aí eu formo muitos desempregados. Aconteceu isso com a educação física, com advogados, com engenheiros nucleares. Não está acontecendo com a informática, graças a Deus, porque essa área está crescendo, é uma área de tecnologia que cria necessidade, daí cria mercado o tempo todo. Mas isso corre o risco de acontecer com engenheiros. Aliás, já aconteceu. Os senhores que têm os cabelos tão brancos quanto os meus se lembram do milagre econômico de 1970, que foi um *boom*. Houve um aumento grande de procura por cursos de Engenharia e depois nós tivemos engenheiros vendendo suco, vendendo cachorro-quente ou fazendo qualquer outra coisa, porque não havia emprego para eles depois, em 1978, quando houve a crise do petróleo. Então, há o risco de um descompasso, que tem acontecido, e a recorrente falta de mão de obra.

Aí eu tomei a liberdade de responder, mas vou passar rápido essas perguntas e vou direto para um quadro sintético que eu fiz; o material está aí com a gestão do evento. Eu respondi àquelas perguntas todas e, resumindo-as, o que nós temos é isto: nós temos escolas de nível superior, escolas técnicas e, do outro lado, o mercado, que demanda cientistas, profissionais de exatas, profissionais das áreas sociais e de saúde e profissionais técnicos. Esses são os perfis que a gente demanda.

As escolas hoje têm uma ação positiva dos vários programas de financiamento. Felizmente, hoje, quem não tem poder aquisitivo pode fazer uma faculdade. Então, há o Fies, o ProUni. Eu venho de uma família muito pobre, meu pai era pedreiro, minha mãe era dona-de-casa. Eu tive a sorte de ter uma mãe que era dona-de-casa, não podia pagar uma empregada, uma babá. Eu fui educado por mãe e faz uma diferença muito grande hoje eu ter sido educado por mãe. Com isso, às duras penas da minha família, eu consegui fazer uma carreira profissional e ter a educação como meio de progressão social de fato. Hoje, com o ProUni, com o Fies, com esses vários programas se permite que os jovens possam cursar uma faculdade, coisa que no meu tempo era muito mais difícil.

Por outro lado, nós temos uma carga de regulações em cima das escolas muito grande. Agora vão regular também os cursos de especialização. Então, essas regulações acabam dificultando, amarrando, engessando a capacidade da academia de atender a demandas pontuais. Quer dizer, hoje, nos próprios cursos tecnológicos, nos cursos superiores de tecnologia, se eu não abrir um curso que esteja no catálogo do MEC, eu praticamente não o abro; só abro os que estão no catálogo. Se não estiver no catálogo, vou ter que fazer muita justificativa etc. Ou seja, se amanhã aparecer uma demanda por especialista em menopausa de mariposa, eu não posso formar ninguém, porque vai demorar anos para se aprovar esse curso.

Do lado do mercado, nós temos grandes pressões, temos eventos globais que estão fora do nosso controle, e temos também políticas governamentais, programas de incentivo, como é o caso do incentivo aos carros, à indústria automobilística, intervenções do Governo na trama de mercado. Isso leva a uma deformação, como estávamos comentando agora há pouco na sala de espera, entre a quantidade de oferta e a demanda. Hoje nós temos uma pequena demanda de cientistas e pessoas com pós-graduação e uma grande oferta dessas pessoas. Nós temos uma enorme demanda de profissionais na área de exatas e uma pequena oferta nessa área. Temos uma grande oferta de profissionais formados em áreas sociais e pouca demanda por essas pessoas. Na saúde, como eu disse, está mais ou menos equilibrado. Até onde eu consegui mapear, o que existe é um descolamento entre demandas regionais e a oferta desses profissionais. E nas escolas técnicas, então, o descompasso é enorme. Eu tenho uma oferta pequena, agora, com o Pronatec, a gente pode ter uma oferta maior, uma facilidade de oferta maior, mas uma demanda monstruosa que está sendo ocupada por engenheiros, por cientistas, etc.

Os senhores pediram sugestões. Na Academia, a gente tem a maior cara de pau de dar palpite na vida dos outros. Primeiro, é necessário um plano nacional de desenvolvimento, e nós achamos – quando falo "nós", estou falando em nome do reitor do Uniceub, Dr. Getúlio Moreira Lopes – que é fundamental que haja um plano nacional de desenvolvimento. E esse plano tem que ser capitaneado pelo Senado, porque tem longevidade, permeia governos. E se puder ser um plano suprapartidário é melhor ainda, para que não haja ideologias. Um plano feito por pessoas que olhem o futuro do País no longo prazo, dez, vinte anos. Isso vai permitir que a educação se prepare com a antecedência necessária para atender às demandas conforme elas forem aparecendo. Não quer dizer que será uma maravilha. Vai haver eventos globais que vão mexer nesse plano, mas pelo menos já é um...

Maior coordenação nas ações do Governo entre mercado e educação. Nós estamos – vou usar uma gíria – batendo cabeça. De um lado temos eventos políticos que aumentam a demanda de profissionais e, de outro lado, quem oferta esses profissionais. Está faltando uma coordenação entre os diversos órgãos dos governos, em geral, não só federal, mas estaduais e municipais, para que essa cola aconteça.

Valorizar o trabalho técnico. Gente, eu fiz curso técnico de eletrônica. Tenho orgulho de ser técnico. Meu pai era técnico. Mas, hoje, o que um garoto vai fazer na escola, no segundo grau, no ensino médio, se decidir ser técnico? Para que ele vai ser técnico? Se ele se formar com 16 anos, só poderá trabalhar com 18 anos. Em vez de ficar dois anos parado, ele vai fazer uma faculdade. Para que ele vai ser técnico se a maioria dos cargos valoriza o curso superior? Nos próprios concursos públicos, se você tiver um diploma de nível superior para um cargo técnico, você é valorizado, você tem promoções. Então, para que eu vou ser técnico?

O Pronatec é um excelente mecanismo, mas acho que ele poderia estar junto, concomitante à formação do ensino médio, e não esperar ele se formar para depois fazer o curso técnico.

Eu sou do tempo – pela cor da minha barba vocês devem imaginar – em que se falava que o trabalho enobrece. Eu acredito nisso e a gente está deixando de enobrecer nossos jovens. Demoram para entrar no mercado de trabalho.

Permitir esse ingresso mais cedo no mercado de trabalho, aumentar a formação técnica concomitante com o ensino médio e não esperar a formação dele.

Eu coordeno o curso de Jogos Digitais, no Uniceub, que é um curso de dois anos e meio, um curso superior de tecnologia e agora há também no Pronatec o curso de Programação para Jogos Digitais, de um ano e meio, com alunos que acabaram o ensino médio, têm o Enem e podem se inscrever. Eu não tenho o que explicar aos meus alunos. Eles me perguntam: "Professor, para que eu vou fazer o curso superior, pagando um curso, porque é pago, se existe um curso técnico de graça?" E eu não tenho o que responder; sinceramente, eu não sei o que responder a eles.

Por fim, incentivar a parceria empresa-escola, de maneira intensiva, escolas técnicas e escolas superiores, para complementação da capacitação profissional. Lembro que a melhor iniciativa de capacitação profissional foi o Sistema S, no seu início, quando os empresários tomaram a iniciativa de responder a uma demanda da sociedade.

Senador, agradeço a oportunidade. Espero ter respondido a parte das perguntas. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Paulo Foina, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Passo a palavra, agora, ao Prof. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O SR. LÍVIO AMARAL – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Quero saudar o nosso Senador Fernando Collor e agradecer pelo convite feito à Capes para participar, neste momento, desta audiência pública.

Assim como o Dr. Paulo, eu gostaria de me apresentar. Coincidentemente, eu compartilho com ele alguns vícios de origem e de trajetória. Eu também sou formado em Física. Sou professor de Física e até hoje atuo nessa área. Então, temos um pecado original comum, mas, diferentemente dele, eu sempre atuei na academia e, portanto, eu só apanho um terço do que ele apanha porque eu só tenho esse lado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) é um órgão do Ministério da Educação que, como sabemos, desde quatro décadas atrás, acompanha, avalia e induz a pós-graduação no Brasil. Alguns dos pontos que poderíamos comentar neste momento já foram trazidos pelo Paulo – e foram muito bem trazidos –, então, isso facilita bastante. Eu vou falar, na parte formação de recursos humanos, da graduação para a pós-graduação.

O sistema tem crescido muito bem, muito fortemente, com muita qualidade nos últimos muitos anos. Ou seja, a pós-graduação brasileira vai-se desenvolvendo muito bem. Agora, ela está muito aquém, naturalmente, da demanda. E vejam, por exemplo, que quando o Dr. Paulo diz que se tivéssemos uma demanda para termos uma nova graduação, não sei, no bater de asas da borboleta na China, nós, na graduação, teríamos uma série de dificuldades de responder a essa demanda, e muitas dessas dificuldades, como ele mencionou, seriam por conta de uma série de normas e formatações legais que nos levam muito tempo até responder a isso. Na pós-graduação, eu não tenho essa dificuldade maior. Na pós-graduação, a agilidade de formatação e, portanto, de respostas a demandas de diferentes naturezas é bastante mais rápida, mas nem sempre acontece, porque eu não tenho quem possa ser professor da pós-graduação para atender àquela demanda.

Por um lado, nós temos bastante mais facilidade e agilidade na pós-graduação para formar os nossos quadros de pesquisadores, de professores, de orientadores, que, por sua vez, vão reproduzir e aumentar o sistema. Mas, como fazer uma formação em novo campo para atender uma demanda, se eu não tenho professores no sistema capazes de atender a isso como formação, como conhecimento, como produção de conhecimentos naquela área específica?

Alguns problemas que foram mencionados aqui, de demanda, de tamanho do sistema para responder à demanda, também aparecem na pós-graduação, tipicamente nas engenharias, nas áreas tecnológicas, onde estão as ciências exatas, as tecnologias, as engenharias.

O Brasil, sim, tem uma enorme diferença com relação a situações de países mais desenvolvidos ou países que são maiores produtores de conhecimento nessas áreas e, quando falo em conhecimento, falo desde daquele conhecimento da ciência de base até daquilo que se transforma em produto efetivo, colocado no sistema produtivo.

Então, enquanto o Brasil forma certo número de engenheiros por ano – e falo agora em engenheiros pós-graduados, de pós-graduação em Engenharia para formar os nossos mestres e doutores –, esse número, comparado, por exemplo, com a Coreia, comparação recorrentemente feita, é cinco, oito vezes menor. Então, na pós-graduação, quando a gente conta o número de doutores formados a cada ano e quando, nesse mesmo ano, se compara com a realidade, por exemplo, da Coréia ou de alguns países da Europa e também da Europa Ocidental, que são países mais próximos da nossa história, dependência e cultura, são coisas desta ordem: forma cinco vezes, oito vezes, nove vezes menos.

Em particular, no Brasil, para as engenharias e as áreas das ciências exatas e da terra, o que acontece é que, nesses últimos anos, 2004, na última década talvez – um pouco mais, um pouco menos, mas vamos falar nessa última década, até então –, como o mercado tinha uma colocação menor para engenheiros, acontecia aquilo que o Prof. Paulo mencionava; ou seja, tínhamos engenheiros formados, capacitados e, depois, iam trabalhar em uma série de atividades que não eram exatamente atividades de engenharia, entendido isso como indústria, como infraestrutura e desenvolvimento do País. Eram aqueles engenheiros que iam trabalhar no setor imobiliário, no setor de administração, no setor financeiro.

Não que isso fosse e seja alguma coisa necessariamente ruim. Para os indivíduos é bom, porque uma formação em engenharia é uma formação difícil, com muita exigência, com muita exigência em matemática. Isso produzia profissionais que tinham, sim, muita capacitação para trabalhar nessas outras áreas. Então, isso foi muito bom, muito positivo, só que, para o País, os quadros de que precisávamos e aquilo que podia dotar o País de uma infraestrutura não se tinha. Então, não se formava porque não tinha demanda. Não tinha demanda; portanto, não se formava.

A partir de 2004, alguma coisa em torno disso, com o maior aumento da atividade econômica, como todos sabemos, passou a existir uma demanda maior para isso. Só que, então, precisávamos começar a formar novamente um número maior de engenheiros. Havia um maior número de candidatos a serem formados nas engenharias, coisa que vinha diminuindo relativamente.

Na pós-graduação especificamente, isso foi verificado; aumentou muito a demanda por pós-graduação em Engenharia, e se produziu daí um fenômeno um pouco diverso; ou seja, como o mercado, como a situação econômica do País permitiu maior crescimento, foram esvaziados os cursos de Engenharia por uma lógica muito simples de mercado de trabalho. Por exemplo, nas geociências isso foi muito notório a partir de 2008, 2009, e os nossos alunos, num curso de pós-graduação, que estavam fazendo mestrado – a bolsa é em torno de R$1.500,00 –, o setor produtivo monitorava esses alunos já no final dos cursos de graduação – os nossos geólogos, gente que fazia exploração, gente que fazia engenharia de minas, engenharia de extração etc. Monitoravam, esses alunos entravam na pós-graduação e rapidamente sofriam um filtro, que é o filtro da seleção para a pós-graduação, passavam um semestre, ou um pouco mais de um semestre fazendo as disciplinas e, ao fazer isso, eles confirmavam, de algum modo, digamos assim, sua vocação. Aí, vinha o mercado não só a parte não pública, mas também a parte pública, as empresas do setor público, e perguntavam para esse nosso aluno: "De quanto é a sua bolsa?" Ele dizia: "É R$1.500,00." E diziam: "Há um contrato para você trabalhar por R$6 mil." É evidente que nenhum de nós, muito menos um jovem, por mais vocação e vontade que tivesse... Ele acabava saindo da pós-graduação e indo trabalhar sem continuar a formação. Então, isso foi bem característico. No último ano e meio ou dois, talvez haja uma pequena reversão dessa tendência, mas isso ainda é bastante presente.

Por um lado, a nossa pós-graduação é robusta, cresce muito. No último triênio, por exemplo, para termos um dado mais recente, ou seja, no triênio 2010/2011/2012, comparado com o triênio anterior, a pós-graduação brasileira cresceu 23% em número de cursos, portanto, em oferta de formação. Ora, 23% é um índice tipicamente chinês, não é um índice da nossa realidade brasileira, da nossa realidade latino-americana.

No entanto, apesar de estarmos crescendo – a Capes induz e acompanha esse crescimento com avaliações periódicas para garantir, sim, a qualidade, a qualificação dessa formação –, evidentemente estamos ainda bastante longe daquilo que seria o atendimento mínimo de demanda. Existe, por parte do MEC, uma série de ações, de induções de programas que se fazem para continuar aumentando essa oferta de pós-graduação. Isso tem acontecido, tanto é que tem crescido, como mostra essa taxa significativa de 23% a cada triênio. Isso vale também para triênios anteriores.

Portanto, acho que estamos indo em uma direção bastante adequada, só que estamos ainda muito aquém da atual necessidade do País, muito aquém naquilo que podemos oferecer para que nossos estudantes possam, de fato, fazer pós-graduação.

A pós-graduação é uma formação que exige dedicação permanente, contínua. O número de bolsas tem crescido para ofertarmos ao jovem a possibilidade de fazer pós-graduação, mas isso ainda é bastante limitado, essa oferta, frente ao que temos de demanda no sistema.

Por último, para abordar outro aspecto de toda essa problemática, quando olhamos a pós-graduação brasileira, os nossos alunos – e esses alunos são colocados em contextos e realidades diferentes – têm tido desempenho muito bom. Isso é muito evidente. Já era evidente, mas, agora, pela quantidade, é mais evidente ainda, com aquilo que está acontecendo dentro do chamado programa Ciência sem Fronteiras, pelo qual vão alunos de pós-graduação e também de graduação, naquilo que se chama graduação sanduíche e naquilo que se chama doutorado sanduíche.

Então, os nossos alunos que vão fazer parte da sua formação pós-graduada no exterior através do programa Ciência sem Fronteiras, bolsas de doutorado sanduíche, têm tido um desempenho muito bom. Isso foi

dito não por nós, mas pelas universidades, pelos grupos, pelos centros em que estão trabalhando. Eles têm ganhado uma série de prêmios, têm tido desempenho, e isso tem sido reconhecido mundialmente. Ou seja, a qualidade do nosso aluno que vai fazer uma parte da sua pós-graduação no exterior é muito boa, é uma formação muito satisfatória a que ele tem tido, tanto é que vai, que desempenha, que acompanha, que tem bom rendimento fora do País.

Como entendemos isso? Entendemos isso porque evidentemente estamos falando de uma parcela absolutamente pequena da pós-graduação, na idade de 18, 19 anos a 25, 26, 27 anos, quando termina todo o ciclo de entrar na universidade, fazer a graduação e, depois, fazer a pós-graduação. Esse é o tempo de vida em que cada um de nós, em geral, está fazendo uma formação de graduação e pós-graduação. Então, quando chega à pós-graduação, o aluno tem um bom desempenho. Mas é claro. Por que entendemos isso? Porque há um enorme filtro. De cada cem que entram, quantos são, de fato, os que chegam a uma pós-graduação, que podem? Vai-se filtrando: ensino médio; depois vestibular; depois graduação; depois inscrição na pós-graduação; depois a exigência muito forte que há na pós-graduação. Quando se chega a esse estágio, é evidente que filtramos, nesse processo todo, os que são necessariamente os melhores alunos, os mais capacitados, os que têm maior vocação. Portanto, têm bom desempenho. O problema é quanto por cento da população brasileira isso representa. E, quando entramos nesses números, vemos que a nossa realidade é muito difícil.

Um ponto importante, absolutamente complementar a tudo isso – e há muitas análises, todos sabemos, acho que a Profª Nilva vai concordar com isso, até porque o Prof. Paulo já mencionou –, é que o nosso problema está mais embaixo: na nossa escola, no nosso ensino fundamental e médio. Temos que ampliar muito isso, temos que qualificar muito isso para poder dotar nossos jovens, de maneira mais significativa, quando tiverem oportunidade de fazer faculdade e, depois, de fazer uma pós-graduação. Ou seja: essa base tem que ser enormemente ampliada. Enormemente ampliada significa ampliar essa base para os outros 90% ou mais de 90% da população que não têm essa alternativa.

Nesse sentido, a Capes, que sempre trabalhou, como estou explanando até agora, com a pós-graduação, começa a trabalhar com a graduação através de programas que justamente procuram pegar toda essa capacidade, toda essa potencialidade que nós temos na pós-graduação para fazê-la incidir no ensino fundamental e no ensino médio. Para isso, temos vários programas.

Vou mencionar dois programas: um é o que se chama Pibid, sigla que significa Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docentes. Então, esse programa dá bolsas para os alunos de graduação que serão os futuros professores das escolas de ensino fundamental e médio, ou seja, é aquele nosso jovem que está fazendo uma licenciatura, uma pedagogia, uma graduação em educação e que, durante sua formação, tem a oportunidade dessa bolsa para fazer iniciação à docência. Com isso, vamos qualificar mais os nossos jovens que saem das universidades – licenciados, pedagogos etc. – para, quando passarem a trabalhar no ensino fundamental e médio, que estejam mais bem preparados, porque tiveram, ao longo de quatro anos, a oportunidade de fazer essa iniciação à docência. Os números hoje são 100 mil bolsas. Trabalha-se com a expectativa de que, até o final deste ano ou o meio do ano que vem, sejam 150 mil bolsas. Portanto, é uma ação muito concreta, muito bem planejada que se faz, mas o efeito disso vai se sentir no sistema daqui a cinco, dez anos, talvez, quando esses professores, de fato, estiverem atuando no ensino médio e formando nossos jovens, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

O outro programa, dos dois que eu disse que citaria, é um que se chama Programa de Formação de Professores. Por quê? Porque a nossa realidade de ensino fundamental e de ensino médio é: temos aquele professor que se formou na graduação em Química e está dando aula de matemática; aquele professor que se formou em Matemática e está dando aula de geografia, por fatores e circunstâncias que todos conhecemos. Um exemplo: há a falta, mas não há o professor adequado, e um professor acaba assumindo uma disciplina que não é a sua formação, a sua origem. E isso é muito forte, é muito intenso no sistema.

Então, o que se faz nesse momento é uma espécie de reciclagem, para usar um termo mais simples. Esses professores voltam à universidade para fazer uma segunda licenciatura, na qual eles passam a estudar os conteúdos específicos daquela matéria que estão lecionando e em que não foram formados. Então, é aquele professor de química que está dando aula de matemática, que volta, por mais um ano, um ano e meio, à universidade para ser formado, para ter aqueles conteúdos de matemática, da qual ele é professor.

São essas as considerações que eu queria trazer, dizendo que nós temos um sistema de pós-graduação que é de qualidade, sim, que é reconhecido no mundo, que tem um padrão bastante alto, só que quem chega nele é uma minoria certamente. E, até agora, a incidência disso naquilo que é ensino fundamental e médio era muito pouca. Quer dizer, o que nós fazíamos na pós-graduação estava muito desconectado, não tinha nenhuma incidência sobre os ensinos fundamental e médio, mas agora, com esses novos programas, se anda nessa direção. Começa-se a ter, então, essa incidência da pós-graduação no ensino fundamental e médio, que

é o diagnóstico que todos nós temos. Enquanto não houver um enorme avanço, nós vamos ter, mesmo que houvesse muitas condições na pós-graduação, um descompasso aí, porque não teremos pessoas formadas ao nível necessário para irem, em algum momento mais adiante, trabalhar na pós-graduação ou ser aluno na pós-graduação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Prof. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela sua explanação.

Passo a palavra à Profª Nilva Schroeder, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério da Educação.

A SRª NILVA SCHROEDER – Boa noite a todos.

Quero saudar o Senador Fernando Collor e dizer da importância, da relevância de termos espaço para esse diálogo, de podermos falar um pouco mais a respeito de como está concebido o Pronatec e do que já temos feito de ações objetivas no âmbito desse programa, e saudar também o Prof. Lívio e o Prof. Paulo, que já nos apresentaram aí questões muito importantes para essa discussão.

O Pronatec nasce de uma lei, em 2011, portanto, já nasce com a intenção de ser algo perene. Embora tenha essa denominação de programa, a nossa expectativa é que ele possa, sim, ser um vetor e ser um espaço de articulação de ações para que a gente possa enfrentar os desafios já mencionados pelos professores que me antecederam.

Para falar desse desafio é inevitável que a gente traga um pouco do que são as demandas educacionais que nós vivemos atualmente.

Temos, aqui, primeiro, um dado importante em relação à distribuição da população economicamente ativa por escolaridade, em que vamos constatar que, de fato, existe uma demanda muito expressiva por escolarização. Então, nós vamos falar de educação profissional no âmbito do Pronatec, mas, numa análise muito rápida, nós já podemos perceber que não é possível falar de educação profissional sem necessariamente tratar de elevação de escolaridade.

Se vocês observarem, na faixa de 18 a 29 anos, nós temos um índice próximo de 40% de pessoas com ensino médio completo. A maioria tem menos que o ensino médio – nós estamos falando dos jovens. De 30 a 39 anos, um número muito expressivo: acima de 30% das pessoas não têm nem o ensino fundamental completo. E na faixa de 40 a 49 anos, também um número muito expressivo de pessoas não têm o ensino fundamental completo e esse número é ainda maior quando falamos de uma faixa etária mais elevada, acima de 50 anos. Então, esse dado em si já se põe como desafio.

Em seguida, há um dado ainda mais importante para falar de educação profissional técnica, sobretudo para falar de educação profissional técnica de nível médio: temos 7,6 milhões de jovens, na faixa de 18 a 24 anos, que concluíram o ensino médio, o que é bom, mas não prosseguiram estudos nem no ensino superior nem na educação profissional. Portanto, um universo de pessoas, um número muito expressivo de pessoas que certamente, ao ingressarem no mercado de trabalho, terão uma condição precarizada que acaba se manifestando em relação à circularidade nos empregos. Mesmo que consigam um emprego formal, como não têm uma qualificação específica, acabam permanecendo um tempo mais curto. Os estudos têm mostrado isso. Então, essa faixa, esse grupo de pessoas é seguramente um dos que mais interessam, que representam um maior desafio para o Pronatec.

Outro dado importante e preocupante é que temos uma diminuição do número de matrículas na educação de jovens e adultos. Ao mesmo tempo em que vimos anteriormente um número muito expressivo de pessoas que não têm o ensino médio concluído e não têm o ensino fundamental concluído, é curioso ver que há um número baixo ou um número que vem decrescendo de matrículas na educação de jovens e adultos. Quero ressaltar que no Pronatec esse desafio tem sido posto como uma prioridade também. A possibilidade de elevação de escolaridade associada à educação profissional, tanto técnica de nível médio quanto a qualificação profissional, estão colocadas na forma dos cursos que mais adiante poderemos identificar melhor.

Aqui um dado importante, positivo, que é o crescimento, nos últimos anos, se olharmos esse período de 2007 a 2012, muito expressivo na oferta, no número de matrículas em cursos técnicos, de 780.000 para 1.362.000 aqui em 2012. Certamente um crescimento ainda mais expressivo agora com o Pronatec. Então, esse é um dado bastante positivo.

As metas do Plano Nacional da Educação têm a previsão de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, preocupadas, sim, com a qualidade dessa oferta, porque não bastam as vagas, há uma preocupação muito significativa com qualidade.

Quando falamos de educação profissional, qualidade é uma dimensão deveras complexa, porque um curso de educação profissional tem um custo mais alto, ele implica uma organização didático-pedagógica mais elaborada, implica um quadro de docentes preparados para educação profissional, enfim há um conjunto de fatores que tornam desafiador alcançar uma oferta e, além de alcançar a oferta, alcançar com qualidade.

A expansão das matrículas no ensino médio integrada à educação profissional, então a oferta daquele curso que costumamos chamar de curso técnico na forma integrada, onde o estudante tem uma matrícula única, faz ao mesmo tempo sua formação profissional com a formação de ensino médio, do início ao final, num período de três a quatro anos. A intenção é expandir essas matrículas. E expandir as matrículas também nos institutos federais. E vamos ver que, com a expansão da rede federal, esse é um objetivo que vem sendo perseguido com muita veemência.

A expansão da oferta de educação profissional técnica e de nível médio nas redes públicas estaduais. Vamos observar que no Pronatec também há um investimento específico no fortalecimento dessas redes.

E para a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio a distância também há uma ação no Pronatec.

Ainda há a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, articulada à educação profissional, justamente para que tenhamos, diante da oportunidade de retorno à escola, a oferta da qualificação, da preparação para o trabalho, de maneira que, quando esse jovem, esse adulto que tem um histórico de interrupção de sua escolarização retornar possa ter uma condição de fato diferenciada ao concluir o curso.

Integração da educação de jovens e adultos, inclusive na educação a distância, para que consigamos alcançar mais pessoas Brasil afora, já que temos, em alguns cantos de País, uma dificuldade maior de alcance das pessoas.

E fomentar programas de educação de jovens e adultos tanto para a população urbana quanto para a população do campo. Nós temos observado que, além de já ter o desafio de oferecer um número expressivo de vagas, para alguns públicos o desafio aumenta por conta de localização geográfica, por conta das características, das peculiaridades, do contexto em que essas populações vivem. Então, no campo, populações tradicionais, indígenas, quilombolas, o próprio agricultor familiar são para nós um desafio. No âmbito do Pronatec, estão destacados como público prioritário.

E, ainda, a expansão de oferta de matrículas gratuitas também nas instituições privadas. Aí a resposta, com o chamado Sisutec, que é o Sistema de Seleção Unificada, a exemplo do que se faz para o ensino superior, o Sisu, implantado desde o ano passado, viabilizando a participação das instituições privadas com a oferta de vagas gratuitas.

Todas essas ações, vocês vão observar, estão, de certa forma, no escopo do Pronatec, que tem como principal objetivo a expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada. Então, observem que nós temos como resposta a esses desafios cinco ações: a expansão da rede federal; o Brasil profissionalizado, que diz respeito às redes estaduais, é um investimento do Governo Federal nas redes estaduais; o acordo de gratuidade do Sistema S, que implica o atendimento com vagas gratuitas, utilizando a renda líquida do Sistema S; a Bolsa Formação, que é uma ação diferenciada, que nasce com a lei do Pronatec; e a Rede e-Tec, que é a Rede de Educação Profissional a Distância, a possibilidade de oferta de cursos a distância.

Então, esse é o conjunto de iniciativas do Pronatec, que tem como propósito alcançar prioritariamente esse conjunto de público, de grupos sociais, tanto o estudante que está no ensino médio quanto o egresso do ensino médio.

O Prof. Paulo falava da importância de termos a oferta do curso técnico concomitantemente ao ensino médio. Essa oferta está contemplada no Pronatec, no conjunto de ações do Pronatec. Há o atendimento aos trabalhadores no sentido mais amplo possível, mas aí com alguns destaques para os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda, e aí vocês vão observar que nós temos uma participação importantíssima do Ministério do Desenvolvimento Social no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com uma resposta muito significativa em termos de encaminhamento das pessoas para as vagas, pessoas com deficiência, o que se põe como um desafio transversal. Nós temos um atendimento prioritário a uma pessoa com deficiência. Aonde ela chegar, numa vaga do Pronatec, ela terá atendimento preferencial. Não se trata nem de reserva de vagas. Ela chega e terá a sua matrícula feita prioritariamente.

E os beneficiários do Seguro Desemprego, aí com propósito bem específico, para aquelas pessoas que são reincidentes na solicitação do benefício, atualmente pela segunda vez. Então, a partir da segunda vez que o cidadão perde o benefício, ele será encaminhado para um curso de formação inicial e continuada, na perspectiva de oferecer uma condição para que ele mude a sua relação com o mundo do trabalho e possa sair da sua condição de precarização de emprego.

Os povos indígenas, as comunidades quilombolas e outras tradicionais, os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, algo bem pontual, mas que se põe como um desafio imenso, e outros públicos prioritários que se associem à Bolsa Formação, especificamente a essa ação do Pronatec.

Vocês vão observar que, com esses cursos técnicos, com a oferta desses cursos técnicos e a oferta de cursos FIC, espera-se atender, até o final deste ano, 8 milhões de brasileiros, espera-se oferecer 8 milhões de vagas.

Os cursos técnicos podem ser tanto na forma integrada, como citei antes, que é aquele curso que o jovem faz ao mesmo tempo, enquanto ele está fazendo o ensino médio, na mesma escola; o ensino técnico concomitante, que é aquele em que ele estuda num turno numa escola de ensino médio e em outro turno numa escola de educação profissional; e o subsequente, que é para aquele que já concluiu o ensino médio; e os cursos de formação inicial e continuada, que têm que ter, no mínimo, 160 horas para serem considerados qualificados para oferta no Pronatec.

Então, isso, no conjunto, significa 220 cursos técnicos, todos descritos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e mais: neste momento, 646 cursos de formação inicial e continuada que estão descritos no Guia Pronatec de Cursos FIC, como nós chamamos, que é a formação inicial e continuada.

Aqui o quadro de metas em cinza clarinho e de matrículas de fato executadas desde a implantação do programa em 2011. Então, nesse momento, na data de três de março, nós tínhamos seis milhões de matrículas realizadas. Neste momento, nós estamos com mais de 6,2 milhões de matrículas realizadas, somando o curso técnico, que é de nível médio, e os cursos de formação inicial e continuada. Portanto, espera-se alcançar a meta até o final do ano, uma vez que boa parte das matrículas do primeiro semestre ainda não está aí registrada. Os campos estão em branco. Então, isso significa que a gente tem toda a expectativa de alcance da meta.

A ação que nós denominamos Bolsa-Formação tem um desenho muito particular, inusitado, original, se a gente considerar o histórico da educação profissional. Ela pressupõe a participação das redes ofertantes de educação profissional, tanto as públicas quanto os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as privadas, a partir do último ano. E ela pressupõe a participação de uma figura bastante nova no processo educacional, que é o chamado demandante. E aí é que está talvez o maior diferencial. O nosso entendimento é de que o demandante, que pode ser um ministério ou uma secretaria estadual de educação, tem o papel de identificar as demandas, de mobilizar os potenciais beneficiários e realizar o processo de seleção e de pré-matrícula. Portanto, há aí um desenho que exige a articulação entre os diferentes agentes participantes do processo. Então, nós vamos ter um Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, com o papel de mobilizar o público que está no CADE Único, para que essas pessoas cheguem aos cursos, ocupem as vagas da chamada Bolsa-Formação, a Setec, no papel de coordenadora desse processo, e o FNDE, com o papel de repassar os recursos.

É importante dizer que o valor repassado às instituições ofertantes – são as instituições ofertantes que recebem os recursos do Governo Federal – é da ordem de R$10,00 hora/aluno. O que isso significa? É importante a gente ressaltar, porque isso é sinalizador da possibilidade de qualidade dos cursos. A instituição recebe R$10,00 hora/aluno. Esses R$10,00 hora/aluno, para um curso, por exemplo, com 30 alunos são uma carga horária de 200 horas e dão R$60 mil, o que é absolutamente satisfatório para o pagamento dos profissionais e para suprir todos os insumos, todas as condições objetivas para a realização de um curso.

As entidades, então, participantes, os agentes envolvidos, as secretarias estaduais e distritais de educação. Neste momento, nós já temos 15 Ministérios. Há mais dois em processo de articulação – o Ministério do Meio Ambiente e o MAPA, que iniciaram uma conversa nos últimos meses. Então, esses 15 Ministérios, ou 17 em breve, têm esse papel de dialogar com os ofertantes, que são: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, redes estaduais e municipais, que são poucos casos no Brasil, mas há algumas e bastante importantes, Senai, Senac, Senar, Senat e instituições privadas.

A forma de ingresso nesses cursos no Pronatec tanto acontece via próprio ofertante, que faz os seus processos seletivos específicos... No caso da Bolsa-Formação é o demandante, então, é o próprio ministério. No caso do Ministério da Cultura, ele define as suas demandas e cria uma estrutura para que se faça o encaminhamento das pessoas aos cursos. Então, é ele próprio que tem a responsabilidade de fazer o processo seletivo.

No caso específico dos cursos para ingresso no Ensino Médio, o processo é de seleção unificada, que parte do entendimento de valorização do Enem. Então, uma primeira etapa do processo é voltada para o atendimento de quem fez o Enem e, num segundo momento, para as vagas remanescentes. Então, a ocupação feita por qualquer estudante que tenha concluído o ensino médio, sem necessariamente ter feito Enem.

Para os cursos FIC, quando é uma oferta específica da instituição, ela própria faz o processo seletivo. E, no caso da Bolsa-Formação, o acesso é feito por encaminhamento dos chamados demandantes. E ainda há a possibilidade de inscrição *on-line* para a ocupação das vagas remanescentes.

Então, hoje, nós temos sempre disponível na página do Pronatec, cujo endereço aparece lá no final, um conjunto de vagas, que são as vagas remanescentes de cada oferta, o que possibilita o acesso de toda e qual-

quer pessoa, independente da sua escolaridade ou do seu perfil. É lógico, tem que ter a escolaridade de acordo com o curso que está sendo oferecido, mas não uma escolaridade padrão, é conforme os seus interesses e a sua condição de acompanhar o curso.

Aqui, para se ter uma visão da participação das instituições especificamente nesta ação: a Bolsa-Formação. Uma participação expressiva de Senai e de Senac, que têm uma capacidade instalada bastante robusta, e que, portanto, conseguem um alcance maior. E as redes públicas. A federal, com cerca de 15%; e redes estaduais, com cerca de 5%, na oferta de cursos.

Na atuação dos demandantes, um destaque para o MDS, que tinha inicialmente a meta de um milhão de vagas, alcançou essa meta no mês passado e inclusive a alargou para 1,3 milhão, e que tem feito um trabalho muito importante, com a participação dos Centros de Referência de Assistência Social, lá no Município, em cada localidade, fazendo inclusive a busca ativa, indo ao encontro das pessoas, e por isso um resultado muito positivo.

Os cursos mais procurados. Aqui, nós temos um destaque para os cursos de segurança do trabalho, informática, logística e enfermagem, sobretudo agora, com a oferta de cursos para estudantes que já concluíram o ensino médio. Nós fizemos inclusive a seleção de alguns cursos que entendemos não tão necessários, uma vez que já têm uma oferta alargada pelo País afora, e criamos uma tabela que diz que cursos podem ser oferecidos. Dos 220, cerca de 180. Nesse caso, há uma ocupação muito mais aderente às necessidades que existem nos diferentes contextos.

Aqui, só para ressaltar, a expansão da rede federal, que tem um crescimento expressivo de matrículas, de 2008 até aqui, passando de 34 mil para 989 mil matrículas, o que é muito significativo.

O Brasil Profissionalizado, que é um investimento nas redes estaduais, tanto em reforma como em nova obra, como em equipagem de laboratório e também na formação de professores. Também é uma ação importante.

A educação a distância, que leva, por meio de polos de educação a distância, a possibilidade de atendimento em alguns lugares mais distantes, onde não há necessariamente uma unidade de ensino instalada.

Aqui, para destacar, a nossa preocupação com a qualidade, já que os números estão relativamente bem resolvidos. Como mostramos, temos conseguido, seguramente por conta da parceria com os ministérios e com as Secretarias de Educação, muito êxito na oferta e na ocupação das vagas.

Portanto, estão na nossa pauta, na nossa agenda, atualmente, os desafios que dizem respeito à elaboração de um mapa da educação profissional, no sentido de identificar o que, de fato, nós temos de oferta Brasil afora e a aderência dessa oferta às demandas, para que possamos, então, ter critérios mais assertivos na definição das ofertas pelas instituições.

Temos uma parceria com o Inep para desenvolver o Sistema de Avaliação dos Cursos Técnicos, a exemplo do que já se faz na educação superior. Não temos ainda, salvo alguma experiência pontual das instituições, um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional. Esperamos tê-lo em breve. E temos uma parceria com o Ipea, para a avaliação de egressos de cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Aqui cabe também destacar uma ação muito importante, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, que é a articulação, a integração entre o Sistema Mais Emprego e o nosso Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional. No próximo mês ou em junho, o mais tardar, talvez, todo aquele estudante que sai de um curso do Pronatec terá os seus dados automaticamente disponibilizados no Sistema Mais Emprego, o que faz com que tanto ele quanto o empregador possam enxergar as possibilidades de trabalho, de inserção profissional.

Aqui, um destaque para duas ferramentas importantes, sobretudo na perspectiva de controle social: a criação do Conselho Deliberativo de Qualificação e Informação Profissional, já instalado no ano passado, e o Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional, também já instalado no ano passado, com a expectativa de criação de fóruns em âmbito estadual, com o propósito de articular as políticas de educação profissional e tecnológica.

Informações adicionais: nós temos algumas informações disponíveis na página e um destaque para o Sistema Nacional de Registros das Informações da Educação Profissional, por meio do qual, inclusive, é feita a gestão da Bolsa Formação. Então, todo registro hoje de um estudante matriculado no Pronatec é feito mediante registro de CPF nesse Sistema Nacional de Informações. Então, isso faz com que a gente tenha um controle, uma possibilidade de monitoramento e de acompanhamento das ações de forma muito imediata.

Quero agradecer esta oportunidade de participação e ressaltar que, de fato, se fosse para resumir, nós diríamos que o grande desafio é a aderência, buscar consolidar a aderência entre as ofertas e as demandas.

Nós vimos que as instituições têm conseguido dar um passo adiante, fazer ofertas, inclusive extraordinárias, considerando a sua capacidade instalada. Mas fica o desafio de ter, por exemplo, um Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sinalizando, indicando quais são as suas demandas no âmbito do Plano

Brasil Maior; um Ministério da Cultura dizendo das suas demandas no âmbito das suas políticas dos seus programas; um Ministério da Pesca e da Agricultura falando das suas políticas específicas e pontuando, anotando que cursos, para que público é preciso oferecer educação profissional, e assim por diante. Então, acreditamos que essa articulação, essa integração entre esses diferentes agentes é o que possibilita a articulação das políticas, é o possibilita uma ação mais perene na educação profissional e tecnológica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à Profª Nilva Schroeder, que é Coordenadora-Geral do Programa Pronatec do Ministério da Educação.

Esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Rádio e TV Senado e também está aberta à participação dos internautas e daqueles que queiram utilizar o *e-mail* do Senado Federal.

Aqui já chegam algumas perguntas. Vou fazê-las, inicialmente, ao Dr. Paulo Rogério Foina. São duas perguntas.

A primeira:

Resultados recentes do teste PISA aplicado a alunos do ensino médio mostraram que os estudantes brasileiros não sabem aplicar a matemática para resolver problemas práticos. A universidade é capaz de recuperar este déficit de conhecimento dos alunos entrantes? Quais soluções V. Sª propõe para solucionar a baixa qualidade do ensino de Matemática e de Ciências no ensino médio? As universidades não poderiam se aproximar mais das escolas do ensino médio?

Uma outra:

O percentual dos jovens brasileiros que cursam a universidade é baixo quando comparado com os países de desenvolvimento semelhante ao Brasil. Se o Brasil aumentar a quantidade de profissionais de nível superior, haverá espaço no mercado para eles?

Com a palavra, o Dr. Paulo Foina.

O SR. PAULO ROGÉRIO FOINA – Obrigado. São duas perguntas complicadas de serem respondidas de pronto.

Quanto à qualificação em Matemática, em Ciências em geral, e, como professor de Física – acho que o nosso colega vai compactuar comigo na dificuldade –, penso que a gente ensina muita ciência e pouca prática no dia a dia. Uma questão que me deixa, toda vez que eu vejo um livro de Física – e aí, como professor, isso me dói – de ensino médio em que aparece lá: "Sejam duas massas, M1 e M2, com velocidade V1 e V2..." Ninguém encontra uma massa M1 na rua; você encontra um carro, um poste. Quer dizer, a gente ensina a Física e a Matemática com uma distância muito grande da prática do dia a dia. Isso faz com que o aluno entenda a Física, a Matemática e as outras ciências como algo esotérico, que está fora da sua prática diária. Por isso, torna-se difícil para ele, num teste desses, aplicar aquele conhecimento que eventualmente ele tenha para resolver problemas práticos.

No curso de Química, no ensino médio, a gente aprende o que são forças tensoativas, o que são forças sobre as moléculas, e depois a gente se esquece de que isso é que faz o detergente funcionar em casa, e que quem lava a sujeira não é o detergente, mas é a água; o detergente só gerou um efeito tensoativo que ajuda a água a tirar a sujeira; e a gente usa um monte de detergente para tirar a sujeira, quando, na verdade, quem está limpando é a água, que é muito mais barata.

Então, esse distanciamento entre o que a gente ensina – a gente ensina muita ciência e pouca ciência aplicada – faz com que nosso aluno se distancie bastante nesses testes.

Essa é a primeira crítica.

Quanto à outra, o Prof. Lívio já alertou: nós temos uma baixa qualificação dos nossos professores de ciências exatas, seja pelo fato de estar dando aulas de matérias em que ele não é competente... Isso se der sorte de haver um professor de Matemática ensinando Física ou vice-versa; o que acontece, às vezes, é um professor de Educação Física dando aulas de Física, porque há alguma "similaridade"; ou então um leigo, já que há uma quantidade muito grande de professores leigos dando aulas.

Como a gente pode resolver isso? Não se resolve de uma hora para outra. Como nós vimos, ações para corrigir esses rumos demoram tempo para acontecer: oito anos, dez anos, até se formarem professores de forma adequada.

Eu me lembro de um fato ocorrido na época em que a Capes começou o trabalho no ensino médio. A própria Capes fez uma pesquisa que me deixou estarrecido: se nós pegarmos os professores formados em Língua Portuguesa, História, Geografia nos últimos 25 anos – quer dizer, eles estão dentro do tempo de vida útil, dentro do prazo de validade – e que estão no mercado, só 40% deles estão dando aulas; os demais não estão dando aulas. Mas, se pagássemos muito bem a esse montante de professores, R$10 mil por mês para cada um desses profissionais, eles atenderiam à demanda de professores para o ensino médio. Já a Física, a Matemáti-

ca e a Química, se nós somarmos os professores formados nos últimos 25 anos, também só 40% deles estão dando aula; se todos esses formados nos últimos 25 anos estivessem dando aulas, nós não atenderíamos nem 40% da demanda atual de professores.

Ou seja, nós temos uma deficiência estrutural. Essa deficiência estrutural, num curto prazo, para se resolver, a única solução que vejo é trazer outros profissionais. Eu, sinceramente, como pai, e agora, futuramente, como avô, sentir-me-ia muito mais confortável de ter um engenheiro dando aula de Matemática do que um professor de outra área dando aula de Matemática; de um médico dando aula de Biologia do que outro profissional de outra área dando aula. Quer dizer, permitir que profissionais que até poderiam dar aulas de graça, porque têm essa vocação ou têm esse atavismo relativo ao ensino, essa vontade de colaborar, pudessem participar do processo pedagógico.

Eu sou professor, como falei, licenciado, um pouco pedagogo, e a gente é uma raça complicada. Pedagogo é um negócio complicado. Há uma frase que eu gostava de dizer aos meus professores: "Médico acha que é Deus, advogado tem certeza". Mas o pedagogo deu aula para ele. Imaginem o nível de pressão que a gente sofre.

Então, eu sei que falar em colocar um profissional não pedagogo dando aula pode soar como heresia, mas eu acho que hoje, no curto e no médio prazo, é a única solução para substituir a total carência de professores na área de exatas. Então, eu acho que a única solução, no curto prazo, para melhorar é esta: trazer um pouco dessa experiência que esses profissionais médicos, advogados, sociólogos, nutricionistas, engenheiros podem trazer para dentro da sala de aula na sua vivência prática. Um engenheiro sabe que duas massas M1 e M2 não existem: o que há é um prédio, poste, coisas concretas com que ele trabalha no dia a dia. Ele pode, então, dar um pouco esse choque de realidade e ajudar o aluno a fazer a ponte entre o que ele estuda na escola e o que ele aplica na vida prática, em todas as áreas de conhecimento.

Qual é a segunda pergunta? Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) –

A universidade é capaz de recuperar esse déficit de conhecimento dos alunos entrantes? Quais soluções V. Sª propõe para solucionar a baixa qualidade do ensino de Matemática e de Exatas no ensino médio? E as universidade não poderiam se aproximar mais das escolas do ensino médio?

O SR. PAULO ROGÉRIO FOINA – Acho que a única solução que vejo de curto e de médio prazo é agregar profissionais de outras áreas.

Em relação às universidades, nós temos aí um problema. Eu era coordenador de um excelente curso de licenciatura em Matemática, que fechei por absoluta falta de aluno. O curso era muito bom, e, por ser muito bom, ele era muito caro. Curso privado.

O que faria um aluno: escolher uma escola que dá um excelente curso de Matemática, licenciatura de Matemática, à qual ele tem que pagar caro por isso, ou escolher uma escola mais barata de Matemática? Na hora em que ele for buscar o mercado, não importa qual seja a escola que ele cursou, ele vai prestar um concurso para fazer parte de uma rede, de uma secretaria estadual de educação ou municipal e vai ganhar o mesmo salário. Ele não tem motivação nenhuma para fazer um bom investimento na sua carreira. Aí ele escolhe as escolas mais baratas ou gratuitas. Como a oferta de vagas nas escolas públicas é pequena, ele corre para as escolas particulares. Aí a gente entra num ciclo draconiano, que é eu ter escolas baratas, onde eu tenho professores baratos, infraestrutura barata, que forma alunos de baixa qualificação que vão realimentar esse modelo.

Então, nós temos aí um problema de base. Eu acho que no curto e médio no prazo, soluções para isso existem, mas vão demorar 20 anos para dar resultado. No curto prazo, acho que só agregando outros profissionais para dentro da escola.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E continua:

O percentual dos jovens brasileiros que cursam a universidade é baixo, quando comparado com os países em desenvolvimento semelhantes ao Brasil. Se o Brasil aumentar a quantidade de profissionais de nível superior, haverá espaço no mercado para eles?

O SR. PAULO ROGÉRIO FOINA – De novo é uma pergunta complicada porque a gente tem que inventar o futuro, a gente tem que prever o futuro para dar uma resposta dessas.

Seria excelente se todo brasileiro tivesse curso superior. Nós teríamos um nível de educação, um nível de discernimento, um nível de discussão, em qualquer mesa de boteco, bem melhor com pessoas com nível superior, mas o mercado não demanda tudo isso. Então, nós temos hoje carências pontuais em carreiras, em profissões. É o caso das Engenharias, como já foi dito, algumas áreas nas Ciências Exatas, e vamos ter outros tipos de demanda no futuro. Por exemplo, todo mundo está vendo o nascimento de novas ciências, baseado na nanotecnologia. Nós não estamos vendo o custo para preparar isso. Então, daqui a alguns anos, nós vamos ter empresas de nanotecnologia no Brasil e não vamos ter profissionais para atuar. De novo vamos ter um apagão de nanoprofissionais, no sentido do trabalho em nanotecnologia.

Estamos vendo a perspectiva necessária – não é nenhuma perspectiva provocada – de mudarmos nossa matriz energética para uso de energias mais limpas, notadamente energia elétrica e notadamente energia solar. Resolvido o problema, que é histórico, de armazenamento de energia solar – as baterias são muito pesadas e são de baixa eficiência –, e, paralelamente, já está melhorando muito a capacidade de captação de energia solar, a gente passa a ter uma matriz energética, pode ter uma matriz energética fortemente baseada em energia solar, em energia elétrica gerada a partir de fontes solares. Nós não vamos ter engenheiros para trabalhar com essa energia, com esse tipo de matriz energética.

Então, de novo, não é o problema de a gente ser capaz de formar. Há capacidade para formar; as nossas instituições de nível superior, sejam as públicas, sejam as privadas, têm essa capacidade. O problema é saber o que a gente forma.

Hoje, nós continuamos a formar uma quantidade enorme de advogados, a ponto de 75% deles não exercerem a advocacia porque nem sequer passam no exame da OAB. Nós estamos formando uma quantidade enorme de pedagogos, que estão alimentando um exército de reserva que faz com que o salário dos professores vá lá embaixo. O professor deveria ter um salário, do ponto de vista moral e até de justiça social, mais alto. O professor forma todo mundo. Só que o mercado define salário como lei da oferta e procura. Quanto mais profissionais eu tiver naquele mercado, menor o salário que eu pago por ele. É simples. Sempre haverá alguém que tope trabalhar por um salário menor, e hoje professores nós temos muitos, não necessariamente qualificados, e isso joga os salários lá para baixo. Então, as universidades têm como atender.

Vai sobrar profissional no mercado? De novo, sem a gente ter um plano de longo prazo para saber para que lado estamos indo, ou em que tecnologias, em que ciências a gente investe na formação, corremos o risco de ter profissionais sobrando de um lado, e profissionais faltando do outro.

Na semana retrasada, vi o anúncio de chamada de emprego – costumo ler isso para ver o quanto estou descolado no mercado – e pedia lá um contrato, uma empresa procurando um gerente de projeto, formado em Engenharia Elétrica, com mais de dez anos de formado, mais de cinco anos de experiência em gerenciamento específico de projetos, com equipes com mais de 60 profissionais, fluente em inglês, escrita e leitura, e com desejável fluência em espanhol.

Um cara desses, se eu achar com tudo isso, eu não contrato não; eu me caso com ele. É um cara raro!

Esse profissional estava sendo contratado para ganhar R$7.500,00. Ele não vai achar. Há profissionais com essa qualificação, mas sequer vão mandar currículos para esse salário.

Então, como falei aqui, vai ter aquele descontrole entre a oferta e a demanda, um achatamento de perfis. Estou querendo contratar um super-homem por um salário de um *boy*, e aí não dá. Ele vai ficar esperando, vai ficar desempregado mais um tempo, esperando uma oferta melhor de emprego para ele. E a empresa vai ficar reclamando que há um apagão de mão de obra, que não consegue contratar aquele perfil que deseja com o salário que ela quer pagar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Paulo Rogério Foina.

Em relação a essa questão por último tratada, realmente, é um fato preocupante. Esteve aqui conosco, numa das audiências públicas em que tratávamos da necessidade da qualificação da mão de obra para atender a demanda do mercado, logo no início dos programas de aceleração do crescimento, um professor da Universidade de Santa Catarina que nos relatou o seguinte fato: ele tinha um aluno, ele, professor de Engenharia, no curso de Engenharia, que foi nota dez todos os anos de curso em todas as matérias. Era algo surpreendente. E ele, ao final, se formou; o professor o acompanhou muito de perto. Muito entusiasmado, foi ao mercado de trabalho e, indo ao mercado de trabalho, recebeu ofertas de salário extremamente baixas, o que o deixou desmotivado. Mesmo assim, começou a trabalhar, o professor incentivando a que ele permanecesse no campo da Engenharia, quando ele leu no jornal o anúncio de um concurso para policial rodoviário federal, salário inicial de R$7.000,00. Então, ele participou do concurso, foi aprovado e ficou como policial rodoviário federal. Deixou a Engenharia. E o professor continuou insistindo para que ele fizesse um curso de pós-graduação. Ele, concomitantemente com o exercício da profissão de policial rodoviário federal, fez o curso. O professor dizia que, com isso, talvez, ele tivesse um salário compatível com a sua qualificação, agora melhorada com a pós-graduação. E ele foi novamente ao mercado e não encontrou grande receptividade em termos de remuneração. O professor continuou insistindo junto a ele, mas aí ele, lendo o jornal, procurando algum outro concurso, lê um anúncio com o concurso para policial federal, salário inicial de R$12.000,00, se não me engano. E ele prestou o concurso, passou.

Então, o professor assim resumiu: hoje, temos um excepcional engenheiro, alguém que poderia contribuir muito com a Engenharia nacional, exercendo a função de policial federal, naturalmente dando a essa

instituição uma grande qualificação, se é que há uma área nessa instituição em que ele pudesse desempenhar essas suas funções.

Então, algo que se observa, com muita nitidez em todas essas audiências – e lá se vão cerca de 40 audiências públicas somente tratando de qualificação de mão de obra –, é que estamos muito atrasados, seja pela falta de um direcionamento por parte das universidades para profissões que o mercado venha a absorver...

Ou seja: há uma desconexão entre o mundo acadêmico e o mercado, formando, como disse aqui o Prof. Paulo Rogério Foina, bacharéis. O Brasil já foi conhecido como país dos bacharéis, com inúmeros de bacharéis, milhares e milhares de bacharéis.

Engenheiros já formamos muitos. E foi citado aqui um fato extremamente preocupante: metade dos alunos que ingressam no curso de Engenharia e desistem de prosseguir no curso assim age porque não consegue acompanhar a Matemática, ou seja, houve uma deficiência grande no ensino da Matemática no curso médio; e a outra metade desiste porque percebe que não há no mercado... Isso naquela época, antes desse período em que o Brasil iniciou crescimento de 5%, 6%, 7%, em que o mercado não absorvia essa mão de obra especializada.

Outro dado que nós levantamos aqui, ouvindo industriais e empresários do setor de engenharia, é que, dependendo do nível de especialização dessas empresas, algumas delas de nível de especialização alto, quando contratavam um engenheiro saído de uma universidade brasileira, precisavam de no mínimo cinco anos para adaptar esse engenheiro formado às necessidades reais da sua empresa, tal o nível de qualificação das empresas e tal o nível baixo da qualidade do ensino no Brasil, segundo relato do empresário. Variando de setor para setor, há uma carência muito grande dessa coordenação maior entre o mundo acadêmico, o mundo empresarial e o mercado.

Hoje o que é necessário formar? Engenheiro naval, por exemplo. Há uma carência enorme no Brasil. E há, com a descoberta dos novos campos do pré-sal, uma necessidade muito grande de engenheiros navais, que hoje são poucos. Se não me engano, existem duas ou três universidades no Brasil que têm cursos de Engenharia Naval. Isso faz com que em nossas plataformas, por exemplo, percentual considerável das pessoas que estão ali trabalhando seja constituído de estrangeiros e não de brasileiros, porque ainda não existem formados para o mercado brasileiro brasileiros com esse tipo de especialização.

Outro exemplo que mostra internamente a necessidade de mão de obra no Brasil está na Refinaria Abreu e Lima, lá em Pernambuco. Quando se começou a construir a Refinaria Abreu e Lima, o que se tinha em mente era fazer, naquela região de Pernambuco, um polo de desenvolvimento para o Estado de Pernambuco e para os Municípios vizinhos, naturalmente empregando mão de obra local. Qual não foi a surpresa, quando, abertas as vagas, houve um movimento muito grande de técnicos – também de nível médio há uma deficiência muito grande – de nível médio e superior que foram empregados vindos de Salvador, vindos da Bahia, que já tem uma tradição na área petroquímica e assim por diante.

Então, ao invés de se criarem empregos em Pernambuco para os pernambucanos e para trabalhadores dos Estados limítrofes, como Paraíba ou Alagoas, criou-se para a Bahia. Então, são essas distorções que a gente vem percebendo.

Naturalmente há um esforço, já percebemos também que há um esforço grande, tanto por parte do Governo Federal... O Pronatec é algo de extraordinário sucesso! Dá-nos muito orgulho quando vamos a qualquer Estado e vemos essas iniciativas do Pronatec surtindo efeito e dando resultados; aquelas regiões mais longínquas têm lá o Pronatec. Mas isso é um trabalho de média maturação. Quer dizer, quando é que vamos colher esses frutos? E nesse meio-tempo, como nós fazemos, qual é o plano emergencial? Do mesmo jeito, o programa Ciência sem Fronteiras, um programa de enorme sucesso também do Governo Federal, enviando nossos jovens para cursos de especialização lá fora. Mas eles vão e, em dois, três, quatro, cinco anos, enfim, voltam para cá, e isso também demanda tempo. O que podemos fazer nesse meio-tempo, nesse interregno, para que possamos suprir as necessidades de mercado?

De modo que, de forma geral, o que temos observado para a qualificação de mão de obra, um dos gargalos que foram detectados, ou um dos entraves ao resultado mais rápido dos investimentos que vêm sendo feitos em infraestrutura é exatamente a carência, a falta de mão de obra especializada – também, como disse, no nível médio, no nível técnico, melhor dizendo. No nível técnico, também há uma carência enorme de soldadores, carência grande de marceneiros, de pedreiros. É algo impressionante! Então, nós partimos muito para a improvisação, que já foi colocada aqui pelos professores, pela Profª Nilva. Partimos um pouco para a improvisação. Eu não chegaria ao ponto do caso do professor de Educação Física dando aula de Física, mas a alguma coisa que se pareça com isso.

A educação não pode ser algo que seja improvisado. A educação tem que ser uma educação de qualidade, e é isso que todos nós estamos buscando, procurando alcançar, para que o Brasil possa verdadeiramente

ser visto como um país que dá aos seus a oportunidade de acesso a um ensino de boa qualidade e que possa competir com o restante do mundo.

Foi falado aqui na Coreia do Sul. Seul, capital da Coreia do Sul, é a capital do mundo que tem o maior número de PH.D. *per capita*, concorrendo com Estados e capitais de países, sejam os Estados Unidos da América, sejam países europeus.

Voltando a agradecer a todos aqueles que estão participando da nossa audiência pública, lembramos que podem participar também pelo Alô Senado, telefone 0800-612211, enviar suas contribuições pela internet, que são essas que estamos recebendo, o endereço é www.senado.leg.br/alosenado, e ainda nos perfis no Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter @AloSenado.

Temos perguntas aqui para o Prof. Lívio Amaral:

> *1) A implantação do sistema de formação de pós-graduados no Brasil pode ser considerada bem-sucedida. Esse esforço do País tem tido impactos positivos no setor produtivo ou há barreiras à entrada de mestres e doutores nas empresas brasileiras?*
> *2) Critica-se que os trabalhos na esfera acadêmica não resultam em patentes ou outras aplicações no setor produtivo [é verdade]. Como V. Sª avalia essas críticas? É possível fazer algo para melhorar a transferência de conhecimento da academia para o setor produtivo?*

Com a palavra, o Prof. Lívio Amaral.

O SR. LÍVIO AMARAL – Duas considerações. Primeiro, não existe, na história, e basta a gente pensar nos casos mais conhecidos, nenhum país que seja expressivo na produção de patentes e de outros produtos técnicos – de outras formas, não só patentes – que levam o conhecimento para a sociedade, para os muros extra-escolares, extra-acadêmicos, como falamos, como chamamos. Ou seja, todas as histórias dos países que hoje lideram patentes, inovação, em diferentes formas, têm uma base de ciência bastante forte. Não se conhece um país que seja muito expressivo nessa forma, nesse setor, na inovação, na patente, e que a gente não olhe e, durante um bom tempo, continuam desenvolvendo muito aquilo que é o chamado conhecimento mais acadêmico, mais interno.

Então, o Brasil, nesse sentido, é muito recente. A nossa história de produção de conhecimento é muito recente. Ela começa, de fato, nos anos 30, 40, muito particularizada no Sudeste – em São Paulo, Rio de Janeiro; depois, um pouco, nos anos 60, 70, no Sudeste do Brasil, nas capitais, nas universidades, mais da costa brasileira. E, só mais recentemente, isso é levado, então, ao resto do Brasil, ao Brasil mais de dentro.

Então, não existe isto, país que faça autodesenvolvimento tecnológico sem ter também uma base muito bem estabelecida de ciência, e continuar desenvolvendo e aumentando sempre essa base de ciência.

Então, esta é uma primeira característica. Nós só temos uma base de ciência mesmo capaz de produzir esse efeito nos últimos vinte, vinte e poucos anos, no País.

Isso faz com que, hoje, a discussão que sempre se colocou durante muito tempo, que a universidade não fala nada além do que está além do seu próprio muro, do seu próprio *locus*... Por outro lado, dentro da universidade, dizia-se que o setor produtivo brasileiro é que não tinha essa aproximação. O setor produtivo não procurava a universidade, não expressava para a universidade de fato aquilo que seria necessário formar como recursos humanos. Então, existia essa dicotomia, essa diferenciação, que se expressava muito dessa forma.

Eu entendo que isso vem sendo superado. Já não se diz mais isso. O que se faz é reconhecer essa natural separação e que precisamos procurar esse diálogo, que vem acontecendo. Então, quem vai formar o quê? E para quem? Quer dizer, isso é um pacto construído permanentemente entre o setor produtivo e o setor acadêmico, que está acontecendo.

E queria dizer também que há um lado que a gente precisa considerar, e é menos considerado: é que a nossa cultura, a nossa realidade, a nossa construção sócio-histórica faz com que a gente não tenha como valor fundamental no País aquilo que há em muitos outros países, que é a possibilidade do risco para obter inovação; ou seja, quando a gente lê, agora, muito do que é a história do Vale do Silício, que é esse grande momento nos Estados Unidos, em que se produz toda essa indústria que hoje está presente nesta mesa – no microfone, na tela, no celular, etc. –, tudo isso que era conhecimento acadêmico e que foi levado para o externo, quando a gente lê essa história, agora já com certo recuo de 30, 40 anos, se vê que é muito maior o número de tentativas que resultaram em fracassos, que não geraram produtos. E não é por isso que o grupo empresarial, que o sistema produtivo deixou de continuar e tentar fazer o investimento, tentar fazer a criação, tentar fazer a inovação. Então, temos hoje empresas muito significativas que estão no Vale do Silício, que estiveram e continuam no chamado Vale do Silício, e que, na sua história, têm essa passagem. Quer dizer, tentaram desenvolver, tentaram fazer uma patente, fizeram uma patente, tentaram levar essa patente ao setor produtivo, e deu errado, e

não deu certo, e fracassou. Tentaram de novo, tentaram uma terceira vez sem nenhum medo da inovação, sem nenhum medo de novo investimento.

Então, esse é um traço de cultura que, pela nossa história, pelo nosso desenvolvimento, pela nossa tradição, enfim, pela cultura histórica sociobrasileira, não observamos muito. Quer dizer, são poucas as iniciativas em que alguém que pretende fazer a inovação se permite ir, sabendo que pode fracassar, e fracassa, e vai de novo, e vai de novo, até que, em algum momento, acontece a boa iniciativa, portanto, a boa inovação, que são as megaempresas hoje, de padrão internacional e de inserção no mundo como empresas absolutamente internacionalizadas.

Concretamente, a outra parte da pergunta era: "mestres e doutores formados estão trabalhando nas empresas"? Sim, crescentemente, sim. Existem programas específicos de doutorado, de formação pós-graduada, em que o trabalho já é feito diretamente na empresa, já é feito no setor não acadêmico. Agora, como eu disse, tudo isso é parte de uma cultura que tem que ser mudada, que está sendo mudada, mas vai levar ainda algum tempo. Então, existem, sim, as nossas formações de doutores sobretudo, que se dão no setor da empresa. Há os chamados mestrados profissionais, que é uma pós-graduação em nível de mestrado, que vêm crescendo mais e mais e que trabalham diretamente com problemas que são trazidos de fora da academia. Mas isso ainda vai levar algum tempo e vai levar a resultados que entendo bastante positivos, mas o impacto disso ainda não é muito forte, ainda não se percebe muito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Prof. Lívio Amaral pelas respostas às perguntas dos nossos internautas.

Passo a palavra à Drª Nilva Schroeder, professora, para as perguntas a ela dirigidas:

A produtividade dos trabalhadores brasileiros é muito baixa. O ensino técnico é certamente um caminho para superar essa deficiência. O que se vê normalmente, porém, é que a grande maioria dos estudantes do ensino técnico são jovens, com pouca participação de trabalhadores mais experientes, e com pouca escolaridade. O que tem sido feito para atingir trabalhadores com esse perfil?

Segunda pergunta;

É crescente a quantidade de jovens incluídos na categoria "nem-nem" (nem estuda, nem trabalha). Como atrair esses jovens para os cursos técnicos?

Última pergunta:

Como levar o ensino técnico para as pequenas cidades do interior?

Profª Nilva.

A SRª NILVA SCHROEDER – Muito pertinentes esses questionamentos porque, como se vê, todos falam exatamente de oportunizar o acesso para jovens, e jovens trabalhadores. Estamos falando justamente, como foco principal, do atendimento daqueles 7,6 milhões de jovens que citamos anteriormente e que, de fato, estão nessa situação. Eles até concluíram, no caso desses 7,6 milhões, o ensino médio, mas não têm uma condição objetiva de inserção profissional. Então, a possibilidade de esses jovens ingressarem em um curso técnico, que é um curso que tem duração mínima de 800 horas, o que significa um ano de atividade eletiva e até um ano e meio, dois anos em média, é uma possibilidade concreta para que ele tenha aproximação com determinadas ocupações para as quais existe uma colocação, uma possibilidade objetiva de inserção profissional. Então, a prioridade – e no Pronatec nós temos feito um esforço particularmente agora no último ano – é justamente ampliar as ofertas para os cursos técnicos.

Nós temos um número muito expressivo de oportunidades de acessos aos cursos de formação inicial e continuada, que tem o propósito principal de preparar, de criar uma condição para o jovem ou o trabalhador que nunca atuou, então, uma formação inicial ou mesmo uma formação que nós chamamos de continuada, que é na perspectiva de um aperfeiçoamento, na possibilidade até de uma reinserção profissional, mas temos insistido na resposta à necessidade de formação técnica de nível médio, que é justamente atender a essa faixa. Se hoje nós olharmos os números do Ponatec, temos predominantemente a participação do jovem que tem o ensino médio concluído. Inclusive no público do Cadastro Único, no público do Brasil Sem Miséria predomina aquele jovem com essa escolaridade mais avançada, o que é, por um lado, curioso, porque significa que até temos uma busca expressiva por esse jovem com escolaridade, mas, por outro, é um sinal muito claro de que esse jovem não está conseguindo colocação profissional, porque se tivesse, ele já estaria talvez em outra condição na sua relação com o trabalho. Então, essa busca por esta faixa etária, que vai de 17 a 29 anos predominantemente, isso é em torno de 60% do público que está matriculado no Pronatec atualmente, mostra que, de fato, a resposta mais imediata tem que ser com a oferta de cursos técnicos.

Quanto à pergunta como tornar atraente a participação dos jovens, como fazer com que o jovem se interesse em fazer um curso técnico, nós temos aí, com certeza, a necessidade de articular essas oportunidades de educação profissional com as demais políticas e as demais iniciativas que se tem do ponto de vista social.

É preciso que o jovem veja, na sua formação técnica, uma possibilidade de melhoria das suas condições de inserção profissional e da própria qualidade de vida. Por isso, até buscarmos, no Pronatec, a discussão sobre as ofertas mais pertinentes para cada região, para cada contexto, inclusive com essa decisão no âmbito do Sisutec, que é o Sistema de Seleção Unificada, de definir o escopo de cursos, definir o rol de cursos que podem ser ofertados pelas instituições. Nós entendemos que não faria sentido nós termos ofertas em cursos de Administração, como exemplo apenas, uma vez que já existe uma oferta expressiva inclusive de nível superior e também de nível médio. Então, nós temos que fazer investimentos naqueles cursos que têm uma repercussão maior, que têm um efeito maior. Aí, como o Prof. Paulo até citava, os jogos digitais, que ainda têm uma pequena oferta, têm um apelo em termos de inovação tecnológica e, com certeza, respondem a uma necessidade do jovem e torna-se atrativo para o jovem.

Outro setor muito importante, além de falar do que é tecnologia de ponta, do que pressupõe inovação tecnológica, muito importante é a oferta que se possa ter, por exemplo, na área da saúde, para a qual nós temos, com certeza, necessidades, demandas, que são muito expressivas em todos os contextos Brasil afora. Então, a possibilidade de ofertar um técnico em enfermagem e em outros cursos associados à área de saúde faz com que a gente tenha uma possibilidade efetiva de inserção profissional, e isso torna, então, mais atraente esse tipo de formação para os jovens. E, aí, se me perguntarem como ficam aqueles trabalhadores que já têm mais idade e que certamente têm baixa qualificação, há a possibilidade, então, do técnico que nós chamamos subsequente, que é aquele técnico para quem já concluiu o ensino médio, o egresso do ensino médio. E é também a possibilidade de o cidadão que está fazendo a educação de jovens e adultos, portanto não fez a sua escolarização na idade própria, a possibilidade que esse trabalhador também faça a sua formação num curso técnico de nível médio. E aí uma participação importantíssima, e vem a chave da articulação, que é própria do desenho, especialmente da ação chamada Bolsa-Formação, que é a necessidade de articulação com a prefeitura, com o seu setor responsável pelas políticas de educação de jovens e adultos.

Então, nós temos todo um esforço do próprio Ministério, da Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), por exemplo, com a Secadi, que é a Secretaria que trata das políticas relacionadas à educação de jovens e adultos. Para quê? Para que a gente possa fazer repercutir lá na ponta, lá no Município, na Secretaria que cuide, no órgão que cuide da educação de jovens e adultos, para que a gente possa fazer com que esse órgão contribua no encaminhamento dos seus estudantes dessa modalidade de ensino da educação de jovens e adultos para a formação profissional, na perspectiva então de aliar elevação de escolaridade com a formação profissional específica.

Dizendo a respeito de como alcançar as pequenas cidades, aqueles lugares mais distantes, aqueles lugares onde ainda não temos necessariamente uma oportunidade, uma oferta instalada, é muito importante ressaltar que esse desenho feito para o Pronatec permite o alcance de cidades muitas vezes totalmente à margem de oportunidades educacionais.

Objetivamente nós temos, hoje, cerca de 4 mil Municípios em que temos ou já está acontecendo um curso técnico ou de formação inicial e continuada ou com previsão de oferta ainda neste semestre. Então, é um alcance muito significativo, e isso só vem acontecendo porque temos a mobilização de prefeituras, de um setor relacionado à assistência social, de secretarias que tratam de políticas específicas, como a de Cultura, a de Turismo; os diferentes órgãos, os diferentes setores organizados relacionados aos setores produtivos que são o foco do plano Brasil Maior, por exemplo. Isso que faz com que a gente consiga, tenha conseguido alcançar esse número tão significativo de Municípios.

Por exemplo, destacando também o Pronatec Campo, que é a oferta voltada para o atendimento à população do campo. Qual é o desenho? O MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) articula a sua rede, os seus interlocutores nos mais diferentes contextos para que esses órgãos, na forma de comitês, nesse caso, façam uma articulação identificando quais são as demandas de cada contexto, de cada lugar desse e que possam, então, sinalizar para os ofertantes, para as instituições ofertantes quais são, verdadeiramente, os cursos que podem repercutir naquele contexto. A oferta, então, é feita a partir dessa decisão dialogada entre os ofertantes e os chamados demandantes e, a partir dessa oferta, o compromisso desse agente é, na condição de demandante, inclusive acompanhar os estudantes, os beneficiários dos cursos.

Isso tem se mostrado muito efetivo, essa articulação, essa participação dos mais diferentes setores, inclusive de movimentos sociais, a ponto de a gente ter um índice de desistência muito mais baixo do que se vê, de um modo geral, nas ofertas de educação profissional e tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato a Prof. Nilva.

Mais duas perguntas que nos chegam, estas vindas do Sr. Carlos Pena Bresianini. Passo esta ao Dr. Paulo Rogério Foína, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do Uniceub:

O Brasil não forma mais engenheiros metroferroviários devido a opção pela indústria automobilística. Há chances de voltarmos a ter tal especialidade?

O SR. PAULO ROGÉRIO FOINA – Não faço a mínima ideia.

Depende de uma política de governo. De novo, aquele diagrama que eu coloquei. Se de repente o Governo decidir incentivar linhas férreas, novamente faltarão engenheiros ferroviários.

Hoje, há uma clara decisão governamental de incentivar o transporte automobilístico, rodoviário, em detrimento do ferroviário; um pouco de incentivo ao transporte naval, muito pouco; o fluvial está quase desaparecendo. E o naval é de petróleo; o de cabotagem, de cargas, apesar das nossas costas maravilhosas, as nossas praias, a gente explora muito pouco. Então, depende de uma decisão de Governo.

É possível reverter? Se o Governo decidir, se em algum momento houver uma decisão por transporte ferroviário, nós vamos esperar dez anos para reformar os primeiros engenheiros ferroviários, porque nessa altura do campeonato tem muito pouco que sobreviveu aos últimos anos de abandono da nossa malha ferroviária. Então, de novo a gente vai correr atrás do rabo. Vamos correr atrás do prejuízo.

É possível formar? É. As nossas escolas são excelentes. Assim como estamos respondendo rapidamente a uma demanda por engenheiros civis, nós podemos também formar engenheiros ferroviários. Não há dificuldade nas escolas, não há falta de infraestrutura para essa formação, precisa haver a demanda. Hoje, mesmo garoto que gosta de brincar de trenzinho na infância dificilmente optaria por ser um engenheiro ferroviário, porque não tem mercado.

É possível reverter isso? Não é uma decisão da Academia, é uma decisão do Governo. É importante desenvolver o transporte ferroviário? Se for, legal, a gente responde. Só que novamente vamos responder com cinco, dez anos de atraso, a partir do início da demanda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Prof. Paulo Rogério Foina, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do UniCEUB.

A outra pergunta é para o Prof. Lívio Amaral:

Os diplomas de Mestrado e Doutorado têm processos de reconhecimento lentos e difíceis pelo MEC. Isso afasta profissionais estrangeiros de virem ao Brasil. Há como resolver isso?

Não é mais MEC, não é? Agora é Ministério da Educação, somente, não é?

O SR. LÍVIO AMARAL (*Fora do microfone.*) – Mas a sigla continua sendo MEC.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Continua sendo MEC? Ah!

"Há como resolver isso?"

O SR. LÍVIO AMARAL – Sim. Isso se encontra em forte discussão nesse momento e nós temos, inclusive, iniciativas nessa direção de origem parlamentar. Aqui mesmo, no Senado, existem projetos de lei e uma proposta de projeto de lei que hoje se encontra na Comissão de Educação e que vai justamente nessa direção de dotar – através de uma expressão legal, de uma forma legal, um instrumento legal – uma sistemática de reconhecimento de títulos e revalidação de títulos. E no âmbito do Conselho Nacional de Educação também se tem trabalhado nessa direção, mas é preciso entender o seguinte aspecto, a revalidação de títulos por norma legal é feita pelas universidades – e nas universidades, naquelas áreas em que as nossas universidades têm competência para fazer aquela revalidação. Eu preciso revalidar um título de um engenheiro ferroviário em alguma universidade em que exista conhecimento, trabalho, formação em Engenharia Ferroviária; senão, não é possível.

Agora, uma vez existindo isso, é o que está na universidade. A lei estabelece que a universidade é quem revalida o título. E a universidade tem autonomia descrita na nossa Constituição. Então, o processo é dentro da universidade. Como a universidade tem autonomia, isso faz com que algumas universidades tenham maior agilidade, ou tenham mais possibilidade de fazer essa revalidação do que outras. E quando se tem todo esse cenário, há casos, sim, de maior tempo de resposta a uma solicitação desse tipo. Então, se está, sim, trabalhando, tanto por iniciativas parlamentares, no Senado e na Câmara dos Deputados, como por iniciativa do próprio Ministério, da própria Capes para agilizar essas revalidações, esses reconhecimentos, em particular em uma questão que pode ser e deve ser – já deveríamos ter encaminhado no sistema – resolvida no sistema, que são os nossos estudantes brasileiros que saem para fazer uma titulação, uma pós-graduação com bolsas do próprio Governo, seja Federal ou estadual. Depois de dois, três, quatro anos, ao voltar, essa revalidação deveria ser automática, pela simples consideração de que, se o próprio Governo apoia aquele aluno, através de uma bolsa, para ele fazer aquela formação, não mandaríamos ninguém fazer uma formação em uma instituição fora do País que não fosse da melhor qualidade. Portanto, a decisão da qualidade daquele título obtido já foi tomada antes mesmo, quando o aluno ainda estava no Brasil para sair. Nesse sentido, esse automatismo tem que ser levado, tem que ser estabelecido para ser absolutamente direto. Temos, por um lado, a autonomia das universidades, que estabelecem processos, mas temos que incidir nessa autonomia para fazer com que as universidades, por exemplo, nesse caso, façam isso de modo absolutamente automático e direto.

Isso é tão mais importante nesse momento por conta justamente do Ciência sem Fronteiras, que tem mandado para fora do País um número de estudantes muito maior do que vínhamos fazendo. Sempre mandamos estudantes para fora do País para fazer a sua pós-graduação, só que agora estamos falando de um volume absolutamente maior. Portanto, essa revalidação, nesse caso específico de quem sai do País já financiado por uma bolsa, tem que ser em um processo muito mais sumário do que é.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Lívio Amaral.

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de fazer, rapidamente, a leitura de requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2014

Nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei visando a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Segue a justificação e assina o Presidente desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 13/2014

Nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei criando marco regulatório específico para a exploração de gás de folhelho (shale gas) no Brasil.

Segue a justificação e a assinatura é do Presidente desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2014

Nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre uma revisão da legislação que estabelece restrições para a atividade de mineração em faixa de fronteira.

Segue a justificação; do mesmo modo, assina o requerimento o Presidente desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2014

Nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre a elaboração de regime tributário, incluindo a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), para o setor de combustíveis, de modo a valorizar as externalidades positivas do etanol e garantir sua competitividade.

Segue a justificação e assina o Presidente desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e muito especialmente dos nossos convidados, Dr. Paulo Rogério Foina, Coordenador do Curso de Ciência da Computação do Centro Universitário de Ensino (Uniceub); o Prof. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e a Profª Nilva Schroeder, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Ministério da Educação.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 16 de abril de 2014, quarta-feira próxima, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa.

Agradecendo mais uma vez a presença dos ilustres palestrantes da noite de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 20 horas e 22 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraes-

trutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin** e **Ricardo Ferraço.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e são lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Discussão e Votação Relatório Final do 1º Forum Nacional de Infraestrutura**, realizado nos dias 27 e 28 de março de 2014, de autoria do Senador **Fernando Collor**, com apresentação de Anteprojetos de Lei e Anteprojetos de Emenda à Constituição. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às oito horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de documentos.

Esta Comissão recebeu do Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários a seguinte correspondência:

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários, sociedade civil que congrega 85 empresas titulares de terminais privados e arrendados de uso público e que pretendem investir, nos próximos dez anos, em torno de R$44 bilhões em novos terminais e na ampliação dos atuais, vem, respeitosamente, solicitar sua honrosa atenção para o assunto em referência, o qual se encontra consubstanciado no documento anexo, firmado por esta entidade pela Comissão Portos.

Trata-se da Portaria nº 404, de 2012, que substituiu a de nº 24, de 2011, exarada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), portaria que instituiu a cobrança [a Secretaria do Patrimônio da União instituiu a cobrança] pelo uso do 'espaço físico sobre águas públicas', mais conhecido como espelho d'água.

Primeiramente [continua o ofício] falece competência legal para o SPU legislar e impor obrigações e ônus financeiros sobre atividade portuária, esta de competência exclusiva da Secretaria de Portos da Presidência da República, de acordo com a Lei nº 12.815, de 2013, bem como da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), aprovada pela Lei nº 10.233, de 2011. Ao contrário, a competência da SPU se restringe aos bens imóveis da União, de acordo com o art. 39 do Decreto nº 7.675, de 2012, não abrangendo, portanto, as águas públicas.

O referido ato normativo, além de impor um verdadeiro tributo, invadir competência legislativa do Congresso Nacional e das atribuições da Secretaria Especial de Portos, impõe uma densa e absurda burocracia que alongará e retardará os processos de autorização de implantação de novos empreendimentos portuários e a expansão dos atuais terminais.

Sem dúvida, o procedimento da SPU em tela se opõe às finalidades perseguidas pela Lei nº 2.815, de 2013, de atração de investimentos privados no setor portuário, de desonerar a atividade portuária, de dar segurança jurídica aos investidores e de fornecer a concorrência dentro dos portos nacionais.

Convictos de que a manifestação anexa consulta os elevados interesses do setor portuário brasileiro, solicitamos o apoio de V. Exª para que seja reconsiderada a portaria em apreço, a qual, se mantida, afastará investimentos em novos terminais e na ampliação dos que se encontram em operação.

Contando com vosso apoio e no aguardo do seu pronunciamento, firmamo-nos com protestos de estima e elevada consideração.

Cordialmente, **Wilen Manteli –** Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários.

Sem dúvida, é uma interferência absurda, direta e absurda, da Secretaria do Patrimônio da União sobre algo que não lhe diz respeito e que conflita frontalmente com o disposto tanto na Lei nº 12.815, como também no decreto que regulamenta as atividades da Secretaria do Patrimônio da União.

Fica aqui feito o registro. Será encaminhado ofício ao Sr. Ministro Secretário Especial dos Portos, ao Diretor-Presidente, aliás, ao Diretor da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Também será dado conhecimento ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Junto a esse ofício vem o documento a que se refere o Sr. Wilen Manteli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, documento esse firmado pela entidade referida e pela Comissão dos Portos.

Também nas mãos de V. Exªs o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT sobre as obras realizadas em todo o Brasil, sob a responsabilidade desse departamento, com sua atualização até o dia 16 de abril de 2014. Se alguma das Srªs Senadoras ou algum dos Srs. Senadores encontrarem

alguma discrepância entre o que está aqui colocado e o que vem sendo executado nos seus respectivos Estados, por gentileza, informe à Mesa desta Comissão.

Comunicados.

Relato do 1º Painel do 7º Ciclo de Audiências.

Dentro do ciclo de audiências públicas, denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 14 de abril, o 1º Painel do tema "Educação, Qualificação Profissional e Escassez de Mão de Obra", com a participação dos Professores Paulo Rogério Foina, Coordenador do Curso de Ciências da Computação da Universidade UniCEUB; do Dr. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e da Drª. Nilva Schröeder, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Prof. Foina explicou que o problema da escassez de mão de obra é um fenômeno cultural, recorrente na história do País desde 1930. Segundo ele, eventos relevantes em determinado setor da economia produzem uma euforia e um aumento momentâneo da demanda de profissionais, que tem como resposta uma ação emergencial de capacitação de mão de obra. Como essa capacitação não é instantânea – leva de cinco a dez anos para produzir seus resultados –, normalmente, quando essa quantidade maior de profissionais chega ao mercado, o pico da demanda já passou, gerando então o desemprego.

Na opinião do Prof. Foina, temos, hoje, no Brasil um problema de base, representado por um corpo mínimo de técnicos, um corpo pequeno de graduados (curso superior), muitos cientistas e gestores (pós-graduados) e um incentivo muito grande a empresários. Isso leva a uma série de distorções, com graduados trabalhando como técnicos e pós-graduados trabalhando como engenheiros (graduados), o que banaliza a pós-graduação, desvaloriza o graduado e leva à redução do nível escolar.

O setor educacional sofre com um excesso de regulação, que retira sua agilidade e dificulta o atendimento às demandas pontuais, disse o palestrante. Do lado do mercado, nós temos grandes pressões, temos eventos globais que estão fora do nosso controle, políticas governamentais, programas de incentivos, que criam demandas, mas só podemos oferecer cursos que estão no catálogo do MEC, exemplificou ele.

O problema não é o modelo de distribuição de responsabilidades entre as unidades da Federação, explicou o Prof. Foina, mas a excessiva ingerência do poder federal sobre as escolas (de todos os níveis) criando padrões únicos para as diferentes regiões.

A formação técnica deveria ser concomitante com o ensino médio, avaliou o palestrante, pois possibilitaria aos jovens trabalhar antes do 18 anos aumentaria a busca por escolas técnicas de nível médio e desenvolveria neles a responsabilidade e o comprometimento social. Precisamos, também, incentivar a parceria empresa-escola, de maneira intensiva, tanto no nível técnico como superior, para complementação da capacitação profissional.

Nossos planos de educação são de curto prazo, porque eles não estão respaldados por uma política de desenvolvimento econômico de longo prazo. Educação não se faz de uma hora para outra. A partir de uma decisão de formação demora anos para a gente formar o primeiro aluno, argumentou o palestrante.

Precisamos de um plano de desenvolvimento que não seja um plano de governo, mas que seja um plano de Estado, que perpasse os vários mandatos de ministros, de presidentes, etc.. A falta dessa política inviabiliza os investimentos necessários e não dá à educação condições de se preparar para atender às demandas no momento adequado, concluiu o Prof. Foina.

Respondendo a questionamentos, o palestrante afirmou que a baixa qualificação dos estudantes brasileiros, em área como Matemática e Ciências, decorrem de um ensino muito teorizado e pouco prático, e da falta ou baixa qualificação dos professores. Nesse sentido, defendeu a participação no processo de ensino de profissionais como médicos e engenheiros, sem a exigência de formação pedagógica.

O segundo palestrante, Prof. Lívio, explicou que na área da Capes – pós-graduação – o crescimento da oferta vem sendo da ordem de 23% por triênio, o que é muito significativo, mas ainda insuficiente para atender à demanda. Segundo ele, especificamente na área técnica (engenharias), devido à formação insuficiente para atender o aumento da demanda, a partir de 2004, o mercado passou a levar alunos da pós-graduação, problema que, agora, começa a ser superado.

Nossos alunos que vão fazer parte da sua formação pós-graduada no exterior através do programa Ciência sem Fronteiras ou bolsas de doutorado-sanduíche, apresentam desempenho muito bom, afirmou o Prof. Lívio, pois o filtro é muito rigoroso. O problema é: que percentual da população brasileira isso representa e como ampliar esse universo? Nossa realidade é muito difícil, e o problema está mais embaixo, no ensino fundamental e médio.

Nesse sentido, disse ele, a Capes começa a trabalhar com a graduação através de vários programas que procuram pegar toda capacidade que temos na pós-graduação para fazê-la incidir no ensino fundamental e

médio. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docentes (PIBID) dá bolsas para os alunos de graduação em Pedagogia, em Educação, que serão os futuros professores das escolas de ensino fundamental e médio para fazer iniciação à docência. Com isso, os jovens que saem das universidades – licenciados, pedagogos, etc. – quando passarem a trabalhar no ensino fundamental e médio estarão mais bem preparados. Hoje são cem mil bolsas, informou.

Já o Programa de Formação de Professores busca corrigir uma deficiência, muito intensa no sistema, em que, pela falta de professor adequado, um professor acaba assumindo uma disciplina que não é a sua formação, a sua origem. Nessa situação, disse ele, faz-se uma espécie de reciclagem com esses professores, voltando à universidade para uma segunda licenciatura, na qual estudam os conteúdos específicos daquelas matérias que estão lecionando e para as quais não foram formados.

Respondendo a questionamentos, o Prof. Lívio explicou que, no mundo todo, a inovação tecnológica é condicionada pela produção acadêmica, e que, no Brasil, a base científica forte e a aproximação indústria-academia ainda é muito recente. Além disso, segundo ele, falta uma cultura do risco, do fracasso, pois é natural que muitas iniciativas se frustrem até que se obtenha sucesso.

O palestrante lembrou, ainda, que tramita no Congresso Nacional proposta legislativa visando disciplinar a validação de diplomas de mestrado/doutorado obtidos no exterior, cuja competência constitucional é da universidade, concluindo pela necessidade de automatizar esse procedimento para atender à demanda decorrente do Programa Ciência sem Fronteiras.

A Drª Nilva, última palestrante, frisou que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado por lei, em 2011, já nasceu com a intenção de ser algo perene e tem como objetivos: fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

Segundo ela, cinco iniciativas básicas buscam a consecução desses objetivos: aumento da base instalada de unidades de ensino da Rede Federal de Ensino Público Técnico (EPT); construção, reforma e ampliação das redes estaduais de EPT; ampliação da aplicação dos recursos do Sistema S, recebidos da contribuição compulsória, em vagas gratuitas; expansão da oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada, utilizando a infraestrutura das unidades de ensino existentes, e oferta de cursos a distância para alcançar públicos não atendidos por unidades de ensino presencial.

Temos 7,6 milhões de jovens na faixa de 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio, mas não prosseguiram estudos nem no ensino superior nem na educação profissional, informou a palestrante. É um número muito expressivo de pessoas que, como não têm uma qualificação específica, ao ingressarem no mercado de trabalho, certamente terão uma condição precarizada, que acaba se manifestando em relação à circularidade nos empregos. Esse grupo de pessoas é seguramente um dos que mais interessam e que representam um grande desafio para o Pronatec, disse ela.

Outro dado importante e preocupante, afirmou a palestrante, é que nos últimos anos tivemos uma diminuição do número de matrículas na educação de jovens e adultos. Assim, tem sido posto como uma prioridade também a possibilidade de elevação de escolaridade associada à educação profissional, tanto técnica de nível médio quanto a qualificação profissional. No período de 2007 a 2012, houve aumento muito expressivo na oferta e no número de matrículas em cursos técnicos, passando de 780 mil para 1,362 milhão, informou a Drª Nilva. Isso de deu muito em função do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, da descoberta das reservas de pré-sal, que demandam esses profissionais tanto de nível técnico como de nível superior.

São metas do Plano Nacional da Educação, disse ela: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, com qualidade; fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional; expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais; fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino; fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

O Programa, afirmou a palestrante, conta atualmente com 220 cursos técnicos e 646 de formação inicial e continuada e tem como meta oferecer oito milhões de vagas até o final de 2014. Estudantes do ensino médio da rede pública; trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; pessoas com deficiência; beneficiários do seguro-desemprego; povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, compõem seu público prioritário, disse ela.

Em resposta a questionamento, a Drª Nilva explicou que são priorizados cursos técnicos para trabalhadores, na faixa dos 17 a 29 anos, aos quais se busca dar atratividade pela articulação com as demais políticas sociais, enfatizando que essa ação já alcança mais de 4 mil Municípios brasileiros.

O segundo comunicado. Avaliação do Fundo Monetário Internacional e a Economia Brasileira.

A chamada reunião de primavera do FMI, realizada em Washington no dia 12 de abril, conjuntamente com o Banco Mundial, permitiu avaliação do cenário global que pode ser resumida como otimismo cauteloso.

O Fundo Monetário Internacional considera que a atividade econômica global continua a se fortalecer, deixando para trás a crise de 2008. Pensa, no entanto, que a recuperação ainda é frágil e que persistem riscos de recaída. As economias dos países avançados ganharam força no ano passado, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. A zona do euro conseguiu retomar o crescimento, mas ainda de forma débil. Nos países emergentes, as economias tiveram um crescimento moderado, e espera-se que se fortaleçam, mas gradual e lentamente. A vantagem da maior demanda externa deverá ser parcialmente anulada por condições piores do mercado financeiro internacional.

De outra parte, embora os riscos globais tenham diminuído, ainda estão presentes perigos como a volatilidade dos mercados, o alto nível de déficit público, o desemprego e as tensões geopolíticas na Ucrânia. O Fundo Monetário Internacional saudou como adequada a diminuição das compras de ativos por parte do Federal Reserve norte-americano. Considerou também cabível a manutenção das taxas de juros em nível baixo pelo Banco Central Europeu, e o emprego de medidas de estímulo, se persistirem os atuais níveis de inflação perigosamente baixos na Europa.

Cumpre acrescentar que a autoridade monetária dos EUA, o Federal Reserve, continuou, em março, a fazer com menor velocidade suas aquisições de ativos, que passaram para US$55 bilhões mensais. O FED mostra confiança na recuperação da economia e indica que deve manter o ritmo de retirada dos estímulos. Como se sabe, o governo americano adotou fortíssimo aumento de liquidez para tirar a economia americana da crise de 2008. A continuarem os sinais positivos da economia americana, os níveis de juros nos EUA poderão subir em meados do próximo ano.

De sua parte, o Banco Central Europeu, no começo de abril, deu sinais de que está disposto a adotar medidas "não ortodoxas" para contra-arrestar os perigos de uma inflação extremamente baixa, ou mesmo de uma deflação (a inflação atual da zona do euro é de 0,5%). Recorde-se que o Japão sofreu durante mais de 20 anos com persistente deflação que prejudicou seu crescimento, e que só no ano passado começou a ser combatida com medidas de estímulo, que têm tido êxito. As ações do Banco Central Europeu podem ser muito dificultadas, entretanto, pelo fato de que, na Europa, a maior parte do financiamento para empresas vem de empréstimos do sistema bancário, e não da emissão de ações como nos Estados Unidos.

O presente cenário internacional, embora mostre um aspecto favorável para o Brasil – a retomada nos Estados Unidos, na Europa, no Japão, e a manutenção de crescimento de 7,5% na China – tem a faceta negativa da piora do mercado financeiro internacional. As condições de crédito estão mais duras com a diminuição dos estímulos nos EUA, o *tapering*, ou afunilamento da liquidez. Os grandes fluxos de capitais internacionais já têm se dirigido para os EUA e para a Europa, tendência que se acentuou agora, com a situação da Ucrânia e Crimeia, que levou ao receio dos investidores externos em relação à Rússia. Os capitais que, recentemente, se dirigiram ao Brasil são essencialmente de curto prazo, para investimentos de caráter financeiro e especulativo. Não devem entrar no país financiamentos diretos duradouros, destinados a obras de infraestrutura, a não ser em condições tão desfavoráveis que contrariem os interesses do País.

Em outra linha, dado positivo é o progresso, ainda pequeno, nas negociações comerciais do Mercosul com a União Europeia, com a apresentação da lista de ofertas da Argentina, cuja demora está travando as tratativas. No entanto, a lentidão dessas negociações contrasta com a maior celeridade no desenvolvimento de acordos comerciais no mundo. Neste mês, foi firmado acordo de livre comércio entre a Austrália e a Coreia, que deve entrar em vigor no próximo ano, e prosseguiram as negociações entre o Japão e a União Europeia, com troca de listas de ofertas. Claramente, o Brasil e o Mercosul continuam defasados em matéria de acordos de livre comércio, em momento no qual a Organização Mundial do Comércio continua inoperante na liberalização comercial.

Em quadra em que temos elevação dos índices inflacionários, situação fiscal desfavorável, com contas públicas em deterioração, e balança comercial piorando, as perspectivas de financiamento externo para nossa infraestrutura são preocupantes. Ademais, tanto nossos atuais problemas de escoamento de safras agrícolas, quanto nossas deficiências energéticas, apontam para a necessidade de investimentos urgentes e de garantia desses investimentos em infraestrutura nesses próximos anos.

Terceiro comunicado. O panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

A partir de setembro, período de seca na maioria das regiões do País, as usinas térmicas movidas a óleo iniciarão um processo de manutenção, previsto inicialmente a partir de 2016. A antecipação no calendário se deve ao fato de as companhias estarem operando no seu limite.

Caso esse cenário se concretize e os reservatórios ainda estejam vazios, o sistema de geração de energia ficará ainda mais vulnerável a um racionamento.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Governo autorizou esta semana o acionamento de 17.609 megawatts de geração termoelétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) afirmou que a manutenção é um "procedimento operacional" das usinas, o que nos parece óbvio.

O Diretor Executivo da Consultoria Safira, Mikio Kawai Jr., especialista em energia, explicou que as térmicas têm operado no limite desde o ano passado e que faz sentido essas manutenções ocorrerem em setembro. Segundo afirmou, "a usina é como um carro. Quando usado por mais tempo, a necessidade de uma manutenção corretiva ou preventiva é maior. Mas isso é feito de maneira escalonada. Não significa que todas vão parar ao mesmo tempo". Mas quanta obviedade!

Na avaliação do Sócio-Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Rafael Schechtman, as termelétricas foram construídas para gerar pouca energia, apenas para garantir a segurança do sistema de geração, nos períodos de estiagem. Ele aponta falhas do Governo na gestão do setor elétrico, uma vez que não criou outras alternativas para equilibrar o fornecimento de energia em períodos de alta demanda.

Acrescentou o especialista que "com essas manutenções em setembro, o risco de racionamento aumenta. E, se não chover, em 2015 a situação será muito pior. As térmicas são caras e precisam de manutenção".

Por sua vez, as usinas térmicas de Cuiabá e Uruguaiana, acionadas em caráter emergencial, estão sem produzir um megawatt sequer desde o início deste mês, por falta de suprimento de gás natural, o combustível utilizado por essas usinas. Com a interrupção da geração, o Sistema Interligado Nacional (SIN) deixa de receber 730 megawatts médios, volume que acaba se traduzindo em um consumo maior de água dos reservatórios hidrelétricos do País.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Termelétrica de Uruguaiana, localizada na fronteira com a Argentina, está sem produzir energia desde 6 de abril.

Vamos esperar que eles parem de conversar. *(Pausa.)* Pedindo desculpas aos nossos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado.

Continuando, com capacidade instalada de 640 megawatts, a usina estava prevista para gerar 240 megawatts médios. De acordo com a Uruguaiana, a térmica retomará seu funcionamento assim que a segunda carga de combustível estiver disponível. A Petrobras informou que, "por questões climáticas e de logística na Argentina, ainda não foi possível atender à demanda da usina, mas que o segundo volume de gás natural liquefeito (GNL), comprado para abastecer a usina de Uruguaiana está pronto para ser descarregado".

A usina térmica de Cuiabá pertence à Petrobras. Segundo a companhia, a usina encontra-se fora de operação desde 28 de março, devido ao término do contrato de fornecimento de gás natural de curto prazo, assinado com a estatal boliviana YPFB. Informa a estatal que um novo contrato está em negociação e que, logo que seja finalizado, a térmica estará disponível para a operação.

Com capacidade instalada de 530MW, a usina de Cuiabá estava produzindo 490MW médios de energia desde meados de fevereiro. O gás natural importado do país vizinho era fornecido por meio de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia, que desemboca na capital do Mato Grosso.

Enquanto, no Brasil, cada vez mais as térmicas são acionadas, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou, como tomaram conhecimento as Srªs e os Srs. Senadores, no último domingo, em Berlim, estudo urgindo os formuladores de políticas públicas para reverter a tendência atual de aumento das emissões de gases estufa e a promover cortes rigorosos de emissões a serem decididos e adotados imediatamente, para se evitar o aumento de mais de 2°C na temperatura do Planeta até o final deste século.

Esse estudo do IPCC servirá de base para as negociações de um novo acordo climático a ser assinado na França, em 2015, e indica a necessidade de se triplicar o uso de energias renováveis, deixar de queimar combustíveis fósseis e controlar o consumo exacerbado. As emissões de gases estufa ligadas à energia respondem por 80% do total, e as principais fontes de emissão de CO_2 estão na geração elétrica a carvão e a gás e nos insumos à base de combustíveis fósseis usados na indústria e no transporte.

É preciso perguntar o que foi feito em relação aos Estados Unidos quanto à exploração do gás de folhelho, o *shale gas,* que eles vêm fazendo de forma rápida e extremamente eficiente para as suas necessidades, mas não para as necessidades do Planeta.

O Sumário para formuladores de políticas tem 33 páginas e baseia-se no Relatório "Mudança Climática 2014: Mitigação", feito por 235 especialistas de 57 países e centenas de contribuições. O relatório indica o que

precisa ser feito imediatamente e deixa clara a mensagem de que as emissões de gases estufa atingiram níveis sem precedentes e que as políticas atuais são insuficientes. O estudo recomenda que o uso de energias renováveis, nuclear ou queima de fósseis com sistemas que sequestrem carbono tem de triplicar ou quadriplicar até 2015 – meta impossível de ser alcançada.

Para o cientista brasileiro Oswaldo Lucon, que atua no IPCC desde 1996, a tendência é buscar eficiência energética. Ele recomenda que o Brasil adote um "plano B" que leve em conta a competitividade, a eficiência e a diversificação da matriz energética. E cita o exemplo dos alemães, que já possuem mais que uma Itaipu em energia solar.

Voltando ao tema da avaliação dos especialistas no setor de infraestrutura, quanto às licitações no setor portuário, a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) deu sinal verde para o Governo retomar o processo de licitação dos arrendamentos de áreas nos portos públicos em Santos (SP) e no Pará. Os técnicos também recomendaram a redução das estimativas de receita, investimento e custo operacional, e elevaram a projeção de pagamentos das empresas às autoridades portuárias.

Porém, o parecer favorável dos técnicos não resolve as dificuldades do Governo em tocar o programa de concessões em portos. Caberá à relatora deste processo na Corte de Contas, Ministra Ana Arraes, acolher ou não as sugestões e levar novamente o tema a plenário.

No que diz respeito aos problemas de logística no País, especialistas debateram, em recente fórum realizado em São Paulo sobre competitividade, os principais problemas do agronegócio no País, sugerindo propostas capazes de tornar o produto agrícola brasileiro mais competitivo no cenário internacional.

Com relação aos investimentos, alegam os especialistas que o agronegócio também quer infraestrutura e logística "padrão FIFA". Segundo o Professor José Vicente Caixeta Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), "o setor aguarda há tantos anos a solução para o gargalo em logística, enquanto todos os estádios para a Copa estão sendo feitos em tempo recorde". Mas com alguma deficiência na área de logística, poderia complementar aqui. O especialista prevê que o agronegócio continuará dependente do modal rodoviário nos próximos 15 a 20 anos. Para ele, o Governo continuará a desempenhar papel importante na melhoria da logística do País, não como investidor, mas como gestor.

Na opinião dele, transporte e logística não parecem ser prioridade para o Governo. Quanto aos investimentos em infraestrutura ferroviária, acredita o professor da Esalq que eles têm sido feito por grandes empresas privadas, mas isso significa que o pequeno produtor não consegue se apropriar do menor custo logístico.

Quanto à expansão da malha ferroviária, Caixeta avalia que o entrave deve-se a problemas no marco regulatório para investimentos e que há muitas divergências entre empresas e Governo.

Outro ponto discutido refere-se à desburocratização e modernização dos processos nos portos nacionais. Segundo o Diretor-Executivo da Aliança Pró-Modernização Logística de Comércio Exterior, John Edwin Mein, o problema da falta de fiscais atinge também as fronteiras e os portos, pois o sistema atual exige a presença de vários técnicos de diferentes áreas do Governo para realizar a exportação ou importação de produtos.

No seu entender, a solução seria um único representante do Governo na fronteira para liberar tudo, citando como exemplo o sistema adotado na Suécia. Conforme explicou, no Brasil, são necessários 17 dias para embarcar um produto, enquanto na Europa o prazo é de três dias, em média.

Ele revelou também que entre 10 e 15% dos *contêineres* de Santos sofrem *overbooking*, ou seja, não são embarcados nos navios previstos e ficam nos portos. Nos outros países, esse percentual é de 3% e 4%. Para o diretor da Procomex, não existe uma visão integrada sobre a carga: ninguém sabe em que ponto está o processo, nem as liberações.

Segundo a consultoria gaúcha Intelog, especializada em cálculos logísticos, o PIB brasileiro em 2013 foi de R$4,8 trilhões, dos quais 19,23% – equivalentes a R$923 bilhões – referem-se aos gastos com logística no País. Esse valor inclui o desperdício ocasionado pelas rodovias malconservadas; pela baixa integração e insuficiência de modais mais baratos, como ferrovias e hidrovias; por portos e terminais de carga com capacidade aquém da demanda atual; por aeroportos insuficientes e superlotados, além da deficiência de armazenagem.

Segundo o Diretor da Intelog, Paulo Menzel, dadas essas deficiências, o valor do desperdício supera em mais de 13% os recursos que, efetivamente, deveriam ser investidos em transporte e logística para tudo o que se produz no País. Segundo a consultoria, o custo logístico ideal do Brasil deveria ser de 6,2% do PIB. Nos Estados Unidos, esse custo é de 8,5% do PIB.

O Engenheiro Agrônomo Thiago Péra, Coordenador do Grupo EsalqLog, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, especializado no cálculo de fretes rodoviários, revela que o preço do frete no Estado de Mato Grosso (o maior produtor de soja e de algodão do País e o segundo maior produtor de milho) é um dos mais caros do mundo, pois o escoamento da safra baseia-se principalmente no modal rodoviário.

Por sua vez, o Engenheiro Agrônomo Antônio Carlos Costa, Gerente do Departamento de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ressalta que o Governo, apesar de estar trabalhando para melhorar todas as deficiências do agronegócio, não promove ações integradas.

Na sua avaliação, mesmo as ações de curto prazo deveriam vislumbrar um cenário para daqui a dez anos, mas não é isso o que vem ocorrendo. Segundo ele, 58,3% dos produtores entrevistados pela Fiesp não acreditam que o Governo brasileiro esteja realmente empenhado em investir em infraestrutura e logística para a produção agrícola.

Em artigo publicado no fim de semana, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, avalia que, com a melhoria da logística de escoamento pelo Arco Norte, será possível reduzir em aproximadamente US$50 por tonelada o custo logístico de movimentação da produção.

A título de contribuição: para exportar soja do Norte de Mato Grosso para Xangai, na China, o produtor brasileiro desembolsou, em média, US$160 por tonelada, em 2013. Já a soja que sai de Minnesota, do Meio-Oeste dos Estados Unidos com o mesmo destino, custa ao produtor local US$96,00 por tonelada.

Segundo o Ministro, o objetivo é garantir ao produtor brasileiro uma efetiva redução do custo e o aumento da competitividade das *commodities*, com reflexos positivos na apropriação de renda, no aumento da produção, na geração de emprego e no desenvolvimento regional.

Acredita o Ministro Geller que com preços dos produtos agrícolas favoráveis, a longo prazo, o grande crescimento da produção deverá conduzir o Brasil à condição de maior fornecedor de alimentos do mercado internacional até 2020, *status* que, em sua opinião, recomenda permanente atenção do Governo e investimentos contínuos em infraestrutura.

Temos um último comunicado, antes de passarmos à pauta de hoje, que é a leitura de um artigo assinado pelo Sr. Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp.

Diz ele:

A perda da competitividade da economia brasileira é um problema sistêmico e sua correção demandará um enorme esforço da parte do governo e do setor privado para recolocar o Brasil na rota do crescimento em níveis elevados e do aumento das exportações de produtos manufaturados. O comércio exterior é uma das áreas mais afetadas pelos altos custos e pelas ineficiências da economia.

O Brasil tem sérias deficiências na infraestrutura de distribuição de bens e serviços. A densidade das malhas rodoviárias e ferroviárias está bem abaixo da dos países desenvolvidos e até mesmo dos emergentes. Em avaliações qualitativas, o País apresenta os conceitos mais baixos, se comparado com outros grupos de países em matéria de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

As despesas de transporte, manutenção da frota e armazenagem representam uma fração relevante dos custos das indústrias e dos exportadores. As limitações na infraestrutura logística, como a saturação da capacidade e a precária conservação de grande parte das rodovias e vias de transporte urbano, acarretam, no Brasil, custos bem superiores aos que são arcados por indústrias instaladas em países com melhor infraestrutura e distribuição. No estudo Carga Extra na Indústria Brasileira, realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, verificou-se que as deficiências de logística representam 1,8% do preço dos produtos industriais no Brasil.

Segundo o World Economic Forum, o Brasil está em 114º lugar entre 148 países no quesito infraestrutura. O Banco Mundial, na semana passada, divulgou trabalho em que mostra que o País perdeu 20 postos no ranking mundial de logística, passando para 65º lugar entre 160 países. Apenas 1,5% do PNB do brasileiro vai para investimento em infraestrutura de todas as fontes, pública e privada, enquanto a média global de longo termo é de 3,8%. O Instituto McKinsey Global estima que o valor total da infraestrutura no Brasil está em 16% do PIB, enquanto na Índia são 52%, e a média dos países desenvolvidos está em 71%. Para que o Brasil possa chegar a esse nível terá de triplicar os gastos no setor nos próximos 20 anos.

Há consenso de que o governo só poderá superar a crise na infraestrutura com a participação do setor privado. Forte viés ideológico, contudo, dificulta o processo de privatização. Prevalece o sentimento antimercado causado pela interferência do governo, como ocorreu com a fixação da taxa de retorno nas concessões. O processo, sempre confuso, com sucessivas marchas e contramarchas nos editais de licitação, gera insegurança jurídica para os investidores. E as agências reguladoras, esvaziadas, não cumprem o seu papel fiscalizador. Tudo isso provoca distorções, como vimos no leilão [segundo diz o Embaixador Rubens Barbosa] do Aeroporto do Galeão, que alcançou um preço maior do que a privatização do maior campo do pré-sal, com muito maior rendimento financeiro estimado.

O resultado, com grande prejuízo para o Tesouro e para o contribuinte, são obras, sobretudo nas ferrovias inacabadas, mal-executadas, impossíveis de serem utilizadas por falhas na execução e custos muito acima dos projetados. Dos grandes projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento, dois terços

estão atrasados. A situação chegou a tal ponto que o Governo anunciou ter decidido tocar obras mesmo sem um projeto básico ou ambiental, apelando ao Exército para executarem e melhorarem a gestão dos trabalhos.

Nas rodovias, após os recentes fracassos dos leilões e depois de várias modificações, o Governo admitiu conceder subsídios para atrair investidores e evitar o fiasco recente, em que nenhuma empresa quis participar da licitação. Nos portos, como apontou o The Economist, nos anos recentes, a autoridade reguladora suspendeu a concessão de licenças para os terminais privados, exceto para aqueles voltados principalmente para as cargas de seus proprietários. Por isso, durante a década em que o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de commodities do mundo, os terminais graneleiros pouco se expandiram. Os resultados são os congestionamentos dos navios nos portos e a demora na carga e na descarga.

Por ser um dos elementos negativos mais gritantes na formação do preço final dos bens exportados, é importante chamar atenção para o fato de quanto o Brasil está deixando de ganhar em razão da inépcia, do desmando, da corrupção e da falta de gestão na infraestrutura de transporte.

Segundo trabalho do Banco Mundial, o Brasil poderia exportar cerca de 30% mais somente com a melhoria da logística de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. Os custos dos transportes de bens primários e industriais nacionais para exportação são maiores do que as tarifas e o protecionismo.

A rentabilidade dos produtos de exportação está caindo de forma gradual e constante. Os produtos manufaturados foram os primeiros a perderem mercado no exterior por causa da baixa competitividade, como ocorreu de forma significativa nos Estados Unidos e na América Latina, as duas únicas regiões que absorvem a maior parte dos nossos produtos industrializados.

Os produtos agrícolas, que vêm sustentando o comércio exterior brasileiro nos últimos anos, começam a sofrer pela deficiência logística. O déficit de armazéns está sendo contornado pelos caminhões em filas quilométricas nas vias de acesso aos portos para descarregar. O que acendeu o sinal vermelho foi o fato de a China ter cancelado a compra de dois milhões de toneladas de soja por atraso no carregamento dos navios.

As consequências da má gestão e da ineficiência podem ser medidas pelo resultado da balança comercial em 2013. O superávit de cerca de 20 bilhões em 2012 evaporou-se, colocando mais pressão sobre o déficit das transações correntes, que ficaram em 3,6% do PIB no final do ano.

Encerra o Embaixador Rubens Barbosa esse seu artigo.

Finalizando os comunicados, passamos à nossa pauta.

Item da pauta: Relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

A presente reunião destina-se à discussão e à apreciação do relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, apresentado no âmbito desta Comissão, no dia 2 de abril de 2014.

O relatório final é este que já foi lido na reunião aqui já citada. E aqui está o relatório final. Desse relatório final é que foram extraídos os instrumentos legislativos, indicações e comunicados que, em seguida, estarei dando conhecimento a V. Exªs.

Srªs e Srs Senadores, integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura

No dia 28 de março, promovemos o encerramento do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o desenvolvimento brasileiro, quando foram apresentados pelos respectivos coordenadores os relatórios das sete mesas redondas.

De acordo com a programação anunciada no encerramento do Fórum, o Relatório Final, contendo as propostas e sugestões para cada setor, foi lido e submetido à consideração desta Comissão em sua reunião do dia 2 de abril, quando foi concedida vista coletiva do documento, bem como distribuídos os relatórios individuais de cada mesa redonda e um quadro-síntese de suas recomendações, que é essa pasta aqui, que já mostrei a V. Exªs.

Neste material do Relatório Final do Fórum, constam as 101 propostas e sugestões. Elas foram sistematizadas e consolidadas em uma matriz sintética, em forma de tabela – o quadro-síntese a que me referi –, produzida pela Consultoria Legislativa da Casa para facilitar a análise por parte de Vossas Exªs.

Desse trabalho resultaram 78 recomendações das sete mesas redondas, sendo 61 indicações, 13 proposições legislativas (cinco PECs e oito projetos de lei), duas propostas de criação de Grupo de Trabalho de especialistas no âmbito da Comissão de Infraestrutura, e duas propostas de Estudos da Consultoria Legislativa por meio de Nota Informativa.

Esclareço que na reunião anterior havíamos informado que das 78 propostas, 60 constituíam propostas de indicações e 14 de proposições legislativas. Na verdade, identificamos posteriormente que uma dessas 14 propostas referia-se à elaboração de um projeto de lei que já existe e se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Trata-se da sugestão de aprovação do REITUP – Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano de Passageiros –, com redução das tarifas, isenções de impostos e outros incentivos ao transporte co-

letivo de passageiros. Assim, a sugestão será incorporada àquelas com objeto de indicações, mediante a qual será enviada manifestação de apoio à aprovação do PL nº 1.927, de 2003, que se encontra na Câmara dos Deputados para apreciação do substitutivo adotado pelo Senado Federal.

As demais Indicações – as outras 60, portanto – serão atendidas, em caso de aprovação do Relatório Final, por meio de ofícios e encaminhamentos diversos às instâncias responsáveis pelos respectivos temas, seja no âmbito do Executivo Federal, seja no âmbito dos demais entes da Federação ou órgãos públicos em geral.

Em relação às propostas de criação de dois grupos de trabalho no âmbito da Comissão de Infraestrutura e de dois estudos por meio de Notas Informativas à Consultoria Legislativa, esclareço que essas quatro propostas constituem os Requerimentos de nºs 12, 13, 14 e 15, todos lidos na reunião do último dia 14, segunda-feira passada, e serão apreciados na segunda reunião de hoje, conforme a pauta já divulgada.

Quanto às 13 sugestões de proposições legislativas (projetos de lei e PECs), 12 delas já foram materializadas dentro da técnica legislativa pela Consultoria do Senado. Os respectivos textos – em forma de anteprojeto de lei e de anteproposta de emenda à Constituição – já estão sendo distribuídos aos integrantes da Comissão, que são exatamente esses aqui, são os anteprojetos e os Projetos de Emenda à Constituição. que estão sendo distribuídos a V. Exªs.

Para cada proposição, a Presidência irá designar um relator. À medida que os relatórios forem sendo entregues, as matérias serão pautadas em nossas reuniões ordinárias. As que forem aprovadas serão então apresentadas regimentalmente à Secretaria-Geral da Mesa, como de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para dar início ao processo legislativo.

A título apenas de divulgação e registro, passo agora a fazer a leitura das ementas de cada uma dessas 13 proposições, sendo oito anteprojetos de lei e cinco antepropostas de emenda à Constituição:

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, §1º e 231, §3º, da Constituição Federal.

Observo que este é o único anteprojeto de lei que não foi possível ainda ser concluído pela Consultoria do Senado, dada a complexidade da matéria. Tão logo se finalize sua elaboração, nos próximos dias, a Secretaria da Comissão distribuirá o texto aos seus integrantes.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para permitir à Petróleo Brasileiro SA – Petrobras declinar de sua prerrogativa de ter participação mínima e ser operadora única nos consórcios de exploração sob o regime de partilha de produção.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Acrescenta inciso ao art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a extensão do prazo de vigência de contratos de manutenção de obras públicas.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para disciplinar a responsabilização

de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para eliminar a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nas diretrizes gerais para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a maximização do benefícios resultantes do aproveitamento dos recursos hídricos e para vincular os planejamentos setorial e territorial, nas escalas regional, estadual e nacional, ao planejamento de recursos hídricos.

Parece algo muito confuso, mas, na realidade, isso é muito simples. Trata-se apenas de uma melhor articulação entre Estados, Municípios e União em função de uma melhor utilização dos recursos hídricos em nosso País.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos.pelo setor privado.

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Dá nova redação aos artigos 21 e 177, da Constituição Federal, para retirar do monopólio da União a construção e operação de reatores nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Essa é uma anteproposta bem polêmica.

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, para permitir à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera o inciso III do §2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor que o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera o art. 159 e o inciso II do §4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2014

(1º Fórum Nacional de Infraestrutura)

Altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que desaguem em outros rios federais.

Percebe-se que há um elenco de medidas que tratam bem de perto do tema mobilidade urbana.

Lembro, por fim, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoverá a publicação completa do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura contendo todo esse material aqui referido, além de outros documentos pertinentes ao evento. Essa publicação será devidamente distribuída e divulgada não somente nos quadros do Poder Público relativos à infraestrutura, mas também nos meios acadêmico, empresarial, e ainda nas entidades representativas dos setores interessados.

Dados esses esclarecimentos e informações, passamos agora à deliberação do Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, e convoco nossa próxima reunião a realizar-se imediatamente após o encerramento desta, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 33 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 11ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin** e **Ricardo Ferraço.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 9ª, 10ª e 11ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2006**, de autoria do Deputado **Sandes Júnior**, que "*denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*". Tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que "*denomina "Governador Ottomar de Sousa Pinto" a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela".* Relatoria: Senador **Walter Pinheiro**. Resultado: Adiado. Item 2 – **Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2013**, de autoria do Senador **Acir Gurgacz**, que "*altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição social para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012".* Relatoria: Senador **Ciro Nogueira**. Resultado: Adiado. Item 3 –**Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 12, de 2014**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "*nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei visando a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica".* Resultado: Aprovado, com designação do Senador **Vital do Rego** como coordenador do grupo. Item 4 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2014**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "*nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei criando marco regulatório específico para a exploração de gás de folhelho (shale gas) no Brasil".* Resultado: Aprovado, com designação do Senador **Delcídio do Amaral** como coordenador do grupo. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 14, de 2014**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "*nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre uma revisão da legislação que estabelece restrições para a atividade de mineração em faixa de fronteira".* Resultado: Aprovado. Item 6 – **Requerimento da Comissão de**

Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2014, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "*Nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre a elaboração de regime tributário, incluindo a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), para o setor de combustíveis, de modo a valorizar as externalidades positivas do etanol e garantir sua competitividade*". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às oito horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 9ª, 10ª e 11ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006
– Não terminativo –

Denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.
Autoria: Deputado Sandes Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 723, DE 2007
– Não terminativo –

Denomina "Governador Ottomar de Sousa Pinto" a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil-Venezuela.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Como o Senador não chegou ainda à reunião, deixaremos para o final. Caso S. Exª não esteja presente, colocaremos na pauta da próxima reunião.

Do mesmo modo o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição social para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Não estando presente o relator, da mesma forma como o primeiro item da pauta, deixamos para o final desta reunião.

Caso não esteja presente o Sr. Relator, passaremos esses itens para a deliberação na nossa próxima reunião.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, DE 2014

Nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei visando a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observação: *O requerimento foi lido na reunião do dia 14 de abril de 2014.*

Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Designo como coordenador deste grupo de trabalho de especialistas S. Exª o Senador Vital do Rêgo, com objetivo de, no prazo de 120 dias, a partir da constituição do grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei visando a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica, segundo uma das recomendações feitas ao final dos trabalhos do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, DE 2014

Nos termos do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um Grupo de Trabalho de especialistas, sob a coordenação de um senador integrante desta Comissão, com o objetivo de, no prazo de 120 dias a partir da constituição do Grupo, prorrogáveis por igual período, elaborar anteprojeto de lei criando marco regulatório específico para a exploração de gás de folhelho (shale gás) no Brasil.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observação: *O requerimento foi lido na reunião do dia 14 de abril de 2014.*

Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Designo como coordenador deste grupo de trabalho, criado com o fim específico para criar uma lei do marco regulatório para a exploração de gás de folhelho, S. Exª o Sr. Senador Delcídio do Amaral.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, DE 2014

Nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre uma revisão da legislação que estabelece restrições para a atividade de mineração em faixa de fronteira.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 14 de abril de 2014.

Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, DE 2014

Nos termos do art. 90, incisos VI e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura e respectivas recomendações, requeiro estudo completo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por meio de Nota Informativa, com possibilidade de minuta de proposição legislativa, sobre a elaboração de regime tributário, incluindo a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), para o setor de combustíveis, de modo a valorizar as externalidades positivas do etanol e garantir sua competitividade.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observação: *O requerimento foi lido na reunião do dia 14 de abril de 2014.*

Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, tivemos as reuniões de hoje fundamentalmente, como verificamos, tendo como objeto o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, o seu Relatório Final, que foi lido há duas reuniões anteriores, distribuído aos Srs. Senadores, e todos dele tomaram conhecimento. Também foram aqui lidas todas as sugestões dos anteprojetos de lei e anteprojetos de Projetos de Emenda à Constituição surgidos deste relatório, que terão a sua tramitação legislativa iniciada, e também as indicações que serão feitas às diversas instâncias do Poder Executivo do nosso País para as providências cabíveis.

Tudo isso será, portanto, alvo de debates no âmbito desta Comissão e, depois, se aprovados aqui, no Plenário do Senado da República.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 23 de abril de 2014, quarta-feira, às 7h30, neste plenário.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 42 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e o Requerimento de autoria do Senador **Ruben Figueiró**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Marcelo Bruto da Costa Correia,** Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Senhor **José Carneiro da Cunha Oliveira Neto**, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de requerimentos e documentos.

De S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB, recebemos o seguinte Ofício nº 31/14:

Nos termos regimentais, comunico que esta Liderança cede ao Partido Solidariedade, sigla SD, a vaga de suplente ocupada pelo Senador Aécio Neves, na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Segundo ofício, de S. Exª o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa. Diz S. Exª: "Nos termos regimentais, indico o Senador Vicentinho Alves para integrar, como primeiro suplente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, em vaga cedida pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)."

S. Exª o Senador Vicentinho Alves passa a integrar, portanto, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano: trago aqui o convite formulado pela Subcomissão para o diálogo sobre o tema "Os Desafios da Reforma Urbana", a realizar-se no dia 30 de abril de 2014, quarta-feira, às 14 horas, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O evento contará com a presença de Senadores, Deputados, gestores e vereadores das cidades de Fortaleza e de sua região metropolitana e com a participação de representantes de entidades da Polícia Civil, especialistas, lideranças populares e demais interessados no tema. Faz o convite S. Exª o Senador Inácio Arruda, que é o Presidente da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano.

REQUERIMENTO N° 16, DE 2014

Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 55 de 2013, solicito que sejam também incluídos os nomes dos senhores Juan Audes Afara Maciel – Vice-Presidente da República do Paraguai e Edson Giroto – Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes em Mato Grosso do Sul, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 07 de maio, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile.
Autoria: Senador Ruben Figueiró.

O requerimento passa à pauta da nossa próxima reunião para deliberação dos senhores integrantes desta Comissão.

Documentos recebidos pela Presidência desta Comissão.

Ofício CONLEG-SF nº 075/2014, de autoria do Consultor-Geral Legislativo, Dr. Paulo Mohn, encaminhando a Nota Informativa nº 509, de 2014, sobre o Aviso nº 234-Seses-TCU-Plenário, que trata de auditoria operacional realizada no Programa Minha Casa, Minha Vida.

A referida nota técnica informa que – aspas: "A auditoria operacional realizada pelo TCU, relatada no Aviso nº 234, de 2014, resultou em determinações e recomendações aos órgãos gestores e operadores do Programa Minha Casa, Minha Vida capazes de aprimorar e qualificar a implementação do Programa".

Sugere, por fim, que "a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento da matéria, procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado" – fecho aspas.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado: a Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 568-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 908 (acompanhado de Instrução Técnica), proferido nos autos do processo nº TC-031.029/2013-2, que trata de auditoria realizada no Petróleo Brasileiro S.A., no período compreendido entre 04/11/2013 e 06/12/2013.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Último comunicado.

Novo socorro a elétricas complica quadro fiscal.

Segundo notícias veiculadas hoje na imprensa, o Tesouro Nacional poderá ser obrigado a fazer novos aportes de recursos ao setor elétrico a partir de maio, comprometendo o cenário fiscal de 2014 e o cumprimento da meta de superávit de 1,9% do PIB (Produto Interno Bruto). A conta a ser paga dependerá do resultado do leilão emergencial de energia que o Governo fará nesta quarta-feira, mas a expectativa é de que oscile entre R$5 bilhões e R$9 bilhões até dezembro, segundo informações do Governo.

Esses recursos não estão previstos no Orçamento e se somarão aos R$13 bilhões que o Tesouro Nacional já se comprometeu a gastar neste ano. O empréstimo de R$11,2 bilhões que o Governo capitaneou para socorrer as distribuidoras de energia elétrica é suficiente para pagar as despesas até abril. A partir de maio, será preciso buscar outra fonte de recursos, já que o Governo não pretende recorrer a novos financiamentos.

Não há decisão tomada sobre o uso de recursos fiscais, mas acreditam os especialistas que o Tesouro poderá fazer novos aportes às distribuidoras. O decreto presidencial que disciplinou o empréstimo fechado na semana passada e uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriram a possibilidade de o Tesouro repassar recursos às distribuidoras para pagar pela energia mais cara gerada pelas usinas térmicas.

O art. 1º da resolução da Aneel diz que os custos das térmicas entre fevereiro e dezembro de 2014 poderão ser pagos "total ou parcialmente por repasses da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a partir de aportes da União". Até o decreto, o Tesouro não tinha autorização para compensar esses gastos. A participação do Tesouro e o consequente efeito fiscal serão diretamente proporcionais ao resultado do leilão de energia desta quarta-feira.

Atualmente, as distribuidoras estão comprando no mercado de curto prazo 3,5 mil megawatts para atender seus clientes a um custo de R$ 822,83 o MW/hora. Para o leilão, o Governo fixou o custo da energia entre R$262 e R$271, e o prazo dos contratos será de cinco anos.

Se as distribuidoras conseguirem contratar todos os 3,5 mil megawatts que precisam para atender a demanda, o tamanho do problema fiscal será bastante reduzido. Esse cenário, no entanto, não é considerado possível nem mesmo no Governo.

O mais provável é que as distribuidoras continuem comprando parte da energia de que precisam para atender os consumidores ao preço do mercado de curto prazo e precisem de reforço do seu caixa. A expectativa do Governo é de que o saldo varie entre R$5 bilhões e R$9 bilhões e possa ser absorvido com medidas pontuais de aumentos de receita, conforme já anunciado pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O Tesouro Nacional não poderá contar com os R$ 13 bilhões já previstos para gastos em 2014, caso a decisão seja pelo socorro vindo do caixa federal. Esses recursos, assim como os R$4 bilhões prometidos no início de março, já foram contabilizados pela Aneel e serviram para reduzir os reajustes de tarifas esse ano. Portanto, apesar de ainda não terem sido efetivamente desembolsados, esses recursos já estão comprometidos com outra destinação e não poderão ser destinados às distribuidoras.

Em 2013, o Tesouro Nacional desembolsou R$9,8 bilhões para socorrer as distribuidoras. A falta de chuvas, desde 2012, vem obrigando o Governo a acionar as usinas térmicas para compensar a queda no volume de água dos reservatórios das hidrelétricas. A energia gerada por essas usinas, no entanto, é muito mais cara que a hidroelétrica, o que faz com que o preço no mercado de curto prazo suba.

Além disso, a decisão da Cemig, Copel e Cesp, em 2012, de não renovar antecipadamente suas concessões de geração deixou as distribuidoras sem contratos de fornecimento de longo prazo para atender seus consumidores, obrigando a compra da energia no mercado de curto prazo, o que também exacerbou o desequilíbrio econômico dessas empresas.

Passando à pauta do dia de hoje, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre gestão e investimentos, planejamento integrado e políticas públicas, 2º Painel do Ciclo sobre os Temas transversais, que é a última etapa da Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País,– da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema desta noite foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para que tomem assento à mesa, dando-lhes as nossas boas-vindas:

Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB, Universidade de Brasília;

Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para iniciar os trabalhos da noite de hoje.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Boa noite a todos! Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite em nome da Ministra Miriam Belchior, Presidente Fernando Collor, e agradecer a oportunidade de debater aqui o assunto logística e os temas transversais relacionados à gestão do investimento público, que é a bola da vez tanto para o Governo quanto para a iniciativa privada, também aqui no Legislativo, porque o que se tem visto, de fato, nos últimos anos, é que há muito tempo se imaginou que o problema de logística, de investimento em infraestrutura é uma questão de recursos, de simples disponibilidade de recursos e, com

a melhoria da situação fiscal do País, com a estabilidade econômica, ter-se-ia naturalmente a retomada dos investimentos em infraestrutura.

Nos últimos anos, com a melhoria do cenário fiscal, maior estabilidade que o País tem vivido, tem-se visto que há desafios maiores na melhoria de gestão, de regulação, do ambiente do investimento. Essa iniciativa contribui bastante para o debate.

Eu já estava olhando aqui nos bastidores algumas propostas que apareceram nesses ciclos que têm sido realizados, e muitas já são objeto de debate dentro do Governo Federal e, de fato, a junção de todas essas propostas dos mais diferentes atores nos ajuda a avançar neste debate.

Aqui na minha apresentação, vou seguir um pouco até chegar aos pontos de pauta que eu considero, que são os próximos desafios a vencer do ponto de vista institucional para ampliar ainda mais os investimentos em logística.

Eu vou primeiro dar uma passada rápida no que se tem encaminhado nos últimos anos. Como representante do Governo, creio que me cabe também mostrar o que o País tem avançado nos últimos anos, onde a gente avançou e onde a gente pensa que estão os próximos desafios a serem enfrentados.

A logística, apenas a título conceitual, é um vetor determinante para a competitividade da economia de um determinado país, como também para o desenvolvimento. De um lado, ela vai atrás dos fluxos de comércio, das áreas de produção já existentes. Ela tem aquela função de assegurar o atendimento aos fluxos da produção já existente para o abastecimento interno e para a exportação, também para a melhoria de competitividade da capacidade produtiva já instalada do País, e também tem um papel indutor para o desenvolvimento da indústria de turismo e para a integração regional e continental do País.

Quando a gente olha hoje o Programa de Aceleração do Crescimento, você verifica investimentos em logística que de fato cumprem esses diferentes papéis dessa área. Então, por exemplo, quando você pensa em uma ferrovia como a Ferrovia Transnordestina, ela tem um papel de integração e de indução de investimento no Nordeste do País. Quando você olha rodovias e todos os investimentos que têm sido feitos na BR-101, ela tem o papel também de incrementar ainda mais o turismo, de atender aos fluxos de comércio local e assim vai, para os mais diferentes investimentos que nós temos na área de logística.

Quando a gente fala de logística no Brasil, acredito que há dois consensos. Varia um pouco o diagnóstico de quem acha que a situação é mais ou menos difícil nesses pontos, mas, geralmente, dois pontos são comuns em termos de diagnóstico. O primeiro é que nós temos a logística insuficiente para dar a competitividade que se quer para o País. Acho que aí a pergunta a agentes de Governo, Congresso, iniciativa privada, é se existe de fato esse diagnóstico. As várias iniciativas do próprio Governo vêm no sentido de tentar reduzir isso que se chama de *gap* logístico.

Outro diagnóstico bastante comum se refere a nossa matriz de transportes. Quanto à concentração que existe no modal rodoviário do transporte de cargas, aí os dados variam. Eu me apeguei ao mais recente que obtive da CNT. Mas se você olhar, nas últimas décadas, de fato, os números continuam rondando nesses percentuais: rodovias com 60%, ferrovias na faixa de 20%. Ferrovias cresceram um pouco da década de 1990 para cá, com as concessões, e hidrovia na faixa de 14%. Então, com algumas variações, sobretudo com o crescimento do modal ferroviários nos últimos anos, basicamente essa matriz se mantém intacta. E aí se colocam, basicamente, quais são os dois macrodesafios.

Primeiro, ampliação de investimento nos mais diferentes modais. Mesmo quando você olha essa matriz concentrada no modal rodoviário, isso não quer dizer que não sejam enormes as necessidades do País também no modal rodoviário. Quando se olha o percentual da malha federal pavimentado em relação à malha federal, você observa que tem que avançar também nesse modal. Mas, em relação aos outros dois modais, o ferroviário e o hidroviário, é ainda mais claro isso.

Eu diria que há um tripé no qual vou basear o meu levantamento do que foi feito e do que eu acho que está a fazer. Acho que o primeiro é a continuidade da melhoria do planejamento. Esse é um aspecto em que o País tem melhorado, tem evoluído nos últimos anos, mas acho que ainda falta estruturar mais e ainda ter os mecanismos de planejamento totalmente de pé para que não só se ampliem os investimentos como também que esses investimentos sejam adequadamente realizados, aqueles investimentos prioritários sejam adequadamente escolhidos, como também que sejam antecipadas as medidas de gestão necessárias para que o investimento seja executado.

Muitas vezes se atribui a um problema de gestão o que é um problema de planejamento. Você ultrapassa determinadas etapas do processo de planejamento e vai direto para executar, por exemplo, um empreendimento e isso faz com que você tenha problemas durante sua execução. Você tem um segundo pilar desse tripé, que é a gestão – gestão, quando eu falo, são processos de contratação, elaboração de estudos, de projetos, licenciamento ambiental, contratação e execução de obras – e, finalmente, a disponibilidade, a mobili-

zação de recursos fiscais e também privados, para mobilizar a quantidade de investimento em infraestrutura logística que o País precisa.

Olhando um pouco para trás, para tentar dar um pouco do diagnóstico, de como estamos hoje, este planejamento, nos últimos anos, tem caminhado. Em 2006, foi lançado o Plano Nacional de Logística de Transporte, que foi um passo importante para fortalecer o planejamento no setor. Foi um lançamento, à época, muito próprio do Ministério dos Transportes, focado no Ministério dos Transportes, tinha lá um caráter indicativo para futuras decisões de investimento.

Então, no PNLT você identificou, por um período de 25 anos, quais seriam aqueles investimentos prioritários. Como isso era realizado? Primeiro, foi realizado de forma participativa, num debate com diferentes fóruns, com a participação de governos estaduais, entidades da iniciativa privada, que aplicava, também, no desenvolvimento desse instrumento de planejamento, tecnologias modernas. Você fazia uma projeção macroeconômica do país para esse período de 25 anos, uma simulação considerando os diferentes modais, e os principais produtos da economia brasileira.

O PNLT se iniciou em 2006, teve um período de revisão em 2010, e, mais recentemente, deu-se um passo adicional, que foi a criação da Empresa de Planejamento e Logística, que é a ressurreição, a recriação de algo parecido com o que o Geipot fez no período áureo do modal rodoviário, na década de 60. Então, a EPL é criada em 2012, sua implementação se inicia no ano de 2013 e ela herda o PNLT, mas não mais focado no Ministério dos Transportes, mas juntando todas as peças do jogo logístico para fazer uma nova peça de planejamento chamada PNLI (Plano Nacional de Logística Integrada), aí incorporando também o modal aeroviário e portuário.

Então, a EPL tem desenvolvido, de 2013 para cá, a atualização das pesquisas de origem e destino, contagem de tráfego e o desenvolvimento do PNLI, que é algo que se almeja ter até o final deste ano, começo do ano que vem: um planejamento mais atualizado e mais integrado. Então, esses foram passos importantes no campo do planejamento.

Em relação à gestão do investimento público, eu acho que o PAC foi um avanço importante, mas é importante destacar que o País tem caminhado, nas últimas décadas, para melhorar os mecanismos de gestão de investimentos, de identificação de prioridades e de alocação de recursos para investimentos prioritários. Assim foi com Programas como o *Brasil em Ação*, *Avança Brasil* e o PPI, já em 2003, 2004. No PAC, o grande ganho, quando você tem um programa claro de identificação de prioridades, que é monitorado de forma intensiva, em que você aloca os recursos para esses empreendimentos prioritários, é primeiro garantir o fluxo contínuo de recursos para esses empreendimentos versus a dispersão na aplicação de recursos, se você não tem um Governo que claramente defina quais são as prioridades, quais são aqueles empreendimentos em que devem ser prioritariamente alocados os recursos.

Acho que esse primeiro passo importante para a gestão de investimentos é quando você define um programa prioritário como o PAC, garantindo recursos para que empreendimentos não sofram solução de continuidade durante a sua execução e você não saia fazendo vários investimentos que no fundo não alcançam o fim desejado.

O segundo passo importante é a institucionalização de monitoramento intensivo. Então, o PAC tem uma estrutura de monitoramento que envolve os diferentes órgãos de Governo envolvidos na execução de determinado empreendimento. Então, você tem a participação do Ministério do Planejamento, que é o responsável pela coordenação do Programa, mas também pelo aspecto orçamentário; a Fazenda, pelo aspecto fiscal; a Casa Civil participa pelo aspecto de coordenação intergovernamental; e os agentes diretamente executores com a participação também de órgãos licenciadores, como, por exemplo, o Ibama, a Funai, para você identificar, nesse grupo de empreendimentos prioritários, onde existem restrições e como elas devem ser atacadas para minimizar os problemas que ocorram no curso de execução de determinada obra, de determinado empreendimento.

A melhoria de condições de crédito e tributárias desde o início fazem parte das preocupações do PAC. Você tem, por exemplo, a criação da RIDE para desoneração tributária. Em relação ao crédito, tem alguns aspectos que vou mencionar mais adiante, em relação à concessão. Acho que um ponto importante para o qual o PAC contribuiu para o País evoluir foi nas melhorias institucionais. Muitas vezes se imagina o PAC simplesmente como uma lista de obras e não se menciona esse aspecto, dos mais ricos do PAC, que é você tentar identificar aqueles pontos e principais gargalos para a execução de investimento público e você ir tratando e melhorando institucionalmente, às vezes por ato do Governo Federal, às vezes por lei mesmo.

Então, você teve, por exemplo, nas leis orçamentarias, desde a criação do PAC, um mecanismo importante de eficiência orçamentária, que é uma maior flexibilidade para remanejamento de rubricas orçamentárias dentro do PAC; uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que transforma os convênios feitos para obras do PAC em transferências obrigatórias. Então, por exemplo, se tem um determinado Município, determinado

Estado que tem uma situação de inadimplência com o Governo Federal, ele não deixa de receber os recursos para aquela obra prioritária do PAC. Isso é uma lei.

Em termos de licenciamento ambiental, que é um dos pontos que mais adiante eu coloco como dos mais desafiadores, olhando para a frente, também houve evoluções importantes. Por exemplo, houve a edição da Portaria 419, de 2011, que foi a primeira portaria que tenta regulamentar a atuação dos diferentes envolvidos num processo de licenciamento ambiental. De alguns anos para cá, tem crescido muito aspecto indígena, aspecto relativo ao patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental, mas você não tinha uma disciplina sobre isso. A Portaria 419 tenta disciplinar melhor esse processo, estabelecer prazos para manifestações.

Em termos também de licitações e contratos, acho que houve um passo muito importante aqui no Congresso Nacional, que foi a aprovação do Regime Diferenciado de Contratações, inicialmente para a Copa e para a Olimpíada, mas depois estendida para o PAC, que tem sido responsável por viabilizar boa parte de licitações e contratos que dificilmente nós conseguiríamos fazer sob a égide da Lei nº 8.666. Eu costumo dizer: no DNIT, você teve, em 2012, um desafio muito grande de licitar mais de 30 mil quilômetros de manutenção rodoviária neste País. Você fazer isso com processos de habilitação em que você tem que habilitar cada empresa num processo de licitação, para quem lida com licitação, sabe que é muito demorado. Com o regime diferenciado de contratação, você conseguiu reduzir uma enormidade. O DNIT, assim, num prazo de seis meses, tinha contratado manutenção estruturada em mais de 30 mil quilômetros de rodovias federais. Acho que o RDC é uma conquista importante da sociedade brasileira.

Aqui, só para mostrar um pouco graficamente o que já falei, a estrutura de monitoramento do PAC, que vai desde a deliberação maior da Presidente da República, do Comitê Gestor de Ministros, até o grupo executivo de secretários e as salas de situação, que são as salas de técnicos para monitoramento de cada empreendimento prioritário. E aí a decisão, a informação sobe de baixo para cima, em termos de graus de gravidade, até chegar no nível mais adequado para fins de decisão, de interferência num processo que tenha algumas dificuldades.

Também o PAC tem essa preocupação de gestão intersetorial, envolvendo não só Ministério finalístico, mas também Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Planejamento, como eu mencionei também.

Em termos de investimento, para falar do terceiro pilar, que eu mencionei inicialmente, acho que esse esforço que falei de identificação de prioridades em conjunto com medidas institucionais apropriadas tem permitido que, com todas as dificuldades que nós temos, os investimentos tenham de fato crescido.

Então, entre o PAC 1 e o PAC 2, você teve de obras, de ações concluídas na área de logística, mais de 100 bilhões em sete anos. E de investimento, de execução financeira, mesmo que o empreendimento não tenha sido concluído, mais de 150 bilhões. Quando você olha para a OGU, porque aqui estamos falando tanto de investimento público como de investimento privado, você teve aí em sete anos gastos acima de 100 bilhões.

Apenas para título de comparação, para mostrar como o esforço foi válido, entre 95 e 2006, na década anterior, você teve investimentos do OGU na faixa de 65 bilhões. Então, num período menor, você faz aí um investimento superior a 100 bilhões.

E como isso se traduziu em termos de ganho de capacidade na infraestrutura logística do País? Nas rodovias federais, pavimentadas, houve um aumento de aproximadamente 10%, quase cinco mil quilômetros de malha rodoviária pavimentada. De malha duplicada, a gente aumentou 50% em relação ao que nós tínhamos de malha duplicada federal em 2006. Em termos de ferrovia, nós tínhamos uma malha de 28 mil quilômetros, que basicamente é a malha do País desde os anos 40, 50. Você teve já agregado 1,3 mil quilômetros basicamente com dois grandes empreendimentos, a Ferronorte, que passa a ligar a região de Rondonópolis, no Mato Grosso, até o Porto de Santos, que foi concluída, entrou em operação no ano passado. E a Ferrovia Norte Sul, que teve 215 quilômetros que foram abertos, inclusive concessionados à Vale em 2008. E, agora, em maio deste ano – a obra foi concluída no mês passado; a licença de operação do Ibama deve estar saindo esta semana – vão ser abertos para tráfego mais de 800 quilômetros de ferrovia na Ferrovia Norte-Sul, que é um anseio antigo do País.

Em termos de operação, também o modal ferroviário tem crescido. Aliás, em termos de obra, é bom destacar que temos ainda três grandes obras que vão agregar mais três mil quilômetros de malha: a Transnordestina, a que já me referi, a Ferrovia de Integração Oeste Leste, na Bahia, e também a extensão da Norte Sul. Vamos inaugurar, em maio, até Anápolis, em Goiás, e existem obras em execução para Anápolis, ligando de Anápolis até Estrela d'Oeste, em São Paulo.

Em termos de operação, a malha ferroviária também tem comportado mais carga transportada. Neste período de sete anos, aumentou em quase 20% a carga transportada por meio de ferrovias. É por isso que eu disse que, naquela matriz, ferrovia foi o que cresceu um pouquinho em relação aos demais modais.

Em relação a portos, acho que vale destacar que os investimentos feitos de 2010 para cá permitiram o aumento de calado, logo, aumento de capacidade de transporte de carga nos portos de Santos, Suape, Rio de

Janeiro, Fortaleza, São Francisco do Sul, Itajaí, e um aumento de capacidade de transporte de carga que ocorreu de mais de 30%, entre 2007 e 2013.

Aeroportos foram onde, na verdade, se enfrentou um grande desafio, recentemente, em relação à capacidade de atender o aumento grande da movimentação de passageiros. Para se ter uma ideia, entre 2006 e 2013, a movimentação de passageiros quase dobrou no País, chegou a 87%. Quais foram os principais investimentos feitos? Em 2010 e 2013, investimentos em nove aeroportos, nestes, já representando um aumento da capacidade de transporte de 16 milhões de passageiros; e mais recentemente, com o bem-sucedido processo de concessão, já em quatro aeroportos em que se têm contratos assinados e obras já sendo entregues, você tem quase que dobrando nesses quatro aeroportos a capacidade de transporte de passageiros neste ano.

Em Natal, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante – este é um projeto *greenfield* – que vai ser inaugurado agora, em maio, vai dobrar, praticamente, a capacidade de transporte de passageiros em Natal. Em Brasília, já se inaugurou há duas semanas o píer sul do aeroporto de Brasília; mas com o píer norte, que deve ficar pronto também até junho, você aumenta de dez milhões para 25 milhões a capacidade de transporte de passageiros. Em Guarulhos, também com a inauguração em maio irá dobrar a capacidade de transporte de passageiros; e, em Viracopos, irá triplicar ainda este ano também a capacidade para movimentação de passageiros.

Outro aspecto qualitativo em relação a esses investimentos que têm sido feitos. Em relação à malha rodoviária, que é o principal modal que temos na nossa matriz, eu diria que o principal que se consegue observar, com investimentos, com a garantia de fluxo contínuo de investimentos na área de manutenção, não é tanto uma melhoria, picos de qualidade em relação ao passado, mas acho que uma estabilidade maior que você percebe. Quando você olha as pesquisas da CNT, de 99 até 2006, quando não tínhamos um programa como o Crema, que, para quem não conhece, é um programa de contratação de manutenção por períodos maiores... Em vez de você fazer contratações tapa-buraco, de acordo com a urgência, faz contratos com indicadores de desempenho e a empresa tem cinco anos para mantê-los. É a maior estabilidade na qualidade da malha. Quando você olha de 2006 até 2013, de fato, você tem variações para cima no azul, que é a malha em ótimo e bom, mas você não tem aqueles picos para cima ou para baixo, como você tem no período ali: 2006, 2003, 2002. Acho que essa é a grande conquista da instituição de um programa de manutenção mais estruturada.

O RDC a que me referi. Também estou deixando aqui alguns dados importantes. Aqui, nos dados do DNIT, você tinha licitações feitas na concorrência pública com prazos médios. Vou considerar só a fase externa. Prazos médios de 170 dias. Na licitação com RDC tradicional com projeto básico executivo, 47 dias. Aí, basicamente, o efeito da inversão de fase. Em vez de você habilitar todo mundo, que é uma baita burocracia, em que você tem dez participantes e deve habilitar todo mundo sem nem saber se tem propostas competitivas. Você, no RDC, inverte. Você faz, primeiro, a apresentação de proposta de preço, depois, a habilitação somente do primeiro colocado. Acho que isso tem um efeito terrível em termo de prazo; aqui no DNIT, queda de dois terços no prazo. E mesmo na contratação integrada, que é a licitação com base em anteprojeto, em que a empresa é responsável por elaborar um projeto básico executivo e entregar a obra de acordo com parâmetros de desempenho, você tem também uma queda aí mais ou menos pela metade nos prazos de licitações.

Na Infraero, que é o órgão na área de logística que tem se utilizado muito do RDC, também há um movimento similar. Enquanto na concorrência pública você tinha prazo para fazer licitação de 254 dias, no RDC cai para a faixa de 101 dias, em 2012, e cem dias, em 2013, que é uma redução realmente impressionante.

Em relação a investimento privado, tem havido, também, importantes inovações, sobretudo a partir de 2012, quando a Presidente da República lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL). Houve, de uns anos para cá, uma ampliação muito grande de financiamento. Vou mostrar alguns dados. O lançamento do PIL, que basicamente tem um duplo lado: primeiro, um lançamento grande de um pacote de concessões em aeroportos, rodovias e ferrovias, de arrrendamentos e de TUPs (Terminais de Uso Privativo), no caso de portos. Veio acompanhado de revisão de marcos regulatórios, que ainda precisamos implementar. Em aeroportos e rodovias, as concessões já deslancharam, já têm mostrado bons resultados. Em portos e ferrovias, estamos em fase de implementação. E melhoria, também, de condições de financiamento, também estava incluído no escopo do PIL.

Há um aspecto importante aí para Estados e Municípios, uma importante mudança legislativa feita pelo Congresso Nacional na legislação de PPPs com três mudanças muito importantes. Era um pleito enorme de Estados e Municípios. Uma mudança permitindo aporte público durante a fase de execução da obra.

O que acontecia? Na PPP, só se podia aportar o recurso de contrapartida estatal após a finalização da obra. Isso, às vezes, inviabilizava economicamente a possibilidade de se lançar uma concessão. Deixava-se de ter viabilidade econômico-financeira por uma questão de fluxo de recurso, porque havia um aumento do custo de capital, pois a empresa tinha que se financiar durante essa etapa da obra. Então, o Congresso Nacional aprovou

uma lei que autoriza, dadas determinadas condições, o aporte de recursos durante a execução da obra. Essa lei também reduz o custo de capital das PPPs, possibilitando a dedução de impostos sobre os aportes públicos.

Finalmente, outro importante pleito que foi atendido com essa mudança legislativa foi o aumento da possibilidade de se contrair PPP, que, na época do lançamento da lei era de 1%, aumentou para 3%, acho que em 2008, ou 2009, e, agora, aumentou para 5%, em 2012.

Em relação ao financiamento, houve passos importantes. Vou resumir, para não me alongar muito. O principal passo é tentar desenhar, no financiamento de um projeto de infraestrutura – em rodovia isso foi feito de forma bastante interessante – é reduzir a exigência de garantias corporativas e dar um desenho nas concessões mais de *project finance*, em que a empresa empreendedora que ganha a concessão financia o seu empreendimento dando como garantia os recebíveis daquele empreendimento.

Esse é um desafio importante que o País tem, para constituir, de vez, o modelo de concessão e de PPP. No modelo de concessões de rodovias, isso avançou bem com essas medidas que foram previstas pelos bancos públicos, com penhor de ações, a possibilidade de *step-in rights*, cessão fiduciária de direitos creditórios e recebíveis.

Aqui um pouco de dado da ampliação de financiamento em logística no País. Quando se olha em 2005, o financiamento para infraestrutura de energia elétrica e logística, pelo BNDES, estava na faixa de 3.7 bilhões. Agora, em 2012, já se chegou a um financiamento total de 24.5 bilhões, com logística que representava um pouquinho menos de 1 bilhão, em 2005, já representando mais de 7 bilhões, 30% desse financiamento feito pelo BNDES.

Agora, uma passagem geral por concessões para finalizar minha apresentação. Concessão de rodovias: acho o modelo já muito bem sucedido, com as últimas cinco concessões que foram realizadas entre o final do ano passado e este ano. Todas com elevados deságios e alta competição, contratos já assinados em cinco trechos rodoviários.

Quais foram as principais mudanças ali feitas com o programa de investimento em logística? Primeiro, a obrigação de toda a duplicação nesse trecho ser realizada em cinco anos. Segundo, a possibilidade de a empresa apenas cobrar pedágio quando ela fizer pelo menos 10% das obras de duplicação. Essa era uma cobrança importante da sociedade brasileira. Às vezes, começava-se uma concessão e iniciava-se a cobrança de pedágio sem que houvesse um ganho efetivo no nível de serviço, em termos de obra entregue. Então, essa foi uma mudança importante, a exigência de se ter algum trecho de rodovia duplicada para haver o início da cobrança de pedágio.

No campo de ferrovias, a grande mudança regulatória e o motivo principal de ainda estarmos caminhando em um processo para lançar a primeira concessão, mas a principal mudança de modelo – sair de um modelo de concessão verticalizado, em que o concessionário controla a gestão da infraestrutura e também o transporte ferroviário, sobre o qual havia um amplo debate no País, e reclamações do setor produtivo, sobre o controle de mercado que existia das concessionárias em relação a quem passa ou quem não passa pelas ferrovias, dificuldades de integração entre diferentes trechos ferroviários.

Então, o novo modelo vem para tentar avançar nesse sentido. Segue o modelo europeu, onde você tem um concessionário responsável pela gestão da infraestrutura, que vai construir ferrovias, fazer a manutenção, fazer a programação em controle da circulação de trem, responsável pela expansão da estrutura ferroviária quando houver demanda, mas toda a capacidade é comprada pelo Governo, que disponibiliza abertamente para todos os interessados por transportar sua carga; essa infraestrutura é construída. Acho que essa é a principal mudança.

Aqui a principal, a primeira ferrovia que deve sair – os estudos já passaram pelo TCU – é a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que vai ligar Lucas no Rio Verde, importante região produtora do Mato Grosso, até a ferrovia Norte Sul, permitindo o escoamento dessa produção do Centro-Oeste pela Região Norte do País, sobretudo pelo porto de Itaqui.

Em relação a portos, também mudanças importantes do ponto de vista regulatório, foi a eliminação de restrições. Acho que o terminal de uso privativo. Havia um debate antigo, que já durava alguns anos, sobre a possibilidade de o terminal de uso privativo operar a carga de terceiros, que foi totalmente vencido pela lei aprovada pelo Congresso Nacional, e os resultados já são bastante efetivos desde a aprovação da lei para cá. Você já teve 86 pleitos de autorização para a construção de novos TUPs, montando aí um conjunto de R$17 bilhões em investimentos, com 17 contratos de adesão já assinados para a construção desses TUPs, quase R$6 bilhões, e tem mais 43 pleitos em análise, mais de R$6 bilhões.

Em relação aos portos públicos, também se está vencendo uma discussão antiga sobre a necessidade ou não de arrendamento, com a decisão de eliminar barreiras a entradas com os novos arrendamentos. O primeiro bloco que está em análise no TCU vai envolver já R$3 bilhões, envolvendo os portos de Santos e os do Pará,

Mirituba e Santarém, e que já está em análise final no TCU, devendo, nas próximas semanas, ter aprovação para iniciar esse processo de arrendamento.

Finalmente, concessão de aeroportos. Também acho que esse é um modelo que se consolidou bem, com as últimas concessões. Todas as concessões muito bem sucedidas, quatro com contratos já assinados e com obras já em fase final. No caso de Brasília, já entregues e boa parte das obras sendo entregues agora em maio, nos casos de São Gonçalo do Amarante, Guarulhos e Viracopos, e mais dois leilões que foram licitados no ano passado, Confins e Galeão. Também licitados com bom deságio, que tinham ajustes em relação ao modelo anterior, que era basicamente uma exigência mais rigorosa em relação à qualidade do operador aeroportuário e aumento de exigências financeiras para a participação da licitação.

Finalmente, para concluir a minha apresentação, porque eu acho que quando a gente olha para trás e faz esse tipo de levantamento que fazemos aqui, olhando um pouco o que se avançou, não podemos deixar de olhar o que achamos que é desafio para frente. Acho que quando você conversa com o setor privado, setor público, o desafio número um é projeto, projeto, projeto.

O Governo Federal acabou de fazer um grande processo de seleção de mobilidades e a grande dificuldade era o quê? Estados e Municípios terem projetos prontos para, de fato, iniciar a obra. Então, boa parte do financiamento está indo, primeiro, para você fazer projeto para, depois, você evoluir, de fato, com etapa de obra. Isso se espalha pelas mais diferentes áreas – logística, mobilidade urbana, saneamento – e mais diferentes esferas da Federação. O que me impressiona quando eu converso com gente de Estados e Municípios é como os problemas são comuns nessa área.

Acho que há dois aspectos em que precisamos caminhar e evoluir. Primeiro, ampliação do uso de PMIs, que é aquele procedimento de manifestação de interesse para investimentos privados em infraestrutura. Acho que é algo que precisa ser melhor regulamentado. Está previsto na Lei nº 9.074, de 1995, mas precisa, realmente, ser melhor regulamentado, disciplinar quem pode e quem não pode apresentar, se você pode fazer PMI aberto ou fechado. Quando eu digo fechado, é PMI em que não pode participar quem vai disputar licitação, mas o setor produtivo, por exemplo, pode oferecer projetos e estudos para o Poder Público; aberto é quando o próprio disputante da licitação desenvolve o estudo. Acho que falta uma melhor regulamentação nessa questão de PMIs.

Será que não é hora de pensar em PMI para obra? Em outros países, isso é possível. Aqui, em 1993, quando se aprovou a Lei nº 8.666, vedou-se, absolutamente, a possibilidade de empresas que desenvolvem projetos participarem de licitações de obras pelas vantagens informacionais, uma preocupação razoável que tem que ser mantida. Mas dado hoje o desafio que se tem no País para o desenvolvimento de projetos, dados os mecanismos de controle que nós temos hoje até bastante avançados, será que não vale dar esse passo inicial de poder provocar o setor privado para ele oferecer projetos para o setor público? Eu acho que esse é um ponto importante.

O outro é melhorar a legislação. Acho que o RDC, que eu citei, melhorou muito o aspecto de licitações e contratos, mas ele não resolve um ponto: contratação de projetos. Todo mundo fala em como é difícil contratar projeto de qualidade. Esse não é só um problema do Poder Público, mas do setor selecionar bem empresas de qualidade.

Aqui, até pelo crescimento grande dos mecanismos de controle, você tem basicamente licitado projetos por menor preço ou menor preço com uma técnica que é basicamente atestado de habilitação. E aí ganha quem tem o menor preço. Você está licitando objetos com elevada complexidade técnica às vezes por preço. E isso tem um preço na qualidade do produto que depois você recebe.

Então, talvez precisássemos evoluir numa legislação melhor desenhada para a contração de estudos e projetos, por exemplo, permitindo concursos, seleção por bancas especializadas, como é feito pelo Banco Mundial, em que você seleciona puramente por técnica mesmo, pela pontuação de ofertas melhores de metodologias pelo setor privado.

Na área de licitações e contratos, acho que o RDC foi um avanço muito importante. Acho que tem mostrado bons resultados. Mas eu diria que há dois pontos em que precisaríamos avançar mais: seguro garantia – garantir que a empresa que é contratada de fato entregue a obra no prazo e que, se ela não entregar, você tem uma seguradora que vai lá, contrata um terceiro e retoma rapidamente a obra, para nós não termos mais histórico de obras paralisadas ou de empresas que entram com preços baixos e não conseguem, no final, entregar a obra. A Lei do RDC já abre um espaço para isso. O DNIT começou a testar, mas eu acho que em termos de legislação isso precisava ser melhor delineado.

No projeto de lei que tramita aqui, em função de uma medida provisória do final do ano, há uma proposta, até em fase de discussão no Senado, para a disciplina do seguro garantia no RDC, o que eu acho que seria muito bem-vindo para o País.

Um segundo aspecto é a orçamentação de obras. Eu acho que nós evoluímos muito no aspecto de controle, com a criação de sistemas, Sicro, Sinapi, só que isso tem cobrado um preço às vezes na qualidade do contratado. Muitas vezes o controle por preço unitário com uso de orçamentação para o Sicro e Sinapi, um controle rigoroso dos órgãos de controle às vezes tem gerado licitações fracassadas ou a entrada de empresas que não conseguem dar conta. Acho que o seguro garantia é uma resposta para isso, que joga para o setor privado a responsabilidade de olhar quem tem ou não capacidade de entregar a obra.

Mas eu acho que isso é uma coisa que nós temos que avaliar. Primeiro, nós temos que melhorar os nossos sistemas, porque, de fato, se isso está acontecendo é porque há problemas nos sistemas de custos, Sicro e Sinapi. O DNIT está fazendo um estudo para melhorar o seu Sicro; a Caixa está fazendo um trabalho para melhorar o Sinapi. Mas talvez haja uma mudança de paradigma que nós temos que olhar; ou seja, ter um pouco mais de flexibilidade nas análises de custo, de forma a acreditar mais em mecanismos que garantam que a licitação seja competitiva e não que nós, no setor público, vamos dizer, com total precisão, qual é o custo de uma obra, como se não fosse o mercado, num processo competitivo, na licitação, que vá nos dizer isso.

Eu acho que o RDC, o pregão, tudo isso veio para aumentar a competição em licitação. Mas na hora em que a gente se prende muito a uma orçamentação muito rígida, às vezes a gente tem problemas durante a execução da obra, como a gente tem visto em alguns casos.

Licenciamento ambiental, talvez seja esse o grande desafio, a dificuldade de todos os setores. Nós continuamos precisando melhorar nos processos; dentro da Administração aquela Portaria 419 precisa ser revista. No Congresso Nacional, eu acho que a agenda é, sobretudo, discutir talvez a regulamentação do art. 231, que trata da passagem por terras indígenas, e disciplinar melhor essa questão. Esse é um desafio grande em termos de obra pública.

Finalmente, em concessões, consolidação dos marcos regulatórios de ferrovias e portos. Acho que as mudanças normativas aqui foram feitas e precisamos de teste de mercado, de ver se isso vai funcionar mesmo. Acho que este ano vamos ter uma resposta para isso.

Investir em novas modelagens. Estados e Municípios têm investido em PPP; o Governo Federal nem tanto. Acho que agora é que estamos estudando, na área de rodovias, modelagem de PPP. Mas eu acho que é preciso avançar mais.

Project finance – Eu citei o caso de rodovias, em que avançamos muito; melhorar as garantias, reduzir as garantias corporativas para você ter de fato *project finance* em rodovias, mas isso é algo que precisa ser institucionalizado para todos os setores.

E, finalmente, mecanismos de resolução de conflitos. Na concessão, nós temos tratado de contratos de 30 anos, de longo prazo, em que é importante a fiscalização em todo esse período, mas também um interação permanente, e os contratos têm que estar bem regulamentados em relação a resolver conflitos durante esse prazo contratual.

Encerro aqui a minha contribuição e peço desculpas, Presidente, se me estendi um pouco, mas é porque o tema realmente é complexo.

Agradeço e fico aberto para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, que é Diretor do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nós estamos nesta noite realizando audiência pública sobre Gestão e Investimentos, Planejamento Integrado e Políticas Públicas.

Esse é o segundo painel do ciclo Temas Transversais dentro da Agenda 2013/2014, que trata de Investimento e Gestão: Desatando o nó logístico do País.

Passo a palavra ao nosso próximo palestrante, que é o Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (UnB).

O SR. JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA NETO – Boa noite a todos.

Agradeço o convite ao Presidente Collor. Peço desculpas porque a minha apresentação não é tão bonita e organizada, mas acho que isso é inerente à academia, que sempre tem esse probleminha.

Eu queria começar a minha apresentação com um gráfico que julgo bastante interessante, porque essa ideia de planejamento e infraestrutura não é algo novo na América Latina nem no Brasil. Na verdade, um dos planos mais marcantes é exatamente o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, que busca sua inspiração nos planos quinquenais da União Soviética.

Nesse sentido, acho esse primeiro gráfico de um artigo chamado *América Latina no Retrovisor* muito ilustrativo. O que vocês podem ver ali no começo, em 1950, é o Produto Nacional Bruto *per capita*… Essa linha pontilhada que começa no meio, entre 0,2 e 0,4, é América Latina; a linha que está mais abaixo, um pouco

abaixo de 0,2, é a Ásia, e a linha que começa em 0,4 é a Europa. A comparação que seria 100% é o produto *per capita* americano.

Vocês podem ver nesse gráfico… A situação, a partir de 2000, não é muito diferente da que vocês encontram aí. Em que pese esse marco dessas ideias de planejamento centralizado, investimentos pesados de forma centralizada na infraestrutura, a América Latina claramente ficou para trás.

Em relação aos Estados Unidos, nós simplesmente não crescemos como continente, como subcontinente. Enquanto isso, a Ásia foi embora. Vocês podem ver que em 1950 a Ásia começa atrás do Brasil, atrás da América Latina, com um PIB *per capita* menor que 20% do PIB *per capita* americano para, mais ou menos em 2000, ficar acima de 50% do PIB americano. E a Europa, que vinha de uma guerra que destruiu boa parte da sua infraestrutura, começa a nossa série em torno de 40% e termina, em 2000, um pouco acima de 60% do PIB *per capita* americano.

O gráfico seguinte é mais confuso, mas é mais ilustrativo ainda, porque ele abre essa relação de produtos internos brutos *per capita* por países latino-americanos.

A gente pode começar com um caso assustador, que é o caso da Venezuela. A Venezuela começa a década de 50 com um PIB que é mais ou menos 80% do PIB *per capita* americano e chega a 2000 com um PIB que é mais ou menos um terço do PIB americano. E a situação de 2000 para cá ficou ainda pior.

E o que aconteceu com Brasil? O Brasil é uma linha preta, que está um pouquinho difícil de ver, está em torno de 30% do PIB *per capita* americano. E o que aconteceu de 1950 até 2000 – e não é muito diferente até hoje em dia? Absolutamente nada. A gente continua com mais ou menos um terço do PIB *per capita* americano.

Então, esses ciclos – o ciclo que acontece no Governo Kubitschek e o ciclo que acontece durante a ditadura militar, do II Plano Nacional de Desenvolvimento – conseguem gerar uma aproximação, claramente de alguma forma ligada à acumulação de capital por trabalhador, mas não conseguem gerar uma trajetória de convergência para o PIB *per capita* americano. E isso é um cenário não só do Brasil, mas da América Latina como um todo.

Então, o que esses gráficos mostram? Mostram que o Brasil e o continente simplesmente não aconteceram: não aconteceram economicamente nesse período; não aconteceram em termos de infraestrutura nesse período. E isso é um dado alarmante.

Especificamente, esse artigo tenta entender mais ou menos o que aconteceu. E estou aqui do lado do homem que, ao menos para esse artigo, deu a única resposta convincente para o problema de crescimento econômico, que é a abertura econômica. O Presidente Collor começou o processo de abertura econômica no Brasil quando assumiu a Presidência da República. Para esse artigo, o problema é a abertura econômica. Óbvio que simplesmente abrir a economia não adianta se você não tem infraestrutura nenhuma.

Vou fazer algumas considerações. Fiz algumas anotações sobre a apresentação. Agora, vou fazer algumas considerações especificamente sobre a questão da infraestrutura.

Primeiro, existe uma inter-relação muito interessante que é bastante negligenciada, principalmente no discurso governamental, que diz respeito à credibilidade das promessas de investimento em infraestrutura. Isso é um problema, porque o Brasil não tem credibilidade nenhuma. O Governo brasileiro fala que vai fazer uma estrada ligando os Municípios a e b, e nenhum empresário razoável vai colocar o seu dinheiro, apostando que o Governo realmente vai construir essa estrada, enquanto ela não ficar pronta. E isso traz uma consequência muito grave para o impacto que o investimento em infraestrutura tem no crescimento econômico, porque o Governo tem que incorrer em todas aquelas despesas antes de a iniciativa privada começar a gerar aquele investimento.

Então, se RDC vai melhorar isso, se um novo ciclo de planejamento centralizado, como o PAC, vai melhorar isso, são coisas que o tempo vai responder para a gente. Por exemplo, se o RDC é bom ou ruim, eu não sei responder hoje. Eu sei dizer o seguinte: o RDC aumentou o número de contratos do DNIT? O RDC aumentou o número de contratos efetivados pelo Governo? Aumentou. Qual é o resultado final disso? Algo bom ou algo ruim? Não sei. Por quê? Porque é o ponto de baixo. Nem todo investimento é investimento. Nem todo gasto é gasto. Quando o Governo constrói uma ponte, mas não constrói a estrada, eu tenho o investimento. Se eu pegar as estatísticas macroeconômicas do País, vou ter até formação bruta de capital fixo com aquela ponte. Eu tenho infraestrutura para o desenvolvimento de negócio? Não, não tenho. Então, a infraestrutura tem que acontecer de verdade. O Governo tem que ganhar essa credibilidade e a infraestrutura tem que ter começo, meio e fim. Se ela para no meio, ela aparece em dados macroeconômicos, mas não gera nenhum impacto efetivo em termos de crescimento e desenvolvimento econômico. Não tem como ser diferente.

Você monta outro trabalho interessante, e há outro artigo que questiona exatamente este ponto: a formação bruta de capital fixo em países em desenvolvimento. E cita o Brasil. Então, isso é complicado. O RDC vai resolver isso? As reformas que estão sendo feitas vão resolver isso? Não sei. É cedo para responder.

O que eu sei? Sei que a gente assinou um contrato enorme com a FIFA, que se chama Copa do Mundo, e basicamente a gente não entregou isso. A gente não entregou o que a gente assinou. Então, a Copa do Mundo implica uma série enorme de obras de infraestrutura, as quais, simplesmente, não foram feitas.

A gente está comemorando concessão de aeroporto. Há aeroporto que não vai ser entregue. A gente fez a concessão, e o aeroporto não vai ser entregue. Quer dizer, considerar que a concessão é um sucesso… A concessão só aconteceu por causa da Copa do Mundo. Essa, ao menos, é a visão privada da concessão. Ela foi tardia, porque se achou que ia-se fazer sem concessão. Viu-se que não se ia fazer e fez-se a concessão. E por que essa visão é complicada? O Dr. Marcelo pode até me falar que não: "Não, a gente ia fazer a concessão; é que demorou um pouquinho mais". A questão é que, se a iniciativa privada acha que foi só por causa disso, a gente remonta àquela parte de credibilidade, volta ao ciclo de investimento da iniciativa privada: "Eu não vou pagar para ver". Lembrando que iniciativa privada e investimento privado são diferentes de fundo de pensão. Fundo de pensão só é investimento privado no nome. Investimento privado é o seguinte: eu pego dinheiro do meu bolso e coloco numa estrada. Se a estrada der certo, eu ganho dinheiro e fico rico. Se a estrada der errado, eu perdi dinheiro, e fico pobre. É por isso que o investimento privado teria um maior zelo. O investidor privado teria um maior zelo com o destino do seu capital: porque o futuro dele está correlacionado a isso.

Quando eu tenho um fundo de investimento com gestão burocrática, em que dificilmente as decisões de um diretor de investimento afetam de maneira significativa o bem-estar dele, eu tenho um investimento de propriedade privada. Mas isso é diferente do conceito que a literatura chama de investimento privado, porque o conjunto de incentivos que cercam aquele indivíduo que tem o poder de tomada de decisão é completamente diferente.

E aí a gente tem uma concessão de aeroporto em que o Governo diz que o aeroporto vale dois e chega alguém e paga dez. Eu não vou chamar isso de sucesso. Eu não sei se é um sucesso. Ou o Governo errou muito feio o cálculo de receitas possíveis e a estimativa de custo e capital daquele investimento, ou o fornecedor "privado" – entre aspas – de capital errou muito feio esse cálculo. Alguém errou. Quem errou? Não sei. Se foi o Governo, temos que voltar ao modelo que estima o valor mínimo da concessão e entender o que foi que aconteceu. Se foi o privado, temos que olhar com cuidado, porque o privado de que estamos falando é, basicamente, fundo de pensão. Se esses investimentos não derem em nada, lá na frente vou ter outro problema para o Governo, porque alguém vai ter que cobrir o buraco desses fundos de pensão, e esse alguém vai ser o Governo. Então, essa medida do sucesso é bastante complicada.

Há um ponto comum entre as duas apresentações e o desenvolvimento de comércio regional. O Brasil é um país economicamente muito fechado. Eu comecei a apresentação dizendo o seguinte: salvo engano, o único presidente que fez um movimento forte no sentido de abrir a economia brasileira foi o Presidente Collor. O Presidente Fernando Henrique chegou a fazer isso, com um modelo de tentar controlar algumas pressões inflacionárias. O Presidente Lula e a Presidente Dilma seguiram claramente no sentido oposto, de fechamento da economia, em que pese a literatura indicar que deveríamos abrir a economia e não fechá-la. Mas isso é outra discussão.

Nós temos uma cadeia de comércio internacional muito fraca. Deixando essas consequências de lado, nós temos uma cadeia de comércio regional risível. Virtualmente, não existe comércio regional no Brasil. Se você comparar a dinâmica do comércio regional nos Estados Unidos; se você pegar a dinâmica do comércio regional no Canadá; se você pegar a dinâmica do comércio regional dentro da União Europeia – porque, hoje, é basicamente comércio regional aquilo ali –, daria uma vitalidade de comércio entre Estados de que o Brasil passa longe. Até o da Argentina é muito maior do que o nosso.

Isso depende de infraestrutura? Depende. De que infraestrutura? Não é simplesmente conseguir manter a qualidade precária das nossas rodovias. Mesmo as classificadas pela CNT como rodovias de qualidade muito boa, boa ou razoável serão classificadas como rodovias ruins em qualquer país desenvolvido no mundo. E em muitos países em desenvolvimento também não seriam classificadas como boas rodovias. Isso é um problema. Isso que estamos chamando de bom não é bom para comparação internacional.

Pegando o gancho dos portos, hoje temos – com certeza, é uma evolução a questão dos terminais de uso privado – um país que não passou pela revolução do contêiner. Estamos falando de logística aqui e o Brasil não passou pela revolução do contêiner.

Uma fábrica de Goiás não encaixota os seus produtos dentro de um contêiner e os despacha num caminhão fechado, para exportação, em que pese nós termos aqui em Goiás um dos maiores portos secos do País, o Porto Seco Centro-Oeste, que teoricamente deveria ajudar nesse sistema. Então, a gente tem um país que não fez o que os americanos fizeram na década de 60. A gente está muito atrás; a gente não está pouco atrás.

Custo de transporte, ferrovia. Vamos pegar um exemplo aqui que acho que é caricato: BR-381 – a gente está falando em modais de transporte, então vamos começar com a BR-381.

A BR-381, saindo de Belo Horizonte e indo até Vitória, tem uma característica muito interessante: um fluxo pesadíssimo de caminhões e carros, uma estrada que está entre as mais perigosas do Brasil, que tem sérios problemas para sua reforma, para sua manutenção, porque é basicamente uma estrada "infechável", em que às vezes você demora oito horas para percorrer cem quilômetros e, margeando ela, nós temos uma ferrovia privatizada que pertence à companhia Vale do Rio Doce.

Aí surge uma pergunta interessante: boa parte da movimentação de carga dessa rodovia vem de Vitória e passa por Belo Horizonte, e por que essa carga não está vindo em trem? E aí a gente vai descobrir que tem restrições regulatórias que impedem isso.

Brasília terminou, recentemente – está terminando agora – o BRT. Vocês já ouviram falar? O BRT Eixo Sul, que liga o Plano Piloto a Santa Maria, um pedaço que seria periferia da cidade. O que é muito interessante nesse outro exemplo é que, ao lado da BR-040, que é onde o BRT passa, nós temos uma ferrovia. Então, fizemos uma obra enorme, uma obra caríssima, e tínhamos uma ferrovia ali do lado.

Por que essa ferrovia não estava sendo usada para transporte de passageiros? Esse é o exemplo do capital, do investimento, que não é investimento nenhum! Qual impacto esse investimento vai ter no desenvolvimento da região? Vai ser alto? Vai, mas, com um custo muito menor, você teria capacitado aquela ferrovia que já existia para transportar os passageiros que vão ser transportados no BRT. E só agora começaram os estudos sérios – agora que se está acabando o BRT – começaram os estudos sérios para se permitir que aquela ferrovia transporte localmente passageiros, porque havia uma restrição na concessão da ferrovia.

Então, existe um nó normativo criado muitas vezes dentro do próprio Executivo, que tem que ser resolvido. E aí embaixo, quer dizer, esse nó normativo leva ao que eu chamei de esquizofrenia das normas. O que é a esquizofrenia das normas? É a definição de que a infraestrutura existe. O melhor exemplo da esquizofrenia das normas não é nem infraestrutura de transporte interestadual. A gente vive um exemplo aqui, na Esplanada dos Ministérios, da esquizofrenia das normas, que funciona mais ou menos assim: a infraestrutura existe por definição. Então, para os que trabalham aqui, as vagas da Esplanada dos Ministérios existem por definição. Pronto, elas existem; acabou. Então, você vai vir com seu carro aqui, não vai ter onde parar, e porque não tem onde parar e caberia ao Poder Público construir aquela vaga, você vai ter que dar um jeito e vai parar o seu carro aqui ao lado do canteiro central – que não é canteiro central pelo Código de Trânsito, mas a gente chama de canteiro central –, ao lado do canteiro central da Esplanada dos Ministérios. E você vai ter o seu carro multado pelo Detran. Por quê? Porque não era para você ter vindo de carro, porque a vaga existe; ou, então, era para você ter deixado seu carro em casa e ter vindo de transporte público, porque a infraestrutura logística de transporte de passageiros dentro de um centro urbano existe. Só que ela não existe! Ela não está lá! E as normas são criadas como se ela existisse!

Obviamente, isso sufoca o agente privado em todos os sentidos. Isso sufoca o agente privado porque, se, de um lado, o agente privado tem seus custos majorados pela falta de infraestrutura, de outro lado, ele tem seus custos majorados porque ele é punido pelo Estado como se aquela infraestrutura existisse, quando ela não está lá, quando ela simplesmente não está disponível.

Aí essa, sim, tem a ver com planejamento, mas acho que dificilmente planejamento conseguiria resolver.

Muito da questão de licenciamento ambiental e dos problemas que envolvem as comunidades remanescentes, que são os indígenas, os quilombolas – isso origina problemas de licenciamento em obras; a Força Aérea teve, por exemplo, problemas sérios lá na base de Alcântara por causa de comunidades remanescentes –, está ligado à adesão do Brasil à OIT 169.

O Brasil aderiu à OIT 169 porque ele quis. A gente esqueceu de olhar que isso trazia consequência? Ninguém obrigou; não existe um poder internacional que posicionou seus tanques para o Brasil e falou: "Brasil, você tem que aderir à OIT 169." Não; o Brasil foi lá e falou: "Eu quero aderir à OIT 169." Aí, de repente, o Governo descobre que aderir à OIT 169 traz uma série de consequências na operacionalização de investimentos de grande porte. Por quê? Porque todo mundo virou comunidade remanescente. E quem origina isso? A OIT 169. Nós não fomos obrigados a aderir à OIT 169.

Casos empíricos hoje, casos factuais que estão aqui… A gente pode listar uma série de iniciativas, ideias de planejamento. O fato é: do ponto de vista da infraestrutura e do ponto de vista logístico, graças a Deus o Brasil não cresceu. Porque, se o Brasil tivesse crescido, a gente teria falta de água, falta de luz, falta de estrada e falta de tudo. Reparem: a gente tem uma economia que praticamente não cresce há dois, três anos – um crescimento pífio – e a gente está sob risco de não ter eletricidade. Então, eu acho legal isso. Mas, assim, que eu me lembre, a Presidenta da República foi Ministra de Minas e Energia do governo anterior, não foi? Isso tem quantos anos?

Os problemas de infraestrutura são sérios limites ao crescimento econômico brasileiro. E soluções? Não sei se as soluções estão aparecendo. Com certeza, resolver problemas de financiamento e das normas de financiamento é muito importante.

Mas, por exemplo, sobre a entrada de PPPs e a proposta de manifestação de interesse – fazendo um parêntese aqui: eu pessoalmente seria completamente contra a ideia de uma PMI fechada. Por uma razão simples: se a PMI é fechada, a PMI não é, porque a PMI era uma proposta de manifestação de interesse. Há um ente privado que chega e fala assim: "Olha, eu tenho interesse de explorar esta atividade identificada na legislação como serviço público. Está aqui o meu projeto. Vocês acham que cabe?" Aí, o Governo olha para o projeto e fala: "É, cabe." Então, vou pegar esse projeto e vou fazer um edital de PPP, e lanço a parceria público-privada: se você ganhar, você está dentro; se você perder, outro pega.

Se você acaba com o interesse efetivo. Porque a fechada não é interesse, a fechada é proposta de manifestação de ideia. Eu tenho uma ideia e falo para o Governo: "Governo, olha que ideia legal eu tenho aqui; toma." Se você achar que a minha ideia é legal, você vai lançar um edital de PPP e você vai prever nesse edital que o licitante vencedor tem que pagar pelo meu projeto. Já trabalhei em consultoria; isso é ótimo. Eu mesmo ia pedir demissão da universidade e começar a fazer PMI mundo afora, porque não preciso mais ter o interesse, basta eu ter a ideia, não é?

Então, o incentivo do interesse acaba sendo fundamental; alguém que vire para mim e fale: "Olha, a ideia é essa, eu banco." E, aí, vem o problema de modelagem, porque o problema de modelagem é uma série de PMI e PPP. Praticamente ninguém sabe fazer isso no Brasil. Praticamente ninguém sabe fazer. Os tribunais de conta não sabem calcular efetivamente uma contraprestação para saber se ela está superfaturada ou não. Os tribunais de conta sabem calcular muito bem para saber se uma obra está superfaturada ou não; se uma contraprestação é razoável ou não… E para você fazer essa discussão, você cairia num modelo de fluxo de caixa descontado, que tem uma estratégia de negócio subjacente a ela e uma estimativa razoável de custo de capital… Você tem uma série de problemas metológicos nessa brincadeira. Não existe essa tecnologia nos nossos órgãos de controle.

Eu não estou falando isso por achismo. Dizem: "Ah, mas é um acadêmico! O que um acadêmico sabe disso?". Eu fiz aqui em Brasília a PPP do Parque Tecnológico Capital Digital, participei de toda a discussão com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, da proposta de manifestação de interesse da construção do Estádio Nacional de Brasília, ajudei na estruturação inicial da ideia do centro de financiamento internacional de Brasília. Então, o que a gente vê na interação com os órgãos de controle – ou mesmo com as grandes empreiteiras – é que muito pouco se sabe de como se opera isso.

As grandes empreiteiras sabem calcular o custo de uma obra, mas não sabem calcular o custo de uma PPP. Não tem dado certo. Existem casos notórios – não vou citar os nomes porque… – mas há casos notórios de PPPs que nasceram de PMIs. A empreiteira vai lá, faz a proposta de manifestação de interesse, ela erra nos cálculos da proposta de manifestação de interesse. Erros grossos como, por exemplo, colocar o BDI, que é a Bonificação de Despesas Indiretas… Uma parte do BDI é lucro. Quando você faz composição de preço, uma composição de preço estático, coloca o BDI na formação de preço, mas quando está no modelo de fluxo de caixa descontado, por meio do qual vai estimar a contraprestação, você não pode colocar como despesa a parcela do BDI que é lucro, porque todo o seu lucro tem que estar no fluxo de caixa descontado! A empreiteira vai lá e coloca os 9% de BDI como custo.

Resultado: na hora em que o órgão de controle pega, e tem tempo de analisar aquilo, ele manda tirar! E aí a construtora tirou um custo de capital – Deus sabe de onde – de 12% – nem as empreiteiras sabem explicar para a gente porque o custo de capital delas é de 12% – e, quando o projeto roda, ela vê que 12% não paga, ela vê que o projeto não se paga, e aí começa uma sangria desatada! Por quê? Porque aí tem outro furo no projeto. Daí, quando a gente pega e olha os custos de encargo social, a gente descobre que a empreiteira colocou lá 82% de encargos sociais na mão de obra, enquanto os tribunais de contas estaduais e o TCU estão aceitando ou 70,68% ou 78%, e não 82%. O que é que o sujeito estava fazendo? Produzindo resultado dentro do encargo social.

Ele vai lá com tópicos de capital do Governo. Quando a planilha vai para o crivo, que acontece na hora em que o Estado começa a pagar a contraprestação, o resultado econômico da obra sobe e a empreiteira começa a ter dificuldades para tocar o projeto, para fazer o projeto andar e aí vira um mar que eu chamo aqui de "mar da gambiarra", porque é todo mundo querendo dar algum jeito. Jeitos, muitas vezes, inviáveis. Entao, existe um problema que não está só nos governos estaduais; está nas empreiteiras, está nos tribunais de conta, está nos órgãos de controle, que é o de compreender como uma PPP funciona e como se estrutura uma PPP. São poucas as estruturadas com efetiva qualidade no Brasil.

A parte de infraestrutura privada. A infraestrutura privada foi até uma brincadeira que eu coloquei aqui porque vou pegar outro exemplo legal no Brasil. Lá na Bahia estão construindo o maior estaleiro da América Latina, eu acho que vai ser chamado Enseada. É um consórcio da Kawasaki, indústrias pesadas com 30% do estaleiro; 70% do estaleiro está dividido entre OAS, Odebrecht e UTC.

Existe uma estrada que os caminhões têm que percorrer para levar carga, para levar o material, para levar os insumos para o estaleiro. Essa estrada não existe mais. Ela tinha um fluxo de, mais ou menos, 700 caminhões por dia e a estrada simplesmente não existe. Isso é uma questão que afeta a logística e a infraestrutura porque, se o Governo resolveu autorizar a construção daquele estaleiro, tinha que ter criado as condições ou impor que aquele que fosse construí-lo criasse, para que o estaleiro pudesse ser construído. Agora, ela não existe. A construção do estaleiro, em que pese ser de modo importante, no seu desenvolvimento logístico, destruiu toda a infraestrutura de transporte local. Então, o estaleiro privatizou uma estrutura pública e agora o Governo não consegue reconstruir. Está tentando fazer um acordo – é o cachorro correndo atrás do rabo – com a administração do estaleiro, para que a administração do estaleiro, com recursos próprios, reconstrua a estrada que foi destruída e que devia ter sido preparada para receber o estaleiro. É a infraestrutura que não anda.

Taxa de retorno de infraestrutura. Sou professor de finanças e simplesmente não sei o que significa. Taxa interna de retorno, 16%; taxa interna de retorno alavancada… A primeira coisa que vou avaliar, se me apresentarem um projeto de investimento, é perguntar: alavancada como? Começa por aí. Você pega projetos desenvolvidos por Estados, e até no âmbito do Governo Federal, em que o sujeito monta o fluxo de caixa do projeto, estima um custo de capital, sabe Deus como, e o projeto tem valor presente líquido negativo. Ou seja, ele é inviável economicamente. Como é que ele resolve esse problema? Ele alavanca o projeto. Qual a hipótese de alavancagem que ele assume para o projeto? BNDES. Então, estou chamando a iniciativa privada para vir para cá, e em vez de majorar os fluxos de receita de alguma forma, vou tentar reduzir o custo médio ponderado de capital, dizendo que o Governo vai investir lá, no lugar da iniciativa privada. A gente tenta evoluir? Tenta. O problema é que os contratos privados de securitização de recebível são sujeitos a risco, você ganha a licitação e pode não conseguir.

A gente tem casos aqui em Brasília de vencedor de licitação que foi securitizado… Por que você tem que securitizar? Porque o Estado não pode ser o garantidor. Você faz uma PPP… Eu faço uma PPP, tenho uma empresa pública aqui, que vai usar os recebíveis dela para garantir o fluxo de contraprestação, por exemplo. A empresa pública garante a contraprestação. A empresa pública só pode garantir a contraprestação; ela não pode garantir os contratos de alavancagem do parceiro privado. O parceiro privado pode até pegar a contraprestação para fazer isso, mas ela não pode fazer a garantia direta. Então, o parceiro privado vai pegar aquele contrato, vai securitizar aquilo de alguma forma, para tentar se endividar no mercado. Há caso de gente que começou no BNDES – o sujeito ganhou a licitação, começou no BNDES –; saiu do BNDES, foi tentar um consórcio Banco do Brasil-Funcef, não conseguiu; terminou na Caixa Econômica Federal. Isso tem custo, tem risco, é inerente ao negócio, faz parte. Agora, qual a implicação direta disso? Que o custo médio ponderado de capital que constava do projeto não é o custo médio de capital do projeto. Então, meu projeto era viável, mas acabou de se tornar inviável, só que agora já assinei meu contrato de concessão. Como é que vou resolver isso? Não sei.

Então, a gente precisa de hipóteses mais realistas. Por exemplo, em relação a essa alavancagem. O Governo vai bancar? O Governo está falando que o projeto tem alavancagem de 60%. Os técnicos do Governo usaram empréstimos do BNDES, o custo de capital de terceiros do BNDES, para supor a alavancagem. O Governo garante isso? Em nível estadual, o Governo não garante. Vou securitizar um recebível estadual: quem vai comprar? Ninguém compra, porque ninguém compra título estadual, porque o Estado não paga. Só quem paga é o Governo Federal.

A gente monta uma estrutura de PPPs. Estados e Municípios agora vão investir em PPPs, vão melhorar sua logística interna com parcerias público-privadas. Quem acredita na contraprestação do Estado? Vocês sabem como é que Brasília resolve? Brasília tem uma coisa chamada Terracap, que é dona de mais de 60% das terras do Distrito Federal.

Então, como é que Brasília garante uma parceria público-privada? Com os recebíveis da Terracap. Então, tenho lastro real, você securitiza esse título. Agora, se eu não tenho isso, se estou numa PPP na Bahia e sou um agente financeiro privado, vou tomar muito cuidado antes de aceitar a securitização daquela contraprestação. Vou criar um fundo garantidor federal? Não, o Governo Federal acaba tendo que entrar garantindo a contraprestação em si, porque o fundo garantidor acaba. Eu securitizei aquilo, na hora de receber, cadê? Então, existem alguns problemas operacionais.

Existe gente querendo entrar aqui? Existe. Existe muita gente querendo entrar no Brasil, existe muita gente querendo investir no Brasil. Algumas pessoas porque, num certo momento, acharam que o Brasil era uma coisa que aparentemente ele não é, mas existe um bom volume de capital estrangeiro que ainda quer vir para

cá. Houve movimentações importantes, é claro que houve. Por exemplo, as debêntures de infraestrutura foram uma movimentação legal. Agora, o que está acontecendo lá? Criaram-se as debêntures de infraestrutura, como está sendo a recepção no mercado financeiro? Como está sendo a abertura das Parcerias Público-Privadas?

Recentemente, em uma conversa com alguns bancos, o que escuto muitas vezes é: "A gente está interessado em entrar nesse negócio de PPP", "Estou interessado em entrar nessa brincadeira de parceria público-privada". Como é a abertura desses editais a fundo de investimento específico, não a fundo de pensão, mas a fundo de investimento? Isso tem uma lógica dentro de uma carteira de investimento de uma instituição financeira, pode ser uma alternativa. Como está a legislação, como é que a legislação comporta isso? As questões tributárias, como o Dr. Marcelo já tocou, são um problema bastante grande. A nossa legislação tributária, a nossa legislação de circulação de mercadoria não é a coisa mais agradável do mundo; a ação dos nossos auditores não é a coisa mais agradável do mundo, a gente tem esse outro problema, e desse problema praticamente ninguém fala. A relação, muitas vezes, de um Auditor da Receita Federal com um privado é a relação do anjo protetor dos pobres oprimidos com um marginal. Muitas vezes a nossa receita, os nossos órgãos de controle, os nossos auditores tributários tratam o privado como um bandido, como alguém que usurpa o povo brasileiro. E a história não é assim! Isso tem consequência para o nosso comércio local, tem consequência para a nossa capacidade de atuação de investimento estrangeiro.

Para finalizar, quero retomar a questão do aeroporto. O aeroporto é um exemplo claro. Isso é sabido de todos aqui. A sensação que se tem na iniciativa privada – ao menos para os que estão fora do Governo – é de que a concessão só aconteceu por causa da Copa do Mundo. Senão, não haveria nada. Ou você fazia a concessão naquele momento, e essa concessão foi claramente tardia, ou os aeroportos iam ser o que eram, íamos chegar aqui na Copa...

O problema é anterior, o problema é que a iniciativa privada, o setor privado da aviação respondeu à demanda. A oferta de voos no Brasil cresceu de forma considerável. O preço real das passagens caiu, e a parte da oferta de infraestrutura para atender esse crescimento da demanda, a parte que cabe ao Governo simplesmente não andou, ficou parada, ficou estagnada. E olhem que, no Brasil, é difícil abrir companhia aérea: você tem que ter nascido no Brasil. Está aí o dono da Azul que não me deixa mentir. Por alguma razão, no Brasil, só brasileiro pode ser dono de empresa de aviação, porque, talvez, não sei, o Uruguai entre em guerra com o Brasil e, se tivermos um uruguaio presidente da nossa empresa, ele vai levar todos os aviões dele para o Uruguai. Como se, quando a Alemanha nazista entrou em guerra com os americanos, os alemães nazistas não tivessem apreendido todos os ativos da IBM – não com americanos só, entrou em guerra com o resto do mundo, com ingleses e americanos.

Um país, como diz um grande professor lá da universidade, que protege o mercado de sardinha – e aí fica a dúvida, sardinha é estratégico ou é um mercado nascente? – é um país com sérios problemas de esquizofrenia de desenvolvimento. Então, a gente vai planejar, a gente vai discutir infraestrutura, a gente vai ligar o Município A a B; as pessoas só vão fazer investimentos privados no momento em que aquelas estradas estiverem prontas. A Copa do Mundo não ajudou na reversão das expectativas, isso é evidente. Aliás, a Copa do Mundo faz a gente acreditar ainda menos que alguma coisa real vá acontecer. As Olimpíadas estão aí. Um dia me perguntaram, se eu fosse o Coe, o que eu iria fazer. Respondi que faria as Olimpíadas em, sei lá, algum outro lugar, mas aqui, depois da Copa do Mundo...

Então, economicamente, um problema fundamental é reversão de expectativa. A gente tem que reverter expectativa. Talvez o Governo consiga. Talvez essas iniciativas que você mostrou levem a isso, e aí a gente consegue um crescimento sustentável, lembrando que crescimento de longo prazo é ligado à produtividade, é infraestrutura importante para a gente ter ganho de produtividade. Mas, quando você viaja pelo mundo e quando você viaja pelo Brasil, quando você viaja pela Ásia, quando viaja por parte do Oriente Médio, quando você viaja pela Ásia, você vê que claramente a infraestrutura aqui continua sem acontecer. Não acontece; não aconteceu. E isso, com certeza, vai trazer consequências a longo prazo para a gente. Não sei, talvez a reversão aconteça agora; talvez a reversão não aconteça.

Como eu disse aqui, e não estou falando isso porque o Presidente Collor está aqui do meu lado, mas os dois grandes momentos que mudaram o País, em minha opinião, foram o processo de abertura iniciado pelo Presidente Collor e a estabilização econômica do Governo Fernando Henrique. Grande ideia de infraestrutura, de planejamento centralizado, a gente viu o gráfico, só aconteceu no passado. Qual foi o resultado? Nenhum. Simplesmente, nenhum.

Bom, não sei como é que começa... Qual a rotina agora?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (UnB).

Nós estamos aqui participando da audiência pública sobre Gestão e investimentos, planejamento integrado e políticas públicas, dentro do escopo de Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação dos internautas, daqueles que estão pelo Facebook ou pelo Twitter também participando, e dizendo que aqueles que desejarem continuar enviando suas considerações poderão fazê-lo pelo Alô Senado, telefone (ligação gratuita) 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, pelo Facebook ou pelo Twitter @alôsenado.

Temos aqui as perguntas que já nos chegaram. Eu pediria aos nossos palestrantes que fossem anotando-as porque são mais de uma.

Para o Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, que é do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a primeira delas:

Fala-se em planejamento integrado, mas, infelizmente, tem ocorrido diversas situações em que fica patente que o planejamento integrado ainda não é o padrão: hidrelétricas sem eclusas para hidrovias [isso aqui é uma dicotomia que existe e que o Dr. Marcelo deverá, sem dúvida explicar], parques eólicos e hidrelétricas sem linhas de transmissão, portos sem ferrovias ou terminais rodoviários adequados, aeroportos sem vias de transporte urbano para acesso etc.

Quais são as dificuldades para utilização de fato do planejamento integrado para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil?

É uma pergunta.

A segunda: por que o transporte de cabotagem não consegue se desenvolver plenamente no Brasil?

A terceira: por que os prazos para execução dos projetos de infraestrutura raramente são cumpridos?

A última: apesar dos esforços do Governo e da iniciativa privada, os investimentos em infraestrutura estão aquém das necessidades do País. O que fazer para rever ou reverter esta situação?

Perguntas para o Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira, da Universidade de Brasília.

Primeira delas: os países asiáticos apresentam os maiores índices de crescimento econômico. O que o Brasil poderia copiar do modelo asiático?

Segunda: como V. Sª avalia a política do BNDES, de seleção dos chamados "campeões nacionais"?

Terceira pergunta: falta cultura de internacionalização no Governo e na iniciativa privada no Brasil?

Quarta pergunta: V. Sª acha razoável que os editais de licitação de concessões de infraestrutura estipulem limites para o lucro das concessionárias?

Passaria a palavra ao Dr. Marcelo da Costa Correia, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para iniciar com as respostas às perguntas feitas.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Em relação à primeira pergunta, referente ao planejamento integrado, é evidente que não existe ainda um planejamento integrado entre os diferentes setores de infraestrutura do País, o primeiro caso citado: hidrovias *vis-à-vis* setor elétrico. É um exemplo disso. Até o setor elétrico avançou mais e antes do setor de logística em relação ao planejamento dos seus investimentos. Se você olhar todos os passos que eu citei aqui, no setor de logística, que são relativamente recentes, no setor elétrico eles precedem em alguns anos a realização de estudos de inventário, a criação de uma empresa específica de planejamento para o setor. E o fato é que o setor elétrico avançou mais na identificação dos seus investimentos prioritários, dos estudos para hidrelétricas e primeiro do que o setor de logística nas vocações das suas hidrovias, de onde era possível avançar ou não no modal hidroviário.

Esse descompasso cobra um custo da gente hoje. Então a pergunta tem toda razão de ser.

Acho que têm se tomado caminhos para tentar minimizar isso. Como mencionei na minha apresentação, quando você volta a fazer, por exemplo, programação de investimentos, quando selecionamos as carteiras do PAC, nós temos essas preocupações que são citadas. Então, quando nós vamos analisar propostas de carteiras de empreendimentos para ferrovias, evidentemente hoje não perguntamos: mas temos pera ferroviária? Temos integração com a rodovia? Nós vamos ter porto?

Essas questões têm sido discutidas e colocadas. Acho que a retomada do planejamento integrado a partir da EPL tende a mitigar esses problemas.

Acho que não vamos dar resposta imediata a esses problemas. Infelizmente eles ainda acontecem e poderão acontecer, mas acho que o caminho é de minimização.

Em relação à hidrelétrica *versus* hidrovia, nós temos até questão regulatória para resolver. Não botei lá na minha... Mas é um aspecto importante: quem paga o custo da viabilização da hidrovia.

Essa é uma questão... Sei que tem um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional e acho que é importante que se avance também nesse caminho.

Com relação ao transporte de cabotagem, o Ministério dos Transportes tem até feito estudos em relação a isso. A minha impressão é de que existe, sim, necessidade de infraestrutura. Então, terminais, melhorar

a navegabilidade em alguns trechos e tal. Mas acho que em transporte de cabotagem... E aqui eu estou até avançando na minha seara, porque lá no PAC a gente acaba mexendo mais, muito mais com infraestrutura do que na parte de operação. Mas eu tenho a impressão de que transporte de cabotagem é algo que pode avançar com melhoria puramente regulatória. Nós temos muita burocracia para financiamento, para atracamento de embarcação. Acho que tem muita coisa que pode melhorar.

O Ministério dos Transportes tem feito um levantamento para tentar identificar e levar adiante uma proposta para mitigar, pelo menos, esses gargalos que têm para o transporte de cabotagem.

Prazo de obra. Eu acho que prazo de obra tem uma questão intrínseca à execução de obra pública, que, infelizmente, faz parte do nosso dia a dia no monitoramento de obras do PAC. Já estudamos aqui várias experiências em outros países, e há uma questão que é intrínseca: obra atrasa.

De fato, obra de infraestrutura envolve variáveis que não estão sempre sob a governabilidade do executor: aspectos de desapropriação, meio ambiente, governabilidade sobre a empresa contratada. Esses são aspectos que acontecem em outros países, não é jabuticaba. Mas tem jabuticaba. Aí eu concordo com as críticas que aparecem. Nosso papel é um pouco tentar identificar essa jabuticaba e tentar retirar dela, para que os problemas que ocorram em obras públicas no Brasil sejam problemas normais daquilo que é fora da governabilidade de qualquer ente público quando faz contratação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Desculpe-me, Dr. Marcelo. O que é a jabuticaba neste caso?

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Eu acho que em todos os aspectos temos problema. Acho que, no processo de licenciamento ambiental, nós temos um processo que é mais complicado, sim, do que acontece na maioria dos outros países. Um pouco, a questão indígena, não tem de forma tão disseminada... Não teve, quando a Europa construiu sua infraestrutura. Os Estados Unidos resolveram de outra forma também. A questão da disciplina desse licenciamento ambiental. Eu acho que, de 1988 para cá, foram criando... Eu discordo um pouco do Prof. Carneiro: acho que não foi a convenção da OIT que criou esse problema. Já desde a década de 80, houve um crescimento muito grande da agenda ambiental – e com razão, era um passivo importante que o País tinha. Essa agenda foi-se impondo, paradoxalmente, no momento em que nós estávamos... Nos órgãos de infraestrutura, nós viemos em um processo de fragilização, desde a década de 70 e tal. E as disciplinas e as regras de exigência na parte ambiental avançaram muito mais do que a nossa capacidade para lidar com elas. O que me espanta, nessa área de licenciamento ambiental, é como nós não conseguimos em nenhum órgão executor de obra pública fazer rápidas licitações para contratação de estudos, elaborar rapidamente estudos, atender rapidamente as exigências que são colocadas pelo processo de licenciamento ambiental.

Então, eu acho que nós temos uma dificuldade aí no processo de licenciamento. Um pouco na dificuldade própria de um País que tem a riqueza ambiental que o País tem, o histórico de passivos sociais que o País tem – talvez com isso a gente tenha que lidar, não tem muito como escapar –, mas nós temos problemas de gestão que acho que dá para melhorar.

Não por acaso, botei ali licenciamento ambiental como um grande ponto que temos que evoluir.

Eu acho que, no aspecto de licitação e contratação de obra, o resto do mundo avançou mais rápido do que o Brasil. Então, aspectos que nós estamos discutindo até hoje como se fosse revolução e grande mudança de paradigma, como contratação de empreendimentos por *design & build*, em que você transfere risco de execução de projeto e do empreendimento para um único agente. Pelo menos desde a década de 90, tem sido muito comum na Europa, nos Estados Unidos, com resultados interessantes; e nós, por questões também históricas, temor de que isso fosse gerar problema junto ao controle e tal, nós também demoramos para avançar nesse caminho, concessão. Aí eu concordo com o professor: nós estamos atrasados em relação à concessão.

Eu acho que nós estamos atrasados em vários setores. Acho até que, no normativo em geral, nós criamos, lá na década de 90, uma lei interessante, mas, nas modelagens setoriais, acho que podíamos estar mais avançados. Acho que tem melhorado. Tenho uma visão um pouco mais otimista do que o Prof. Carneiro, porque eu acho que, nas áreas de aeroportos, na área de rodovias nós achamos modelagens interessantes. É claro que se pode questionar.

Já dá para avaliar sucesso ou insucesso na concessão de aeroporto em relação à entrega? Eu acho que dá. Com um ano e quatro meses de assinatura dos primeiros contratos, nós estamos entregando um píer como aquele píer sul que está sendo entregue aqui no aeroporto de Brasília. Comparativamente aos prazos que temos de entrega de obra pública, eu acho que temos uma demonstração de que é um modelo de entrega mais rápida de empreendimentos para a população. Acho que na rodovia vai se mostrar também.

O Professor Carneiro falou da questão do custo. O custo – mencionei antes – é uma questão que também é um pouco jabuticaba nossa. Tenho a impressão de que, também por um crescimento muito grande da importância do controle e pelo fato de não estarmos preparados do ponto de vista de capacitação estatal para

fazer obra pública, isso é verdade. Acho que estamos correndo atrás, mas não estamos correndo atrás quando se tem um *gap* enorme. Acho que se tem a impressão de que se vai ter exatamente o valor da outorga, por exemplo, em uma concessão ou um valor de reserva de obra pública que vai representar exatamente o custo de uma obra pública.

No resto do mundo também não há essa ideia de valor de reserva tão preciso como se tem aqui. Você até tem um valor de reserva para se ter ideia do preço que está contratando, mas jamais você vai imaginar que o Poder Público será capaz de simular com condições com grau de precisão. Hoje, o que se cobra do Poder Público é que o preço de uma obra pública seja igualzinho ao preço pelo qual uma consultora vai fazer, mas se vocês olharem o sistema de custos de DNIT, de Caixa Econômica, vão ver que há, de fato, um grau de complexidade que eu não consegui identificar no que pesquisei em literatura comparada. Acho que é jabuticaba também e, muito, porque deixamos de acreditar no mercado.

Acreditamos em "não, não temos licitações e mecanismos de licitações muito competitivos. Então, vamos definir o preço desse negócio da forma mais apertada possível". É uma tese que tem fundamentos. Agora, acho que temos mecanismos para ampliar a competitividade e, quando falo que os leilões de concessões foram bem-sucedidos, estou falando menos dos descontos, porque concordo que o desconto se dá em cima de um modelo de demanda em que há muita subjetividade ali dentro. Então, se é 10%, 15%, 30% acho que não é isso que diz o sucesso do leilão, concordo. Mas leilões com participação de oito empresas interessadas oferecendo e disputando lances, isso, sim, é um sinal de que se tem um leilão competitivo, é um indicador de sucesso.

Acho que esses são os aspectos principais, Presidente, vejo como estamos atrás. Acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Desculpe-me, na resposta à pergunta "quais são as dificuldades para utilização, de fato, do planejamento integrado para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil?", seriam essas as dificuldades?

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Estou me referindo aqui a prazo de obras. Acho que isso afeta muito o prazo de obras.

Em relação ao planejamento, acho que há aí uma dificuldade mesmo de recuperação de capacidade interna, de Estado mesmo.

Eu vejo muito isso, e a situação ainda é mais dramática quando se conversa com Estado e Município. Veja o golpe que os Estados e Municípios estão tomando por questão da mobilidade. Ninguém estava preparado para a discussão da mobilidade. Essa é uma verdade. Quem é que tinha planos diretores com planejamento de transporte coletivo dos diferentes modais? Ninguém tinha.

No Governo Federal, mesmo com estruturas de gestão até melhores, mais avançadas, carreiras mais estruturadas do que nos Estados e Municípios, esse problema do *gap* de logística aconteceu também num momento em que não se tinha dinheiro dentro do setor público. Então, voltou-se a contratar engenheiro em 2007/2008. Essa é uma recuperação que não é fácil de fazer do dia para a noite. A gente, quando vai brigando no varejo para que cada obra saia e vê cada luta assim, não vejo má vontade dos órgãos públicos. Eu vejo é muita dificuldade de conseguir atender à legislação que está aí: ambiental, de projetos, de licitações e contratos.

Daí, acho que são dois movimentos: um é problema nosso mesmo, do Governo, mas da sociedade, de melhorar a capacidade estatal está insuficiente para atender o que está aí. O outro é tentar identificar, nessas legislações ambiental, de contratação, de controle onde é que nós não caminhamos, onde fomos além demais, além do ponto comparativamente ao que acontece no resto do mundo. Acho que há pontos que foram esses aqui que mencionei de forma superficial.

O último ponto que se questiona tem muito a ver com o que já falamos:.como reverter investimentos insuficientes? Acho que são esses passos: recuperação de capacidade estatal.

Eu acho, Professor Carneiro, que a questão do planejamento centralizado, o PAC como uma ideia de centralizar – às vezes, vejo impressões como essa na Imprensa – trabalhando ali, fico com muita vontade de falar isto:.acho que o PAC não tem essa ideia de centralização tão forte como se imagina. Eu acho que é algo mais modesto até, nesse sentido. É uma identificação de investimento prioritário, conjugando com um esforço muito grande de identificar gargalos e ir atacando. Alguns você consegue até melhorar em curto prazo; outros, como constituição de capacidade estatal, demoram mais tempo. Sobretudo, eu acho que o principal passo do PAC é que ele indica para um horizonte um pouco maior, para um horizonte de quatro anos – eu acho que temos que avançar no planejamento para ter horizontes até maiores –, onde é que o Governo vai concentrar: "Olha, não vão faltar recursos para esses investimentos". Isso ajuda até no problema da credibilidade, de que você falou.

Eu acho que o PAC é o plano de médio prazo indicado para dar credibilidade onde não havia. Por muito tempo, fazíamos esforço de investimento em milhares de obras. Havia soluços no desembolso para essas obras, é verdade, com paralisações permanentes, e tal. Quando há um programa de investimentos, você diz:

"Por quatro anos, eu vou concentrar nisto aqui. Posso ter problema de gestão aqui e acolá, mas dinheiro não vai faltar". Esse é um passo importante.

Então, é isso. São os pontos de gestão sobre os quais conversamos um pouco, a retomada de planejamento. Não há muito mistério nessas soluções, o difícil mesmo é implementar, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É verdade.

Muito obrigado, Dr. Marcelo da Costa Correia, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por suas respostas.

Agora passo a palavra ao Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, da Universidade de Brasília, para suas respostas às perguntas formuladas.

O SR. JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA NETO – Começando pela parte dos países asiáticos, os países asiáticos começam a fazer algo mais ou menos parecido com o que o Brasil fez na década de 70, principalmente a China. Eles começam a aumentar o capital para o trabalhador. Quando se aumenta o capital para o trabalhador, a economia começa a crescer. É o que chamamos de crescimento a taxas decrescentes.

Quando existe uma quantidade razoável de capital por trabalhador, esse processo de crescimento tem que migrar da acumulação de capital para ganho de produtividade. Isso nós não conseguimos fazer no Brasil, em parte porque – o que já me remete à terceira questão: a falta de cultura de internacionalização –, tal como o Governo atual, o governo militar teve uma resistência muito forte à abertura econômica. Por razões diferentes. E é importante marcar essa diferença.

Na minha opinião, o governo militar resistia à abertura econômica por uma ideia de Brasil maior, por uma questão econômica: "Eu vou manter a economia fechada a fim de gerar um espaço para que a indústria nacional possa crescer". Então, ele tinha algum motivo econômico.

O que me preocupa com o Governo atual é que eu vejo muito mais motivo ideológico de rejeição ao contato internacional do que razão econômica: "Eu me fecho não porque é para a empresa A ou para a empresa B se desenvolver. Eu me fecho porque os americanos são ruins. Eu me fecho porque os europeus são malvados". Esse é um problema econômico grave. Essa é uma guinada econômica bastante séria.

Os países asiáticos acumularam capital, fizeram investimentos pesados em infraestrutura. O Brasil fez investimentos pesados em infraestrutura na época de 70, fez durante o governo JK. Em seguida, os países asiáticos viveram um processo de abertura econômica muito forte.

E aí eu recomendo o artigo dos gráficos que mostrei, que é o artigo chamado "América Latina no Retrovisor", que mostra muito bem essa dinâmica.

O Brasil. Qual é a nossa realidade factual? Nossa realidade factual é que a ditadura militar não abriu a economia. Ela investiu. Não houve abertura econômica, houve um bom crescimento de infraestrutura. A abertura econômica simplesmente não aconteceu. Quem é mais velho aqui deve se lembrar de que todo mundo tinha que comprar computadores da Cobra Computadores porque o Brasil tinha que produzir computador. Isso produziu um atraso drástico em nosso parque industrial porque o mundo viveu a revolução da informática e o Brasil não. O Brasil ficou para trás. E aí, quem veio abrir a economia foi o Presidente Collor. Foi lá e abriu a economia. E qual foi o ciclo seguinte? Uma tendência de abertura econômica mais lenta no governo de Fernando Henrique e, em seguida, um processo de fechamento da economia.

Então, a China hoje cresce a taxas muito grandes. A gente vai lá na economia chinesa e vê que existem investimentos pesados em infraestrutura – existem –, mas a China está abrindo a economia, e abrindo muito a economia. O Brasil, não. Quando entra um carro chinês no Brasil, a gente vai lá e aumenta o IPI de produtos importados. A gente está concorrendo com um carro chinês, um carro que tem que tem que ser transportado de navio por metade do Planeta.

E, quando chega aqui, ele enfrenta um mercado consumidor olhando para ele e falando: "Ih, é chinês." E o sujeito lembra daquela lanterninha de dínamo que você usava duas vezes e quebrava, e associa isso ao carro. E esse carro – esse carro chinês – entra no mercado brasileiro, e a indústria nacional simplesmente não consegue competir com ele, sem enfrentar os maciços custos de transporte que o carro enfrenta para chegar ao Brasil. Isso é muito sério.

Particularmente, eu acredito que o alvo, muitas vezes, da raiva da população está errado. Vamos pegar uma distribuidora, vamos ficar aqui no exemplo de automóvel. Se a gente pegar uma distribuidora de veículos, as concessionárias, a margem de lucro bruto de uma concessionária na comercialização de um veículo novo é de 3%. Isso está longe de ser alto. Se a gente pegar a margem de lucro da montadora, não está longe dos padrões internacionais.

Então, qual é o problema? O problema deve ser tributação. Será que problema é tributação? Tirem todos os impostos que incidem sobre um automóvel brasileiro. Ele é mais caro que o americano com todos os impostos. Um Chevrolet Cobalt custa no Brasil o que um Camaro custa nos Estados Unidos.

E onde está o problema? Onde a gente encontra isso? Onde está o fechamento? Aí, já nos remete a outra pergunta: a política dos campeões nacionais. Onde está? Será que é a infraestrutura? O que será que é? Quem tem ganhos excepcionais? A indústria de autopeças. Na cadeia produtiva de automóveis só quem tem ganhos excepcionais é a indústria de autopeças.

Aí, você fala: "Ah, não, mas a Ford foi nacionalizar o Fiesta." Se vocês forem a uma concessionária da Ford, vocês vão ver um New Fiesta Sedan e um New Fiesta Hatch. Entre no New Fiesta Sedan e entre no New Fiesta Hatch. Toque no painel do New Fiesta Sedan. Em seguida, entre e toque no painel do New Fiesta Hatch. Vocês vão ver que o New Fiesta Sedan fabricado no México vem com um painel *soft touch* e que o New Fiesta Hatch fabricado no Brasil vem com um painel de qualidade muito inferior.

Aí, você vai no que aconteceu quando a Ford... O pessoal fala assim: "Mas isso é a montadora. A montadora pode degradar o carro no Brasil." Não. A montadora não encontra quem fabrique o painel. A Audi veio trabalhar no Brasil, veio abrir uma fábrica no Brasil, e não encontrava quem estivesse disposto a produzir o banco dela, mesmo ela transferindo toda a tecnologia do banco.

Aí, qual a solução do Governo? Conteúdo mínimo nacional. Quem ganha com isso? É a montadora? É a comercialização? Não, não é. É a indústria de autopeças. Não por acaso – eu estou no Senado e não deveria fazer esses comentários – é quem contribui para a campanha. E vai continuar contribuindo, mesmo com o fim da contribuição de empresas.

Então, a gente tem um problema sério aqui. E esse problema está muito ligado a fechamento. É óbvio que, se eu abrir sem infraestrutura nenhuma, eu vou ter problemas. Fazendo um *link* com a pergunta, porque a navegação de cabotagem não anda aqui? Porque eu demoro um mês para atracar o navio no porto. Quanto tempo demora um navio de cabotagem? Ele vai ter prioridade em relação ao navio internacional? Então, se ele não tem prioridade e demora um mês para atracar o navio no porto, o cara vai transportar a carga de caminhão, porque de caminhão ele vai demorar duas semanas. De navio, só no porto, ele vai ficar com a carga lá parada um mês.

Então, a questão da abertura é fundamental. Os asiáticos abriram a sua economia. Nós não abrimos.

O que fazemos é o contrário, nós fechamos cada vez a economia, como eu disse, numa direção pior que a da década de 70, que a do governo militar. No governo militar havia uma justificativa econômica: substituição de importações. Atualmente, o motivo é ideológico, não é econômico. O resultado econômico vai para o segundo plano, deixa de ser relevante.

Política de campeões do BNDES. O que eu posso dizer sobre a política de campeões nacionais do BNDES é que o grupo X é um sucesso. "Ah, não, não é um sucesso." Então, aparentemente não deu certo. "Ah, mas a JBS está dando certo." Será que está dando? Por quanto tempo vai dar certo. Não sei.

A grande menina dos olhos do banco era o grupo X. Agora o banco diz que não, que não é, que era outra coisa. É aquela brincadeira, você atira e chama de alvo o que você acertou. "Ah, eu acertei aquilo ali, então aquilo é o meu alvo." O que me leva só a uma observação em relação ao sucesso do aeroporto. Concordo com a ideia de que se comparado com relação a antes, melhorou muito com a concessão. Agora, daí a chamar de sucesso de entrega, eu tenho só um cuidado, porque a minha avaliação de sucesso é olhar para o que me prometeram quando da concessão.

O que prometeram? Será que quando eu comparo com o que foi prometido, o que foi entregue hoje está acima do que foi prometido, é igual ao que foi prometido ou está abaixo? É a questão da política tardia. É melhor, no longo prazo é um sucesso. Para o resultado imediato, não sei.

Falta de cultura de internacionalização. É como eu disse, a gente tem um presidente que topou abrir essa economia: o Presidente Collor. Mais nenhum presidente, mais nenhum presidente peitou efetivamente a questão da abertura econômica. E a gente está aí. O Fernando Henrique abriu um pouquinho... Acabou. E está aqui o gráfico para vocês. A evidência é empírica, acadêmica, está aqui, sem abertura, sem abertura efetiva.

O crescimento está em grande produtividade. Os empresários têm que ser estimulados pela concorrência. Se não se estimula a concorrência, não há muito o que acontecer. Não adianta ficar aumentando capital para o trabalhador. E só lembrando o que eu disse para vocês: no longo prazo a produtividade é a chave do crescimento. Só num registro estatístico momentâneo, a gente está tendo perda de produtividade para o trabalhador no Brasil. Isso é ruim, é muito ruim.

Traçar editais com limite para o lucro, acho que o Dr. Marcelo já até respondeu essa questão. O problema é que ninguém acredita na concorrência no edital. Então você lança uma licitação, e ninguém acredita na concorrência. Isso origina um problema muito sério, porque o edital não precisa ter limite de lucro porque eu pressuponho que eu vou ter uma licitação, haverá uma concorrência, ou uma sensação de concorrência, porque

eu não preciso necessariamente da concorrência. Existe um trabalho bem interessante de um ex-conselheiro do Cade, chamado Victor Gomes, sobre a Petrobras, quando muda o marco regulatório do petróleo – não agora que os resultados da Petrobras mostram que não deve ter sido uma coisa muito saudável, mas no passado – e se ameaça a abertura efetiva do mercado de petróleo brasileiro para a concorrência. E a Petrobras vai lá e sofre um choque de produtividade.

Então, muitas vezes a concorrência atua na expectativa. Existem modelagens de leilão que podem aumentar a sensação de concorrência dentro de um processo licitatório. E existe uma literatura bastante rica em modelagens de leilão sobre o assunto. Um sujeito que estuda muito isso é um economista que tem um livro famoso de microeconomia, chamado Varian, que atualmente foi contratado pela Google para montar um mecanismo de leilão, de propaganda do *site* deles.

Então, se eu tenho a sensação de concorrência, se eu tenho concorrência, a concorrência regula o lucro. Se eu não tenho concorrência, aí eu tenho um problema para regular esse lucro.

Esse seria o caso clássico de intervenção do Governo no sistema econômico. Eu não tenho o mercado regulando o lucro. Então, o Governo vem aqui para regular o poder de monopólio ou o poder de oligopólio. Se ele acerta, se ele erra, é sempre complicado. Por quê?

Aí vem o problema, que é sério: o sujeito que está do outro lado, nessas licitações maiores, ganha 150 mil por mês. Eu, que estou do lado de cá, ganho 15. Ele ganha dez vezes mais do que eu por um motivo, por algum motivo que deve ser bem óbvio para os patrões dele.

Eu dificilmente vou saber mais do que ele se o negócio é bom ou ruim e qual tem de ser a margem de lucro. Então, há problema para acabarmos com esse limite, o que significa que geralmente vamos errar esse limite ao lucro, o que pode criar problemas de restrição à concorrência na licitação por si só.

Porém, para acabar o limite temos de resolver o problema de sensação de concorrência. Como resolver? Passa por mudança de regra, passa por mudança de regulação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira, da Universidade de Brasília.

Eu gostaria de fazer alguns comentários, não sem antes agradecer as referências aqui feitas pelo Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto em relação ao processo de abertura que me coube realizar quando exerci a Presidência da República, na década de 90.

A abertura comercial era uma imposição que se fazia necessária naquele momento e que já estava chegando com algum atraso.

Ou seja, no sistema em que vivemos, no sistema de livre mercado com democracia, mesmo com o papel do Estado – claro, não o Estado interventor, mas um Estado atento, um Estado sempre pronto para dirimir qualquer tipo de querela, no sentido de ajudar, de induzir o próprio processo de desenvolvimento – é natural que o comércio se faça com os outros países, já que não estamos isolados neste Planeta, e, sim, correlacionados. É natural que tenhamos condições de abrir as nossas fronteiras, como também pedir e até exigir a contrapartida de nossos parceiros.

E o que acontecia com o Brasil é que ele estava muito acanhado, o Brasil ainda sofria de uma síndrome de colonizado e tinha receio de abrir os seus portos, de sair com o seu navio, desbravar outros portos, outros comércios, e se mostrar um parceiro confiável para o resto do mundo.

É claro que isso criaria, em determinado momento, uma insatisfação por parte daqueles que, numa economia fechada como a nossa, detinham as reservas de mercado, notoriamente as reservas de mercado de informática, as reservas do mercado automobilístico, as reservas de mercado na questão de telefonia celular, as reservas de mercado inclusive, no setor bancário, financeiro, a reserva de mercado no setor petroquímico.

Enfim, cada um desses setores tinha um determinado controlador interno nacional com vinculações com o Governo que estivesse no exercício das suas atribuições, dentro, num primeiro momento, do que aqui já foi colocado, da prioridade que deram à substituição de importações, querendo criar, no Brasil, uma grande indústria local e desenvolver aqui uma própria tecnologia, para, com isso, poder disputar mais à frente com o mundo já desenvolvido.

E havia outra linha que entendia que essa volta para dentro do País significava, sim, uma visão protecionista, preocupada com um eventual assédio dos países desenvolvidos porque, caso houvesse uma abertura, eles aqui viriam para assaltar as nossas riquezas naturais e retirar do Brasil as suas forças vitais de desenvolvimento. Verificamos que, com a abertura, absolutamente não aconteceu. O que aconteceu foi o estabelecimento de um enorme respeito por parte da comunidade internacional em relação ao Brasil. E começamos, então, a sentar

à mesa com esses grandes *players* internacionais na área do comércio, discutindo com eles tarifas e sistemas extremamente protecionistas que existiam àquela época e que persistem até hoje, sobretudo na comunidade europeia e também na comunidade norte-americana.

Enfim, dessa briga e dessa disputa, começamos a levar a melhor. Começamos a disputar mercados com muita vantagem, em termos de qualidade e em termos de preço, em todas as áreas que queiramos desconsiderar, não somente na área industrial – de produtos industrializados com agregação de valor –, mas também na área de produção primária.

Acontece que, com o passar dos tempos e por falta de uma condução quando da abertura, em 1990, com os governos que se seguiram e, sobretudo, com o imediatamente a seguir, não se levou adiante. Se tivesse levado isso mais adiante para que pudéssemos ter a estabilização econômica que obtivemos na segunda parte dos anos 90....

Essa estabilização econômica somente aconteceu e somente poderia ter acontecido se os fundamentos macroeconômicos tivessem sido como o foram, implantados no nosso País no início dos anos 90, incluindo a abertura comercial e, ainda mais importante, a renegociação da nossa dívida externa, já que estávamos com as nossas linhas de crédito inteiramente cortadas e com as nossas relações interrompidas para o nosso fluxo de comércio com o financiamento necessário para que esse fluxo acontecesse com rapidez e com eficácia.

De modo que, isso não acontecendo, continuamos avançando; o Brasil continuou andando com as suas próprias pernas, mostrando-se, cada vez mais, um parceiro confiável. E eis que a nossa infraestrutura, que até então vinha tateando, se vê diante de uma nova realidade.

Outro dia falei que precisávamos, talvez, de um programa do tipo Mais Médicos, referindo-me a mais engenheiros, não que seja uma ideia formada na minha cabeça – não há essa ideia –, mas no sentido de estimular todos aqueles jovens que estão hoje nos cursos secundários, prestes a prestar os exames que substituem hoje o vestibular, que se dediquem às exatas, que se dediquem a buscar na engenharia uma oportunidade para o seu futuro, porque o Brasil também foi pego nesse momento em que o Estado brasileiro se mostrou um indutor poderoso do desenvolvimento do País, quando, lá atrás, o Presidente da República disse: "Vamos lançar o Programa de Aceleração do Crescimento, e o Estado confia que esses investimentos serão aplicados na nossa infraestrutura e estarão adequados ao crescimento que almejamos – naquela fase inicial, chegou a 7%. – e precisamos que essa infraestrutura auxilie e alavanque ainda mais o nosso processo de desenvolvimento."

E assim foi feito. O que aconteceu? Por falta de engenheiros, nós tivemos carências enormes de projetos. Não havia projetos. No início do Programa de Aceleração do Crescimento, eu presidia aqui, coincidentemente, a Comissão de Infraestrutura e o grande problema que nós tínhamos era – além da deficiência, da falta de qualificação de mão de obra especializada, tanto no nível técnico quanto no nível de terceiro grau – a falta de projetos. Os projetos que começaram a chegar, a serem apresentados ao Governo, eram projetos extremamente deficientes. O Governo até tentou corrigir esses projetos, mas logo se verificou que havia uma necessidade de se refazer tudo isso, e houve um primeiro impacto no andamento das obras relacionadas no Programa de Aceleração do Crescimento em função da falha nos projetos executivos apresentados.

Muitas vezes, não eram nem projetos executivos, mas uma falha crescente, uma ausência total, uma grande falta de profissionais – como já disse – de nível técnico, de nível médio, de nível de terceiro grau para também acompanhar esse processo. E se dizia: "não, o Governo não está tendo dinheiro". Não. Tinha. Aqui, nas audiências públicas que realizávamos, o cronograma de execução das obras, na sua parte de desembolso financeiro, estava perfeitamente de acordo com o andamento das obras, só que as obras retardaram bastante em função dessa falta dos projetos a que me referi.

Junto com isso, outros programas que o Governo *ad latere* começava a executar no sentido de criar a chamada rede social que pudesse dar guarida aos milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza teve um amplo sucesso. Esses programas no seu conjunto alavancaram cerca de 40 milhões de pessoas que saíram dessa linha da pobreza, abaixo da pobreza, para a linha de consumo. Aí, mais um problema a impactar na nossa infraestrutura de saúde, de educação, de estradas, de aeroportos, de transportes de um modo geral, E aí sobreveio a questão da Copa do Mundo, sobreveio agora a questão das Olimpíadas, sobrevieram esses eventos que estão sendo realizados, a Rio+20, realizada dois anos atrás e isso significava uma necessidade ainda maior dessa infraestrutura. E o fato é que hoje estamos vivendo um grande problema, sem dúvida.

Quando verificamos esses movimentos nas ruas, a gente não identifica. Logo quando começou, não víamos partidos políticos participando daqueles movimentos ou cartazes – exceto aquele que era o dístico do início dos movimentos: "Passagem a 3,20 não! Não aceitamos." – fora a questão da passagem, nada que pudesse justificar uma agressividade tão grande e uma manifestação até de tanto desespero por parte daquelas

pessoas. E não eram somente jovens, eram pessoas de meia-idade, pessoas de classe média, pessoas que levavam inclusive filhos menores num primeiro momento para aqueles movimentos. E a gente perguntava: "Mas por que estão fazendo isso? O que realmente eles querem? O que realmente eles estão pedindo?" Havia uma coisa difusa no ar e não se conseguia exatamente detectar o quê. Nós víamos ali rebeldes nas ruas e rebeldes sem uma causa definida, não havia uma causa definida.

Então, ao longo desses meses todos o que se percebeu foi o incômodo daquelas pessoas pela falta, talvez, de perspectiva em relação ao seu futuro, em relação – daí o Brasil começou a diminuir a sua taxa de crescimento – à falta de uma assistência médica adequada, de uma educação de qualidade, e, ao mesmo tempo, vendo aqueles investimentos sendo realizados em estádios para a Copa do Mundo, em pátios de eventos. E aí se criou aquela ideia: "não, Copa do Mundo não; queremos boas escolas."

Claro, nós temos obrigação, todos nós, de trabalharmos para dotar o nosso ensino público de qualidade para todas as nossas crianças em idade escolar, nós temos obrigação de dotar o sistema de saúde pública adequadamente para todos aqueles que precisarem de um atendimento médico, seja de alta qualificação, seja de primeiros socorros, mas uma coisa não invalida a outra. E achar que esses recursos que estão sendo investidos nesses grandes eventos, se destinados à educação e saúde, poderiam ter resolvido os problemas de educação e saúde, não, não teriam resolvido. Esse é um problema que necessita de uma mudança não somente na destinação de recursos, mas de preparo das pessoas, de termos gente preparada.

Quando veio esse programa Mais Médicos, eu que fui dos três níveis de administração – fui prefeito, fui governador e fui presidente – vi que essa é uma realidade. Quando os médicos são formados e destinados no Município, em vez de ficar aqui no primeiro centro de saúde que ficava no centro da cidade, você vai para a periferia, com três, quatro, cinco meses já vinha lá o pedido, acompanhado devidamente da solicitação de algum político, para dizer que estava com problema de família, que tinha que ser transferido para tal lugar, ou para isso ou para aquilo.

No Estado, a mesma coisa. Quando começavam, é claro, porque aqueles que iniciam têm que iniciar em Municípios mais longínquos, e assim por diante. E a mesma coisa com os professores.

Então, a grande dificuldade que se sentia era exatamente a falta de assistência nesses grandes recônditos do Brasil, aonde não chegavam os médicos que pudessem atender aquelas comunidades e, muitas vezes, há também falta e carência de professores. Também, junto com isso, a falta de postos médicos devidamente mobiliados, com remédios, e as escolas com carteiras, com cadeiras, com quadro, com giz – agora são essas lousas modernas –, enfim, com computador nas escolas, tudo isso que desejamos e que, em 1990, começamos a criar; tais como a universalização do ensino básico.

Eu me lembro de que, quando lancei a ideia da universalização do ensino básico com a criação dos Caics, com as crianças de sete, oito anos até catorze anos em sala de aula durante oito horas por dia, não na sala de aula, mas na escola, tendo instrução, tendo educação física, tendo cultura, tendo início nas profissões, nas artes e ofícios, tendo teatro, tendo biblioteca, tendo assistência médica e dentária, com o médico ali dentro, criando a ideia do médico de família, aos finais de semana esses Caics servindo à comunidade como um *solarium,* como um local onde a comunidade pudesse se reunir para debater os seus problemas, discutir as questões que lhes afligiam, para fazer chegar às autoridades locais, enfim, tudo isso, depois que eu saí, infelizmente foi colocado por terra, mas fico muito feliz de ver hoje essa ideia ressurgir.

Então, tudo isso é possível, sim, ser feito concomitantemente com essa questão desses investimentos que estão sendo feitos para a Copa do Mundo. Negar a Copa do Mundo? "Copa do Mundo não", isso para nós, brasileiros, contraria tudo aquilo que de melhor somos conhecidos no mundo.

Nós somos conhecidos como um povo pacífico, um povo ordeiro, um povo sempre muito exigente nas suas pretensões, nas suas vontades, mas um povo sempre acolhedor, um povo que sempre soube receber bem, um povo generoso. E é isso que nós temos que mostrar nesta Copa do Mundo a este mundo "civilizado", entre aspas, que está chegando aqui. "Civilizado" entre aspas porque ainda é uma parte deste mundo que acha que se resolvem os problemas que existem entre países na base dos foguetes, das bombas, diferentemente de nós, que somos aqui uma ilha, onde a paz prospera há mais de 150 anos ou há 150 anos.

Então, precisamos acolher essas pessoas. Precisamos fazer uma festa bonita. E, claro, continuar exigindo do Governo melhorias nessas áreas. Não significa dizer: "Vamos. Na Copa do Mundo está muito bem, e tal, e agora a gente vai se esquecer de reivindicar isso." Não. Vamos reivindicar, sim. Agora, por que ter esse comportamento de, ao tempo em que se reivindica, dizer que a Copa do Mundo não presta? Não é isso.

Nós temos que ver que os nossos aeroportos estão superlotados porque 40 milhões de pessoas hoje podem andar de avião, pessoas que nunca tiveram essa oportunidade, pessoas que pegavam pau de arara

para vir de um Município do Nordeste ou do Norte até o Sul do País hoje vêm de avião. E, por isso, os nossos aeroportos estão lotados. Estão lotados porque o número de companhias cresceu demais. O número de companhias aéreas cresceu para atender a uma demanda. É a lei da oferta e da procura.

A questão das nossas rodovias em função de que a dos carros... Em 1990, eu me lembro de que tínhamos quatro montadoras e vinte e cinco modelos de automóveis, que eram carroças. Hoje, temos mais de quarenta montadoras e mais de quatrocentos modelos de carros. E aí eu me penitencio também um pouco porque a nossa infraestrutura não aguenta.

Aqui, em Brasília, hoje, a manchete de um desses periódicos dizia que, em 2020, Brasília vai parar. E, realmente, nós que moramos aqui e vivemos aqui em Brasília sabemos como é difícil, no horário de pico, sair do local do nosso trabalho para ir para a nossa residência, para a nossa casa e assim por diante.

Bom, mas aí vem a pergunta: o que é melhor? É melhor que essas pessoas não tenham direito de realizar seu sonho como pessoa humana de dizer: "Puxa, vida, o primeiro dinheirinho que eu ganhar eu vou juntar e vou comprar o meu carro. Com o primeiro dinheiro que eu ganhar agora eu vou comprar a minha geladeira. Eu vou comprar o meu frigorífico, ou melhor, a minha geladeira". Do mesmo jeito como as pessoas que diziam: "Não, com primeiro dinheiro que eu tiver eu vou comprar a minha casa". O orgulho da casa própria. E já são 2,5 milhões de casas que estão sendo entregues à população. Então, são avanços sociais extraordinariamente importantes, e que ninguém pode desconhecer.

Agora, qual seria a nossa opção? Não dar esse acesso a esses 40 milhões de pessoas? Deixar essas pessoas na sua linha de pobreza, abaixo da linha de pobreza, com seu sofrimento, sem a sua dignidade, sem direito à sua cidadania plena e estarmos aqui resolvendo problemas, projetando para o futuro a questão de melhores aeroportos, de melhores estradas, de vermos as questões das concessões? Não, uma coisa está acompanhando a outra. E nós estamos em desvantagem. É claro que nós estamos.

Eu sou daqueles – e sou absolutamente insuspeito para falar – que entende essas dificuldades. É lamentável que isso esteja acontecendo. É uma pena. Mas, por outro lado, não seria uma pena ainda maior se estivéssemos avançando muito com a nossa infraestrutura, e esses 40 milhões de pessoas estivessem passando fome, sem ter uma alimentação digna, sem ter uma possibilidade de vislumbrar um futuro melhor para si e sua família?

Os aeroportos, por exemplo, Brasília. Outro dia, na semana passada, foi inaugurado, um mês antes da data prevista para a entrega, o terminal aqui do aeroporto de Brasília, o terminal sul, com 12 *fingers*, com 12 acessos para aviões, 12 locais de parada de avião.

Agora, no mês de maio, também com um mês de antecedência, será entregue o terminal norte, também com mais 12 *fingers*, fora os que já existem. O estacionamento está aumentado, as vias de acesso para mobilidade urbana também, com cinco pistas de cada lado. O transporte urbano, aqui em Brasília, vem sendo muito melhorado com o apoio e os recursos do Governo Federal.

Em outros Estados, temos problemas, mas o que eu sempre digo, e sempre fico um pouco, eu diria, com muita insatisfação porque verifico que os meios nunca falam das coisas boas que estão acontecendo. Sempre falam: "Não, porque o estádio X não vai estar pronto."

Outro dia, eu vi esse que pintam como o grande bicho feio da Copa do Mundo, o Jérôme Valcke – falam que ele sempre diz coisas horrorosas a respeito do Brasil –, em entrevista, sorrindo e dizendo: "Não, mas no último minuto vai estar tudo pronto." Mas no último minuto? Nós, que somos brasileiros, quantas vezes já ouvimos falar isso? "Não, está quase pronto, vai ficar pronto" e não sei o quê. Quando chega no último minuto: "É, isso já faz parte da nossa cultura. Era melhor que estivesse pronto um mês antes. É, mas vai ficar pronto."

Então, por que não dizer, por exemplo... Quando o aeroporto de Brasília, esse terminal foi inaugurado, eu imaginava ver, no dia seguinte, estampada aqui, nos meios, uma foto de primeira página, porque, jornalisticamente – e eu sou jornalista também –, isso merecia uma foto de primeira página, dizendo: "Está aqui, inaugurado.", e com a foto da Presidenta inaugurando. E não. Publicam uma foto pequena, embaixo da página, mostrando, internamente, um pessoal caminhando dentro do terminal. Poderia ser um terminal de qualquer lugar do mundo.

Então, é preciso que recuperemos, também, o nosso amor-próprio e não nos deixemos levar por essa lavagem cerebral que esses meios querem, diariamente, fazer nas nossas mentes, vontades e cabeças. Não podemos permitir que isso aconteça. Nós temos que continuar confiando que este País está tendo solução, e as soluções estão sendo apresentadas.

Na questão da concessão de rodovias: "Não, ninguém vai aparecer para a concessão de rodovias. Ninguém vai aparecer para a concessão do leilão de Libra, ninguém vai aparecer para o leilão do campo de Libra, do pré-sal, ninguém vai aparecer para o leilão de Galeão e Confins, ninguém vai aparecer para isso, vai aparecer

para aquilo." E estão aparecendo as pessoas. "Aí, vêm com um deságio muito alto." Muito bem, mas o problema é de quem? O problema ou a solução? Para o País, é muito bom, porque se apresentou um deságio e, se apresentou um deságio, ninguém, ali, é inocente, ingênuo, ou querubim, ou anjinho de fazer um preço para fazer filantropia. Se apresentou com aquele deságio, é porque aquele deságio é suficiente para que ele tenha o seu merecido lucro.

Aqui, quanto a esta pergunta de que estipulem limites para o lucro dos concessionários, quem vai estipular lucro? Não é estipular lucro, tem que estipular o que está no contrato, de prestar o bom serviço dentro daquelas normas. Se o lucro for maior, melhor para quem tiver o lucro! Agora, que Estado é esse? Um Estado de economia aberta em que se fiscaliza o lucro? Ele não tem que fiscalizar o lucro, ele tem que fiscalizar é a qualidade do serviço prestado e do atendimento à população. Ele tem que se preocupar, isso sim, é com essa carga tributária, que é uma carga tributária imoral que o Brasil tem e que impõe sobre a atividade produtiva. Isso sim, isso é algo pelo que temos que continuar lutando junto ao Governo para que tenhamos uma reforma tributária que estimule a iniciativa privada a participar como parceira e não como adversária do Governo nesse processo de soerguimento econômico do País, de ultrapassarmos este momento difícil que estamos vivenciando não criado dentro do Brasil, mas criado lá fora, por aqueles que ficam lá somente de dedo em riste apontando que este é culpado e aquele é inocente. Isso não! Eles não têm mais o que nos ensinar. O Brasil é que avançou demais!

Levanto outro ponto que anotei do Brasil em termos de legislação. Foi falado do licenciamento. Digo que o Brasil hoje não é um país somente da burocracia. O Brasil é o país da licenciocracia, da auditocracia, da controlocracia, porque são tantos os órgãos fiscalizadores que fazem auditorias que ficamos – nós, que eu digo, os gestores – todos eles reféns desses órgãos, que ficam entre si fazendo uma espécie de concurso para ver quem multa mais, quem apresenta mais obra paralisada, quem chega para dizer que: "Eu consegui agora evitar que essa obra tal continuasse. Viu como foi bom?" E esses, que paralisam essas obras, se mais tarde ficar demonstrado que o motivo pelo qual determinado fiscal paralisou aquela obra não subsiste a uma análise, ele não paga nada, ele não sofre nenhuma reprimenda. Mas quem paga é a comunidade, quem paga somos cada um de nós, porque o preço daquela obra vai ser duplicado, vai ser triplicado.

Outro dia aqui, numa discussão numa audiência pública – isso foi contado pelo Líder do Governo no Congresso Nacional, o eminente Senador, Ministro José Pimentel, do PT do Ceará, homem da maior seriedade e respeitabilidade –, discutíamos essa questão das obras paralisadas, porque sempre dizem: "Não, o Governo que paralisou." Não é. "É a falta de dinheiro que paralisou." Não é, são esses órgãos que paralisam. E ele contou aqui um fato da BR-101, no trecho lá na região dentro do Estado do Ceará, numa determinada região do Estado, em que as máquinas estavam trabalhando e – parece isso uma piada, mas é a verdade e é uma coisa séria – e lá uma máquina passou e encontrou uns ossos, uma ossada. Aí, veio o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e disse: "Vamos parar, parem. Essa ossada pode ser de algum animal pré-histórico, temos que examinar." Passaram seis meses examinando e, depois desses seis meses de uma análise percuciente, descobriram que aquela ossada era de um jegue, de um asno. E a obra ficou parada seis meses! Parece piada, mas é sério. Quer dizer, as obras são paralisadas ao talante do fiscal que, seja de que área for, que tenha uma predileção por uma folha, por qualquer uma dessas questões.

Quando eu vejo, o Tribunal de Contas da União, agora um tribunal que foi instituído e está na Constituição, um tribunal para auditar contas, querendo criar agora, se já não criou, um departamento de biotecnologia, ou, melhor dizendo, de biodiversidade... E eu perguntei ao Presidente que continua: "Escute, por que criar? O que o Tribunal de Contas tem a ver com biodiversidade? "Não, porque é um assunto que está muito em voga, e temos que estar preparados."

Não! Chega! Já existe o Ibama, já existe o ICMBio, já existem aí todos esses órgãos, agora o Tribunal de Contas, que é um órgão assessor do Congresso Nacional, paralisando obras sem autorização do Congresso Nacional? E ainda mais fazendo com que os meios mintam, porque, quando passa na rádio ou na televisão ou é publicado no papel que tal obra foi paralisada por um desses órgãos, o que eles transmitem, de forma inconsciente ou subliminar a quem lê assiste ou ouve, é o seguinte: "Puxa vida, foi feita uma grande economia para os cofres do Tesouro." E é exatamente o contrário. É exatamente o contrário. Cada obra dessa paralisada é uma obra que, se não tiver a devida comprovação, causa um enorme prejuízo.

Agora isso quer dizer que aqui – e quando falo isso é porque é o resultado de inúmeras audiências que temos realizado na Comissão de Infraestrutura –, que algum dos integrantes desta Comissão esteja defendendo que não haja fiscalização? Em hipótese alguma. Todos somos favoráveis a que haja fiscalização. Onde houver

um centavo de recurso público tem que haver fiscalização para saber da sua correta aplicação. Somos contra o método com que essas fiscalizações estão sendo feitas: de forma aleatória.

Desse último seminário que realizamos, há 15 dias, e que finalizamos, 1º Seminário Nacional de Infraestrutura, uma das sugestões que acolhemos e que está hoje como um projeto de lei apresentado pela própria Comissão de Infraestrutura é de responsabilizar civilmente aquele fiscal ou auditor que paralisar determinada obra e, como disse anteriormente, for visto posteriormente que o motivo apontado para a paralisação daquela obra não era suficientemente forte para que ela fosse paralisada, acarretando um prejuízo pelo preço que foi adicionado pela paralisação. E. quando vem esse preço adicionado, o pessoal já fala: "Isso é sobrepreço. Isso é aditivo. Houve corrupção. Houve isso, houve aquilo."

E não é verdade. Porque quando uma obra dessas é paralisada, aquele lá que está trabalhando, aquela empresa que está trabalhando com mil, dois mil funcionários, tem que demitir todo esse pessoal. Ele tem que desarmar o seu acampamento, tem que retirar aquelas máquinas e colocar para trabalhar em outro lugar. E passam três, quatro, cinco meses, às vezes, um ano ou mais, e vai voltar a obra. Para voltar a obra, ele não aceita mais voltar com o mesmo preço do momento em que foi paralisada. É claro. É claro.

Então, essa confusão existe, essa confusão que é feita é em função dessas questões.

No que foi dito aqui em relação à questão das autopeças, o que existe hoje na questão da nossa indústria automobilística é a tecnologia embarcada. Isso é o que é importante, isso é o que nos diferencia das carroças, é a tecnologia embarcada naquele veículo.

Hoje, como ficou muito aberto, o mercado é enorme, os carros chineses chegam aqui e competem, mas competem, porque na China, com todo o respeito a este país com que temos uma excelente relação comercial e é um grande parceiro e cliente do Brasil, há um regime do centralismo democrático, o socialismo de Estado, em que os funcionários – lá não existe a questão dos encargos trabalhistas – são muito bem preparados pela China, mas os salários que eles recebem são salários infinitamente inferiores e, por isso, a China se torna competitiva.

E, por isso, por ser um país que é um grande mercado, foi aceito como integrante da Organização Mundial do Comércio. A China foi aceita pela Organização Mundial do Comércio, conflitando as suas ações na economia com os pressupostos básicos da própria Organização Mundial do Comércio. Mas é isso, é um grande parceiro, e todo mundo aceita. Então, é por isso que estão chegando aqui.

Em relação às autopeças, não há nenhuma relação com recursos ditos para ajudar candidatos em campanha. Os recursos para auxiliar candidatos em campanha são recursos que vêm de todas aquelas empresas que formalmente estão ali, destinando o recurso A, B ou C para o partido A, B ou C. E o setor de autopeças não me consta que seja um setor muito exuberante no que tange à colaboração e contribuição de campanha. Ainda mais agora, máxime agora que foi votado aqui no Senado Federal que as contribuições para as eleições sejam somente feitas por pessoas físicas, e não por pessoas jurídicas.

De modo que o que eu gostaria – já me alonguei demais, muito mais do que poderia imaginar no início desta nossa audiência pública – de dizer que, de tudo o que foi dito aqui, todos têm a sua razão, no meu modo de entender, salvo melhor entendimento daqueles que nos ouvem, que nos escutam, que nos assistem.

Problemas existem. Existem. O nosso crescimento, como aqui foi dito pelo Dr. José Carneiro... muito maior problema tem a Venezuela, que nos anos 50, se não me engano, tinha uma renda *per capita* equivalente a 70% da renda *per capita* do americano e, hoje, essa renda *per capita* do venezuelano está em 30%, igual ao Brasil, que nunca chegou a ter uma posição como essa da Venezuela. Mas a Venezuela tem lá os seus problemas, vive as suas dificuldades, as suas agruras, e ela vai resolvendo os seus problemas.

Nós temos que voltar os nossos olhos aqui para o Brasil, entender que algumas coisas não estão funcionando bem – e não estão. E nós temos que lutar e continuar trabalhando. E essas audiências públicas servem exatamente para isto, para ouvirmos o contraditório, para retirarmos daí lições, criarmos uma massa crítica de trabalho para que possamos, cada um à sua maneira, colaborar com o Brasil.

Agora, jamais nos deixarmos levar por movimentos que queiram fazer da intransigência, da violência, do confronto a saída para a solução desses nossos problemas. A solução dos nossos problemas está na nossa boa vontade, está na união de todos os brasileiros em torno de uma causa comum, de fazermos deste País um país socialmente justo e com um crescimento econômico que faça com que os seus filhos se sintam realmente cidadãos brasileiros, como todos nós desejamos.

Eu deixo a palavra, para considerações finais, aos nossos palestrantes, começando pelo Dr. Marcelo da Costa Correia, que é do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, posteriormente, com o Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, da Universidade de Brasília.

Considerações finais, por favor.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Eu queria reforçar um agradecimento, mais uma vez, pelo convite, parabenizar pelo debate realizado. Presidente, acho que, de fato, é a oportunidade do contraditório que contribui para acharmos soluções melhores ou soluções que ainda não foram dadas para os problemas que, de fato, ainda temos para ampliar o investimento em infraestrutura.

Acho que a minha participação aqui foi no sentido de, de forma alguma, negar a necessidade de se avançar em vários aspectos, mas também de mostrar que nós, sociedade brasileira, também não deixamos de avançar em nada. Acho que há vários aspectos positivos que foram feitos, que têm sido feitos, tem muita gente boa. Acho que a minha experiência aqui no Governo Federal, especificamente na área de infraestrutura, de quatro, cinco anos, é realmente recente, mas tenho visto muita gente boa em vários órgãos tentando pensar soluções e imaginar formas de se fazer melhor. Às vezes, você precisa dar novos passos e achar novos caminhos. Mudanças institucionais precisam ser feitas, e não é por falta de gente que tenha pensado e discutido. Acho que essa contribuição que a Comissão dá aqui é muito positiva.

Finalizando a sugestão de agenda, o Presidente citou um adicional. Falei de passagem, mas acho que a discussão da relação controle com a gestão pública é essencial realmente, porque o que vemos e que me deixa impressionado no dia a dia é como temos o gestor público acuado para fazer e aprovar um projeto executivo.

Para vocês terem ideia, se fôssemos, com o sistema de controle que temos, fazer a responsabilização pessoal, no CPF do gestor público, se fôssemos licitar, contratar e aprovar um projeto executivo com orçamento completo, como é exigido para fazer uma licitação, dificilmente teríamos licitado esse Píer Sul do aeroporto de Brasília no período de um ano e quatro meses, que é o que foi executado pela concessão. Então, há alguma coisa de errado. Eu acho que esse é outro ponto. Licenciamento, projeto e gestão *vis-à-vis* controle, acho que são três grandes temas em que precisamos pensar mesmo.

Agradeço. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Marcelo da Costa Correia, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Passo a palavra ao Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, para suas considerações finais, ele que é da Universidade de Brasília.

O SR. JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA NETO – Bom, eu queria agradecer o convite novamente. Acho que essa ideia da divergência é bastante importante para que ambos os lados cresçam.

Marco um ponto fundamental em que acho que não há muita divergência na mesa, apesar de existirem algumas. Trata-se da questão de controle. A forma de execução do controle tem sido muito negativa no Brasil, não só na questão de infraestrutura, como na questão de segurança pública. Isto é algo que temos que rever: como se controla o gasto, como se controla o agente público, porque visivelmente não está dando certo. Precisamos de alguma saída aí. Qual é eu não sei responder, mas ela precisa ser pensada. Certo?

Boa noite e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto.

Agradecendo a participação dos nossos internautas, antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença também de todos, em especial dos nossos convidados, Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, ao Marcelo da Costa Correia, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

E, dizendo isso, por fim, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no próximo dia 30 de abril de 2014, quarta-feira próxima, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 54 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia sete de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Wilder Morais**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró** e **Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Ivan Dutra Faria,** Consultor Legislativo do Senado Federal; o Senhor **José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos**, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU); o Senhor **Shelley de Souza Carneiro,** Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e o Senhor **Thomaz Toledo**, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Faz uso da palavra o Senador **Jayme Campos**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilder Morais,** Presidente em exercício da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

O atual Governo tem administrado e interferido de maneira muito equivocada na administração das estatais. Nesta semana, o jornal *O Globo* demonstrou a situação pela qual a Eletrobras vem passando.

A reportagem de Henrique Gomes Batista e Nelson Lima Neto mostrou que, a partir da edição da Medida Provisória 579, a Eletrobras se viu obrigada a fornecer energia elétrica até a R$9,00 o MWh. O presidente do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético, Roberto D'Araújo, registrou um fato interessante: no mesmo Rio Grande, a 15km de distância, uma outra hidrelétrica vende o MWh a R$270,00, o que Furnas só pode fornecer por R$9,00.

Nessa situação, fica claro o excesso por parte do Governo durante a intervenção estatal para poder cumprir promessas a todo custo. Essa conta sempre chega para alguém e, nesse caso, essa responsabilidade sempre recai sobre os contribuintes.

Com as determinações da medida provisória, a estatal é obrigada a fazer o impossível, ou seja, ela deve arcar com todos os custos, correr todos os riscos e distorcer a lógica da economia para poder cumprir suas obrigações financeiras. Para se ter uma ideia das consequências dessa administração do Governo, a Eletrobras tinha o valor de R$40 bilhões e, agora, vale somente R$9 bilhões, menos que empresas menores, como Cemig, CPFL e Tractebel. Para esse valor poder ser recuperado, será preciso sanear a empresa, mudar o ritmo de gestão e demonstrar ao investidor um horizonte de rentabilidade.

Empresas estatais que possuem acionistas do setor privado não podem, de maneira alguma, conviver com privilégios, nem custos indevidos. Com a situação pela qual passa a Eletrobras, além de se privatizarem vantagens, já que os minoritários também receberão, eles estão pagando o preço por serem sócios de uma empresa pública.

Essas empresas têm que ter independência de administração, porque atuam, formam preços, contratam, encomendam e fornecem, mas, por outro lado, não podem ter apenas uma lógica privada, dado que são públicas. Contudo, também não são ferramentas do Governo para executar políticas públicas a qualquer preço, porque têm acionistas minoritários.

Outra estatal que também sofre com a má gestão governamental é a Petrobras, pois quando atua com concorrentes privados as suas ações devem estar sob boa regulação, sob a exigência de transparência e prestação de contas, o que não acontece com suas concorrentes privadas.

Os governos federais jamais entenderam essas situações, jamais entenderam o caráter "público" das estatais. Elas não podem ficar à disposição de um governo ou de um partido do governo, porque pertencem aos seus acionistas e aos contribuintes. Não podem, também, ser administradas apenas pelo lucro, mas têm que seguir mecanismos de controle e proteção do patrimônio público.

O fato de o Governo não entender a natureza das empresas estatais faz com que as riquezas nacionais sejam cada vez mais escassas.

O cenário demonstrado na reportagem do jornal *O Globo* é preocupante, pois demonstra que a Eletrobras está atrasando pagamento de fornecedores e que está tendo muitas perdas no seu quadro de funcionários.

Ante as situações alegadas, o Governo se defende dizendo que a Oposição quer privatizar as empresas. Esse é um discurso muito batido, principalmente em relação à Petrobras. O que se quer, demonstrando tudo isso, é resgatar as empresas do uso político, das nomeações partidárias, dos negócios desastrosos, da imposição de decisões que causam prejuízo do ponto de vista gerencial. O País quer que as empresas sejam de fato públicas e que façam investimentos condizentes com a potencialidade econômica do Brasil.

A Celg, do meu Estado, Companhia de Energia Elétrica de Goiás, por exemplo, foi federalizada, devido aos seus problemas financeiros e à expectativa de investimento por parte da Petrobras, acionista majoritário. No intuito de garantir o abastecimento de energia para o setor produtivo e para os cidadãos, as promessas de investimento, de R$2 milhões, que foram feitas na época, definitivamente não se concretizaram devido ao rombo financeiro que a empresa majoritária está passando; fator este que tem preocupado a população e os industriais.

O setor produtivo tem receio de investimento, devido à falta de subsídios fundamentais para a indústria, no caso, a energia. Para a economia, setor de indústria de base, como siderurgia mineradora, além de produzir as matérias-primas fundamentais para o crescimento e competitividade da cadeia industrial, também consume cerca de 60% de toda a energia gerada no País, o que faz gerar uma enorme preocupação, em razão da falta dos investimentos prometidos na expansão do abastecimento da rede elétrica. Isso significa, na prática, perda de capacidade de produção.

Desse modo, assim como hoje, no mundo, não há crescimento econômico sem ganho na produtividade e na eficiência da gestão não há como haver crescimento industrial e geração de emprego sem investimento básico para isso. São coisas assim que acabam justificando o nosso tímido crescimento econômico, se comparados com os países da América do Sul.

Acredito que, para trazer bem-estar econômico e social para a sociedade brasileira, temos de trazer condições para que haja um ganho real de renda. Assim como o salário mínimo é cotado conforme o crescimento do PIB do País, a falta de investimento em subsídio para o desenvolvimento do PIB implicará necessariamente na falta de ganho real de renda e bem-estar para o povo brasileiro.

Comunicado: 1º Seminário Nacional sobre Desapropriação e Reassentamento.

A Presidência comunica o recebimento de convite, dirigido a todos os Senadores e ao público em geral, para a participação do "I Seminário Nacional sobre Desapropriação e Reassentamento: viabilizar o desenvolvimento econômico promovendo o desenvolvimento social", promovido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), no Ministério do Transporte. O evento trará a oportunidade para a troca de conhecimentos sobre uma das questões mais delicadas para a realização de obra pública no Brasil: tratar das questões de desapropriação e de reassentamento como meio de viabilizar e promover o crescimento social.

O seminário ocorrerá entre os dias 12 e 16 de maio de 2014, no auditório do DNIT. Inscrições e informações podem ser obtidas através do site: www.sndr2014.com.br.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Burocracia, excesso de exigências de licenciamentos e rigor na fiscalização", do 3º Painel do Ciclo sobre Temas Transversais, última etapa da agenda de 2013/2014, "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura".

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para tomarem assento à Mesa:·Ivan Dutra Faria, Consultor Legislativo do Senado Federal (CL/SF); José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU); Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Thomaz Toledo, Coordenador-Geral de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CGASQ/Ibama).

Informo aos nossos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos, com a tolerância de mais cinco minutos. Após a exposição, concederemos a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Passo a palavra ao primeiro palestrante José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES DE VASCONCELOS – Exmo. Sr. Wilder Morais, Senador da República, Exmos Srs. Senadores presentes, colegas de Mesa, quero agradecer pelo honroso convite para participar desta audiência pública no Senado Federal, para apresentar, de certa forma, o nosso trabalho no Tribunal de Contas da União.

Em primeiro lugar, quero dizer que o controle externo, de acordo com a Constituição do Brasil, está a cargo do Congresso Nacional e o TCU trabalha em auxílio, em apoio ao Congresso Nacional, nas fiscalizações que nós fazemos.

Gostaria de ressaltar também que, recentemente, no Plano Estratégico do TCU em execução, houve uma pequena alteração da missão institucional do TCU, alteração essa decidida pelos Ministros da Corte. Atualmente, em nossa missão é "controlar a Administração Pública para contribuir com o seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade". Anteriormente, era "assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade". Destaco esta alteração: contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública. Alteração também que, segundo nossa visão, é ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública. Então, nossos trabalhos sempre têm essa conotação de, além de fazer uma fiscalização normal, de conformidade, também procurar contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, tudo isso em benefício da sociedade.

Rememorando a origem do trabalho do TCU em obras públicas, a gente poderia dizer que isso começou de forma mais institucional a partir de 1994, com o caso do TRT de São Paulo, que é muito conhecido por todos e não vou aqui relembrar, apenas quero pontuar o início dessa ação institucional do TCU em fiscalização de obras públicas. Naquela época, ficou clara a necessidade de um controle preventivo e concomitante de obras públicas.

A Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado Federal, então, em 1995, em seu relatório final, trouxe algumas recomendações. Uma das primeiras recomendações, isso para o Poder Executivo, seria a instituição e manutenção de um cadastro geral de obras públicas; para o TCU, a realização de auditorias em obras paralisadas e também a criação de um programa permanente de auditorias em obras e serviços de engenharia. Aqui, a gente percebe a origem da institucionalização desse programa de fiscalização de obras públicas.

Nesse programa de fiscalização de obras públicas, eu gostaria de ressaltar que, até o exercício de 2011, nós, basicamente, fiscalizávamos o que estava no Orçamento da União, aquelas obras que estavam no Orçamento da União, e também editais. Quando do lançamento de edital de obra pública, a gente fiscalizava também isso. A entrada de editais é um controle mais preventivo e coincidiu com essa alteração da missão do TCU, que é controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento.

A partir de 2012, também passamos a fazer qualidade de obras. Em 2013, a área de concessões também entrou nesse grande programa. O TCU já fazia concessões anteriormente, mas aí de forma sistematizada. Governança de obras públicas. Vou explicar um pouco o que é isso. E também passamos a pesquisar essas obras inacabadas.

No Fiscobras 2004, que é o que está em execução, a gente continua fazendo todas essas ações.

Em qualidade de obras públicas, eu gostaria de fazer um destaque. Se puder voltar só um pouco. (*Pausa.*)

Eu gostaria de ressaltar alguns trabalhos que foram feitos. Temos obras em ferrovias; na educação, no FNDE, principalmente no Proinfância, são creches; em rodovias; em portos e unidades de pronto-atendimento do Ministério da Saúde.

Próximo, por favor.

Aqui são exemplos do trabalho das UPAs, das unidades de pronto-atendimento de saúde. São obras recém-construídas. Essas são algumas fotos da situação que encontramos.

Próximo, por favor.

Essas são rodovias, também obras recém-construídas. Há obras aí com dois meses de execução entregues já com remendos executados.

Próximo, por favor.

Concessões. O TCU age preventivamente, dá um parecer prévio na questão das concessões. Aqui trago alguns exemplos de acórdãos de TCU nas concessões aeroportuárias, concessões rodoviárias, ferroviárias, de portos e geração e transmissão de energia, só a título de exemplo desse trabalho, esse grande programa que o TCU faz em obras públicas.

Aí são exemplos de obras que o TCU, em matéria de concessão, fiscalizou, atuou.

Governança de obras públicas. Aqui, claramente a gente amplia o objeto de fiscalização, faz uma análise da capacidade institucional de gestão de obras do órgão auditado e também verifica a situação sistêmica na prevenção de falhas recorrentes. Desde 1995 que a gente faz isso de forma institucional, portanto, há um grande apanhado dessas falhas, e a gente passa a analisar essas falhas no sentido de sugerir medidas, a fim de que não venham a ocorrer novamente.

Identificação e disseminação de boas práticas também e maior envolvimento do gestor nesse processo como um todo.

Aqui são exemplos também de trabalhos em governança de obras públicas. Nós temos três trabalhos no DNIT, com relação a pontes e viadutos, gestão geral, manutenção rodoviária; com a Infraero também fizemos, Infraero e Anac, como um todo; e Secretaria de Portos. Isso aqui é aqui a título de exemplo desse trabalho de governança de obras públicas.

Como principais recomendações e determinações, eu posso trazer: a normatização e padronização de processo de trabalho dos órgãos; corrigir deficiências na estrutura organizacional; promover o aprimoramento da gestão de pessoal; implementar práticas de gestão de risco; aprimorar os processos de controle, especialmente no recebimento de projetos e em fiscalização de obras; aprimorar a gestão documental e a gestão do conhecimento.

Como boas práticas também que nós trouxemos a partir da execução desses trabalhos, eu poderia citar, no DNIT, a instituição de um grupo de estudos para a gestão de riscos da contratação integrada e, com relação a portos, a contratação de consultoria para implantar sistema de gestão e manutenção no Porto de Suape.

Trago também esse grande programa de obras públicas, principalmente da LDO, que é feita por determinação do Congresso Nacional. São regras que estão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até 2002, essa conceituação do que era irregularidade grave era bastante abrangente. De 2003 a 2009, houve a determinação de relevância material absoluta; importava o valor. A partir de 2010, a LDO já traz uma relevância material relativa, ou seja, a irregularidade em relação ao valor total da obra. E, a partir de 2014, também devemos nos pronunciar quanto aos impactos sociais, econômicos e financeiros da paralisação de uma obra pública.

Essas competências todas e o papel de cada um estão na LDO. A Unidade Técnica do TCU propõe a classificação do IG-P, se detectar irregularidade grave, com indicativo de paralisação. O ministro relator do TCU classifica essa irregularidade como IG-P ou não;então, aqui ele pode discordar da equipe. O Plenário do TCU ratifica ou não, ou retifica, essa classificação da Unidade Técnica e do próprio ministro relator. Após isso, a CMO analisa a IG-P e propõe ou não a paralisação ao Congresso Nacional, que decide acerca da inclusão da obra ou não no quadro de bloqueio da LOA. Isso vai para o Chefe do Poder Executivo, que pode, ainda, vetar o bloqueio da obra. E o Congresso Nacional, por fim, pode derrubar o veto presidencial. Isso está regulamentado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, esse é o procedimento feito.

Eu trago o exemplo da evolução dessas indicações de IG-P pelo TCU e também como o Congresso agiu com relação a essas indicações do TCU. Eu destacaria os anos 2007 e 2008, quando o TCU fez a indicação de 77 obras, e o Congresso só colocou no quadro 44. No ano seguinte, ocorreu o inverso: o TCU indicou menos obras para paralisação, e o Congresso colocou mais obras; o TCU indicou 47, e o Congresso colocou 58.

De qualquer forma, a evolução é decrescente. Se observarmos, no último exercício, 2013/2014, o TCU fez a indicação de apenas sete obras e, por sua vez, o Congresso Nacional só colocou duas no quadro de bloqueio. Então, atualmente, só temos duas obras no quadro de bloqueio da LOA. Essas duas obras são: esgotamento sanitário em Pilar, Alagoas, e a Avenida Marginal Leste – controle de enchentes Rio Poty, Teresina, Piauí. Então apenas essas duas obras estão no quadro de bloqueio da LOA.

Além dessas duas obras indicadas pelo TCU, temos duas obras na Ferrovia Norte-Sul. Aliás, uma na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), Trecho Caetité - Barreiras (BA); outra na Ferrovia Norte-Sul, em Tocantins; construção da Vila Olímpica, em Parnaíba; BR-448, no Rio Grande do Sul; e a construção de uma ponte no Rio Araguaia. Não obstante, essas cinco obras não foram incluídas no bloqueio da LOA. Há inclusive obras já concluídas, a exemplo da BR-448, no Rio Grande do Sul. Então, não houve a paralisação dessas obras.

Por favor, a próxima.

Também por determinação do Congresso Nacional, também devemos indicar aquelas obras em que os construtores, as empresas ou o próprio órgão, em conjunto, acordaram que poderia ter continuidade, apesar de uma irregularidade grave, desde que houvesse retenção de recursos. Esse quadro tem evoluído – se puder voltar um pouquinho, por favor – e, no exercício de 2013, há oito obras com retenção parcial de recursos; mas as obras continuam, elas não foram paralisadas.

Obras inacabadas. É importante também trazer esse ponto porque o Congresso Nacional se preocupa com isso já há bastante tempo. Em 2007, o TCU fez um amplo diagnóstico das obras inacabadas no Brasil, tra-

zendo as razões dessa paralisação de obras. Então, temos, desde decisão judicial, código de bloqueio da LOA, que, no caso, eram oito obras, representando 2% das obras paralisadas. E, se a gente for ver, a maior parte das obras paralisadas, 159 ao todo, se devia ao fluxo orçamentário financeiro. Também havia problemas no projeto de execução da obra, com 81 obras paralisadas e rescisão contratual com 24. Muitas dessas obras, 98, o gestor não informou ao Tribunal o motivo da paralisação da obra. Então, são obras que foram paralisadas sem uma ação do TCU, às vezes mesmo sem nenhuma fiscalização do TCU. Mas as obras se encontravam paralisadas conforme o diagnóstico feito em 2007.

Bem, a partir desse trabalho, o TCU, então, saiu com as seguintes recomendações: determinou ao Ministério do Planejamento a criação de um cadastro geral de obras. E aqui eu lembro aos senhores que, ainda em 95, o Congresso Nacional já havia recomendado a criação desse cadastro de obras. Ainda foi objeto de recomendação a retomada do portal ObrasNet, com vistas a disponibilizar na internet informações sobre o andamento de obras públicas. Tais deliberações foram reiteradas no exercício de 2007 – Acórdão 617, de 2010 – e monitoradas pelo TCU já neste exercício, por meio do Acórdão 148, de 2014.

A inexistência de um cadastro de obras públicas executadas com recursos federais dificulta que se levantem informações precisas e atualizadas sobre as obras que estão atualmente em execução. Então, isso é importante, é relevante esse cadastro de obras públicas. Tramita atualmente no Senado Federal o Projeto de Lei 439, de 2009, tratando do tema e recomendando, determinando a criação desse controle centralizado de informações.

Por favor, o próximo.

Tramitou, ainda, no Senado Federal o Projeto de Lei, inclusive do Senador Fernando Collor, nº 58, de 2008, que foi rejeitado em 2014, que também tinha por objetivo a criação desse cadastro de obras públicas. E, finalmente,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES DE VASCONCELOS – ...o Projeto de Lei 2.013, que previa a criação de um banco informatizado com cadastro de obras públicas.

Por favor.

O TCU, mais recentemente, no ano de 213, fez outro apanhado de paralisação de obras, agora por órgão. Aqui é o DNIT, por exemplo. Se puder passar a próxima, por favor. Aqui estão os motivos das obras paralisadas no DNIT. Obras paralisadas que o DNIT não informou a causa: 42 obras; deficiência ou desatualização de projeto: 36 obras; por decisão do TCU, apenas duas obras estavam paradas no âmbito DNIT de um total de 184 obras.

Esse mesmo estudo foi feito com relação à Infraero, aqui também estão as causas. Das obras paralisadas na Infraero – não que houvesse a determinação de paralisação, mas o TCU já tinha atuado de alguma forma nos contratos –, nós teríamos o aeroporto de Goiânia, de Vitória e o Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Apenas essas três em um conjunto de obras paralisadas muito maior do que essas três obras.

Por favor, o próximo.

O FNDE, também nesse trabalho feito no Proinfância, havia 5.600 contratos para execução de creches. Desses, havia 412 obras. O TCU nunca havia estado nessas obras. Isso representa quase 10% das obras financiadas ou custeadas pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Também há um grande número de obras atrasadas no âmbito do FNDE. Apenas mil desse conjunto de cinco mil estavam executadas.

Por favor, o próximo.

O TCU tem procurado, ao longo desse tempo, dialogar com a sociedade, com demais órgãos de controle, com o próprio Congresso Nacional. Para exemplificar isso, destaco o diálogo que o TCU tem feito com a CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Houve cinco diálogos regionais, feitos em Belo Horizonte, Goiânia, Recife, Belém, enfim. Trago alguns exemplos do que foi dito nesses diálogos pelo próprio pessoal da CBIC.

Próximo eslaide, por favor.

O José Carlos Martins, que é o atual Presidente da CBIC, em entrevista para a Globo News, trouxe a seguinte frase, no próximo eslaide. "Começamos a participar de alguns grupos técnicos dentro do TCU e percebemos que aquele tipo de enfoque dado é o mesmo de quem deseja fazer a coisa corretamente. Daí propusemos um diálogo CBIC/TCU."

Próximo, por favor.

"É impressionante a convergência existente quando ambas as partes começam a entender as razões dos lados. Os resultados obtidos são maravilhosos." Então, isso foi o Presidente da CBIC que disse em entrevista a Alexandre Garcia na Globo News.

Próximo eslaide, por favor.

Trago a esta Casa uma proposta – foi pedido isso, ou seja, que trouxéssemos uma proposta real ao Congresso Nacional, ao Senado Federal – e destaco um pronunciamento do Senador Fernando Collor, de 2013.

"Surpreende não existir, por exemplo, um cadastro unificado das obras que recebem recursos federais por meio do qual os Parlamentares possam acompanhá-las. Para eliminar a falta de tal instrumento de controle, recomenda-se que, por meio de emenda LDO, se dê prazo ao Poder Executivo para construir o cadastro de obras."

Próximo eslaide, por favor.

Então, a proposta – e, na verdade, já há projetos de lei que já tramitaram ou tramitam no Senado Federal, há também recomendações do TCU a respeito – seria um Cadastro Geral de Obras Públicas, instituído pelo Poder Executivo.

Para finalizar, associo à missão do Tribunal, à missão que está no plano estratégico do Tribunal: controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade, para dizer que, na Coinfra (Coordenação de Infraestrutura do Tribunal), trabalhamos para avançar para uma visão sistêmica da área de infraestrutura com intuito de contribuir para a melhoria da governança pública no setor.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Quero agradecer ao nosso palestrante José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e Edificações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Antes de passar a palavra ao segundo palestrante, gostaria de informar que a população poderá participar do osso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar a sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou Twitter@AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador, pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

Convido para usar a palavra o Dr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com a palavra, Dr. Thomaz Toledo.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Eu gostaria de saudar o Exmo Senador Wilder Morais, Presidente em exercício da Comissão, que, aqui, ao lado do Exmo Senador Fernando Collor, vem se dedicando, de forma mais aprofundada, às questões de infraestrutura.

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar que, no decorrer ano passado, o Ibama, a sua Diretoria de Licenciamento Ambiental, esteve aqui, nesta Comissão, tratando de assuntos de infraestrutura de transportes, mais especificamente rodovias e ferrovias. Hoje, estamos aqui com a missão de tratar do tema "burocracia e excesso de exigências de licenciamento e rigor na fiscalização".

É importante, de início, lembrarmos que o nosso sistema de licenciamento ambiental federal previsto na Constituição Federal e na legislação, ou seja, na política nacional do meio ambiente é um sistema federativo que, além do órgão federal, o Ibama, que é competente para emissão de licenças ambientais, nós temos também os órgãos estaduais e municipais. Por exemplo, na apresentação anterior do nosso colega representante do Tribunal de Contas da União, foram abordadas obras de infraestrutura aeroportuária, cujos licenciamentos seriam conduzidos pelos Estados, e obras de mobilidade urbana, que seriam licenciadas, em sua maioria, pelos próprios Municípios.

Feita essa observação, quem faz a divisão das atribuições, o que compete ao Ibama como órgão federal, o que compete aos Estados e o que compete à instância municipal licenciar, essa divisão de competência é dada pela Lei Complementar 140. Esta lei trouxe um recorte, pois, na realidade, a competência federal é subsidiária em relação à competência estadual e municipal. Então, em tese, o Ibama ficaria com uma carteira mais reduzida de empreendimentos para serem licenciados, embora hoje tenhamos, no IBAMA, cerca de 1.800 processos de licenciamento em tramitação e uma carteira bastante diversificada. Nós licenciamos desde empreendimentos complexos, como uma usina nuclear, uma usina hidrelétrica ou um grande projeto de mineração, dentro de Unidade de Conservação, em áreas sensíveis, portanto, até mineração de areias em rios que dividem Estados, que são projetos muito simples, ou, como por exemplo, a criação de escolas dentro de terras indígenas.

Claro que essa diversidade traz uma complexidade maior para o órgão no desafio de a gente criar procedimentos mais objetivos para se dedicar aos problemas realmente relacionados a impactos ambientais causados pelos projetos, a avaliação dos impactos, mas a gente vem trabalhando em cima dessa diversidade de forma a reduzir a carteira do Ibama e se dedicar de forma mais aprofundada para projetos de maior complexidade.

Então, a gente tem trabalhado muito com instrumentos de cooperação criados pela lei complementar. Por exemplo, delegação de competências, delegação de rodovias, que estão completamente dentro de Estados, que não interceptam Unidade de Conservação, não interceptam terras indígenas, cooperação com os Estados para licenciamento de estruturas portuárias. Então, a gente vem trabalhando nesse sentido.

Nós temos hoje, no Ibama, uma equipe técnica dedicada exclusivamente para o licenciamento ambiental de cerca de 450 analistas ambientais. Uma equipe bastante qualificada com mais de 60% com especialização, com pós-graduação na área de avaliação de impactos ambientais. Tivemos recentemente uma qualificação de 100% do nosso quadro em uma reciclagem em metodologia de avaliação em impactos ambientais com o Professor Sanches, da USP, Presidente da Associação Internacional de Avaliação de Impactos. Foi um curso de alta qualidade, que, de certa forma, nos permitiu, nos preparou para fazer essa discussão no sentido de buscar maior objetividade na nossa ferramenta de trabalho.

Com isso, queria apresentar rapidamente alguns dados de produção técnica nos últimos anos. A partir de 2010, foram cerca de 470 licenças obtidas por ano. Em 2011/2012, cerca de 620 a 700 licenças. No ano de 2013, atingimos a meta de 830 licenças ambientais emitidas. O que dá uma média de 3,3. E a gente vem seguindo essa média nos primeiros meses de 2014, com 3,3, com 3,5 e 3,7 licenças emitidas por dia. Então, vocês podem notar que, embora a lei complementar tenha a lógica de dar competência residual ao órgão federal, a gente ainda tem uma produção muito intensa.

Sobre o tema burocracia e excesso de exigências de licenciamento, eu queria trazer aqui uma visão de que a gente teve, na legislação, a criação da ferramenta de licenciamento ambiental, em nível federal, em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente, embora, em alguns Estados, os mais industrializados, já houvesse essa previsão desde 1970, 1973, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Eram demandas bastante esporádicas, no início. Depois, essa curva cresceu bastante, principalmente a partir de 1986, com uma resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), a Resolução Conama nº 1, e, em 1997, com a Resolução Conama nº 237, sobretudo com a Lei de Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605, em 1998. Então, essa demanda cresce bastante, para atingir o nível de 1.800 processos que temos hoje na Diretoria de Licenciamento, cresce muito a partir de 1997.

Em termos de complexidade, tivemos também nesse período... A Resolução Conama nº 1 dedicava bastante o processo ao controle ambiental dos projetos, um controle ambiental muito mais na área do meio biótico e do meio físico, os impactos do meio biótico e os impactos do meio físico, os impactos sobre a qualidade do meio ambiente para a vida do ser humano. Portanto, impacto sobre a qualidade do ar, impacto sobre a qualidade da água. Todos esses impactos foram, posteriormente, parametrizados por resoluções do Conama. O Conama oferece, para o licenciamento, padrões de qualidade ambiental, sobre os quais a gente faz as avaliações dos projetos.

Desse período para a frente, tivemos, cada vez mais, o licenciamento recebendo outros tipos de demandas, em relação ao desenvolvimento, a partir da Constituição de 1988, principalmente sociais, dos direitos sociais, na área social, que são questões muito mais complexas de serem tratadas no processo de licenciamento ambiental, em função de você não poder parametrizar, não ter indicadores de qualidade em relação ao meio socioeconômico. Então, você tem dificuldades de tratar, primeiro, de analisar a viabilidade dos projetos, e, num segundo momento, avaliar a eficiência das medidas de controle associadas ao projeto.

Essa complexidade acaba trazendo ao licenciamento ambiental uma série de problemas que extrapolam o projeto, especificamente. Na realidade, o licenciamento ambiental é uma ferramenta muito boa para avaliação de impactos ambientais de projetos. Então, melhorar a performance ambiental de um projeto a partir da discussão da alternativa técnica vocacional para aquele projeto, se há uma área mais adequada para implantar aquele projeto, se há a possibilidade de uma área alternativa ou se não há essa possibilidade, se há possibilidade de realizar adequações ao projeto que reduzam os impactos causados por aquele projeto, e, num terceiro momento, quais são os programas, as medidas de controle ambiental que a gente pode associar àquele projeto, no sentido também de reduzir e compensar os impactos causados.

Mas, além dessa agenda de avaliação de impactos de projetos, hoje o licenciamento ambiental carrega uma série de outras demandas. O licenciamento ambiental é o primeiro momento em que o projeto se apresenta para a sociedade para discussão. No procedimento de licenciamento ambiental está previsto uma etapa de audiências públicas. Então, é muito comum, na maioria das audiências públicas, a audiência pública, que, em realidade, é para discutir especificamente o estudo de impacto ambiental daquele projeto, ser um momento para discussão, primeiro, do projeto como um todo, e, segundo, de políticas públicas para aquela região. A partir disso, são depositadas, não só na audiência pública, mas em todo o processo, uma série de demandas de políticas públicas da região para serem viabilizadas no âmbito do licenciamento ambiental.

Então, cito como exemplo recente que nós tivemos aqui... Nós estamos enfrentando a discussão, e o Senador Raupp estava presente em Rondônia, sobre a cheia excepcional no Rio Madeira. Assim, logo a primeira instituição visibilizada foi o Ibama e o licenciamento ambiental em relação à cheia excepcional do Rio Madeira, sendo que a discussão técnica está muito mais em possíveis deficiências do projeto, avaliação do projeto e de hidrologia, porque o Ibama não é uma instituição que cuida exatamente dessas duas questões. Nós temos outras agências, a Agência Nacional de Águas, que cuida especificamente da hidrologia, e a Aneel, a Agência

Nacional de Energia Elétrica, que faz uma avaliação da viabilidade do projeto de engenharia. Essas instituições sequer foram lembradas. É o Ibama no fim que acaba sendo levado inclusive a juízo, como réu de uma ação, para conduzir uma discussão sobre essa cheia excepcional.

São questões que extrapolam um pouco o objeto do licenciamento ambiental, extrapolam um pouco a nossa missão de avaliação de impactos ambientais daquele projeto e acabam deixando a engenharia do licenciamento ambiental e, com isso, certamente, a gente perde eficiência e, perdendo eficiência, aumenta o nosso tempo de tramitação de processos.

Além disso, para tratar de políticas públicas dentro de licenciamento ambiental, nós trazemos outras preocupações e acabamos desviando o foco principal do licenciamento ambiental, que é a variação de impacto dos projetos. E o próprio empreendedor responsável pelo projeto acaba deixando em segundo plano a avaliação de impacto ambiental do seu projeto e a absorção das recomendações desse estudo, que é um estudo mais importante, por isso ele foi reconhecido pela Constituição Federal no art. 225, o estudo de impacto ambiental, e acaba sendo até deixado em segundo plano no que se refere à viabilização de um projeto. Então, na instalação dos projetos, a gente acaba convivendo com problemas de falta de controle de impactos e que acabam, num segundo momento, atrasando inclusive o término das obras e a entrada em operação das obras de infraestrutura.

O terceiro tema é rigor na fiscalização. Acredito que seja mais uma demanda por um maior rigor na fiscalização do Ibama, talvez não seja uma crítica aos procedimentos de fiscalização do Ibama em relação aos licenciamentos ambientais, até porque o próprio TCU, no Acórdão 2212, recomenda um aperfeiçoamento dos procedimentos de pós-licença e estamos trabalhando nesse sentido.

Por exemplo, nas usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau foram os primeiros projetos que tiveram uma equipe destacada exclusivamente para cuidar e acompanhar a instalação desses projetos, com seis analistas ambientais cuidando exclusivamente desses dois projetos. E hoje, já em Belo Monte, um projeto maior e de maior complexidade, temos uma equipe exclusiva com nove analistas ambientais também cuidando exclusivamente desse projeto. Com isso, conseguimos fazer mais de uma vistoria técnica por mês ao empreendimento e estamos acompanhando os relatórios semestrais de implementação de atendimento das condicionantes ambientais da licença e instalação, emitindo pareceres também semestrais quanto ao atendimento dessas condicionantes e a regularidade da execução das obras.

Com relação a esse planejamento, também há um acórdão do TCU que avaliou a pós-licença de operação dos projetos de Santo Antônio e Jirau e reconheceu que esse acompanhamento, primeiro, ajuda a reduzir os impactos causados pelos projetos e, segundo, ajuda a não atrasar o cronograma de entrada de operação dos projetos, pois ajuda o empreendedor a sanear os problemas no tempo adequado, já que não leva pendências para o momento de avaliação de um pedido de licença de operação.

Caminhando para a minha conclusão, eu gostaria, com isso, de deixar aqui registrados para a Comissão, como desafios... Eu noto que, na minha fala, como desafio externo, há ainda a necessidade de melhor definição de competências. São diversas instituições que atuam no processo de licenciamento ambiental, é preciso que a competência dessa atuação esteja bem definida, para que a gente possa atingir resultados, essa interferência traga resultados efetivos, que não seja apenas mais uma pauta para o licenciamento ambiental, porque, certamente, cada pauta dessa aumenta a complexidade do processo e aumenta o peso na tramitação do processo.

Por fim, internamente, nós temos, nesse curso de avaliação de impactos ambientais, nesse aperfeiçoamento de avaliação de impactos ambientais, temos instalado, no Ibama, um processo de redução do universo, portanto, reduzir a nossa carteira, cuidar de processos mais complexos e aumentar o foco dos projetos.

São essas minhas considerações, Presidente.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço a Thomaz Toledo pelas palavras, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis do Ibama.

Antes de passar a palavra ao nosso terceiro convidado, eu gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter@ AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar suas perguntas ou seus comentários aos nossos convidados.

Convido para usar a palavra agora o nosso terceiro convidado, Ivan Dutra Faria, Consultor Legislativo do Senado.

A palavra está com o senhor.

O SR. IVAN DUTRA FARIA – Obrigado, Presidente. Saúdo V. Exª e agradeço pela oportunidade de falar sobre esse tema tão empolgante aqui na Comissão de Infraestrutura pela Consultoria. Cumprimento meus companheiros de mesa, cumprimento meus colegas de Senado que aqui estão.

Eu gostaria, Presidente, de falar uma palavrinha rápida sobre a Consultoria Legislativa do Senado Federal. Nós somos servidores de carreira de Estado, em concurso feito a cada década, e temos muito orgulho do trabalho que fazemos aqui de assessorar os Senadores. Para as pessoas que não estão acostumadas com a dinâmica do trabalho da Casa, é importante informar que temos uma produção técnica, temos um apoio aos 81 Senadores, e o que vai ser dito aqui é de natureza técnica. Sinto muito orgulho de pertencer ao quadro da Consultoria Legislativa. Saúdo meu colega Luiz Bustamante, que ali está, que acompanha a Comissão de Infraestrutura como missão, e vamos começar, então, a discutir a questão.

A primeira pergunta, Senador, veja do lado de quem eu caí, a questão é: será que meu amigo Thomaz vai me chamar para o tatame ao final da minha palestra? É muito interessante começar a palestra por aqui, porque há muitos anos, no começo das histórias em quadrinhos no Brasil, havia uma história Bolinha e Luluzinha, que era um *best-seller*, as crianças todas liam. E era curioso porque, toda vez que acontecia um malfeito, alguma coisa exótica, um roubo, o desaparecimento de alguma coisa, o Bolinha, personagem principal da história, botava um chapéu semelhante ao do Sherlock Holmes, um cachimbo, e saía à procura do culpado. Invariavelmente, o culpado era o pai da Luluzinha. Calma, Thomaz.

Aqui nós temos o trabalho de acompanhar, como servidor de carreira de Estado, essa questão do licenciamento, que é de extrema importância para a infraestrutura do Brasil. E a pergunta que se faz é essa: a culpa é do Ibama? Ou, se é, onde ele está falhando? Se não é, por que acaba caindo sempre no colo do Ibama a questão que se dá o nome de travamento do processo de licenciamento ambiental?

Presidente, como o tempo é bastante curto, vou listar alguns itens que poderão ser explorados ao longo do debate ou pelos Srs. Senadores ou pelos colegas de Mesa, se V. Exª assim o permitir e, especialmente, pelo público que nos acompanha pela internet.

Estas são, na nossa visão, as grandes dificuldades do licenciamento ambiental no Brasil:

Primeira, é uma dificuldade clara, primorosa, irretorquível, que é a previsão de impactos. Isso não é uma ciência exata. Isso é uma coisa muito complicada. Fala-se, por exemplo, de um impacto como se fosse sempre uma coisa negativa. Isso não é verdade. O impacto pode existir em torno de um determinado empreendimento e trazer coisas bastante positivas à região. O público em geral não tem essa percepção. A palavra "impacto" vem carregada de uma conotação negativa que definitivamente não tem. E prever é muito complicado. Isso não é uma ciência exata.

Há uma visão burocrática do processo. Quer dizer, a licença é basicamente um documento a ser obtido como uma certidão de bons antecedentes, ou uma certidão de casamento, ou um título eleitoral. Isso complica demais o processo porque não é essa a essência do processo.

Há um aumento de influência de argumentos subjetivos e ideológicos. A gente está falando aqui com um pouco de delicadeza em virtude de ser uma audiência do Senado Federal. Mas se a gente estivesse numa conversa mais informal, ia dizer o seguinte: é muito palpite. Na discussão que existe, nos meios de comunicação especialmente, há muito palpite sobre questões que são de matéria de cientistas, de matéria que tem todo um ordenamento científico.

Os processos de comunicação com a sociedade são muito falhos, tanto de parte do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, dos órgãos, como a FUNAIs, IPHAN, que estão do lado do Estado, mas também e principalmente do empreendedor. O empreendedor próprio arma a sua arapuca por não se comunicar bem com a sociedade. Se V. Exª, Presidente, tiver interesse ou permitir, a gente pode dar vários e vários exemplos disso, de como existe.

O setor elétrico, ao qual pertenci durante alguns anos, é campeão nas falhas. Uma coisa muito interessante é como o setor elétrico tem uma mania de dar nomes às suas hidrelétricas que vão lhe causar problemas. Belo Monte se arrasta há 30 anos, quer dizer, hoje não mais de arrasta, está sendo construída. Mas um dos grandes fatores que complicaram a vida do projeto foi chamá-lo de Kararaô, um nome indígena. Não só Kararaô, Babaquara, Koatinemo. Deram nomes indígenas a todas aquelas regiões. Isso foi... O setor elétrico aprendeu? Não sei, porque tenho minhas dúvidas. Sou realmente amigo da maior parte dos colegas com quem trabalhei no setor elétrico, gosto muito deles, são muito respeitáveis, mas não sei se o setor elétrico aprendeu a se comunicar. Não sei porque, ao rebatizar, renomear Kararaô, ele chamou de Belo Monte, que é perfeito para fazer trocadilho. Belo Monte lá vai. É Belo Monte disso, é Belo monte daquilo para criticar. Ninguém vai fazer trocadilho com Belo Monte para elogiar.

O setor elétrico aprendeu? Eu não sei. Estava no inventário do Rio Roosevelt, que é um rio bem interessante, bonito e histórico, o setor elétrico chamou um de seus projetos de Cachoeira Galinha. Não sei se isso vai

dar certo, mas, pior, há um outro projeto que ele chamou de "Inferninho". De onde vêm esses nomes? Vêm do local. O setor elétrico não batizou esse local, mas ele não precisa... Aí, é questão de engenheiro. Estudei Engenharia também e sei como é essa mentalidade. "Não, aqui é 'Cachoeira Galinha', vamos chamar de 'Hidrelétrica de Cachoeira Galinha'", mas não deve chamar, porque dá para ver que, lá na frente, isso vai dar problema. Que graça vão fazer com uma hidrelétrica chamada "Inferninho". Isso, o empreendedor costuma ter dificuldade de se comunicar sobre o processo.

Há uma superestimação das audiências públicas. Aí, nesse ponto, há um erro coletivo. Audiência pública é entendido por quase todo o mundo como se fosse um momento decisivo, um grande ponto da democracia. E não é; é uma consulta. Ninguém ali está decidindo. Estão municiando o órgão licenciador ambiental – na maior parte dos casos o Ibama, claro, que é o órgão de destaque, o órgão federal, mas também os órgãos estaduais – de assuntos, de temas que podem ser cobrados do empreendedor, acrescentados ao processo de licenciamento. Não é um processo decisório.

A judicialização excessiva do processo, só isso daria aqui uma palestra de mais ou menos uma hora, porque é realmente o grande problema do licenciamento ambiental, e o Ibama, em vez de ser o culpado, é vítima desse processo. Tem sua parcela no processo, mas não vinda de falhas de gestão e, sim, de problemas na lei.

Fragilidade normativa das resoluções do Conama. Claro. Não é lei; é uma resolução de um conselho e, em boa medida, o licenciamento é baseado em normas que não têm força de lei. São normas infralegais.

Dificuldades da elaboração de estudos ambientais por equipe multidisciplinar independente. Isso é um grande problema do licenciamento, porque a legislação exige que o empreendedor contrate uma empresa, pague, para ela fazer o estudo ambiental daquele empreendimento e apresentá-lo ao Ibama. É muito difícil, é muita ingenuidade você esperar que uma empresa contratada e paga pelo empreendedor vá chegar ao final do processo e dizer que não dá para fazer. Não é isso o que acontece. É um erro de fundamento. É muito difícil.

Há sobreposição de funções e conflitos políticos internos aos órgãos do Poder Executivo. A Lei Complementar nº 140 chegou quantos anos depois da Constituição, Thomaz?

O SR. THOMAZ TOLEDO – Foi em 2011.

O SR. IVAN DUTRA FARIA – Foi em 2011. Pois é. Levamos 23 anos para regulamentar o art. 23. Nesse ínterim, aconteceram problemas terríveis.

Aqui, há vácuos legais e conflitos normativos. Muitos. É uma questão inerente ao Congresso Nacional. E problemas do critério de escolha de cargos gerenciais, que não é deste Governo, de outro governo, de governo anterior, de governo estadual. Isso, infelizmente, é algo que às vezes extrapola. A escolha de um cargo chave dentro do processo de licenciamento seguiu um critério que não foi o mais adequado.

O art. 225 da Constituição Federal, onde está o fundamento da questão ambiental no Brasil, fala que todo mundo tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Aí, começa a judicialização, porque, quando não se interpreta corretamente "equilibrado", pode-se entender como um meio ambiente intocado. Isso não é verdade. Não está escrito isso ali. E a Constituição não tem de ser detalhista. Ela põe em princípios gerais. Do mesmo modo, ela não tem de definir o que é significativa degradação do meio ambiente. Não é a Constituição que vai dizer que significativo é isso, isso e isso. É na lei, e na lei não está claro. Isso implica muita confusão judicial.

Estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Aí, entra a comunicação. A comunicação malfeita compromete um projeto terrivelmente, e começa muito cedo o impacto ambiental. No setor elétrico, por exemplo, quando desce o primeiro barquinho fazendo levantamento hidrológico de determinada bacia, quando ele volta e para tomar uma cerveja no boteco, já se começa a falar da construção de uma hidrelétrica. Esse é o primeiro impacto. Então, já ocorreu um problema aí, e isso precisa ser previsto. A deturpação desse conceito é algo complicado, porque, física ou quimicamente, a gente tem uma clareza muito forte com um princípio chamado Princípio de Le Châtelier. É que a natureza... Ele palavrório pode ser traduzido no seguinte: a natureza não apanha calada. Quando nós a modificamos de alguma maneira, ela tende a compensar a nossa agressão com uma mudança e buscar um novo equilíbrio.

Então, é preciso entender a Constituição, porque ela não está impedindo nada. Quando nós falamos que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, não quer dizer ecologicamente intocado, porque, quando nós mexemos, a tendência é que um novo equilíbrio seja restabelecido.

O problema do licenciamento é que ele é baseado em previsões e, aí, nós temos esta frase, que eu considero lapidar para esse tipo de coisa: "É muito difícil fazer previsões, especialmente sobre o futuro." Essa frase é atribuída ora a um Prêmio Nobel, Niels Bohr, ora a Lawrence "Yogi" Berra, que é um jogador de beisebol americano que tem, no Brasil, o equivalente com o nosso frasista Vicente Matheus, que foi presidente do Corinthians. Então, é muito difícil fazer previsões, especialmente sobre o futuro. Isto é, rigorosamente, o fundamento do licenciamento ambiental: fazer previsões.

Então, se nós considerarmos que todo dano é um impacto, mas nem todo impacto é um dano, nós temos que começar a pensar que um empreendimento não é, necessariamente, uma coisa que vá degradar o ambiente. Se nós pensarmos que o equilíbrio pode ser atingido, nós podemos pensar que um empreendimento pode ser "domado", controlado para que nós possamos maximizar seus efeitos positivos e minimizar seus efeitos negativos.

Nós temos, no Brasil, no caso do Ibama... O Thomaz pode confirmar isso mais para a frente, na palestra, na fase dos debates, mas o Ibama sofre, muitas vezes, críticas de lentidão, mas ele recebe, muitas vezes, um estudo de impacto extremamente deficiente, com muita informação, e não há análise. Então, na parte do social, lá no relatório de impacto ambiental, aparece, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN DUTRA FARIA – ...o último censo do IBGE descrito, ali, página por página.

Na parte geológica, o sujeito quase que começa do *Big Bang* para traduzir toda a parte geológica. Isso, realmente, não é o que nós precisamos saber. Uma análise integrada de todos esses efeitos, o que vai acontecer com a região, esse é o instrumento de decisão.

Falta avaliação estratégica, de que vou falar um pouquinho mais à frente, se der tempo, e o cenário *no-action*, que é o seguinte: o cenário *no-action*... Alguém precisa dizer para o povo, para a sociedade, de maneira geral: "Esse empreendimento vai entrar aqui, mas se não houver nada, a tendência é essa." Será que a tendência é, se não houver nada, a degradação, porque já está havendo um processo de degradação? A tendência é a estagnação? A tendência é a natureza reagir e reflorestar sozinha? Esse cenário *no-action*, não acontecendo nada, preciso ser apresentado à sociedade para que haja uma decisão. Não tem isso muito claro no processo de licenciamento ambiental.

Aí, nós estamos sempre lidando com isso. É muito "achismo", muito palpite. Falta ciência, muitas vezes, nesses estudos ambientais e, fundamentalmente, na discussão que acontece pelos meios de comunicação, coisas, assim, que a gente que é da área não entende. Por exemplo: a pessoa chegar e dizer que o aquecimento global – o suposto aquecimento global, porque é uma teoria – vai provocar mais terremotos. É uma coisa assim... Não tem nenhum juízo essa frase, e a pessoa fala isso com a cara mais lavada, como se diz na gíria, na televisão. Essas crenças e convicções colidem no licenciamento ambiental. Fica uma briga de convicções, de crenças, e não é uma coisa científica esse tipo de tratamento.

O licenciamento acaba sendo matéria quase exclusiva dos operadores de Direito. Aí é que é o problema, porque eles são imprescindíveis, os operadores de Direito, imprescindíveis. São muito bem-vindos e são imprescindíveis, mas não podem dar um palpite sobre inventário florestal. Isso é coisa de engenheiro florestal. Entrar no mérito da coisa, como a gente vê no cotidiano, só complica e o Ibama novamente sofre. Isso, os técnicos do Ibama sofrem no seu CPF, não é, Thomaz? Ameaças no seu CPF, de pessoa física, do tipo, metaforicamente falando: "Se der a licença, vai para a cadeia."

É uma visão clara/escura: da parte do empreendedor, quando ele descreve um empreendimento, tudo é bacana, não tem problema. E, por parte dos opositores, tudo é desgraça. Isso é uma coisa que complica demais o licenciamento. As discussões nas audiências públicas são contaminadas, são avaliações subjetivas – em geral, é claro –; a negociação é confundida com negociata, quer dizer, quem é contra o empreendimento, ou quem está querendo discutir o empreendimento é absolutamente intransigente; negociar com o empreendedor significa capitular. É uma discussão profundamente ideológica e insana, muitas vezes.

Na falta de informações validadas por mecanismos confiáveis, passa-se o famoso boato – que vai acontecer isso, que vai acontecer aquilo –, e a gente, como eu disse, Presidente, se for necessário, a gente dá vários exemplos de previsões não confirmadas que contaminaram todo o processo de licenciamento.

E a inversa história. Como se entende a audiência pública como uma tomada de decisão, que não é, é uma consulta, isso é um equívoco bárbaro, entende-se que a democracia participativa seria feita em nível nacional. Então, o Thomaz citou Belo Monte, decidir se Belo Monte vai ser construída, ou não, não é uma decisão local, é um entendimento completamente equivocado. Democracia participativa em nível nacional eu não sei nem se o Principado de Mônaco teria condição de fazer, porque é um instrumento extremamente bacana, mas não é um instrumento de decisão nacional.

Eu já comentei isso: pensa-se que a audiência seja o momento maior de participação da sociedade. Não, não é; é uma consulta simples, não há essa tensão, mas a ela é dada uma atenção absurda. Culpa-se o Ibama muitas vezes. Reparem esses números, que não estão atualizados – aproveito até a oportunidade para pedir ao Thomaz para mandar, se for possível, mandar depois os números de 2013, que eu não consegui localizar –: há, em média, uma audiência por semana, de 2005 a 2012. Eu fui professor de um curso lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN DUTRA FARIA – Presidente, concluo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – O senhor tem mais dois minutos para terminar a sua explanação.

O SR. IVAN DUTRA FARIA – Eu fui professor de um curso lá no Ibama, os rapazes assim novos como o Thomaz, talentosos, aprovados em concurso, e que se submeteram a um regime tão forte de audiências públicas e de viagens que, com pouco tempo, eles estavam no topo do plano de milhagens das companhias aéreas, com um ano e dois meses estavam com cartão ouro, com cartão vermelho, porque era um número de viagens absurdo, e para fazer audiência pública, às vezes, de um empreendimento que poderia ser muito mais bem trabalhado.

Bom, com essa coisa de privilegiar a democracia participativa, costuma-se retirar a legitimidade da classe política, que é exatamente quem tem voto na democracia representativa. Isso está errado, quer dizer, no licenciamento, nesta questão da decisão, a classe política tem que opinar e deve opinar sobre isso. Aí há reivindicações dentro dos processos de audiências públicas, do licenciamento em geral, que são estratégias eleitorais simplesmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN DUTRA FARIA – E ali, como o Thomaz falou, as carências das comunidades são escoadas dentro do processo de licenciamento. O empreendedor é promovido a agente público, começa a resolver um bocado de problemas, o que não faz parte do licenciamento. Ele acaba incorporando missões, são dadas a ele coisas que ele não teria que fazer pelo seu empreendimento.

O fato de ser licenciado na fase do projeto, esse é o problema, porque, como o licenciamento ocorre na fase de projeto, aí muitas decisões já foram tomadas. É um problema seriíssimo do licenciamento, isso aqui é outro assunto que daria um bom tempo de explanação.

Concluo com a última transparência. Como foi pedido que a gente trouxesse – eu acho superimportante essa decisão do Presidente Collor – aqui à palestra alguma proposta, eu teria várias coisas a falar, mas cito que há no Congresso Nacional uma PEC do Senador Aloysio Nunes Ferreira que cria, no âmbito do Congresso Nacional, uma forma – como toda PEC é um texto bem genérico –, que depois, na sua regulamentação, pode vir a trazer uma forma de o Congresso Nacional participar mais intensamente desse processo, decidindo o que é estratégico e fazendo, possivelmente, estou só inferindo, criar um *fast track* para o licenciamento, que não perde qualidade, mas como o Thomaz falou, poderíamos reduzir o número de audiências públicas e de processos de licenciamento a cargo de um órgão de dimensão nacional como o Ibama.

Presidente, obrigado pela paciência. Encerro aqui, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Ivan Dutra Faria, nosso grande consultor legislativo do Senado Federal.

Antes de passar a palavra para o nosso terceiro palestrante, gostaria, mais uma vez, de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter@AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

Gostaria de chamar nosso quarto convidado desta manhã, Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Acessibilidade e Meio Ambiente da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Queria cumprimentar o Senador Wilder Morais, agradecer o convite que foi feito à Confederação Nacional da Indústria, para que trouxéssemos hoje a opinião da indústria sobre o licenciamento ambiental.

Quando digo da indústria, não estou colocando um problema pontual, de uma tipologia de empresa ou interesse de uma empresa, estou falando de um grande trabalho feito com todos os empresários do Brasil, usando uma grande rede, uma rede imensa de empresários no Brasil inteiro. E é sobre isso que gostaria de falar, colocar aqui alguns dados estratégicos que todo o Brasil, através das 27 federações de indústrias dos Estados brasileiros, através de uma organização coordenada pela CNI, sob a liderança da CNI, vem ouvindo todos os segmentos empresariais para que pudéssemos tirar dali algumas informações importantes de todos os problemas hoje pelos quais a indústria passa e que são dificuldades enormes, porque o setor produtivo brasileiro é o maior usuário do licenciamento ambiental ou do instrumento de licenciamento ambiental. E ele tem na realidade todas as informações e as críticas, no bom sentido, para que possamos aprimorar um pouco o nosso licenciamento, que tem deficiências e problemas enormes hoje, causando problemas seriíssimos ao setor empresarial e ao desenvolvimento de todo o País.

Fizemos uma pesquisa CNI, procuramos os principais problemas enfrentados pela indústria. Gostaríamos de dizer que essa pesquisa teve a participação de toda a rede industrial do Brasil, quer dizer, a ligação da con-

federação das indústrias com as federações e com os sindicatos, todos sindicatos patronais. Tivemos uma rede enorme participando continuamente, durante um ano, desse processo de avaliação nos vários entes federativos, quer dizer, nos vários Estados do Brasil, procurando ter um trabalho de integração, um trabalho profícuo do setor industrial, para soluções realmente inteligentes, com as quais a sociedade fosse beneficiada como um todo.

Gostaríamos de dizer que existem críticas de todo o jeito no Brasil. As críticas são enormes em torno do licenciamento, em todos os Estados do Brasil. Visitamos todos os Estados, conversamos com o setor empresarial em todos eles, nos 27 Estados. Através das federações, tivemos acesso a todos os sindicatos das regiões. Com todas as suas tipologias de empreendimento, discutimos problemas de licenciamento nas regiões, respeitando, e isso é muito importante, as especificidades regionais, as legislações que representam especificidades regionais, mas pegando um todo que representa realmente a maior preocupação do setor empresarial em todas as federações em que nós estivemos. Não preciso dizer que o excesso de burocracia e uma série de outros temas – Ministério Público, conflitos que existem continuamente, intermediados por outras agremiações que nada têm a ver com o sistema nacional de meio ambiente nos seus licenciamentos –, tudo isso é voz comum em todo o Brasil e realmente traz grandes problemas.

A incerteza jurídica que existe em todo o País por falta de regras claras, regras gerais claras, é muito grande. A complementação pela discricionariedade dos processos através dos analistas de projeto, cada um analisa de uma maneira, à sua maneira, de forma subjetiva, cria, para o empresário, incertezas, cria fuga de investimentos em determinadas regiões, cria uma série de problemas muito maiores do que simplesmente um caso específico de licenciamento que não foi dado ou que foi dado e é natural a discussão e a negociação.

O problema maior está principalmente em tudo aquilo que existe hoje e precisa ser mudado, precisa ser discutido, precisa ser negociado para que a gente tenha realmente uma proposta inteligente, uma proposta moderna, uma proposta inovadora para que o País possa crescer, possa se desenvolver neste momento tão especial que nós estamos passando no mundo inteiro.

Nós, então, com as 27 federações de indústrias, tivemos oito tópicos que foram base do nosso trabalho. Nós mandamos às 27 federações e 25 federações responderam a todas as 52 questões que foram colocadas para todos os empresários no Brasil inteiro. Aí estão: processo, através do procedimento; perguntas sobre licenciamento e instrumentos de planejamento; compensação ambiental; Lei Complementar 140, que é um grande passo, mas precisa ser regulamentada; o que estamos fazendo hoje para resolver o problema de quem é responsável – o Estado, o Município, a União –, essa ideia de competência da União – poderíamos fazer um grande trabalho em cima da LC 140 –; instrumentos de monitoramento, licenças ambientais; outras políticas e diversos.

Todos esses trabalhos foram tabulados, foram, de certa forma, compartilhados e analisados por um grupo de trabalho que foi criado. Desse grupo faziam parte doze grandes empresas. Não é um grupo muito grande para a gente realmente poder trabalhar com mais desenvoltura esses documentos, mas ele representa as quatro maiores federações com maior número de licenciamentos no Brasil, as seis maiores associações de classe com grandes cadeias de licenciamento, como construção civil, petróleo, aço, indústria automobilística, etc., as seis maiores, que têm maior quantidade de licenciamento e grande escala de licenciamento não só na sua complexidade, mas na sua quantidade, nos trabalhos que foram desenvolvidos.

Esse grupo criou-se e passou a coordenar esse trabalho. Nós criamos uma grande rede de informática. Mantivemos contato constante com as 27 federações e associações de classe durante um ano, fazendo correções, fazendo sugestões sobre os documentos que tinham sido pautados nas respostas da nossa pesquisa. Esse trabalho deu um resultado que eu vou apresentar aos senhores no final, aqui, que são 21 diretrizes – e quando eu digo diretrizes é exatamente porque são diretrizes que nós temos que trabalhar para melhorar o processo. Seria muito difícil eu falar de especificidades de indústria. Nós entraríamos na indústria de eletroeletrônico, na indústria de eletricidade, na indústria automobilística, que têm particularidades totalmente diferenciadas no processo de licenciamento. Então, são diretrizes que têm a participação de todo o segmento industrial e são abrangentes, estratégicas e politicamente muito importantes para o setor industrial ter um documento adequado, para que sejam realmente atendidas as peculiaridades do setor.

Algumas coisas é importante falar. Por exemplo, em nenhum dos 27 Municípios ouvidos, em que nós estivemos, em particular, o licenciamento foi questionado como instrumento. Todos os Estados acham isso, e todo o setor industrial considera o licenciamento um instrumento importante dentro da sociedade. Como isso está andando, como as coisas estão sendo feitas, esse é o questionamento maior do setor empresarial. É por aí que a gente precisa começar a criar um diálogo e a negociar.

Acho que temos de sair deste momento de comando e de controle. Nós ainda somos muito comando e controle, fechando e multando a empresa. Nós precisamos entrar num processo de negociação, num processo maduro, num processo de consciência de que temos responsabilidades conjuntas, não fragmentadas

só por Estado ou só por indústria. Todos nós estamos num País que precisa discutir seus problemas e procurar soluções integradas e conjuntas.

Dentro desse contexto, a Pesquisa CNI recebeu uma série de informações bastante importantes, para que pudéssemos traçar os nossos trabalhos daqui para frente. Eu gostaria de dizer dos resultados da Pesquisa CNI. Tenho pouco tempo e não me vou ater a todos, mas vou entregar aos senhores, no final, o que está na internet. Isso já está na internet, todos os dados estão na internet, com especificações. Essa é apenas uma síntese dos resultados da pesquisa. Vou citar alguns deles. Muitos deles já foram colocados aqui pelas pessoas que estão fazendo parte da Mesa.

Eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa que acho importantíssima. Primeiro, falo da ausência de regras gerais mais claras. Nós não as temos no Brasil, e cada ente federativo, por falta de regras gerais mais claras, estabelece suas regras, suas exigências naturais. Algumas são naturais, porque há especificidades das regiões neste Brasil tão diverso, mas algumas delas não têm sentido algum. E se cria um movimento de leis caóticas. Só para vocês terem uma ideia, nós fizemos um levantamento no Brasil só sobre leis nos Estados e sobre leis federais. No Brasil inteiro, nós temos 27 mil legislações. Vocês podem imaginar como entender e interpretar 27 mil leis existentes no Brasil todo. Estou falando sobre a parte de licenciamento ambiental. Falo sobre a parte de meio ambiente como um todo, não só sobre licenciamento ambiental.

A ausência dessas regulações permite, então, que os entes federativos criem suas próprias normas, suas próprias regras. E notamos claramente que existe falta de harmonia e de coerência entre as legislações. Cada Estado tem sua própria legislação. Essa falta de harmonia e de coerência faz com que, realmente, a gente caia num problema seriíssimo, que é o que os empresários estão sentindo hoje, que é a insegurança jurídica. Temos total insegurança. Não sabemos se uma coisa que foi definida hoje vai permanecer. E há todo um gasto, todo um custo do setor empresarial, e aquilo que foi tratado com um órgão do Estado é jogado no chão no dia seguinte. Todo aquele custo, toda aquela quantidade de pessoas trabalhando em prol do desenvolvimento sustentável e de um instrumento mais apropriado para a região, tudo isso é jogado no lixo. Isso tem acontecido no Brasil inteiro. Essa é uma reclamação de todos os Estados que estão trabalhando com licenciamento, ou melhor, de todas as indústrias que participaram disso conosco e que estão presentes em todos os Estados brasileiros.

Uma das coisas que também nos chama a atenção é a ausência de padronização dos procedimentos de licenciamento ambiental. Esse, para mim, é também um item que me preocupa e que preocupa todo o setor empresarial, porque isso leva à subjetividade, que já foi citada aqui, e à discricionariedade sobre um processo. Os técnicos, à sua maneira, por falta de termos de referência adequados, por falta de processos desenvolvidos e de padronizações técnicas adequadas, começam a tomar posições totalmente fora de um contexto mais adequado e técnico que regularize e dê condição para que o setor possa executar as medidas mitigatórias do processo.

Acho que esse é um dos maiores problemas que nós temos, porque ele, inclusive, abre um espaço enorme para abertura de condicionantes vinculados que muitas vezes não têm vinculação nenhuma com o processo de licenciamento ou com o processo técnico de licenciamento. Posso dizer para vocês, porque tenho grande experiência nesse aspecto, que já encontrei projetos com o dobro da quantidade de projetos técnicos sendo feitos com condicionantes na área socioeconômica que nada tem a ver com processo ambiental. Pode ter a ver com processo, mas na área social, na área econômica, muitas vezes. Por exemplo, vou dizer: construção de uma rodoviária, porque vai aumentar muito pela indústria. No Município vai aumentar muito a quantidade de pessoas; precisamos aumentar a rodoviária, etc. Coisas desse tipo e daí para cima.

Esses condicionantes têm aumentado. Eles não têm nada a ver com licenciamento ambiental e muitas vezes atrasam o processo tremendamente, levando o empresário a ter dificuldades enormes na concretização não só do seu projeto, mas de custos que não foram programados adequadamente dentro daquele projeto que está sendo discutido.

A descentralização do licenciamento, União, Estados e Municípios. Falta implementar convênios e eliminar a sobreposição nas ações de fiscalização.

A LC nº 140 foi um avanço muito grande. Alguns conceitos começam a ser regulamentados pela LC nº 140. Acho que falta ainda a gente avançar. Faltam problemas tais como, prazos, como vai se feito isso, que são os decretos normativos, o que nós vamos ter que trabalhar hoje para regulamentar a LC nº 140. Mas já é um avanço enorme. Se nós pudermos aproveitar a LC nº 140, nós vamos criar esse grande problema. Estou fazendo um licenciamento sob a coordenação do Estado tal. Será que o Município vai me exigir mais coisas? A União? O Ibama vai me exigir? O Ministério Público vai entrar? Quem vai mais entrar nesse processo? Será que é isso mesmo que eu tenho que fazer?

Essa instabilidade que temos pela insegurança jurídica, que existe, e as interpretações, inclusive, da parte jurídica causam ao empresário um problema não só de custo, mas problemas de investimento que poderiam

ser feitos em muito maior escala no Brasil do que o que foge do Brasil, porque há certos lugares em que praticamente o empresário está sofrendo muito para fazer o seu projeto.

Manifestação de outros órgãos envolvidos impede o andamento dos processos de licenciamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Esse é o grande problema que nós temos. Os órgãos envolvidos são vários, e muitos deles não têm a mínima noção das leis do outro. Então, vira um problema caótico, porque você tem outros ministérios, outras organizações, todas entrando num processo. Atrasam o processo, porque não estão ligados aos prazos que são dados ao setor empresarial e aos órgãos. O processos que são feitos duplicam o tempo, por causa da entrada de pessoas que mal têm conhecimento do processo de licenciamento que está sendo executado.

Condicionantes extrapolam o caráter ambiental e são elaborados sem critérios técnicos. Esses são os aspectos que já comentei com os senhores e que têm nos trazido grandes preocupações. Tudo hoje tem que entrar no licenciamento ambiental. Tudo que é ponta de lança entra no licenciamento. São problemas que têm que ser atacados, mas não pelo licenciamento ambiental. Não fazem parte do licenciamento ambiental. Têm que ser tratados por outras instituições, secretarias, órgãos executivos, etc..

O uso de instrumentos de planejamento em escala incompatível com o licenciamento. Eu gostaria de dizer, inclusive, financiamento. Vocês vão ver que nós temos legislações que duram até sete anos, o que é incompatível com o custo de oportunidade que você tem. Totalmente incompatível. Sete anos para você esperar um licenciamento ambiental, como tem acontecido no Brasil em vários grandes projetos, é incompatível com o custo.

Forte influência do Ministério Público. Manifestações anulam a decisão do órgão ao licenciador e alteram a classificação do empreendimento. Isso no Brasil. Na pesquisa, o Brasil inteiro teve reclamação sobre esse processo com o Ministério Público. Eu não estou falando aqui sobre uma opinião minha. Estou falando de todos os setores empresariais em todos os Estados do Brasil.

Tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, que já começam a ter trabalhos feitos para micro e pequenas empresas, que eram tratadas de forma igual, porque não existia separação entre tipologias. Classificava-se o licenciamento pelo porte e potencial poluidor do empreendimento, e as avaliações eram as mais subjetivas possíveis. Então, era exigido estudo de impacto ambiental num Estado para um tipo de médio empreendimento e para outro não. Empresas brasileiras, hoje, de construção civil, principalmente, que têm as suas instalações em vários Estados têm de se adaptar a cada Estado de forma diferente sobre o mesmo tipo de empreendimento. Esse é um dos elementos que nos preocupou.

De qualquer maneira, não vou falar todos, mas tudo isso está na internet. Estou à disposição dos senhores e do Senado. Vamos deixar todo o material.

Há necessidade de uma norma geral. Mostro aqui a diversidade de normas que tratam do tema no âmbito federal. Estou dizendo no âmbito federal. Gostaria de dizer que cada uma dessas necessita de regulamentações. Muitas regulamentações ainda não foram feitas. Então, elas passam por interpretações ou passam por legislações que os Estados estão fazendo. E elas antecipam a legislação federal por não esperar. O Código Florestal é um exemplo disso. Nós trabalhamos o Código Florestal e agora o regulamentamos. Ontem, saiu a regulamentação. Mas o que acontece? Vários Estados não esperaram. Já estão trabalhando com a sua própria lei em cima do Código Florestal.

Então, esse problema temporal cria problemas enormes para que a gente possa se adaptar, e o setor industrial possa ajudar o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade do País, de que tanto precisamos e que estamos procurando dentro do setor industrial.

Então, estou citando várias leis só para mostrar que elas tratam do tema. Todas elas são incrementadas ao licenciamento, num tempo absurdamente pequeno.

Lembro que, para uma lei dessas ser implementada dentro de uma empresa que já usa a legislação anterior, é preciso de um *timing*. É lógico que precisamos do tempo. Você precisa de dinheiro, precisa adaptar-se, precisa transformar a indústria, precisa administrar o processo, educar e treinar pessoas. Tudo isso leva tempo. A lei sai, e, no dia seguinte, o Ministério Público já multa a empresa, multa de Ibama, multa de uma série de empresas que não negociam, não conversam, não dão tempo específico para amadurecermos e aculturarmos uma ideia ou uma lei. Isso é comum nas 27 mil leis que temos, hoje, sobre o meio ambiente no Brasil.

Já falei aqui para os senhores os avanços da LC nº 140, mas gostaria de chamar a atenção porque ela define critérios de competência para o licenciamento de alguns empreendimentos e remete os demais aos atos executivos dos respectivos entes federativos. Isso é muito importante. O caráter não vinculante dos outros órgãos que não participaram do licenciamento ambiental é muito importante. Isso regulamenta. Quem dá a licença é que tem o direito de discutir sobre a licença, conhece o processo e o acompanhou. E isso faz com

que esse órgão, realmente, com a LC, tenha os seus pedidos colocados de maneira mais correta. Ela confere plena autonomia ao órgão licenciador para tomar decisões finais no processo de licenciamento, que também é um grande avanço.

Eu gostaria de falar sobre o valor das taxas de licenciamento ambiental, que devem ser proporcionais ao custo e à complexidade do serviço público prestado. Isso exige transparência, exige que se mostre o que se gastou realmente. As coisas, hoje, são feitas totalmente sem explicações. Eu já tentei obter explicações de vários locais sobre como se está pagando e por que essa taxa, e ninguém me explica isso de maneira correta. "Ah, isso foi feito há mais tempo. Chegaram aí e fizeram. E aí continuou. E foi corrigido. E não foi corrigido." E alguns deles têm valores altíssimos.

Caso haja vários autos de infração lavrados para uma mesma conduta, prevalece aquele lavrado pelo órgão licenciador. Esse é o grande aspecto que está sendo discutido hoje. Quem lavra o auto de infração é quem conhece aquilo que foi pedido.

Bem, desse aprimoramento do licenciamento ambiental, no final disso tudo, nós tivemos as 21 propostas de diretrizes nossas, a que eu não vou me ater mais, porque eu tenho pouco tempo, pelo que estou vendo ali. Mas eu gostaria de citar alguns itens.

Nós tivemos três itens. Um deles é estrutura e gestão.

Dentro de estrutura e gestão, a instituição do fortalecimento dos instrumentos de cooperação previstos na LC nº 140. Isso foi pedido por todos os Estados e todas as indústrias com que nós conversamos e muito discutido pela LC nº 140.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Shelley, você tem o tempo necessário para explanar, porque isso é muito importante para o setor produtivo. Você está liberado para terminar...

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Eu gostaria de falar um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – O.k., pode falar pelo tempo que for necessário.

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer sobre a instituição e o fortalecimento do instrumento de cooperação previsto na LC nº 140. Este é um assunto que eu gostaria de discutir um pouco mais. Mas eu vou andar e voltar nele no final, se eu tiver tempo. Porque há outros assuntos tão importantes quanto este.

O fortalecimento dos órgãos ambientais. Aqui, entra uma coisa que eu chamo de "era do medo". Um técnico – e é bom que se diga – não tem mais coragem de assinar alguma coisa no Brasil hoje. Ele pode ser preso, ele pode ser... Pode-se errar um parecer técnico. Por que não? Um cara erra um parecer técnico hoje de um licenciamento e pode ser colocado na cadeia, por um caso ou por outro. Então, há um medo enorme de assinar projetos hoje e tomar decisões. Nós estamos partindo para a inação, o País da inação. Nós não tomamos atitudes e ficamos parados no tempo, e o País não anda. O País precisa andar neste momento. Nós precisamos andar, errando às vezes, e isso é natural em todo processo. Todos nós erramos. Mas hoje o erro, dentro do licenciamento ambiental principalmente, para os técnicos que estão dando licenciamento, é causa de medo, de pavor de o Ministério Público colocar essa pessoa na cadeia porque deu um parecer técnico errado, que levou o empreendedor a fazer alguma coisa.

Então, sobre o fortalecimento dos órgãos ambientais, posso dizer que há uma diferença enorme dos órgãos ambientais no Brasil inteiro. Em cada parte do Brasil, há um número de pessoas trabalhando, o que faz com que o Ibama penetre mais em alguns Estados que não têm estrutura organizacional, pessoal treinado etc. etc.

Não preciso dizer do problema salarial; esse é um problema. A pessoa entra no órgão e, em um ano ou dois anos, já está saindo. Principalmente, quando se está com o PIB crescendo, vai todo mundo embora. E entram outras pessoas que precisam ser treinadas.

Só para terem uma ideia, um Estado que eu estive visitando – não vou falar aqui por problema ético – tem dois técnicos fazendo licenciamento. Entram 80 projetos no Estado por mês. Esses dois técnicos têm condições de fazer 10, e sobram 70 a cada mês, que ficam no buraco. Todo mês, sobram 70. Então, imaginem o número que eles têm de processos sem serem avaliados!

E o processo de que o empresário já entregou toda a documentação está lá para ser analisado, e ainda não o foi. O empresário, então, é fechado, é multado por uma coisa que ele já entregou, mas está esperando que o Estado devolva a ele. Mas o Estado, por falta de condições, de pessoal etc. etc. não consegue entregar no prazo adequado para que o empresário possa continuar. São licenças de operação que vencem, e o empresário vai atrás da renovação. Entrega tudo dentro dos prazos, mas não as recebe. Isso está acontecendo no Brasil todo.

Autonomia do órgão ambiental licenciador como condutor do processo de licenciamento. Nós já falamos sobre isso. É muito importante que o órgão ambiental licenciador tenha autonomia para dizer o que ele analisou. Eu defendo tremendamente grupos de análise interdisciplinar.

Os processos hoje são complexos, não são mais para um técnico ou dois técnicos. Existem, e têm de existir, equipes bem preparadas para analisar projetos, e que não sejam analisados apenas por uma pessoa burocrática esses projetos tremendamente técnicos e tremendamente específicos de uma região. É preciso que as empresas da região tenham também capacidade de apresentar bons projetos, para que eles não sejam atrasados nas suas análises.

A LC nº 140 também acaba com o pingue-pongue que existia nos projetos. Quer dizer, você mandava o projeto, entregava, aí o técnico mandava para você de novo: "Eu preciso de mais isso". Aí você devolvia isso que ela havia pedido. "Não, mas agora eu preciso de mais isso." E ficava um ano no toma lá dá cá, e o processo não saía do lugar.

A LC nº140 só coloca uma vez, a não ser que haja fatos novos dentro do projeto. Mas o projeto só pode ser enviado uma vez, e as respostas dadas uma vez só – o que já traz grande avanço para que a gente possa minimizar os custos que nós temos de tempo.

Informatização integrada de todo o processo de licenciamento ambiental. A informatização é fundamental, não só para banco de dados, portais que a gente possa acessar. Mas, na área administrativa – e aí eu conheço um Estado em que eu já estive trabalhando –, nós informatizamos todo o sistema. Criamos as redes de informática. Reduzimos a área de administração do processo, que demorava 90 dias, para 3 dias. Vejam a importância da informática hoje dentro desse processo.

Responsabilidade técnica para laudos e pareceres emitidos por técnicos de órgãos externos ao Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente). É muito comum você pegar pareceres técnicos sem responsabilidade técnica; por exemplo, um biólogo assinando um problema de mineração, ou vice-versa. Isso cria problemas sérios.

Compatibilização de regras e procedimentos dos entes federativos. Aprimoramento do licenciamento e definição de modalidade diferente para diversas classificações do empreendimento. Essas modalidades diferenciadas são muito importantes. Nós precisamos ter termos de referência bem feitos, termos de referência estudados com o setor produtivo, por tipologia de equipamentos. Quer dizer, o procedimento, o termo de referência, a exigência que você vai dar para o sistema elétrico não é a mesma para o setor eletroeletrônico, para o sistema de ferro gusa, para o sistema de mineração, para o sistema automobilístico, para o sistema de petróleo. Os termos de referência têm que ser por tipologia, têm de ser discutidos. Isso facilita muito na hora de se padronizarem as entregas de projetos no Brasil; da mesma maneira que se entrega no sul, entrega-se no norte.

Simplificação do licenciamento de micro e pequenas empresas: autodeclaratórios. Muitos dos Estados já estão fazendo isso, mas é preciso que saia uma norma federal para fazermos isso no Brasil inteiro. O processo autodeclaratório não tira a responsabilidade sobre o meio ambiente da pequena e média empresa, mas agiliza o processo para a pequena e média empresa. E isso tem sido feito; quer dizer, mesmo a pequena e a média empresa tendo de executar tudo aquilo que está na legislaçao ambiental – ela é responsável por isso –, ela pode, no sistema autodeclaratório – muito mais rápido, muito mais eficaz, sujeito a fiscalização, etc. –, agilizar o seu processo.

E eu queria apenas dizer... Aí entra o problema de dinheiro, para que se faça investimento. Quando você vai a qualquer banco – o BNDES, etc. –, eles lhe dão um prazo para entregar toda a documentação de um dinheiro que você demorou, às vezes, três anos brigando no BNDES para conseguir, para fazer uma ampliação da sua empresa, principalmente das pequenas empresas. Aí você demora um ano, dois anos no licenciamento, e o setor de pequenos empresários perdendo investimentos importantes.

Criação de um balcão único para os procedimentos administrativos necessários para emissão de licença. Eu acho isso importantíssimo! Por quê? Muita gente diz: "Mas como balcão único?" Nós somos mestres, no Brasil, em começar a criar órgão e balcão separados um do outro. É balcão para tudo. O empresário tem que ir a quatro, cinco balcões diferentes – para carimbo e outras coisas pedidas –, e não se conversam. A ideia do balcão único é muito interessante. O balcão único não é questão de se colocar água, floresta, biodiversidade, etc., etc. dentro do mesmo contexto; é um problema de gestão! É um problema de gente competente dentro do mesmo balcão, que possa agilizar um processo rapidamente e lhe dar informações sobre o que você precisa para agilizar o seu processo de licenciamento. Não é problema de se colocar um em cada cidade, um em cada local, com sistemas burocráticos tremendamente complexos, difíceis e que realmente levam o setor empresarial a um custo muito maior e a problemas muito mais sérios do que os senhores possam imaginar.

Adoção de procedimentos mais céleres.

Racionalização do processo.

Criação de incentivos aos empreendimentos que adotem medidas voluntárias.

Renovação automática da LO (Licença de Operação). Isso é possível, isso a gente pode discutir muito mais; é possível, há vários Estados já procurando fazer tudo isso.

Relação direta entre os condicionantes impactos identificados no EIA e o regime especial para empreendimentos de infraestrutura de interesse social e utilidade pública. Este é um assunto muito importante que nós temos de olhar. Em termos de infraestrutura, o aspecto principalmente de logística precisa ser olhado de modo diferente. É preciso haver técnicos especializados nesse aspecto, para que a gente possa trabalhar isso com o diferencial necessário que a tipologia desse empreendimento exige.

Por fim – desculpe-me ter ido um pouquinho a mais –, vou ficar apenas no 15º item, referente à decoração de normas estaduais e municipais para evitar distorções nos valores devidos para compensação ambiental. Este é um dos grandes problemas também que nós ponderamos: as compensações ambientais. E temos uma lei que diz que 0,5% é a compensação ambiental por lei especificada e aprovada pelo decreto. Há Estados usando 3%, 4%, 5%. Não se obedece à lei em todo o País, mesmo que a maioria dos Estados obedeça aos 0,5%, mas há muitas pessoas usando valores diferenciados para o setor empresarial em termos desse percentual.

Por fim, há outros itens tão importantes quanto este, apenas separamos um para atender o tempo de que dispomos aqui.

Este é o último: 21º. Como eu disse, nós colocamos 21 itens como diretrizes. É o uso efetivo de instrumentos de planejamento que orientem, simplifiquem e agilizem o licenciamento ambiental e reduzam a subjetividade dos critérios que orientam a emissão de licenças.

Bem, o que a indústria espera? Rapidamente. É urgente a necessidade de reformulação de políticas fundamentadas em comando e controle. Eu não estou dizendo acabar com o comando e controle. Eu estou dizendo ter o comando e o controle de maneira inteligente. Ela é necessária também. Mas não só comando e controle como está sendo feito hoje. Ninguém negocia. Ninguém procura soluções. Ou melhor, as empresas ficam sozinhas, tendo que pagar valores absurdos e responder por processos em que, muitas vezes, elas antes acordaram tudo com o setor empresarial para que fosse feito daquela maneira; e são penalizadas por isso.

O licenciamento deve ser somente de promoção do desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, compatibilização do desenvolvimento socioeconômico e proteção do meio ambiente.

Urgência no aperfeiçoamento do instrumento de licenciamento ambiental, mais ágil, transparente, eficaz.

Decisões técnicas devem conferir estabilidade e segurança jurídica.

Bem, nós só queremos dizer que o Projeto de Lei nº 3.729 está, correndo aqui, em apenso, normas para o licenciamento ambiental, pauta mínima de projeto prioritário da CNI. A CNI tem uma pauta mínima da qual o licenciamento ambiental faz parte. E há aqui uma matéria em pauta na Comissão de Agricultura, com proposta de substitutivo apresentada pelo Relator, Deputado Moreira Mendes, que acrescenta diversos avanços à regulamentação atual. É muito importante este projeto para nós. Ele praticamente regulamenta muito daquilo que nos preocupa, em termos inclusive da 140. E há muitas regulamentações importantes. Merece ser olhado este projeto. Fala em prazo adequado. Fala em uma série de coisas necessárias para que a gente possa andar de maneira mais adequada dentro do processo de licenciamento no nosso País.

No Senado, nós temos alguns projetos em andamento. O projeto de interesse da indústria, PLS nº 179, para estratégia de geração hidráulica de energia, incluída no Plano Plurianual.

Essas são as propostas que nós temos no Legislativo e outras que eu tenho certeza de que entrarão.

Muito obrigado.

Vou anexar aí estes itens que eu tenho. Em www.cni.org.br, os senhores vão encontrar o nosso documento sobre a proposta de licenciamento ambiental, notando que esse documento foi entregue a 17 governadores e secretarias de meio de ambiente dos Estados do Brasil. Já estão sendo utilizados no Brasil em negociação com o setor produtivo. Já foi entregue aos ministérios. Quase todos os ministérios aqui em Brasília, principalmente o Ministério do Meio Ambiente, têm a nossa proposta, para que possamos ajudar no aperfeiçoamento do licenciamento ambiental. Não estamos criticando o sistema de licenciamento; estamos querendo uma mudança, uma adequação, uma modernização de um processo que, hoje, como está, traz um custo excessivo ao setor empresarial.

Obrigado, Senador, desculpe pelo...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Antes de passar a palavra aos colegas Senadores, gostaria já de deixar as minhas perguntas para cada um dos palestrantes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Gostaria de fazer uma indagação a V. Exª. Ainda vai haver a fase de indagação aos convidados nesta Comissão. Entretanto, temos, ainda, para ser submetida ao resto da Comissão a indicação do Dr. Adailton Cardoso Dias para exercer o cargo de Diretor de Planejamento

e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Indago a V. Exª se este indicado ainda vai ser sabatinado nesta manhã de hoje, até porque temos vários Senadores aqui presentes. Acho que é um momento ímpar, para que não só, naturalmente, façamos a indagação às autoridades convidadas, mas, sobretudo, coloquemos em votação o nome do indicado. Indago se essa pauta vai ser cumprida na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Vamos terminar a audiência pública e, logo em seguida, vamos abrir a segunda reunião. Hoje, vamos só ler o requerimento; a sabatina será na próxima semana.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Então, gostaria de fazer perguntas já para os nossos convidados e vou começar com o Sr. Shelley.

Entre as causas do excessivo tempo para o licenciamento ambiental, é apontada a má qualidade dos relatórios produzidos pelas empresas. O que tem sido feito para resolver essas questões? E a segunda, com a qual também concordo, avalia que há excessiva interferência das organizações internacionais, inclusive patrocinadas nos processos de discussão e implantação dos grandes empreendimentos no Brasil. Também acompanhei atentamente em sua palestra a questão do Código Florestal e, principalmente, os problemas que o setor produtivo tem hoje, a questão do Código Florestal urbano. Queria ouvir a sua opinião sobre isso. E também o que temos presenciado, que foi dito, é a questão do medo dos técnicos de assinarem ou darem o seu parecer com relação aos pareceres técnicos.

Em seguida, gostaria de fazer também pergunta ao Sr. José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do TCU. As empresas, simplesmente, aderem aos editais de licitação, não têm poder de definir os termos dos contratos; uma vez homologado o resultado da licitação, elas realizam a obra, nos termos acordados. Quando o TCU intervém na execução dos contratos, exige a revisão dos preços contratados, e usualmente tem levado à paralisação das obras e à extinção do contrato.

O resultado é o atraso da conclusão das obras, e, muitas vezes, o novo contrato se faz com custos maiores do que o contrato extinto. Como o senhor avalia essa situação e o que pode ser feito para evitar que isso se repita? E como o senhor avalia também a possibilidade de responsabilização de auditores do TCU por excessos cometidos nos trabalhos de fiscalização e que causam prejuízo ao Erário e à sociedade? Cito como exemplo o caso da obra do nosso aeroporto de Goiânia, que foi paralisada em 2007, retornando agora, em 2014, sete anos depois – um prejuízo muito grande para o nosso Estado, um Estado que se tem industrializado.

Pelo que notamos, com o mesmo consórcio que ganhou a obra, a que foi paralisada, houve um acordo, e está sendo retomada a obra. E o que perdemos foi tempo nisso. Não houve alteração alguma em preço, mas perdemos um tempo que, talvez, o Estado de Goiás não consiga recuperar, porque perdeu várias indústrias; teve oportunidade de receber várias empresas, sem ter um aeroporto à altura do nosso Estado.

E faço a pergunta ao Sr. Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Uma queixa frequente é a falta de um padrão de análise nos processos de licenciamento ambiental, com exigências, muitas vezes, excessivas e demora para conclusão desse processo. O que o Ibama tem feito para resolver essa questão? Qual o tempo médio para licenciamento de um projeto de grande porte? Não seria necessário estabelecer um prazo máximo para processo de licenciamento ambiental?

Outra pergunta: muitos empreendedores se queixam de uma cultura contrária às empresas dentro do Ibama. Como tratar essas questões? Nos licenciamentos, são incluídas exigências sociais que derivam de situações históricas que não têm nenhuma ligação com o empreendimento em si. Geralmente, obriga-se o empreendedor a realizar obras que deveriam ter sido realizadas há muito tempo pelo Poder Público. Como V. Exª avalia essas situações?

Outro item também relacionado: o Ministério Público tem interferido no andamento das obras licenciadas, muitas vezes alegando problemas ambientais. Como V. Exª avalia essa atuação do Ministério Público?

Outro item muito falado é a questão da Usina de Belo Monte. Sobre a opção de se ter feito fio d'água e não reservatório, o que o Ibama fala sobre o assunto?

Para terminar, uma pergunta ao nosso palestrante, Consultor Legislativo do Senado, Ivan Dutra Farias. Como foi bem dito pelo senhor, os impactos positivos não são explorados nas questões dos licenciamentos. Gostaria que o senhor fizesse um breve relato com relação ao que pode gerar e ao que pode mudar a característica de uma região, além dos aspectos econômicos e sociais.

Gostaria, neste momento, de passar a palavra aos colegas Senadores, para que possam fazer a sua contribuição nesta audiência pública tão importante, que vem falar sobre a burocracia, o excesso e a exigência de licenciamento e o rigor na fiscalização do nosso terceiro painel sobre os temas transversais da última etapa da agenda 2013/2014 de Investimento e Gestão – desatando o nó logístico do País.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, eu não sei como está a ordem de inscrição, se algum dos Senadores já se inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – A palavra está com V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço. Então, eu serei muito rápido, até pelo fato de vários Senadores que vão indagar.

O nosso amigo Souza Carneiro fez uma explanação com relação ao que é o projeto, em relação à CNI, ao nosso desenvolvimento do Brasil. Foi dito quase tudo. Na verdade, o que está acontecendo são fatos já relatados aqui. Há um emperramento por parte do Poder Executivo e, por conseguinte, alguns entraves também proporcionados pelo próprio Ministério Público do nosso País. Eu estava comentando com o Senador José Pimentel que, muitas vezes, o Ministério Público, que é o guardião da nossa Constituição, tem atrapalhado muito por falta, talvez, de bom senso.

Mas eu espero que tudo isso mude, tendo em vista que o Brasil não suporta mais esse modelo hoje vigente no nosso Brasil, um desenvolvimento que nós esperávamos aquém, realmente, da realidade. O Brasil é um país que tinha condições de ser bastante competitivo; todavia, as amarrações são muito grandes. O senhor citou aqui 27 portarias, decretos, leis, resoluções, etc. que são de lamentar. Isso traz um transtorno tão grande, um complicador, e, entendo, particularmente, ser quase impossível fazermos aqui o nosso desenvolvimento social e econômico diante de toda essa parafernália com que, lamentavelmente, temos de conviver no quotidiano.

Por outro lado, o Tribunal de Contas da União tem o seu papel. É uma necessidade, mas também tem de prevalecer, Ulysses, o bom senso dos nossos técnicos. Acompanho o TCU. Sou, com certeza, um admirador, sobretudo, do quadro técnico que a instituição tem, mas temos de ter bom senso. Vou só lhe dar um exemplo, Ulisses: projetos em que, muitas vezes, há paralisação, como bem disse o nosso amigo Presidente Wilder, que demoram cinco, seis anos. Já passou pela nossa Comissão um projeto de lei que dá prazo para que o Tribunal de Contas da União julgue, ou seja, um prazo pré-estipulado. Em, no máximo 90 dias, nós temos de saber se continua ou se se deve parar essa obra definitivamente, indo para um novo processo de licitação. O que não pode acontecer é que, lamentavelmente, muitas vezes, interrompem uma obra e se passam seis, oito meses, dois, três anos, e, quando essa obra é novamente autorizada, há um transtorno sério, um prejuízo enorme não só para a sociedade, mas, sobretudo, até para o contratante, que é o Poder Público, que é o Estado, o Município, a Federação. Até para remobilizar uma equipe, uma empresa de engenharia, de terraplanagem, há um custo operacional altíssimo.

Então, o que tem de ser estabelecido em lei, se for o caso, é que o tribunal tenha um prazo para fazer o seu julgamento. Caso contrário, fatos como esses, relatados pelo Senador Wilder, ficam cinco, seis anos, como aconteceu no aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá. Estamos chegando à Copa do Mundo, e, lamentavelmente, está lá um verdadeiro campo de guerra. Quem está, infelizmente, tomando prejuízo é a população, são as companhias aéreas, pelo desarranjo causado na cidade. Isso já se vem arrastando há algum tempo. Lá é uma das subsedes da Copa do Mundo, e isso causa transtorno lá, não só para o cidadão que vai embarcar nas aeronaves, mas para as populações das cidades que trafegam por ali, como Cuiabá, Várzea Grande. Então, tem que estipular. Por quê? Houve a paralisação da obra, e, até ser retomada... Há detalhes técnicos mínimos para serem aprimorados, na construção da obra, e um prejuízo que não dá para mensurar, não somente em termos financeiros, mas sobretudo para a população, que está pagando caro o pato.

Aproveitando a oportunidade do Ministro e do Senador Alfredo Nascimento, há pouco tempo, já há algum tempo, a BR-319, se não me falha a memória, de Manaus, do Amazonas para Porto Velho, foi interrompida por causa de uma cascalheira, de uma jazida. Eu fui relator dessa matéria na Comissão de Orçamento; eu a relatei por designação do então presidente daquela Comissão. Havia um ou dois anos, e os recursos estavam no caixa do DNIT para serem pagos – se não me falha a memória, eram R$ 48 milhões –, e isso foi impedido pelo Tribunal de Contas da União pelo fato de que o Ibama levantou uma questão, dizendo que não podia porque se retirou uma jazida das margens da BR. A estrada já existe há 100 anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Da década de 70. Isso é um absurdo! A população está pagando caro ,porque não tinha estrada para trafegar pelo fato de a obra estar paralisada, por determinação do Tribunal de Contas da União, por quase dois anos. Então, neste momento, temos de passar a régua, temos de fazer um novo marco, para que as coisas andem no Brasil.

Concluindo, Sr. Presidente, para não me alongar, aproveitando o Thomaz. Thomaz, a Presidente Dilma ontem assinou decreto que vai regulamentar o Código Florestal Brasileiro – foi ontem ou anteontem, não sei. Ali, tem o questionamento de que todos os Estados, não sei se vai ser por lei, terão de migrar para o Cadastro Nacional. Vários Estados da Federação não estão se propondo a fazer essa migração, pela informação que tenho, começando pelo meu Estado, o Mato Grosso. Eu indago qual será a atitude, seja do Ministério do Meio

Ambiente ou do Ibama, em relação à migração ou à não migração. Vai prevalecer aquilo que já está sendo feito pelos Estados? E, caso contrário, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente vão colocar algum impeditivo em relação a tudo aquilo que já está sendo proporcionado? Com certeza, vai ser proporcionado. Eu vi que o custo do programa de satélite e de informatização para fazer o monitoramento é da ordem de R$70 milhões. O ideal, naturalmente, é fazer de forma simultânea: imediatamente, quando se faz lá, ser migrado para o Sistema Nacional. Nesse caso, vai prevalecer aquilo que está sendo feito e vai continuar sendo feito ou vai também, obrigatoriamente, migrar para o Sistema Nacional?

Isso pode causar um sério transtorno, pelo fato de já haver um emperramento, como disse o companheiro Carneiro, na área de licenciamento. Para você ter uma noção, a LAU (Licença Ambiental Única) é um complicador enorme para qualquer empreendimento hoje. Qualquer licença de instalação leva seis, oito meses, um ano. É complicado, não tem empresariado que aguente. Alguns quebram até no transcorrer desse licenciamento; alguns já anteciparam os recursos, muitas vezes pediram financiamento em alguma instituição financeira, na vontade de que esse empreendimento saia, e vai bancando com recursos próprios.

Como a licença demora dois, três anos, quando sai o dinheiro do financiamento, ele quebrou e está descapitalizado, a obra sofreu interrupção, e deterioram-se determinadas obras com o decorrer do tempo Pergunto: quem vai pagar a conta?

Lá no Mato Grosso melhorou? Melhorou. Falo de um Estado que conheço muito. Fui governador, fui prefeito por três mandatos e conheço bem a história, tentando melhorar... Mas ainda há essa falta de sintonia entre os órgãos governamentais do Estado e os órgãos aqui. Para se ter uma noção, às vezes dão uma licença para a Secretaria do Meio Ambiente e chega, não só o Ministério Público, que já é quase presente por todos os lados, e o Ministério, por intermédio do Ibama e diz: "Está tudo errado!" Isso causa uma insegurança jurídica que o cidadão não sabe a quem recorrer: se recorre a Brasília ou a Mato Grosso. Isso traz um prejuízo, um transtorno tão grande. Essa insegurança jurídica é perniciosa. O prejuízo é enorme. Vocês não avaliam o quanto!

Daqui a pouco o cidadão... Aí, tem mais Iphan na parada, tem mais Funai na parada, para saber se vai ser construída uma reserva indígena ou uma estrada... Cria-se uma dificuldade enorme, e, por isso, o Brasil não cresce e vai continuar a ser um país de 27 mil leis, portarias, decretos, resoluções... Um inferno! Com isso, quem paga o pato é a sociedade, o trabalhador, o setor produtivo, que deixa de gerar emprego em determinada região do Estado e do País, o que é muito ruim.

Minha observação é essa, Sr. Presidente. Certamente é meritória a promoção deste evento no sentido de tentarmos construir, e, sobretudo, o Congresso Nacional tem esse papel preponderante. As duas Casas, certamente, poderão mudar esse estado de coisas com que, lamentavelmente, estamos convivendo em nosso cotidiano. Esse emperramento precisa ser destravado; caso contrário, não vamos ser o País que nós desejamos: competitivo e de progresso e, acima de tudo, um País com justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) –Obrigado, Senador Jayme Campos.

Senador, o que o senhor falou vem ao encontro das necessidades... – inclusive, na reunião do Parlasul. O Brasil, hoje, é primeiro mundo em leis, só que não investimos em tecnologia, em infraestrutura. Então, não damos conta de ser competitivos, que dirá de um produto nosso (produzido no Brasil) para competir com Índia, com China. Com as qualidades de leis que temos, isso é investimento. Estamos 30 anos atrasados. Hoje podemos dizer que temos leis como as da Comunidade Europeia, mas com atraso de 30 a 40 anos em investimento em infraestrutura e em tecnologia.

Então, com certeza, o Brasil estará atrasado e não terá condições de competir em nível internacional.

Eu gostaria de passar a palavra aos nossos palestrantes para que respondam as perguntas.

Passarei para o Sr. Ivan Dutra Faria, Consultor Legislativo do Senado Federal, para que possa fazer seu encerramento.

O SR. IVAN DUTRA FARIA – Obrigado, Presidente.

Sua pergunta se refere ao que poderíamos chamar de um "potencial de bondades de um projeto", que são os impactos positivos que, em geral, não são reconhecidos pela população. Não há essa associação tão imediata da palavra impacto com benefícios. Mas eu gostaria de citar, como exemplo, o potencial de benefícios de um projeto, um projeto que estudei muito por ter sido do setor elétrico, no passado, trabalhando nos quadros da Eletronorte e, depois, academicamente, por ter feito matéria de doutorado sobre Belo Monte.

Belo Monte é um projeto extremamente polêmico, de 30 anos, mas que tem uma capacidade de gerar impactos positivos não só pela escala, em um empreendimento que será necessário, que terá um impacto muito grande pela escala, mas também pelo fato de modificar profundamente uma situação de uma região que foi severamente impactada pela construção da Transamazônica. Altamira e Vitória do Xingu, os dois principais Municípios influenciados pela construção da usina, já tinham sofrido severos impactos pela migração, pela

construção da Transamazônica e isso, depois, de certa forma, piorou, porque houve uma redução da atividade econômica lá. Então, havia uma situação de impasse dentro da região.

A questão da construção da hidrelétrica gera... Por exemplo, o tratamento de esgoto. Um dos condicionantes vem ao encontro do que V. Exª e o Dr. Shelley haviam falado sobre a questão de se exigirem do empreendedor algumas coisas que não são verdadeiramente responsabilidade dele. Até citei, em um dos meus eslaides, que o empreendedor, numa região carente, é "promovido" – entre aspas – a agente público e começa a suprir carências. Isso acontece em um processo de licenciamento, mas o resultado é que teremos um impacto positivo poucas vezes medido. Eu até já sugeri a alguns Parlamentares do Senado que ouvissem, por exemplo, nessa discussão sobre hidrelétrica a Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas (AMUSUH).

É curioso, porque, no Brasil, há uma coisa quase incompreensível de oposição às barragens. Não entendemos, em certas horas, o porquê, pois isso não tem nenhuma sustentação. E a capacidade, o potencial que temos de criar impactos positivos é tão forte. Se hoje disséssemos em determinados Municípios do Brasil "nós vamos esvaziar esse reservatório, e a usina não vai deixar de existir", acho que isso daria uma guerra civil, porque há uma introdução a partir, para começo de conversa, da compensação financeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN DUTRA FARIA – ...pela utilização dos recursos hídricos, que, em alguns casos, pode multiplicar por cinco o orçamento municipal, durante 50, 60, 70, 80 anos.

É claro que teria muito mais exemplos de impactos positivos, mas creio que esse das hidroelétricas, por serem tão discutidas, acaba sendo o mais relevante de citar. Espero que isso tenha atendido à pergunta do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – O.k. Obrigado, Ivan.

Gostaria de passar a palavra para o Sr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para que responda as perguntas e faça as suas considerações finais.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Obrigado, Senador.

Invertendo um pouco a ordem aqui, gostaria de dizer, primeiro, em atenção ao questionamento do Senador Jayme Campos, que é relacionado ao CAR (Cadastro Ambiental Rural), criado pelo novo Código Florestal, que não sou a pessoa mais indicada para lhe dar essa resposta, Senador. Há uma diretoria específica que vem cuidando da implementação do novo Código Florestal, a Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Ibama. E a própria Procuradoria Federal tem-se dedicado a essa fase de implementação do novo Código. Eu me comprometo a levar o questionamento para essas pessoas que são mais indicadas apresentarem a resposta adequada para o senhor. Está bem?

Em relação aos demais questionamentos, vou procurar ser bastante breve. Em relação ao problema da falta de padrão de análise, a gente vem trabalhando, primeiro, com capacitação de todo o nosso corpo técnico, nossa ferramenta de trabalho, que é a avaliação de impactos ambientais. Segundo, um maior rigor na peneira que a gente faz com os estudos ambientais; com os estudos também não padronizados, padronizar a análise é uma tarefa bastante difícil. Ao trabalhar com diferentes graus de incerteza, oferecidos pelos estudos na tomada de decisão, isso acaba interferindo bastante na qualidade dos nossos pareceres e na qualidade das nossas licenças emitidas, as condicionantes que constam nas licenças. Nós estamos trabalhando com supervisão e coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com definição de procedimentos específicos por tipologias. Por exemplo, na área de energia, temos a Portaria nº 421, do Ministério do Meio Ambiente, que define procedimentos para licenciamento de linhas de transmissão. Temos as Portarias nºs 288 e 289, que definem procedimentos para regularização e licenciamento de rodovias. Temos a portaria específica para tratar do licenciamento de petróleo e gás.

Então, nós estamos trabalhando com definição de procedimentos específicos para essas tipologias licenciadas pelo Ibama.

O tempo médio para licenciamento: não teria como o Ibama apresentar uma média aqui, tendo em vista a diversidade da carteira de que a gente cuida – o que eu abordei na minha apresentação.

Eu poderia citar aqui, como exemplo, que nós temos desde linhas de transmissão que, pela Portaria nº 421, são enquadradas em um procedimento simplificado; temos linhas de transmissão que não interceptam terra indígena, não interceptam unidade de conservação, não interceptam área em que ocorra uma espécie ameaçada de extinção, não interceptam área de unidade quilombola e que não promove grandes esforços de supressão de vegetação. Nós temos um estudo ambiental simplificado, e o prazo para análise desse estudo e para emissão da licença prévia pelo Ibama é de 90 dias.

Nós temos, já, algumas licenças emitidas com base nessa portaria. Cito aqui, como exemplo, a linha de transmissão Ribeirãozinho-Marimbondo II, que compõe a linha de transmissão que fará o escoamento da energia das usinas de Teles Pires e São Manoel, no Rio Teles Pires, na divisa do Estado de Mato Grosso com o Pará.

Temos também, por exemplo, um estudo de impacto ambiental de grandes usinas hidrelétricas. São estudos com 11 mil páginas, 12 mil páginas, que, só para sua execução, levam, no mínimo, 12 meses, sendo que, muitas vezes... Nós temos, aí, o exemplo da Usina Hidrelétrica São Manoel: a parte ambiental do estudo de impacto ambiental foi concluída – a responsável é a Eletronorte –, mas há ainda uma pendência em relação aos indígenas.

Então, enquanto esse estudo não é finalizado com aprovação na Funai, o processo não avança. Temos, portanto, um processo basicamente suspenso em que esse prazo para emissão da licença vai correndo.

Nós temos também um exemplo em petróleo e gás, um estudo de impacto ambiental de cerca de 9 meses de elaboração e discussão, para emissão de licença prévia para um conjunto de 12 plataformas de petróleo. Então, são tempos muito diferenciados; realmente, não daria para oferecer aqui um dado como um tempo médio para o licenciamento do Ibama.

Em relação à cultura contrária às empresas no órgão, essa é uma questão que hoje não é mais uma realidade no Ibama. O Ibama, principalmente com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação, tornou-se uma instituição de controle ambiental. A agenda de preservação não mais faz parte da missão do Ibama; ela deixou de fazer. Hoje, a gente é um órgão de controle ambiental.

E, após já mais de 25 anos da agenda ambiental, nós não temos espaço mais, no órgão ambiental, para militância. Nós temos hoje uma exigência, uma cobrança muito grande – não só do setor produtivo, mas também do setor dos órgãos de controle, do próprio setor ambientalista – por um maior rigor, um maior profissionalismo no desempenho das nossas funções. Então, hoje, a gente não tem mais espaço para militância no âmbito do processo de licenciamento ambiental. E temos buscado, cada vez mais, uma conduta profissional e baseada na técnica, na ciência.

Em relação às políticas públicas no licenciamento ambiental federal, realmente é uma realidade bastante comum. E acho que a gente precisaria analisar um pouco a origem dessas políticas públicas, dessas obras que aparecem como condicionantes no âmbito do licenciamento ambiental. Elas não nascem da cabeça dos analistas do Ibama de forma alguma. Elas, certamente, terão duas origens: ou no estudo de impacto ambiental que é apresentado pelo próprio empreendedor, ou nas audiências públicas. E o próprio empreendedor faz a opção por incluir essas obras de políticas públicas como uma forma de alavancar o seu projeto e viabilizá-lo. E advém, de certa forma, da falta de planejamento em que é inserido um projeto, com que o projeto é apresentado para o Ibama. É um projeto apresentado de forma isolada para a obtenção de licenciamento ambiental. Então, a carência de um planejamento mais integrado, estratégico, naquela região, muitas vezes, junto com o projeto que traz uma visibilidade para aquela região, acaba trazendo demandas e carências, o que foi inclusive a apresentação aqui do Dr. Ivan.

Em relação à participação do Ministério Público no licenciamento ambiental federal, ela é muito intensa. Nós temos, eu citei aqui, uma média de emissão de 3,5 a 3,7 licenças ambientais por dia, e nós temos também uma demanda por resposta a 3 documentos, em média, ao Ministério Público por dia. Então, quantitativamente, a demanda pelos órgãos de controle é da mesma magnitude da nossa demanda por produção de licenças.

Além desses requerimentos do Ministério Público, nós temos uma grande judicialização. O Dr. Ivan citou isto aqui: o processo de Belo Monte já tem mais de 25 ações, e, apesar dessa intervenção intensa do Ministério Público, nós tínhamos orgulho aqui de dizer, até semana passada, que, desses 1.800 processos que a gente tem no Ibama e 3,5 licenças por dia emitidas, não temos nenhuma licença e nenhum processo de licenciamento ambiental suspenso na Justiça Federal. Isso é um grande orgulho nosso, uma dado que nos dá grande orgulho.

Mas, na semana passada, houve a suspensão da Usina Hidrelétrica de São Manoel. Embora tenha sido realizado um estudo específico para a análise das questões indígenas, estudo esse avaliado pela Funai, que é o órgão competente, o Ministério Público ingressou com uma ação, e o juiz entendeu por bem deferir o pedido para suspender o processo por possível presença de índios isolados na região, o que, na argumentação do Ministério Público, inviabilizaria a instalação dessa usina de 700MW no Rio Teles Pires.

Por último, o questionamento feito sobre o projeto da Usina de Belo Monte, se o Ibama tem um posicionamento em relação a projeto de usina a fio d'água, que foi o viabilizado, ou frente a um outro projeto de usina de reservação, essa é uma questão que vem sendo debatida cada vez mais.

Recentemente, eu estive em um seminário de meio ambiente e setor elétrico. Estivemos na Eletronorte discutindo inclusive com o Comitê de Barragens e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e costumamos dizer que o licenciamento não escolhe entre um projeto e outro; ele licencia o projeto que é apresentado. Não está escrito em lugar nenhum, em nenhuma lei – e temos de ser pautado pelas leis –, que é proibido licenciar

um projeto de usina com reservatório operando no regime de reservação. Então, o Ibama não pode, *a priori*, descartar um projeto de usina de reservação. Pelo projeto que for apresentado, vamos avaliar os impactos e vai proceder à análise de viabilidade da mesma forma.

Eu só queria fazer uma observação. Nesse seminário a gente pôde observar que, no plano decenal, no planejamento do setor elétrico nos próximos dez anos, a carteira é, em mais de 90%, composta por projetos de usina a fio d'água. Então, nesse cenário, nos próximos dez anos, os projetos que forem licenciados pelo Ibama serão operando a fio d'água, porque é dessa forma que eles foram planejados no inventário. Então, o espaço ideal para se rever essa questão seria no planejamento, nos inventários hidrelétricos, e não no processo de licenciamento.

São essas as considerações, Senador. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, o Ibama.

Gostaria de passar agora a palavra ao Sr. José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a palavra, para os seus esclarecimentos finais, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES DE VASCONCELOS – Senador, obrigado. Bom, vou tentar responder às questões aqui levantadas por V. Exª e pelo Exmo. Sr. Senador Jayme Campos.

Bem, eu incluí na minha apresentação o tema das obras e paralisação de obras, e hoje há apenas duas obras no quadro de paralisação da LOA – uma no Piauí, a Marginal Leste; uma em Alagoas, um projeto de saneamento básico numa cidade do interior de Alagoas.

O TCU fez a indicação, no exercício anterior, de sete obras. Em cinco dessas obras, não houve a concordância do Congresso Nacional, e isso não foi colocado na LOA. Isso não foi impedimento, inclusive, para seguimento das obras, tanto que uma dessas obras era a 448, do Rio Grande do Sul, que foi recentemente inaugurada pela Presidente da República.

Então, estamos falando, no universo de ação do Tribunal, na verdade, de pouquíssimas obras dentro desse complexo de obras. Na mesma apresentação, eu trouxe dados gerais de paralisação de obras em auditorias feitas no DNIT, na Infraero e no FNDE.

No FNDE, por exemplo, de um universo de 5.500 contratos de construção de creches, apenas mil creches estavam concluídas e entregues à população em funcionamento. Havia 500 obras paralisadas por nenhuma ação do Tribunal. O Tribunal nunca havia ido a nenhuma dessas obras. E havia pelo menos um conjunto de 2 mil, 3 mil obras em atraso, também sem nenhuma ação do Tribunal.

No DNIT, de um universo de mil e poucos contratos, algo em torno de 150 também estavam paralisados e, desses paralisados no DNIT, o TCU havia ido a duas dessas obras, mas sem indicativo de paralisação, tanto que não estão no caso de bloqueio. Aliás, havia indicativo de paralisação, por exemplo, na 448, que eu trouxe, do Rio Grande do Sul, porque é uma das sete obras, mas que não haviam sido paralisadas pelo Congresso Nacional. E a obra da 448 está concluída, no Rio Grande do Sul

No caso da Infraero, havia também 14 obras paradas por ação da Infraero, sem ação direta do Tribunal, sendo que, em pelo menos dessas 14 obras paradas pela Infraero, o TCU, sim, havia realizado fiscalização. É o caso – e eu já vou para o questionamento seguinte – do aeroporto de Goiânia, e vou colocar também o de Vitória. No exercício, se não me engano de 2009, o Ministro Raimundo Carreiro, que é relator desses dois processos, determinou que a Infraero apresentasse os projetos executivos, os projetos de realização dos aeroportos. E a Infraero, durante todo esse tempo, não apresentou isso. Eu lembro que, em maio, junho do ano passado, nós tivemos reunião, no gabinete do Ministro Raimundo Carreiro, relator desse processo, da qual participaram os consórcios executores, a Infraero e o TCU.

Com relação ao aeroporto de Goiânia, eles foram mais rápidos, entregaram o projeto por volta de agosto. E, em menos de um mês, a gente se pronunciou, com um caráter objetivo com relação a preço. A gente fez a comparação com Sicro (Sistema de Custos Rodoviários) e Sinapi (*Sistema Nacional* de *Pesquisa* de *Custos* e *Índices* da *Construção Civil)*, que são os critérios objetivos que estão na LDO. Esses preços não estavam aderentes ao Sicro e Sinapi. A gente sinalizou isso para o Ministro. O Ministro fez um despacho complementar para o aeroporto de Goiânia. O consórcio reviu o preço, reduziu-o em pelo menos R$20 milhões, em números gerais. E, depois, o Ministro, entendendo o caráter social, de muita espera daquele aeroporto, resolveu levar um voto ao Ministro para liberar a obra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES DE VASCONCELOS – E a obra foi liberada, ainda que não se tivesse atendidos aos critérios exatos do Sicro e Sinapi, isso com relação ao aeroporto de Goiânia.

Com relação ao aeroporto de Vitória, eles demoraram muito mais a entregar esse projeto. Já haviam demorado pelo menos cinco anos e, depois da primeira reunião de maio do ano passado, eles só vieram a entregar os projetos do aeroporto agora, neste ano, por volta de março. A gente rapidamente se pronunciou. A nossa posição também já está no gabinete do Ministro, e esse processo está pautado para hoje.

É importante ressaltar também que, primeiro, demoraram muito a entregar o projeto; segundo, a Infraero, mesmo com os projetos, se pronunciou sobre o projeto em si, sobre as quantidades que estão lá no orçamento, mas não se pronunciou sobre os preços. Então, nesse processo, nos dois casos, tanto em Goiânia como em Vitória, a gente teve o trabalho de fazer essa comparação sozinho com Sicro e Sinapi, porque não houve pronunciamento da Infraero contra a adequação Sicro e Sinapi, coisa que ela faz nos demais aeroportos.

Vou aproveitar para falar de Cuiabá e todos os aeroportos da Copa. Nesses aeroportos, fizemos um acompanhamento, por determinação, nesse caso, do relator, o Ministro Valmir Campelo, recentemente aposentado do Tribunal. E o Ministro sempre teve muita preocupação de acompanhar essas obras, mas com aquele intuito de mostrar para a sociedade e para o Governo Federal o que deveria ser feito para as obras serem entregues com qualidade e no prazo.

Há pelo menos dois anos, o que a gente vem apontando nessas obras é o atraso sistemático na conclusão delas. E é tanto que hoje sabe-se que, por exemplo, Fortaleza não será entregue; ao contrário de Cuiabá, que, ainda, está correndo atrás para entregar a obra, o que também não vai ser fácil, a gente sabe disso. Pelo menos há dois anos, a gente vem indicando isso.

Mas, quanto ao aeroporto de Fortaleza, a notícia da Infraero é de uma rescisão contratual com o consórcio que foi contratado. Tudo o que fizemos nessa obra foi apontar os atrasos dela. Houve uma ou outra medida corretiva, mas nada de impacto que atrapalhasse o seguimento dessas obras. Então, temos os casos, pelo menos, de Fortaleza e Porto Alegre, que não serão entregues, conforme o contratado, com possibilidade de rescisão contratual.

E, quanto a essa questão de penalização do auditor do TCU, o que o Senador também perguntou, como é feito o nosso trabalho? Fazemos um trabalho de auditoria e, nesse trabalho, temos um critério objetivo, no caso de preço – só para me ater a essa questão de preço, é Sicro/Sinapi. Esse relatório é submetido ao gestor que se pronuncia quanto ao nosso exame feito.

Analisamos a resposta desse gestor. Isso passa pela instância do auditor, de um diretor, de um secretário; vai ao Ministro Relator, que submete à apreciação do Tribunal e, somente neste momento, há uma decisão do Tribunal a respeito. E já há leis para o caso eventual de má-fe do auditor ou condução errada desse processo. Há tanto a Lei nº 8.112, como há o Código de Ética dos próprios auditores do Tribunal, que podem, eventualmente, penalizar algum auditor por uma má conduta.

Mas queria ressaltar que há todo um processo até chegar à decisão do Tribunal. Primeiro, há revisões sucessivas, há pronunciamento tanto do Relator como do Tribunal e existe a possibilidade real e efetiva – isso está previsto, inclusive, na LDO – do contraditório, que é feito pela Infraero, que é feito pelo DNIT, ou por qualquer outro órgão. Então, esse contraditório conta do processo e é a oportunidade para o gestor se pronunciar quanto ao exame ou não do Tribunal. Então, é um processo muito revisto.

Passando agora para o caso da 319. Na 309, há um problema real: ainda existe, em um dos lotes, a questão da licença ambiental. Isso não é o TCU que expede, é o Ibama, que talvez possa responder melhor sobre essa questão. Havia outro trecho que foi contratado com a Construtora Gautama muito atrás e, por razão dos problemas ocorridos com a Construtora Gautama, esse trecho foi rescindido pelo DNIT.

Não houve a indicação do TCU de paralisação da 319, como também não há para os aeroportos de Vitória e Goiânia, porque estávamos há mais de cinco anos esperando os projetos dos aeroportos de Vitória e Goiânia. Como falei, desde as primeiras reuniões que tivemos, ano passado, com consórcio, com Infraero, sobre os aeroportos de Vitória e Goiânia, desde a primeira reunião, ainda demoraram mais de oito meses para entregar os primeiros projetos com relação à Vitória; quanto à Goiânia, foi um pouco mais rápido.

Quanto a esse prazo para pronunciamento do TCU, já há prazos dados na LDO, e, cada vez em que o TCU não consegue cumprir aquele prazo, que é um prazo curto, o TCU tem de justificar por que não cumpriu. Internamente, é determinado pelos ministros, pelo Presidente, que esse processo é prioritário dentro do Tribunal, nesse papel de o TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização. Então, esse processo passa na frente de qualquer um, e a gente tem sempre procurado cumprir esses prazos. Não me ocorre um caso em que a gente não tenha cumprido aquele prazo constante da LDO para submeter à apreciação do Tribunal, e há prazo também para o próprio Tribunal de se pronunciar.

Creio que falei de todos os itens, mas, se eu tiver esquecido algum, por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, José Ulisses Rodrigues, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União.

Passo a palavra, agora, ao nosso palestrante, para que, também, faça suas considerações finais: Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a palavra.

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Obrigado, Senador.

Eu gostaria só de fazer um complemento a algumas coisas que ficaram faltando durante a minha colocação e dentro das perguntas que me foram feitas aqui no início.

Dentro das perguntas, uma das coisas a que me propus é o fato de muitas vezes ser colocado o problema de maus projetos entregues para análise ao Ibama, aos órgãos. Essa é uma coisa importante a gente discutir um pouco. É lógico que nós temos maus projetos; temos sim. Não é maioria, não, mas temos maus projetos. Tem melhorado muito o trabalho de projetos adequados e projetos de empresas que se estão aprimorando cada vez mais naquilo que fazem, que são principalmente a execução de projetos para os órgãos ambientais. Mas existem problemas, sim. Ninguém está dizendo que um problema desses mal feito não vai atrasar um projeto também.

Eu quero lembrar que a responsabilidade sobre o projeto, sobre a entrega do projeto, é do empreendedor. O órgão ambiental é muito mais um gestor do que um executor de projetos. Ele deveria fazer a função de gestor do projeto, responsável por avaliar adequadamente. Tecnicamente, o projeto está sendo entregue a ele para ser executado com conhecimento de causa, e, ali, ser possível dar um parecer aprovando ou não o projeto, ou pedindo informações complementares. Mas tudo isso é um processo. A reclamação maior é que hoje, dentro desse processo, o número de pedidos complementares, informações, complexidade dos pedidos, muitas vezes, totalmente fora daquilo que é realmente o que está sendo colocado, que é a mitigação dos impactos pela colocação da empresa em algum lugar, isso está extrapolando ao processo técnico.

Nós estamos entrando muito mais em um processo, como foi dito aqui, social, econômico; há pedidos totalmente sem lógica e com interferência de pessoas que mal entendem do processo, ou não há condição de acontecer porque não se acompanha o processo como um todo; conhecem pedaços do processo e, com isso, tomam decisões tremendamente prejudiciais ao setor.

Esse problema de projetos tem melhorado muito, mas também a falta dele, Senador, isso é muito importante, é a falta de termos de referências adequados. Se nós tivéssemos termos de referência dizendo ao empreendedor "eu quero isso, isso, isso, isso, isso", isso não aconteceria como é criticado pelo Ibama e pelos órgãos centrais. Portanto, a quantidade...

Vou dar um exemplo claro, só um exemplo para os senhores: uma grande empresa entregando o seu EIA/RIMA. Foi pedida análise de risco do EIA/RIMA, do estudo de impacto ambiental.

Análise de risco é um projeto caro, muito caro, complicado. Talvez seja o mais complicado dentro desse EIA/RIMA que eu vi. Na hora de entregar ao responsável pelo projeto, que estava analisando, ele disse assim: "Você tem dois tipo de análise de risco hoje, sequência de análise de risco Brasil, um do Ibama e um da Cetesb de São Paulo." Ele se baseou no do Ibama, e o técnico disse: "Não, só aceito da Cetesb." Então, só dando um exemplo de que um projeto desses demora um ano, um ano e meio. Ele teve que voltar, fazer o projeto todo de novo, entrar no projeto e tal. Se houvesse o termo de referência que dissesse "eu quero o projeto assim, de tal lugar assim, assim, assim", isso não teria acontecido. Faltam informações ao empresário. As informações são subjetivas, são genéricas demais e trazem essas dúvidas todas que nós temos hoje na análise de projetos.

Então, essa é uma questão que precisa ser olhada em um contexto maior. (*Falha na gravação.*)

Só lembro também a falta de qualificação de profissionais nessas áreas e o *turnover* excessivo de profissionais dentro do serviço público. Isso tudo é um problema tremendo à interpretação de projetos.

Bem, o segundo problema que foi colocado é o problema de exterior. Eu entendo perfeitamente isso. Nós temos problemas sérios. Hoje, o Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios estão discutindo. Os setores têm procurado discutir em nível internacional os problemas, uma coisa inevitável. Com a globalização, é inevitável essa discussão. Mas nós temos problemas também; temos hoje uma legislação que temos de cumprir. Para se cumprir a legislação brasileira nós precisamos ter recursos financeiros. Será que uma empresa que está na China tem de cumprir as mesmas obrigações de um produtor brasileiro? Não estou querendo dizer que não tenhamos de fazer; o que estou dizendo é que deveria ter uma taxa por não fazer isso, para competirem os preços brasileiros com os preços de empresas que não usam – problemas trabalhistas, problemas de meio ambiente, etc. – em seus países de forma tão contundente, como é no Brasil.

O terceiro lugar, que me foi perguntado, é sobre a parte florestal, o Código Florestal. Eu gostaria de dizer que ontem saiu a regulamentação do Cadastro Florestal, o que foi um grande passo. É uma lei, e nós temos de colocá-la para funcionar, mas é muito importante que nós comecemos a regulamentar, porque há muitas coisas que inviabilizam a prática porque, mesmo estando na legislação, nós não temos regulamentação. Faltam regulamentações. Uma delas, o cadastro, saiu ontem, o que já é um grande espaço para nós.

E o medo, que foi a última pergunta que me foi feita. Acho que é inevitável. Posso dizer porque já trabalhei como Secretário de Meio Ambiente no Brasil, num Estado do Brasil. Então, eu tenho consciência do medo. Eu não assinava nada como Secretário sem ouvir uns dez advogados. Muitas vezes, o advogado virava para mim e dizia o seguinte: "Olha, isso é um absurdo, eu não concordo com isso!" "Então, coloca a sua opinião." "Não, o Ministério Público já falou e eu não vou brigar; isso já está colocado."

Eu estou dizendo coisas que aconteceram comigo, e posso provar. Não sou contra o Ministério Público, em absoluto. Acho que uma das grandes coisas que acontecem é um Ministério Público atuante. O Brasil tem um Ministério Público que nos honra, mas algumas pessoas do Ministério Público causam um problema seriíssimo a todo o setor empresarial. Isso vai em cascata depois. Acontece no Paraná, vai em cascata e, daqui a pouco, vai acontecer a mesma coisa na Amazônia. São coisas que merecem melhor estudo jurídico, pelo menos melhor participação do empresariado, senão fica muito difícil ser empresário no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço ao Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional de Indústria (CNI).

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer a presença de todos, em especial dos convidados: Ivan Duarte Faria, Consultor Legislativo do Senado Federal; José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União; Sr. Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria; e Sr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, de Recursos Naturais e Renováveis, ao qual deixo a pergunta do nosso *Alô Senado*, do Sr. Johnny Marcos de Lima Costa, de São Mateus, no Espírito Santo. Como o nosso tempo está encerrado, peço a ele que responda diretamente a ele. Está entregue.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente a esta, neste plenário, com pauta deliberativa. Está encerrada esta reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 14ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte minutos do dia sete de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Wilder Morais,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró** e **Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 12ª, 13ª e 14ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Requerimentos de autoria do Senador **Jorge Viana**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 30, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*". Relatoria: Senador **Alfredo Nascimento**. Resultado: Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). Item 2 - **Mensagem (SF) nº 31, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADAILTON CARDOSO DIAS para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*". Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**. Resultado: Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). Item 3 – **Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2006**, de autoria do Deputado **Sandes Júnior**, que "*denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres - MT e a fronteira com a Venezuela.*". Tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que "*denomina "Governador Ottomar de Sousa Pinto" a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela".* Relatoria: Senador **Walter Pinheiro.** Relatoria *ad hoc*: Senador **Alfredo Nascimento.** Resultado: Rejeitada a matéria. Item 4 – **Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2013**, de autoria do Senador **Acir Gurgacz**, que "*altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição so-*

cial para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012". Relatoria: Senador **Ciro Nogueira**. Relatoria *ad hoc*: Senador **Alfredo Nascimento.** Resultado: Aprovado. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2014**, de autoria do Senador **Ruben Figueiró**, que "*na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 55 de 2013, solicito que sejam também incluídos os nomes dos senhores Juan Audes Afara Maciel - Vice-Presidente da República do Paraguai e Edson Giroto - Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes em Mato Grosso do Sul, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 07 de maio, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile".* Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilder Morais,** Presidente em exercício da Comissão.

(Iniciada às 7 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 12ª, 13ª e 14ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Chegaram dois requerimento à nossa Mesa, que vou ler.

Requerimento nº 17, de 2014, da CNI. Sr. Presidente, em razão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, ter aprovado requerimento para discutir o funcionamento da telefonia celular no País, mesmo tema de audiência pública objeto do Requerimento da CI nº 4, de 2014, de minha autoria, aprovado por essa Comissão, requeiro que a referida audiência seja realizada em conjunto pela CNI e CMA. Senador Jorge Viana.

O segundo requerimento: Sr. Presidente, atendendo o requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2014, aprovado na reunião de 12/03/2014, requeiro que seja incluído representante do Ministério da Integração Nacional no rol dos convidados para audiência pública destinada a discutir a escassez de água e seus reflexos para abordar o tema e ênfase na situação regional na região Nordeste. Senador Jorge Viana.

Vamos à pauta da nossa reunião.

Item 1:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

Será concedida automaticamente vista coletiva para apreciação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da CI.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Ministro Alfredo Nascimento para proferir o seu relatório.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, por meio da Mensagem nº 30, de 2014 (Mensagem nº 61, de 24 março de 2014, na origem), a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Valter Casimiro Silveira para exercer o cargo de Diretor da Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, como autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, ao DNIT incumbe implementar "a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação", compreendendo a operação, manutenção, restauração, adequação de capacidade e ampliação de: (i) vias navegáveis; (ii) ferrovias e rodovias federais; e (iii) instalações e vias de transbordo e de interface intermodal, exceto as portuárias.

A Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, destinatária da apreciação que ora se faz, tem entre suas atribuições: (i) administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura aquaviária; (ii) gerenciar a revisão de projetos de engenharia na fase de execução e obras; e (iii) exercer o poder normativo relativo à utilização da infraestrutura de transporte aquaviário. Nos termos do art. 88 de sua lei de criação, os diretores do DNIT "deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia e elevado conceito no campo de suas especialidades". Suas nomeações devem ser precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Nascido em 29 de janeiro de 1973, Valter Casimiro Silveira é cidadão brasileiro, bacharel em Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) desde 1997, com MBA em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluído em 1999. Em atividades de extensão, tem, entre muitos outros, os cursos de Planejamento na Administração Pública, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); de Contabilidade Pública; de Execução Orçamentária e Financeira; de Normas de Licitação, Gerenciamento Financeiro e Desembolsos e Auditoria do Banco Mundial e de metodologia de preparação de projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Na vida profissional, exerceu, sucessivamente, os cargos de Supervisor da Diretoria de Administração Financeira do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de 1994 a 1998; de Coordenador Administrativo e Financeiro da Coordenação de Projetos do Ministério da Previdência Social, de 1998 a 2006; de Coordenador da Coordenação de Obras Hidroviárias Diretas e Delegadas do DNIT, de 2006 a 2010, e de Coordenador-Geral de Coordenação-Geral de Portos Marítimos do DNIT, de 2010 a 2013.

A análise do currículo, anexada à Mensagem nº 30, de 2014, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, que disciplinam o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O candidato declarou, formalmente, que: não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas a sua área profissional; não participa em participou, como sócio-proprietário ou gerente de empresas em entidade não governamental; encontra-se em situação regular perante o fisco federal, estadual e municipal; inexistem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor e não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Declarou, ainda, que atuou, nos últimos cinco anos, como perito judicial junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelo mencionado ato, o indicado expõe informações e declarações que denotam conhecimento, devidamente atualizado e contextualizado, das atividades a serem desenvolvidas. Em adição, sua longa experiência profissional, em grande parte vivenciada no próprio setor aquaviário do DNIT, atesta sua adequação aos requisitos do cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Valter Casimiro Silveira para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Senador Valter Nascimento.

Em discussão o relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 2º, §2º, do Ato nº 1, de 2009, da CI. Redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, da CI.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2014
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADAILTON CARDOSO DIAS para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Acyr Gurgacz.
Relatório pronto para deliberação.

Observação: será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da CI. Redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, da CI.

Concedo a palavra ao Senador Acyr Gurgacz para proferir seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, é da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Conforme dispõe a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, em seu art. 88, os membros da Diretoria do DNIT devem ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades.

São indicados, pelo Ministro de Estado de Transportes e nomeados pelo Presidente da República, sendo a nomeação precedida, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal.

O Sr. Adailton Cardoso Dias tem 44 anos e é bacharel em Ciências Econômicas, graduado pela Faculdade Upis.

O indicado exerce, desde 2008, a função de Coordenador-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos no DNIT, onde também já ocupou os postos de Coordenador de Programação de Investimentos e Analista de Infraestrutura de Transportes em 2006 e 2007.

Além disso, seu currículo profissional registra que foi funcionário do Hospital das Forças Armadas, de 2002 a 2006, e do Banco do Brasil, de 1988 a 2002.

O candidato declarou não possuir parentes que exercem ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; não existirem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor; e não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Em sua argumentação escrita, destaca que possui experiência profissional na área de planejamento e coordenação das atividades de elaboração, monitoramento e gestão de planos e programas de infraestrutura de transportes.

Esses são os elementos disponíveis para que a Comissão delibere sobre a indicação, pela Senhora Presidenta da República, do Sr. Adailton Cardoso Dias para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da CI, redação dada pelo Ato nº 4, de 2014, da Comissão de Infraestrutura.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006
– Não terminativo –

Denomina-se "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres - MT e a fronteira com a Venezuela.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 723, DE 2007

Denomina-se "Governador Ottomar de Sousa Pinto" a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007, e do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Alfredo Nascimento para proferir o seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Presidente, são vários os argumentos utilizados pelo Senador Walter Pinheiro para dar o seu voto.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006, do Deputado Sandes Júnior, que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres, no Mato Grosso, e a fronteira com a Venezuela, e o projeto de lei do Senado, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que denomina "Governador Ottomar de Sousa Pinto" a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela, que tramitam em conjunto.

O voto do Relator Walter Pinheiro, Sr. Presidente, diz o seguinte: "Diante do exposto, em que pesem os méritos dos homenageados e a justa intenção dos legisladores, por motivo de ordem técnica votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007, e do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006".

É o voto, feito por mim, *ad hoc*, do Senador Walter Pinheiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Senador Alfredo Nascimento, Relator *ad hoc*.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento de sua tramitação.

Rejeitado o relatório.

Item 4, não terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição social para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra, como Senador *ad hoc*, ao Ministro Alfredo Nascimento, para proferir seu relatório.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Vou relatar, Presidente, porque o projeto é de autoria do meu amigo Acir Gurgacz.

É da nossa Rondônia, homem que está sempre preocupado com os problemas da nossa região, ele que é um grande defensor da BR-319, que integra de vez o meu Estado ao resto do País e a um Estado-irmão, que é o Estado de Rondônia.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2013, do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição social para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.

O relatório é de conhecimento de todos. O voto do Relator, Senador Ciro Nogueira – e o meu voto *ad hoc* –, é o seguinte: "Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2013."

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Agradeço ao Senador Alfredo Nascimento pelo relatório *ad hoc*.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 16, DE 2014

Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº 55 de 2013, solicito que sejam também incluídos os nomes dos senhores Juan Audes Afara Maciel - Vice-Presidente da República do Paraguai e Edson Giroto - Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes em Mato Grosso do Sul, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 07 de maio, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Observação: o requerimento foi lido na reunião no dia 28/04/2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Para o encerramento.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Convoco nossa próxima reunião, a ser realizada neste plenário, no dia 12 de maio de 2014, segunda-feira próxima, às 18h, com audiência pública sobre o tema "Carência e Deficiência da Capacidade Técnica na Realização de Projetos e Obras de Engenharia", quarto painel integrante do ciclo sobre temas transversais da agenda Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País

Serão ouvidos os seguintes especialistas: General Jorge Ernesto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros; Dr. Wilson Lang, ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia catorze de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Vicentinho Alves, Ruben

Figueiró e Jayme Campos. Assina a lista de presença o Deputado Federal João Leão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2013 – CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente de Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); o Senhor Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o Senhor Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) e Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR). Faz uso da palavra o Senador Wilder Morais. Às nove horas e quinze minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador Jayme Campos. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e o Deputado Federal João Leão. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e onze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jayme Campos,** Presidente em exercício da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Diligência da Cispid em Salvador (BA).

A Presidência informa às Srªs e aos Srs. Senadores que a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – Cispid, com a participação da Câmara Municipal de Salvador, realizará diálogo sobre o tema "Os Desafios da Reforma Urbana", dia 15 de maio de 2014, quinta-feira (amanhã), às 14 horas, naquela capital baiana.

O evento contará com a presença de Senadores, Deputados, administradores e vereadores da cidade de Salvador e sua região metropolitana, além de representantes de entidades da sociedade civil.

A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (Cispid) é presidida por S. Exª o Senador Inácio Arruda, que estará promovendo esta diligência, amanhã, na cidade de Salvador, às 14 horas.

Segundo comunicado.

Em atendimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, redação dada pelo art. pela Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que estabelece procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, e considerando os Requerimentos nºs 9 e 11, de 2014, desta Comissão, que tratam, respectivamente, da avaliação das concessões de rodovias e ferrovias, especialmente na Região Centro-Oeste e da avaliação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), designo a Senadora Lúcia Vânia como Relatora dos referidos requerimentos e, por consequência, das respectivas avaliações.

Gostaria de lembrar que, nos termos dos §§2º e 3º do art. 96-B do Regimento Interno, para realizar a avaliação poderão ser solicitadas informações e documentos a órgãos do Poder Executivo e ao Tribunal de Conta da União, bem como a entidades da sociedade civil, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, e que, ao final da Sessão Legislativa, a Comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada.

Terceiro comunicado.

Relato do 2º Painel do 7º Ciclo de debates, que tratou de "Gestão e Investimentos, Planejamento Integrado e Políticas Públicas".

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na última segunda-feira, dia 28 de abril, audiência pública sobre "Gestão e Investimentos, Planejamento Integrado e Políticas Públicas", referente ao 2º Painel do Ciclo de Debates sobre os Temas Transversais da Infraestrutura, última etapa da Agenda 2013/2014 – "Desatando o nó logístico do país, investimento e gestão", desta Comissão.

O primeiro expositor foi o Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em sua exposição, o especialista afirmou que, nos últimos anos, apesar da melhoria do cenário fiscal e da maior estabilidade que o País tem vivido, percebe-se que ainda há desafios referentes à melhoria de gestão,

de regulação e de ambiente para o investimento. Na sua avaliação, temos uma logística insuficiente para dar ao País a competitividade que queremos, tanto que as várias iniciativas do próprio Governo são no sentido de tentar reduzir o chamado fosso logístico.

Nossa matriz de transportes ainda registra grande concentração no modal rodoviário do transporte de cargas: as rodovias representam 60% da malha, as ferrovias 20% e as hidrovias, 14%. Essa matriz manteve-se basicamente intacta nos últimos anos. O especialista defende a ampliação de investimento nos diferentes modais, mas sem excluir o rodoviário.

Para o representante do Ministério do Planejamento, o primeiro desafio do governo é o de dar continuidade à melhoria do planejamento, pois apesar da evolução verificada nos últimos anos, ainda falta trabalhar os mecanismos desse planejamento, visando não somente a ampliação dos investimentos como também a sua realização de forma adequada, além da antecipação das medidas de gestão necessárias para que o investimento seja executado.

Entre os passos importantes dados no campo do planejamento, o Dr. Marcelo Bruto citou a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que é a recriação do antigo Geipot (Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes), instituído no período áureo do modal rodoviário, na década de 60. Ressaltou o palestrante que a EPL tem desenvolvido estudos e pesquisas, com o objetivo de elaborar um planejamento mais atualizado e integrado.

Quanto à gestão do investimento público, entende o especialista que o PAC foi um avanço importante, e que o país tem trabalhado, nas últimas décadas, para melhorar os mecanismos de gestão de investimentos, de identificação de prioridades e de alocação de recursos para investimentos prioritários. Para ele, o grande ganho do PAC é a identificação de prioridades e o monitoramento de forma intensiva, para garantir o fluxo contínuo de recursos a esses empreendimentos, evitando-se a dispersão na sua aplicação, garantindo que empreendimentos não sofram solução de continuidade durante a sua execução.

Outro aspecto importante por ele destacado é a institucionalização de monitoramento intensivo no PAC, cuja estrutura envolve diferentes órgãos de Governo na execução de determinado empreendimento. O objetivo desse planejamento integrado é o de identificar, entre os empreendimentos prioritários, onde há restrições e como elas devem ser atacadas para minimizar os problemas que porventura surgirem durante a execução de determinada obra ou empreendimento.

Uma das preocupações do PAC, segundo afirmou, refere-se à melhoria de condições de crédito e tributárias. Como exemplo, ele citou a criação da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico) para desoneração tributária. Assim como a lei aprovada pelo Congresso Nacional, que transforma os convênios feitos para obras do PAC em transferências obrigatórias e a aprovação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) - inicialmente destinado às obras da Copa e da Olimpíada - mas, depois, estendido ao PAC, que tem sido responsável por viabilizar boa parte de licitações e contratos que dificilmente seriam feitas sob a égide da Lei nº 8.666 (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública). Entende o especialista que o RDC foi uma conquista importante da sociedade brasileira.

Com relação ao investimento privado, recordou o Dr. Marcelo Bruto as inovações, sobretudo a partir de 2012, quando a Presidente da República lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que permitiu grande ampliação de financiamento. O lançamento do PIL, segundo informou, promoveu um pacote de concessões em aeroportos, rodovias e ferrovias, de arrendamentos e de Terminais de Uso Privativo [nos portos]. Permitiu também a revisão dos marcos regulatórios, que ainda precisam ser implementados. Em aeroportos e rodovias, as concessões já têm mostrado bons resultados; e em portos e ferrovias, estamos ainda em fase de implementação - completou.

Em relação ao financiamento, o principal passo registrado reduz a exigência de garantias corporativas e permite à empresa empreendedora que ganhar a concessão financiar o seu empreendimento, dando como garantia os recebíveis daquele empreendimento. Para o Dr. Marcelo Bruto, esse é um desafio importante que o País tem para constituir, de vez, o modelo de concessão e de Parceria Público-Privada (PPP).

O segundo palestrante foi o Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Vice-Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília – UnB.

Em sua exposição, o Professor exibiu um gráfico referente ao ano de 1950, comparando o Produto Nacional Bruto per capita da América Latina, Ásia e Europa, com o produto per capita norte-americano. Em 1950, a Ásia estava atrás da América Latina, com um PIB per capita menor que 20% do PIB per capita americano para, mais ou menos em 2000, ficar acima de 50% do PIB americano. A Europa, saindo de uma guerra que destruiu boa parte da sua infraestrutura, passou de cerca de 40% em 1950 e atingiu, em 2000, pouco acima de 60% do PIB per capita norte-americano. Já a América Latina, apesar do planejamento centralizado e investimentos pe-

sados em infraestrutura, ficou claramente para trás em relação aos Estados Unidos. Nosso subcontinente não cresceu, enquanto a Ásia disparou na frente.

Por sua vez, a relação de PIB per capita entre países latino-americanos e os Estados Unidos mostra que o Brasil permaneceu estagnado, com um PIB em torno de 30% do PIB per capita norte-americano, desde 1950 até os dias de hoje. Os ciclos econômicos do Governo Kubitschek e o II Plano Nacional de Desenvolvimento do regime militar conseguiram gerar uma aproximação, ligada à acumulação de capital por trabalhador. Mas não conseguiram gerar uma trajetória de convergência para o PIB per capita norte-americano. Este cenário repete-se na América Latina como um todo. O Brasil e o continente não cresceram economicamente nesse período, nem em termos de infraestrutura. Para o Professor Carneiro da Cunha, trata-se de dados alarmantes.

Na avaliação do Professor, o discurso governamental tem negligenciado o problema da credibilidade das promessas de investimento em infraestrutura. Na sua opinião, o Brasil não tem credibilidade nenhuma – o que, no seu entender, traz consequências graves para o impacto que o investimento em infraestrutura tem no crescimento econômico, pois o Governo tem que incorrer em várias despesas antes de a iniciativa privada começar a gerar investimentos.

Para ele, o sucesso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) ou o de um novo ciclo de planejamento centralizado, como o PAC, só o tempo vai poder mostrar. Ele acredita que o Governo tem que ganhar essa credibilidade e que a infraestrutura tem de ter começo, meio e fim. Se para no meio, a obra de infraestrutura vai aparecer nos dados macroeconômicos, mas não será capaz de gerar impacto efetivo em termos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Para o palestrante, o Brasil é um país economicamente muito fechado. Na sua opinião, *abro aspas,* "o único presidente que fez um movimento forte no sentido de abrir a economia brasileira foi o Presidente Collor. O Presidente Fernando Henrique chegou a tentar controlar algumas pressões inflacionárias. Mas o Presidente Lula e a Presidente Dilma seguiram claramente no sentido oposto de fechamento da economia, apesar de a literatura indicar que deveríamos abrir a economia e não fechá-la" (*fecho aspas*).

Entende o Professor da Universidade de Brasília que o Brasil tem uma cadeia de comércio internacional muito fraca e uma cadeia de comércio regional "risível". Até o da Argentina é muito maior que o do Brasil. E isso depende de infraestrutura de qualidade, de rodovias de qualidade. Para ele, não basta manter a qualidade precária das nossas rodovias, pois elas serão classificadas como rodovias ruins em qualquer país desenvolvido no mundo. E em muitos países em desenvolvimento, também não seriam classificadas como boas rodovias.

Quanto aos terminais de uso privado dos nossos portos, recorda o Professor Carneiro da Cunha que o Brasil não passou pela revolução do contêiner: uma fábrica de Goiás não encaixota os seus produtos dentro de um contêiner e os despacha num caminhão fechado, para exportação, apesar de termos, em Goiás, um dos maiores portos secos do País, que é o Porto Seco Centro-Oeste. Não fizemos o que os norte-americanos fizeram na década de 60. Estamos muito atrás [daquele país] em custo de transporte e em malha ferroviária.

Ele citou o exemplo do trecho da BR-381 entre Belo Horizonte e Vitória, no Espírito Santo, com um fluxo pesado de caminhões e carros, considerada uma das estradas mais perigosas do Brasil, com sérios problemas porque não pode ser fechada para reforma ou manutenção, devido à intensa circulação de veículos, ônibus e caminhões. Muitas vezes, são necessárias oito horas para percorrer cem quilômetros. Porém, margeando essa estrada, há uma ferrovia privatizada que pertence à companhia Vale do Rio Doce, a ferrovia Vitória-Minas. Boa parte da movimentação de carga dessa rodovia vem de Vitória e passa por Belo Horizonte, e o motivo pelo qual essa carga não é transportada pelo trem encontra-se nas restrições regulatórias que o impedem.

Recordou também o professor que Brasília está concluindo este mês o BRT Eixo Sul, que liga o Plano Piloto a cidades satélite da periferia sul da cidade. O BRT passa ao lado da BR-040 (que liga Brasília a Belo Horizonte e Rio) e de uma ferrovia já existente. Para ele, a construção das pistas exclusivas para o BRT foi uma obra enorme e caríssima, apesar de existir uma ferrovia ali do lado. Ele perguntou por que essa ferrovia não estava sendo usada para transporte de passageiros?

Na sua opinião, esse é o exemplo do investimento que não significa investimento algum. Ele acredita que o impacto do investimento do BRT no desenvolvimento da região será alto, mas ressalta que, com um custo muito menor, teria sido possível capacitar aquela ferrovia já existente para transportar os passageiros que deverão utilizar o BRT. E só agora, com a entrega do BRT, começaram a ser feitos os estudos para se permitir que aquela ferrovia possa ser utilizada para o transporte de passageiros, uma vez que havia uma restrição a este uso na concessão da referida linha férrea.

Para o Professor Carneiro da Cunha, esses dois exemplos caracterizam a existência do que chamou de um "nó normativo", criado muitas vezes dentro do próprio Executivo, e que tem de ser resolvido. Com relação ao licenciamento ambiental e aos problemas que envolvem as comunidades remanescentes (indígenas e quilombolas), lembrou o palestrante que elas atrapalham o licenciamento de obras e que sua origem encontra-se na

adesão do Brasil à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. A adesão voluntária do Brasil a essa Convenção, segundo explicou, trouxe uma série de consequências na operacionalização de investimentos de grande porte no país.

O Professor Carneiro da Cunha ressaltou que os problemas de infraestrutura representam sérios limites ao crescimento econômico brasileiro, e que é muito importante resolver o problema das normas de financiamento. Ele recordou que ainda há muitos interessados em investir no Brasil e que há um bom volume de capital estrangeiro que quer vir para cá.

Mas alertou para os problemas da legislação tributária e a de circulação de mercadoria no país, assim como a atuação dos nossos auditores. Segundo ele, muitas vezes, a relação de um Auditor da Receita Federal com um ente privado assemelha-se à do anjo protetor dos pobres oprimidos com um marginal, pois os órgãos de controle e os auditores tributários tratam o ente privado como um bandido, como alguém que usurpa o povo brasileiro. Isso, na sua opinião, tem consequência para o nosso comércio local e para a capacidade de atuação do investimento estrangeiro.

Para ele, há que se reverter as expectativas, para conseguirmos um crescimento sustentável, de longo prazo, pois a infraestrutura é importante para o ganho de produtividade.

Quarto comunicado.

Relato do 3º Painel do 7º Ciclo de debates, que tratou de "Burocracia, excesso de exigências de licenciamento e rigor na fiscalização".

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na última quarta-feira, dia 7 de maio, audiência pública sobre *"Burocracia, excesso de exigências de licenciamentos e rigor na fiscalização"*, referente ao 3º Painel do Ciclo de Debates sobre os Temas Transversais da Infraestrutura, última etapa da Agenda 2013/2014 - *"Desatando o nó logístico do país, investimento e gestão",* desta Comissão.

O primeiro expositor foi o Sr. José Ulisses Rodrigues de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele informou que, já em 1995, a então Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado Federal, em seu relatório final, recomendou ao Poder Executivo a instituição e a manutenção de um cadastro geral de obras públicas; ao TCU, foi recomendada a realização de auditorias em obras paralisadas e também a criação de um programa permanente de auditorias em obras e serviços de engenharia. O cadastro geral ainda não foi instituído.

A fiscalização de obras públicas, principalmente aquelas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é feita por determinação do Congresso Nacional. Até 2002, segundo explicou o representante do TCU, a conceituação de irregularidade grave era bastante abrangente. De 2003 a 2009, introduziu-se a determinação de relevância material absoluta: o que importava era o valor da obra. A partir de 2010, a LDO incluiu o conceito de relevância material relativa, ou seja, a irregularidade em relação ao valor total da obra. E, a partir deste ano de 2014, o TCU também deverá se pronunciar quanto aos impactos sociais, econômicos e financeiros da paralisação de uma obra pública.

Ele explicou que, no caso de a Unidade Técnica do Tribunal detectar irregularidade grave em determinada obra, essa instância propõe ao ministro relator do TCU a classificação "IGP" (irregularidade grave com indicativo de paralisação). Cabe ao Ministro-relator a decisão de classificar essa irregularidade como IGP ou não. Em seguida, o Plenário do TCU ratifica ou não, ou retifica, essa classificação da Unidade Técnica e do próprio ministro relator.

Finalizado esse processo, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional analisa a irregularidade grave com indicação de paralisação e propõe ou não a suspensão dessa obra ao Plenário, que decidirá acerca da inclusão da obra no quadro de bloqueio da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em seguida, a decisão vai para o Chefe do Poder Executivo, que pode, ainda, vetar o bloqueio da obra. E o Congresso Nacional, por fim, pode derrubar o veto presidencial. Esse procedimento é regulamentado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Segundo revelou o auditor, em 2007 e 2008 o TCU indicou a paralisação de 77 obras classificadas como IGP, das quais o Congresso Nacional acatou 44. No ano seguinte, ocorreu o inverso: o TCU indicou 47 obras para paralisação, e o Congresso acrescentou onze, totalizando 58 obras.

No exercício de 2013/2014, o TCU fez a indicação de paralisação de apenas sete obras e, por sua vez, o Congresso Nacional só colocou duas no quadro de bloqueio da LOA. São elas: a de esgotamento sanitário em Pilar, Alagoas, e a Avenida Marginal Leste – controle de enchentes Rio Poti, em Teresina, no Piauí.

O auditor recordou que, em 2007, o TCU fez um amplo diagnóstico das obras inacabadas no Brasil. As razões da paralisação incluem decisão judicial e código de bloqueio da LOA (no caso, oito empreendimentos, representando 2% das obras paralisadas). Porém, a maior parte delas – 159 ao todo – deve-se ao fluxo orçamentário financeiro; a problemas no projeto de execução da obra, com 81 paralisações e rescisão contratual

com 24; e em 98 obras, o gestor não informou ao Tribunal o motivo da paralisação. Todas foram obras paralisadas sem uma ação do TCU, às vezes mesmo sem nenhuma fiscalização do Tribunal.

Nesse diagnóstico foi objeto de recomendação a retomada do portal ObrasNet, com vistas a disponibilizar na internet informações sobre o andamento de obras públicas.

Segundo o expositor, a inexistência de um cadastro de obras públicas executadas com recursos federais dificulta o levantamento de informações precisas e atualizadas sobre as obras atualmente em execução. Ele ressaltou que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 439, de 2009, que determina a criação desse controle centralizado de informações. Ele mencionou, ainda, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 58, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor – rejeitado em 2014 – que também tinha por objetivo a criação desse cadastro de obras públicas. E, finalmente, um projeto de lei de 2013, que previa a criação de um banco informatizado com cadastro de obras públicas.

O segundo palestrante foi o Dr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo explicou, a Constituição e a legislação da Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceram um sistema federativo para a emissão de licenças ambientais. A Lei Complementar 140, de 2011, definiu as atribuições que competem ao Ibama (o órgão federal) e aos órgãos estaduais e municipais.

Observou o especialista que, em tese, o Ibama ficaria com uma carteira mais reduzida de empreendimentos para serem licenciados, embora hoje o órgão federal tenha cerca de 1.800 processos de licenciamento em tramitação e uma carteira bastante diversificada. O Ibama licencia desde empreendimentos complexos, como uma usina nuclear, uma hidroelétrica ou um grande projeto de mineração, dentro de uma Unidade de Conservação em áreas sensíveis, até projetos muito simples de mineração de areias em rios que dividem Estados, ou de criação de escolas dentro de terras indígenas.

Segundo informou, o Ibama vem trabalhando para reduzir essa carteira e dedicar-se de forma mais aprofundada aos projetos de maior complexidade. Para tanto, o instrumento utilizado tem sido a delegação de competências aos órgãos estaduais e municipais, desde que os projetos não interceptem Unidade de Conservação nem terras indígenas.

A criação da ferramenta de licenciamento ambiental deu-se em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente. A demanda cresceu bastante, principalmente a partir de 1986, com a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), sobre os impactos do meio biótico e do meio físico para a vida do ser humano. A partir de 1997, com a Resolução Conama nº 237, mas sobretudo com a Lei nº 9.605, de Crimes Ambientais, em 1998, foram introduzidos outros tipos de demandas para licenciamento, referentes ao desenvolvimento, principalmente aos direitos sociais, que são questões muito mais complexas de serem tratadas no processo de licenciamento ambiental, uma vez que não existem indicadores de qualidade em relação ao meio socioeconômico.

Isso acarreta, segundo explicou o representante do Ibama, dificuldades à análise da viabilidade dos projetos e da eficiência das medidas de controle associadas ao projeto. Há uma série de demandas de políticas públicas da região que extrapolam o objeto do licenciamento ambiental e a missão de avaliação de impactos ambientais daquele projeto. Com isso, segundo ele, perde-se eficiência e aumenta-se o tempo de tramitação de processos.

Além disso, ao tratar de políticas públicas no âmbito do licenciamento ambiental, o Ibama acaba desviando seu foco principal, que é a variação de impacto dos projetos. E o próprio empreendedor responsável pelo projeto acaba deixando em segundo plano a avaliação ambiental e a absorção das recomendações desse estudo de impacto. Como consequência, o órgão tem de conviver com a falta de controle de impactos e, num segundo momento, com o atraso do término das obras e da entrada em operação das obras de infraestrutura.

Ao concluir, o Sr. Thomaz Veloso defendeu a necessidade de melhorar a definição de competências nesse setor. No seu entender, como são diversas as instituições que atuam no processo de licenciamento ambiental, é preciso que as atribuições de cada uma sejam bem definidas, para que se possa atingir resultados efetivos, em vez de incluir mais uma pauta para o licenciamento ambiental, porque cada nova demanda aumenta a complexidade do processo e o peso na sua tramitação.

O terceiro expositor foi o Dr. Ivan Dutra Faria, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de meio ambiente. Entre os grandes problemas do licenciamento ambiental no Brasil, ele apontou, em primeiro lugar, a dificuldade da previsão de impactos, pela sua complexidade e por não se tratar de uma ciência exata. Segundo o especialista, o público, em geral, atribui à palavra impacto uma conotação negativa, que não corresponde à realidade, pois o impacto de um determinado empreendimento pode trazer benefícios a determinada região.

O segundo problema, na opinião do Dr. Ivan Dutra Faria, é a visão burocrática do processo, o que acaba por complicá-lo, por não ser essa a sua essência. No seu entender, trata-se a licença ambiental como um documento equivalente a uma certidão de bons antecedentes, uma certidão de casamento, ou um título eleitoral.

Em terceiro lugar, acredita o Consultor que tem havido um aumento da influência dos argumentos subjetivos e ideológicos na área ambiental e que há muito palpite nas discussões, em especial nos meios de comunicação, sobre questões que são matéria de cientistas.

Além disso, a seu ver, os processos de comunicação do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Funai, do IPHAN, mas também e principalmente do empreendedor com a sociedade são muito falhos. Segundo ele, o empreendedor arma sua própria arapuca por não se comunicar bem com a sociedade.

Em seguida, o Consultor apontou a superestimação das audiências públicas, entendidas por quase todos como um momento decisivo e um grande ponto da democracia. Porém, como ressaltou, elas não têm poder decisório e são apenas de uma consulta com o objetivo de municiar o órgão licenciador ambiental com temas que podem ser cobrados do empreendedor ou acrescentados ao processo de licenciamento.

Para o Consultor, a judicialização excessiva do processo é o grande problema do licenciamento ambiental, no qual o Ibama, em vez de culpado, é vítima, apesar de ter sua parcela de culpa no processo, advinda não de falhas de gestão e, sim, de problemas na lei. Isso se deve à fragilidade normativa das resoluções do Conama, que não são leis, mas resoluções de um Conselho. Em boa medida, o licenciamento ambiental é baseado em normas que não têm força de lei, pois são normas infralegais.

Outro grande problema do licenciamento ambiental, segundo o Consultor, reside nas dificuldades da elaboração de estudos ambientais por equipe multidisciplinar independente. A legislação exige que o empreendedor contrate uma empresa para fazer o estudo ambiental daquele empreendimento e apresentá-lo ao Ibama. É muita ingenuidade, segundo explicou, esperar que uma empresa contratada e paga pelo empreendedor chegue à conclusão de que não dá para executar o empreendimento em questão. Trata-se, na sua opinião, de um erro de fundamento.

Há, na avaliação do especialista, sobreposição de funções e conflitos políticos internos nos órgãos do Poder Executivo. Outro problema remonta ao art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mas quando não se interpreta corretamente o termo "equilibrado", pode-se entendê-lo como um meio ambiente "intocado", e isso não está escrito na Constituição. Do mesmo modo, a Constituição não tem de definir o que é "significativa degradação do meio ambiente", mas, sim, a lei, e na lei isso não está claro – o que implica muita confusão judicial. Por fim, a Constituição determina o estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Nesse momento, uma comunicação malfeita pode comprometer um projeto terrivelmente.

Para ele, se considerarmos que todo dano é um impacto, mas nem todo impacto é um dano, temos que começar a pensar que um empreendimento não irá, necessariamente, degradar o ambiente. Um empreendimento pode ser controlado para que possamos maximizar seus efeitos positivos e minimizar os negativos.

Segundo afirmou, o Ibama sofre, muitas vezes, críticas quanto à lentidão, mas o órgão recebe, frequentemente, um estudo de impacto extremamente deficiente, com muita informação, mas sem análise. Além disso, o licenciamento acaba sendo matéria quase exclusiva dos operadores de Direito, que são bem-vindos e imprescindíveis, mas não podem dar palpite sobre inventário florestal. Isso é atribuição de engenheiro florestal. Entrar no mérito da matéria, como tem ocorrido, só complica e o Ibama sofre as consequências.

Segundo o Consultor, ao privilegiar a democracia participativa, costuma-se retirar a legitimidade da classe política, que é exatamente quem tem voto na democracia representativa. No processo de licenciamento, segundo explicou, as carências das comunidades são escoadas, o empreendedor é promovido a agente público e passa a resolver um bocado de problemas que não fazem parte do processo de licenciamento.

O último palestrante da Audiência Pública foi o Sr. Shelley de Souza Carneiro, gerente executivo de acessibilidade e meio ambiente da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Ele apresentou os resultados de uma pesquisa sobre os principais problemas enfrentados pela indústria com relação ao instrumento de licenciamento ambiental, da qual participaram empresários das 27 federações de indústrias dos Estados.

Entre os principais problemas detectados pela pesquisa – *cujo conteúdo a CNI deixou à disposição deste Colegiado* – estão o excesso de burocracia e uma série de outros obstáculos tais como as intervenções do Ministério Público. Outro óbice refere-se à incerteza jurídica em todo o País, por falta de regras claras, além da discricionariedade dos analistas de projeto, cada um analisando os processos à sua maneira e de forma subjetiva. Para o representante da CNI, problemas como esses trazem incertezas para o empresário e têm como consequência a fuga de investimentos em determinadas regiões.

O Sr. Souza Carneiro chamou a atenção para o fato de que cada ente federativo, por falta de regras gerais mais claras, estabelece suas exigências. Algumas, segundo informou, são naturais, porque há especificida-

des nas regiões de um País tão diverso como o nosso, mas algumas delas, no seu entender, não têm sentido algum, e criam o que chamou de "um movimento de leis caóticas". Com relação ao meio ambiente como um todo há, no Brasil, 27 mil leis.

A ausência de regras gerais resulta na criação, pelos entes federativos, de suas próprias normas, dando margem à falta de harmonia e de coerência entre as legislações, e trazendo insegurança jurídica. O problema ocorre no Brasil inteiro e essa é uma reclamação de todas as indústrias que participaram da pesquisa da CNI, atualmente envolvidas em processos de licenciamento ambiental.

Outro aspecto apontado pela pesquisa é a ausência de padronização dos procedimentos de licenciamento ambiental. O documento revela preocupação quanto aos condicionantes na área socioeconômica que nada têm a ver com o processo ambiental. Acredita o palestrante que esse é um dos maiores problemas para os industriais.

Para o representante da indústria, a descentralização do licenciamento entre União, Estados e Municípios ainda carece de convênios para eliminar a sobreposição nas ações de fiscalização. Ele explicou que um empresário com um processo de licenciamento sob a coordenação de determinado Estado tem de se preocupar também com possíveis exigências extras do Município, do Ibama, do Ministério Público e de outros entes que porventura entrarem nesse processo, causando insegurança jurídica.

Outra falha apontada pelos empresários refere-se à manifestação dos demais órgãos envolvidos, pois muitos deles não têm a mínima noção das normas do outro, provocando uma situação caótica e atrasando o processo, devido à entrada de pessoas que mal têm conhecimento do processo de licenciamento em execução.

Há condicionantes, segundo explicou o palestrante, que extrapolam o caráter ambiental e são elaboradas sem critérios técnicos. Além disso, os empresários reclamam da forte influência do Ministério Público. A CNI também defende a exigência de responsabilidade técnica para laudos e pareceres emitidos por técnicos de órgãos externos ao Sistema Nacional de Meio Ambiente. Segundo explicou o palestrante, é muito comum deparar-se com pareceres técnicos sem a devida responsabilidade técnica. Ele citou, como exemplo, o caso de um biólogo assinando um parecer sobre problemas na área de mineração, o que cria problemas sérios.

Concluindo, afirmou o representante da CNI que para os empresários da indústria, o licenciamento ambiental deve ser somente de promoção do desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, na compatibilização do desenvolvimento socioeconômico e na proteção do meio ambiente. A indústria demanda urgência no aperfeiçoamento do instrumento de licenciamento ambiental, que deve ser mais ágil, transparente e eficaz, pois as decisões técnicas devem conferir estabilidade e segurança jurídica aos empreendimentos.

Próximo comunicado.

Notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

A Presidente Dilma Rousseff lançará, este ano, 400 licitações na tentativa de tirar do papel 100 obras em todas as regiões do País. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) prevê investimento de R$8 bilhões em estradas, duplicações, contornos, anéis rodoviários, pontes, viadutos e travessias urbanas, totalizando mais de 6.400 quilômetros. Grande parte dos projetos encontra-se nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Nordeste.

Segundo o que foi veiculado na imprensa, entre as principais obras encontram-se os anéis viários de Recife e Belo Horizonte; o Arco Sul da capital de Minas Gerais, entre Betim e Nova Lima, e duplicações de rodovias em todas as regiões do País. As obras prioritárias incluem trechos da BR-101, na Paraíba, nas divisas Bahia-Sergipe e Rio-São Paulo, até Mangaratiba, além do interior do Paraná, entre as localidades de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Estão previstos ainda editais para melhorias na região metropolitana de Porto Alegre; a construção de túnel na BR-101 no litoral de Santa Catarina; a ampliação e implantação da via expressa de acesso a Florianópolis; a segunda ponte sobre o Rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai; e as travessias urbanas de Santarém, Uberaba e Rondonópolis.

O plano inclui também dezenas de pontes na Rodovia Transamazônica, a ponte sobre o rio Araguaia, em Xambioá, em Tocantins, e a duplicação e pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Haverá diversas licitações para obras em áreas urbanas, na proximidade de cidades como Altamira, Cachoeiro do Itapemirim, Fortaleza, Itaperuna, Macapá, Natal, Novo Hamburgo, Paranaguá, Ponta Grossa, Porto Velho, Santa Maria, Santo Ângelo, São Miguel do Oeste, Ubatuba, Vilhena e Vitória.

Outras notícias ressaltam que, a apenas um mês da abertura da Copa do Mundo, menos da metade das obras anunciadas pelo Governo foi concluída. Das 167 intervenções em questão, apenas 68 (equivalente a 41%) estão prontas. Outras 88 obras (ou 53%) estão incompletas ou serão terminadas depois da Copa e onze foram abandonadas e não sairão do papel. Essas obras constam do documento intitulado Matriz de Responsabilidade, contendo a lista de obras que o Brasil pretendia fazer para a Copa.

O setor que mais sofreu atrasos foi o da mobilidade urbana – justamente o mais beneficiado pela matriz, para facilitar o deslocamento dos turistas nas cidades-sede. Apenas 10% das obras de mobilidade urbana foram concluídas. O Governo atribui o quadro à burocracia e alterações de projetos.

Três dos 12 estádios que abrigarão as partidas encontram-se com obras em atraso: o de São Paulo, conhecido como Itaquerão, onde se dará a abertura do torneio, em 12 de junho; o de Curitiba (Arena da Baixada) e o de Cuiabá (Arena Pantanal). Em Manaus e Cuiabá, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que liga os aeroportos ao centro dessas capitais não ficará pronto.

Quanto aos aeroportos, a concessão à iniciativa privada de Guarulhos, Brasília e Viracopos não conseguiu concluir todas as obras previstas, apesar de os dois primeiros já terem inaugurado novos terminais de embarque – no caso, Guarulhos e Brasília. Viracopos descumpriu o prazo para a conclusão das obras.

Por sua vez, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) prometeu endurecer as regras na Copa, e estabeleceu penas rígidas para empresas e pilotos particulares que desrespeitarem horários de pouso e de decolagem durante e após a Copa do Mundo. As multas serão de até R$ 90 mil para empresas e de até R$ 63 mil para os pilotos. Serão considerados atrasos a partir de 15 minutos do horário previsto e haverá multa para as empresas que não prestarem assistência aos passageiros nesses casos. Essa operação especial terá início em 5 de junho e vai até o dia 25 de julho, devendo cobrir 88 aeroportos, com fiscalização mais intensa em 42 deles, incluindo os das 12 capitais onde serão realizados os jogos.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) liberou dois pedidos de renovação antecipada de contratos de arrendamento de terminais portuários que devem expirar antes do fim da década. A Agência deu sinal verde aos dois pedidos em troca de desembolsos imediatos na ampliação da capacidade de terminais operados pela iniciativa privada. Foram contemplados pela decisão propostas da Ageo e da Copape Terminais e Armazéns, responsáveis pela movimentação de granéis líquidos no Porto de Santos, que somam mais de R$ 215 milhões em investimentos até 2017.

Mais de 40 pedidos semelhantes estão sendo analisados pelo Governo, totalizando cerca de R$10 bilhões. Trata-se terminais licitados depois de 1993, quando entrou em vigor a lei anterior dos portos, que envolvem contratos com duração de 20 ou 25 anos. O aval da agência reguladora tem sido esperado pelos empresários do setor desde a sanção do novo marco regulatório dos portos, em junho do ano passado. É preciso pressa!

As operadoras privadas têm planos como extensões dos berços de atracação para receber navios maiores ou ampliações das retroáreas para armazenar mais cargas. No entanto, as operadoras alegam que o tempo que lhes resta de exploração dos terminais não é suficiente para amortizar novos investimentos e, por isso, pedem a renovação antecipada dos contratos.

No setor de energia, o desconto de 20% determinado pela Presidenta Dilma Rousseff nas contas de luz dos consumidores praticamente desapareceu da tarifa de algumas distribuidoras, depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu reajustes a 17 concessionárias. De acordo com especialistas da área, o mesmo instrumento que reduziu as tarifas em janeiro de 2013 também ajudou a corroer parte dos benefícios.

Para o consultor Abel Holtz, as distribuidoras com reajuste no segundo semestre terão uma conta bem maior de usinas térmicas para incluir na sua tarifa. Além disso, o leilão de energia realizado pelo Governo na semana passada para cobrir o buraco das distribuidoras sem contrato de suprimento começa a ser repassado aos consumidores a partir dos próximos reajustes e haverá uma diferença de cerca de R$100,00 para ser incluída.

Na sua opinião, o pior virá a partir do próximo ano, quando o dinheiro emprestado às distribuidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e de um pool de bancos começará a ser repassado aos consumidores. O Governo, por outro lado, argumenta que, a partir de 2015, cerca de 5 mil megawatts de energia serão devolvidos para o Estado, o que terá efeito redutor nas tarifas dos consumidores; para o Estado brasileiro.

Por sua vez, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tranquilizou os empresários do setor elétrico e descartou a possibilidade de racionamento de energia e de novas verbas para as geradoras. Junto com o Ministro, integrantes de agências reguladoras e operadoras reuniram-se com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta segunda-feira, ocasião em que garantiram aos empresários que, apesar de o ciclo de chuvas no início deste ano ter sido atípico, não existe a possibilidade de faltar energia. Segundo o Ministro Lobão, o Governo Federal investirá R$60 bilhões no sistema elétrico este ano. O Ministro afirmou que o Governo não pensa em socorrer as geradoras de energia com novas verbas.

Apesar da afirmação do Ministro, representantes das empresas hidroelétricas reúnem-se hoje – nesta quarta-feira – com a Aneel na tentativa de encontrar uma solução para o prejuízo bilionário que se está acumulando no caixa das geradoras. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Neiva, as perdas das empresas somaram R$2 bilhões em março. Ele afirmou não ser razoável que as empresas arquem com esse custo.

Na sua avaliação, o problema surgiu com a redução do consumo e a manutenção da geração termoelétrica nos últimos meses. Segundo explicou, isso significou menos geração por parte das hidroelétricas, que entregaram quantidade inferior ao previsto nos contratos. Assim como as distribuidoras, as geradoras também tiveram de recorrer ao mercado à vista, cujo megawatt/hora está a R$822,00 para comprar a energia que não produziram. Para o Diretor da Aneel, Romeu Rufino, esse prejuízo é um risco das geradoras e não se pode adotar medidas como as que foram tomadas para as distribuidoras. Neiva discorda, alegando que, no caso das concessionárias, elas podem repassar as perdas para o consumidor, mas as geradoras, não.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee) mais R$7,9 bilhões para que as empresas do setor consigam honrar seus compromissos entre maio e dezembro deste ano. O empréstimo bancário de R$11, 2 bilhões de reais anunciado em março pelo Governo não durou até o fim do mês de abril passado.

Caso atendido esse pedido de socorro das distribuidoras de energia, o total de ajuda às elétricas em 2014 poderá chegar a R$19,1 bilhões de reais. Dessa forma, a fatura para os consumidores nos próximos anos chegará a 19,1% de reajuste, uma vez que cada bilhão despejado no setor representa um ponto percentual de aumento nas tarifas. Fica fácil fazer a conta.

Gostaria de trazer ao conhecimento das Sr. e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, o artigo publicado no último dia 6 de maio, do ex-governador do Rio Grande do Sul, intitulado: Mudanças Tributárias Viáveis e Urgentes.

Observo que este artigo foi distribuído as Srªs e Srs. Senadores na reunião da Comissão, do dia 7 de maio, quarta-feira passada.

Diz o ex-governador do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional tem sido muito criticado por seus erros e omissões, inclusive pela falta de uma agenda própria. E as críticas são de fato procedentes, diz ele – que foi também Parlamentar, não deixa de ser um mea-culpa também.

É certo que, em um presidencialismo de coalizão como o nosso, o Executivo acaba conduzindo as grandes pautas da nação. Entretanto, a contradição institucional não é escape para a própria subjugação do Legislativo. Ele precisa fazer a sua parte, buscando uma postura mais altiva e propositiva.

Essa bateria de problemas, todavia, continua ele, muitas vezes esconde eventuais acertos e importantes iniciativas levadas adiante pelas duas Casas do Congresso. É o caso do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, organizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Foi muito mais do que um evento protocolar. Tivemos ali uma radiografia completa dos gargalos da infraestrutura nos setores de energia, telecomunicações, transportes e saneamento.

E por aí continua. O artigo já foi distribuído, como disse, às S. Exªs as Srªs e Srs. Senadores, na reunião passada. O nome do ex-Governador do Rio Grande do Sul é Germano Rigotto

Mas de diagnósticos, apesar de importantes, já estamos bem servidos. O encontro desenvolveu interessante viés prático. Foram apresentadas alternativas para o enfrentamento das deficiências em cada uma das áreas abordadas, com recomendações e definições de prioridades — para o Executivo, para o Judiciário e para o próprio Legislativo, nos três diferentes âmbitos da Federação. Caminhos factíveis, viabilidade orçamentária condizente, prioridades a serem confirmadas.

O relatório final inclui 101 sugestões. Desse total, 78 são recomendações das sete mesas-redondas que reuniram ministros, senadores e técnicos. Incluem 14 anteprojetos que poderão ser transformados em propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, além de indicações de mudanças na infraestrutura do País e solicitação de estudos da Consultoria Legislativa do Senado. A comissão se credenciou, enfim, tanto pela técnica quanto pela habilidade política de conduzir o assunto.

Entre as recomendações aprovadas, destaco a que determina que o ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal passe a ser seletivo. A justificativa está na essencialidade dos serviços em questão, os quais repercutem em todas as classes sociais, mas especialmente nas mais carentes. Para que essa mudança ocorra, foi sugerida a apresentação de um projeto de emenda à Constituição, alterando o artigo 155 da Carta Magna.

Hoje, a alíquota sobre os serviços de comunicação, além de diferente entre os estados, se encontra em patamares muito elevados. Precisamos encontrar um valor máximo, inibindo uma tributação excessiva sobre algo absolutamente essencial.

A propósito, nem sequer é preciso justificar a relevância das ferramentas de comunicação, tanto no ambiente dos negócios como no das relações sociais. Se a interação digital passou a ser uma nova forma de integração humana e comercial, a legislação, inclusive a tributária, precisa adaptar-se a isso. Estamos diante da

sociedade da informação, e tudo o que diz respeito a ela deve compor uma estratégia nacional prioritária na área de infraestrutura.

A comissão, de maneira correta, alertou para a pesada carga incidente sobre serviços básicos como esse. Isso configura uma grande distorção econômica, além de atentar contra a lógica de que bens ou operações essenciais para a sociedade devem ser onerados de forma mais branda. Os sistemas mais evoluídos já perceberam isso e adaptaram seus diplomas. Aqui, continuamos com um modelo que joga contra o fluxo do mercado. Que coloca o sistema como adversário de quem quer trabalhar e produzir.

Desde os tempos em que presidi a Comissão de Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, defendo que se viabilize a uniformização de alíquotas do ICMS e a redução da tributação nos bens e operações que são necessários para o cotidiano de empresas, pessoas, instituições e governos. Além de fazer justiça social, essa mudança constitucional vai impulsionar a economia.

Outro comunicado, antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, eu gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nosso convidados, como sempre. Para participar, basta ligar gratuitamente para o AloSenado, 0800 612211, ou enviar sua contribuição pela internet para o endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou inda nos perfis do AloSenado no Facebook ou pelo Twitter @AloSenado. ou também pelo telefone 0800 612211, lembrando que a ligação é gratuita. Portanto, a colaboração e a contribuição dos internautas e daqueles que queiram participar é sempre muito bem-vinda.

A presente reunião destina-se à realização de audiências públicas sobre agências reguladoras, práticas de regulação associadas ao desenvolvimento nacional e à qualidade de vida da população, V Painel do Ciclo sobre Temas Transversais, última etapa da Agenda 2013/2014 – Investimento e Gestão – Desatando o No Logístico do País.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa:

Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente de Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Dr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Dr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa - e presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação - Abar.

Dando as melhores boas-vindas aos nossos palestrantes, convido-os a tomar seus assentos à mesa. (*Pausa.*)

Para começar a nossa audiência pública da manhã de hoje, eu passo a palavra ao Dr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, que é presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, além de ser presidente da Agência Reguladoras de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES – Bem, eu queria dar bom dia a todos e todas, agradecer pelo convite da Comissão de Infraestrutura do Senado e ao Presidente Fernando Collor.

Vou tentar fazer uma apresentação dentro do tempo que me foi colocado – vou ter que dar uma acelerada -, em torno de 20 minutos, não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Exatamente. (*Fora do microfone.*)

O SR. VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES – Ok.

O assunto colocado foi práticas de regulação associadas ao desenvolvimento nacional e à qualidade de vida da população, e eu queria apresentar, inicialmente, a Abar.

A Abar é uma entidade de direito privado. Nós estamos fazendo 15 anos, agora em 2014, e nós temos 50 agências reguladoras associadas. Entre agências reguladoras federais, nós temos sete; estaduais, 27; e 16 municipais.

Nós regulamos, hoje, mais de 50% do PIB brasileiro.

A Abar é uma instituição que tem como objetivo contribuir para o avanço e a consolidação das atividades de regulação em todo o Brasil.

Nós também temos uma troca de experiências muito grande, porque as agências reguladoras foram criadas em diferentes tempos e praticamente regulamos todos os setores da economia.

Nós temos investido, ao longo desses anos, em eventos nacionais e também internacionais. Neste ano, por exemplo, vão ter, as agências reguladoras da América do Sul, um evento em novembro, em Brasília; e no ano que vem, o Congresso Brasileiro de Regulação, que é o maior congresso da América do Sul, com agências reguladoras.

Criamos, neste ano, também, uma coisa importante, que é a Rede Nacional de Regulação. Estamos com um projeto-piloto, em que as agências reguladoras vão poder trocar todas as suas experiências, fazer reuniões. O Brasil nosso é muito grande e seria impossível a gente fazer reuniões na quantidade necessária para a gente desenvolver as nossas atividades.

Nós pretendemos colocar uma rápida visão sobre agências reguladoras, depois de cerca de 15 anos de seu surgimento na administração pública brasileira no formato de entidades independentes.

Eu queria falar, inicialmente, Sr. Presidente Collor, da burocracia brasileira.

Numa escala de zero a cem, o quanto mais perto de cem ou mais longe de cem mede o nível da burocracia nossa no País. Então, hoje, pedir a aposentadoria, pensão, tem a nota 64; fechar uma empresa, 63; tratar de trâmites de um funeral, 49; e assim por diante.

Então, existe uma burocracia que tem uma influência, a gente vai ver mais na frente, nas questões regulatórias que a gente faz.

Existe, também, esse gráfico. Esse gráfico é um gráfico produzido pelo Banco Mundial, que mostra a burocracia no mundo. Então, naqueles círculos, tem o Brasil e, quanto mais longe do eixo vertical, mais burocracia nós temos. Então, nós estamos não muito bem nessa questão de burocracia e isso, evidentemente, afeta a nossa competitividade.

Acerca da nossa facilidade de fazer negócios, o nosso *ranking* em nível mundial, se considerarmos que foram analisados 183 países, fora a eletricidade, em que estamos no primeiro terço do *ranking* mundial, em todos os outros estamos no terço final do *ranking* na facilidade de fazer negócios.

Temos também um excesso de normas muito grande. Num apanhado de 1988 a 2012, temos hoje, considerando a área federal, estadual e municipal, cerca de 4,5 milhões de normas criadas em todos os níveis: decretos, leis ordinárias, leis complementares. Isso significa que, em média, nós estamos produzindo, no País, 788 normas por dia. Destas, 290 mil normas tributárias, cerca de 41 normas tributárias por hora, por dia útil, 14 reformas tributárias, criação de tributos, em média cada norma tem mil palavras, e 45% do que aparece na legislação são relacionados aos temas saúde, educação, segurança, trabalho e salário.

A gente verifica que os fatores de atração para o investimento direto no País, para o investidor vir para cá eles avaliam, inicialmente, o tamanho do mercado – é o fator mais importante –, em segundo, a estabilidade política e, em terceiro, o ambiente regulatório, à frente de coisas importantes como a estabilidade macroeconômica, a presença de competidores, qualidade de infraestrutura. Então, o ambiente regulatório praticamente está empatado com a questão da estabilidade política para atração de investimento neste País.

Como nós inicialmente já falamos, nós regulamos mais de 50% desse PIB, são normalmente de investidores estrangeiros, evidentemente também nacionais. Isto tem uma importância muito grande na questão da atração de investimento: este ambiente regulatório.

A reflexão inicial que nós fazemos é que a regulação precisa de dispor de uma plataforma de condutas em seu trato, de modo a aumentar a confiança dos governos, dos agentes regulados, dos usuários e dos consumidores. Nós fomos criados em diferentes tempos, com diferentes legislações, mas há uma plataforma comum de ações, de condutas que devemos ter.

A experiência brasileira mais recente... Na verdade, se nós pegarmos de 1964 até 1976, nós já tínhamos órgãos reguladores, a Susep, a CVM e o próprio Banco Central, criado em 1964. Elas eram dotados de poderes regulatórios, mas sem as características das agências reguladoras que nós temos hoje funcionando no País.

A ascensão das agências reguladoras praticamente surgiu em alguns lugares. Aqui na América do Sul, no Chile; na Europa, nos Estados Unidos, cujos governos iniciaram a transformação da administração pública passando de uma administração burocrática para uma administração gerencial. Ou seja, em plena cultura dessa revolução gerencial do Estado, ocorreu a ascensão das agências reguladoras.

No início da reforma do Estado, nos anos 90, nós tivemos uma série de fatores que implicaram no custo crescente da administração, o descontrole do déficit público, instabilidade causada pelas altas taxas de inflação, endividamento externo, uma série de outros itens que iniciaram a era que nós chamamos "a nova gestão pública".

No Brasil contemporâneo, no âmbito do movimento da nova gestão, a reforma do Estado começa justamente aqui, Presidente Collor, com o seu governo, com medidas enérgicas, importantes. Eu destaco uma delas muito importante, a lei da informática, abrindo esse mercado para que nós pudéssemos expandir, diminuição do tamanho, desregulamentação, desestatização também. Esse novo caráter assumido pelo Estado passava a ser, então, coordenador e regulador; o Estado se afastando de certas atividades que o setor privado poderia fazer e deveria fazer.

Basicamente, essa nova gestão o que é? Descentralização administrativa e política, devolução de funções e autonomia ao mercado e à sociedade, gestão mais flexível, maior ênfase na qualidade de processos e produtos, preocupação com eficiência e redução de custos, bem como a busca de maior transparência nos procedimentos e aumento do controle social sobre políticas e programas.

Após o início da reforma do Estado no Brasil, com o governo do Presidente Collor, no período de 1994 a 2002, no governo do Fernando Henrique Cardoso, capitaneado pelo Bresser Pereira, essa reforma continuou resumida nesse plano diretor de reforma do aparelho do Estado.

Basicamente, a alienação de ativos teve por meta a obtenção de recursos, com redução de despesas, com atividades substituíveis, corporificando o fenômeno mais amplo dessa desestatização.

Essa privatização provocou a necessidade de novas regulações. Então, essa privação de infraestrutura, uma concessão de serviços públicos, estimulando a venda de empresas estatais, concluiu com a alienação de boa parte do setor industrial estatal. Então, foi promulgada uma série de emendas constitucionais, buscando reforçar o papel do Estado no planejamento, na regulação, no controle e na fiscalização dos serviços públicos, objeto da concessão, e não mais tentar fazer aquilo que outros poderiam fazer.

Eu coloquei, aí, a Lei 8987, que é uma espécie de carta de alforria para que pudesse entrar, especialmente, o setor privado nas concessões brasileiras. Ela, pela primeira vez, a Lei das Concessões, válida não só para a área federal, mas estadual também e municipal, falou em equilíbrio econômico-financeiro das concessões. Ela falou em modicidade tarifária, ela falou em eficiência.

Aquilo a que estávamos acostumados por exemplo, estou vendo, aqui, o Dr. Romeu, Diretor Geral da Aneel – o fato, no setor elétrico, de termos a tarifa pelo custo do serviço, passou, agora, a ser tarifa pelo do serviço eficiente, e o consumidor começou a ser enxergado, através da modicidade tarifária. Então, se estabeleceu um novo patamar para que nós pudéssemos colocar outros agentes importantes no setor produtivo brasileiro.

As primeiras agências reguladoras federais, a Anatel, a ANP e a Aneel... Eu tive a honra de ser um dos dirigentes do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que deu origem à Aneel. Eu participei bastante e vi o trabalho que tivemos, muito grande, e, até hoje, Dr. Romeu, estamos construindo a Aneel, porque é uma coisa extremamente dinâmica e importante.

Então, aqui estão as agências criadas: houve um ciclo em 96/97, outro ciclo em 99/2001, criando as outras agências federais.

As características marcantes das agências reguladoras são, basicamente, fixar normas para a definição de tarifas; fiscalizar o cumprimento dos atos regulatórios; estimular a competência dos prestadores de serviços; e mediar os interesses desses agentes e dos usuários e consumidores, abrindo campo a novos investimentos privados, nacionais e estrangeiros.

As agências, em função disso, têm uma característica de autonomia frente os interesses, vamos dizer, públicos envolvidos e autonomia frente o governo e o mercado. Então, ela tem que ter, especialmente, a sua autonomia decisória. É fundamental para que nós possamos ter segurança jurídica em todos os atos que fazemos, daqueles que têm os contratos de concessão.

Nós podemos dividir essa autonomia em três características principais: financeira, estrutural e funcional.

A financeira, basicamente, é a presença de fontes de receitas próprias. Se você quiser limitar uma agência, você tenha a limitação financeira.

A autonomia estrutural é evidenciada pela existência de um quadro de pessoal especializado e próprio, e a autonomia funcional materializa-se na disposição dessa diretoria colegiada, mandatos alternados dos diretores e quarentena dos dirigentes.

Esse é o desenho que nós precisamos para ter uma agência reguladora funcionando normalmente.

Basicamente, isso é o retrato do que eu falei: o sistema regulatório é este triângulo. De um lado, nós temos governo; no outro vértice, as concessionárias; no outro vértice, os usuários dos serviços públicos; e o órgão regulador, equidistante dos três, enxergando o interesse simultâneo dos três.

Costumamos brincar, quando chegamos em casa e a nossa família pergunta: "Foi tudo bem?" "Não, foi tudo, estão todos relativamente insatisfeitos conosco, então nós estamos bem. Se um está mais satisfeito, nós não estamos bem. O ideal é estarem todos satisfeitos, mas é muito difícil, então, todos ficam relativamente insatisfeitos."

Bem, na Administração Pública, as agências reguladoras têm essas autonomias, mas não são entes soltos no espaço. Evidentemente, têm que fazer as suas licitações, têm que estar inseridas dentro dos planejamentos do governo, dos seus orçamentos, na LDO, nos PPAs, e, na parte de servidores, tem a 8.112.

Então, evidentemente, estamos inseridos, mas temos que ter a nossa autonomia decisória. É importante para que a gente possa exercer o que foi reservado para nós.

A segunda questão que eu coloco é que temos de ter transparência, e as agências reguladoras têm de ser transparentes. Hoje, aqui, por exemplo, na mesa, as agências reguladoras fazem audiências públicas, fazem reuniões de direção totalmente registradas. No caso da Aneel, eu sei que são transmitidas via internet. O Dr. Marcelo disse que ainda não está – no caso, a Anac – fazendo isso. Mas elas são todas documentadas. Nós temos de ter transparência. Vou comentar isso um pouquinho mais à frente.

Os objetivos comuns das agências estão aí.

Nós temos de garantir, de um lado, o bom funcionamento do serviço público, o uso correto dos bens públicos, modicidade tarifária – leia-se consumidor, viu Presidente Collor –, e, de outro, a saúde econômico-

-financeira dos prestadores de serviço e harmonia dos gestores públicos. E também devemos perseguir sempre a universalização da prestação do serviço e uso do bem público.

Eu queria lembrar que nós não somos responsáveis pelas políticas públicas brasileiras. Isso são os governos que, legitimamente eleitos, fazem as políticas públicas. Nós somos um agente implementador dessas políticas públicas.

Na visão de alguns especialistas de regulação, eu coloquei o Prof. Floriano de Azevedo Marques. Ele faz um balanço bastante positivo. As agências conseguiram, a duras penas, mudar a cultura existente na relação entre Estado e agentes econômicos, usuários de serviço, entidades públicas e Estado, agentes econômicos atuantes e atores regulados e seus consumidores.

Todos os setores onde há agência reguladora atuantes estão hoje substancialmente melhores do que anteriormente à sua atuação. É necessário, entretanto, avançar – e muito – na transparência e procedimentalização da atuação das agências. Muitos setores ainda carecem de marcos claros, de metas e objetivos nas políticas públicas setoriais.

Há mais alguns comentários.

Eu queria colocar agora os do Luiz Shimura, que também foi Presidente de uma agência reguladora e também está em um centro de pesquisa, uma escola, que é a FGV. É importante a colocação do Luiz Shimura: "Os investidores que atuam neste mercado precisam de um ambiente cujas regras sejam claras e estáveis, caso contrário, o risco percebido pelo empresário pode inviabilizar o ingresso de recursos."

Ele faz a pergunta: "O que as agências reguladoras têm de ter para desempenhar esse papel?"

Em primeiro lugar, é fundamental que os membros dos conselhos das agências, a principal instância de decisão, tenham mandato fixo, não coincidentes e escalonados.

E o segundo ponto mais sensível é que "a cúpula das agências reguladoras é um lugar para técnicos, não para políticos." Assim ele coloca. Eu avançaria que para políticos também, desde que tenham os conhecimentos técnicos. E nós temos aqui muitos que atendem a essa questão.

Por fim, um ponto crucial a ser tratado, diz respeito à definição de quais seriam as atribuições das agências.

O que verificamos é que existem muitos casos em que fica uma sombra no previsto para o Ministério fazer, para a agência fazer, isso a nível também das agências reguladoras estaduais, as secretarias estaduais fazerem e as agências reguladoras estaduais, o que também acontece a nível municipal.

Então, é uma parte importante para o Congresso Nacional e para as Câmaras Legislativas Estaduais e de Vereadores: eles têm de retirar essas áreas de sombra.

Nós estávamos comentando há pouco, Dr. Romeu, que, em 2001, tínhamos uma série de indefinições naquela questão daquele problema energético que tivemos e não sabíamos quem ia atuar.

Eu também coloquei algumas conclusões do Engenheiro Gerson Kelmer, que foi Presidente de duas agências reguladoras; foi também Presidente de regulados e também professor. Ele constata, de certa forma, a importância das agências reguladoras.

Eu colocaria aqui essa transparência. Às vezes, nem sempre os interesses do Governo podem eventualmente não coincidir com os do consumidor, particularmente quando o serviço ainda não é universalizado. Neste caso, cabe ao Governo defender os interesses daqueles que ainda não sejam consumidores. E às vezes isso implica tarifas mais elevadas para a capitalização dos investimentos, o que conflita com os interesses dos que já são consumidores.

Ele faz mais algumas observações sobre isso. Mas, de certa forma, o que eu quero deixar destacado é que todos eles que viveram esses 15, 17 anos de regulação, acham que foi uma experiência bastante positiva e irreversível no País.

Eu queria também falar que nós temos alguns pontos positivos da regulação, no Brasil. Foi feita uma pesquisa sobre isso da Câmara de Comércio Americana de onde isso está pegando.

Então, a parte positiva de quem respondeu: promove maior segurança ao consumidor, maior controle dos produtos, garantia dos produtos de qualidade, maior credibilidade, equilíbrio entre as partes.

Então, eu destaquei esses cinco primeiros pontos que foram colocados como positivos da regulação no Brasil. Essa pesquisa foi feita no final de 2012, e aqui temos também alguns pontos negativos: lentidão, morosidade em processos, excesso de burocracia, interferência política, falta de investimento em capacitação.

Em relação a essa parte de capacitação, temos um programa, não só da Abar, mas também um programa que fazemos, o Pro-Reg, que antigamente só se dedicava às federais, e, no dia de hoje, estamos na Escola de Administração Pública, com 54 reguladores sendo treinados, de todo o Brasil, praticamente pegando todas as agências reguladoras federais. Então, temos um programa muito interessante de treinamento. É o nosso foco neste ano de 2014 a capacitação dos nossos servidores.

Sobre as agências consolidadas, nós temos de avançar. Admissão da percepção de risco – com essa percepção positiva, diminuem os custos, e evidentemente aumenta a competitividade no nosso País.

Eu colocaria aqui algumas, já quase finalizando, Presidente, princípios e práticas regulatórias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES – ...que nós podemos ter.

Nós achamos que está na hora de fazer uma melhoria na qualidade das nossas práticas regulatórias, e eu apresentaria aqui alguns princípios – são sete princípios – que poderiam ser colocados para todas as agências reguladoras.

O princípio é de apoio ao desenvolvimento econômico. Os reguladores devem reconhecer que um elemento chave de sua atividade é permitir ou encorajar o desenvolvimento econômico e somente intervir quando houver clara necessidade de proteção.

Aqui, algumas condutas que os reguladores devem ter, mas temos de nos lembrar o tempo todo que temos, aqui, de apoiar o desenvolvimento econômico do País. Temos de interferir o menos possível.

Análise de risco das intervenções. Os reguladores e o sistema regulatório como um todo devem elaborar uma análise consistente dos riscos de suas intervenções, de modo a priorizar os recursos nas áreas que mais necessitam. Não devemos intervir em determinadas situações, porque, às vezes o custo-benefício da nossa intervenção não vai compensar. Então, precisamos ter determinadas condutas para atender a esse princípios. Estão ali embaixo algumas sugestões.

Das informações e das orientações. Os reguladores devem fornecer, com autoridade, orientações de fácil entendimento e de baixo custo. Às vezes, damos orientações que sequer o regulado, que tem gente com *expertise*, não entende. Imagina o povo, que tem de entender. Então, precisamos ter um cuidado muito claro na orientação e nas nossas resoluções, normas e regulamentos.

Das inspeções. Não temos capacidade nem pessoal para fazer todas as inspeções neste País. Nenhuma inspeção deve, em princípio, ser feita sem um motivo bem definido. Então, há evidentemente situações em que é necessário agir rapidamente, mas precisamos ter uma escala de prioridades no que fazemos.

Da solicitação de dados e informações. E um outro princípio: os agentes regulados não devem ter de dar informações desnecessárias ou as mesmas informações mais de uma vez; ou seja, não devemos e não podemos lotar os regulados de informações, porque já têm de montar quase outra estrutura, e, às vezes, não temos capacidade nem de analisar essas informações.

Parecem coisas simples, são simples, mas devemos ter...

Da capacidade de coerção, *enforcement*. Os emprestadores de serviço ou regulados que, de maneira persistente, deixem de cumprir com a regulação devem ser identificados de imediato para aplicação das sanções a que correspondem. Ou seja, deve-se fazer a coerção naqueles em que há necessidade, e àqueles que estão cumprindo as normas, atingem um bom nível, temos de dar incentivos positivos. Devemos nos concentrar onde está o problema, e não "Vou fiscalizar 100%, vou fazer 100%". Ás vezes estamos perdendo. Deveríamos estar concentrados em ações naqueles que merecem estar.

E, finalmente, transparência na prestação de contas. Os reguladores devem ser verificados quanto à eficiência e efetividade de suas ações, mantida evidentemente sua independência. Precisamos estar abertos para vir ao Tribunal de Contas, ao Congresso Nacional, e explicar as nossas ações.

A conclusão é de que temos de avançar nos aspectos qualitativos da regulação.

Podemos fazer um código de princípios reguladores, de modo a se estabelecer uma plataforma comum de ação, o que eu coloquei logo no início; ou seja, esse código poderia ser atendido por todos. Essa é uma sugestão para a gente começar a trabalhar.

Finalmente, muito obrigado pela atenção que vocês deram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Grato ao Dr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, que é o Presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação – Abar, e também Presidente da Agência Reguladoras de Águas, Energia, Saneamento Básico do Distrito Federal, pela sua apresentação.

Passo a palavra ao Dr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, para a sua apresentação.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Cumprimento o Ex^mo^ Sr. Presidente Fernando Collor, a quem agradeço por este convite; os colegas de mesa, o Dr. Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Anac e cumprimento também o Vinícius, colega antigo – trabalhamos juntos na Aneel. Cumprimento-o pela brilhante apresentação, Vinícius, acho que foi muito interessante a sua apresentação, a todos presentes, principalmente a Drª Joísa, que vejo ali, colega Diretora da Aneel, por quatro convivemos lá juntos.

Então, vou falar um pouco sobre a questão, da Aneel. O papel, então, da Aneel, como ente regulador – vem facilitada aqui minha conversa pela brilhante apresentação do Dr. Vinícius –, a prática de regulação, desenvolvimento, qualidade de vida e perspectivas.

Bem, aqui, na linha que o Dr. Vinícius comentou, é claro que as políticas, como está dito ali em cima, são definidas pelo Congresso Nacional, por esta Casa, que tem competência; pela Presidência da República, assessorada pelo CNPE, Conselho Nacional de Política Energética e o Ministério de Minas e Energia, a quem compete definir essa política. Ao regulador, no caso a Aneel, no setor elétrico, a regulação e a fiscalização desse segmento, e os diversos agentes, que atuam no mercado, o segmento de geração, de transmissão.

O Brasil tem fortemente a características de a geração estar, via de regra, distante do centro de consumo. Então, tem que transmitir grandes blocos de energia. Por isso, tem um sistema de transmissão, uma rede robusta. Há o segmento de distribuição, que é aquele que faz a entrega, que é mais no varejo, diretamente ao consumidor, e há o comercializador, que, claro, em grande medida, a própria distribuidora geradora também faz esse papel. Mas, hoje há vários agentes que cuidam especialmente da comercialização. Há dois agentes que têm papéis diferenciados, que são: a ONS, responsáveis por operar, de maneira otimizada o sistema elétrico brasileiro, e a CCEE, que é a que cuida da parte da liquidação, da apuração, da contabilização da comercialização de energia elétrica.

Nos agentes institucionais, claro que tem a EPE, que tem um papel importante, que é a parte basicamente de planejamento do setor elétrico. A Eletrobras, que ainda que seja uma agente, ainda desempenha alguns papéis importantes. Um deles é administrar alguns fundos setoriais, as diversas concessionárias. O CMSE – como o Vinícius comentou, estava falando ainda há pouco, e hoje temos realmente um avanço importante, o setor elétrico está passando por um período desafiador – tem um papel importante, que é a quem compete acompanhar e analisar o equilíbrio entre oferta e demanda. O BNDES, que é um agente institucional importante, financiador do setor, e também a Aneel, que tem uma estrutura muito centralizada. Ela só tem escritório em Brasília, mas conta com o apoio de agencias estaduais conveniadas.

Como disse o Vinícius, vários Estados já dispõem das agências. Aquelas que têm atividade no segmento de energia elétrica firmam convênio com a Aneel e, em nome da Aneel, fazem uma boa parte dos trabalhos, especialmente de fiscalização. E há outras agências que também têm trabalhos em interação com a Aneel.

Então, a competência da Aneel: a regulação, onde necessário, sob previsão legal. A regulação tem esta característica: garantir tarifa justa. A tal modicidade tarifária não é necessariamente a tarifa mais baixa, é a tarifa que equilibra os interesses, como bem colocou o Vinícius, dos prestadores do serviço e do usuário do serviço. Estimular a competição, em condições leais, assegurar a universalização do serviço. Quer dizer, o serviço de energia elétrica é talvez o serviço mais universalizado, mas ainda temos alguns desafios em alguns Estados, para ampliar essa universalização.

O papel da fiscalização. Ela deve ser, no nosso modo de ver, e é assim que está na nossa legislação, mais orientativa e preventiva; punitiva só em último caso, só se necessário. Zelar pela qualidade do serviço é uma questão muito relevante. Quer dizer, não adianta ter modicidade, tarifa baixa, se o serviço não for de boa qualidade. E exigir os investimentos necessários. Em alguns casos é exigir mesmo, porque a distribuidora, por exemplo, tem um papel importante de atender a uma determinada área de concessão, monopólio natural, portanto tem que fazer os investimentos necessários para garantir essa prestação do serviço no padrão adequado. Outra competência da Aneel, que é a mediação, que é arbitrar conflitos entre os diversos agentes e consumidores, é um papel que não aparece muito, mas a Aneel o exerce plenamente. E os leilões que a Aneel realiza sobre delegação do poder concedente. Essa não é uma competência originária, mas a Aneel, em nome do poder concedente, por delegação, realiza os leilões de acordo com as diretrizes emanadas desse poder concedente.

A nossa missão, que é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes – é a essência do órgão regulador – e em benefício da sociedade. Quer dizer, toda a estrutura, todo o desenho do setor elétrico tem uma razão de ser: é o consumidor, o usuário do serviço.

Práticas de regulação. Processo decisório. O Vinícius colocou as agências de modo geral, mas, falando da Aneel, em particular, é uma diretoria em regime colegiado, composta por um diretor-geral e mais quatro diretores. Todas as decisões são tomadas por esse colegiado. As nossas reuniões, já de muito tempo, são públicas, num auditório da Aneel, podendo as pessoas participar, fazer sustentação oral e se envolver na discussão quando têm interesse legítimo, inclusive é transmitida via *web*. O diretor relator é sorteado de maneira absolutamente aleatória. Então, ele é sorteado para relatar o processo, que leva a sua opinião, a sua proposta ao colegiado depois da instrução do processo, que tem todo o embasamento técnico e jurídico. A ampla defesa, que, evidentemente em qualquer processo deve ser observada. No caso do ANEEL, isso é absolutamente garantido.

Regulamento próprio, com base na Lei 9.784. É clareza, transparência e publicidade dos atos. Entendemos e observamos tudo isso. Claro que sempre há espaço para aperfeiçoar. A transparência. Todas as nossas decisões são precedidas de audiência pública. É feita reunião pública, e há espaço para o recurso, mas a simplificação dos processos é uma meta que estamos sempre buscando, porque não adianta ter transparência se o processo tem um grau de complexidade tal, que as pessoas não conseguem acompanhar. Então, isso é também uma busca permanente. Aí são observados os direitos e deveres.

O Código de Ética. Essa é uma questão com que a Aneel sempre esteve preocupada, desde que foi constituída. Tive, como o Vinícius, a oportunidade de participar desde o início da agência, da sua concepção, da criação da estrutura inicial. E sempre esteve presente essa questão de se consolidar uma prática, um código de ética, que temos desde o começo da Aneel.

A Aneel tem também, já de alguns anos, a prática de discutir, de submeter à audiência pública e aprovar uma agenda regulatória. Normalmente, ela tem um horizonte de dois anos, em que propomos e ouvimos a sociedade para inserir nessa agenda. Evidentemente, ela não é exaustiva, mas dá o norte de quais os temas que pretendemos tratar nos próximos dois anos. E recebemos muitas contribuições e incluímos temas evidentemente por sugestão da sociedade. Como exemplo, em 2013, tivemos 132 audiências públicas. Audiências previstas para 2014 e 2015 em torno de 55.

Bem, alguns regulamentos afetam mais diretamente o interesse do usuário do serviço público. A nossa Resolução nº 414, de 2010, mas essa

A nossa Resolução nº 414, de 2010 – essa é uma revisão de 2010, desde a época do DNAEE – é uma das mais tradicionais do setor elétrico, a que regula todo relacionamento entre o prestador de serviço e o usuário do serviço. Essa resolução é bem extensa e trata de maneira exaustiva os direitos e deveres de todos os usuários do serviço e do prestador de serviço. É, talvez, um dos regulamentos mais importantes que temos.

Outra importante também é a Resolução nº 451, de 2011, revisada, que disciplina a questão do conselho de consumidores, outra prática do setor elétrico muito importante. Toda concessionária tem de organizar o seu conselho de consumidores, para que este possa representar, nas interlocuções com a Aneel, com a própria empresa, nas discussões em audiências públicas, os interesses das diversas classes de consumo.

A Resolução nº 470 regulamenta as ouvidorias, outra questão que entendemos estar bem estruturada no setor elétrico. A ouvidoria tanto da Aneel, como das agências estaduais conveniadas e, principalmente, dos prestadores de serviço.

A Resolução nº 540 diz respeito à análise do impacto regulatório, que é também importantíssima na evolução da questão regulatória no Brasil. Em algumas agências, a Aneel está investindo muito nessa prática da análise do impacto regulatório. Quer dizer, antes de editar qualquer regulamento, submeter à audiência pública, junto com a discussão, para perceber qual o impacto que essa proposta de regulamento traz para o usuário de serviço, para os prestadores de serviço de modo geral.

Bem, aqui, um exemplo que discutimos bastante na revisão da Resolução nº 414. Nas audiências públicas que fazemos, elas são feitas em relação ao processo tarifário, de maneira descentralizada, normalmente na principal cidade da área de concessão daquela concessionária.

Há no Brasil, hoje, em torno de 63 concessionárias, mais um conjunto grande de permissionárias. Então, quando vamos deliberar sobre a revisão tarifária, necessariamente essa deliberação é precedida de uma audiência pública, uma sessão presencial.

E uma reclamação muito presente era sempre aquela dificuldade de acessar a concessionária, e um pleito que foi formulado é que os usuários gostariam de ter oportunidade de um atendimento presencial; além do atendimento telefônico, um presencial. A Aneel avaliou, entendeu que esse impacto era absolutamente desprezível sob o ponto de vista do impacto na tarifa e, então, determinou essa providência, para que todas as distribuidoras, em cada Município, tenham um atendimento presencial, algo que foi uma reclamação da sociedade que esse regulamento refletiu.

A questão do atendimento telefônico já coloquei. A ouvidoria no setor elétrico. A Aneel coloca inclusive parâmetros até mais rigorosos do que o próprio decreto estabelece, e, na nossa avaliação, essa questão da ouvidoria no setor elétrico, de modo geral, tanto na Aneel como nas agências estaduais e nas empresas têm um bom desempenho.

Outro ponto importante, além daquele atendimento, das condições gerais de fornecimento, é a questão do ressarcimento quando há algum problema em termos do fornecimento da energia elétrica – algum acidente que pode causar algum problema, queima de equipamentos eletroeletrônicos. Então, a Aneel tem uma disciplina de como esse usuário do serviço que foi afetado, prejudicado por esse acidente, deve reclamar e ter satisfeito o seu direito de ter esse dano reparado pela concessionária.

Aqui, uma evolução importante que houve – destaco essa evolução – é que nós, no último regulamento, fizemos o que chamamos de inversão do ônus da prova; quer dizer, a concessionária é responsável por demonstrar que não houve nexo de causalidade. Não é o consumidor que tem de demonstrar que o acidente da rede provocou a queima, porque ficou uma coisa muito assimétrica: o consumidor não conseguia. É uma questão muito técnica comprovar isso. Essa foi uma evolução importante, e aí a explicação de como essa análise se dá.

Bem, os indicadores de qualidade, ponto importante na questão da qualidade do serviço prestado. Então, o prazo de serviços comerciais padronizado nacionalmente. Então, essa Resolução nº 414 estabelece se um potencial usuário do serviço, ao pedir nova ligação, tem prazo muito claramente definido, se houve uma interrupção do fornecimento para religar. Então, há disciplina, com prazos estabelecidos nesse regulamento, que é acompanhado e fiscalizado pela Aneel.

E uma das características que colocamos nesse regulamento é que se o consumidor não for atendido no prazo do regulamento, sem prejuízo da fiscalização e das punições a que essa empresa está sujeita, a empresa é obrigada a compensar na própria conta do consumidor aquele prejuízo causado por essa demora. Ou seja: o próprio consumidor é, de alguma maneira, ressarcido por aquele prejuízo, por não atender aos prazos estabelecidos.

As penalidades para a distribuidora em caso de inobservância dos limites, já comentei como se dá o ressarcimento.

Bem, a Aneel também realiza anualmente uma ampla pesquisa para saber, sob a perspectiva do usuário do serviço, que é a que mais importa, qual é a percepção dele, como ele avalia a qualidade do serviço, o grau de satisfação desse consumidor com o serviço de energia elétrica. Aqui, não comparei com outro segmento, mas, via de regra, o serviço de energia elétrica está entre os mais bem avaliados.

E, aí, há uma trajetória e uma comparação, desde o ano 2000. Infelizmente, a partir de 2009, notamos ali uma queda, vamos dizer assim, da satisfação percebida pelo consumidor. A isso, naturalmente, a Aneel está atenta e usa esse insumo como elemento para melhorar o seu regulamento, a sua fiscalização, a cobrança dessa percepção da melhoria da prestação de serviço e, portanto, obter a melhor percepção do consumidor.

Bem, um dos parâmetros pelo qual, no setor elétrico, se mede a qualidade do serviço prestado é o que chamamos de DEC, duração equivalente de cada interrupção e o FEC, frequência com que ela acontece. Então, mede-se quantas vezes, em um período de um mês, um trimestre, um ano, é interrompido o serviço de energia elétrica e a duração que cada interrupção tem.

Ali, as barras representam os prazos verificados, a frequência e duração dessas interrupções, desde 2000 até 2013. Ali, é uma média global Brasil. O azul é o DEC, ou seja, a duração com que essas interrupções tiveram e o laranja é a frequência com que elas acontecem. A curva ali, a linha azul é o limite que a Aneel estabelece contratualmente, em regulamento, o limite, a tolerância tanto da duração quanto da frequência. Dá para notar que, com relação à frequência, o apurado tem se mantido dentro dos limites, na média, mas a duração, a partir de 2009, já tocou no limite, portanto, tem também tem merecido uma atenção da Aneel para fiscalizar, regular e apontar na direção da melhoria dessa questão. Notem que o limite é decrescente, ou seja, há sinalização de melhoria contínua do serviço, mas o apurado, no caso do DEC, tem também estado em um patamar acima do limite, portanto, não tem observado essa sinalização.

Bem, outra questão é a compensação por violação desses limites. A Aneel também evoluiu nessa regulação. Até 2009, quando a empresa transgredia aqueles limites, ela era punida, multada. Só que essa multa vai para um fundo setorial, fica distante de retornar para a própria concessão ou para o consumidor o benefício, digamos assim, ou a compensação por esse não atendimento da qualidade do serviço.

A partir de 2010, a concessionária é obrigada a compensar diretamente o consumidor também. Então, na conta de energia elétrica de cada um de nós, consumidores, há lá um quadrinho que mostra qual é o limite do DEC/FEC. Está ali o FIC, que é o individual, o limite individual de cada unidade consumidora, limite admitido tanto para o DEC quanto para o FEC, e qual o apurado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – E, aí, quando transgride, ela tem que compensar no mês seguinte.

Permita-me, Presidente, estou terminando.

Análise do impacto regulatório: já comentei um pouco atrás. A Aneel está buscando aperfeiçoar a nossa prática regulatória, implementando essa questão do regulatório.

Aqui temos a menção de um trabalho feito pelo TCU, buscando avaliar a governança regulatória no Brasil. Ele fez uma menção reconhecendo esse esforço da Aneel na questão da transparência do processo das práticas regulatórias.

Aqui, passo rapidamente, vou deixar o material. Sobre a tarifa, algumas coisas que a Aneel tem evoluído nesse regulamento, a chamada tarifa branca, que já está aprovada e depende do Inmetro homologar os me-

didores, mas é uma tarifa que vai permitir ao consumidor melhor gerir a sua carga, o seu uso, consumindo em um horário em que a tarifa tenha um sinal mais barato, portanto, favorece a gestão do sistema elétrico.

Um regulamento também que publicamos ontem, que é o pré-pagamento. Quer dizer, não é nada imposto, é mais uma alternativa colocada à disposição do consumidor e é absolutamente voluntário o consumidor aderir ou não a essa modalidade de pré-pagamento. Entendemos que é um avanço importante, é uma prática adotada em vários outros países, e o Brasil evoluiu no sentido de ter esse regulamento aprovado, o qual não é colocado em prática imediatamente porque também depende da homologação desse sistema pelo Inmetro.

Outro regulamento que reputo muito importante é a geração distribuída. É um regulamento relativamente novo, mas tem recebido manifestações de interesse de adesão, que é aquela possibilidade de o consumidor instalar um sistema de geração – solar, eólica, biomassa ou qualquer outro, mas o solar talvez seja o que vai ser mais difundido – para que ele atenda a sua própria carga e deposita na rede aquele excesso gerado hoje para consumir em outro momento. É um regulamento muito importante, mas aqui é um exemplo de que talvez falta no Brasil uma visão mais sistematizada de uma política pública.

Aqui, por exemplo, a cobrança, por parte dos Governos Estaduais de ICMS nessas operações tem demonstrado dificuldades, quase que inviabilizado em alguns Estado essa questão, que eu reputo muito importante, que é a geração distribuída. Alguns Estados até já isentaram da incidência do ICMS, o que facilitou muito. Na minha compreensão não é nem uma questão de isenção, não deveria haver a incidência do ICMS.

E aqui, já terminando, os desafios da regulação. O Dr. Vinícius, de novo, abordou de maneira muito competente a matéria. Mas a questão da autonomia administrativa e orçamentária essa é importante. Eu diria que, na minha percepção, as agências estão avançando na direção de conquistar, mas ainda não têm, especialmente na questão administrativa e orçamentária.

A questão da adequação do quadro de pessoal, que é sempre um desafio, não é só da Aneel.

A clareza dos papéis institucionais do setor elétrico. O setor elétrico é complexo, tem uma governança complexa. Então, ter essa clareza do que seja o papel do poder concedente, do que seja o papel do órgão regulador é algo muito importante. Na nossa visão, essas competências deveriam estar definidas em lei. Não é bom que seja em decreto nem em portaria do Ministério, melhor que seja em lei.

Aprimoramento da fiscalização. Temos consciência de que precisamos melhorar, aperfeiçoar o nosso processo para ser sempre mais preventivo, orientativo, para evitar o problema e não punir quando o problema já ocorreu.

Utilização de ferramentas computacionais de análise, cálculo, estatística e geoprocessamento. Quer dizer, é uma coisa que estamos aperfeiçoando, inclusive com a ouvidora para saber de onde o consumidor está reclamando para que possamos organizar as fiscalizações.

No campo da autonomia, reforço e destaco a autonomia decisória. Essa, para mim, é a mais importante. E, na minha compreensão, as agências estão estruturadas com esta competência sim: a decisória sim. Só não a exerce na plenitude se os dirigentes não quiseram usar suas prerrogativas, porque têm mandatos conferidos por esta Casa, os dirigentes passam por sabatinas nesta Comissão e são aprovados pelo Senado.

Era isso, Presidente, muito obrigado.

Desculpe-me por exceder o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado Dr. Romeu Donizete Rufino, que é o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero desejar bom dia a todos e cumprimentar os Senadores aqui presentes, meus colegas de mesa, é sempre um prazer voltar a esta Casa. Como o Romeu já colocou, é aqui que começa a nossa sabatina e é aqui que temos sempre uma interação técnica com os assuntos que aqui são envolvidos. Quero cumprimentar meus colegas de mesa. É também uma honra estar dividindo a mesa com os dois.

A Aneel é sempre a nossa agência modelo. O Vinícius colocou ali o cronograma de instituição das agências, a Anac vem só em 2005 e é instituída em 2006. Então, é a caçula das agências de infraestrutura. E temos referências em outras agências do que precisamos fazer, A Aneel é de onde retirarmos a nossa forma de funcionamento, a nossa publicização, e é por isso que estamos buscando fazer a nossa reunião de diretoria cada vez mais pública, ampla e com transmissão, como vocês fazem.

O Vinícius está não só pela Adasa, mas representa a Abar, que é uma associação que nos permite conversar, entender quais são as melhores práticas que estão sendo executadas em todas as agências reguladoras não só nas federais, como nas estaduais e municipais que, muitas vezes, têm ideias simples que conseguem nos ajudar a avançar em nossas atribuições.

Organizei a apresentação que foca a regulação para a qualidade e melhoria dos serviços do nosso setor. Vou mostrar um pouquinho das nossas instituições que foi o que Manoel fez: o que é a Anac, qual é a nossa área de incidência e atuação, regulação de transporte aéreo, infraestrutura aeroportuária que são dois setores diferentes dentro da mesma agência, os nossos projetos atuais e desafios.

Nossas instituições. Temos uma grande gama de instituições que regem o setor hoje. A Anac, mais uma vez, foi criada só em 2005 por lei e instituída em 2006. Portanto, tem oito anos hoje. Faz parte de um processo de transformação do setor de aviação civil, Antes, era o Departamento de Aviação Civil do Comando da Aeronáutica. Então, era uma instituição militar que foi se transformando em uma instituição civil. Inicialmente dentro do Ministério da Defesa, depois, com a criação da Secretaria da Aviação Civil, em 2011, passa a estar em um ambiente completamente civil, mas ainda temos diversos órgãos participando desse setor.

A Secretaria de Aviação Civil hoje é o nosso grande coordenador, articulador e preparador de políticas para o setor. Cuida exclusivamente de aviação mesmo, tem uma secretaria de aeroportos, uma de política regulatória para aviação civil e uma de navegação aérea que interagem muito com a parte de controle de tráfego aéreo.

Nós temos um Conselho Nacional de Aviação Civil que serve para assessoramentos da Presidente e é presidido pelo Secretário de Aviação Civil. A Agência Nacional de Aviação Civil é a autoridade aeronáutica do setor de aviação civil, ou seja, é responsável por regular quase tudo o que tem no setor, tanto de infraestrutura, quanto de transporte em todos os seus itens.

Eu costumo dizer que a Anac é o que seria a ANTT com os Detrans, inclusive os estaduais. Nós regulamos não só a qualidade da infraestrutura, mas as necessidades de segurança, emitimos carteira para os pilotos e emplacamos as aeronaves. Então, uma grande amplitude de serviços que praticamos.

Dentro do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica, temos o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é o responsável por regular a navegação aérea, controlar de tráfego aéreo. Ou seja: quando uma aeronave está indo para o ar e navegando no ar, é o Decea que regula. E, dentro dele, há um órgão que gerencia toda a navegação aérea, que é o SGNA. Temos ainda um órgão chamado Cenipa, que é um órgão de investigação de qualquer acidente aéreo.

O grande foco de regulação no setor de aviação civil no mundo inteiro é segurança, a garantia de que tudo que voa sobre nossas cabeças e para onde estamos sendo transportados está atuando em segurança. Não termos que ter medo e podemos utilizar o transporte aéreo.

E é um setor tido como o mais seguro no mundo justamente por causa da força de regulação de segurança que temos sobre ele. Temos um órgão internacional, uma agência ligada às Nações Unidas, que cuida de aviação civil desde 47 justamente para regrar todos os regulamentos de todos os países para que saibamos que uma aeronave que saia do Paraguai e que passa sobre nossa cabeça cumpre os mesmos regulamentos que temos, ou seja, para que esse nível de segurança seja mundialmente aceito, todos os países aceitem e pratiquem o mesmo nível.

O Cenipa, então, tem uma atuação muito importante nesse quesito porque qualquer acidente que ocorre serve justamente como recomendações ou medidas que podemos apurar para melhorar a segurança desse sistema.

Temos ainda, no País, a Infraero que é uma empresa pública, mas que é hoje responsável – já foi responsável por 98% do tráfego de passageiros nos aeroportos do País, tinha 66 aeroportos, hoje está com 62 aeroportos – por cerca de 60% do transporte aéreo no País. Com a implementação de Galeão e Confins, agora, esse número já baixa para 50%, mas se configura como um ente público importante ainda das nossas instituições.

A Anac é uma estrutura colegiada também formada por cinco diretores. Somos cinco diretores, hoje, com nomes ainda, por área, mas atuamos já, como a Aneel atua, em regime colegiado, por meio do qual todos os diretores interagem com todas as áreas da agência e deliberam sobre todos os assuntos, regulamentando, fiscalizando e analisando recursos.

Abaixo de nós, temos nove superintendências com o foco principalmente em segurança. A aeronavegabilidade cuida de todos os produtos aeronáuticos, equipamentos aeronáuticos, é uma área muito importante para a certificação dos produtos da Embraer. O Brasil é um dos quatro países que fazem certificação de grandes aeronaves. São quatro regiões: a União Europeia, os Estados Unidos, o Brasil e o Canadá, por terem indústria de transporte de aeronáutica de porte. Então, há órgãos certificadores desses produtos aeronáuticos.

O que é certificação? É garantirmos que aquele produto está sendo produzido dentro de todas as regras de segurança e será aceito no mundo inteiro. Então, é muito importante esse papel da agência como certificador até para o nosso comércio internacional, com os produtos exportados pela Embraer.

Temos aqui a Superintendência de Infraestrutura, que cuida de toda a infraestrutura aeroportuária do País, de todos os aeroportos, de padrões operacionais de todas as empresas aéreas, de todos os pilotos, ou seja, de tudo o que é operação de um produto aéreo. Estão cuidando da certificação dessas empresas.

A Anac, então, tem três grandes macroprocessos finalísticos, e a regulação é um deles. O que é regulação? Nós fazemos regras com algum objetivo. Qual é o nosso objetivo? No caso da Anac, o principal deles é a segurança, é garantir, mais uma vez, a segurança do transporte aéreo; é garantir também a eficiência e a melhoria da qualidade.

A partir do momento em que regulamos, criamos as regras, precisamos certificar que todos estes entes da nossa cadeia de aviação civil – empresas aéreas, aeronaves, empresas de manutenção, simuladores de voo, profissionais, escolas, aeroportos – estão preparados para seguirem as nossas regras. Eles têm de estar preparados, estruturados, treinados para seguirem as nossas regras. A Anac vai lá e certifica que a operação vai ser segura.

A partir disso, precisamos fiscalizar, fazer a grande fiscalização e o acompanhamento de que as condições que nós certificamos, dada a nossa regulação, estão sendo mantidas.

E um quarto macroprocesso importante nosso é a representação institucional, não só junto aos outros órgãos de Governo, mas junto à Oaci (Organização da Aviação Civil Internacional), porque ela é a responsável por elaborar regras para o mundo inteiro. Então, é importante que tenhamos uma boa representação e participemos das discussões juntos da Oaci. A Anac tem um funcionário permanente dentro da representação, em Montreal, que, hoje, é coordenada pelo MRE: um funcionário da Polícia Federal; um da Aeronáutica; e um da Anac, para fazer as discussões das regras na sua criação.

Um pouco de regulação de transporte aéreo. É sempre importante entendermos por que regulamos algo. Eu acho que a chave do regulador é entender por que estamos regulando, é por isso que temos uma análise de impacto regulatório, para saber que tipo de regras precisamos fazer e que incentivos precisamos buscar.

O transporte aéreo não é considerado um monopólio natural, ou seja, não temos uma necessidade tão grande de regular a forma como as empresas estão atuando no mercado para concorrerem entre si ou para incentivarem essa concorrência – elas já concorrem entre si. Empresas aéreas são criadas e terminadas de um dia para o outro, no mundo inteiro.

Mas temos outros falhas de mercado que nos importam bastante na regulação.

Primeiro, a simetria de informações. Nós não sabemos – e grande parte da população também não sabe dizer – se o transporte pode ser praticado com segurança ou não. Na hora de entrar numa aeronave, nós não sabemos se aquela aeronave está em dia com a manutenção, se o piloto foi bem treinado, se a empresa está preparada, está o.k., está em dia com o órgão regulador. Nós não sabemos. A regulação entra aqui, então, para garantir que as pessoas que não têm informações possam ter segurança para usar aquele transporte. Essa simetria de informação faz com que a agência crie diversos regulamentos para exigir que todas as empresas, todos os entes da nossa cadeia sigam tudo o que nós entendemos como sendo mais seguro, e nós informamos para a sociedade que está seguro: "Vai tranquilo que você pode ser transportado por esta empresa."

Outras informações que nós temos: qualidade. Nós não sabemos quando vamos comprar uma passagem aérea. O que a gente geralmente olha é preço e horário, o que mais ou menos nos importa, dependendo da natureza do transporte. Se você é um executivo e vai fazer um voo para chegar a uma reunião importante, o preço às vezes não importa tanto, importa mais o horário. Se você é turista, o que mais importa é preço. Então é importante também mostrarmos outras variáveis que são importantes para os consumidores, como por exemplo a pontualidade, a regularidade daquele voo, a distância entre assentos, para haver um nível de conforto.

Outra falha de mercado importante é a presença de externalidades no transporte aéreo. Há alguns custos que as empresas aéreas poderiam não considerar, caso não fossem forçadas a considerar na sua cadeia produtiva. Então, por exemplo, o custo de manutenção. Poderia ser o entendimento de alguma empresa que não precisaria fazer tanta manutenção como exigido porque não está havendo nenhum acidente. A partir do momento em que há um acidente, o custo é muito grande para a sociedade, para a família de todos aqueles envolvidos. Então entra a regulação para garantir que todos esses custos que poderiam não ser considerados por alguém serão considerados pelas empresas aéreas.

Nós temos então uma série de pilares para o nosso transporte aéreo: segurança é o principal deles e eficiência operacional vem logo em seguida.

Não temos um monopólio natural no transporte aéreo, então atuamos hoje em regime de concorrência, dado até pela lei da edificação da Anac. Existe uma liberdade de oferta. As empresas aéreas podem praticar os voos para onde quiserem, desde que haja condição operacional e condição de infraestrutura. O aeroporto tem que comportar aquela nova operação, a pista tem que comportar aquele tipo de operação com aquela aeronave. Então não posso fazer um voo com A380 na pista do Santos Dumont, que é uma pista extremamente curta. Mas sendo o equipamento adequado para fazer aquele voo, o voo é autorizado, rapidamente autorizado pela agência, e qualquer empresa pode entrar em qualquer serviço.

O segundo pilar da concorrência no setor: liberdade tarifária. As empresas são livres para cobrarem os preços que quiserem. Antigamente a gente tinha um limite na regulação do desconto que se poderia dar. Ha-

via um nível de desconto mínimo, justamente para evitar uma concorrência tida como predatória. Esse limite acabou com a lei de criação da Anac. Hoje as empresas são livres para fazer a cobrança e oferecer descontos e promoções todos os dias.

Algumas medidas que nós na agência, desde 2005, adotamos para aumentar a concorrência: a primeira medida na criação da agência foi a regulamentação dos usos de *slots*, ou seja, como utilizar melhor um aeroporto que está congestionado. Hoje o nosso aeroporto congestionado por excelência é Congonhas. Congonhas hoje comporta apenas trinta movimentos hora, trinta pousos ou decolagens, e é sempre operado nesse limite. É importante que a empresa que não use esse *slot*, que não use aquele horário passe para outra empresa. O que incentivamos é que as empresas tenham sempre o melhor uso possível, para a gente fomentar sempre a concorrência num aeroporto que está congestionado. Tivemos uma primeira regulamentação em 2006, e essa regulamentação já está em revisão agora.

Liberação tarifária. A lei instituiu a liberação tarifária já em todos os mercados. Ela já vigorava para o mercado doméstico, com algumas ressalvas, durante a atuação um pouco prévia à criação da Anac. Foi sedimentada para o mercado doméstico. E a tarifa internacional foi liberada em 2009, 2010, primeiro para a América do Sul, depois para todas as rotas. Nós percebemos que houve uma queda dessas tarifas internacionais e uma maior entrada de empresas aéreas no País a partir de então.

Outra medida importante: a abertura dos aeroportos centrais. Santos Dumont até 2009 só poderia ter ponte aérea e voos que pousassem dentro do Estado do Rio de Janeiro. A abertura de Santos Dumont a outros voos permitiu uma concorrência grande no transporte aéreo do Rio de Janeiro e no País inteiro, aumentando a concorrência numa cidade que gera muito tráfego, que é o Rio de Janeiro. Pampulha também teve a mesma abertura, mas Pampulha é um aeroporto mais restrito, porque ele tem condições de infraestrutura menores, a operação lá é menor.

Outras medidas para o aumento de qualidade recente. A agência regulamentou, também em 2009, a prestação de assistência – desculpe, em 2010 – a prestação de assistência ao passageiro nos casos de atraso, cancelamento e preterição. Vou mostrar isso no eslaide um pouco à frente.

A divulgação de informações. Nós queremos que os elementos que nós não vemos quando vamos comprar passagem (nós só vemos preço e horário) também estejam presentes para o consumidor escolher. Então hoje, quando você for comprar a sua passagem, pode ver que há um histórico de regularidade e pontualidade daquele voo. Então se você preza regularidade e pontualidade e quer saber qual voo que atrasa mais ou menos, a empresa tem que fornecer essa informação na hora da compra.

Também uma discussão grande com a sociedade sobre o espaço entre os assentos das aeronaves. Não há, no mundo moderno de aviação, uma regulação que obrigue a ter um espaço de conforto. O espaço mínimo que pode existir entre os assentos das aeronaves é o espaço que permita e não impeça a evacuação da aeronave no caso de um acidente ou de uma necessidade de fazer com que todos os passageiros possam saiam da aeronave rapidamente. A partir daí, é conforto. Mas é importante que nós mostremos à sociedade que as empresas oferecem confortos diferentes. Hoje, as aeronaves todas têm um selinho, como se fosse de geladeira, de consumo de energia elétrica, para mostrar se o espaço é "A" ou é "E"; "E" é o pior, e "A" é o mais espaçoso. E elas disputam e fazem propaganda com esses selos.

Regulamentamos também o serviço de atendimento ao passageiro, exigindo que tenha, assim como a Aneel mostrou, um atendimento presencial nos aeroportos de maior movimentação. Todas as empresas têm que atender ao passageiro e precisam dar protocolo de reclamação, tentar resolver o problema no aeroporto, para que nós possamos ir atrás e buscar o que a empresa está fazendo também.

Tivemos nova regulamentação de acessibilidade às pessoas com necessidade de atendimento especial na Agência também, fazendo maiores exigência desde o ano passado.

Este é o selo conforto que eu expliquei. Hoje este é selo que está presente logo na entrada das aeronaves, justamente para que a população já saiba qual é o nível de conforto naquela aeronave, e a informação deve estar exposta também no momento da compra.

Resolução de prestação de assistência aos serviços. Hoje os passageiros têm regulamentado, e está bem – nós entendemos – sedimentado na cultura da aviação civil, todos os seus direitos a partir do momento em que as aeronaves atrasam. Aviação civil não é transporte ferroviário. Não é você botar num trilho, e ele vai seguir. É muito raro ter alguma coisa que o impeça de chegar ao seu destino no horário previsto. Aviação civil trafega pelo ar, e o ar tem vários obstáculos: as condições meteorológicas pode mudar, você pode ter configurações no meio do caminho que aumentem ou diminuem o tamanho da operação, pode ser um problema no aeroporto de origem, um problema no aeroporto de destino que atrapalhe a execução do serviço com eficiência no horário previsto. Então, é importante que os direitos estejam... E, se acontecer algum problema que a aeronave atrase ou que seja cancelado, que os direitos dos passageiros sejam bem cumpridos. Então, eles têm direito

a partir de uma hora, duas horas, quatro horas e se o voo for preterido. O passageiro chegou à aeronave com a reserva marcada naquele voo, e foi negado o embarque dele, tinha mais gente do que deveria ter dentro da aeronave, também tem direitos. Em suma, esses direitos são: a partir de duas horas, alimentação; a partir de quatro horas, acomodação em local adequado. E, em qualquer desses casos, atrasos mais de quatro horas, cancelamento dos voos, a empresa tem que colocar em outro voo, seja dela ou de outra empresa ou devolver o dinheiro, o que o passageiro preferir.

Regulação de passageiros com necessidades especiais. Em 2013, transferimos das companhias aéreas para a operadora aeroportuária responsabilidade pelo fornecimento de mecanismos adequados para o embarque ou desembarque de passageiros. Essa era uma exigência, uma discussão grande da sociedade, que são aqueles *ambulifts*. Toda vez que você tem alguém com a cadeira de rodas, que precisa chegar à aeronave e não tem um *finger* disponível, tem que ter um equipamento de ascenso à aeronave para que esse transporte seja feito sempre com dignidade.

Regulamentamos algumas outras questões sobre os transportes de PNAEs também.

Os efeitos das medidas adotadas até então. Nós percebemos que, desde 2002 para 2012, tivemos uma queda da tarifa média muito significativa: 43% de queda. Ou seja, pagamos quase a metade do que pagávamos em 2002. Em dez anos, pagamos quase a metade de 2002. Se eu puxo esse gráfico aqui para 2013, ele ainda não estava atualizado, esse valor aumentou um pouco, nós percebemos que houve aumento da tarifa no último ano, cerca de 4%, mas já percebemos que isso já está voltando a patamares mais baixos durante este ano. Cinquenta e seis por cento a menos do que pagamos por quilômetro voado. Esta é a medida do quanto custo cada quilômetro voado. Então, percebemos que teve uma diminuição muito grande do quanto se paga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Esse preço, muitas vezes a gente discute que alguns preços são muito altos, pagamos mais de R$1.000,00, mas grande parte dos preços está nessa faixa aqui. Então, essa faixa de 2012, de como era a distribuição de preços e a de baixo é de 2002, como era a distribuição de preço em 2002. A maior concentração dos preços vendidos era aqui, acima de R$400,00. E hoje nós percebemos preços abaixo de R$300,00 como a grande concentração. Poucos são os preços mais de R$1.000,00.

Em 2012, então, as tarifas abaixo de R$100,00 eram aproximadamente 13% dos assentos, enquanto que, em 2002, não existia nenhum.

Nós tivemos um aumento muito grande no número de passageiros transportados, três vezes mais nos últimos dez anos. De 33 milhões para 92 milhões, chegamos a mais de 100 milhões já em 2013. Isso significa que a população está usando cada vez mais o transporte aéreo. Essa barra azul é o número de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos; e o vermelho é a nossa população. Quanto mais eu estiver chegando essa coluna perto da vermelha significa que uma parcela maior da população está tendo acesso ao transporte aéreo. Uma medida de universalização do transporte. Estamos indo bem, mais ainda falta muito.

Esse é um índice que temos calculado para 2009. Em 2009, 60% da população era o que representava o número de passageiros transportados, enquanto a Austrália tinha cinco vezes mais da população sendo transportada.

Só passar para a infraestrutura aqui, Presidente, para podermos encerrar.

Regulação da infraestrutura. Acho que é outro importante da nossa regulação na busca de qualidade de serviço é diferente, eu preciso fazer uma regulação maior, porque o aeroporto tende a ser um monopólio natural. As pessoas de Brasília vai sair por Brasília mesmo, muito difícil a gente se deslocar daqui para Goiânia para pegar um voo. Então, o aeroporto não tem grandes concorrências ao redor. Tirando cidades que há mais de um aeroporto, percebemos que a concorrência no aeroporto é bem mais limitada.

Temos os mesmos tipos de outras falhas de mercado: precisamos garantir a segurança, precisamos garantir que a população saiba que usar o aeroporto é seguro.

Hoje temos uma grande quantidade de pistas no País de aeródromos. Privados, são próximos de 2.796 – esse número muda todo dia –; e, público, 719. Com voos regulares, hoje cerca de 120.

Esses aeroportos são tanto de iniciativa federal como regional, e o Governo já decidiu fazer concessões para alguns deles justamente para buscar, com alguns objetivos, expandir infraestrutura de forma mais rápida, melhorar o nível de serviço, difundir melhores práticas de gestão aeroportuária, introduzir concorrência no sistema aeroportuário do Brasil.

A decisão que o Governo adotou em 2011 foi de conceder uma série de aeroportos. Na verdade, em 2010, já havia sido decidida a concessão de São Gonçalo do Amarante, mas nós já chamamos a grande rodada a partir de 2011, em que São Gonçalo foi o primeiro aeroporto, previsão de inauguração agora no final deste mês. Estamos esperando os últimos ajustes entre as empresas de transporte aéreo e a infraestrutura aeroportuária,

porque a transição de um aeroporto para outro tem que se algo feito com total segurança. Estamos aguardando isso para esses dias, justamente para garantir a inauguração dele no final deste mês.

São Gonçalo é o que chamamos de rodada zero, primeiro aeroporto que fizemos a concessão; depois tivemos um novo modelo com Guarulhos, Viracopos e Brasília. Estamos na fase de inauguração desses terminais. Guarulhos foi inaugurado no domingo. Estive ontem lá, acompanhado do Ministro Moreira Franco, já havia ido antes quando da inauguração semana passada, de uma estrutura completamente nova, totalmente diferente do que estamos acostumados em nível de qualidade, em nível de serviço e isso é decorrência da concessão.

Viracopos também era prevista a inauguração dele no domingo, era a data contratual de inauguração, mas não conseguiram ainda fazer a inauguração. Estamos acompanhando diariamente, porque temos multas pesadas para o não cumprimento do contrato e multas diárias de não cumprimento. É talvez a maior estrutura que está sendo investida.O aeroporto antigo de Viracopos ficava aqui, não está sendo utilizado nessa nova versão. É um aeroporto inteiramente novo, com pátio inteiramente novo para mais de 80 aeronaves, com novos investimentos em pista e um terminal muito grande que está também cerca 91% completo até agora.

Brasília. Data contratual de inauguração dele: 24 de maio, agora. Mas já inaugurou o píer sul, que é esse aqui, acho que muita gente já passou por ele; o píer norte é semelhante a ele. A diferença desse desenho aqui é o que o satélite continua, mas a inauguração dele completa deve ser agora dia 24 de maio.

Tivemos a decisão de fazer uma nova rodada de concessões, que fizemos e acabamos de assinar os contratos: Galeão e Confins foram os últimos aeroportos concedidos, eles têm cerca de 20 meses para fazer os investimentos iniciais necessários, ou seja, menos de dois anos, são prazos recordes, que observamos que foram quase todos cumpridos na rodada dos três – Guarulhos, Viracopos e Brasília –, e que esperamos também Confins e Galeão cumprindo.

Todas essas concessões, Presidente, é importante ver que as estamos fazendo em um ano da decisão até a execução dela, as estamos fazendo em um ano, e aqui vocês acompanham diversas concessões e sabem o quanto demora um processo de concessão. A Agência tem feito um esforço muito grande para correr com esse processo, concessões complexas e novas que o Brasil ainda não tinha feito.

Muito importante, só para finalizar, essa parte de infraestrutura aeroportuária.

Nós estamos inaugurando uma nova era, de fato, para transporte, os aeroportos. Então, a partir de agora, esses aeroportos que já são concedidos, que já têm obrigações iniciais grandes para entregar uma grande infraestrutura com maioria qualidade, eles passam a ser medidos por essa qualidade e pelo seu dimensionamento; eles têm que crescer de acordo com a demanda: quanto mais passageiros tiver, mais ele tem que crescer. Se ele não crescer, de acordo com a demanda, ele é multado, multas pesadas para o não cumprimento desse crescimento. Não adianta só crescer e não se ter uma boa qualidade – não ter uma iluminação boa, bons banheiros, alimentação, fluxo com velocidade.

Então, também é a medida da qualidade de serviço por uma série de indicadores de qualidade que impactam na tarifa dele, se ele não executar bem ele tem uma redução de tarifa e estão buscando sempre uma melhor qualidade.

Uma série de indicadores; detalhamento disso que eu falei.

Os nossos projetos atuais. O nosso maior projeto no momento, algo que quase ninguém está prestando atenção, é a operação Copa do Mundo FIFA de 2014. Temos a nossa maior operação de fiscalização e monitoramento, que foi lançada na segunda-feira. O trabalho para a Copa do Mundo foi feito nos últimos dois anos, já com um planejamento bem coordenado pela Secretaria de Aviação Civil, que engloba diversos órgãos, a Anac é um órgão Central de Aviação, mas nós já testamos essa planejamento na Rio+20, na JMJ – Jornada Mundial da Juventude, na Copa das Confederações, e agora o nosso próximo projeto que é a Copa do Mundo.

Planejar significa pegar toda a infraestrutura disponível no aeroporto e dizer quantos voos são capazes de serem processados nessa infraestrutura. E nós estamos autorizando somente os voos capazes de ser autorizados nessa infraestrutura.

Então, tanto a aviação regular quanto a aviação geral executiva precisará de *slots* autorizado para poderem autorizar esses aeroportos. E vamos exigir, pois a chave do sucesso desse planejamento é a fiel execução disso. Então, vamos exigir que eles sejam respeitados.

Então, nesta semana, também anunciamos que quem não cumpriu os *slots* para a Copa do Mundo terá multas, não só a aviação comercial, mas como também aviação executiva. Vamos fazer o máximo possível para que esse planejamento seja cumprido. Teremos mais de mil servidores dos 1.500 da Agência envolvidos nessa operação.

A Agência também passa por um fortalecimento institucional. Queremos que a Agência seja cada vez mais forte, cada vez mais um órgão que independa de seus diretores, porque vamos, sim, continuar existindo, porque é uma Agência que precisa manter a segurança do transporte aéreo independente de qualquer coisa.

E os nossos próximos projetos só queremos migrar essa estrutura de qualidade e nível de serviço dos aeroportos concedidos para os demais aeroportos da rede, Infraero e outros aeroportos públicos. Então, que todos eles passem a ter o mesmo nível de cobrança. São incentivos diferentes aos que se dá para um aeroporto público, o tipo de multa, qual o incentivo sobre a tarifa, e é nisso que estamos trabalhando agora.

Estamos revisando a regulamentação da alocação e uso de *slots* para que os aeroportos congestionados sejam ainda mais eficientes e busquem ainda mais regularidade e pontualidade e que se tire *slots* para se dá para empresas que querem entrar naqueles aeroportos.

E uma nova regulamentação para bagagens, também para os próximos meses, que vai regulamentar algo que é uma reclamação grande dos passageiros quando a bagagem é extraviada, perdidas, exigências novas e maiores.

Muito obrigado.

Estou à disposição.

Desculpa se me excedi um pouco no prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado ao Dr. Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac.

Hoje nós estamos tendo a oportunidade de realizar uma audiência pública que objetiva ouvir dos agentes reguladores os planos, os projetos e a visão que eles têm das próprias Agências e os planos e os projetos que têm para os próximos anos. E basicamente temos duas Agências aqui representadas pelos seus diretores-presidentes: a Agência Nacional de Viação Civil e a Agência Nacional de Energia Elétrica que são duas das Agências sobre as quais estão incidindo as maiores preocupações de nós brasileiros tendo em vista a realização da Copa do Mundo.

Em relação à Anac, a capacidade que teremos ou não de dar tranquilidade e comodidade àqueles que vierem ao Brasil para participar, de alguma forma, das atividades relacionadas à Copa do Mundo, bem como também aos passageiros locais. E, a Agência Nacional de Energia Elétrica, em função dos fatores climáticos absolutamente fora de nossa capacidade de planejar, porque o planejamento está lá em cima, pela falta de chuvas, que vem causando esse desassossego de se saber se teremos ou não condições de fornecer a energia elétrica necessária e suficiente para atender a grande demanda que aumentará nos próximos meses, em função da realização da Copa do Mundo.

De modo que é uma oportunidade que acredito muito boa para todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura e também para os nossos internautas e aqueles que estão participando via Alô Senado, via Twitter, para que sejam feitas as perguntas, sejam colocadas as suas dúvidas, os seus questionamentos, para que os Diretores-Presidentes dessas duas Agências possam oferecer as respostas convenientes.

Do mesmo modo, temos que realçar a presença do Dr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, que é Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, que aqui fez uma explanação inicial, uma explanação muito boa sobre o papel das Agências reguladoras de forma muito pontual e correta.

De modo que passo a palavra aos Srs. Senadores.

Iniciando as perguntas de S. Exªs os Srs. Senadores, concedo a palavra a S. Exª o Senador Wilder Morais. Em seguida, ao S. Exª o Senador Jayme Campos, e também ao Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

A minha pergunta é para o Romeu Donizete, Diretor-Geral da Aneel.

A Aneel aprovou a Resolução nº 482, em 17 de abril de 2012. Em suma, a norma garantiu que consumidores pudessem instalar centrais geradoras de pequeno porte de fonte hidráulica, solar, eólica, biomassa ou de cogeração qualificada, de forma a injetar a energia gerada na rede distribuidora na qual estão conectadas, ceder essa energia a título de empréstimo gratuito à distribuidora e compensar o montante prestado com o consumo próprio de energia elétrica. Os jornais têm notificado que impera ainda um problema quanto à incidência do ICMS, como foi dito pelo senhor. Considerando que a incidência pode prejudicar os consumidores que instalaram os equipamentos com base no entendimento da Aneel de que não havia incidência de tributo, pelo fato de esta Agência não ser autoridade tributária para determinar se há ou não incidência de ICMS. Quais os motivos de a Aneel não ter buscado, antes da aprovação da norma, consenso junto ao Confaz, antes de afirmar de forma que havia ou não incidência? Porque hoje a gente vê aí, nós estamos no limite praticamente de fornecimento de energia, e seria uma grande oportunidade de a gente, a iniciativa privada, começar a fazer esse investimento, como já acontece mundo afora, e há essa incidência tributária. Então a minha pergunta é por que não ter feito, junto com o Confaz, esse entendimento?

E segundo, a Aneel, como uma Agência reguladora, no meu Estado de Goiás a Celg foi federalizada, porque também estava vencendo a sua concessão e também por questões de investimento no decorrer dos

anos, que a impedia de fazer o reajuste das suas tarifas. E houve um compromisso da Eletrobras de fazer um investimento. Isso tem dois anos, e não aconteceu. E nós estamos em Goiás, como se diz, todo dia faltando energia em várias cidades do Estado. E, além do mais, a falta de investimento prejudica a instalação de novas indústrias para o nosso Estado.

E a segunda pergunta, eu faço para o Marcelo Pacheco, Diretor-Presidente da Anac.

Quais foram as principais lições aprendidas pela Anac nas primeiras concessões realizadas? Como tenho uma opinião própria, eu acho que o Governo tinha que ser regulador, até porque essas operações, principalmente no caso da Infraero, são engessadas, e a iniciativa privada tem muito mais condição, a meu ver. Então, eu gostaria de ouvir de V. Sª os primeiros entendimentos dessas novas privatizações.

Obrigado, Presidente. Essas eram as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Morais.

Passo a palavra ao Dr. Romeu Rufino, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, para resposta às perguntas formuladas.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Senador, com relação à questão da micro e minigeração distribuída, Resolução nº 482, à que o senhor se referiu, a bem da verdade, a Aneel fez, sim, essa interlocução com o Confaz, com representantes dos Estados, inclusive o regulamento foi em grande medida adaptado, ajustado, para nossa compreensão, para não haver incidência. Até recebemos essa sinalização de alguns membros do Confaz. É claro que isso não é unanimidade. Não é fácil alcançar essa unanimidade do Confaz, quando se trata da incidência ou não de ICMS.

E na nossa compreensão, não somos realmente o órgão que tem competência para disciplinar a questão tributária, mas temos a prerrogativa de interpretá-la e, na nossa visão, não há mesmo a incidência. No nosso modo de ver é um equívoco cobrar ICMS sobre essa operação, porque, de fato, não há a venda e a compra, não há a comercialização da energia elétrica.

Como o senhor bem colocou, o regulamento sinaliza; e, por isso, ele inclusive restringiu ao mesmo CNPJ ou CPF – pode ser pessoa jurídica ou física – para não caracterizar essa comercialização.

Então, na nossa visão, o regulamento foi, em grande medida, limitado, inclusive nessa liberdade de instalar essas gerações, para que não houvesse realmente a incidência. Depois que o regulamento foi editado, de fato, uma boa parte dos Estados, ou talvez a maioria, porque isso realmente passa pelo Confaz, tem um entendimento diverso do nosso de que deve haver incidência.

Como eu disse, alguns Estados – Minas Gerais é um exemplo – acabam isentando o ICMS, o que tem ajudado muito. Então, é claro, todo Estado que puder isentar, na visão de que há incidência do ICMS, porque é uma barreira quase intransponível. Realmente, se houver incidência dificulta, onera de maneira importante.

Então, é a nossa visão. E estamos, inclusive, nos posicionando formalmente, numa análise técnica, pois, de novo, não temos competência para decidir o assunto, de que não deveria haver a incidência mesmo. É a nossa visão. Nós interagimos antes, durante – agora estamos fazendo – e continuaremos interagindo com o Confaz, no sentido de tentar convencê-lo de que não deveria haver a incidência do ICMS.

O outro ponto que V. Exª coloca é a questão da Celg.

A bem da verdade, o senhor certamente conhece o processo, ainda não houve, de fato, a federalização. Houve uma decisão da gestão compartilhada, como chamam, e que depende ainda de transferir o controle societário para a Eletrobras. De fato, a Eletrobras está à frente da gestão, pelo que eu saiba, com a participação de alguns representantes do próprio Governo do Estado, que é o acionista, mas o controle societário, ainda que até já anuído pela Aneel, ainda não foi concretizado, porque faltam alguns passos, pelo que eu conheço, a serem cumpridos.

Agora, de qualquer forma, essa questão é do âmbito do Governo Federal. Quer dizer, a decisão de comprar o controle – a Eletrobras – ou não é uma discussão entre o controlador atual, o Estado de Goiás, e o Governo Federal.

A Aneel acompanha, tem a preocupação, como o senhor colocou, porque a qualidade do serviço prestado pela Celg, no Estado de Goiás, é absolutamente insuficiente, ruim. Nós temos acompanhado, fiscalizado, aplicado as sanções que podemos aplicar, mas, de fato, isso não tem conseguido reverter a situação. É uma situação muito preocupante a qualidade do serviço, a falta dele, do serviço prestado pela Celg.

Estamos acompanhando com muito interesse, de perto, o desfecho dessa questão da transferência do controle, porque é uma questão não resolvida, como eu coloquei, mas a Aneel tomará todas as providências que estiverem ao seu alcance, independente de o controle ser do Estado ou do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Eu passo a palavra ao Dr. Marcelo, para responder à indagação.

Se possível, seja bem objetivo, até porque temos uma sabatina de dois diretores aqui do DNIT, que vamos realizar na manhã de hoje.

Com a palavra, o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Muito obrigado.

Primeiro, quanto às lições aprendidas na primeira concessão.

A Anac não é responsável pela decisão de conceder, mas nós discutimos todo o modelo e participamos dos subsídios técnicos necessários para isso.

O que nós percebemos até agora? O que nós temos, da primeira concessão, são alguns dias de inauguração das obras. Então, a primeira coisa que percebemos de deficiência da Infraero é a demora dos investimentos. A Infraero está submetida ao regime da Lei nº 8.666, de contratações públicas, tem que fazer uma licitação, nós também estamos, e sabemos como é difícil fazer contratações rápidas, para o crescimento de infraestrutura na forma como estava sendo exigido pela sociedade.

Uma segunda coisa que esperávamos ver também era uma operação diferenciada. A Infraero, por ser uma empresa só, operando em quase todos os nossos aeroportos mais importantes, tinha uma forma de operar. Então, precisávamos ver uma nova forma de operar aeroportos, operar a mesma estrutura de uma forma mais eficiente.

Quanto à primeira parte de construção, obras e velocidade, não há o que se dizer: em menos de dois anos, e as estruturas novas são enormes, são estruturas diferentes do que tínhamos no Brasil até agora. Já vimos isso em Brasília, vimos isso em Guarulhos e em Viracopos – de novo, um aeroporto novo, saindo do chão, construído em quase dois anos também. Então, no que se refere a toda a parte de obras, percebemos que foi muito mais eficiente, não existem as mesmas amarras, os projetos nos parecem ser bem interessantes para a operação. Não adianta só construir, tem que ser algo que seja algo de operar depois; o passageiro tem que ter um fluxo livre e tenha qualidade na prestação do serviço. Também percebemos que os projetos trazem essas inovações.

Vamos acompanhar, agora, a operação. É importante ver se os aeroportos vão ser bem operados, ou seja, não adianta ter uma estrutura nova, bonita, se não estiverem sendo operados de forma adequada. Por isso, desde a primeira rodada, foi exigida a presença de um operador de aeroportos dentro do consórcio. Na primeira rodada, exigia-se uma participação desse operador; e, na segunda rodada, agora para Galeão e Confins, exigia-se uma participação maior do operador, uma presença maior e um porte maior do operador, justamente esperando que operadores maiores venham a participar e estejam comprometidos com o projeto.

Então, até agora, as impressões são muito boas, esperamos que continue assim. E vamos continuar analisando e fiscalizando.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – E que possa avançar ainda mais, não é? Que possa fazer concessões que, com certeza, têm viabilidade em todos os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço ao Senador Wilder Morais.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Espero que V. Exª seja bastante pragmático, como sempre foi, para encaminharmos o bom trabalho desta Comissão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Jayme Campos; senhores convidados; Dr. Romeu Rufino, da Aneel; Sr. Marcelo Guaranys, da Anac; e Sr. Vinícius Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal e Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, eu queria fazer um questionamento mais amplo, com relação às Agências Reguladoras. As Agências Reguladoras, no início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram desidratadas – vamos dizer assim - em relação às suas funções. Havia, àquela altura, um pensamento equivocado de que as Agências Reguladoras iriam concorrer com os ministérios em suas ações.

Então, parece-me que, a partir dos últimos anos, já houve uma mudança nessas questões. Então, as Agências estão, efetivamente, cumprindo com as suas obrigações de regular e fiscalizar os serviços oferecidos à sociedade.

Com relação à questão dos recursos – que sempre foram eficientes, em função de grande parte dos recursos que são cobrados da sociedade, em taxas das tarifas, serem deslocados para o Tesouro Nacional, a fim de cobrir o déficit público –, eu gostaria de saber de V. Sª se continua essa prática, se os recursos, hoje, são suficientes, se as Agências estão em condições de cumprir com as suas obrigações.

Outra pergunta, também geral, eu diria que estamos, hoje, vendo um novo modelo, para que não se cometa neste Governo a continuidade do que vinha sendo feito com sucesso no governo do PSDB em termos de privatizações, se definiu denominar de concessões. Lamentavelmente, perdemos 10 anos, perdemos um tempo que para o Brasil que é de grande importância. Retomaram agora as concessões e eu perguntaria a V. Sªs: na *Folha de S. Paulo*, de ontem, na sua primeira página, diz que apenas 41% das obras previstas para a Copa

do Mundo serão completadas. Como V. Sªs veem a possibilidade de haver ou não uma imagem negativa do nosso País em relação ao resto do mundo no acolhimento dos turistas? Há muito tempo eu não usava o aeroporto do Galeão, o fiz neste final de semana, mas fiquei realmente lamentando a situação em que o aeroporto se encontra. É como se fosse um aeroporto totalmente abandonado, sem manutenção... E por lá entrarão turistas. Assim como os aeroportos, conforme mostrado pelo Dr. Guaranys, nem todos ficarão prontos para Copa do Mundo. Isso não trará dificuldade para entrada e saída dos turistas e uma imagem negativa para o País?

Com relação à Aneel, eu gostaria de ter um posicionamento do Dr. Romeu, com relação à medida provisória que antecipou a regulação dos contratos das distribuidoras e geradoras que de forma, eu diria, eleitoreira, foi colocado para sociedade como sendo um grande feito com a diminuição das tarifas de energia, tanto residencial como industrial. O que vemos agora é que o Tesouro Nacional, a sociedade brasileira está pagando caro por esse ato do Governo Federal, tendo que cobrir os prejuízos das distribuidoras, sob pena de elas quebrarem. São bilhões e bilhões, alguns falam de 20 bilhões, outros em torno de 10 bilhões, o valor necessário para que sejam atendidas essas empresas. Lamentavelmente, a tal da diminuição da tarifa não vai acontecer, até porque já está anunciado que haverá aumento de tarifas, que acredito que não aconteçam agora, apesar de termos necessidade, mas não vai acontecer em função do período eleitoral. Vão esperar passar as eleições para depois corrigir as tarifas, tanto energia como de combustível, que também já está anunciada. Vamos ter, lamentavelmente, um impulsionamento grande na inflação deste ano de 2014, em função da correção dessas tarifas.

Com relação ao fornecimento de energia, já fizemos aqui na Comissão de Infraestrutura uma audiência a respeito da posição que o Governo brasileiro tomou de modelo das hidrelétricas a fio d'água e não com reservatórios, se não vamos nos arrepender, num futuro próximo, de não termos tido a possibilidade de gerar toda a energia possível ao ter um modelo diferenciado para fio d'água, ou seja, não ter como controlar o volume de água para os momentos de maior necessidade de energia ou menor necessidade de energia.

Hoje também foi anunciado que o reservatório de Cantareira, em São Paulo, está com apenas oito vírgula pouco por cento da sua capacidade de armazenamento. Não haverá, realmente, a necessidade de um racionamento de energia para o Brasil, como também de água para a cidade de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Ilustre Dr. Romeu, por favor, se for possível responder as indagações do valoroso e competente Senador Flexa Ribeiro.

Em 5 minutos, se possível, 6 minutos no máximo, até porque as perguntas são bastante... até porque nós teremos ainda a votação da indicação do Diretor do DNIT para hoje.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu sugeriria fazermos as nossas intervenções, e depois o senhor daria ao final... É só fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – V. Exª quer fazer indagação?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Quero. Porque aí, depois, devolveríamos a palavra à Mesa e V. Exª faria um encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Se me permite, vou fazer então, compartilhar a pergunta do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – De acordo, Presidente. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

Então, antes, porém, eu quero registrar a presença do ilustre amigo, competente Deputado João Leão, que nos honra com sua visita, brilhante Deputado do Estado da Bahia. V. Exª é bem-vindo! É uma honra tê-lo conosco aqui.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu vou me dirigir exclusivamente ao Dr. Marcelo Guaranys. Nada contra a Aneel, mas acho até que nós já fizemos uma audiência aqui, com um certo nível de até exclusividade sobre essa questão do setor elétrico, Flexa, e nós estamos pleiteando, tanto nós, da Bahia, quanto o próprio Senador Collor, os Senadores de Pernambuco, também até uma nova discussão com a Aneel, com o Ministério, principalmente a partir das questões que envolvem hoje o setor de eletrointensivo nestes três Estados, com essa questão inclusive da ralação com a renovação da concessão, o aspecto inclusive da própria relação com a geradora Chesf.

Então, eu queria só tocar nesse assunto mais dessa questão da aviação. A primeira coisa, Dr. Marcelo, que eu acho que é importante: reconheço que as mudanças, principalmente na modelagem para as concessões e a gestão, Flexa, foram até mudanças importantes, mas precisariam vir acompanhadas de algumas coisas. Os três, aliás, os três não, os quatro aeroportos, todos eles têm a participação inclusive de operadores que fazem já isso em outros países. Portanto, têm uma *expertise*. Porque nessa fase, mesmo nessa fase inicial, que, no caso, já entraram Brasília, Guarulhos – eu estive em Guarulhos, Dr., Marcelo, inclusive antes do terminal, pela Comis-

são; lá estive, em um domingo, para visitar Guarulhos por dentro para ver a parte que tem me chamado mais a atenção – eu não vi isso nas exigências. Todos esses operadores... E uma coisa comum hoje nos aeroportos, Flexa, é a adoção, ou melhor, a utilização de inovação nos aeroportos. Inovação não é só avaliar que tem lá a RFID ou coisas do gênero para você tocar um aeroporto, mas é exatamente para dar segurança. Um aeroporto como Guarulhos, que tem 35 mil pessoas trabalhando, 200 mil pessoas circulando por dia, se você não tiver um processo cada vez mais ajustado de utilização de novas ferramentas, é impossível, a olho nu, um ser humano conseguir promover um certo nível de monitoração nas ações, num aeroporto daquele porte.

Portanto, acho que é uma das coisas que eu tenho sentido. Eu sou um frequentador assíduo até obrigatoriamente do aeroporto de Brasília. Estive também no aeroporto de Viracopos. No aeroporto de Viracopos eu estive, inclusive, três vezes para ver essa questão de carga, para ver a própria questão da operação e espaço. Um dos motivos até de Viracopos é um dos motivos da pergunta. Um dos operadores de Viracopos ganhou a licitação para fazer um aeroporto regional na Bahia, no caso, em Feira de Santana, que até hoje não entendemos porque tanto a Secretaria de aviação quanto a Anac e o próprio Governo botaram tanta pedra em cima desse processo de Feira de Santana, se havia uma decisão clara, meu caro Jayme, de expandirmos essa questão dos aeroportos. E ali, inclusive, o aeroporto totalmente dissociado do comando nacional, entendeu? Então, portanto, algo que já podia estar andando. Acho que é importante uma postura um pouco mais firme no que diz respeito a essa questão do funcionamento dos aeroportos.

E um outro aspecto, que é até um aspecto sobre o qual o João Leão está agoniado para falar, Jayme Campos – João foi Secretário de Infraestrutura no Estado da Bahia – é o dessa parceria da Anac com alguns órgãos estaduais. Nós temos diversos problemas nos nossos aeródromos, ou às vezes até um probleminha aqui, ali ou acolá. Reconheço que a reestruturação da Agência é algo que pode ser utilizado como não uma justificativa, mas até pelas dificuldades, mas acho que é fundamental inclusive promover isso, ou seja, ter Agências nos Estados que poderiam tranquilamente atuar de forma mais direta, e não na dependência da oportunidade ou da disponibilidade de um agente da Anac se dirigir para fazer, para promover a fiscalização ou até para promover a liberação.

Então, a gente tem uma dose de retardo que não é pequena. Em um Estado como o nosso, Senador Jayme, em que a gente tem distâncias que não são aconselháveis para a gente fazer, mesmo com boas estradas, nós não temos aeródromos. Aí, você desce em um lugar para depois pegar um carro para ir para outro. É um problema seriíssimo. Então, por que não se promove essa questão, por que não se agiliza isso?

Outra questão é a completa reformulação da malha aérea. Volto a frisar – para encerrar, Jayme – a participação de operadores internacionais nos aeroportos. Por exemplo, as companhias asiáticas, até por força da sua questão de manutenção, e também por força até da própria regra da aviação mundial, eu não tenho como fazer um voo de São Paulo para Pequim, que dura geralmente 22 horas, não tem como você fazer direto. Obrigatoriamente você tem uma escala técnica para troca de tripulação, para reabastecimento, enfim, uma série de coisas. Nessa escala técnica, essa aeronave, em sua parada, inclusive, faz um processo de reingresso de passageiros. Então, a Air China faz sua escala técnica em Madri; a Singapore Airlines faz sua escala técnica em Barcelona; se não me falha a memória, a Korean Air Lines faz sua escala técnica na cidade de Los Angeles, até pelos interesses dos coreanos, porque Los Angeles é a segunda colônia coreana no mundo. Só perde efetivamente para a Coreia. Então, nessa escala técnica, a gente poderia adotar a mesma postura, por exemplo, para resolver um problema interno. Um voo internacional que entra por Recife poderia tranquilamente fazer uma outra parada antes de chegar ao destino, São Paulo, e você pode ofertar internamente no Brasil, com essa escala técnica, um tipo de disponibilidade de voo. Será que há pressão das companhias aéreas nacionais nesse negócio? Essa concorrência é saudável.

Eu estou citando isso por duas coisas, Dr. Marcelo. Primeiro, por que a Air China cobra US$500 em um voo de São Paulo para Madri? Aliás, US$496, portanto, US$4 a menos, para o sujeito sair de São Paulo e ir para Madri. A gente paga aqui, Jayme, US$1.000 para sair de Brasília e ir para Salvador. Por que ele cobra isso? Porque nessa escala técnica, meu caro Wilder, ele sabe tranquilamente que de São Paulo para Madri ele não vai encher o avião. Então, ele baixa o preço dele para ir com o avião lotado. A expectativa é lotar o voo dele para Pequim lá em Madri. Ou, no caso de Seoul, pegar a colônia coreana em Los Angeles e encher o voo de Los Angeles para Seoul. Então, é negócio. É modelo de negócio! Com esse modelo de negócio, Flexa, você ganha também a oportunidade de ter disponibilidade de voos, tarifas mais baixas. Portanto, é uma modelagem em que nós precisamos pensar. "Mas aí eu vou abrir um voo internacional, que para em Salvador, para em Recife, e tem o negócio de alfândega?" Isso é possível de se fazer! Não é bobagem. Nós estamos falando aqui que estamos vendo isso ser feito de Barcelona para Singapura, de Madri para Pequim. Então, por que a gente não pode fazer ali de Salvador para São Paulo, de Recife para São Paulo? Ou até no outro extremo, de Porto Alegre para São Paulo? Enfim, são condições que só me levam a crer que há uma pressão enorme para que isso não

se processe. Com isso, nos ganharíamos mais companhias fazendo voos, ainda que internacionais, mas com trechos internos. Você ofertaria uma maior disponibilidade de lugares. E, consequentemente, o que determina preço chama-se competição e concorrência.

Então, portanto, este é um assunto que eu queria levantar em relação a essa questão da aviação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Senador Walter, um aparte. Outra coisa com relação à Anac. Nós temos em Goiânia o aeroporto, uma obra paralisada desde 2007, que, felizmente, retomou agora, e temos vários aeroportos no Brasil que não são consideramos aeroportos internacionais. Imagina a aviação civil ter que voos deslocar de Goiânia para qualquer lugar no País voos internacionais para Brasília, Manaus ou para qualquer outro lugar, mesmo com a gente tendo Polícia Federal, Receita Federal, porque temos tudo isso em Goiás. Então, não só Goiás, mas outros aeroportos que poderiam também ter essa operação que facilitaria muito, que hoje nos gera um custo muito grande, um País com dimensão continental, que, com certeza, congestiona mais ainda os aeroportos, fazendo essas escalas obrigatórias, que não precisariam ter. Eu também queria complementar que isso é um grande prejuízo para a nossa sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Jayme, o João Leão disse que só quer dar um alô aqui, se você permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Esta Presidência é democrática. Não tem como dispensar aqui o meu velho e querido amigo João Leão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O grande drama que nós estamos vivendo hoje no aeroporto de Vitória da Conquista.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Literalmente, democrata.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Democrata em 100% de sua plenitude.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O aeroporto de Vitória da Conquista, que ficou essa confusão de liberar, não liberar, deram licença para obra umas dez vezes, e a obra não começa. O aeroporto de Barreiras. Portanto, não é possível que a gente continue com essas coisas tão... Faz uma coisa tão grandiosa, como uma concessão para Guarulhos, e não conseguem resolver um problema pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Com a palavra, o Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – Mas, meu caro Presidente, Senador Jayme Campos, muito obrigado pela oportunidade de, pela primeira vez, estar falando aqui numa Comissão do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – É uma honra pela sua experiência.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – ... depois de 20 anos nesta Casa, viu? Meu caro Marcelo Pacheco dos Guaranys, primeiro, quero lhe dizer que sou Pacheco também, viu? Minha vó, por parte de mãe, era Pacheco, e é uma família muito séria, principalmente porque é nossa. Aí vou lhe chamar até de Pacheco.

Meu caro Pacheco, veja bem, eu só quero lhe dar uma colaboração. Há algumas coisas neste País, que às vezes as coisas não funcionam, por que eu não sei, eu não entendo por que não funcionam, porque você poderia, por exemplo, a Anac, o caso que eu falo, poderia fazer um convênio com as diversas agências regionais que este País tem. Isso não precisa de lei, isso não precisa de absolutamente nada. Poderia precisar no máximo ouvir o conselho da Anac e fazer um convênio, no caso específico nosso da Bahia, com a Agerba – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia, que é uma Agência Reguladora na Bahia, e você dar a fiscalização, entrega a fiscalização, o poder de fiscalizar ou não, não o poder de concessão, mas o poder de fiscalização, de liberar e de fechar um aeroporto.

Nós temos, na Bahia, eu fui Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, nós temos algo em torno de cem aeródromos, fora aquelas pistas de fazenda, disso, disso e daquilo. E, quando o Governador Jaques Wagner assumiu, encontrou tudo acabado. Nós consertamos 67, botamos novos, e às vezes, por acaso, a Anac baixa num campo desse que vocês sabem como é, ela vem fazendo uma fiscalização no Brasil inteiro, no voo tal e tal, e tem um cocô de cabra ali no pátio do aeroporto. Ela fecha o aeroporto. Ela fecha. Fechou o aeroporto. Pronto. A cabra entrou no aeroporto. Tem algum problema, algum buraco numa cerca, algum buraco no muro, alguma coisa. Isso, para liberar esse aeroporto por causa de um cocozinho de cabra demora um ano, um ano, um ano. Então, são essas coisas que a gente pode pegar isso... Não estou querendo que a Anac deixe de fiscalizar. Ao contrário. Ela continue com as suas linhas de fiscalização, mas ela dá o poder a uma Agerba, a uma agência reguladora de Goiás, lá do Amazonas, de qualquer um, de liberar isso. Vai lá, consertou? Consertou. Entrou? Comprovou que consertou? Libera e vamos... Às vezes, a gente passa, por exemplo, o aeroporto da cidade de Santa Maria teve um problema... Eu estou lhe dizendo isso do cocô de cabra porque é verdade. Aconteceu isso. Ele ficou lá, ficou um ano para a Anac ir lá novamente para liberar o aeroporto. Está errado, meu irmão, está errado, meu caro parente, Pacheco! Vamos consertar isso. Basta reunir a diretoria, vamos fazer

um convênio com a Agerba e a Agência que não der conta deixa de fiscalizar. Agora, é perfeitamente possível fazermos isso, acelerarmos este País e o colocarmos para frente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Cumprimento V. Exª.

Peço ao Dr. Romeu que responda à indagação do Senador Flexa Ribeiro, se possível, sintetizando o máximo possível.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Então, eu vou sintetizar o máximo, a pedido do Presidente, Senador Flexa Ribeiro, mas depois, me coloco à disposição se precisarmos desdobrar um pouco mais, especialmente porque a questão da Medida Provisória nº 579 é um pouco mais complexa.

Primeiro, o Senador indaga a respeito da questão orçamentária, da autonomia financeira das Agências.

Na minha compreensão, esse é um assunto que ainda tem que avançar, concordo com o Senador que, no caso da Aneel, a Aneel cobra do consumidor uma taxa de fiscalização, todos nós consumidores pagamos, e esse valor não é integralmente utilizado para custear as atividades da Agência, sobra um certo valor porque nosso orçamento não é aprovado na plenitude que nós pedimos. Então, entendo eu que nisso se deve avançar.

Claro que o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia – em particular, onde se consolida o orçamento da Agência – tem sensibilidade, tem nos ajudado, tem nos apoiado nessa busca da ampliação orçamentária, mas eu defendo uma maior autonomia da Agência reguladora, sim, porque uma forma de limitar sua autonomia é pelo orçamento. Então, compreendo que isso precisa realmente avançar.

A questão que o senhor abordou com relação às obras, de um modo geral, o senhor focou a questão da infraestrutura, talvez os aeroportos.

No caso da energia elétrica, algumas obras foram exigidas até pela FIFA para conferir uma segurança que ela exige na energia nos estádios. Algum atraso em alguma distribuidora, mas nada que comprometa a segurança absoluta de que a energia não vai faltar aos Estados, temos absoluta segurança disso.

O senhor falou também a respeito da questão das usinas hidrelétricas, e eu concordo com o senhor, mas isso não é uma escolha do setor elétrico, acho que é uma escolha da Nação, especialmente dos órgãos ambientais, que têm lá sua preocupação com a questão ambiental. Então, usinas hidrelétricas de grandes reservatórios não temos mais conseguido viabilizar. Concordo com o senhor, olhando sob a perspectiva do setor elétrico, é uma limitação muito perigosa, porque cada vez mais nós diminuímos a nossa capacidade de armazenamento de água nos reservatórios e, numa situação como a que estamos vivendo, de um regime hidrológico absolutamente desfavorável, a não capacidade de armazenamento limita muito a nossa capacidade de gerir esse equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Portanto, acho que essa busca de viabilizar usinas com reservatórios é muito importante, o setor elétrico defende e busca isso. Então, concordo com o senhor que temos que superar essa questão.

O senhor falou, então, finalmente, com relação à Medida Provisória nº 579. É claro que aqui eu não posso falar pelo Governo, falo pela Agência Reguladora. Mas a Medida Provisória nº 579, na minha compreensão, foi uma medida acertada, disciplinou a regra na renovação das concessões, como tratar, em especial, a parte de geração, as usinas hidrelétricas, que são usinas já bastante depreciadas, usinas que o consumidor, via tarifa, já pagou aquele investimento. Então, o conceito da medida provisória, depois convertida em lei nesta Casa, foi o de que, ao retomar essa concessão, o Governo deveria alocar essa energia do poder concedente na forma de cota, portanto, para esse concessionário cobrar um valor apenas para operar e manter aquela usina, já que o investimento já foi amortizado. Isso vem na direção sim da modicidade tarifária. Então, uma redução importante da tarifa foi feita no ano passado, a Aneel fez uma revisão tarifária extraordinária para refletir nas tarifas essa política adotada, ela reduziu, de fato, em média, 20% na conta de energia. E grande parte dessa redução eu diria que é estrutural, ela veio para ficar. É diferente de uma condição que estamos vivendo este ano, que é mais conjuntural, dessa questão hidrológica e aí há o acionamento das térmicas, que custa mais caro, e aí está cara a energia este ano. Isso impacta a tarifa também de uma maneira importante. Mas aquele valor que foi alocado para as distribuidoras, aquela energia na forma de quota, que foi da ordem de R$32,00 por megawatt/hora, é infinitamente mais barata que o *mix* de compra das diversas distribuidoras.

Então, na minha compreensão, no que diz respeito a essa decisão de viabilizar o retorno da concessão e alocar na forma de quota foi acertada. E a redução tarifária foi de uma maneira estrutural e não está sendo neutralizada pela conjuntural. A conjuntural, de fato, tem um aumento grande, mas não anula aquilo que foi feito na questão da 579.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço ao Dr. Romeu.

Espero que o Dr. Marcelo também seja bem prático, como foi o Dr. Romeu, respondendo às indagações do ilustre amigo Senador Walter. E, da mesma forma, às observações aqui do companheiro amigo Deputado João Leão.

V. Sª está com a palavra.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Sr. Presidente, muito obrigado.

São mais perguntas, mas vou tentar manter no mesmo prazo.

O Senador Flexa também fez perguntas, mas vou começar pelo Senador Wilder, complementando as suas últimas perguntas sobre a internacionalização de aeroporto.

Movimento de internacionalização, a Anac é a última portaria que dá a internacionalização, mas dependemos da decisão de uma série de órgãos. Internacionalizar um aeroporto significa a Polícia Federal ter gente lá, a Receita Federal ter gente no aeroporto. Precisamos da autorização desses dois entes; da Anvisa e Vigiagro. Na verdade, quatro órgãos: Anvisa, Vigiagro, Polícia Federal e Receita Federal. Após essa manifestação, nós internacionalizamos. É um processo em que somos só a última ponta.

Obviamente que quanto mais aeroportos internacionalizados melhor, para facilitar a entrada e a utilização de mais portas no País, não só os grandes aeroportos, mas entendemos o custo que isso gera para todos os outros órgãos.

Senador Flexa, o senhor falou sobre a atuação das Agências, recursos e pessoal. Na vida nós aprendemos a lidar com o que temos e tentar ser o mais eficiente possível. Obviamente, a autonomia financeira – o Romeu colocou isso e acho que o Vinícius também – é uma coisa pela qual sempre brigamos, para termos mais autonomia, de acordo com o que recebemos. Temos taxa de fiscalização, temos multas cobradas, e se esses recursos fossem repassados para nós seria de fato muito bom, para melhoria da nossa atuação. Mas temos um orçamento hoje controlado pelo Tesouro e tem sido suficiente para o desempenho das nossas atribuições. Em alguns momentos aperta. No final do ano passado tivemos um contingenciamento maior, quando temos que otimizar a nossa fiscalização, mas tem funcionado.

Pessoal é a área em que mais carecemos de recurso. A Anac foi criada em 2005, com previsão legal de 1.750 servidores. Nós temos hoje no nosso quadro, dos concursados, cerca de 1.200 – teríamos mais 500 vagas para serem preenchidas. Lembramos que em 2005 a nossa quantidade de trabalho era muito menor que a de hoje. Como vimos, o número de passageiros mais que dobrou de 2005 para hoje. Temos concessões de aeroportos, que era atividade que não fazíamos, uma fiscalização muito maior da aviação em geral no País inteiro. Ou seja, precisamos sempre de recursos humanos. Mas com o que temos estamos tentando nos otimizar cada vez mais.

Sobre a preocupação com a Copa. O senhor falou da preocupação da imagem negativa, da necessidade de infraestrutura que nós tínhamos e sobre a decisão da concessão.

A concessão foi adotada em 2011, foi decidida em 2011, pela Presidente Dilma já. Como eu tinha colocado para o Presidente Collor, nós já tentamos trabalhar em prazo recorde para cumprir o tempo para fazer os investimentos o mais rápido possível.

O que sabíamos? Precisávamos de infraestrutura justamente para fazer frente ao crescimento dos passageiros do transporte. Então, precisamos correr mesmo.

O Governo adotou por fazer frentes paralelas de esforço de infraestrutura. Infraero continua investindo em diversos aeroportos e as concessões pegaram, apesar de serem poucos aeroportos, mas aeroportos muito representativos. Guarulhos e Brasília são os principais *hubs* do País. Quando eu aumento a infraestrutura dos dois eu consigo aumentar a estrutura de voos e a oferta de voos para o País inteiro. Brasília é o principal *hub* doméstico, ou seja, todos os voos que passam do Sul e Sudeste acabam passando por aqui para ir para o Nordeste e Norte. E Guarulhos é o principal *hub* internacional – mais de 70% do nosso tráfego internacional chega por Guarulhos. Então, foram tiros menores, mas certeiros, para o aumento de infraestrutura.

De novo, corremos e vimos que eles correram também para fazer esses investimentos. Entendemos que esse prazo recorde, tanto nosso quanto deles, entrega uma infraestrutura boa para a população.

Para a Copa, o que nós precisávamos saber é o seguinte: independente da infraestrutura que eu tiver, quanto mais aeroportos, melhor, mas tendo a foto do que eu tenho hoje, eu tenho que congelar essa foto e dizer: os voos têm que caber dentro dessa capacidade. Essa é a chave que a gente acredita para o sucesso do nosso planejamento.

Então, se cabem 30 voos por hora em Congonhas, nós só podemos aprovar 30 voos por hora, para não haver risco de ter mais voos que a capacidade. Para a Copa, além da aviação comercial, porque a gente já faz esse controle todos os dias, para todos os aeroportos, nós também precisamos fazer esse controle para a aviação geral, a aviação executiva.

Então, a aviação executiva, por exemplo, foi um problema para a África do Sul. Você teve uma movimentação muito grande de jatos particulares indo para determinadas cidades. Chegou uma hora que não havia mais pátio. Então, precisamos também fazer esse controle.

Não é impedir que a aviação executiva voe, mas organizar, dizer que a aviação executiva só vai pousar caso haja um *slot* disponível, que ela vai ter facilidade para pedir, para poder usar aquela infraestrutura. Não pode parar a aeronave e ficar 15 dias parada lá. Vai ter que remover a aeronave, principalmente nas cidades que são mais utilizadas.

Mas a Secretaria e Aviação Civil mapeou o pátio de uma série de aeroportos, não só nos 16 aeroportos da Copa, justamente para permitir que toda a aviação, inclusive a executiva, utilize a infraestrutura do País.

Com isso, a partir de agora, nós vamos monitorar e cobrar o cumprimento desse planejamento. A gente acredita que a partir daí não haverá problema, tanto para o passageiro doméstico quanto para o passageiro internacional.

No final do ano passado, a gente começou a ter uma discussão sobre o aumento dos preços para a Copa. O que nós informamos foi: calma, porque ainda não são os voos para a Copa, porque todo mundo só ficou sabendo onde que iria jogar a partir do dia 6 de dezembro, que foi o dia do sorteio das chaves da Copa.

A partir daí, você ficou sabendo onde a Inglaterra vai jogar, onde o Chile vai jogar, onde a Argentina vai jogar. Um mês para frente dali foi que as empresas nos pediram os voos para as cidades da Copa, e nós autorizamos. A partir daí, vimos que todos os preços baixaram para as cidades da Copa. Estamos monitorando todas as passagens vendidas para todas as cidades da Copa. O preço da abertura, para março, caiu cerca de 25%.

E estamos monitorando também a ocupação de todos os voos para a Copa, para ver se não vai haver alguma cidade muito congestionada. A média de ocupação está cerca de 23% dos voos somente. A média de todos os voos do período para todas as cidades. Em algumas cidades, é um pouco mais alta.

Recordo-me que a cidade, por curiosidade, com maior ocupação, com maior demanda no período da Copa do Mundo é Campina Grande. Não tem nada de Copa do Mundo, mas é São João. Depois, vem Fortaleza e Natal, em dias próximos aos jogos, está em cerca de 50% já a ocupação. Mas temos espaço, temos capacidade, temos voos disponíveis ainda para todos os turistas que quiserem, tanto os domésticos quanto os estrangeiros, chegar.

A partir de agora, não podemos só dormir, temos que ficar em cima disso, e a Agência vai estar em cima durante todo esse período. Nossa operação especial começa dias 5 e 6 de junho e vai até uma semana depois da Copa, monitorando todo o fluxo espalhado em diversos aeroportos do País, com cerca de mil servidores recrutados para essas atribuições.

Senador Walter Pinheiro, é um prazer. O Senador foi meu Relator para a Presidência da Agência. Então, é um prazer revê-lo.

Bom, o senhor falou da fase inicial das concessões, utilização de inovação. Temos observado, não sei se o senhor visitou o centro de operações em Guarulhos. Eu fui ontem a ele, já operando. Então, é um centro, o primeiro que a gente vê no Brasil, um centro que já existia em outros locais no mundo, mas um centro extremamente avançado. O que nós exigimos nessas concessões é muito diferente do que se exigia, por exemplo, na primeira rodada de concessão de rodovias. Na concessão de rodovias, se exigia como vai se construir a rodovia, onde vai haver um pedágio, onde vai haver um posto de saúde, onde vai haver uma parada, que tipo de pavimento você vai ter que utilizar. Então, era muito focado no insumo. As concessões de aeroportos têm uma vantagem. Apesar de ter demorado decidir serem feitas, nós conseguimos aproveitar as melhores práticas que nós vimos de todas as concessões que temos no País e de todas as concessões que vimos no mundo, inclusive de aeroportos.

Então, nos preocupamos menos em dizer como fazer, e mais em o que queremos que seja entregue. Então, é uma concessão que cobra o produto. Nós queremos que haja serviço adequado para todo passageiro. Ou seja, aumentou o número de passageiros, o aeroporto tem que continuar crescendo. Não adianta ter o aeroporto de Brasília já inaugurado, bonito, amplo, se já ficar congestionado. Se ficar congestionado, a concessionária já tem que começar a fazer um investimento novo. E não é só obra, é como fazer as pessoas circularem no aeroporto. Isso exige tecnologia. Talvez uma das melhores coisas que o aeroporto deva buscar é um fluxo rápido do passageiro pela sua infraestrutura.

Cito o exemplo de Confins, que é um aeroporto que tem um desenho muito antigo, então maximiza, talvez, andar no aeroporto. Você entra no meio, vai fazer o *check-in* numa ponta ou na outra ponta, depois sobe para o meio, sobe a rampa para entrar no embarque do outro lado, para depois entrar no saguão de embarque para pegar o voo. Em aeroportos mais modernos, o fluxo é mais livre. Você entra, vê o *check-in*, passa pela Receita e já está no portão de embarque, flui mais rápido. Então, fluir mais rápido significa menos tempo

para um passageiro no aeroporto, ou seja, utilizar melhor a infraestrutura. Consigo colocar mais gente com a mesma infraestrutura, e isso requer tecnologia.

Então, o que nós temos visto é que os concessionários têm buscado novas soluções tecnológicas para otimizar sua infraestrutura. Isso é um incentivo que o modelo dá, porque ele tem que ter qualidade o tempo inteiro e vai ser medido para isso.

Obviamente os contratos não são perfeitos, então nós sabemos que esses são os primeiros contratos de concessão, que estão nos primeiros meses de vigência, e, a partir de agora, vamos continuar monitorando para ver que avanços precisamos colocar. A Agência tem possibilidade de rever parâmetros amplos da concessão de cinco em cinco anos, é o momento que a gente tem para rever se está dando certo e o que precisa ser ajustado.

Questionamentos sobre os aeroportos regionais. Antes dos regionais, vou entrar na questão da cabotagem, que o senhor colocou também.

Voos internacionais. Há uma razão para um voo custar 400 – primeiro, são dois exemplos que o senhor me deu, São Paulo-Madri, pela Air China, que é de fato, é o assento residual dela; o destino dela é daqui para Pequim e ela faz Madri com seus assentos disponíveis, e essa é a tarifa promocional dela, a mais baixa que ela coloca no sistema. A tarifa média é mais alta que isso. E o senhor deu exemplo de Brasília a Salvador por R$1.000, que é a tarifa mais alta, provavelmente, existente no sistema. Coloquei um gráfico aqui no quadro, e um gráfico que já mostrei em outras apresentações, que mostra como é a distribuição dos preços das tarifas vendidas no País. Não vou lembrar agora o número de cabeça, mas cerca de 30% das passagens aéreas vendidas a menos de R$300,00 no País, 50% a menos de R$500,00 e é só 1% que é mais de R$1.000,00, esse tipo de tarifa que é mais do que esse valor.

As empresas no mundo inteiro flexibilizam as tarifas de acordo com a demanda, de acordo com o perfil do passageiro; quem se programa mais com mais antecedência para comprar, compra mais barato; quem compra mais em cima da hora, executivos, a gente tem que fazer uma reunião em São Paulo amanhã, acaba pagando mais caro, mas isso é um comportamento que nós percebemos. Quanto maior a concorrência, obviamente, mais baixos são os preços.

O que o senhor sugeriu sobre o voo da Air China, de também fazer esse transporte no País, nós entendemos que, pela legislação hoje, pelo próprio CBA, não é possível, que seria cabotagem. Uma empresa internacional fazer o voo, transportar passageiros domésticos dentro do País. E eu não conheço nenhum país moderno na aviação que permita isso. O que se tem discutido muito é o capital estrangeiro, que também está em discussão aqui. É ampliar a concorrência, permitindo que mais empresas entrem no país ou que a empresa tenha uma participação maior de capital estrangeiro.

Comparando a gente com o transporte aquaviário, a Hamburg Süd, uma empresa alemã, não pode pegar uma carga em Pecém e levá-la para Santos, mas pode instalar uma empresa no Brasil, na Junta Comercial brasileira, seguindo as regras brasileiras, com os trabalhadores brasileiros, toda a legislação portuária e fazer esse transporte. No setor aéreo, isso não é permitido. A Lufthansa não pode pegar um passageiro em Recife e trazer para Brasília e também não pode instalar uma empresa aqui com capital estrangeiro; o capital estrangeiro permitido é de máximo 20% do capital votante. Isso está previsto no Código Brasileiro da Aeronáutica e está em discussão na Casa. Acho que é um dos grandes pontos de discussão. Acho que é amplo espaço para debate; talvez a última fronteira de discussão de concorrência no setor.

Sobre os aeroportos, parcerias e governos estaduais e aeroportos regionais, de fato, eu expliquei, o grande objetivo da Agência é segurança, o senhor mesmo colocou.

Meu primo, é um prazer conhecê-lo. Minha família tinha até um pedaço na Bahia, mas é pelo lado, minha avó é Lopes Pacheco. Não é o Pacheco.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – O Pacheco é pernambucano. Você é a cara de tio Estevinho. *(Risos.)*

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Nunca se sabe o que foi feito no passado... Mas vamos lá. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Mas, de fato, a nossa grande preocupação é segurança. O que a gente mostra no jornal, o preço da passagem aérea, a qualidade do serviço, é menos de 20% do trabalho da Agência, mais de 80% é garantir a segurança de tudo – da empresa aérea, da aeronave, do piloto que está pilotando e dos aeroportos. Então, o aeroporto é muito importante a gente manter as condições de segurança, e elas variam: se for uma pista privada, é muito mais simples, porque é sua aeronave sendo colocada, você se colocando em risco para operar numa determinada pista, que você tem que ter o conhecimento daquela pista e da fazenda, o que for, da empresa que for, ela é responsável por aquela operação. A partir do momento que o aeroporto é público, é a Anac que está garantindo a segurança. Então, é a Anac que está garantindo para qualquer operador do mundo inteiro que pode pousar naquele aeroporto, que é seguro, que não vai ter risco nenhum de operação.

O cocô de cabra, apesar de ser um exemplo peculiar, é importante porque demonstra que tem trânsito de animais naquela pista, e aí é o mesmo problema da cerca. A partir do momento que a cerca pode estar cortada, no caso de uma zona rural, significa que pode ter trânsito de animais. E o cocô de cabra exemplifica o trânsito de animais. Então, um grande perigo neste caso é a aeronave estar pousando e passa uma cabra correndo na hora da aeronave, choca, explode e o acidente é gravíssimo.

Por isso, a preocupação de só liberar o aeroporto depois de estar realmente com todas as condições. A partir do momento que há uma vistoria dessa, a vistoria levanta um caso e acaba levantando todos os outros, e, a partir daí, o aeroporto tem que cumprir as outras pendências. Temos trabalhado para tentar fazer mais do que correr com nossas vistorias, mas informar todas as pendências com agilidade.

Os aeroportos da Bahia, eu acompanhei bem, recebi o Governador algumas vezes com as demandas do aeroporto, mas justamente porque é uma série de aeroportos e algumas pendências que a gente tinha que sanar antes de fazer a liberação total.

Acho que isso, hoje em dia, está sob controle, mas entendemos que podemos continuar avançando nesse caminho.

A parceria com os órgãos estaduais, para a gente foi levantado, até no último seminário da Abar, que foi em Fortaleza – não vou me lembrar da data, mas foi no final do ano passado, setembro do ano passado – que nós queremos trabalhar. Como é uma regulação que visa segurança, é uma regulação pesada, eu não posso fazer simplesmente um ato de delegação. Tenho de fazer de fato um treinamento. Por exemplo, eu não vou poder delegar para a Agerba a vistoria dos pilotos, a emissão de carteira; mas há coisas de infraestrutura que podem ser delegadas, mas que a gente precisa fazer um programa de treinamento para isso. Esse programa de treinamento entra na área de infraestrutura também, que é a área que, até a Copa do Mundo, está extremamente sobrecarregada, porque nós temos o prazo de vistoria e homologação de entrega de todos os aeroportos para a Copa neste mês. Neste semestre, todos foram sendo apertados e jogando para este mês. Então, até a Copa do Mundo, até o período pós-Copa do Mundo, a gente estava muito voltado para isso. A partir daí, é um projeto que a gente quer tocar e com a maior agilidade possível.

Delegar para as Agências Reguladoras estaduais, o que a gente pode delegar são coisas de infraestrutura, de vistoria de aeroportos, de alguns níveis de vistoria pode, talvez nunca a vistoria inicial; mas determinadas interdições que podem ser sanáveis e com a responsabilização do órgão estadual, acho que isso não teria problema. Requer um convênio, sim, e um programa de treinamento com esses órgãos estaduais.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – É simples o que vou falar, Presidente – perdoe-me, Senador Jayme Campos.

A questão das carteiras de piloto vocês podiam delegar para a Aeronáutica. Nós temos em cada Estado do Brasil uma unidade da Aeronáutica. Há Estados que têm diversas bases com isso. Podia fazer um convênio com a Aeronáutica e a Aeronáutica emitia lá dentro dos padrões da Anac. Será que a Aeronáutica não tem condições de fazer uma coisa dessa? Lógico que tem.

Então, o que nós precisamos? É facilitar a vida do povo brasileiro. Você pegar um piloto, para tirar uma carteira, e ele ter que ir ao Rio de Janeiro, ter que ir a São Paulo – isso não está correto, amigo, perdoe-me.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Só para registrar, ele hoje não precisa fazer isso. Esse processo é todo feito pela internet...

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – Sim, mas demora demais! Daqui que um técnico vá lá...

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Mas não é um processo local, é um processo que, dependendo da inspeção dele, é que a gente usa a Aeronáutica.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – Se você fizer uma reunião com os comandantes de aviões e os pilotos, você vai ver o que está acontecendo – você vai ver o que está acontecendo. E as questões dos aeroportos, isso é uma coisa simples: não, ele pode desinterditar só por 60 dias, enquanto a Anac não vai lá. Se a Anac não for lá, dá mais 60 dias. É coisa simples, isso não precisa de lei, não precisa de nada, é só boa vontade.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – De novo, acho que a interdição do aeroporto é uma questão de segurança; sendo o órgão regional responsável por qualquer acidente que ocorrer durante esse período, nós não teremos problema com isso. Temos que ver como isso poderá ser feito.

O SR. JOÃO LEÃO (PP - BA) – Há quatro anos, eu era Secretário de Infraestrutura e estive na Anac e tentei fazer isso, rapaz. Faz quatro anos.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Sobre os pilotos, o processo hoje já é centralizado, é feito pela internet. O que nós temos de fato são vistorias, *checks* dos pilotos que precisam ser feitos pessoalmente. Isso já é delegado para diversas escolas. E a Aeronáutica, nós usamos os pilotos da Aeronáutica para fazer esses *checks* também.

Nós temos contato com toda a sociedade, temos reuniões do nosso conselho consultivo onde justamente ouvimos essa demanda para continuar avançando. Precisamos continuar sempre avançando para melhorar o serviço para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Antes de encerrar a presente reunião, eu quero agradecer a presença de todos, em especial a dos nossos convidados: o Dr. Marcelo, que é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; o Dr. Romeu Donizete, que é o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, e o Dr. Vinícius de Sá Benevides, que é Presidente da Agência Reguladora das Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal e Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação.

Por fim, convoco a nossa próxima reunião para se realizar imediatamente após o encerramento desta, com a pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 16ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos do dia catorze de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Fernando Collor, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró** e **Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 15ª e 16ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 30, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*". Relatoria: Senador **Alfredo Nascimento**. Item 2 - **Mensagem (SF) nº 31, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADAILTON CARDOSO DIAS para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*". Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**. O Senador **Alfredo Nascimento** solicita abertura do processo de votação. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. Os Senhores **Valter Casimiro Silveira** e **Adailton Cardoso Dias** fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Acir Gurgacz, Alfredo Nascimentos** e **Lúcia Vânia**. Atuam como escrutinadores os Senadores **Alfredo Nascimento** e **Acir Gurgacz**. É encerrado o processo de votação. Aprovados os indicados com 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Resultados: Sabatinas realizadas com indicações aprovadas para os itens 1 e 2. Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2012**, de autoria do Senador **Aécio Neves**, que "*reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre operações com energia elétrica.*". Relatoria: Senador **Delcídio do Amaral.** Resultado: Adiado. Item 4 – **Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2013**, de autoria do Senador **Ataídes Oliveira**, que "*isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.*". Relatoria: Senador **Delcídio do Amaral**. Resultado: Adiado. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2014**, de autoria do Senador **Jorge Viana**, que "*em razão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, ter aprovado requerimento para discutir o funcionamento da telefonia celular no país, mesmo tema da Audiência Pública objeto do Requerimento- CI nº 04, de 2014, de minha autoria, aprovado por esta Comissão, requeiro que a referida Audiência seja realizada, em conjunto, pela CI e CMA*". Resultado: Adiado. Item 6 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2014**, de autoria do Senador **Jorge Viana**, que "e*m adendo ao RQI - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2014, aprovado na reunião de 12/03/2014, requeiro que seja incluído representante do Ministério da Integração Nacional, no rol de convidados para a audiência pública destinada a discutir a escassez de água e seus reflexos, para abordar o tema com ênfase na situação da Região Nordeste.*". Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encer-

rada às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jayme Campos,** Presidente em exercício da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª e da 16ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:

1. Em 07/05/2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADAILTON CARDOSO DIAS para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: 1. Em 07/05/2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, CI, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013.

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Valter Casimiro Silveira, indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura, e Adailton Cardoso Dias, indicado para o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura, DNIT.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição, para ser bem objetiva a nossa audiência, será de, no máximo, 15 a 20 minutos, para que V. Sªs sejam ouvidos e, naturalmente, façam sua exposição.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Pela ordem, Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Considerando que nós temos em funcionamento, neste exato momento, outras comissões nesta Casa, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, eu proporia a V. Exª que, em paralelo à apresentação que farão os candidatos aos cargos, nós pudéssemos votar, para que as outras comissões também recebessem a nossa presença.

Portanto, minha proposta é no sentido de, paralelamente, se fazer a votação junto com a exposição que farão os candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – O pleito de V. Exª será levado em consideração pela Mesa, mas eu consulto o Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Alfredo Nascimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quero dizer às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, após a exposição dos demais sabatinados aqui, V. Exªs poderão fazer sua inscrição para qualquer indagação aos sabatinados.

Concedo a palavra ao ilustre Dr. Valter para fazer sua exposição.

V. Sª tem garantida e assegurada pela Presidência desta Comissão 15 minutos e, naturalmente, se possível, mais 3 minutos, até para o bom andamento e, particularmente, para que iniciemos o processo de votação. Entendendo que a solicitação do ilustre Senador Alfredo Nascimento é pertinente, será atendida e, daqui a pouco, já vamos iniciar o processo de votação.

V. Sª tem 15 minutos.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Jayme Campos; o Exmº Sr. Senador Alfredo Nascimento, digno Relator; os Exmºs Srs. Senadores aqui presentes, as demais autoridades presentes, as senhoras e os senhores.

Dou início às minhas considerações enfatizando que o Brasil precisa de um sistema bem estruturado de transporte, no qual todos os modais estejam devidamente articulados entre si e recebam os investimentos e a manutenção necessários para garantir a máxima eficiência logística ao País. Dessa forma, é necessário incentivar também o transporte hidroviário, para que este se apresente, efetivamente, como alternativa logística na rede de transporte brasileiro.

O PAC trouxe ao modal hidroviário a oportunidade de se colocar como uma opção viável e segura para o escoamento da produção agrícola e mineral do País, cabendo à Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT aplicar adequadamente os recursos destinados às atividades hidroviárias, garantindo as condições de navegação nos rios federais com obras de derrocamento, dragagem, sinalização e eliminação de obstáculos, a fim de obter credibilidade entre os potenciais usuários, expandir os trechos navegáveis e atrair volumes de carga adicionais para as hidrovias.

Iniciei minha carreira na área pública em 1994 e, desde então, venho exercendo funções de gestão pelos órgãos por que passei. Sou servidor de carreira do DNIT e trabalho há sete anos com o modal aquaviário. Nesse período, destaco a minha participação no Programa de Implantação e Melhoramentos de Terminais Fluviais na Região Amazônica e a participação na coordenação das ações do modal aquaviário no PAC, onde adquiri conhecimento das demandas do setor para diminuir os gargalos e estimular um aumento na participação do modal na logística de transporte do País.

Minha experiência de 19 anos na área pública, somada às capacitações realizadas nesse período, me conferiu o conhecimento desejado em gestão pública, no processo de execução governamental e no modal de transporte hidroviário.

Agradeço a confiança depositada pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Sr. Ministro dos Transportes, César Borges, quando me indicaram para o exercício do cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT.

Sabendo da importância da atuação do DNIT no desenvolvimento do modal hidroviário, sinto-me honrado com a indicação. Tenho consciência de que são grandes os desafios a serem vencidos, mas tenho a certeza de que estou preparado para assumir o cargo de Diretor de Estrutura Aquaviária, caso seja este o entendimento de V. Exªs, Senadores da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Cumprimento o ilustre indicado, Dr. Valter, e passo a palavra também ao nosso companheiro Adailton, para fazer a sua exposição.

O SR. ADAILTON CARDOSO DIAS – Bom dia.

Quero cumprimentar o Exmº Sr. Presidente da Comissão, o Senador Jayme Campos; o Exmº Sr. Senador Acir Gurgacz, que é o meu digno Relator; os Exmºs Srs. e Srªs Senadoras e demais Parlamentares aqui presentes.

Sinto-me bastante honrado pela confiança em mim depositada pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Sr. Ministro dos Transportes, o Sr. César Borges, quando me indicaram para exercício do cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Essa honra torna-se completa quando me coloco à disposição desta comissão, formada pelos maiores conhecedores da política do nosso País, com o propósito de ser arguido e aprovado pelos Srs. Senadores e Senadoras, para exercício do cargo ao qual eu fui indicado.

Sou economista de formação, técnico de carreira do DNIT, aprovado em concurso público desde 2006, e com experiência superior a 20 anos na área pública. Durante a minha vida profissional no DNIT, tive a oportunidade de exercer, na estrutura da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, os cargos de Coordenador de Pro-

gramação de Investimentos, que é responsável pela elaboração e consolidação do orçamento público de todo o departamento e, em seguida, o cargo de Coordenador-Geral de Planejamento, que é responsável pela coordenação da elaboração de relatório de gestão de estudos de viabilidade do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária, desenvolvimento e manutenção da Gerência de Pavimentos, atualização e publicação das informações relacionadas ao Sistema Nacional de Viação, entre outras atribuições.

Considero de muita importância ter exercido os cargos citados, pois me oportunizou conhecer profundamente as atribuições da DPP, Diretoria de Planejamento e Pesquisa, e do próprio DNIT, conhecer seus processos e procedimentos internos, o que favoreceu para o meu crescimento e amadurecimento profissional. Tenho consciência da responsabilidade e dos desafios que irei enfrentar no desempenho das funções de Diretor de Planejamento e Pesquisa de uma dos mais relevantes órgãos do Estado brasileiro e o mais importante executor das políticas em infraestrutura de transportes, em razão de sua missão institucional, suas competências, sua presença em todas as unidades da Federação e capacidade de contribuição direta para a otimização da eficiência logística do Brasil e para o desenvolvimento do nosso País.

Para melhor ilustrar esse desafio, listarei alguns números relacionados ao DNIT. O DNIT é composto de 25 superintendências regionais, 122 unidades locais, responsável pela manutenção e adequação de 55 mil quilômetros de rodovias pavimentadas, possui hoje um quantitativo de servidores de 3.280, dos quais 1.255 são de nível superior e 2.025 de nível médio. Possui uma carteira de contratos vigentes de 2.060 contratos, e isso equivale a R$56,6 bilhões em carteira de empreendimentos, isso considerando os valores contratuais iniciais assinados. Possui 21 mil quilômetros de hidrovias potencialmente navegáveis, dos quais 6.500 são mantidos pelo DNIT e tem mais a missão de elevar essa quantidade de quilômetros para 9.500 quilômetros até o final de 2014.

Possui um orçamento, nos últimos cinco anos, de R$71 bilhões, o que representa 69% do orçamento total do Ministério dos Transportes. Então, em linhas gerais, essa é a dimensão do DNIT, para o qual eu e o colega Valter estamos sendo indicados para diretores.

No âmbito das prioridades definidas para o atual e próximo exercício, estão a elaboração dos projetos e respectivas licitações de obras de importantes empreendimentos. Aqui, nós temos a licitação de empreendimento da BR-116 da Bahia, o trecho norte; construção do complexo de viadutos da Polícia Rodoviária Federal, em Alagoas; acesso ao Porto de Santarém; Ponte Jaguarão; construção da 392, Santa Maria-Santo Ângelo; BR-155, no Pará; 080, em Mato Grosso, entre outras; construção do Arco Metropolitano de Recife, e outras obras relevantes também.

Sabedor do grande desafio que a missão do DNIT representa, acredito estar preparado para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT, caso seja essa a decisão de V. Exªs.

Por fim, agradeço aos meus pais, irmãos, à minha esposa e aos meus filhos, que aqui estão presentes, e aos colegas que junto comigo caminharam por todos esses anos e, certamente, me ajudaram a chegar até aqui e continuarão comigo nesta nova caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Cumprimento o Dr. Adailton.

Solicito que, se, eventualmente, o Ministério dos Transportes e o próprio DNIT estiverem com suas assessorias parlamentares aqui, comecem a telefonar para mais Senadores, tendo em vista que o quórum ainda não é suficiente para nós começarmos o processo de apuração daqui a pouco. Ou seja...

Já apareceu um Senador aqui. Olha só. Já estou trabalhando favoravelmente a eles aqui, porque estou vendo que o quórum está baixo... (*Risos.*)

Há um número mínimo de quórum aqui. É bom que as assessorias comecem a agilizar a presença dos Senadores, principalmente dessa valorosa bancada do partido da situação.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, para fazer suas indagações, ao ilustre Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bem, Sr. Presidente Jayme Campos, minha saudação ao Dr. Valter Casimiro Silveira e minha saudação ao engenheiro Adailton Cardoso Dias.

Minha colocação é que o Brasil tem ampliado muito, cresceu muito, Adailton, principalmente a produção agrícola em todo o nosso País. Antigamente era só no sul do País, depois passou para o Centro-Oeste e, agora, chegou ao Norte o crescimento, o desenvolvimento, e o aumento da produção de grãos tem batido recordes ano a ano. E, já há muito tempo, a infraestrutura do Brasil, com relação a rodovias, a ferrovias, ao nosso transporte, não tem tido o investimento necessário para dar vazão ao escoamento dessa produção. E é exatamente neste trabalho que o senhor vai exercer, que é o planejamento, que eu entendo estar o coração da infraestrutura brasileira, através do DNIT.

Então, os investimentos que não aconteceram durante muito tempo começaram a acontecer. No governo do Presidente Lula e, depois, na sequência, no da Presidenta Dilma, é que os investimentos de infraestrutura realmente começaram a acontecer. E nós estamos vendo obras importantes, como a 163, a proposta

de duplicação da 364, que também é uma expectativa grande para nós de Rondônia. Esperamos conseguir avançar também com a BR-319, que é importante para nós de Rondônia. É claro que ela é importante para o Amazonas, é importante para Roraima, mas para nós, de Rondônia, ela é de fundamental importância. Nós precisamos reabrir aquela estrada. É sabido que a verba está assegurada, que o projeto já foi feito, que a licitação foi iniciada ainda quando o Senador Alfredo Nascimento estava no Ministério, mas há uma questão ambiental em discussão, em debate. É um dos temas que têm atrasado muito as obras no Brasil.

Nós temos discutido aqui, seguidamente, nesta Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Meio Ambiente e também na Comissão de Agricultura... Claro que nós temos que ter uma preocupação com o meio ambiente. Se há um impacto ambiental, tem de haver uma compensação por esse impacto ambiental, mas não se deve paralisar as obras, obras importantes. A 319, por exemplo, é praticamente uma obra de recuperação. Não é construção de estrada, não vai haver desmatamento para fazer a estrada. Portanto, é uma estrada em que não vai haver mais impacto ambiental. Então, são obras que vão precisar muito do trabalho do engenheiro Adailton.

Tenho certeza de que V. Sª tem o conhecimento e lhe desejo sucesso no desempenho dessas funções, uma função importante para toda a população brasileira. Eu lhe desejo sorte na sua nova missão, Adailton.

O SR. ADAILTON CARDOSO DIAS – Obrigado, Senador Acir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Daqui a pouco você responde.

Pela ordem de inscrição, indago a V. Exª, como Relator, se deseja fazer alguma indagação.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Sr. Presidente, minha fala é um testemunho. Eu fui Ministro dos Transportes por três vezes e, nesse período, tive oportunidade de conviver com o Dr. Adailton e com o Dr. Valter, que desempenharam suas funções, como servidores de carreira, com muita competência, com muita dignidade, ao conduzirem as funções que exerceram ao longo desse período no Ministério dos Transportes.

É verdade, como disse o meu companheiro, Senador Acir, que os investimentos em infraestrutura voltaram a partir do governo do presidente Lula e foram continuados pela Presidenta Dilma. Fizemos investimentos na área hidroviária, e esteve à frente desse trabalho o Dr. Valter, que conduziu esse trabalho sempre com muita competência.

Em relação às pendências que existem, de infraestrutura, pelo País afora, lá no nosso Amazonas, e isso afeta diretamente a mim, ao Senador Acir e ao Senador Raupp, que estamos juntos neste debate, a BR-319 é uma obra de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa região; interliga as duas maiores cidades da região da Amazônia Ocidental e vai dar oportunidade aos amazonenses de se comunicarem com o restante do País por estrada. Nós só temos duas rodovias no Estado do Amazonas, a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, que foi recuperada, restaurada ainda no governo do presidente Lula, e a BR-319.

Eu estive com a Presidente Dilma, que me prometeu, Senador Raupp, Senador Acir, que a BR-319 é um compromisso dela, que ela vai cumprir com o povo da região amazônica. No dia 5 deste mês de maio, abriram a licitação da construção dos primeiros 200km da BR-319 e da restauração daquela parte do meio, que tem um confronto com os órgãos do meio ambiente, que, por diversas vezes, atravancam o desenvolvimento do País. Não se concebe que uma rodovia da importância da BR-319 tenha a sua recuperação, e não construção, interrompida por entendimento de pessoas que fazem parte do meio ambiente, que se dizem ecologistas e não conhecem a nossa região. Dizem que, ao se recuperar essa rodovia, que já foi asfaltada na década de 70... Eu próprio percorri essa rodovia de carro algumas vezes; agora, está impedida, no seu meio, de ser recuperada. É uma obra em que os extremos estão prontos, e a parte central não tem autorização dos órgãos do meio ambiente para ser restaurada, para ser concluída. É um absurdo que as pessoas que não conhecem a nossa realidade se comportem dessa forma e impeçam o crescimento, o desenvolvimento de uma região tão carente, tão necessitada, que precisa de mais esse modal de transporte, para que as indústrias da Zona Franca de Manaus, por exemplo, tenham competitividade, que mais empregos sejam gerados na região, e a comunicação, o direito constitucional de ir e vir, seja dado ao povo da nossa região.

Então, Sr. Presidente, as minhas palavras, encerrando, são no sentido de dizer que conheço bem os dois indicados e que certamente o Governo Federal e o DNIT vão estar muito bem servidos com a competência do Dr. Adailton e do Dr. Valter.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Cumprimento V. Exª. Continuamos com o processo de votação.

Concedo a palavra ao Dr. Adailton para responder às indagações feitas pelos eminentes Senadores Alfredo Nascimento e Acir Gurgacz.

O SR. ADAILTON CARDOSO DIAS – Eu vou fazer algumas observações em relação ao que foi agora colocado pelos Senadores a respeito dos projetos, principalmente da questão da BR-319, que é um exemplo clássico.

O DNIT, como é um órgão executor, busca de todas as formas fazer os estudos exigidos pelos órgãos competentes para que seja possível, no caso específico da BR-319, ser obtida a licença ambiental. Esses estudos foram iniciados há mais de três anos, todos os levantamentos foram exigidos, mas, infelizmente, a gente ainda não conseguiu obter essa licença em função do que já foi colocado pelo Senador. Isso, de certa forma, atrapalha a execução do Orçamento, atrapalha a execução dos empreendimentos previstos no PAC e atrapalha também ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAILTON CARDOSO DIAS –... a questão da programação que o DNIT tem em relação aos seus empreendimentos.

Da nossa parte, o que estamos preparando em relação a essa questão de elaboração de projetos, estudos e licenciamentos ambientais?

Então, é um processo de otimização, uma aproximação a mais com os órgãos ambientais e uma programação mais refinada do que tem de ser feito.

É lógico que, com isso, nós esperamos conseguir os projetos em tempo mais reduzido e utilizar também da possibilidade do RDC integrado, que possibilita ao DNIT licitar obras apenas com anteprojetos e desenvolver o projeto no decorrer da obra. Isso gera para a gente um ganho de tempo considerável e, logicamente, um ganho de tempo para a sociedade.

Então, neste primeiro momento, são essas ações mais pontuais que o DNIT está adotando para agilizar a contratação dos empreendimentos e para que a sociedade brasileira possa desfrutar com maior rapidez possível desses serviços que, até o momento, estão para ser iniciados e concluídos, mas para os quais, até o momento, nós não conseguimos fazer as licitações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço ao Adailton.

Eu consulto se há mais algum Senador para votar.

Chega, neste exato momento, o ilustre conterrâneo Senador Cidinho. Por favor, deposite o seu voto de confiança nessas duas ilustres personalidades que aqui estão fazendo parte da Mesa conosco.

Consulto se há mais algum Senador para votar. (*Pausa.*)

Já temos quórum suficiente...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Deixe-me só cumprimentar os dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Por favor, Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela ordem.

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os dois indicados, Dr. Valter e Dr. Adailton. Embora eu não conheça ainda as trajetórias deles, o depoimento aqui do Senador Alfredo Nascimento, que já foi Ministro dos Transportes, deixou-me muito à vontade para votar e para entender que os indicados são pessoas que já têm uma trajetória de luta nessa área, que têm experiência, o que é muito importante.

Portanto, desejo aos dois que este novo desafio seja objeto de motivação, para que os senhores venham a atender a infraestrutura do País, que sem dúvida alguma, carece de pessoas competentes e que tenham experiência. Desejo sucesso aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço à brilhante e valorosa Senadora goiana, minha querida amiga, Lúcia Vânia.

Consulto se não há mais nenhum Senador para participar da votação. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador mais para votar, nós declaramos encerrada a votação.

Quero convidar o ilustre Senador Acir Gurgacz e Walter Pinheiro para virem aqui ser nossos escrutinadores. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Auxilie V. Exª. Se o Alfredo estivesse aqui, convidaria o Alfredo.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Estou aqui, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Então é o Alfredo e o Acir. Desculpe-me Senador Walter. V. Exª vai ser fiscal de ambas as partes. Senadores Alfredo e Acir para escrutinadores da votação da indicação do Dr. Adailton e do Dr. Valter para comporem o quadro de diretores do DNIT.

Eu imagino que a votação será das mais proveitosas, tendo em vista que parece que é só "sim", "sim", "sim". Isso é muito bom, sinal de que essas pessoas são competentes e, acima de tudo, são funcionários do órgão. É o que eu defendo literalmente aqui nesta Comissão e nas demais comissões.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR - AM) – Presidente, 14 votos – para o Valter Casimiro Silveira – "sim"; e 14 votos – para o Adailton Cardoso Dias – "sim". Sem "não" e sem abstenção; unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Cuidado com esse negócio de "sem não" e "sem abstenção", que senão vai falar que foi derrotado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Aprovada a indicação do Sr. Valter Casimiro Silveira para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) por 14 votos favoráveis.

Aprovado também o nome do ilustre companheiro Adailton Cardoso Dias para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) por, também, 14 votos favoráveis.

Nesse caso, estão aprovados por unanimidade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, tem sido, eu diria, até uma prática já aqui adotada não só por esta Comissão, mas por diversas comissões, no processo de sabatina. Uma vez aprovada, se o Plenário assim entender, nós gostaríamos de solicitar o envio da matéria ao Plenário, com urgência, para que possa ser remetida ainda hoje ao Plenário, para apreciação. Não sei se necessariamente na sessão de hoje teremos condições. Mas, se possível, nós gostaríamos inclusive que a matéria... Uma vez remetida, no Plenário, nós avaliaríamos as condições para a apreciação, ainda no dia de hoje, dos dois nomes agora aprovados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria subscrever a solicitação do Senador Walter Pinheiro e dizer que – também na condição de Vice-Presidente; normalmente, estou coordenando o Plenário – nós vamos tomar a iniciativa de o quanto antes pôr em votação no Plenário da Casa, como o Senador Walter Pinheiro está sugerindo, a indicação de V. Sªs.

Então, eu também faço a solicitação de que se ponha em regime de urgência o envio dessa matéria para o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM - MT) – Consulto o Plenário se concorda com a propositura feita pelos ilustres Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana e Senador Ministro Alfredo Nascimento.

Se o Plenário concorda, permaneça como se encontra.

Aprovado.

Será atendido, na forma regimental, e encaminhado para o Plenário da Casa, para entrar em processo de votação por todo o Plenário do Senado Federal.

Neste momento, concluídos os nossos trabalhos, eu gostaria de cumprimentar os ilustres indicados, Valter Casimiro e Adailton Cardoso, na certeza de que V.Sªs vão fazer um trabalho profícuo, sobretudo na exitosa missão que têm, e vão fazer um trabalho que nos permita melhorar a questão logística e sobretudo a infraestrutura do nosso País.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia doze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Comparecem à presente Reunião, os Senadores não membros da Comissão: Humberto Costa e José

Pimentel. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 1ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião se divide em duas partes: A **primeira parte é destinada à deliberação do requerimento nº 03/2014 – CDR**, que: "*Requer a realização de um ciclo de debate sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado.* **A segunda parte da Reunião** destina-se à realização da primeira Audiência Pública do ciclo de debates da CDR, em atendimento ao **Requerimento nº 03/2014 – CDR**, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Francisco Teixeira, que vem, nos termos do disposto no Art. 397, § 1º, do regimento interno do Senado Federal, combinado com o Art. 50, *caput* e § 1º, e Art. 58, § 2º, III da Constituição Federal, debater sobre: "As obras de revitalização e transposição do rio São Francisco, bem como os açudes da região Nordeste". Às dez horas e cinquenta e sete minutos, assume a Presidência Eventual, o Senador Cícero Lucena. Às dez horas e cinquenta e nove minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares reassume a Presidência. Após a exposição do Senhor Ministro, fazem uso da palavra os Senadores: Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Inácio Arruda, Humberto Costa e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária.

Convido o nobre Ministro Francisco Teixeira para ocupar a Mesa, para início desta reunião extraordinária da CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, será publicada no *Diário do Senado*.

Comunicados.

Na conformidade com o requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 47, de 2013, de autoria do nobre Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente deste colegiado, faremos uma reunião no dia 14 de março de 2014, próxima sexta-feira, no Estado de Pernambuco, em Recife, no auditório do Hotel Golden Tulip Recife, localizado na Avenida Boa Viagem, para a realização de um seminário, com a participação da Sudene.

Esse seminário visa a debater o fortalecimento da Sudene e tem com tema "O Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional".

Como sabemos, as responsabilidades institucionais da Sudene compreendem a articulação das forças representativas da região, a regionalização das políticas nacionais e dos recursos federais, a promoção das potencialidades locais, cabendo-lhe, também, definir objetivos e metas econômicas e sociais, induzir e apoiar a captação de recursos técnicos e financeiros nacionais e internacionais, gerir fundos para o desenvolvimento regional, promover a capacitação e inovação, induzir iniciativas de melhorias gerenciais e laborais e articular as políticas públicas para a Região Nordeste.

Por essas razões, é de fundamental importância que este tema permeie nossos debates.

Esperamos contar, no evento, com a participação de todas as bancadas do Nordeste no Congresso, governadores e presidentes das assembleias legislativas da região, as entidades e lideranças econômicas regionais e muitos outros convidados ligados ao tema.

O seminário será realizado com a colaboração do superintendente da entidade, Luiz Gonzaga Paes Landim.

Por tudo isso, convidamos todos os membros para participarem do referido seminário.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de requerimento, e a segunda destinada à realização da 1ª audiência pública de um ciclo de debates, com a finalidade de debater as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste, hoje com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira.

Primeiro item da pauta.

ITEM 1
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº 3, DE 2014

Requer a realização de um ciclo de debate sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal será adotado o seguinte procedimento nesta audiência pública: o Sr. Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, dentro do assunto tratado, dispondo, cada um dos Senadores ou Senadoras, de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Sr. Ministro, antes de conceder-lhe a palavra, em primeiro lugar, em nome desta Comissão, dou-lhe as boas-vindas, agradecendo pela cordialidade de sua presença nesta Comissão – V. Exª que está desenvolvendo um trabalho primoroso à frente do Ministério da Integração e merece também o nosso respeito, a nossa atenção e o nosso agradecimento pelo seu engajamento com as preocupações dos Senadores, especialmente os Senadores do Nordeste, que sabem o quanto V. Exª vem se empenhando para a realização destes objetivos propostos neste requerimento, que são: a transposição do São Francisco e a sua revitalização.

Nós sabemos que a transposição, no início, foi um projeto difícil para ser implementado, em virtude das divergências, que foram notórias, tanto no âmbito do Congresso Nacional, como na discussão e nos debates que foram travados em todos os Estados banhados pelo Rio São Francisco, especialmente os Estados de Alagoas, de Sergipe, que tinham resistências enormes quanto à implementação desse projeto, em virtude das preocupações advindas com a exploração dessas águas, com a sua transposição para outros Estados nordestinos.

Resolvido esse assunto, que foi a elaboração do projeto, o Governo intensificou a sua execução nos eixos Norte e Leste. E é sobre isso que nós temos a curiosidade de saber.

O Senado está transmitindo ao vivo esta reunião e também tem o interesse em saber, assim como a comunidade que nos acompanha, sobre as realizações que estão sendo efetivadas neste instante em relação à transposição do Rio São Francisco e à sua revitalização.

Portanto, V. Exª é bem recebido nesta Comissão, na condição de Ministro e também de nordestino, identificado com as questões prementes para o desenvolvimento da nossa Região.

Portanto, tem a palavra V. Exª, Ministro Francisco Teixeira. Com muita alegria, com muita honra, passo a palavra a V. Exª.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Meu bom-dia a todos. Quero cumprimentar todos os Senadores presentes aqui, na pessoa do nosso Presidente.

Senador Antonio Carlos Valadares, estou aqui, dentro do papel de Ministro interino da Integração Nacional, para prestar contas, principalmente do projeto de integração do São Francisco, mas também de outras ações relacionadas com o Nordeste brasileiro que sejam da pauta do Ministério da Integração, caso isso seja do interesse dos Senadores presentes.

Como nós temos meia hora, vou fazer rapidamente a apresentação.

No início, vou enquadrar o projeto do São Francisco como instrumento do desenvolvimento regional, desenvolvimento do nosso Nordeste setentrional, dos quatro Estados beneficiados – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Gostaria de passar, por favor...

Já que estamos aqui numa Comissão de Desenvolvimento Regional, tratando também de assuntos relativos à Sudene, vamos resgatar um pouco o estudo desenvolvido pelo nosso saudoso Celso Furtado, paraibano de Pombal, que coordenou o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959.

Esta era a visão estabelecida, naquele estudo, do caminho natural para o desenvolvimento econômico de uma região, o caminho mais fácil. Que uma região que tivesse abundância em recursos naturais, principalmente em solo e água, poderia ter um setor primário altamente desenvolvido através do aumento de exportação de produtos primários. Se se conseguisse expandir essa área, com a escala, tinha-se uma maior rentabilidade. Então, tinha uma elevação do nível da renda, com a qual haveria uma procura e uma demanda por bens e serviços. E a partir dessa demanda se estabeleceria um mercado interno que possibilitaria a diversificação da estrutura produtiva através da industrialização.

Se percebermos, isso é o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos com o algodão, ainda no século XVIII e início do século XIX. Aconteceu com o café no Brasil; Celso Furtado dá o exemplo disso. E no Nordeste brasileiro não foi possível – pode passar aí, por favor - exatamente por esses motivos, ou seja, no Nordeste, principalmente no Semiárido, mas nós temos uma pobreza relativa de recursos naturais tanto de solo como de água.

Fala-se muito da carência hídrica da Região Nordeste, mas nós também temos uma pobreza, em termos de solos, em grande quantidade. Não temos uma riqueza de solos como há no Centro-Oeste, que hoje passa por um dinamismo econômico muito grande, baseado exatamente no setor primário, que tem uma abundância de águas e de solos. Com isso se eleva o nível de renda. E já temos regiões do Centro-Oeste se industrializando. Isso é perfeitamente perceptível.

No caso do Nordeste, esse caminho natural e mais barato não foi possível, impossibilitou o aumento de exportações de produtos primários. Não houve condições de elevar a renda. Então, houve uma predominância do setor de subsistência na economia. Como o setor de subsistência bem diz, você gera aquilo para sobreviver.

Houve, portanto, uma falta de geração e de elevação da renda. Inexistência de um mercado interno, porque não havia renda nem demanda e não se formou um mercado interno. Então, não houve a condição de diversificar a estrutura econômica, que é a industrialização tão almejada pelo Nordeste já naquela época. Aí foi gerada pobreza. Com o crescimento populacional veio mais pobreza ainda, porque nós estamos numa das regiões semiáridas mais populosas do mundo.

Pode passar.

Como diretrizes, naquela época, porque em muitos casos vários desses pontos ainda são atuais, preconizava-se uma intensificação dos investimentos industriais. Era o caminho mais caro, mas era preciso o uso de capital intensivo para buscar a industrialização.

A transformação da economia agrícola da faixa úmida, através da produção de alimentos na periferia do polígono das secas. A transformação da economia das zonas semiáridas através de irrigação dos vales dos grandes rios, ou seja, a irrigação já era colocada como um dos caminhos para possibilitar o desenvolvimento da região. Seria no Vale do São Francisco, principalmente, mas no vale dos outros rios, como o Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte, e Jaguaribe, no Ceará.

E se pregava até o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste para colonização de terras úmidas no Maranhão e Goiás. Se a gente perceber, não de uma forma planejada, como queria Celso Furtado, mas de uma forma natural, aconteceu isso. Hoje a grande fronteira agrícola do Brasil é o Centro-Oeste e temos essa fronteira subindo para o Sul do Maranhão, já atingindo o Maranhão e atingindo também o Piauí. Tudo isso era vislumbrado naquelas épocas.

Pode passar, por favor.

O novo plano elaborado quando ainda era Ministro Ciro Gomes, em 2005. Dentro de uma nova realidade do Nordeste ele coloca como vetores de uma estratégia para o desenvolvimento do Semiárido uma rede de cidades com infraestrutura. O Nordeste hoje não é mais aquele iminentemente rural, é um Nordeste urbano. Então, tem uma rede de cidades que precisa ser mais bem estruturada. Atividades urbanas são importantes hoje. Atividades dentro do urbano como do rural. A pequena industrialização da produção rural. Mineração. Um negócio inclusive pautado na música popular nordestina que tem empregado muita gente.

Atividades produtivas de larga escala, como o vetor exportador, através do agronegócio, da irrigação, e atividades de menor porte, como os arranjos produtivos locais e a agricultura familiar, que contribui para a segurança alimentar e alivia a pressão demográfica.

Esses são os vetores mais modernos para o desenvolvimento da região.

Pode passar.

Aqui, quero colocar o Projeto São Francisco. Quando falo desse projeto, falo também de outros eixos de água estruturante que estão sendo pensados e executados na Região Nordeste.

Por que todo mundo quer ter sua ligação de água ao São Francisco?

Primeiro, o Nordeste só tem 3% da água do Brasil e 28% da população. O São Francisco representa 70% dessa reserva hídrica. A Bacia do São Francisco, naquela época, tinha cerca de 13 milhões de habitantes, e o Nordeste Setentrional, tirando Pernambuco, mas só com Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, outros 13,8 milhões. Hoje, há mais, e são dados de 2005.

E aqui vocês podem ver a disponibilidade hídrica *per capita*. O São Francisco tinha uma média de 7 mil metros cúbicos por habitante/ano, e o resto do Nordeste, dos rios intermitentes de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, 550 m^3/hab/ano, no Rio Grande do Norte; 430 m^3/hab/ano, no Ceará, e a Paraíba com 220 m^3/hab/ano, ou seja, o Estado mais pobre em termos de disponibilidade hídrica.

Então, o que se buscou com o projeto foi equilibrar um pouco essa disparidade em termos de disponibilidade hídrica.

Agora, claro, tendo como, eu diria, atendimento prioritário o abastecimento de cidades, o abastecimento urbano, o abastecimento humano. Então, a ideia era garantir água para esses Estados, no sentido de ter a água com garantia adequada para o abastecimento de suas populações, para que a água local sobrasse para alguma atividade produtiva, já que é preciso ter água para alguma atividade produtiva.

Pode passar.

Aqui, vocês podem perceber, só falando um pouco da geologia, que é muito importante e decisiva para qualquer região, especialmente o Nordeste. Vocês podem perceber que a região abrangida pelos eixos norte e leste do Projeto São Francisco é aquela região onde você tem uma predominância de geologia de embasamento cristalino.

O que isso representa?

Representa pobreza em água subterrânea, ou seja, além de se ter uma pobreza em água superficial, há pobreza em água subterrânea, e o embasamento cristalino nesse tipo de geologia é decisivo para os rios serem intermitentes. Não só a elevada evaporação na região, mas a questão geológica enseja que nossos rios sejam intermitentes. Ou seja, esses rios têm fluxo durante dois ou três meses do ano quando chove. Por exemplo, certos rios, no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, e os próprios afluentes intermitentes do São Francisco, não têm fluxo de água há dois anos. Ou seja, há dois anos, esses rios não têm fluxo de água, porque estamos com dois anos de seca. São rios que só têm água quando realmente chove, e, naquele período, é preciso guardar água em reservatórios. Do contrário, a água vai toda para o mar, e não se tem água no resto do tempo.

Imaginem se o Ceará não tivesse uma rede de açudes, se a Paraíba não tivesse o Coremas/Mãe D'Água, Epitácio Pessoa; o Rio Grande do Norte, a Barragem do Açu, Barragem de Santa Cruz. A água que choveu lá em 2009, 2010, 2011, teria ido para o mar e estaria todo mundo hoje sem água. Então, esses reservatórios ainda estão suportando essa seca de dois anos, mas isso não é suficiente, exatamente por isso.

Pode passar.

Qual é o grande problema?

O grande problema é que, como os rios são intermitentes, e a chuva é muito variável, a oferta hídrica baseada simplesmente nos reservatórios é também irregular, assim como é irregular a chuva. Vocês podem perceber – isso aqui é antigo, e não estou colocando ainda – a grande seca de 2012, porque em 2012/2013, isso aqui também está indo lá para baixo, mas é para vocês perceberem que o que o Nordeste vive hoje sempre viveu em períodos recorrentes no passado. Aqui foi a grande seca do início dos anos 90. Aqui nós temos a capacidade de acumulação de água do Ceará. Hoje já são 18 bilhões. Aqui eram 17,5 bilhões de metros cúbicos.

Ora, vocês podem perceber que essa capacidade varia. Às vezes ela está próxima, inclusive, aos 100%, quando teve uma recarga fenomenal em 2004. Mas, aqui, vejam o período dos anos 90, até 2003, em que esses reservatórios ficaram, em média, entre 30% e 40%, ou seja, durante quase uma década, conviveu-se com uma reserva hídrica entre 30% e 40%. Quando chegou em 2004, que houve aquela tromba d'água muito forte, fomos para quase 100%. Aí passamos a primeira década do milênio – infelizmente este gráfico eu pequei ontem; vou completá-lo com dados da Cogerh, no Ceará – com uma reserva hídrica variando entre 60% e 70%, ou seja, uma década com certo conforto de água. Já entramos nesta nova década, desde 2012, com a reserva hídrica caindo, e hoje o Nordeste se encontra de novo nessa situação, em termos de reserva hídrica. Estamos aí em torno dos 30%. Em certos casos, caindo já para a casa dos 20%.

Então, o São Francisco entra nesse período mais crítico. Ou seja, quando você está com essa reserva hídrica muito baixa, você traz água do São Francisco para garantir o aporte hídrico fundamentalmente para o abastecimento de 390 cidades, garantindo água para 12 milhões de habitantes. Então, ele é um instrumento de segurança hídrica. Ele é uma espécie de seguro-água.

Pode passar.

Sinalizando os eixos que estão em obra: eixo Norte, eixo Leste.

Esses ramais em vermelho são obras associadas ao São Francisco. Brevemente este Ramal do Entremontes, em Pernambuco, este Ramal do Agreste, também em Pernambuco, estarão aí com os editais disponíveis na praça para licitação. Já estão com os editais praticamente concluídos. O Cinturão das Águas, no Ceará, já está em obra. Este Ramal do Apodi também, até no final do primeiro semestre, que vai levar água para o Rio Grande do Norte, deveremos licitar. O Canal Vertente Litorânea, na Paraíba, também está em obra.

Então, aqui são grandes obras estruturantes, associadas ao projeto São Francisco, ao Rio São Francisco.

Os Estados do Nordeste, de forma geral, do Semiárido, precisam ter essa segurança hídrica, que nada mais é do que uma ligação com a grande fonte hídrica da região, que é o São Francisco. E fazer com que essa rede de canais e de adutoras que se derivam dos rios perenizados – em azul-claro, como vocês estão vendo –, que são rios ou já perenizados e terão fortalecimento da perenização, ou trechos que ainda não foram pe-

renizados, que serão perenizados, como o Salgado, aqui no Ceará, como o Rio Paraíba. Este rio, até o Açude Boqueirão, não é perenizado. Vai ser perenizado.

Então, vamos ter uma grande rede de canais, de eixos, de leitos de rios perenizados e de adutoras, que vai dar uma capilaridade à segurança hídrica no território do Nordeste.

Aqui, por favor, clica no Canal do Sertão Alagoano.

Não só os eixos Norte e Leste do Projeto São Francisco estão em obras, mas também os Estados da chamada bacia doadora do São Francisco estão sendo beneficiados com esse grande plano, que chamamos plano São Francisco, de levar garantia hídrica do São Francisco aos Municípios mais distantes do Semiárido nordestino.

Aqui é o Canal do Sertão Alagoano. A União está investindo aqui em quatro trechos desse canal, que representam 120 quilômetros, que estão em obra, dos quais 70 quilômetros já estão com água. Foram R$2 bilhões nessa primeira etapa, ou seja, fazer a água chegar quando os outros trechos forem concluídos no projeto e incluídos no PAC 3. Fazer a água chegar inclusive a Arapiraca, bem aqui.

Isso aqui é o que está em obra hoje. Os trechos que estão em obra, mas a obra vai chegar a Arapiraca, ou seja, vai atender a todo o sertão alagoano.

Daqui já há adutoras sendo construídas, porque, qual é a grande vantagem? O São Francisco passa aqui dentro de um *canyon*. Mesmo com a barragem de Xingó, que elevou em 80 metros o nível da água do São Francisco, o bombeamento ainda é muito alto, daqui do cânion de Xingó para Alagoas e para Sergipe, aqui em embaixo. Então, as adutoras atuais já estão sendo pensadas e trabalhadas pelo Governo de Alagoas sendo tiradas daqui do canal. Vai diminuir também o custo de energia, porque esse canal capta quase por gravidade aqui, no lago de Moxotó, ali no Complexo Paulo Afonso. Ele vem com um pequeno bombeamento, e aqui vem tudo por gravidade, e as adutoras, em vez de puxarem água lá do São Francisco, vão tirar água do canal. Já estão sendo feitas duas: a adutora da região de Delmiro Gouveia, que leva água aqui, voltando a Delmiro, e está levando para os Municípios acima; e a adutora da bacia leiteira, mais aqui à frente.

Então, é um plano para o futuro de Alagoas que já está sendo posto em implementação.

Pode passar.

Aqui no canal também, da mesma região de Paulo Afonso, o Canal de Xingó para Sergipe.

Por favor, clique aqui. Não saiu aí o canal. É o Canal de Xingó. Ali na bolinha. Pronto.

Aqui está o Complexo Paulo Afonso, e aqui está o lago de Xingó, no grande cânion do São Francisco. Ainda existe. Uma parte foi afogada, mas o cânion está lá, inclusive é um dos belos passeios turísticos do Estado de Sergipe. Eu estava dizendo aqui ao Senador Valadares que o anteprojeto deste canal já está em processo de contratação pela Codevasf, para depois poder lançar, em regime diferenciado de contratação, o projeto executivo e as obras desse canal. Vai fazer o mesmo papel que o Canal do Sertão faz para Alagoas, ou seja, vai passar pelo sertão de Sergipe, facilitando, com menor custo de energia, o atendimento das populações para os mais diversos usos no Estado de Sergipe.

Pode passar, por favor.

O Eixo Sul da Bahia é outro grande empreendimento previsto. Ele está em projeto. Está sendo desenvolvido o estudo de viabilidade e o anteprojeto. Vai levar água do lago de Sobradinho, nas imediações de Juazeiro, na Bahia, para o sertão aqui, a região do Senhor do Bonfim, levando água para o Rio Vaza-Barris e para o Rio Itapecuru, que são dois rios importantes do Semiárido da Bahia. É outro eixo que está sendo pensado.

Pode passar. Volte, por favor, para a apresentação principal.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: o chamado Eixo Norte e Eixo Leste, onde estão as obras mais avançadas, fazem parte de um grande plano de levar a água do Rio São Francisco, como eu já falei, aos vários Estados da bacia e Estados que não estão na bacia, mas que fazem parte do Semiárido brasileiro, no sentido de regularizar a oferta hídrica da região, para que, se houver outra seca como esta que estamos vivendo agora, nós tenhamos a garantia de água em 390 cidades, no caso do Eixo Norte e Leste, mas também em Municípios dos Estados de Alagoas, Sergipe e do Sertão da Bahia, em futuro próximo.

Aqui, tudo isso em azul que os senhores estão vendo são os sistemas adutores que já existem e que vão ser fortalecidos com oferta hídrica levada por esses canais. Cito a cidade de Fortaleza, só para se ter um exemplo da importância desse empreendimento. Hoje, o açude Castanhão, que é o maior reservatório do Ceará, já atende Fortaleza desde maio de 2012. Vai fazer dois anos agora que quem garante o atendimento hídrico da região metropolitana de Fortaleza – não é só Fortaleza, são 15 Municípios – é o açude Castanhão. Esse açude, por exemplo, se para o ano houver outra seca, nós já vamos ter que aumentar ainda mais o controle sobre a água. Ninguém sabe quanto tempo pode durar uma seca. É normal haver seca de um ano, dois anos, mas a gente pode ter seca de quatro anos, cinco anos, como já tivemos. Então, nesse momento, o São Francisco entra, fortalecendo a oferta para garantir a água fundamentalmente das populações.

Pode passar. Volte para a apresentação, por favor. Clique em cima. (*Pausa.*)

Pronto. Pode passar, por favor.

Aqui são os reservatórios que vão servir de receptores de água do projeto São Francisco, os reservatórios que vão receber água, que já existem, e vão ter a sua oferta hídrica garantida, aumentada por esse projeto.

Pode passar.

Esse é o sistema de gestão, que eu já havia falado para vocês como foi concebido.

A Presidenta está na iminência de assinar o decreto presidencial, colocando definitivamente a Codevasf como a operadora federal do projeto. A ANA é o agente regulador. Vai funcionar de forma similar ao sistema elétrico. A fixação das tarifas, os Estados vão pagar pelo custo de operação e manutenção, o custo de energia dessa água, os Estados receptores. Será obviamente uma tarifa estabelecida pelo órgão operador, mas com o aval da Agência Nacional de Águas, que será o órgão regulador. Teremos um conselho gestor, onde há representação de quatro ministérios do Governo Federal e representantes dos quatro Estados beneficiados pelo projeto. Vamos ter o Plano de Gestão Anual, ou seja, cada ano é uma realidade. Dependendo do aporte hídrico natural aos reservatórios dos quatro Estados, vai se dar a alocação de água para cada Estado, em função da sua demanda estabelecida anualmente. Cada Estado tem o seu órgão gestor estadual operador para receber essa água e alocar da melhor forma possível.

Pode passar.

Falando da obra do São Francisco hoje, a obra está planejada em seis Metas: três Metas para o Eixo Norte e três Metas para o Eixo Leste.

No caso do Eixo Norte, a primeira Meta é captar a água em Cabrobó e fazer chegá-la na divisa do Ceará com Pernambuco, ou seja, a água nessa primeira Meta já poderia chegar ao Ceará.

A Meta 2 Norte envolve um sequência de barragens estratégicas que são difíceis de fazer, mas que estão em execução, para a água atravessar dois Municípios do Ceará e, por canal e sistemas de túneis, a Paraíba e cair na barragem de São Gonçalo para atender a Bacia do Piranhas, na Paraíba, e Açu, no Rio Grande do Norte.

O Eixo Leste tem a Meta 1 L, que seria uma meta piloto para ser ensaiado todo o sistema de operação e manutenção; a Meta 2 Leste, para fazer a água chegar até o reservatório Barro Branco para derivar para o Agreste Pernambucano; e a Meta 3 Leste, para fazer a água chegar, na Paraíba, à Bacia do Rio Paraíba, ao açude Boqueirão, principal açude da região que abastece Campina Grande.

Pode passar.

Esse é um esquema hidráulico para relembrar. Muitos dos senhores já conhecem bem.

O Eixo Leste tem seis estações de bombeamento. É um projeto arrojado. São seis estações de bombeamento, com trechos em canais, aquedutos e adutoras, para poder fazer a água chegar próximo ao Agreste Pernambucano e, depois, à Paraíba. Estamos trabalhando intensivamente nesse primeiro trecho, principalmente, nas estações, para ter a água chegando até o final deste ano, o canal concluído, porque a água leva um tempo de chegar, pois tem que ser bombeada. Nós temos uma limitação dada pela outorga da ANA de retirada de água, ainda mais nesse período de seca, mas, ao passo que forem sendo aprontadas as estações de bombeamento e os trechos de canais, vamos bombeando a água e preenchendo reservatórios e canais.

Hoje, estamos intensivamente trabalhando na Estação de Bombeamento 1. Já iniciaremos a montagem das bombas no final de março, início de abril. A EB 2 também está sendo trabalhada, a EB 3 também. Estamos iniciando o ataque à EB 4, no sentido de avançarmos bastante e tentarmos deixar pronto até o reservatório Bagres até o final deste ano, o que totalizaria algo próximo aos 100km de canal. Chegar pelo menos, no mínimo, à EB 4, para termos pronto mais de 90km de canais e as estações EB 1, 2 e 3, mas estamos com desafio também de fechar a EB 4. Está em obras. Os outros trechos estão andando. Nem sempre a empresa trabalha no ritmo que a gente deseja, mas o monitoramento é intensivo. Agora mesmo, toda a nossa equipe está em campo numa reunião de monitoramento que se faz mensalmente. Eu mesmo já fiz cinco reuniões com representantes das empresas para apressar cada vez mais o ritmo dessa obra.

Conseguimos, finalmente, entrar no Túnel Monteiro, trabalhando no emboque e no desemboque, na Paraíba. Estamos já trabalhando dos dois lados, de um lado e do outro, aprofundando as escavações para efetuar as escavações do túnel de um lado e do outro. Conseguimos reduzir o tamanho do túnel, que era de seis quilômetros para três quilômetros para apressar mais ainda a obra. Então, estamos trabalhando nas obras fundamentais aqui no Leste, melhorando o ritmo a cada dia. Ainda não está ainda no ritmo desejado por nós, mas estamos intensificando e acelerando o processo dessas obras.

Pode passar.

O Eixo Norte foi um eixo que, embora vindo atrás do Eixo Leste, e o Eixo Leste vinha com uma execução melhor lá atrás, depois do processo de desaceleração e retomada, nós tivemos uma maior felicidade. Não podemos definir que empresas serão contratadas, quem define são as licitações. Há problemas também nas licitações, de ordem de processos judiciais e administrativos. Mas o processo de licitação do Eixo Norte foi mais

feliz, foi mais rápido, o processo de preparação dos editais e de conclusão de projetos também, portanto, o Eixo Norte evoluiu muito em relação ao que estava antes.

Aqui, por exemplo, nesta Estação 1, as bombas já estão na fase de pré-montagem. A montagem das bombas começa na próxima semana, ou seja, as bombas já saíram da fábrica, já chegaram aqui a esta estação de bombeamento. Quem for lá, na segunda quinzena de março, vai ver a montagem das bombas na EB1. Estamos trabalhando intensivamente na EB 2 e EB 3.

Eu falo das estações porque a execução dessas estações representa o ponto crítico dessas obras. Cada estação dessa, por exemplo, do Eixo Norte representa um prédio de cerca 15 andares. Esta estação tem 48m de altura, para vocês terem uma idéia, depois de fazer uma escavação em rocha de 30m de profundidade. Então, é um grande desafio.

Outra obra delicada, para fazer a água, por exemplo, chegar ao Ceará, é este túnel aqui. Apesar de ser um pequeno túnel, é todo revestido porque é embaixo da Serra do Araripe, no Ceará. Embora seja um túnel pequeno, conseguimos reduzir o tamanho para 800m; era mil e poucos metros, mas ele já está em fase de execução.

Essa sequência de barragens também é o que está em obra hoje, que representa a Meta 2 Norte. Está tudo em obras. Esse túnel, que era a grande obra, era o grande desafio do passado, já está praticamente pronto, já se encontra com cerca de 90% executado. É um conjunto de dois túneis, um de 15km e o outro de quase 5km. São quase 20km de túnel, mas está com cerca de 90% concluído, e já não é mais um caminho crítico para fazer, por exemplo, a água chegar à Paraíba.

Pode passar, por favor.

Aqui é só mostrando o avanço físico. Nós estamos hoje com 55,5%; tínhamos terminado o mês de dezembro com 52%; avançamos mais de 3%. Ainda não avançamos com o incremento que nós desejaríamos, mas a chuvas caídas principalmente no Eixo Norte, na região de Salgueiro e no Cariri cearense, atrapalharam um pouco a evolução das obras em fevereiro, e a gente não pode reclamar das chuvas porque a região está precisando das chuvas. A nossa ideia continua sendo avançar em média 2%, no mínimo, ao mês para chegar a 75% dessas obras concluídas até o final deste ano e ficar 25% para o próximo ano.

Temos que levar em conta que, mesmo com a previsão de chuvas muito irregulares, estamos tendo chuvas, podemos ter chuvas ainda nos meses de março e abril, mas aquilo que a gente perde, em termos de evolução de obras nesses meses de período chuvoso, ganhamos principalmente no segundo semestre, que é um período em que temos certeza de não haver chuvas na região.

E aqui vocês podem ver a mobilização em cada trecho.

A sequência da água é aqui. Por exemplo, a água passa primeiro por essa Meta 1 L, que está com 87% pronta, e pela Meta 2 L, com 60%, chegando à Paraíba, a Meta 3 L, que está com 17% executada.

No caso do Eixo Norte, a mesma coisa. A Meta 1 Norte faz a água atravessar Pernambuco e chegar ao Ceará e está com cerca de 62% concluída. A 2 Norte foi uma meta que nunca tinha sido trabalhada no passado, mas evoluiu bem e está com 25% hoje. A Meta 3 Norte, principalmente representada pelo túnel de quase 20km de cumprimento, de que falei para vocês, avançou bem no passado. Estamos com 52%. Estamos trabalhamos para esse meio aqui, a Meta 2 Norte, no Estado do Ceará, que faz a água chegar à 3 Norte, na Paraíba, que avance bem.

Aqui vocês podem ver a mobilização.

Nessa meta que está mais atrasada, são 1,5 mil pessoas trabalhando. Estamos com o Eixo Norte bastante mobilizado, avançando muito bem e estamos trabalhando para a mobilização do Eixo Leste dobrar. Estamos tendo reuniões sistemáticas com a empresa. Está avançando. Melhorou muito o ritmo do Eixo Leste. O trabalho hoje é o de monitoramento para fazer a obra avançar no dia a dia cada vez, tirando todos os percalços que há para poder a obra avança.

Pode passar.

Falando um pouco sobre a evolução da obra no sentido... Aquele índice que mostrei para vocês de evolução é um índice físico, não é meramente um índice financeiro. Fazemos um índice mais complexo, pegando a dificuldade de cada obra. Ali é físico.

Aqui é só o desembolso financeiro. Vocês podem perceber que, se compararmos janeiro e fevereiro de cada ano, mesmo em 2010, quando a obra evoluiu bem e chegou-se a pagar R$1 bilhão, mais que em 2013, quando pagamos R$950 milhões, nós conseguimos avançar com R$133 milhões, ou seja, esse mês a obra continua em voo de cruzeiro.

Pode passar.

Não há pendência, é bom que se diga. Nós não temos uma pendência com o Tribunal de Contas. Nós estamos com o Tribunal trabalhando como sempre trabalhou, fiscalizando as obras de forma parceira.

Aqui vocês podem perceber que a obra deu a inflexão, que foi o momento preocupante, até aproximadamente 2012, final de 2011. O ano de 2012 foi um ano difícil, e uma parte de 2011 também, no sentido de reverter o processo, concluir alguns detalhes de projeto, preparar novos editais, negociar com empresas, relicitar. Já entramos em processo de remobilização praticamente no nível que estava lá atrás. Isso vai continuar até a obra concluir, porque não temos ainda nenhum percalço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quantos operários?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – São 9.221 pessoas hoje. A tendência é subir, principalmente no Leste, onde a mobilização ainda está se acentuando.

Pode passar.

Mais à frente. Vamos mostrar as fotografias.

Esse é um filme sobre as obras e essas são fotografias do Eixo Norte, de trechos de obras.

Pode passar, por favor.

Barragens, aquedutos, vertedouros de barragens sendo executados...

Pode passar, por favor.

Isso é foto antiga. A estação aqui já está toda concluída: a parte civil fechada e as bombas, como falei, em processo de pré-montagem. Estão lá deitadas ao lado da estação. Os fornecedores estão fazendo as últimas avaliações para içar as bombas e começar a montagem nessa estação.

Pode passar.

Aqui é o canal de tomada em Cabrobó, já sendo encerrada a escavação para poder, no momento propício, a água do São Francisco entrar aqui no canal de tomada.

Pode passar.

Trechos de terraplenagem sendo feitos.

Pode passar.

Aqui, por exemplo, é o túnel já pronto. É o túnel de que falei, que já está concluído em cerca de 90%. Aqui é o túnel pronto, com o piso feito, em concreto rolado, um concreto compactado a rolo, um concreto projetado para diminuir as irregularidades do túnel, e aqui o túnel já pronto para passar a água nesse trecho do túnel.

E sendo concluído o resto de escavação, porque ainda falta um pouco de escavação.

O Eixo Norte.

Pode passar.

A construção de barragens.

Aqui, o Eixo Leste, a estação lá na margem do rio, também, que deverá ser iniciada a montagem das bombas até o fim do mês. Está atrasada de 15 dias a um mês em relação à do Eixo Norte.

Pode passar.

Mas aqui está se trabalhando, a EB 2 também sendo trabalhada.

Pode passar.

Barragens também, vertedouros sendo executados no Eixo Leste.

Aqui o Reservatório Moxotó, o Reservatório Barro Branco, todos os reservatórios de passagem das águas do São Francisco foram atacados aqui no Eixo Leste.

Pronto.

Era o que eu tinha para colocar para vocês. Acho que o mais importante... Nos debates eu posso falar um pouco, Senador Valadares, até porque o senhor é da bacia doadora, da Bacia do São Francisco.

Quanto à revitalização, existe a disponibilidade de recursos no PAC.

Eu sempre coloquei que uma das grandes vitórias da Bacia do São Francisco e do povo da Bacia do São Francisco, que foi obtida por essa população do São Francisco, em todo o bojo da discussão do projeto de integração, foi a criação do projeto de revitalização do São Francisco. Então, eu não conheço qualquer bacia hidrográfica no Brasil que tenha disponíveis R$3,3 bilhões para serem aplicados na revitalização. Desses R$3,3 bilhões, já foi aplicado R$1,9 bilhão, quase R$2 bilhões, e nós temos 80 sistemas de esgotamento sanitário concluídos. Claro que a questão do esgotamento sanitário, que é fundamental para melhorar a qualidade do rio... Vocês sabem, até no próprio Ministério das Cidades, nas companhias de saneamento, que não é fácil trabalhar com a questão do saneamento, porque você, muitas vezes, até conclui a obra de saneamento, mas você tem dificuldade de fazer as ligações prediais. Então, a gente considera uma obra de saneamento concluída quando você faz as ligações e aquele esgoto não está sendo mais jogado no rio, está sendo todo coletado pelo sistema e tratado para ser jogado no rio. Mas a revitalização também avança bem, *pari passu* com o projeto de integração, conduzida pela Codevasf, em parceria com Municípios e principalmente as companhias de saneamento dos Estados, como a Ebasa, na Bahia, a Casal, em Alagoas, e o órgão de Sergipe, que é... Eu me esqueço o nome do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Cohidro?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não, de saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A Deso.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – A Deso, de Sergipe, e a Compesa, em Pernambuco. Então, há uma parceria da Codevasf com essas instituições no sentido de avançar bem essa parte da revitalização.

Mas vem andando também e é um dos importantes vetores do PAC hoje.

Muito obrigado a todos e fico à disposição para tirar alguma dúvida e debater com os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço em nome desta Comissão ao Sr. Ministro pelos esclarecimentos aqui prestados sobre a transposição das águas do São Francisco e também sobre a sua revitalização. Sem dúvida alguma, essa é uma obra magistral, a maior obra já realizada no Brasil, na nossa Região Nordeste, em relação a recursos hídricos. O Eixo Norte e o Eixo Leste, conforme ficou demonstrado, estão sofrendo, neste ano de 2013, um dinamismo impressionante em relação aos anos de 2011 e 2012, significando dizer que todos os entraves ao desenvolvimento normal desse projeto já foram vencidos e agora é tocar a sua execução para a finalização dos seus objetivos.

Alguns Senadores se inscreveram e eu quero agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras que estão neste momento participando deste debate, desta audiência pública. Ela é muito importante porque não sinaliza apenas para o desenvolvimento regional. Na medida em que a desigualdade existente na nossa Região Nordeste é combatida, é resolvida, o Brasil por inteiro se beneficia desse desenvolvimento, porque ali novos empreendimentos serão gerados, não só de distribuição de água potável, como também de irrigação, como é o caso do Projeto Xingó, em Sergipe, do projeto sertanejo, em Alagoas, e do Eixo Sul, no Estado da Bahia. São projetos que se integram a disponibilidade hídrica do Rio São Francisco, visando ao desenvolvimento regional.

Portanto, é uma palestra da maior importância a que foi feita pelo Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador pelo Estado de Pernambuco, Líder do PT, o nobre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Francisco Teixeira, Srs. Senadores, Srªs Senadoras:

Quero começar aqui parabenizando o Ministro Francisco Teixeira pelo trabalho que vem fazendo à frente do Ministério, mas, muito especialmente, à frente dessa grande obra que é a integração das bacias do Nordeste e, particularmente, a transposição do Rio São Francisco.

Eu faço parte, juntamente com outros Senadores – o Senador Cícero Lucena faz parte também, Vital do Rêgo –, de uma subcomissão de acompanhamento das obras da transposição. Fizemos já algumas visitas, tivemos sempre um contato muito próximo com o Ministério da Integração, e identifico um problema que essa obra tem – obviamente que, à medida que ela vai andando, esse problema vai sendo superado –, que é a questão da credibilidade. Muitas vezes íamos até a região – à construção dos canais das estações – e víamos que a obra estava andando, que um pequeno trecho que havia sido danificado pelo tempo iria já ter a sua reconstituição por parte das empresas responsáveis, mas, no outro dia ou no domingo seguinte, aparecia aquela matéria gigantesca na televisão, nos jornais, dizendo que era uma obra inacabada, que era uma obra que estava parada.

Então, nesse sentido, eu vejo com animação o fato de que essas duas primeiras metas – tanto do Eixo Norte, quanto do Eixo Leste – poderão talvez ter o seu cronograma de preenchimento com a água e atendimento aos Municípios antecipada. O cronograma inicial – eu tive inclusive oportunidade de perguntar a V. Exª numa reunião da Comissão – prevê que, ao final de 2014, 100km do Eixo Leste e 100km do Eixo Norte já terão água circulando e atendendo vários Municípios. Eu gostaria de saber se esse cronograma se mantém e se, na medida em que nós temos mais de 85%, mais de 87% da Meta 1 do Eixo Norte concluída, não poderíamos ter a antecipação do funcionamento pleno dessa meta.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª é sobre a Adutora do Pajeú. No final do ano passado, chegou-se a marcar uma visita da Presidenta Dilma a Pernambuco, na qual ela inauguraria a segunda etapa da Adutora do Pajeú, na cidade de Afogados da Ingazeira, e também assinaria já a ordem de serviço para a construção da terceira etapa, mas tivemos informações de que teria havido algum problema na licitação. Gostaria de saber em que pé se encontra essa obra, porque ela é vital para Pernambuco, é vital para Paraíba também.

Por último, Sr. Ministro, eu queria citar um problema específico e gostaria que V. Exª dedicasse a ele um pouco da sua atenção e do trabalho do Ministério.

Tem havido sempre uma queixa muito forte em relação aos nossos Governos, ao Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, de não ter investido na agricultura irrigada. Como resposta a isso, foi instalado um modelo, em Petrolina, de implantação de um polo de irrigação, na região do Pontal, pelo modelo de concessão de direito real de uso, CDRU. Acontece que, agora, estamos tendo um verdadeiro levante na comunidade. São pequenos proprietários que tinham a terra e que agora estão num processo de insatisfação muito grande. São

1.200 famílias. Comenta-se que não somente a empresa que ganhou a licitação para a efetivação desse polo vem tratando de forma inadequada esses trabalhadores, como há inclusive denúncias graves de manipulação política do processo de redistribuição dos lotes.

Eu gostaria que V. Exª pudesse, senão responder, pelo menos pedir aos seus assessores que olhem direito essa questão, porque nós tivemos inclusive esta semana o risco de fechamento da ponte que liga Juazeiro a Petrolina, e o prejuízo disso é muito grande. Esperamos, então, que haja uma correção de rumo, se for necessário, nesse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com a anuência dos Senadores, Sr. Ministro, eu gostaria de dar continuidade às perguntas e, logo em seguida, V. Exª, finalizando esta audiência pública, daria a resposta a todos.

Consulto os Srs. Senadores se este projeto é aprovado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a V. Exªs.

Senador Cícero Lucena, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tivemos várias oportunidades de discutir a importância e a necessidade da transposição das águas do rio São Francisco.

Nesta audiência, como bem disse o Senador Humberto Costa, temos presentes três Senadores que são membros titulares da Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento da Transposição das Águas do Rio: Senador Humberto Costa, eu e Senador Inácio Arruda. Fizemos, sim, algumas visitas àquela obra. Todos nós temos consciência da importância dela. Agora me preocupam muito essas afirmativas de cronogramas que estão sendo divulgadas pelo Governo.

Eu gostaria de dizer que, em junho do ano passado, nós fomos à cidade de Monteiro, com o então Ministro titular, Fernando Monteiro, e foi dada ordem de serviço do Túnel de Monteiro, para que a obra começasse da Paraíba para Pernambuco. Porém, até dezembro, não existia sequer uma picareta – ferramenta, claro – naquela obra. E digo mais: nessa Comissão, foi feita uma audiência em que técnicos da Agência Nacional de Águas, da Agência Estadual de Águas, da Universidade Federal de Campina Grande afirmaram que o açude Boqueirão, no caso o Epitácio Pessoa, se não houvesse chuvas regulares em julho deste ano – isso foi feito ano passado –, estaria em estado de emergência e, se permanecesse essa estiagem, em dezembro, em calamidade, ou seja, não iria cumprir seu papel de abastecer Campina Grande e toda a grande Campina, cerca de um milhão de habitantes.

Temos visto diariamente reportagens das preocupações, com as quais nos solidarizamos, com a seca que existe no Sudeste, com o abastecimento d´água em São Paulo e no Sudeste como um todo. Eu quero dizer que, na Paraíba, nós temos hoje 32 açudes que abasteciam cidades e que estão com menos de 5% da sua capacidade. Temos 29 abaixo de 20%. Então, por si só, isso já justifica e dá a dimensão da transposição das águas do Rio São Francisco.

Preocupa-me, Sr. Ministro, quando o senhor fala que, em dezembro, tinha alguma coisa em torno de 52% e que, em março, nós temos 55%. Isso corresponde a um acréscimo de 3% em 3 meses. Na verdade, me anima a projeção dezembro, janeiro e fevereiro, Presidente. Também me anima bastante a afirmativa do Ministro em dizer que vai passar a tentar atingir 2% como meta, até porque, depois que essas obras estiverem prontas, depois que passar 4, 5, 6 meses para instalarem as bombas, em cada elevatória dessa, o Ministro anterior afirmou que seria preciso de seis meses, Presidente, para encher esse canal, bombeando as águas. Então, esse cronograma, para mim – permita-me a sinceridade –, não será cumprido da forma como estão dizendo, como estão afirmando.

Eu queria trazer também outra preocupação, e, agora, vou pedir ao Ministro. Ministro, quando se faz essa afirmativa da transposição, são mostrados todos os eslaides – e aqui não há nenhuma desconfiança, em absoluto, mas é porque eu tenho essa demanda – da revitalização do Rio São Francisco, que foi uma luta nossa. Houve reações para que fosse feita a transposição e a revitalização, e há um compromisso de todos nessa revitalização. Então, seria bom que a Comissão de Fiscalização, que o Ministro, nos próximos encontros, nos apresentasse efetivamente também o que está sendo feito de revitalização, até porque nós temos uma grande preocupação, Ministro. O que está sendo feito em termos de saneamento básico nas cidades que serão beneficiadas com a transposição? Ou será criado, futuramente, um programa de revitalização também da transposição? Por que não cuidar, se não estão cuidando, do saneamento e de outras ações que são necessárias onde está sendo feita a transposição?

Por fim, eu estava me deslocando para cá e o cearense, colega do Senador Pimentel e do Senador Inácio Arruda, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que é também amigo nosso, me ligava, pois não podia estar aqui, e pedia informações ao Ministro sobre um trecho do Ceará, porque a obra está parada por uma movimentação dos trabalhadores pelas más condições de trabalho, de alojamento e de alimentação. Eu procurei me informar um pouco mais, Ministro. Saiu, inclusive, uma reportagem ontem no Globo Rural, mostrando o caldo ralo que os trabalhadores estão comendo nesse trecho do Ceará. Será que até o trabalhador tem de sofrer dessa forma no Ceará, ou na Paraíba, no Nordeste, na transposição? Eu acho que esta comissão ou a Comissão de Fiscalização tem de fazer uma visita urgente nesse trecho para identificar a veracidade da reportagem, bem como o porquê dessa greve.

Fiquei bastante sensibilizado com a preocupação do Senador Humberto Costa em relação ao possível fechamento da ponte Juazeiro-Petrolina.

Esse é um fato concreto hoje. Não é projeção, não é de ontem. Hoje, os trabalhadores estão em greve, num trecho, por más condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Eduardo Amorim, do Estado de Sergipe, PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Conterrâneo do senhor, Sr. Presidente, com muita honra. Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão, mais uma vez. Nós, Parlamentares, especialmente os nordestinos, ansiosos estávamos para ouvir este depoimento, especificamente, Sr. Ministro, com relação a nosso Estado. Como o senhor bem disse, Sergipe faz parte da bacia doadora. Mas sei que o senhor tem consciência de que hoje nosso maior bolsão de pobreza está exatamente à margem da margem do Rio São Francisco. Sergipe, realmente, doa e tem doado, ao longo dos anos, riquezas não só para o Nordeste, com o represamento das águas. Deixamos de ser o Nilo sergipano para gerar ali um bolsão de pobreza enorme. E ficamos esperando, por muitos e muitos anos, o dito e sonhado Canal do Xingó, quando nos veio a notícia de que ele seria realmente dividido em quatro etapas. A primeira etapa, lógico, começa pela Bahia, contempla o noroeste da Bahia, e as outras etapas, que são as que interessam mais a Sergipe, a etapa dois, a etapa três e a etapa quatro, sabe-se lá quando, infelizmente, serão realmente realizadas. Esse era o maior projeto do Governo Federal para nosso Estado, talvez ao longo de todos esses anos. Mas, infelizmente, pelo que a gente vê, isso demorará muito tempo ainda para que seja concretizado, sabe-se lá quando.

Eu diria, e disse certa vez ao ex-Governador Déda, que ontem, se estivesse vivo, faria 54 anos, que com certeza esse seria o maior pedido que ele deveria ter feito ao Governo Federal em investimento para Sergipe, mas nada disso a gente – nem ele, nem nós – viu ser concretizado ainda. A gente vê uma pobreza enorme no baixo São Francisco. Quando o senhor fala, Senador Cícero, em saneamento básico, por onde vai passar todo esse canal, a gente sequer tem saneamento básico adequado nas cidades ribeirinhas lá de nosso Estado do Sergipe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, Sr. Ministro, fica aí um pouco de frustração, por parte dos sergipanos, que não veem esse canal ser realizado. Quando a gente sonha e pensa que ele vai chegar, ele é dividido em quatro etapas, ou seja, a última etapa, que deverá chegar a Nossa Senhora da Glória, sabe-se lá quando chegará, se nas próximas décadas, enfim... Isso é um desabafo. A gente realmente só tem a lamentar. Esse era o sonho do sergipano, esse era o maior investimento do Governo Federal em nosso Estado, mas, infelizmente, parece que nós, os sergipanos, vamos ter de esperar muito, lamentavelmente. Continuamos sendo, como o senhor disse, a bacia doadora de riquezas, mas que deixa lá um passivo social de miséria muito grande, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador pelo Ceará, Senador José Pimentel, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero começar parabenizando nosso Ministro pela forma como tem conduzido esse projeto de interligação das águas do Rio São Francisco, depois de um período de paralisação das obras que ocorreram na metade de 2011 e em 2012 e início de 2013. Se nós observarmos o cronograma do segundo semestre de 2013 para cá, nós temos outro ritmo de trabalho, e a quantidade de trabalhadores que estão nas obras é significativa. Evidentemente que, se nós não tivéssemos tido os problemas de 2011 e 2012 nos aditamentos das empresas que ali trabalhavam, nós já estaríamos concluindo os dois canais: o Norte e o Leste, e evidentemente estariam bem mais adiantados os canais da Bahia, de Sergipe e de Alagoas. Mas foi um problema que nós tivemos de gestão e, por conta disso, tivemos um atraso significativo.

Hoje, o estágio é outro. Me anima muito quando o senhor nos apresenta que a Meta 1 do Leste e a Meta 1 do Canal Norte já estão com patamares muito adiantados. No caso concreto da Meta 1 do Canal Norte, que vai até Jati, a primeira cidade do Ceará que recebe água, se nós pudéssemos ter, a exemplo daquilo a que o

Senador Humberto Costa aqui faz referência, uma concentração de ações para concluir essas duas primeiras etapas, elas seriam de fundamental importância. Primeiro, porque Pernambuco, com o trecho do Canal Norte, será totalmente beneficiado, e o trecho do Canal Leste também beneficiará Pernambuco. Nós já resolveremos, em um dos Estados que tem precariedade por água no seu Semiárido, um atendimento grande.

E no caso concreto nosso, do Ceará, é por conta do Cinturão das Águas, que, na verdade, é a continuidade do São Francisco, já dentro do Estado do Ceará, também muito adiantado. V. Sª conhece bem, e nosso Senador Inácio Arruda acompanha de perto, o esforço que o Governo Federal e o Governo estadual têm feito para avançar bastante o chamado CAC (Cinturão das Águas do Ceará), até porque ele beneficiará a segunda maior região metropolitana do nosso Estado, que é a região do Cariri. Ou seja, nós deveríamos atender ali algo em torno de um milhão de pessoas, e, como nós não temos segurança do potencial das chuvas nesse 2014 – embora, no mês de fevereiro, no Cariri, tenha chovido um pouco mais –, para nós, seria uma segurança, nosso Ministro, nesse período de transição.

Por isso, eu pediria a V. Sª, juntamente com os técnicos e aqueles que estão trabalhando nessas duas primeiras etapas do Eixo Norte e Eixo Leste, que nós pudéssemos ter um cronograma mais curto, porque em junho deste ano nós já teremos clareza do tamanho das chuvas no Nordeste setentrional. E se nós não tivermos chuvas, por conta de 2012 e 2013, quando a chuva foi mínima, nós já teríamos uma parte da população atendida e poderíamos nos dirigir aos demais. Isso não quer dizer que não vamos cuidar dos outros trechos. Mas nesses dois aqui que estão muito adiantados, se pudéssemos ter um olhar diferenciado, para nós, no caso do Ceará, estaríamos colocando a água numa região de mais ou menos 1 milhão de habitantes, que é a região do Cariri.

Eu queria também, nosso Ministro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... que o senhor pudesse nos adiantar alguma coisa sobre a Barragem Fronteiras, em Crateús. Os sertões de Crateús, como V. Sª conhece, são a região mais sofrida neste momento por falta de água. Inácio Arruda esteve lá recentemente, eu também estive, é aquele esforço todo para que se possa distribuir a pouca água que a gente tem com aqueles outros Municípios. Evidentemente que essa primeira etapa do Cinturão das Águas não chega a essa região do Crateús, mas a segunda etapa chegará e nos permitirá também ter gestões para que, no PAC 3, em que V. Sª está trabalhando, possamos ter um olhar diferenciado para essa outra etapa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senador José Pimentel.

Por último, o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Também, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro pela exposição, com informações bem objetivas a respeito dessa obra, que, salvo melhor juízo, é a maior obra civil em curso no País. Acho que não há outra obra desse porte, com essa dimensão e extensão, sendo construída no Brasil. Claro que você tem as barragens de hidroelétricas que estão sendo construídas, que têm dimensão parecida, mas não cobrem uma região tão extensa como essa que estamos vendo agora.

Então, vejam: estamos em Sergipe, Alagoas...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Bahia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... Bahia, Pernambuco – Leste e Oeste –, estamos em... Sergipe já falei. Paraíba...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Rio Grande do Norte.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... Rio Grande do Norte...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... e Ceará. Quer dizer, do Nordeste, só dois Estados estão fora dessa grande obra, que são Maranhão e Piauí, e os dois têm rios perenes com grande potencial, digamos assim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – O Piauí está...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Piauí tem o Oeste, que está sendo licitado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não, Sergipe eu falei.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Não, Sergipe não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não, Sergipe tem um canal que está sendo feito, o Canal do Xingó.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Ah, tem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O Canal do Xingó está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O anteprojeto já foi licitado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já, está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – ... e já está em curso. As propostas estão sendo analisadas. É um anteprojeto no valor de R$9 milhões.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não é pouca coisa...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Sergipe é só pobreza, só passivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É verdade, a pobreza, nós somos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Um investimento de R$9 milhões é algo razoável, e acho que o canal vai sair sim, e vai sair bem feito, e no próximo período V. Exª vai estar ou aqui ou no Governo, caso V. Exª se candidate ao Governo do Estado de Sergipe; se estiver no Governo, vai ter que inaugurar junto com nosso Ministro o canal e, se estiver aqui, vai acompanhar essa obra com todo o rigor.

Há outro aspecto que o Ministro levanta que é bom que a gente possa frisar porque foi fruto de um longo debate, que é o problema da revitalização do rio. Então, são mais de 3 bilhões de investimentos em adutoras, rede de esgoto, tratamento de lixo nas cidades e nas regiões do rio que não tinham nenhum tratamento, não tinham nenhum cuidado. E esse rio está aí, há tempos esse rio está aí, e há muito tempo se joga esgoto sem tratamento nenhum no rio. Acho que há uma retomada desse projeto.

O projeto de transposição das águas do São Francisco, essa integração de bacias ensejou a realização de outro grande projeto adicional: você tem a obra da integração, com alguns bilhões de reais de investimentos, e você tem, só para a revitalização, mais de 3 bilhões de reais. Então, é algo portentoso, demonstra um compromisso muito grande que foi firmado nos debates, que o Ministério endossou, meu caro Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Inácio, sem esquecer que os *royalties* da energia paga pela nossa produtora na região já repassaram mais de R$1 bilhão aos Municípios.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, já havia esses repasses, historicamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E se mantêm.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, e se mantêm, já existiam antes...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós estamos agora prorrogando, já existiam.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Isso continua, quer dizer, o resultado da energia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E era destinado para o saneamento, lamentavelmente foi para o custeio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, isso é uma vitória grande, uma conquista grande, e acho que está sendo conduzida pelo Ministério de forma muito justa, muito correta. Claro que temos problemas, porque, com a quantidade de obras que se realizam no Brasil, não há nem empresas para fazer obra. Essa que é a verdade. Nós não temos empresas com a qualificação técnica necessária, suficiente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... com a capacidade financeira de conduzir obras desse porte numa quantidade muito grande no País inteiro. Então, acho que os problemas que tivemos na obra causaram esse impacto de visão negativa. Passamos dois anos retomando a obra, uma paralisia terrível. Nós estávamos com 10 mil pessoas, quase; voltamos para menos de 5 mil pessoas, descemos para 4 mil pessoas; fomos descendo até chegar num patamar de quase parada total da obra. Retomamos em 2013 e já estamos alcançando 9.221 trabalhadores hoje.

Claro que há problemas; na gestão de uma obra dessas você tem problemas, como levantou o Senador Cícero. No meu Estado está acontecendo esse movimento de paralisação em função de condições de trabalho. Acho que é obrigação nossa, sim, cobrar das empresas que cumpram esses compromissos, que são compromissos trabalhistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... já estão ali, não tem conversa sobre isso. Também é muito importante, Ministro, porque, digamos assim, são complementações. Então, estamos de acordo, acho que a obra está indo bem, acho que poderemos... Nosso Presidente estava cochichando, vendo se era o caso de fazermos uma nova visita à obra através desta Comissão. Acho que é uma obra que exige esse esforço permanente de estarmos sempre visitando, acompanhando sua execução.

Quem teve oportunidade de estar presente, como o Senador Pimentel, o Senador Cícero, eu, Humberto e muitos outros Senadores que já estiveram na obra, sabe da força dessa obra, do impacto dessa obra. Para nós do Ceará é uma obra muito estratégica, para hoje e para daqui a 30, 40, 50 anos adiante. Então, é uma obra para a qual temos feito um grande esforço em nosso Estado, para que ela possa ganhar velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Já é uma questão de sobrevivência.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – De sobrevivência, porque nós vivemos essas situações dramáticas. Este ano, por exemplo, mesmo com as chuvas tendo melhorado na região do Cariri, mas, no conjunto do nosso Estado, as chuvas foram absolutamente irregulares, muito abaixo da média, o que coloca, digamos assim, em alerta todos aqueles que têm responsabilidade com o abastecimento de água no Estado do Ceará para a população.

Então, a obra tem esse veio fundamental para meu Estado do Ceará, e a mesma coisa podemos dizer em relação aos outros Estados, Rio Grande do Norte, Paraíba... Nós vimos aqui, na exposição do Ministro: os índices de precipitação pluviométrica no Estado da Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará são, talvez, os três mais baixos do Brasil. Quer dizer, então, é evidente que nós temos dificuldade. Sem falar não no Estado como um todo, mas em algumas grandes regiões da Bahia que têm índices parecidos com o nosso, que são muito baixos. Então, essa obra responde a essa necessidade absoluta da nossa região.

Quero ressaltar também dois aspectos que foram fruto do debate. No canal e na revitalização, há uma preocupação com a recuperação da fauna e da flora da região, num trabalho também espetacular, que envolve vários institutos, universidades. Acho que é uma coisa muito importante. E o fato de o canal estar desapropriado numa extensão razoável, que vai permitir você construir um conjunto de agrovilas que serão assistidas numa perspectiva de produção agroecológica. Então, é algo positivo. E isso também tem ensejado o surgimento de novos cursos ou de novas áreas dentro dos cursos de agronomia na região do Nordeste brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, você veja a obra que começou lá atrás sendo discutida, o grau de impacto que ela vai gerando, inclusive de proteção ambiental. A obra, que parecia algo prejudicial, vai se mostrando algo muito positivo do ponto de vista de impacto ambiental e de resposta ambiental. Acho que também deveríamos valorizar esse aspecto.

Ali no meu Estado, porque é a nossa obrigação e o nosso dever, Ministro, nós temos essas questões que já foram aqui levantadas pelo Senador Pimentel.

Essa questão do Lago de Fronteiras é interessante porque nós conseguimos colocar esse lago no PAC, Pimentel. Eu me lembro de que V. Exª. estava comigo nessa viagem com a ex-Ministra da Casa Civil.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Foi no deslocamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É. Nós pegamos uma carona, de Fortaleza para Brasília, no avião da Ministra. Depois de um bate-boca sobre outro assunto, nós dissemos: "Vamos esquecer esse negócio de bate-boca e vamos tratar agora de uma coisa bem objetiva para o nosso Estado. Estamos aqui com esse problema do Lago de Fronteiras". Isso era no final de 2009, não é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em 2009, com o pré-projeto de 1950, feito no governo Juscelino Kubitschek.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – De Juscelino até 2009, nós conseguimos preparar o projeto. O projeto estava ali. A Ministra disse: "Está pronto esse projeto?" "Está." "Entreguem-me amanhã, está no PAC." Então, entrou no PAC assim. Mas era 2009. Nós estamos em 2014, em processo licitatório. O recurso está no PAC. Há uma necessidade extrema daquela região, porque a região de Crateús, em nosso Estado – e também há impacto no Piauí –, é uma região de altíssima necessidade, e a gente não conseguiu ainda resolver este problema. Talvez a gente tenha que incluir aqui a revitalização do DNOCS, para a gente poder permitir que esse órgão cumpra o seu papel na nossa região. Está bastante depreciado esse órgão. Ele precisa ser efetivamente revitalizado. E essa obra está na mão do DNOCS. Então, eu acho que a gente precisaria dar um tratamento especial a essa questão aqui do Lago de Fronteiras.

Eu pediria a V. Exª para a gente incluir pelo menos aquela região norte do Estado do Ceará. Há dois rios que temos condição de barrar, para aproveitamento de abastecimento da população daquela região, que é o Rio Coreaú, que não tem nenhum barramento. Quando chove naquela região, a água vai toda para o mar, então você não acumula água naquela região. Então, eu pediria a V. Exª que tratássemos com zelo, com carinho, com cuidado, o Rio Coreaú e pelo menos um ou dois afluentes que podem ser barrados, e o próprio Coreaú, para garantir o abastecimento daquela região. E o próprio Rio Acaraú tem condições ainda de ser barrado, para que a gente possa aproveitá-lo melhor, otimizá-lo ao máximo, porque, no futuro, o Cinturão das Águas também vai chegar por ali. Mas ele precisa de essas barragens estarem prontas, inclusive para, no caso de garantia hídrica, receber o recurso hídrico que vem através do Cinturão das Águas.

Então, eu pediria a V. Exª que a gente pudesse anotar que o Coreaú pode ter ali pelo menos uma, com certeza, ou até duas barragens. No Rio Acaraú, nós podemos fazer dois barramentos ali em afluentes importan-

tes. Isso eleva a capacidade de armazenagem do Estado do Ceará e dá garantias para aquela região do nosso Estado. E esse esforço para a gente pegar o Lago de Fronteiras e tirá-lo efetivamente do papel.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, uma questão de justiça, não é de ordem.

Quando eu fiz a afirmação – e tive a cautela de fazer – de que até dezembro não havia iniciado a obra na cidade de Monteiro, antes eu tinha feito o pedido de uma ligação ao Deputado João Henrique, que é o representante – a sua esposa inclusive é a Prefeita da cidade de Monteiro –, e, após a minha participação é que eu consegui falar com ele. Ele me disse que, neste momento, a esposa dele estava recebendo os diretores da empresa, inclusive mostrando o terreno onde vai iniciar o canteiro de obras. Então, por uma questão de justiça, eu estou esclarecendo o que está acontecendo neste momento nesse trecho a que fiz referência.

Se me permite, eu queria só, Ministro... Entre essas lutas, há uma demanda da Paraíba: de se abrir um eixo onde o canal passa no Vale do Piancó. É uma demanda para a qual o Ministro anterior autorizou o estudo de viabilidade. Se o senhor puder nos informar como anda isso, eu agradeço em nome do povo paraibano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, em outra audiência pública que nós iremos aprovar, teremos a oportunidade de ouvir a presidência da Chesf sobre o problema da redução, da vazão do Rio São Francisco, a jusante ali da Barragem de Xingó ou da Usina de Xingó, prejudicando substancialmente nosso Estado de Sergipe, notadamente no que diz respeito ao problema da irrigação. Na produção de arroz está havendo um grande prejuízo em razão dessa redução drástica e da vazão do São Francisco em virtude da crise energética que se avizinha. O Governo, por precaução, reduziu substancialmente para 1,1 mil metros cúbicos por segundo quando o normal é 1,8 mil metros cúbicos por segundo. Isso prejudica a pesca e também a produção agrícola na região, que envolve o Estado de Sergipe e o Estado de Alagoas.

Sr. Ministro, algumas perguntas foram feitas pelos nossos internautas, e eu passo às suas mãos. Tem V. Exª a palavra para responder os nobres Senadores.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Bem, rapidamente, tentando ser bem objetivo e esclarecedor aos Srs. Senadores, com relação às observações do Senador Humberto Costa, eu queria, de forma bem objetiva, colocar que nós trabalhamos com aquele planejamento já estabelecido de ter a obra já concluída...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ministro, sem prejudicá-lo, mas nós vamos pedir permissão para sairmos por cinco minutos, eu e Inácio Arruda, porque vamos votar e voltaremos. Não é falta de atenção ao senhor, não.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Está bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Está certo.

Nós trabalhamos com a perspectiva de ter o empreendimento concluído em dezembro de 2015. Sobre a questão de termos concluído cem quilômetros de canal em cada trecho, em cada eixo este ano, isso é factível. Estamos trabalhando, mostrei aqueles perfis para vocês, nesta visão de termos concluído por volta de cem quilômetros, pode ser que em um dê 106 e no outro, noventa e alguma coisa, mas trabalhamos dentro dessa meta.

Agora, como colocou o Senador Cícero Lucena, nós temos um tempo de enchimento desses canais. Nós temos uma limitação de vazão para preencher um volume razoavelmente grande porque a obra é muito extensa. Nós temos limitação de vazão principalmente nessa época, pois, conforme outorga da ANA, nós temos que trabalhar dentro daquele limite de 26,4 metros cúbicos por segundo. Agora, Senador Cícero, nós não vamos encher obviamente os cem quilômetros de canal quando os cem quilômetros estiverem prontos. A gente já pretende, como eu bem coloquei aqui para os Srs. Senadores, que as bombas da primeira estação de bombeamento, em Cabrobó, do Eixo Norte – interessa também à Paraíba, que vai lá chegar à região de Sousa e Cajazeiras –, já estão com seu processo de pré-montagem sendo efetivado. A montagem deverá começar na próxima semana, e a ideia é de que, no momento em que essas bombas estiverem montadas e a ligação de energia feita, a gente já consiga fazer, na fase de pré-operação, o bombeamento. Aí, vai enchendo aquele trecho de canal, vai enchendo aquela primeira barragem, que é a Barragem Tucutu, e a mesma coisa no Eixo Leste, onde temos aí, realmente, com a defasagem de 15 a 30 dias em relação ao Eixo Norte, porque a estação de bombeamento do Leste...

É como eu digo: as construtoras não são as mesmas – o Senador Inácio Arruda colocou aqui bem. Eu não posso escolher a construtora para trabalhar. A construtora que surge para firmar o contrato conosco é fruto

de uma licitação. Então, temos construtoras mais eficientes e construtoras menos eficientes, e é nosso papel fiscalizar, monitorar, para tentarmos adquirir a mesma eficiência.

Também na Meta 1 Leste, a ideia é de que tenhamos o início da montagem das bombas ainda até o final do mês de março, o mais tardar no início de abril, e, com a ligação de energia sendo feita, a gente já inicia o bombeamento e o preenchimento da primeira barragem, que é a Barragem de Areia, porque o trabalho realmente... No projeto como um todo, são 27 barragens, mas, para cada meta que vai sendo alcançada, eu tenho algumas barragens para preencher. Algumas podem ter contribuição da chuva e colaborar, ao passo que, quanto àquilo que vai ficando pronto, a gente pretende já ter algo funcionando aí em termos da primeira estação de bombeamento até o mês de junho. E, aí, a gente inicia o processo de preenchimento daquilo que vai ficando pronto: trecho de canal, barragem que vai ficando pronta. Aí, eu posso ter, sim, durante cinco ou seis meses, até o fim do ano, se não houver exatamente os cem quilômetros preenchidos de água, podemos ter perto disso. Então, há, sim, essa condição.

Agora, são muitas as condicionantes. A gente está trabalhando no detalhe. Apresentei aquele perfil esquemático para os senhores, que mostra todas as obras. Estamos acompanhando obra por obra – um aqueduto, cada estação de bombeamento, cada barragem, uma galeria cujo canal passa por baixo de uma rodovia, ou seja, um túnel que liga o Estado de Pernambuco ao Ceará.

Por exemplo, gostaria muito que a água chegasse, Senador Inácio Arruda – o Senador Pimentel não está –, ao Ceará neste ano de 2014. E teria tudo para chegar. Agora, por conta da terceira estação de bombeamento, que é a maior delas, ali feita próxima a Salgueiro... Poderemos tê-la concluída, mas, no nosso cronograma...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Em Salgueiro.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É, em Salgueiro. Mas, no nosso cronograma, ela está para o início de 2015; ou seja, para a virada do ano.

E o Túnel Milagres é pequeno, mas difícil de fazer, porque vai ser revestido, por estar localizado em região sedimentar. Por conta desses dois detalhes, eu não chegaria ao Ceará. Não estaria em condições de jogar água no Ceará até dezembro, mas temos a perspectiva de, sim, ainda no primeiro semestre do próximo ano, poder estar com isso aí. Eu trabalho com dados e cronogramas realistas.

Então, não estamos aí, nem vou prometer que a obra ficará pronta no final de 2014, mas posso dizer tecnicamente que é possível, sim, a gente trabalhar até o final do ano com essas condições. Agora, tudo pode acontecer, como o caso de uma greve que está tendo lá, e estamos procurando resolver esse problema.

A agricultura irrigada, preocupação do Senador Humberto Costa. Senador, sou favorável a uma discussão. Precisamos fazer uma discussão. Eu acho que essa questão da agricultura irrigada tem de ser muito tratada em parceria com os Estados. Acho que cada Estado tem de ter o protagonismo de discutir o modelo que quer adotar nessa área da agricultura irrigada.

No caso de Pernambuco, eu acho que isso foi muito definido pela Codevasf e pelo próprio Ministério da Integração, e o Estado ficou meio que alheio ao processo de discussão de que modelo quer. Então, eu vejo assim. Eu digo isso, porque eu sou de um Estado, que é o Estado do Ceará, em que, com o DNOCS, se discute muito. Quando vai se discutir a questão de se fazer uma barragem, como o Senador colocou aqui, de Fronteiras ou um projeto de irrigação, há uma interação maior entre o agente federal e os agentes estaduais. Eu acho que, em Pernambuco, precisaria haver essa integração maior, com a Codevasf sentando mais para conversar com o Governo de Pernambuco e com as Lideranças de Pernambuco para definir o modelo e não ficar a discussão mais no âmbito federal, com o Estado não participando muito.

Nós estamos abertos à discussão. Foi um modelo que foi estabelecido. Esse modelo de CDRU, de concessão, de ter um integrador pode dar certo em alguns casos e pode não dar certo em outros casos. Eu acho que não existe um modelo pronto, ainda mais numa atividade tão dinâmica e tão multifacetada como é a agricultura irrigada. Não há um modelo pronto para todas as áreas, para todos os Estados. Eu acho que, no Maranhão, no Piauí, em determinados projetos, pode haver um modelo; em Pernambuco, na região de Petrolina, ou em Juazeiro, na Bahia, que têm um modelo já consagrado, pode ser aquele modelo, melhorado. Então, eu acho que isso pode ser discutido.

Agora, a licitação foi feita e existe um contrato firmado da Codevasf com o agente que ganhou a CDRU, o direito de concessão, o direito de uso. Agora, estamos acompanhando, através da Codevasf, de forma rigorosa, o contrato. Não havendo o cumprimento das cláusulas contratuais, obviamente, esse contrato será rescindido. Então, nós estamos atentos a esse processo e estamos abertos à discussão para a continuação do programa Mais Irrigação que está estabelecido.

Quanto à adutora do Pajeú, Senador, como o senhor bem sabe, a primeira etapa já está funcionando. Tirou aquela região ali de Municípios importantes da Bacia do Pajeú do colapso, pois iriam entrar em colapso total. Cidades como Serra Talhada e Afogados da Ingazeira foram salvas do colapso através da adutora, mesmo

não estando totalmente pronta, porque faltavam-se fazer os reservatórios de estabilização de pressão. Esses reservatórios já estão sendo concluídos pelo DNOCS. A segunda etapa da parte de obras civis já foi licitada pelo DNOCS em Pernambuco. E a parte de fornecimento de tubulações é uma outra licitação que está em processo. Não tenha dúvida de que nós estamos também acompanhando de perto, para, o mais rápido possível, poder dar a ordem de serviço dessa segunda etapa, que está incluída no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O Senador Cícero Lucena levantou a questão, Senador – eu acho que estive com os senhores em janeiro da última vez –, de dar maior celeridade às obras do Eixo Leste. Como eu coloquei de novo, nós ainda estamos num processo de intensificar e dar celeridade, como o Senador Inácio bem colocou. Nem todas as empresas são iguais. Nós temos dificuldades. O Brasil está tendo muita obra, como nunca teve na vida. E a nossa engenharia mesmo ainda está em processo de restruturação. Isso vale para as empresas de projeto e para as empresas de construção civil, mas nós estamos aí num processo de fiscalização e monitoramento muito forte, fazendo com que a empresa dê maior celeridade às obras do Eixo Leste.

Como eu bem disse ao senhor, já no ano passado – não exatamente em junho, mas logo após a ordem de serviço que foi dada, não me lembro bem –, o Túnel Monteiro já começou a ser trabalhado no seu emboque, ou seja, para começar a escavação do túnel, nós temos de aprofundar 30m para iniciar a escavação. Já no ano passado, ela foi iniciada pelo lado de Pernambuco. Pelo lado da Paraíba, de Monteiro, essa escavação já foi iniciada no mês passado. O que a Prefeita colocou aí é uma decisão sobre um terreno sobre o qual o Município está fazendo um acordo para instalar a fábrica de pré-moldados. É o canteiro com a fábrica de pré-moldados. É um canteiro com uma fábrica de pré-moldados que vai trabalhar outra obra importante dentro da Paraíba. Essa é totalmente dentro do Município de Monteiro, que é a galeria de Monteiro. A água vai passar numa tubulação ali por baixo da periferia da cidade de Monteiro até pegar a cota e chegar ao leito do Rio Paraíba. Então, a empresa já vai, a partir desse mês, montar a fábrica e começar a produzir os pré-moldados, no início de abril, que são as peças que vão servir para montagem da galeria.

Nós otimizamos o projeto, que foi uma coisa necessária porque perdemos um tempo agora, mas ganhamos no processo de execução das obras. Nós diminuímos o tamanho do túnel, que era de seis quilômetros, para três quilômetros. Tivemos que transladar um pouco o túnel para diminuir de tamanho, consequentemente, o trecho de obra dentro ali do Município de Monteiro. Isso fez com que tivéssemos que adequar algumas desapropriações.

Como o Projeto São Francisco é também um projeto exemplar no Brasil nesse sentido – e o Senador Inácio Arruda colocou muito bem – do tratamento não só do ser humano, das populações impactadas, mas também do meio ambiente de uma forma geral, com a fauna, a flora, no que se refere à desapropriação, não chegamos simplesmente como a própria legislação recomenda – deposita em juízo, manda a polícia lá e tira o cidadão do meio para a obra passar –, não. Nós usamos os instrumentos disponíveis que existem.

Inclusive, este ano, eu tive uma reunião com o Presidente do Tribunal Regional Federal em Recife, para poder dar apoio aos juízes federais nas diversas comarcas da região do Projeto São Francisco para podermos regularizar a situação das desapropriações, ou seja, nós sabemos que, principalmente no Nordeste, a maioria das famílias que mora no meio rural não tem o título da propriedade. Não tem. Então, regularizamos com apoio de Defensoria Federal, com apoio da Advocacia da União e fazemos a negociação já em caráter judicial, e o cidadão já sai com sua terra legalizada e recebe já o dinheiro daquilo que foi desapropriado. Então, esse é um processo que não é tão rápido, mas que é muito importante do ponto de vista social. Se seguíssemos simplesmente a legislação, depositássemos em juízo e tirássemos a população do meio...

Como houve esse translado, nós tivemos alguns detalhes de adequação de desapropriação, mas isso já está sendo resolvido e efetivamente as obras começaram em Monteiro, sendo o túnel trabalhado nos dois sentidos. Agora a fábrica de pré-moldados vai ser montada na cidade de Monteiro. Há uma previsão de geração ali de mil empregos naquela região, para poder montar. Eu diria que é o maior volume de obras a Meta 3 Leste, como chamamos aquela região, e estamos intensificando o trabalho sobre a empresa.

Sobre a questão de Campina Grande, realmente sabemos que, nos anos 90, Campina Grande já chegou à iminência de um colapso com o Açude Boqueirão, um reservatório sobrecarregado. Nós estamos atentos a esse processo, até porque nós temos a nossa Secretaria de Defesa Civil e, por recomendação da Presidenta Dilma, nós convidamos todos os Governos dos Estados do Nordeste. Estivemos com os governadores de todos os Estados – está faltando o de Sergipe –, para podermos sentar à mesa e elaborar, em parceria com os Estados, o plano de contingência para diminuir o problema da água, no meio rural, através da Operação Pipa do Exército.

Sabemos que, no meio rural, o carro-pipa é um paliativo, mas diminui o sofrimento, garante ali aquela água de beber, de cozinhar, para a população. O problema, a seca continuando, é o colapso das cidades, ou seja, é você ter cidades de 50 mil, 60 mil, 70 mil, quase 100 mil habitantes, como no caso do Ceará, que se não houver intervenções poderá entrar em colapso. Então...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Permita-me, Ministro. Em Campina são 500 mil habitantes.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Pois é.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E basicamente Campina foi a razão do Eixo Leste, porque quando eu assumi o Ministério...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Tem razão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – ... na transposição do São Francisco, não existia o Eixo Leste. Só existia o Eixo Norte, e nós tivemos a oportunidade de iniciar esse projeto. A Presidente Dilma esteve na Paraíba. Algo que era impensado na Paraíba era o Brejo Paraibano precisar de água transposta. E o...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – E o Brejo hoje tem problema de água.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Hoje tem. São 16 cidades que vão ser abastecidas também se a transposição acontecer.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Quando foi pensado pelo Ministério da Integração, ainda no governo do Presidente Lula, o Canal das Vertentes Litorâneas, houve até especialistas na Paraíba criticando que não precisaria disso, e está aí, hoje, a demonstração de que realmente...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Juntamente com o Governador Cássio, à época era o Governador do Estado.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Exatamente, que precisaríamos, o Governador Cássio; então, esse canal era realmente o Governador Cássio Cunha Lima e o Presidente Lula, e esse canal foi incluído agora pela Presidente Dilma no PAC para poder resolver o problema de água do Brejo.

Mas, como eu vinha bem dizendo, no caso de Campina Grande, temos que acompanhar. E cabe ao Estado, a nós do Ministério, através da nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil... Estamos trabalhando nesse grupo de convivência com a seca, intensamente, também com vários ministérios e instituições federais, mas, principalmente com a Agência Nacional de Águas. Quero dizer que o Ministério hoje está muito integrado com a ANA e estamos atentos não só a essa questão do Açude Boqueirão, mas temos preocupação também com Coremas-Mãe D'Água; o Coremas hoje não consegue liberar a água para chegar, para atender ao Rio Grande do Norte, a água só chega praticamente na divisa.

Já sentamos à mesa para discutir com o Governo da Paraíba, com o Governo do Rio Grande do Norte, para falar especificamente daquela região soluções...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – ... para Mossoró, soluções para Caicó, e Campina Grande também estamos discutindo, mas vai ter que segurar um pouco a água até a transposição chegar, é a solução, racionalizar cada vez mais o uso dessa água.

Sobre o incremento da obra, aquele número de 52% era de dezembro, esse número de mais de 55% é de fevereiro; então são dois meses, e nós evoluímos, queríamos ter evoluído quatro ou mais de quatro, evoluímos cerca de 3,5%, 3,6%, por causa das chuvas agora em fevereiro, mas foi uma evolução razoável, e a intenção é que essa evolução aumente. Eu não tenho muita dúvida de que consigamos concluir o ano com, no mínimo, 75% das obras executadas, ficando 25% para o próximo ano.

Sobre a revitalização do São Francisco, fico à disposição. Não trouxe muitos dados sobre a revitalização, porque merece um debate só sobre isso. O saneamento das cidades nos rios receptores é um dos componentes dos programas ambientais do Projeto São Francisco, está sendo tratado em parceria com a Funasa e o Ministério das Cidades e as companhias de saneamento estaduais. Posso antecipar que vários projetos foram desenvolvidos para a coleta de esgoto dessas cidades; então, o Ministério das Cidades e Funasa estão encarregados de implantar esse sistema de esgotamento – nós temos acompanhado. E as companhias de saneamento são os atores principais, em parceria com Funasa e Ministério das Cidades, no caso das bacias receptoras.

A questão da obra parada. Não quero aqui... Questão de luta entre capital e trabalho, os trabalhadores têm todo o direito de questionar e querer, especialmente nesse momento que há emprego pleno na região. Na região, hoje, ali de Salgueiro e Cabrobó, em Pernambuco; o Cariri, no Ceará, e chegando ali até a região da Paraíba, está faltando até mão de obra para as empresas contratarem, até porque também o Cinturão das Águas começou, há muitas obras sendo feitas, então, está faltando até mão de obra.

O sindicato, no Ceará, dos trabalhadores da engenharia pesada é muito atuante, muito atento. Houve uma negociação. São dois grandes contratos no Ceará: um é com a Serveng, que foi resolvido; esse com a Queiroz Galvão já havia sido resolvido, mas os trabalhadores voltaram atrás, porque a outra empresa parece que deu mais ganhos, mas é uma coisa que... Eu não enxergo uma empresa do tamanho de uma Queiroz Galvão – não quero defender aqui a empresa –, empresa internacional, visitei o canteiro, conheço as condições de trabalho, essas empresas primam por ter alojamentos, condições de trabalho melhores, por isso que cobram até

mais caro o valor das obras, também por outros motivos, mas não é bem uma questão da alimentação, é mais questão do trabalhador que quer mais ganho, quer mais benefício, e eles têm a razão deles. E eles estão hoje se reunindo, junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, para poder decidir isso.

Estamos acompanhando, monitorando, mas o Ministério também está atento às condições de trabalho...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Quero dizer ao Sr. Ministro que...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – ...de todos os 9.200 trabalhadores envolvidos na obra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ...têm o nosso apoio os trabalhadores.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Pois é, isso que eu quero dizer.

Então, é por isso que eu digo que os trabalhadores estão corretos no sentido de usarem a força do sindicato. O Senador Inácio sabe e o Senador Pimentel também sabe que é um sindicato muito organizado no Ceará e que conseguiu um avanço social muito grande. Mas basta dizer o seguinte, Senador Cícero, que, nesse contrato, há um trecho de obra, que é o antigo Lote 6, no Ceará, e um trecho de obra, que é o antigo Lote 7, na Paraíba. Ou seja, é o mesmo contrato e a mesma forma de relação de trabalho. Os trabalhadores do lado do Ceará entraram em greve e os da Paraíba não, para vocês verem como o sindicato é forte.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E é na minha cidade.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Pois é. Mas a isso nós estamos atentos, faz parte da democracia e a gente quer que se resolva. Vamos monitorar para se resolver o mais rápido possível.

O trecho do Piancó, nós recebemos um pré-estudo, uma pré-viabilidade do Estado da Paraíba, estamos dentro do Ministério preparando documentação para contratar um estudo de viabilidade com anteprojeto que permitirá, no futuro, fazer uma RDC integrada. Trata-se de um eixo federal, embora vá atender a Paraíba. Mas metade do trecho é dentro do Ceará e metade é dentro do território paraibano. Aí nós vamos ter que tratar através do Ministério da Integração ou mesmo do DNOCS.

O Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, levantou a questão da pobreza na margem do São Francisco. A gente sabe que a água, por si só, não é um fator determinante do desenvolvimento, é um dos fatores condicionantes, e falou-se do Canal do Xingó. Vai demorar. Olha, eu vou falar aqui que eu me lembro, quando eu era estudante de engenharia ainda, quando o Governador Geraldo Bulhões, de Alagoas, tentou iniciar o Canal do Sertão Alagoano. Acho que isso foi nos anos 80. Olha, esse canal, ficou parado desde lá até ser criado o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu quero fazer aqui justiça ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma. Várias dessas grandes obras estruturantes, que eram apenas sonhos de nordestinos e brasileiros lá atrás, estão virando realidade por conta de um instrumento como o PAC. Esse Canal do Sertão Alagoano, da forma como ele vinha sendo planejado e pensado no passado... E o Canal do Xingó data dessa época ainda. Eu fui engenheiro no início dos anos 90 de uma empresa de consultoria que fez um pré-estudo para a Codevasf desse canal do sertão, do Canal do Xingó. Na realidade, um já está em obras e para o outro está se fazendo um projeto como deve ser feito agora, por decisão do Governo da Presidenta Dilma no âmbito do PAC.

Então, não tenho dúvida de que nós vamos fazer... A Codevasf já está contratando esse anteprojeto, que vai permitir, através do regime diferenciado de contratação, fazer o projeto executivo e a obra dentro do PAC 3. Isso é uma questão de tempo. Mas, infelizmente, se, no passado, a coisa não andou, lá atrás, quando era pensado esse canal, está andando agora e não tenho dúvida de que vai ser feito. Nós não esperamos mais de cem anos pelo projeto de integração do São Francisco, o Eixo Norte e o Leste? Ele não saiu com o Presidente Lula e vai ser concluído com certeza até o final de 2015? Então, sai.

Estamos vivendo governos em que a gente vê, no Brasil, as coisas começarem e as coisas terminarem. Muita coisa começava e não terminava. Essa é a realidade. Então, eu não tenho dúvida, Senador Antonio Carlos Valadares, que esse canal, sim, vai ter o seu anteprojeto feito. A Codevasf está agora em processo de contratação do anteprojeto, em seis, sete meses se desenvolve esse anteprojeto e a gente vai ter as condições de, no próximo governo, iniciar as obras. O senhor vai ver esse canal ser iniciado. Até porque nós estamos vivendo em um governo que, só no Nordeste, está investindo na área de recursos hídricos mais de R$30 bilhões. Eu nunca ouvi falar disso na história deste País. Como dizia o Presidente Lula, nunca antes na história deste País a gente viu tanto investimento na área de recursos hídricos, e não é só por causa da seca não. Já vinha sendo investido e, claro, houve um incremento, porque é na seca que a gente vê as grandes vulnerabilidades e novos investimentos vão surgindo.

O Senador Pimentel falou da concentração de esforços. Nós estamos fazendo exatamente isto: nós estamos concentrando os esforços no caminho da água. A gente que concluir a Meta 1 Norte, a Meta 1 Leste, depois a 2 Norte, a 2 Leste, para poder, exatamente, ao passo, como eu disse aqui quando abordei as questões levantadas pelo Senador Humberto Costa, ao passo que trechos mais próximos da captação forem ficando prontos, a gente já vá enchendo o canal e os reservatórios.

Então, a ideia é essa, é no sentido de a gente concluir a Meta 1 Norte o mais rápido possível, a Meta 1 Leste e, depois, 2 Norte, 2 Leste e, no final, as três últimas metas, as duas últimas, a 3 Leste e a 3 Norte, para poder finalmente a água chegar à Paraíba através da ponta dos dois canais.

A Barragem Fronteiras se encontra já em processo de licitação pelo DNOCS. O DNOCS encerrou o processo de análise, Senador Inácio Arruda, das propostas, foi decretado um consórcio vencedor, mas houve contestação na Justiça. Isso também fica fora da nossa governança e é normal. Num Estado democrático de direito, houve uma contestação da empresa que perdeu, ela entrou na Justiça, por duas ou três vezes, o DNOCS conseguiu ganhar, mas, por fim, a empresa entrou no Tribunal de Contas da União e o TCU pediu toda a documentação da licitação, está analisando, avaliando, e o DNOCS tem que esperar a decisão do TCU para poder concluir a licitação, afirmar o contrato.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – O TCU ficou mais forte do que o Judiciário.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É, mas isso... E, por precaução, o DNOCS está aguardando, até porque o Tribunal de Contas da União levou todos os documentos. Então, nós estamos aguardando o pronunciamento do Tribunal de Contas da União para efetivar a contratação e dar a ordem de serviço dessa importante obra ali do Sertão dos Inhamuns, no Ceará.

E, por fim, quero só... Assim, as barragens do Coreaú, o Senador Inácio Arruda já levantou essa questão...

Senador, já há uma barragem que, por solicitação dos senhores e do Governador Cid Gomes, inclusive, uma no Rio Coreaú, é a barragem Frecheirinha ali no Município de Frecheirinha, já houve a solicitação para incluir no âmbito do PAC essa barragem, mas realmente existe um potencial hídrico maior para se fazer novas barragens na Bacia do Coreaú, como a Barragem de Paula Pessoa num grande afluente ali de Viçosa, do Rio Itacolomi, outra barragem no Rio Coreaú, nós temos discutido com o Estado do Ceará para preparar propostas para inclusão inclusive no PAC 3, não só de barragem na Bacia do Coreaú e como duas barragens importantes que falta fazer na Bacia do Acaraú, no Rio Macacos e Jacurutu. Ou seja, no caso do Ceará, a única fronteira hídrica que ainda tem possibilidade de haver incremento de oferta é nessas duas bacias, fazer umas duas barragens na Bacia do Coreaú e duas na Bacia do Acaraú. Então estamos aí discutindo com o Governador do Estado, com a própria Secretaria de Recursos Hídricos. É importante que também o Estado nos dê o apoio e as informações nesse processo.

E, por fim, eu quero agradecer ao Senador Carlos Valadares e aos demais Senadores a oportunidade e a paciência de me escutarem e dizer que o Projeto São Francisco, como o Senador Inácio Arruda colocou, ele inova não só pelo fato de estar fazendo uma das maiores obras do País, a maior obra hídrica que este País já viu, uma obra diferente, que é uma integração de bacias de quase 500km de eixo de canais, mas inova também no tratamento com a sociedade impactada pela obra e com o meio ambiente.

Eu desafio qualquer empreendimento que esteja sendo feito no País, que tenha um componente ambiental, por exemplo, que custa 12% do valor do empreendimento, ou seja, R$18,2 bilhões, e R$1 bilhão é para a área socioambiental.

E está trazendo um grande benefício para a região, no conhecimento melhor da flora e da fauna, do ecossistema Caatinga, e eu diria que levando e facilitando, incrementando o conhecimento dos nossos intelectuais, dos nossos cientistas nessa área. Uma universidade federal, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina, está recebendo um aporte de recursos razoável, tem trabalhado em parceria conosco no monitoramento, no resgate da fauna e no monitoramento de toda a parte de flora. Estamos trabalhando na parte de arqueologia e paleontologia com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), da Profª Niéde Guidon, o Inapas, que é uma organização que abrange vários institutos dessa área de arqueologia e paleontologia no Brasil.

Ou seja, as melhores cabeças envolvidas com a questão ambiental, com a questão social e com as questões de arqueologia e paleontologia estão envolvidas nesse Projeto São Francisco. Não é só uma simples obra de engenharia. É uma obra que está inovando a engenharia no Brasil, mas, fundamentalmente, o trato no impacto causado por essas obras, como também vai estabelecer definitivamente um eficiente modelo de gestão das águas no Nordeste brasileiro. Então, não tenho dúvida de que esse é um empreendimento que vai dar uma inflexão na questão da política de recursos hídricos e na questão socioambiental no Nordeste.

Muito obrigado pela oportunidade e pela paciência de me escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, ao encerrar esta reunião, mais uma vez eu gostaria de agradecer, em nome de todos, a sua participação nesta audiência pública, que veio, sem dúvida alguma, contribuir para o debate em torno dessa questão tão vital para o Nordeste do Brasil, que é o aproveitamento dos nossos recursos hídricos proporcionados pelo Rio São Francisco.

Essa obra, como V. Exª assinalou, é revestida de muita complexidade, mas, pela explanação feita por V. Exª, chegamos à conclusão, sem dúvida alguma, para fazer justiça, de que todos os esforços estão sendo expendidos pelo Ministério no sentido de dar maior celeridade à sua execução.

O projeto básico ambiental, conforme informação a respeito desse projeto que nos foi dada pelo próprio Ministério, começou a ser feito em 1997. E, para que cheguemos à conclusão da complexidade dessa obra, que V. Exª registrou que mais de R$1 bilhão estão sendo investidos somente na matéria ambiental, a execução do PBA (Programa Básico Ambiental), exige a execução de 38 programas ambientais. Trinta e oito programas! Isso para mostrar que realmente é muito complexo, e há um controle extremamente rígido dos órgãos ambientais na execução desse projeto. Também houve várias deficiências no início aqui apontadas, como, por exemplo, problema de topografia, de geotecnia, quantitativos do projeto básico não traduziram a realidade do campo, etc.

São várias as razões que, no início, demandaram esforços ainda maiores do Ministério no sentido de transpor essas dificuldades e colocaram projetos da transposição no estágio em que atualmente se encontram, quando mais de 55% desse montante já estão sendo executados.

Portanto, foi muito boa a explicação de V. Exª. Tenho certeza de que convenceu todos aqueles que tinham alguma dúvida sobre, por exemplo, o paradeiro, que aconteceu em 2011 e 2012, e agora com o dinamismo empreendido às obras nos anos 2013/2014.

Nossa palavra, portanto, é de regozijo, de agradecimento pela honra de sua presença nesta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, deseja ainda fazer um pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É só para lembrar os nossos colegas Senadores que a nossa Comissão vai realizar uma reunião na sexta-feira, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que é muito importante, conduzida por V. Exª, em Recife, para discutir exatamente o papel desse órgão estratégico para o Nordeste brasileiro.

Eu lembro que, quando Celso Furtado dialogou, de forma franca, com o Presidente Juscelino, o primeiro receio dele foi de que sairia da reunião com Juscelino preso, mas, depois de 40 minutos de verdades, ele saiu praticamente como superintendente desse novo órgão. Desde então, tem havido um grande embate sobre o papel dessa instituição. E mais ainda agora.

Esse órgão foi, como todos nós sabemos, ressuscitado pelo Presidente Lula. Ele tinha sido liquidado. Foi ressuscitado, mas ele precisa ganhar uma nova dinâmica, e esse é o objetivo da nossa reunião.

Fiz questão de prestar essa informação, porque a Sudene está no âmbito exatamente do Ministério da Integração. É uma das estruturas, digamos assim, de desenvolvimento regional mais importantes do Brasil e nós temos que examinar esse seu novo papel. É muito importante que estejamos presentes na reunião, que tem valor o destacado de examinar o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, por fim, eu gostaria também de assinalar que no Estado de Sergipe, que eu tenho o privilégio de representar nesta Casa, a Codevasf, que é uma empresa ligada ao seu Ministério, está realizando uma obra magistral de revitalização dos perímetros irrigados e do Baixo São Francisco, envolvendo, envolvendo Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, assim como obras de saneamento básico em 14 Municípios. São mais de R$250 milhões que o Ministério da Integração, através da Codevasf, vem investindo no Estado de Sergipe, uma obra que posso chamar de histórica, porque há mais de 40 anos os perímetros irrigados do Estado de Sergipe estavam precisando, para o aumento da produção de arroz, da revitalização de seus perímetros. E isso está acontecendo – quero fazer justiça – neste momento em que a Presidenta Dilma governa este País. E V. Exª está no Ministério, substituindo um grande pernambucano, o Senador Fernando Bezerra, que também trabalhou no sentido de proporcionar ao Estado de Sergipe a realização dessas obras que estão tendo continuidade na sua gestão.

E também quero dizer que o Projeto Xingó, eu acredito na sua viabilização. O seu Ministério está dando força para que isso aconteça o mais rápido possível. Quem sabe no próximo ano, como disse V. Exª, com a elaboração do anteprojeto, nós estejamos já iniciando as obras do Projeto Xingó, que vai atender ao alto sertão sergipano. São mais de 15 mil pequenos e médios agricultores que serão beneficiados com a realização dessas obras de sedentação animal, irrigação, enfim, obras importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. É a maior obra de recursos hídricos jamais realizada no Estado de Sergipe.

Por isso eu quero enaltecer o trabalho do Ministério da Integração e da Codevasf e reconhecer que a exposição aqui feita por V. Exª elucidou em todos os seus pormenores todas as dúvidas que podíamos ter em relação à transposição do Rio São Francisco e a sua revitalização.

Agradeço a V. Exª e a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Eduardo Amorim, Ivo Cassol e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Presentes os Senadores não membros da Comissão: Gleisi Hoffmann e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião se divide em duas partes: A Primeira Parte destina-se à Deliberação de Proposições. **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 04, de 2014 – CDR,** que requer: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de debater a redução da vazão do Rio São Francisco e a oferta de água no âmbito de sua Bacia Hidrográfica e queda dos valores dos Royalties transferidos aos Municípios do Sistema Chesf, com representantes dos seguintes órgãos e entidades: 1) Agência Nacional de Águas – ANA; 2) Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; 3) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf; 4) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba – Codevasf; 5) Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; 6) Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais – FSCBHs." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 05, de 2014 – CDR,** que: "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, respeitosamente, solicito seja encaminhado à Mesa Diretora desta Casa o presente Requerimento de Informação a sua Excelência o Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que esclareça quais as providências tomadas pelo Ministério relativamente à posição da Petrobrás, quanto à implantação de Usinas Separadoras de Gás GLP, ao longo do Gasoduto Bolívia/Brasil (GASBOL), em território do Estado do Mato Grosso do Sul, também no tocante à decisão da Agência Nacional do Petróleo - ANP sobre a distribuição do GLP, por meio de empresas Multibandeiras." pelas razões que se seguem." **Autoria**: Senador Ruben Figueiró. **Resultado**: Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 06, de 2014 – CDR,** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2014, seja a de estruturação dos destinos turísticos brasileiros." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 07, de 2014 – CDR**, que: "Nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com os arts. 40 e 90, inciso IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo possa realizar diligência em Curitiba/PR, uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de verificar, *in loco*, o andamento das obras do estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), tendo em vista o atraso em seu cronograma de execução, bem como as demais ações de preparação para a realização do evento esportivo." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Aprovado. A Segunda Parte da Reunião destina-se à Audiência Pública, atendendo ao RDR 7/2013, de autoria do Senador Cícero Lucena, com a finalidade de Instruir os Projetos de Lei do Senado: PLS nº 184, de 2010, PLS nº 320, de 2010 e PLS nº 712, de 2011, que tramitam em conjunto, e versa sobre a mesma matéria, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Comparecem à presente Reunião os seguintes Convidados: Wasmália Socorro Barata Bivar**,** Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Após a exposição dos convidados, usam da palavra as Senadoras: Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, os Senadores: Cícero Lucena, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Às dez horas e quinze minutos, o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente da CDR, assume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário

do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* com a respectiva nota taquigráfica.

Em conformidade com o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 47, de 2013, de autoria do nobre Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente deste Colegiado, estivemos reunidos no dia 14 de março de 2014 no Município de Recife, onde realizamos um seminário que debateu o fortalecimento da Sudene, com o tema "O Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional".

Como informamos na reunião anterior, é fundamental ação desta Comissão que interaja com instituições como a Sudene, com vistas à promoção do desenvolvimento regional.

Contamos no evento com a presença dos Senadores Inácio Arruda, Cícero Lucena, Armando Monteiro e Humberto Costa, bem como de representantes da Bancada do Nordeste no Congresso, representantes do Governo da Região, de entidades e de lideranças econômicas regionais e muitos outros convidados ligados ao tema.

Nesse seminário, tivemos o apoio e a parceria do Superintendente da entidade, Luiz Gonzaga Paes Landim, que enalteceu a necessidade de returbinar as estruturas sociais e econômicas da região, aumentando a atratividade dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento, entre eles Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Foi opinião unânime entre os debatedores a necessidade de maior efetividade das ações do BNDES à política nacional de desenvolvimento regional do Nordeste.

Ainda de acordo com Paes Landim, um importante projeto da Sudene é o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e de Competitividade para o Nordeste Brasileiro, considerado prioritário pela atual gestão da autarquia.

Na oportunidade, o Senador Inácio Arruda, que tomou a iniciativa da propor o seminário, enfatizou que a Sudene deve estar à frente do planejamento regional, sendo a principal articuladora das demandas dos Estados nordestinos junto ao Governo Federal.

O evento foi marcado também pela apresentação do cientista político Ismael de Carvalho, professor da PUC do Rio de Janeiro, que falou sobre a força da diferença, os impasses e desafios da cooperação regional. Enfatizou que a ação coletiva dos Estados do Nordeste não é espontânea e precisa ser estimulada.

O seminário foi prestigiado também pelo Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Jorge Côrte Real, que afirmou que o Brasil não pode crescer de forma sustentável em meio às desigualdades regionais, dizendo que a Sudene deve liderar o processo de desenvolvimento do Nordeste, minimizando os conflitos de interesse entre os Estados da Região.

O representante do Ministro da Integração Nacional, Wanderley Uchoa, fez uma explanação sobre os instrumentos de ação da autarquia, como os fundos e os incentivos fiscais federais.

O Secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco, Frederico Amâncio, encerrou o seminário e afirmou que o Nordeste ainda não é prioridade para o Brasil em nível de desenvolvimento, tendo muito em que avançar em políticas nacionais de desenvolvimento regional. A Sudene não pode continuar como um apêndice do Ministério da Integração, enfatizou. Para Amâncio, a luta pelo fortalecimento da Sudene é a luta pelo fortalecimento da Sudene é uma luta pelo Nordeste.

Por tudo ora relatado, concluímos que foi frutífera a realização desse seminário, pelo que entendo, e gostaria de contar com o apoio deste Colegiado, para realizarmos outros em várias regiões do Brasil.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de requerimentos e a segunda destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 7, de autoria do Senador Cícero Lucena, com a finalidade de instruir os PLs 184, de 2010; 320, de 2010; e 712, de 2011, que tramitam em conjunto e versam sobre a mesma matéria, o Fundo de Participação dos Municípios.

Registro a presença do nobre presidente Paulo Ziulkoski, nosso presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que é um grande lutador, uma grande liderança nacional pelo fortalecimento dos Municípios, que estão, neste momento, a exemplo também dos Estados, vivendo um momento de extrema dificuldade.

Conte V. Exª, Presidente, com o nosso apoio, o apoio integral desta Comissão de Desenvolvimento Regional.

Nós sabemos que esse desenvolvimento visando à integração do Brasil passa, diretamente, pela força dos Municípios. Os Municípios que têm uma autonomia financeira para realizar obras podem, sem dúvida alguma, causar um impacto positivo no desenvolvimento do nosso País. Na medida em que os Municípios estejam fortalecidos, a Federação também estará e o Pacto Federativo estará consolidado definitivamente.

Essa luta em favor dos Municípios deve ter continuidade até, quem sabe, a realização de uma reforma tributária que venha a conceder, até de forma mais justa, a distribuição dos recursos arrecadados pela União.

Requerimentos:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, de 2014

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água no âmbito de sua Bacia Hidrográfica e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema Chesf, com representantes dos seguintes órgãos e entidades: 1) Agência Nacional de Águas – ANA; 2) Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; 3) Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf; 4) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba – Codevasf; 5) Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; 6) Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais – FSCBHs.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Também estamos acrescentando um novo tema: queda dos valores dos *royalties* transferidos aos Municípios que integram o Sistema Chesf.

Então, esse debate também será de grande importância, notadamente agora, durante a longa estiagem que atingiu o Nordeste brasileiro, promovendo uma redução drástica da vazão do Rio São Francisco, causando prejuízos enormes à pesca e à irrigação, principalmente no baixo São Francisco.

Naturalmente, essa redução das chuvas causa uma alteração no sistema do Rio São Francisco, reduzindo, também, a produção de energia elétrica, a venda de energia elétrica, ocorrendo uma perda e um prejuízo enorme para os Municípios que recebem os *royalties* decorrentes da produção de energia elétrica, como é o caso de Canindé de São Francisco, de Paulo Afonso e de tantos outros Municípios que dependem desses *royalties*.

Só o Município de Canindé de São Francisco, em Sergipe, calculou que neste ano vai perder R$22 milhões em razão dessa redução na produção de energia elétrica no Vale do São Francisco.

Os Senadores que aprovam este requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O requerimento é da minha autoria e visa debater essa questão tão grave relacionada com a queda dos *royalties* e também com relação à redução das águas do Rio São Francisco, em função das chuvas que deixaram de acontecer na nossa região.

Há um requerimento da autoria do Senador Ruben Figueiró, encaminhado à Mesa:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, de 2014

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, respeitosamente, solicito seja encaminhado à Mesa Diretora desta Casa o presente Requerimento de Informação a sua Excelência o Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que esclareça quais as providências tomadas pelo Ministério relativamente à posição da Petrobrás, quanto à implantação de Usinas Separadoras de Gás GLP, ao longo do Gasoduto Bolívia/Brasil (GASBOL), em território do Estado do Mato Grosso do Sul, também no tocante à decisão da Agência Nacional do Petróleo - ANP sobre a distribuição do GLP, por meio de empresas Multibandeiras.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Antes de passarmos à segunda parte da nossa pauta, em relação ao requerimento anterior, que é do Senador Ruben Figueiró, indago a S. Exª se deseja fazer o encaminhamento desse requerimento ou se passamos logo à sua aprovação.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS. *Fora do microfone.*) – V. Exª disse aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mas V. Exª pode encaminhar a votação.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Pois não. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o fundamento do meu requerimento é obter informações mais concisas, precisas, junto ao Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

O assunto já foi debatido por esta Comissão no ano passado. Já foi motivo de entrevistas com o Sr. Ministro de Minas e Energia, mas, até o presente momento, esta Comissão não obteve uma resposta conclusiva do Ministério, como também, da Presidência da Petrobras.

O objetivo deste requerimento é apenas fazer um chamamento respeitoso àquelas autoridades, para que elas respondam à Comissão as indagações que foram feitas e as promessas que foram, também, oferecidas na ocasião. Esse é, fundamentalmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo maior deste requerimento.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, não havendo mais quem queira se pronunciar, submeto-o à votação. (*Pausa*.)

Aprovado.

Há dois requerimentos que rapidamente colocarei para votar.

O primeiro é que o Senado Federal baixou uma resolução para que cada Comissão estabeleça a sua política. E aqui avaliamos que a Comissão de Desenvolvimento Regional apresentará, como tema principal para ser avaliado por esta Comissão, a estruturação dos destinos políticos brasileiros.

Aqui nós temos a justificação e o Requerimento nº 6, que trata de uma visita de inspeção às obras da Arena da Baixada, no Estádio Joaquim Américo Guimarães, em Curitiba, Paraná, que é uma das cidades-sede da Copa do Mundo. Esse requerimento visa fazer uma visita no dia 28 de abril.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, de 2014

Requeiro, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com os arts. 40 e 90, incisos IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo possa realizar diligência em Curitiba/PR, uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de verificar, in loco, o andamento das obras do estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena de Baixada), tendo em vista o atraso em seu cronograma de execução, bem como as demais ações de preparação para a realização do evento esportivo. Requeiro, ainda, que seja designado um consultor legislativo e um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para assessoramento dos parlamentares durante a diligência e confecção de relatório.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.)

Sr. Vice-Presidente, por favor, acompanhe aqui, pois, daqui a pouco, V. Exª presidirá.

Convido o nobre Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Sr. Paulo Ziulkoski, a participar desta Mesa, ao nosso lado. (*Pausa.*)

Convido também a Drª Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seja bem-vinda, Presidenta!

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 15 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras; a palavra aos Senadores será concedida pela ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, e é assegurado igual prazo para resposta ao interpelado.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à nossa convidada, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Socorro Barata Bivar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não faço parte desta Comissão e eu já tinha falado com V. Exª, mas esse é um tema em que tenho muito interesse. Particularmente, achei que, hoje, a discussão seria feita sobre o Fundo de Participação dos Estados. Eu tinha algumas dúvidas e gostaria de deixá-las aqui para a nossa Presidenta do IBGE.

Ocorre que sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, cuja reunião começa às 10 horas. O Presidente Vital do Rêgo é muito pontual, e eu tenho de estar lá. Então, eu queria perguntar a V. Exª se haveria condições de, na sequência, eu encaminhar as perguntas ou de deixá-las por escrito, para que V. Exª pudesse encaminhá-las à Presidenta do IBGE, para eu não perder esta oportunidade que julgo muito importante.

Sei que, além da Presidenta do IBGE, também o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios vai se colocar. Então, será um pouco mais de meia hora de exposição dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Terá o tempo de 15 minutos a nossa Presidenta Wasmália. É suficiente, Presidenta?

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – É suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, se V. Exª tiver pressa para sair, logo após a fala da Presidenta do IBGE, eu concederei a oportunidade para que V. Exª se manifeste, antes da reunião daquela Comissão. Também sou membro da Comissão…

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – … bem como o nosso Senador Cícero Lucena.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – A Comissão de Constituição e Justiça é complexa. O senhor é membro daquela Comissão, bem como o Suplicy e o Senador Cícero. Eu também sou membro dela.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Todos nós somos membros da Comissão, inclusive o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone*) – Não sou daqui, mas eu queria assistir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É um prazer muito grande tê-lo aqui, Senador. Essa é uma prova de que V. Exª é interessado pelo Brasil, não só por São Paulo.

Concedo a palavra à Presidenta do IBGE, Drª Wasmália, por 15 minutos.

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Muito obrigada, Senador.

Bom dia, Senadores e Senadora!

Bom dia a todos os presentes nesta audiência, em que trataremos de um assunto de fundamental importância, que é o Fundo de Participação dos Municípios.

Em relação aos Fundos de Participação, tanto ao Fundo de Participação dos Estados quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, a Lei nº 5.172, de 1966, definia classes de renda, definia faixas de coeficientes únicos para classes de renda e de população. Isso valia tanto para o Fundo de Participação dos Estados quanto para o Fundo de Participação dos Municípios. Em julho de 2013, foi votada a Lei Complementar nº 143, que alterou os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados. Pelos novos critérios, os parâmetros utilizados para a distribuição desses fundos e, obviamente, os dados que o IBGE precisa colocar à disposição para que esse processo de distribuição ocorra são a renda domiciliar *per capita*, o IPCA e o Produto Interno Bruto nacional.

Então, essa nova legislação alterou o Fundo de Participação dos Estados. Ela não fez nenhuma alteração nem de datas a respeito do Fundo de Participação dos Municípios.

No que diz respeito aos prazos vigentes hoje, nós temos uma legislação que estabelece 31 de agosto o prazo para divulgação da população dos Municípios no *Diário Oficial;* 31 de dezembro para publicação da população dos Estados e Distrito Federal e todas as outras informações, obviamente, como mencionei: tem que haver uma medida do PIB, tem que haver uma medida do índice de preço e da renda domiciliar para os Estados e o Distrito Federal.

Existiu um período de reclamação. Os Municípios teriam 20 dias para apresentar reclamações obviamente fundamentadas, e, para que essas reclamações fossem apreciadas pelo IBGE; esse prazo foi revogado a partir dessa nova lei de 2013. E 31 de outubro era a data em que finalmente eram divulgados os resultados finais que valeriam para a distribuição dos recursos do ano subsequente.

O que causa essa legislação que define faixas de população e faixas de renda? Bom, ela não é um contínuo, o que significa que as perdas de recursos derivadas das mudanças de coeficientes não são contínuas,

na medida em que, se eu perco uma, duas, dez pessoas, eu vou perder o equivalente, em termos da minha população, dos recursos; ou se eu ganho uma, duas, eu vou ganhar o equivalente. Na faixa, o que acontece é que movimentos dentro da faixa não afetam os recursos, mas mudança de uma faixa para outra faixa significa ou ganhos ou perdas bastante volumosas para os Municípios brasileiros. Então, há mudanças muito bruscas nos recursos distribuídos.

Esse processo faz com que todos aqueles que tenham perdido um volume substantivo de recursos por número muito pequeno, por variações muito pequenas da população, acabem contestando administrativa e judicialmente. Acaba sendo um processo; contesta-se primeiro administrativamente e, depois, judicialmente. Isso acaba resultando em elevados custos administrativos e judiciais para os Municípios, para o IBGE, para o TCU, no limite para a própria União. É óbvio que isso significa ver contestados, de forma contínua, os resultados da população do IBGE.

Do ponto de vista do Município, o que ocorre é que, para um grupo de Municípios, existe uma certa imprevisibilidade a respeito de que recursos estarão disponíveis naquele ano para que ele realize a sua gestão, e podem ocorrer variações, como falei, muito bruscas.

Bom, em 2009, justamente em função do volume de processos judiciais e administrativos, o TCU indicou uma auditoria ao IBGE em relação a todos os parâmetros. Não só da população, mas também do Produto Interno Bruto (PIB) sofreram uma auditoria do TCU em 2009, para justamente saber se aquilo que o IBGE fazia era adequado, era tecnicamente de qualidade e qual era o problema de tantas contestações. O relatório do TCU chega à conclusão de que o IBGE cumpre a sua missão, mas que a legislação necessitava mudar. E recomenda explicitamente que o Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil e da Presidência da República, e o Congresso Nacional avaliem a oportunidade de mudança na forma de cálculo do FPM.

Esse relatório veio justamente ao encontro das avaliações que o próprio IBGE faz ao longo da história de vigência desse processo de distribuição do FPM. Ou seja, é necessário alterar o método de cálculo e o cronograma de divulgação dos resultados dos dados.

Então, por que apoiamos? Porque essa nova proposta apresentada pelo Senador Tião Viana no Projeto de Lei nº 184/2010 vai permitir que os novos coeficientes propostos não afetem as faixas já estabelecidas hoje, ou seja, tem um impacto menor, cria uma transição gradual de uma faixa do FPM para outra e torna mais estrita a interpretação constitucional de que os recursos devem ser proporcionais à população.

Esse novo método, na medida em que não existem mais faixas discretas, mas é um contínuo, aproxima-se muito mais da ideia da proporcionalidade e, portanto, estabelece uma maior progressividade em relação não só aos recursos, mas também elimina aquelas bruscas variações na medida em que se altera o número de habitantes.

Apoiamos porque, de forma associada, existe uma proposta de ajuste também no cronograma do FPM para que ele se iguale ao FPE, porque, no que diz respeito à população, quando nós divulgarmos as populações municipais, por decorrência estão divulgadas as populações estaduais e vice-versa; não há sentido trabalhar com prazos diferenciados. E também porque amplia a capacidade de planejamento dos próprios Municípios, uma vez que o que acontece é que o Município só sabe dos recursos de que ele vai dispor para fazer a sua gestão no próximo ano em dezembro do ano anterior. Já aprovou o orçamento, já tomou atitudes, já fez todo o seu planejamento e descobre, então, que não tem os recursos. Ou pode até ter uma boa surpresa de que tem muitos recursos a mais, mas isso não é, de fato, algo que seja eficiente e justo.

Por outro lado, vai acabar com esse grande contencioso, porque hoje, na verdade, todas as questões acabam sendo resolvidas judicialmente. No IBGE nós comentamos que vai chegar o momento em que a população brasileira, aquela que sai publicada no *Diário Oficial*, vai ser, quase totalmente, definida por liminares judiciais. Pois o que acontece é isso, cada vez mais aparece um asterisco dizendo que aquela população é resultado de um processo judicial e não, de um processo técnico de estimativa da população brasileira.

Essa proposta de eliminar essas faixas dos coeficientes – não é eliminar, é tornar essas faixas mais contínuas, com menos variações bruscas - vai beneficiar a todos. Vai beneficiar o IBGE, que vai poder fazer o seu trabalho técnico sem as preocupações do que está prejudicando de algum modo os Municípios brasileiros; vai beneficiar o TCU; vai beneficiar os Municípios, na medida em que a gestão possa ser mais previsível e as variações dos recursos não possam ser tão bruscas.

É preciso ressaltar que hoje a população brasileira cresce, mas que daqui a um horizonte muito pequeno de tempo a população brasileira começará a decrescer. Em 2044, a população brasileira começará a decrescer vegetativamente, não por questões… A população inteira. Significa que, antes de isso acontecer, em vários Municípios brasileiros, vão ocorrer perdas de população não por fenômenos que hoje são os mais frequentes, que são de migrações, mas simplesmente porque o crescimento vegetativo da população, ou seja, nascimen-

tos menos mortes, será negativo. E, quando isso acontecer, o que essa legislação atual estará indicando são variações bruscas…

(*Soa a campainha.*)

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – … de recursos para um número muito significativo de Municípios. Então, é preciso que nós tenhamos uma transição dessa atual legislação para uma outra que não penalize os Municípios por perdas populacionais de pequena monta.

Muito obrigada, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço, Drª Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do IBGE.

Inicialmente, a Senadora Gleisi Hoffmann sugeriu, logo após a fala da Presidenta do IBGE, fazer umas indagações.

Tenho uma sugestão para dar à Senadora – ainda faltam 10 minutos para o início da CCJ –, que ouçamos o Dr. Paulo Ziulkoski, que tem uma posição diametralmente oposta à da Presidenta do IBGE. Seria conveniente, então, que V. Exª, que exerceu com tanto brilho e dedicação o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, também possa se interessar pelo depoimento, antes de sua saída, do Dr. Paulo Ziulkoski, que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Ele não é mais prefeito, mas continua morando no coração de seus munícipes.

Então, concedo a palavra ao Presidente. V. Sª nos falará mais do que 10 minutos?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Vou tentar ver se encaminhamos em 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A posição dele é totalmente contrária à adotada pelo IBGE. Então, seria bom que nós o ouvíssemos. Mas V. Sª pode mudar de ideia depois de ouvir a Senadora e o Senador também, ou ela mudar de opinião.

Com a palavra o Dr. Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Poderia só nos lembrar de qual Município o senhor foi prefeito?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – (*Fora do microfone.*) – Sim, de Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul, com 3,9 mil habitantes…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mariana Pimentel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Vou tentar abreviar – o senhor me desculpe pela rapidez que vou colocar –, para dar uma ideia, apenas uma visão, antes de discutirmos.

Primeiro, quero saudar os Senadores, o nosso Presidente, a Presidente do IBGE, os Srs. Senadores e Senadoras, a imprensa, enfim todos.

Antes de discutirmos especificamente a sistemática de distribuição do Fundo de Participação, é importante contextualizarmos o FPM no cenário mais geral do nosso federalismo fiscal. Apresentaremos que o FPM tem perdido continuamente peso dentro da receita tributária. Queremos aproveitar a oportunidade.

No período de 2000 a 2012, a carga tributária passou de 30,09% para 37,3% do PIB; depois de um longo período de perdas de participação durante a década de 90, a divisão do bolo permanece relativamente constante. Os Municípios com grande ampliação na arrecadação própria conseguiram aumentar um pouco a participação na carga disponível, como veremos a seguir.

Receita disponível. Vejam que a receita da União de 18% e ficou em 21,2%; os Estados caíram; aliás, saíram de 8% para 9,3%; e os Municípios de 5,3% passaram para 6,8%, graças ao aumento da arrecadação própria.

Pode passar, André.

Agora, participação da receita disponível. Aqui era em relação ao PIB; agora aqui é receita disponível: de 57% para 56%, pegando o ano de 2000 até 2012; os Estados, de 26% caíram para 24%; e os Municípios de 16,75 foram 18,3%.

Vamos indo.

Desde a crise financeira de 2008, a arrecadação relativa ao FPM sofreu uma desaceleração. Foi o desempenho das receitas mais concentradas, como o ICMS, que mantiveram a participaram dos Municípios no bolo tributário. O prejuízo tem ficado com entes locais, mas dependendo do FPM, criando dificuldades para esses entes nas áreas cruciais de atendimento à população.

Essa dinâmica pós-crise, que no conjunto não implicou perda à participação dos Municípios, piorou a concentração dos recursos na esfera municipal, porque reduziu relativamente uma transferência equalizadora, que é o FPM.

Aqui, apenas para colocar, há um viés que vamos colocar já em seguida, para ver a perda do FPM. De 2000 a 2012, os senhores percebem que eles vinham aumentando. Em 2008, o que aconteceu? A arrecadação

própria cresceu muito – mas isso em nível geral; não é dos médios e dos pequenos Municípios – enquanto que o FPM começou a cair vertiginosamente.

Pode passar.

Aqui, em 3.466 Municípios, o FPM representa 50% ou mais da sua arrecadação total. Quer dizer, é gigante essa expressão aqui. Cerca de 63% Municípios têm com alta dependência desse recurso. E por que é dependente dele? Isso é que tem que ser analisado com profundidade. Felizmente, nós temos um projeto aqui no Senado que tenho certeza de que a Casa da Federação vai poder olhar melhor. É a natureza desse fundo, ele é redistributivo. Isso tem que ficar muito claro. Há uma confusão no outro entendimento. Olha, pequeno tem que ganhar mais; ele não tem valor adicionado, não tem arrecadação própria. Então, é lógico que essa é a origem dele, a redistribuição, essa é a natureza.

Respeito o IBGE. Sei que o IBGE está querendo essa solução, a meu ver, apenas para uma questão da judicialização e para que o TCU não tenha tanto trabalho e o IBGE também. Mas vamos olhar o resultado desse projeto agora.

Então, há a deterioração do pacto desde 1988.

Pode passar.

A participação dos Fundos Constitucionais na receita arrecadada pelo Governo Central, estabelecida na Constituição de 1988, vêm sendo reduzida, seja por mecanismo de desvinculação como o Fundo Social de Emergência e outros.

No primeiro ano de aplicação plena da Constituição de 1989, apesar do FPM ser composto por apenas 20% na época – hoje é 23,5% –, ele respondia por 15% da denominada Receita Administrada pela Receita Federal.

Em 2012, mesmo com ampliação para 23,5% do IPI e Imposto de Renda, o FPM correspondeu a apenas 10% da Receita Administrada.

Essa é a legislação que foi votada aqui.

Olhem esses números do IPI e do Imposto de Renda, em relação à arrecadação total da União ano a ano. Em 1989, o IPI respondia por 72%; ele vem caindo: 53%, 46%, e estamos em 43%. É uma derrapada em que estamos chegando, em termos de valores, a R$470 bilhões de perda do FPM nesses anos em relação à arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE. *Fora do microfone.*) – De 2000 a 2012.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Não. De 1989 para cá. Aqui é o cálculo que temos. Isso é muito gigante. Então, aqui, a participação da receita ano a ano. As perdas acumuladas estão ali, R$276 bilhões, corrigidos, chega a R$412 bilhões. Isso é a perda do FPM.

Podemos passar.

Estamos lutando para que os Municípios possam se recuperar da atual situação de falência, porque estamos numa situação falimentar.

Mas eu quero apurar, e não vou passar todos esses números, porque o tempo é curto, os senhores e as senhoras têm compromisso. Então vou passar logo para chegar ao projeto, que é o que interessa mais.

Esses dados poderão ficar aí.

Pode passar.

O que busca esse projeto? Exatamente diminuir a incidência de ações judiciais – isso é a justificativa dele, porque a Drª Wasmália já apresentou aqui –, e equalizar um pouco melhor.

No nosso entendimento, essa é a visão do IBGE e do TCU, que é uma visão técnica, de economia e de não dar tanto problema lá na elaboração. Agora, qual o impacto que isso tem nos Municípios?

A principal alteração sugerida nos projetos em discussão no Senado Federal é a mudança na sistemática de cálculo.

Essa mudança é estabelecida no PLS 184, do Senador Tião Viana.

Atualmente as faixas populacionais estão fixadas de acordo com a tabela ao lado, que aquilo que vige hoje. Até 10.188 habitantes vai para 13 mil, vai aumentando. É um número mágico que criaram no IBGE à época de 3.395 habitantes. Isso vai aumentando e duplicando para chegar às faixas superiores.

Pode passar.

Ao criar uma atribuição contínua de coeficientes, que é o que propõe o projeto, visa-se a evitar saltos de faixas que provocam, de um ano para outro, grandes alterações.

Além de, conforme justificativa apresentada no projeto, diminuir o potencial de judicialização na definição dos coeficientes – essa é a justificativa do projeto –, também cria uma nova faixa de 5.094 habitantes. Então, passa-se de 0,6% – o equivalente a três cotas de 0,2%, porque ele é por cota, para Municípios de até 5.094. Para os outros de 5.095 até os 10.188 também é 0,6%,, mas passam a ter aquele aumento por habitante, para evitar aquilo que a nossa Presidente colocou aqui.

Olha, vai aparecer ali, mas devo adiantar, na época do regime militar, as cotas 0,2% e 0,4%. E o próprio regime militar terminou com aquelas cotas 02%, e 0,4%, porque exatamente descaracterizam a natureza do Fundo de Participação. E, hoje, nós estamos querendo voltar a coisas que, no regime militar, se entendeu que não era a lógica, que não era a natureza nem a legitimidade do fundo.

Em 2014 – vamos pegar agora –, 263 Municípios ficaram com população total com menos de 500 pessoas de distância da faixa superior, ou seja, aqueles que poderão passar. Aqueles que estão com 10.188 até 13.500… Vamos dizer: quem está com 13 mil é que vai entrar em juízo, porque quem está com 10.800 ou 10.900 não vai entrar; ele não tem como provar. Então, é ali que ocorre isso que a nossa Presidente colocava: o maior número de incidência de ações. Está ali! Esses seriam os entes com maior potencial de judicialização. Nós fizemos um estudo para mostrar o impacto, por Estado, de quantos poderiam, em tese, estar nessa situação, o que dá os 263 Municípios lá. Isso aqui se refere à judicialização.

Um primeiro ponto a ser levantado sobre a proposta é em relação ao argumento de suposto desincentivo à judicialização. Então, nós estamos mostrando aqui – e não vou me ater também –, para o período anterior a 2008, que essa é a média ainda maior, porque vigorava o denominado "redutor".

É preciso considerar que com a contribuição contínua dos coeficientes, que é o que está sendo proposto, todos os Municípios passarão a ter interesse em uma maior população, independentemente de estarem próximos à faixa superior. Mesmo que o ganho seja marginal, vale lembrar que não são raras as decisões judiciais que provocam grandes alterações na população atribuída a certos municípios, na forma de casos em que o benefício não seria marginal.

Sobre a questão da estimativa, para colocar aos senhores – e o IBGE poderá esclarecer – como é feita essa estimativa anual: os censos são de dez em dez anos; no meio desse período, no quinto ano, é feita outra recontagem populacional. E como é que o IBGE se comporta? E, aí, eu quero dar a minha opinião, com o maior respeito ao IBGE. O IBGE pega, no caso do Censo de 2010, e vê como é que estava a progressão naquele Município – é uma coisa singela! – e passa, depois, a aplicar ano a ano essa estimativa. Isso é que está errado! Não pode ser dessa forma, na nossa avaliação. Isso tem que mudar, porque essa avaliação é meramente uma questão matemática. E é feita, inclusive, no quinto ano, uma atualização que não é considerada nos anos seguintes. Continua valendo a anterior. Essa é uma questão que tem de mudar.

Pode passar.

São assuntos importantes que eu teria a abordar, mas já estou falando há algum tempo e ainda faltam cinco ou seis minutos. Mas eu queria abreviar, mostrando aqui aos senhores os efeitos, que é o que mais interessa.

Total perdido por 3.149 Municípios da União. Esse projeto vai diminuir o FPM em 3.149 Municípios do Brasil! Esse é o efeito.

Vamos pegar Sergipe, que é o Estado do nosso Presidente. Em Sergipe, dos 74 Municípios, 40 vão perder. Os que estão entre parênteses são os que vão perder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – São 75 Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – São 75 Municípios.

Como é que o Senador vai chegar a um desses Municípios, que já estão meio que literalmente falidos, que dependem do FPM, depois de aprovar um projeto que vai diminuir ainda mais essa arrecadação?

E vai para onde essa arrecadação? Eu tenho estudos que mostram, por Estado, para sabermos. E isso cria uma guerra, quer dizer, o problema dos Municípios não é isso aqui hoje. Nós estamos discutindo aqui, mas temos que discutir é a crise dos Municípios, o porquê de estarem nessa situação as Prefeituras, em vez de estarmos colocando, num momento de crise, uma questão para tumultuar, criando entre os prefeitos e os Municípios uma guerra. Isso cria uma guerra sem fim! E quem são os perdedores? Os pequenos, que mais dependem do fundo, cuja natureza é redistributiva.

Então, a nossa posição, já aqui, de plano, é que esse projeto não tem que ser mais discutido. Nós temos que, isto sim, apresentar outra solução.

Eu não sei se ainda temos mais alguns números, porque eu quero encerrar.

Fica aí o nosso estudo.

De qualquer forma, eu diria, para resumir, a nossa ideia do que deveria ser feito para solucionar, inclusive, o IBGE. Em primeiro lugar, eu gostaria saber… E, depois, queria saber da Presidente se vai haver a recontagem do ano que vem ou não, porque há indicações de que não haverá por falta de recursos para tanto. Isso é gravíssimo para nós! Essa recontagem sempre acontece, e há um indicativo de que ela não será feita.

Mas qual seria a proposta para pensarmos? Seria o seguinte: terminar com essas estimativas intermediárias e valer o censo geral de dez anos. No meio, que houvesse atualizações, atualizando aquilo ali. Porém, terminar com estimativas, que é o que está dando problema. Essa é a situação que está colocada. E aqueles que perdessem no censo ou na estimativa… Como tem a Lei de Responsabilidade e o Município trabalha, como

todos, com planejamento, não dá para ele perder. Se ele perder uma quota, que hoje é de R$2,2 milhões… Um Município pequeno que perde uma quota – de 0,8 e baixa para 0,6 – perde R$2 milhões. Isso estraçalha com todo o projeto orçamentário do Município.

Então, repito: terminar com essa estimativa, o que favorece o próprio IBGE; terminando com essa possibilidade de tantas ações – e esses que perdem, no caso foram um pouco mais de 200 este ano – teriam um redutor. Por exemplo, em cinco anos ou oito anos, fossem perdendo ano a ano até integralizar a perda deles para poderem se adequar. A nosso ver, não estaria solucionado o problema, mas seguramente diminuiria muito e atenderíamos ao TCU, que, acho, complica muito a questão; e o IBGE, com ações judiciais. E os Municípios ficariam até mais tranquilos com isso; não estariam tão agitados em busca de população. Esse projeto aqui, se andar, nós vamos mostrar para os Municípios e vamos fazer com que esses 3,5 mil Municípios, 3,2 mil Municípios venham para cá dizer que não querem a aprovação desse projeto.

E vão trabalhar como? Porque os que perdem é que vão sentir. Quem ganha não vai sentir tanto isso aí; os outros vão ganhar. Então, o efeito desse projeto tem essa simulação, que não foi feita até hoje pelo IBGE nem por ninguém.

Então, nós estamos trazendo essa simulação para o conhecimento da Comissão e esperamos que V. Exªs façam um debate melhor.

Desculpem-me por correr, por atropelar dessa forma, mas estou à disposição da Comissão, dos Srs. Senadores e Senadoras para aprofundar mais sobre o assunto em outra oportunidade, não com tanta pressa, para mostrar essa realidade que os números apontam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Relator, vamos ouvir o Senador Suplicy. V. Exª, como Relator, poderá ficar por último? (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia, V. Exª também deseja se pronunciar? (*Pausa.*)

Cada Senador terá direito a três minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, eu gostaria de agilizar, porque também estou com um compromisso, inclusive externo. E, por mais importante que seja este assunto, eu gostaria que nós tentássemos agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª deseja, então, falar agora?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Não, já passou…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Suplicy, três minutos é tempo suficiente para V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Respeitarei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, quero cumprimentar ambos, a Presidente Wasmália Socorro Barata Bivar e o Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios.

Ambos apresentaram pontos de vista muito interessantes e válidos.

A senhora apresentou que há um problema hoje com respeito às modificações, que resultam em problemas administrativos e judiciais, e quer propor uma solução que parece alcançar o bom senso.

O Presidente Paulo Ziulkoski observa que a solução tal como proposta poderá prejudicar justamente os Municípios pequenos e, talvez, ele apresente uma solução que ao mesmo tempo atenda os objetivos que o IBGE e o Ministério do Planejamento, que estão querendo superar as dificuldades, mas que considere o direito de os Municípios menores não serem tão prejudicados, se é válida a apresentação que ele fez.

Farei o registro de uma pergunta que a Senadora Gleisi Hoffmann gostaria de fazer, mas que precisou se ausentar.

Qual o critério e a metodologia? Vai-se levar em conta a renda domiciliar ou a renda do trabalho ou se misturam essas coisas? Está claramente definido se será a renda domiciliar ou a do trabalho? Essa é a pergunta que ela iria fazer.

E gostaria de fazer uma reflexão para a conclusão.

Hoje nós temos em programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, uma transferência do Governo Federal, do MDS para os Municípios que varia de acordo com a população beneficiada pelo programa, é uma transferência de recurso que entra. Eu tenho proposto aos Municípios e ao Governo para estudarem a transição do Programa Bolsa Família até o dia em que chegaremos à Renda Básica de Cidadania, que até poderá ser, em nível de cada Município, eventualmente, objeto de uma experiência municipal, com esforço próprio, recursos próprios, ou em combinação com recursos do Estado e da União.

Eu gostaria de dar a ambos – a Presidente Wasmália eu tenho certeza de que não recebeu – Sr. Paulo Ziulkoski talvez tenha recebido, mas não esta minha sétima edição – o meu livro *Renda de Cidadania* para que possam sempre considerar isso que já é lei e será um dia instituído no Brasil, acredito, em favor de toda a população, de todos os Municípios brasileiros.

Muito obrigado.

Atendidos os três minutos, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Cícero. Três minutos para V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, como Relator talvez eu precise de um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Três mais três.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Talvez nem tanto, mas vamos lá.

Eu queria, só para esclarecimento, justificar o meu pedido de audiência no sentido exatamente de que a gente pudesse ouvir as opiniões. Para mim, já avançamos bastante quando demonstro de uma forma clara o contraditório que existe por parte dos Municípios que vivem a realidade e por parte do Governo.

No Governo, na verdade, temos o IBGE. Lamentamos de forma profunda – embora com a consciência que tenho da forma que o Governo trata os Municípios brasileiros – a ausência da Ministra do Planejamento, que foi convidada a participar, numa demonstração clara, Sr. Presidente da Confederação Nacional de Municípios, do total desrespeito – repito, desrespeito – por parte do Ministério do Planejamento, quando não se importa em discutir um tema tão sério e tão importante com a ressalva que o Dr. Paulo fez no sentido de que esse é um pequeno item, não queiram pensar que estão discutindo e resolvendo problema dos Municípios. Eu aproveito, Presidente, inclusive por achar por demais oportuno na Comissão de V. Exª, até porque V. Exª também é um municipalista, já foi prefeito de Aracaju como eu fui da nossa capital, João Pessoa, que possamos acatar – e estarei apresentando requerimento nesse sentido, numa forma de audiências públicas ou mesmo de um seminário promovido por esta Comissão – a discussão da crise vivida pelos Municípios brasileiros nesta Casa, que é a Casa para que isso seja discutido.

Então, Sr. Presidente, o Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência obrigatória da União a todos os Municípios do País. Numa forma de esclarecimento – o Dr. Paulo e a doutora do IBGE conhecem tão bem – para que quem esteja nos assistindo possa se inteirar do que nós estamos discutindo.

Trata-se da segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para o repasse do ICMS dos Estados para os Municípios, isso para os médios e grandes, para o Município ela é a fonte principal, como na exposição do Dr. Paulo ficou muito claro. Eu digo que na Paraíba, na maioria dos Municípios, é quase a única receita. Não representa a receita de 60%, representa 90% da receita dos Municípios.

O Fundo de Participação é um mecanismo enraizado na tradição federativa brasileira, com sua origem remontando à Constituição Federal de 1946.

Na sua versão atual, o FPM está previsto no art. 159, I, "b" e "d", da Constituição Federal. Esse artigo determina que 23,5% da arrecadação, pela União, dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados (IPI) sejam destinados ao Fundo de Participação dos Municípios.

O total de recursos do FPM é segmentado em três partes: 10% são entregues aos Municípios que são capitais de Estados, 86,4% aos Municípios não capitais (chamados de "Municípios do interior") e 3,6% constituem uma reserva para suplementar a participação dos Municípios mais populosos.

Os 10% do Fundo de Participação dos Municípios destinados aos Municípios das capitais dos Estados são distribuídos em função da população e do inverso da renda *per capita* estadual.

Os 86,4% do Fundo de Participação distribuídos para os demais Municípios (não capitais) são partilhados conforme o coeficiente de participação fixado a partir unicamente, Senador Eduardo Suplicy, da quantidade de habitantes de cada Município, não levando em conta a preocupação da renda a que V. Exª fez referência.

A reserva de 3,6% do montante do FPM tem por objetivo reduzir o viés do FPM-Interior em favor dos Municípios de menor população. Mais especificamente, participam dessa reserva os Municípios com população igual ou superior a 142.633 habitantes. Esses Municípios também são beneficiários da parcela de 86,4%. A distribuição é feita conforme os critérios usados pelo FPM-Capital.

Esses critérios de partilha do Fundo apresentam várias distorções. Vale destacar os seguintes problemas que os projetos em análise pretendem resolver:

1) os coeficientes de participação de São Paulo e do Rio de Janeiro, no FPM-Capital, estão possivelmente subdimensionados. Isso porque todas as capitais com população igual ou superior a 4,5% da população total de todas as capitais recebem a mesma cota, e Rio de Janeiro e São Paulo possuem, respectivamente, 13,9% e 24,7% da população total.

2) a classificação dos Municípios em faixas de população e de renda *per capita* provoca grandes saltos nos seus coeficientes quando pequenas variações na população e na renda *per capita* estimada resultam em mudança de faixa, como aqui já foi dito pelos dois expositores.

3) a classificação dos Municípios em faixas de população e de renda *per capita* gera grande número de contestações administrativas e judiciais, o que emperra o processo de definição de coeficientes e impõe custos administrativos e judiciais tanto aos Municípios quanto ao IBGE e ao TCU – e já foi também aqui muito bem colocada pelos dois expositores essa preocupação com essa faixa e consequentemente as revisões que acarretam todo esse problema.

4) a classificação dos Municípios em faixas de população e de renda *per capita* gera grandes alterações nos coeficientes quando os dados de censo substituem as estimativas populacionais, o que passa a exigir mecanismos de transição toda vez que dados censitários substituem estimativas populacionais, para que alguns Municípios não tenham perda súbita e relevante de receita.

5) a falta de prazo hábil, nos anos de contagem populacional e de censo, para o uso desses dados já na definição dos coeficientes do ano posterior, obriga o IBGE e o TCU a trabalhar com estimativas populacionais às vésperas da divulgação de dados censitários. Quando tais dados são divulgados, os Municípios prejudicados pelo uso dos valores estimados entram com recursos administrativos e judiciais, agravando o problema no nº 3 acima descrito.

6) a Lei Complementar nº 62, de 1989, congelou a participação dos Municípios de cada Estado no FPM-Interior desde 1989. A partir de então, quando se cria um novo Município em um determinado Estado, a participação desse novo ente no FPM será obtida mediante redução da participação dos demais Municípios daquele Estado. Algo que também está sendo discutido nesta Casa: a criação de novos Municípios. O intuito da norma foi coibir a criação de Municípios com o objetivo de aumentar a participação do Estado no total de recursos absorvidos. O congelamento ao longo de 23 anos tem gerado grande disparidade no montante recebido por Municípios de mesma população situados em Estados distintos.

Vamos aos PLs que estão em discussão.

PLS nº 184/2010.

O PLS nº 184/2010, do Senador Tião Viana, foi inspirado por proposta do IBGE – fato aqui confirmado pela representante do órgão – e tem por objetivo principal resolver os problemas acima identificados pelos números: 2 (divisão dos Municípios em faixas de população e renda), 3 (contestações administrativas e judiciais), 4 (necessidade de mecanismos de transição quando há grandes saltos nos coeficientes) e 5 (falta de prazo para uso dos dados de censo e contagem populacional no ano em que esses levantamentos são produzidos).

Para tanto, ele propõe, em primeiro lugar, transformar as faixas de classificação dos Municípios no FPM-Interior em uma distribuição contínua. Por exemplo, o Município com 16.981 habitantes receberia o coeficiente 1,2. Para cada habitante a mais seria acrescido 0,000029446 ao valor do coeficiente. Como resultado, pequenas variações na população não gerariam saltos nos valores dos coeficientes. Não haveria, portanto, grandes perdas ou ganhos financeiros em função de pequena alteração na população que gerasse mudança na faixa de enquadramento do Município.

Os novos coeficientes são calculados de forma a não afetar as atuais faixas estabelecidas pela legislação. O que se faz é apenas uma transição gradual de uma faixa a outra.

Essa providência acabaria com o estímulo que hoje têm os Municípios de recorrer para que suas populações "saltem" para a faixa populacional seguinte.

Em segundo lugar, o PLS nº 184/2010 difere no tempo o cronograma de divulgação dos dados pelo IBGE, de modo a permitir, nos anos de censo e contagem populacional, o uso dos dados mais recentes e precisos. Essa modificação se aplicaria às três parcelas do FPM, e não apenas ao FPM-Interior.

O PLS nº 184/2010 também prevê um período de transição de 10 anos, no qual se comporia o coeficiente de cada Município como uma média ponderada entre o sistema de apuração por faixas de população e o modelo contínuo.

Foi apresentada uma emenda ao Projeto, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que argumentou que a postergação de prazo previsto para os anos de contagem censitária da população dificultaria o planejamento orçamentário dos Município, algo que os dois expositores também já fizeram. Se aprovado o PLS 184/2010, nos anos de censo e contagem populacional os Municípios só viriam a conhecer suas cotas do FPM em meados de janeiro do exercício para o qual valeriam tais cotas. Para facilitar a programação orçamentária dos Municípios, o Senador Francisco Dornelles sugeriu que se diferisse em um ano a validade das cotas apuradas.

Assim, os coeficientes do FPM passariam a ser calculados com base em dados populacionais de dois anos anteriores ao da vigência do coeficiente.

Isso permitiria que o Município conhecesse o seu coeficiente do FPM um ano antes do início da execução do orçamento, facilitando a programação orçamentária e financeira. Por outro lado, argumenta o autor da emenda que a defasagem no tempo não implicaria grandes variações nos coeficientes, até mesmo porque com a aprovação do projeto deixaria de haver a possibilidade de mudanças de faixas.

PLS 320/2010.

O PLS 320/2010, do Senador Sérgio Zambiasi, tem por objetivo exclusivo resolver o problema descrito no item 4: a brusca perda incorrida pelos Municípios que perdem população quando da substituição de estimativas populacionais por dados censitários.

O PLS tem por objetivo resolver pontualmente o problema relativo ao Censo de 2010, propondo um mecanismo de transição entre 2010 e 2020.

PLS 712/2011.

O PLS 712/2011, do Senador Walter Pinheiro, propõe a introdução nas três parcelas do FPM (Interior, Capital e Reserva) do critério área territorial do Município. Em cada uma das parcelas esse critério seria usado para dividir 5% dos recursos.

O autor argumenta que essa seria uma forma de atenuar o problema nº 6 a que fiz referência (Municípios de mesma população situados em Estados distintos, no FPM-Interior, recebendo valores diferentes, ou seja, em função da parcela do Estado, alguns Municípios que tivessem a mesma característica, a mesma população, iam terminar recebendo valores distintos), uma vez que a área territorial é fixa (não se presta a manipulações para aumentar a quota do FPM) e pode ser usada de forma unificada para todos os Municípios do País, sem estratificação por Estado, por faixa populacional ou de renda: um Município que tivesse metade da área de outro receberia, na parcela dividida conforme a área, exatamente a metade do valor recebido pelo maior.

Em 11 de maio de 2012, a Presidência do Senado determinou que os quatro projetos fossem analisados pelas Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Pois bem, Sr. Presidente, essa é a razão desta audiência pública, na qual já tivemos oportunidade de ouvir o posicionamento dos dois relatores, o que nos permite, a partir daí, fazer três indagações, de forma rápida, embora tenha me estendido, para que nós possamos, inclusive, fruto desta audiência, não somente com o que for debatido aqui, acolhermos sugestões por parte da Confederação Nacional dos Municípios ou de outras entidades ou de quem queira sugerir, para que a gente possa, então, no debate, apresentar o relatório com um substitutivo, se for o caso, naquilo que se aproxima mais da necessidade da solução de um problema que é tão grave, que é essa questão econômica dos Municípios brasileiros.

A pergunta é a seguinte: diante de uma iminente mudança legal que permita a mudança de regra para a criação dos Municípios, o que poderia ser feito para absorver o impacto do rateio do FPM?

Segundo: o que o Governo Federal pensa… E aí lamento mais uma vez o desrespeito da Ministra responsável pelo Ministério do Planejamento em não estar presente. O que o Governo Federal pensa em apresentar diante dessa questão? Obviamente que a representante do IBGE não vai poder responder, mas a pergunta era para a Ministra, que, lamentavelmente, está ausente, Senador Suplicy. V. Exª, que é um democrata de vida longa, com todo respeito aos demais aqui, certamente também lamenta a ausência do ente que poderia nos dar uma resposta compatível.

Quais ajustes legislativos, na visão dos senhores e das senhoras, seriam necessários para compatibilizar a demanda, o anseio de emancipação de centenas de distritos, com as restrições dos recursos do FPM? Ou o projeto de lei em tramitação, da CDR, que atenderia a esses objetivos? Obviamente, não só nesse, mas o Dr. Paulo já fez algumas referências de PEC que ele considera que precisavam avançar. E aí nós gostaríamos de ouvir a opinião de V. Exª.

Reiteradamente, o Governo Federal toma decisões… E olha que coisa importante, fundamental, para a qual vamos ficar aqui sem resposta por conta da ausência da Ministra do Planejamento. Reiteradamente, o Governo Federal toma decisões de renúncia fiscal que impõem perdas aos Municípios. E aí eu pergunto: não haveria uma medida mais democrática ou negociável para gerir as decisões de renúncia fiscal feitas pelo Governo Federal, com base no IPI e no Imposto de Renda, sem prejudicar as finanças – e aí vem –, não só do FPM, mas também do FPE? Qual mecanismo institucional poderia ser arquitetado para que a prioridade, no âmbito da União, não prejudicasse o equilíbrio das finanças dos Estados e dos Municípios? Infelizmente, vamos ter a resposta de quem sente, o Dr. Paulo, que também não cabe ao IBGE. Mas vamos ficar sem resposta. Vamos ficar surdos e mudos por falta de respeito da Ministra do Planejamento, que não está presente, não se dignou nem a mandar um representante, Presidente Inácio Arruda. Que desrespeito com esta Casa e com esta Comissão. E que falta de sensibilidade com o povo brasileiro e principalmente com os pequenos Municípios, que, mesmo tendo fé – aí lembrando a expressão dela dizendo que o nordestino tinha fé e que tinha que rezar para chover

–, mesmo tendo fé, rezando muito, mas, infelizmente, a reza não enche a barriga do pobre e sofrido povo brasileiro, principalmente dos pequenos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Muito bem. Eu indago se a Senadora Ana Amélia deseja fazer alguma pergunta aos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Três minutos. Eu até não vou fazer perguntas. Quero apenas fazer uma observação, na condição de…

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente, Senador Inácio Arruda. Quero agradecer à Drª Wasmália.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Como aniversariou no dia de ontem, ainda pode ser cumprimentada, porque, depois do aniversário, ainda pode ser cumprimentada o ano inteiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esse aniversário está que nem Kerb. Lá no Rio Grande do Sul, na zona alemã, Kerb é uma festa que dura três dias, viu, Senador. Então é uma coisa boa. (*Risos.*)

Caro Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, eu, na condição de Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipalistas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, não podia deixar de estar aqui.

Eu queria, primeiro, cumprimentar a audiência pública, que discute, à luz do Relator, um tema. São três projetos, na verdade, que foram apensados. Eles tratam de questões relacionadas aos novos critérios para repartição do FPM.

Eu queria dizer que, lamentavelmente, com toda a boa vontade que o Senador Tião Viana possa ter, no Brasil, de dimensão continental, cada Região tem uma característica. Às vezes, o que é bom para o Norte não é necessariamente bom e aplicável, criteriosamente, socialmente justo, para as Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Então esta é a primeira questão.

A outra questão é que, como poder moderador, o IBGE tem que ter atenção a essas… Não se pode tratar de forma igual situações diferentes. A maior parte dos Municípios brasileiros, 70%, têm até 20 mil habitantes. Então é preciso um cuidado e um olhar maior.

Eu, como conheço a capacidade de gestão municipal, da legislação municipal e da relação do Município com os demais entes federativos do Paulo Ziulkoski, que eu considero um dos maiores especialistas em municipalismo, porque conhece profundamente, viveu já experiências, penso que temos que encontrar um termo comum de compartilhamento mais justo dessa situação.

Fiquei muito feliz de saber que ontem, lá em Pernambuco, o Senador Armando Monteiro teve uma reunião com os prefeitos de Pernambuco, que todos eles pediram… E ele agora é o Relator, na CAE, de uma emenda constitucional de minha autoria, a PEC 39, que trata de aumentar em dois pontos percentuais o FPM para os Municípios.

Talvez isso seja uma questão até paliativa, porque, de 1988 para cá, todo mundo já sabe dessa novela. Reduziu muito a receita dos Municípios e aumentou muito a competência dos Municípios. Cada vez que o Governo Federal lança um projeto novo, ele lança como seu, mas quem banca, muitas vezes, na ponta, é o Município, que já está estrangulado. E, mais ainda, a situação se agrava com o fato de que, cada vez que se reduz o IPI para qualquer setor… Nós defendemos que isso seja feito. Agora, que faça com o seu dinheiro, com o dinheiro da União, e não com o dinheiro dos Municípios. Aí não há como fechar a conta. Isso vai impactar diretamente, de novo, na receita do FPM, porque o IPI compõe, com o Imposto de Renda, o Fundo de Participação dos Municípios, que é, na maioria dos Municípios brasileiros, a principal fonte de receita.

Mudar mais uma vez um critério sem consultar as diferenças regionais é, de novo, criar um problema de deixar inadministrável o Município brasileiro. Então, é apenas essa a questão.

Eu queria que o IBGE, que a Ministra…

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Chegou uma informação dos internautas para a senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – É a forma mais tradicional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esta é a melhor forma: a democracia direta. A PEC 39 está na CCJ e não na CAE – melhor ainda. E as mãos são as melhores, porque houve um compromisso do Senador Armando Monteiro com essa causa municipalista – ele é candidato ao Governo de Pernambuco. Penso que deve haver um cuidado com isso.

Então, eu gostaria que o IBGE tivesse uma atenção. Não adianta, aqui em Brasília, um órgão federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, imaginar que está fazendo uma coisa boa sem conversar com quem

está lá na ponta administrando, sem conversar com os prefeitos, sem conversar com os Municípios, ouvindo a maior parte da contribuição, para que a mudança seja para o bem, para não piorar a situação já muito debilitada financeiramente da maior parte dos Municípios brasileiros e para evitar que eles, todo ano, de pires na mão, tenham que vir a Brasília em mais uma marcha. Essas marchas começaram há quantos anos, Presidente Paulo?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Dezesseis anos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Dezesseis anos – dezesseis anos, Presidente Wasmália. E é isso que queremos combater.

O Senado é uma Casa da República, não é, Senador Inácio Arruda? O senhor é do Ceará; o Senador Cícero Lucena é da Paraíba e já foi prefeito e governador; o Senador Suplicy ainda não foi prefeito nem governador, mas está em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Mas já presidiu a Câmara Municipal de São Paulo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Já presidiu a Câmara.

Então, eu queria dizer que essas são as apreensões que nós temos aqui com a corda mais fraca dessa nossa Federação tão fragilizada, porque a União continua a prima rica; os Estados, os primos remediados; e os Municípios, os primos pobres desta Federação que está em frangalhos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Eu que agradeço a V. Exª.

Nós vamos passar a palavra aos nossos dois convidados, mas, antes, eu gostaria de fazer um breve comentário.

Primeiro, considero que a proposta da Senadora Ana Amélia nos ajuda bastante, porque parece que temos um conflito na Mesa. Eu diria que, na verdade, não existe esse conflito. Existe a busca de resolver um problema objetivo que o IBGE enfrenta: as mudanças mínimas que ocorrem na população dos Municípios e que causam impacto, porque, ao mudar de faixa com essa mudança mínima, o que acontece? Se cai um pouquinho, perde muito. Se aumenta um pouquinho, ganha um pouquinho mais, mas há um questionamento, quer dizer, todo mundo questiona. Há um processo de judicialização, e querem resolver isso.

Por outro lado, a confederação trabalha com a ideia de que o que aconteceu, objetivamente, foi uma queda drástica dos recursos distribuídos, o que é verdade. O IPI, especialmente, tem sido usado como um instrumento poderoso de política fiscal do Governo – e é justo que o faça, é correto. Só que a política fiscal, muitas vezes, atende a uma região do País.

Vejam que, ao se fazer uma renúncia fiscal para a área da construção automotiva ou, mais precisamente, da montagem de automóveis, se atende, no máximo, a cinco ou seis Estados. Há aquela renúncia, e mantêm-se os empregos, o que é muito importante para o Brasil. Mas esse impacto para o restante dos Estados e dos Municípios termina sendo um pouco prejudicial. Ganha ICMS, etc., mas perde na distribuição e na receita que vai diretamente para o Município.

Então, eu já proponho, se a Senadora Ana Amélia puder concordar conosco e o Senador Armando Monteiro, fazermos uma emenda ao projeto de emenda à Constituição de V. Exª no sentido de que a gente inclua na distribuição todos os tributos. Todos os tributos seriam repartidos com Estados e Municípios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É, porque as contribuições estão fora.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O que considero um absurdo existente em nosso País. Isso é um descontrole total, porque eu faço renúncia fiscal com o tributo que é distribuído e com os que não são distribuídos eu não faço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aí está o caminho fácil. O difícil é botar o guizo no pescoço do gado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, mas acho que nós temos de fazer isso sim, porque é um problema da União, é um problema de Estado, não é problema de um governo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Esse é o sonho.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É o sonho, mas esse sonho temos que…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É lógico. Acho que nós temos de fazer isso. Vamos propor ao Senador Armando Monteiro, inicialmente faremos como proposta, a gente oficia, porque é fruto deste debate, isso está incluído nessa questão. Se ele acatar estará resolvido parcialmente, porque depois iremos a voto na Comissão, evidentemente, mas acho que essa é uma questão central que devemos tratar, que é a repartição de recursos, o que tem sido o principal motivador das grandes mobilizações dos prefeitos em Brasília, nas suas marchas, as indagações. O debate com o Presidente Lula, com o Presidente

Fernando Henrique, com a Presidente Dilma tem sido exatamente essa queda brusca do IPI, especialmente, e depois a política de renúncia fiscal estabelecida pelos governantes, que prejudica diretamente Estados e Municípios. Penso que poderíamos caminhar nesse sentido.

Do ponto de vista do projeto há espaço, sim, para o nosso Relator apresentar um substitutivo que acolha as sugestões tanto da Confederação Nacional dos Municípios e também contribua na solução que o IBGE enfrenta cotidianamente. Eu mesmo já tive de bater à porta do IBGE algumas vezes para buscar socorrer os Municípios que por seis habitantes podem ter um prejuízo gigantesco. Então, você imagina dez, seis, três, dois…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, deixa de ganhar e o que perde é o problema mais crucial, caíram seis.

Calculo que, na CCJ, Armando Monteiro pode nos socorrer e a gente formar uma frente boa, para tentar aprovar uma mudança mais, digamos assim, vigorosa, e sei que tem resistência do Planejamento e da Fazenda, mas acho que devemos fazê-lo, e no caso nosso, Senador Cícero Lucena, V. Exª tem mais do que competência para encontrar o caminho justo para dar solução a essa questão levantada. Quando você tem uma, duas, três, quatro iniciativas tratando desse tema é porque ele está pegando. Precisamos dar uma resposta.

Acho que os argumentos apresentados pela Wasmália… Como se pronuncia?

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR (*Fora do microfone.*) – É Washington com Amália.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Washington com Amália, e Washington não é exatamente do alemão, é do inglês, o que dá essa pronúncia com "u", Wasmália, e o nosso Paulo Ziulkoski porque tem muita tradição, está trabalhando há muitos anos conosco e tem nos ajudado na solução de muitas questões que tramitam no Congresso. Então, acho que o senhor está muito bem amparado com os dois. Eu não dispensaria a Ministra Miriam Belchior de tratar, mas os dois ajudariam bastante V. Exª na solução desse problema.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, sem dúvida. Eu fiz o registro da importância da contribuição dos dois. Só que quando a gente trata, por exemplo, dessa questão de repor a festa com chapéu alheio, nenhum dos dois… Esse deseja… O IBGE, não é missão dele. Agora, da Ministra…

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Esse nós vamos resolver com o projeto da Senadora Ana Amélia.

Então, feitas as indagações e os questionamentos, nós vamos ouvir inicialmente o nosso Paulo Ziulkoski e, em seguida, ouviremos Wasmália Socorro Barata Bivar.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Rapidamente, o nosso ilustre Relator levantou algumas questões. Acho que uma está interligada à outra. Foram vários os comentários dos Senadores. Vou tentar aqui argumentar, juntar e argumentar. Primeiro, a questão da renúncia fiscal que ocorreu nos últimos anos. Para os Senadores terem uma ideia, de 2009 a 2013, a renúncia do IPI foi de R$46 milhões, somando a área de automóveis, a linha branca. Como nós temos 23,5% desse valor, é fácil de calcular. A conta chegou a aproximadamente R$14 bilhões, que perdemos de arrecadação no Fundo de Participação.

Por ocasião da nossa discussão aqui no Senado sobre a nova distribuição do FPE, que durou muito tempo, ao final, conseguimos emplacar, por iniciativa da Câmara, uma emenda no sentido de que a União, ao promover essa renúncia, a fizesse da sua parte ou ressarcisse os entes que perderam com aquela renúncia. Aqui no Senado, se não me falha a memória, foram 57 votos a favor. Aprovamos, conseguimos aprovar, na Câmara e no Senado, para terminar com essa sangria. É um discurso antigo e repetitivo. Foi aprovado. Foi à Presidência.

Na marcha do ano passado, numa conversa que tive com ela no Palácio, a gente pediu até que não fosse vetado, mas houve o veto. Aí o que aconteceu? O veto foi apreciado aqui no Senado – não chegaram a votar na Câmara – e só tivemos 38 votos, ou 37 votos, a favor da derrubada do veto. Então, vejam bem, é o Senado. Não estou aqui individualizando.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – É porque ainda era secreto, Paulo.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Exatamente. Então, os senhores vejam como é que nós trabalhamos.

É muito tranquilo nós falarmos e pregarmos, mas, depois, a prática, o que dá é isso. Então, perdemos aquela votação. Se o Senador quiser solucionar essa questão tem um projeto que já passou pelas comissões, só falta votá-lo em Plenário, exatamente permitindo que não haja mais essa renúncia. Se não me engano, é do Senador Aécio Neves. Está aí para ser votado. Então, teremos a solução desse problema. Caso contrário, não vamos ter. Não adianta nós falarmos que vamos continuar nessa situação.

Bom, tentando encaminhar aqui outras questões mais rapidamente, friso, então, aqui, a importância de que não são os pequenos Municípios. Não pude apresentar ali, mas os grandes Municípios vão perder, também, e bastante. Isso vai se concentrar em Municípios, eu diria, pequenos e médios, porque a perda maior é daqueles de até 5 mil habitantes, que são cerca de mil e quinhentos Municípios, que ficariam naquela faixa.

Depois, aumentaria nas outras faixas, de 5 a 10 mil cresceria. Depois, lá em cima, começa a diminuir e a vir para cá, também, para os outros Municípios.

Há uma diferença, por exemplo, no Nordeste, nas capitais – e Fortaleza é uma delas –, nos 10% do FPM que é das capitais, é da população da cidade pelo inverso da renda do Estado. Então, dos 10%, enquanto São Paulo recebe 2%, a cidade de Fortaleza recebe, se não me engano, 10%, porque é de um Estado mais pobre. Então, há essa lógica. É uma lógica para a qual o Senador Suplicy olha com muita acuidade, pois mostra a redistribuição, como é o caso do FPE, que tem outro critério.

Então, se nós mexermos nisso aqui, neste momento e dessa forma, não vamos solucionar a questão. Vamos repetir aqui: nossa posição não é discutir um projeto como esse. Nós até podemos contribuir e vamos incluí-lo se estiver em pauta na marcha. No nosso entendimento, é desviar o foco da situação real da população, porque dos R$15 bilhões que perdemos de FPM…

Olha, estamos gastando 22% em saúde. Quantos bilhões se perdeu só na saúde? Trinta e um por cento estamos gastando, em média, no Brasil, com educação? Quanto se perdeu na educação? Isso significa merenda, transporte, professor, piso. Na saúde é da mesma forma. Então, a perda não foi da prefeitura em si. Áreas cruciais estão deixando de ter. E o desemprego nas prefeituras foi muito maior em função dessa renúncia do que o emprego que houve na área automobilística, por exemplo. Então, inundaram as cidades de automóveis, de tudo, não há investimento em infraestrutura e estamos vivendo um caos, um caos que não sei onde vai terminar.

Lógico que não sou Senador, não tenho este poder, mas sempre indago: o Senado é a Casa da Federação, como é que o Senado, por maioria – e não estou aqui individualizando –, permite que essas coisas ocorram? Desde 1988 sequer temos uma regulamentação desse Pacto Federativo, está lá o art. 23. Nunca houve um projeto, aqui, para regular a Federação. Nunca houve um projeto, em quase 30 anos da Constituição de 88. Então, a questão é mais profunda.

Agora, com o maior respeito ao nosso ilustre Senador, já existem vários projetos que redistribuem as contribuições, só que não andam. Agora mesmo, por que os 2% na Câmara e no Senado, que nós apresentamos, não andam? Ontem, lá na Comissão de Justiça da Câmara, o Presidente não colocou em votação, porque é da Base do Governo. E não estou querendo dizer que a Base do Governo Dilma é diferente – aí, Senador, com o maior respeito – da Base de quando era o Fernando Henrique. Depende de quem está aqui do outro lado. Quem está aqui, seja PSDB, seja PMDB, seja PT, tem esse viés, eles administram a União. Estamos lá do outro lado. Então, a base não permite, sequer, a votação na Comissão.

Repito: acho que tem solução sim, se me permitir o Relator, junto com o IBGE. O IBGE está tendo esse enfoque só. "Olha, isso está dando muito trabalho para nós. Não temos recursos, gente. O TCU tem de refazer tudo quando diminui de uma emenda, uma ação judicial…" E nós concordamos que isso é pernicioso, mas eu acho que essa forma aqui mexe no outro lado que não tem… Eu diria que é um risco gigante mexer da forma como estava sendo proposta. Tem de achar outra forma para que isso, inclusive… Eu não coloquei nem o nome dos Municípios ali para não começar a despertar, porque, na hora que botar que o Município tal que hoje recebe 6 milhões de FPM vai baixar para 5,3 milhões, ele já sai na guerra.

Lá no Ceará, 91 Municípios dos 182 – exatamente 50% – vão perder. Como é que nós vamos discutir isso lá? Como é que a entidade vai discutir, se, nos *royalties*, exceto o Rio de Janeiro, todos se desfiliaram da Confederação, porque nós entendíamos que tinham de ser melhor redistribuídos os *royalties* no Brasil? Assumimos esse debate, e aí houve uma guerra. Nós vamos ter de ter outra posição.

A entidade está aí para contribuir com a Comissão, com o nosso Relator, com os Senadores e com as Senadoras e com o próprio IBGE, numa parceria para achar uma solução, e que isso não venha à tona agora, passando aqui para Plenário outra coisa, porque isso vai dar uma revolução aí dentro.

Essa é a nossa posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Wasmália Socorro Barata…

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, permita-me só – porque não vai haver depois – dizer que essa preocupação, para mim, é uma contribuição muito importante que recebo nesta audiência pública. Eu não posso deixar de ser paraibano, de ser "caboclinho" lá do Sertão da Paraíba. Como V. Exª disse, na hora de dar os incentivos lá, falta para o menino que vai tirar o leite na vaca ou na cabra, isso e aquilo outro, porque falta o recurso que deixa de ir para lá. Quem está ordenhando uma cabra, isso e aquilo outro, está pagando o emprego de outros setores e faltando lá. Só o alerta que o Dr. Paulo fez dessa possibilidade… A Paraíba perde 50 milhões. Enquanto, no Ceará, são 50%, mais da metade dos Municípios da Paraíba já perde. Só para ter uma ideia, o Fundo de Participação dos Municípios da Paraíba em 2013 foi de 5 bilhões e 332. Está uma luta da confederação para se conseguir mais 2%. A Paraíba está perdendo 1% se for adotado esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Muito bem.

O Relator está esperto, está bem vivo.

Wasmália Socorro Barata Bivar.

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Eu gostaria, primeiro, de mencionar a questão da minha presença, inclusive como representante do Ministério do Planejamento. Como as questões dos três projetos de lei apensos que seriam discutidos hoje diziam respeito a questões técnicas de distribuição dos fundos de participação, que o IBGE vem discutindo, acredito que o Ministério do Planejamento não tenha considerado que seriam discutidos aspectos da política fiscal mais geral, dos quais, efetivamente – todos têm razão –, eu não tenho a menor competência nem mandato para tratar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Competência tem, não tem mandato.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Por enquanto, ninguém sabe.

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Por outro lado, o que eu gostaria de mencionar é que também, quando nós trouxemos a questão e, de algum modo, o Senador Tião Viana, à época, nos ouviu, a nossa preocupação não se limitava exclusivamente aos problemas enfrentados pelo IBGE, mesmo porque nós criamos um procedimento administrativo interno, que é executado todas as vezes. Inclusive, esse procedimento foi auditado pelo próprio TCU. Embora nós não tenhamos, obviamente, o contato que a Confederação Nacional de Municípios tem com as próprias entidades municipais, nós recebemos muitos prefeitos, especialmente aqueles que perdem recursos. Nós vemos, realmente, alguns em uma situação desesperadora, como: "Fiz concurso este ano, dei posse para professores e, com esse novo recurso que vem no ano que vem, eu não vou ter como pagar." Há pessoas, inclusive, querendo renunciar ao seu mandato, porque, simplesmente, não previam que esse tipo de surpresa pudesse acontecer na sua gestão.

De fato, embora o número que tenha sido mencionado pelo Dr. Paulo, de 263 Municípios que perderiam por estarem próximos da faixa, esses 263 Municípios sentirão na pele o que é perder recursos. Sem contar que existe, realmente, como foi dito aqui, o anseio de quem está a três, quatro, dez habitantes para alcançar uma faixa maior. E todos querem, obviamente, ter os recursos para produzir melhores serviços à sua população.

Outro esclarecimento que acho que precisa ser feito é que, independente do método utilizado pelo IBGE para apresentar as populações para o FPM e o FPE, especialmente para o FPM, eles são igualmente contestados. Se fosse verdade que só as estimativas populacionais que criassem medidas judiciais… Isso não é verdade. Nós temos medidas judiciais em volumes bastante significativos mesmo em ocasião das operações censitárias. Basta que isso altere os números. Tudo que altera os números acaba gerando um volume bastante significativo de recursos.

De fato, os recursos da contagem para o ano de 2014 foram contingenciados, e isso, obviamente, nos está obrigando não a cancelar, mas a postergar a realização da contagem. Mas nós temos convicção de que a faremos não mais em 2015, mas em 2016. Estamos continuando com todos os trabalhos de planejamento, de forma a fazer essa contagem acontecer no mais breve tempo possível.

Eu gostaria de mencionar que, certamente, como a Senadora Ana Amélia mencionou, a questão regional é de relevância. Inclusive os perfis de porte de Município são diferenciados em relação às diferentes regiões. Mas a atual legislação, por exemplo, desconsidera tudo isso. Existe uma única estrutura para todo o Brasil. Isso significa que não se levam em consideração as diferenças regionais.

O que nós vimos, inclusive, como uma possibilidade de não afetar demasiadamente é que a proposta de lei do Senador Tião Viana à época não alterava o volume de cada Estado. O que estaria alterando era a distribuição interna aos Municípios, dado aquele volume estadual. Mas eu acredito que também tenha que se ver isso, porque essa é uma consideração relevante, porque existe uma diferença muito grande no padrão de porte, não é?

Agora, eu volto a ressaltar a minha última fala. É necessário, sim, que nós possamos evitar que pequenas variações de população gerem grandes montantes de variações nos recursos. Por que isso? Porque nós estamos enfrentando uma transição demográfica. Mas, quando eu digo que a população brasileira vai começar a cair em 2044, parece muito longe. E é, de repente, para nós que vivemos tanto no curto prazo. Mas, antes de isso acontecer com a população brasileira, ocorrerá com os Municípios brasileiros. Nós já vemos tendências demográficas como estas em Estados onde essa transição já vem acontecendo há mais tempo, por exemplo, o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul certamente vai ser o Estado em que, por razões demográficas, a sua população municipal vai começar a reduzir. Os seus Municípios, portanto, enfrentarão perdas significativas, todos eles.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe, Presidente, pela ordem. Eu já tinha sido alertada pelo próprio IBGE sobre isso, em função da mobilidade que existe pela saída de muitos gaúchos para outros Estados. Então, isso tem impactado muito a situação da repartição do recurso do ponto de vista populacional.

Dentro do próprio Estado tem havido também muita migração, então isso tem afetado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Houve uma queda…

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Pois é, mas a migração é um fenômeno que ocorre hoje e que, normalmente, é o responsável por essas mudanças, mas o que vai começar a acontecer agora é redução de nascimentos, menos mortes. Vai nascer menos gente do que vai morrer e, nas populações municipais…

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – A média de vida sobe e a taxa de natalidade cai.

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – E isso é algo que estará acontecendo no território muito antes de acontecer na média nacional, na população nacional, porque ainda há Estados em que a população está crescendo vegetativamente, já que a taxa de fecundidade é mais alta.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Wasmália, há uma indagação deixada pela Senadora…

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Não vou… Era a última coisa, por fim.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – … via Suplicy.

A SRª WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR – Isso. Por fim, a Senadora Gleisi perguntou como ficava a questão da nova lei complementar.

A nova lei complementar tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, e a variável de distribuição do Fundo de Participação, que antes a legislação anterior não dizia… Dizia renda, mas não dizia que renda era essa, e nós fazíamos através do PIB *per capita* estadual. Dessa vez, a legislação especifica que é o inverso da renda domiciliar *per capita*. Desse ponto de vista, não só é a renda do trabalho, mas são todas as rendas.

E, nessas rendas, para justamente fazer isso, o IBGE alterou recentemente um dos processos. Quer dizer, implementou um novo sistema de pesquisas domiciliares que vai substituir o atual, que significa amostras maiores, com maior espalhamento, que vai dar garantias de maior precisão para os resultados e maior acuidade nas estimativas, inclusive nas estimativas estaduais. Isso vai significar que essa variável vai ter intervalos de confiança. Desculpem-me falar muito tecnicamente.

Agora essa medida sai de uma pesquisa por amostragem, que tem embutida nela um erro amostral. Só que esta pesquisa, que nós batizamos de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, mas que inclui outros levantamentos, está fazendo uso de uma nova metodologia, que permite uma maior acuidade, que esses erros amostrais também sejam menores e que seja muito mais representativa do território.

Só para exemplificar, hoje a PNAD tradicional anual vai a mil Municípios. A nova PNAD contínua irá em 3,5 mil Municípios. É uma amostra muito espalhada no território e, portanto, muito mais representativa do que ocorre no Território brasileiro.

Uma última questão é que esse desenho de pesquisa pretende ser robusto, e eu tenho certeza de que poderá dar conta, dará conta da questão da estimativa da renda domiciliar.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Agradeço, então, a presença da nossa Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Socorro Barata Bivar; e do nosso Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Encerramos, então, a audiência pública, mas, antes de encerrar a reunião, eu quero fazer uma pequena correção: os Requerimentos aprovados hoje são os de nº 4, 5, 6 e 7, respectivamente, para que fique devidamente registrado.

(É o seguinte o requerimento aprovado e não lido anteriormente:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2014, seja a de estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.)

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia dois de abril do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as presenças dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol e Cícero Lucena. Senadores ausentes: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente informa que em virtude das alterações ocorridas, ao longo da atual Legislatura, na Composição dos Membros desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), é necessário proceder atualizações na composição dos membros designados nas quatro Subcomissões que compõem a CDR, conforme relacionadas a seguir: 1) Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste (cinco Membros): Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL); Membros Titulares: Senador Wellington Dias (PT) e Senadora Lídice da Mata (PSB), Membros Suplentes (Vagos); Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV): Membro Titular: Senador Vital do Rego (PMDB) e Membro Suplente: Senador Ciro Nogueira (PP); Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM): Membro Titular: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM), Membro Suplente: Senador Cícero Lucena (PSDB); Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR): Membro Titular: Senador Eduardo Amorim (PSC) e Membro Suplente (Vago) 2) Subcomissão Permanente da Amazônia (cinco Membros): Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL): Membros Titulares: (Vagos). Membros Suplentes (Vagos), Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV): Membro Titular: Senadora Ana Amélia (PP) e Membro Suplente: Senador Ivo Cassol (PP); Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM): Membro Titular: (Vago). Membro Suplente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB). Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR): Membro Titular: (Vago). Membro Suplente: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB). 3) Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Codesul (sem indicação de Membros). 4) Subcomissão Temporária para a Copa 2014, jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 (cinco Membros): Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL). Membros Titulares: Senador Zezé Perrela (PDT) e Senadora Lídice da Mata (PSB). Membros Suplentes: (Vagos), Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV): Membro Titular: Senador Vital do Rego (PMDB). Membro Suplente: (Vago). Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM): Membro Titular: (Vago) e Membro Suplente: Senador Cícero Lucena (PSDB); Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSV, PR): Membro Titular: (Vago). Membro Suplente: (Vago). O Presidente procede à leitura do **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO CDR, Nº 08, de 2014 – CDR,** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, realize, em parceria com *a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados – CTUR, uma mesa-redonda para debater a relevância do trabalho do Turismólogo para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Deverão ser convidados: o Presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR); o Presidente da Federação Brasileira de Hotéis e Alimentação (FBHA); o Presidente do Fórum Nacional de Cursos de Turismo e Hotelaria; o Presidente do Fórum Nacional de Cursos de Turismo e Hotelaria, seccional Rio de Janeiro; um representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC); e Ministro do Turismo. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Não havendo objeção, a matéria é incluída como EXTRA-PAUTA e aprovada. Conforme pauta previamente distribuída, dá-se início à Audiência Pública, em atendimento ao* **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 04, de 2014 – CDR**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água no âmbito de sua Bacia Hidrográfica e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema Chesf. Participaram da Reunião: **Joaquim Guedes Correa Gondim Filho,** Superintendente de Usos Múltiplos e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas – ANA; **Hélvio Neves Guerra,** Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; **Mozart Bandeira Arnaud,** Diretor de Operação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf; **Athadeu Ferreira da Silva,** Assessor da Presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf; **Wagner Soares Costa,** Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF; e Luiz Carlos Souza, Coordenador-Geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHSF. **Resultado:** Realizada. Ao final da apresentação dos convidados, faz uso da palavra o Senador Ivo Cassol, o em seguida, o Presidente repassa as perguntas feitas pelos cidadãos, através do e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania),

que são respondidas, pelos convidados expositores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o Portal *e-Cidadania* e lá acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como por meio do Mural do Cidadão enviar seu comentário ou pergunta.

Cada Senador ou Senadora, bem como a própria sociedade, podem ver os comentários e perguntas nesta mesma página do Portal *e-Cidadania*.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone do Alô Senado: 0800-612211.

Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País.

Sua participação deve ser pelo endereço eletrônico www.senado.leg.br/ecidadania.

Vivemos, ao longo desta Legislatura, inúmeras alterações na composição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Por essa razão, é necessário alinharmos a composição das quatro Subcomissões que possuímos, com a finalidade de atualizar as publicações na Ordem do Dia, referentes à CDR.

Como informado, possuímos quatro Subcomissões, que, por deliberação deste colegiado, não foram instaladas.

Dou como lido e peço registre-se em ata.

Há um requerimento, que foi aprovado na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, que propõe uma mesa redonda para debater a relevância do trabalho do turismólogo para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Essa reunião deverá ser realizada na Câmara dos Deputados na próxima semana. Serão convidados o Presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR); o Presidente da Federação Brasileira de Hotéis e Alimentação (FBH); o Presidente do Fórum Nacional de Cursos de Turismo e Hotelaria, bem como o Presidente do Fórum Nacional de Cursos de Turismo e Hotelaria, Seccional do Rio de Janeiro, e um representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e o Ministro do Turismo.

Aprovada, então, esta audiência pública.

Para corroborar com esta reunião... Senadora Lídice da Mata, V. Exª vai assinar em outra comissão, mas volte, porque vamos discutir um problema muito importante relacionado com os interesses da Bahia.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional realiza, em parceria com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, uma mesa redonda para debater a relevância do trabalho do turismólogo para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil.

Os convidados já foram anunciados.

Está aprovado este requerimento.

Antes, eu gostaria de lembrar que, no dia 25 de fevereiro deste ano, eu ocupei a tribuna do Senado para fazer um alerta sobre a baixa vazão do Rio São Francisco e suas graves consequências para a população do Baixo São Francisco. Na oportunidade, lembrei aos presentes a importância do nosso Velho Chico, que fornece água para centenas de famílias, peixes para a alimentação, gerando renda para os pescadores artesanais, irrigação para a agricultura local, além dos atrativos turísticos.

Destaquei que todos os benefícios ficam comprometidos quando a vazão do rio é reduzida como está acontecendo agora. E não estamos falando de uma redução periódica e natural, resultante da alternância das cheias e das vazantes, mas de uma redução provocada pelo próprio homem. Os dados são alarmantes. Logica-

mente, nós temos a estiagem prolongada que se abateu sobre a região, que interfere na vazão, mas os dados são alarmantes.

No ano passado, a vazão mínima praticada no mês de março pelas hidrelétricas de Sobradinho e Xingó era de 1.400 m^3 por segundo. Já, neste ano, com a autorização dos órgãos do setor, essas usinas estão trabalhando com a vazão de 1.100 m^3 por segundo, abaixo, portanto, da vazão mínima de 1.300 m^3 por segundo. Essa redução gera consequências graves, e algumas vezes irreversíveis para todo o SubMédio e o Baixo São Francisco, regiões que englobam quatro dos cinco Estados banhados pelo rio: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Por isso é preciso discutir as consequências e medidas tomadas pelo setor elétrico que afetam a vazão e, consequentemente, as vidas dos que dependem do São Francisco para sobreviver.

Por isso fui autor do Requerimento nº 4, de 2014, que propôs a realização desta audiência em que vamos debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água no âmbito da Bacia Hidrográfica do São Francisco e, também, a queda do *royalties* transferidos aos Municípios pela Chesf.

Tenho certeza de que esta audiência nos ajudará a pensar em medidas para solucionar o problema e permitir a sobrevivência e a qualidade de vida de tanta gente no norte de Minas e no Nordeste que depende do nosso Rio São Francisco.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 4, de minha autoria, com a finalidade de debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água no âmbito de sua bacia hidrográfica e a queda dos valores dos *royalties* transferidos aos Municípios do sistema Chesf, com a presença de convidados que já se encontram nesta Comissão.

Eu queria registrar que o Município de Canindé de São Francisco, que também é um Município produtor de energia elétrica, e tem como Prefeito o Pastor Heleno, vai sofrer um baque muito grande com a queda da arrecadação dos *royalties* da energia elétrica. Ele me falou que, neste ano, o seu Município, que é um Município pequeno – é o Município mais distante do Estado do Sergipe, que fica a apenas 200km da capital –, vai sofrer uma perda, neste ano, de aproximadamente R$20 milhões. Isso implica várias consequências na administração da prefeitura, prejudicando os serviços de saúde, de educação, as obras de infraestrutura, os programas sociais que já foram construídos ao longo da administração do Prefeito Pastor Heleno.

Por isso, a minha solidariedade ao povo de Canindé de São Francisco, a minha solidariedade ao Prefeito Pastor Heleno e a todos os Municípios que fazem parte da Bacia do São Francisco e que estão sofrendo as consequências da estiagem, a queda da produção de energia elétrica e a queda dos *royalties*, que são transferidos anualmente aos nossos Municípios.

Registro a presença da nossa Senadora Lídice da Mata, ex-Prefeita de Salvador e pré-candidata ao Governo do Estado da Bahia, administradora provada e comprovada não só por suas qualidades como executiva, mas, acima de tudo, por sua conduta ética, decente, de respeito ao dinheiro do povo; e também do nosso Líder do PSB, Rodrigo Rollemberg, que é o quarto Senador de Sergipe e o terceiro do Distrito Federal. Ele é sergipano, de uma família ligadíssima ao nosso Estado de Sergipe, filho do ex-Ministro Armando Rollemberg, que exerceu tantos relevantes serviços ao nosso País, e, hoje, exerce a alta função de Líder do nosso Partido, conduzindo, com muita maestria, esse trabalho de articulação política para o fortalecimento da nossa causa no Senado Federal. Ele também é pré-candidato ao Governo do Distrito Federal. Que Deus o ajude nesta batalha insana para melhorar a vida do nosso querido povo da Capital Federal.

Quero convidar para participarem da Mesa o Sr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, representante do Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA, que aqui falará como representante essa grande Agência, sobre os assuntos a que me referi; o Sr. Hélvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorizações – Sr. Joaquim, seja bem-vindo!; Sr. Romeu Donizete – seja bem-vindo! –, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o Sr. Mozart Bandeira Arnaud, Diretor de Operação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), representando o Sr. Marcos Aurélio Madureira da Silva, Presidente da Chesf; o Sr. Tadeu Ferreira da Silva, representante da Codevasf, aqui representando o meu amigo Elmo Vaz Bastos de Matos, que já esteve aqui discutindo assuntos da sua empresa. E convido também o Sr. Wagner Soares Costa, Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e o Sr. Luiz Carlos Souza, Coordenador-Geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas, nosso conterrâneo – é um prazer recebê-lo!

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 15 minutos, para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação.

Quero, então, conceder a palavra ao Sr. Hélvio Neves Guerra, um dos palestrantes, que me pediu para falar primeiro.

V. Sª tem a palavra, por 15 minutos.

Quero informar aos presentes que a TV Senado está transmitindo, ao vivo, esta audiência pública.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Inicialmente, cumprimento o Senador Valadares, os demais Senadores presentes, a Senadora Lídice da Mata, os meus companheiros de Mesa. Tenho uma pequena e breve apresentação. Gostaria que, se fosse possível... *(Pausa.)*

Quero agradecer o convite para participar desta apresentação, desta discussão, sobre tema tão importante. E, do lado da Aneel, eu gostaria de falar um pouco sobre a questão da compensação financeira que é recolhida pelas usinas hidroelétricas para uma espécie de compensação pelo uso dos recursos hídricos que as hidroelétricas fazem.

Primeiramente, eu gostaria de falar sobre a origem da compensação financeira, comumente conhecida como *royalties* também. A rigor, a compensação financeira é aquela que é paga por todas as usinas hidroelétricas, exceto Itaipu – formalmente, Itaipu é considera como *royalties* efetivamente. Então, a origem está no art. 20 da Constituição Federal, §1º, que assegura aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, certamente, e a alguns órgãos da Federação a participação nos resultados da geração de energia elétrica e a geração que usa os recursos hídricos.

Essa disposição da Constituição foi regulamentada na Lei nº 7.990, de 1989, e ela instituiu, efetivamente, a compensação financeira e estabeleceu que todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que têm áreas afetadas pelos reservatórios das hidroelétricas têm direito a receber uma compensação financeira; essa compensação financeira estabelecida pela Constituição Federal

A Lei nº 7.990 foi depois alterada pela Lei nº 9.648 e depois pela Lei nº 9.984, que é a Lei de criação da Agência Nacional de Águas. Posteriormente, a Lei nº 8.001, de 1991, estabeleceu como deveria ser feita a distribuição para os beneficiários. Ela definiu quais percentuais seriam para os beneficiários – vou falar um pouco mais à frente quais são esses percentuais – e, na verdade, ela traz uma regulamentação da Lei nº 7.990, depois também alterada por um conjunto de Leis: a 9.433, a 9.993 e a 9.984.

Fiz aqui um breve histórico da regulamentação pela Agência Nacional de Energia Elétrica, ou seja, um conjunto de resoluções da Aneel, todas elas em 2001, então, posteriormente à Lei 8.001. A primeira delas, que estabeleceu as diretrizes e os procedimentos para fixação da atualização de uma tarifa que serve como base para o cálculo da compensação financeira, nós chamamos de TAR – Tarifa Atualizada de Referência –, que é revista a cada quatro anos. Durante o período de vigência desta tarifa, ela é corrigida pelo IPCA. A Resolução nº 67, também de 2001, com procedimentos de cálculo e recolhimento da compensação. Então foi definida a tarifa que serve de base, depois a forma como deveria ser calculada. A Resolução nº 87 divulgou os percentuais das áreas inundadas. Foi feito um levantamento de todas as hidroelétricas para definição e identificação das áreas inundadas, que servem como base para o repasse dos recursos para os Municípios, especialmente para os Municípios; a metodologia de rateio, como deveria ser feito o rateio e, finalmente, os valores e os coeficientes de repasse por regularização, também vou falar um pouco à frente como se dá essa questão da regularização.

A arrecadação da compensação financeira segue essa forma. A compensação financeira equivale a 6,75% do valor da energia gerada multiplicada pelo valor dessa tarifa que foi definida como tarifa atualizada de referência. Então, no caso, a compensação financeira de um determinado mês corresponde a esse valor, 6,75% vezes a tarifa para a energia gerada naquele mês.

A Tarifa de Referência é fixada com base no preço médio da venda da energia para as distribuidoras. Então, ela exclui desse cálculo todos os encargos setoriais, os tributos e os custos de transmissão.

Então, em 2014 a Tarifa de Referência que está sendo utilizada, que é a que está em vigor atualmente, corresponde a R$79,87. Isso foi homologado pela Aneel ao final de 2013. Normalmente, a tarifa é homologada em dezembro do ano anterior e ela é revista, como eu disse antes, a cada quatro anos e é atualizada pelo IPCA.

Aqui, eu coloquei algumas questões que me parecem importante para serem debatidas e para serem compreendidas por todos aqueles que são beneficiários e afetados pelos reservatórios das hidroelétricas. Então, a primeira questão é: quem paga a compensação financeira? São todas as usinas hidroelétricas que têm concessão. Aqui há uma diferenciação entre aqueles empreendimentos que são concedidos e aqueles que são autorizados. As hidroelétricas que são concedidas e que têm potência maior do que 10MW. Então, todos esses empreendimentos são obrigados a recolher um valor correspondente à compensação financeira. E quem não paga? Quem não paga são as PCHs. Isto está definido em lei. Então, todas as PCHs, todas as usinas que têm potência até 30MW e que têm tamanho e algumas condições para que elas sejam consideradas PCHs, sendo uma delas o tamanho do reservatório. Então, o reservatório de uma PCH, para ser considerada uma PCH, não pode ter mais do que 3km$^{2.}$

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – PCH é uma sigla?

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Essa denominação se tornou tradicional no setor elétrico. Então, a grande usina, ou seja, as usinas acima de 30MW, são chamadas de Usinas hidrelétricas (UHEs) e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são aquelas que têm potência abaixo de 30.

O autoprodutor, ele também não paga compensação financeira, desde que as instalações da sua carga, ou seja, as instalações que consomem aquela energia estejam no mesmo Município em que está instalada a usina, porque se for em Município diferente, mesmo o autoprodutor tem que recolher a compensação financeira.

A distribuição dos recursos da compensação financeira é feita dessa forma. Então, nós temos ali o cálculo da compensação, aqueles 6,75%. Então, 6% são distribuídos daquela forma como está na tela. Os Estados recebem 45% desse montante; os Municípios, os outros 45%; o Ministério do Meio Ambiente recebe 3%; o Ministério de Minas e Energia recebe 3%; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 4%. O restante, o 0,75%, também é destinado ao Ministério do Meio Ambiente, mas ele é destinado especificamente para a Agência Nacional de Águas (ANA). Então, esse 0,75% tem como finalidade a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – tenho certeza que o Dr. Joaquim falará sobre essa questão.

O rateio entre os Municípios se dá por dois critérios.

O primeiro critério é o ganho, o chamado ganho de energia por regularização. O que significa o ganho de energia por regularização? Benefícios que um reservatório pode ter sobre a quantidade de energia gerada em outras usinas, ou seja, é o que uma usina consegue aumentar a geração de uma outra usina. Então, uma usina que está a montante – chamamos de a montante aquela que está acima, em um determinado curso d'água, de uma outra, normalmente essa usina, muitas vezes essa usina serve como uma espécie de caixa d'água para a usina que está como nós chamamos de a jusante, está abaixo daquela. Então, aquela usina que está abaixo consegue gerar um pouco mais de energia por conta da usina que está acima – e isso é chamado de regularização. Então, a usina que está abaixo repassa uma parte da sua compensação financeira, pela energia que ela gerou, para a usina que está acima. Portanto, os Municípios que são atingidos pela usina que está acima recebem uma parte da compensação financeira correspondente àquela outra usina que está abaixo.

E o outro critério é a área inundada pelo reservatório.

Este diagrama é para ilustrar o que eu acabei de colocar sobre a questão da regularização. Então, a usina que chamamos a montante, que está acima no rio, consegue servir como espécie de caixa d'água para as usinas que estão abaixo. Então, a usina que está lá embaixo – aquela última, terceira, no quadro – consegue gerar um pouco mais de energia por conta daquela usina que está lá em cima. Então, a geração, a compensação recolhida pela usina que está lá embaixo é repassada para a usina que está em cima.

Área inundada. Aqui eu coloquei o caso de Sobradinho, que tem ali os Municípios que são atingidos pelo reservatório. E a proporção da sua área inundada serve como base para o recolhimento. Por hipótese, um determinado Município que tem 30% da área inundada pelo reservatório receberá 30% da compensação financeira, e assim sucessivamente.

Quando que a usina começa a pagar a compensação financeira? Quando ela inicia a operação comercial da primeira unidade geradora. Então, em uma situação real, a Usina de Santo Antônio, a Usina de Jirau, que já iniciaram a operação das suas primeiras unidades geradoras já estão recolhendo a compensação financeira.

Aqui é a forma como ela é distribuída ao longo do tempo. A geração é informada sempre, obrigatoriamente, até o 20º dia do mês da geração – a empresa informa qual é a geração – e, no segundo mês, a partir da geração, ela tem a obrigação de recolher o valor que, depois, até o último dia do segundo mês é distribuído para os Municípios e todos os beneficiários. Quem faz essa distribuição é o Banco do Brasil. Então, os recursos são recolhidos para o Tesouro e o repasse para os beneficiários é feito pelo Banco do Brasil.

Aí temos a questão que talvez seja a que mais nos chama atenção, aquela que talvez seja objeto dessa audiência: por que o valor da compensação varia todo mês? O valor da compensação varia, porque a geração pode variar mês a mês. Esse é o fato. O valor da compensação financeira é uma função direta da quantidade de energia gerada pela usina, como nós colocamos no início da apresentação. Então, a geração variou, para mais ou para menos, o valor da compensação financeira vai variar para mais ou para menos.

A energia gerada não é definida exclusivamente ou especificamente pela usina, mas pelo despacho que é feito pela ONS, pelo Operador Nacional do Sistema, que define quais são as usinas que vão gerar e qual quantidade de energia será gerada. Para fazer esse despacho das usinas, ele considera a situação plena do sistema, olhando qual é a demanda, olhando a capacidade do sistema de gerar, olhando as termoelétricas, olhando as hidroelétricas, então, ele faz o despacho de cada uma das usinas.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Quase terminei no tempo, Senador. Só mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Claro.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Então, como se obtém essa informação de quantidades ou valores que são recolhidos, quantidade de energia gerada? Isso tudo está disponível no *site* da Aneel. É possível, na página da Aneel, identificarmos qual o valor que cada um dos Municípios recebeu a cada mês, desde o início

da operação da usina. Então, essas informações estão totalmente disponíveis e podem ser acessadas por um dos *links* do *site* da Aneel.

Ao encerrar, coloco-me à disposição.

Existem alguns dados que eu não coloquei no eslaide, mas que, eventualmente, posso falar sobre eles, que dizem respeito aos valores, por exemplo, de alguns reservatórios, como Sobradinho e Xingó – o Senador falou sobre Canindé do São Francisco, que é um dos Municípios afetados pelo reservatório de Xingó –, então, tenho alguns dados sobre os últimos recolhimentos, os últimos valores recebidos. No caso de Canindé do São Francisco é o Município que mais recebe, proporcionalmente, da usina de Xingó. Ele recebe cerca de 40% do valor recolhido pelo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, o senhor guarda esses dados porque daqui a pouco vamos fazer essas perguntas.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – O.k..

Fico à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero agradecer ao Dr. Hélvio Neves Guerra por essas explicações tão claras, didáticas até, que evidenciam o conhecimento que V. Sª tem dessa questão.

Srs. Senadores e todos aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado, quero dizer que nós sabemos a gravidade da situação ora reinante no sistema Chesf tendo em vista a longa estiagem que se abateu sobre a região, queda de produção de energia elétrica e, consequentemente, redução das transferências chamada compensação financeira para os Municípios.

Concedo a palavra, agora, ao Dr. Mozart Bandeira Arnaud.

Antes, porém, queremos avisar também aos internautas que podem utilizar o serviço de interatividade do Senado, que permite ao cidadão encaminhar perguntas e comentários.

Com a palavra, o Dr. Mozart Bandeira Arnaud.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – Bem, bom dia a todos!

Gostaria, inicialmente, de saudar o Senador Valadares, de Sergipe, e dizer, Senador, que ontem, inclusive, recebemos lá na empresa o Prefeito de Canindé do São Francisco, e conversamos bastante sobre as enormes e grandes, imensas dificuldades que está vivendo no equacionamento de suas receitas o Município.

Registrar que o presidente da Chesf, que foi convidado para esta audiência, não pôde estar presente devido a compromissos assumidos, e pediu-me que o representasse aqui. Eu sou Diretor de operação da Chesf há 37 anos.

A Chesf fez agora, dia 15 de março, 66 anos de convivência com o Rio São Francisco, este importante rio brasileiro e importantíssimo para o Nordeste há bastante tempo.

Sr. Presidente, eu trouxe uma apresentação e procurarei fazê-la dentro dos 15 minutos disponíveis.

Temos, aí, um sumário do que a gente pretende falar. O primeiro ponto são os aspectos legais.

O setor elétrico é, talvez, um dos setores brasileiros mais regulados. Ele tem normas bem claras e é muito transparente para a sociedade. Hoje todos os *sites*, quer da Agência e quero aqui registrar a transparência que a Aneel tem dado a todos a sua atuação para a sociedade, Operador Nacional do Sistema e as empresas de maneira geral, mas nós temos regras e diretrizes estabelecidas, em que a defluência mínima admitida para a operação do trecho Sobradinho-Xingó é 1.300. Isso é o que está na licença de operação Xingó. E tem ano a ano feito um inventário de restrições operativas para o operador nacional, onde pode e deve acontecer a participação da sociedade; nesse trabalho, a ANA se envolve fortemente.

Todo o procedimento do setor elétrico, ele considera a vazão de afluente em condições de normalidade mínima de 1.300.

Quero dizer que as hidroelétricas, além da produção de energia elétrica, uma grande importância das hidroelétricas em todo o sistema hídrico é a regularização dos rios.

O plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do São Francisco, de que a Chesf faz parte – e eu represento a Chesf no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – tem uma discussão intensa sobre o que denominamos a vazão mínima ecológica, que hoje provisoriamente é considerada de 1.300, e há reclamos, Senador, e discussões, entre os usuários diversos das Bacias até de elevação dessas vazões. O rio sente falta de muitas das suas atividades hídricas. As cheias que acontecem, as vazões mais relevantes. Lembrando que o São Francisco também tem vazões pequenas. Há períodos em que, se não existisse sistema de barragem, o São Francisco, em determinado instante do ano, pode ter vazões de 600 metros cúbicos por segundo. E as barragens regularizam isso. Mas essa discussão existe no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, inclusive uma entidade muito atuante, Senador, importante está aqui presente.

Bem, o ONS, agora, recentemente em 2013, explicitou o comportamento hidrológico que estávamos tendo na Bacia do São Francisco, que são aquelas chuvas de Minas, que foi de dificuldade, explicitou a necessidade de operar com vazões menores do que 1.300. Até, Senador, essa não é a primeira vez que acontecesse isso. Nós já temos histórico desde lá de 2001, que vem acontecendo, em períodos críticos de hidrologia, a necessidade de operarmos com vazões menores. Essa discussão iniciou em março de 2013, e nós só fomos operar, porque há toda uma interação feita com a ANA e com o próprio Comitê da Bacia sucessivas reuniões, a partir de maio de 2013, é que vem se praticando, autorizado pela ANA e pelo Ibama, inclusive com condicionantes. A Chesf foi obrigada a contratar uma consultoria para monitorar a questão da qualidade da água, monitorar erosões, monitorar cunha salina. Isso foi feito, vem sendo feito e nós temos reuniões sucessivas, a cada mês, na Agência Nacional de Águas, em que são apresentados relatórios detalhados dessa operação.

A ANA estabeleceu, na sua autorização, a necessidade e a Chesf tem esse papel. A Chesf hoje faz o relacionamento com todos os agentes, o que é um conflito sempre presente do uso da água. O representante da Aneel aqui falou. Quem está a montante, acima de uma barragem, ou a jusante, abaixo de uma barragem, há sempre um conflito natural. Quem está a montante quer que solte menos água, quem está a jusante quer que solte mais água, o que é natural. Então, a Chesf tem essa relação com todos e busca sempre ser a interlocutora para definição da política de operação.

Bem, nós temos pontos de controle dessas vazões que são rigorosamente cumpridos. São disponibilizados para a sociedade, inclusive diariamente, tanto no *site* da ANA, como no *site* da Chesf, as vazões que estão sendo praticadas em cada posto. Nós temos todo um monitoramento de poços, não só de vazões, como de índices de chuvas, ao longo da Bacia do São Francisco, em alguma parte diz respeito à Chesf, porque a Chesf é a operadora.

Bem, o Ibama também faz o monitoramento e nós encaminhamos sistematicamente relatórios também para o Ibama, dando o monitoramento de tudo o que está acontecendo no São Francisco através desses relatórios que são sistematicamente emitidos e estão à disposição não só desta Comissão, como da sociedade.

Nós divulgamos todo o sistema de informação a cada alteração de vazão. Nós temos o conhecimento prévio da região. Sabemos que não podemos praticar alterações de vazões significativas abruptas. Isso é feito sempre com a preocupação com as consequências para a sociedade.

Nós temos interações e, ao longo dessas operações, até já conhecemos e identificamos alguns dos problemas que surgem. Surgem problemas, por exemplo, com a navegação. A navegação que no São Francisco ocorre através da Icofort, que são chatas transportando produções que existem e que utilizam a nossa eclusa lá em Sobradinho. Já temos uma prática de toda uma convivência com a navegação, em que estabelecemos períodos em que praticamos como que uma onda com uma vazão significativa, para que o comboio possa seguir a sua viagem sem que tenha problema ao longo do percurso, mas isso é um problema para a navegação também. A navegação é um agente que está sempre presente nas discussões do São Francisco.

Essa vazão de 1.300, mesmo na condição normal, já traz alguma dificuldade à navegação no São Francisco. Talvez haja a necessidade de alguma ação no Rio São Francisco para que a navegação possa ocorrer de uma maneira mais fácil. A Casal, que é a distribuidora de água do Estado de Alagoas, apresentou dificuldades lá no Município de Pão de Açúcar, numa adutora. A Chesf chegou a alterar inclusive a prática de vazão, informando a ANA. Foi importante aqui até a Aneel ter dito que não é a Chesf que determina hoje que vazão vai ser praticada em cada barramento. É o operador nacional do sistema que otimiza essa energia no Brasil.

A energia elétrica e hidráulica, no Brasil, é quase um condomínio. Os geradores existem nas diversas bacias brasileiras e o operador diz quem vai gerar a sua energia para atender o País, porque o sistema é interligado. Os contratos de cada gerador são respeitados e existe a Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que faz todo esse ajuste, de maneira que não importa se o gerador gerou mais ou menos. Ele tem os seus contratos respeitados. Esse é um modelo que é muito bom do sistema brasileiro, porque ele consegue otimizar energia. Essa operação ganha, sob o ponto de vista energético, valores superiores ao que representa a Usina de Itaipu. Isso é uma coisa muito positiva para o Brasil.

Há o problema com os pescadores. A colônia de pescadores... Tivemos até que atender a uma vazão relevante para uma grande festa que ocorre no Nordeste dos pescadores, e nós fizemos isso.

Nós temos a Prefeitura de Penedo, com um evento até religioso e importante. Nós tivemos alterações. A Prefeitura de Propriá... A Prefeitura de Petrolândia tem um problema grave de abastecimento. Ontem mesmo, estava conversando com seu Prefeito, porque eles captam no Lago de Itaparica. Quando o Lago de Itaparica cai abaixo de 30% traz dificuldades também. Essas coisas a Chesf é interlocutora. Ela hoje não está nem autorizada a alterar o valor de prática de uma vazão sem que seja autorizada pelo operador.

Temos, ali, algumas fotos em que mostramos algumas situações como a navegação. Temos as chatas, que trafegam pelo São Francisco, levando produção de grãos. Há o caso da Casal, que a Chesf, por sua própria iniciativa, esteve no local e emprestou até alguns bombas para o período. A Casal buscou equacionar.

Agora, é importante registrar aqui que hoje a Chesf, com a renovação das concessões, detém, apenas nos casos da Usina de Paulo Afonso e Xingó, uma receita para operar e manter a usina. Ela não detém, inclusive, mais energia. Na renovação das concessões que, corretamente, o Governo brasileiro está dando esse ganho à sociedade por meio das cotas. Então, a energia que a Chesf detinha, não mais detém, tanto que a Chesf teve uma fortíssima redução de receita por conta de ela hoje só receber a receita de operação e manutenção. Mas quando esses contratos são colocados para atender todo o mercado brasileiro por intermédio de consumidores, a compensação financeira pelo uso da água continua sendo paga pelos moldes antigos. Mas não é mais um recurso para o caso de Paulo Afonso e Xingó pago pela Chesf, desembolsado por ela. Na verdade, ela hoje recebe apenas a receita correspondente à operação e manutenção dessas usinas. O caso de Sobradinho, não, porque a concessão ainda não foi encerrada e ela vai acontecer em 2022.

Aqui temos a compensação financeira, que foi muito bem-explicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Realmente há sempre uma variação feita em função da energia que é produzida que, como foi dito aqui, não é o gerador que define o que se vai produzir, mas sim o operador nacional quando aloca as energias em diversas hidroelétricas brasileiras. Mas é um valor relevante. O setor elétrico já pagou mais de R$1,8 bilhão, desde que foi instituída, no ano de 2001, a compensação financeira pelo uso da água. Isso é só a Bacia do Rio São Francisco. A gente, ao clicar naquele *link* (por favor), nós vemos tudo o que já foi explicado aqui pela ANA. Nós temos... Como eu falava do São Francisco, a ANA tem um papel articulador institucional de promover toda discussão estratégica do uso da água. A água é um problema, sim! É um problema que o Brasil e o mundo vão enfrentar sempre. Eu até defendo, como cidadão nordestino (sou paraibano), tenho 37 anos na Chesf, como eu disse, e acho que o setor elétrico, digo que, para o Nordeste, infelizmente, o São Francisco ainda é muito usado pelo setor elétrico. Ele deveria ser a fonte de água para nossa Região. O setor elétrico pode, deve e vai buscar, não tenho dúvida, outros equacionamentos por meio de fontes, mas a operação do São Francisco tende a ser cada vez mais hídrica. A elétrica é consequência daquilo que a sociedade venha a determinar como sendo a operação ótima do São Francisco. E aí, sim, as usinas irão gerar em função daquela água que é passada por suas turbinas.

Então, a interligação de Bacias do São Francisco, que é um problema que o Nordeste precisa de fato. O Comitê sempre foi muito crítico e correto com as responsabilidades que tem de gerir esse manancial de água importante para o Brasil, que é o São Francisco, mas ela é uma necessidade. Eu acho que o sistema de barragens, tão criticado, eu entendo que ele é importante até para que se faça a gestão das águas, que nós vamos ter que gerir. Nós estamos vivendo um momento, no nosso País, onde temos cidades importantíssimas com dificuldades no Nordeste. No Nordeste, a seca é terrível, e há muitos Municípios já com colapso. E nós vemos agora São Paulo também com dificuldades. Então, a água é uma coisa que se a gente pudesse gerir a água, quem sabe, até discutir a possibilidade de trazermos água do Tocantins para o São Francisco ou qualquer outra ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – ... até poderemos gerir a água.

Aí está a redução de receita. Como eu disse, conversamos com o prefeito. Foi uma redução de 28% em 2013. E quando essas reduções acontecem de uma forma abrupta e significativa, porque todos os anos elas acontecem, mas não são tão significativas. Mas em momentos como esse, em que já houve uma queda, em 2013, de 28%; em 2014, infelizmente, vai ser maior ainda a queda, vai ser maior ainda a queda da receita.

Então, temos que buscar, Senador – o senhor está correto – um certo equacionamento para isso via outra forma, porque realmente é um impacto muito grande lá no Município importante, sergipano, que é Canindé do São Francisco, que perdeu uma receita, não só ele como outros Municípios também da Bacia Hidrográfica do São Francisco estão perdendo. Com relação a essa receita, não é a Chesf a responsável, como foi dito aqui, mas é de fato a alocação de energia e a questão hídrica.

Hoje eu digo, Senador, que nós estamos com Sobradinho com um pouco mais de 53% do seu volume, quase 54; Três Marias, não, está muito baixo; Três Marias está com um volume abaixo de 20%. Mas o maior manancial de água hoje, sob o ponto de vista energético, no Nordeste, é Sobradinho, e está com 54%. E a gente vem operando desde maio do ano passado com essa possibilidade da defluência mínima. É também uma segurança hídrica para o Nordeste, porque se nós tivermos outros ciclos ruins, sob o ponto de vista hidrológico, se a gente tivesse praticando vazões maiores no São Francisco seria possível que a gente tivesse hoje já com o São Francisco com volumes bastante reduzidos.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Dr. Mozart Bandeira Arnaud, por sua colaboração a essa discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Por gentileza. É só para nós não perdermos o raciocínio da situação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Ivo Cassol, com muito prazer.

V. Exª tem a palavra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado.

Eu quero aqui cumprimentar todos os envolvidos nessa discussão.

Eu queria até aproveitar o Bandeira aqui e dizer que, com relação ao período de chuvas, está todo mundo preocupado com a retirada da água do São Francisco para fazer irrigação e para atender às cidades. Há muita gente preocupada com essa situação. Eu tenho certeza que o senhor falou que a sobrevivência humana é fundamental. Portanto, a água tem que ser utilizada com multiuso. Eu lembro até que o senhor falou que a questão da energia não é tão fundamental. Eu acho que todas as duas são fundamentais na questão do São Francisco. Por quê? Porque a água de todo jeito vai passar. E se ela passou e rodou uma turbina, o lucro é para o Brasil. Então, isso é importante. Da mesma maneira, pode-se utilizar da água para baixo. É lógico que se se utilizar para cima não vai gerar energia. Mas é importante fazer o Nordeste ficar como Petrolina, região que hoje é um polo fundamental de fruticultura.

Mas nós estamos no ciclo final das águas nas cabeceiras do São Francisco. Quanto tempo ainda nós temos de chuva para poder... Eu ouvi o senhor falar sobre uns dados da questão dos reservatórios: um está com 30%; outro está com cinquenta e pouco. Qual é a expectativa que nós temos ainda do período chuvoso? Quantos dias nós temos? Quantas semanas nós temos? Quantos meses nós temos? Nós estamos no final do período chuvoso ou estamos no começo do período chuvoso lá naquela região que abastece o Rio São Francisco?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Dizem que no Brasil há as águas de março e chuvas mil em abril.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Chuvas o quê?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Chuvas mil.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Mil quer dizer o quê?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Que se espera muita chuva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Ivo Cassol, eu sei que V. Exª fez logo essa pergunta...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Era só para aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª pretende sair da audiência?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Eu também tenho outra audiência, porque nós aqui, Sr. Arnaud, somos membros de várias ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Nos dias de quarta-feira principalmente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – ... Comissões ao mesmo tempo na quarta-feira.

Eu só fiz essa pergunta, sabe por quê? Para não para não perder o raciocínio. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – De forma breve, V. Sª pode responder.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – O período úmido, o período de maiores chuvas do São Francisco vai de novembro a abril. Portanto, ainda temos o mês de abril, mas já começa a decair. A média de longo termo, a maior média é em março.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quantos milímetros?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Então, cá entre nós, coisa vai ser crítica.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – Estamos, agora, com a vazão... E estamos tendo anos críticos. Agora, o setor elétrico dispõe de outros recursos, geração térmica, que V. Exªs conhecem, apesar de mais caro, mas é um seguro, a energia mais cara é a que não existe.

Quando falei que a questão hídrica é mais importante, Senador, desculpe-me, mas concordo com V. Exª, porque acho que a energia elétrica tem outros equacionamentos: a água é mais difícil o equacionamento, e a energia elétrica passa a ser importante pela consequência, se passa água, vamos gerar energia, com certeza, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É multiuso, né? A minha preocupação só, Presidente, é o caso de São Paulo hoje. Quem diria, que na capital do Estado faltar água potável. Lá no Nordeste, tudo bem, quando fala do Nordeste, o pessoal já tem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agora, vamos ouvir o povo, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Wagner Soares Costa.

Temos que ouvir os produtores, os irrigantes, aqueles que dependem das águas do Rio São Francisco. Por isso, concedo a palavra ao Sr. Wagner Soares Costa.

O SR. WAGNER SOARES COSTA – Bom dia a todos!

É um prazer muito grande estar aqui para falar sobre a Bacia do São Francisco, discutindo esta questão de disponibilidade de água, num período em tempo de mudança climática. A situação tem-se agravado, e é importante para nós abrirmos este debate para encontrarmos uma maneira de vencer essa situação.

Justifico a ausência do nosso Presidente Anivaldo Miranda, que foi convidado pelo Fórum Nacional das Águas, para participar de um congresso no Vietnã, sobre rios transfronteiriços.

Bom, estamos com um probleminha ali de lançamento de imagem, porque a gente tem uma colocação a ser feita, mas vamos adiantando.

O Comitê da Bacia é um ente formado por 60 representantes do Poder Público, incluindo os Poderes Federal, Estadual e o Municipal, dos usuários da indústria, representantes do setor de mineração, navegação, pescadores, agropecuária, turismo e representantes da sociedade organizada.

Ele possui uma divisão, vamos dizer, territorial, temos quatro câmaras consultivas regionais, compostas de membros dos Comitês de Bacias afluentes do São Francisco. Então, temos uma Câmara no Baixo, uma no SubMédio, uma no Médio, uma no Alto São Francisco, que são fóruns de discussão das questões de recursos hídricos da Bacia do São Francisco e que fazem um encaminhamento da temática e busca soluções para as questões do São Francisco.

Temos trabalhado bastante nesse processo, utilizando os recursos da cobrança pelo uso da água para implementar os projetos hidroambientais, que são projetos destinados às cabeceiras dos rios, de proteção das cabeceiras dos rios. Hoje, estamos aí com 32 projetos espalhados por toda a Bacia. Estamos preparando, agora, a revisão do Plano Decenal, para que a gente possa dar diretriz e objetivo para ação do Comitê da Bacia. Temos trabalhado o Pacto das Águas, que é a tentativa de identificar os órgãos que têm recursos aplicados da Bacia e fazer uma coordenação de aplicação e uma coordenação de que os objetivos dos órgãos sejam os mesmos objetivos que o Plano Decenal determinar. Então, essa é a função do Comitê dentro da Bacia do São Francisco.

Temos uma visão crítica. Às vezes, o nosso comportamento incomoda, porque a nossa visão é de proteção do Rio São Francisco.

Só para adiantar, no dia 3 de junho, nós vamos fazer um dia de defesa do São Francisco. A gente pretende que em toda a Bacia tenhamos manifestação, não de denúncia, mas de defesa, de chamar a atenção de todos para que o São Francisco tenha uma atenção especial nesse processo.

Bom, dito isso, quais são as nossas questões, as questões que o comitê tem levantado muito? É que essa prática da vazão mínima, chamada reduções emergenciais, deixaram de ser reduções emergenciais. Elas estão recorrentes. Elas estão se repetindo, como o Dr. Mozart colocou aqui, desde maio de 2013. Desde janeiro de 2013 nós estamos conversando sobre isso. E o que nós estamos pretendendo não é que elas tenham essa denominação de reduções emergenciais; o que nós estamos querendo é o seguinte: é um programa, uma coisa que seja previsível, que todos os usuários tenham aquilo como referência e possam se programar para atender a uma nova situação de vazão.

Então, hoje, como acontece? A redução da vazão tem muito mais uma condicionante de segurança de geração de energia. Quer dizer, os usos, os demais usos não têm a qualificação de importância para participar desse processo de redução de vazão mínima, porque ela está baseada nessa segurança energética.

Com o recrudescimento dessa seca, antes, o que era um problema exclusivo do Baixo São Francisco, agora está chegando ao Alto São Francisco. Chegou agora a Três Marias. Quer dizer, a Represa de Três Marias está com um indicativo de redução da vazão de 350m^3 atuais para 200m^3/s, quando a vazão normal é 500m^3/s. Então a gente vê que a crise está se agravando.

Veja bem, um problema que a gente tem é que as solicitações de redução são feitas num curto prazo, em geral no último mês, no último dia da necessidade, e a aplicação dela é praticamente imediata. Quando ela é praticamente imediata, não há tempo suficiente para que os demais usuários se adaptem a essa questão. Então é do tipo assim: dia 31 pediu para prorrogar para o próximo mês, e entra-se, na prática, no dia 1º. Ora, como é que uma prefeitura, que tem um sistema de bombeamento calcado num nível de água do rio, tem condições de, em 24 horas, modificar esse sistema de captação para atender à nova situação?

Outro ponto também que nos tem preocupado sobremaneira, é que não se tem feito ainda e estudado a fundo, são os impactos dessas reduções para o meio ambiente. Como é que está a situação da biótica do rio, do meio ambiente como um todo, de erosão? E também as questões de impacto social e econômico, nós não temos isso. Os estudos que são apresentados têm, sim, condicionantes. A gente percebe que a ANA aplica as condicionantes. Então, basicamente, são comunicações à sociedade. E a comunicação à sociedade tem sido feita por rádio, por *e-mail*, não é uma comunicação massiva, em que toda a bacia possa interpretar essa necessidade.

Há também a questão dos estudos da excepcionalidade da navegação, e isso tem sido atendido. Há os relatórios de acompanhamento, como o Dr. Mozart colocou aqui, que têm sido feitos. Exigem algumas medidas mitigadoras, mas não existe essa exigência dos estudos de impacto. Como é que nós estamos? Qual é o impacto efetivo, nesse último ano, dessas reduções emergenciais que a gente pode trabalhar?

Então, a metodologia até então programada não tinha uma transparência para o Comitê, quer dizer, o Comitê não compreendia, não entendia como é que se estabelecia essa necessidade.

Por ação do nosso Presidente e pela solicitação da plenária, o Comitê, então, buscou fazer com que esses órgãos, o ONS, a Aneel, o Ibama, a Chesf se encontrassem regularmente a partir do indício, ou seja, quando ela começou a ficar recorrente, fazer reuniões periódicas para se debater e discutir, porque o nosso interesse não é formar opinião contra; o nosso interesse é formar opinião para a solução do problema.

Então, começamos a fazer reuniões periódicas, hoje e quarta-feira, e na sexta-feira nós vamos fazer a quinta reunião periódica, e, nessa quinta reunião, a gente vai discutir uma metodologia apresentada pela ONS que cria uma possibilidade de essa comunicação ser antecipada em 60 dias.

É bom? A gente ainda não sabe se ela, realmente, vai ser adequada ou ser suficiente para que os demais usuários se preparem para receber a redução da vazão, mas ela ainda continua. A gente percebeu lá, ainda, com o viés da segurança energética. Ela está, ainda, com o viés da segurança energética, e não traz embutida nela as questões de variabilidade causadas pelas mudanças do clima.

Então, a gente está com esse pensamento e essa ideia de discussão lá, para que a gente possa, realmente, encontrar um *modus operandi* que seja sistemático e sistêmico, e não considerado reduções emergenciais, porque nós temos uma série histórica de cheias e vazios. Temos uma série histórica de que, de tempos em tempos, isso aí fica recrudescido. Então, nós temos condições de fazer isso. Eu acredito que a Chesf deva ter acompanhamento disso lá de quase 100 anos. A gente pode fazer esse trabalho lá dentro.

O Comitê, então, diante dessa situação, criou um grupo de trabalho composto por acadêmicos das diversas universidades existentes do território do São Francisco, da área da Bacia do São Francisco, e fez um levantamento exatamente do que poderia estar acontecendo no rio.

Então, eu vou passar algumas fotos.

Essa aí, de Belo Monte.

Esse primeiro aqui era a captação inicial, há muito tempo.

Esse, aqui, passou a ser a segunda captação, a partir do momento em que o rio teve redução de vazão, e, agora, é um novo sistema, ele é flutuante, para poder estar caminhando para aquela posição superior lá dentro.

Aqui, é o Município de Pão de Açúcar, que o Dr. Mozart colocou como sendo um exemplo de recuperação que a Chesf trabalhou. A informação que a gente tem num relatório é que ele está minimamente atendendo às necessidades.

Então, veja bem, essa situação, aqui, hoje, com a redução de Três Marias, vai impactar o Município de Pirapora, que está imediatamente a jusante da barragem. Quer dizer, ele vai ser o primeiro a sofrer, porque, naquele trecho entre a barragem e até o Município de Pirapora, a gente não tem a afluência significativa que possa estar mantendo um nível de rio suficiente para o sistema de bombeamento de hoje da cidade de Pirapora.

Aqui é também um exemplo do perímetro irrigado de Propriá.

Aqui também Codevasf e Chesf fizeram uma dragagem, para que a água do rio conseguisse chegar até o sistema de bombeamento do perímetro irrigado de Propriá.

Aqui é uma demonstração do assoreamento. Isso aqui está bem próximo da foz do Rio São Francisco. Você veja que está à altura da cintura do indivíduo, dentro, no meio do rio, praticamente.

Aqui mostrando ali a situação da marca anterior, a marca efetiva, e o tanto que desceu do rio.

Aqui outro, de Traipu, testemunho dessa regularização do rio também.

Outro aspecto do assoreamento do rio e a dificuldade que nós temos de navegação.

Dr. Mozart já levantou, aqui, essa hipótese, 1.300m^3/s não está sendo suficiente para a navegação. Imaginem 1.100!

Então, temos esses levantamentos.

Agora, o que nos tem preocupado, e por isso temos pedido uma sistemática que dê tranquilidade para os demais usuários, são os novos projetos previstos para o rio. Então, vejam bem, nós estamos discutindo aqui

hoje deficiência hídrica: redução da vazão do rio. Mas a gente tem, nos dias 9, 10 e 11, uma reunião em Salvador sobre o corredor modal do Rio São Francisco.

Quer dizer, um corredor modal que traz como objetivo a utilização da navegação no Rio São Francisco. Ora, se já conversamos aqui que 1.300m³/s não têm sido suficientes para a navegação existente hoje, quiçá para um futuro próximo.

Então, não está existindo uma interligação, uma correlação de outras áreas do Governo com a questão dos recursos hídricos.

Outro ponto importante que nós estamos vendo lá agora é o início da operação do Projeto de Integração do São Francisco. Ora, a tomada d'água está abaixo da represa de Sobradinho. Então, se Sobradinho está tendo dificuldades em soltar 1.100m³, como é que vamos abastecer de água o Projeto Integração do São Francisco?

E está-se falando também no canal oeste, que vai levar água lá para o Piauí, e a expansão dos perímetros irrigados. Essa é uma preocupação nossa. Quer dizer, como estão as demais áreas do Governo com relação aos recursos hídricos da Bacia do São Francisco? E por azar nosso – estávamos, há alguns dias, fazendo o levantado todo –, a falta de água está exatamente na Bacia. Nos outros está chovendo bem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER SOARES COSTA – Peço apenas mais um minuto.

O que nós podemos fazer? O que estamos pensando ali dentro é o seguinte: cumprir o disposto na Lei nº 9.433. A gestão dos recursos hídricos devem ser sempre nos seus fundamentos. Dentro outros, destacamos esses, que estão diretamente ligados a esses problemas. Então, a gestão dos recursos hídricos devem proporcionar o uso múltiplo das águas. Nós não somos contra a energia elétrica, o que não queremos é sobremaneira a energia elétrica. Mesmo porque o Dr. Mozart levantou aqui que temos outras formas de energia. Há a forma eólica, temos a forma fotovoltaica, na qual acho que já deveríamos estar fazendo investimentos, porque se é energia, o Nordeste brasileiro é um grande fornecedor de energia eólica e fotovoltaica com certeza. Temos de trabalhar nisso.

A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. É aqui que o Comitê se insere. O Comitê é uma entidade que tem dentro da sua formação todos esses poderes reunidos.

E aí também a ANA tem dado uma atenção muito especial para o Comitê do São Francisco, chamando-o à discussão e participação nesse processo.

O outro são os objetivos da Lei nº 9.433, que é a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário. Quer dizer, se estão falando no modal, temos de estar pensando nesse processo. É a prevenção e a defesa dos eventos ecológicos críticos de origem natural. Aqui é a visão de longo prazo estruturando-se para que possamos ter um processo de defesa contra os eventos críticos de mudança do clima. E percebemos que esta situação que estamos vivendo hoje pode ser perfeitamente enquadrada nessa prevenção e nessa defesa.

E, para terminar, dentro das diretrizes da Lei nº 9.433, que é a adequação dos recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas.

É aqui que estamos levantando essa questão: não há um estudo de impacto ambiental, um estudo de impacto social ou econômico para que possamos embasar essas reduções.

Por fim, a articulação do planejamento de recursos hídricos com setores usuários e os planejamentos regional, estadual e nacional, que é o que levantamos dos futuros projetos. Estamos fazendo futuros projetos, a lei diz que precisa haver articulação e parece que o negócio não está articulado.

Então, obrigado.

Eram essas as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao querido amigo representante do Comitê da Bacia Hidrográfica, o nosso vice-presidente enfocou assuntos importantes em defesa da regularização do Rio São Francisco.

Eu quero agora conceder a palavra ao Sr. Athadeu Ferreira da Silva, representando aqui a Codevasf.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Senador Antonio Carlos Valadares, estou representando aqui o presidente da Codevasf. Sou Assessor Técnico do presidente. Já atuo nesse segmento da Bacia desde a década de 90. Então, conheço razoavelmente bem o processo. A gente vem acompanhando os modais, os ajustes, principalmente com o advento do Comitê da Bacia e a ANA que, em cima do Plano de Recursos Hídricos, buscam sua a atuação junto à Codevasf hoje.

Vou me conter aos termos de irrigação. Basicamente, já foi colocado; a gente vai tecer alguns comentários rápidos, porque, em função do que acontece na questão das alternâncias de colunas de água, você tem um impacto no sistema de captação de água.

Pode passar, por favor.

Temos 25 projetos que captam água diretamente do Rio São Francisco. No Estado de Minas Gerais, Pirapora e Jaíba na margem direita. No Estado da Bahia, temos Salitre, Tourão, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Baixio de Irecê em implantação, Rodelas, Glória e Pedra Branca. Alguns desses projetos, como Rodelas, Glória e Pedra Branca são da margem do Lago de Itaparica, que são da Chesf e estão passando para a Codevasf conduzir a operação. No Estado de Pernambuco, temos Nilo Coelho, cuja captação é feita em Sobradinho, que se estende para o Pontal; temos o Bebedouro, que é o projeto de irrigação mais antigo da Bacia; o Brígida, Caraíbas, Manga de Baixo, Icó-Mandantes e Barreiras, perto de Petrolândia. No Estado de Sergipe, temos Propriá, que foi mostrado, Contiguiba/Pindoba e Betume. No Estado de Alagoas, Itiúba, Boacica e Marituba.

Sistemas de captação com dificuldade, objeto de atenção: temos o Jaíba, que foi comentado aqui, já é parte de Minas, após Três Marias, porque, após Três Marias, o Rio São Francisco recebe águas, contribuições do Paracatu, que é o maior tributário do Rio São Francisco, Velhas, Urucu e Jequitaí. Há outros menores, mas de vazão significativa, e, no Jaíba, o canal de chamada está baixo, Pirapora também. Subindo, temos Tourão, Propriá, que já foi mostrado aqui – além daquela limpeza que foi mostrada, teve que se fazer uma adequação do flutuador. O projeto de Propriá, buscando a aptidão, o forte dele é a piscicultura –, Contiguiba/Pindoba, Betume e Boacica.

Providências. Ações emergenciais para garantir o abastecimento de água: limpeza de canais de chamada, instalação de sistemas de bombeamento flutuante.

As despesas, a Codevasf está custeando. Num primeiro momento, a Chesf também contribuiu com o suporte. Isso em caráter emergencial. Como foi colocado aqui, como o assunto passou a ser recorrente, nós estamos trabalhando, são orientações, e, por si só, a gente também já começa a entender o processo. Dessa série de reuniões que serão feitas na ANA, dia 4 próximo, estaremos fazendo um planejamento alternativo, que seria o plano B, visando adequar ao novo cenário estabelecido. Nós entendemos que ele não é eventual. O que acontece?

Os projetos são... As estações de bombeamento são fundamentadas em parâmetro histórico de vazão e, no momento em que a vazão vai abaixando, você tem que ficar correndo atrás de flutuador. Então, nós vamos fazer um plano B. Para ter uma alternativa eu diria até fixa. Se houver reversão, você está com a estrutura anterior instalada.

Planejamento Alternativo visa a adequar ao novo cenário estabelecido e não ao eventual. Sistema de captação flutuante móvel, porque, no sistema de captação, você na verdade não pode espichar a sucção. Você tem que levar o bombeamento onde a água estiver. A sucção você não pode aumentar, senão, vai entrar ar e há captação na bomba.

Manutenção periódica da estrutura de captação e recalque básica do Projeto, aquele que foi feito lá atrás.

Prover orçamentos específicos para o objeto. Também foi discutido num primeiro momento, foi encaminhado até a ANA. Quem vai bancar a conta. Então, discutiu-se quem bancaria essas despesas. É um assunto que será tratado na próxima reunião e se buscará um norte ou, então, a Codevasf terá que fazer gestões junto ao orçamento para ter uma fonte orçamentária própria. Esse foi um dos encaminhamentos feito. Mas, de qualquer maneira, o assunto está em discussão e tem que evoluir.

Aqui vou mostrar algumas fotos ilustrativas, que já foram mostradas.

A autoria dessas fotos é da Chesf, do último relatório, não é desse recente que comentei. São fotos aéreas.

Essa é do Projeto Propriá, alternativo, tem buscado no Baixo São Francisco, que o Senador conhece muito bem, não é? Então, hoje a piscicultura lá é uma realidade forte. A vida da pessoa está aí dentro, se falta água, complica tudo. Então, temos que correr atrás.

Por exemplo, em outras ocasiões, há o plantio de arroz, mais a questão do baixo. O arroz, no momento de embuchamento, não pode de maneira alguma faltar água, se não há prejuízo. Então, tem que correr atrás.

Essa outra foto está um pouco longe, mas mostra a estação de captação de água. Esse é o canal de chegada, como se fala. Ele está com macrófitas. Logo, a cidade, lixo e esgoto caindo dentro do rio, contribui para isso. Mas isso não pode ser dificuldade para manter o projeto.

Pode passar, por favor.

Esse é o Projeto Contiguiba Pindoba. Esses projetos têm uma conotação distinta em função do local em que estão estabelecidos. Eles têm bomba reversa, têm bombeamento de água para dentro do rio, para dentro do projeto, e o contrário. Então, está mostrando as duas situações.

A captação, na verdade, é o lado esquerdo. E tem um *bypass* de um flutuante, porque a estação não está funcionando. Então, está se jogando água dentro do canal em caráter emergencial.

Pode passar, por favor.

O próximo, aquilo que a gente estava comentando, esse é o canal de chamada. Ali você tem o que se chama de tanque tranquilizante, exatamente para bomba puxar a água com a densidade firme, no sentido de evitar a entrada de ar.

No momento em que acontece isso, você tem que fazer dragagem lá do canal, só que esse *grade*, o fundo, tem que chegar à posição para que a bomba puxe acima dessa câmara. Caso contrário, vai ter que se usar um flutuante, que seria uma ação paralela.

Por favor.

Esse aqui é o Projeto Betume, estamos vendo a estação de bombeamento. Na margem esquerda é o rio. E ela também tem o processo reverso que estou citando aqui. Ela puxa água para dentro e para fora. O Rio Betume joga água dentro do Rio São Francisco. Isso já foi previsto, porque, em ocasiões que há maré do São Francisco, represa e ele começa a inundar a parte de dentro, porque o rio não deságua, o tributado não deságua no São Francisco. Então esse projeto teve que ser adequado nesse sentido.

Para quem não sabe, esses projetos existem em consequência da produção de energia elétrica.

A gente considera esse projeto como um dos projetos sociais porque eles contribuíram para promover o desenvolvimento econômico, social da Região Nordeste. Como a rede está integrada nacionalmente, isso aí passa a ser uma contenda de países.

Pode passar, por favor.

O canal de chamadas você vê ali como está, como o rio já abaixou. Então, já há um flutuante porque para a água chegar lá em cima fatalmente não está dando para fazer a captação.

Pode passar.

Aqui é o Itiúba, aí já é lá em Alagoas. Esse projeto Itiúba também é um projeto importante; ele também tem uma conotação forte hoje de piscicultura. Naquela parte de cima são tanques, então, tem-se que ter água permanentemente. Esse aí é um canal de chamada. Vamos passar para vocês verem num outro ângulo.

Pode subir, por favor.

Ali já há um flutuante, porque a estação de bombeamento não está dando captação. Assim, aquele trecho todo que está aparecendo é banco de areia, o que, na verdade, é o canal de chamada. E aí vem a questão: se a água abaixar mais, você vai ter que fazer um desassoreamento dentro do rio, que é uma dragagem pesada, e talvez abaixar ou prolongar o flutuador. Isso aí vai depender do que ocorrer com a altura da coluna de água.

Isso aí é o Projeto Boacica. Esse Projeto Boacica tem um canal de chamadas e ali já está no flutuador, que é aquele lá que vocês estão vendo. E o canal de chamadas está assoreado. Então, nesse próximo planejamento que está sendo feito isso aí vai ser limpo e, possivelmente, talvez tenha que se dar mais uma baixada no flutuador. Isso envolve toda uma questão hidráulica, talvez aumentando mangote ou tubulação, é um processo em que nós estamos dentro daquele planejamento que citamos aqui de não trabalhar mais considerando a situação como emergência, e, sim, como um cenário real que existe.

A distância do canal de chamada. Lá ele estava próximo. Aqui não dá para ver, porque a gente não tem o *zoom,* mas se vocês olharem lá em cima, onde está aquela casinha branca, lá perto daquela estrada, é ali que está a estação de bombeamento. Então, todo esse trecho tem que ser dragado.

E aí o *grade*, quer dizer, o fundo, vai nos indicar se, dependendo do que for – se entra com topografia e tudo para analisar –, se a gente vai ter que rebaixar mais ou não. Caso contrário, flutuador.

Pode passar.

Aí o Marituba; essa captação de água abastece inclusive um povoado, que é um projeto já quase lá próximo ao Atlântico, para frente de Penedo.

Pode passar.

Bom, o que a gente queria mostrar era isso. Agora, uma situação real que existe e da qual nós não podemos fugir é que a geração de energia elétrica é discutível; a importância da geração de energia elétrica. Basta ver, quando a gente fica no escuro, que é bem complicado isso aí. Mas, por outro lado, conforme o Comitê de Bacias vem discutindo, a par da Lei nº 9.433, que é a questão dos usos múltiplos, mas nós temos que praticá-lo. Vai ter que se buscar alternativas, como já foi citado aqui. A própria Chesf tem mostrado – até, eu diria, como uma notícia boa para a população do São Francisco –, que a tendência é de buscar outras matrizes energéticas com o tempo. Não é tão fácil, mas já é uma consciência de que, de fato, tem-se que buscar outras matrizes energéticas.

Como foi colocado aqui a respeito dos planejamentos pelo Dr. Wagner, do Comitê de Bacias, parte desses órgãos que foram mostrados e os projetos que estão em estudo são conduzidos pela Codevasf. Todos esses projetos vão entrar no plano decenal de recursos hídricos, do qual se está fazendo revisão. Então, a análise do avanço, da dimensão vai ter que ser trabalhada dentro desse contexto. Hoje não adianta, você tem que trabalhar com responsabilidade social, fundamentado no princípio de que o projeto tem que ser técnico, econômi-

co, social e ambiental. Ou seja, tem que ser desenvolvimento, porque o desenvolvimento sustentável é isso. E isso lá na Codevasf é, eu diria, regra para ser adotada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado, Sr. Athadeu Ferreira da Silva, representando aqui a Codevasf, pelas suas informações.

Eu agora vou conceder a palavra ao penúltimo orador convidado, Luiz Carlos Souza, que é nosso conterrâneo e Coordenador-Geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas.

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA – Bom dia, senhoras. Bom dia, Srs. Senadores! Em nome do Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de cumprimentar a Mesa, um Senador brilhante, ex-Governador do Estado de Sergipe e Presidente desta Comissão.

Muito já foi falado aqui, agora pela manhã, acerca dos problemas e das consequências que a redução da vazão do Rio São Francisco vem causando nas atividades socioeconômicas, principalmente nas atividades socioeconômicas das regiões, dos territórios a jusantes das barragens. São muitos os problemas. Nós vivenciamos a região e consequentemente estamos apreensivos com relação à questão da mudança climática e, principalmente, com a falta de chuvas, causando todos esses transtornos.

Sou Luiz Carlos Souza Silva. Sou Coordenador-Geral do Fórum Sergipano do Comitê de Bacias e sou o Coordenador adjunto do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Esses comitês de bacia têm uma função importante, uma função social muito grande neste País em função da criação da Lei nº 9.433 e das leis estaduais que criaram os Comitês de Bacias, talvez o instrumento mais democrático que nos temos para a discussão e a gestão das águas neste País.

A questão maior está justamente quando a gente aborda a prioridade da matriz energética nacional. A energia elétrica é prioridade, é a nossa principal matriz energética. Talvez por isso nós estejamos com tantos conflitos pelo uso da água. Se a lei diz que a água deve ser compartilhada pelos múltiplos usos, nós percebemos que a produção de energia tem prioridade. Isso vai em detrimento do que a própria lei estabelece, em um dos seus fundamentos, que em situação de escassez a prioridade é a do abastecimento e a dessedentação de animais. Pelo visto, a gente prioriza, em grande parte, a produção de energia elétrica tendo como consequências gravíssimas os problemas socioambientais nas jusantes das barragens. Isso é um desrespeito à lei, não tenham dúvidas quando a isso. Nós estamos indo de encontro ao que estabelece a lei. É um desrespeito. Precisamos contornar essa situação.

Os Comitês de Bacias têm como uma de suas principais funções a mediação de conflitos. Essas mediações são fundamentais para que a gente possa gerir, com sabedoria, com avidez e, principalmente, com discernimento cultural, a gestão das nossas águas. Porém, o que nós temos percebido é que há um certo enfraquecimento desses propósitos. Os Comitês de Bacia, por muitas vezes, não são ouvidos, as decisões são feitas de forma unilateral, as decisões são feitas em cima, Sr. Senador, de um tempo muito curto para que as soluções sejam mitigadas a contento.

Um dos maiores problemas na redução da vazão do Rio São Francisco, sem sombra de dúvida, está no abastecimento de água. Sou técnico da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso). Lá no nosso Estado, a gente tem vivenciado problemas muito sérios na captação de água.

Recentemente, defendemos uma tese de doutorado em que avaliamos uma grande preocupação com relação à dependência do Rio São Francisco para os Municípios do Estado de Sergipe. Nós temos 75 Municípios, dos quais 30 dependem diretamente das águas superficiais desse rio, totalizando aproximadamente 1,5 milhão de sergipanos, aí incluída a Grande Aracaju. Há uma dependência muito grande também das águas superficiais da bacia hidrográfica do Rio São Francisco para cerca de 10 Municípios do Estado de Sergipe.

Às vezes, analisamos a questão da produção. É pequena quando vemos o montante necessário para alguns projetos. No Estado de Sergipe, nós captamos aproximadamente 13.300 m^3 de água por hora para atender a essas demandas. Porém, a cada dia, temos tido dificuldades em captar essa água. Como foi visto aqui em algumas imagens, o problema maior está na captação da água e os custos gerados para as companhias de saneamento. Com a redução do canal, a água fica mais distante, e os sistemas de captação, os sistemas de tomada d'água não acompanham, naturalmente, essa redução. Nós temos que buscar isso de forma técnica é às vezes dificultosa, levando até à solução de continuidade em alguns sistemas.

Essa questão é de difícil adaptabilidade, mas nós somos seres humanos, nós criamos esse problema e temos que resolvê-lo. Para a redução da vazão do Rio São Francisco há duas justificativas: a falta de chuvas, principalmente nas cabeceiras dos rios que compõem a bacia, notadamente nos Estados de Minas Gerais e Bahia; e a causada pelo homem, quando prioriza a produção de energia elétrica, retendo a água em seus reservatórios. O Estado de Sergipe e o Estado de Alagoas são os mais penalizados, os que enfrentam problemas

seriíssimos hoje, principalmente porque entre Sergipe e Alagoas está a região estuarina do rio, e a cunha salina já está adentrando a níveis elevadíssimos.

Como foi mostrado, o Ibama monitora a cunha salina do Rio São Francisco, mas uma coisa é monitorar, é você saber, levantar os dados técnicos, saber o quanto isso está afetando; outra coisa é tomar atitude para que isso seja feito de forma adaptável. Não se adapta uma população, uma comunidade que tem projetos para água doce e, mudando, de repente, para água salinizada. As consequências socioculturais, socioambientais e socioeconômicas são imensas. E nós temos essa preocupação, como Comitê de Bacia. Nós debatemos isso em âmbito estadual, mas essa é uma questão federal, que depende de uma solução em âmbito federal. E a solução eu acredito que está com os senhores.

Às vezes, as companhias de saneamento, assim como os projetos de irrigação, não conseguem arcar com a elevação dos custos de captação de água. Da última vez em que a vazão do Rio São Francisco baixou de 900m^3/s, em 2005, em que chegou a 850m, se não me engano, próximo a 900, o sistema de irrigação de um dos maiores projetos de irrigação do Estado, o Platô de Neópolis, sofreu um prejuízo de cerca de R$250 mil porque houve quebra no sistema de bombeamento. São bombas gigantescas, caríssimas, e a Associação teve que arcar com esse prejuízo.

Vejam que são várias as consequências, são vários os problemas. E as soluções, repito, acredito que estão com os senhores. Estão na dependência dos senhores a sociedade sergipana e alagoana, principalmente – eu digo sergipana e alagoana porque são as que mais estão sofrendo com esses problemas de redução, não somente o Estado da Bahia. A Bahia também tem, entre Sobradinho e Xingó, vários projetos, mas, como foi frisado, o último reservatório é o que mais sofre. E do último reservatório até a foz, nós temos vários Municípios que dependem dessa água. Nós temos vários trechos no Rio São Francisco em que já se atravessa a cavalo ou até mesmo a pé, impossibilitando a navegabilidade. Nós temos vários trechos no Rio São Francisco em que o assoreamento está numa condição deprimente. Oxalá vários canais já não estejam em situação de interrupção.

Os projetos de irrigação, principalmente para a rizicultura, vêm sofrendo danosamente, porque, além da queda na vazão, nós temos a evapotranspiração, que é intensa nessa região. Então, o que é perdido em termos de redução de vazão na barragem, o que é liberado numa redução menor, ao longo do curso do rio até sua foz, também existem muitas perdas por conta da evapotranspiração, reduzindo mais ainda essa condição e essa produção de água para atender a esses projetos e a essas demandas.

Então, senhores, essa é uma preocupação gritante nossa, é um problema recorrente, inclusive, mas as soluções têm que ser encontradas em conjunto. Não pode haver apenas um grupo de técnicos, sentados, que decide sem ouvir outros grupos de técnicos e pessoas que convivem e que vivenciam a bacia hidrográfica, que dependem dessas águas para sua sobrevivência. Faz-se necessária uma conversa antes de uma decisão tão drástica quanto a da redução da vazão de um rio, porque toda vez que há uma redução, sem sombra de dúvida, há consequências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA – E nós nos preocupamos com as consequências, porque é uma questão de sobrevivência.

Não há vida sem água, mas até que a gente pode viver sem energia elétrica.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Luiz Carlos Souza, que é coordenador-geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas, pelos esclarecimentos aqui prestados.

Tenho certeza de que serão ouvidos pelas autoridades competentes, que irão fazer o maior equilíbrio na oferta de água do Rio São Francisco para usos múltiplos. Não só energia elétrica como também para irrigação, piscicultura.

Quero agora, por último, para encerrar, conceder a palavra ao Dr. Joaquim Guedes Correa Gondim Filho, que aqui representa a ANA (Agência Nacional de Águas).

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Senhoras e senhores, bom dia.

Eu queria agradecer o convite formulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares para participar deste evento, desta audiência pública que trata de um assunto tão relevante, que é a questão da redução da vazão do São Francisco e seus impactos sociais, ambientais e econômicos naquela bacia.

Antes de mais nada, gostaria de colocar que um dos princípios da nossa legislação, da 9.433, uma lei moderna, uma lei de águas relativamente nova em termos mundiais, mas de grande envergadura, é que a gestão de recursos hídricos deve ser feita visando à preservação dos usos múltiplos. E todos aqui falaram nesse aspecto importante. E a lei coloca, entre suas exceções, apenas a questão do abastecimento humano e da dessedentação dos animais.

O que significa, no ponto fundamental, é que os usos das águas... E alguns usos são muito discutidos, mas outros menos discutidos. Por exemplo, entre os usos da água, nós poderíamos colocar, como foi citado aqui, a irrigação, o abastecimento humano, animal, das cidades, a aquicultura, a piscicultura. Mas há usos que também são considerados tão importantes quanto, como, por exemplo, o controle de cheias, que antes era tão recorrente em determinadas bacias e na própria Bacia do São Francisco. Cheias históricas aconteceram também na bacia.

Com o tempo, o homem começou a intervir nas bacias, nos ecossistemas. E como o homem intervém nesses ecossistemas, nessas bacias? Primeiro tentando fazer a regularização das águas de um rio. O que significa tentar regularizar as águas de um rio? Normalmente, os rios têm um ciclo de águas altas e um ciclo de águas baixas. O que significa? Têm um ciclo de cheias e um ciclo de secas. Se nós usássemos a água de uma maneira continuada, de uma maneira constante, teríamos que usar a água somente pensando na quantidade que estaria disponível nos períodos secos, porque essa é que era a garantida. Então, era o mínimo que era garantido. Isso levava a explorar pouco os recursos hídricos dos rios. Então, começou-se a intervenção no que nós chamamos de reservatórios de regularização, que são reservatórios que tentam guardar a água dos períodos chuvosos para também utilizar essa água nos períodos secos. E mais que isso, tentam ser reguladores interanuais.

O que significa reguladores interanuais? Também todos nós conhecemos, desde os tempos bíblicos, os períodos de fartura e os períodos de seca. As bacias hidrográficas passam também por esse processo, têm anos seguidos de muita chuva, mas têm também sequências de anos de pouca chuva. Então, os reservatórios tentam fazer esta dupla função da regularização anual, período chuvoso e período seco, e da regularização interanual.

Isso é fundamental para o entendimento no sentido de que reservatórios do tipo Sobradinho têm esse caráter estratégico de serem reservatórios interanuais. Existem pequenos reservatórios que são somente reservatórios anuais. Em muitos casos, abastecem cidades que frequentemente vocês acompanham que enfrentam problemas por conta dessa regularização apenas anual. E toda intervenção humana causa impactos – impactos positivos e impactos negativos. Aqui foram citados diversos impactos decorrentes da intervenção humana na regularização de rios.

Coube à Agência Nacional de Águas uma atribuição legal na sua lei de criação. Ela ficou responsável por definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios. E, no caso específico de reservatórios do setor elétrico, essa responsabilidade foi colocada como tendo que ser feita em articulação com uma entidade que se chama Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela interligação da operação em tempo real dos nossos reservatórios hidrelétricos, nossos sistemas de transmissão, nossos sistemas ligados a essa finalidade. É uma entidade fundamental, que faz essa interligação. Por quê? A interligação de sistemas hídricos através de fios também é possível. O que significa? Por exemplo, em determinadas épocas do ano, quando nós temos água em excesso em uma região – como, neste momento, em que a Região Norte está com seus níveis altos de geração –, essa água pode ser transferida via fio, gerando mais nessa região para outra região que apresente deficiência ou menos condição de geração. Então, as grandes interligações de bacias não se dão pela água só; elas se dão por fios. Por quê? Quando se gera mais numa região, ela está transferindo uma quantidade de energia que teria que ser gerada em outra região. Essa é uma coisa importante do sistema integrado nacional, que faz com que o País aproveite sua diversidade hidrológica.

Nesse sentido, os reservatórios têm que ser regulados porque, se não acontecer uma regularização dessas atividades, há uma tendência de haver ciclos de geração hidrelétrica muito alta e, depois, ciclos de energia gerada muito baixos. Então, é por isso que se está buscando, na Bacia do São Francisco, mecanismos que venham a estabilizar as condições de termos não mais o que nós chamamos resoluções – a ANA delibera por resoluções, juntamente com o parceiro nessa atividade, que é o Ibama. Todas as ações da ANA são feitas respeitando a questão ambiental do Ibama. Então, para qualquer redução de vazão que aconteça, necessariamente, tem que haver uma resolução da Agência Nacional de Águas e uma deliberação do Ibama (Instituto Nacional de Meio Ambiente). O que isso significa? Que é dupla. Nós não temos, sozinhos, condição de deliberar sobre isso, porque outras questões ambientais têm que ser vistas.

Nesse aspecto, o que se conta é que esses usos existentes na bacia são regularmente afetados, seja positiva ou negativamente, pelas defluências dos reservatórios.

O processo de revisão dessas vazões, de rebaixamento das condições de mínimas, que, na Bacia do São Francisco, são estabelecidas em torno de 1.300m^3/s em Sobradinho e em Xingó, fazem com que qualquer revisão dessas vazões passe necessariamente, primeiro, por um pedido formal dessa entidade encarregada de operar o sistema elétrico nacional – no caso, esse pedido é do ONS.

Esse pedido chega à agência, passa primeiro por uma avaliação técnica da situação em que se encontram as afluências aos reservatórios, os níveis em que os reservatórios estão, e, principalmente, as condições futuras de atendimento aos usos múltiplos.

Feita essa primeira avaliação, a agência promove, sistematicamente, o que nós chamamos reuniões entre os usuários e os principais interessados, nas quais essas questões são debatidas. É claro que não são reuniões de consenso, porque o assunto exige a diversidade e, na diversidade, não se tem sempre o consenso, mas se busca um entendimento das recomendações, principalmente para que usos prioritários, como questões de abastecimento, questões de irrigação, questões de navegação e todos os demais usos sejam respeitados no que for possível.

Nesse aspecto, depois dessas reuniões de avaliação, o fórum adequado dentro da agência é a sua diretoria colegiada, que delibera sobre, então, a prática de invasões reduzidas por um determinado período. Essa prática de invasões reduzidas para ser implementada tem condições. Primeira, que é a Chesf, responsável pela sua implementação, declare que todos os usuários afetados pela medida estejam adequadamente protegidos dessa redução. Então, ela declara para a agência essa responsabilidade de que as medidas adotadas equacionaram o problema, por exemplo, uma cidade que está com problema de captação equacionou o seu problema, o projeto de irrigação equacionou o seu problema. Mais que isso, em termos de navegação, que toda vez que um barco necessitar navegar no São Francisco, no trecho afetado pela redução, ele tem a obrigação de aumentar as vazões para propiciar essa navegação em condições adequadas.

E aí surge o primeiro problema, que a condição adequada hoje não se restringe àqueles 1.300, que são o mínimo regulamentar. Hoje, para os barcos navegarem, em muitos casos, a vazão tem que ser muito superior a essa, chegando a ser 1.600, 1.700m^3/s. Isso tem que ser conciliado e operado de tal maneira que essa operação da navegação tenha que entrar dentro da operação e da programação das hidrelétricas.

A situação hoje da bacia está em termos de acumulação com Sobradinho em algo como 54% da sua capacidade. Esse número só foi possível em função dessa redução. Nós estamos vivenciamos hoje um período de baixas afluências da bacia. Só para se ter ideia de números, nos meses de fevereiro e março, a quantidade de água que chegou em termos de vazões naturais foi da ordem de 25%, 26% da sua média que deveria chegar nesses meses. Então, foram meses críticos em termos de afluência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – E o que se está pretendendo hoje – e vamos ter uma reunião sexta-feira para discutir este assunto – é que sejam estabelecidas medidas – e aqui o Comitê tem exercido um papel importante de cobrador dessas ações – no sentido de termos regras estáveis que não sejam mais consideradas regras emergenciais, mas que tenham uma metodologia segundo a qual toda vez que os reservatórios e usinas atingirem determinados padrões, passe-se a praticar vazões mais baixas. Mas não é praticar, sair de uma vazão, por exemplo, de 1.800m^3/s gerando energia num determinado momento e entrar para 1.100. Vai haver patamares de queda. Se você tem uma vazão mínima de 1.300, por que, quando você demonstrar, por exemplo, que vai querer praticar vazões mais baixas, você não já esteja praticando o que é regulamentar, 1.300? Por que você sai de 1.800, 1.900 ou o que for e vai direto para 1.100? Então, vai haver estágios – e isto que está sendo discutido –, de tal maneira que todos tenham mais condições de poder se preparar melhor para essas consequências dessas reduções.

Então, a primeira abordagem – fico depois em aberto para as perguntas –, é no sentido de que isso é feito tendo em vista conciliar os interesses de todos os usos, levando em conta, pela entidade coirmã da ANA, que é o Ibama, as questões ambientais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Dr. Joaquim, Superintendente da ANA, pelas palavras aqui pronunciadas.

Eu gostaria, antes de fazer o meu pronunciamento final, para abrir oportunidade para o Sr. Luiz Carlos Souza e Wagner Soares Costa a possibilidade de que eles possam fazer indagações que forem necessárias, visando a equilibrar a regularização do Rio São Francisco, de tal modo que os usos múltiplos sejam respeitados, a comunidade não seja prejudicada, os usuários sejam avisados antecipadamente das mudanças de vazão.

Enfim, eu acho que este debate envolve uma questão muito importante: dar segurança hídrica ao Rio São Francisco não apenas para a produção de energia elétrica, mas também para a resolução dos problemas econômicos advindos da queda da vazão do Rio São Francisco. Lá mesmo na nossa região, na região do Baixo São Francisco, nós temos prejuízos incomensuráveis com a irrigação, também com a queda dos *royalties* para as prefeituras da região, principalmente a de Canindé do São Francisco, Município que mais fortemente tem sido atingido por esse fator, e também para a irrigação do Baixo São Francisco, a produção de arroz principalmente e também a piscicultura.

Então, abro, primeiro, a palavra ao Sr. Wagner Soares Costa para que ele possa interagir com todos aqueles que aqui falaram.

O SR. WAGNER SOARES COSTA – O que a gente percebeu é que a questão das consequências é que ainda não tem sido bem tratada, quer dizer, haveria uma possibilidade de indenização, uma possibilidade de compensação e ainda uma situação de indefinição de quem seria o responsável por isso.

O Dr. Rosário aqui disse que há questões financeiras, porque ele hoje não opera – não entendi bem qual é a questão, no entanto, há uma determinação do ONS de operar – o reservatório e as consequências, portanto, ficariam por conta da Chesf no final. Tudo o que a gente percebe é que o operador é que seria o responsabilizado. Aqui queria entender melhor qual é essa questão que o Dr. Mozart levantou, que ele hoje trabalha só num determinado ponto, de queda do financeiro, que ele responda isso. A gente percebeu que, nos relatórios que a Chesf nos apresentou nessas reuniões de avaliação, o que ela pôde fazer para minimizar as questões de consequência ela o fez. E não fez mais por questões financeiras. Eu gostaria de entender um pouco mais essa questão e verificar como a gente pode, no futuro, dentro de uma metodologia que antecipe essas questões, trabalhar uma compensação ou indenização aos usuários da jusante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Passo a pergunta agora ao Coordenador-Geral do Fórum Sergipano do Comitê de Bacias Hidrográficas, Luiz Carlos Souza. Se tiver interesse em fazer algum questionamento...

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA – Sim, Senador. O questionamento iria basicamente na mesma linha do que fez agora o Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Acho que se faz necessário que os interessados no uso da água do Rio São Francisco sejam ouvidos toda vez que houver necessidade de redução da vazão ou até mesmo numa situação de prolongamento dessa redução de vazão que estamos vivenciando hoje.

Como eu falei anteriormente, no meu espaço, nós temos muitas consequências. São pequenos projetos, principalmente dos Estados de Sergipe e Alagoas, que dependem dessa água, muitas vezes os projetos de piscicultura, de rizicultura e até mesmo para o abastecimento de água de pequenas comunidades que estão às margens do Rio São Francisco, que têm dificuldades em captar essa água. Às vezes não há recursos suficientes para buscar essa água em quantidade necessária para suas atividades.

Eu gostaria de saber, tanto do representante da Chesf quanto da Aneel, se haveria possibilidade de uma intervenção por parte dessas entidades, no sentido de contribuir, de ajudar, de oferecer recursos financeiros ou materiais para essas entidades poderem continuar com suas atividades sem solução de continuidade, até mesmo para que essas atividades, já que são, na verdade, a resposta social para muitas famílias, não sejam afetadas de forma a se parar com elas. Então, vejo que se faz necessária a ajuda técnica ou financeira em determinadas situações. Eu gostaria de saber se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Acho que nós poderíamos conceder a palavra, primeiro, ao Diretor de Operações da Chesf, Dr. Mozart; em seguida, ao Superintendente da ANA; e, por último, ao Superintendente da Aneel, para fazer o fechamento desta audiência pública, antes do meu pronunciamento final.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – O que eu gostaria de tentar esclarecer melhor sobre o que eu disse aqui é que hoje a Chesf é a operadora, a mantenedora; ela administra as barragens e todo o sistema que compõe aquele barramento onde ela é a concessionária. O que acontece é o seguinte: hoje, no modelo brasileiro, não é Chesf, como foi no passado, em modelos anteriores, que define nem que vazões devam ser praticadas. O Operador Nacional hoje aloca a energia função dos barramentos e a Chesf faz a operação de suas máquinas e/ou comportas, quando for o caso, para traduzir aquele efeito. A Chesf tem responsabilidades como operadora; ela não pode cometer um equívoco.

Até buscando corrigir o que o representante de Sergipe disse, em nenhum momento nós praticamos defluência de 900m³/s, porque nós temos uma autorização da ANA e do Ibama – e é fiscalizada –, pela qual eu só posso praticar agora, nessa situação emergencial, até 1.100. Mesmo que o Operador viesse a definir um valor de defluência menor que 1.100, a Chesf não poderia praticar, porque ela é operadora e tem uma licença de operação dizendo que ela só pode operar naquele nível. Portanto, se ela vier a cometer um erro de operação, um equívoco, ela pode, deve e vai ser responsabilizada.

O que estamos vivendo no momento atual? Uma situação de dois anos, de dois ciclos hidrólogos com dificuldades baixas. Estava conversando com o Joaquim, da ANA: se nós tivéssemos continuando a praticar 1.500, 1.700, qual seria o volume hoje de Sobradinho? Estaria lá em baixo, Senador. Por isso que eu digo sempre... É lógico que é importante para o setor elétrico. Não estou querendo dizer que não seja importante para o setor elétrico, mas é uma questão também de segurança hídrica para o Nordeste e tanto a montante quanto a jusante de Sobradinho.

Nós já discutimos muito em outras oportunidades essa questão de ressarcimentos. A Chesf inclusive tem esse papel de articular, buscar sempre ser um facilitador desse processo. Conversamos com o Ministério da

Integração para adotar recursos para a Codevasf, para que ela pudesse alocar os seus projetos, fazer melhorias em seus projetos, criar flutuantes, bombas. Conversamos com governos estaduais, com Secretários de Recursos Hídricos no sentido de ver as situações das companhias de água que muitas vezes precisam de um apoio e outro. Evidentemente, o que a Chesf puder apoiar... E hoje, como está a situação da Chesf? Antes, a Chesf detinha aquela energia e a comercializava no mercado a valores bem mais altos. E vocês viram os resultados, as receitas da Chesf, que eram relevantes.

Como eu disse, o Governo Federal, corretamente, porque são usinas que já estão prontas há bastante tempo, já amortizadas, já foram feitas, aquilo é do povo brasileiro, disse: "Olha, a Chesf vai ter uma receita para apenas operar e manter e administrar, e essa energia é do povo brasileiro." Colocou num sistema que propiciou uma redução tarifária para a sociedade, e está adequado, tanto é que esse movimento feito pelo Brasil, acredito que vai espelhar muitas concessões futuras, até mundialmente falando. Houve até agentes que, como ela antecipou a renovação da concessão, disseram que não queriam, como foi o caso de São Paulo, o caso da Cesp. "Não quero." Tudo bem, foi cumprida lá a concessão, a Chesf poderia até ter dito... Só que ia haver um leilão posteriormente, ao término da concessão, que terminava em 2015. A Chesf optou por renovar. Então, a Chesf teve uma redução de receita, está buscando seus equacionamentos, mas ela tem uma receita suficiente para realizar a operação e a manutenção daquelas usinas. Portanto, a Chesf não tem... Até para seus programas ela precisou de um ajuste empresarial, ela está fazendo esse ajuste empresarial.

Esse assunto discutido já foi levado... Nós temos, hoje, no Brasil, a Defesa Civil, que, em situação de catástrofe, atua; o Ministério da Integração, que tem um papel importante. Agora mesmo, na seca fortíssima que o Nordeste está vivendo, ele tem feito a alocação de recursos importantes, por determinação do Governo, nas situações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – A gente tem que discutir, e a ANA está fazendo esse papel, sobre termos um plano estratégico para isso, porque podemos ter outras situações onde existam, como vamos ter em Minas, lá nas restrições de Três Marias... Agora, a Cemig não pode ressarcir uma consequência, porque até a Aneel não permite isso, é um setor, aliás, em que as empresas são inteiramente reguladas quanto às aplicações de suas receitas. E o caso especial da Chesf, a gente sequer detém hoje a energia para...

Mas a Chesf está à disposição para discutir sempre em fóruns e constituir mecanismos que venham a buscar minimizar essa aflição em situações críticas, como podemos ter... E já tivemos. Estou há 12 anos como diretor de operação, já tivemos situação de cheias terríveis, quando tivemos que praticar vazões superiores ou próximas aos 8 mil, que é a restrição da vazão máxima e que traz consequências grandes lá para o Baixo São Francisco, inclusive – enormes. E nessa vivência, o São Francisco é cíclico. Ele ora se comporta dessa forma, ora de outra. Até aquelas atividades... Hoje a sociedade se aproxima muito do rio, e o rio, quando ocupar seu leito, vamos ter transtornos fortíssimos. Se a gente coloca hoje 4 mil m^3 no Baixo, já começa a ter transtornos, que não deveria, só deveria acontecer com 8 mil. Só que o rio passa anos... Eu até comparo com a utilização da praia: você faz uma atividade até comercial na praia, só que a maré sobe e desce duas vezes por dia, Senador. E o rio pode passar dez anos sem usar seu leito total, e aí usar, fora aquelas cheias como a que estamos vivendo aí, cheias milenares, como o Madeira, um recorde que está acontecendo, que é uma catástrofe terrível. Então, a gente participa desse fórum com a ANA. A ANA tem que fazer esse papel articulador.

Também a ANA não pode ressarcir, ela é uma agência. A Aneel também está aí, se o setor elétrico tem que ter uma contribuição, a Aneel até já discutiu esse assunto também, tenho conhecimento. Mas estamos diante de situações excepcionais, que as condições de clima levam o País a ter que enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Joaquim Gondim Filho, Superintendente da ANA, e também ao Dr. Helvio Neves Guerra, Superintendente da Aneel, algumas perguntas feitas pelos nossos internautas quero incluir nas indagações do Comitê de Bacias e do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Um comentário é sobre se haverá aumento da conta de luz por conta da baixa vazão do rio.

"Qual é a solução que será dada para este interminável problema do Rio São Francisco. Não estou contente desde quando começou a obra. Por que não chamaram o Dr. Luiz Flávio Cappio para essa audiência?"

Na verdade, é uma audiência técnica, da qual participam as pessoas que aqui estão presentes para formulações as mais variadas possíveis, visando encontrar um equilíbrio da regularização do Rio São Francisco. Além do mais, a sociedade civil está aqui representada pelo Luiz Carlos Sousa, que é coordenador geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas, e também pelo Wagner Soares Costa, Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Nós gostaríamos, sem dúvida alguma, de encontrar, em outra oportunidade, com D. Luiz Flávio Cappio aqui, numa audiência pública, inclusive porque tenho curiosi-

dade de conhecê-lo pessoalmente para lhe dar um grande abraço e dizer que sua luta pelo Rio São Francisco é uma luta válida, pela qual todos temos respeito e admiração.

Outra preocupação é: qual a previsão de mudança de uma vazão de 1.100m³/s para 1.300m³ por segundo, e sendo uma exigência legal, como aqui foi constatado, de uma vazão mínima de 1.300m³/s, que consequências podem advir com esse descumprimento da legislação? Vamos supor, o Ministério Público poderia promover, em razão do descumprimento... Já que é 1.300 a vazão mínima e está havendo uma vazão de 1.100 m³, isso pode gerar uma demanda judicial promovida pelo Ministério Público em razão desse descumprimento da legislação?

Com a palavra, então, Dr. Joaquim Gondim Filho, Superintendente da ANA.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Bom, inicialmente, era importante colocar que os instrumentos legais que existem para rebaixamento dessa vazão, nesses períodos, têm que ser adequados. O que significa isso? O Ibama, para permitir que baixe de 1.300 para 1.100, emite uma licença especial para isso, e, do mesmo modo, a Agência Nacional emite uma resolução específica para isso, porque, caso assim não fosse, a Chesf estaria descumprindo preceitos legais e seria alvo de todo tipo de intervenção necessária. Então, não há descumprimento de aspectos legais porque são dadas autorizações especiais para isso.

O que se está discutindo é que essas autorizações têm ocorrido de uma maneira recorrente, têm ficado muito comuns no linguajar de todos, no sentido de que o que era para ser utilizado de tempos em tempos está tendo uma frequência de utilização grande. Em vista disso, a Agência Nacional, no que lhe cabe, está desenvolvendo, junto com essa entidade, que é o Operador Nacional do Sistema Elétrico, junto com a participação dos setores de usuários e comitês de bacias e entes ligados ao assunto, reuniões para definição dessa metodologia que vai propiciar que o instrumento legal não precise estar o tempo todo sendo discutido de forma emergencial, isto é, uma regra que torne possível alguns tipos de gatilhos que possam ser acionados toda vez que determinadas condições hidrológicas existirem.

Aí cabe uma coisa que é importante. Estamos vivendo um mundo de transformações. Os últimos relatórios dos Painéis Intergovernamentais sobre Mudança do Clima têm colocado com muita clareza que os fenômenos extremos vão ficar mais intensos e recorrentes, ou seja, secas vão existir com mais frequência, enchentes vão existir com muito mais frequência, e de magnitudes também superiores.

Essas considerações, de agora em diante, têm também que ser incorporadas nos nossos planejamentos sejam de cidades, sejam de instituições públicas, como bacias, planos estaduais e tudo mais. Deve haver a incorporação destas variáveis importantes, que são as mudanças climáticas, nos planos de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero crer que esta Comissão poderá dar uma contribuição a esse debate, transformando essa preocupação da falta de estabilidade nas mudanças de vazão da distribuição das águas para usos múltiplos através de um novo projeto, alterando a Lei das Águas, quem sabe, dando maior força aos órgãos institucionais para só fazer a mudança quando houver uma aceitação geral de todos aqueles que se beneficiam das águas do São Francisco, naturalmente que com a segurança de que os reservatórios secando de forma acelerada possam causar mais danos aos usuários.

Então, acho que poderíamos ter uma legislação que desse maior equilíbrio a essa situação, ou seja, uma exigência de que os órgãos controladores desse processo tivessem, vamos dizer assim, certa limitação em suas decisões. E que essas decisões fossem corroboradas com a participação da sociedade civil.

Concedo a palavra ao Dr. Helvio Neves Guerra, Superintendente da Aneel.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Obrigado, Senador.

As minhas observações vão no sentido de....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu fiz uma pergunta aqui sobre a previsão – já não há estabilidade nesse assunto – de mudança, o retorno de 1.100m³ para 1.300m³. É outra pergunta que não foi respondida.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – A minha primeira observação é de que temos reconhecer, pelas manifestações de todos e as observações do Senador Valadares, que não estamos diante de um tema simples. Estamos diante de um tema complexo. Acho que, além de o tema ser complexo, estamos enfrentando um período de escassez de recursos hídricos. Temos informações de que essa estiagem é a pior dos últimos 80 anos. Então, temos uma situação em que, além de tudo, há essa dificuldade. Portanto, estamos, talvez, vivendo um momento atípico.

Temos que reconhecer que o setor elétrico não tem, certamente não tem, a prioridade sobre o uso do recurso hídrico. Temos uma legislação, a Lei nº 9.433, que é, sem querer fazer trocadilhos, um divisor de águas no setor, porque estabelece a separação do uso, a separação da competência para outorgar o uso do potencial hidráulico e outorgar o uso do recurso hídrico.

Tínhamos, no passado, o setor elétrico como outorgante dos dois potenciais, dos dois bens da União. Quer dizer, o potencial hidráulico era associado imediatamente a um recurso hídrico, e a outorga do setor elétrico valia pelas duas outorgas. E fizemos, a sociedade brasileira fez uma divisão: estabeleceu que o recurso hídrico tem um poder concedente e o potencial hidráulico tem outro poder concedente. Fizemos essa divisão, a sociedade fez essa divisão. Ao fazer essa divisão, estamos trabalhando no sentido do uso múltiplo do recurso hídrico, e isso é o que tem que prevalecer, certamente é o que tem que prevalecer.

Acho que tudo é o resultado – e aí o Senador tem a importância de propor um debate como esse – de um pacto da sociedade. É o que a sociedade escolhe. Dou sempre como exemplo o caso de Belo Monte.

Belo Monte é o resultado de um pacto da sociedade. Se olharmos o projeto de Belo Monte de 25, 30 anos atrás, veremos que era um projeto completamente diferente daquele que temos hoje. Por quê? Esse projeto atual sacrificou, em certa medida, a geração de energia elétrica para preservar determinados outros benefícios, por exemplo, a questão ambiental, a questão indígena. E o resultado desse pacto é uma quantidade de geração, naquela usina, menor do que poderia ser. Então, esse é o resultado do pacto da sociedade. Tenho, para mim, que aquilo que coloca o Luiz Carlos, aquilo que coloca o Wagner é fundamental: é a articulação de todos os interesses da sociedade em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos. Acho que é esse debate, é essa discussão que vai levar a um bom resultado.

O Luiz Carlos coloca uma questão que me parece extremamente relevante, quer dizer: que tipo de compensação que poderia ser feita para os impactos que são produzidos, por exemplo, pela redução de vazão, redução de defluência pelos reservatórios no São Francisco.

A compensação financeira pelo uso de recursos hídricos me parece ser um caminho importante para isso, porque a compensação financeira, como tentei colocar, grande parte dela, 45%, vai para os Estados. Ou seja: os próprios Estados poderiam utilizar esses recursos para beneficiar unidades que estão a jusante, por exemplo, dos reservatórios, porque a compensação financeira recebida pelos Municípios refere-se aos Municípios que estão a montante. Então, os Estados têm uma participação que poderia ser utilizada para reduzir ou mitigar esses impactos. É assim que vejo, acho que isso poderia ser feito.

Já transitaram pelo Congresso Nacional alguns projetos de lei que tentaram mudar um pouco essa distribuição de recursos para que fossem beneficiados Municípios a jusante. Mas, em rigor, os Estados já recebem a parte da compensação que pode ser destinada aos Municípios que estão a jusante.

Em relação a uma questão que o Senador coloca, o aumento da vazão, perdão, da defluência de Sobradinho de 1.100 para 1.300, na situação atual, não há dúvida de que esse aumento vai gerar mais energia, mas vai comprometer o futuro da geração. É esse equilíbrio que precisa ser buscado. O que se está olhando hoje, quando se propõe uma redução, é preservar a água nos reservatórios, especialmente no reservatório de Sobradinho, para que o futuro possa ser preservado, o futuro da geração.

E isso tem a ver com a pergunta que um dos internautas, se posso chamar assim, fez em relação ao preço da energia, à tarifa que será cobrada. Quer dizer, hoje temos uma situação em que os reservatórios não têm condições de gerar energia na sua plenitude, porque precisamos preservar a geração, e temos que despachar termelétricas. Então, isso impacta o custo da geração, isso é natural. Portanto, já há um reconhecimento de que há uma elevação dos custos de geração. A elevação do custo da geração naturalmente vai ser levada ao preço da energia, e o Governo Federal, acertadamente, está tomando todas as providências para que o consumidor não seja impactado de forma agressiva.

Para finalizar, Senador, dentro desse pacto social, o Joaquim e o Mozart falaram sobre a questão da regularização. O setor elétrico brasileiro trabalhou, durante muitos anos, com uma tentativa de regularização, ele buscou uma regularização plurianual que tentava criar caixas-d'água – a gente pode usar essa analogia – para que, mesmo em estiagem, mesmo com a redução do nível de afluência, do nível de chuvas, ele pudesse operar com segurança durante cinco anos. Então, hoje, a nossa regularização é evidente até pelo momento que estamos vivendo. Se ela estiver em um ano, é muito. Quer dizer, hoje, quando para de chover, nós temos que segurar água porque não temos a capacidade de reservação de água. Todas as usinas que estão sendo construídas são usinas a fio d'água, quer dizer, usina que não acumula água no seu reservatório, toda água que entra é a água que sai. E por que é assim? Por causa do pacto da sociedade. A sociedade que estabeleceu esse pacto, o meio ambiente, tendo as suas razões, quando ele estabelece ou quando ele inibe a construção de grandes reservatórios, ele está olhando para a questão ambiental. E está correto. Nós estamos trabalhando dentro de um pacto da sociedade. Então, nós precisamos enfrentar esse desafio. Quando nós fazemos isso, não construímos reservatórios e ficamos dependentes da chuva. Se construirmos o reservatório, talvez a gente fique menos dependente da chuva, mas vamos criar outros impactos que a sociedade entendeu que deveriam ser minimizados.

Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço o Dr. Helvio.

Logo que o governo do Presidente Lula resolveu colocar a questão da transposição para resolver o abastecimento d'água dos eixos norte e leste do Nordeste do Brasil, um debate que se acentuou muito aqui no Congresso Nacional foi o da revitalização do Rio São Francisco. Inclusive nós temos uma PEC lá na Câmara dos Deputados, que está tramitando por muitos anos, que coloca como prioridade a criação de um fundo de revitalização do Rio São Francisco, visando a adequar o Rio São Francisco a esses grandes usos, isto é, melhorar a condição de circulação da água desde a sua nascente até as nossas represas, que são construídas entre Sergipe e Bahia.

Eu gostaria de perguntar o seguinte, principalmente ao representante da Codevasf, se a questão da revitalização está ou não interferindo na vazão do Rio São Francisco. Porque, se a água flui normalmente, se não há assoreamento, se o uso predatório das margens do rio está interferindo na vazão ou, como o senhor chama tecnicamente, na afluição...

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Na afluência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – ...na afluência das águas do rio normalmente. A revitalização poderia ou não contribuir para a melhoria, quer dizer, para o aumento de volume de água nos reservatórios e consequentemente maior produção de energia elétrica e maior possibilidade de uso na irrigação a jusante das represas.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – É muita oportuna a colocação que o senhor fez. O processo mais complexo... A Codevasf, por delegação do programa de revitalização, é responsável pelas ações de recuperação e conservação hidroambiental da bacia. O foco dessa ação é exatamente, tem a meta de recuperar o passivo ambiental. Dentro desse contexto, a meta é controlar a fonte poluidora: o esgoto, o lixo – que é mais visível – e o processo erosivo.

Quanto ao processo erosivo em si, pelo que se prega a solução não está só na APP. Nós precisamos, conforme foi conversado aqui, jogar água – nós temos água – dentro do reservatório natural, que é a infiltração de água no solo. Nós temos que ter água nas recargas. Quando chove, se não tem o embarramento como se está comentando, você tem aquela enxurrada, a água da enchente vai embora, depois corre para o mar – se for o caso –, mas não alimenta o corpo d'água.

A cota mais baixa da Bacia do São Francisco é o rio, que é o corredor. Para ele se manter com lâmina de água em quantidade que dê condições de fazer um atendimento razoável, ao longo do ano deve haver aquele fluir de água subterrânea, água que fica no aquífero, para ela começar a entrar no rio. E essa água é exatamente aquela da chuva que caiu e infiltrou. Para a água infiltrar tem que haver condições.

Então, as áreas de agricultura, de agropecuária de um modo geral – onde está a agricultura e a pecuária – têm de ser exploradas com manejo tecnológico. Não basta simplesmente produzir, mas tem que produzir considerando conservação de água e solo, o qual não pode estar impactado. Nós não podemos ter água correndo. Não devemos permitir, por exemplo, que as estradas vicinais que caminham para o corpo d'água – cuja queda é lá para dentro – jogue terra dentro do rio.

Na verdade, o rio não seca, a água não acaba. O que acontece é que caso a água infiltre e ele seja assoreado, não brota mais; a água vai procurar outro caminho e outro lugar para brotar. Ela pode brotar e formar outra bacia. Então, o processo não é tão simples, pois passa pelo envolvimento de toda sociedade.

Senador, um dos encaminhamentos que está sendo ajustado –inclusive o próprio TCU, fazendo algumas análises e visitas de campo, já bateu o martelo nesse sentido – é de nós termos de envolver o financiamento agrícola, pois 90% desse financiamento é de bancos oficiais. Na casa do financiamento, deve constar que a pessoa para fazer a intervenção deve ter esses aspectos de conservação de água e solo.

Conservação de água e solo implica inclusive de tratar das APPs (Áreas de Preservação Permanente), do topo de morro, de conter voçoroca, mas principalmente o maior plano de infiltração de água são as áreas de produção, as áreas em que estamos desenvolvendo atividade econômica.

Então, o que acontece com a APP da beira do rio? Ela simplesmente – fazendo um paralelo – é um bigode ou um cílio. Alivia e tem que ter um caimento de solo lá pra dentro. Mas ela por si só não resolve essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao nosso representante da Codevasf pelas informações aqui sobre a revitalização, que certamente contribuíram para o esclarecimento a respeito desse assunto.

Eu, antes de encerrar, gostaria de perguntar se algum dos integrantes deseja falar? (*Pausa.*)

Bom, o que ficou aqui bastante claro é que os Municípios que têm direito a receber a compensação financeira, os *royalties,* continuarão, sem dúvida alguma, a depender da queda ou não de chuvas, a receber menos *royalties* da Chesf, por causa também da diminuição da produção de energia elétrica.

Segundo, que essas reduções emergenciais de vazão têm causado impactos ambientais, sociais, econômicos, ou seja, insegurança hídrica, porque isso precisa ser feito de forma a mais adequada possível ouvindo as comunidades, os usuários, as instituições ligadas à sociedade civil, porque há preocupação, numa manhã, com a criação do corredor modal do Rio São Francisco, com a transposição, que já está em curso, o canal oeste com planejamento a seguir, como também a expansão dos perímetros irrigados. Tudo isso depende da regularização da vazão do Rio São Francisco.

Inclusive, no Estado de Sergipe, temos um canal que está sendo projetado pelo Ministério da Integração, sob a execução da Codevasf, chamado Canal de Xingó, que sai do Estado da Bahia, penetra no Estado de Sergipe e tem mais de 300km de extensão, portanto, uma obra monumental, que irá contribuir decisivamente para a irrigação no Alto Sertão sergipano, para a dessedentação animal e também para o consumo humano. Essa obra também poderia ser incluída entre as prioritárias para o Nordeste do Brasil, porque é uma obra de mais de R$6 bilhões, vez que vai resolver a situação de milhares e milhares de pecuaristas, de agricultores e de consumidores que dependem do uso da água do Rio São Francisco.

Por fim, eu gostaria de dizer que esta audiência pública pode nos inspirar à apresentação de um projeto, visando a adequar o que foi aqui dito, para reequilibrar as decisões que são tomadas em razão do aumento ou da diminuição de vazões que são feitas sem regras fixas, dando certa instabilidade ao sistema, inclusive prejudicando a própria produção da Chesf, porque a Chesf só pode produzir mais energia se Sobradinho soltar mais água.

Para tanto, acredito que a ANA e a Aneel poderão dar contribuições importante, além do próprio Senado, com uma nova legislação ou um novo dispositivo alterando a Lei das Águas, de tal modo que todos os consumidores e todas as instituições se sintam partícipes das decisões que são tomadas, priorizando não apenas um setor da economia do nosso País, que é o setor elétrico, mas priorizando todos aqueles setores que preocupam a sociedade, a exemplo do consumidor, que bebe água todos os dias, como o produtor de arroz, o produtor agrícola de modo geral, que depende das águas do Rio São Francisco, além dos pescadores e também aqueles que, direta ou indiretamente, precisam do uso múltiplo das águas do Rio São Francisco.

A revitalização é importante. No entanto, não é um assunto nem da Aneel nem da ANA; esse é um assunto que cabe ao Ministério da Integração. Mas para o Ministério da Integração resolver essa questão depende de muito recurso, porque o Rio São Francisco está bastante assoreado. Se a montante esse trabalho de revitalização for feito, nós teremos muito a ganhar. O reservatório de Sobradinho vai se encher muito mais. Eu garanto que vai se encher de 20% a 30% a mais de água durante todo o ano se fizermos adequadamente a revitalização do Rio São Francisco.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião, com os agradecimentos a todos os seus participantes.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as presenças dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Lúcia Vânia e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente, antes de iniciar a Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, anteriormente divulgada, comunica o Lançamento do Programa "Município Brasil", desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. O Presidente, com o apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, solicita constar nos anais, o Relatório da Visita Técnica realizada em Curitiba/PR, em 28/04/2014. A Presidência inverte a Pauta previamente distribuída, para deliberar primeiro o **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2013, Complementar (Não Terminativo),** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Bico do

Papagaio (RIBP) e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio". **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório**: Pela aprovação da Matéria. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 1 – OFÍCIO "S" Nº 1, de 2012 (Não Terminativo)**, que: "Encaminha Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011". **Autoria do Ofício "S"**: Ministério da Integração Nacional. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado**: Aprovado o Relatório, concluindo pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 4, de 2012 (Não Terminativo)**, que: "Encaminha programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012". **Autoria do Ofício "S"**: Ministério da Integração Nacional. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado**: Aprovado o Relatório concluindo pelo arquivamento da Matéria**.** O Presidente volta a inverter a pauta para apreciação do **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 (Não Terminativo)**, que: **"**Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná". **Autoria**: Senador Álvaro Dias. **Relator**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2014 – Complementar (Não Terminativo),** que: **"**Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para prever o estabelecimento de condições para a aplicação a fundo perdido de parcela dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e a definição de critérios de seleção de projetos de investimento a serem beneficiados com a aplicação de recursos do FDCO a fundo perdido". **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores: Ana Amélia, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Francisco Canindé de Oliveira, Secretário Adjunto da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Antes de iniciarmos a deliberação de proposições, como definido em pauta divulgada, esta Presidência tem o prazer de comunicar e, ao mesmo tempo, lançar o programa Município Brasil.

Essa nova programação da TV Senado conta com apoio desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Muito nos alegra por termos uma nova ferramenta que mensalmente mostrará como as decisões do Legislativo impactam no dia a dia dos brasileiros, envolvendo naturalmente os interesses municipais. Nós sabemos que os Municípios são um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional, ao desenvolvimento do Brasil e o seu fortalecimento é fator preponderante para o progresso do nosso País. Por outro lado, como repercute os assuntos dos Municípios no Congresso Nacional.

Em linguagem informal o programa apresentará notícias, projetos, debates, serviços, curiosidades e um pouco da história dos 5.570 Municípios brasileiros.

Serão 30 minutos dedicados a temas como saúde, transporte público, Fundo de Participação dos Municípios, federalização da educação, ICMS, mobilidade urbana, divisão dos *royalties* do petróleo, renegociação das dívidas municipais, dentre outros assuntos.

As reportagens analisarão os problemas que os Municípios enfrentam e as soluções apontadas. Cada edição do programa contará com um tema principal que será discutido, com maior profundidade, com um especialista, com um Senador, com uma Senadora ou com um Deputado Federal. Teremos também uma série de quadros informativos. No "Fique por Dentro" serão apresentadas sugestões de como o cidadão pode fiscalizar o trabalho dos gestores e ajudar a cuidar melhor de sua cidade. Os prefeitos receberão dicas de especialistas em finanças públicas para manter as contas em dia. O quadro "Sou Daqui" abre espaços para revelar os pontos turísticos dos Municípios.

As fotos podem ser postadas no Facebook, Instagram, também no Twitter e em outras redes sociais com a *hashtag* #soudaqui. Também poderão ser enviadas por *e-mail*. Um dos destaques do programa é "Os parceiros que acreditam no novo projeto".

A TV Senado conta com a colaboração das TVs legislativas das assembleias estaduais e das câmaras municipais, onde houver. Outro apoio importante é o da Fundação Banco do Brasil, que apresenta iniciativas bem-sucedidas que estão transformando a vida de várias comunidades do País. Naturalmente que, aí, incluiremos outros programas, como os relacionados com os Estados que apoiam os Municípios em programas de financiamento internacional como o BID, o Bird. Enfim, o programa também será feito com a participação do cidadão, que poderá contribuir com sugestões e críticas.

Para entrar em contato com a equipe do programa da TV Senado, basta ligar para o 0800-612211, ou enviar um *e-mail* para a TV senado@senado.leg.br.

Com essa fala, faço, então, o lançamento do Programa Município Brasil, que será exibido no segundo fim de semana de cada mês, tendo sua estreia marcada para o próximo sábado, 10 de maio de 2014, às 20h30, com reprise no domingo, 11 de maio de 2014, às 8h30 e às 16h.

Eu gostaria de reproduzir um vídeo antes de convidar o Sr. Davi Emerich, Diretor da Secretaria de Comunicação Social, que, juntamente com a sua equipe, está organizando a publicação deste programa a que estamos nos referindo.

Logo após esse vídeo, que tem a duração de aproximadamente quatro minutos, vamos abrir espaço ao Diretor da Secretaria de Comunicação Social, o Sr. Davi Emerich, que se encontra aqui ao nosso lado, a quem quero agradecer, juntamente com toda a sua equipe de repórteres, jornalistas, editores, pela contribuição que a TV Senado, por intermédio dos senhores e das senhoras, está dando ao fortalecimento do municipalismo brasileiro.

É essencial para todos nós que os Municípios tenham vez, tenham oportunidade de exercer com dignidade as atribuições que lhes são concedidas pela nossa Constituição.

Hoje, os Municípios estão vivenciando um momento difícil, complexo, em virtude da queda das receitas, das responsabilidades que lhes foram atribuídas sem a devida contrapartida financeira, uma responsabilidade imensa nas áreas preponderantes, como a educação, a saúde, as obras de infraestrutura, que, em quase todo o Brasil, estão prejudicadas, em face das dificuldades que são públicas, enfrentadas pelos Municípios brasileiros, que, ainda este mês, estão fazendo mais uma marcha, visando à aprovação de algumas reivindicações como o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, a questão da prorrogação ou negociação de suas dívidas, como também a resolução daquilo que também é essencial nos Municípios, que é a negociação com a previdência social. Muitos Municípios não podem receber verba federal, não podem receber dotação orçamentária do orçamento da União, ajuda através dos Parlamentares com as emendas individuais, por causa da inadimplência que eles têm com a previdência social.

Nós aqui aprovamos uma proposta de emenda à Constituição que está tramitando agora na Câmara dos Deputados e que impõe obrigatoriedade à liberação das emendas individuais, ou seja, o orçamento impositivo. A Câmara dos Deputados, ainda neste mês – acreditamos –, vai aprovar essa PEC, fazendo com que os Municípios que estejam inadimplentes, ou seja, não tenham a chamada certidão negativa, possam, ainda assim, receber suas verbas e negociar à parte as suas dívidas com as instituições.

Portanto, vamos passar o vídeo de quatro minutos. Em seguida, daremos a palavra ao Diretor para dar as explicações e, depois, passaremos a palavra aos Senadores e Senadoras que desejem se pronunciar.

Vamos, então, ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem. (*Palmas.*)

O Programa Município Brasil será exibido no final de cada mês, tendo sua estreia marcada para sábado. Será exibido no final de semana, sábado e domingo. Estaremos assistindo eu, em Sergipe, V. Exª lá no Ceará, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul, enfim, em todos os Estados brasileiros e também no Distrito Federal.

Estamos lançando aqui, Senador Líder do PSB, um programa de televisão que será exibido mensalmente, na TV Senado: Município Brasil, focando os interesses municipais, os problemas dos Municípios brasileiros, as sugestões que poderão ser feitas por especialistas, Parlamentares, visando à melhoria do funcionamento dos Municípios do nosso Brasil.

Passo a palavra ao Diretor da Secretaria de Comunicação Social, Sr. Davi Emerich, para uma breve apresentação da nova programação.

Em seguida, daremos a palavra aos Senadores e Senadoras.

O SR. DAVI EMERICH – Senador Valadares, Senador Inácio, Senadora Ana Amélia, Senadora Lídice, Senador Ruben Figueiró, Senador Rollemberg, companheiros presentes aqui da comunicação, que é a base de todo o nosso trabalho, assessores e outras pessoas presentes que nos acompanham, no início do ano passado, num grande encontro municipalista que ocorreu aqui em Brasília, que teve uma grande concentração no Teatro Petrônio Portella, o Presidente Renan Calheiros anunciou que o Senado, a comunicação especificamente, estaria preparando ou então anunciaria um grande programa voltado para acompanhar as questões municipais.

Foi na ocasião também que a Senadora Ana Amélia foi indicada Presidente da Subcomissão, acho que no bojo da CAE, que acompanhou muito esse debate. Chegamos, inclusive, a pensar uma formatação um pouco diferenciada, mas que, por outras razões, não tivemos condições de tocar aquele projeto específico em frente.

Então, esse projeto que estamos anunciando hoje na verdade é o resgate de um projeto de longa data, que vem sendo gestado no bojo da Secretaria de Comunicação, para atender a uma lacuna muito grande que existia no Senado e na comunicação social do Senado. Porque o Município brasileiro é um dos elementos do tripé das prerrogativas do Senado Federal, que é a unidade que cuida da Federação, da União, dos Estados e dos Municípios.

Então, nós entendíamos, até porque cada vez mais a mobilização de vereadores e prefeitos se faz mais presente no Distrito Federal e no Congresso Nacional, portanto envolvendo os Srs. Senadores, com muitos projetos, muitos debates, muitas audiências públicas, embora todos esses temas fossem divulgados em nossos noticiários e em outros programas, percebíamos há muito tempo que havia uma lacuna a que esses temas específicos pudessem entrar com força em nossa programação.

E também um detalhe: nós entramos no sistema de TV parabólica, que hoje tem perto de 25 milhões de brasileiros, que é o sinal que pega o chamado Brasil profundo. Hoje quando um Sr. Senador chega numa cidade do interior, numa cidade pequena e ouve alguém falar: "Eu vi o senhor na televisão", ele está assistindo ao Senador e à TV Senado exatamente pelo sistema de parabólica – daí um universo muito grande. E sabemos que o cidadão do interior não está tão contaminado por certos tipos de notícia, embora tenha muita influência, e está muito acessível a debates que se fazem nas casas públicas, principalmente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Então, é um programa que vem para preencher uma lacuna. Eu acho que ele já vem tarde, não porque a Comunicação não tenha percebido isso antes, mas por causa das dificuldades inerentes a uma casa política como a nossa, que também sempre trabalha com a questão da falta de recursos para implantar o programa.

O programa está aí. A gente agradece muito ao Aloísio, à Antônia Márcia, à equipe da TV, nossa apresentadora Sarah, que vai dar um brilho especial ao nosso programa, o Tupi. Eu acho que esse é um programa que tende a crescer. O seu formato hoje é mensal, mas nada impede que, no futuro, esse formato possa ser até relativamente modificado e se transforme até em programa semanal.

Temos que esperar um pouco essa decantação da Casa na gestão do Presidente Renan, que vem imprimindo uma marca administrativa de enxugamento, de alguns cortes. Então, a gente tem que levar isso em consideração. Mas a gente acha que é um programa que tende a crescer muito aí pela frente.

Então, é uma contribuição que a gente dá à cidadania brasileira. E, de antemão, agradecemos muito o papel da Senadora Ana Amélia, que tem sido uma entusiasta, além de ser uma municipalista convicta, de programas desse tipo, como nós estamos apresentando.

A gente torce para que esse programa tenha vida longa. A gente torce para que esse programa emplaque definitivamente na opinião pública, porque praticamente não há hoje no Brasil um programa municipal. Talvez haja em algumas TVs regionais, mas numa TV nacional você não tem um programa municipal. Então, eu acho que é um programa que veio para ficar e vai crescer.

Eu só queria fazer um registro do esforço que a Comunicação vem fazendo para se modernizar. Modernizar por quê? O Brasil mudou, a política muda, as tecnologias mudam, a forma de as pessoas apreenderem as notícias muda. Portanto, a Comunicação também tem de ser contemporânea desse esforço de mudança. E mudanças não são coisas fáceis. Idealizar a mudança é fácil; agora, executar a mudança é uma coisa complicada, porque a gente sempre esbarra em estruturas formais, em recursos.

Recentemente, a própria TV Senado, por exemplo, fez uma mudança grande lá. E não dá para pensar uma televisão só ligando a câmera no plenário e nas Comissões com a fala direta do Senador; tem que haver

programas entremeando, questionando, debatendo as ideias que são apresentadas, porque as ideias não são apenas lineares, as ideias têm que ser contraditórias, têm que ser debatidas – essa é a gênese do Senado Federal.

Toda a linha de programas da TV, se vocês perceberem, primeiro, vem havendo uma redução daqueles programas de uma hora. Eles vêm sendo reduzidos para 29 minutos, porque eles são mais próprios para um dinamismo da TV moderna. E todos esses programas, sejam de economia, sejam de política externa, cidadania, todos eles começam a focar mais – não que antes eles não tivessem por objetivo o trabalho parlamentar; não, sempre o foco foi o trabalho parlamentar –, radicalmente, em todas as atividades parlamentares, de forma que todo o debate, toda a ideia, todos os entrevistados focam em projetos do Senador, em debates do Senador. Porque eu acho que uma comunicação pública como a do Senado Federal tem preocupações culturais mais amplas – é claro, é óbvio, e tem que ter programas nessa linha também –, mas a principal obrigação dela é levar à cidadania brasileira aquilo que é debatido aqui no Congresso Nacional.

Então, temos vários produtos. E, na TV, nasce mais esse produto. Outros produtos estão em gestação. Por exemplo, na área de ciência e tecnologia, nós temos avançado muito também na gestação de um projeto mais ou menos na mesma linha.

Então, eu quero agradecer principalmente aos meus companheiros da televisão, que têm esse discernimento, trabalham, se dedicam, obviamente, com o apoio dos Srs. Senadores, que nunca nos faltou. A gente pede cada vez mais apoio. E podem fazer críticas. Podem fazer sugestões, porque nós estamos abertos. Até porque projeto é uma coisa que sempre é um processo, e ele tem que ser acertado a cada momento. E acho que estamos acertando e queremos acertar cada vez mais.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero agradecer ao Diretor Davi Emerich. Nós recebemos sua pessoa no nosso gabinete, acompanhado de vários assessores, repórteres. No momento em que esse programa nos foi apresentado, nós ficamos realmente entusiasmados, e achávamos, naquele dia, que não poderia ficar somente esse programa inserido na TV Senado, sem uma participação expressiva da nossa Comissão, da Subcomissão de Desenvolvimento Regional, dos Municípios, e com a participação de vários Senadores, inclusive da Senadora Ana Amélia, nossa querida Senadora do Rio Grande do Sul, que é umas lutadoras pelo fortalecimento dos Municípios brasileiros.

Essa é a razão por que hoje estamos fazendo o lançamento aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Não há nenhuma Comissão que esteja mais diretamente correlacionada com os interesses municipais do que esta Comissão. Sem os Municípios, não há desenvolvimento integrado, não há desenvolvimento regional, não há, vamos dizer assim, uma participação maior das unidades federativas do Brasil, onde o Município figura como uma unidade federada, na Federação brasileira.

Por isso, quero agradecer à TV Senado, por intermédio do Sr. Davi, e a todos os seus repórteres, e à Presidência do Senado, que tem dado todo o apoio ao nosso trabalho. Evidenciando a publicidade e a divulgação dos interesses municipais, nós estaremos dando uma contribuição enorme ao reconhecimento, que não pode deixar de haver, de que a Nação só pode ser forte com Municípios fortes.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. Em seguida, aos demais Senadores que estão aqui presentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Antônio Carlos Valadares; caro Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente da CDR; meu caro colega, que eu posso assim dizer, não Senador, quase Senador, o jornalista Davi Emerich, e todos os membros da equipe da TV Senado, eu tenho testemunhado o conjunto da obra da comunicação, mais especificamente da TV Senado.

Eu sou de um Estado chamado muito politizado, que é o Rio Grande do Sul, um dos Estados, talvez, de maior audiência da TV Senado. As referências todas são sobre o acompanhamento do que faz a TV Senado. Isso, para mim, é muito relevante porque, como você disse, a informação da TV Senado não é contaminada. Ela é o que é. Ela transmite. Uma transmissão da nossa sessão deliberativa ou sessão ordinária do Senado comunica o que nós estamos dizendo ou debatendo. E aí a pureza da informação. Então, isso tem um valor institucional republicano inquestionável.

Cumprimento a TV Senado por essa inserção no debate e agradecer ao Presidente Renan Calheiros, que teve a sensibilidade – até parecia um jornalista, mas ele é municipalista, ele sabe disso, Senador de Alagoas – de entender essa realidade.

Nós aqui, no Senado, somos a Casa da Federação, mas a nossa Federação está cada vez mais fragilizada, e os Municípios estão pagando a conta, Senador Valadares. Aqui estamos do lado de uma prefeita. A Lídice da Mata foi Prefeita de Salvador. Então, municipalista, na prática e na vida real, foi a nossa Lídice da Mata. Mas eu

sempre vivi no interior. Eu sou de Lagoa Vermelha, um Município médio lá da região de Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul. E essa vida no Município é o que dá valor e riqueza para todos nós. Por isso nós lutamos muito aqui.

Eu também queria saudar o Presidente da nossa CAE, o Senador Lindbergh Farias, por ter criado uma subcomissão na CAE para debater as questões municipalistas. Talvez até aqui, na CDR, ele tivesse mais afinidade por ser, como disse muito bem o nosso Senador Valadares, a Comissão que cuida exatamente das regiões. E o Município está numa região.

Há um desequilíbrio enorme de desenvolvimento regional que nós precisamos combater. Como Casa da República, nós temos que lutar por isso. Quanto maior for o recurso passado, da União ou do Estado para o Município, ele tem maior e melhor uso. Por isso lutamos por uma mudança nesse sistema federativo, para que os Municípios não continuem sendo os primos pobres da Federação.

Esse programa vai ampliar a consciência do cidadão para lutar por esse direito. Como disse muito bem o nosso Senador Valadares, a cada ano temos uma marcha dos prefeitos. Eu penso que isso é uma anomalia. Não deveria haver essa movimentação. Mas por que ela acontece? Porque é um apelo veemente, Senadora Lídice da Mata, meu querido Rodrigo Rollemberg, Senador Ruben Figueiró, é um apelo dramático, há 12 anos, 15 anos, que as prefeituras municipais clamam por um equilíbrio maior na distribuição dos recursos: 60% ficam na mão da União; 23%, dos Estados; e o resto para os Municípios. E cada vez mais há mais encargos. Na saúde, os Estados têm que botar 12% do que recebem da receita e os Municípios, 15%. Como os Estados não fazem e a União também não faz, os Municípios têm de aplicar de 22% a 30%, ou seja, ele tem que deslocar de outras áreas para atender à saúde, que é a coisa mais emergencial que temos.

Então, como Senadora municipalista, eu queria cumprimentar primeiro e agradecer ao Senador Renan Calheiros por ter dado essa janela, aberto essa oportunidade para que a TV Senado foque, prioritariamente, numa programação especial, dando vida, voz e vez aos Municípios brasileiros. E queria dizer que estamos abertos lá, na Comissão, a Subcomissão, para esse debate – agora mesmo está tendo uma reunião de Vereadores no Petrônio Portella. É uma agenda municipalista. Uma agenda municipalista.

Então, tudo que pudermos apresentar da maneira como foi visto... Aliás, eu queria cumprimentar a Sarah, pela bela abertura – e aí falo como jornalista. Ela fez um quebra-cabeça do Brasil montando as pecinhas. Eu queria mais fotos do Rio Grande do Sul – viu, Sarah? Mas tudo bem, eu acho que o arquivo vai ser composto aí. Havia uma foto de Porto Alegre...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mas é isso, isso é o regionalismo. Isso é o amor que nós temos pela nossa terra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – De preferência, de Lagoa Vermelha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – De preferência – é isso aí, meu querido Inácio.

Mas isso é apenas um registro como gaúcha. Eu acho que o Senador Figueiró, o Senador Rodrigo, a Senadora Lídice, o Senador Inácio, cearense, o nosso Senador Valadares, lá de Sergipe, todos vão querer mais fotos, mais espaços. Mas isso é bom, porque nós vamos ajudar a fazer a pauta do programa e mostrar essa riqueza.

Então, parabéns, Davi. Cumprimento toda a equipe e também a própria decisão, e o nosso Presidente, que fez uma sessão especial de lançamento para esse programa, que merecia esse espaço tão nobre aqui no Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço à Senadora Ana Amélia, grande lutadora pelos Municípios brasileiros.

Eu gostaria também de enfatizar, Senadores e Senadoras, que a TV Senado tem dado todo apoio a esta Comissão nas visitas que fizemos aos estádios e também aos aeroportos nas inspeções que fomos autorizados a fazer.

A TV Senado exerce um papel importante na divulgação dos nossos trabalhos e, de fato, no Estado de Sergipe – um Estado pequeno, o menor Estado da Federação brasileira –, a parabólica é um instrumento muito importante para que o cidadão comum, a cidadã comum possa acompanhar os nossos trabalhos. E posso lhes dizer que, quando vou ao interior – e sempre estou indo ao interior –, a primeira coisa que ouço das pessoas é: "Eu vi o seu trabalho na TV Senado. Eu vi o que o senhor está fazendo lá, e os seus colegas todos."

Quer dizer, a TV Senado hoje é um patrimônio vivo da política brasileira. E como disse a Senadora Ana Amélia, aqui não há falsificação, aqui é tudo verdade, é tudo ao vivo, é a verdade pura e crua. Os debates, quer o cidadão goste ou não goste, saem na TV Senado e aqui nós fazemos, com as nossas virtudes, com os nossos

defeitos, aquilo que o povo brasileiro gosta de fazer, que é debater, que é saber o que está acontecendo no âmbito do Legislativo.

Quero passar a palavra à Senadora Lídice da Mata, do Estado da Bahia, ela que foi Prefeita de Salvador e tem muito a dizer a todos nós.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, com licença.

Sobre essa pureza da informação, o nosso Regimento Interno, que é antigo, tem coisas antigas, diz que o Senador, depois que faz um discurso, ele tem um tempo se ele quiser alterar o discurso, acrescentar, ele pode alterar inclusive o texto – isso aí é antigo no Senado. Na televisão, ele não tem condição: ele falou, está registrado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Tanto que sai "sem revisão do orador". Não há mais correção, só nos *Anais*. (*Risos.*)

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Bom dia, Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, pela iniciativa de fazer esta reunião hoje. Eu me inscrevi logo para falar, porque sou coordenadora de uma audiência pública na Comissão de Educação sobre a regulamentação da profissão de capoeira, daqui a pouco, e não poderei permanecer.

Queria saudar, também parabenizando, o jornalista e diretor responsável pelo programa que nós lançamos aqui, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Davi Emerich.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – O jornalista Davi Emerich é um profissional, um jornalista conhecido e respeitado no Senado Federal e em toda a imprensa nacional.

E destacar isso que a Senadora Ana Amélia também destacou. O meu Estado, a Bahia, tem 417 Municípios. Além de ser um Estado grande, nós temos uma população distribuída nesse território de modo bastante uniforme, digamos assim, porque temos pequenas cidades.

Nós sabemos que a maior parte dos Municípios brasileiros está abaixo de 50 mil habitantes. Essa realidade é difícil de se tornar visível num país de dimensão continental como o Brasil. A nossa Comissão, a TV Senado, vão ter o mérito de dar forma, cara e voz a essa população que não é focada permanentemente pela televisão.

O programa propõe sabermos como as nossas decisões repercutem no Município, o que elas mudam, quais são as leis que nós votamos e se o cidadão, lá no Município, sabe que ela foi votada e tem a ver com a vida dele. E, ao mesmo tempo, nos permitir conhecer a realidade de cada uma dessas cidades.

Apesar de ter sido Prefeita da capital da Bahia, eu nasci no interior do Estado. Eu nasci em Cachoeira, no Recôncavo. De lá, nos mudamos para o sul do Estado, para Ipiaú. Em Ipiaú, meu pai lutou por uma transferência do Banco do Brasil para Alagoinhas, que era a cidade mais próxima de sua terra, que é o Catu, onde havia uma grande regional do Banco do Brasil no nosso Estado.

Eu me criei em Alagoinhas. De lá saí para Salvador, para estudar. Entre Alagoinhas e Catu, passei a minha infância e adolescência. Portanto eu conheço e gosto das cidades do interior e vejo que, além das dificuldades, existem muitas experiências extremamente vitoriosas nas administrações municipais. E quero saudar uma agora, tirada do forno ontem à noite: o prêmio de Prefeito Empreendedor. Eu quero parabenizar o Prefeito Arnaldo de Oliveira, da pequena cidade de Caem, com pouco mais de dez mil habitantes, conhecido como Arnaldinho, que ganhou o prêmio de Prefeito Empreendedor, pelas experiências de empreendedorismo que fez em seu Município. É um Prefeito do meu Partido, um jovem prefeito, prefeito pela primeira vez, que está fazendo um esforço para demonstrar o seu trabalho e a sua dedicação àquele Município.

Recentemente, a Rede Globo mostrou, no jornal da manhã e também no Fantástico, a experiência de outro Prefeito, este do PV da Bahia, o Prefeito Alan, de Licínio de Almeida. Trata-se de uma experiência desenvolvida em articulação com o Instituto Ayrton Senna na educação, que teve como resultado, Srªs e Srs. Senadores, o fim da escola privada naquele Município. Todos os alunos estão na escola pública. A qualidade da escola pública alcançada pelo Município desestimulou a existência de escola privada no Município responsável pela educação básica.

Então, são exemplos desses que também vamos ter a possibilidade de conhecer, o esforço dos prefeitos, que, sem recursos suficientes, concentram suas administrações em determinadas áreas que dão resultado e que fazem experiência modelo de empreendedorismo, de educação ou de um atendimento de saúde que precisamos também valorizar e destacar. O Senado, como Casa da Federação, precisa ter uma relação muito próxima com os Municípios e não apenas com os Estados. Eu creio que esse programa vai pegar fogo, vai ser um programa que terá audiência, porque o prefeito vai querer se ver, a população vai querer se ver. Vai, por-

tanto, registrar também uma grande contribuição à cultura nacional. Nós vamos poder ter uma visão desse recorte, desse quebra-cabeça que é o Brasil.

Portanto, quero parabenizar novamente a direção da TV Senado, a direção do programa, aqueles que pensaram o programa e todos os Senadores e Senadoras que contribuíram e contribuirão para que esse programa dê certo, assim como o jornalismo, porque o que foi aqui demonstrado é um programa de muito boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Para falar sobre a nova atração da TV Senado, eu passo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Inácio Arruda, do PCdoB, Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Davi Emerich, primeiramente cumprimento a TV Senado pela iniciativa e o nosso Presidente, porque transformou a iniciativa da TV Senado num ato de natureza política importante para os Municípios, que é o seu lançamento exatamente na Comissão de Desenvolvimento Regional. Aqui é que se discute efetivamente o Município, a Senadora Ana Amélia tem razão. Talvez a subcomissão que trata da questão dos Municípios tenha que ser constituída aqui nesta Comissão. E aí, na próxima Legislatura, nós transferimos essa subcomissão inteiramente para cá, para a nossa Comissão.

Eu considero que a TV pública, especialmente a TV Senado e as TVs estaduais, das Assembleias, Câmaras de Vereadores e a TV Câmara, na Câmara dos Deputados, dão uma grande contribuição à compreensão da natureza do embate político que se trava no País, porque elas mostram muito diretamente os debates aqui no Congresso Nacional, no plenário, em muitas comissões, mostram o desempenho das Comissões. Não é mais possível apenas apresentar a imagem do plenário vazio – porque se chegar agora no plenário do Senado, evidentemente ele vai estar vazio –, pois as Comissão estarão trabalhando, estão trabalhando, estão sendo apresentadas ao vivo no Brasil inteiro.

O Brasil é talvez o único País do mundo em que o Município é um ente federado – não há similar. Isso foi fruto de um movimento muito grande no final da década de 70 e no início da década de 80 até a Constituição, que transformou o Município em ente federado.

O Brasil é este continente extraordinário, o programa começou dando a informação de que são 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, um País gigantesco. Há coisas extraordinárias de que não temos conhecimento, essa parte mais litorânea do Brasil, onde o Brasil concentrou sua população, não conhece o Mato Grosso, não conhece Rondônia, não conhece o Acre, não conhece o Mato Grosso do Sul, não conhece...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS. *Fora do microfone*.) – Do Sul.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Mato Grosso do Sul, porque há o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Eu estava falando de Mato Grosso mesmo. Não conhece o Mato Grosso do Sul; não conhece Roraima, com pontos turísticos fantásticos na fronteira do Brasil; o Amapá, numa região belíssima do nosso País; o interior da Amazônia. Dentro da Amazônia deveria haver uns quatro ou cinco Estados. E é isso que eu defendo, não entro no pensamento demagógico de que não se pode dividir o Estado do Amazonas em pelo menos mais uns cinco, para que possamos ajudar a proteger a floresta, desenvolver e dar condições de ter serviço de qualidade para a população.

A mesma coisa em relação ao Pará. Se pegarmos Santarém, o sul do Pará, são Municípios em que nós não temos ideia do que está acontecendo, de produção de riqueza, de projetos positivos, bons, porque o noticiário nosso é muito contaminado por coisa ruim.

Hoje há programas de morte, de quebra-quebra, de assalto, de bandidagem. E disse-me um jornalista amigo meu: "É o que dá audiência." O que dá audiência é coisa ruim. Pelo amor de Deus, com tanta coisa boa...

(*Falha na gravação.*)

... no País são coisas boas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador, há noticiário que se você pudesse espremer só dava sangue.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Só dava sangue. É uma coisa lastimável. Isso em programas jornalísticos que consideramos programas de alto padrão.

Então, nós produzirmos aqui na TV pública um programa dedicado aos Municípios, às experiências fantásticas que estão acontecendo nos Municípios... A Senadora Lídice, em poucos, minutos apresentou aqui dois Municípios com experiências extraordinárias. Quantas experiências extraordinárias nós não temos no interior do Brasil? Há coisas assim que ninguém tem ideia.

Eu cito o exemplo do Município de Nova Olinda, que tem uma organização social, lá no interior do Ceará, e ninguém jamais vai saber que há aquilo lá. Uma experiência com crianças que aprendem as brincadeiras

antigas em uma instituição chamada Fundação Casa Grande, que é uma ONG que tem várias professoras da Universidade Regional do Cariri e agora da Universidade Federal do Cariri, que participam das atividades ali, dos professores das escolas públicas municipais. E lá eles têm um teatro de altíssimo padrão, eles têm uma rádio, eles têm uma TV, e eles fazem filmes e produzem trilhas sonoras que hoje são oferecidas para as novelas que são transmitidas para o Brasil inteiro, de todas as emissoras: Globo, Record, etc. E não se acredita que aquela turma de garotos, de meninos, está ao mesmo tempo jogando pião, fura-chão, fazendo pipa, jogando peteca, correndo de bandeirante e fazendo trilha sonora para programas de televisão destacadíssimos no Brasil. Isso acontece, está sendo feito ali, ninguém sabe, está escondido. Do lado, tem o Sr. Expedito Seleiro, fazendo até hoje peças de couro como fazia para Maria Bonita e Lampião, há 70 anos, 80 anos.

Então, você imagina que isso tudo está ali escondido nesse interior do Brasil. Mas talvez seja importante destacar isso que a Senadora Lídice levantou. A maioria esmagadora dos Municípios tem menos de 50 mil habitantes. Aliás, não tem menos de 50 mil não, tem menos de 20 mil habitantes. Talvez uns três mil Municípios estejam abaixo de 20 mil habitantes. Esse é um fator que precisamos examinar. Todos são entes federados, mas têm menos de 20 mil habitantes. É a realidade brasileira.

Além desse Brasil profundo, desse "interiorzão" do Brasil, que foi destacado em alguns grandes movimentos, esse ano a Coluna Prestes completa 90 anos, que passou por muitos Municípios do interior do Brasil. E aqueles jovens oficiais queriam conhecer o interior do Brasil, o chamado Brasil profundo, esse Brasil imenso, de que se tinha conhecimento pelos bandeirantes, mas que o povo tinha largado porque estava todo mundo morando no litoral. Essa é uma realidade.

Outra grande realidade dos Municípios é o problema das transferências de obrigações, como destacou aqui o Presidente. Nós criamos Municípios, transferimos muitas obrigações para os Municípios, mas a transferência de recursos, fruto da arrecadação tributária da União, tem-se invertido. Quer dizer, a União tem arrecadado mais e ficado com uma participação maior do bolo tributário do que acontecia quando nós elevamos o Município a ente federado. Esse é um problema gravíssimo que tem que ser evidentemente abordado.

Outro fato que também tem muita importância é o problema das metrópoles, das megalópoles e das regiões metropolitanas que se constituíram no Brasil, umas constituídas oficialmente e outras que são regiões metropolitanas pela realidade, pelo peso da sua conurbação fortíssima, que aconteceu nos últimos 50 anos no Brasil.

Então, é um tema muito grande, muito importante. E, dentro desse tema das metrópoles, das megalópoles, das regiões metropolitanas, há um debate muito vivo que está acontecendo no Brasil, que é o problema da reforma urbana. A última Conferência das Cidades, inclusive, chamou quase que oficialmente – e é bom destacar que a reforma urbana era uma das peças-chaves das reformas de base em 1963 e 1964. E foi contida a reforma urbana, assim como outras reformas estruturantes no Brasil, exatamente pelo golpe de 64. Só agora nós conseguimos colocar na ordem do dia novamente a questão da reforma urbana.

Então, para você ver, Davi, que o tema Município é um tema vasto e que vai precisar de que a Secretaria de Comunicação saia dessa situação de austeridade draconiana, porque ela não é favorável a que a população tenha conhecimento mais ativo daquilo que nós estamos fazendo e refletindo nos Municípios e nos Estados brasileiros.

Então, eu conclamo os Senadores da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional a dialogar com o Presidente Renan Calheiros para que a gente possa modernizar todo o nosso parque de comunicação, que é muito importante. Eu vejo que nós ainda estamos usando câmeras muito antigas. Nós temos que imediatamente reformá-las ou aposentá-las, ou fazer um leilão para que outras assembleias... Aliás, as assembleias estão com equipamentos moderníssimos. Está acontecendo o contrário. Eu acho que nós devemos modernizar imediatamente o nosso parque de comunicação. Isso vale para a TV, mas evidentemente também vale para o rádio e para os outros meios de comunicação das mídias sociais.

Têm impacto extraordinário os programas nossos. Talvez a TV Senado – eu não sei, porque não estou trabalhando em nenhum instituto de avaliação dos programas, mas a TV Senado evidentemente tem esses dados – seja uma das TVs de maior audiência entre as TVs públicas. Não sei se é verdade, mas é muito destacada pela população a TV Senado. Por isso, eu acho que ela tem que ser aprimorada.

Eu acho que os nossos funcionários da TV Senado... A gente, evidentemente, pode ter um corpo de funcionários flexível, que se contrata, descontrata-se, contrata temporariamente, dependendo da atividade que você vai desenvolver. Por exemplo, vai haver a reunião dos BRICS lá no Estado do Ceará. Eu gostaria que a TV Senado estivesse antes e durante todo o programa dos BRICS, porque tem relação com o Parlamento diretamente. Tudo aquilo ali impacta dentro do Congresso Nacional.

Evidentemente, depende das Comissões, porque tem que acompanhar aqui, tem que acompanhar os BRICS, tem que ir ao Mercosul, tem que andar por este Brasil afora, e precisa de muita estrutura. Então, ela tem que ter estrutura flexível, mas é como se ela tivesse, Davi, que ter aquele núcleo de formuladores, de pensadores, para consolidar uma TV pública. Pelo menos é o que eu ouço das pessoas na minha cidade e no meu Estado, de que é uma TV muito acompanhada pela população.

Então, eu acho que nós temos obrigação, como Senadores, de nos dirigirmos ao Presidente da Casa para não deixarmos essa tarefa apenas com os servidores da Casa, porque pode ser entendido como algo corporativo, e não é. Isso aqui é uma coisa de natureza política, e tem um peso político gigantesco nós aprimorarmos esse instrumento fortíssimo que são os veículos de comunicação do Senado Federal.

Então, eu propugno que a nossa Comissão se dirija ao Senador Renan Calheiros, porque não podemos fazer mais austeridade com a nossa área de Comunicação do Senado Federal.

Todo o apoio, então, ao Davi e a sua equipe, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Eu comecei a minha vida política como prefeito da cidade onde eu nasci, Simão Dias. Quando fui Governador, nós criamos uma figura chamada de prefeito mirim, justamente para lembrar à comunidade, a sociedade de que, desde criança, a pessoa deve entender a importância do Município para o desenvolvimento do seu Estado, do seu País. Acho que a TV Senado poderia também introduzir esse quadro aqui, escolhendo em cada Estado, seja capital, um prefeito mirim. E, quem sabe a TV Senado ir lá nesse Estado onde foi escolhido o prefeito mirim ou eles virem aqui a Brasília, onde serão recebidos pela TV Senado, para mostrar a importância de que, sem o Município, não haverá uma federação forte.

Concedo a palavra ao Senador, Líder do PSB, Rodrigo Rollemberg. Em seguida, ao nosso Figueiró.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente Valadares. Muito rapidamente, é apenas para cumprimentar V. Exª pela iniciativa de trazer esse anúncio a esta Comissão. Cumprimento o Sr. Davi Emerich e, em nome dele, cumprimentar todos os profissionais da TV Senado por mais esse programa. Entendo que nós devemos fortalecer a TV Senado como um instrumento de comunicação do Parlamento brasileiro, no caso do Senado Federal, com o conjunto da sociedade brasileira.

E programas como esse fortalecem a democracia e fortalecem o sentimento da importância da democracia, da importância do Parlamento na vida das pessoas. Ao levar, por exemplo, o debate sobre propostas apreciadas pelo Congresso Nacional que têm impacto direto na vida da população de cada Município, fortalecem nas pessoas a compreensão da importância do Poder Legislativo.

Embora o Distrito Federal não tenha Municípios, nós temos aqui uma condição dupla de Estado e de Município, nós temos uma profunda relação com os Municípios que compõem a região metropolitana do Distrito Federal. Aliás, esse é um tema e já apresento até como uma sugestão de pauta para esse programa, que é a discussão das regiões metropolitanas, que é um problema grave hoje no País, sobretudo quando as regiões metropolitanas, como a do Distrito Federal, englobam mais de uma unidade da Federação. Esse é um problema, porque hoje grande parte dos Municípios, como Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Planaltina de Goiás, tem uma relação muito mais forte com o Distrito Federal do que com a capital de Goiás, Goiânia. No entanto, o Distrito Federal tem poucos mecanismos de aporte financeiro e de apoio a esses Municípios.

Portanto, esse debate sobre o papel dos consórcios intermunicipais, o papel das regiões metropolitanas, uma nova regulamentação das regiões metropolitanas, pode ter um impacto muito positivo na vida das comunidades.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Senador Rollemberg, essa matéria está aqui no Senado Federal, projeto de lei do Estatuto das Metrópoles, que está em debate aqui no Senado Federal. É muito importante essa questão que V. Exª levanta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Agradeço e demonstra a preocupação. Ainda ontem, eu assinei uma proposta de emenda à Constituição, salvo engano, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que também trata da regulamentação de regiões metropolitanas.

Portanto, embora o Distrito Federal não tenha Municípios, nós temos uma relação muito forte com os Municípios da região metropolitana que compõe a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno.

Portanto, parabéns à TV Senado, parabéns a todos os profissionais que conceberam esse programa e tenho certeza de que a TV Senado dará mais uma grande contribuição ao fortalecimento da democracia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró, do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, Sr. Senador Vice-Presidente Inácio Arruda, Sr. Davi Emerich, para mim, emérito, Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Srª Senadora Lúcia Vânia, primeiramente, quero cumprimentar V. Sª e todos os seus companheiros de trabalho por concretizarem essa iniciativa do Presidente Renan Calheiros.

Eu apenas pediria, vendo esse *folder* aqui e também pela transparência, que da próxima vez lembrassem do nosso Pantanal, das riquezas naturais da Serra da Bodoquena, Bonito, que é hoje um ponto turístico de expressão internacional. Tenho certeza de que isso acontecerá, até porque nesse *folder* haverá espaço para mostrar a cara do seu Município. O meu Município, lá no longínquo Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, Rio Brilhante, onde eu nasci e onde moro há 82 anos, a capital do Estado, Campo Grande, naturalmente vão merecer especial atenção da TV Senado.

Eu quero, Sr. Presidente, estender as minhas considerações e solidariedade aos Senadores que aqui já se manifestaram. Tenho profundo apreço pela TV Senado, porque a minha atuação parlamentar, como a dos demais, obteve um alcance extraordinário com a minha presença nas Comissões, no plenário. Isso não teria sido possível se não tivéssemos um órgão da penetração na opinião pública, como é a TV Senado.

Eu fui Constituinte, talvez o único aqui que teve essa honra. Hoje, lamento profundamente que àquela época não existisse TV Senado nem TV Câmara. Eu creio, hoje, que muitas das coisas que constam na Constituição talvez nela não teriam sido consignadas se nós tivéssemos a presença dos telespectadores, dos ouvintes da Rádio Senado, que nos dariam uma contribuição valiosa para que pudéssemos aperfeiçoar, ainda mais, a nossa Carta Magna. Daí porque eu só tenho motivos para ressaltar, hoje, a atuação desses dois órgãos importantes da sua Secretaria, Sr. Davi Emerich.

Eu gostaria, sinceramente, e para concluir, de dizer que os Municípios são, realmente, a célula *mater* da Nação. Eu lamento, sinceramente, que na Constituição de 1988 não ficasse consagrada uma participação mais efetiva – efetiva em termos de prestar serviço, mas não da captação de recursos.

Eu me recordo perfeitamente de que uma das emendas que apresentei naquela ocasião visava fortalecer financeiramente os Municípios através da arrecadação direta, imediata, na boca do cofre. O que pertencia ao Município deveria ser imediatamente consignando a ele. Se isso acontecesse, não teríamos esse desprazer de ver prefeitos e vereadores virem à Capital à cata de recursos e pedir a messe do Governo Federal.

Eu tenho a impressão de que, agora, com esse serviço que o Senado vai prestar através do programa Município Brasil, nós teremos condição de aperfeiçoar o sistema, inclusive tributário, da Nação. Será uma excelente contribuição que o Senado prestará, através da TV Senado, para se corrigir esse erro que se cometeu com relação aos Municípios brasileiros.

No mais, Sr. Presidente, é para cumprimentar V. Exª pela iniciativa de trazer esse acontecimento hoje, aqui, para que os Municípios brasileiros sejam mais lembrados, através da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero comunicar a V. Exª, Senador Ruben Figueiró, que o nosso Diretor acaba de informar de que Três Lagoas estará no primeiro programa da TV Senado em homenagem aos Municípios.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mato Grosso do Sul agradece a decisão de V. Exª. Três Lagoas é um dos Municípios que, hoje, desponta com maior desenvolvimento econômico e social. Nós temos lá as duas maiores usinas de celulose, fábrica de papel e celulose. Temos lá implantada uma fábrica de fertilizantes, que vai fornecer ao Brasil, sobretudo, ureia, contribuindo, assim, para a recuperação das nossas terras, que já se encontram algumas delas em estado de desgaste. Mas este presente já me conforta e justifica o meu choro no início do discurso.

Muito obrigado a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Ruben Figueiró, o Senador Inácio Arruda, quando da sua fala, falou sobre a diversidade cultural, econômica e social do nosso País. Cada Município é um mundo, é um universo muitas vezes totalmente diferente de outro que está próximo ou vizinho.

Há situações que têm que ser mostradas, e vão ser mostradas, sem dúvida alguma, pela nossa TV Senado, como, por exemplo, produzir frutas típicas de um clima temperado no Semiárido brasileiro. Lá em Sergipe, nós encontramos esse exemplo de frutíferas que estão sendo plantadas anualmente em Municípios do Semiárido,

frutas que foram transplantadas do sul do País, como a maçã, a pera e o caqui, e já estão sendo produzidas no Semiárido de Sergipe, em Municípios do Estado de Sergipe.

O Senado vai ter oportunidade de fazer uma visita, e eu, desde já, estou convidando a TV Senado para que faça a cobertura desse trabalho que vai ter uma repercussão econômica e social muito grande no nosso Estado de Sergipe.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que também quer se pronunciar sobre esta reunião especial da nossa Comissão, no lançamento do programa da TV Senado voltado para os Municípios.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Davi Emerich, Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, pela iniciativa de trazer aqui esta iniciativa da TV Senado, e cumprimentar o Davi pela criatividade.

Eu acho que o Davi está implementando na TV Senado um novo momento, um momento que valoriza a ação dos Parlamentares, valoriza a ação dos Senadores. Eu posso testemunhar, como Ouvidora do Senado, o quanto a Secretaria de Comunicação Social tem sido presente nas demandas daquela área que hoje presido.

Portanto, eu quero louvar essa iniciativa, que vem reforçar o trabalho dos Parlamentares, vem reforçar toda essa visão que a gente tem buscado mostrar ao País e ao Governo Federal, a importância dos Municípios, a importância de um novo Pacto Federativo, a importância de valorizar as pessoas que ali moram.

Eu não tenho dúvida, Davi, que esse programa vai ser uma disputa, todo mundo vai querer: o Senador Figueiró já puxou para o Pantanal; e eu quero puxar para o meu lado também; o Senador Valadares já puxou para Sergipe. E eu quero dizer que eu gostaria muito também que o meu Estado de Goiás fosse valorizado, fosse mostrado numa outra oportunidade.

No dia 23 agora, nós teremos uma exposição de orquídeas na cidade de Piracanjuba. É uma exposição que tem a presença de pessoas do Brasil inteiro, de colecionadores do Brasil inteiro e de fora do País. É um evento muito interessante. Foi ali, através desse evento que já tem aí uns 30 anos, que a cidade se estruturou para produzir e vender orquídeas. Enfim, é considerada a cidade da orquídea. E foi uma alternativa que os Prefeitos acharam para poder gerar renda, porque é uma região em que nós temos a segunda maior bacia leiteira do Estado, mas a pecuária emprega pouco. Então, eles acharam por bem fundar essa associação dos orquidófilos, começando a divulgar essa produção de orquídea na cidade.

Portanto, acho que é uma coisa interessante. Dia 23, nós vamos inaugurar o Palácio das Orquídeas, para onde vamos trazer expositores do mundo inteiro para ali apresentar a sua produção.

Portanto quero louvar mais uma vez a TV Senado e toda a sua equipe, que está motivada a trabalhar cada vez mais no sentido de fazer com que esta Casa seja vista lá fora com o valor que ela tem.

É preciso que o cidadão brasileiro entenda que o Congresso Nacional, que o Senado da República faz um trabalho muito importante para a sociedade. Infelizmente, a imagem que se tem lá fora não é essa. E a TV Senado tem colaborado enormemente para que a gente possa mostrar esse outro lado, o lado que produz, o lado que colabora com o crescimento e o desenvolvimento do País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns ao Davi e a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Tenho um relatório que não vou ler, porque já fiz a leitura no Plenário do Senado, de uma visita técnica à cidade de Curitiba, no dia 28 de abril de 2014. Foi a visita técnica da Comissão de Desenvolvimento Regional acompanhada das Comissões de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados.

Nessa visita, nós estivemos nas obras de mobilidade urbana, no estádio Arena da Baixada e no aeroporto Afonso Pena, obras que anteriormente estavam atrasadas, mas agora estão em ritmo acelerado e serão entregues antes da Copa do Mundo, o que será uma tranquilidade, uma vez que Curitiba, além de ser uma cidade belíssima, terá um dos melhores aeroportos do Brasil, será o quinto do Brasil. Não digo agora, imediatamente, durante a realização da Copa, mas até o ano de 2015 Curitiba terá a capacidade de atender a uma demanda que passará de algo em torno de 8 milhões de passageiros atualmente para quase 15 milhões de passageiros ao ano, o que significa um grande reforço para aquela cidade, para o turismo do Sul do País e para o desenvolvimento econômico do nosso País.

As obras da Copa, que em alguns momentos foram e estão sendo criticadas, inclusive com uma certa razão, devido aos excessos que foram cometidos em alguns lugares, a exemplo de Brasília, deixarão um legado

que já estamos vendo no aeroporto de Brasília, que hoje é um dos mais modernos do mundo. E ficará melhor ainda após o término das obras.

Visitamos vários aeroportos e estádios e constatamos que há um legado, principalmente nos Estados mais pobres, a exemplo do Rio Grande do Norte, que terá um aeroporto novinho em folha para receber aviões de todos os portes, um aeroporto internacional. E no centro da cidade, uma arena que foi totalmente reconstruída e hoje é um cartão de visitas para Natal. Mais de R$5 bilhões foram investidos lá pela iniciativa privada e pelo próprio Estado, com financiamento do BNDES para a iniciativa privada naquele Estado pobre do Nordeste do Brasil.

Quando poderíamos ver R$5 bilhões serem investidos num Estado como aquele?

Por isso criticamos os excessos, mas também reconhecemos a parte positiva da Copa do Mundo, com a realização de eventos em Estados como o do Rio Grande do Norte.

Logicamente, nós poderíamos ter, Senadora Lúcia Vânia, em vez de 12 estádios novos, como o Brasil ainda é um País subdesenvolvido e já que na Copa do Mundo que houve na Alemanha somente um estádio foi construído – um estádio! – porque os demais já existiam... Então, nós vamos ter realmente gastos muito importantes que poderiam ser utilizados em outras atividades. Mas já que o assunto não pode retroagir, já que as obras não podem ser destruídas, vamos então aproveitá-las e fortalecer o turismo local e o desenvolvimento econômico e o esporte em nosso País.

Portanto eu quero incluir nos Anais desta Comissão este relatório da visita que nós fizemos, no dia 18 de abril, à cidade de Curitiba.

Eu passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que tem o relatório do item 3, para fazer a leitura. É a Ordem do Dia, que já nós estamos começando, para finalizar esta reunião.

O Senador Rodrigo Rollemberg, daqui a pouco, também fará a leitura do seu relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2013 - Complementar

– Não Terminativo –

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Bicodo Papagaio (RIBP) e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – De autoria do Senador Vicentinho Alves, que autoriza o Poder Executivo a criar, conforme previsto no art. 43 da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Bico do Papagaio e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio.

O projeto estabelece que a Região Integrada de Desenvolvimento seria constituída por 66 Municípios – 16 no Maranhão, 25 no Pará e 25 no Tocantins –, distribuídos em oito microrregiões, com área total de 141.130,2 km² e com população de 1.736.516 habitantes.

A proposição estabelece como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União e dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins e dos Municípios contemplados, conforme o previsto no inciso IX do art. 21, no art. 43, e no inciso IV do art. 48 da Constituição Federal.

Análise.

Cabe a esta Comissão analisar o mérito do PLS nº 469, de 2013, complementar, quanto ao alcance regional de sua proposta e ao impacto no setor de turismo.

Esta proposição é idêntica a diversos PLSs em tramitação que buscam promover a criação de regiões integradas de desenvolvimento nos seguintes rincões do País: Cariri-Araripe, Alto Madeira, Bacia do Rio Doce, Roraima e tantos outros aqui citados no relatório.

Todas essas iniciativas legislativas tentam espelhar a Lei Complementar nº 94, de 1998, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), para reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana em volta do Distrito Federal e minimizar as pressões de demanda por serviços públicos e a dificuldade de provisão dos mesmos pelo setor público. Por envolver Municípios de

mais de uma Unidade da Federação, a Ride é considerada uma forma de ação mais ampla que a prevista nas regiões metropolitanas.

Eu quero dizer que este projeto é importante. A experiência vivida pela Ride no Distrito Federal é uma experiência positiva. Isso vai favorecer que a região possa fazer um trabalho integrado entre Estados, Municípios e União.

Portanto, diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2013.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 3, o Projeto de Lei do Senado nº 469.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer a leitura do Ofício "S" nº 1, não terminativo, que encaminha relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao 1º semestre de 2011, de autoria do Ministério da Integração.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 1, DE 2012
– Não terminativo –

Encaminha Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011.
Autoria: Ministério da Integração Nacional
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pelo arquivamento

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão o Ofício "S" nº 1, de 2012, do Ministro de Estado da Integração Nacional, que encaminhou ao Senado Federal a seguinte documentação: 1º) O relatório do Banco do Brasil sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações de recursos do FCO no primeiro semestre de 2011, acompanhado das demonstrações contábeis em 30 de junho de 2011; 2º) O parecer conjunto elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e 3º) A Resolução do Condel que aprovou o Relatório de Gestão apresentado pelo Banco.

A documentação foi encaminhada em três vias, sendo a primeira encaminhada à Comissão de Orçamento, a segunda à Câmara dos Deputados e a terceira distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A propósito do presente tema, deve-se registrar que, simultaneamente, encontram-se em análise nesta Comissão o Ofício "S" nº 1, de 2012, que trata da prestação de contas do FCO, relativa ao primeiro semestre de 2011, e o Ofício "S" nº 22, de 2012, que trata da prestação de contas relativa ao exercício completo de 2011. Não cabe, por isso, análise somente da gestão do primeiro semestre de 2011.

Diante do exposto, e considerando que não há providências adicionais a serem adotadas acerca do tema em pauta, nosso voto é no sentido de que esta Comissão delibere pelo conhecimento da matéria e pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, agora gostaria que V. Exª lesse o item 2, também Ofício "S" nº 4 de 2012.

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 4, DE 2012
- Não Terminativo -

Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012.
Autoria: Ministro de Estado da Integração Nacional
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pelo arquivamento

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – O relatório é do Ofício "S" nº 4, de 2012, do Ministro de Estado da Integração Nacional, Câmara e Senado Federal, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro, a seguinte documentação: Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o exercício de 2012; parecer conjunto elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e pela Sudeco e a Resolução do Condel nº 439, de 8 de dezembro de 2011, que aprovou referida programação.

A documentação também foi encaminhada em três vias.

Os recursos do FCO destinam-se, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas na Região Centro-Oeste. O objetivo principal é promover o desenvolvimento socioeconômico regional, mediante a execução de programas específicos de financiamento compatíveis com os Planos Estaduais de Aplicações de Recursos, as diretrizes do Plano Plurianual do Governo e as orientações do Ministério da Integração Nacional.

O relatório descreve as diversas modalidades de financiamento, de programações para os setores produtivos, como a modalidade do FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais e as Micro e Pequenas Empresas;

O Programa de FCO Empresarial para Pequena-Médias, Médias e Grandes Empresas – MGE;

O Programa de FCO Rural;

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;

O Programa de FCO Empresarial para Repasse; e

O Programa de FCO Rural para Repasse.

De acordo com o disposto no art. 6° da Lei n.° 7.827, de 27 de setembro de 1989, as principais fontes de recursos do FCO correspondem aos repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, aos retornos e resultados das suas aplicações e ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados. Para a execução orçamentária do exercício está previsto o montante de R$ 5.116 bilhões discriminados da seguinte forma:

– Repasse do Tesouro Nacional: R$ 1.920 bilhões, Retorno de Financiamentos R$2.422 bilhões, Resultado Operacional R$193 milhões,Disponibilidades ao final do Exercício Anterior R$765,40 milhões, Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores R$186 milhões.

Relativamente à distribuição geográfica dos recursos, a expectativa era obedecer aos seguintes critérios:

- DF, 19%; Goiás 29%, Mato Grosso do Sul, 23% e Mato Grosso, 29%.

Diante do exposto e considerando que não há providências adicionais a serem adotadas o nosso voto é no sentido de que esta comissão delibere pelo conhecimento da matéria objeto do Ofício "s" nº 4, de 2012, e pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Para discutir Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Rollemberg pelo relatório dos ofícios que prestam contas do FCO. É importante destacar que o FCO na Região Centro Oeste tem tido um resultado altamente positivo. O nível de inadimplência é baixíssimo.

E quero saudar aqui todos os Senadores da região Centro Oeste que se uniram no ano passado para ampliar os recursos do FCO. Com isso, nós conseguimos aportar mais R$ 3 bilhões, saindo R$1,4 bilhão do FDCO, que é para infraestrutura, mas que foi revertido para o FCO Empresarial, em função da falta de projetos de infraestrutura, em função de que o FDCO só foi liberado já no final do ano e para não perder os recursos nós conseguimos transferi-los para o FCO Empresarial e conseguimos, da carteira rural mais R$1,5 bilhão que foi acrescido ao FCO Rural implementando a Agricultura e a Pecuária da nossa região.

Quero parabenizar o Senador Rollemberg e o Senador Figueiró e, em nome dos dois, cumprimentar todos os Senadores do FCO que obtiveram recurso altamente positivo: de R$ 5 bilhões passamos para quase R$10 bilhões em função desse trabalho dos Senadores da Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Passo à votação em bloco.

Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Quero agradecer as palavras da Senadora Lúcia Vânia e fazer um reconhecimento de que a Senadora Lúcia Vânia foi quem tomou a iniciativa de procurar o Ministro da Fazenda no ano passado para ampliar os recursos do FCO. E quero dizer, Senadora Lúcia Vânia, que, ontem, tive a satisfação de receber os Diretores do Banco do Brasil que cuidam dessa área acom-

panhados do ex-Presidente da Sudeco, Marcelo Dourado, fazendo uma prestação de contas que chegará formalmente ao Senado Federal a respeito da aplicação do FCO em 2013.

Realmente, houve uma ampliação muito grande, inclusive para o Distrito Federal e para a região do entorno do Distrito Federal, em função de uma medida adotada por esta Casa, que é importante – falávamos a pouco do programa que o Senado está lançando sobre Municípios – e que mostra de fato o que uma ação do Senado pode implicar positivamente nos Municípios. O que tínhamos no FCO como acabei de relatar? Uma destinação de 19% dos recursos para o Distrito Federal; 23% para Mato Grosso do Sul; 29% para o Mato Grosso e 29% para o Estado de Goiás.

Na prática, o Distrito Federal sempre utilizava menos da metade disso, algo em torno de 9%. E por quê? Porque havia um limitador de que apenas 20% dos recursos do FCO poderiam financiar atividades de comércio e serviços. E o Distrito Federal, pela característica da sua economia, quase 90% da economia do Distrito Federal são sustentados pela Administração Pública e por comércio e serviços. E nós conseguimos alterar isso, inicialmente com um projeto que foi aprovado aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e, posteriormente, a ideia do projeto foi ancorada em uma medida provisória, através de uma emenda do Senador José Pimentel, feita em acordo com todos nós e acolhida pelo Relator, Senador Walter Pinheiro.

Com isso, o Distrito Federal, por exemplo, teve um aumento de quase 80% na aplicação, na utilização dos recursos do FCO no ano passado, atingindo a meta de R$830 milhões. E tive a informação que quase R$200 milhões desses recursos foram investidos na Ride, nesses Municípios que estão no entorno do Distrito Federal.

Daí a importância desse fundo. E, daqui a pouco, no próximo item da pauta, eu estou relatando o projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia que trata do FCDO, que é outro fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste extremamente importante para promover o desenvolvimento da região.

Portanto, parabéns à Senadora Lúcia Vânia que é uma Senadora muito querida no Distrito Federal e muito querida no entorno do Distrito Federal, pelas cidades que compõem a nossa região metropolitana.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço.

Senador Ruben Fiqueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de ressaltar a participação importantíssima da Senadora Lúcia Vânia na solução desses recursos que foram transferidos ou foram consignados ao FCO. Isso eu faço até por uma questão sentimental, porque a origem do FCO se deve a uma emenda de minha autoria na Constituição, para nós nos compararmos com os recursos que foram para o Nordeste e para o Norte. E, agora, vejam, que se houve impulso na transferência de recurso para nossa região, se deve, em grande parte, à atuação da Senadora Lúcia Vânia.

Quero que fique consignado também nos anais desta reunião o nosso reconhecimento e aplausos pela atuação da Senadora Lúcia Vânia em favor do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Figueiró.

A próxima relatoria seria da Senadora Ana Amélia.

Passemos ao item 4, que tem como autora a Senadora Lúcia Vânia e, como Relator o Senador Rodrigo Rollemberg. Antes, porém, passemos à votação dos itens anteriores.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passarei ao item 5, uma vez que V. Exª precisa descansar um pouco a garganta e, enquanto isso, passo a palavra à Senadora Ana Amélia para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 64, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, de autoria do Senador Alvaro Dias.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2014

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E para simplificar, meu caro Presidente, caros colegas, já vou direto à analise, cortando toda aquela parte que é o formalismo legislativo.

A iniciativa do projeto do Senador Alvaro Dias tem o mérito de propor solução ao desafio de promoção da agregação de valor à produção de bens primários produzidos no interior em regiões distantes dos grandes centros consumidores como São Paulo e Curitiba e dos principais portos brasileiros como Paranaguá.

O sucesso do funcionamento de uma ZPE em Foz do Iguaçu resultará na criação de renda e emprego, que atualmente são criados nos centros econômicos mais dinâmicos que promovem o beneficiamento e o processamento dos produtos primários oriundos do Sul e do Centro-Oeste e no exterior e principalmente do Paraguai.

Ainda quanto ao mérito cabe informar que a discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de 80, quando foram criadas, mediante decreto presidencial, 17 ZPEs. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente, o debate em torno da ZPE voltou à tona com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 20 julho de 2007. Diante da discussão sobre a importância da ZPEs como instrumento de promoção do desenvolvimento foram apresentados os diversos projetos de lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPEs em diversos Municípios brasileiros, entre os quais está o PLS que ora analiso de autoria do Senador Alvaro Dias.

As zonas de processamento de exportação vêm sendo utilizadas em diversos países como importante instrumento para dar maior dinamismo econômico a áreas em seus territórios. Isso ocorre porque a ZPEs permite agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas, tradicionais, para posterior venda no mercado internacional.

Desse modo, a atualização no marco regulatório das ZPEs mediante as Leis nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 11.732, de 30 de junho de 2008, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam entrar em operação e contribuir para a dinamização econômica de áreas hoje estagnadas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais brasileiras.

É esse o caso da mesorregião do sudoeste do Paraná que possui, segundo o IBGE, 37 Municípios e cuja renda *per capita* e IDH são inferiores a média do Estado paranaense. Ainda que seja favorável às ZPEs como instrumento de política de desenvolvimento, é necessário levar em conta a legislação sobre sua criação. A Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação relativa à Zona de Processamento de Exportação, seu art. 2º estabelece que a criação de ZPEs faz-se à por decreto, à vista de proposta dos Estados e Municípios.

O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional da Zona de Processamento e Exportação analisará as proposta de criação de ZPEs e dará prioridades para as propostas de criação de ZPEs localizadas em área geográfica privilegiadas para a exportação.

Portanto, caberá a este Conselho analisar o mérito da criação de ZPE no Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelo Município.

De acordo com o Parecer nº 527 de 1998, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa, pois o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração a prática de ato de sua competência.

Assim o PLS nº 64 deste ano, de autoria do Senador Alvaro Dias, deve ser entendido como uma sugestão ou indicação ao Poder Executivo que tenha competência legal para criar ZPEs por meio de decreto.

Portanto, creio ser possível a criação de uma ZPE em Foz do Iguaçu, o que deverá contribuir para o desenvolvimento daquele Município e da sua região de influência.

Em síntese, no que respeito ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposta de uma ZPE em Foz do Iguaçu, no Paraná.

O voto: diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª é o próximo Relator.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2014 - Complementar
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para prever o estabelecimento de condições para a aplicação a fundo perdido de parcela dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e a definição de critérios de seleção de projetos de investimento a serem beneficiados com a aplicação de recursos do FDCO a fundo perdido.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2014, complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para prever o estabelecimento de condições para aplicação a fundo perdido da parcela dos recursos do FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e a definição de critérios de seleção de projetos de investimento a serem beneficiados com a aplicação de recursos do FDCO a fundo perdido.

Também vou direto à análise.

O PLS nº 32, de 2014 – Complementar, trata da promoção do desenvolvimento regional e estabelece condições para o funcionamento do FDCO, um dos principais instrumentos de ação da Sudeco, entidade regional responsável pela promoção do desenvolvimento do Centro-Oeste.

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional e do turismo, tal como se caracteriza a proposição em análise.

O PLS nº 32, de 2014 – Complementar, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, pois versa sobre a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que instituiu, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Sudeco e estabeleceu sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação e instrumentos de ação.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito do projeto, a alteração proposta estabelece novo mecanismo para a Sudeco apoiar os Estados e Municípios na realização de investimento público e de ações e serviços públicos que sejam indispensáveis para a adequada implantação e funcionamento de projetos com potencial para dinamizar a atividade econômica local e regional.

Ao permitir a realização de gastos a fundo perdido, a maior eficácia da atuação do FDCO será reflexo da redução de custos de implantação dos projetos de investimento e da transformação do contexto local em ambiente mais competitivo na atração de novas iniciativas de investimento em relação aos grandes e consolidados centros econômicos.

A proposta da Senadora Lúcia Vânia limita os recursos que podem ser aplicados a fundo perdido em cada exercício, pois apenas uma parcela dos recursos disponíveis do FDCO poderá ser destinados a essa nova modalidade de utilização, enquanto a maior parte das disponibilidades seguirá sendo usada na concessão de empréstimos.

Reconhecemos que a proposição representará ganho de autonomia e flexibilidade para a atuação do Conselho Deliberativo da Sudeco como órgão gestor do FDCO, mas, como a Justificação do PLS já alerta, é forçoso reconhecer, também, que a nova linha de procedimento exigirá a definição de rigorosos critérios de seleção das iniciativas a serem apoiadas.

Esse desafio caberá à Sudeco, como Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo, a qual terá a tarefa de bem administrar essa nova linha de atuação do FDCO, cuidando de assegurar adequada análise e aprovação dos projetos de investimento, que serão, em caso de comprovada viabilidade econômica e financeira, apoiados com a aplicação de recursos a fundo perdido.

Em síntese, concluímos que é meritória a alteração promovida pelo PLS nº 32, de 2014, pois a promoção do desenvolvimento do Centro-Oeste é decisiva para a superação dos problemas subjacentes ao atual lento ritmo de crescimento da economia nacional.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2014 – Complementar.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Em discussão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar e agradecer o Senador Rollemberg e o Senador Figueiró pelas palavras generosas que proferiram a meu respeito.

Eu gostaria de dizer que esse projeto é extremamente importante, porque o FDCO é um fundo destinado à infraestrutura da nossa região. E esse fundo, todo ele, é para financiamento. Como a nossa região ainda demanda infraestrutura em áreas deprimidas, em áreas mais pobres, não há atração da iniciativa privada para investir em infraestrutura ali. Então, é preciso que haja a intervenção do Estado. E se nós conseguirmos fazer com que o FDCO, uma parte dele seja de investimento e não de financiamento, propiciaremos aos nossos Estados atuarem nessas áreas onde a iniciativa privada não tem interesse em aplicar os recursos.

Portanto, é um projeto extremamente importante, que vai favorecer as regiões mais pobres da nossa Região Centro-Oeste.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senadora, meus parabéns pelo seu projeto. Também ao nosso Relator, Rodrigo Rollemberg, pelo brilho de sua atuação nesta Comissão.

Passemos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o projeto da Senadora Lúcia Vânia permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quatorze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Cícero Lucena e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. Presente a Senadora, não membro da Comissão, Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao RDR 2/2014 – CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata que requer: "nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater as obras dos aeroportos do Brasil". A audiência pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC ; e do Senhor Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Às dez horas e trinta e dois minutos, assume a Presidência Eventual, o Senador Wilder Morais. Às dez horas e trinta e cinco minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares reassume a Presidência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Walter Pinheiro, Wilder Moraes, Ruben Figueiró, João Capiberibe, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. Em seguida, o Presidente repassa as perguntas feitas pelos cidadãos, através do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), Alô Senado (0800) e Redes Sociais (Twitter e Facebook), que são respondidas pelos convidados expositores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sou-

sa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a respectiva nota taquigráfica.

Ao iniciarmos a nossa reunião, gostaria de partilhar com este Colegiado a satisfação desta Presidência quanto à repercussão dos trabalhos aqui realizados.

Fizemos visitas técnicas em todos os estádios e aeroportos dos Municípios onde ocorrerão jogos da Copa do Mundo de Futebol da FIFA. O produto dessas visitas gerou matéria para a 20ª edição da revista *Em Discussão!*, editada pelo Senado Federal, cujo lançamento ocorreu no dia 23 de abril de 2014, na Biblioteca do Senado, com a presença de vários Parlamentares, instituições e pessoas ligadas ao tema futebol e, naturalmente, Copa do Mundo.

Às vésperas do jogo de abertura, a população está dividida. Pesquisa do DataSenado, realizada a pedido da revista *Em Discussão!*, mostra que os percentuais da população que aprovam ou desaprovam a Copa do Mundo são praticamente iguais, mas a grande maioria acredita que o dinheiro usado teria melhor destino na saúde, na educação e na segurança pública.

Ministro, sente-se aqui ao nosso lado. Bem-vindo à nossa Comissão!

Registramos as presenças, nesta reunião, do Presidente da Infraero, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale, e do Ministro Wellington Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil.

Wellington Moreira Franco foi Governador do Rio de Janeiro na mesma época em que eu fui Governador do Estado de Sergipe.

Ministro e Presidente, sejam bem-vindos a esta Comissão.

Às vésperas do jogo de abertura, a população está dividida, como eu estava falando. Pesquisa do Data Senado, realizada a pedido da revista *Em Discussão!*, mostra que os percentuais da população que aprovam ou desaprovam a Copa no Brasil são praticamente iguais, mas a grande maioria acredita que o dinheiro usado teria melhor destino na saúde, na educação e na segurança pública.

Responsável pela fiscalização das contas públicas federais, o Congresso, com o apoio do Tribunal de Contas da União, acompanhou, desde o início, os planos e as obras para dar transparência aos gastos sem provocar atrasos. Ainda que mudanças nos prazos e nos orçamentos tenham acontecido, os mecanismos de controle avançaram, se comparados, por exemplo, com os dos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando os gastos finais foram dez vezes maiores que a previsão inicial.

Em nossas visitas técnicas, estávamos atentos ao interesse do cidadão e também ao uso responsável do dinheiro público, que foi muito bem retratado nas páginas da 20ª edição da revista citada, *Em Discussão!*, publicada pelo Senado Federal.

Nessa mesma linha, na 6ª Reunião da CDR, ocorrida no dia 7 de maio de 2014, quarta-feira passada, fizemos o lançamento de um novo programa da TV Senado, que conta com o apoio desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Trata-se do programa Município Brasil, que mostrou e mostrará como as decisões do Legislativo impactam no dia a dia dos brasileiros e como esses assuntos locais repercutem no Congresso Nacional. Com linguagem informal, o programa Município Brasil, já no dia 10 de maio, apresentou notícias, projetos, debates, serviços, curiosidades e um pouco da história de alguns dos 5.570 Municípios brasileiros. Serão programas mensais, com a duração de 30 minutos, dedicados a temas como saúde, transporte público, Fundo de Participação dos Municípios, federalização da educação, ICMS, divisão dos *royalties* do petróleo, renegociação das dívidas municipais, entre outros.

Essas ações institucionais pontuam o nosso trabalho e indicam que estamos no caminho certo, tanto em relação às audiências públicas, que tratam de temas regionais, quanto aos tantos seminários realizados em nossas ações de fiscalização.

Aproveito o ensejo, quando os prefeitos municipais realizam mais uma marcha em Brasília, para expressar a minha solidariedade – e tenho certeza de que essa solidariedade não é só nossa, dos membros desta Comis-

são, como do Ministro Wellington Moreira Franco, que foi Governador e sabe das dificuldades que estão sendo vivenciadas pelos prefeitos municipais nessa quadra da vida institucional e política do Brasil.

Queremos crer que as soluções estão à vista, e uma delas é o aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Ao aumentar em dois pontos percentuais, é claro que os Municípios vão receber os benefícios do aumento da arrecadação, mas, em contrapartida, os Municípios terão que agir com responsabilidade, com equilíbrio, a fim de que as finanças, que já são problemáticas em todas as comunas do Brasil, não se agravem. Antes, pelo contrário, essa participação do Congresso Nacional no aumento do Fundo de Participação, tenho a certeza de que haverá a compreensão do Governo Federal em contribuir para a realização de obras de infraestrutura, porque os prefeitos municipais têm dinheiro, têm recursos apenas para o pagamento, a duras penas, de suas folhas de servidores públicos, do piso salarial dos professores, da obrigatoriedade com a saúde da ordem de 15% das suas receitas correntes líquidas. Enfim, as responsabilidades municipais são grandes na efetivação de obras e serviços em benefício da população.

Mas, ao mesmo tempo em que os prefeitos exigem aumento da arrecadação e a contribuição do Governo Federal, do Governo da União para aumentar o Fundo de Participação, a sociedade também exige responsabilidade na aplicação desses recursos. É o que nós esperamos que os Municípios possam fazer a partir do momento em que essa emenda à Constituição for aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2014, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater as obras dos aeroportos do Brasil, com a presença do Exmo Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Moreira Franco, ex-Governador, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, *caput*, §1º, e art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal. Assim, também ao nosso lado, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero.

De conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, falará o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale. Caso o Ministro queira falar depois…

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Vou falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Falará logo. O.k..

Após as exposições abriremos a fase de interpelação.

Concedo a palavra, então, ao Sr. Ministro Moreira Franco, para fazer a sua exposição.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Prezado Presidente, é uma alegria muito grande vir aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para tratar de tema que mobiliza a todos nós, não só a esta Casa, não só a esta Comissão, mas, como disse o próprio Presidente, em seu discurso de abertura, é uma questão que hoje mobiliza a consciência, a participação política, a imaginação e a própria esperança do cidadão brasileiro com relação ao futuro, na medida em que se coloca uma questão política essencial nesse debate.

De um lado, temos eficiências e metas a serem alcançadas na melhoria da qualidade dos serviços públicos essenciais, àqueles que cuidam de melhorar a formação, a saúde, a própria situação econômico-financeira do cidadão brasileiro, do trabalhador brasileiro, da sociedade brasileira. Do outro, temos o grande desafio que o País está sendo obrigado a enfrentar, que é o de resgatar perdas que se deram ao longo de pelo menos três décadas com relação à qualidade da sua infraestrutura, e não só a infraestrutura aeroportuária, mas a infraestrutura portuária, rodoviária, ferroviária, enfim, com o desenvolvimento da tecnologia, todas as outras formas, hoje, de garantir uma base sobre a qual se possa dar continuidade à construção de uma sociedade próspera e socialmente justa.

Eu quero agradecer a presença do Presidente da Infraero, o Dr. Gustavo do Vale, que tem a responsabilidade de comandar uma parte importante desse programa, que diz respeito ao restabelecimento das condições da aviação civil no Brasil, sobretudo com relação a sua infraestrutura.

E, aqui, vai um aspecto que me parece extremamente importante: a consciência de que nós, no Brasil, hoje, temos uma política para a aviação civil. Uma política que, consequentemente, tem uma meta, tem um objetivo. O nosso objetivo, o objetivo da política que vem sendo aplicada pela Presidenta Dilma – e não é exagero dizer que essa política teve o seu contorno final no Governo da Presidenta Dilma – tem como objetivo trazer para o século XXI a infraestrutura aeroportuária brasileira, modernizá-la, torná-la capaz de garantir ao cidadão brasileiro, seja ele empresário, seja ele pai de família, turista, enfim, que queira viajar pelo País e para o exterior para visitar os seus familiares, enfim aquele que precisa, necessita, de alguma forma, usar a aviação como meio de transporte. E essa política, que tem esse objetivo, é calcada em três estratégias: a primeira foi a de tirar a aviação civil do mundo militar, pois, desde o início da constituição do Ministério da Aeronáutica e, consequentemente, da organização da parte civil da aviação no Brasil, o comando da aviação civil esteve sob a liderança militar. Recentemente, coisa talvez de não mais do que sete anos, começou, no Brasil, a transferência

do ambiente da aviação civil para o mundo civil. Evidentemente, isso os senhores e senhoras sabem tão bem quanto eu, das dificuldades, da delicadeza, porque se faz uma mudança de natureza institucional. E quero dizer aqui que essa transferência, essa mudança vem sendo feita sem dificuldades institucionais, sem fricção, sem transtornos, num ambiente da mais absoluta compreensão, e enfrentando, de maneira que me parece extremamente adequada, a necessidade de qualificar pessoal para as diversas áreas da aviação civil, não só controle espacial, mas também a parte da operação dos aeroportos, da mobilização tecnológica, que vem sofrendo, com uma velocidade incrível, uma transformação imensa no ambiente aeroportuário, para que nós possamos ter pessoal civil qualificado para tocar essa área. E isso nos coloca extremamente confiantes de que nós vamos cumprir esse objetivo estratégico de maneira exemplar, fato que certamente, pela história política do nosso País, não é algo trivial. Os senhores e as senhoras sabem das dificuldades que tivemos ao longo desses anos, dos conflitos que tivemos no passado, na relação civil-militar do ponto de vista institucional.

O segundo objetivo estratégico é dotar os nossos aeroportos de uma infraestrutura capaz de atender às necessidades de crescimento econômico e de mobilidade da sociedade brasileira.

A recomendação que eu recebi da Presidenta Dilma foi de que nós fizéssemos todo o esforço possível para não repetir, nos dias de hoje, o equívoco, ou o erro, ou a falta de determinação, de visão, enfim, seja qual qualificação se queira dar, mas que não se repita – e hoje a aviação civil, a aviação tem, como modal de transporte, um papel de liderança em relação aos outros modais – o equívoco que se cometeu na época em que o modal ferroviário tinha essa liderança. Naquela época, creio que muito poucos Estados, além do Estado de São Paulo, conseguiram aproveitar e usar esse modal e com ele integrar social e economicamente o País.

Nós sabemos, os senhores sabem que quando houve o avanço da ferrovia no mundo, a situação econômica do Brasil era relativamente parecida ou igual à situação econômica dos Estados Unidos. Os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade, que não era dada apenas a ele especificamente, mas que estava sendo colocada para a sociedade, pelo avanço tecnológico decorrente das condições criadas, para que a ferrovia se transformasse no modal de liderança da mobilidade humana, e fez o esforço de integrar o país todo. Com isso deu um impulso econômico imenso aos Estados Unidos. Nós, aqui, não conseguimos isso, não fizemos isso, creio que à exceção do Estado de São Paulo, que aproveitou adequadamente essa oportunidade.

Hoje o aeroporto exerce o mesmo papel que no passado exercia um porto, exercia uma estação ferroviária, e mais recentemente uma rodoviária, como centralizador, como polo de crescimento econômico, de desenvolvimento, de mudança, de transformação, de agregação de pessoas, de permitir que as sociedades possam conviver com culturas diferentes, num ambiente de diversidade, e tudo isso fazendo com que haja efetivamente a abertura de todo o potencial humano, não só do ponto de vista ideológico-cultural, mas também econômico.

Para atingir esse objetivo, para que não permitamos o mesmo ambiente que se viveu na época das ferrovias, o Governo definiu três caminhos que compõem o terceiro aspecto dessa estratégia.

O primeiro deles foi o de fazer a concessão dos principais aeroportos do País; aqueles que tivessem a capacidade de determinar o padrão de operação, o padrão de organização, o padrão de existência do sistema aeroportuário brasileiro, pelo tamanho e pelo número de passageiros e pela mobilização de recursos econômicos e tecnológicos que fazem.

A decisão de concessionar também tem motivos de natureza econômica na medida em que assumiu o Governo, de maneira muito clara, muito corajosa, a manifestação prática da necessidade de mobilizar o capital privado para, junto com o capital público, aumentar as condições de investimento no País.

Desde a crise de 1982, o Brasil vivia uma situação econômica extremamente difícil, que começou com a crise cambial, depois foi para a crise econômica, foi para a crise financeira, perdemos moeda, desorganizamos a capacidade de intervenção do setor público na sociedade, e só no segundo mandato do Presidente Lula que o País, depois de recuperar moeda, depois de reestruturar, reorganizar suas instituições econômicas, é que a União voltou a ter condições de intervir com recursos, com programas, com planejamento na sociedade.

O Senador Antonio Carlos Valadares lembrou aqui da época em que fomos governador juntos – lá se vão 28 anos, mas é que começamos cedo, não se preocupe –, mas eu, antes, fui prefeito e, quando fui prefeito, de 1976 a 1982, foi uma época em que o Governo Federal, a União, tinha dinheiro, tinha recurso. Eu, como prefeito, consegui recursos, em Niterói, para realizar obras de túnel, estradas, pontes, rodovias, coisa que, quando fui governador, já não havia mais. Daí para frente, só no segundo mandato do Presidente Lula é que o País pôde repensar a ter programas como o Minha Casa, Minha Vida, programas de intervenção nos aeroportos, o PAC, o PIO – Programa de Igualdade e Oportunidade –, enfim, pôde começar novamente a praticar o que, na década de 70, começo da década de 80, se praticava de maneira extremamente competente, eficaz, tendo nós, aqui, brasileiros, uma infraestrutura de engenharia tanto de projetos quanto de empresas empreiteiras extremamente avançadas, reconhecida tecnicamente do ponto de vista internacional, e em uma época em que a

qualidade, a avaliação de desempenho das empresas era dada pelo que as empresas gastavam, porque havia recursos e havia uma busca de excelência.

À medida que os recursos se tornaram escassos, começou a se demonizar no Brasil o gasto público. Então, o setor público, quando gasta, ele sempre é objeto de suspeição e se quer manter qualidade construtiva com recursos que não correspondem ao custo efetivo do material usado e do projeto definido para tal.

É claro que todos nós e cada vez mais, para nossa alegria, a sociedade brasileira e o cidadão brasileiro quer que o dinheiro público seja usado da maneira correta, de maneira honesta, sem que haja abusos. Mas isso não significa que não se possa e não se deva usar esse dinheiro. O dinheiro precisa ser usado, as obras precisam executadas, os contratos precisam ser cumpridos, tanto pelo Governo quanto pelos prestadores de serviços para que possamos, novamente, como já tivemos há 40 anos, um ambiente de intervenção do setor público de maneira que possa melhorar a nossa infraestrutura e a ampliação da riqueza que nos esforçamos para erguer no nosso País.

Então, nós fizemos a concessão dos principais aeroportos. Como eu dizia, esses aeroportos atendem a 80% do número de passageiros de voos internacionais e em torno de 50% dos passageiros de voos domésticos. O aeroporto de Brasília, cujo Píer Sul já inauguramos e já está em funcionamento; agora, até o fim do mês, vamos inaugurar o Píer Norte. Com isso, essa etapa fica cumprida. Agora, no próximo dia 20, vamos entregar Guarulhos, com o novo terminal feito. Um aeroporto totalmente novo em São Gonçalo do Amarante, está para ser inaugurado. A recomendação que a SAC deu nesses aeroportos foi que a transferência das empresas do antigo terminal para o novo terminal se desse de maneira muito cautelosa para que não prejudicasse os serviços prestados aos passageiros. Na medida em que não é uma simples transferência de mesa ou de pessoas mas são sistemas tecnológicos que estão sendo transferidos e, normalmente, esses sistemas que estão sendo inaugurados são de outra geração e, com isso, você precisa qualificar pessoal, precisa organizar, precisa treinar, precisa avaliar quais são as dificuldades operacionais que o sistema vai apresentar para que não se tenha um transtorno grande para os passageiros.

O aeroporto de Viracopos, em termos contratuais, há um atraso. A ANAC já está fazendo as avaliações, as investigações para ver exatamente em que termos o contrato foi cumprido ou não, e ver as penalidades que estão lá no contrato, que serão aplicadas em virtude dos atrasos.

Mas os objetivos e o papel que estava planejado para o aeroporto de Viracopos, no âmbito do caderno de encargos para a Copa, ele vai cumprir as tarefas que cabiam ao aeroporto. A expectativa é que, na próxima segunda-feira – eu estive lá ontem fazendo uma visita –, eles vão encaminhar para mim um novo cronograma. A expectativa é que possamos ter o aeroporto de Viracopos antes do final do ano em pleno funcionamento, atendendo às nossas necessidades.

Além desses, nós temos concessionados, e em fase de implantação, o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e o aeroporto de Confins, em Belo Horizonte. Temos também para todos os maiores aeroportos, como eu disse aqui, um programa que está sendo executado de intervenções em aeroportos que é liderado pela Infraero. São aeroportos operados pela Infraero, que vem executando o seu programa de transformação, de crescimento, ampliação e modernização desses aeroportos. Aqui está o Dr. Gustavo Vale, que vai nos apresentar, de maneira mais detalhada, esse aspecto na medida em que é um programa que vem sendo conduzido por ele na Infraero.

Além disso, para finalizar, porque o meu tempo já está se esgotando, precisamos não só trazer novas práticas de gestão, ambiente tecnológico, modernização da relação que existe de maneira muito veloz entre o prestador de serviço na área da aviação e o usuário desse serviço, mas também com abertura necessária para absorver inovação, na medida em que no aeroporto, hoje, há uma convivência entre diversos sistemas. O padrão tecnológico do aeroporto se modifica com muita rapidez, e temos que estar acompanhando essas modificações para que nossos aeroportos estejam em condições de conviverem, de conversarem com outros aeroportos no mundo e garantir aos brasileiros condições de serviços adequadas, nós precisamos criar no Brasil um ambiente que permita, efetivamente, cumprir o objetivo determinado pela Presidenta Dilma de que não devamos incorrer nos erros que incorremos quando da ferrovia.

O Brasil, na realidade, tem em torno de setecentos e poucos aeroportos, mas funcionando, operando no País continental, temos em torno de 120 aeroportos, o que é muito pouco, insuficiente para nossas necessidades.

Então, definiu-se um programa de aeroportos regionais. Em um primeiro momento, esse programa contempla 270 aeroportos, que foram selecionados com critérios de crescimento econômico regional, para ver quais os aeroportos que já possuem uma demanda de serviços para fortalecer a economia regional; quais aeroportos têm uma demanda de passageiros reprimida em decorrência das deficiências físicas e tecnológica e, em último, quais aeroportos que as companhias aéreas, que são prestadoras de serviços, colocam como

aqueles que apresentam as piores dificuldades, para que esses serviços sejam prestados de maneira adequada aos brasileiros, que já demandam esses serviços.

Além desses critérios, há um critério de natureza estratégica, que foi a definição de aeroportos estratégicos, que precisam existir, precisam operar, na medida em que compõem a base de mobilidade do cidadão brasileiro naquela região. Estou me referindo especificamente à Amazônia. Na Amazônia as distâncias são medidas em dias de barco e horas de avião.

Hoje temos uma deficiência enorme. Até mesmo para prestação de serviço às comunidades indígenas e outras comunidades que necessitam de alimentos, remédios, medicamentos, etc., os serviços são prestados de maneira muito pouco adequados, em virtude da fragilidade da nossa infraestrutura aeroportuária na região.

Esse conjunto compõe 270 aeroportos, divididos pelo País inteiro. Para isso, no ano passado, foi encaminhado ao Congresso Nacional uma medida provisória para autorizar a criação do FNAC – Fundo Nacional de Aviação Civil, composto das tarifas aeroportuárias e das outorgas das concessões, e é o recurso que vai permitir a execução não só do programa de aviação regional como também do programa de subsídio, que é o mecanismo que o Governo definiu e vai mandar para o Congresso pedindo autorização, para que possa praticar esse subsídio, para garantir que o transporte aéreo seja competitivo em relação aos outros modais.

A composição técnica está sendo fechada desse subsídio. Mas um elemento que vai ter um peso muito forte é o preço do combustível que, no conjunto dos custos e da composição de custos da aviação civil no Brasil, é um peso muito alto. E nós vamos fazer com que para os voos regionais nós possamos ter uma composição final que permita dar ao brasileiro uma possibilidade real, concreta de usufruir desse modal e se locomover pelo País de maneira o mais eficaz e o mais rápido possível.

Nós temos também, no programa de aviação regional, um impacto com relação a uma realidade que cada vez mais se aprofunda pelo País afora, que é o uso da aviação como modal de carga. São vários os Municípios que vêm, com seus prefeitos e com lideranças empresariais, solicitar que as intervenções nesses aeroportos se deem com a especificação técnica que permita a operação de equipamentos destinados a cargas. Isso é uma realidade. Ontem eu tive uma surpresa, quando estava visitando o aeroporto de Viracopos, porque já se faz transporte de veículos por avião. Um cargueiro, que estava sendo carregado lá no aeroporto, levava veículos, carros brasileiros que estão sendo levados para o exterior por intermédio da aviação. Esse papel da aviação tem se fortalecido muito, não só do ponto de vista do nosso esforço em aumentar a nossa capacidade e o volume de nossas exportações, mas na circulação das mercadorias no interior do País.

Finalmente, para concluir, eu gostaria antes de tudo, de reafirmar aos senhores algo que é extremamente importante, que é o fato de que, na aviação civil, nós temos uma política de Governo que está sendo executada e creio eu que os resultados já estão sendo sentidos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Ao longo deste ano, nós vamos, com a inauguração desses aeroportos, ter condições de viver a infraestrutura aeroportuária brasileira num novo patamar de serviço, de tecnologia, de qualidade, de segurança, de conforto e, sobretudo, tratando o passageiro como cliente. O ambiente não é mais um ambiente de monopólio, mas é um ambiente de concorrência, e a concorrência beneficia o usuário, porque permite a ele não só ter bons preços como serviços de qualidade.

Em segundo lugar, quando eu cheguei nesta área de Governo há pouco mais de um ano, eu disse que a minha preocupação, o nosso objetivo não era a Copa. É claro que vamos atender como atendemos na Copa das Confederações, como atendemos na visita do Papa aos jovens no Rio de Janeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Nós vamos atender adequadamente, mas o nosso objetivo, o objetivo dessa política é transformar a infraestrutura aeroportuária brasileira e garantir a ela o papel de implementar as transformações econômicas que o País precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, agradeço a V. Exª pela explanação profunda e brilhante que acaba de fazer, trazendo informações muito importantes para esta Comissão. Muitas perguntas que eu poderia fazer já foram respondidas com muita competência por V. Exª.

Aguardaremos a fala do Dr. Antonio Gustavo, para que, depois, possamos debater os vários assuntos com a participação dos Senadores que aqui estão

Concedo a palavra ao Presidente da Infraero, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Bom dia a todos!

Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da CDR, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão em um momento que eu considero extremamente importante para todos nós, às vésperas de um evento da maior importância para o

País. Portanto, estarmos aqui, no Senado Federal, para mostrar o que tem sido feito dentro da estrutura aeroportuária brasileira, para atender à nossa demanda é importantíssimo.

Como o Ministro Moreira Franco bem lembrou, nós não fazemos nem reformamos aeroportos, pistas, pátios, para atender a determinados eventos, como não o fizemos para o Pan-Americano de 2007, não o fizemos para a Rio+20, não o fizemos para a Copa das Confederações, nem o fizemos para os Jogos Mundiais Militares, que aconteceram em 2011, e nem para o Encontro Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, no ano passado, como também não o fazemos para o carnaval, para a Semana Santa, ou para o final do ano. Nós fazemos as reformas da nossa infraestrutura aeroportuária para atender à demanda crescente que existe nos aeroportos, muito bem conceituada aqui pelo Ministro Moreira Franco.

Dito isso, eu vou me ater mais, evidentemente, àquilo que tem sido feito nos aeroportos que vão atender à Copa do Mundo. É claro que não é apenas isso que a Infraero faz. A Infraero tem obras hoje praticamente em todos os aeroportos. Apesar de eu sintetizar essa exposição aos aeroportos Copa, evidentemente, nós estamos à inteira disposição para responder perguntas a respeito de quaisquer dos nossos aeroportos, como por exemplo o aeroporto de Aracaju, sobre o qual conversei há pouco com o Senador Antonio Carlos.

Começando, esse é o nosso mapa dos aeroportos Copa, como todos sabem, com as obras que têm sido feitas em cada um deles. São 12 aeroportos, com 26 intervenções, sendo terminais de passageiros, as pistas, uma torre de controle e quatro módulos operacionais, que não são módulos operacionais provisórios, mas sim módulos operacionais definitivos, com uma nova tecnologia, mais barata, para que a gente possa dar atendimento ao passageiro da melhor forma possível, sem muito custo.

O investimento total, nos últimos três anos, foi de R$3,08 bilhões nesses aeroportos Copa. É bom dizer que a Infraero investiu cerca de R$5,5 bilhões nos últimos três anos, sem contar os investimentos dos aeroportos concedidos, como lembrou o Ministro Moreira Franco, que foram superiores a R$3 bilhões. Nós estamos tendo conhecimento nesta semana e na próxima semana das novas inaugurações, tanto em Brasília quanto em Campinas e Guarulhos.

Esse é o aeroporto de Confins. São as obras que nós estamos prevendo para a Copa do Mundo. Como eu disse, na grande maioria das nossas obras, o escopo não é específico para a Copa do Mundo. Eles vão até 2016, 2017, alguns até 2018 e, evidentemente, à frente de um evento como a Copa do Mundo, nós temos escopos para atender especificamente à Copa. É claro que esses escopos vêm mudando ao longo do tempo, nem pode ser diferente, porque o mercado é tão dinâmico e as nossas necessidades são tão dinâmicas que isso vem mudando ao longo do tempo.

Temos o aeroporto de Confins. Essas são as obras que serão concluídas ainda em maio de 2014: o salão de desembarque, as novas pontes já foram todas substituídas, todos os equipamentos foram trocados, as salas de embarque foram ampliadas, e assim por diante. Nessas fotos vocês podem ver as novas esteiras de bagagem do desembarque já em funcionamento e as novas pontes de embarque e os elevadores. Também são fotos de Confins. O acesso viário está todo pronto. Nesta semana nós começamos já a limpeza total do saguão e a abertura dos tapumes que cobriam a parte do embarque. Quem teve a oportunidade de ir a Confins há duas ou três semanas não conhecerá o aeroporto hoje. A nova praça de alimentação e a cobertura do saguão. Quem conhece Confins sabe que passava uma rua interna. Essa rua deixou de existir, e hoje toda a parte de acesso ao aeroporto é feita externamente.

Esse é o terminal três, que também estará pronto na semana que vem, já em funcionamento. É um terminal localizado onde era o antigo terminal da viação geral de Confins. É um terminal que permitirá que a capacidade de Confins vá a 17 milhões ainda em 2014.

Esses são os pátios de Confins. Como vocês sabem, a grande demanda na Copa do Mundo não é apenas de passageiro. A nossa demanda de aviação geral, de aviação executiva e voos *charter* é muito grande. Então, nós teríamos necessidade e temos necessidade de fazer com que os pátios estejam em condições de abrigar as aeronaves que aqui estarão, sejam elas da aviação geral, sejam elas da aviação comercial. O pátio 2, o pátio 3 de Confins, que é o pátio em frente ao terminal de carga.

Cuiabá. Sem dúvida, Cuiabá é uma obra em que o nosso escopo para a Copa ainda está um pouco atrasado, mas, até o final do mês, ele estará todo em funcionamento, fazendo com que a capacidade do terminal vá a 5,7 milhões de passageiros. Quem conheceu o aeroporto de Cuiabá, antigamente, sabe das diferenças em relação a esse. No nosso escopo da Copa, todas as esteiras estarão prontas, os banheiros do desembarque, a sala de embarque doméstico, três pontos de embarque, as esteiras coletoras e toda a duplicação da via da frente do terminal, que já está pronta, os elevadores e a escada rolante.

Essas são fotos de duas semanas atrás do aeroporto, em que vocês podem ver toda a instalação dos vidros da fachada, as pontes de embarque já instaladas e o conector de embarque doméstico. A última coisa que nós vamos fazer é aquela sala de embarque doméstico, que, até a semana que vem, estará pronta. Inclusive, o

Ministro Moreira Franco já agendou uma visita a Cuiabá para depois de amanhã, na qual terá a oportunidade de ver o avanço das obras. A ampliação do estacionamento de veículos, que também já está todo pronto e inaugurado, já em funcionamento no aeroporto de Cuiabá.

Curitiba. É bom dizer que a nossa intervenção para a Copa do Mundo é dentro do terminal atual. Todo o desembarque remoto foi remodelado. O embarque remoto três foi completado e o pátio de aeronaves, que era também um grande gargalo de Curitiba, que está inteiramente pronto. E a restauração da pista também, que foi toda reformulada. Hoje, Curitiba tem uma pista nova. É bom dizer que em toda a obra de ampliação de Curitiba apenas duas esteiras de bagagem serão necessárias para a Copa do Mundo. Para todo o resto do escopo de Curitiba a nossa previsão é o final de 2017, como já era no projeto original.

Essas são as áreas internas, que estão sendo entregues, já foram entregues. Curitiba está pronto. Os novos banheiros. Quem conhece os banheiros de Curitiba sabe as diferenças em relação a isso. As novas esteiras de bagagem e as novas salas de embarque. Esse é o pátio de Curitiba, que eu disse que está todo pronto. Toda aquela área branca, que vocês veem em frente ao terminal, paralela à pista, é o novo pátio de aeronaves, que, praticamente dobrou, foi de 84 mil metros quadrados para 144 mil metros quadrados, de modo a abrigar qualquer tipo de aeronave que tenha como destino Curitiba na Copa. Essa é a pista: 100% construída. A pista de Curitiba é uma pista de difícil manutenção, em função da região de São José dos Pinhais. É uma região muito alta. E, como todos vocês sabem, as regiões mais altas são mais difíceis para pousos e decolagens. Essa é uma ampliação do terminal de carga. Como o Ministro Moreira Franco também ressaltou, os terminais de carga são a grande prioridade nossa e, no caso de Curitiba, especificamente, o terminal de carga já está inteiramente pronto.

Fortaleza. É uma obra em que tivemos problemas. Eu acho que todos sabem que a obra de ampliação do terminal teve um atraso considerável, mas aquilo que nós estávamos prevendo para o aeroporto de Fortaleza, que era o gargalo, que era o pátio de aeronaves, está inteiramente pronto. Nós não temos problema algum. E aquilo que nós fizemos dentro do próprio terminal também já está pronto, que é o acesso de embarque e os novos portões de embarque.

Ali, dá para a gente ver aquilo que nós projetamos para maio de 2014, que ficou inteiramente pronto. Como vocês sabem também – a imprensa já noticiou –, no caso específico de Fortaleza foi o único aeroporto em que houve a necessidade de construir um terminal provisório, já que aquilo que ficou pronto no terminal definitivo não era suficiente para atender aos passageiros, aos clientes, às delegações durante a Copa. Nós construímos um terminal provisório que é este que vocês estão vendo. É um terminal com todas as facilidades normais. Aquilo são os banheiros, as salas de espera, toda a parte do nosso terminal provisório que já está pronto e que entra em funcionamento amanhã, dia 15 de maio.

O Galeão. O Galeão, terminal 1. Todo o nosso planejamento era fazer o lado A do terminal 1, que é aquela área que está em verde, que é o nosso escopo para a Copa do Mundo. A reforma da área B e da área C ficaram por conta do concessionário dentro do contrato da concessão da Galeão, como já foi dito pelo Ministro Moreira Franco. O consórcio composto pela Odebrecht e pela operador de Singapura deve assumir o aeroporto no início do segundo semestre. E o término da obra B e C ficará por conta dele, mesmo porque o concessionário pode ter outras ideias em relação à reforma dessa parte do terminal 1. A nova área de embarque do terminal 1, que vocês estão vendo à direita, o saguão do desembarque, as novas escadas rolantes. Tudo isso é daquela parte do lado A do terminal 1. O lado 2 não foi mexido, ele está rigorosamente como era antes, com exceção da troca dos elevadores. O terminal 2 do Galeão, este, sim, está inteiramente pronto e já está em funcionamento. O ar-condicionado já foi todo instalado. As instalações elétricas, os sistemas eletrônicos, o novo sistema de bagagem, que é o único sistema automático hoje no Brasil, tudo isso já foi concluído no terminal 2. Aqui, vocês têm uma visão do desembarque doméstico, do desembarque internacional e do novo meio-fio do terminal 2. E aí todas essas fotografias são do terminal 2: as salas de embarque, o novo saguão, a nova inspeção do embarque internacional e o *check-in* internacional. Então, eu posso dizer que, no terminal 2 do Galeão, não há mais o que fazer para a Copa do Mundo, nem pós-Copa do Mundo.

Há também, como eu já ressaltei, toda a questão de reformulação das pistas e pátios, que são de fundamental importância, principalmente para um evento grande como a Copa do Mundo. No Galeão, toda essa parte de infraestrutura também está 100% concluída.

Manaus. Esta é uma visão do saguão do novo aeroporto de Manaus. É um aeroporto moderno, um aeroporto que vai, pelas nossas projeções, suportar a demanda de Manaus pelos próximos 35 anos sem precisar mexer no aeroporto.

Eu ressaltei que o Ministro Moreira Franco visitará Cuiabá na sexta-feira, mas também ele visitará o aeroporto de Manaus. Toda a área internacional remota já está pronta, 29 balcões de *check-in* de um lado e 9 balcões de *check-in* do lado internacional. Evidentemente, em Manaus, dados os quatro jogos que haverá lá, o aeroporto é muito maior que a necessidade da demanda atual. De modo que, para nós, Manaus não é proble-

ma nenhum e vai funcionar perfeitamente. Quem for a Manaus assistir aos jogos vai ter uma ideia de um aeroporto moderno e muito bonito. Toda esta parte é o novo *check-in* do aeroporto de Manaus, o novo meio-fio e assim por diante. É bom dizer também que a área do estacionamento externo, que era uma grande demanda da população do Amazonas, foi praticamente quadruplicada de 700 para 2.670 vagas. Estas são fotografias da sala de embarque, da guarita de estacionamento, da imigração e controle de passaporte, já que lá é um aeroporto internacional, e assim por diante.

O aeroporto de Porto Alegre. No aeroporto de Porto Alegre, toda aquela parte à esquerda, para quem conhece Porto Alegre, é uma obra de ampliação que não estava prevista para a Copa do Mundo. O que estava previsto para a Copa do Mundo era a reforma completa do terminal 2, que já está pronta, e, no terminal 1, as novas salas de embarque e de *check-in*, que também já estão inteiramente prontas.

Hoje, a capacidade do terminal é de cerca de 16 milhões de passageiros ao ano, sendo que a demanda esperada para aquele aeroporto é de 13 milhões de passageiros.

Em 2016, quando nós terminarmos a obra de ampliação do terminal, ele terá uma capacidade aproximada de 17 milhões de passageiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Salvador. Salvador é um aeroporto em que tivemos problemas no início, porque é um aeroporto inteiramente de reforma. E como todos vocês sabem, reforma não é uma coisa relativamente fácil; é muito difícil. Era um aeroporto antigo, onde as plantas não estavam devidamente atualizadas e tivemos problemas.

Mas, enfim, toda a parte do embarque doméstico já foi remodelada e já está em funcionamento, como as áreas novas de embarque remoto; as unidades comerciais foram todas reformuladas e foram trocadas as escadas rolantes.

A ilha de *check-in* nós dividimos. Salvador funcionou, por exemplo, no carnaval, com 28 ilhas de *check-in* antigas. E nós vamos funcionar agora com 36 áreas de *check-in* novas e as 28 antigas. Nós deixamos a segunda parte de reforma da ilha de *check-in* para depois da Copa do Mundo, exatamente porque entendemos que, com 64 ilhas de *check-in,* é perfeitamente possível. Vocês podem imaginar: se nós conseguimos operar o carnaval de Salvador com 28 áreas; hoje, operando com 64, as coisas serão, vamos dizer, mais fáceis.

Todo o segundo pavimento também já foi inaugurado; as novas áreas operacionais do mirante e assim por diante.

Essas fotografias mostram a nova área de *check-in* do aeroporto de Salvador já em funcionamento. São áreas de *check-in,* vamos dizer, verticais, como são as do aeroporto do Galeão, áreas modernas; esta é a parte da rampa de acesso ao embarque, o embarque doméstico; toda a escada rolante de acesso ao mirante; e a escada rolante de acesso ao *check-in*, que foram todas substituídas. É só para dar uma ideia também do embarque de Salvador e dos equipamentos todos que foram trocados.

Tanto a nossa meta para a Copa do Mundo, quanto a meta pós-Copa, como eu disse, parte do *check-in* ficou para depois da Copa do Mundo. Nós vamos operar, eu falei 64, mas, na realidade, são 67; e apenas cinco ficarão para depois da Copa do Mundo.

Esse é o pátio de Salvador, que também está inteiramente concluído. Como eu disse, repito e gosto sempre de repetir, o pátio era uma questão extremamente importante para nós. No caso de Salvador, especificamente, todo o pátio já foi ampliado e tudo já está em funcionamento.

A nova torre de controle de Salvador também já está inteiramente concluída e o Decea já está terminando a instalação dos equipamentos. Mas é bom dizer que essa torre, caso não esteja em operação até a Copa do Mundo, não terá problema do ponto de vista operacional, porque a torre anterior tem todas as condições de continuar suportando a demanda no próximo mês.

Esse é o Augusto Severo. Eu apenas o coloquei aí. Como o Ministro bem ressaltou, a nossa previsão é de que, no aeroporto de Natal, seja feito através do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que deverá ser inaugurado ainda nos próximos dez dias e as operações transferidas para São Gonçalo do Amarante. Mas, por determinação do Governo Federal, através da Secretaria de Aviação Civil, o Aeroporto Augusto Severo só será desativado após a Copa do Mundo, de modo que, se tivermos algum tipo de problema, como não é fácil a transferência integral de um aeroporto e como é possível que seja necessário o uso do Augusto Severo, principalmente no estacionamento de aeronaves de aviação comercial, a Secretaria de Aviação Civil determinou, e a Infraero só vai desativar o Augusto Severo quando todas as operações tiverem transferidas para o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Enfim, é isso que eu gostaria de dizer para os senhores.

Como eu disse, no início, e gosto de repetir, do ponto de vista operacional – que é o mais importante –, eu gostaria de deixar muito claro que não são apenas questões de obras, de melhoramentos, de reformas. A

parte mais importante do aeroporto é a parte operacional – o que nós vamos fazer com cada um dos passageiros, o que nós vamos fazer com as equipes, o que nós vamos fazer com cada uma das pessoas que chegará aos nossos aeroportos. Tudo isso está pronto.

O manual de operações desenvolvido pela área de operação civil, seja a ANAC, a Infraero, os demais operadores privados, o Decea, que é o nosso controle do tráfego aéreo, tudo isso, coordenado pela Secretaria de Aviação Civil, está inteiramente pronto.

Todo nosso manual de operação para a Copa do Mundo está inteiramente pronto. Estamos fazendo simulados – já o fizemos em diversos aeroportos –, inclusive na última segunda-feira, o Ministro Moreira Franco teve a oportunidade de assistir ao simulado no aeroporto do Galeão.

E eu posso garantir a todos os senhores que do ponto de vista operacional para a Copa do Mundo o País está pronto. Se a Copa do Mundo fosse hoje, nós não teríamos nenhum tipo de problema do ponto de vista operacional. As pessoas que aqui chegarem, as pessoas que saírem do Brasil durante a Copa do Mundo, podem ter certeza – e vocês poderão me cobrar isso após o dia 16 de julho de 2014 –, não terão problemas nos aeroportos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem.

Agradeço ao Sr. Antônio Gustavo, Presidente da Infraero, pela explanação brilhante que acaba de fazer.

Tenho a certeza absoluta de que a Copa do Mundo deixará, quanto à modernização dos aeroportos, um legado de grande realce para a infraestrutura aeroportuária de nosso País e será orgulho, sem dúvida alguma, para todos nós recebermos, não só durante a Copa, como depois da Copa, os turistas que visitarão nosso País para ver as nossas belezas naturais, nossas praias e conhecerem nossa culinária, a culinária nordestina, a do Sul, a do Sudeste, a do Centro-Oeste e a do Norte. Afinal de contas, o Brasil está, neste momento, investindo mais de R$6 bilhões na modernização de seus aeroportos. É um investimento que vai redundar em benefícios para o turismo nacional, para o desenvolvimento econômico de nosso País.

Antes de conceder a palavra aos Senadores e Senadoras inscritas – quero destacar que é autora do requerimento de convocação desta reunião a ilustre Senadora Lídice da Mata –, eu gostaria de fazer algumas perguntas, umas já foram respondidas pelo Ministro Moreira Franco e também pelo Presidente Antônio Gustavo, sobre as obras nos aeroportos do Brasil.

As obras de Viracopos, sob a gestão do Consórcio Aeroportos Brasil, do qual a Infraero participa com 49% do capital, estão atrasadas. Segundo está sendo noticiado, a ANAC poderá aplicar multa de R$170 milhões e mais de R$1,7 milhões, por dia, de atraso. Que recursos serão utilizados para o pagamento dessas multas? Que ações a Infraero tem realizado para acompanhar a execução dos contratos?

A licitação, por meio do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), tem diminuído os prazos para contratação de obras. A Infraero poderia evidenciar outros benefícios advindos da adoção da RDC?

Em função do atraso do início das obras e aumento da capacidade aeroportuária, houve a necessidade da construção, em vários aeroportos, de estruturas provisórias, os chamados "puxadinhos". Qual o plano da Infraero para substituição dos "puxadinhos" por estruturas definitivas? Existe um cronograma aprovado etc., etc.?

Para o Sr. Ministro Moreira Franco. Sr. Ministro, na semana passada, o Governo Federal – V. Exª, *en passant,* já se referiu a isso – prometeu subsídio de R$1 bilhão para a aviação regional, que, aliás, é uma preocupação da Senadora Lídice da Mata, pois, durante longo tempo, fora esquecida, mas de extrema importância para a completa integração de nosso imenso País. Os recursos para os subsídios dos voos viriam do Fundo Nacional de Aviação. O Fundo também vai financiar outro projeto: obras em 270 aeroportos regionais, sendo 30 novos, e que devem custar R$7,3 bilhões. Como estão os estudos de viabilidade etc., etc.?

Uma dúvida que todo usuário de transporte aéreo tem, incluindo todos nós Senadores: de que modo é feito a política de preço das passagens aéreas? No mesmo voo, por exemplo, podemos verificar, às vezes, passageiros que compraram passagens a R$100 como outros que chegaram a pagar R$2 mil. Como é feita a política tarifária dos voos?

Para o Sr. Presidente da Infraero: "O Governo Federal promoveu, nos últimos anos, algumas concessões à iniciativa privada. Seis grandes aeroportos já estão em concessão: Brasília, Guarulhos, Viracopos, Galeão, Confins e São Gonçalo do Amarante, esse com inauguração prevista para 22 de maio. Como o senhor avalia as concessões? Valeram a pena?"

De um internauta: "O aeroporto de Cuiabá tem espaço para a construção de uma segunda pista. Isso responderia a um aumento de demanda no futuro. É a mesma deficiência de muitos aeroportos brasileiros. A duplicação das pistas também contribui para melhorar a segurança voos. Por que não é feita?" Essa pergunta é feita pelo internauta Gladstone Brito.

Vanessa Noronha Tolen também pergunta pela internet e faz exigências cabíveis: mais tomadas – naturalmente para os aeroportos – para carregadores, inclusive, com diferentes plugues, senhas de acesso à in-

ternet mais fácil, banheiros com possibilidade de acesso com carrinho de bagagem, local para descanso de passageiros em caso de conexões com espera de muitas horas. Falta entretenimento.

Mais duas perguntas dos internautas.

Pergunta de Ana F.: "Tudo bem que não havia espaço, mas a última cena que me chocou, vendo as notícias dos nossos aeroportos, foi verificar que a população brasileira anda muito mal-educada. Será que ninguém poderia ter cedido lugar para o poeta Ariano Suassuna se sentar?"

Ainda: "As obras são fundamentais. Por exemplo, aqui, em Santa Catarina, todos os aeroportos deveriam ser modernizados, mas os serviços aeroportuários deveriam ser melhorados. Segue neste *link* o relato de minha última viagem de avião."

Pois bem, eu gostaria de registrar, antes de passar a palavra ao Plenário, a presença da Senadora Maria do Carmo, do Senador Walter Pinheiro, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Ruben Figueiró, do Senador Wellington Dias, do Senador Wilder Morais e também a presença sempre constante do Diretor de Relações Institucionais, Flávio Peruzzi, que é da Abremar (Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos).

Desculpe-me não ter atendido ao convite e ido lá em Salvador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com muito prazer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu passei aqui não só para prestigiar V. Exª, mas até para cumprir minha obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A autora do requerimento é a Senadora Lídice da Mata.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vim aqui só para dizer isso, porque, na realidade, estamos com… Como as coisas acontecem tudo ao mesmo tempo, aqui, agora, neste instante até o dirigente da Anac estava conosco na Secretaria de Infraestrutura, na Comissão de Infraestrutura, perdão. E nós estamos lá ainda com duas sabatinas do DNIT. Então, não vou poder ficar. Estarei sobejamente bem representado aqui pela nossa companheira Lídice da Mata, que é a autora disso.

Aí, tanto o Ministro quanto o Presidente da Infraero não tomem, na realidade, a nossa ausência como uma atitude de deselegância ou como falta, como neste instante relatou quem acompanha pela internet a nossa audiência, cobrando isso.

A nossa intenção, Ministro Moreira, é exatamente o debate sobre essas questões que acontecem. Já tive oportunidade até de me dirigir ao Ministro, cobrando algumas questões e obras, como é o caso do nosso aeroporto de Conquista, de Barreiras.

Então, portanto, é só para fazer este registro: gostaria muito de ficar na audiência, mas tenho também a obrigação ali de mais uma sabatina. Desde 7h30 da manhã, a nossa Comissão está em audiência. Vamos continuar agora com duas sabatinas do DNIT, então não tenho como acompanhar as duas audiências.

Mas volto a dizer que estou aqui muito bem representado não só pelo nosso Presidente, mas por essa bancada importante do Senado, com Figueiró, nosso amigo Wilder Morais e minha companheira Lídice da Mata.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Walter Pinheiro, quero agradecer, de qualquer modo, a presença de V. Exª e as suas palavras, que expressam interesse pela aviação brasileira, pela modernização dos nossos aeroportos, que, sem dúvida alguma, vão dar uma contribuição inestimável ao progresso do nosso País.

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, pelas mesmas razões do Senador Pinheiro, gostaria de pedir a V. Exª que me considerasse inscrito, porque no momento tenho de comparecer à Comissão de Infraestrutura para depositar o meu voto; após voltarei aqui.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente, também gostaria…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pela ordem, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Gostaria que me inscrevesse, porque também tenho de voltar à Comissão de Infraestrutura, mas gostaria de fazer uma pergunta para os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª vai permanecer, então, no plenário?

Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento, para fazer as suas indagações.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Ministro Wellington Moreira Franco, caríssimo Presidente da Infraero, Dr. Antonio Gustavo, com quem já tivemos oportunidade de falar muito, como uma viajante que sou – somos todos nós, Deputados e Senadores –, sou uma usuária permanente do aeroporto de Salvador, de Brasília, do Rio, de São Paulo, enfim, dos aeroportos do

País e, como militante da luta da área do turismo em nosso País, também uma fiscal permanente da ação e do funcionamento dos nossos aeroportos.

Fui Prefeita de Salvador. E, quando fui Prefeita, num congresso de turismo, em minha fala, afirmei algo que depois foi tirado pelos representantes naquele momento da institucionalidade do turismo, no caso, o Presidente da Embratur, Caio Carvalho, um grande Presidente. Eu disse que a cidade boa para o turista é aquela que é boa para o povo viver. Portanto, não estou partindo de um princípio que não seja o de que os aeroportos devem servir ao povo brasileiro.

Mas, ao mesmo tempo, fui Prefeita, o Ministro Moreira Franco foi Prefeito e Governador, e o Presidente da Infraero, Dr. Gustavo, como Presidente da Infraero, sabe que, além de servir aos brasileiros como meio de transporte simplesmente, os aeroportos são fundamentais no desenvolvimento do turismo, porque são o principal meio de transporte para a realização da atividade turística nacionalmente, num país de dimensão continental como o Brasil, e internacionalmente mais ainda.

A Copa do Mundo não veio para o Brasil apenas para que nós, brasileiros, pudéssemos comemorar, dizendo que vamos assistir à Copa do Mundo em nosso País, até porque os que vão ter acesso aos estádios são um número muito pequeno de brasileiros.

Nós vamos poder respirar o ar respirado pelos grandes campeões do mundo, que estarão pelas grandes seleções em nosso País; vamos poder ter um acesso maior, saber que as seleções que vão jogar na Bahia poderão ser vistas pelo povo baiano mais de perto, quando atravessarem as ruas da cidade ou quando aparecerem num pequeno passeio que fizerem, etc. Mas é óbvio que a seleção ou a Copa veio para o Brasil para significar algo mais do que assistirmos aos jogos.

Aliás, foi largamente divulgado, inclusive por mim como membro desse movimento de apoio ao turismo em nosso País, o grande legado que o Brasil teria da Copa do Mundo. E foi anunciado formalmente pelo Governo brasileiro que legado seria este: o legado da infraestrutura logística para o turismo, da modernização do receptivo turístico dos portos, da modernização de toda a infraestrutura aeroportuária do Brasil, da mobilidade urbana e das novas arenas para a realização da Copa do Mundo.

Em qualquer país em que se realize um grande evento desportivo, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo e outros, esses eventos atraem o interesse daquela nação, justamente porque, naquele momento, é possível, em nome disso, fazer investimentos direcionados, com metas a serem cumpridas, com a marca daquele país divulgada para a promoção do país fora do ambiente doméstico e mais, do que isso, para que alguns investimentos se justifiquem.

Então, eu fico feliz e não quero ter nenhuma posição aqui de confronto – não passa por mim essa ideia, mas eu não me sinto confortável em ouvir o Ministro ou o Presidente da Infraero dizerem que os aeroportos não foram preparados para a Copa, porque eles foram preparados apenas para servir aos brasileiros normalmente.

Isso não é verdade do ponto de vista estrito daquilo que foi anunciado para a realização da Copa. É claro que os aeroportos foram e estão sendo preparados para servir a uma demanda alta que cresceu especialmente no período do governo do Presidente Lula, com a inclusão social, com o desenvolvimento e o crescimento econômico do País a 7,5%.

Então, é necessária, ao Brasil, uma infraestrutura aeroportuária nova, mas ela estava estritamente colocada como meta a ser alcançada para a Copa do Mundo. E ao não encontrar essa meta pronta nós não a cumprimos devidamente. E nós temos de ter capacidade de dizer isso ao povo brasileiro, para que a nossa relação com o povo brasileiro seja cada vez mais transparente e ele se sinta mais satisfeito com a nossa ação.

Eu não estou satisfeita com o desenvolvimento da obra de Salvador, e não adianta olhar aqui e dizer que o aeroporto internacional, na matéria da Infraero, "está totalmente modernizado e pronto para receber com mais conforto os turistas", e ver as fotos ali colocadas que dão ideia de uma satisfação total.

O aeroporto de Salvador é o mais importante do Nordeste brasileiro. É a principal entrada do turismo internacional para o Nordeste brasileiro. O aeroporto de Salvador sofreu durante dois anos com obras que se arrastavam homeopaticamente e ele está sendo entregue pela metade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – O Ministro esteve na Bahia dois meses atrás, se não me engano, para anunciar, depois de inúmeras vezes que estive na Infraero, que houve mobilidade do *trade* turístico da Bahia, que houve mobilização dos comerciantes do aeroporto da Bahia, das pessoas, dos políticos da Bahia para anunciar, para surpresa de todos, que não iria haver a segunda etapa. Não é que havia sido planejado que a segunda etapa só iria acontecer depois da Copa. A segunda etapa só vai acontecer depois da Copa por impossibilidade de estar pronta antes. E não está pronta antes por diversas razões.

E aí eu quero colocar uma questão, Ministro: a concessão dos principais aeroportos. Eu não tenho preconceito e votei no Senado Federal a favor das concessões, embora não tenha certeza de que é o melhor mo-

delo a ser empregado. E a sensação que tenho ao visitar diariamente, ou seja, semanalmente, toda terça-feira e toda quinta-feira, indo e voltando, o aeroporto de Brasília e o aeroporto de Salvador, é que não há possibilidade alguma de comparar o desenvolvimento da obra do aeroporto de Brasília, a rapidez da obra do aeroporto de Brasília, o que foi feito de obra muitas vezes maior no aeroporto de Brasília e o no aeroporto de Salvador.

Porém, resta-me uma dúvida: os aeroportos que estão prontos e que estão sendo mostrados na propaganda do Governo são os aeroportos feitos por concessão, feitos pela iniciativa privada – o aeroporto de Guarulhos, entregue à concessão privada; o aeroporto do Galeão, também entregue à concessão privada. Então, começou a ficar nos governos a seguinte ideia: "Vamos correr, pedir para a Infraero ou para o Governo também privatizar o meu aeroporto, para a obra poder acontecer."

Eu não posso achar que isso é bom, porque a Infraero foi a empresa que, até então, sustentou todos os 270 aeroportos do Brasil, e eu pessoalmente não acho que seja possível ter um projeto de dar os bons aeroportos à iniciativa privada, e o "chupa-molho" fica para a Infraero administrar aqueles que não dão lucro. Esse é o modelo de privatização que a mim preocupa, porque eu não posso imaginar que ao Estado… Eu sou favorável que o Estado brasileiro possa criar e estimular a participação da iniciativa privada principalmente para a infraestrutura e para a logística no País.

Agora, eu não posso imaginar um modelo de concessão em que fique para o público o osso e para o privado, o filé. E ninguém tem dúvida de que o filé mignon aeroportuário no País são Brasília e São Paulo. O Rio de Janeiro recebeu apoio, e espero que, com novas intervenções indispensáveis que se faça em uma rediscussão da malha aérea nacional, possamos ter uma distribuição melhor do que temos hoje dos voos e das linhas brasileiras.

Em um ambiente de concorrência, que é a ideia, nem tudo fica mais barato. As passagens aéreas ainda não estão mais baratas. Pelo contrário, no período de pico dos eventos de turismo, elas ficam inacessíveis. Quem vai de Brasília a Salvador diariamente viaja por R$300,00, R$400,00. Às vezes, em uma promoção, por R$200,00, R$150 ou R$180,00. Quem vai na Semana Santa, vai por R$1,5 mil, R$2 mil e, às vezes, mais do que isso.

Então, essa é uma questão que eu não estou discutindo agora. Já tivemos diversos debates aqui com as empresas aéreas e a representação das agências reguladoras, que eu acho que continua sendo uma questão ainda, como foi recentemente, uma prática que ainda precisamos aprofundar no Brasil. O Senado agora aprova a ideia de uma prestação de contas anual dos presidentes das agências reguladoras, porque nós precisamos fazer com que as agências reguladoras façam a fiscalização e regulamentem mesmo, e não fiquem cada vez mais influenciadas por quem está no comando do setor.

Então, em relação ao aeroporto da Bahia, eu gostaria de uma explicação maior. A ideia que me passa é a de que não havia projeto executivo. É muito difícil haver um projeto executivo e se ter tanta surpresa em uma obra, como aconteceu em Salvador. A sensação que me fica, pelas discussões que acompanhei, é de morosidade em relação à presença de funcionários, de técnicos da Infraero, de engenheiros e de outros técnicos que pudessem acompanhar a obra.

Eu tenho certeza de que razões existirão para serem aqui colocadas. Mas, na minha concepção, não é verdadeiro dizer que nós não deveríamos dar… Na Bahia, o Governador, logo que recebeu o metrô, que se arrasta há 20 anos no meu Estado, na minha cidade, a primeira coisa que fez, ao inclusive optar por um projeto de ampliação do metrô, foi dizer: "Nós não teremos o metrô para a Copa. Nós não teremos nenhuma grande obra de mobilidade que possa servir à Copa. Vamos ter todos os investimentos para que o metrô funcione e dê à cidade aquilo de que ela está precisando e por que está há tanto tempo lutando, um metrô que funcione bem." Assim foi feito.

Eu, como defensora das obras do aeroporto… Não existe essa história de dizer – e já vou finalizar meu Presidente – que o aeroporto hoje tem uma demanda muito grande. Claro que tem de ter. Obra de aeroporto, é claro, não se faz anualmente. A capacidade dele é de 6 milhões e, no próximo ano, fazemos um puxadinho para ele atender a 7 milhões. Não pode ser assim. O aeroporto tem de ter uma capacidade, tem de funcionar com uma capacidade mais ou menos ociosa para dez anos, pelo menos, de condições de crescimento da sua demanda. É assim em qualquer lugar do mundo e é assim no Brasil também.

Então, as obras que estão sendo feitas agora são obras necessárias. Quem vai ao aeroporto de Brasília agora, com toda ampliação, não vai encontrar o aeroporto vazio. Vai encontrar um aeroporto absolutamente movimentado, mas certamente com uma obra que lhe dá capacidade de funcionamento confortável até mais alguns anos à frente.

Então, eu continuo criticando a situação do aeroporto de Salvador, que ainda não está boa. As reformas que foram feitas são reformas necessárias, mas mesmo a ampliação do *check-in* é uma ampliação dentro de um projeto que é bastante diferente de uma coisa permanente. São projetos que invadem no sentido da verticalização do movimento do aeroporto e que, portanto, não crescem em espaço. Eles ocupam melhor…

Não é nem melhor, eles ocupam o espaço de forma a garantir uma maior produtividade do espaço, da forma como está usado.

Claro que o aeroporto tem capacidade de receber todo Carnaval do Rio de Janeiro, todo Carnaval de Salvador, todo Carnaval de São Paulo. Responderam até agora por isso, mas responderam com um serviço ruim, um serviço atrasado em relação a outros aeroportos do resto do mundo. E nós queremos os aeroportos prontos para os brasileiros, mas não apenas para isso. Temos a esperança de que venham para a Copa do Mundo milhares de pessoas de todos os cantos do mundo e que possam ter um impacto quando chegarem ao Brasil – e chegarão provavelmente a maior parte delas por um aeroporto –, que encontrem um aeroporto de tipo moderno e confortável, que cause o impacto de um país que está crescendo na sua economia, que está se colocando como uma das grandes nações do mundo no século XXI.

Nós temos, como contraponto para o Brasil, de sair dos 6 milhões – e olhe que esses 6 milhões são dados muito recentes – de visitações internacionais para o dobro disso e com isso chegarmos perto de grandes nações com o potencial turístico que nós temos em nosso País.

Mesmo em relação aos portos, o nosso nível de investimento foi baixo para o investimento dos receptivos nos portos…

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – … a mobilidade urbana foi algo aproximado de zero. Então, chegamos à Copa ainda com algumas dúvidas em relação às arenas, duas apenas. Acho que dentro do que era possível e previsto. Mas no caso dos aeroportos, nós vamos chegar à Copa com bons aeroportos agora, os que foram privatizados, e com enormes dificuldades de realizar as obras nos aeroportos da Infraero.

E eu, como defensora da Infraero, gostaria de saber como vão se dar os investimentos na Infraero para que possamos ter uma Infraero com capacidade de gerir esses novos aeroportos.

Quero dirigir duas perguntas últimas ao Ministro. Uma diz respeito aos três aeroportos da Bahia. O aeroporto de Feira de Santana, previsto como aeroporto de carga, que espero tenha em breve também a possibilidade de ser um aeroporto de passageiros, porque não vejo contradição. Campinas tem aeroporto de passageiro grande e São Paulo é muito próximo. Campinas está para São Paulo como Feira está para Salvador. O aeroporto de Vitória da Conquista e o aeroporto de Barreiras.

E, finalmente, como pensa o Ministério em fortalecer a Infraero? Eu não vou entrar em outra questão polêmica – e a Infraero toda me conhece nesse aspecto – que é a função da Infraero de administrar lojas dentro do aeroporto. Eu não vou entrar nisso, Ministro, hoje. Em outra oportunidade, eu peço audiência com o senhor e vou falar, para não perdermos tempo, porque é outra briga de muitos anos. Conversaremos depois sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento desta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais, inscrito, e depois ao Senador Ruben Figueiró, que também está inscrito.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, muito obrigado.

Ministro, eu não tive a oportunidade de estar presente em toda a sua explanação. Cheguei no final, até porque estava em outra Comissão. Com disse o Senador Walter Pinheiro, aqui acontecem duas ou três ao mesmo tempo. Mas ouvi atentamente a explanação de V. Exª.

Quero dizer que o Brasil precisa se preocupar com os aeroportos, independentemente de eventos. Nesse sentido, concordo com V. Exª. Demoramos muito para perceber isso, que não precisávamos de Copa, mas a Senadora Lídice da Mata tem razão. Esse era um marco, que precisávamos, no mínimo, cumprir.

Mas, Senadora, acho que o grande erro não foi do Ministério, nem talvez da Infraero. O grande erro foi o da nossa estratégia. Em vez de 12 sedes, poderíamos ter diminuído isso e termos concentrado. Aí, sim, teria ficado um legado da Copa.

Em outros países onde também aconteceu o evento não foram 12 sedes. Isso até porque não temos futebol em 12 sedes, em 12 Estados onde está sendo colocada a Copa. Então, acho que esse foi um grande erro. Por isso as obras de infraestrutura, talvez o que foi privatizado até… Ministro e Presidente da Infraero, eu venho do setor privado e acho que o mundo inteiro está assim. Então, o Brasil não tinha de ser diferente.

Eu acho que para as privatizações, não só dos grandes aeroportos, mas de todas as capitais, existe viabilidade, porque hoje já estão no centro das cidades. A maioria deles, inclusive, tem a função praticamente de *shopping center*. Por isso, poderiam ter viabilidade também para ser privatizado. Eu acho que o Governo tem que ser um regulador.

Em relação à minha pergunta para o senhor, com essas privatizações, foi criado o Fundo FNAC para o desenvolvimento da aviação regional. São quase R$7 bilhões para investir na aviação regional. Penso que isso é importante, pois o Brasil tem um tamanho continental. Em meu Estado, Goiás, está havendo estudos em dez aeroportos. Assim, eu gostaria de saber de V. Exª qual o período em que se iniciam essas obras para que possamos, economicamente, atrair investidores. No caso de Goiás, um Estado que se industrializou muito nesses últimos anos, há uma necessidade muito grande de aumentar a aviação regional. Então, eu gostaria de saber o cronograma de obras da aviação regional.

Então, eu gostaria de perguntar para o Presidente da Infraero, um companheiro, na época de Secretário de Estado, de grandes brigas: o meu Estado teve a infelicidade de ter o nosso aeroporto parado em 2007. Ficamos praticamente sete anos em uma briga entre TCU, Infraero e o consórcio. Tivemos oportunidade de ter chegado, digamos, a um entendimento e retomamos as obras. Eu gostaria de perguntar ao Presidente qual seria o prazo que está previsto para terminarmos essa obra de Goiânia. Apesar de não ser uma obra para a Copa, é um aeroporto que serve de opção para Brasília, por estar tão próximo.

Também, como Secretário, sei das outras interferências importantes, Presidente, como o caso do acesso ao aeroporto que depende do DNIT. Senão, daqui a pouco teremos um aeroporto pronto, e essa obra – como sabemos acabou de ser privatizada a BR-153… Qual é a expectativa da Infraero com relação a esse acesso? Seria o viaduto da BR-153 até o aeroporto de Goiânia.

Obrigado, Sr. Presidente. São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Rubens Figueiró, V. Exª tem a palavra.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Moreira Franco, Sr. Presidente da Infraero Antonio Gustavo Matos do Vale, Srª Senadora, Sr. Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pela inteligência, que lhe é peculiar, e principalmente ao lembrar desta audiência pública, que traz a nós a oportunidade de conhecer a realidade dos serviços prestados pelo Governo Federal nessa véspera de Copa do Mundo.

Eu tenho aqui uma série de perguntas, Sr. Ministro, que me foi oferecida pela assessoria do meu Partido, o PSDB, mas eu sinto que V. Exª e o Presidente da Infraero já responderam a todas, que serão motivo de análise nossa para posterior indagação, se for isso necessário. Portanto, vou ater-me, apenas, Sr. Ministro, ao meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Nós temos dois aeroportos tidos como internacionais, o de Campo Grande e o de Corumbá.

A precariedade do aeroporto de Corumbá é patente. É claro que há razões de ordem tática, pois o aeroporto está situado em um lugar quase que na divisa com o território boliviano. Até para os serviços de aterrissagem e decolagem, sobrevoa-se o território boliviano. V. Exª, naturalmente, Presidente da Infraero, tem conhecimento disso. Ele precisa da ampliação de sua pista, que não comporta aviões de grande porte. Hoje, lá, só atua uma empresa de aviões turboélice, a Azul. Aviões a jato, a não ser os de pequeno porte, podem aterrissar e decolar de lá com certa segurança. Há necessidade de o Ministério levar em consideração essa reivindicação da população de Corumbá que utiliza os serviços aéreos.

Com relação ao Aeroporto Internacional de Campo Grande, houve uma pequena reforma recentemente, que deu condições melhores para os seus usuários, mas foi insuficiente. Como em todo o Brasil, o aumento da população que utiliza os serviços aéreos tem crescido enormemente. Eu não sei qual é o percentual, mas como faço viagens semanais daqui para Campo Grande, sinto que, cada vez mais, aumenta o número de usuários e há congestionamentos no *check-in* que levam ao atraso do início dos voos. Agora inclusive parece-me que a Anac baixou uma portaria no sentido de exigir das empresas aéreas regularidade nos seus voos. Mas, no caso do aeroporto de Campo Grande, naturalmente haverá atrasos com relação a esse setor de despacho, em virtude de a área de *check-in* ser muito pequena. Então, é um assunto que eu gostaria que merecesse a atenção da Infraero.

Ademais, por ocasião da escolha das cidades-sede dos jogos da Copa, Campo Grande foi acionada, através das suas autoridades, sobretudo Estaduais, para que ampliasse a área do aeroporto. O Estado inclusive investiu recursos, ampliou a área de, parece-me que de 200 ou 300 hectares, para permitir a construção de mais algumas pistas. O assunto ficou parado aí. E também a questão do terminal, pois seria construído outro terminal. Espero que esse assunto não tenha ido para as calendas.

A imprensa noticiou que, por ocasião da Copa, a Infraero estaria destinando o pátio do aeroporto de Campo Grande para estacionamento de aeronaves fretadas e aeronaves de pequeno porte, que estacionariam talvez em Brasília ou São Paulo. Essa notícia corre por lá. É uma expectativa muito grande, e eu gostaria que o Sr. Presidente da Infraero me desse alguma notícia a esse respeito.

Outro assunto que levo à consideração de V. Exªs tem relação com a aviação regional. Eu tenho aqui um informe – possivelmente seja da Infraero – de que, em Mato Grosso do Sul, há a intenção do ministério de

construir pistas em Bonito – esta, naturalmente, é a ampliação dela, porque já existe uma pista lá. É um importante setor da área turística, de repercussão internacional, e que, naturalmente, há de merecer uma atenção especial de V. Exªs.

Sobre o aeroporto de Corumbá, já fiz referências aqui. Costa Rica, no leste de Mato Grosso do Sul; Coxim, no norte de Mato Grosso do Sul; Dourados, uma importantíssima cidade, a segunda cidade mais importante do meu Estado, com grande movimento aeroportuário, que precisa de ampliação de suas instalações; Naviraí, no chamado Cone Sul do meu Estado, importante também, sobretudo pelas ligações que tem com os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Nova Andradina, da mesma forma, é um ponto hoje de grande expressão comercial e industrial do meu Estado; e Três Lagoas, que já está em funcionamento, mas que precisa, naturalmente, de uma atenção maior já no sentido de sua ampliação.

Eu gostaria de adicionar a essas, Sr. Presidente da Infraero, outras cidades extremamente importantes que, sinceramente, não sei a razão pela qual foram excluídas da consideração da Infraero. São elas: Porto Murtinho, cidade estratégica do meu Estado, às margens do Rio Paraguai e limítrofe ao território paraguaio; Chapadão do Sul, um Município crescente, um Município hoje que se desponta como produtor de grãos e de proteínas vermelhas, que não tem um aeroporto condizente com o seu desenvolvimento e é uma cidade muito próxima do território goiano – aqui tão bem é representado pelo Senador Wilder Morais; e Bataguassu, que fica na fronteira, também, com o Estado de São Paulo e às margens do Rio Paraná. Bataguassu hoje é uma zona de exportação; foi criada pelo Governo Federal e, naturalmente, precisa de um aeroporto, pela repercussão comercial que trará um aeroporto condizente, sobretudo, para o transporte de cargas.

São essas, Sr. Ministro Moreira Franco, Sr. Presidente da Infraero, Antonio Gustavo Matos do Vale, as minhas indagações.

E gostaria, sinceramente, Sr. Antonio Gustavo, que V. Exª fosse feliz no seu otimismo; sinceramente, todos brasileiros. Acho muito difícil que a Infraero – principalmente a Infraero – não seja chamada à colação após a Copa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Não seja chamada aqui?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Dificilmente a Infraero…

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Será chamada à colação pelo povo brasileiro e, naturalmente, através desta Comissão.

O esforço que V. Exªs estão fazendo realmente merece os nossos aplausos, os nossos incentivos. Mas quero dizer a V. Exªs que a população brasileira está apreensiva. Tudo o que se ouve, no presente momento, é que as coisas poderão não correr bem. Mas eu quero me solidarizar com o seu otimismo. Sinceramente espero que nós não tenhamos problema, principalmente nas áreas que V. Exªs dirigem.

Da minha parte, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de passar a palavra ao Ministro e ao Presidente da Infraero, eu gostaria de enfatizar que a Copa do Mundo no Brasil está em 12 sedes, em 12 capitais, mas há Estados, como o Estado de Sergipe, que não são sedes da Copa do Mundo, que estão se beneficiando indiretamente.

Por exemplo, a cidade de Aracaju, que é a capital de Sergipe – o Estado de Sergipe é o menor Estado da Federação –, está recebendo a seleção da Grécia, que é a décima colocada no *ranking* da FIFA, e vai utilizar o Batistão, Estádio Lourival Baptista, o seu gramado, a sua arena para os treinamentos antes da realização dos jogos. E a hospedagem da sua equipe de futebol se dará também em um dos hotéis de Aracaju, o Radisson Hotel. Pelo menos 50 jornalistas do mundo inteiro acompanharão a seleção da Grécia.

Para nós, é uma alegria muito grande e, não sei se em decorrência da Copa, mas esse projeto já estava, vamos dizer assim, elaborado na Infraero, que está neste momento já realizando as obras do aumento da pista e também da melhoria do terminal internacional. Então, eu gostaria que o Presidente da Infraero se referisse às obras do Aeroporto Santa Maria, de Aracaju, que certamente vão aumentar ou incrementar o turismo em nosso Estado, que é fator de riqueza, de emprego e renda, e Sergipe tem muito a mostrar com as suas belezas naturais, as suas praias, a Atalaia.

O caranguejo de Sergipe é famoso, está em todas as mesas dos nossos grandes restaurantes, e não só o caranguejo, como também a peixada, o filé mignon, enfim, todas as comidas típicas do Estado de Sergipe estarão sendo motivo de regozijo daqueles que visitam a nossa belíssima capital Aracaju.

Portanto, com a palavra o Sr. Ministro e, em seguida, o Sr. Presidente para respostas aos nossos Senadores, que fizeram indagações muito pertinentes que estão ajudando, sem dúvida alguma, a esclarecer para a opinião pública do Brasil, através da TV Senado, e também aos nossos Senadores, a finalidade da realização dessas obras e desses investimentos nos aeroportos e também nas arenas futebolísticas.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Eu creio que seria útil iniciarmos pelos esclarecimentos com relação à política de preços praticada no Brasil. Durante muitos anos, nós tivemos na aviação o controle tarifário. Os números – eu, infelizmente, não os tenho aqui, mas poderei encaminhar para os senhores – do controle tarifário, se comparados com os preços atuais, deflacionando tudo, inclusive com as mudanças de moeda, etc., permitem-nos constatar que o preço praticado sob o regime tarifário controlado é mais alto do que o preço praticado hoje com a liberdade tarifária.

A lógica da liberdade tarifária permite, dá ao passageiro a possibilidade de ter acesso a passagens com tarifas mais baixas na medida em que haja uma programação. A grande, ampla maioria dos passageiros não compra a sua passagem na boca do caixa. Quem compra a passagem na boca do caixa, normalmente, é aquele passageiro que faz o que eles chamam de viagem de negócios, viagens corporativas. Até porque as viagens corporativas normalmente têm coberturas que não são as mesmas, do ponto de vista orçamentário, da viagem comum, da viagem normal, essas viagens se fazem de acordo com a pressão da demanda do serviço, da presença daqueles empresários e agentes que vão realizar os seus negócios.

Quando há a possibilidade de programação, o preço da passagem é extremamente confortável e, em muitos casos, menor que o valor da passagem do ônibus. Por exemplo, eu sou do Estado do Rio de Janeiro e, pela minha experiência, quando se compra a passagem antecipada para São Paulo, você tem a possibilidade de ter passagens mais baratas que as passagens de ônibus. É evidente que, para as passagens compradas mais próximas, aumenta-se o preço.

Agora mesmo aqui tivemos uma experiência com relação às tarifas aéreas para a Copa. Lembrem-se que, em determinado momento, a imprensa dava o aumento de 200%, 300% do preço da passagem, e eu dizia: calma, porque ainda não é a hora, o jogo de mercado ainda não está sendo posto. Nós atendemos a todas as solicitações feitas pelas companhias aéreas de assento; todas. Na hora em que foi anunciado o atendimento e a malha definida, os preços começaram a cair, porque a oferta aumentou e, evidentemente, os preços das passagens caíram. Aí nós tivemos como resposta uma série de promoções que estão sendo feitas até agora.

E os números são números que algumas pessoas até usam para dizer do fracasso ou da possibilidade de a Copa não se realizar com o brilho, o número de passageiros que esperavam, porque o percentual de vendas é um percentual que vai de 12%, passou para 18% e assim vai indo.

Então, há uma margem grande, e foi feita exatamente vendo essa possibilidade de que a oferta permita a prática de preços que sejam compatíveis, preços razoáveis, que sejam atendidos. E é por isso que alguns pagam, como é feita aqui a pergunta, R$100,00, porque compraram as suas passagens de maneira organizada, e outros, às vezes, pagam R$1,5 mil, R$2 mil, porque compram as passagens na boca do caixa.

Eu, pessoalmente, acho que o regime de liberdade tarifária é mais adequado aos interesses do passageiro, do cliente do que o regime de preços controlados. O Brasil viveu durante muito tempo, em quase todas as áreas… Nós que fomos prefeito, eu não sei se a Senadora teve a oportunidade, mas, quando eu fui prefeito, o preço das passagens de ônibus era fixado aqui em Brasília pelo Conselho Interministerial de Preços, e de todo o Brasil, não era só de Niterói; de todo o Brasil, o que é absolutamente despropositado; absolutamente despropositado!

Então, eu acredito que esse regime é o regime que mais atende às necessidades. A Anac é o órgão regulador, e eu acho que nós todos precisamos, sobretudo os Parlamentares, Senado e Câmara, nós precisamos fortalecer os órgãos reguladores, dar estrutura aos órgãos reguladores, porque no Brasil, lamentavelmente, pede-se serviço de um lado e, normalmente, as vozes que reclamam da qualidade dos serviços prestados são as mesmas vozes que reclamam do excesso de funcionários na máquina pública, como se se pudesse prestar serviços sem médicos contratados, sem engenheiros, sem funcionários.

A Anac, para prestar um serviço de qualidade, precisa ter seu quadro adequado ao tamanho do País, que é muito grande, para que ela possa cumprir adequadamente o seu papel. Além disso, ter vencimentos que sejam dignos para que possamos ter quadros de qualidade.

A outra é com relação ao Fundo, ao FNAC, aos aeroportos regionais e aos subsídios. Nós, a Presidenta, quando anunciou todas as medidas com relação à aviação regional, ela, já na época do anúncio, falou do subsídio à aviação regional, que agora já está em fase de conclusão. A ideia, o modelo é nós termos um teto a cada ano; esse teto é de R$1 bilhão, e aí se compõe a estrutura de subsídio levando-se em consideração a malha que já existe, porque são passageiros que já existem, que usam e que precisam dela, e um percentual menor para estimular novos voos para haver a ampliação da malha.

O término do projeto a ser encaminhado ao Congresso já está em fase final; a liderança da formulação desse projeto é do Tesouro, na medida em que – eu pessoalmente sou favorável ao subsídio –, o que é condenável no subsídio é que não haja transparência, então é necessário que haja transparência, é necessário que as pessoas saibam que aquele dinheiro vem do Tesouro, qual é a fonte de recursos, qual é a fonte orçamentária,

como aquele dinheiro está sendo posto ali, o volume dele e as medidas em que eles são articulados para que se realize. Então, eu creio que nos próximos 15, 30 dias, o Congresso Nacional já estará recebendo a proposta de lei para que nós possamos instituir o subsídio.

E aproveito o subsídio para falar sobre o programa de aviação regional. Como eu disse aqui, nós tivemos uma medida provisória que foi votada pelo Congresso, foi criado o programa, foi criado o FNAC, e, com isso, lá em torno de julho, agosto do ano passado, contratou-se – já que a medida provisória assim o permitia – o Banco do Brasil para ser o agente financeiro do fundo e operar a execução do programa.

Dividiu-se o Brasil em quatro regiões e duas áreas. Então, são seis áreas de aeroportos, quatro regiões do País, uma área de aeroportos novos e uma área só de aeroportos que são operados pela Infraero. Contratou-se para cada uma dessas áreas empresas projetistas – o banco fez uma licitação –; foram contratadas empresas projetistas e essas empresas já fizeram visitas aos aeroportos, já começaram a encaminhar à SAC quatro cenários para cada um desses aeroportos. A SAC faz, então, a opção do cenário mais adequado, e o cenário diz da extensão da pista, do volume de cada uma delas, dependendo do tipo de equipamento usado; onde é colocado o terminal; se o terminal está entre os quatro modelos que são passíveis de serem aumentados, de acordo com o tamanho de passageiros, o volume de passageiros necessários para o funcionamento do aeroporto; e as áreas que precisam ser desapropriadas para ampliar a pista e garantir a segurança necessária.

A SAC opta por um desses cenários e esse processo volta aos projetistas – nós já fizemos, eu creio que hoje deve estar em torno de 150 aeroportos para os quais já foram escolhidos os cenários, as projetistas já estão elaborando a base para que as licitações já sejam feitas. No caso de Barreiras, esse processo já está todo cumprido e a licitação já foi posta, já está sendo vista.

Eu creio que esse procedimento já sendo estruturado, porque a dificuldade maior em obras de infraestrutura é você definir – vamos chamar de linha de produção – os procedimentos administrativos e técnicos que o programa terá que cumprir para que você possa alcançar o seu objetivo. Esse procedimento já está definido; nós já temos as definições essenciais postas, já está em andamento e já estamos começando as licitações. Na medida em que as projetistas entreguem ao Banco do Brasil o modelo de licitação, automaticamente cada um dos aeroportos entra em licitação. Os recursos, como os senhores e as senhoras sabem, já são recursos garantidos, porque vêm do FNAC. A composição do FNAC são tarifas aeroportuárias e as outorgas, que são outorgas no ato e outorgas pagas ao longo da concessão. Então, é um fundo que tem uma capacidade de recomposição alta, que certamente vai permitir que possamos ter uma infraestrutura adequada.

Com relação a Mato Grosso do Sul, creio que Corumbá, o Secretário Giroto, o Deputado, esteve conosco semana passada e, de fato, o aeroporto está no programa de aviação regional. Os pleitos que foram postos, no sentido de ampliação de pistas e melhoria da qualidade, já foram incorporados, as projetistas já estiveram lá, e já estamos no processo de a SAC analisar os quatro cenários, para que possamos dar seguimento ao processo.

Nesse programa de aviação regional, temos uma grande dificuldade, que não é só nele, mas em todas as obras de infraestrutura no Brasil: a questão ambiental. No caso da questão ambiental, é um problema que temos sofrido com alguns aeroportos do Estado da Bahia. Nenhum dos aeroportos, nem os grandes aeroportos, porque foram todos construídos numa época em que não havia essa preocupação, foram objeto de análise ambiental. Então, hoje, qualquer obra, qualquer intervenção em aeroporto, por menor que seja, não só precisa dos certificados, dos registros e das análises ambientais para aquela intervenção, como acaba fazendo a intervenção no suíte inteiro, o que implica necessidade de outras intervenções, porque é como se nós estivéssemos começando esse processo.

Com relação a Campo Grande, que não está no programa de aviação regional, aí está no âmbito da Infraero.

E, finalmente, uma questão colocada pela Senadora Lídice. Concordo, não tenho a menor dúvida – aliás, nós temos muitas concordâncias…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ministro, desculpe interrompê-lo. O Senador Wilder Morais vai precisar comparecer a uma audiência fora do Senado. Antes, porém, ele gostaria de fazer um adendo às perguntas que já fez antes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Presidente, tenho uma reunião com o Ministro das Cidades agora.

Ministro, outra pergunta, a preocupação com a passagem. Temos um grande problema também com a aviação civil: o nosso custo operacional é muito caro, principalmente com relação aos combustíveis.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Com relação?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Ao combustível da aviação civil. Para se ter uma ideia, em país vizinho, onde não se produz, é um terço do nosso preço. Então, essa pergunta é importante, com a dimensão do nosso País, a própria aviação regional. O custo disso inviabiliza hoje, principalmente as empresas, com todo esse perfil de globalização, precisam se deslocar de um Estado para outro, até para sua empresa

crescer, e isso hoje tem inviabilizado. Essa velocidade precisa ter o tempo da empresa. Normalmente, não tem nem condições nem linhas aéreas para chegar ao seu destino.

Então, eu gostaria de deixar também essa pergunta e parabenizar V. Exª pelo trabalho feito. É uma sugestão da aviação regional. Fui Secretário de Estado de Infraestrutura, estive com sua equipe várias vezes e acharia importante que o seu Ministério analisasse. O meu Estado de Goiás tem dez cidades, dez aeródromos sendo estudados. Que houvesse prioridades, talvez o meu Estado precisasse de quatro aeródromos que tivessem viabilidade econômica. Se não, vai-se fazer um investimento grande que não tem depois utilização permanente, deixando em detrimento outros aeródromos, em que poderiam ser aplicados os recursos com mais efetividade.

Obrigado, Presidente. Era essa a intervenção.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Rapidamente, eu queria aproveitar essa bola que o Senador levantou, com relação ao combustível, para dizer que ele tem razão.

Concordo plenamente com o senhor, acho que a pressão do combustível na composição de custo é muito alta. Esse é um problema que temos que enfrentar. Na situação hoje, vejo, por exemplo, vamos pegar um voo para Buenos Aires e outro voo para Salvador, saindo do Aeroporto de Guarulhos. Uma companhia brasileira ou uma companhia estrangeira. No caso, terá que ser uma companhia brasileira, porque o voo interno só pode ser feito pela companhia brasileira. As duas aeronaves estão uma ao lado da outra, chega um caminhão de combustível com um frentista, coloca combustível na aeronave que está indo para Buenos Aires, e esse mesmo frentista coloca o mesmo combustível na aeronave que está indo para Salvador. O voo que está indo para Buenos Aires sai por 25% a menos do que o voo que está indo para Salvador.

Então, é uma coisa que tem que ser debatida pelo Congresso Nacional. É incompreensível que um Estado cobre 25% de ICMS sobre combustível. Há um esforço enorme, alguns Estados baixaram para 12%, mas também não pode baixar para menos que 12%. Além do…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Aqui, por exemplo, no Distrito Federal, houve uma redução drástica para 12%. Os Estados, então, precisam entrar na redução do preço do combustível, reduzindo o ICMS.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM - GO) – Presidente, só para se ter uma ideia, para complementar o nosso Ministro, uma viagem de Goiânia ao Rio de Janeiro, de Goiânia a qualquer país, Argentina, é mais barato ir para lá do que ir para o Rio de Janeiro. Você sai com o ICMS, porque é voo internacional, se a aeronave tiver capacidade de abastecimento, você deixa para abastecer lá, fica um terço do preço.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Então, acho que tem que ver essa questão do ICMS. Na discussão da questão do ICMS, vai se ter condições de se discutir também os impostos federais, o PIS/Cofins. Temos também que ter esse debate e a própria composição do preço do combustível, em que se deve ampliar essa reflexão, para que possamos praticar preços internacionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Voltando aqui para finalizar, já que estou sendo instado e tenho aí um pequeno tempo.

A Senadora coloca alguns pontos que merecem um debate. Primeiro, acho que o legado para a Copa é uma realidade física, vai haver, legado não só nos aeroportos que foram concessionados, como nos aeroportos que serão e estão sendo administrados pela Infraero. São legados físicos. Mas não é só isso que vai ficar do ponto de vista de legado, porque também, com a presença dos maiores operadores de aeroportos do mundo, nós vamos trazer para o Brasil métodos de gestão, práticas tecnológicas, concepção de operação aeroportuária, cuidado e, sobretudo, um diferencial no tratamento do passageiro.

O monopólio que foi praticado durante muitos anos no Brasil deformou a concepção da prestação de serviço. Quando o monopólio presta serviço, ele não tem a visão de que está prestando o serviço, mas de que está fazendo um favor à pessoa, porque não há competição. A pessoa obrigatoriamente tem que ir ali e só pode obter aquele serviço a um preço que é fixado e por aquelas mesmas pessoas. À medida que você abre a possibilidade da concorrência, as pessoas vão poder fazer suas opções, e fazem suas opções. É outra mentalidade, e esse é o outro legado que vai ficar.

O terceiro legado é o entendimento – uma coisa que saúdo que a senhora disse – de que infraestrutura tem que ser ociosa. Não há a possibilidade de se ter, não só em aeroporto, mas em qualquer infraestrutura, a possibilidade de você administrar adequadamente, de você ter uma política de risco correta, se ela é justa. Quando ela é justa, é o caminho mais rápido para se ter um problema. Essa é uma mentalidade que não se tinha, de maneira generalizada, no Brasil e vai-se começar a ter também pela presença da experiência que está nos sendo trazida por operadores internacionais que trabalham, que mexem com a logística do aeroporto.

O terceiro ponto é a compreensão de que o aeroporto, cada vez mais, é uma área, um sítio que terá que estar permanentemente em obras. O avanço da tecnologia é de uma velocidade muito grande. As mudanças

são muito rápidas, são muito profundas. Hoje o tamanho das aeronaves cresce. Elas não têm crescido de velocidade, mas o tamanho cresce.

O Brasil, para que se tenha uma ideia, vem crescendo, há mais de dez anos, 10% ao ano em número de passageiros. Nós tivemos, na semana que antecedeu o feriado de fim de ano, 400 mil passageiros em um só dia transitando em nossos aeroportos. A cada fim de semana prolongado, fim de ano, carnaval, agora na Semana Santa, nós estamos batendo recorde em relação ao ano passado. Ou seja, o transporte aéreo no Brasil virou transporte coletivo. E transporte coletivo tem que ter escala, tem que ter uma base de infraestrutura que suporte essa necessidade.

Em Salvador, eu não fui lá para anunciar que iria paralisar, eu fui para dizer que a obra precisava ser paralisada, teria que ser paralisada porque nós tivemos em torno de 2,5 milhões ou um pouco mais de passageiros transitando no aeroporto de Salvador no carnaval. Nós não vamos ter isso na Copa. As pessoas acham que, na Copa, nós vamos ter uma pressão sobre a nossa infraestrutura maior do que tivemos no fim do ano. Não é fato. Não vamos ter, porque os voos corporativos vão diminuir e o número de…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Claro.

Então, quando eu digo que nós estamos preparados para receber e para cumprir de maneira adequada, confortável, o atendimento, eu não estou com isso querendo mascarar que obras em aeroportos da Infraero não estão concluídas. Elas não estão concluídas. Elas serão concluídas depois da Copa. Elas não estão. Mas o fato de as obras não estarem concluídas agora não significa que nós vamos ter precariedade na nossa infraestrutura aeroportuária para atender a Copa.

O problema mais grave que tivemos foi em Fortaleza e a solução encontrada foi a contratação de um módulo provisório, que será provisório porque está sendo montado agora para a Copa e vai ser desmontado depois da reunião dos Brics que ocorrerá em Fortaleza. O mesmo modelo foi usado nas Olimpíadas ainda com características tecnológicas piores. Foi usado há quatro anos, na África do Sul, e usado recentemente em Sauipe, quando a FIFA fez o sorteio das chaves. Então, é fundamental que todos nós entendamos essa diferença.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Uma coisa, e nós não negamos, é: as obras estão aí. Eu tenho ido, frequentado aeroporto, visto com a imprensa do meu lado, buscando colocar luz para que possamos enfrentar os problemas na dimensão e extensão que eles têm. As obras que não foram concluídas serão concluídas e eu tenho certeza de que uma delas é o Aeroporto de Salvador, que precisa de visíveis melhoras. Mas, como disse aqui o Presidente da Infraero, a infraestrutura aeroportuária está pronta, está adequada.

Finalmente, Presidente, para finalizar – e aí não é fala de político, eu vou finalizar –, das concessões, no modelo que nós adotamos nos aeroportos brasileiros, a Infraero participa com 49% e o capital privado com 51%. Na realidade, essa diferença de 2% é para que se crie um ambiente que permita trazer a operação para dentro do nosso aeroporto.

Isso se dá porque, como em toda administração, modelos envelhecem com o tempo. O grande esforço que a Infraero faz hoje, sob a direção do Dr. Gustavo do Vale, é exatamente definir, não só do ponto de vista da sua composição financeira, da sua organização financeira, mas, sobretudo, na sua gestão e na sua organização da governança, novos caminhos, porque, visivelmente, os caminhos anteriores não estavam atendendo as nossas necessidades. Se estivessem atendendo as nossas necessidades, não seriam necessárias as concessões e nós não estaríamos aqui discutindo, observando que o aeroporto vai estar preparado para a Copa, mas as obras que deveriam ser concluídas não estão. A realidade seria outra.

Então, a preocupação que existe, não só na Infraero como no Governo, é definir uma alternativa nova que robusteça a Infraero, que permita que nós possamos ter uma empresa que opere os nossos aeroportos de forma adequada, forte, robusta. Quando eu digo operar os nossos aeroportos, não são só os aeroportos rentáveis. Existem aeroportos estratégicos que terão que ser operados pelo Governo da União, e esses aeroportos não são rentáveis. Então, nós precisamos ter um modelo que dote o Governo Federal de uma ferramenta, de um instrumento institucional que dê ao passageiro brasileiro, sobretudo da Amazônia e no caso dos aeroportos estratégicos, a possibilidade de usufruir desse modal sabendo que as dificuldades eventuais financeiras não serão empecilho para que esse serviço seja usado por eles.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço, Ministro, a profundidade com respondeu às perguntas dos nossos Senadores e Senadoras.

Eu gostaria de informar que dois grandes Senadores, uma Senadora e um Senador, desejam participar do debate, o Senador Capiberibe e a Senadora Vanessa. O Senador Capiberibe se inscreveu primeiro; em seguida, a Senadora Vanessa, antes de dar a palavra ao Gustavo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, com sempre, nós somos cumulados de obrigações. Eu tenho um compromisso, também, a partir das 12h. Eu gostaria de ouvir a manifestação do Sr. Presidente da Infraero sobre as questões que eu levantei, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ainda temos meia hora para chegarmos ao meio-dia…

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mas as perguntas, às vezes, podem alongar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mas V. Exª poderá ter a prioridade na resposta. Vamos ouvir os Senadores. Serão perguntas breves e, logo em seguida, passaremos ao Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, caríssimo Ministro da Secretaria de Aviação Civil, caríssimo Presidente da Infraero, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu tenho duas questões aqui. Gostaria de consultar essas autarquias, esses órgãos importantes. Eu estou em dúvida quanto a por onde começar, porque são duas novelas e muitos capítulos, e o tempo é curto.

Eu vou começar, então, pela construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Macapá. Eu era governador em 1995 e recebi um telefonema do Senador José Sarney, que era Presidente do Congresso, dizendo que levaria o Presidente da Infraero para assinarmos um acordo para a construção desse terminal. Creio que isso era em abril de 1995. De fato, chegou o Presidente da Infraero e nós assinamos um termo de compromisso. Cabia ao Estado retirar algumas famílias que estavam ocupando a cabeceira norte da pista e caberia à Infraero construir o terminal.

Nós cumprimos a nossa parte, retiramos as famílias, a Infraero cedeu uma área e construímos um bairro que leva o nome de Infraero. Então, Macapá ganhou o bairro denominado Infraero, mas quatro anos se passaram e o terminal não foi iniciado. Eu fui reeleito Senador em 1998. No início de 1999, o Senador José Sarney voltou a me ligar: "Estou indo com o Presidente da Infraero; nós agora vamos construir o aeroporto."

Em 1995, fizemos uma grande festa no aeroporto, com televisão, com imprensa, e em 1998, a mesma coisa, só que com pouca festa, porque eu já estava assim, digamos, escaldado. Mas fizemos uma festa no palácio, recebemos o Presidente da Infraero, nossa parte já estava cumprida, as famílias estavam desobstruindo a cabeceira norte. Então, estava tudo caminhando. Fizemos de novo aquela festa, veio imprensa, televisão, belos discursos. Passaram-se quatro anos, e a obra não começou.

Quando foi abril de 2003, de novo, o Presidente José Sarney, que era o Presidente do Senado, nos convocou para uma nova reunião no palácio. Só que a área já estava invadida, tinha sido invadida novamente, mas aí a obra começou. Começou no final de 2003 e parou em 2004, com a Operação Navalha, da Polícia Federal. De lá para cá, o terminal está parado e não houve continuidade. Eu quero saber em que pé está essa situação. Essa é uma questão.

A outra, vou resumir ainda mais. Sr. Ministro, eu moro na zona norte de Macapá, que cresceu exatamente em função desse acordos aí. Surgiu o bairro Infraero 1, depois surgiu Novo Horizonte, surgiram Liberdade e vários bairros em que habitam 30% dos moradores da cidade de Macapá. Entre a zona norte da cidade e o resto, o centro e a zona sul, há o sítio aeroportuário. Então, ficamos ali com uma única via para circular de norte a sul da cidade. Todos os dias enfrentamos três engarrafamentos: um no café da manhã, outro no almoço, outro no jantar, porque é um gargalo, só tem uma passagem.

Em 2011, o governador, então, desenhou um projeto e começou a construir uma via chamada de norte-sul, uma segunda possibilidade de transitar de norte a sul. Fez a licitação, houve negociação com a Infraero, caminhou tudo normal e tal, fez a licitação do primeiro trecho da primeira e da segunda etapa. Ficou pronta há um ano a segunda etapa da obra aí apareceu, de repente, um obstáculo, que eu confesso que não entendo muito: tinha que fazer uma mudança de rota. Conclusão: nós temos hoje uma obra há um ano pronta, que tem começo, tem meio, mas não tem fim. Não chega a lugar nenhum e já se gastaram R$20 milhões.

Há um ano, eu acompanho, e V. Exª o sabe porque eu já estive na SAC, a tramitação desse acordo entre as partes para poder concluir essa obra. Desde julho do ano passado tenho recebido alguns prazos: "Vai estar pronta em agosto". Quando chega agosto, transferem para setembro, de setembro para outubro. Bem, estamos em maio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – De onde esses prazos vem?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – São prazos da SAC, do Comando da Aeronáutica, do Brigadeiro Mesquita. O Brigadeiro Mesquita diz que já entregou a parte dele, o outro disse que entregou. E agora está no trâmite final, e me deram mais um mês. Hoje de manhã, eu disse: olha, eu acordei com a disposição de ir lá para a porta de V. Exª, sentar lá e aguardar o documento. É claro que parece até que estou

advogando em causa própria, e eu acho que eu estou, porque são três engarrafamentos diários numa via em que falta 1,5km e já se gastaram R$20 milhões. Haja paciência!

A última informação que me deram foi a de que o documento está na SAC, de volta. Já rodou, foi para o Ministério da Aeronáutica, foi para o Ministério do Planejamento, andou bastante. Agora aterrissou lá, de volta, na SAC. A previsão que me deram é de que tem 15 dias a ConJur, da SAC, para se manifestar; depois vai para a AGU, aí concluí-se e vão recolher as assinaturas.

Então, Ministro, realmente, foi uma felicidade vê-lo, porque, senão, eu estaria lá na sua porta, sentadinho, aguardando esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Veja como a CDR está agindo, não é?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – E aí eu queria ouvir de V. Exª um prazo que me conforte para a gente receber esse acordo, porque me parece que não há mais óbice, está tudo resolvido, a Aeronáutica já esquadrinhou a área toda. Pelo menos, o Brigadeiro Mesquita me disse: "Olha, da nossa parte, você já pode até começar a obra." Mas nós não queremos começar a obra sem o acordo assinado, até porque o Governador é extremamente legalista, um pouco mais do que o Senador. Então, ele vai esperar, está aguardando lá, porque são 1.500m.

Lá nós temos, nessa pista nova, a sede da Justiça Federal e da Polícia Federal. Tiveram que abrir o início da obra, pois a polícia não podia entrar porque não está concluída a obra. Então, eles construíram um belo prédio da sede da Polícia Federal, mas não podiam utilizar porque não… Mas se resolveu lá.

Eu queria, Ministro, que V. Exª me desse, definitivamente, um prazo para a gente assinar esse documento, para a gente retomar e concluir aquela obra e também gostaria de ouvir sobre o Aeroporto de Macapá, porque são dois anos, com uma operação da Polícia Federal no meio, e o negócio está parado lá. Fizeram um puxadinho, dessas coisas emergenciais, o que eu agradeço muito, porque melhorou bastante; antes era um sufoco, e agora, até melhorou significativamente.

Eu queria, por último, dizer que estou muito satisfeito com o Aeroporto de Brasília, para dizer que nem tudo… Há coisas muito boas. O Aeroporto de Brasília desafogou. Para nós que viajamos toda semana – o Senador Valadares sabe disso, assim como a Senadora Lídice – está uma beleza. E mais do que isso: também cumprimento o Governador Agnelo, vou puxar umas sardinhas para a brasa dele, porque hoje eu vou do meu apartamento até o aeroporto em 10 minutos; eu levava meia hora. Aquele túnel facilitou muito, melhorou bastante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu quero dizer ao Senador Capiberibe que lhe agradeço o fato de ter vindo à reunião desta Comissão, porque eu sei que V. Exª estava fazendo um tratamento ocular em uma clínica na cidade de Brasília. Ainda bem que V. Exª voltou não só com uma visão muito boa, mas também com a mente funcionando a todo vapor.

Eu quero conceder a palavra, por último, à Senadora Vanessa Grazziotin. Espero que V. Exª seja breve na sua explanação, uma vez que o Senador Ruben Figueiró, com muita razão, tem um compromisso e quer ouvir a resposta do Dr. Gustavo do Vale a suas perguntas.

Senadora Vanessa, do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O maior Estado do Brasil, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Exato, o maior Estado do Brasil e que tem uma grande Senadora, representativa…

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bem diferente de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sergipe é o menor Estado da Federação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas com o maior Senador. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado, amiga.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Quero cumprimentá-lo, sobretudo pelo trabalho aqui à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional, que, sem dúvida nenhuma, tem sido uma comissão que tem debatido, de fato, os principais problemas por que passa o País. E o debate, como estamos vendo aqui, não é um debate vazio; é um debate que procura soluções.

Quero cumprimentar o Ministro Wellington, cumprimentar o Presidente da Infraero, Dr. Gustavo, e dizer que, infelizmente, eu gostaria de falar de um outro assunto, mas apenas, rapidamente, atendendo ao pleito do nosso Senador – eu também tenho um compromisso, a CPI já está sendo instalada neste momento e eu tenho que estar lá…

Em agosto ou setembro do ano passado, estivemos com o Ministro Wellington, com a Infraero, a Bancada do Amazonas, levando problemas graves de cancelamento de voos e problemas de infraestrutura no interior do Estado, enfim, problemas relativos à aviação regional. Infelizmente, esse problema volta à baila. Estou aqui com o jornal de hoje da cidade de Manaus, dia 14 de maio, que até parece uma cópia da matéria que saiu em setembro do ano passado. A Azul novamente cancela voos para o interior.

Não preciso dizer aqui, porque todos conhecem o interior do Brasil, que voos para o interior do Amazonas não são um luxo de quem tem dinheiro para pagar a passagem; são uma necessidade, porque são Municípios de difícil acesso, que não têm ligação de estradas. A ligação é com os rios, além de aérea, obviamente. Desses Municípios, para chegar à capital, Manaus, leva-se uma semana, 15 dias, até 30 dias. Então, a Azul faz uma alegação que é a mesma, Ministro: falta de infraestrutura nos aeroportos.

Diante daquelas nossas discussões, a Infraero, sobretudo o Ministro, anunciou um plano para a Região Norte, com investimentos pesados e uma reforma completa da aviação regional na Região. Por que da Região Norte? Porque temos uma diferença significativa com o Nordeste, por exemplo. O Nordeste ainda conta com rodovias; nós, não. Além do rio, eu não posso nem falar de hidrovia, só temos os aeroportos.

A divulgação não sei se já foi formalizada, mas as informações prévias dão conta de investimentos que chegam quase à casa dos R$2 bilhões. Isso sem falar que tiraram os aeroportos que estão sob a responsabilidade dos Municípios para repassá-los a outro ente.

Então, Ministro, eu gostaria de repassar ao senhor as notícias do dia de hoje acerca do comportamento da Azul, porque, afinal de contas, foi feito um acordo, àquela época, que envolveu o Município de Coari, e hoje se sucede algo parecido com o que há em outros Municípios, como São Paulo de Olivença, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro: eles simplesmente cortaram. A saída para Coari foi diminuir o número de voos, mas não cancelar. É o que se poderia fazer com esses Municípios, já que têm problemas de infraestrutura, mas não cancelar. Então, eu vou passar as notícias ao senhor, Ministro, e ao Presidente da Infraero para que a gente possa chegar a bom termo.

Por fim, gostaria que os senhores falassem, não sei se já citaram aqui, sobre esse anúncio breve, essa formalização breve, esse plano da aviação regional para a Região Norte, para a Amazônia, porque, do contrário, nas próximas audiências, trataremos de outros Municípios, mas exatamente dos mesmos problemas. Creio que com esse plano, se posto em prática, nós teremos resolvido a médio e, quem sabe, até a longo prazo os problemas que hoje rondam os Municípios e a população da nossa região.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado, Senadora, por sua participação.

Como o Ministro foi acionado pelos dois Senadores que se manifestaram por último, ele deseja falar, mas, atendendo à prioridade do Senador Ruben Figueiró, eu gostaria que o Presidente, antes do Ministro, respondesse à indagação do nosso Senador. Em seguida, eu passo a palavra ao Ministro.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Pois não. Senador Figueiró, em relação à Corumbá, Corumbá é um aeroporto administrado por nós. Ele faz parte da aviação regional, de modo que, como o Ministro Moreira Franco falou, está sendo desenvolvido todo um projeto novo, um terminal novo. E sobre as necessidades da pista, o que eu posso dizer para o senhor é que toda a adequação da pista de Corumbá está feita por nós, independente do programa da aviação regional. Agora, as demais melhorias para transformar Corumbá em um aeroporto comercial, de fato, estão sendo feitas no âmbito da aviação regional dentro dos 29 aeroportos que pertencem à Infraero. Então eu posso garantir para o senhor que, desse programa, Corumbá faz parte.

A questão desses aeroportos que o senhor citou vou encaminhar à Secretaria de Aviação Civil, ao Secretário-Executivo, que é o responsável pela condução da aviação regional. Mas eu posso dizer que, no Estado do Mato Grosso do Sul, já estão contemplados, além de Corumbá, Coxim, Costa Rica, Bonito, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina e Naviraí. Esses são os que estão previstos dentro do âmbito da aviação regional.

Sobre esses três que o senhor citou, vou conversar com Guilherme Ramalho, que é o Secretário-Executivo da SAC e o responsável pela condução desse processo, para a gente ver as condições técnicas possíveis, perfeito? É um compromisso que eu assumo com o senhor.

Campo Grande. Campo Grande vai ser totalmente reformulado. Nós não temos mais como crescer com aquele terminal. Nosso projeto é a construção de um novo terminal, e os projetos já estão prontos…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Na mesma área?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Na mesma área, num convênio nosso com o Estado do Mato Grosso do Sul. Nós esperamos que, nós próximos meses, já comecemos o processo de obtenção dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. Vai demandar investimentos superiores a R$600 milhões, porque Campo Grande se esgotou completamente. Concordo com o senhor, não há como discordar: Campo

Grande é uma daquelas situações que ficaram, ao longo do tempo, sem o investimento necessário e que cresceram substancialmente, de modo que hoje não dá para fazer, digamos assim, nem ampliação, nem nada. Nós vamos ter que reformular tudo.

A questão da segunda pista é uma prioridade nossa no mínimo em todas as capitais brasileiras, porque, sem dúvida alguma, ter uma pista só num aeroporto essencial é um risco muito grande. O senhor vê agora a questão nossa que está acontecendo em Rio Branco, em que nós temos uma pista que se deteriorou mais ainda em função das cheias do Rio Madeira. Nós recebemos em Rio Branco mais aviões pesados do que imaginávamos, temos que fazer reformas diárias na pista, por não haver outra que suporte.

A questão do *check-in* eu vou verificar – é uma questão do terminal atual. Garanto para o senhor que minha área de operação vai verificar imediatamente.

O senhor tem razão, a ampliação do sítio foi feita, inclusive dentro do nosso convênio com o Governo do Estado, e ele é suficiente hoje para aquilo que nós queremos fazer.

A pergunta do senhor sobre o uso do pátio de Campo Grande na Copa: é possível. É possível. Campo Grande faz parte de todo o processo aeroportuário, que envolve cerca de 50 aeroportos, e, se for necessário, além de ele ser alternativo a Cuiabá e a Brasília, pode ser, sim, utilizado para estacionamento de aeronaves, ou seja, a pessoa vem num avião particular, por exemplo, para um jogo em Cuiabá; se nós tivermos problema no pátio de Cuiabá, ele pode ir para Campo Grande, sim. Isso está previsto. Faz parte do nosso programa.

Quanto à questão do otimismo, eu agradeço e digo que, na aviação civil, se nós não formos otimistas, morremos antes de começar. Dou um exemplo pequeno para o senhor que o Senador Antonio Carlos Valadares me mostrou aqui agora: nós estamos sempre perdendo. Infelizmente, nós não conseguimos muitas vitórias em termos de mídia, em termos da opinião pública como um todo. Hoje de manhã, por exemplo, nós fizemos um simulado no Aeroporto do Galeão, junto com a Light. Isso foi avisado pelos microfones, pelos alto-falantes, todo mundo sabia. Foi às 7h30, depois dos voos internacionais. Era um simulado para ver se os geradores entravam, e deu um pique de luz, todo mundo já sabia, a luz faltou durante 10 minutos, e o jornalista Ancelmo Gois já disse no *blog* dele que nós tivemos um apagão no Galeão e que era melhor fechar o aeroporto.

Então, infelizmente, se nós não formos otimistas, Senador, o senhor vai me desculpar, nós entregamos o jogo antes que comece. Mas muito obrigado pela confiança.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não, Senador;

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu quero agradecer, em primeiro lugar, a benevolência de V. Exª em conceder-me esta oportunidade de ouvir o senhor Presidente da Infraero, e quero dizer a V. Sª que compartilho do seu otimismo, mas com um pezinho atrás.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Homenageio V. Exª pela assiduidade e presença nesta Comissão.

Ministro, seria de bom alvitre V. Exª, antes de dar continuidade à fala do nosso Presidente, dar uma resposta às indagações do nosso Senador Capiberibe, como sempre interessado nos problemas do nosso Amapá.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Eu vim para a aviação civil em março do ano passado, ou seja, estou há um ano e poucos meses. Em março do ano passado, logo que assumi, tive o privilégio de conversar sobre esse assunto com o Senador. E posso dar o testemunho do empenho, da dedicação dele, da determinação com que enfrentou esse processo que, se for recomposto, é um ir e vir infinito, porque vai para a Aeronáutica, volta, vai para outro órgão da Aeronáutica, volta. E assim lá se foi um ano.

Se efetivamente estiver de volta à SAC, até então não estava, a maior parte desse tempo ficou sob a análise do Ministério da Aeronáutica, ele sairá de lá o mais breve possível. Não posso aqui lhe dizer quando, mas lhe telefono na parte da tarde para lhe dizer exatamente o dia. Se tiver na SAC em fase final, se não tiver que voltar para o Ministério da Aeronáutica. Espero, como disse, que não vá voltar…

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Está resolvido. Tenho certeza, convicção, porque acompanho.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – De lá sai, de lá eu lhe garanto que sairá rápido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Foi muito bom que isso acontecesse. O Ministro não precisou de uma greve de fome para resolver.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não vou fazer greve de fome. Eu ia lá esperar…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Na porta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Mas o Ministro, à tarde, vai me dizer com precisão, porque só está para análise jurídica. Como ele tem os melhores advogados deste País, tenho certeza de que será muito rápido. Aí irá para AGU. E à porta da AGU eu vou bater, vou ficar lá esperando, vou me sentar e esperar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem, Senador.

Com a palavra, para continuar suas respostas, seus esclarecimentos…

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não, Senadora. Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, só para o Ministro anotar que faltou ele me dar uma notícia sobre o aeroporto de Feira. Se ele puder dar depois…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ele poderá dar, com a devida vênia do nosso Presidente.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Feira e Conquista. Ambos estão indo.

No caso de Conquista, o Governo do Estado tem de encaminhar uma documentação. Na semana passada, falei com o Walter Pinheiro e com o próprio Governador Wagner sobre uma documentação ao Decea para que ele dê a autorização para fazer as intervenções que já foram vistas, autorizadas e que deverão começar imediatamente após essa autorização. Creio que rapidamente esse problema poderá ser resolvido e que deveria… Inclusive, em função da experiência lá, já determinamos, dentro do programa de aviação regional, que essa autorização do Decea seja o início do processo, porque efetivamente as intervenções nos aeroportos só poderão se dar depois de uma autorização do Decea.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – E Feira?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Também. Não, Feira…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senadora Lídice da Mata, em atenção aos internautas, recebemos mais alguns comentários e perguntas, através do nosso portal e-Cidadania, com autorização das redes sociais, Facebook e Twitter. Por exemplo, Joselino Navarro comenta: "O atraso na obra da reforma e ampliação do aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, é inaceitável. Todo atraso na entrega de obras é inadmissível. Em alguns países, as construtoras são multadas por cada dia de atraso. Para isto acontecer no Brasil, multas por atraso na entrega de obras, é preciso aprovar lei específica? O Governo estuda essa possibilidade?". De Aurora Dorneles: "O problema maior é que, quando os turistas saírem dos aeroportos com suas bagagens, correm o risco de ficarem sem lenço e sem documentos. Há falta de segurança pública por todo o País." Outra: "Precisamos de segurança, basta de transporte clandestino." E: "Os aeroportos brasileiros precisam de tempo para serem concluídos."

São comentários que estamos repassando para o Ministro e para o Presidente a respeito das obras dos aeroportos.

Finalmente, Presidente, estamos ansiosos por sua palavra, Dr. Gustavo do Vale, respondendo aos Senadores e às Senadoras.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor me permite, Presidente, vou responder às perguntas que considero mais simples, como aquela a respeito do aeroporto de Aracaju, a pergunta que o senhor fez.

O aeroporto de Aracaju vai ser todo reformulado. Infelizmente, o terminal de passageiros foi construído numa tecnologia que não permite ampliação, então nós vamos construir um aeroporto novo. Um convênio assinamos ainda com o governo do Estado, com o saudoso Governador Marcelo Déda, em Aracaju, e o Estado está cumprindo a sua parte, que é a retirada do morro. O senhor que conhece…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É o desbaste do morro.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Exatamente. O senhor conhece os detalhes…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Morro do Urubu.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – O Morro do Urubu e toda a parte de acesso ao aeroporto. O Estado está cumprindo a sua parte e a Infraero também. A infraestrutura já está em obras, ou seja, toda a parte de pistas e pátios já foi licitada e está em obra. E com relação à parte do terminal de passageiros, os projetos estão prontos. Nós já aprovamos, inclusive do ponto de vista interno, e estamos, agora, em trâmites legais junto ao Ministério do Planejamento para incluir a construção do terminal de passageiros dentro do Programa de Aceleração de Crescimento…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – E o aeroporto regional em Canindé de São Francisco?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – O aeroporto regional de Canindé de São Francisco é um aeroporto que está incluído dentro da aviação regional. É o único aeroporto de Sergipe, dado o tamanho do Estado de Sergipe, diferente do Amazonas, que são 23. Aliás, a proporção é exatamente pelos tamanhos. Então, Canindé faz parte da aviação regional, dentro dessa resposta que o Ministro Moreira Franco deu, no mesmo

nível de Feira de Santana, Vitória da Conquista e dos demais aeroportos regionais. Enfim, é o que eu posso dizer para o senhor sobre Aracaju: fique tranquilo, as coisas estão andando!

O Senador Wilder perguntou sobre Goiânia. Em Goiânia, efetivamente, desde 2007, as obras estavam paralisadas. Nós conseguimos um acordo aprovado pelo Tribunal de Contas da União e a obra do terminal de passageiros novo já foi retomada e está em franca construção. Estamos a cerca de 115% além do nosso cronograma e a parte de infraestrutura também já foi toda analisada pela Infraero e se encontra hoje no Tribunal de Contas para ser aprovada. O Tribunal, na última reunião, pediu algumas informações, as quais já prestamos e esperamos que, na próxima semana, seja aprovada também a retomada da construção da infraestrutura. Com relação à parte de acesso, que é a pergunta dele, como o terminal de Goiânia é do outro lado do terminal atual, teremos, sim, de fazer determinadas obras de acesso a esse aeroporto. Mas isso já está bem equacionado tanto no âmbito do DNER quanto no âmbito do Governo do Estado.

Sobre as perguntas que foram feitas pelo senhor com relação às obras do Aeroporto de Viracopos, apesar de nós termos 49% feito, e a imprensa tem noticiado a multa, que recursos serão utilizados para pagamento dessa multa e que ações a Infraero tem realizado para acompanhar a execução dos contratos? Bem, é bom deixar claro que as multas são previstas em contrato. O contrato de concessão assinado pelo concessionário do aeroporto, de todos os aeroportos com a Anac prevê determinadas entregas de obras e multas caso essas entregas não sejam feitas. Agora, evidentemente que esse valor é um valor global. A concessionária está fazendo… Ainda não foi citada pela Anac, mesmo porque os prazos ainda não se expiraram totalmente. As multas não são, vamos dizer, de forma global, mas têm gradações diversas. Assim que a concessionária for instada a apresentar a sua defesa, ela irá fazê-lo. E como o Ministro Moreira Franco disse, ele esteve lá ontem e 90% está pronto. Eu pessoalmente não acho razoável que a multa seja aplicada em 100% quando 90% está pronto.

A Infraero possui três membros no Conselho de Administração de Viracopos. Temos uma equipe que acompanha todo o processo dos concessionários, não só como sócio, mas também como coordenador da autoridade aeroportuária, que é o órgão interno de cada aeroporto que congrega todas as atividades públicas, seja da Receita Federal, seja da Polícia Federal, da Anvisa, do Vigiagro, e assim por diante, de modo que temos uma equipe que acompanha todos esses processos. E quem irá pagar a multa caso ela aconteça de verdade e caso as ponderações do concessionário não sejam aceitas será a própria concessionária, evidentemente com seus recursos próprios.

"A questão da licitação por meio dos RDCs tem diminuído os prazos, principalmente em função da inversão de fase? A Infraero poderia evidenciar outros benefícios advindos da adoção do RDC? Quais os cuidados a serem tomados ao se optar por essa modalidade?" Eu acho que o RDC foi um avanço muito grande aprovado nesta Casa. Ele consegue facilitar enormemente o nosso processo. Apenas para vocês terem um exemplo da velocidade não só de prazo como das despesas da própria confecção do processo, houve no passado obras com 30 empresas participantes, sendo que, no regime anterior, eu precisava analisar essas 30 empresas antes de abrir o processo de preço, e o RDC me permite que eu abra a proposta de preço e só examine aquela do primeiro colocado – se ela não passar, eu examino a do segundo. Imaginem vocês a economia que eu tenho de tempo, de mão de obra e de todo o processo.

Além disso, há a questão do preço global e a questão de permitir que o próprio concessionário faça os projetos básicos e os projetos executivos, de modo, inclusive, a não acontecer isso que a Senadora Lídice disse, que é briga de projeto para cá, briga de projeto para lá entre o contratante e o contratado. O preço global me permite que eu exija tudo do contratado e, mais importante, evita a existência de aditivos ao longo do tempo, que é outra coisa que vocês sabem muito bem que é um problema muito grande.

Por fim: "Que cuidados terão de ser tomados ao se optar por essa modalidade?" Basicamente, os mesmos cuidados da modalidade anterior, ou seja, o órgão público é obrigado a fazer a fiscalização das suas obras, a acompanhar as suas obras e a verificar se os materiais que estão sendo colocados são aqueles efetivamente previstos no projeto. Então, não muda absolutamente nada do ponto de vista dos cuidados que têm de se tomar. Além do mais, o RDC obriga que as empreiteiras façam seus próprios projetos e não cotem os preços como era no passado, simplesmente dando um desconto sobre o preço global oferecido pelo órgão público e depois buscando essa diferença através de aditivos ao longo do prazo.

Eu considero o RDC extremamente importante e parabenizo esta Casa por essa iniciativa.

A pergunta sobre a questão dos puxadinhos: "Qual o plano que a Infraero tem para substituir os puxadinhos por estruturas definitivas? Por quanto tempo a população terá de conviver com essa situação de improviso?" Bem, então, nós vamos conceituar o que é o puxadinho o que é um terminal operacional. Terminais operacionais, apesar de a imprensa confundir o que é puxadinho com o que é terminal operacional, são tecnologias estrangeiras que fazem com que os aeroportos sejam mais baratos. Não há necessidade de aeroporto de grande porte, por exemplo, na aviação regional. Então, nós construímos esses módulos operacionais – o

módulo operacional de Macapá é um exemplo, o de Goiânia é outro, o de Vitória é outro, o de Brasília é outro – que são módulos que têm toda a infraestrutura necessária de um terminal de passageiros, sem haver a necessidade, evidentemente, de toda uma construção civil. E eles podem ser transportados de um lugar para outro. O exemplo que eu dou é o de Brasília. Quando houve a concessão de Brasília, parte da imprensa criticou, porque a primeira coisa que o concessionário fez foi desmontar o módulo operacional e, seis meses depois, esse módulo operacional foi reutilizado paralelamente ao Terminal 2. Quem conhece Brasília sabe muito bem disso. Eles são inteiramente reaproveitados, e, quando nós terminamos os provisórios, nós os levamos para outros aeroportos nossos.

A questão dos módulos provisórios. Como o Ministro Moreira Franco bem ressaltou, é apenas o de Fortaleza, que será contratado entre o dia 15 de maio e o dia 31 de julho. Esse, sim, é módulo provisório e será desmontado ao término dele. Outro módulo provisório que eu dou como exemplo foi o módulo provisório que nós utilizamos em 2011 no aeroporto de São Luís, quando houve aquela ameaça de o teto da parte externa do aeroporto cair. O aeroporto foi todo reformulado, e nós funcionamos o aeroporto através dos módulos provisórios.

"O Governo Federal promoveu, nos últimos anos, algumas concessões à iniciativa privada. Seis grandes aeroportos já estão em concessão. Como o senhor avalia as concessões já feitas? Valeu a pena realizar essas concessões? Há mais concessões a serem realizadas?" Eu quero dizer, até respondendo a uma pergunta da Senadora Lídice da Mata nesse mesmo sentido, que a questão básica – o Ministro Moreira Franco já tocou neste assunto, mas eu queria enfatizar – da concessão é que nós passamos os últimos 40 anos com investimentos nos aeroportos exclusivamente do Poder Público, exclusivamente do Governo Federal através da Infraero. Ora, como todos nós sabemos, o Tesouro Nacional tem as suas próprias necessidades, suas próprias obrigações, e ele tem altos e baixos. E a infraestrutura brasileira vem, ao longo do tempo, tendo altos e baixos, de acordo com as necessidades do Tesouro.

O que a concessão nos traz? Primeiro, ela nos traz a desoneração do Tesouro Nacional dos investimentos necessários aos grandes aeroportos. Todos esses investimentos serão feitos pela iniciativa privada, dando ao Tesouro Nacional o poder de gastar esses recursos em outras prioridades tão importantes quanto os aeroportos, mas que não têm a presença da iniciativa privada.

O segundo motivo é o pagamento da outorga, como o Ministro Moreira Franco disse muito bem. O pagamento da outorga ao FNAC é a forma encontrada pelo Governo Federal de ter recursos permanentes para investimento na estrutura aeroportuária brasileira. Esses recursos que vão ao FNAC vão fazer com que a estrutura aeroportuária brasileira tenha recursos permanentes para investimento, independentemente das situações de altos e baixos por que passa o Tesouro Nacional. Podemos ver a nossa história econômica nos últimos 50 anos. Não estou falando nenhuma novidade para ninguém.

Então, a grande vantagem da outorga é fazer com que recursos privados suportem os investimentos, sejam eles da Infraero, sejam eles dos Estados, sejam dos Municípios, ou seja, em toda a aviação brasileira os recursos necessários estão garantidos.

Eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que as concessões feitas até agora valeram a pena. Se existem mais concessões a serem realizadas, é uma pergunta mais para o Ministro Moreira Franco, já que se trata de uma questão estratégica. Evidentemente, a Infraero é parte do processo, mas ela não é parte decisória.

Há a pergunta do internauta sobre o aeroporto de Cuiabá, uma segunda pista. Está sem dúvida nenhuma prevista no nosso cronograma uma segunda pista no aeroporto de Cuiabá. Não agora, mas, sem dúvida, nos próximos dois ou três anos, nós trabalharemos nesse sentido. Respondendo concretamente à pergunta dele, nosso objetivo é que tenhamos duas pistas pelo menos em todas as capitais brasileiras.

Agora, a Senadora Lídice da Mata, que é…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A mais perguntadeira.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É a mais perguntadeira. A senhora me permite só responder ao Senador Capiberibe rapidinho?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA. Fora do microfone.) – Claro, claro.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Senador, sem dúvida nenhuma, o aeroporto de Macapá tem toda essa história que o senhor me contou. O senhor já tinha tido a oportunidade de me contar isso antes. Eu fiquei sabendo através do senhor de toda a história de Macapá. Macapá teve as obras interrompidas dentro daquele processo da Polícia Federal envolvendo uma determinada construtora que, na época – vamos dizer –, deixou de existir. Nós ficamos com o processo do terminal novo de Macapá preso na Justiça durante muito tempo. O aeroporto estava em péssimas condições. Nós conseguimos fazer o módulo operacional lá, que terminou agora – o senhor sabe muito bem disso –, que deu uma sobrevida ao aeroporto. Toda a parte de pista, o muro patrimonial, está tudo dentro do nosso cronograma. Os projetos do aeroporto de Macapá estão

terminados e nós estamos na mesma fase do projeto sobre o qual eu falei, do terminal de Aracaju. Nós já estamos encaminhando ao Governo Federal toda a parte de obtenção dos recursos para que possamos iniciar imediatamente a construção do terminal novo. Isso eu posso garantir ao senhor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não há mais problema na Justiça?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, não há mais problema na Justiça.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Está totalmente desimpedido?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Totalmente desimpedido.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Agora é falta de recursos.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, ainda não, porque eu diria que o recurso está pronto. Era falta nossa mesmo. Os projetos ainda não estavam prontos, ou seja, era uma questão de desenvolvimento dos projetos, porque o projeto original foi todo descontinuado, na medida em que a obra está parada há dez anos. Então, não há mais como se utilizar um projeto de dez anos atrás. Ele teve que ser todo reformulado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Há uma previsão de quando vai retomar?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Ainda no segundo semestre nós queremos tocar esse assunto, mas eu prometo que dou ao senhor uma notícia mais concreta sobre isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – O desdobramento… Há um processo judicial investigando isso ou também já foi para o arquivo?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Pelo que eu sei, o processo judicial que nós temos lá é só a questão daquela desapropriação, que está dentro desse projeto do convênio que o senhor citou. Eu gosto de brincar com o Ministro Moreira Franco dizendo que para assinar o convênio do Amapá a caneta já está aqui. Eu estou prontinho. (*Risos.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Faremos isso na semana que vem. Estou cheio de esperança.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Bem, Senadora, tem certas coisas de que não posso discordar da senhora. A senhora é uma pessoa com quem já conversamos muito ao longo desse tempo todo, tanto a respeito do aeroporto de Salvador quanto dos concessionários do aeroporto de Salvador. Então, a nossa relação dentro desse processo já é de longo tempo.

Também acho, concordo com a senhora, que a reforma do aeroporto de Salvador não veio num ritmo adequado. Poderia aqui desfiar uma série de razões para isso, mas a razão básica é de que é um aeroporto antigo, ainda da década de 70, e uma reforma num aeroporto ainda da década de 70 nos traz muitos problemas. Então, reconheço. Licitamos com o projeto básico, o projeto executivo foi feito durante a obra. Tivemos problemas graves na empresa que fez o executivo e, à medida que a obra foi avançando, fomos encontrando coisas que tivemos de resolver ao longo do processo. Então, o que estamos entregando para a Copa do Mundo não é aquilo que desejaríamos, mas, tenho certeza absoluta, vai dar todas as condições para funcionamento e permitir que o turista tenha uma boa visão tanto de Salvador quanto, em particular, do aeroporto.

Voltando ao assunto que a senhora citou a respeito dos aeroportos como um todo, o Ministro Moreira já tocou no assunto e concordo plenamente com ele: não é que fazemos aeroportos para a Copa, mas, sem dúvida nenhuma, o fato de existir a Copa do Mundo agilizou determinados investimentos que já eram necessários no passado. Não sei dizer para senhora, seria fazer uma previsão do passado, se é que existe esse termo, se não existisse a Copa teríamos essa velocidade nos investimentos que tivemos ao longo do tempo. Posso dizer para a senhora que, em 2010, a Infraero investiu R$4 milhões na infraestrutura e, de 2011 a 2013, investiu R$5,5 bilhões. Então, dizer para senhora que isso não foi agilizado por causa da Copa seria, vamos dizer, até uma injustiça com o legado da Copa do Mundo.

Não considero a obra de Salvador – a senhora usou o termo homeopático –, eu não diria que foi tão homeopática assim, mas não veio na velocidade que esperávamos. O que ficou para depois, como o Ministro Moreira Franco bem respondeu à senhora, foi a segunda fase da área de *check-in*. Essa fase ficou para depois, mesmo porque foi uma atitude até conservadora do Ministro, ainda em janeiro, porque corríamos contra a minha opinião pessoal, contra a opinião do empreiteiro, achávamos que dava tempo, mas o Ministro, apropriadamente, já que a responsabilidade é do Governo Federal como um todo, foi contrário e disse que não poderia correr esse risco. Então, inauguramos a primeira fase do *check-in* ainda a tempo do carnaval e a segunda fase ficou para depois, o que não traz nenhum problema do ponto de vista operacional. Confesso, sem nenhum problema, que era contra opinião do Ministro, mas hoje reconheço que ele estava certo. Acho que também poderíamos correr sérios riscos de não termos as 28 posições de *check-in* que temos em Salvador.

Já respondi a questão da outorga e dos investimentos, que era a pergunta que a senhora fez.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Dr. Gustavo, estão reclamando um pouco da relação com a Infraero, da dificuldade de relação para atender coisas que são necessárias ao serviço turístico

e ao receptivo. Uma que eles estão destacando é justamente a melhoria dos estacionamentos, que continua distante do necessário. Hoje, com as obras, não há como fazer o que é feito em Brasília, onde você passa e tem lugares de vans, do receptivo e de qualquer outro tipo de carro particular parar, em determinado momento, para pegar o passageiro, coisa que hoje não está existindo. Então, queria deixar o registro como sugestão.

O outro ponto que o senhor tem acompanhado de perto é a questão dos concessionários. A obra levou a uma nova intervenção na parte elétrica do aeroporto, levando a uma transferência de contrato. Aí, eu vou falar rapidamente, e o senhor não precisa opinar, se não quiser, pelo horário, desse modelo de concessão da Infraero, que nós já estamos há algum tempo criticando, em termos de lojas. O pregão eletrônico que é feito pela Infraero já é um tipo de licitação condenada, pela possibilidade de manipulação que a tecnologia já oferece; são os chamados robozinhos interferindo na licitação pelo preço mais alto, o que leva a uma elevação e a uma transferência de custo efetivo ao cliente do aeroporto. Esse conceito nós precisamos rever. Cada dia que passa, o cliente do aeroporto não é mais o passageiro que tem uma determinada renda. O transporte aeroviário no Brasil, hoje, não é um transporte de luxo; o avião é uma realidade, virou um transporte coletivo no sentido de que grande massa da população tem acesso a ele, grande parcela da população.

Essa mudança no contrato, levando agora a que o concessionário pague diretamente à empresa de eletricidade, vai no sentido de uma elevação nas contas de luz a um nível desproporcional, o que novamente incidirá sobre o preço, portanto, para o consumidor. Então, essa é uma questão que o senhor já acompanha e que volto a lembrar, para que, no futuro, nós possamos ter a sinalização de uma solução para esse problema que seja efetivamente boa para todos, além da reclamação do *trade* em relação ao *duty-free*, que não voltou a funcionar ainda.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Senadora, nós já conversamos várias vezes a respeito disso. Eu sei da luta da senhora por essa questão dos nossos concessionários. Já concordamos em muita coisa. Eu gostaria de fazer, inclusive, o reconhecimento público de que o nosso acordo com os concessionários da Bahia, em 2012, não teria sido possível sem a sua interferência, eu reconheço isso em qualquer fórum, apesar das nossas discordâncias, que são absolutamente normais e honestas.

Mas hoje a SAC está muito preocupada com essa questão das concessões, inclusive o Ministro editou uma portaria há poucos dias disciplinando toda essa questão. A senhora pode ter certeza absoluta de que, dentro desse processo, temos uma dificuldade, porque a senhora sabe que os órgãos públicos de controle sempre exigem que tenhamos o maior preço, infelizmente. Nós não podemos transgredir nesse processo. Mas eu acho que dá para adequar naquilo que já conversamos a respeito, de *mix* dos aeroportos, ou seja, existem vários tipos de loja. Eu não vou atenuar para uma loja grande, mas é evidente que os pequenos concessionários têm de ser vistos.

A questão da luz é uma questão realmente existente, é verdade. Como a senhora sabe, a Infraero, por ser um órgão público, tem uma diferenciação na tarifa, e, como ela pagava toda a luz do aeroporto, os concessionários tinham esse mesmo desconto. É isso que está sendo questionado, o assunto está na Justiça. Nós acatamos a liminar, ou seja, está suspenso, e eu tenho certeza de que a questão vai ser decidida da melhor forma possível. A senhora pode ter certeza absoluta de que eu tenho a maior boa vontade nesse sentido.

Em relação à questão do *trade*, eu acho que eles têm razão. Nós estamos trabalhando tanto na questão do edifício-garagem que foi concedido, está-se dobrando o tamanho dele, quanto na questão do meio-fio, que precisa ser ampliado e vai ser ampliado. Mas, no momento, nós estamos tendo um trabalho, inclusive junto à Prefeitura e junto ao Estado, porque, efetivamente, o número de pessoas que estaciona em áreas indevidas no aeroporto de Salvador é um negócio preocupante. Mas pode ter certeza de que nós estamos trabalhando lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem!

Presidente, antes de encerrar esta reunião, muito produtiva por sinal, eu gostaria de registrar que a audiência pública que estamos realizando neste momento foi acompanhada não só por aqueles que veem a TV Senado como por nossos internautas através das redes sociais, do Alô Senado, do e-Cidadania. Recebemos muitas mensagens. Infelizmente, não podemos ler todas, mas, corroborando com as palavras do Ministro e da Senadora Lídice da Mata, que afirmaram, alto e bom som, que o avião se transformou num transporte coletivo de alta qualidade, seria de bom alvitre que as cidades também se detivessem sobre a qualidade dos serviços prestados pelos nossos ônibus, que eles fossem mais confortáveis, que eles dessem mais segurança e que o preço fosse compatível com os anseios da população.

Entre tantas mensagens, como eu disse, corroborando, reforçando o que disseram o Ministro e a nossa Senadora, o internauta Osmar da Silva Laranjeiras disse o seguinte, através do Alô Senado:

Prezados Senadores, o momento de transição do transporte aéreo brasileiro é muito importante, saindo de uma fase apática para uma verdadeira revolução no setor. O modal aéreo que, até dez anos atrás, era

destinado apenas aos ricos, atualmente as classes C e D estão usufruindo das viagens aéreas pelo crescimento econômico do País. Com relação às obras, sugiro a esse Senado engajar os técnicos da Infraero na participação das decisões, não apenas detentores de cargos indicados, em função da experiência acumulada pelos funcionários de carreira.

Ainda fizeram comentários pelas redes sociais Solon Antonio Severgnini, Felipe da Silva Alves, Tiago Gonçalves e tantos outros, aos quais nós agradecemos o interesse com que acompanharam pela internet esse…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não. Com muito prazer, Ministro. V. Exª deseja responder.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Há aqui um internauta, Joselino Navarro, que faz uma pergunta. Aliás, não é nem uma pergunta propriamente, mas uma afirmação sobre o atraso da obra e a necessidade de nós fazermos cumprir os contratos. Eu concordo. Eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer que isto é fundamental: nós precisamos viver em um país que cumpra contrato. A leniência que tem havido na relação entre o prestador de serviço e o próprio setor público, o setor público e o prestador de serviço tem provocado grande parte dos atrasos, que eu reputo de uma certa busca de uma solução para se tangenciarem os termos do contrato. Nós mesmos temos vivido experiências. Eu tenho vivido, ao lado da Infraero, experiências que mostram a necessidade de nós começarmos a ser duros. As pessoas não são obrigadas a assinar o contrato, nem quem contrata, nem quem está prestando o serviço, mas, assinado, têm que cumprir. Essa regra é que nos garante serenidade, tranquilidade, ordem jurídica e certeza das coisas. Eu acho que o Joseli Navarro tem toda razão. Nós precisamos, no Brasil, fazer com que os contratos sejam cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É mais uma prova, Ministro, de que o Senado, através desta Comissão, está democratizando as suas atividades. Nós não só ouvimos os Senadores, como também ouvimos o povo que se manifesta através das redes sociais, do Alô Senado, do e-Cidadania, numa prova mais do que evidente de que a democracia é que proporciona ao cidadão o direito de debater, de participar, de ser esclarecido, afinal de contas nós somos o destinatário da vontade popular. O Senado Federal cumpre, então, um papel relevante na democratização de suas atividades para conhecimento público.

Antes de encerrar, finalmente, eu gostaria de agradecer a autora do requerimento, a Senadora Lídice da Mata, que teve essa ideia brilhante de trazer para cá o Ministro Moreira Franco e Gustavo do Vale, Presidente da Infraero, para que falassem sobre as obras dos aeroportos, as consequências e o legado que essas obras poderão oferecer para o futuro do Brasil.

Sem dúvida alguma, Sr. Ministro, sabemos da intensa agenda que V. Exª é obrigado a executar diariamente, não só nas viagens, como também no atendimento, no seu gabinete, aos técnicos e também às reivindicações da população. Mas V. Exª tirou três horas da sua agenda e veio aqui, ao Senado, para demonstrar o seu apreço a esta Casa do povo. V. Exª, que foi e tem sido um homem público exemplar, como Prefeito, como Governador, como Deputado Federal, dá aqui a demonstração inequívoca de que é respeitando o Poder Legislativo que estaremos fortalecendo a nossa democracia, democracia ainda nascente, mas que se engrandece cada vez mais com debates como este que aqui fizemos, durante toda a manhã, no Senado Federal.

Agradeço-lhe, Presidente.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Ana Amélia, Ruben Figueiró, João Alberto Souza e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. É declarada aberta a Reunião. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. **ITEM 1 – OFICIO "S" Nº 22, de 2012 – Não Terminativo**, que: "Encami-

nha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011". **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório**: Pelo arquivamento. **Resultado**: Adiado. **ITEM 2 – OFICIO "S" Nº 36, de 2013 – Não Terminativo**, que: "Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012". **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011 – Não Terminativo**, que: "Altera a alínea C e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich 'menos quatro horas' para o fuso horário Greenwich 'menos cinco horas'". **Autoria:** Deputado Pauderney Avelino. **Relatoria**: Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Terminativo**, que: **"**Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues". **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria**: Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ. **Resultado**: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Temos iniciado nossas reuniões apresentando os trabalhos realizados pelo nosso colegiado, que objetivaram fiscalizar e promover o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo em que apresentamos esse trabalho, falamos de uma ferramenta imprescindível para exposição de nossas atividades, bem como para a prestação de contas ao cidadão comum e de como atuamos para legitimar o voto recebido. Refiro-me à TV Senado, que aqui mesmo, no dia 7 de maio de 2014, lançou o programa Município Brasil, construído com a parceria desta Comissão.

É com preocupação que me reporto a este tema, TV Senado, porque, na semana passada, fomos informados pelo Exmo Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, que este veículo de comunicação sofrerá um corte de 15% em seu orçamento.

Sabemos que, ao longo dos tempos, a TV Senado já havia acumulado um déficit financeiro que, inclusive, comprometia a manutenção de seus equipamentos e de convênios e contratos que permitiam o deslocamento de seus profissionais.

Agora, de posse destas novas informações, resta-nos indagar se a TV Senado conseguirá cumprir seu papel institucional de cobrir todas as reuniões de comissões e do plenário desta Casa, manter a transparência que proporciona, e se a sua modernização será efetivada.

Na verdade, nós reconhecemos o grande trabalho que vem sendo feito pela TV Senado na divulgação dos nossos trabalhos, tanto de plenário como de comissões. Nas visitas que as nossas comissões fazem a outros Estados, a TV Senado está sempre presente, prestando assistência, dando informações, levando ao cidadão e à cidadã do Brasil tudo que aqui fazemos em benefício da sociedade. Portanto, é da mais alta importância que o Senado Federal, ao invés de fazer cortes para reduzir as atividades da TV Senado, que ela seja ainda mais fortalecida, porque a TV Senado, recebendo os recursos, recebendo o apoio da Mesa do Senado, da Secretaria-Geral do Senado, da diretoria correspondente haverá de prestar um serviço muito melhor à nossa comunidade pela informação que leva a todo o Brasil.

Nós, que acompanhamos os trabalhos legislativos diariamente e nós que sempre estamos visitando este Brasil, notadamente, os nossos Estados, os Estados que representamos, sabemos da alta relevância do trabalho desenvolvido pela TV Senado, que, através da parabólica, leva a todos os brasileiros de todos os rincões, desde o Sudeste mais desenvolvido ao Norte menos desenvolvido, a Amazônia tão distante, tudo o que acontece aqui no âmbito da nossa Casa. Por isso, o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Temos certeza absoluta de que a Mesa do Senado levará em consideração o histórico das atividades da TV Senado. Foi criada na época do Presidente José Sarney, com quem conversei, mostrando a minha preocupação.

Ele também disse que envidará todos os esforços junto à Mesa do Senado para proporcionar a essa instituição o apoio necessário à realização de atividades tão nobres em benefício da Nação brasileira e da democracia.

Não fosse a TV Senado, que oportunidade 81 Senadores teriam de mostrar o seu trabalho e que oportunidade teria a comunidade de saber o que está acontecendo diariamente aqui nesta Casa? Portanto, cortar a TV Senado é cortar a voz do Senador, é cortar a oportunidade de o Brasil acompanhar diuturnamente o que nós fazemos. É a prestação de contas do Senador. Afinal de contas é o seu mandato, o seu trabalho diário. Isso devemos à TV Senado, à Rádio Senado e também ao *Jornal do Senado*.

A Confederação Nacional do Comércio convida este colegiado para participar no Seminário Turismo Brasil. O Seminário será realizado no dia 26 de maio de 2014, das 8h às 13h, no hotel Windsor Atlântica, situado na Avenida Atlântica nº 1.020, Copacabana, RJ.

O tema do Seminário será Balanço Pré-Copa do Mundo, os grandes eventos e as perspectivas para o País, tema que esta Comissão tem se debruçado com muito esmero, razão por que faço público este convite a todos os membros desta Comissão e aos interessados no tema.

Estarei presente como convidado a este Seminário.

Por fim, convidamos todos a participar de Mesa redonda destinada a debater a relevância do trabalho do turismólogo para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, promovida por esta Comissão, em parceria com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, hoje, a partir de 15h, no Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Na semana passada, nós tivemos mais uma marcha dos Prefeitos aqui em Brasília. Essa marcha veio em uma hora em que os Municípios estão passando por uma série de dificuldades financeiras. A crise se avolumou e atinge praticamente todos os Municípios do Brasil, e não só os Municípios, os Estados também estão vivendo momentos de dificuldades com as suas finanças. Há falta de dinheiro para obras de infraestrutura. Não fossem os empréstimos, os Estados estariam praticamente parados, e a mesma coisa está acontecendo com os Municípios.

No dia 11 de abril, eu estive no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em um encontro de Prefeitos, e, na oportunidade, reafirmei com apoio todo movimento em benefício dos Municípios brasileiros. Lá, eles fizeram um movimento que se espalhou por todo o Brasil, denominado "Viva o seu Município. Você nasceu aqui, não o deixe morrer." Enfatizei, também, que a democracia se fortalece com o Município forte e que a Federação, para ter equilíbrio, precisa da autonomia política de todos os nossos Municípios, mas essa conquista só poderá ser alcançada com a sua autonomia financeira.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, participaram daquele evento a que me referi os Municípios dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Logicamente, também o Estado de Sergipe.

No meu Estado de Sergipe, dos 75 prefeitos municipais, 36 compareceram àquele evento realizado no Tribunal de Contas: "Viva o seu Município. Você nasceu aqui, não o deixe morrer."

Tornou-se verdadeira rotina apontar as dificuldades do federalismo brasileiro, as distorções do federalismo brasileiro, as disfuncionalidades do federalismo brasileiro. Estamos todos muito conscientes da distorção que, gradativamente, tem transferido para a União os poderes, as competências e, principalmente, os recursos dos Municípios.

Essa crise federativa é estrutural, ou seja, é um problema de fundo na relação entre os entes federativos e tem levado, repetidamente, os Municípios a se manifestarem publicamente, por meio de manifestações e marchas.

Segundo a Confederação, as prefeituras estão vivendo a pior crise financeira de sua história.

Os Municípios brasileiros arrecadam menos do que gastam e a consequência é que as prefeituras brasileiras estão à beira da falência, de tal maneira que a campanha "Viva o seu Município" tem cinco reivindicações em sua pauta: aumento de 2% do Fundo de Participação dos Municípios, que passaria de 23,5% para 25,5% da arrecadação nacional do IPI e do Imposto de Renda. Em 2014, isso significaria um aporte adicional de R$7,2 bilhões, o que auxiliaria principalmente os pequenos Municípios, mais dependentes do Fundo de Participação.

O segundo pedido, a segunda reivindicação: reformulação da Lei Complementar nº 116, de 2003, que inclui novas atividades econômicas sobre as quais incida o ISS, bem como resolve a guerra fiscal desse imposto ao alterar as operações de *leasing*, as operações com cartões de crédito e débito, e a pacificação do entendimento da tributação de obras de construção civil. Seriam mais de R$5 bilhões anuais para as prefeituras.

Terceiro: desoneração do IPI somente da parcela da União.

Nos últimos anos, o Governo Federal tem feito bondade com o chapéu alheio. Ao desonerar certos setores, como os automóveis e a linha branca, tem diminuído o valor do Fundo de Participação dos Municípios e, por consequência, prejudicado todos eles.

É ótimo que haja diminuição de tributos, mas o Governo Federal deve assumir os ônus sozinho, isto é, toda vez que o Governo Federal fizer um pacote de bondades tirando a arrecadação do Município, esses ônus devem atingir a União e não os Municípios, que sequer foram consultados para a realização dessa renúncia fiscal.

Quarto: Apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, da Lei nº 12.734, de 2012, que trata da redistribuição dos *royalties* de petróleo e gás.

Quinto: Encontro de contas das dívidas previdenciárias, ou seja, abater da dívida dos Municípios o que a Previdência Social deve a eles.

Essa semana que passou, vivenciamos, entre os dias 12, 15 e 17, a Marcha A Brasília em Defesa dos Municípios, cujo tema este ano é: A crise nos Municípios e a conjuntura eleitoral. As marchas são realizadas para que os prefeitos possam obter recursos para os seus cidadãos e a pauta é aquela que já foi destacada no movimento de paralisação, no dia 11 de abril.

A União, volta e meia, decide criar novos programas cujos impactos financeiros acabam por recair em boa parte sobre os cofres municipais. De tal modo, existe uma dissonância, uma discrepância entre aquilo que é arrecadado pelos cofres públicos e os gastos que os Municípios são obrigados a realizar. O resultado, pois, é que a conta para os Municípios não fecha e muitos deles têm problemas inclusive para conseguir pagar os seus servidores.

Todos os Municípios brasileiros estão em situação – como eu disse – de falência. Isso aí não é um problema isolado, é uma questão que afeta a todos, desde os maiores até os menores. É muito fácil, para o Congresso Nacional ou para o Executivo Federal fazer projetos que criam novas atribuições ou novos gastos para os Municípios. No entanto, isso deve ser feito apenas com o estabelecimento de fontes de financiamento que assegurem que as prefeituras tenham condições de executar esses programas. É, aliás, o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também é muito fácil que sejam aprovadas propostas com relação a várias categorias. Assim são criadas atribuições para que as prefeituras executem suas responsabilidades sem a contrapartida dos recursos, de tal modo que, como observam os organizadores da Marcha dos Prefeitos, os Municípios são vítimas das transferências de responsabilidades e desigualdades financeiras.

Não podemos aceitar que o desequilíbrio federativo continue a assombrar o ente mais fraco do elo da Federação brasileira. Aliás, a Federação do Brasil talvez seja a única que considera o Município um ente federado. Antes da Constituição de 1988 só existiam dois entes federados: os Estados e a União. Agora, a Constituição de 1988 introduziu um terceiro ente federado: o Município, que, lamentavelmente, não tem sido tratado no mesmo pé de igualdade; a arrecadação dos Municípios é ínfima em relação à suas responsabilidades e participa do bolo tributário com uma arrecadação da ordem de 14%; os Estados, 22%, e a União, mais de 60%, detendo assim uma maior participação, muito expressiva, da arrecadação nacional.

Como eu disse, em se tratando de o Município ser um ente federado, deveria, pelas responsabilidades que vem assumindo, receber recursos muito maiores do que os que estão sendo transferidos para os seus cofres. Assim, eu reivindico, sem dúvida alguma, o fortalecimento dos Municípios, mas, ao mesmo tempo, uma contrapartida altamente importante, isto é, o respeito para com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a contenção de gastos, a observância do custeio, que não pode ser elevado, e a preocupação com a educação, a saúde, obras de infraestrutura, habitação, enfim. Acho que os cargos em comissão que são criados nas prefeituras municipais não condizem com as necessidades da população. Assim, ao invés de encher as folhas de pagamento das prefeituras com cargos em comissão, vamos, isto sim, trabalhar para uma economia de recursos para uma aplicação mais responsável de tudo aquilo que se arrecada, porque, dessa forma, nós estaremos vencendo a crise e, consequentemente, merecendo essa ação do Congresso Nacional de aumentar o Fundo de Participação dos Municípios em dois pontos percentuais.

Assim, espero que tenhamos a sensibilidade para ouvir os Srs. Prefeitos. Não podemos esperar a falência das prefeituras; é preciso que estejamos a par das dificuldades enfrentadas e que possamos nós, aqui do Congresso Nacional, do Senado Federal, encontrar soluções para atender aqueles que estão mais próximos dos cidadãos brasileiros, os Srs. Prefeitos municipais e os Srs. Vereadores.

Era o que tinha a dizer.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 45 minutos.*)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE ABRIL DE 2014.

Às oito horas e cinco minutos do dia dez de abril de dois mil e quatorze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ZEZE PERRELLA, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, comunica a entrega de mais 400 títulos definitivos de propriedade para agricultores, nos Municípios de Nova Brasilândia e São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia, que será feita pela coordenação do Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; e comunica ainda que em conversa com o Senhor Ministro Miguel Rossetto, pode tratar da Medida Provisória nº 636, de 2013; da regularização fundiária - uma questão fundamental para o fortalecimento da agricultura pois dá acesso aos créditos e aos programas do Governo Federal e das agências de fomento; e da ampliação da reserva legal - que era de 25% para o Estado de Rondônia, nas propriedades rurais na década de 60, quando iniciou a colonização do Estado, para 80%. O Senador Waldemir Moka faz considerações acerca do tema reserva legal. O Senador Ruben Figueiró comunica que solicitará audiência pública para debater a atual situação da Embrapa e as perspectivas possíveis de transformá-la em uma agência, como outras existentes no País, com resultados altamente positivos. Após as manifestações dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente dá início à deliberação de proposições, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1-** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2-** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3-** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4-** Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª e 9ª Reunião em 2014. **6-** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria**: Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 368, de 2012, com a emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. **2-** A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável com a Emenda nº 1-CCJ. **3**- O Projeto será posteriormente apreciado pela CMA em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka, em razão de ser o relator do PLS nº 368, de 2012 (art. 89, § 1º, do RISF). **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 368, de 2012, com a Emenda nº 2-CRA. O Senador Jayme Campos se manifesta acerca da Ferrovia Centro-Leste - que parece estar paralisada; da pavimentação da BR-174; da duplicação da BR-163 e acerca do Trecho Cuiabá e Cáceres. A Senadora Ana Amélia agradece a aprovação do PLS nº 368, de 2012, e comunica que esteve reunida com o Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, João Rabelo, e com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, na pessoa do Sr. Valdecir Folador, representante do Sr. Marcelo Lopes, Presidente da entidade nacional, para tratar da inclusão da suinocultura na Política de Garantia de Preço Mínimo

(PGPM). Os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia e Jayme Campos fazem considerações acerca dos temas: carne bovina, grãos – preço, produção e escoamento; infraestrutura - rodovias, ferrovias, hidrovias e portos; licitação – Lei nº 8.666/1993, Regime Diferenciado de Contratações (RDC), burocracia, TCU e Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se à deliberação de matérias.

Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, faço a abertura desta reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado com uma boa notícia para a agricultura brasileira, em particular para a agricultura familiar do nosso Estado de Rondônia, que é a entrega de mais 400 títulos definitivos de propriedade para agricultores, nos Municípios de Nova Brasilândia e São Miguel do Guaporé.

A entrega será feita pela coordenação do Terra Legal do MDA, que ocorrerá logo mais às 9 horas no Teatro Municipal Francisco Bentel e, Nova Brasilândia, quando serão entregues 250 títulos. E às 14 horas, no barracão da igreja católica de São Miguel do Guaporé, serão entregues outros 150 títulos de propriedades definitivas da terra.

Naturalmente não poderei estar presente nesses eventos, que considero da maior importância para os nossos agricultores do Estado de Rondônia, mas é com satisfação que dou essa notícia aqui, em nome do MDA, do Ministro Miguel Rossetto, com quem estive ontem em reunião para tratar exatamente desse assunto da regularização fundiária da Amazônia, em especial a regularização do nosso Estado de Rondônia.

E também da 3ª edição da Rondônia Rural Show, que é a nossa feira de inovação tecnológica do setor agropecuário, que acontecerá entre os dias 21 e 24 de maio, no Parque de Exposições Hermínio Victorelli, em Ji-Paraná e sobre diversos temas da agricultura brasileira.

Também convidamos a participar desse evento o Ministro para entrega das 45 caçambas que faltam serem entregues às prefeituras municipais de Rondônia.

Falamos também sobre a MP 636, que altera as regras para quitação da dívida da casa própria pelos assentados e zera dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013. A MP 636 também considera linha especial de crédito para as famílias incluídas no programa nacional de reforma agrária e condições especiais de renegociação de saldos remanescentes, que certamente beneficiará os agricultores que hoje não podem adquirir nenhum crédito no banco e passarão a participar ativamente da economia do País no âmbito da agricultura familiar.

Foi uma conversa importante e muito positiva e o Ministro Miguel Rossetto, que assumiu há pouco tempo e, com certeza, dará prosseguimento ao trabalho que vinha sendo feito pelo Ministro Pepe Vargas.

Nossa intenção era realizar hoje uma audiência pública aqui na Comissão para debatermos justamente a situação da regularização fundiária em Rondônia e na Amazônia. Aliás esse é um tema constante e recorrente aqui nesta Comissão e temos cobrado sistematicamente por meio de audiências públicas e de conversas como as que tivemos ontem com o Ministro com relação a mais agilidade do Governo Federal na entrega dos títulos definitivos de propriedade de terra aos nossos agricultores.

A regularização fundiária é uma questão fundamental para o fortalecimento da agricultura pois é com o título da propriedade em mãos que o agricultor tem acesso aos créditos e aos programas do Governo Federal e das agências de fomento. Portanto, é nosso dever, aqui nesta Comissão, acompanhar e fiscalizar o andamento dessas políticas.

Já estava ficando preocupado com a demora na entrega de novos títulos em Rondônia, onde quase 80% dos agricultores aguardam a regularização das suas propriedades. De modo que esse evento que haverá hoje em Nova Brasilândia e São Miguel do Guaporé, com a entrega de 400 títulos, é motivo de comemoração por todos nós.

Essas famílias estão há décadas nas suas terras, produzindo de forma precária, sem ter um documento que garanta a sua propriedade a sua propriedade, sem conseguir acessos a programas como de fortalecimento da agricultura familiar, o Pronaf, e também o programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Entregar esses títulos é um reconhecimento ao trabalho dessas famílias que migraram para Rondônia nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado e que ainda migrando para o nosso Estado, nesse esforço de integrar a Amazônia e em busca de um pedaço de terra na mais nova fronteira agrícola brasileira.

Da maior parte dessas famílias que vão receber o título da terra hoje, cerca de 90% possuem propriedades com até um módulo fiscal. Em Rondônia, um módulo fiscal corresponde a 60 hectares. Portanto, são pequenos agricultores, que certamente também precisam de apoio no que diz respeito à assistência técnica, maquinários e implementos agrícolas, estradas vicinais e toda a rede de apoio para que permaneçam no campo, como escola pública, postos de saúde, internet banda larga, energia elétrica, segurança e todo conforto para que tenha qualidade de vida e produzam cada vez mais e melhor.

Eu costumo dizer que a regularização fundiária dos assentamentos rurais e das propriedades rurais é uma dívida histórica que a União tem com Rondônia, onde foram assentados em lotes rurais pelo Incra ao longo dos últimos 50 anos, atendendo à convocação do Governo Federal no maior projeto nacional de reforma agrária, mas que foram abandonados pelo Governo Federal. É por isso que também afirmamos que reforma agrária em Rondônia ocorreu pela metade, pois o Governo estimulou a migração, distribuiu terras, mas não fez a regularização fundiária.

Hoje temos mais de 30 assentamentos rurais em Rondônia, muitos deles não recebem qualquer assistência do Incra, visto que o órgão trabalha com limitações técnicas e operacionais por falta de recursos e pessoal.

O programa Terra Legal, do MDA , e algumas ações pontuais do Governo Federal têm alimentado a esperança de que as coisas vão melhorar nessa área. Mas a integração das políticas públicas para o setor e convergência tecnológica e operacional das plataformas do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais ainda é muito lenta.

Vejamos, Srªs e Srs., Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, principalmente os nossos amigos de Rondônia: o nosso Governador Confúcio Moura entregou, no início desta semana, em Cacoal, o título definitivo de propriedade de terra para D. Genir de Andrade, que há 49 anos chegou a Rondônia, em cima de um pau de arara, com a mãe e os irmãos, perseguindo o sonho de ter um pedaço de terra para morar e plantar.

D. Genir esperou 49 anos. É uma vida inteira esperando por um título de propriedade da terra.

A esperança é algo muito significante para a alma das pessoas. A gente espera até conseguir, só que algumas pessoas esperam demais. Geralmente, as que mais precisam, as mais carentes de recursos são as que mais esperam. E, lá em Rondônia, há brasileiros esperando há muito tempo por um título de propriedade da terra. Precisamos mudar essa situação, esse quadro tem que ser revertido.

Para a D Genir e mais 1.700 pessoas que receberam o título da terra esta semana em Cacoal, o Estado brasileiro só agora se fez presente, operante e capaz de proporcionar a essas famílias a titularidade com que tanto sonharam. O mesmo ocorre para 250 famílias de Nova Brasilândia e 150 famílias de São Miguel do Guaporé, que recebem hoje o título da terra das mãos do nosso Governador Confúcio Moura.

Comemoramos essa ação do Governo Federal e do Governo do Estado de Rondônia, mas não podemos deixar de lembrar que isso já poderia ter sido feito com mais rapidez, e essas pessoas poderiam ter seus títulos nas mãos há muito tempo.

No entanto, só agora foi possível viabilizar a articulação necessária entre a União, Estados e Municípios. Por isso, faço questão de frisar a importância do compromisso pessoal e de governo da Presidenta Dilma Rousseff e do Governador Confúcio Moura para com a agricultura, e, em especial para com o agricultor familiar.

Em Rondônia, o Governo do Estado e os municípios tomaram a dianteira e assumiram a responsabilidade pela regularização das terras urbanas. Até o final de maio, serão entregues cerca de 30 mil títulos urbanos, e a meta é realizar a entrega de 50 mil escrituras públicas em todo o Estado até o final de 2014.

Esperamos que a regularização das propriedades rurais, que vinha num ritmo lento neste ano, mesmo com os avanços que tivemos nos últimos cinco anos, consiga atingir a meta estabelecida pelo MDA de entregar 20 mil títulos até o final 2014, o que representa 30% da demanda reprimida do Estado.

A regularização fundiária é uma das questões que precisamos resolver para o desenvolvimento da agricultura de Rondônia. Outra grande questão diz respeito à ampliação da reserva legal, que era, antigamente, Senador Moka, de 25% para o Estado de Rondônia, nas propriedades rurais na década de 60, quando iniciou a colonização do Estado, para 80%. É um avanço que não dá para aceitar, e esse avanço se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso. O aumento de 20% para 50% foi anterior, mas, de 50% para 80% no governo de Fernando Henrique Cardoso. E, agora, confirmamos – infelizmente fomos voto vencido – os 80% no Código Florestal.

Ou seja, foi a política de enfraquecimento do Incra, no final dos anos 80 e durante toda a década de 90, fazendo com que o processo de reforma agrária e regularização fundiária fossem abandonados, e a política

ambiental de controle do desmatamento na Amazônia, na década de 90, ampliando a reserva legal para 80% que criaram os principais gargalos para o desenvolvimento da agricultura e da economia de Rondônia.

Ou seja, o governo federal distribui terra e incentivou a produção agrícola com uma mão e retirou esse direito com a outra mão, não promovendo a regularização fundiária e ampliando a área de reserva legal nas propriedades rurais. Portanto, trata-se de outra dívida histórica que o Governo Federal tem com Rondônia, e estamos trabalhando para que ela seja devidamente resolvida.

Esse também foi um assunto que conversei com o Ministro Miguel Rossetto, que acompanha de perto a elaboração e redação final da instrução normativa do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um dos temas que está sendo muito debatido entre os Ministérios e entre nós também, nesta Casa.

Tivemos uma grande conquista no Código Florestal, que foi assegurarmos o uso das áreas consolidadas pela agropecuária e a isenção da reserva legal para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais. Mesmo assim, essas medidas não vão atender às necessidades de manutenção ou expansão da produção agrícola em nosso Estado.

Pelas contas das entidades de classe dos produtores rurais e da própria Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia, teremos sérias dificuldades para regularizar e certificar ambientalmente as propriedades rurais em Rondônia, pois as regras mudaram muito ao longo dos anos e ficaram cada vez mais restritivas para os nossos produtores.

É por isso que apresentamos, mais uma vez, o projeto de lei que já tinha apresentado antes da reforma do Código Florestal, que reduz o percentual mínimo de vegetação nativa que deve ser mantido como reserva legal em áreas de floresta em Rondônia. O projeto já foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), encontra-se para análise na Comissão de Meio Ambiente, antes de seguir para exame da Câmara dos Deputados.

Ou seja, se já temos 60% de nosso território com cobertura vegetal precisamos ainda preservar ainda 80% das propriedades privadas? Entendo que é uma maneira de não deixar o Brasil produzir.

E estamos falando de Rondônia, Senador Moka, mas conversava com V. Exª outro dia quando tivemos que ver – não é o nosso caso – áreas altamente produtivas no seu Estado do Mato Grosso do Sul, no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, propriedades com mil ou dois mil hectares terem que reservar 20% para deixar nascer ali a capoeira, a samambaia e deixar de produzir. Entendo que isso é contra aquilo de que precisamos, que é produzir alimentos no Brasil não só para nós, brasileiros, mas para a exportação também. Temos o compromisso de aumentar a produção agrícola brasileira para atender ou para erradicar a fome no mundo.

Não é admissível pegarmos terras produtivas, altamente produtivas para deixar quiçá nascer capoeira ou samambaia, mas deixar de produzir alimentos. É claro que com as reservas, com as APPs vamos ter todo o cuidado, não tenham dúvidas disso, mas as áreas já consolidadas, produtivas de todo nosso País, seja em Rondônia, seja em Mato Grosso do Sul, seja no Paraná, não podemos deixá-las parar de produzir.

Entendo que as compensações ambientais devam acontecer. Temos que ter total cuidado com o meio ambiente, com a produção de oxigênio, mas podemos fazer essa compensação sem deixar de produzir alimentos.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Acir Gurgacz, é apenas para lembrar que fui autor, à época, da emenda que determina que dos 20% da reserva legal pudéssemos deduzir as APPs. Isso foi um avanço. Lembro-me dessa discussão.

Veja como é isto: 60% da chamada Amazônia Legal é preservada. São as APPs, as áreas indígenas, reservas florestais, enfim, e, dentro das propriedades, 80% é de reserva legal. Quer dizer, alguém que tem mil hectares só pode produzir em 200 hectares porque em 800 hectares são deixados para área de reserva legal.

O Brasil é o único país do mundo que tem reserva legal. Em qualquer outro país, a propriedade, o produtor tem cem por cento de direito sobre ela. Se formos ao Uruguai, Argentina, Estados Unidos, veremos que o brasileiro que comprou propriedades nesses países pergunta: qual é a reserva legal aqui. E ninguém entende isso. Eles dizem: você adquiriu a propriedade, você é dono. É como se, na área urbana, você comprasse uma casa de cem metros, e oitenta metros você tivesse que deixar para uso coletivo. É mais ou menos isso, se transportamos para a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não é nem uso coletivo, é deixar isolado para ninguém entrar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu digo coletivo porque, na verdade, é inegável que essa reserva legal produz um ganho ambiental que acaba refletindo coletivamente.

Eu estou dizendo que essas coisas são... Mas acho que nós discutimos o Código Florestal. Eu participei disso tanto na Câmara como no Senado, porque coincidiu com o término do meu mandato na Câmara. Eu participava da Comissão lá. E vim para o Senado quando começou aqui o debate. Então, eu sou um daqueles que

acham que nós avançamos, mas sem dúvida V. Exª tem razão, em algum momento essa questão vai voltar a ser discutida, até porque é muita coisa 80% da propriedade privada como reserva legal.

É a minha contribuição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

De fato, V. Exª teve uma atuação importantíssima no debate do Código Florestal brasileiro. Avançamos muito, graças ao entendimento que V. Exª promoveu entre ambientalistas e produtores, porque era essa a nossa função. Tivemos esse trabalho e V. Exª ajudou muito, acredito que lá na Câmara mais ainda do que aqui no Senado, porque lá o clima estava um pouco mais tenso com relação ao debate do Código Florestal. Mas já temos várias emendas para tentar mudar alguma coisa com relação ao Código. Esse tema é recorrente. Ele não vai parar nunca. Não acaba nunca, sempre vai continuar o debate aqui na Casa.

Rondônia tem tudo para ser o grande celeiro de alimentos do norte do País e pode contribuir grandemente para o Brasil alcançar a meta de expandir em 40% a sua produção agrícola, pois possui terras férteis e potencial para uma produção agrícola diversificada e sustentável com base na agricultura familiar, mas também com espaço para a agricultura empresarial e de grande escala.

Precisamos apenas que a regularização ambiental e a questão da reserva legal sejam resolvidas, e precisamos de ações estratégicas voltadas para o setor, para que o Estado desenvolva sua aptidão agrícola e se transforme também no centro logístico de escoamento da produção agrícola da Região Norte e Centro-Oeste para os demais Estados do País, bem como para a exportação.

O Governo de Rondônia está trabalhando nos preparativos finais da 3ª edição da Rondônia Rural Show, a feira de inovação e tecnologia do setor agropecuário, que acontecerá entre os dias 21 e 24 de maio deste ano, no Parque de Exposições Hermínio Victorelli, em Ji-Paraná.

O Governo Federal, por meio do MDA, do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, já está participando e apoiando essa feira. E como já disse, esse também foi um dos temas da audiência que tivemos ontem com o Ministro. E tive o prazer de estar com a Presidenta Dilma, ontem, Senador Moka, e convidei a Presidenta para também ir a essa feira, que é tecnológica, para a entrega de 45 caminhões caçambas, que restam daquele *kit* que foi feito: uma retroescavadeira, uma patrol e uma caçamba, para os Municípios de até 50 mil habitantes. Falta, em Rondônia, entregar 45 caminhões, que serão entregues provavelmente nessa feira. Além de milhares de títulos, tanto urbanos quanto rurais.

Aí, eu convidei a Presidenta Dilma para participar desse evento, já que lá em Rondônia, em Ji-Paraná, há outras obras do Governo Federal e a gente gostaria que a Presidenta visse o que foi feito e como foi feito, por uma ação nossa do Senado e também dos nossos companheiros do Governo Federal.

A Presidenta ficou de avaliar a possibilidade de estar em Ji-Paraná entre os dias 21 e 24 de maio. É o terceiro ano de uma feira pequena, modesta ainda, mas importante, já que o Estado de Rondônia também é um Estado jovem, que tem trinta e poucos anos de emancipação política. Agora, com a sua terceira feira tecnológica, há um incentivo aos nossos agricultores, sendo que o Estado e o MDA trazem os agricultores de todo o Estado tentando aproximar os agricultores dos fornecedores de equipamentos e o Banco do Brasil, Embrapa e Emater para fazer os projetos para que a gente possa levar tecnologia ao campo.

Por favor, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só para... No Mato Grosso do Sul, na semana passada, nós entregamos também me parece que mais 60 caminhões-caçambas dentro desse programa, que é exclusivo para atender a agricultura familiar. É um esforço do Governo Federal esse programa, embora sempre haja aqueles que querem se dizer donos dele. Mas é um programa nacional da Presidente Dilma para Municípios com população de até 50 mil habitantes. No Mato Grosso do Sul, isso foi coordenado pelo ex-Deputado João Grandão, os prefeitos todos estiveram lá com o compromisso de que, tanto essas máquinas como esses caminhões, possam ajudar a agricultura familiar.

Em relação a essas feiras, a esses *shows* – nós chamamos lá de Showtec –, isso é fundamental, Senador Acir Gurgacz. Aliás, eu vou ficar esperando esse convite para conhecer Ji-Paraná, viu? Elas são fundamentais sobretudo para os pequenos produtores. Eu não sei como é lá, mas no nosso Estado, temos áreas específicas para pequenos agricultores. Então, trata-se de máquinas específicas, de instrumentos, ferramentas específicas para pequenas propriedades. Isso dá um avanço muito grande na produtividade deles. Portanto, esses *shows*, na verdade, são um esforço de fazer a tecnologia chegar ao pequeno produtor.

Eu desejo sucesso, acho que o caminho é por aí, nós temos que estimular realmente a produtividade. Tenho certeza de que V. Exª, lá em Rondônia, tem contribuído de forma decisiva para fazer avançar essa questão da agricultura em seu Estado.

Eu me lembro dessa questão, não era nem Incra, Senador Acir Gurgacz, era Ibra. Sabe por que eu lembro disso? Eu fui voluntário para fazer o cadastramento. Era Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Eu ainda era es-

tudante, acho que secundarista, quando começou o Ibra. Depois é que veio... Lembro até de um cidadão que foi para Rondônia e era do meu Estado. O sobrenome dele era Galvão Modesto. Eu conheço essa história toda. Ele foi para lá, ele era o cara que fazia essas regulamentações, ou seja, distribuía esses lotes, e virou Senador da República no seu Estado. Eu conheço porque ele é lá do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Eu conheço bem porque ele era formado na Escola Federal Rural do Rio de Janeiro, chamada Km 47; engenheiro agrônomo a quem conheci pessoalmente, porque ele era da turma do meu irmão Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Como era o nome dele?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que era Ronaldo ou Reynaldo Galvão Modesto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É, o Galvão Modesto fez um grande trabalho no Incra, à época, e também fez um excelente trabalho aqui no Senado representando Rondônia, a Rondônia daquele momento. Se hoje ainda há muita coisa para se fazer, imaginemos naquela época! Não tinha asfalto, não tinha energia elétrica, estava vivendo o momento de imigrantes chegarem no Estado, pegarem a picada, com cacaio nas costas, e abrirem sua clareira, fazerem o seu barraquinho, enquanto a família ficava em um NUAR – chamava-se de NUAR o que hoje são Municípios. Depois que abriam a clareira, montavam o barraco, buscavam suas famílias para começarem então – não se pode falar em desmatamento hoje – a transformação de áreas de florestas para áreas agrícolas. Hoje é o nosso Estado de Rondônia. A gente lembra disso com muita alegria. Um pouco mais tarde, meu pai começou a trabalhar com empresa de ônibus para Rondônia, levando os agricultores do oeste do Paraná, do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina exatamente para o Estado de Rondônia, naquela propaganda que o Governo Federal fazia: vamos integrar a Amazônia!

Foi feita, em Rondônia, uma grande reforma agrária. E é isso que estamos cobrando hoje. Foi feita uma reforma agrária, mas não foi titularizada, não se deu o título para essas famílias, interrompeu-se no meio do caminho. Portanto, é um momento que temos para continuarmos cobrando, porque é legítima a cobrança dos agricultores a nós. Vamos às reuniões que fazemos todas as semanas, nos Municípios, Senador, e esta é a primeira cobrança: e o documento da nossa terra? Onde está o título da nossa área? Então, isso é recorrente. Essa reclamação vai se acumulando, pessoa por pessoa, cidade por cidade, e a gente vem e desemboca exatamente aqui, em Brasília, no MDA, no Terra Legal.

Fizemos um acompanhamento pessoal aqui, Senador Moka, junto com V. Exªs, já fizemos várias audiências públicas aqui nesta Comissão, em outros Municípios também, com relação à documentação desses agricultores de que V. Exª está falando, cuja história a gente teve o prazer de acompanhar, do desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia.

Estamos envolvidos na organização do evento Rondônia Rural Show, desde o ano passado, com inovações que devem projetar Rondônia, em nível nacional, no âmbito das feiras e negócios. A ampliação do número de expositores e a superação das edições anteriores em volume de negócios são um dos objetivos da edição da Rondônia Rural Show. Essas feiras, essa questão de levar tecnologia ao campo, vender tratores, maquinários, tem dois sentidos: um, de fomentar a indústria no sul, porque a indústria se movimenta; e conseguirmos levar a tecnologia ao campo. Ou seja, nós conseguimos produzir mais, colocando, naquilo que é importante, mais dinheiro no bolso do agricultor, que é o necessário, e também gerando empregos nas regiões produtoras, industrializadoras desses equipamentos, que estão concentradas no sul do País. Então, é uma situação em que todos se beneficiam: os agricultores de Rondônia se beneficiam; as empresas se beneficiam, as indústrias que produzem esses equipamentos também são beneficiadas, porque geram emprego, têm a venda; e o consumidor acaba recebendo um produto cada vez mais barato, porque a produção aumenta, com uma qualidade melhor.

Nesse sentido, enaltecemos a importância dessa feira no nosso Estado de Rondônia, como já acontece em outros lugares, como em Cascavel, como em Não-Me-Toque, como também, no Mato Grosso do Sul, como bem disse o Senador Moka, acontece também no Estado de São Paulo, se não me engano, em Ribeirão Preto. São feiras tecnológicas importantes para o desenvolvimento. Aconteceu agora em Goiás, se não me falha a memória, não lembro a cidade, mas houve uma feira tecnológica importante, uma das maiores do País, que faz o lançamento de novas tecnologias à disposição dos nossos agricultores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria de uma informação da mesa, talvez o Marcelo possa ajudar. Na semana anterior à passada, li um relatório sobre aquela questão do cooperativismo. O Senador Suplicy ofereceu cinco emendas, mas as emendas não puderam chegar até mim. Eu queria registrar isso na mesa, porque, na verdade, não tive acesso ainda às emendas, e eu queria oficialmente uma posição do Presidente ou da mesa da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Moka, os consultores me informaram que as emendas chegaram até a mesa, mas não estavam adequadas para serem inseridas ou debatidas no projeto. Voltaram para o Senador Suplicy para fazer as adequações necessárias e não retornaram ainda. Estamos aguardando para que possam ser encaminhadas a V. Exª, como Relator, para serem discutidas. Agora, não podemos receber as emendas se elas não estão adaptadas ao Regimento da Casa. Então, cumprindo o Regimento da Casa, foram devolvidas ao autor das emendas, que vai fazer as adequações, mandar para a mesa, e a mesa encaminhará a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só quero registrar que só pode começar a contar tempo para reapresentar alguma cobrança depois que eu tiver acesso às emendas, pois daqui a pouco eu posso ser cobrado.

Parece-me que as emendas foram feitas ao substitutivo e, claro, o substitutivo não foi aprovado. Então, não existe o texto para ser emendado. Essa me parece a justificativa técnica. Pelo menos foi dessa forma que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – V.Exª vai aguardar vir essas emendas?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou aguardar, até por uma questão de respeito e educação parlamentar. Eu só posso emitir algum parecer, algum juízo depois que elas tecnicamente puderem ser apresentadas ao texto que ele pretende modificar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, portanto, eu registro que não é a Comissão que não está querendo discutir ou debater o tema, mas sim o próprio requerente que não adequou a sua emenda.

Com prazer, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, quero aproveitar esta oportunidade para, brevemente, manifestar uma posição que estou tomando no sentido de prestigiar a Embrapa, que é uma excelência nacional.

Sobretudo nós, que temos origem no campo, sabemos quão importante tem sido, nesses últimos 41 anos, a presença da Embrapa, pela maioria das condições tecnológicas do uso da terra.

Não sei se V. Exªs tiveram a oportunidade de ler a edição de domingo do jornal *O Globo*, um dos mais importantes veículos de informação do nosso País, em que faz algumas observações a respeito do que estaria acontecendo na Embrapa.

Eu confesso a V. Exª que a reportagem alertou-me, evidentemente. Mas tenho confiança de que a direção da Embrapa, até pela manifestação de seu Presidente, não só retrucou a informação de *O Globo*, como também, tenho certeza, pelo o que eu conheço dos atuais dirigentes da Embrapa, de que ela não sofre, absolutamente, a influência de qualquer partido político.

É claro que pode haver servidores que têm confissão por esse ou aquele partido, principalmente pelos partidos que hoje dominam o Governo da Nação.

Mas, com base nessas informações, Sr. Presidente e Sr. Senador Acir Gurgacz, estou pensando em requerer uma audiência pública, em que estejam presentes aqui a direção da Embrapa e personalidades outras que muito contribuíram para a criação da autarquia.

Também recebi informações preciosas de antigos servidores da Embrapa que pregam a transformação da Embrapa em agência, o que dará a ela possibilidades maiores para a sua atuação, inclusive, com relação à gerência de recursos.

Apenas aproveito esta oportunidade para levar ao conhecimento dos meus ilustres pares que eu deverei apresentar, talvez em uma das próximas reuniões desta Comissão, um pedido de audiência pública em que se possa debater exatamente a atual situação da Embrapa e as perspectivas possíveis de transformá-la em uma agência, como outras existentes no País, com resultados altamente positivos.

É a comunicação que desejaria fazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado.

Passo a Presidência ao Senador Moka para que eu possa ler um relatório do qual sou Relator.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permite-me V. Exª uma breve observação?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente Waldemir Moka, tive um compromisso agora cedo e não pude estar na primeira hora, mas estou ciente de que V. Exª aqui comentou a respeito da apresentação das emendas relativas ao projeto sobre as sociedades cooperativas. Agradeço a sua atenção,

o esclarecimento, no sentido de que as emendas precisam de ser apresentadas ao projeto, e não ao substitutivo. Então, farei a devida reapresentação das mesmas.

Gostaria de informar à Comissão que os diversos órgãos do Governo Federal, seja a Casa Civil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, acho que o Ministério da Agricultura, acho que o MDS, todos os órgãos interessados, a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, estiveram reunidos na sexta-feira passada, fazendo uma análise da proposição de V. Exª, e devem encaminhar alguma sugestão, talvez de maneira mais completa. Acredito que isso pode ser objeto, então, de um diálogo, prosseguindo os entendimentos que se têm desenvolvido.

Então, quero agradecer a sua atenção e aqui dizer que a minha equipe, inclusive, vem trabalhando em diálogo com a de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.
Autoria: Ana Amélia.
Relatoria: Acir Gurgacz.
Observações:

1 – Não foram oferecidas emendas perante a CCJ no prazo regimental.

2 – A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 daquela Comissão.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A proposição acrescenta os §§9º e 10º ao art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como novo Código Florestal, norma que fixa os critérios para a delimitação de APPs tanto em zonas rurais quanto em áreas urbanas.

O §9º estabelece que, em áreas urbanas, entendidas como aquelas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, os trechos destinados à faixa de passagem de inundação de qualquer curso d´água natural terão sua largura determinada pelos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e respeitado, no que couber, o Plano de Defesa Civil.

O §10º, por sua vez, estabelece mais genericamente a exigência de observância dos planos diretores e leis municipais de uso do solo no caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, respeitados também, no que couber, os respectivos Planos de Defesa Civil.

A justificação do projeto ressalta que o novo Código Florestal, ao atualizar as regras para a proteção da vegetação nativa em APPs, localizadas em zonas rurais ou urbanas, deixou de considerar as características próprias de cada uma dessas situações. Para a autora do projeto, nas zonas urbanas, em muitas circunstâncias, a metragem de APP hídrica exigida conflita com as peculiaridades dos Municípios, e o cumprimento do mandamento legal imporia graves dificuldades para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem estar de seus habitantes".

Considera a autora, ademais, que, "exatamente por conta desse conflito, e das diferentes interpretações jurídicas que eram dadas à idêntica redação presente no antigo Código Florestal", o Ministério Público vem ajuizando inúmeras ações contra diversas prefeituras brasileiras.

Por essas razões, considera necessária medida legislativa para possibilitar aos Municípios terem a largura das faixas das áreas marginais a corpos d'água definida nos planos diretores e nas leis locais de uso e ocupação do solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e também respeitados os planos de defesa civil.

Na fase preliminar da tramitação, não foram oferecidas emendas ao projeto, que foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CCJ, aprovou-se, por maioria, o relatório do Senador Armando Monteiro, favorável à proposição, com emenda de natureza formal.

II – Análise

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre a matéria relativamente aos aspectos concernentes à política fundiária.

Como atestou a CCJ, o projeto não apresenta óbice de natureza constitucional, jurídica ou regimental.

No que concerne ao mérito, importa notar, de início, que dispositivos de conteúdo análogo ao do PLS nº 368, de 2012, os §§7º e 8º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, foram vetados por ocasião da sanção do novo Código Florestal.

Adiante, embora constassem, com algumas diferenças, do texto original da Medida Provisória (MPV) nº 571, de 2012, destinada a alterar o Código Florestal recém-editado, não foram mantidos no corpo da Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que resultou da conversão da MPV.

As mencionadas diferenças concentram-se no fato de que o texto original da MPV estabelecia que a definição, pelos Municípios, das faixas marginais a corpos hídricos e outras categorias de APP em áreas urbanas deveria ocorrer sem prejuízo do estabelecido nos incisos do *caput* do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, ou seja, mantidas as faixas marginais mínimas fixadas no novo Código Florestal. O projeto agora em pauta, a seu turno, deixa de estabelecer essa obrigação e determina, outrossim, que sejam observados os planos de defesa civil.

Embora a matéria envolva compreensível grau de polêmica, é preciso reconhecer o fato de que, consideradas as funcionalidades específicas das áreas urbanas, os afastamentos mínimos requeridos pelo novo Código Florestal em relação aos corpos hídricos podem se mostrar excessivos.

Nesse sentido, parecem-nos adequadas as observações da CCJ quanto ao mérito, assim expressas:

1) quando se trata das APPs em áreas urbanas, "é imprescindível disciplinar o uso de solo de forma a atender a aspectos sociais e econômicos de ordenamento territorial, e não apenas os ambientais";

2) o novo Código Florestal determina que os Municípios observem, como limites das APPs localizadas em áreas urbanas, as mesmas dimensões que são estabelecidas para a zona rural, independentemente do que estiver disposto nos respectivos planos diretores. Essa imposição representa "claro obstáculo à competência municipal conferida pela Constituição Federal (artigo 30, inciso VIII) para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial da ocupação do solo urbano";

3) o projeto em pauta, ao mesmo tempo em que "respeita a competência municipal fixada pela Constituição", inova ao determinar que sejam ouvidos os respectivos conselhos de meio ambiente, bem como respeitados os planos de defesa civil;

4) a competência reservada aos Municípios pela Constituição Federal para regular o uso e a ocupação do solo urbano deve considerar as diretrizes gerais sobre o tema, elaboradas pela União nos termos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001). Não haveria, desse ponto de vista, "diminuição à proteção de APP urbana". Isso porque a proposição "não desobriga os Municípios de manterem as diversas categorias de APP, previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, pois a autonomia que se pretende garantir para a delimitação das dimensões das APPs pelos Municípios não os isenta de respeitar a tipologia da norma geral (...)";

5) a proposição seria também meritória ao "promover a segurança jurídica em processos de licenciamento ambiental a que se sujeitam inúmeros pequenos e médios empreendimentos, bem como para trazer à legalidade – obedecidos o plano diretor e os planos de defesa civil – ocupações seculares em áreas urbanas atualmente classificadas como APP".

De fato, nas regiões urbanas, a delimitação das APP, definidas de modo indistinto na legislação federal, tem se mostrado um verdadeiro desafio para as municipalidades, em razão dos notórios conflitos entre a realidade e a idealidade. Entendemos, assim, que o PLS nº 368, de 2012, merece acolhimento.

Ocorre, contudo, que o texto da proposição não faz menção expressa às APPs. A expressão utilizada no projeto, "faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação", não coincide com a definição de APP dada pela Lei nº 12.651, de 2012, circunstância que poderia dar ensejo à interpretação de que os Municípios poderiam definir as "faixas de inundação" e não propriamente as APPs em áreas urbanas como quer a iniciativa.

Por outro lado, consideramos que o comando inscrito na redação proposta para o §10 do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, qual seja o de estabelecer a observância dos planos diretores, mostra-se desnecessário em face da determinação nesse sentido estabelecida no art. 182 da Constituição Federal.

As alterações necessárias constituem objeto da emenda adiante formulada.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 368, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte §10:
"Art. 4º .....

.....

§10. Nas áreas urbanas, a largura das faixas de APPs marginais a corpos d'água serão definidas nos planos diretores e nas leis de uso do solo municipais, ouvidos os respectivos conselhos municipais de meio ambiente e respeitado, no que couber, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil."

Esse é o voto, Sr. Presidente, cumprimentando a autora do PLS 368, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Acir Gurgacz concluiu o parecer, favorável com uma emenda que acabou de ler.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Antes de votar, eu gostaria de fazer um comentário, o que é incomum que o Presidente faça.

Este é, sem dúvida, um projeto polêmico, mas, como ele não é terminativo aqui na Comissão de Agricultura, é terminativo na Comissão de Meio Ambiente, eu acho que, naquela Comissão, nós vamos ter uma discussão maior a respeito dessa questão. Porque nós temos o Estatuto das Cidades, que trata de plano diretor, e essa questão, pelo menos no Código Florestal, nós evitamos discutir, exatamente com esse argumento de que não deveria ser tratado no Código Florestal, e, sim, no Estatuto das Cidades.

De qualquer forma, eu confio muito na autora, Senadora Ana Amélia, e, evidentemente, no nosso Relator, que, a meu juízo, ao colocar a emenda, exatamente quis adequar o texto à realidade dos Municípios, principalmente à Lei de Uso do Solo e também à questão da Defesa Civil.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, favorável, com a Emenda nº 2-CRA.

O projeto será posteriormente apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão que, lá, será terminativa.

Passo a Presidência ao eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua atenção conosco.

Nós temos o item 1, que é terminativo, e não temos quórum qualificado para deliberar sobre a matéria. Eu sugiro que nós o deixemos para a próxima reunião, dia 24. Na semana que vem, nós não teremos sessão na quinta-feira – Quinta-Feira Santa. Então, ficará para a próxima quinta-feira, dia 24 de abril, quando esperamos ter quórum qualificado para discutir o Item 1, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia e que é terminativo aqui nesta Comissão.

Consulto o Senador Jayme se gostaria de fazer algum comentário sobre a questão da infraestrutura no Mato Grosso, sobre como está a BR-163, para escoamento. Ela é meio concorrente da BR-364 na questão do escoamento da produção de grãos, Senador Moka, porque vai tirar um pouquinho do escoamento via Hidrovia do Madeira. Mas eu creio que é mais uma alternativa, importante alternativa para o desenvolvimento do País. Vai trazer desenvolvimento e, na verdade, não vai tirar o movimento de Rondônia: vai ser uma alternativa para escoamento da produção via Porto de Santarém, e também mantendo a Hidrovia do Madeira, Porto Velho, Itacoatiara; e, com o aumento da produção do Estado de Rondônia, vai também haver um aquecimento grande na região.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz; demais colegas Senadores, V. Exª toca num assunto bastante pertinente para o momento, tendo em vista que os preços do transporte, em ambos os Estados, sem sombra de dúvida, sofreram majoração. Isso porque as estradas nossas estão precárias e, sobretudo, a questão de logística também, até agora, não avançou nada.

V. Exª tem conhecimento, como também todos os membros desta Comissão e os da Comissão de Infraestrutura, em relação ao anúncio já falado e decantado, tanto no Mato Grosso, quanto no Mato Grosso do Sul e, sobretudo, no Estado de Goiás, diante do fato da famosa Ferrovia Centro-Leste, que demandaria o Estado de Goiás para o nosso Estado, passando pelos Municípios de Água Boa, Querência, Gaúcha do Norte, demandando a Lucas do Rio Verde. E o que se percebe até agora, meu caro Senador Ruben, meu caro Senador Moka,

é que essa obra, tão importante e vital para o desenvolvimento socioeconômico de ambas as regiões, principalmente para o Brasil, infelizmente não apresentou nenhuma manifestação.

Eu, particularmente, já estive com a Senadora Lúcia Vânia, que era Presidente da Comissão de Infraestrutura, e com outros membros numa reunião que realizamos no Ministério dos Transportes, com a presença do Ministro, do Presidente da Valec, do Diretor-Geral do DNIT. Naquela época, foi dito que a obra se iniciaria lá no ano passado. Nós estávamos no mês de abril, ou seja, há um ano anunciaram a obra. Fizeram oito audiências públicas, usando essa ferrovia como instrumento político-partidário. Todavia, o que acontece? Para minha tristeza, Senador Gurgacz, a informação que tenho é a de que essa ferrovia praticamente está numa inércia e vai continuar na inércia. E me parece que já estão mudando o roteiro, a rota dela. Em princípio, como V. Exª sabe, ela se iniciava no norte de Goiás, vindo pela região do médio e baixo Araguaia, com uma variante subindo para o Estado de Rondônia, após a sua chegada ao Município de Lucas. Parece que, agora, já estão com outro projeto, dizendo que querem demandar de Lucas para o Estado do Pará, no porto de Mirituba. Com isso, essa obra está inviabilizada. A sensação que tenho, a impressão que tenho é a de que ela está paralisada, está estancada.

Não sou contra, sou favorável a essa obra, mas não podemos perder de vista essa vasta região do nosso Estado, para a qual também se deve dar prioridade, tendo em vista que é uma área de alta produção. Sobretudo hoje, a região do Araguaia, chamada de Vale dos Esquecidos, é uma das regiões mais prósperas do Brasil, onde está em franco desenvolvimento a questão não só da agricultura familiar, mas, sobretudo, da agricultura de grande porte.

E aí a obra está parada. E fico indignado. V. Exª sabe perfeitamente que o Diretor-Geral do DNIT veio às Comissões e anunciou a pavimentação asfáltica da BR-174, que demanda Castanheira. Primeiro, sai de Vilhena, entra por Juína, vem para Castanheira e demanda Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã e, se possível, até Machadinho d'Oeste. Essa é a perspectiva dessa obra. A informação que eu tive – já estamos no mês de abril e, daqui a pouco, estaremos no mês de maio – é a de que, até agora, nem há sinal de mobilização de equipamentos mecânicos nessa rodovia, onde há, hoje, um tráfego fantástico, em função da sua produção na área da pecuária. Quando chegar ali esse asfalto, quando houver pelo menos alguma coisa concreta, não tenho dúvida alguma de que haverá uma transformação, saindo da pecuária e indo para agricultura, na medida em que essa é a única formatação existente para a recuperação das áreas degradadas. Hoje, é inviável que o pecuarista recupere área degradada com recursos próprios, sem fazer agricultura e pecuária. V. Exª sabe disso.

Então, o Governo Federal está deixando muito a desejar. Anunciou agora também, como V. Exª sabe, a duplicação da pista da BR-163 privatizada através de um consórcio em que uma empresa de lá ganhou. Quero ver quando essa obra vai ser, de fato, concretizada.

O que me gera indignação, Senador Acir Gurgacz, é o fato de que, no anúncio da contratação dessa concessão, está escrito que, quando a empresa tiver executado apenas 10% daquilo que está previsto no contrato de concessão, Senador Eduardo Suplicy, eles já vão passar a cobrar pedágio. Ou seja, ela vai ser pedagiada. Como se vai cobrar pedágio com apenas 10% da obra executada? Então, a impressão que tenho e que tem qualquer cidadão leigo no setor é a de que ele vai fazer a obra com o dinheiro que vai faturar. Ou seja, com o que ele arrecadar do pedágio, ele vai fazer a obra. É um belo negócio, nesse caso! Tenho a impressão, como os senhores devem ter, de que pelo menos parte dessa obra deveria estar concluída quando da cobrança do pedágio. Isso não pode ser feito com apenas 10% concluídos no trecho que demanda Mato Grosso do Sul – e o Moka sabe disso – até a cidade de Sinop. Executados 10% do trecho, já se passa a arrecadar, a receber pedágio?

São fatos trágicos que estão acontecendo em Mato Grosso e, imagino, em outros Estados da Federação. Particularmente, sou contrário a esse caso. Sou a favor da privatização, das concessões não só de aeroportos, mas também de rodovias e de ferrovias. Todavia, tem de ser respeitado também aquele que vai fazer uso desses importantes modais de transporte. Essa é a impressão.

Senador, inclusive, vou fazer um requerimento aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ver o que está ocorrendo. É um crime o que estão fazendo. Isso é jogar dinheiro fora, Senador Eduardo Suplicy!

Moro no Mato Grosso e tenho algumas propriedades no Estado. Nesta semana, trafeguei numa delas, a que demanda Cuiabá e Cáceres. São 220km que ligam Cuiabá, o Trevo do Lagarto, que é o ponto central, o centro geodésico da América do Sul, a Cáceres. Estão mexendo no asfalto lá, e não há por quê. Salvo melhor juízo, eles estão reconstruindo porque houve algum defeito na pavimentação. Se for uma restauração da estrada chama-se roubar o Erário público. Tantas estradas esburacadas, sucateadas, detonadas, deterioradas, e estão mexendo num asfalto que não tem nenhum significado, tendo em vista que o Estado tem 90% ou 95% em estado perfeito – qualquer cidadão leigo... Estavam comigo dois engenheiros amigos meus e falaram: "Não é possível, eu não posso acreditar!"

Então, ao longo da BR-364, V. Exª, o Trevo do Lagarto, Cárceres, Nova Lacerda, Juruena, até bater na cidade de Porto Velho. Não há justificativa! A sensação que tenho, e vou fazer aqui um requerimento de pedido de informação. Se for contrato novo, chama-se roubo, assalto ao Erário público!

Não posso conceber na medida em que há centenas de estradas neste Brasil que precisam ser recuperadas, e estão mexendo numa estrada que não tem nenhum fundamento. Como é o caso também que consultei, fiz uma indagação para o Presidente do DNIT, o General Fraxe, em relação à limpeza de faixas de estradas. Passei num trecho em que há oito homens. Quero saber quanto é esse contrato, Senador Suplicy. Disseram-me que o contrato para a limpeza da faixa ali custa R$2 milhões por mês – com oito homens, Senador Ruben Figueiró e uma roçadeira, faça-me um favor, é um absurdo!

Eu indaguei, e ele me disse que não tinha muito conhecimento. Isso aí está fedendo a quê? A carniça, não é?

Você vai me desculpar, oito homens e uma roçadeira, e dizerem que custa R$2 milhões o contrato, é muita coisa para o meu gosto! Estão esperando entrar a força da seca, agora para o mês de maio, e eles vão lá, tacam fogo na beira da estrada, queimam todo o capim colonião e braquiarão, etc, e depois só vão puxar o dinheiro para o caixa da empresa.

Então, é uma coisa seriíssima que está acontecendo no Brasil, e o próprio Diretor-Geral do DNIT não soube dar informação, disse que não tem como dar essa informação – oito homens e uma roçadeira! Aí, indaguei: quanto é, mais ou menos, esse contrato? – perguntei para alguém mais ou menos ligado ao DNIT. Parece-me que é de R$2 milhões o contrato mensal!

Falei: meu Deus do céu, não posso acreditar, o Brasil tão padecido, carente, o povo padecendo, sem saúde, sem segurança, sem educação. Isso aqui é um escárnio, não é? Isso aqui é um verdadeiro crime hediondo contra a Pátria, crime de lesa-pátria.

Então, meu caro Senador, as coisas vão indo, o Mato Grosso teve uma boa produção agrícola. E espero que, para os próximos anos, tenhamos uma melhor logística, para melhorar a rentabilidade dos nossos produtores. Caso contrário, será difícil: estradas, caminhões oneraram quase 30% este ano aqui.

Quero que o Governo Federal cumpra pelo menos com 20% daquilo que foi anunciado: a duplicação da BR-163; ferrovia Centro-Leste; e não vou nem falar em transporte aquaviário, que é um crime que estão cometendo em Mato Grosso. Faziam seis usinas hidrelétricas Teles Pires, no Juruena, e não há sequer uma eclusa – sequer uma eclusa!

Então, é uma vergonha e, de fato, V. Exª tem razão, quando discute aqui também assuntos inerentes que são pertinentes à questão das rodovias não só no Mato Grosso, mas em todo o nosso Brasil.

E quero cumprimentar V. Exª, que é um defensor intransigente aqui de boas políticas públicas, não só para o seu Estado de Rondônia – que é um Estado também carente, que está, hoje, realmente com muito dificuldade –, mas para o Brasil.

Senador Acir Gurgacz, V. Exª tem tido uma atuação aqui, tenho que registrar de público, extraordinária, na defesa da regulamentação fundiária, das estradas, da educação, da saúde.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Pela ordem Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Senador Acir Gurgacz, caros colegas Senadores, queria agradecer, em primeiro lugar, a relatoria de V. Exª a um projeto e agradecer também a emenda que V. Exª apôs, e que, na verdade, coloca, num bom português, um detalhe que já está no §9º, que trata no que couber à Defesa Civil – V. Exª deixou expressivo. Como não era terminativo, ainda passa terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. E tenho certeza de que aquela Comissão especializada nessa área dará um tratamento adequado.

Minha pretensão foi, na condição de Senadora municipalista, dar um trato adequado e um equilíbrio. Tenho, como todos os Senadores têm aqui, uma preocupação com a sustentabilidade, com o desenvolvimento e a preservação ambiental. Esse é um compromisso inarredável de todos nós, e sou de um Estado, como o Rio Grande do Sul, preservacionista! O Rio Grande do Sul faz agricultura de alta precisão, agricultura familiar muito bem organizada em todos os aspectos em relação a uma produção que preserve o meio ambiente. Basta sobrevoar o território gaúcho para observar esse cuidado que os nossos produtores têm nessa questão ambiental, porque eles sabem, Senador Acir – o senhor, que é representante de Rondônia –, que lá há muitos gaúchos que migraram para aquelas regiões e levam esse conhecimento.

Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, eu estive visitando, com o Senador Moka, uma região belíssima, o Chapadão do Sul, tive a honra de acompanhá-lo no momento em que se debatia o Código Florestal nesta Casa e fiquei muito impressionada com o que se está fazendo em todas as regiões do Brasil em matéria de pre-

servação ambiental. Um grande cuidado e um grande interesse de todos naquele momento de acompanhar o debate sobre o Código.

Portanto, quanto a esse meu projeto que é relatado por V. Exª, eu lhe agradeço o empenho e a precisão com que fez.

Então, muito obrigada ao senhor, e vamos continuar trabalhando para o bem do nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Ana Amélia, pela sua colocação. Esse projeto entendo que é pertinente e importante para definir bem o que é APP urbana e rural. Nós não podemos confundir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.)* – São coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – São coisas muito diferentes, e nós temos que respeitar os planos diretores dos Municípios, e cada Município tem a sua peculiaridade.

Os Municípios de Rondônia são diferentes dos Municípios do Rio Grande do Sul. O caso de Porto Velho, por exemplo, agora com essas enchentes, nós não podemos, através de lei federal, unificada para todas as cidades e entender que lá pode se aplicar em todos Municípios, em todas as situações. Há particularidades em cada cidade, em cada Município do nosso País.

Então, meus cumprimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E a sua Ji-Paraná, que é cortada por um rio, também tem esses aspectos.

Todas as cidades, como eu disse, como Senadora municipalista, está na hora de me convidar... Está com ciúme. Eu fui lá, Senador Moka, eu já estive lá a convite do Senador Acir para visitar a feira lá em Rondônia.

Então, são essas cidades que mais enfrentam esse problema. Eu recebia a representação de Blumenau, de Santa Catarina, então, de fato, é uma questão: não dá para aplicar a lei para duas situações diferentes, área rural e área urbana, mas, nos dois casos, a preocupação central tem que ser a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente em condições, no mínimo, razoáveis.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Em tempo, eu oficializo o convite ao Senador Moka para participar da nossa 3ª Rondônia Rural Show, não só V. Exª, mas também os demais Senadores e Senadoras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Estou com ciúme também.

Não vai nos convidar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos transferir a Comissão nesses dias, pelo menos um dia, para Ji-Paraná. Vamos fazer uma audiência pública lá em Ji-Paraná para debatermos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Depois, V. Exª promove pelo menos um boi no rolete para nós lá também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Isso não é problema.

A carne de Rondônia, sem desmerecer a carne de Mato Grosso, do Rio Grande, de Mato Grosso do Sul, é uma das melhores do nosso País. É uma carne mais macia, mais natural, é uma carne especialíssima. Deveria ter um preço maior até pela qualidade, mas um preço menor, para atender...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Boi verde, sustentável, para atender à população.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A pecuária brasileira é realmente imbatível. A nossa qualidade de carne, no Brasil, é impressionante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Só fazer um adendo aqui ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Chegar num lugar, qualquer lugar, ou Mato Grosso, ou Mato Grosso do Sul, ou no Rio Grande do Sul, agora em Rondônia, que está se tornando um dos grandes rebanhos do País, eu acho que nós temos uma qualidade de carne muito boa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Só um adendo a V. Exª. Por incrível que pareça, você sabia que o boi de Rondônia é mais bem pago do que o boi de Mato Grosso, em que pese estarem mil quilômetros ou mais do que Cuiabá, do que Mato Grosso, para venda nos supermercados, sobretudo mercados da grande São Paulo, Região Sudeste, Sul e para exportação, mas o boi de Rondônia é mais valorizado.

Então, já passei a acreditar que a carne do seu Estado, Senador Acir, talvez tenha algum tchã em relação a outra carne de outros Estados da Federação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – É um doutor que está falando aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É um especialista que está dando o seu depoimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – E é mais caro mesmo.

Para você ter noção...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É porque é melhor, é uma carne muito mais apurada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Mas a logística dele é mais longe do que a nossa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É por isso que é mais caro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Eu não sei por que mais longe mais valorizada a carne deles.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas há um detalhe que tem que colocar aqui, Senador Jayme Campos: nós estamos exportando a carne de Rondônia via Hidrovia do Madeira, aí o custo acaba Senador menor e, aí, o preço do boi em pé do Mato Grosso é mais barato em função do custo maior de transporte para exportação. Isso já está acontecendo também na produção de grãos. A produção de soja de Rondônia, de milho, de algodão estão tendo uma valorização maior exatamente por estarem mais próximas do Porto de Porto Velho e da Hidrovia do Madeira para exportação, para escoamento.

Nós estamos com os portos do Sul do País lotados já. Está havendo um engarrafamento muito grande. Então, a saída hoje, Senador Moka, é o Norte, é a nova fronteira de desenvolvimento não apenas para o plantio, mas para o escoamento da produção para exportação, seja de grãos, de carne, de madeira também. Enfim, a nova fronteira de exportação brasileira é exatamente o Norte, através de Porto Velho e da Hidrovia do Madeira, que está possibilitando deixar o Norte do País com, realmente, uma capacidade de produzir melhor do que algumas regiões brasileiras.

Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós só precisamos acabar com esses gargalos, porque o problema está exatamente na nossa infraestrutura. Na hora em que tivermos isso resolvido, com rodovias duplicadas, em que pese a crítica que o Senador Jayme Campos faz, mas a BR-163 – ele mesmo reconhece – é fundamental para o escoamento, e principalmente para evitar mais acidentes. No caso de Mato Grosso do Sul, centenas e centenas de vidas já foram perdidas em função do movimento muito grande de carretas numa estrada que precisa ser duplicada. Então, eu sou um daqueles que acham que essa duplicação tem que acontecer. Nós aqui estamos forçando isso – não é, Senador Jayme? –, mas, de qualquer forma, eu só queria fazer este registro. Este País, nessa área de produção agrícola e pecuária, nós somos imbatíveis da porteira para dentro; os nossos problemas são da porteira para fora, sobretudo no escoamento da nossa produção.

Obrigado, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O gargalo de infraestrutura no Brasil é muito grande. Mas nós estamos tendo investimentos fortes, pelo menos em planejamentos e projetos neste momento. É a duplicação da BR-364, a Ferrovia de Porto Velho, a Vilhena-Lucas do Rio Verde, ligando a malha ferroviária brasileira, Senador Jayme Campos, é uma saída e uma obra importante para o País, não é só importante para Rondônia, para o Mato Grosso, para o Mato Grosso do Sul, é para o Brasil inteiro. Nós vamos ligar Porto Velho, a Hidrovia do Madeira, com Santos, Paranaguá, Rio Grande do Sul, passando, evidentemente, por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, passando também por Cascavel, a minha cidade natal. Ou seja, é uma ferrovia importantíssima para o nosso País, ligando as áreas produtivas todas do Brasil. Ligando Rio Grande do Sul a Rondônia, passando por todas essas áreas de maior produção agrícola e pecuária brasileira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Eu só quero fazer uma...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – V. Exª calcula quantos anos para a realização desse grande projeto de integração, de logística em que nós temos avançado? O senhor acha que, nos próximos 20 ou 30 anos, nós o teremos concluído?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Jayme, eu posso estar um pouco otimista demais, mas eu acredito que, nos próximos dez anos, nós teremos a nossa Ferrovia de Porto Velho ligando Vilhena a Lucas, interligando a malha ferroviária brasileira – nos próximos dez anos. Em 2012, nós incluímos no PPA 2012-2015 o levantamento econômico e ambiental da Ferrovia de Porto Velho a Lucas do Rio Verde. A inclusão no PPA resultou numa licitação que aconteceu no ano passado; uma empresa, não sei qual, ganhou por R$50 milhões para fazer esse levantamento ambiental e econômico e tem até o final deste ano, Senador Moka, para entregar esse levantamento. A partir daí, pode ser executada já a licitação, porque já foi feito o levantamento econômico, ambiental, já com uma prévia para o licenciamento ambiental, facilitando, e a partir

daí pode ser feito o RDC. Eu acredito na licitação dessa obra para o ano que vem, de Porto Velho a Lucas, já que de Lucas até a malha ferroviária brasileira já há um avanço maior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A Porto Velho: Lucas, Vilhena, Porto Velho.

Ontem ainda, eu dizia à Presidenta Dilma, voltei a dizer, não é de Lucas a Porto Velho, é de Porto Velho a Lucas. Por quê? O custo da obra é o mesmo, fazer de Lucas para Porto Velho ou de Porto Velho para Lucas, mas o benefício é bem diferente. Se você for daqui para lá, terá que esperar chegar lá em Porto Velho, para começar a utilizar a ferrovia. Se for o inverso, quando chegar a Ariquemes, já teremos 180km para utilizar; quando chegar a Ji-Paraná, mais 180km; quando chegar a Cacoal, mais 100km; quando chegar a Vilhena, mais 140km, ou seja, praticamente 800km de Porto Velho a Vilhena. Conforme a construção vem vindo, poderemos diminuir a quantidade de caminhões nas rodovias e utilizar a ferrovia.

A importância de começar em Porto Velho para encontrar em Lucas do Rio Verde essa ferrovia. É de fundamental importância. É questão de estratégia, de planejamento, começar com custo-benefício mais apurado.

Senador Moka, com prazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós, do Mato Grosso do Sul, também, nós colocamos no PPA, mas nossa ferrovia é principalmente ligando Maracaju a Grande Dourados e saindo em Cascavel. Na verdade, essas coisas vão se integrar. E também temos uma proposta para utilizar o Rio Paraguai, de Maracaju até Porto Murtinho. Aí faríamos o escoamento também dessa forma com custo muito mais barato. Vamos começar a colocar os nossos produtos altamente competitivos, porque vamos começar a diminuir o custo do frete que é um custo importante.

Quero dizer que sou um daqueles que reconhecem na Presidente Dilma, principalmente, o esforço que está sendo feito no sentido principalmente dessa questão das ferrovias e a duplicação da 163 para o Mato Grosso do Sul. Agradeço porque é, sem dúvida nenhuma, uma rodovia muito importante, seja pelo escoamento, seja principalmente porque vamos evitar centenas e centenas de acidentes que ocorrem nesta importante ligação entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu ressalto o trabalho também de relatores no caso da inclusão no PPA, porque, se não está no PPA as coisas não acontecem, é uma certeza de que não vai acontecer. Estando no PPA, não é uma certeza de que vai acontecer, mas não estando é uma certeza de que não vai acontecer. Então, o trabalho de V. Exª no Mato Grosso do Sul e o meu trabalho com relação a nossa ferrovia de incluir no PPA é de fundamental importância. Não adianta ficarmos reclamando e querendo transferir o problema para o Executivo. Também temos nossas obrigações e as fizemos, quando incluímos no PPA, porque a discussão é aqui no Congresso. É aqui que se inclui no PPA sempre que as obras são importantes e estratégicas para os nossos Estados e País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador, eu o conheci presidindo a Comissão Mista do Orçamento, da qual V. Exª era membro naquela época. E foi quando discutimos o PPA, exatamente na transição do governo do Presidente Lula para a Presidente Dilma, quando conseguimos colocar no PPA essas importantes ferrovias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E aí nasceu todo esse trabalho. Se não coloca no PPA...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não existe na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não existiria hoje o planejamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E depois na lei orçamentária anual.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E agora com a aprovação da Comissão de tornar impositivo o recurso orçamentário para a defesa sanitária animal e vegetal, projeto que discutimos muito aqui e que, no acordo com o Governo, foi compatibilizado de não criar, mas ajustar que todas as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sejam destinadas prioritariamente para a defesa sanitária, animal e vegetal. E isso também, de certa forma, nos limita na destinação de recursos para um setor fundamental como esse.

Estava vendo aqui, Senador Acir, V. Exª falou do quanto Rondônia está exportando, a exportação de grãos alcançou US$7,9 bilhões em março. Numa situação em que a economia brasileira está com problemas, aumento de inflação, com esse desempenho no comércio internacional, acho que é mais do que suficiente para mostrar a relevância que tem o setor. E a notícia do cancelamento do leilão da dragagem do Porto de Santos pode prejudicar a safra de grãos próxima. Então, é para ver quanto a logística e a infraestrutura precisam de uma atenção maior. Na hora em que a gente vê o financiamento que foi feito, não se discute o mérito, é a questão de por que no Brasil não existe. O Governo financiou, pelo BNDES, um porto em Cuba, o Mariel, e agora há uma notícia de que vai financiar um porto no Uruguai, e foi cancelado o leilão para dragagem no Porto de Santos. E nós precisamos de investimentos na área portuária, nos modais de transporte fluvial.

V. Exª mencionou a relevância que tem o escoamento pelo Rio Madeira da produção lá de Rondônia. Então, tudo precisa de um olhar mais atento da administração pública e das políticas para essa logística, porque, senão, vai comprometer, eu diria, a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira. Isso porque, em março, R$7 bilhões de exportação tem que considerar isso também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aliás, o que sustenta a positividade da balança comercial brasileira é exatamente o agronegócio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Vem do campo, todo o campo, carne, soja...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só temos que ver qual é o motivo do cancelamento dessa licitação, pois tenho certeza de que não é uma questão de estratégia de governo e, sim, algo com relação ao meio ambiente, que é sempre um entrave para essas obras importantes, ou Ministério Público, TCU, algo dessa natureza. Não é uma questão de governo, ou seja, a CGU... Não é uma questão de governo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É uma questão das demandas que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Que os partidos... É uma questão de governo, que quer e que precisa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É uma questão também, às vezes, administrativa, da disputa entre os concorrentes para fazer os serviços...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) –... numa licitação de obra como essa. Essa é uma obra que tem que ser executada. Então, às vezes, a disputa dos concorrentes que não aceitam o resultado e aí fica complicado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Paralisa a obra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Temos que encontrar também um sistema mais rápido de agilização dos processos, seja pelo TCU, seja pelos meios jurídicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Essa é uma função que nós temos que avançar aqui no Congresso Nacional, para que não deixemos de fiscalizar... e não é uma questão de governo, porque os Estados têm governos de vários partidos. Hoje, temos, eu diria, um conglomerado de partidos no governo atual, uma coalizão de vários partidos, PT, PMDB, PP, PDT, PTB, PR, PSD, são todos partidos juntos. Então, não é questão partidária, é uma questão de governo. Nós precisamos aqui achar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – De Nação e País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É, dar a nossa contribuição parra que possamos viabilizar essas obras importantes, que são de fundamental importância para a produção agrícola, para o saldo positivo da balança comercial brasileira, o que é uma responsabilidade de todos. Não é uma questão da Presidenta Dilma ou do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou do Presidente Lula ou dos Governadores dos Estados; é um conjunto. Todos nós temos de estar juntos para acharmos uma solução para que as obras, Senador Jayme Campos, aconteçam com mais rapidez. A obra começa e, de repente, acontece uma discussão no meio do caminho, alguém entra com uma ação judicial e paralisa a obra. Depois, o custo fica para toda a população brasileira, o custo da obra parada, o reinício da obra e o aumento do custo da obra, que terá que de ser finalizada. Ou seja, é um problema nacional.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – V. Exª tem razão, Senador Acir, na medida em que essas observações são extremamente importantes. Mas o que leva a essa desconfiança, sobretudo a essa morosidade no andamento das obras no Brasil, além da burocracia, que é enorme, é a falta de projeto também. No Japão se faz política de Estado; aqui se faz política de governo, do que está no poder. No Japão, marca-se o dia do lançamento da obra e já o prazo para a inauguração, o que fatalmente, no dia estipulado, acontecerá.

Por exemplo, há hoje um problema sério em seu Estado, no meu Estado, no Estado do Senador Flexa Ribeiro e em outros Estados da Federação, em relação às enchentes, às chuvas. E a Defesa Civil, lamentavelmente, teve que ir lá – digo lamentavelmente porque ninguém gostaria que ocorresse o que está acontecendo em vários Estados da Federação, sobretudo em vários Municípios –, a Defesa Civil não anda, lamentavelmente.

Há 25 Municípios do Mato Grosso em estado de emergência. Já está feito o decreto pelo Governo do Estado do Mato Grosso. É feita uma exposição de motivos à Prefeitura, encaminha ao Governo e o decreto é formulado. Não tem nada sinalizado. Há Municípios em que praticamente 80% dos acessos de rodovias foram totalmente destruídos pelas águas. Crianças não podem ir à escola, não sai a produção. Até agora, a Defesa Civil, Senador Acir Gurgacz, não tomou nenhuma providência nesse sentido. Os prefeitos estão vivendo agoniados, a população está sofrida. E existe a burocracia, sei lá o que acontece que as coisas não andam.

O que é que se vai se fazer depois que o cara vai a óbito, com as dificuldades? Em Mato Grosso, eu vi na semana passada – e me tocou no coração, Senadora Ana Amélia –, a pessoa doente não era capaz de sair do Município para o outro lado da estrada porque a ponte tinha rodado com a chuva. E como é que se tira esse

paciente de lá? Ele vai a óbito. A Defesa Civil, que já está municiada de documentos, com todos os requisitos que a lei exige, mas não libera nada, não vai. É aquela burocracia, aquela má vontade, dizendo que precisa parecer da área jurídica, que precisa não sei o que mais.

Então, o que é que se faz, Senador? É muita complicação, muita dificuldade, e isso quem paga é o povo. Paga não só no atraso das obras, mas, sobretudo, no benefício de quem não é atendido. Atrasam as obras e depois, para reiniciá-las, é preciso reimplantar o canteiro de obras. Isso tem um custo operacional. Enfim, é de se lamentar, Senadora Ana Amélia.

Eu fico, às vezes, indignado, fico pensando: meu Deus, algo tem que ser feito para melhorarmos as coisas no Brasil. Agora fizeram o tal de RDC, dizendo que era para facilitar. Mas até agora não vi nada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É. Regime de contratações.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Regime diferenciado. Eu não vi o benefício que trouxe até agora. É um engodo, é um estelionato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É o que substituiu a Lei nº 8.666.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Exato, nós tínhamos a Lei nº 8.666, que era perfeita. Nós tínhamos que aprimorar e, sobretudo, dar prazos também para o próprio Tribunal de Contas da União. Quando se coloca lá o empecilho, existe o prazo de, no máximo, 60 dias para julgar, sim ou não, a favor ou contra, mas não da forma que fica, às vezes seis meses, oitos meses, um ano, como é o caso da BR lá no seu Estado ligando Manaus a Porto Velho, a 319, se não me falha a memória. Fui Relator da matéria na Comissão de Orçamento. A obra estava há um ano e meio paralisada. Não estava sendo liberada porque havia um problema ambiental. Na verdade, era uma estrada que já existe. Apenas estavam retirando material para fazer a sub-base da obra. A obra estava interrompida porque o Ibama disse que não podia retirar aquele material que estava naquela jazida pelo fato de estar prejudicando o meio ambiente.

Ora, o Senador Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, do Estado do Amazonas, não dava conta. Havia R$49 milhões depositados, prontos, preparados, a documentação a pagar, mas estava impossibilitado porque o Tribunal de Contas da União mandou não liberar os recursos.

Então, é por coisas como essa que o Brasil não anda. V. Exª tem toda razão.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Antes de terminar, Presidente, pela ordem. Eu só queria fazer um registro público nesta Comissão, que é o âmbito adequado. Nós tivemos uma reunião muito produtiva com o Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, João Rabelo. Aliás, o Secretário Rabelo, destaque-se, tem sido sempre muito atento e muito presente toda vez que aqui, na Comissão de Agricultura, é convidado para a audiência pública.

Fiz tentativas de falar com o Secretário Executivo da Fazenda. Foi uma novela. Acabei optando por uma reunião e uma audiência, e, prontamente, o Secretário Rabelo nos atendeu, junto com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, na pessoa do Sr. Valdecir Folador, que representava, no momento, Marcelo Lopes, Presidente da entidade nacional, para tratar da inclusão da suinocultura na Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM).

Ela foi muito produtiva, porque a visão da Fazenda não era completa a respeito desse tema e havia resistências em incluir a suinocultura no programa de preço mínimo, imaginando que ela fosse prejudicial aos suinocultores na competição com a indústria que compra. Aí eles provaram, por A mais B, que não. É apenas, eu diria, um gatilho para ser disparado no momento de uma crise, que aí há aquela garantia.

Quando o mercado está funcionando normalmente, sem essas pressões de baixa ou de alta, a situação se regula normalmente pela situação de comportamento de mercado. Mas, quando há crise, como aconteceu em 2012, não há nenhuma escapatória, nenhuma garantia para o produtor. É em relação a preço.

Era nesse argumento. Mas foi bem encaminhada uma solução do ponto de vista técnico, e é isso o que nós queremos.

Então, eu queria fazer este registro aqui, porque este tema também foi motivo de uma reunião em São Paulo, ontem, com o Ministro da Agricultura, Neri Geller, assegurando um cuidado muito grande que o Brasil vai ter na importação de suínos vivos dos Estados Unidos, onde está havendo um problema na área sanitária.

Então, só este registro para agradecer.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Voltando um pouquinho à questão da Lei nº 8.666, eu tenho certeza de que o RDC tem ajudado na celeridade das obras. Lá no nosso Estado, há várias obras feitas por RDC, que, se não fosse com este sistema...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O sistema novo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) –... nós não teríamos o início e a conclusão de várias obras, como a duplicação em Ji-Paraná, viaduto, etc, a própria restauração da BR-364 de Vilhena a Porto Velho.

Então, o RDC foi importante, é importante,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... é uma sistemática que veio para ajudar na celeridade das obras brasileiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu só temo, Senador Acir, porque nós saímos de um regramento, que foi a Lei nº 8.666 – e aí eu faço justiça a um dos formuladores desta lei, o ex-Ministro da Casa Civil Luís Roberto Ponte, muito vinculado ao Rio Grande do Sul, que foi ligado à Associação Brasileira da Indústria da Construção Civil, que conhecia profundamente na relação com o governo –, bastante rígido. Mas o que era a rigidez? Era uma espécie de lei de responsabilidade fiscal, para haver um maior controle em relação a contratos.

Evidentemente, ao longo do tempo, mostraram-se necessários ajustes, como falou o Senador Jayme Campos.

O que eu temo é que o sistema RDC, Regime Diferenciado de Contratações, foi adotado originalmente para a Copa do Mundo. Como eu fui Relatora da Copa do Mundo, sei bem disso. Também era emergencial. Agora, abriu-se a porteira e está praticamente se anulando inteiramente a Lei nº 8.666.

Então, só para algumas áreas ela ainda está funcionando porque alguns organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BID, exigem o cumprimento da Lei nº 8.666 nos contatos que faz com o Brasil.

É preciso, então, haver a dosagem adequada para a transferência do sistema da Lei nº 8.666 para o RDE. Não se pode, digamos assim, abrir a porteira e gastar como quiser, pois o dinheiro público vai para o ralo comum. Não, temos que ter uma fiscalização muito rigorosa disso porque dinheiro público é escasso e precisa ser bem cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com certeza, precisa ser bem cuidado. Mas todas as leis têm que evoluir. Nós acabamos de aprovar em 2012 o Código Florestal, e já há vários projetos de emendas. Enfim, é uma evolução permanente.

A Lei nº 8.666 foi e é importante, mas temos que evoluir. E nós, mesmos, estamos reclamando de nós mesmos pelo atraso no início e no término das obras de infraestrutura no Brasil.

É claro que nós precisamos acompanhar. O TCU está acompanhando, e, com certeza, nós também acompanharemos, como eu, lá no meu Estado, acompanho todas as obras federais, estaduais, pessoalmente, naquilo que é possível, para que não haja desvio de verba e desvio de função das obras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Assim como o TCU está tão zeloso na sua composição, que o seja na rapidez da deliberação e do deslinde dessas disputas, que só prejudicam a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Muito obrigado pela colaboração, Senadora Ana Amélia, e demais Senadores que participaram da nossa reunião.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.*)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE ABRIL DE 2014.

Às oito horas e vinte e oito minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e quatorze, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, WALTER PINHEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio

Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, fala sobre a construção de armazéns públicos para estocagem da produção agrícola do País, uma reivindicação antiga dos produtores brasileiros, e comunica que a Bancada Federal de Rondônia, juntamente com o Secretário de Agricultura do Estado, reuniu-se com o Ministro da Agricultura Neri Geller, para tratar da construção de armazéns em Rondônia e para encaminhar uma solução para a normatização da venda de polpa de fruta no Estado e em todo o Brasil. e em seguida dá início à deliberação de proposições, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2012 – Não Terminativo - EMENTA:** Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do SCD nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4° do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS n° 44, de 2012, para § 5°. **1-** A Matéria será apreciada pela CAS. Após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não tendo havido senador inscrito para discutir, a Comissão aprova o relatório. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição do SCD nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4° do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS n° 44, de 2012, para § 5°. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1-** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2-** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3-** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4-** Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª Reunião em 2014. **6-** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 - Terminativo - EMENTA:** Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, da Emenda nº 2 (apresentada pela Senadora Ana Amélia) e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. **2-** A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **3**- Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. **4**- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013 – Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS n° 462, de 2013, com duas emendas que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** Na 9ª Reunião da CRA realizada em 03/04/2014, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, § 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. **3**- A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, não tendo havido manifestação dos Senhores Senadores decorrente do pedido de vista do processo solicitado na reunião anterior, a Comissão aprova o relatório do Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nº 1-CRA e 2-CRA. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2013 – Não Terminativo - EMENTA:** Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para dispor sobre o fornecimento de alimentação aos trabalhadores rurais, no local de trabalho, sem desconto salarial e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 324, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** Em 16/04/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou novo relatório que conclui pela

rejeição do Projeto. **3**- A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia e de os Senadores Eduardo Suplicy e Ana Amélia usarem da palavra para discutir, a Comissão aprova o relatório. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição do PLS nº 324, de 2013. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o regime de uso da área de Reserva Legal dos imóveis rurais situados no ecossistema do Lavrado. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria**: Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 78, de 2014. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Waldemir Moka. **EXTRAPAUTA: ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, de 2014 -** Requer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal a realização de Ciclo de Palestras e Debates, na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, durante a 3ª edição da Feira de Inovação e Tecnologia - Rondônia Rural Show, no dia 23/05/2014, às 14 horas (horário de Brasília), para avaliar as metas e resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal) e das políticas públicas de crédito rural, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (SEAGRI); EMATER-RO; Banco do Brasil; Banco da Amazônia. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2014 -** Requer, em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 7, de 2014 - CRA, de minha autoria, aprovado em 13/3/2014, que seja realizado Ciclo de Palestras e Debates, bem como a inclusão da Defesa Civil do Estado de Rondônia, e do município de Porto Velho, além do DNIT. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz usa da palavra. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. A Senadora Ana Amélia fala da necessidade urgente de se tratar das questões de prevenção, não somente emergência, em razão da enchente do Rio Madeira e se manifesta sobre a informação de que o BNDES estaria examinando um acerto de governos para financiar com alguns milhões de dólares um porto no Uruguai, e se manifesta ainda acerca da informação trazida pelo Deputado Frederico Antunes, de que a Aneel autorizou o reajuste, a ser pago a partir de maio, de 30% da energia para a indústria e de 28% para os demais consumidores. O Senador Flexa Ribeiro presta solidariedade à população do Acre e de Rondônia, em razão da enchente do Rio Madeira; parabeniza a Senadora Ana Amélia pelas considerações acerca da informação de financiamento pelo BNDES de porto no Uruguai; além de se manifestar sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 119, de 2013, que trata do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil. O Senador Cyro Miranda parabeniza a Ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber, pela decisão, ainda parcial, de acolher o pedido de liminar da oposição para que seja instalada a CPI somente da Petrobras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente Da CRA.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Peço licença aos nobres colegas para fazer uma leitura básica de alguns problemas do nosso Estado de Rondônia. Os senhores podem nos acompanhar e também preparar a nossa reunião.

A construção de armazéns públicos para estocagem da produção agrícola do País é uma reivindicação antiga dos produtores brasileiros. A medida também é vista como uma ferramenta de equilíbrio na formação do preço dos grãos e outros produtos agrícolas na entressafra, o que é bom para o mercado e para a economia do nosso País.

Já abordamos esse assunto diversas vezes aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e ontem a Bancada Federal de Rondônia, juntamente com o Secretário de Agricultura do nosso Estado, se reuniu com o Ministro da Agricultura Neri Geller, para tratar da construção de armazéns em Rondônia e para encaminhar uma solução para a normatização da venda de polpa de fruta em nosso Estado e em todo o Brasil, o que já tinha sido discutido pela manhã com os diretores da Conab.

Com relação à construção de armazéns, ficou assegurada a construção de um armazém para grãos, em especial para armazenar a produção de milho no Município de Cerejeiras. O Ministro assumiu o compromisso

com a Bancada Federal de Rondônia e com o Governo do Estado de Rondônia, de iniciar a construção do armazém ainda neste ano.

O terreno para construção já está regularizado, já que foi repassado do Estado para a União, e a documentação, em fase cartorial final, sendo que o Ministro deve assinar a escritura nos próximos dias. O MAPA e a Conab também já estão trabalhando na adequação do projeto do armazém, e a expectativa agora é de que, em breve, possa ser lançado o edital para contratação da obra. Enquanto aguardamos a construção desse armazém, os produtores de milho de Rondônia continuam mais vulneráveis às variações no preço do seu produto. Para equilibrar essa situação e beneficiar tanto os produtores de milho como os criadores de aves e suínos, a Conab já fez a aquisição de 3 mil toneladas de milho, e o Ministro da Agricultura se comprometeu ontem a agilizar o transporte desse produto para Rondônia. Esse milho será distribuído para o Cone Sul, a região central de Rondônia e para Porto Velho, em partes iguais, de mil toneladas para cada região, e vai favorecer os criadores de aves, de suínos e também os produtores de peixe, que usam o produto na formação da ração animal. A medida, como já disse, também vai regular o preço do produto do Estado.

Hoje, o milho está sendo comercializado a R$37,00 a saca, e a Conab disponibilizará esse mesmo produto a aproximadamente R$17,00 a saca para os produtores de suínos, aves e peixes de Rondônia. No entanto, temos de tomar cuidado com essa medida, pois os produtores do nosso Estado precisam desses produtos com urgência, para ontem, e isso porque já faz quase dois meses que os produtores estão pagando um preço alto pelo milho, o que inviabiliza principalmente a suinocultura e a avicultura no Estado. Em Colorado do Oeste, por exemplo, onde temos o principal polo de produção de suínos de Rondônia, os produtores estão querendo vender suas matrizes e paralisar a produção. Por isso, essa providência da disponibilização de milho tem de ser imediata, porque logo começará a colheita da nova safra, e o milho da Conab, se atrasar muito, vai competir com o milho local.

No entanto, para que essa situação não se repita, que a Conab não precise todo ano comprar milho para distribuir em Rondônia, que é um grande produtor de milho, é importante a construção de armazéns não só no Cone Sul, mas em outros pontos estratégicos do Estado. Hoje, nossa produção é praticamente toda exportada para outros Estados, e precisamos adquirir depois a preços mais altos. Isso não pode continuar, e a construção dos armazéns deve auxiliar na solução desse problema. O mesmo ocorre com o café, o arroz e a soja, de maneira diferente, evidentemente, mas também precisamos de mais armazéns para estocar esses produtos.

Outro assunto tratado com o Ministro foi o encaminhamento da solução de curto prazo para comercialização de polpas de frutas pelos produtores agrícolas da agricultura familiar de Rondônia.

Uma normativa baixada em novembro de 2013 pelo Ministério da Agricultura tem impedido que esse tipo de produto seja comercializado junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Essa medida prejudicou pelo menos 580 famílias de produtores rurais, que forneciam polpa de fruta para as escolas e para o PAA, além de cerca de 70 mil alunos da rede pública de Rondônia, que ficaram sem esse alimento. Ou seja, os agricultores, produtores e extrativistas de açaí, cupuaçu, graviola, abacaxi, maracujá, acerola, que são pequenos produtores da agricultura familiar, de uma hora para outra, ficaram sem ter para quem vender o seu produto, e isso gerava uma renda auxiliar para a família, um dinheiro a mais. Por outro lado, os alunos ficaram sem alimentação saudável produzida localmente e, portanto, com custo reduzido de frete.

Para resolver essa situação, os diretores da Conab e do Ministério da Agricultura se comprometeram em fazer uma modificação no manual de operação da Conab, relacionado ao PAA e ao PNAE, mudando a nomenclatura da polpa da fruta para matéria-prima. Essa será uma medida de curto prazo para o escoamento da polpa de fruta produzida pela agricultura familiar, o que é um importante complemento de renda para muitos agricultores que fornecem o alimento nutritivo e saudável para as escolas.

Nas últimas reuniões que fizemos, nos Municípios, esse foi um tema recorrente com relação à comercialização da polpa de fruta para as escolas. Os agricultores fizeram os investimentos para poder industrializar a fruta e estavam sem poder fazê-lo. Dessa forma, ficou resolvido, para que possamos ver os nossos agricultores comercializando para as escolas, e os alunos terem esse importante benefício.

Iniciando os nossos trabalhos,...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, tendo em vista a necessidade de me ausentar, gostaria de pedir permissão aos meus prezados colegas Ana Amélia e Moka para ver a possibilidade de V. Exª levar ao conhecimento do Plenário a inversão da pauta, porque há um projeto de que sou Relator, que já foi lido, houve pedido de vista, mas me parece que não houve manifestação alguma por parte dos Senadores que pediram vista.

Então, eu gostaria que V. Exª fizesse essa proposição. Se possível, queria aprovar logo este projeto, pois se trata de matéria da maior relevância para o setor sucroalcooleiro do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Consulto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Para o Presidente, nem se discute, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Consulto o Plenário se é possível fazermos a inversão de pauta, a pedido de nosso Presidente Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Com a concordância dos demais Senadores, vamos ao item 4, na inversão.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da Sudene dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Na 9ª Reunião da CRA realizada em 03/04/2014, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, § 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

3- A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Vou fazer algumas considerações rápidas.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, inicialmente eu gostaria de agradecer à eminente Senadora Ana Amélia e ao Senador Moka pela sensibilidade de permitir a inversão de pauta.

Sr. Presidente, essa matéria é muito relevante para o meu Estado. Aliás, não para o meu Estado, mas particularmente para os Estados onde há abrangência da Sudene.

O Governo, recentemente, em encaminhamento que fez a esta Casa através de medida provisória, forneceu incentivos para aqueles que são plantadores de cana na região abrangida pela Sudene, e para o etanol. Para que possamos ter uma ideia, o Governo, ao longo desses últimos anos, destes últimos dois anos mais precisamente, estabeleceu uma política de incentivos para o setor industrial, particularizando a indústria automobilística de São Paulo, a que lá está instalada mais precisamente.

Há um setor industrial deste País que passa por uma dificuldade enorme, que é o setor sucroalcooleiro. Cada dia, a coisa fica mais difícil, particularmente para aqueles que estão na abrangência da Sudene, incluindo o norte de Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo.

O Senador Aécio Neves propôs um projeto para levar os incentivos também para esses dois Estados, que, em um primeiro momento, não foram atendidos. Então, propus uma emenda para que os mesmos benefícios possam ser atingidos para a safra 2011/2012, o que não está previsto na medida provisória aprovada por esta Casa e já transformada em lei.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, vou citar apenas um exemplo: no meu pequeno Estado de Alagoas, o Governo Teotônio Vilela, atual Governador, levou para aquele Estados aproximadamente cem indústrias de médio e grande porte. Essas indústrias geraram cerca de oito mil empregos. O setor sucroalcooleiro do meu Estado e do Nordeste brasileiro passa por um processo de declínio, de dificuldades, com as suas indústrias sendo fechadas. Para se ter uma ideia, apenas três indústrias, três usinas que fecharam no meu Estado proporcionavam, quando funcionavam, cerca de 12 mil empregos. Não sei como é que se dá incentivo para outro setor industrial e se esquece deste, que é um dos maiores empregadores, principalmente empregador de mão de obra não muito qualificada.

Por essas razões, apresentamos essa emenda e esse relatório para apreciação desta Comissão, para que possamos, com isso, fazer com que a Presidenta Dilma tenha a sensibilidade de não apor veto a esse projeto, porque ele é da maior importância para atender o setor sucroalcooleiro da região abrangida pela Sudene.

Por isso, Sr. Presidente, tecendo essas considerações, encerro minhas manifestações, considerando que o relatório já foi lido na sessão anterior desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Em votação o relatório. (*Pausa*.)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 da CRA.

A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2012

– Não terminativo –

Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do SCD nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4° do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS n° 44, de 2012, para § 5°.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente; caro colega Moka; meu Presidente Benedito de Lira. E cumprimento também o Senador Benedito pela relatoria aprovada dessa matéria importante, especialmente para a Região Nordeste e para toda a região sucroalcooleira.

O PLS nº 44, de 2012, do Senador Paulo Bauer, é extremamente relevante.

Ao apreciar o PLS, autuado naquela Casa como Projeto de Lei (PL) nº 4.284, de 2012, a Câmara dos Deputados promoveu as seguintes alterações:

No art. 1º, excluiu o benefício do art. 25 da Lei nº 8.742, de 1993, do rol de benefícios a serem pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar e substitui a expressão "benefício monetário" contida no texto original pela expressão "benefício".

No art. 2º, ajustou a numeração do parágrafo a ser incluído no art. 13 da Lei nº 12.512, de 2011, para fazer constar o número ordinal "5º", pois o quarto ordinal foi utilizado por parágrafo incluído pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013. Ademais, alterou a redação da proposição para que, no *caput* do art. 13 da Lei nº 12.512, de 2011, a expressão do valor monetário constante do texto fosse registrada apenas por extenso, sem os respectivos algarismos.

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde me parece que será terminativa. Aqui está o nosso Presidente confirmando.

Análise.

O inciso IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CRA a competência para opinar sobre proposições que tratem de agricultura familiar e segurança alimentar.

No caso do SCD ao PLS nº 44, de 2012, conforme disposto no art. 287 do RISF, substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas, observada a correspondência dos artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens em relação ao projeto emendado.

Cabe destacar, inicialmente, que o texto do PLS encaminhado à Câmara dos Deputados previa em seu art. 1º a inclusão do art. 40-A na Lei nº 8.742, de 1993, para estabelecer que os benefícios monetários decorrentes do disposto nos arts. 22, 24-C e 25 daquela Lei fossem pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando cabível.

O art. 2º do PLS inclui o § 3º no art. 5º e o § 4º no art. 13 da Lei nº 12.512, de 2011, para que os recursos financeiros previstos nos respectivos artigos fossem pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando cabível.

O SCD, ao excluir da proposição o art. 25 da Lei nº 8.742, de 1993, considerou que "*os projetos de enfrentamento da pobreza não se caracterizam como benefícios socioassistenciais na modalidade transferência de renda*

e, portanto, não visam ao repasse direto de recursos financeiros aos grupos populacionais em situação de pobreza, mas integram proteção social básica do governo".

É fato não haver previsão de repasse direto de recursos financeiros por meio dos projetos de enfrentamento da pobreza, a serem executados pelo Distrito Federal e Municípios, inclusive em parceria com as organizações da sociedade civil, conforme dispõem os arts. 14, III, e 15, III, da Lei nº 8.742, 1993.

Todavia, devido ao fato de não haver qualquer vedação expressa à realização de repasses financeiros aos beneficiários no âmbito desses projetos, torna-se relevante a manutenção da previsão de preferência para o pagamento de benefícios decorrentes do art. 25 preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando aplicável.

Além disso, a utilização da expressão "quando cabível" é suficiente para esclarecer que o texto legal admite hipóteses de inaplicabilidade do instituto.

Quanto à substituição da expressão "benefício monetário" pela expressão "benefício", a alteração reforça a finalidade da proposição, ampliando sua efetividade ao incluir qualquer espécie de benefícios.

Todavia, no que se refere ao art. 1º do PLS, embora não haja óbice quanto à substituição da expressão "benefício monetário" pela expressão "benefício", a supressão da previsão de preferência de pagamento à mulher dos benefícios decorrentes do art. 25 da Lei nº 8.742, de 1993, limita de forma significativa o alcance potencial da proposição, pois exclui da previsão os projetos de enfrentamento da pobreza e todos os benefícios que possam decorrer de tais projetos.

Quanto ao art. 2º do PLS, o ajuste da numeração de § 4º para § 5º, a ser incluído no art. 13 da Lei nº 12.512, de 2011, é pertinente e não traz qualquer modificação de natureza material ao texto. De fato, a medida se faz necessária porque a Lei nº 12.844, de 2013, já inclui § 4º na Lei nº 12.512, de 2011.

Já no que concerne à alteração da redação do valor monetário grafado no *caput* do art. 13 da Lei nº 12.512, de 2011, sob o argumento de adequação à técnica legislativa preconizada pelo art. 11, II, "f" da Lei Complementar nº 95, de 1998, constata-se que não resulta melhor opção. Primeiramente porque a redação original do PLS não viola o preceito da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois conta com o registro do valor grafado por extenso após os algarismos. Além disso, a alteração proposta pelo SCD rompe com o padrão de escrita utilizado para a expressão de valores monetários na própria Lei nº 12.512, de 2011, de forma a poder prejudicar a compreensão do leitor.

Voto.

Pelo exposto, voto pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4º do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS nº 44, de 2012, para § 5º.

Este é o meu voto, Sr. Presidente, lembrando também aos colegas Senadores que esta matéria não é terminativa aqui.

Penso, como Senadora e mulher, que é extremamente prudente essa iniciativa do Senador Paulo Bauer. E nós temos, hoje, a consciência de que as mulheres têm um cuidado muito grande, no recebimento dos benefícios, com a aplicação desse dinheiro. Não que os homens não o façam também, mas a mulher tem o zelo de aplicar aquele benefício para os filhos, para a casa; e ela tem um controle mais rigoroso em relação a esse benefício.

Acho justo que se dê preferência à mulher, já que até na documentação da reforma agrária, no caso da designação, também as mulheres estão tendo um tratamento diferenciado por serem titulares do recebimento da própria terra. Então, parece-me bastante lógico que nesse caso também a iniciativa do Senador Paulo Bauer seja procedente, lembrando novamente que aqui não é terminativo, mas será na CAS, onde o debate poderá ser ampliado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu brilhante relatório.

De fato, é uma matéria importantíssima para o nosso País. Ela é proveniente realmente de uma ação muito importante do Senador Paulo Bauer, como muito bem explicou V. Exª pelo seu relatório.

A Relatora, Senadora Ana Amélia, concluiu pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4º do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS nº 44, de 2012, para § 5º.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a renumeração do § 4º do art. 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do art. 2º do PLS nº 44, de 2012, para § 5º.

O projeto será posteriormente apreciado pela CAS em decisão terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2013
– Não terminativo –

Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para dispor sobre o fornecimento de alimentação aos trabalhadores rurais, no local de trabalho, sem desconto salarial e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela rejeição do PLS nº 324, de 2013.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, gostaria de lembrar que já examinamos esse projeto aqui. Tentamos fazer um ajuste, o Senador Blairo Maggi até deu uma contribuição, pela experiência que tem como empregador rural, e nós buscamos alternativas, com a Consultoria Legislativa do Senado, por meio de um trabalho bastante exaustivo. Mas todas elas, de qualquer modo, esbarravam numa questão, a questão da isonomia entre trabalhadores rurais e urbanos, a despeito do grande alcance ou do interesse social da Senadora Ana Rita, conhecida pelo seu envolvimento com os movimentos sociais.

Nós, legisladores, aqui temos de ter o cuidado de trabalhar não só com o coração, mas também com a razão, e a lei é a razão. Por isso, mesmo reconhecendo a iniciativa louvável da Senadora Ana Rita, é preciso, do ponto de vista da lei, fazer o ajuste necessário. E eu queria agradecer a Consultoria Legislativa do Senado, que foi também extremamente colaborativa nesse processo.

No caso, o projeto de lei propõe alterações à Lei nº 5.889, de 1973. A Senadora estaria estabelecendo normas reguladoras do trabalho rural:

a) explicitação da obrigatoriedade de fornecimento de comida sadia e farta aos empregados que residirem ou se encontrarem no estabelecimento rural e que não estiverem, no empreendimento rural, com sua família, residindo em habitação individual;

b) garantia ao direito à alimentação, sem que tal medida gere encargos trabalhistas e previdenciários; e

c) revogação da norma que permite desconto da alimentação fornecida aos trabalhadores rurais até o limite de 25% do salário mínimo e considerando os preços vigentes na região.

A possibilidade de exploração do trabalhador rural com eventual cobrança abusiva, a inexistência de... Isso pode até se caracterizar como trabalho escravo em alguns conceitos, porque não houve a regulamentação clara sobre essa matéria. Ela está dentro de outro tratamento da lei trabalhista. Continuando, a inexistência de escolha de cardápio por parte do trabalhador que se submete à alimentação fornecida, a falta de acesso à concorrência no fornecimento, inexistência de possibilidade de aquisição em outro local ou mesmo de trazer o alimento de casa, já que o meio rural guarda essa característica, e, sobretudo, a possibilidade de o trabalhador ser submetido à situação em que não perceba nem o salário mínimo constitucional, por ser obrigado a se alimentar no local de trabalho, nos leva a crer que a proposição ora em análise guarda grande mérito. Mas, como eu disse, por exemplo, quando o trabalhador rural é tratado sem as condições que respeitam seus direitos humanos e trabalhistas, há legislação para isso e a fiscalização é rigorosa em relação a essa matéria.

Os direitos humanos desses trabalhadores rurais são respeitados pela maioria dos produtores rurais – a gente precisa reconhecer isso também –, que têm em seus empregados verdadeiros colaboradores, quando não verdadeira extensão de suas próprias famílias. E falo de um Estado como o meu, Rio Grande do Sul.

Mas a possibilidade de desrespeito aos direitos fundamentais dessa classe tão importante de trabalhadores não pode sequer ser aceita ou cogitada. Por isso fiz menção à questão do trabalho escravo.

No entanto, a eventual aprovação do PLS, indubitavelmente levaria à modificação do conceito de salário, atualmente disposto no art. 7º, IV, da Carta Constitucional, nos arts. 81, 82 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e art. 9º da Lei nº 5.889, de 1973.

Detalhando a questão, o conceito de salário mínimo, tanto pela interpretação constitucional quanto pela CLT, é uma equação matemática, em que o salário mínimo é a soma das despesas com alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Além disso, o art. 458 da CLT definiu como salário o valor recebido em dinheiro, acrescido de alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado, desde que não seja indispensável para o trabalho. Acrescente-se o fato de a lei do trabalho rural não dispor sobre o conceito de salário, pois apenas regula a forma que o pagamento pode ser feito.

Conclui-se, portanto, que o intuito primário da lei do trabalhador rural é utilizar a mesma equação, prevista nas normas supramencionadas, para composição de salário. Ressalta-se, ainda, que o art. 7º, *caput*, da Constituição Federal, iguala os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais quanto aos direitos básicos, incluindo, evidentemente, o salário.

A inteligência utilizada à época deve ser mantida, pois respeita o princípio constitucional, referido no início da minha apresentação, da isonomia, ao tratar o conceito de salário de todos trabalhadores, urbanos ou rurais, de igual maneira. É uma forma de justiça. E, dessa maneira, a parcela referente à alimentação corresponde a 25% do salário (art. 9º, alínea "b", da Lei nº 5.889, de 1973), que pode ser paga com alimentação sadia e farta, desde que atendidos os preços vigentes na região onde é exercido o trabalho.

Portanto, em que pese a importante iniciativa social da Senadora Ana Rita, a proposição não merece prosseguir, porque a alimentação farta e sadia, que já é concedida pelos produtores rurais e, também, porque a modificação proposta fere o art. 7º, IV, da CF, o princípio constitucional da isonomia.

Assim, opinamos pela rejeição do PLS nº 324, de 2013.

Este é o voto, caro Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo brilhante relatório. É evidente que temos que ter o máximo cuidado e atenção aos nossos agricultores, mas, como V. Exª bem colocou, temos que seguir a lei e não deixarmos que a emoção esteja à frente da razão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Até a nossa Carta Magna define...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – ... os parâmetros da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então, volto a elogiar a iniciativa da Senadora, que tem esta preocupação, mas temos que trabalhar aqui, também, com a razão e com a lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Os cumprimentos pela clareza do seu relatório.

Em discussão.

Não havendo quem queira...

Para discutir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, acho que é louvável o propósito da Senadora Ana Rita de procurar assegurar uma alimentação farta e sadia aos produtores rurais e aos trabalhadores no campo. Avalio, entretanto, que a análise feita pela Senadora Ana Amélia, que leva em conta os propósitos de igualdade de tratamento dos trabalhadores em geral, urbanos e rurais, coloca observações que são relevantes e, acredito, válidas.

Quero, aqui, ressaltar, e avalio como muito importante, que venhamos a garantir a toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, o que inclui os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos e todo e qualquer brasileiro e brasileira, inclusive os estrangeiros residentes no País, que todos venhamos a ter uma renda básica como um direito à cidadania. Isto já é lei, falta que tenhamos a disposição de, efetivamente, torná-la uma realidade. Quando isso se tornar uma realidade, a preocupação da Senadora Ana Rita – e, acredito, da própria Senadora Ana Amélia – estará aqui sendo bem correspondida.

Quero, aqui, registrar, mais uma vez: formulei, no início do ano, uma proposta à Presidenta Dilma Rousseff, pela qual ela pode constituir um grupo de trabalho para estudar as etapas, mesmo que em médio e longo prazo, para o dia em que pudermos tornar realidade a renda básica de cidadania.

Ainda ontem, tive um diálogo de aproximadamente 45 minutos com o Ministro Aloizio Mercadante e a Ministra Tereza Campello, da Casa Civil e do Desenvolvimento Social, respectivamente, a respeito dessa minha proposta de constituir esse grupo de trabalho. Apresentei cerca de 70 nomes. Ambos têm uma preocupação no sentido de que o primeiro passo é o de aperfeiçoarmos o programa Bolsa Família, que tão bons resultados

tem tido e que, inclusive, tem o reconhecimento internacional. Muitos outros países estão seguindo o exemplo brasileiro. Mas não seria tão fácil nós, em curto prazo, instituirmos o que está previsto nessa lei.

Mas avalio como muito importante que os Ministros da área governamental estudem bem essa proposta e que a Presidenta Dilma, depois de bem analisá-la, possa, de fato, constituir esse Grupo de Trabalho. Ao explicitar o dia em que puder haver no Brasil essa renda básica incondicional como um direito à cidadania, atenderá, inclusive, aos propósitos da Senadora Ana Rita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo!

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, Relatora desse processo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Como Relatora, eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador Suplicy pela iniciativa. Ele tem o nosso apoio. Acredito que tenha o apoio de toda a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com certeza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esta Comissão trata também das questões sociais relacionadas à alimentação.

Então, cumprimento o Senador Suplicy.

V. Exª, no projeto da renda mínima, da renda básica, tem buscado assegurar aos brasileiros a igualdade, a isonomia que queremos do ponto de vista social, independentemente de cor, de raça, de todos os aspectos. Então, eu queria agradecer-lhe pela sua valiosa manifestação.

Como eu disse, é extremamente importante do ponto de vista social a iniciativa da Senadora Ana Rita. Nós não desconhecemos isso. Eu até tive dificuldade e fiz um esforço para tentar ajustar isso, mas, de fato, sempre esbarrava na questão constitucional da isonomia. Então, por isso, somos pela rejeição.

Agradeço ao Senador Suplicy, que foi extremamente lógico, demonstrando também uma preocupação social ao fazer essa proposta do Grupo de Trabalho ao Governo.

Então, eu queria apenas agradecer ao Senador Suplicy pela manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir parecer da CRA pela rejeição da matéria.

A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa.

Com relação ao item anterior, ao substitutivo da Câmara, esse projeto será encaminhado à CAS e por ela apreciado, mas não em regime terminativo. Digo isso só para atender aos nossos universitários aqui.

Os itens 2 e 3 são terminativos. Como não há quórum aqui, passo à extrapauta, à leitura de um requerimento.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2014

Requer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal a realização de Ciclo de Palestras e Debates, na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, durante a 3ª edição da Feira de Inovação e Tecnologia - Rondônia Rural Show, no dia 23/05/2014, às 14 horas (horário de Brasília), para avaliar as metas e resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal) e das políticas públicas de crédito rural, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (SEAGRI); EMATER-RO; Banco do Brasil; Banco da Amazônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o regime de uso da área de Reserva Legal dos imóveis rurais situados no ecossistema do Lavrado.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu recebi ontem um pedido do autor, o Senador Romero, para que fizéssemos algumas alterações, que, inicialmente, pareciam simples. Mas a Consultoria do Senado aconselhou-me a retirar o projeto a fim de que fizéssemos uma análise, já que, na verdade, a substituição vai implicar um novo conceito. E eu acho que não há prejuízo. Na próxima reunião ordinária, com a análise feita pela Consultoria do Senado, eu volto a apresentar o relatório, com as modificações, quero frisar, sugeridas pelo próprio autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Então, retirado de pauta o item 6.

Uma pergunta, Senador Moka: com relação ao Cerrado, ele é específico ao Estado de Roraima ou é extensivo a todos os Cerrados brasileiros?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, trata-se de retirar o termo. É Lavrado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Lavrado, não é Cerrado. Desculpe.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Trata-se de um ecossistema de savanas, que implicaria num conceito nacional. Essa é a discussão. Em função disso e pela responsabilidade que temos aqui, preferi retirar e analisar melhor a matéria, porque pode trazer uma discussão, haver uma interpretação, e não é o que o Senador Romero Jucá deseja. Parece-me que, especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É localizado, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É localizado, é o que eles chamam de Lavrado. Há uma semelhança com o nosso Cerrado, no Centro-Oeste. Eu sei que, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, o Cerrado, pelo menos a meu juízo, é absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – São coisas diferentes. O Lavrado, eu conheço, é específico do Estado de Roraima, é específico daquela região. Eu desconheço que haja outro tipo de Lavrado ou que haja Lavrado em outro Estado ou região brasileira. Ele é específico do Estado de Roraima, assim como a Grande Savana, na Venezuela, que faz parte da nossa Amazônia. Ele é muito específico daquela região. V. Exª faz muito bem em ter todo o cuidado porque...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou tratar com muita responsabilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador.

Há outro requerimento, só para concluirmos os nossos trabalhos.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2014

Requer, em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 7, de 2014 - CRA, de minha autoria, aprovado em 13/3/2014, que seja realizado Ciclo de Palestras e Debates, bem como a inclusão da Defesa Civil do Estado de Rondônia, e do município de Porto Velho, além do DNIT.
Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Esse requerimento é para que possamos debater o pós-enchente que aconteceu em Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Nós adiamos – estava programado para o mês de abril –, pois ainda estava cheio o rio e a inundação acontecia. Agora o rio começou a baixar e está na hora de acontecer. Como, depois do feriado, que será na próxima quinta-feira, haverá o debate sobre o algodão, que é muito importante, requerimento

do Senador Moka, em conjunto com a CRE, do Senador Ricardo Ferraço, a fim de que não haja nenhum prejuízo para ambas as partes, faremos na sexta-feira, 9 de maio, às 14 horas, horário de Brasília. Chegou a hora de discutirmos o pós-enchente do Rio Madeira e as ações que os Estados e os Municípios estão adotando, assim como os ministérios, principalmente os Ministérios da Integração, da Agricultura e da Pesca, que são afins, no sentido de ajudar na reconstrução da área alagada do Estado de Rondônia.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado pelo apoio, Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Parabéns pela iniciativa, Presidente Acir Gurgacz.

De fato, penso que esse tema reporta a necessidade urgente de tratarmos das questões de prevenção. Nós só tratamos de emergência, e prevenção é fundamental. Essa enchente, eu diria que foi histórica, pois nunca antes na história deste País, ou da Região Norte, havia acontecido uma enchente desse tamanho e com consequências tão dramáticas. Estive no Acre, em Rio Branco, e fiquei impressionada. Nos postos de gasolina não havia mais combustível, nos supermercados não havia mais suprimentos, não havia água; a cidade não estava inundada, mas não havia acesso à capital do Acre por conta da enchente do Rio Madeira – é Madre de Dios do outro lado. Eu conheci um pouco a região e fiquei impressionada com aquilo. As pessoas exasperadas, uma situação de emergência. Então, a prevenção nesses aspectos é importante.

Eu só queria, antes de o Senador Flexa se manifestar, fazer um registro, Presidente.

Quando o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, esteve, entre outros, a meu requerimento na CAE, eu levantei a ele uma questão que preocupa muito administradores de terminais portuários do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que tem, eu diria, o terceiro maior porto marítimo do País, que é o Porto de Rio Grande, ou pelo menos um dos melhores. É, na verdade, um porto público dos eficientes. Acontece que a informação que temos é a de que o BNDES estaria examinando um acerto de governos para financiar com alguns milhões de dólares um porto em Rocha, com um calado de 20m, quando o de Rio Grande é de 14m. Portanto, nós já estaríamos perdendo cargas.

Para se ter uma ideia da importância desse Porto de Rio Grande, Senador Acir Gurgacz, alguma coisa ele tem de atrativo. Cargas de sojas de Tocantins, da cidade de Campos Lindos, vão sendo exportadas por Rio Grande: 3.635km de distância. Então, é de se imaginar que, se essa carga vai sair por Rio Grande, é porque algum atrativo o porto tem: a eficiência e o preço. Então, estou levantando esta questão aqui na Comissão porque é a logística de escoamento de safra. E das quase 500 mil toneladas de soja exportada, no primeiro trimestre deste ano, quase a metade veio de fora do Rio Grande do Sul: veio do Paraná – o seu Estado de origem, onde o senhor nasceu –, do Mato Grosso e de Tocantins.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mato Grosso também. Mato Grosso tem a alternativa norte, pela saída norte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É, o sul do Mato Grosso, evidentemente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É a 364, a famosa 364; sul do Mato Grosso.

Mas veja só, o Dr. Luciano Coutinho disse, naquele momento... E aí reporto-me à história do Porto de Mariel lá em Cuba, que nós financiamos com dinheiro nosso, da população brasileira, dinheiro público – dinheiro do BNDES é publico –; nós financiamos um porto em Cuba. Não interessa, pode ser para a África, pode ser para qualquer lugar, desde que igual quantia ou um pouco mais seja aplicada no Brasil, na infraestrutura, não só para questão do transporte marítimo, que é fundamental, com safras cada vez maiores, mas para todo o sistema exportador. Nós exportamos automóveis, máquinas agrícolas, tudo, pelo porto. Nós temos que melhorar. E nós vamos financiar quem vai concorrer conosco.

Eu acho que essa estratégia do Governo tem um nível de política externa muito bom, eu acho que é correta, agora, tem que olhar para dentro do nosso País, das nossas necessidades. Então, era o único ponto que eu queria apresentar.

O BNDES voltou a dar a mesma resposta de quando eu provoquei o Dr. Luciano Coutinho, que disse: "Não, o BNDES não recebeu nenhum pedido de financiamento para porto nenhum no Uruguai." Só que a informação na imprensa uruguaia e na imprensa do Brasil continua dando como certa a realização desse projeto com financiamento público brasileiro. Então, eu só chamo a atenção porque nós precisamos ter... O Porto de Santos, Senador Suplicy, o Porto de Paranaguá, do nosso Senador Requião...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Porto de Porto Velho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Porto Velho lá; o Porto de Itajaí; de São Francisco do Sul; o nosso de Rio Grande. Podendo também entrar no modal de transporte fluvial, aproveitando o que nós temos de estrutura que não está sendo usada – o caso do Pará também e de todos os Estados brasileiros.

Eu não discuto, até elogio, a política externa brasileira, do ponto de vista dessa inserção internacional, ajudar, ter uma política de cooperação; a Agência Brasileira de Cooperação é excelente, agora, nós não podemos fazer para os outros o que nós não fazemos aqui dentro. Acho que é até uma questão de justiça para quem produz e trabalha em nosso País. Esse é o meu ponto de vista e queria expressá-lo agora.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem!

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente Acir Gurgacz, primeiro, eu quero prestar a minha solidariedade ao povo do Acre e de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – ... pela lastimável enchente. A Senadora Ana Amélia tem razão, é preciso fazer a prevenção da catástrofe. Só que, neste caso, nenhuma prevenção poderia supor que o nível das águas chegasse à altura que chegou.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A nossa preocupação, se V. Exª me permite, é para com o futuro. Nós não sabemos se no ano que vem nós teremos uma enchente igual a essa, se daqui a cinco anos, ou daqui a dez anos. Nós temos que nos preparar daqui para frente. O passado, é evidente, não há como nós resolvermos, apenas avaliarmos para cuidarmos do futuro do nosso Estado, principalmente das cidades de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e na nossa capital de Porto Velho. É nesse aspecto que a gente quer trabalhar e tratar o preventivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É verdade. Eu tenho acompanhado as notícias e, pelo que se vê, a BR-364, no trecho que foi alagado, foi totalmente destruída, terá que ser feita uma nova. E imediatamente, porque está intransitável.

Então, a minha solidariedade aos povos do Acre e de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Antes de entrar no assunto que eu queria, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia. A Senadora Ana Amélia trouxe aqui, agora, uma informação que é da maior importância para o Brasil. A notícia é, segundo foi dito na audiência com o Dr. Luciano Coutinho, de que não há solicitação de empréstimo para financiamento de um porto no Uruguai, mas o que se vê na imprensa é que isso existe. Então, onde há fumaça, há fogo.

E, pelo que eu tenho lido, Senadora Ana Amélia, V. Exª tem toda razão, esse porto irá prejudicar os portos brasileiros. Além de ter o calado, ele vai servir de *hub* para todas as cargas que vão ali ser transferidas. Também não somos contra, como disse a Senadora, apoiar o financiamento externo, mas, antes, nós temos que cuidar primeiro do interno. O Brasil não está em condições; lamentavelmente, a economia do Brasil hoje vai passar e já está passando por dificuldades. Vimos na mídia de anteontem um quadro que é catastrófico. A taxa de juros está subindo, passou de 7,5% para 11% ao ano; a inflação está subindo, de 5,7% para 6,51%, já acima do teto previsto, quer dizer, a média é 4,5% e o Governo já não trabalha mais com a média de 4,5%, já trabalha com o teto. Ou seja, se chegar ao teto, está bom para ele, o que não é correto, tinha que trabalhar com os 4,5%. Está 6,51%.

Então, taxas de juros subindo, a inflação subindo e o PIB caindo. A previsão no início do ano do PIB para 2014 era 3,5% e já está agora em 1,63%. Isso traz algo que os técnicos, os economistas chamam de – inflação subindo, o PIB caindo e juros subindo – estagnação, ou seja...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Estagflação é o nome.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Estagflação, o que, para a economia, são sintomas de que a economia está doente, e o Governo não vê isso. E a melhor maneira de ajudar na economia é diminuir o gasto do Governo. E o Governo continua gastando numa campanha pré-eleitoral. O que se está vendo aí são gastos excessivos, vê-se, a cada momento, o aumento dos gastos em vez de o Governo parar para ter uma ação firme, se ainda houver tempo de corrigir esses erros.

O futuro presidente da República, seja ele quem for, e eu espero que seja o Senador Aécio Neves, terá um trabalho enorme para recolocar o Brasil no caminho do equilíbrio fiscal, financeiro e de desenvolvimento. Então, quero também apoiar aqui o aviso que a Senadora Ana Amélia traz a todo o Brasil sobre esses empréstimos brasileiros, como foram feitos em Cuba e, agora, pretende-se fazer no Uruguai e nos países africanos. Temos feito empréstimos e, depois, aprovamos aqui a extinção da dívida, a anistia das dívidas; já fizemos isso várias vezes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aliás, a propósito, Senador Flexa Ribeiro, o Senador Pedro Taques, muito atuante, do Partido do Senador Acir, o PDT, do Mato Grosso, fez um projeto muito interessante, que já está na CCJ, foi aprovado na CCJ, em que submete à apreciação do Senado os empréstimos externos concedidos pelo Brasil a outros países.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É muito importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Acho isso extremamente importante, porque, pelo menos, haverá um crivo de análise do Senado para essas questões. Acho que a iniciativa dele foi extremamente louvável sobre esses aspectos, porque alguns países são ditaduras de pessoas que estão no poder há muito tempo. E também, sob esse aspecto, acho que é importante. Menciono apenas isso, para reforçar esse argumento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Tem toda a razão, Senadora Ana Amélia. O Senador Suplicy está ao telefone e não escutou que V. Exª chamou de ditadura; ele acha que há democracia em Cuba ou na Venezuela. Não sei que nível de governo é aquele que não seja uma ditadura, e das mais duras! Estamos vendo, lamentavelmente, mortes quase que diariamente na Venezuela, quase que com uma convulsão social.

Mas é importante que possamos apreciar, no Senado Federal, esses empréstimos aos países irmãos, como fazemos quando é para anistiar. Para anistiar, temos que passar por aqui, para que seja anistiado.

Mas o ponto que queria mencionar, Senador Acir Gurgacz, é que relatei ontem e aprovamos na CCJ o PLC nº 119, de 2013, que trata do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil. Ora vejam, apresentei em 2005 – em 2005! – o PLS nº 110, que é exatamente esse projeto que o Executivo mandou para o Congresso, que permitia, Senadora Ana Amélia, a utilização das áreas já alteradas para o plantio da palma e a possibilidade, nessas áreas, de esse plantio servir para reserva florestal. Aprovamos com dificuldade, o Governo estava contra o projeto, no Senado aprovamos com dificuldade, foi para a Câmara, lá foi arquivado, o Governo consegui arquivar.

Agora, o Governo apresenta o mesmo projeto, e quero até louvar isso, não é a questão da paternidade, porque o projeto é importante. Só lamento que o Governo tenha perdido anos para chegar à conclusão de que para o desenvolvimento e para o agronegócio é importante. O Brasil pode ser, em médio e longo prazo, o maior produtor de óleo de palma do mundo – do mundo!

Hoje, é a Malásia, que tem 2,5 milhões hectares plantados, porque tem o ecossistema propício para o plantio da palma. Mas, só na Amazônia, temos 8 milhões de hectares alterados, propícios ao plantio da palma. Num raio de 100km de Belém, temos 2 milhões de hectares, e temos, hoje, depois de um esforço muito grande, plantados em torno de 100 mil hectares, chegando a 200 mil hectares – junto ao que há na Malásia, 2,5 milhões, podemos ultrapassá-la.

E o óleo de palma é o petróleo verde – é o petróleo verde! Ele é utilizado não só para biocombustível. A Petrobras está fazendo um projeto, no Pará, de agricultura familiar para a utilização do óleo de palma como biocombustível e como óleos comestíveis, margarina, oleoquímica e também cosméticos.

Então, fico feliz que tenhamos, ontem, aprovado o PLC nº 119, e o importante é que ele vai vir para cá, para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E já foi distribuído para o Senador Jayme Campos como relator. Já está aqui. Já está com o Senador Jayme Campos a relatoria, para que possamos apreciar com urgência. É um projeto importantíssimo para o País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Então, eu iria pedir a V. Exª exatamente isto, que desse agilidade na distribuição. Vamos falar com o Senador Jayme para que ele possa trazer o relatório, porque, em seguida, vai terminativamente à Comissão de Meio Ambiente. Vamos ver se conseguimos aprovar, porque não terá o veto presidencial, porque é de autoria do Executivo esse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, serei bem rápida. Queria dizer ao Senador Flexa que, aliás, a coisa virou uma cultura do Governo se apropriar de iniciativas do Legislativo, não só da Oposição, vejo iniciativas de governistas, muito importantes, que acabam sendo rejeitadas e, em seguida, o Governo toma a iniciativa de fazer o mesmo projeto. Aí se vê porque a relação hoje entre os Poderes não é fluida, tranquila.

Mas trago aqui, Presidente, uma apreensão que me foi transmitida neste momento por telefone, pelo Deputado Frederico Antunes, que está na liderança de uma CPI sobre a energia elétrica. Ele me informa que a Aneel autorizou o reajuste, a ser pago a partir de maio, de 30% – de 30%! – da energia para a indústria e de 28% para os demais consumidores. A ser pago em maio. Queria chamar atenção, porque há uma grande preocupação de todos os agentes produtivos de meu Estado, o que é natural. Neste momento estão sendo processados a soja, o arroz, e a indústria dessas áreas, não só a agroindústria já está pagan-

do esse preço maior, Senador Flexa, Senador Cyro, mas o setor urbano, a indústria de transformação, em Caxias do Sul, por exemplo, na região sul do meu Estado. São 30% de reajuste na energia pagos a partir de maio! E 28%, a energia mais cara, autorizada pela Aneel a partir de maio também. Então, para todos os consumidores. Para uma das distribuidoras no Rio Grande do Sul. Isso vai ter um impacto também sobre a inflação, porque é um serviço, é um custo adicional para todo o setor. No dia 2 agora, em Alegrete, na fronteira oeste de nosso Estado, haverá um debate dentro da CPI da Energia para levar essa questão, com um convite, inclusive, para a Aneel estar presente. Então, realmente é uma tacada inesperada de um reajuste muito violento de 30% no custo da energia para o setor produtivo. A agroindústria já está, vejam só aves, suínos, arroz, milho, soja, que está no momento da colheita e da transformação. Realmente, é um impacto bastante preocupante sobre o ganho do setor produtivo. Aquilo que ele ia ganhar no preço, vai perder no custo da produção, que é o aumento de um insumo fundamental que é a energia. Aliás, esta Comissão fez uma boa audiência pública para mostrar o impacto disso e também o impacto negativo da falta de luz. Cada vez que falta luz, que há um apagão, o que acontece? Queima-se um gerador. De quem é o prejuízo? Até recuperar o prejuízo, ninguém paga. Então, fica por conta do consumidor esse gasto. Essa audiência que fizemos aqui mostrou claramente a fragilidade do sistema e também a fragilidade do produtor e do consumidor de energia elétrica.

Não poderia deixar de falar sobre isso, porque impacta... Imagino que para o resto do Brasil também essas alterações de reajuste serão concedidas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Aproveitando o tema abordado pela Senadora Ana Amélia, há expediente sobre a mesa que diz o seguinte.

Peço submeter ao Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a data de 6 de maio, terça-feira, às 17h30, como sugestão para a audiência com os Senadores membros da Comissão, em atendimento à solicitação constante do Ofício nº 40, de 2014, da CRA, para tratar, em especial, sobre a questão dos projetos das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e das cooperativas, reduzir o trato desigual às cooperativas de eletrificação rural, bem como a questão da relação do usuário com o fornecedor de energia.

Agradeço

Marta Lira Nascimento

Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia.

Para tratar também deste assunto, então, está marcado para 6 de maio, terça-feira, às 17h30, no Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada pela comunicação. Iremos lá. E agradecendo à Drª Marta, que tem sido sempre uma extremamente atenciosa assessora parlamentar do Ministro Edison Lobão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Presidente Acir Gurgacz, colegas, acho que é oportuno comentar um assunto até porque a nossa Comissão de Agricultura é ligada ao agronegócio e ao setor alcooleiro, e o setor alcooleiro nos lembra Petrobras. Ontem à noite a Ministra Weber deu sua decisão, se bem que ainda parcial, pois ainda vai ao plenário, dando a lógica, acolhendo o pedido de liminar da oposição para que seja instalada a CPI somente da Petrobras.

Quero aqui ressaltar e agradecer a Ministra, pois tenho certeza que será referendado no plenário, porque isso é o bom senso e está dentro de todos os preceitos do nosso Regimento Interno, e nós poderíamos ser poupados desse constrangimento se o Presidente estivesse já decidido dessa maneira. Foi uma pena, mas ele foi levado pela Base do Governo, se bem que eu acho que quem preside a Casa não pode ter o partidarismo, tem que ser isento, tem que ser uma pessoa... o Presidente é a luz sempre dos nossos estatutos. Mas a justiça fez mais uma vez justiça. E espero que em breve seja instalada, e esclarecida a população.

Não queremos de maneira nenhuma denegrir a imagem da Petrobras. Muito pelo contrário, vamos ajudar a reconstruí-la. É uma empresa extremamente – sempre foi – viável, sem sombra de dúvida, é só tirar essas ingerências, essas más e nefastas administrações que aí estão.

Então, queria fazer esse comunicado porque realmente tem tudo a ver agronegócio, setor alcooleiro e Petrobras.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas aduzir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, fico orgulhosa do registro por se tratar de uma decisão, mesmo em liminar, digamos, pessoal, monocrática, de uma mulher e de uma Ministra do Rio Grande do Sul, do meu Estado, Rosa Weber.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – A Senadora Ana Amélia sempre atenta aos detalhes. Não é à toa que ela será a próxima governadora do Rio Grande do Sul...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Menos, menos. Olha a lei eleitoral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – A gente pode fazer... dar informação...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas é uma pré-candidata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pré-candidata.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pré-candidata com uma chance grande de chegar a candidata e depois chegar ao seu caminho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pré-candidata com uma chance grande de chegar até lá. Eu espero que com o apoio do PSDB lá. Eu espero também que estejamos juntos lá.

Mas o assunto que a Senadora Ana Amélia trouxe aqui do aumento de energia que está acontecendo no Rio Grande do Sul vai acontecer no Brasil todo.

A Aneel libera esses aumentos por distribuidora, então vai acontecer como cascata. E o Governo festejou no ano passado a medida provisória que fez a negociação com as geradoras e distribuidoras para renovação mesmo dos contratos não vencidos, e isso foi alardeado como sendo um ato de benefício para a população para reduzir a tarifa de energia tanto domiciliar quanto da indústria. E o que nós vimos foi exatamente o efeito contrário: houve, sim, um ato, eu diria, de estelionato do Governo com relação à população sobre as tarifas de energia.

Então, vamos ver que as tarifas que estão sendo administradas pelo Governo no sentido de não liberá-las, tanto a de energia, que está sufocando a Eletrobras, quanto a de combustível, que coloca a Petrobras na situação em que se encontra, tudo isso é uma questão de controle indevido da economia e com fim eleitoral. Eu lamento, Senadora Ana Amélia, que haja taxas tão altas no Rio Grande do Sul e espero que o Brasil possa, como eu disse inicialmente, retomar o caminho do seu equilíbrio para voltar a se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Há, sobre a mesa, um convite que passo a ler, encaminhado ao nosso Presidente Benedito de Lira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senhor Senador,

Com satisfação convidamos V. Exª para a cerimônia de abertura da 21ª edição da AGRISHOW - Feira Internacional de Tecnologia Agricola em Ação, que acontecerá no dia 28 de abril de 2014, as 10h, na Rodovia Antonio Duarte Nogueira, km 321, em Ribeirão Preto, SP.

Realizada pelas entidades ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio, ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos, FAESP- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo e SRB - Sociedade Rural Brasileira, a Agrishow é uma das maiores e mais importantes feiras de agronegócios do mundo e ocupará, neste ano, 440 mil metros quadrados de área, com quase 800 expositores e espera receber cerca de 160 mil visitantes.

Se a agenda de Vossa Excelência não permitir a participação na solenidade de abertura, gostaríamos de contar com a sua honrosa visita em qualquer outra data, entre os dias 28 de abril a 02 de maio, quando gostaríamos de recebê-lo para percorrermos a feira.

[...]

Cordialmente,

Maurílio Biagi Filho

Presidente da Agrishow

O convite para essa feira é extensivo, evidentemente, aos demais Senadores.

Não temos mais assuntos a tratar.

Não havendo mais quem queira usar da palavra e não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Senador Flexa, Senador Suplicy, Senador Moka e Senador Ciro Nogueira, que participaram junto conosco.

Obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 40 minutos.*)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Antonio Carlos Rodrigues reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento n.º 10, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Anibal Diniz e Walter Pinheiro, que "Em aditamento aos Requerimentos aprovados de n°s. 06 e 07/2014, e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 29/04/2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700Mhz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Antonino Santos Guerra, General de Divisão, Ex Comandante do Centro de Combate a Guerra Eletrônica do Exército e atual Vice Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC." O Requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento n.º 09, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Walter Pinheiro, que "Em aditamento ao Requerimento nº 4, de 2014-CCT, de autoria do Senador Walter Pinheiro, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para debater os termos do PLC nº 59/2003, que dispõe sobre a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, solicito a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, entre os convidados." Durante a discursão foi incluído um representante da ABERT e um da ANCINE. O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação.

Comunicação e Informática

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de abril de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Item 1, de autoria do Senador Anibal Diniz.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Em aditamento aos Requerimentos aprovados de n°s 06 e 07, de 2014, e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 29/04/2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao Sr.Antonino Santos Guerra, General de Divisão, ex-Comandante do Centro de Combate a Guerra Eletrônica do Exército e atual Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC.

Autoria: Senador Anibal Diniz

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.
Item 2, também um requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Em aditamento ao Requerimento nº 4, de 2014, da CCT, de autoria do Senador Walter Pinheiro, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para debater os termos do PLC nº 59, de 2003, que dispõe sobre a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, solicito a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) entre os convidados.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu subscrevo.
O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.
O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Só para acrescentar, gostaria de incluir nesse requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg a Ancine e a Abert. Para as formalidades, eu gostaria que V. Exª pudesse incluí-las antes da votação.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Incluídos, então, os representantes da Ancine e da Abert.
O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Está encerrada esta reunião. Vamos, então, para a nossa segunda.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 39 minutos.*)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Antônio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 06/2014-CCT,** de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Cícero Lucena, **nº. 07/2014-CCT**, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Zeze Perrella, e **nº. 10/2014-CCT,** de autoria dos Senadores Anibal Diniz e Walter Pinheiro, que requerem a realização de audiência pública destinada a debater o tema "As consequências da colocação da banda de frequência em 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, e a elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom; Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – MiniCom; André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL; Ana Eliza Faria, Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET; e o Excelentíssimo Senhor Antonino Santos Guerra, General de Divisão do Exército Brasileiro. Apesar de ter sido formalmente convidado a compor a

mesa de palestrantes, o Ministério da Fazenda não encaminhou resposta ou indicação de sua participação. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data de 29 de abril de 2014.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

Anuncia esta Presidência que a CCT realizará, no próximo dia 6 de maio, terça-feira, audiência pública com a presença do Exmo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Clelio Campolina, onde serão debatidas agenda, prioridade e ações do MCTI para 2014. Nesta mesma oportunidade, antes da audiência pública, a Presidência tem a honra de anunciar que será realizada cerimônia de aposição da foto do Senador Eduardo Braga na Galeria de ex-Presidentes da CCT, função brilhantemente ocupada por ele nos anos de 2011 a 2014.

Convido todos para que compareçam a ambos os eventos.

A primeira parte da reunião terá início às 9h.

Informamos que o SindiTelebrasil encaminhou a esta Comissão e aos Srs. Senadores membros, convite para o lançamento da Agenda Legislativa 2014 daquela entidade.

O evento ocorrerá no dia 13 de maio, terá lugar no restaurante Dom Francisco, no setor de Clubes Esportivos Sul, a partir das 20h.

Iniciando os trabalhos de nossa reunião, informamos que esta audiência pública é realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 6, 7 e 10, de autoria dos Exmos Srs. Senadores Walter Pinheiro, Vital do Rêgo e Anibal Diniz, todos de 2014, aprovados por esta Comissão.

Destina-se a mesma a debater sobre as consequências da colocação da banda de frequência em 700MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, e elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração.

Temos a honra de convidar para composição da Mesa o Sr. Antonino dos Santos Guerra Neto, General de Divisão e Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicação do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro; a Srª Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; o Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel); a Srª Ana Eliza Faria, Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET).

Apesar de estar relacionado nos requerimentos aprovados por esta Comissão, mais especificamente no que foi apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, e ter sido regular e formalmente convidado o Ministério da Fazenda, não encaminharam a esta Comissão resposta ou indicação de sua participação.

Esclarecemos também que o Ministério das Comunicações, forte parceiro desta Comissão, solicitou à CCT que a sua representação se desse por dois de seus secretários, em virtude de o tema abranger as áreas de radiodifusão e telecomunicações. Temos a certeza de que isso irá contribuir ainda mais para o nosso debate.

Esta será a primeira dos ciclos de duas audiências públicas que faremos sobre o tema, com a próxima para o dia 15 de maio. Temos até o presente momento as seguintes confirmações: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) e o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

O assunto não é novo no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, pois já realizamos, no ano passado, outras duas audiências públicas sobre esse mesmo tema. Isso reforma o perfil da CCT como protagonista nos grandes debates relacionados às suas competências. E também há a iniciativa de sempre anteciparmos as discussões como forma de mais bem instruir o nosso Plenário, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Situação semelhante aconteceu há pouco com o Marco Civil da Internet, pois, quando o projeto ainda era foco de deliberações na Câmara dos Deputados, a CCT do Senado realizou outras audiências públicas sobre o tema, trazendo relevantes contribuições aos debates naquele momento. O Marco Civil, agora sancionado como a Lei Federal nº 12.965, de 2014, tomou o viés de constituição brasileira da internet e teve uma passagem de destaque pela CCT. O relatório foi aprovado na Comissão de mérito e foi também aprovado na íntegra quando da votação pelo Plenário do Senado Federal no último dia 22 de abril.

É nessa linha de atuação que, da mesma forma, antecipamos o debate sobre a licitação da faixa de 700MHz, que começou com as audiências já realizadas e que prossegue agora com uma nova rodada de reuniões, num processo mais amadurecido, já com algumas definições postas.

Alguns pontos merecem atenção, e esperamos que eles sejam abordados nos debates de hoje, tais como as notícias recentemente vinculadas dando conta de que o Governo optaria por privilegiar uma maior arrecadação no valor das outorgas, com a redução de exigências de qualidade e também dos investimentos; os pedidos feitos por algumas entidades, como a SindiTelebrasil, a Abert e o próprio Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, para o adiamento do processo das licitações; a evolução dos testes relacionados às possíveis interferências decorrentes da alteração na ocupação dessa faixa; o prazo para a migração da TV aberta para a TV digital; o atendimento às forças de segurança no loteamento dessa faixa.

Sobre esse último ponto, é importante destacarmos a participação do General Antonino dos Santos Guerra, que, a partir de suas brilhantes exposições, trouxe maior atenção sobre essa questão. Ainda sobre o General Antonino dos Santos Guerra, esta Presidência e a CCT parabenizam-no por sua recente e meritória promoção a General de Divisão Combatente e ao posto de Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicação do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército brasileiro.

Parabéns, General! Muito nos honra recebê-lo mais uma vez aqui, no Senado Federal, com suas ricas e fortes contribuições aos debates em torno do tema desta nossa audiência pública.

Por fim, além de tudo que já foi discutido, merece grande atenção também o lançamento da consulta pública pela Anatel sobre edital para a licitação da faixa dos 700MHz, que estará disponível a partir do próximo dia 2 de maio.

Com tudo isso, espera-se que os debates aqui, nesta Casa, sejam ricos e contributivos para todo o processo.

Ditas essas breves palavras, informa a Presidência que cada expositor terá o tempo de 15 minutos para fazer sua apresentação.

Iniciamos com a Srª Patrícia Ávila.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de V. Exª iniciar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu queria, Sr. Presidente, primeiro, registrar minha alegria com relação à posição do Ministério das Comunicações, demonstrando com essa atitude o grau de importância que o tema tem, demonstrando – e esta é a compreensão do Ministério das Comunicações – que essa é uma das ferramentas mais importantes para este período principalmente para nós que acabamos de aprovar aqui uma nova lei, meu caro Anibal. Essa ferramenta agora se reveste de uma importância muito grande, até para viabilizarmos parte expressiva daquilo que acabamos de aprovar no Senado da República, convencionado de Marco Civil, assim como também para tocar a política de universalização, cobertura e todo serviço que precisamos desenvolver neste País.

Portanto, minha alegria. Talvez eu até pudesse expressar aqui minha tristeza pela ausência de outros, mas, na vida, aprendi uma coisa muito interessante. Meu pai não era uma figura nem letrada em telecomunicações, nem era letrado em parlamento, mas, a partir da sua experiência de vida na roça e depois como ferroviário, usava sempre uma expressão interessante. Ele dizia assim: "O agrado demora a viagem". E meu pai sempre dizia que todas as vezes que a gente fosse reclamar de alguma coisa, que a gente buscasse encontrar nessa coisa algo positivo, para a gente não entrar numa lógica de, antes de começar qualquer coisa, a gente já entrar para baixo. Então, seria muito melhor enxergar o lado bom das coisas, ainda que a notícia não fosse tão agradável, mas que se pudesse imaginar.

Essa experiência, Sr. Presidente, eu me lembro que utilizei na minha vida em momentos dos quais particularmente meu pai já não pôde compartilhar, porque meu pai já havia falecido. Eu me lembro de uma eleição que disputei e que não consegui. Aí, usando a expressão do meu pai, eu disse que não havia perdido a eleição, nem havia sido derrotado, mas a minha reta de chegada havia sido alongada. Portanto, havia sido modificada a minha reta de chegada. Ele dizia: "Tem hora – ele brincava com o trem – que não dá para o trem chegar lá,

mas uma hora vai chegar." Então, não vamos considerar como viagem perdida. Vamos considerar que foi exatamente adiado esse processo.

Por isso, quero aqui agradecer a presença de todos os membros que vieram para cá, porque deram importância a esse tema. E eu, particularmente, Sr. Presidente, briguei muito por esta audiência.

A Presidenta Dilma, neste exato momento, está voando para a cidade de Feira de Santana, inclusive – não é nem Salvador. Obviamente, eu gostaria muito de estar com os prefeitos, com as lideranças, que vão receber equipamentos na cidade de Feira de Santana, mas já havia firmado esse compromisso. Inclusive, fiz questão de comunicar à Presidenta que não era nenhuma má-criação minha não estar lá, mas tinha de cumprir o dever de ficar aqui para tocar esta audiência, além dos outros trabalhos que teremos aqui, na tarde de hoje, no Senado da República. Infelizmente, não foi possível.

Portanto, quero agradecer a todos que vieram a este debate.

Continuo convencido de que este é, na minha opinião, no momento, o debate mais importante, se a gente quer consagrar esse princípio que V. Exª acabou de ler, como objetivo para a gente atender a essa demanda do povo brasileiro. Considero este um dos debates mais importantes para o setor tanto de telecomunicações quanto de radiodifusão no Brasil neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Walter, sua participação é importantíssima. V. Exª é um dos maiores entendedores do assunto.

Mas a vida, Senador Walter, é esta: nós entramos numa corrida às vezes de 100m rasos e descobrimos que ela é de 200m.

A sua contribuição neste debate, Senador Walter, é sempre importante. V. Exª conhece profundamente o assunto.

Concedo a palavra ao nosso Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para partilhar com o Senador Walter que ele acaba de me dar um argumento. Como não sou candidato lá no Acre, agora vou dizer que a minha reta de chegada foi alongada, não é, Walter? Foi esticada por mais um tempo.

Somando-me à observação inicial do Senador Walter, quero dizer que aprovamos o Marco Civil da Internet. Temos, agora, o debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga, que precisa ser aprofundado, e existe uma comissão específica para trabalhar nesse tema aqui na CCT. Todavia, tudo isso pode ficar prejudicado se não definirmos o espaço para trabalharmos com internet de alta velocidade.

Portanto, a discussão da faixa de 700MHz se faz superimportante e oportuna, e tenho certeza de que a audiência pública de hoje vai ser muito enriquecedora nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Anibal.

Vamos então, agora, passar a palavra à Srª Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Concedo a palavra à Srª Patrícia Ávila.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Zeze Perrella pelo convite, assim como aos Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz.

Eu vou fazer uma apresentação bastante simples, pois penso que a maioria das pessoas que aqui está já sabe o que falamos sobre o desligamento de TV analógica. E estou à disposição para, depois, tirar qualquer dúvida.

Quando iniciamos o trabalho de desligamento da TV analógica no Ministério, verificamos que, apesar de o sistema ter sido criado em 2006, ele não havia avançado significativamente. Assim sendo, nosso primeiro trabalho foi avançar no sentido de implantar a TV digital. Depois, começamos a trabalhar a questão da convivência da TV digital em banda larga a fim de garantir a licitação da faixa. Por fim, vou falar rapidamente, também, sobre as perspectivas para a radiodifusão.

Em relação à implantação da TV digital, nosso primeiro trabalho foi o de cobertura, pois havia uma cobertura muito pequena. São mais ou menos 11 mil TVs e RTVs, ou seja, geradoras e retransmissoras de televisão. À época, no final de 2011, havia mais ou menos 300 consignações de TV digital; isto é, 300 entidades que obtinham outorga para executar o serviço em tecnologia digital. Fizemos um trabalho de desburocratização no Ministério a fim de avançar, e, neste mês, aproximadamente 4 mil consignações estão em andamento; já foram outorgadas.

Além disso, havia a questão de aprovação dos projetos técnicos das emissoras, o que demorava um tempo. As emissoras tinham um prazo legal para enviar o projeto, e nós tínhamos de aprová-lo a fim de que elas obtivessem licença para operar. Também houve desburocratização em relação a isso. O Ministério editou uma portaria permitindo que as entidades começassem a operar provisoriamente. Com isso, hoje temos cerca de 60% da população estão cobertos com televisão digital. Isso atinge principalmente os grandes centros,

obviamente, as cidades com mais habitantes, porque o esforço de fazer a cobertura da TV digital avançar para dentro do País, ou seja, para as cidades pequenas, como vimos em visitas a outros países, é um esforço maior, porque é necessário instalar mais estações, com retorno publicitário menor. Então, esse é realmente um processo que demora.

A segunda questão em que estamos trabalhando é a do cronograma, que vou explicar mais à frente. A Anatel fez um trabalho de replanejamento dos canais, a fim de que nós tivéssemos a quantidade de cidades que precisamos desligar para desocupar a faixa de 700MHz e avançar com a ampliação da banda larga móvel.

Por fim, a questão da recepção, que caminha paralelamente à questão da transmissão, que é a da cobertura. Toda uma série de ações foi feita lá atrás para que a recepção aumentasse.

A mais importante delas é que, a partir de 2011, todos os equipamentos de TV fabricados em tela fina, como a gente chama, têm a obrigatoriedade de ter um receptor digital embutido para poderem captar o sinal, não havendo necessidade de as pessoas comprarem um receptor externo para ligá-los.

Fiz o replanejamento de canais de forma didática – não é para o Senador Walter Pinheiro. Vamos lá.

Estamos, junto com a Anatel, colocando os canais de 2 a 13 e do 52 ao 69 entre os canais 14 e 51 do UHF. Então, é um trabalho de remanejamento, e toda essa faixa de 52 a 69 está sendo realocada para caber todo mundo entre o 14 e o 51.

Por que essa figurinha que está aí é tão importante? Por dois motivos. Primeiro, porque o Ministério tinha criado uma obrigatoriedade de toda entidade, para que a transição ocorresse suavemente, ter um par digital. O que é o par digital? É outro canal que está operando na nova tecnologia. Por exemplo, se o Max que está aqui do meu lado tem uma emissora em São Paulo, ele teria direito a um outro canal em que se estaria retransmitindo a mesma programação, só que em tecnologia digital, ou seja, com mais qualidade para o telespectador.

Nesse trabalho de replanejamento, verificou-se que em algumas cidades isso não era possível. Havia outorga demais para que fosse feito desse jeito. Então, a gente começou o trabalho de limpeza da faixa por essas cidades mais complicadas. Especificamente, a gente começou por São Paulo e teve que mudar a legislação para dizer assim: se em São Paulo não há um par para dar para o Max, o que vai acontecer? Eu vou desligar São Paulo no ano x e, nesse ano, ele vai virar a chave dele do analógico para o digital. Essa foi uma ação de legislação que a gente fez, uma mudança de normas.

Outra coisa importante: há cidades em que… Vamos pegar Caeté Açu, por exemplo, que é um lugar que pouca gente conhece e que tem um espectro limpo. Por algum motivo, a TV x que havia lá tem um par digital entre o 52 e o 69. E o que foi decidido? Que não se pode fazer a pessoa descer sem arcar com os custos disso. Então, o Ministério previu que, na licitação, a alteração para descer esse canal será paga. Então, todo mundo….

Se o senhor quiser perguntar, Senador, pode perguntar.

Eu estou tirando todo mundo que está entre o 2 e o 13, arranjando um canal para ele entre o 14 e o 51, e os que estão entre o 52 e o 69, também. E estou duplicando, porque o decreto obriga.

Por exemplo, se a TV Senado tem um canal em Cruzeiro do Sul, lá no Acre, e quiser entrar em analógico, eu tenho que dar um par digital para ela. São dois canais em vez de um. Então, observem, eu estou pegando uma população, que é grande, e eu a estou fazendo caber num espaço menor. Por isso é que a gente teve de flexibilizar a norma.

A segunda garantia importante é para quem está entre o 52 e o 69: se houver necessidade de desocupar para fazer a licitação da faixa de 700MHz, eu vou pagar; ou seja, o Governo vai arcar com o custo de fazê-lo descer, porque há o custo do transmissor. Muitas vezes, tem de ser trocado o transmissor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Isso, ele tem que trocar o transmissor.

Então, o trabalho de replanejamento de canais foi basicamente esse.

A Anatel concluiu todo o replanejamento necessário para fazer a limpeza da faixa, mas o replanejamento em si, ou seja, a atribuição de um par digital para todas as retransmissoras, a previsão para se concluir isso é final de maio. Mas, para a publicação do edital no dia 2 de maio, já se sabe todo mundo que tem de descer, para se poder calcular, depois, o custo inerente a isso. Essa é a informação importante para o lançamento da consulta pública do edital.

E a garantia do replanejamento foi: é preciso ter essa mesma cobertura, ou seja, se hoje eu cubro essa bolinha, no digital, eu tenho que cobrir essa mesma bolinha.

Fizemos também uma pequena alteração, porque publicamos uma portaria que passa a tratar as regiões metropolitanas e as regiões integradas de desenvolvimento como uma área só.

Hoje, a gente tem a outorga feita por Município. Por exemplo, Lauro de Freitas, Município perto de Salvador. Quando eu olho para Salvador, eu não olho Salvador, mas a Região Metropolitana de Salvador, por uma questão técnica muito específica: no digital, eu não tenho a possibilidade de ter uma interferência entre um

canal e outro. Então, eu não poderia ter um canal de Lauro de Freitas interferindo em Salvador. Por quê? Porque a interferência, no digital, na maior parte das vezes, derruba o canal. Então, fica uma tela preta ou uma tela com um monte de quadradinhos, e a gente não consegue enxergar nada. Então, por conta disso, a gente soltou uma portaria também dizendo que, para poder fazer melhor uso do espectro, quem está em região metropolitana tem o direito de cobrir toda a região metropolitana. Com isso, conseguimos uma economia de canal, uma economia de espectro.

A gente também está garantindo a proteção contra a interferência, uma premissa com a qual a gente trabalhou, e a harmonização regional ou internacional, que é a questão da UIT (União Internacional de *Telecomunicações)*, o órgão internacional que cuida de telecomunicações, para que se possa ter uma harmonização entre os países. Ou seja, se um país está usando o espectro para determinado fim, que os outros países olhem isso por região também.

Essas três coisas que coloquei aí estão previstas em portaria. É uma portaria conjunta, feita com a Anatel, que dá as premissas para que seja dado o início ao replanejamento de canais.

Já falei da legislação, à medida que fui explicando o replanejamento. A gente alterou bastante as normas para poder avançar com a implantação da TV digital e garantir a convivência entre TV e banda larga. E todas essas obrigações de que falei aí estarão previstas, é a política pública do Ministério, é o que a gente solicitou que a Anatel fizesse. As obrigações terão que estar, obrigatoriamente, no edital.

Então, de forma resumida, o que a gente está demandando? Bom, a gente está remanejando todos os canais que hoje estão em funcionamento acima de 51, públicos e privados. Aqui eu gostaria de fazer um destaque, porque existe muito ruído em relação a esse assunto, e é importante esclarecer que todas as audiências da Anatel foram divulgadas previamente para todas as associações que envolvem radiodifusores públicos e privados, com antecedência, para que se programassem. Na maior parte das vezes, a Anatel se deslocou até a cidade, exatamente porque a gente sabe que há radiodifusores com recursos e radiodifusores com poucos recursos. Isto para dizer que foi um processo democrático e transparente. Então, não houve favorecimento de emissoras comerciais. Muito pelo contrário.

O que foi feito no replanejamento foi, na verdade, dizer que quem tem uma outorga permanece com essa outorga, só que agora em digital. Então, a gente ouve muito dizerem que nós estamos transformando as retransmissoras de baixa potência em geradoras. Eu ouvi esse questionamento outro dia. Que fique claro que isso não existe. Quem tem uma geradora na tecnologia analógica permanece com uma geradora na tecnologia digital; quem tem uma retransmissora na tecnologia analógica, independentemente de ser em baixa ou em alta potência, ou seja, de ter uma cobertura pequena ou grande, permanece do mesmo jeito no digital. Então, na verdade, a gente só está fazendo uma mudança de tecnologia, garantindo as mesmas características, inclusive de cobertura.

A outra premissa é arcar com o custo do remanejamento e com a garantia de recepção para a população de baixa renda, o que também está previsto; utilizar os resultados dos testes de interferência para nortear as medidas a serem adotadas para mitigação dessas interferências. Então, a Anatel está conduzindo testes exatamente para identificar que interferências são essas e, identificadas essas interferências, prever no edital que essas interferências serão mitigadas – e as teles também arcariam com o custo disso –, e há o compromisso do Ministro, que, inclusive, foi objeto de um ofício para a Anatel, de realização da licitação somente depois de concluído o replanejamento de canais e de identificadas e definidas as ações para os problemas de interferência.

Então, a gente trabalha com base nisso, e é isso que deve garantir que o edital saia correto.

Além disso, algumas pessoas me perguntam: "Mas como fica a radiodifusão nisso?"

Bom; eu coloquei um eslaide aí apenas para ilustrar.

Isso aí é o que a TV fatura, em milhões; ou seja, a televisão é o veículo que mais fatura no País. A gente tem uma cobertura que está em torno de 98% do País. Então, o que isso quer dizer? Quer dizer que a televisão continua sendo um veículo importante; que a radiodifusão continua sendo um serviço que se pode expandir, sem, com isso, ocupar mais espectro nem cobrar da população um valor por isso. Ou seja: continua sendo um serviço importante para a população. E é isso que a gente quer manter.

Era esse o recado que eu queria dar, agradecendo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Srª Patrícia.

Vamos passar a palavra ao nosso segundo expositor, o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Maximiliano.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Bom, dia, Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado; Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz.

É uma satisfação estar aqui para esse importante debate sobre a faixa de 700MHz, uma faixa de grande interesse para o desenvolvimento da banda larga em nosso País. E, aqui, na minha apresentação, eu tentarei retratar o porquê da importância da utilização dessa faixa e quais as precauções que temos de tomar para que esse processo seja conduzido a bom termo.

Primeiro, uma realidade em nosso País é que, nos anos recentes, nos últimos três ou quatro anos, as telecomunicações têm sofrido um crescimento expressivo no desenvolvimento dos serviços e na quantidade de usuários de telecomunicações. Temos, hoje, mais de 350 milhões de usuários de telecomunicações no País, nos diferentes serviços que existem, sendo o serviço que apresenta o maior número de usuários o de telefonia móvel, com mais de 270 milhões de usuários. Isso nos coloca como o quinto mercado mundial de telecomunicações, e o retrato desse crescimento expressivo está na banda larga.

Em 2010, o Brasil lançou o Programa Nacional de Banda Larga, voltado a resolver alguns dos gargalos que existiam ao desenvolvimento do segmento no País. Á época, os gargalos eram: a velocidade da banda larga, a cobertura da banda larga e o preço da banda larga. Estes eram os desafios a serem vencidos e, ao mesmo tempo, as metas a serem atingidas pelo governo no desenvolvimento da banda larga, o que ensejou o lançamento do PNBL.

O fato é que, ao longo desses anos, desde 2010, nós alcançamos a marca de mais de 100 milhões de usuários de banda larga móvel no País. O serviço de banda larga móvel, no Brasil, é prestado em um regime competitivo, com quatro operadores nacionais e alguns operadores regionais. Relativamente a esses quatro operadores nacionais – um número que é muito interessante –, a diferença entre o quarto e o primeiro em número de usuários é pouco superior a 10%, o que dá um retrato da competição existente na oferta de banda larga móvel no nosso País. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos, que também têm quatro operadores, a distância entre o primeiro e o quarto em *market share* é de 26%, enquanto, aqui no Brasil, como dissemos, é um pouco superior a 10%.

O serviço de 4G em nosso País já tem mais de dois milhões de usuários.

Só faço uma correção: a fonte não é a TIC 2012, mas, sim, a Anatel.

A venda de *smartphones* já ultrapassou a venda de celulares convencionais. Nove em cada dez moradores de comunidades carentes no nosso País, das favelas, de acordo com o Instituto Data Favela, mais conhecido como Data Popular, têm acesso ao celular; 88% da população economicamente ativa e 76% da população não economicamente ativa já utilizam o celular; e o 3G cobre 3.200 Municípios. O fato, o resumo de todos esses dados é que a demanda pela comunicação móvel e, em particular, pela banda larga móvel cresce muito em nosso País.

Como consequência disso, no ano passado, o Governo brasileiro incluiu na Lei do Bem os *smartphones*, como um produto desonerado. Temos mais de 158 modelos de *smartphones* desonerados com a Lei do Bem. Esse processo de desoneração levou ao que eu já disse: no ano passado, tínhamos uma quantidade de usuários fazendo ainda uso de tecnologia de celular em 2G, 2.5G, os chamados *futurephones* – era maior a venda de *futurephones* do que de *smartphones*; com essa medida, alavancou-se a demanda por *smartphones* em nosso País.

Se a gente for olhar os dados regionais, desde o lançamento do Programa Nacional de Banda Larga, em maio de 2010, até janeiro de 2014, o crescimento da banda larga no Brasil foi: no Centro-Oeste, 606%; na Região Sul, 579%; na Região Nordeste, 710%; na Região Norte, 740%; no Sudeste, 643%; no Brasil, a média geral foi de 648%. É óbvio que esse crescimento veio porque há uma demanda. Mas, se, por um lado, devemos ficar felizes e contentes, também temos de cobrar as operadoras, porque existem problemas de qualidade, causados também pelo tamanho desse crescimento, porque não há planejamento capaz de prever crescimento dessa ordem num período de quatro anos.

É importante ressaltar que o Governo tem dado incentivo para as operadoras investirem na construção de infraestrutura de telecomunicações. O setor de telecomunicações investiu, no ano passado, mais de R$26 bilhões na construção de infraestrutura. Em termos de dados, aquilo que mencionei de celulares convencionais e celulares *smartphones*, tínhamos uma curva em que havia muito mais venda de celulares convencionais do que de *smartphones*. No final de 2012, o Governo sinaliza para o setor que vai incluir os *smartphones* na Lei do Bem, que a prioridade é dar conectividade ao usuário que está demandando banda larga móvel e que o Governo está disposto a fazer a desoneração dos terminais, dos *smartphones*. A indústria começa a reagir e, no segundo trimestre de 2013, fazemos a desoneração. Há uma mudança da comercialização de terminais de *smartphones* e *futurephones* no Brasil, de forma que os *smartphone*s, já no ano passado, ultrapassam a quantidade de celulares vendidos, sendo muito mais do que os *futurephones*. É importante destacar que tínhamos a expectativa de que essa troca fosse ocorrer só em 2014. A demanda por banda larga móvel e pela facilidade que houve com a desoneração dos *smartphones* fez que essa troca acontecesse ano passado.

Quando vem no particular da faixa de 700MHz, existem alguns benefícios que a gente tem de considerar, pelo uso dessa faixa para as telecomunicações, a importância do uso dessa faixa para as telecomunicações. O primeiro deles é que traz a oportunidade de a gente reservar parte dessas radiofrequências para a atividade de segurança pública. Para quem, em particular? Para que3 os serviços de radiocomunicação de segurança pública, principalmente serviços de voz, de comunicação de voz, passem a contar com serviços de dados em alta velocidade, o que permitiria uma melhoria significativa nos serviços de segurança pública.

Permitirá atender o crescimento dessa demanda, o que eu já mostrei, e também não só a demanda pelo número de usuários, mas o crescimento de tráfego. Existem os dados de pesquisa de crescimento de tráfego de banda larga móvel até 2017; existe a pesquisa da GSMA, que é uma associação de operadoras e fabricantes de tecnologia de banda larga móvel, que diz que o no Brasil o crescimento do tráfego de banda larga móvel até 2017 cresce dez vezes. Então, é importante ter espectro disponível para atender a essa demanda.

A faixa permite ganho de escala, porque é padronizada mundialmente; é uma faixa mais baixa de radiofrequência. Então, ela traz a possibilidade de fazer cobertura urbana *indoor*, porque, sendo uma faixa mais baixa, ela tem facilidade em oferecer sinal dentro de edificações. Então, ela consegue ultrapassar paredes com mais qualidade do que a faixa atual que nós temos para a oferta de 4G, que é a faixa de 2,5GHz. E, por ser uma faixa mais baixa, ela tem facilidade também para fazer cobertura de áreas rurais.

Hoje, recebemos muitas demandas no Ministério das Comunicações para atendimento a distritos remotos. O serviço de banda larga móvel não chega a distritos remotos dos Municípios. Essa faixa tem a possibilidade de facilitar o atendimento a esses distritos. Ela permite uma… (*Ininteligível.*) mundial e regional, como está acontecendo em termos de uso dessa faixa e melhoria dos serviços.

Em termos de harmonização com o mundo, um pouco de história: em 2007, essa faixa de radiofrequência foi padronizada para a região das Américas para o uso de banda largar móvel. Nessa época, como o cenário de interferência não estava muito claro, o Brasil teve o cuidado de, nas atas da Conferência Mundial de Radiocomunicações, dizer: "Entendemos o esforço mundial que está havendo por essa faixa, mas o Brasil ainda…" Naquele momento, sinalizamos que, no Brasil, a prioridade era o serviço de radiodifusão.

Em 2012, novamente o assunto entra em pauta na Conferência Mundial de Radiocomunicações. E, antes disso, em 2007, além das Américas parte da Ásia e da Oceania também se uniram a essa decisão sobre o uso da faixa 700MHz para banda larga móvel.

Em 2012, o assunto volta a pauta e, então, a Europa e a região africana aderem a essa decisão, com visão de expandir a banda larga móvel no mundo, especialmente em países em desenvolvimento, porque essa faixa é importante para a cobertura de regiões de baixa densidade populacional.

Em termos de regulamentação sobre esse processo de alteração e de discussão da faixa de 700MHz para banda larga móvel, a primeira informação que existe é um decreto de 2006, sobre a digitalização do sinal. Em 2012, a Anatel publica a Resolução nº 584, que trata de um grupo de trabalho sobre a faixa de 700MHz.

O que é importante destacar, e foi tratado por essa Portaria nº 681, é que essa Resolução nº 584 foi concluída após uma consulta pública que surgiu em 2007. Então, ficou um trabalho, desde 2007 até 2012, na Anatel, de amadurecimento essa discussão. Em 2012, a Anatel publica a Resolução nº 584 e pede seja criado um grupo de estudos sobre essa faixa.

O Ministério criou a Portaria nº 14, em 2013, que trata de princípios de estudo para a utilização da faixa de 700MHz. Em julho de 2013, publica-se o Decreto presidencial nº 8.061, que, entre outras coisas, modifica e flexibiliza o cronograma para o desligamento do sinal digital.

A Anatel, em novembro de 2013, publica a Resolução nº 625, que trata da atribuição, da destinação e do regulamento sobre o uso da faixa de 700MHz. E, aqui, a Anatel teve um cuidado de fazer essa alteração vinculada ao processo digital. A gente diz que o edital só sai quando se resolverem todos os problemas de mitigação que precisam ser resolvidos. A Anatel teve o cuidado de fazer a aprovação dessa resolução vinculando-a com o edital. Agora, em maio, é prevista a consulta pública na Anatel do edital da licitação e também do regulamento de interferência.

Com respeito à interferência, que cenário de convivência existe entre as tecnologias de radiodifusão e as tecnologias de banda larga móvel?

Então, até o canal 51, que é a faixa de 698MHz, operará a radiodifusão – em toda essa faixa. A partir da faixa de 698MHz até 806MHz, a proposta é de que essa faixa seja utilizada pela banda larga móvel.

O que é importante é que, nesse processo, pode ocorrer de a estação rádio base do celular causar interferência na televisão, na recepção de televisão; a estação móvel do *smartphone* pode causar interferência na televisão; e a estação emissora de radiodifusão pode causar interferências na estação móvel, assim como na estação de banda larga móvel.

E, aí, está sendo feito um conjunto de estudos entre o CPqD, a SET (Sociedade Brasileira Engenharia Televisão) e a Anatel para definir em que condições esses dois serviços podem operar sem causar interferências. Além disso, a própria União Internacional de Telecomunicações (UIT), nesse processo de fazer alterações de uso da faixa, também tem realizado estudos nesse sentido.

Acho que vale destacar – de informação recente – o caso japonês e o caso britânico.

O caso japonês é que havia uma expectativa no Japão, no início do processo de migração da faixa para a banda larga móvel, de que haveria um número de 6 milhões de domicílios potencialmente interferidos. E uma delegação do Ministério esteve recentemente no Japão, e os japoneses sinalizaram que esse número seria muito inferior ao número inicialmente previsto.

No caso britânico – e eu tenho um pouco mais de informação para passar –, havia a expectativa inicial de que até 8,5 milhões de domicílios poderiam sofrer algum tipo de prejuízo nesse processo de ativação da televisão digital na faixa adjacente ao serviço de radiodifusão. O estudo britânico refinou esse número e o reduziu para 900 mil domicílios. Mais recentemente, o estudo britânico reduziu-o para 90 mil domicílios. De forma que a realidade encontrada, quando se ativa o serviço em campo, é bem diferente daquela quando se faz uma simulação em computador ou em laboratório a respeito da convivência entre dois serviços.

Aqui no Brasil, fizemos um estudo de convivência real em Pirenópolis, tentando identificar as distâncias de separação entre ambos os sistemas, as técnicas de mitigação de interferências, as potências máximas de irradiação, os diferentes cenários de interferência, de forma que esses estudos estão sendo agora consolidados com participação de todos os setores e vão influenciar a elaboração do edital.

É importante destacar que – como já disse a Patrícia – três pontos fundamentais para o prosseguimento desse processo são: nenhuma emissora de televisão sairá do ar; nenhuma televisão deixará de receber o sinal de televisão; e os serviços de radiodifusão deverão ter a mesma cobertura.

Tendo isso como premissa, nessa Portaria nº 14, que estabeleceu essas diretrizes, foram estabelecidos alguns princípios para o edital de licitação pela Anatel. Primeiro, esse processo deve favorecer, também, a digitalização do serviço de radiodifusão. Deve contribuir para a digitalização do serviço de radiodifusão, acelerar a cobertura de grandes regiões, zonas de periferias urbanas e de áreas rurais remotas com tecnologia de quarta geração. A gente já consegue chegar a algumas dessas áreas com tecnologia de terceira geração, mas o propósito, aqui, é chegar a essas áreas com tecnologia de quarta geração.

Chegando a essas áreas, outro aspecto importante é ampliar a infraestrutura de transporte de fibra ótica em todo o País, em particular nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por quê? Se a gente não chegar com infraestrutura de fibra ótica, chega-se com uma rádio base em 4G, mas não há capacidade de escoamento do serviço de 4G.

Atender as demandas do serviço de segurança, como a gente já falou no início, e também contribuir para o setor produtivo brasileiro. Aqui, o processo do leilão do 4G, ocorrido em 2012, já deu uma contribuição em termos de política industrial. A proposta que está aqui é a de continuar com esse propósito nesse novo processo.

O horizonte que nós temos, agora nos próximos dias, é a publicação do relatório de testes conduzidos pela Anatel para discussão, durante a consulta pública, do regulamento de interferências e também do edital de licitação.

Presidente, rapidamente, é isso. Estou à disposição para os questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. Maximiliano.

Vamos, então, para o nosso terceiro expositor. Ouviremos agora o General de Divisão Antonino dos Santos Guerra Neto, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Senador Zeze Perrella, Senador Walter Pinheiro, Senador Anibal Diniz, senhoras e senhoras, bom dia!

Primeiro, nossos agradecimentos, em nome do Exército Brasileiro, pelo convite para estarmos aqui presentes, manifestando, em nome de todo o aparato de defesa, segurança e infraestrutura, as nossas necessidades em torno dessa frequência.

Desde o início, houve um questionamento sobre o porquê desse pleito das forças de segurança, de defesa, para uma parte da frequência, exclusiva. Por que não operar junto com o restante dos usuários das operadoras?

Então, uma rede projetada para a operação em situações críticas é necessária porque, por vezes, a operadora comercial, a rede comercial, se torna indisponível, seja pelo número de falhas ou mesmo pela sobrecarga. Pode ser necessário o desligamento da rede em situações críticas, como ocorreu em Boston, nas Olimpíadas, quando, em função dos explosivos utilizados, acionados por telefone celular, a primeira coisa feita foi o desligamento da rede telefônica civil para deixar os órgãos de polícia operarem sem essa interferência. Então, não é possível conviver.

Ainda há outro fator: é impossível estabelecer e conciliar demandas da sociedade civil com as demandas do Estado na mesma rede, estabelecer prioridades. Em que momento vou degradar a banda do civil em benefício da segurança? Seria uma convivência muito difícil.

Nós temos aqui uma declaração do nosso Ministro das Comunicações, do ano passado, da época da Copa das Confederações. Aqui em Brasília, ele teve dificuldades até de utilizar o telefone celular pela demanda que existia naquele momento, dos civis. Então, é impossível conviver na mesma faixa.

Qual o cenário, hoje, de comunicações críticas no Brasil? Estou falando do serviço de voz existente hoje, para prosseguir no 4G?

Nós temos, primeiro, um espectro muito competitivo que está aqui ao fundo, um grande condomínio de usuários da faixa de zero a 300GHz e com grande dificuldade para ser administrado. Agora, o espectro é um bem público, limitado, finito, que deve atender as entidades privadas e o serviço de Estado que estão a serviço da sociedade, com equilíbrio, não excluindo nem um, nem outro.

As comunicações do serviço de Estado estão distribuídas, hoje, voz, em várias frequências. Os órgãos de Estado têm um número reduzido de canais, mas não enfrentam o congestionamento das comunicações devido ao baixo investimento. Então, hoje, os canais são reduzidos, e, como o investimento ainda é baixo, não temos um congestionamento.

Muitos órgãos, muitas polícias de Estado estão 30 anos atrasados, em sistemas analógicos ainda. É fato: se todos os órgãos de Estado operassem o regime de condomínio, o espectro distribuído, hoje, seria suficiente e, talvez, até pudessem devolver frequências para a Anatel. Há um esforço nacional de integração do serviço do Estado que tem sido progressivo – seja pelo Enafron, seja pelos grandes eventos, seja pelo Sisfron. A cada dia mais, os órgãos de segurança, de defesa, de fiscalização têm trabalhado juntos.

Na Operação Ágata, todos já conhecem, chegamos a reunir 42 agências. A região de fronteira operou com a finalidade de reduzir o crime transfronteiriço. Há um grande esforço de boa vontade, mas o resultado fica aquém do necessário, porque há uma descoordenação em termos de ações e em função também da harmonização em comunicações.

Essa é uma figura que demonstra… Se um comandante desejar, numa Operação Ágata, ou mesmo agora na Copa, falar com todos os órgãos, se for um rádio portátil, ele precisa de um auxiliar ou dois, e, se for um rádio veicular, é esse espelho.

Então, não há uma harmonização, uma convergência de padrão, em relação à comunicação digital. Infelizmente, cada um tem usado uma tecnologia. Essa é a figura possível para o 4G, no modelo que está sendo proposto pela Anatel, num sistema de condomínio.

Vejam V. Exªs a demanda do 4G na questão da comunicação em banda larga – em 2005, na presença do Papa, tínhamos aqui. Os operadores de segurança pública, que cuidam da sociedade, estão por aqui, mas há uma demanda hoje. Então, há necessidade, sem dúvida alguma, de expansão da rede da comunicação em banda larga, para atender a sociedade e, em consequência, a segurança; há demanda.

Vamos ver alguma coisa sobre o cenário futuro das comunicações críticas, isso se os serviços de Estado forem atendidos na faixa de 700MHz. O que se espera? Cidades mais seguras, que trazem prosperidade.

É preciso melhor combate às organizações criminosas, que estão mais sofisticadas, mais perigosas, que utilizam a internet para a organização de ações criminosas, principalmente no nível da Dark Web ou Deep Web. E, a cada dia mais, os *hackers* acessam dados sensíveis de governo. Os dados de vídeo são o futuro das comunicações críticas para a defesa de segurança pública da sociedade e são essenciais para trazer eficácia aos nossos órgãos – cada real investido em segurança retorna cinco para o desenvolvimento econômico.

Será necessário um grande investimento público para implantar uma rede 4G para os órgãos de segurança. Para cada homicídio que ocorre à população, homicídio de uma pessoa jovem, temos uma redução da população em 70 pessoas – é toda uma geração que deixa de existir. Então, há necessidade de investimento não só na questão de tecnologia, mas também em outros aspectos da segurança pública.

Cidades mais seguras. Pesquisas comprovam, hoje, que a condenação chega a 90%, quando o réu é filmado. A produção de provas é sempre uma questão complicada para levar um réu a cumprir uma pena, mas, gravada em vídeo aquela imagem – "Você está sendo filmado." –, já inibe. Mas também há a produção quando a polícia atua com o vídeo; eu fico com ele gravado. Não só a questão da ação do réu, mas também limita a ação policial, limita o agente público, disciplinando-o. Muitas vezes, a gente assiste no noticiário a momentos em que a ação policial extrapola, exagera, em função do cenário. Mas vira uma crise, vira um Amarildo e fica aquela discussão se estava certo ou errado.

O 4G vai permitir um registro muito apropriado da ação policial e do réu também. Então, melhora a qualidade da ação na segurança pública.

Nós temos – são estatísticas americanas – uma grande redução de crimes no primeiro ano onde se operou já o 4G: 40% da redução.

A qualidade da ação de comando – comando e controle – será muito melhorada com essas questões. Mais informações disponíveis nos centros de comando e controle. Eficácia no gerenciamento do incidente, ações mais integradas, respostas mais rápidas, decisões mais seguras. É difícil um comandante decidir num quartel, num centro de comando e controle, como agir, reforçar, qual é a intensidade dessa ação sem ter o domínio, o conhecimento pleno daquele incidente, daquele local. Com a imagem, isso vai ser permitido. Visão em tempo real.

Controle melhor dos recursos disponíveis. Onde estão os nossos agentes? A capacidade de transmissão de dados e vídeo e o compartilhamento de informações com melhor qualidade. Isso é o que vai trazer o 4G para os órgãos de segurança.

Visão do Exército sobre o uso nos serviços de Estado. Eu estou aqui fardado, farda do Exército, não tenho a procuração, mas não é só o Exército que será usuário desse sistema, não. Nós temos aqui, só em nível federal, órgãos que já utilizam de uma forma ou outra comunicações para suas ações e que serão usuários do sistema. Então, desde a Presidência da República, órgão que o Exército já apoia hoje com comunicações, mas nós temos as Forças Armadas e todo um aparato de segurança pública, de defesa e de órgãos de fiscalização da nossa infraestrutura. Então, todos eles já usam o sistema.

Em função daquela descoordenação, nós não fomos capazes, no passado, de nos reunir e buscar uma convergência. É aquela figura cheia de rádio lá. Um não fala com o outro. Mas a visão de futuro, orientada pelo Ministério das Comunicações, pelo Secretário Maximiliano, que já teve iniciativa nesse aspecto, pela própria Anatel, a visão de futuro é diferente: é que haja uma convergência de padrão. Isso vai trazer ganhos de toda ordem.

Em nível estadual, também, nós temos usuários. Nós temos conversado com vários órgãos de Polícia Militar, Polícia Civil. Hoje, somente o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro têm uma boa cobertura – 98% do Estado de São Paulo, em termos de rádio, comunicação/voz.

Agora, gasta-se muito dinheiro. Aqui em Brasília, é um exemplo. No núcleo de Brasília, nós temos um sistema do Exército, temos um sistema da Polícia Federal, temos um sistema da Polícia Militar. Então, aqui, um não fala com o outro. Todo mundo está coberto, mas, se eu chegar a Sobradinho ou um pouco mais, ninguém tem a cobertura.

O País, hoje, é um dos que mais investe em comunicação crítica, mas de forma descoordenada. Nós temos um potencial imenso. A demanda reprimida é de 1,5 milhão de rádios. Isso, num processo de convergência de padrões, eu crio emprego e renda para cá. Eu flexibilizo. Eu coloco as indústrias e aproveito esse mercado imenso. Cada um vende um pouco. Eu as coloco para ter conteúdo nacional, geração de emprego e renda, transferência de tecnologia, mas é preciso ordem.

Talvez, o processo empreendido pela Anatel e Ministério das Comunicações aponte para essa questão, não só pela integração dos esforços, mas todos os pilares de um sistema desses. Uma infraestrutura de comunicações, na hora que se coloca uma ERB, ela custou R$1 milhão. Mas, por descoordenação, eu coloco uma aqui na vizinhança e outra a polícia coloca. Nós poluímos o cenário até visualmente. Congestionamos o espectro.

Agora, de fato, só tem um que paga essa conta toda: é o cidadão. É ele quem está pagando tudo, mas é meio pelo regime de Murici – cada um para si quando da aplicação do recurso público. Isso tem de ser visto de forma diferente.

Então, são vários os níveis, entre os níveis estaduais, municipais e federais que se poderão valer dessa faixa de 4 G, mas num modelo com mais harmonia. Essa é a visão ideal. É um sonho a gente poder operar uma estrutura única, compartilhando informações, reduzindo os custos, como já foi falado pelo Secretário. Há uma tendência, sem dúvida alguma, em relação ao de 700MHz. É importante essa harmonização. Não adianta a gente querer ficar sozinho. Alinhar nos 700MHz nos dá ganho de escala, aumenta a disponibilidade de rede e de usuários, queda nos custos. Se optarmos por uma faixa diferente, como usuário exclusivo, com fabricação exclusiva, nós vamos pagar esse custo. Então, neste momento, é melhor se alinhar com o que está ocorrendo no restante do mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Da Diretora de Universalização do Ministério das Comunicações… Deixa eu voltar um pouco. Essa campainha perturba a gente um pouco, mas tudo bem. É muito alta.

Há três vetores que contribuem para o sucesso nas definições de espectro para o futuro dos serviços digitais. Normatização internacional. Não seguir a maioria custa mais caro. Competição. A maioria nos leva à competição. A preocupação com o usuário, que está presente nesta audiência, na ação da Anatel, há mais de um ano, com audiências públicas, em todo esse processo. Não está célere, não está apressado nem está atro-

pelando os vários interesses. Há, realmente, um processo muito democrático de respeito aos interesses envolvidos, que é a preocupação com o usuário.

Já fizemos testes; o Exército Brasileiro vem testando, numa faixa concedida de forma provisória ao Exército pela Anatel. Estamos há dois anos fazendo testes. Temos aqui em Brasília um sítio mestre, quatro de repetição, vários terminais. Essa é a nossa planta em Brasília, no Colorado, o quartel de comunicações, o Hospital das Forças Armadas, aqui no eixo. Temos isso instalado em operação. Não estamos atrapalhando a TV digital de ninguém; temos usado. É lógico que é uma amostra pequena no cenário, não tem a densidade do sistema futuro, mas não temos vizinho reclamando do uso disso.

Essa cobertura em vermelho é onde já atinge o nosso sistema. As várias possibilidades do 4G já são conhecidas. Aí algumas figuras de nosso uso. Temos um Centro de Comunicações no Setor Militar, que se vale dessas imagens. Essas imagens podem ser compartilhadas por todos os órgãos públicos. Nós vamos instalar agora também, se a Anatel nos conceder, no Rio de Janeiro, na área da Maré ou pela Presidente Vargas, para apoiar a questão da Copa do Mundo.

É impressionante a qualidade do vídeo, produzido em movimento. Isso já foi utilizado até na segurança da Presidência, no 7 de Setembro. Então, é um modelo que hoje está em vias de ser aprovado nessa pequena faixa. Nós pedimos 20MHz; a Anatel está nos prometendo 10MHz. Estou achando que é pouco, mas estamos felizes. Há necessidade de atender a sociedade também. Mas, aqui, há os benefícios do modelo proposto: redução dos custos da infraestrutura.

Com a redução dos custos, maior amplitude da rede para evitar o que acontece: todo mundo cobrir o mesmo lugar. Eu vou poder, então, expandir a minha rede, dar melhor cobertura geográfica.

. Os custos de operação vão ser reduzidos. Capacitação. Logística.. É um novo modelo possível. Ter operabilidade entre as agências. Potencial de nacionalização com sustentabilidade. Padronização – isso a harmonização vai permitir.. Eficiência no uso do espectro. Maior disponibilidade de rede durante os desastres – eu já participei de socorros em operações humanitárias, é uma grande boa vontade dos órgãos, em Petrópolis, Xique-Xique, só que, na hora em que vai trabalhar, a ambulância está lá, a maca está lá, o Exército está lá, o aparato de engenharia está para cá. Há boa vontade, mas a eficácia é pequena. Um não fala com o outro. A natureza do brasileiro de ajudar é impressionante, mas, ainda assim, não é suficiente para produzir um resultado. Precisa-se de mais, precisa-se de coordenação.

Só como exemplo, agora na Copa do Mundo, com um apoio muito bom do Estado Brasileiro, o Exército está aqui em todas as capitais da Copa com um sistema instalado, inclusive apoiando já outras agências. Vê-se falar muito do legado da Copa e tal, fala-se de obras, mas o legado é muito grande; isso vai durar 15 anos instalado, isso é legado Copa.

Permitimos aí alguns estrangeiros, a toda hora, criticarem as coisas da Olimpíada: "que estão atrasadas", "Atenas", esse combate de opiniões instigando até a imprensa nacional, mas o legado da Copa que nós vamos ter é muito grande. Nós vamos ter a melhor copa do mundo. A segurança está preparada, algumas coisas estão à brasileira, como é a nossa natureza, mas a Copa será a melhor copa do mundo, e nós teremos segurança e boa coordenação. Nós já estamos trabalhando com todos esses órgãos no mesmo sistema não por uma normatização, mas pelo esforço, pela boa vontade dos órgãos todos, de trabalharem juntos.

Então, nós estamos trabalhando com a Receita, com a Força Nacional de Segurança Pública, com o Estado do Paraná na cobertura que foi instalada com o dinheiro público; foi o Exército que gastou, mas é dinheiro público. Tanto faz: no final, o cidadão pagou. Estamos operando juntos todos esses órgãos: Anac, SAC, e vai dar um bom resultado, sem legislação que nos tenha levado a essa convergência. É mais a necessidade; está muito bacana esse trabalho.

Aí, nós temos os benefícios esperados para 4G, se for distribuído para as forças de segurança: instrumentos de integração regional; aumento da presença do Estado; integração entre os órgãos de Governo.

No campo econômico temos muitos benefícios. A sociedade vai colher os seus benefícios de melhoria de qualidade de vida. Até no turismo hoje, que está um pouco prejudicado, nós vamos ter melhorias. Segurança pública. Eficácia no combate ao crime. Aumento da segurança. Salto tecnológico. Então, são vários os benefícios nesse modelo de proposição da Anatel para distribuir a faixa.

Assim, para ficar claro no final, ao prever 10MHz para segurança pública, defesa e órgãos de fiscalização, não há como, não há espaço para trabalhar sozinho. Ou os órgãos todos sentam, conversam e constroem o sistema, ou 10MHz serão insuficientes. Então, a frequência não vai ser do Exército, nem vai ser da Marinha ou de um Estado. Ela vai ser do Estado brasileiro, nos três níveis da Administração, e se planejará um sistema único, para que a banda atenda a todas as necessidades. Isso vai ser uma diferença muito grande para o modelo atual que nós construímos.

Senhores, muito obrigado, é uma satisfação ter feito aqui a minha manifestação. Um bom dia a todos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A melhor copa e com o Brasil campeão, não é?

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Para ficar melhor ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, General.

Então vamos passar a palavra ao nosso quarto expositor, o Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, Abratel.

Concedo a palavra ao Sr. André Felipe Seixas Trindade.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito bom dia, Senador Zeze Perrella, Senador Walter Pinheiro, Senador Anibal Diniz, Senador Cícero Lucena, a quem muito nos agrada ter aqui acompanhando a nossa apresentação.

Antes de começarmos falando sobre o futuro, eu gostaria de falar agora sobre o presente, o cenário atual que temos.

Até o momento, a televisão brasileira está cobrindo 98% do Território nacional, e, de acordo com uma pesquisa do Ibope, 96% da população brasileira assistem à TV. Nós temos um desafio, que é transferir esses 96%, que é a maioria, que assistem à TV analogicamente – um percentual baixo, já que apenas 60% da população têm acesso à cobertura de TV digital –, para a televisão digital brasileira.

Nós temos algumas pendências também que são necessárias para o *switch off* da TV analógica, como, por exemplo, o próprio cronograma que o Ministério das Comunicações lançará nas próximas semanas, informando quais cidades serão desligadas em 2015, quais serão desligadas em 2016, em 2017 e em 2018. Será necessária também uma campanha de divulgação voltada a orientar a população sobre como ter acesso à TV digital e também a própria universalização da TV digital, universalização que será parcialmente atingida com a atividade do EAD que vai distribuir conversores de TV digital à população cadastrada no Bolsa Família, de acordo com o que estará previsto no edital do leilão.

A televisão hoje oferece vários modelos de recepção: uma delas é a antena externa passiva, a antena externa amplificada; em grandes centros urbanos, é muito comum o uso da antena interna passiva e da antena interna amplificada, devido à dificuldade de, em prédios antigos, fazer um cabeamento externo; também, nos prédios mais novos, como, por exemplo, aqui, em Brasília, na região de Águas Claras, há o uso da antena coletiva que também é uma antena amplificada; além do sinal Anseg que está disponível em dispositivos móveis.

O que acontece? O 4G/LTE tem a possibilidade grande de interferência nessas antenas amplificadas, antenas externas, antenas internas e antenas coletivas, porque o amplificador amplifica o sinal da TV digital e amplifica também o ruído, as emissões fora de faixa que o LTE, de acordo com a configuração da Resolução nº 625, vai emitir, principalmente dos dispositivos móveis. O terminal do usuário vai emitir espúrios dentro da faixa da TV digital e o conversor vai receber, o receptor da antena vai receber esse sinal.

E há outros fatores que influenciam na interferência. Um deles é a distância do receptor de TV digital com relação ao transmissor. Quanto mais longe estiver o receptor de TV digital, o sinal vai estar um pouco mais fraco. Se ele estiver próximo de uma antena transmissora do LTE, ele está mais suscetível à interferência também. Também há a relação de proteção entre a TV digital e o LTE e a qualidade das instalações do sistema de recepção de TV, o que, no Brasil, é algo crítico. No Brasil, há muitas instalações velhas, filtros que não funcionam conforme…, amplificadores que falam que amplificariam o sinal em 15dB e, na realidade, amplificam em 5dB. Então, são situações críticas que tornam o cenário brasileiro mais suscetível que o cenário do Japão e que o cenário do Reino Unido. Essas variáveis são muito importantes e devem ser consideradas.

Quanto à proximidade do terminal do usuário em relação à TV digital, os testes estão mostrando que, se o usuário for utilizar seu terminal assistindo à televisão a uma distância muito próxima, o seu terminal vai interferir diretamente no receptor de TV digital, além das próprias emissões fora de faixa que são indesejáveis.

Não estou tirando magicamente esses dados que estou informando. Nós os estamos constatando nos testes que estão sendo feitos, os testes que estavam previstos pela Resolução nº 625, art. 8º. A Anatel iria realizar testes para fazer o seu regulamento de mitigação de interferências. Esses testes vão propiciar um regulamento, que chamamos de regulamento de mitigação, que prevê como algumas medidas de interferência… Essas informações aqui vão estar disponíveis na consulta pública que vai iniciar no dia 3, mas eu as obtive através do voto do Conselheiro Rodrigo Zerbone, no dia 4 de abril. Entre as medidas de mitigação, estão a utilização de filtro na saída do transmissor da estação do LTE, a utilização de filtro na entrada do receptor de TV ou na entrada do amplificador do sinal da antena, a alteração da posição da antena da TV ou a troca da antena de TV.

Essa alteração de posição da recepção de TV é algo crítico, porque, se você alterar em 45 graus, pode resolver o problema de não ter interferência do LTE e, ao mesmo tempo, criar um problema de não ter o sinal de TV. Pode também ter alteração na posição ou em características da antena de transmissão da e-Node B, o que pode, inclusive, ser um pouco prejudicial às operadoras, que vão ter um trabalho maior de fazer estudos com relação à localização dos seus transmissores. Elas não podem simplesmente dizer: "tenho um transmissor

3G aqui, um 2G aqui, vou usar essa antena". Elas vão ter que fazer um estudo. Possivelmente, elas vão ter que reduzir a potência da transmissão do LTE.

Aumento da distância entre o terminal e o receptor de TV. Como vamos fazer isso? Proibir a população de usar o seu terminal de LTE enquanto estiver assistindo TV digital é algo bastante crítico e bastante sensível, e a redução da potência de transmissão da estação de TV digital é algo que pode ocorrer, mas algo que o radiodifusor não quer é que perca a sua área de cobertura ou que acabe essa redução criando pontos de sombra que façam com que o radiodifusor tenha que fazer maiores investimentos com estações repetidoras ou reforçadoras de sinal para algumas determinadas regiões, o que é bastante crítico.

Esta figura aqui está presente no relatório da Anatel, provisório do teste de Santa Rita do Sapucaí, e vou ficar preso a este receptor verde aqui. Este receptor verde representa uma mostra de um televisor de TV digital com um sistema de recepção integrado de um grande fabricante nacional, e este receptor aqui teve um comportamento bastante adverso dos demais receptores. Que comportamento adverso foi esse? O filtro testado pode ajudar a resolver problemas de interferência nas condições testadas para o problema de *downlink* ou seja, a descida do sinal do LTE para o terminal do usuário, mas o filtro testado nas condições em que testamos não foi suficiente para proteger a recepção de TV digital da interferência de *uplink*. Ou seja: o terminal do usuário para esse televisor de um fabricante significativo causaria interferência mesmo se colocasse um filtro, o filtro que testamos. Isso é algo crítico, porque é um fabricante notável no mercado nacional, é um problema de legado, que temos que resolver. Infelizmente, não adianta dar um conversor, simplesmente um conversor, um filtro no caso, que não vai resolver o problema. Talvez a combinação de vários filtros, ou até trabalhar outros cenários que não trabalhamos ainda.

Algo que estou exemplificando nesta transparência é que, em grandes centros urbanos, é grande o uso de antenas internas, ou ela sendo amplificada, ou ela sendo passiva. O amplificador dessa antena interna, o filtro dessa antena é integrado; não se consegue colocar um filtro adicional nessa antena interna amplificada. Qual seria o processo de mitigação dessa antena interna amplificada? Somente a substituição por outra antena de recepção, geralmente não uma antena interna. Ou seja, se você estiver morando em um prédio, num condomínio grande, um condomínio antigo em que não há você vai ter que providenciar um cabeamento, fazer um conduíte, de modo que se possa ter uma recepção por antena externa, porque, no modelo de recepção por antena interna amplificada ou antena interna passiva, você estará suscetível à interferência do LTE. E isso aqui, estamos vendo nos testes que temos realizado.

Não é em toda antena, mas, infelizmente, há um problema de legado. Em algumas antenas internas amplificadas – infelizmente, a tendência é que sejam todas – e nas antenas internas passivas, vamos ter problema de legado.

Outros cenários possíveis de interferência que não testamos. Existe a possibilidade da interferência do sinal do LTE na recepção feita do sinal digital, que é uma recepção aberta em algumas operadoras de DTH. Algumas operadoras, para não carregar o sinal digital das emissoras abertas no satélite, têm acoplado um sistema de recepção que pega o sinal aéreo. Não sabemos se esse sistema de recepção poderá causar interferência. Possivelmente, se ela estiver obedecendo somente à norma e o filtro dela estiver operando até o canal 68, por exemplo, é possível que haja a interferência nesse modelo de recepção.

Então, não basta acharmos que milhões de brasileiros estão recebendo o sinal da tevê aberto por tevê por assinatura. Uma parcela considerável poderá ter problema ainda na tevê por assinatura.

E outro problema que precisa ser estudado é a possibilidade de interferência do terminal do usuário no decodificador do sinal da tevê a cabo. O equipamento da tevê a cabo tem uma blindagem um pouco mais frágil, que acaba permitindo que o sinal de interferência do LTE, do terminal do usuário entre e cause interferência na recepção dos canais, não apenas dos canais abertos, mas nesse caso aqui de todos os canais.

Qual a fonte disso? Vários estudos internacionais estão em andamento com relação a isso, e há um cenário que não testamos no Brasil, e é possível de interferência.

No seu voto, que prevê a consulta pública no dia 3, o Conselheiro Jarbas Valente falou sobre a criação de uma EAD, que vai ser encarregada de fazer a substituição dos equipamentos das emissoras que serão realocadas, que vão sair do canal 51 ao 68. Essa EAD vai ser responsável por instalar os equipamentos de infraestrutura e radiodifusão e transferir esses equipamentos para as emissoras. Será responsável por operacionalizar o cronograma de migração dos canais de RTV e TV, respeitando os prazos definidos pelo Ministério das Comunicações, seguindo alguns princípios da administração pública como economicidade, modicidade e eficiência, probidade administrativa e ética; fazer a preparação de terceiros para capacitar recursos humanos necessários a fim de garantir a correta operação dos novos equipamentos adquiridos, equipamentos do ressarcimento da tevê digital e a distribuição dos conversores; adquirir e distribuir filtros de recepção da tevê digital e conver-

sores com filtros de recepção de tevê embutido, bem como adotar outras técnicas de mitigação. Essa EAD vai estar responsável por preparar a cidade para receber o LTE.

Então, além de preparar a população, principalmente a população assistida pelo Governo pelos programas sociais a receber o sinal de tevê digital, também temos que prover uma central de atendimento público para dirimir as principais dúvidas que vão ocorrer, prover um *site* na internet e campanhas de publicidade inclusive na tevê para informar toda a população sobre o processo de redistribuição de canais e desligamento do sinal analógico.

Apesar das atividades previstas pela EAD, temos algumas pendências como orientar a população sobre o desgaste de televisores analógicos, afinal nós teremos milhões de televisores analógicos, televisores de tubo que vão virar lixo. E o que a população vai fazer? É necessário uma campanha de modo que a população saiba o que fazer. É necessário uma política de destinação do descarte dos televisores analógicos que possivelmente deverá ser feita pelo Governo ou o Governo terá que nos orientar. Também temos que garantir que haja filtros suficientes para a população e conversores com filtros, porque afinal temos um problema de legado de várias televisões que deverá ser resolvido e serão necessários milhões de conversores e milhões de filtros adicionais para a população comprar. E deve-se assegurar o pareamento dos canais secundários pendentes, pois infelizmente não terminamos de pareá-los e os analógicos de prefeitura.

Há pouco tempo tivemos um mutirão do Ministério de Comunicações no Estado de Minas Gerais. Atualmente esse mutirão estava no Estado da Bahia para regularizar a situação das tevês que essas prefeituras têm, já que recebem um sinal de emissoras. Muitas emissoras não sabem que tem uma prefeitura recebendo um sinal e distribuindo para a população. Então, temos que também regularizar essa situação tanto no analógico quanto parear esses canais no digital.

E também há algo que é interessante, que é uma simulação do *switch off* em uma ou mais cidades para identificar quais as necessidades da população e até identificar pontos que a EAD vai ter que trabalhar mais fortemente para que o processo de transição seja mais tranquilo e com menor prejuízo para a população.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito obrigado, Sr. André.

Vamos agora para a nossa última expositora, a Srª Ana Eliza Faria, diretora de tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET. Com a palavra a Srª Ana Eliza Faria.

O SR. ANA ELIZA FARIA – Muito bom dia. Obrigada pelo honroso convite para estar aqui e participar desta reunião, deste importante debate do uso do 700. MHz. Bom dia, Senador Cícero, Senador Anibal, Senador Walter, que também se desdobrou para estar aqui conosco hoje, meus colegas da Mesa, todos os presentes que ainda estão acompanhando esta última apresentação.

Eu queria realmente parabenizar a Mesa pela organização dos temas, porque nós, da Sociedade de Engenharia de Televisão, reconhecemos a importância do tema e ouvimos com muita atenção as falas do Ministério e do General, reconhecemos a importância dos serviços. Mais do que isso, a televisão atua lado a lado com os organismos oficiais no momento de prover a informação e a segurança nos momentos críticos, nos momentos de catástrofe.

Reconhecemos o inegável crescimento da banda larga, tudo que já foi alcançado com os serviços 3G e a comunicação de banda larga móvel. Mais do que isso, a televisão também quer se beneficiar desse serviço. Nós queremos que a experiência de ver televisão seja mais atrativa para o usuário, que pode degustá-la em múltiplas telas.

Pode fazer a apresentação pelo PPT, porque o PDF está travando.

Sabemos que a convivência é um desafio. Meus colegas mostraram aqui, antes de mim, que os serviços de 700 MHz os serviços de banda larga móvel estão previstos para serem introduzidos na faixa ao lado, em frequências adjacentes à de televisão digital e à de televisão analógica, que ainda existem. Esses serviços são muito diferentes, têm características e topologia de rede muito diferentes, que faz com que essa convivência seja desafiadora.

Temos espaços que chamamos de fosso, a banda de guarda de serviços, que são os que facilitam essa convivência para permitir que ela se dê sem interferência.

Então, estamos no momento crítico do debate. O debate técnico está em andamento. Ainda temos muitas incertezas no processo. É um momento de temor para os técnicos envolvidos, porque, embora tenhamos aqui as declarações reiteradas pelos meus colegas da mesa de que não teremos a cobertura de televisão afetada, a qualidade da TV aberta quando da introdução dos serviços de LTE, sabemos que essas etapas de preparação que são fundamentais estão sendo encurtadas. E isso traz a insegurança técnica ao processo e cria esse ambiente de que precisamos caracterizar a interferência e que isso é um elemento fundamental de decisão e até de construção do negócio futuro.

Por ser um colegiado técnico, a Sociedade de Engenharia de Televisão, que sempre fez contribuições e sempre esteve muito ativa, partícipe, parceira da Anatel, do Ministério no desenvolvimento da televisão digital, continua essa busca de definir essas condições de convivência.

Já temos uma tradição, fizemos testes comparativos que deram a sustentação técnica para introduzir a televisão digital no modelo que foi introduzido no Brasil. E, agora, a SET novamente foi buscar esses testes e vem atuando em parceria com os testes que a própria Anatel está conduzindo. Então, estamos em campo, estamos no laboratório, aportando a nossa experiência.

O que a gente está dizendo é o seguinte: na SET, a gente tem muito pouco a dizer sobre como se criar um modelo de negócio atrativo para o 4G, sobre como vai ser a precificação desse bem, que é tão valioso, para verificar se é comparável ao valor do serviço, mas a gente pode, sim, afirmar algo sobre as características de interferência e dizer em que condições a recepção do sinal de TV está prejudicada.

Peço desculpas por causa desse "tecniquês", mas está escrito nesse eslaide – esse "tecniquês" é um pouco do vício da profissão – que existem muitos parâmetros técnicos e que é necessário que eles sejam caracterizados, para que se defina a tolerância nesse serviço. Há coisas simples. Por exemplo, hoje, a sua televisão sintoniza do Canal 2 ao Canal 69. O Canal 69 vai deixar de existir. A gente vai ter de sintonizar somente do Canal 2 até o Canal 51. Então, numa visão mais leiga possível, é claro que, se a minha televisão sintoniza um canal LTE, tenho grandes problemas. Essa é a situação, esse é o cenário em que a gente está.

Mais do que isso, vamos avançar um pouquinho mais e olhar dentro da própria resolução. O Maximiliano chegou a citar aqui a Resolução nº 625, da Anatel. Essa Resolução é importante porque é a base técnica para a introdução do serviço. Essa Resolução não garante a convivência, e, por conta disso, esses testes adicionais, esses parâmetros adicionais e essas condições de mitigação de interferência são necessários.

Quando falo aqui das incertezas na construção desse processo, quero chamar a atenção para algo. Por exemplo, tive de pedir licença para os meus colegas que estão na Anatel hoje finalizando os relatórios técnicos. Ontem, os trabalhos se estenderam até as 22 horas, e hoje deve ser mais ou menos o mesmo ritmo. O relatório está em aberto, o relatório está em construção, mas a gente, neste momento, já sabe qual é o regulamento necessário para mitigar a convivência. Então, existe aí esse descompasso, para o qual a gente está apontando no processo.

Vou um pouquinho mais além: embora seja muito importante olharmos a experiência de outros países, porque essa é a base para construirmos a nossa própria identidade, a nossa própria experiência técnica – eu até questiono um pouquinho os dados divulgados pelo Sr. Maximiliano, porque também fomos atrás dos dados oficiais e obtivemos números um pouquinho diferentes –, mas, deixando isso um pouco de lado, o importante é olharmos para o nosso caso brasileiro. E, no nosso caso brasileiro, a população tem o hábito muito forte de assistir à televisão com antenas internas, que são essas antenas que exemplifiquei aqui, para termos um pouco dessa sensibilidade. Essas antenas estão nas nossas casas, nas casas dos nossos amigos, dos nossos pais, da nossa família. A gente acha que restringir o uso desse tipo de antena por conta de interferência pode prejudicar, inclusive, a expansão da TV digital, porque é um hábito que vai ter de ser mudado, e há uma dificuldade muito grande, principalmente em prédios, de se viabilizar a antena coletiva.

Estou dizendo isso com base numa pesquisa muito recente do Ibope, que vou mostrar aqui para os senhores. Observem que o Ibope fez uma pesquisa muito recente na cidade de São Paulo. Essa é uma pesquisa ainda inédita, que está sendo divulgada. Normalmente, a gente olha os números de pesquisa de uma forma muito… É muito difícil perguntar para a população como ela assiste à TV. Quem tem antena coletiva no prédio não tem a menor ideia de que essa antena existe. Há esse hábito de se colocar a antena no alto do prédio, mas ninguém sabe disso.

Acho que a grande maioria dos que estão aqui não se no alto do seu prédio há uma tevê, que tipo de tevê está ali. Se a tevê é dentro de casa, a pessoa conhece, porque ela tem ali um objeto que é identificado.

Então, a gente foi atrás de pesquisar, mas com o apoio da Engenharia, para conversar com as pessoas e descobrir como elas sintonizam, mostrando fotos de antenas, mostrando como é o nome da emissora que aparece, para tentar, através de várias perguntas combinadas, chegar a essa resposta.

Esta aqui é uma amostra do Ibope, na cidade de São Paulo, que apontou que 70% das pessoas na cidade de São Paulo assistem à tevê aberta – são 65%. Trinta e cinco por cento da população só tem tevê paga. Observem que esse dado é distorcido na cidade de São Paulo, porque é o lugar onde há mais tevês pagas no País.

Cinquenta por cento das pessoas – este é o dado mais crítico, quando a gente fala de interferência – têm como única forma de assistir à tevê a tevê aberta do ar. São 50% da população de São Paulo.

Então, essas são as pessoas que estão expostas à interferência e que perdem completamente o acesso.

Agora, mais crítico que esse número, eu destaco o número abaixo. Vinte e cinco por cento, ou seja, metade dessas pessoas assistem com antena interna – aquelas que mostrei. Então, essas pessoas estão muito sus-

cetíveis à interferência. Por quê? Porque o hábito é você assistir à tevê e deixar o celular do lado, ou consultar uma notícia, ou responder a um *e-mail*, ou ver informações adicionais, participar da rede social. Eu não estou falando da telefonia 4G atual, porque esta não tem a ver com a faixa de 700 e não é a que interfere, mas o emprego da telefonia 4G, na faixa de 700, põe em risco este hábito: consumir banda larga no seu celular portátil no mesmo ambiente em que você tem uma televisão interna como única forma de acesso de televisão.

Outro aspecto que é complementar a esse é dizer que a interferência, então, está detectada de uma forma segura, e a gente não tem as bases técnicas no regulamento da Anatel para garantir essa convivência. E acrescentar filtros. A gente está trabalhando com a indústria para fazer protótipos de filtros para rejeitar a interferência nessa faixa. Então, a gente se antecipa ao trabalho de preparação da indústria para esse cenário de convivência, mas eles, sozinhos, não resolvem o trabalho. Aparentemente eles são simples, apesar do desafio de distribuir ou de informar às pessoas que tenham acesso e que adaptem a sua instalação para a colocação desses filtros, que permitiriam a continuidade do serviço. Esse filtro, sozinho, não faz o trabalho.

Então, a gente acha que mitigar a interferência é muito importante, é necessário nesse processo.

Nas condições previstas, há muitas situações em que a gente não elimina a interferência. A gente tem que se ajustar trabalhando não só com o foco num filtro, mas num conjunto de condições, que inclui trocar antena, mudar a posição da antena, e a população, sozinha, talvez não seja capaz de resolver todas essas condições de convivência isoladamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANA ELIZA FARIA – Então, a gente acha que isso tem que começar com operações experimentais, que a informação e a conscientização da população são trabalhos que não se restringem a essa questão de filtros.

Agradeço o convite para a participação. Acho que precisamos trabalhar realmente num conjunto de parâmetros, de forma bastante técnica, a fim de continuar essa operação livre de interferências. Não queremos dizer que há interferências. Nós não queremos interferências, queremos a convivência dos serviços e a continuidade da TV aberta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Ana Eliza.

Passamos a palavra, agora, para os Srs. Senadores, por ordem de inscrição.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu acho que tivemos uma boa audiência. É importante lembrar essa exigência. Eu estava aqui ouvindo as intervenções e me lembrando de alguns fatos que foram, eu diria, até patrocinados ao longo deste debate.

Houve um grande embate no Brasil sobre essa questão, Max, principalmente a da utilização de frequência, com a mesma visão que existe hoje na chamada escala mundial. Foi quando tomamos a decisão em relação à 1.8. Naquele momento, inclusive, havia uma pressão muito grande. Aliás, no início, a Anatel tinha quase que já firmado posição pela utilização de 1.9.

Eu até fazia uma brincadeira na época, General. Eu dizia que essa foi a única guerra que os Estados Unidos ganharam contra si próprios. Eles pegaram a faixa de 1.8, usaram para ações militares, e tiveram que usar a de 1.9 para comunicação móvel, quando o mundo inteiro estava padronizando, naquela época, a de 1.8. Surge aí a grande campanha do GSM. Ganhamos escala e adentramos o mundo da comunicação móvel exatamente a partir desse ganho de escala. Esse foi um marco importante.

É óbvio que havia restrições, tanto do ponto de vista tecnológico como do ponto de vista de cobertura – o General levanta muito bem esse ponto –, o que representa a necessidade de investimento. Não houve compartilhamento de infraestrutura. Assistimos a uma verdadeira implantação de antenas, umas coladas às outras, e, em alguns casos, o atendimento era só nos grandes centros. Mas foi um marco importante para iniciarmos essa caminhada.

Depois, tivemos a possibilidade de alinhamento com o mundo, buscando ganhar escala, principalmente para a expansão. Nem experimentamos direito o 2G e já estávamos, naquela época, discutindo a implantação do 3G. E hoje, se não me falha a memória, Max, temos tecnologia 3G implantada em 3,5 mil Municípios e estamos discutindo não mais 4G, mas LTE, e o debate no mundo inteiro já caminha para o que poderia se convencionar de 5G.

E encaixamos essa coisa da TV digital num período até muito crítico.

E algo por que estamos clamando agora, Ana, no debate para buscar o ajuste, foi uma pregação que fiz no deserto, literalmente, sozinho, em relação à TV digital. Eu fui acusado inclusive de ser contra a implantação da TV digital no Brasil. Apresentei projeto e fiz o bom debate, não na lógica de ser contra, mas para chegar a esse ponto. Naquela época, o primeiro aspecto que eu levantava era o mesmo de hoje: que escala vamos ter? Quer dizer, o padrão não pode ser o determinante. Padrão, naquele momento, era exatamente equipamen-

to, não era caminho. Então, eu dizia que nós estávamos subvertendo – que é o termo mais correto – o debate sobre a questão de TV digital no Brasil, porque mergulhamos numa briga – mergulhamos não, porque eu não entrei nessa canoa furada –, num debate frenético de qual padrão adotar, como se a gente pudesse separar, no momento de utilização principalmente de tecnologia como essa, a relação entre o uso de tecnologia, o uso do espectro – que é o ouro da Babilônia, que é o que, efetivamente, se pode desenvolver para usar –, numa mera relação – perdoem-me os da época – comercial.

E essa promessa foi feita, e foi feita em duas direções, Anibal. Uma de que os radiodifusores, principalmente os que não tinham tantas condições, teriam financiamento em condições para aquisição dos equipamentos. A outra é que até com adoção de determinado padrão, a gente receberia aqui até uma unidade de semicondutores no Brasil.

Se alguém pegar as notas taquigráficas da minha fala na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Câmara dos Deputados, vai encontrar lá eu dizendo o seguinte: "Eu pago para ver, porque eu não conheço". Na época, inclusive, eu levantei até o seguinte: "Eu quero saber onde há fábrica de LCD, de plasma e tal". E não existe nem na Europa nem nos Estados Unidos.

Na bancada aqui atrás, está um senhor que pertence a uma grande empresa no mundo que produz ali os seus *chips*, mete no avião e bota o bolachão para viajar para o outro lado do mundo, e isso vai ser produzido lá na Ásia. Só existe na Ásia, em quatro lugares na Ásia; não existe fora dali. E eu dizia: "Não é possível que a gente vai ser agora o quinto lugar no mundo".

Essas são coisas sobre as quais eu acho importante o debate. Por isso, eu louvo o encaminhamento que tanto o Ministério quanto a Anatel têm dado a este tema. É importante a gente começar a tratar as coisas de forma encaixada e compreendendo os passos.

E volto a dizer, Zeze Perrella, assim como eu disse em relação à 1.8, que essa decisão de 700MHz é uma decisão de Estado; ela não pode ser uma decisão comercial, como foi a decisão em relação ao padrão de TV digital. Ela é uma decisão de Estado. É aí que eu vou determinar, general, como é que a gente vai promover a utilização disso para a vida das pessoas.

Volto a dizer que, se a TV digital era só para embelezar a imagem, não precisaria esse esforço todo; não precisaria, de forma nenhuma. Porque o cara que pode ter uma TV por assinatura recebe ali em fibra, tranquilo, vê até os detalhes se a maquiagem está bem-feita ou se está malfeita. Mas não estamos tratando desse negócio, não é esse o problema. Não é voltar à história do bombril ou se a gente vai usar agora um… Porque agora a discussão é o filtro.

Lembro que ganhei minha vida de duas formas na minha fase de estudante. Eu era estudante e já tinha dois filhos. Meus dois filhos mais velhos nasceram no momento em que eu estava na escola, e eu tinha que ganhar a vida ali dentro. Então, eu dava aulas – era professor de Matemática e de Física – e consertava equipamentos, para sobreviver. E eu lembro que, um dia, um sujeito chegou a minha casa e disse: "Pinheiro, eu comprei isso aqui na feira do rolo e me disseram que para televisão colorida funcionar o estabilizador tem que ser Vetacolor, o estabilizador tem que ser para televisão colorida". Eu perguntei: "Rapaz, onde você comprou?" "Eu fui à feira do rolo, dei uma bicicleta e troquei a bicicleta velha nesse Vetacolor, porque os meninos lá em casa precisam ver. Só que eu botei o bichinho na tomada e não funciona, Pinheiro." Eu peguei o tal do Vetacolor e disse: "Rapaz, estabilizador é qualquer um, não tem esse negócio de Vetacolor". O nome do fabricante era Vetacolor. Estabilizador para TV colorida. Estabilizador é para tensão e não para TV colorida. Agora nós estamos discutindo filtros, Ana. E aí, Patrícia, eu peguei o estabilizador do cara, coloquei na tomada, quando eu liguei, eu disse: "Não tem nada". Resolvi abrir o desgramado do Vetacolor para ver. E o cara, o malandro, colocou uma pedra dentro do estabilizador, e pegou a bicicleta.

Feira do rolo é uma feira que acontece na entrada do subúrbio, no sentido de quem vai para Paripe, em Salvador, onde os caras trocam tudo. Ela levou, coitada, uma pedra. E eu peguei – o menino encheu os olhos de lágrimas –meu transformador velho que estava no meio dos meus alfarrábios, encaixei direito e botei lá e disse. "toma, seu Vetacolor vai funcionar beleza".

Então, estamos fazendo essa discussão agora. Você imagina a quantidade de filtro que teremos daqui a pouco. Vão começar a discutir que tem que ter um filtro passa-faixa, porque é o filtro que vai permitir que o sinal digital entre, para que não haja interferência no celular quando estiver junto. E a tal da mobilidade, da interatividade que discutimos com a TV digital? Aí vou ter outro filtro ou talvez até usar o Ginga, o nosso *middleware* para ver se é possível compatibilizar o sinal do celular com o sinal da TV. Agora, vou aproveitar e vou usar um elemento que sirva como *middleware,* e, portanto, juntos, esses dois sistemas evitam interferência.

Eu fico extremamente preocupado porque está mais do que cristalizado na cabeça de todo mundo que meteríamos a mão no interruptor e pronto. Não é.. Acho que a Patrícia traduziu muito bem, que a gente usa muito essa expressão desligar-ligar, para quem está no interior. Dizemos: "vá desligar a TV". Ou seja, o movi-

mento de saída do analógico para entrar efetivamente no digital, a gente convencionou desligar. Esse debate do "desligar" todos tinham isso na cabeça, muito antes daquele evento na Estação da Luz, em São Paulo, que eu fui, em 2007. Era o *start* da TV digital. Mas ali todo mundo já tinha como certo que, em 2016, vamos meter a mão no interruptor… Acabou. Vamos pegar essa faixa de frequência e utilizar para outra coisa.

Esse é um processo que estava mais do que avisado. Então, é importante que tenhamos clareza e discutamos todos esses problemas para irmos ajustando e entendermos o que fazer.

E outro aspecto que me chama muito a atenção, General, é aquele em que o senhor abordou de forma muito correta. De nada adianta fazer essa transformação toda e não conseguir, por exemplo, unificar todas essas coisas. Não tem como. Eu sou uma das pessoas que mais reclamam por centro de emergência no Brasil. Em toda a cidade que vou, visito o centro de emergência, todas as cidades. Conheço o centro de emergência da Noruega, da Suécia, da China, do Japão, de Portugal, da Espanha, da França, de Miami, dos Estados Unidos, em toda cidade. Se eu pisar numa cidade, eu entro num centro de emergência. E às vezes faço até coisa do tipo: o governador da Bahia quando viaja, chego a perguntar onde está a agenda dele e acerto com o pessoal local para rebocar o governador e levá-lo para conhecer um centro de emergência. Ele até me liga: "armou mais uma para mim aqui?". É para o senhor ver como funciona.

Eu defendi isso, General, quando a gente começou a discutir o PPA. Botei isso no PPA – eu fui relator do PPA em 2011 – exatamente dizendo que era a oportunidade de utilizarmos isso para Copa e utilizarmos isso como um instrumento importante para o serviço no Brasil. E quando cheguei aqui, na minha posse, tivemos durante um período, antes da posse, aquelas chuvas tanto em Santa Catarina quanto na região serrana do Rio de Janeiro. E víamos as pessoas fazendo, na realidade, emergência no improviso. "Chama aí, menino, pelo alto-falante".

Na minha época, quando criança, morava num bairro chamado Uruguai, havia três ruas, havia uma fábrica de chocolate, era um judeu o dono dela, ele batizou três ruas de Palestina, Sinagoga e Galileia. Hoje até mais parece uma faixa de Gaza, mas tudo bem. Eu morava nessa rua, e ele tinha um serviço de alto-falante Jaguaraci, eu me lembro até hoje do nome. Cada poste tinha uma "boca", como era chamado o alto-falante, que era o nosso rádio. Então, para gente trabalhar na emergência, você já imaginou ter um jaguaraci fazendo serviço de emergência na serra? E eu não estou falando nada, General, que não é algo que já está em uso no Brasil. O Max é testemunha, eu tenho brigado, defendido no Ministério inclusive para colocarmos número único. O senhor falou aqui de mais de vinte órgãos. Eu tenho que gravar o número de 24 órgãos desses? Talvez seja fácil uma pessoa gravar 192 ou 190. Se eu pegar uma pessoa

Se eu pegar uma pessoa numa média aflição e perguntar se o número 192 é de quem, duvido que alguém me responda imediatamente quem é dos bombeiros ou da polícia. Duvido. Então, a gente tem todas as condições hoje de usar um único número, ainda que se preserve 192, 193, 190. A Europa faz isso. O 112 funciona em toda a Europa ou o 911 americano. Para lá, é bonito. Para cá, não pode?

Então, temos que aproveitar neste debate de 700 e encaixar esses nossos centros de emergência, essa nossa capacidade de gerenciar isso. Portanto, eu não estou falando de nada. Quando o senhor estava falando, eu estava me lembrando do velho acidente, que já está muito antigo, da Estação Atocha, em Madri, em que já se utilizou esse tipo de técnica. O centro de emergência, inclusive, avisou às pessoas em volta que não se deslocassem para aquela região. O centro de emergência é, inclusive, acionado para socorro. O centro de emergência serve como, como o senhor disse, catalisador ou pelo menos organizador da ação de emergência.

É por isso que estamos fazendo o debate dos 700MHz. Não é porque é mais bonito ou vai ter mais isto ou aquilo ou porque vai embelezar esta ou aquela imagem, ou que vai dar este ou aquele resultado. É porque nós precisamos exatamente fazer a adequação e o uso dessa faixa de frequência para permitir ganharmos escala e, portanto, baratear o custo da infraestrutra, claro, e baratear o custo dos equipamentos.

O dado que o Max trouxe é importante. Quer dizer, cresce, cada dia mais, a compra de *smartphones* por parte do consumidor. Mas, mesmo assim, temos ainda tenho um número expressivo que convive com eles, e é o que chamo muito de celular pebinha. Mas, mesmo no peba, se eu fizer em 700 MHz, mesmo nesse tipo de aparelho, nos 700 MHz, tenho condição de o botar serviço, Cícero. Não precisa ser o aparelho mais sofisticado do mundo para ter determinado serviço.

Então, essa não é uma escolha que está dissociada do que podemos promover de serviços. Eu tenho insistido muito, General, neste novo tema que é a internet das coisas para podermos pegar isso e efetivamente levar, como o senhor mostrou, para saúde, educação, segurança.

No ano passado, eu abri um grande debate com o Banco do Brasil, pressionando-o para destinar recursos à questão da onda de assaltos que temos nas pequenas cidades. Por que se explodem tantos caixas eletrônicos? Porque o cara sabe, Cícero, que, no interior da Bahia, da Paraíba, seja lá onde for, as condições para a Polícia são bem menores. Eu não tenho nem como filmar, General, para tentarmos, pelo menos, pegar a imagem de um sujeito desses. Então, a ideia era pegar recursos e ir para cima do Banco do Brasil, que tem destinar dinheiro a

isso, a financiar a segurança. Ele é o maior interessado. Mas, para eu pôr câmera, para pôr esse sistema, para eu interligar isso a um centro de emergência, eu preciso de banda larga, eu preciso dos 700 MHz, porque, senão, eu vou funcionar com uma frequência mais alta e vou ter que pôr muito mais torre para chegar lá na minha Xorroxó, na Bahia.

É esse debate que temos que travar. É por isso que achei importante quando a Anatel tomou a decisão, ainda que abrindo o edital e marcando para agosto. Vamos esperar o resultado dos testes, vamos ver como se darão as audiências públicas, como é que a gente faz o rebatimento.

Eu cobrei aqui, General, na reunião passada, quando apresentei o requerimento – Cícero era testemunha –: "Nós precisamos discutir a frequência um pouquinho abaixo de onde está a polícia", porque hoje a gente só faz comunicação das mais, diria até, rudes que possamos imaginar. Não é possível mais. Hoje, em vários lugares, não precisa nem o cara usar nenhum aparato mais sofisticado. O próprio celular do sujeito integra-se ao sistema da Polícia e, no momento em que ele está ali, ele faz uso.

Aliás, eu vi isso em 2007, na cidade de San Diego, quando fui visitar uma experiência. O aparelho não era nenhum *smartphone* desse novo tempo. Não vou dizer o nome do aparelho para não fazer propaganda para o fabricante. Era um aparelho simples. Coincidentemente, fomos ver uma operação na Polícia e, quando chegamos à rua, Cícero, o policial estava abordando uma pessoa. Ele simplesmente, no celular dele, tirou a foto da pessoa, mandou para o centro de emergência, a qual imediatamente devolveu a mensagem, dizendo: "Olha, a foto que você está mandando não confere com o documento que você está enviando." Imediatamente. Então, assim, é instantâneo.

Nós não estamos falando de inventar a roda, a roda já está rodando. O problema é que aro nós vamos botar nessa roda e de que cor eu vou pintar esse aro. Esse é que é o debate. Só que isso tem uma importância muito grande, porque, na medida em que coloco determinados aros, tenho como botar essa roda para girar num bocado de canto que não vê isso.

Eu falei aqui na Noruega. Eu fui a uma cidade chamada Stavanger, para ver um centro de emergência operando em pleno inverno na Noruega. Peguei um frio de matar. E o cara me disse lá, me disse assim: "Olha, Pinheiro, nós atendemos pontos remotos". O norueguês e o sueco, até por características, moram muito espaçados, remotamente. O sujeito vive lá no meio daquela floresta. O centro de emergência chega a esse cara. E mais, esse sujeito tem banda larga, tem energia, ele consegue se comunicar com o centro de emergência em plena neve, ou até nas nevascas.

Eu fui, inclusive, na época em que discutíamos aqui a questão dos 450 MHz, ver a experiência que é utilizada em 450 por uma empresa sueca. No interior da Suécia, a cobertura é com 450. A adoção daquela frequência foi feita exatamente para cumprir esta tarefa: longas distâncias, raio maior, população completamente espaçada, mas que tem que ser atendida, Zezé.

Então é por isso que fiz questão de insistir com esse debate, porque acho que temos que tentar contribuir de outra forma. O esforço que temos que fazer é um esforço para que isso possa andar este ano, mas possa andar nesta sintonia, nesta sinergia, de cobrar determinadas coisas, garantir a chegada do serviço, integrar principalmente esse serviço.

Quando a gente fala aqui, General, de prefeituras, vocês imaginam o que é chamar um governo de Estado e dizer o seguinte: "Aqui, olha, o governo do Estado começa a bancar quatro serviços básicos: saúde, educação, segurança e os serviços chamados de cidadania." Isso viabiliza a chegada do negócio a qualquer lugar. Fora disso, o que a empresa acrescentar é ganho dela. Então. você começa a dizer o seguinte, olha, o Estado chega junto, implanta esses quatro serviços. É como se eu estivesse comprando já os quatro serviços, e, portanto, você viabiliza a expansão do negócio. O restante? O sujeito vai disputar.

Agora, sou radicalmente contra essa tese: "Ah, nós vamos fazer isso, agora vamos botar internet em praça pública." O *wi-fi* em praça pública é legal, mas é mero modismo. Eu prefiro ter os serviços, e o *wi-fi* em praça pública, depois dos serviços. Então esse é que é o jogo, dá para fazer isso combinado.

Vamos utilizar esse leilão, chamar as operadoras, chamar os Estados, fazer essa pactuação entre as forças, entre os centros de serviço, aproveitar as doze sedes da Copa. Podíamos já fazer essa experiência. Não é só fazer a cobertura para o estádio, mas, sim, para o legado.

Nós vamos ter, em Salvador, 50 mil pessoas lá na Fonte Nova assistindo ao jogo. Aliás, um jogão, por sinal, Holanda e Espanha. Mas assim, numa boa, 50 mil? Três milhões, quatrocentos e cinquenta mil pessoas ali em Salvador não estão no estádio. E precisam do centro de emergência. A gente fica nesse sufoco, "o estádio tem que estar pronto!" Para 50 mil? A Fonte Nova antiga pegava 80 mil. Eu ia para a Fonte Nova quando era menino e nunca tive problema nenhum. Então, o problema não está no dia do jogo só. O problema é que temos que aproveitar o jogo e fazer daquilo um caminho para extrairmos o legado. A Copa vai embora, e eu fico lá com os problemas para resolver.

Então, acho que este é que é o momento para aguçarmos. Por isso, Zezé, insisti muito para fazermos isso, e acho que temos que aproveitar as contribuições que foram dadas aqui hoje, que foram muito boas, para nos intrometermos nesse debate, nos intrometermos nesse debate. Eu não posso ficar aqui assistindo – eu não me conformo com isso – assistindo só a uma decisão da Anatel, em relação a essa questão, ou do próprio Governo. Acho que há razões, a Fazenda, para fazer o leilão e tal, e tal. É importante para arrecadar, mas, mais do que isso, mais importante é o que eu vou arrecadar para a sociedade, que tipo de serviço vou deixar. Como é que vou resolver essa questão da TV, como é que eu vou botar para funcionar a interatividade e a mobilidade na TV digital. que nos foi prometida e nos foi vendida como a oitava maravilha. Então, isso tem que funcionar. Como é que posso utilizar essa TV digital como mais uma ferramenta de banda? Quantos serviços podem entrar pela TV digital? À época, inclusive, o grande debate é que iríamos usar a TV digital para fazer educação. Depois, veio a história do *backhome*, mas o objetivo era a TV digital chegar. Chega pela escola. Portanto, esse não é um debate dissociado nem perdido. Estou convencido de que está correta a adoção dos 700MHz, mas acho que deveríamos discutir um conjunto de encargos, um conjunto de coisas. O que vamos aproveitar para fomentar, para ampliar, para agregar e, principalmente, para prestar serviço e cumprir esse papel nosso que é o de universalizar esse acesso?

Não dá para deixarmos mais só essa história de voz, principalmente na área de segurança, nem tampouco prometer, como o português fez com o índio, colocar celular no lugar de telefone público. Só para dizer alô? Índio não quer só isso mais assim como também todos os outros que vivem em outras aldeias espalhadas pelo Brasil afora.

Esse é o momento ideal. Esse é um dos temas, volto a dizer, mais importantes. Às vezes, as pessoas não o tratam com importância, mas esse é um dos pontos mais importantes para a cidadania, para serviço e para desenvolvimento econômico, Zezé!

Por exemplo, estamos cheios de pedidos de gente para se instalar no interior da Bahia para exploração mineral. Alguém vai se não houver serviço de banda larga? Não há como. Hoje é essencial para a economia, é essencial para o funcionamento de qualquer atividade. A monitoração de todas as torres eólicas de uma grande empresa mundial é feita em uma pequena cidade na Espanha. Essa monitoração é feita no mundo inteiro, no mundo inteiro. São capazes, inclusive, de dizer, instantaneamente, as que estão ou não funcionando e, remotamente, consertar alguns sistemas de aerogeradores. Então, por que não posso ter isso? Qual o problema? Esse negócio está distante de nossa mão? Não. O problema está em a decisão ser tomada para ganharmos essa escala, ganharmos oportunidade e fazermos isso também no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Walter. Mas a importância de sua contribuição, como grande entendedor do tema, é exatamente por isso. O Governo não pode ter uma visão só de arrecadar, até porque o dinheiro arrecadado também é para e é da sociedade. O Governo terá de ter realmente uma visão mais social sobre esse tema que é de absoluta importância e que vai, obviamente, repercutir para as futuras gerações. Uma decisão errada tomada agora, acho que o estrago será muito grande daqui para frente. Por isso, a importância desses debates.

Com a palavra, então, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zezé Perrella.

A riqueza desse debate sobre a faixa dos 700 MHz, para mim, traduziu-se muito mais nos gargalos expostos que propriamente nas vantagens. Eu acho que o debate, com essa transparência, é muito importante para que a gente possa, inclusive, ficar com nossas antenas ligadas. Eu posso afirmar aqui que todas as vezes em que ouvi falar em tecnologia digital foi o suprassumo da qualidade. Quando se fala em tecnologia digital, é algo em que não há problema. É a imagem perfeita, é tudo do melhor.

Hoje, pela primeira vez, ouvi falar em interferência. Eu nunca ouvi falar, Walter, que, quando tivéssemos a digitalização da televisão, correríamos o risco de interferência. Lá no Acre, sofremos com nossa rede pública e o Canal 2 justamente porque temos de funcionar na recepção de sinal e transmissão de sinal por meio de *transponder*, e ficamos permanentemente com a invasão de sinais de outros. Que entra com maior potência entra e tal. Eu estava certo de que, com essa ascensão tecnológica à a tecnologia digital, não teríamos mais esse problema. Inclusive, aprendi com Walter Pinheiro que, na tecnologia digital, ou é um, ou é zero, não chega pela metade.

É isso? Aprendi corretamente?

Não tem bombril. E, agora, estou ouvindo falar que vamos ter interferência.

Então, acho que as equipes vão ter que se comunicar para encontrar um processo de dar resposta definitiva a isso, porque, senão, vai ser muito ruim as pessoas receberem tecnologia digital com ruído. E isso, para mim, é um assunto que me deixou bastante atento, aqui, a essa discussão.

O outro aspecto: o General apresentou a multiplicidade de serviços das missões críticas – segurança, por exemplo – e o quanto a gente depende de agilidade do Estado para prestar um serviço de eficiência e de total segurança, para proteger vidas, para proteger a integridade dos cidadãos e tudo, o quanto que depende dessa faixa dos 700 MHz. E ele disse que estão reservados somente 10 MHz para essa ação crítica do Estado. Aí, o General disse que gostaria de 20, mas, digamos, não sendo possíveis os 20, se dá por satisfeito com os 10.

Eu acho que essa pergunta precisa ser feita: será que os 10 são suficientes para essa grandiosidade da ação crítica que o Brasil, sendo um País continental, com todas as suas particularidades? Eu sou da Amazônia, sou do Acre, e sei que lá, como na Noruega, Walter Pinheiro, o povo vive em espaços muito longos, uma casa da outra, nos seringais, nos rios, nos igarapés. Então, como é que vamos fazer chegar a essas pessoas essa tecnologia, essa segurança, essa possibilidade de as pessoas terem um atendimento?

Nós tivemos um indigenista lá, em, acho que 2007, 2008, que levou uma flechada, numa ação, lá, no alto Rio Envira. Era o indigenista José Meirelles. E foi incrível, porque, depois, ele deu uma entrevista dizendo que tinha ficado feliz com a flechada, porque sabia que estava cumprindo a missão dele de os índios arredios permanecerem arredios. Achei uma demonstração de entrega tremenda.

Mas foi uma coisa incrível. Tivemos que nos comunicar, praticamente, por Cipó, para saber da notícia, depois, acionar Porto Velho, para conseguir um helicóptero das Forças Armadas, para fazer chegar, fazer um pouso no escuro. Tudo isso, na Amazônia, para salvar a vida de um cidadão que, graças a Deus, foi salvo e continua contando essa história para a gente e fazendo um bom combate em defesa dos índios arredios.

Então, precisamos muito dessa tecnologia e, principalmente, Walter, de tecnologia de banda larga. Precisamos chegar, precisamos de velocidade na internet, para, minimamente, acompanhar o avanço dos outros, porque, nas regiões isoladas, só temos uma chance de dar a volta por cima: se tivermos possibilidade de receber a informação instantaneamente, porque, mesmo estando isolados, podemos acompanhar os acontecimentos e ter opinião, que é algo muito próprio do povo daquela região, o povo que supera as dificuldades tendo opinião sobre tudo. E tendo opinião crítica, e exigindo muito.

E, a outra coisa que me vem aqui, da exposição da Drª Patrícia, é em relação à substituição, a como é que vamos atender à população de baixa renda com esses conversores. Eu vi, tempos atrás – continua, ainda, sendo levada à prática – a substituição das antigas geladeiras por novas geladeiras, porque consomem menos energia e, dessa forma, o Governo acaba economizando em redução de consumo de energia ao conceder à população de baixa renda uma geladeira.

Eu pergunto: não seria o caso, ao invés do conversor, de se pensar na possibilidade de televisores que recebam a tecnologia digital da maneira apropriada para essa população de baixa renda?

E, por último, o Canal da Cidadania, porque se prevê, aliás há uma portaria em que se abriu a todas as prefeituras e organizações da sociedade civil nos Municípios, requererem o Canal da Cidadania. E como é que vai ser a disponibilidade de banda para atender isso? São quase 5.600 Municípios. Como é que a gente vai atender? Quer dizer, essa faixa de 700MHz, do 698 a 802, é uma faixa suficiente para atender a essa demanda toda?

E a outra é: na exposição também da Drª Patrícia, os canais de 2 a 13 e de 51 a 69 vão ser todos concentrados de 14 a 51, não é? O que vai ser feito com esses outros canais, esses que estão sendo desativados? Eles somem do mapa, ou eles serão utilizados para outra finalidade?

E por último, como é que ficarão aqueles… O "analógico do analógico", que é, por exemplo, o sistema de radiodifusão na Amazônia, que funciona basicamente com as ondas tropicais, que são transmissores que eu acho que nem são fabricados mais, não é? Uma tecnologia da era do fogo. E é a única eficiente para chegar às comunidades mais remotas. Então, que tipo de resposta temos que ter para fazer chegar a informação às comunidades mais isoladas? Se há algo que também está se pensando em relação a essas situações de ondas, a transmissão em ondas tropicais, como é que se imagina tratar isso? Elas permanecerão existindo com algum tipo de reforço de tecnologia? É isso.

Fiquei muito feliz pela exposição, pela sinceridade, pelos gargalos terem sido aflorados, e acho que, além da contribuição dos nossos cinco convidados, a contribuição de Walter Pinheiro é sempre muito destacada, porque ele traz a experiência de vida de tantos anos dedicados às telecomunicações. E o legal é que ele tanto conhece da área como tem total disposição para partilhar esse conhecimento, e a presença dele enriquece muito o debate. E tenho certeza de que os debatedores também entendem dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Anibal.

Vamos agora para as considerações finais. Eu gostaria de passar a palavra, vamos pela ordem aqui, começar pelo lado direito, Dr. André Felipe. Em seguida a Ana Eliza, enfim. Por favor.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito obrigado, Sr. Senador.

Primeiramente, lincando com algo que o Senador Walter Pinheiro disse, com relação à recepção móvel de TV digital, esses aparelhos, principalmente dispositivos móveis, atualmente são os mais sensíveis, e pelo tamanho deles, não há nem como colocar um filtro. Então o que temos… Quem comprou um GPS hoje que recebe TV digital para ver TV digital agora só vai ter o GPS. Gastou cento e poucos reais a mais para algo com data de validade. Então, todos esses dispositivos móveis, infelizmente não estamos encontrando uma solução para eles, porque o filtro deles seria até o canal 69, e infelizmente não há uma solução plausível para eles.

E, com relação ao sistema de TV digital brasileiro, pela modulação que usa, ele é mais robusto à interferência que os demais. Mas também nunca dissemos que o sistema digital brasileiro era imune à interferência do LTE, porque quando o sistema foi criado, quando o sistema de TV digital que nós adotamos foi criado no Japão, nem existia LTE. Então, não havia como fazermos um teste para saber se era imune ou não. E também não estava em discussão o uso da faixa 700 naquela época. Com o cenário que tínhamos na época não tinha como prever essa interferência. Então a situação, a evolução tecnológica acabou criando um cenário em que infelizmente as duas tecnologias se chocaram e utilizam bandas adjacentes.

Era só isso que eu queria adicionar. Alertar que a nossa maior preocupação é o legado. Infelizmente, o brasileiro não compra televisão como o japonês compra. O japonês troca de TV de dois em dois anos. Uma TV no Brasil tem vida útil de dez, quinze anos. E esse problema de legado, principalmente de televisores que nem filtro resolve, é algo muito sério e de difícil solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, a Srª Ana Eliza.

O SR. ANA ELIZA FARIA – Muito obrigada, Senador.

Agradeço aqui, mais uma vez, a gentileza de participar deste debate e as falas dos Senadores Pinheiro e Anibal.

Na minha fala final, eu queria, mais uma vez, então, registrar que a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão apoia o uso do espectro com eficiência. Achamos que é o bem público. O Estado tem de estar atento, tem de participar. É a forma de o Estado ditar os caminhos que realmente levam ao desenvolvimento, mas também sabemos que precisamos encontrar caminhos de convivência. São redes diferentes, serviços diferentes, que operam lado a lado e se interferem mutuamente. A TV interfere na operação do 4G; o 4G/LTE, na faixa de 700, interfere na TV. Então, acho que a nossa contribuição aqui, no debate, é justamente a de apontar esses caminhos e apoiar para que os parâmetros sejam construídos com a lógica da eficiência e do bom uso do bem público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigada, Ana Eliza.

Com a palavra, o General Antonino dos Santos Guerra.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Eu gostaria de cumprimentar esta Casa e a Comissão de Ciência e Tecnologia por trazer para si esta discussão; e de cumprimentar também o Ministério das Comunicações e a Anatel pela maneira célere com que está tratando o assunto, mas sem deixar de considerar todo o legado, todas as questões que estão aí presentes, também considerando que é um ativo e que deve ser trabalhado com questões de investimento, de patrimônio, como tesouro, sim. Então, há um bom equilíbrio na tratativa dessa questão a que tenho assistido há mais de um ano, de forma célere, mas democrática, discutindo todos os aspectos. Não vamos ficar discutindo isso dez anos, porque o uso dessa faixa é necessário, mas respeitando.

Muito obrigado pelo convite para estar presente aqui.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, General.

Com a palavra, o Secretário Maximiliano Martinhão.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Obrigado, Presidente.

Só vou fazer uns últimos destaques.

Agradeço a oportunidade. Todos os comentários que recebemos são importantes para conduzirmos de maneira adequada esse trabalho.

Registro que esse trabalho tem um ineditismo muito grande, porque, desde o seu início, ele foi feito… Os testes que a Anatel vem realizando, o Ministério solicitou à Anatel que abrisse esses testes e trouxesse todos os setores para contribuir para esses testes e para ter acesso às informações dos testes. Isso foi feito. Então, temos uma preocupação muito grande em dar transparência a isso, pela responsabilidade que está na nossa mão em conduzir todo esse processo.

A faixa de frequência é importante para o desenvolvimento do banda larga móvel no Brasil. Estamos tendo o cuidado de fazer esse trabalho ouvindo as preocupações da radiodifusão, de forma que, de novo, repito,

não fique uma emissora fora do ar, não seja afetada a cobertura e nenhum receptor de televisão fique sem o sinal de televisão digital.

E temos de dizer uma coisa muito importante aqui: existem problemas de convivência? Existem, mas são coisas específicas, não são coisas gerais. Os problemas não são a regra, são problemas específicos. E conseguimos sentar com a Sociedade de Engenharia de Televisão, com os radiodifusores, com as operadoras de telecomunicação e tratar desses problemas. A experiência internacional está dizendo isso.

Compartilho da visão sobre os centros de emergência apresentada pelo General Santos Guerra. É fundamental que – e aí a contribuição do Senador Walter Pinheiro é muito relevante – tenhamos um trabalho conjunto na criação desse condomínio de infraestruturas de radiocomunicações públicas, porque, realmente, isso ocorre. É comum entre um Estado da Federação e outro Estado da Federação haver sistemas diferentes, de forma que se o agente estiver conduzindo algum tipo de investigação, ao atravessar a fronteira, ele perde a comunicação. Temos que patrocinar esse debate, ele é muito importante.

As questões regulamentares. Vamos ter uma série de complementos, que serão apresentados agora para consulta pública. Haverá um regulamento específico sobre o tratamento da questão das interferências, que já traz resultados dos testes realizados. É importante deixar claro que qualquer insegurança que houver não é insegurança para o setor de radiodifusão somente, é uma insegurança para o setor de telecomunicações. Estamos falando de um edital, do edital do investimento em infraestrutura para o País. Esse edital só terá sucesso se resolvermos todas as pendências que existem, para trazer segurança para o investidor, e vamos fazer isso.

Quero dizer também que temos algumas questões relacionadas à melhoria de infraestrutura do País, para benefício da população como a questão da fibra ótica, melhoria de conexão até as rádios bases e interiorização dos serviço 4G.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado Maximiliano.

Para considerações finais, para encerrar a nossa reunião, com a palavra a Drª Patrícia Ávila.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Vou pontuar rapidamente algumas questões que foram colocadas. Primeiro as dúvidas do Senador Anibal, para ficar mais fácil.

Canal da Cidadania. Praticamente todos os Municípios têm espectro disponível. Os únicos lugares complicados são: São Paulo, capital e interior de São Paulo. Por conta da necessidade de operação de dois canais, que é o par digital, também é bastante complicado, há algumas regiões de espectro bem congestionado no País, mas acredito que, com o desligamento da TV, consigamos resolver isso, que valerá para tudo. Há o canal da Cidadania, da Educação e da Cultura e há mais um, de que sempre me esqueço, completando quatro. Na verdade, não é só da cidadania, são quatro canais.

O MEC já nos procurou para regulamentar o canal da educação, o Ministério da Cultura pensa em regulamentar, mas não apresentou ainda, e tem a questão também do canal do Poder Executivo, se não me engano.

Sobre os outros canais: os canais de 2 a 13, estamos concluindo os testes aqui em Brasília para utilização do VHF auto, que seriam os canais de 7 a 13, pela TV digital. Existe uma restrição hoje de mobilidade.

O sistema japonês permite captar esse sinal, dos canais de 7 ao 13 no sistema atual, mas existe uma restrição quanto à mobilidade, e estamos testando isso para conseguirmos utilizar essa faixa também para televisão.

Concluiremos os testes em meados de maio, e os testes foram feitos com base em padrões internacionais, normais internacionais, e, quando tivermos um resultado concreto disso, vamos dar ampla divulgação.

Em relação aos canais 2 a 6, com a migração do AM para o FM, existe a possibilidade dos canais 5 e 6 serem utilizados para FM, mas os demais canais não têm destinação ainda. Apesar de o Ministério atuar como indutor da política pública, a competência pela gestão do espectro e pela destinação das faixas é da Anatel.

Os canais de 52 a 69 são os que vão ser utilizados para licitação da faixa.

O senhor falou também de ondas tropicais, e fiquei um pouco sem entender, porque é rádio. Rádio permanece como está. Obviamente, com a migração, quem é ondas médias na Região Norte pode também optar. Vale para o Brasil inteiro, mas sobretudo para a Região Norte especificamente, pelos grandes Municípios e pela falta de adensamento da população. Permanecemos com o serviço de ondas médias, ondas tropicais e curtas lá.

Em relação à recepção, acho que a questão que o senhor adereçou tem um pouco a ver com o que o Senador Walter Pinheiro falou. Quando falamos em filtro – e aí é uma discussão de filtro, de interferência, de recepção, se a pessoa vai ter um receptor em casa – o que estamos falando, na verdade, é sobre garantir à população a continuidade do serviço. Temos um serviço de relevância, que é o serviço de banda larga móvel, para essa série de questões que o Senador Walter adereçou, e temos esses problemas para resolver.

Como vamos resolver? Eu acho que é um processo transparente, é democrático e é construído, porque nem ministério, nem Anatel, nem SET, nem associações resolvem sozinhos. Tanto que a Ana está participando,

como diretora da SET, mas a Ana é de radiodifusão e está participando exatamente desse regulamento para garantir que isso ocorra de verdade.

O que temos também, e sempre gosto de ressaltar isso, é que toda a questão do desligamento estamos discutindo com o Fórum Brasileiro de TV Digital. Temos um decreto que cria um Comitê de Desenvolvimento de Televisão Digital e temos um Fórum que reúne tanto a indústria de recepção quanto a de transmissão quanto a de *set-top box*, indústria de *software*, radiodifusores, num Fórum. Esse Fórum nos assessora. O que ocorre?

O desligamento é um processo complexo, acho que isso ficou claro para todo mundo. Todas as necessidades que temos para que isso ocorra da melhor forma possível são discutidas lá e construídas em parceria. Por exemplo, sabemos que para fazer um desligamento bem feito é importante fazer um piloto. Defendemos a ideia de que tem de ser feito um piloto. Temos uma parte de comunicação com cronograma, que tem de ser feito com pelo menos seis meses de antecedência para essa cidade, desse piloto, e depois para as outras cidades onde o desligamento vai acontecer. Então, há uma série de outras questões importantes dentro desse tema que é tão complexo, para garantir um desligamento efetivo.

O Senador Walter falou também sobre a interatividade e a mobilidade. O Fórum de TV Digital está concluindo, a Ana até participa desse processo. Há a questão da suíte de testes, para garantirmos que qualquer receptor que tenha o Ginga – foi um trabalho feito em parceria com a Secretaria do Max –, todos os *set-top box* têm a obrigatoriedade do Ginga. Estamos concluindo um trabalho para que haja uma interoperabilidade entre eles.

Por fim, falando da questão da substituição de televisor, temos números bastante positivos da indústria do ano passado. Temos mais de 16 milhões de televisores vendidos. Acha que, com a Copa e com as Olimpíadas, essa substituição vai ser maior. Obviamente, não trocamos de televisores na mesma velocidade que o Japão, mas temos a característica de, quando trocamos, mantemos. Então, o televisor vai para a cozinha, para a área de serviço, para o banheiro, mas o televisor permanece em casa. Acho que a substituição de televisores acompanha…

Vai funcionar, porque temos um *set-top box* no mercado, nesse sentido sim.

Então, acho que era o que tinha a dizer. Agradeço o convite do Senador Zeze Perella para aqui estar. Estamos à disposição para mais informações, se forem necessárias. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Patrícia. Então, não havendo mais nada a tratar, gostaria de agradecer aos expositores pela importante contribuição, colocando, mais uma vez, a nossa Comissão à disposição dos senhores. Obrigado por tudo. Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2014.

Às oito horas e vinte e dois minutos do dia seis de maio de dois mil e quatorze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Antônio Carlos Rodrigues. Comparecem à reunião os Senadores não membros da Comissão, Ana Amélia e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Gim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião. **1ª parte**, cerimônia de aposição do retrato do Senador Eduardo Braga na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referente ao biênio 2011/2012. O Senhor Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, é convidado a sentar à Mesa. Faz uso da palavra o Senhor Senador Eduardo Braga. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores e ao Senhor Ministro. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Walter Pinheiro, Ana Amélia e o Excelentíssimo Senhor Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. Neste momento, a Presidência convida as autoridades presentes para descerrar a foto do Senador Eduardo Braga. O Presidente suspende a reunião por cinco minutos para os cumprimentos ao homenageado. **2ª parte**, Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 02/2014-CCT, de autoria dos Senadores Zeze Perrela e Alfredo Nascimento, que requerem a realização de audiência pública destinada a debater o tema "AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014". Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Senhor Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. Finda a apresentação, o Senhor Presidente fran-

queia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Cristovam Buarque e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data: 6 de maio de 2014.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Vamos iniciar a primeira parte da nossa reunião, hoje destinada à aposição do retrato do Exmo Sr. Senador Eduardo Braga na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Convido, portanto, para fazer parte da cerimônia e compor a Mesa o nosso homenageado, o Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Convido também, para orientar a nossa Mesa, e já antecipando a presença, em virtude da audiência pública que estará sendo realizada em seguida, o Exmo Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Clelio Campolina. (*Pausa.*)

Cumprido o protocolo, passo agora a palavra para a nossa Mestre de Cerimônias.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, Bom dia!

Tem início a solenidade de aposição do retrato do Exmo Sr. Senador Eduardo Braga na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.

O Sr. Senador Eduardo Braga ocupou a Presidência desta Comissão no biênio 2011/2012, logo em seguida à sua posse no Senado Federal.

Iniciou sua carreira política aos 21 anos como Vereador de Manaus. Eleito Deputado Estadual em 1986, foi eleito Deputado Federal em 1990, obtendo a maior votação do seu partido. Foi eleito Vice-Prefeito de Manaus, em 1992, e assumiu a Prefeitura Municipal em março de 1994. Com um trabalho inovador, Eduardo Braga realizou obras nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e habitação que transformaram a capital amazonense.

Já na Presidência da CCT, o Senador Eduardo Braga implementou um ritmo de deliberações e importantes debates, contribuindo para que o Senado Federal exercesse o seu papel e atribuições constitucionais perante a sociedade brasileira.

Durante os dois anos da CCT, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, destaca-se a deliberação sobre mais de 1.100 proposições e também a realização de mais de 90 reuniões pela Comissão, entre deliberativas e audiências públicas.

Vários assuntos foram discutidos pela Comissão durante esse período, tais como a Lei da TV por Assinatura, o Código Florestal e a Lei das Antenas.

O Sr. Senador Eduardo Braga acumulou ainda, durante o seu segundo ano à frente da CCT, a Liderança do Governo no Senado Federal, função que ocupa até a data de hoje.

Ressaltamos a relevância desta cerimônia, passando, então, o Sr. Senador Eduardo Braga a compor a Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Ouviremos agora o Exmo Sr. Senador Eduardo Braga, nosso homenageado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Meu caro Presidente Zeze Perrella, meu caro Ministro Clelio Campolina Diniz, que ainda há pouco me deu a dupla alegria de me informar que é engenheiro como eu e que teve a oportunidade de trabalhar com meu irmão mais velho, o José Carlos, ao longo da sua carreira acadêmica na Unicamp. Portanto, é óbvio que eu tenho que registrar que ele é meu irmão mais velho. (*Risos.*)

Mas eu quero aqui cumprimentar e saudar o nosso querido Ministro da Ciência e Tecnologia que ainda, entre as suas virtudes, apresentou uma que agradou muito ao Zeze Perrella: é cruzeirense como o Zeze Perrella.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, minha querida Senadora Ana Amélia, Senador Walter Pinheiro, Senador Valdir Raupp, Presidente do nosso Partido, senhoras e senhores presentes nesta cerimônia, é com imensa

satisfação e alegria que recebo as homenagens e passo a integrar a Galeria Oficial de ex-Presidentes desta importante Comissão do Senado Federal.

Cumpre-me agradecer pelo convite ao Senador José Perrella, meu sucessor na Presidência da CCT, e que vem mantendo a condução da Comissão na mais relevante trajetória de sucesso.

Cumprimento o nosso Ministro Clelio Campolina, agora à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que muito nos honra com a sua presença nesta Casa.

Registro também meus agradecimentos ao Senador Gim Argello que, durante o meu mandato, ocupou, de forma magistral, a função de Vice-Presidente, auxiliando-me na condução dos trabalhos desta Comissão.

Da mesma forma, estendemos esses agradecimentos aos demais colegas Senadores e Senadoras que compuseram o Plenário da CCT durante o biênio 2011/2012, essenciais e também protagonistas do sucesso do nosso trabalho.

Chamamos a atenção para a constante audiência dos nossos trabalhos. Além do público que nos acompanha na transmissão das reuniões deliberativas e audiências públicas, temos ainda os assessores, jornalistas e representantes de entidades e associações dos setores que se relacionam com a competência desta Comissão. Eles nos ajudam a divulgá-la e contribuem para o sucesso e resultados da CCT.

Cheguei a esta Casa Parlamentar em 2011, com a enorme responsabilidade de representar o meu Estado, o Amazonas, e, com mais de 42% dos votos para o Senado da República naquela oportunidade. Fui, então, agraciado pelo Plenário da CCT com o mérito de poder ocupar a Presidência da Comissão pelo biênio 2011/2012. Nesse período, foram grandes os desafios, mas acredito que pude exercer a minha função de trazer para a Comissão de Ciência e Tecnologia resultados que ajudaram a destacar ainda mais a sua importância perante esta Casa Parlamentar.

Farei um breve apanhado sobre as nossas atividades nesse período, expondo o volume e a relevância das ações realizadas. Durante aquele biênio, temos os seguintes dados: como já dito, 93 reuniões realizadas entre deliberativas e audiências públicas; mais de 1.100 proposições deliberadas, entre requerimentos, projetos de lei da Câmara e do Senado, outorgas e renovações de concessão de radiodifusão.

Destaco alguns dos assuntos e projetos de maior relevância que foram aqui discutidos: o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que, promulgado como Lei nº 12.485, de 2011, dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso continuado, conhecida como a Lei da TV por Assinatura. O PLC nº 116 foi apreciado pela CCT durante o nosso primeiro ano à frente da sua Presidência, em caráter terminativo. Foram realizadas importantes audiências públicas para instruir o projeto sob a brilhante relatoria do Senador Walter Pinheiro. Hoje promulgada, a lei representa um grande avanço para o setor de TV por assinatura, e somente após 2011 o mercado registrou um crescimento considerável no número de assinaturas. Hoje são mais de 18 milhões de assinaturas, contra pouco mais de 12, em 2011. Também já são 5.565 Municípios atendidos pelo serviço, e o faturamento do setor pela prestação do serviço e no mercado de publicidade da TV paga também apresenta crescimento relevante.

São resultados a partir dos avanços regulatórios trazido pela Lei da TV por Assinatura. O aquecimento na produção de obras audiovisuais a partir da instituição de cotas mínimas nacionais é outro importante avanço, pois agora é comum termos, na programação dos canais de TV paga, produções nacionais, o que não era comum antes do referido projeto.

O Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, conhecido como Código Florestal, sancionado em seguida como a Lei Federal nº 12.651, de 2012, é outro exemplo. Realizamos 12 audiências públicas sobre o Código Florestal, algumas conjuntas, outras exclusivas na CCT. Inserimos nesse debate a Ciência como um dos pontos essenciais para encontrar soluções para os problemas ambientais, e essa foi uma das grandes modificações no projeto, que posteriormente se transformou no Código Florestal atualmente em vigor.

A Lei de Acesso à Informação também foi deliberada pela CCT do Senado e pudemos aqui aperfeiçoá-la. Posso considerar, sem sombra de dúvida, que esse foi um dos mais relevantes avanços em termos de transparência para o nosso País e o papel da CCT foi essencial neste debate.

Merece também destaque a Lei das Antenas, que é o Projeto do Senado nº 293, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Tive a honra de relatá-lo no Senado, conjuntamente nas quatro comissões onde tramitou, antes de encaminhá-lo à Câmara dos Deputados. O projeto representa um imenso avanço para regulamentarmos a questão da infraestrutura de telecomunicações do País, um dos gargalos para a expansão do setor e causador de alguns momentos de deficiência na qualidade dos serviços. O projeto encontra-se hoje na Câmara dos Deputados aguardando deliberação.

Também não podemos esquecer que esta Comissão foi incansável no acompanhamento das questões ligadas ao setor de telecomunicações. Somente nesse campo foram realizadas quinze audiências públicas em dois anos. Chamamos aqui autoridades, representantes do setor privado de entidades de defesa do consumidor, que puderam se manifestar e esclarecer sobre questionamentos da sociedade e dos próprios Parlamentares;

banda larga, política de satélite; telefonia móvel; direitos dos consumidores foram alguns dos temas tratados nessas audiências.

Durante a nossa gestão também criamos o Seminário *Caminhos para a Inovação*, que vai, este ano, para sua terceira edição. Trata-se de um evento de grande magnitude. Já recebemos renomados cientistas, como os Professores Marcelo Gleiser e Miguel Nicolelis, além de Ministros de Estado, dirigentes públicos dentre outros.

Esse é um breve apanhado das nossas atividades e, como já disse antes, eu as tenho como contribuição para o engrandecimento da CCT.

Os desafios continuam sendo imensos, mas sempre é relevante destacarmos que a Comissão atua como um Colegiado e o papel do Presidente será sempre facilitado a partir da atuação do Plenário, o que foi o caso aqui.

Apesar de não fazer parte hoje da CCT, acompanho os seus trabalhos e vejo que somente vem crescendo e contribuindo para a produção legislativa desta Casa. Enche-nos de orgulho esse reconhecimento, mas, de fato, o temos como resultado de um incansável e incessante trabalho focado e dedicado a esses temas.

Finalizo as minhas palavras reiterando os agradecimentos ao Senador Zeze Perrella e a todos os meus pares presentes e de uma forma muito especial aos funcionários desta Comissão E, na figura da nossa querida Egler, eu quero agradecer a todos e a todas que nos ajudaram, que contribuíram para o nosso trabalho nesta Comissão, dizendo que sem o apoio e sem a dedicação dos funcionários desta Casa seria absolutamente impossível termos conseguido concluir a nossa etapa aqui na CCT. Muito obrigado.

Quero agradecer mais uma vez a todos.

Que Deus possa abençoar a todos os presentes!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos para falar neste momento o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Informação, o Exmo Sr. Clelio Campolina Diniz.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Bom dia a todos.

Cumprimento e parabenizo o Senador Eduardo Braga pelo trabalho realizado e desejo-lhe sucesso na sua vida pessoal e política. O Brasil tem muito a ganhar com a contribuição do Senador Eduardo Braga.

Muito obrigado.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra agora o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, o Exmo Sr. Senador Zeze Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – É com inestimável satisfação que esta Comissão recebe mais uma vez o nosso colega, o Senador Eduardo Braga, que abrilhantou este plenário a partir da sua atuação como Presidente da CCT no biênio 2011/2012.

O zelo e a sua maestria na condução dos trabalhos da Comissão nesses dois anos permitiram que a CCT ocupasse ainda mais destacada posição nos trabalhos do Senado Federal. Os números, os dados de sua gestão demonstram isso claramente, o que é reconhecido por todos, sejam os Senadores e Senadoras membros da CCT, sejam também aqueles demais interessados na atuação desta Comissão.

Esse público, composto por assessores, jornalistas, analistas, empresários é de suma importância para os nossos trabalhos, pois nos ajudam a repercutir os debates e deliberações aqui realizadas.

Além dos relevantes resultados da gestão do Senador Eduardo Braga frente à CCT, merece destaque também o fortalecimento da parceria com os Ministérios e órgãos ligados às competências da Comissão, tais como, UMCTI e o MiniCom, a Anatel entre outros que também contribuem sobremaneira para com os nossos trabalhos.

Os trabalhos não param na CCT. Este ano possui um calendário especial em virtude de eventos e das eleições. Por conta disso, já tivemos audiências públicas sobre um dos pontos fortes da CCT, como o Marco Civil da Internet, a licitação da faixa dos 700MHz, entre outros. Citamos ainda os debates que serão realizados ao longo de 2014 sobre o Plano Nacional de Banda Larga, pois, passou a ser uma atribuição regimental desta Comissão, inclusive a análise das políticas públicas. Essa será uma importante contribuição do Senado Federal para definição e aperfeiçoamento das políticas públicas que alavancam o crescimento do Brasil. Também foram deliberadas proposições importantes tal como o já citado Marco Civil da Internet e um grande número de outorgas e renovações de concessões para radiodifusão. São diversos temas de grande relevância aqui tratados, assim como proposições importantes para a consolidação legislativa do Brasil.

Mantemos esse ritmo com o apoio incansável de nossos colegas Senadores e Senadoras, membros da CCT. Como já defendemos aqui, em outras oportunidades, a CCT é peça importante para o processo de produção legislativa do Senado Federal e deve ser fortalecida e não extinta, e a atuação de Senadores, como nosso Senador Eduardo Braga, confirmam bem isso aí.

Concederei a palavra agora as Srªs e aos Srs. Senadores que se inscreveram.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, ex-Presidente Eduardo Braga. Só para, mais uma vez, parabenizar o Senador Eduardo que tem sido um político que tem dado conta as missões a ele confiadas, seja na Prefeitura de Manaus, no Governo do Amazonas, aqui no Senado Federal e, com certeza, vai continuar desenvolvendo e desempenhando missões a ele confiada por nosso Partido, pelo Povo do Amazonas e do Brasil. Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Presidente Zeze Perrella, quero também trazer nossa saudação em meu nome, mas, principalmente, em nome da Bancada a que represento nesta Comissão. Portanto, dizer da satisfação de ter acompanhado aqui e ter trabalhado sob a Presidência de nosso Líder Eduardo Braga. Aliás, figura que, nessa área, já possuía, de certa maneira, não só conhecido, mas também trabalhado desde o período dos bons embates e debates a partir do exercício do mandato, à época, como Governador do Amazonas nos temas ligados a essa área, principalmente, e que têm ainda forte incidência sobre o Estado do Amazonas. Portanto, convivi com ele nesse período, como Deputado Federal, e tive a oportunidade de contribuir, aqui, durante os dois primeiros anos na gestão nesta Comissão, sendo também coincidente nossa chegada ao Senado.

Senador Zeze Perrella, eu identifico esta Comissões como uma das mais importantes. Obviamente, esta é uma das Comissões mais importantes. Creio que cada um, obviamente, dá o peso à Comissão a partir de suas próprias relações.

Mas eu sempre chamo a atenção de que este é um tema extremamente transversal, Ministro, porque é decisivo e é um tema que, na realidade, hoje se comporta muito como tema estruturante para o desenvolvimento social, está aí o exemplo da Banda Larga e da própria questão da inclusão do País, para o desenvolvimento econômico, a partir exatamente do que a gente consegue produzir e, principalmente, para esse embate como Nação.

Sem ciência e tecnologia não podemos, de forma alguma, chegar à vida prática, à aplicação do dia a dia. Eu sempre costumo brincar, Ministro, dizendo que a ciência está aqui, só que alguns pegam lá, aplicam, batizam de tecnologia e terminam dominando.

Portanto, o Senador Eduardo Braga teve a oportunidade de presidir aqui, nesse período, em minha opinião, uma das mais importantes trincheiras de debates para políticas públicas e desenvolvimento de uma nação. É uma experiência que todos, hoje, já começam a desenhar como uma das passagens mais importantes na vida Parlamentar. Então, o Eduardo teve essa proeza de experimentar aqui o que é importante, a partir, inclusive, dos próprios temas levantados pelo Senador. E aí quero chamar a atenção do enfoque que o Senador deu na questão ambiental, demonstrando que é possível enxergarmos exatamente a presença dessa ciência e tecnologia, de forma incisiva, transversal e determinante em todos os segmentos.

Portanto, Eduardo, parabéns pela sua passagem! Continuamos aqui, neste lugar, convictos de que, agora, no posto que V. Exª ocupa poderá contribuir muito mais com esta Comissão a partir, inclusive, da importância de V. Exª no exercício da Liderança do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Walter.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente, Senador Zeze Perrella, caro Ministro Clelio Campolina, caro homenageado e amigo Eduardo Braga, Líder do Governo no Senado.

Na condição de Vice-Líder do Partido Progressista estou aqui porque estamos juntos no Bloco liderado pelo seu Partido, trabalhando no Senado Federal.

Eu queria cumprimentá-lo pela ação legislativa, em particular pelo seu último projeto votado – e não último projeto de sua iniciativa –, de grande relevância para a ciência e tecnologia de nosso País. É um avanço necessário e muito urgente. Todos os países que alcançaram um protagonismo global investiram muito em ciência e inovação tecnológica.

Então, a sua iniciativa no berço da Zona Franca de Manaus, que o senhor defende com unhas e dentes, no bom sentido, também teve uma atuação marcante na votação do Marco Civil da Internet, que se insere nesse contexto de avanços do País numa área tão estratégica.

Então, em nome do Partido Progressista, queria cumprimentar a iniciativa do Senador Zeze Perrella por este evento que faz aposição da foto de V. Exª, com toda justiça, num reconhecimento ao seu trabalho dedicado a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, mas também ao conjunto da sua obra no Senado Federal.

Muito obrigada.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento, convidamos as autoridades presentes para descerrar a foto do Exmo Sr. Senador Eduardo Braga, que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de ex-Presidentes da Comissão. (*Pausa.*)

(*Procede-se à aposição da foto.*)

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Registramos a presença do Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. João de Negri, e também do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Acioli Olivo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos suspender a reunião por cinco minutos, para os cumprimentos aos nossos homenageados, e, em seguida, daremos sequência aos trabalhos da Comissão com a audiência pública, que contará com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, que tratará do tema "agenda, prioridades e ações do MCTI para 2014".

Está suspensa a reunião.

(*Suspensa às 9 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 50 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Está reaberta a reunião.

Senhores, retomando os trabalhos da nossa reunião, informamos que esta audiência pública é realizada em atendimento ao Requerimento de nº 2, de autoria dessa Presidência, que se destina a debater sobre o tema "agenda, prioridades e ações do MCTI para 2014", com o nosso Ministro Clelio Campolina.

Como o Ministro já se encontra – óbvio – à Mesa, em breves palavras eu gostaria de ressaltar a importância da parceria entre o Ministério e a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Como falamos anteriormente, essa é uma tônica contínua e necessária, pois cabe ao Parlamento e ao Senado Federal acompanhar as ações do Executivo, e o MCTI sempre é solícito às nossas chamadas para debates e prestações de informações.

O Ministro Clelio Campolina assumiu, recentemente, a Cadeira e, certamente, cumprirá, com excelência, o seu desafio, inclusive pelo fato de ter a missão de dar segmento e inovar os trabalhos realizados pelos seus antecessores, o Ministro Aloizio Mercadante e Marco Antonio Raupp.

Na parte da CCT, estaremos sempre abertos e disponíveis para quaisquer debates, e a sua vinda, Sr. Ministro, apresentando informações logo no começo da sua gestão, é de suma importância, pois precisamos sempre saber quais são as metas e agendas da Pasta, e ninguém melhor do que V. Exª para nos esclarecer sobre isso.

Como último ponto, antes de lhe passar a palavra, ressalto, ainda, que a parceria entre MCTI e a CCT elevou-se ao nível de cooperação. No ano passado, recebemos grande apoio para a realização do seminário "Caminhos para a Inovação", que acontece anualmente, no mês de outubro, concomitantemente com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida por este Ministério. E, aproveitamos para informar que já iniciamos o planejamento para a edição de 2014.

A relação entre o MCTI e a CCT não se limita às palavras ou às relações institucionais, mas se consolida por ações conjuntas e contributivas para o País.

Agradecendo desde já, passo a palavra para V. Exª o Ministro, para a sua exposição.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, cumprimentar os demais Senadores presentes, cumprimentar o meu Secretário Executivo João de Negri, e demais membros da equipe do Ministério, senhoras e senhores.

Eu gostaria de agradecer essa oportunidade, pois acho que é fundamental uma forte articulação entre os órgãos executivos, no caso o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Parlamento brasileiro, aqui na Casa central, que é o Senado Federal. De maneira que eu acho que é extremamente importante, e espero voltar em outras ocasiões, porque precisamos do apoio do Parlamento para implementar as políticas públicas de interesse nacional.

Eu vou fazer uma exposição não longa, eu venho de uma tradição de professor, há mais de 40 anos, e eu costumo dizer que eu falo cinco, falo dez, falo uma hora ou falo duas, de acordo com o interesse da plateia. Eu não vou me alongar – eu mesmo posso passa; é aqui, não é? –, e estarei à disposição para todos os esclarecimentos que se julgarem necessários.

Então, são programas e atividades em andamento, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e o lançamento das plataformas científicas e tecnológicas. Esses dois blocos compõem a minha apresentação.

Eu gostaria de dizer que, no meu entendimento – eu acho que isso é dominante no hoje –, educação, ciência e tecnologia são as bases para um processo inovativo por que são estruturantes para o desenvolvimento nacional, de maneira que possa combinar crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental. Eu acho que isso é uma tríade que tem que compor qualquer política pública: crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental. É, também, uma forma de reduzir a nossa defasagem em relação

ao mundo mais desenvolvido. Portanto, sem ciência e sem tecnologia, nós não vamos reduzir essa defasagem. É, também, o caminho para o aumento da nossa produtividade e da nossa capacidade de competição e de inserção no mercado global – eu vou falar sobre isso. E é, também, o caminho para a redução das desigualdades regionais deste País, com a dimensão territorial que possui e com o nível de desigualdade regional e social.

Então, essas, digamos, são as linhas gerais do meu entendimento. Eu estou convencido de que, sem educação, sem ciência, sem tecnologia e sem inovação, nós não podemos construir um projeto de nação que combine essas características ou esses objetivos.

Eu acrescentei a palavra "educação", embora não seja do meu Ministério, eu acredito que elas não podem ser separadas. Sem educação básica, não tem como ter educação superior, não tem como ter pesquisa e, portanto, não tem como ter avanço científico e tecnológico.

A minha primeira reflexão – pode parecer uma tabela difícil – é a nossa situação no marco global. Eu gostaria de falar mais longamente sobre esse assunto. Não vou falar. Está saindo nos próximos números da *Revista de Economia Política* um artigo que eu escrevi, que chama "Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil". E aqui apenas eu tenho um retrato para nós nos situarmos, afinal de contas… Onde tem a luz vermelha aqui? (*Pausa.*)

Olha, apenas rapidamente, qual é a nossa posição na ordem global? Aqui, eu tenho uma tabela em que nós temos a distribuição da área geográfica por principais países e regiões. Você situa o Brasil. Nós temos 6,8% da área geográfica do mundo.

Aqui, uma tabela com a população em 2012. Nós temos 2,8% da população. Aqui, uma tabela do PIB mundial. Nós tínhamos 0,8%, agora nós temos 1,1% do PIB. E aqui é nosso peso nas exportações. Tínhamos 0,9%, temos 1%.

Apenas para comparar com a situação da China, que é expansão recente. A China tem 7% da área, 19% da população. Tinha 1,6% do PIB – está difícil de ler – e agora tem… Não, tinha 3,9%, passou para 8,9%, e, de forma semelhante, nas exportações.

Então é importante analisar a ordem global, a posição relativa da África, a posição da região mais desenvolvida do mundo, que é Europa e Estados Unidos, para saber como é que nós podemos nos inserir na ordem global em franca mudança, está certo?

Então, isso é extremamente importante, o nosso peso relativo. Somos ainda um país com um peso pequeno, mas com toda uma possibilidade de ascensão em função dessas mudanças.

Aqui, apenas para dar um indicador, a participação relativa dos integrantes do G20 no PIB mundial. Vocês observem a queda relativa das economias centrais. Aqui, dos Estados Unidos e da Europa, do Japão, e a ascensão de um conjunto de outros países. Aqui está a China, aqui está o Brasil, está certo? Nós estamos aumentando o peso relativo.

O que eu quero dizer com essa tabela e com esse gráfico é que nós estamos diante de uma profunda mudança na geografia econômica do mundo e, consequentemente, na geopolítica. Nós tínhamos G6 como a governança global, passou para G7 e depois para G8. De G8, nós estamos agora no G20. Somos países ainda de pequeno peso na economia mundial, seja nos produtos, seja nas exportações, mas a constituição do G20 é um indicador de que a ordem global não pode mais ser governada por um conjunto de países muito limitados, que era a Europa, quatro ou cinco países da Europa, Estados Unidos, Japão, Canadá e Rússia.

Hoje, a ordem global passa por uma concertação de um conjunto de países, mostrando as dificuldades que existem na governança mundial em mutação, e a possibilidade que países como o Brasil terão diante dessa reconfiguração da ordem global.

Nós só vamos conseguir ter uma posição de destaque se fortalecermos a nossa economia do ponto de vista também com justiça social, educação, ciência, tecnologia e inovação. Esses são os elementos centrais. Então essa é a razão pela qual eu trouxe essa tabela e esse gráfico, apenas para advertir sobre essa importância.

Aqui, nós temos uma posição relativa, no ano 2000 e no ano de 2010, do peso dos países na produção industrial no mundo. Em 2000, tínhamos os Estados Unidos com 26% da produção industrial; em 2010, temos a China com 18% da produção industrial do mundo, e os Estados Unidos caíram para 18,2%. Então, digamos, essa é a mudança mais significativa. Ninguém sabe o que vai ser a perspectiva chinesa em uma transformação extraordinária.

Já fui à China várias vezes, em função de trabalho, inclusive fizemos um convênio com uma universidade chinesa, e o fenômeno chinês realmente desequilibra a ordem global. Ninguém sabe o que vai acontecer, mas temos que advertir sobre isso.

A posição do Brasil. Nós estávamos na 12ª posição da produção industrial e, agora, estamos na 6ª. Então, a posição relativa do Brasil está melhorando. Pode-se dizer que ainda estamos na 6ª posição, mas já é um destaque.

Embora com apenas 2,8% da produção industrial do mundo, já temos um significado. E não há como expandir produção industrial com capacidade de competição se não houver muita ciência e muita tecnologia por trás.

Então, são apenas alguns indicadores. E, aqui, há uma indicação da nossa posição, também no cenário global, em função de dois indicadores empregados em ciência e tecnologia e gasto em ciência e tecnologia. Aqui, à esquerda, temos os pesquisadores por milhão de empregados, e vejam a posição do Brasil, estamos aqui embaixo. A posição da China, que tem uma população grande, mas tem um grande número. E vejam a posição relativa dos outros países. Aqui está a Finlândia, aqui estão os Estados Unidos, etc. A distância que nos separa.

E, aqui, nesta diagonal, está o gasto em relação ao PIB. Nós ainda estamos na faixa de 1,6% do PIB com o gasto em ciência e tecnologia, e há países que estão com mais de 4%. Então esse também é mais um indicador da nossa posição relativa.

Por fim, para terminar nossa reflexão sobre a ordem global, a posição relativa do Brasil em relação ao bloco da América Latina, ou mais especificamente, a América do Sul e América Central, porque o México está inserido no acordo de comércio com a América do Norte. Observem o seguinte: a América do Norte tem 48% do comércio internacional feito entre os três países que a compõem. A Europa tem – eu não consigo ler, a projeção está muito ruim – 69% do comércio internacional. Então, na Europa, 69% do comércio internacional são feitos entre os países da Europa. E, no caso da Ásia – quanto está escrito aí? –, 53% do comércio internacional da Ásia são feitos entre os países asiáticos.

Vejam a situação da América Central e da América do Sul: apenas 25%. Ou seja, nós não temos integração comercial regional. Os blocos econômicos que foram constituídos estão se fortalecendo com o comércio inter-regional e, portanto, esse é um desafio para o Brasil. Nós somos um *global trader*, mas temos, digamos, uma relação comercial, na nossa vizinhança, relativamente pequena. E é um desafio, também, se estamos pensando em integração na América do Sul ou na América Latina, mas, principalmente, a América do Sul, porque a América Latina é muito mais um conceito cultural, está a uma distância geográfica. A verdadeira integração territorial se daria com a América do Sul. Então, apenas um indicador da posição do Brasil na ordem global.

Então, essa – sigamos – é a primeira parte da minha exposição rápida – há muito material produzido sobre isso – de como está se reconfigurando a ordem global, quais as oportunidades que o Brasil teria nessa nova ordem global, a importância e as oportunidades que se abrem para o Brasil na reconfiguração, nas mudanças que estão em curso.

E uma vez mais: ciência, tecnologia e inovação são fundamentais.

Aqui, eu tenho agora uma demonstração do que eu estou chamando de "Ondas longas de mudança tecnológica: o 6º Ciclo de Kondratieff". Kondratieff foi um economista russo que publicou, em 1926, um trabalho mostrando que o sistema econômico no mundo moderno se move em grandes ondas. E a tese central, que depois foi desenvolvida, é de que essas ondas são determinadas pelas mudanças tecnológicas.

E, aqui, apenas para ilustrar, no mundo moderno, nós temos a primeira grande onda, liderada pela Inglaterra: a revolução industrial, a indústria têxtil, final do século XVIII, início do século XIX.

Nós temos a segunda onda, movida pela ferrovia, pelo aço e pelo carvão. E, aí, é a Inglaterra, é o continente europeu e os Estados Unidos, meados do século XIX até final do século XIX – ferrovia, aço e carvão. Há um autor clássico que é o Joseph Schumpeter, que diz que a ferrovia funcionou como o coração e o sangue do capitalismo do século XIX. Ferrovia precisava de aço; aço precisava de carvão; carvão precisava de ferrovia. Então esse é o grande dinamismo, a grande ênfase da expansão americana do século XIX.

Os Estados Unidos chegaram a ter 600 mil quilômetros de ferrovias, a metade da extensão ferroviária do mundo. O mundo chegou a ter 1,2 bilhão de quilômetros ferroviários, e a metade estava nos Estados Unidos, que criaram essa grande integração entre atividade siderúrgica, a atividade produtora de energia, que era o carvão, e a ferrovia propriamente dita.

Em 1872, o Jevons, que é um grande teórico inglês, já dizia que a Inglaterra ia perder a liderança da economia mundial para os Estados Unidos; algo que vai só se consolidar, de forma definitiva, a partir da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial, mas que já estava antevisto pelas linhas da transformação tecnológica.

E a terceira grande mudança, liderada pela eletricidade e pela química, final do século XIX, início do século XX, é quando a Alemanha se insere como a economia poderosa na ordem global. A ascensão alemã vai se dar exatamente por esse salto tecnológico em cima da eletricidade e da química.

A quarta grande onda é a onda – digamos – do pós-Segunda Guerra Mundial, liderada pelo petróleo, pela indústria automotiva, pela produção em massa, pelo consumo em massa e pela organização fordista de produção, liderada fortemente pelos Estados Unidos – quando os Estados Unidos passam a ter liderança.

A quinta grande onda é uma onda mais recente: a liderança tecnológica e a tecnologia da informação e das comunicações. Esta é a primeira vez que uma mudança tecnológica tem capacidade de implicações em

todos os aspectos da vida econômica, social e política. Até o analfabeto, hoje, está subordinado à lógica das modernas tecnologias da informação e das comunicações. Continua em curso.

E o meu tema central é este: como é que nós vamos ficar agora no que está sendo desenhado como o sexto grande ciclo de Kondratieff. E, diferente dos anteriores, que foram liderados por um pacote de inovações setoriais, o que se está desenhando é um conjunto de transformações interdisciplinares, em que vai ter continuidade a tecnologia da informação e das comunicações, com a sua capacidade de generalização para todos os demais setores da atividade econômica, a grande expansão das nanotecnologias e seus impactos nas estruturas produtivas, nos novos materiais, toda expansão da biotecnologia, inclusive, também, com ramificações muito diferenciadas – vai do biofármaco à agricultura ou todos os outros aspectos –, todo o avanço da engenharia genética, novas fontes energéticas e tudo mais, em que se está desenhando, pela primeira vez, uma relação interdisciplinar muito forte, que nos obriga, inclusive, quem vem do mundo acadêmico universitário, a saber que temos que combinar áreas de conhecimento até então pouco previsíveis. Se você entra num laboratório de microscopia eletrônica, pode chegar lá e achar um físico, um químico e uma pessoa das belas artes analisando quais são as características moleculares e a composição das tintas que se usavam nas pinturas dos séculos XVI e XVII. Presenciei isto, tá certo? Pode parecer estranho um físico, um químico e um artista trabalhando juntos para identificar características científicas e tecnológicas de fenômenos comuns.

Então, esta é a janela de oportunidade que está aberta. Como o Brasil vai conseguir se inserir nela ou não, vai ser definitivo para o futuro do País. Portanto, educação, ciência e tecnologia são as bases para os avanços tecnológicos, a tecnologia como base para a inovação, e tudo isso para a criação de uma economia economicamente mais poderosa, mas que possa buscar combinar justiça social e sustentabilidade ambiental. Este, digamos, é o tema central, do ponto de vista de uma interpretação teórica sobre as transformações em curso.

Mais ainda – continuando –: quais as implicações fundamentais do que estamos chamando o 6º Ciclo de Kondratieff, a grande onda longa do desenvolvimento científico e tecnológico?

Primeiro é que essa interação, mais do que nunca, é uma maior integração entre a dimensão científica e a dimensão tecnológica. Até o século XIX, tecnologia podia se desenvolver de maneira relativamente empírica, hoje em dia, não tem como se desenvolver tecnologia moderna sem ciência. Passamos do mundo visível de alavancas e manivelas para átomos, para bactérias, e tudo isso precisa de ciência, não dá mais para fazer de forma empírica. Então, a relação entre a dimensão científica e a dimensão tecnológica está cada vez mais articulada, uma necessidade presente da questão ambiental. A consciência política sobre o problema ambiental é muito recente no mundo. A primeira conferência mundial sobre meio ambiente foi feita em 1971, na Suécia. Isso é muito novo, é muito recente, mas é definitivo, veio para ficar, tá certo?

E mais ainda: a dimensão humana. Por que estou chamando de dimensão humana aqui também? Tudo isso tem que estar integrado porque estamos vivendo um momento de grandes incertezas, grandes potencialidades, mas grandes riscos do que estamos chamando de gnosticismo científico tecnológico, nós, não, a literatura mundial está advertindo para o risco de uma crença – usei a palavra gnosticismo, não agnóstico –, gnosticismo é aquele que crê exageradamente na ciência e na tecnologia sem um rebatimento do papel social e político da ciência e tecnologia, ou seja, a ciência pela ciência, a tecnologia pela tecnologia, criando um momento de uma competição exagerada, e uma boa parte da ciência e da tecnologia para a destruição, para a guerra e para a competição.

Isso não é uma coisa simples, o mundo está em pleno movimento, a corrida científica e tecnológica são mundiais, não dá para dizermos: "Vamos parar o trem e descer aqui". Nós temos que saber como nos ajustar diante dessa corrida científica e tecnológica que nos abre grandes oportunidades e também grandes desafios. Esta, digamos, é a tarefa que está diante de nós. Como é que vamos conseguir nos conectar na ordem global, na ordem mundial, melhorar nossa posição relativa e, ao mesmo tempo, preservar os nossos objetivos sociais, políticos e de preservação ou de sustentabilidade ambiental? Este, digamos, é um grande desafio.

Feitas essas considerações, vou passar, agora, a falar sobre Brasil, tá certo? Primeiro, é um indicador do nosso dispêndio em ciência e tecnologia como proporção do PIB. Vocês estão vendo aí que está havendo um aumento.

Dispêndios nacionais em ciência e tecnologia. Nós ainda somos um País que gastamos, aí a última cifra, 1,7% do PIB. Num gráfico anterior que mostrei, há país que gasta 3%, 4%, 5%. O Brasil precisa de se movimentar pelo menos para mover para 2% a 2,5% do gasto em ciência e tecnologia como proporção do PIB. E estamos falando de proporção de um PIB pequeno. Quando você pega o PIB da China, o PIB do Japão, o PIB dos Estados Unidos é um percentual que está incidindo sobre uma base grande. Então, nós não teremos futuro se o País não colocar mais recurso em ciência e tecnologia como base para alavancar o desenvolvimento econômico e social do País. Então, esse é um indicador.

Esse aqui é o indicador do orçamento do Ministério. O Ministério da Ciência e Tecnologia está dividido em duas parcelas: uma parcela é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a outra parcela é o orçamento propriamente dito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

É preciso observar que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem 31 instituições ligadas a ele. Eu vou dar apenas alguns exemplos: Instituto de Pesquisa da Amazônia, Instituto de Pesquisas Espaciais, Centro Brasileiro de Física, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Finep, CNPq, etc. Então, estamos falando de uma comunidade do Ministério mais 31 instituições. Algumas delas têm OS também, têm empresas, a Agência Espacial Brasileira. Tudo isso está no Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, estamos falando de uma comunidade de 31 instituições, algumas delas criadas muito antes do Ministério. O Ministério é de 1985, muitas dessas instituições foram criadas na década de 50 ou até antes.

Então, esse é o total de orçamento que está previsto. É importante dizer aqui também que, dentro do gasto do Ministério, além da manutenção de todas essas instituições da política de fomento, há também ações conjuntas. É o caso do programa Ciência sem Fronteira, em que parte do recurso do FNDCT também é usado para financiar. É um programa muito importante também, no meu entendimento. Vou falar sobre ele posteriormente. Então, é isso que compõe o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

Qual é o ciclo vicioso da articulação interativa entre os eixos da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação? Primeiro, nós temos que combinar várias dimensões. A primeira é uma dimensão de infraestrutura de ciência e tecnologia. E aqui eu vou mencionar, além de toda a infraestrutura que já está montada no sistema acadêmico universitário, que pertence a outro Ministério, o Ministério da Educação, e das instituições de pesquisa, essas 31 que estão ligadas o Ministério da Ciência e Tecnologia, há alguns projetos que estão sendo desenhados de altíssima importância para o Brasil. Um deles é o Projeto Sirius, que é a montagem de um grande Laboratório Nacional de Luz Síncrotron na região de Campinas. Já há um laboratório lá, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), mas, para dar um salto, é preciso montar um grande equipamento que é fundamental para o avanço da ciência brasileira. O segundo é o reator de multipropósito, que vai produzir radiofármacos e é fundamental para a saúde brasileira. Nós já temos uma pequena produção que está na Comissão Nacional de Energia Nuclear, que também está no Ministério da Ciência e Tecnologia. Nós temos todo o programa de nanotecnologia, o chamado SisNANO, que já está em execução.

Está sendo produzido na China, por uma empresa dinamarquesa, um navio de pesquisa em conjunto com a Marinha. Esse navio será entregue em novembro e é decisivo, porque nós temos uma plataforma marítima de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, a chamada Amazônia Azul. Além da Amazônia Verde, nós temos a Amazônia Azul. Hoje nós estamos falando no pré-sal como a grande oportunidade produtiva que o mar está nos oferecendo, mas várias outras oportunidades poderão ser apresentadas à medida que avança o conhecimento científico sobre os recursos marítimos.

Nós temos o Cemaden, que é toda a previsão de riscos, de desastres ambientais, que está sendo instalado na região de São José dos Campos, e toda a política de infraestrutura e, inclusive, de pesquisa. Nós vamos, inclusive, soltar um edital conjuntamente com o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia através da Finep para construir bases de recurso de infraestrutura de pesquisa de uso compartilhado.

Há uma consciência hoje – eu venho de dentro de universidade – em que nós temos muitas infraestruturas de uso privatizado ou de uso muito restrito. Nós temos que criar uma consciência política no Brasil de que a infraestrutura tem que ser usada da melhor maneira possível e, portanto, criar infraestrutura de uso compartilhado, como serão essas infraestruturas que estão previstas. Nós temos aquilo que irriga o sistema acadêmico universitário.

Pode parecer estranho, mas a China era uma grande exportadora de produtos de base tecnológica muito simplificada; a China hoje é o segundo país do mundo a produzir artigos científicos publicados de maneira indexada no mundo, ou seja, eles estão colocando um grande esforço em ciência, porque, sem ciência, eles não vão dar o salto de constituir, digamos, uma liderança tecnológica e uma liderança produtiva do ponto de vista do setor industrial no mundo.

Então, temos o Edital Universal, o CNPq acabou de publicar uma nova versão, irriga o sistema acadêmico universitário; temos os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia que já estão em funcionamento, são 125, vai ser lançada uma nova versão, e alguns desses institutos estão dando resultados produtivos imediatos. Vou dar dois exemplos aqui que conheço, que são da minha universidade, da Universidade Federal de Minas Gerais. Nós hoje temos, um desses INCT produziu a vacina contra a leishmaniose, já está credenciada para o Laboratório Hertape. Nesse momento, estamos providenciando o credenciamento no Mediterrâneo, porque a Europa tem a doença, mas não tem o remédio. Se o Brasil conseguir fazer isso, vamos produzir a vacina para os europeus, que é a vacina contra leishmaniose. Outro exemplo: um projeto de nanotecnologia de um INCT, que hoje está financiado pela Petrobras e pela Camargo Corrêa, para montar a base produtiva de materiais para utilizar em

atividades de águas profundas. A Petrobras pegou esse projeto, fez um financiamento, junto com a Camargo Corrêa, de R$52 milhões, exatamente para construir a escala produtiva para atender o interesse da empresa.

Então, são pontes entre o mundo acadêmico, universitário e a atividade produtiva, o que é decisivo para o Brasil. O mundo todo está fazendo isso. Nós temos que construir essas pontes. Até recentemente, o sistema acadêmico universitário brasileiro era relativamente isolado da atividade produtiva. Durante o período de governo autoritário, as universidades se fecharam. Isso hoje é uma ponte que está sendo construída. Temos vários programas em implementação, que constroem essa ponte.

O Programa Inova Empresa, nós gostaríamos de ter oportunidade de apresentar o Inova Empresa: um projeto desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com o Ministério do Desenvolvimento, operado pelo BNDES e pela Finep. Os resultados vão ser fazer o financiamento, a inovação do sistema empresarial brasileiro. É um projeto novo, começou em 2013, mas todos os indicadores são extremamente positivos para o salto da base produtiva brasileira, do ponto de vista de inovação. Aliás, essa é uma questão que eu gostaria de mencionar aqui. Venho insistindo que o mundo que se modernizou tecnologicamente usou as bases produtivas internacionais como base de pesquisa. Se você analisar a experiência americana do salto tecnológico, você vai verificar a grande presença dos laboratórios europeus dentro dos Estados Unidos, as grandes bases de pesquisa europeia dentro dos Estados Unidos. Se você analisa o caso da Ásia, do Japão e da Coreia, eles fizeram engenharia reversa. Ou seja, depois da Segunda Guerra Mundial, as condições da geopolítica mundial, a presença de uma Rússia socialista, de uma China que acabou de fazer uma revolução, os Estados Unidos jogaram uma bomba atômica no Japão, ato contínuo, abriram o mercado para as empresas japonesas com todas as facilidades, porque um Japão socialista, naquele momento, era um risco para a estabilidade da ordem mundial. Idem com a Coreia. Com a Guerra da Coreia, a Coreia dividida em duas, ato contínuo, o sistema europeu e americano abrem os mercados para as empresas coreanas, e o sucesso está aí: Samsung, LG, etc., nasceram de uma forte integração entre ciência e tecnologia, beneficiada por um mercado mundial.

Por que estou dizendo isso? Estou dizendo o seguinte: nada contra a presença do capital estrangeiro no Brasil, mas temos que criar as condições para que o capital estrangeiro internalize pesquisa no Brasil. Se você faz uma análise empírica, uma boa parte das empresas estrangeiras não internalizam pesquisa e é fundamental não afugentar o capital estrangeiro, mas criar as condições para que esse capital possa internalizar pesquisa no Brasil. Então, estou falando do Inova Empresa, que é um projeto de grande sucesso, os dados serão mostrados oportunamente, do TI maior, que é toda essa base da nossa informática, e inclusive o Brasil foi agora o cenário da grande conferência da Net Mundial. O Brasil conseguiu colocar na agenda mundial o problema da governança da internet. Resolveu o problema? Não. Isso é um problema político, geopolítico, de uma escala impressionante, mas o Brasil conseguiu colocar na agenda mundial o debate sobre a governança e a democracia do uso desses modernos sistemas de comunicação.

O edital da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) foi lançado. O edital já está lançado e nós queremos fortalecer a relação entre as instituições de pesquisa e entre o sistema produtivo, para alavancar a modernização, entre outros.

Nós temos todo o sistema que irriga também o sistema acadêmico universitário, que são as bolsas do CNPq, o Ciência sem Fronteiras, que é um projeto de altíssima importância.

O Brasil foi uma sociedade muito fechada, uma sociedade monoglota. No mundo todo, hoje, o inglês virou língua franca mundial, queiramos ou não queiramos. Então, as nossas universidades são universidades que ficaram muito fechadas no tempo. Nós temos estruturas curriculares que precisamos modernizar para avançar no mundo. E a melhor coisa que há é um choque, é mandar os nossos estudantes para universidades estrangeiras, porque eles voltam tendo passado por um experimento. E a juventude, como dizia Desmond Tutu, é a maior invenção da humanidade. Nós temos que irrigar essa juventude para ela trazer ideias novas.

Eu sou professor de uma universidade há mais de 40 anos e, se me mandarem redesenhar os currículos hoje, eu redesenharia talvez com 70% da carga didática. Aluno de universidade tem que aprender a estudar. Quadro-negro é para aluno de curso primário. Então, nós temos que aproveitar e fazer uma remodelagem, uma reestruturação do nosso sistema de pesquisa, do nosso sistema de ensino também.

Essa é a forma de um círculo virtuoso de articulação entre essas instituições.

Aqui eu falei sobre o Inova Empresa apenas para dar alguns dados, porque os resultados virão. Em 2013, o primeiro ano do programa, estavam previstos e foram aprovados R$32 bilhões para contratação até dezembro de 2014: R$28 bilhões pelo Governo Federal e R$4 bilhões por parceiros.

O resultado será em março de 2014. Houve uma demanda de 93 bilhões de projetos de inovação, 64 bilhões em editais conjuntos e 29 nas demais ações. Foram apresentados 2,6 mil projetos e articularam 223 instituições de ciência e tecnologia do Brasil.

Dos doze editais lançados, cinco deles já têm resultado final divulgado, 16 bilhões já foram contratados pela Finep e pelo BNDES e 23 bilhões estão na fila para contratação pela Finep e pelo BNDES.

Eu estou seguro – questões de ciência e tecnologia são questões estruturais, não é conjuntura, tem que haver uma defasagem temporal, tem que ter um pouquinho de paciência – de que os resultados estarão aí muito brevemente.

O outro programa que eu mencionei é o Ciência sem Fronteiras.

A meta é mandar 101 mil alunos para o exterior, e já foram enviados até agora 62 mil. Esse programa está distribuído pelas várias modalidades de bolsas: bolsas sanduíches, doutorado pleno, pós-doutorado, graduação sanduíche. Um aluno passa seis meses ou um ano numa universidade estrangeira, e cada universidade vai ter que fazer uma adaptação do aproveitamento dos créditos desse estudante. Então, isso tem um efeito impressionante para o Brasil.

Um outro ponto é o marco institucional do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Está aqui no Senado o Projeto de Lei nº 619/2011, de autoria do Senador Eduardo Braga, cujo Relator é o Senador Walter Pinheiro. Está também na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.177, que já foi discutido e está em condições de ser votado. Esses dois projetos de lei tratam da mesma matéria.

Eu estava conversando com o Senador Walter Pinheiro, que me explicou que o ideal é que fosse – não há muita controvérsia política sobre o projeto – aprovado no Senado e fosse encaminhado para a Câmara dos Deputados, porque a Câmara, então, já absorveria as sugestões do Senado. E a PEC nº 290, que cria as condições constitucionais para toda essa mudança. Isso consolida as normas legais e o arcabouço jurídico institucional para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

Nós temos impedimentos formais e legais que são uma loucura! Eu passei meses com a minha Assessoria Jurídica para que eu tivesse autorização para assinar o convênio com a Petrobras para aquele projeto de nanotubos de carbono, porque há todo o problema de propriedade intelectual que está envolvido nisso, e nós não podemos fazer as coisas de maneira irregular.

De maneira que essa legislação é decisiva para destravar a ponte entre o mundo científico e acadêmico, o sistema governamental, as instituições de fomento e as empresas brasileiras. Se nós não fizermos essa articulação, nós não vamos conseguir dar um salto entre ciência e inovação no Brasil.

Então, isso é decisivo, está aqui no Senado, eu já conversei com o Senador Walter Pinheiro, e eu acho que, para nós, Senador, isso é decisivo. Eu estou vendo a coisa dos três lados, e eu costumo dizer que eu sou dialético na análise e cartesiano na ação – o meu lado de economista político e o meu lado de engenheiro. Isso vem de uma experiência de dentro das universidades sobre a dificuldade que há hoje de se destravar uma ponte e uma transferência de conhecimento científico e tecnológico, porque isso é considerado propriedade pública… Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque.

Então, isso é decisivo para nós.

Por fim, quais os programas em andamento e o que nós estamos propondo com o Ministério?

Os programas em andamento são os seguintes: primeiro, além do funcionamento dessas trinta e tantas instituições ligadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, entre elas as duas grandes agências do Ministério, que são o CNPq e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), e as outras instituições, cada uma no seu campo específico, nós já publicamos… Primeira coisa: nós temos que irrigar o sistema, se não, perde-se vitalidade. Então, está em andamento o edital universal, do ano passado, que coloca dinheiro para o mundo científico, e nós já lançamos, no dia 30 de abril, a nova versão do edital, de R$200 milhões. Isso terá efeito apenas no orçamento de 2015. O edital foi lançado agora, esse edital tem que ser julgado, aprovados os projetos, e, portanto, as contratações vão ser feitas no final do ano de 2014 ou no início do ano de 2015. Portanto, terá um efeito orçamentário a partir do ano que vem.

Segundo, nós temos os INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia). São 125 INCTs no Brasil. Está sendo feita uma avaliação cuidadosa de cada um dos resultados. Eu dei aqui dois exemplos que eu tinha em mente neste momento: o da vacina e o do nanotubo de carbono. Há vários outros aí com resultados extraordinários. Nós estamos preparando uma nova versão dos INCTs, que pega aquilo de mais avançado que há na comunidade científica e tenta construir as condições de ponte operacional entre ciência, técnica, tecnologia e inovação. Eu costumo fazer a distinção entre ciência como um conhecimento abstrato, a operacionalização da ciência como técnica, a viabilidade econômica e social do uso dessa técnica que é a tecnologia como base para o processo inovativo. Então, a nova versão dos INCTs é decisiva para nós estimularmos, cada vez mais, a comunidade científica brasileira, e fazer a ponte dela com o sistema produtivo.

O terceiro projeto em andamento é a infraestrutura compartilhada. Até então, a Finep publicava o edital, que se chamava Proinfra (Programa de Infraestrutura da Finep). A grande dificuldade é que a tabela de finan-

ciamento da Finep era de R$1.200 ou R$1.400 por metro quadrado, e certas infraestruturas de pesquisa não podem ser construídas com esse recursos. Então, havia uma grande dificuldade de implementação das obras.

Nós fizemos um entendimento com o Ministério da Educação, com o Ministro Paim, para fazermos um edital conjunto, mudando a natureza do edital: em vez de construir pequenas infraestruturas de uso individualizado, construir infraestrutura de pesquisa mais robusta, mas com a intenção de ser de uso compartilhado. As experiências do mundo demonstram isso, e várias experiências brasileiras já também demonstram a importância. Você não fica com a infraestrutura ociosa. Você compartilha essa infraestrutura. Isso é algo que não é simples. Tem que construir cultura institucional, comportamento dos pesquisadores e ser capaz de compartilhar a infraestrutura. Mas nós temos que continuar insistindo nisso, está certo?

Também está em andamento toda a discussão dos grandes equipamentos de pesquisa, como o reator multipropósito, que seria instalado em Iperó – ele é decisivo para a produção de radiofármacos e para a pesquisa brasileira – e do grande laboratório Sirius, que seria instalado em Campinas, junto com o complexo do CNPEM. Esses dois projetos são da ordem de R$800 milhões cada um. Nossa proposta à Ministra do Planejamento é que eles sejam incluídos no PAC para garantir, e eles são decisivos. Se nós não tivermos esse equipamento, nós não vamos dar um salto com a ciência brasileira.

Por fim, o que nós estamos preparando, e eu queria submeter aos senhores, seria o lançamento das plataformas científica e tecnológica. Essa é uma tendência contemporânea no mundo. Não dá para inventar a roda. Nós não podemos fazer cópias da experiência mundial, mas não podemos desconhecê-la. Os chineses passaram três anos, entre 2003 e 2006, mobilizaram 2 mil pessoas e definiram 20 plataformas científicas e tecnológicas. Qual é o propósito dessas plataformas científicas e tecnológicas? Seria atividade em setores situados na fronteira do conhecimento.

O Brasil tem hoje uma comunidade científica que está no mesmo padrão mundial. Se vocês virem a avaliação, por exemplo, da pós-graduação brasileira – em geral, os grandes pesquisadores estão ligados à pós-graduação brasileira –, vocês vão observar que há pesquisador brasileiro hoje no mesmo padrão dos pesquisadores mundiais. Não temos a densidade, não temos o volume, não temos as condições de infraestrutura nem as facilidades de financiamento que eles têm.

Segundo, projetos que sejam estratégicos para o desenvolvimento nacional, não sejam projetos isolados, e projetos que tenham capacidade de gerar efeitos econômicos e sociais positivos. Então, esse seria o propósito.

E a nossa intenção, que nós estamos desenhando neste momento e brevemente será submetida aos senhores, é uma articulação da política industrial e da política tecnológica. No mundo inteiro, política industrial tem como um dos seus maiores e mais fortes instrumentos a política tecnológica, articulada com os ministérios temáticos ou setoriais. Por exemplo, nós vamos fazer uma plataforma de saúde? Estamos propondo. Vamos chamar o Ministério da Saúde e vamos ver de que o Ministério da Saúde precisa para resolver problema básico da saúde brasileira e como é que nós podemos combinar a articulação científica e tecnológica com a atividade setorial. O mesmo, com o Ministério da Agricultura. Quais são os grandes desafios científico e tecnológico da agricultura brasileira? Vamos tentar trabalhar juntos. Idem com o Ministério das Minas e Energia. Quais são os grandes desafios energéticos, do paradigma energético que está sendo feito no mundo? Como nós podemos combinar ciência e tecnologia? E assim sucessivamente, com algumas variáveis adicionais.

Então, nós estamos tentando desenhar essas plataformas e rapidamente, porque precisamos propor isso para a sociedade brasileira, articular com os demais Ministérios para fazer política conjunta no interesse público e com algumas variáveis.

É muito importante, isso eu anunciei no início, que a gente também considere as condições diferenciadas do território brasileiro. Nós somos um país muito heterogêneo. Tem aspectos muito positivos a heterogeneidade brasileira, mas temos desafios muito grandes do ponto de vista da situação diferenciada das regiões, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social.

Vou dar apenas um exemplo. Todas as regiões brasileiras têm a sua especificidade, mas vou dar o exemplo da Amazônia brasileira. A Amazônia brasileira é um patrimônio ambiental enorme. O Brasil precisa identificar um outro padrão produtivo que o mundo não conhece, que seja capaz de usar a biodiversidade, esse patrimônio natural, sem destruí-la e que traga benefício econômico e social para a população da região e para o Brasil. E mais ainda: a Amazônia não é só brasileira. A Amazônia é um bioma sul-americano. Em algum momento, o Brasil tem que propor uma concertação internacional para um grande projeto para a Amazônia em seu conjunto; a Amazônia é sul-americana. Esse é um exemplo que estou dando que tem de ser tratado nessas plataformas.

Uma com que, possivelmente, vamos ter de tomar um cuidado especial é com a Amazônia, não só pelo seu patrimônio ambiental, como pela questão de preservação geopolítica, de soberania nacional. Tudo isso tem de ser considerado, e estamos convencidos de que ciência e tecnologia são os instrumentos definitivos

para a incorporação da Amazônia do ponto de vista do interesse econômico, do interesse social, do interesse político e também geopolítico.

E nós poderíamos relatar coisas semelhantes para as demais regiões brasileiras. As plataformas deveriam ser construídas, ou estão sendo construídas, de forma a fazer também parcerias com o sistema federativo brasileiro. Os INCTs – esqueci-me de dizer – estão sendo implementados fundamentalmente por parceria entre o CNPq e as fundações de apoio a pesquisas nos Estados. Aliás, o projeto que já está acordado terá mais dinheiro das FAPs que do próprio CNPq, porque cada fundação de apoio à pesquisa dos Estados faz um acordo. É óbvio que esses projetos com as fundações de apoio à pesquisa nos Estados têm de financiar as instituições de pesquisa daquele Estado que entra com a contribuição e, mais ainda, com as Secretarias estaduais de ciência e tecnologia. Nós temos de fazer uma concertação do sistema federativo brasileiro para trabalhar em parceria, e cada Secretaria estadual de ciência e tecnologia e cada fundação de apoio a pesquisas têm as suas especificidades estaduais e, portanto, isso facilitaria essa concertação de um projeto que seja de interesse nacional.

Eu insisto dizendo o seguinte: está superado no mundo, do ponto de vista teórico e empírico, tratar região de forma isolada. Nós temos de pensar um projeto nacional que considere as especificidades das regiões e que elas não sejam tratadas de forma isolada. Isso hoje é um consenso na literatura mundial e nas políticas públicas.

É isso que eu tinha a dizer aos senhores. Estou à inteira disposição para qualquer esclarecimento, qualquer indagação, qualquer crítica e qualquer sugestão. Não há nenhum limite. Eu venho de uma experiência de vida acadêmica em que o debate, a controvérsia estão permanentemente presentes. Hoje, sou um homem público e, portanto, tenho de dar satisfação dos meus atos à sociedade brasileira. Para mim, o Senado nacional é, digamos, a maior autoridade do ponto de vista de representar os interesses políticos e sociais do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadores, acho até muito importante essa abordagem aqui levantada pelo Ministro, até porque tivemos oportunidade, Ministro, de fazer nesses quase quatro anos um pouco dessa interação com três Ministros. O terceiro é V. Exª, completando essa obra, mas fizemos com o Ministro Aloizio Mercadante, no início dos trabalhos, e, depois, com o Ministro Raupp.

E chamam-me a atenção algumas coisas que o senhor faz até com propriedade, mas eu diria que no Kondratieff tem um contratinho que foi feito na quarta onda, que o senhor até cita e que, na realidade, na minha opinião, foi a grande mudança que nós experimentamos no mundo, exatamente em meados dos anos 80. Ela foi até o final dos anos 80, mas particularmente em meados dos anos 80 a gente começa a viver uma experiência de reformulação de dois blocos.

Um é o bloco europeu, capitaneado, inclusive, pelo Reino Unido, no que tange à incidência sobre a questão da economia, o que muita gente até chegou a chamar de "a nova revolução industrial inglesa", patrocinada por Margaret Thatcher, com a mexida na economia, mas de olho exatamente no desenvolvimento científico e tecnológico, e que chamava a questão, inclusive, do debate de setores importantíssimos no mundo, com forte incidência na economia, mas com matrizes principalmente tecnológicas muito decisivas em todo o mundo: a área de energia, não só energia no conceito que todos tendem a trabalhar, que é energia elétrica, mas energia na sua inteireza, inclusive com muita aplicação, para o mundo, da busca no mar dessa riqueza, e particularmente da questão do petróleo como combustível, como pilar central; a busca por reformulação na área das comunicações, por conta dessa questão da eliminação das distâncias. Por mais que a ferrovia tenha sido elemento decisivo ali dos anos 40, e consequentemente a Europa até usou isso não só para o desenvolvimento, mas principalmente para o deslocamento, a gente começava a viver, no final dos anos 80, outro tipo de deslocamento: o da informação. Então, houve a chamada desregulamentação da economia, patrocinada por Margaret Thatcher e absorvida, na sua inteireza, pelo governo americano, à época por Ronald Reagan, ali pressionado por grandes monopólios.

É aí que acontece, inclusive, a reestruturação dos maiores conglomerados, e, usando até uma redundância, no conglomerado que já é maior por natureza, mas é importante lembrar que ali a gente tem a grande reformulação do Estado americano. E a mexida ali não é uma mexida qualquer, não é só alteração com as sete Baby Bells, a transformação da gigante AT&T, mas a mexida, inclusive, na pesquisa, com a reformulação num dos grandes laboratórios do mundo, o Bell Labs, e, principalmente, a introdução dessa relação do mundo de produção científica com o novo pilar asiático. Vem daí, inclusive, e V. Exª cita o surgimento dos conglomerados Samsung, LG, etc.

Mas a grande mexida vem exatamente nesse aspecto, que até hoje, no debate que fizemos semana passada, eu cobrava do ministério. Lembro-me de que, em 2006, 2007, a grande promessa dos japoneses era a

consolidação de uma unidade de produção de semicondutores no Brasil. Eu cobrava, dizendo o seguinte: "Eu não conheço nenhum tipo de deslocamento de unidade de produção de semicondutores da Ásia para a América." Não estou falando para o Brasil, não. Para a América. Conheço o contrário: deslocamento do desenvolvimento para plantas de produção de semicondutores, todas na Ásia. Os quatro lugares do mundo onde temos produção, por exemplo, de plasma, LCD, OLED, etc. e tal, todos os quatro estão na Ásia. Todos os quatro. Não há nenhum na Europa, nenhum nos Estados Unidos. Os centros de produção do conhecimento para chegar a essa produção do semicondutor, todos eles estão nos Estados Unidos e na Europa, mas a finalização tem se processado… E aí por diversos fatores.

Então, nessa quarta onda de Kondratieff, eu introduziria essa reestruturação, essa desregulamentação da economia, que, portanto, olhou, nada mais, nada menos, do que os pilares do processo científico e tecnológico, só que numa época em que o desejo de consumo era traduzido por uma palavra chamada automação. Havia um choque direto com mão de obra. Até na conceituação da transformação, era exatamente automação, entrada de novas máquinas e substituição de mão de obra, numa referência… eu diria até que num caminho inverso do que foi a Revolução Industrial inglesa, porque era exatamente a necessidade de cada vez mais absorção de mão de obra para tocar as máquinas. Agora, era o contrário: era a introdução de máquinas para substituir mão de obra. Portanto, automatizar processos e, ao mesmo tempo, fazer o grande debate que se consolida também nos anos 80, que é a questão do controle de qualidade, ou a introdução da qualidade. Aí, vimos com outra resposta.

Portanto, vivenciamos esse período da automação, de máquinas, da qualidade no processo, do chamado esforço amplo para se apropriar do conhecimento, mas materializar isso sempre em máquinas.

Aí, o senhor vai encontrar, talvez, no Brasil nessa época, a participação decisiva de dois grandes polos: o polo universitário, capitaneado pela Unicamp no Brasil; e o outro polo de desenvolvimento e pesquisa, capitaneado pelo CPqD, que faz exatamente a associação, nesse período, dos três fatores. O fator preponderante, no que diz respeito a se apropriar do conhecimento, a relação com o campo prático de aplicação, que, portanto, era a indústria e as empresas, e chegar à sua consequência, que era o serviço; é onde se consegue, talvez, o melhor momento de excelência do Brasil do ponto de vista do aproveitamento da ciência e tecnologia, ainda com automação, mas chegando, por exemplo, aonde o Brasil consegue avançar em fibra ótica, no cartão indutivo, em todo tipo de pesquisa para a prestação dos serviços; é onde se estimula no Brasil o surgimento da indústria nacional; o cinturão que se estabeleceu em torno da Unicamp e do CPqD, da indústria de eletroeletrônicos e principalmente de suplementos para a indústria, num conceito ainda bem preliminar de automação, mas com características bem aprofundadas.

E a gente inverte essa lógica neste período de hoje, com a chegada exatamente da inovação, que é um contexto exatamente contrário à automação. Na inovação, eu preciso de mais mão de obra; eu preciso de mais gente pensando, meu caro Ministro, mais gente com capacidade. Com a inovação, eu preciso ampliar minha capacidade de formação, porque, com a inovação, se eu não conseguir aprofundar a formação de novos profissionais, eu não tenho como chegar à solução que substitui de forma muito enfática o processo de automação com máquinas da década de 80. Essa grande mudança fez com que a gente precisasse do Ciência sem Fronteiras, para formar mais gente. Portanto, estamos exatamente num caminho, eu diria, de mudanças consubstanciais, que todo mundo hoje chama de chegada dos apps (aplicativos), das soluções. É o momento em que a gente utiliza muito mais o aproveitamento do conhecimento do que efetivamente a materialização com só e somente máquinas.

Desse modo, acho que esse é um dos grandes saltos no Brasil que nos coloca – essa é a diferença – em tempos iguais. No período da automação, por exemplo, o mundo inteiro já falava em robótica. A gente ainda estava aqui… Apesar de o nosso setor bancário ser um dos mais avançados do mundo, a automação principal no setor bancário era *software;* não era máquina. O principal desenvolvimento do nosso setor que vem exatamente para esse novo tempo do uso do *software* agora com os chamados aplicativos ou soluções.

Então, acho que esse é o grande desafio. Até citei aqui no início. O senhor coloca essa questão da importância das plataformas, relação com os outros ministérios, e citei, quando falei do Senador Eduardo Braga, dessa transversalidade, dessa multissetorialidade e da capacidade de a gente envolver, cada vez mais, os setores da vida. Por exemplo, acho que um dos nossos grandes erros nos último período é não ter intensificado a área de biotec (biotecnologia). Nós resolvemos os problemas da área da saúde, da área dos fármacos, da área de energia.

Estamos, por exemplo, com um baita projeto na Bahia, de supercomputador, que ainda carece até de o Ministério fazer o aporte da última parcela para a gente consolidar isso, começamos a fazer esse debate com a área de gás, com a British Gas e com a ANP. Mas o objeto central do supercomputador para a Bahia era a biotecnologia, chegar às energias, principalmente renováveis, chegar à área da saúde, que é fundamental, principalmente para produção de fármacos, que é uma área decisiva e temos bases importantíssimas no Brasil

para isso, diversificar. Não que Manguinhos não seja importante, é fundamental, mas preciso ter Manguinhos espalhado por este Brasil inteiro.

Estamos fazendo, por exemplo, um projeto grande com um dos ex-colaboradores do CNPq, que hoje voltou para sua casa, a Fiocruz, lá na Bahia. É uma insistência nossa há muitos anos, um aplicativo que estamos desenvolvendo com a Fiocruz para atender a uma área simples, mas de muita capilaridade, Senador Cristovam, que é o sujeito que faz o trabalho de agente comunitário, que frequenta todos os dias todas as casas, que podia ser uma grande fonte de informação.

Isso é para mostrarmos que a inovação não se processa só com a chegada do *ship*, a inovação se processa com a chegada de métodos de acesso, de distribuição da informação, de acesso ao conhecimento, de universalização desse conhecimento. E essa plataforma aqui na nossa linguagem é uma plataforma de acesso, para permitir que qualquer um possa chegar a essa plataforma, retirar e fazer o uso.

Portanto, esses aplicativos são fundamentais para fazermos chegar à ponta, a mais sofisticada assistência médica por imagem, que é a modernidade desse novo tempo; para que isso chegue também ao cidadão que está não só em Salvador, mas que está lá nossa Chorrochó, que está no ponto mais distante na sua querida Minas Gerais. Permitir que, através dessa inovação, o sujeito possa ter ainda que não tão presencial a figura do médico especialista, mas pelo menos a ferramenta para ter acesso a ela. Esta é a proeza desse novo tempo da informação: é esse serviço chegar a todos os lugares, a todos os cidadãos independente da sua localização e da sua condição econômica. Essa é a proeza, na minha opinião, dessa coisa que o senhor chama de novas plataformas e intersetorialidade.

Por exemplo, o senhor falou no desenvolvimento em Minas em relação à universidade. Na Bahia, há uma empresa que surgiu no quintal de um bairro popular, que é hoje uma das empresas que concorrem com a Halliburton no mundo inteiro. E um grande debate que se faz é como vamos fazer a sete mil metros abaixo da lâmina d´água. Esses caras foram lá, começaram a desenvolver aplicativos e condições para que tenhamos cabos que sejam extremamente inteligentes, substituindo exatamente a força do homem, mas usando o homem para fazer chegar lá embaixo em condições completamente adversas a qualquer tipo de presença do ser humano, a sete mil metros abaixo da lâmina d´água. Esse processo foi desenvolvido no fundo do quintal de uma casa e hoje é uma empresa consolidada mundialmente.

Como poderemos associar isso? Como poderemos criar essa cadeia, por exemplo, do sisal? É uma pesquisa, Ministro, que insisto há muito tempo, porque o sisal resolve o problema da nossa agricultura, resolve o problema da geração de renda no interior e resolve vários problemas. É um material ultrabenéfico para ser usado, por exemplo, para enxerto na indústria automobilística, para confecção de painel ou, quem sabe, num desenvolvimento mais avançado, substituir o PVC, os cabos de pesquisa de água profunda. Ele tem a propriedade de ser mais resistente e ser muito mais leve. Um cabo a sete mil metros abaixo da lâmina d´água sofre pressões de todas as ordens. Numa simples pesquisa, num campo de aplicação prática, resolvo uma cadeia inteira nesse processo de aplicação desta coisa que chamamos do conhecimento materializado em algo concreto que alguém batiza de tecnologia.

Esse aspecto da inovação é importante neste novo tempo, porque a gente ganha enormemente. Portanto, fico feliz quando vejo V. Sª associá-lo à educação, porque, cada vez mais, um dos nossos graves problemas nessa área de ciência e tecnologia é exatamente a formação de pessoas, o aproveitamento dessa mão de obra, a capacidade de a gente envolver mais pessoas e mudar a vida das pessoas.

Quando falamos em inovação – eu vi o senhor falar do Cemaden –, a discussão que a gente faz hoje da utilização desses centros de prevenção, desses centros de identificação de crises, alarmes e outras catástrofes são também centros de informação para o pequeno agricultor, para o cara que está na ponta, para resolver questões cruciais. A chegada de informação é uma transformação na vida das pessoas, a utilização, cada vez mais presente, dessas coisas para resolução de problemas que até então a gente não imaginava. Portanto, trata-se da capacidade de produzir no caminho inverso, Ministro, a vacina para os europeus.

Eu brinco muito com isso, Ministro, e às vezes provoco… Eu conversava muito com meu pai, fazia brincadeiras com ele, e, uma vez, eu ainda muito jovem, brinquei com meu pai e disse a ele: "Meu pai, o senhor sabe de onde vem a história do pijama, o que é a grande invenção do pijama?" Meu brincava comigo e dizia: "Isso é para um descarado como você não deixar de tomar banho; você dorme sujo e, quando chega na cama, quer se limpar no lençol. Então, o pijama já alivia." Foi mais ou menos quase por isso. O pijama inclusive cumpriu um papel importantíssimo, meu caro Cristovam: na Europa, o sujeito passava o dia inteiro no trabalho e, como há um frio muito grande, é muito natural que, no frio, o cara evite tomar um banho. Não sei se, naquela época, havia tantas caldeiras assim para esquentar as águas, ou se já havia o uso de sistemas à base de energia elétrica para que essa água pudesse ser aquecida. Então, o sujeito vinha com a roupa da rua e se deitava. O carrapato ou qualquer outro bicho que estivesse na roupa da rua, se ele se deitava com ela, a parte mais quente numa

noite fria em qualquer inverno europeu é o corpo. Portanto, o carrapato continuava no corpo. Com o advento do pijama, o carrapato velho ficou na roupa pendurada no cabide, o pijama cobriu o corpo, e o carrapato velho morreu de frio. Não achou nenhum corpo para se aquecer. Portanto, uma simples descoberta, uma inovação em que não houve uso de nenhum tipo de *chip*, mas que foi capaz de modificar um hábito e atender a uma demanda de saúde importantíssima.

Assim, esse é o conceito, e eu sempre brinco com um fato. Eu tenho um filho que hoje é engenheiro químico da Petrobras, e ele, ainda jovem, dizia assim: "Meu pai, todos os dias à noite, no domingo, eu vejo um bocado de invenções interessantíssimas no Fantástico" – um dos jornais que está caindo em audiência hoje, mas que era um dos jornais de maior audiência. "Inventou uma pílula não sei onde que vai curar não sei o quê." E esse meu filho dizia assim: "Pior, meu pai, que a gente chega de manhã cedo, eu estou jogando bola, tomo uma topada numa pedra, arranco a cabeça do dedão do pé, vou embora, chego no posto de saúde e nem mertiolate velho há para colocar na cabeça do dedão do pé. E eu vi ali, no domingo à noite, que já existe uma pílula inventada que vai salvar o mundo." Portanto, a questão é essa capacidade nossa de entender que é possível transformar isso de maneira acessível, universalidade cada vez mais presente, e, principalmente, como é que a gente extrai as vantagens da aplicação desse novo conceito que V. Sª traz aqui de forma muito enfática, para a gente ganhar.

Para isso, nós precisamos aumentar, cada vez mais, o orçamento da ciência e tecnologia. E eu, Ministro, desde que cheguei a esta Casa – Casa Congresso Nacional –, milito nessa área. Se V. Sª pegar os anais da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, vai ver que em nenhum ano em faltei àquela Comissão. Em nenhum ano deixei de ser membro. Até no ano em que eu era Líder da Bancada do PT – e, por força do Regimento da Câmara dos Deputados, os Líderes não podem ser membros de Comissão –, eu, todas as quartas-feiras, ia para a reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia. Participei ativamente disso que V. Sª mostrou aqui que é quase metade do orçamento do Ministério: a consolidação do FNDCT. Participei ativamente. Participei ativamente dos fundos setoriais. Participei ativamente da política de criação de parques tecnológicos no Brasil e lutei arduamente pela implantação do parque tecnológico no meu Estado, que foi inaugurado em setembro de 2012. Tenho um verdadeiro envolvimento, mais do que emocional, na consolidação de um dos grandes centros de pesquisa da Bahia hoje, em parceria com a indústria, que é o Cimatec. Na minha opinião, hoje é o terceiro centro deste País, é onde vai estar esse supercomputador, é onde estamos fazendo coisas avançadas na área de robótica, na área de frequência, na área de energias renováveis. Um grande centro de formação foi acoplado a esse centro de pesquisa, transformado em faculdade.

Então, participei ativamente desses debates, entendendo, Ministro, que é fundamental, para nós, a questão do não contingenciamento das verbas de ciência e tecnologia. Não é por mera formalidade. Tenho tido sempre uma posição muito crítica e contundente com as secretarias estaduais e principalmente com o ministério, com a política de achar que ciência e tecnologia é sairmos instalando centro vocacional, aquela coisa, CDCs e coisas do gênero, como se pudéssemos fazer isso como uma fábrica de sandálias, que produz em série. Não é assim. De vez em quando, umas soltam as tiras e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o fundamental é haver essa espinha dorsal que o senhor trouxe aqui hoje, integrar essas pesquisas. Não adianta a gente falar em 2 mil frentes, porque termina a gente não realizando nem duas. O importante é pegar essa espinha dorsal e ver como vamos encaixando cada costela dessa ciência e tecnologia, mas entendendo a proeza e as necessidades de cada localidade, e principalmente a exigência de fazer chegar em campo prático de aplicação aquilo que está no conhecimento, que não está distante. A diferença está, agora, em como é que a gente inova na capacidade, inclusive, de usar esse conhecimento e botar para rodar, como diz meu filho. Eu quero sair na segunda de manhã e o que vi ali à noite, anunciado, naquele momento, eu ter capacidade de tocar aquilo como algo que é extremamente possível de ser incorporado por qualquer pessoa. Acho que essa é a grande virtude que temos, esse é o desafio que temos diante de nós.

Fico feliz, volto a dizer, quando o senhor vem aqui e diz que é possível fazer isso se a gente der essa enxugada, trabalhar com essa intersetorialidade e com essa transversalidade, que é a proeza da ciência e da tecnologia, e principalmente a aplicação. Só seremos competitivos com inovação. Só seremos inclusivos com inovação. Só seremos uma nação capaz de dizer que verdadeiramente o resultado da ciência e tecnologia chegou quando essa inovação bater na pele das pessoas, chegar na vida de qualquer um e a gente puder dizer: eu estou podendo usar agora isso aqui na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Walter.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Prof. Ministro Campolina, fico muito satisfeito de tê-lo aqui como nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, por todo o carinho, respeito e conhecimento que tenho por e de seu trabalho, como reitor, como professor e agora como ministro. E também, sobre-

tudo, porque o senhor tem sido, talvez, o primeiro Ministro da Ciência e Tecnologia a falar mais em educação de base – inclusive já falou aqui hoje cedo.

E eu quero concentrar minha questão nesse aspecto. Às vezes, acho, Ministro, que seu trabalho e o de qualquer ministro de ciência, tecnologia e inovação, é como correr numa esteira rolante no sentido contrário ao da sua direção. O senhor vai correndo, mas uma coisa fica puxando para trás, que é a educação de base. E eu sinto isso toda semana, quando vou dar minha aula na UnB e saio pelos corredores, Senador Perrella, e vejo, só para dar um exemplo, a situação dos cursos de Engenharia, onde os professores – e também os alunos – me relatam a dificuldade que eles têm de fazer com que seus alunos captem o conhecimento que deveria ser transmitido naturalmente, e isso não consegue ser feito porque eles não chegam com a base necessária. Ora, se as faculdades, as escolas de Engenharia sofrem com isso, imaginem os institutos de pesquisa, salvo se eles forem raríssimos. Se eles forem pouquíssimos, aí a gente seleciona um grupinho muito pequeno, como se fez no ITA. O Brasil não conseguiria ter dez ITAs, porque não conseguiríamos ter alunos com o mesmo brilhantismo dos alunos do ITA em um número maior.

Então, essa é a sensação que tenho em relação ao seu trabalho. É um trabalho muito bem apresentado, muito bonito, mas que sofre na base. E, por isso, não vamos conseguir, por mais que nos esforcemos, transformar o Brasil num celeiro do conhecimento amplo, embora seja preciso, sim, pelo seu plano, haver centros de excelência, isso sim, como a Embraer, como a Fiocruz, como a Embrapa. Mas essas são ilhas. Mas transformar o Brasil num centro como a Califórnia hoje, em que há um número imenso de pequenos grupos, em geral até privados, de meninos geniais sozinhos, o que faz com que, a cada dia, a ciência e a tecnologia evoluam, não vamos conseguir, por mais que se esforce o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vamos conseguir ter alguns centros de excelência limitados.

Por isso, gostei quando o senhor falou da necessidade de um programa nacional, não regional. E aí eu entro na minha questão.

O senhor acha possível que a gente consiga dar um salto… Nem vou perguntar se é possível dar um salto científico-tecnológico sem dar um salto educacional, pois isso já dou como definido. A minha pergunta é: é possível dar um salto educacional mantendo o sistema municipalizado de educação, em um País de tanta desigualdade entre as cidades? Algumas cidades chegam a ter uma renda anual de R$2,00 por pessoa. Essa é a receita de alguns Municípios. E se compensa isso com os fundos, com as transferências de recursos do Governo Federal.

Então, enquanto a gente condenar uma criança a ter um carimbo na testa dizendo "você vai ter uma boa educação" ou "você não vai ter uma boa educação", de acordo com o CEP da cidade e com o CPF do pai e da mãe, enquanto a gente fizer isso, a gente não vai aproveitar os 50 milhões de meninos e de meninas que hoje estão na educação de base, o nosso potencial ficará restrito a uma parcela muito pequena dos 200 milhões de habitantes, número ao qual estamos chegando.

Portanto, a primeira coisa é: o senhor acha possível dar o salto na educação de que a ciência e a tecnologia precisam mantendo um sistema municipalizado?

A segunda pergunta é: para haver um sistema nacional de educação, não vamos precisar que o Ministério da Educação seja um Ministério da educação de base e que as universidades tenham o seu Ministério? E aí a gente fecharia dez ou quinze dos que existem aí sem servir para muita coisa. Ou se junta isso, como em muitos lugares, com a ciência, a tecnologia e o ensino superior. Muitos países o fazem. Aliás, isso é feito no Brasil. Em São Paulo, a USP não está ligada à Secretaria de Educação. Em Minas, creio, a Universidade Estadual não está ligada à Secretaria de Educação, como ocorre também em Pernambuco, onde a Universidade está ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Os Estados estão mais avançados nisso – pelo menos na minha ótica, esse é um avanço – do que o próprio Governo Federal.

A minha pergunta é: a gente precisa de um sistema nacional de educação de base, e não de um sistema municipalizado? Portanto, é preciso uma carreira nacional do magistério, com equipamentos mais modernos. Sem isso, considero que a gente condena os meninos nas escolas de hoje à tortura. Quadro-negro hoje é pau de arara intelectual, Senador Perrella. Colocar um menino para assistir a uma aula de Astronomia num quadro-negro, em que o professor faz um pontinho branco e diz que é o sol, faz outro pontinho branco e diz que é a Terra, faz uma roda e diz que é uma elipse, é o mesmo que um pau de arara! Os meninos estão vendo isso pela televisão, os meninos veem isso pelo computador! Eles veem isso colorido, veem no espaço aquelas coisas minúsculas.

Então, é preciso escolas boas, bem equipadas e bonitas, com uma carreira nacional do magistério, tudo em horário integral. Com menos de seis horas, a gente não vai formar um quadro grande de cientistas no Brasil. Isso só será possível com um projeto federal, se for um projeto nacional ao longo de anos. Não se faz isso

em menos de 20 anos. A minha proposta é que seja adotando cidades inteiras, e não adotando escolas, como defendeu o Brizola e como fez o Presidente Collor com os CIACs, 440. Eu defendo é que seja por cidade.

Mas eu gostaria de ouvir a sua opinião como Ministro da Ciência e Tecnologia, se o gargalo real não é dinheiro, embora falte dinheiro. O gargalo geral é cérebro. O que faz falta realmente à construção de uma infraestrutura científico-tecnológica é cérebro. É preciso dinheiro para haver cérebro, mas é do cérebro que a gente precisa. E o cérebro começa desde que se nasce, quando a gente cuida bem daquele menino para dar o seu desenvolvimento intelectual, passando pela escola.

Então, esse é ou não é o grande problema do Ministério da Ciência e Tecnologia? A solução estaria ou não em um processo a longo prazo de federalização da educação? Essa federalização vai exigir ou não separar, do ponto de vista administrativo, a educação de base do ensino superior? E criando-se um conselho de educação. Não um conselho do ponto de vista do que temos. Um conselho gestor, que põe o Ministro da Ciência e Tecnologia, ensino superior, e o ministro da educação de base. Aí, sim, eles casariam e combinariam.

Quantos professores vão ser formados nas universidades? O Ministério da Educação diz quantos precisam, o ministério do ensino superior faz as ações para que sejam necessárias. Que tipo de formação a gente quer no segundo grau para poder formar mais físicos? Esse conselho gestor… Aliás, eu chamaria o conselho gestor do sistema nacional do conhecimento e da inovação, que é outra coisa que a gente está precisando ter, um sistema nacional do conhecimento e da inovação.

Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Ministro Clelio Campolina.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Bom, vamos começar pela fala do Senador Walter Pinheiro.

O senhor tocou em muitos assuntos que fico até instigado a um debate quase que acadêmico, longo, que nós não vamos poder fazer aqui agora.

Primeiro, o seguinte: estou inteiramente de acordo que o final do Quarto Kondratieff, que falei, em petróleo, automóvel, etc., termina com uma profunda crise do chamado padrão fordista de produção, que leva ao chamado conceito de desindustrialização. Inclusive advirto que temos que ter certo cuidado para poder começar a transpor esses conceitos de uma forma, às vezes, acrítica para o que está acontecendo no Brasil. Eu não acredito que o Brasil esteja passando por um processo de desindustrialização. Inclusive quando você mede estatísticas internacionais, a indústria, à exceção da China, que virou uma fábrica do mundo, está perdendo peso relativo na formação da renda nacional e da ocupação em qualquer país desenvolvido.

Há algumas décadas, a gente falava no declínio secular da agricultura. O povo mudou para a cidade, quando nós estávamos naquela concepção fisiocrática em que só o setor agrário era produtivo. O povo estava se mudando para a cidade, e achou-se que era um colapso o declínio secular da agricultura. É óbvio que a demanda de alimentos está limitada pelo tamanho do estômago das pessoas ou pela renda, que é o que tem para comprar. Depois, hoje, o conceito de desindustrialização foi cunhado para analisar a experiência da crise do nordeste dos Estados Unidos e do noroeste inglês. O exemplo mais clássico é Detroit. Detroit, hoje, é uma cidade fantasma. Perdeu a indústria, perdeu as outras atividades. Não é o que está acontecendo no Brasil. Nós podemos falar que está havendo uma reestruturação produtiva profunda, que o País perdeu posição relativa no contexto da competição internacional, mas quando mostrei a estatística ali, mostrei que o Brasil era a 12ª posição industrial do mundo e passou para a 6ª. Então, não estamos nesse colapso.

Tudo isso foi muito alavancado por uma nova onda tecnológica, que foi a tecnologia da informação e comunicação, que permitiu a industrialização flexível: mudar os padrões de organização produtiva. Há todo um debate sobre terceirização, ou seja, a descentralização dos complexos produtivos. E hoje estamos assistindo a uma "terciarização". É diferente de "terceirização", que é passar para terceiros. Terciarização é aumentar o setor terciário da economia.

Agora, o conceito de inovação, hoje, está sendo muito debatido no mundo, mas sempre houve inovação. Na expansão produtiva – eu falei apenas do período recente –, sempre houve ondas tecnológicas determinadas por um processo inovativo. No conceito teórico original, inovação é aquilo que rompe a estagnação, a própria formulação teórica original do Schumpeter.

Essas mudanças de paradigmas tecnológicos estão permitindo hoje avanços impressionantes. Você falou na telemedicina, ou seja, você está aqui, manda os resultados do paciente a outro especialista que está lá. São avanços sociais impressionantes. Então, sempre houve inovação. Só que hoje a competição está tão acirrada que há uma consciência política, há uma consciência empresarial, há uma consciência pública de que sem inovação você não consegue competir num mundo cada vez mais globalizado.

Por isso, eu adverti, aqui na minha fala, do perigo que nós temos com essa corrida científica e tecnológica sem estar atrelada a um objetivo social e político. Essa é uma preocupação que eu tenho como cidadão, como

pessoa, como acadêmico. E não sei muito bem o que fazer, porque nós não podemos frear o avanço científico do mundo e dizer "porque nós vamos ficar excluídos", mas pelo menos temos que ter consciência política. Em algum momento, o mundo vai advertir isso, ou seja, a ciência tem que estar a serviço da humanidade, não a humanidade estar a serviço da ciência. Isso é um risco.

Agora eu acho que a inovação está na ordem do dia. Não há futuro para o País se não houver um processo inovativo e, para haver inovação, tem que haver educação, tem que haver ciência, tem que haver tecnologia. Então, eu estou inteiramente de acordo com você. Você mencionou uma coisa – Thatcher, Reagan – e eu não quero entrar com ela, porque há as coisas malvadas também. Consenso de Washington é o nosso produto mais imediato. Está tudo dentro daquela lógica do neoliberalismo. Começou com a Margaret Thatcher, depois o Reagan, depois o Chicago Boys, no Chile, etc. E sobrou para nós também com o Consenso de Washington. Eu fui um dos críticos desse Consenso de Washington desde que ele começou.

Então, eu acho que nós estamos de acordo. Agora você é um Senador totalmente envolvido com esse tema. Nós precisamos de apoio e crítica. Eu sou um servidor público. Então, eu tenho que estar submetido e defender as minhas ideias, preciso de apoio para implementá-las e precisamos de uma visão crítica. Eu não tenho nenhum constrangimento em ser criticado. Espero que realmente não seja uma crítica pessoal, de agredir, etc., mas a crítica pública é fundamental. Pode estar à vontade, porque isso faz parte da minha vida. Eu sou um acadêmico e, portanto, sempre sujeito a críticas, a sugestões. Um dia eles falaram para mim: "Mas esse projeto de pesquisa é controverso." Qualquer projeto de pesquisa, em qualquer lugar do mundo, tem controvérsia. Se não fosse isso, não era pesquisa, era implementação de uma ideia já conhecida, não era busca. Você está buscando isso. Estamos de acordo, vamos juntos nessa. Preciso de apoio e preciso de crítica. Fique à vontade.

Senador Cristovam Buarque, primeiro, eu estou inteiramente de acordo com o senhor de que educação básica é fundamental. Estou inteiramente de acordo que o primeiro ponto da educação básica… Há dois pontos que eu não queria separar. Você tem que valorizar o professor, o que significa valorizá-lo socialmente, valorizá-lo politicamente e também valorizá-lo do ponto de vista financeiro. Ele precisa ganhar um dinheirinho para sobreviver, precisa ir ao supermercado comprar sua comida, comprar sua roupa. Então, eu acho que o padrão de remuneração é uma preocupação. Se você melhorar o padrão de remuneração, você estimula as pessoas a fazer uma opção por uma carreira. Ser professor tinha que ser uma coisa meritória, de reconhecimento social, não de vergonha, a pessoa virou professor porque não tem outra alternativa na vida. Nós sabemos quanto ganha um professor primário. Eu acho que isso é um problema grave para o País. Estou inteiramente de acordo com você. Se não valorizarmos o professor, não vamos ter escola de qualidade.

Segundo, é preciso haver escola em tempo integral, que dá muito mais oportunidades ao aprendizado do aluno, principalmente numa sociedade com a desigualdade social que nós temos e com a desigualdade de escolaridade. Muitas crianças chegam a casa e não podem ter o apoio, porque o pai é analfabeto.

Eu tive a oportunidade de orientar uma doutora, que hoje é professora de uma universidade pública, que depois escreveu na introdução – eu não sabia – que os pais dela não podiam ler a tese porque eles não tinham tido oportunidade de aprender a ler. Ela estava defendendo a tese de doutorado. Então, eu fiquei, inclusive, emocionado porque eu sabia que ela tinha dificuldade, mas não sabia que chegava a esse povo. Então, educação é fundamental. Estou inteiramente de acordo com você. Escola em tempo integral é fundamental para dar oportunidade ao aluno de todo o aprendizado, etc. E, inclusive, também para liberar a família, os adultos da casa, para que eles também possam combinar a vida familiar, a vida doméstica, com o trabalho. Porque nós sabemos que as pessoas que não têm recurso não têm onde deixar a criança depois do horário de escola. Então, eu estou inteiramente de acordo.

E mais ainda. As tecnologias modernas hoje permitem muitos avanços pedagógicos. Você ficar desenhando no quadro-negro quando já existe uma forma de projetar uma figura, um mapa ou qualquer coisa?! A informática está por aí, está generalizando, está certo? Então, essas facilidades têm que ser aproveitadas.

Com relação à federalização, eu não estou seguro. Eu estou seguro de que a escola tem que estar apoiada, prioridade absoluta para o País. Não está no meu Ministério. Agora, o País é muito grande. Eu acho que a capilaridade… Um projeto tem que ter o apoio federal. Agora, se a escola tem que pertencer ao Governo Federal ou se tem que pertencer aos governos subnacionais, estaduais ou municipais, eu não estou seguro porque eu tenho medo, também, de uma centralização burocrática e de que a coisa não funcione.

A capilaridade e o envolvimento da família com a escola. É muito importante que a família… Quem tem dinheiro entrega o filho para a escola e paga a conta. Quem não tem dinheiro também não vai lá porque isso é responsabilidade do setor público. Eu já morei no exterior com criança, você também já morou no exterior com criança. É muito importante o comprometimento da família com a escola. A família não vai ser o professor, mas a presença. Inclusive, faz parte do reconhecimento social para a escola.

Então, eu acho que tudo isso… Eu estou inteiramente de acordo com você que é fundamental um apoio central à educação básica, embora isso não seja do meu Ministério. O País é grande, tem dificuldades. Agora, algum caminho tem que ser encontrado para equacionar esse problema. E mais ainda. Eu estou de acordo com você que nós não vamos dar um salto científico e tecnológico no Brasil se nós não construirmos a base.

Várias coisas que estão sendo… Por exemplo, eu sou um defensor do Enem. A minha universidade, quando eu era reitor, adotou o Enem e adotou o Sisu integral. E o resultado, ao contrário… Porque aí eu fui criticado pela elite. A elite não queria Enem. A elite queria que a universidade pública federal de qualidade fosse reservada para a… Fui muito criticado, mas o resultado foi: no ano anterior à adoção do Enem, nós tínhamos 60 mil candidatos para 6 mil vagas, apenas 48 mil fizeram a prova. Então, 48 mil candidatos para 6 mil vagas. Com o Sisu, a demanda subiu para 186 mil inscrições, a prova foi feita por 144 mil candidatos e a nota aumentou. Ao contrário da crítica: "com o Enem e o Sisu, você vai esculhambar a universidade, vai popularizar a universidade, etc.". Ao contrário, a nota aumentou. Na minha universidade, de onde eu venho, no último vestibular, 46% dos alunos que entraram são de escola pública, com a nota de corte alta. Uma universidade com 6 mil vagas, que tem 186 mil inscritos, você já viu que a nota é alta. Pode pegar os dados, estão por aí. Deve ser uma das notas mais altas do Brasil. E foi muito positivo.

Então, esses critérios, por exemplo, acabar com o vestibular localizado, fazer um negócio mais universal, mais democrático, o aluno não ter que pagar para fazer a seleção, não ter que viajar, está certo? Porque antes tinha que ser presencial, o aluno tinha que ir lá em Belo Horizonte, no meu caso, da minha universidade, ou em alguns poucos lugares que ofereciam, para fazer a prova. Agora, não. Alunos do Brasil inteiro fazem a prova, a seleção é por mérito, você está entendendo?, se dá grande oportunidade para a escola pública. A cota racial também, eu acho, teve um papel importante, sabe? Então, eu acho que tudo isso.

Agora, eu não estou seguro se a melhor forma é apoiar com capilaridade ou centralizar. Eu tenho muito medo de que burocratize demais e que, às vezes, possa dificultar. E cada comunidade tem a sua cultura local, etc. Eu vou dar um exemplo aqui. Eu nasci no meio rural. Eu conhecia goiaba, mas os livrinhos falavam sobre morango. Então, eu lia a história do morango, mas eu conhecia era a goiaba. Então, aquele negócio era transcendental para mim. Eu não conhecia morango. Lá no interior de Minas, onde eu nasci, não tinha morango. Tinha goiaba. Então é preciso adaptar também às condições da cultura local, respeitar um pouco o entorno cultural. A literatura tem que ser adaptada a isso. Se você vai ensinar um menino com alguma coisa que ele não entende, por que a Pedagogia do Oprimido deu certo? Porque é aquilo que a pessoa vive, está entendendo? Se você falar em enxada para um trabalhador rural, ele sabe o que é. Se você falasse em computador a 30 anos atrás, ele não saberia o que era aquilo. Era um negócio que estava longe da cabeça dele.

Então, eu tenho essa dúvida. Há vários Estados em que a educação superior pertence à Secretaria de Ciência e Tecnologia, outra à educação básica. Acho que essa é uma questão delicada. Sou Ministro da Ciência e Tecnologia, não sou Ministro da Educação. Eu acho que temos de discutir e encontrar o melhor formato. O formato em si talvez não seja o mais decisivo. O decisivo é escolher as políticas corretas, apoiá-las e tentar implementá-las.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permita-me, Presidente?

Primeiro, queria falar que, de fato, para universidades do porte de Minas Gerais, USP, UnB, o Enem que defendo é muito bom, mas esvazia outras universidades menores, porque o senhor aumentou o número de candidatos e aí passou a ter uma escala nacional para escolher os seus alunos. Agora, os melhores vêm para Minas, para USP. Nas outras universidades ficam os que não passaram nas grandes. É preciso lembrar isso. O que realmente faria a nota subir era todo menino terminar o ensino médio, aí sim. E todo menino terminar ensino médio de qualidade, e não os 20% no máximo que a gente tem hoje terminando o ensino de qualidade.

Outra coisa, o Enem, para ver como este País abandona a educação de base, o Enem não foi inventado para selecionar aluno para universidade. O Enem foi inventado para avaliar o ensino médio. Ninguém dava valor. No dia em que o Enem passou a ser o vestibular, todo mundo deu valor. Eu nunca vi uma manchete de jornal sobre o Enem até o Enem ser um instrumento de seleção para universidade. Por isso precisa de um ministério da educação de base, porque, ao juntar ensino superior e educação de base, só se dá importância à universidade.

Eu fui Ministro da Educação. Eu recebi, se não me engano, trezentos e tantos Parlamentares durante o pouquinho tempo em que estive lá. Um único da Bahia me pediu pela educação de base. Um único. Os outros pediam universidade, licença para universidade particular e, aqui e ali, escola federal técnica.

Agora, voltando ao assunto da centralização. Eu sou a favor da descentralização radical. Eu sou a favor de que cada escola se autogerencie. Eu sou a favor de uma federalização na carreira do professor, na qualidade das edificações, na qualidade dos equipamentos. Agora, a gestão tem que ser descentralizada e tem que haver liberdade pedagógica absoluta, como já é mais ou menos assim nas escolas federais de hoje. Não há essa centralização pedagógica nas escolas federais, nessas quatrocentas e poucas.

Outro dia, ouvi uma reclamação de que o Colégio Militar até hoje não ensina o golpe militar, ou seja, tem descentralização sim. Eles são autônomos para definir o currículo, dá até vontade de ficar contra, mas eu não fico. Acho que tem que respeitar a autonomia. Vai ver que um dia vai se descobrir que aquilo foi realmente uma revolução e que pau de arara é uma forma de fazer carinho, e não de torturar e matar. Então, pode-se ter uma federalização sem centralização.

Além disso, a capilaridade do Correio é muito grande é e federal. A capilaridade da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do Ministério Público, da Justiça Federal, tudo isso tem capilaridade e funciona bem. Nós precisamos nacionalizar, unificar a carreira do professor. Isso não tem jeito. Deixar que o professor seja escolhido em concurso local não vai selecionar os melhores. Veja, a própria Universidade Federal de Minas Gerais, como o senhor falou há pouco, comemora que a seleção hoje é nacional. Por que para aluno da Universidade Federal de Minas Gerais a gente faz um concurso nacional e, para professor, faz um concurso municipal? Até porque o salário é municipal e o nosso prefeito não tem como pagar.

Nós não vamos dar um salto enquanto não pagarmos pelo menos R$9 mil por mês a um professor. Esse é um número que não é mágico. Esse é um número quando eu comparo com os salários do setor público brasileiro e pessoas com boa formação. Não há um único prefeito no Brasil capaz de pagar isso. Veja: eu disse que não há um único, salvo três ou quatro cidades que têm *royalties* e que, mesmo assim, não usam para isso. *Royalties* de central de hidroelétrica ou *royalties* de petróleo e de refinarias. Mesmo assim, não usam.

Então, nesse sentido, eu agradeço a sua colocação que me permite explicar: federalização que eu defendo é com descentralização gerencial e com liberdade pedagógica. Agora, eu defendo que o currículo tenha liberdade escola por escola. Ao mesmo tempo, a federalização não implicaria em acabar com um setor em cada Município para se preocupar com o currículo daquela cidade. História, por exemplo. Tem que haver uma história nacional e mundial, mas tem que haver uma história local.

Aproveito para dizer que, no seu tempo e no meu, a escola não era federal, e o senhor estudou morango. Então, não adiantou muito, não, essa municipalização, porque a centralização está mais longe, está nas editoras, está em outro lugar. Mas, se os professores dali fossem escolhidos nacionalmente, com um conselho local para definir o currículo envolvendo os pais, eu acho que a gente conseguiria.

Agora eu quero concluir, fazendo-lhe um pedido e aproveito o faço aos dois Senadores aqui. Eu gostei de ver o senhor falar da importância do pai e da mãe na escola. Faço um apelo à Ministra Tereza Campello que também pense assim. Ela é contra. Há um projeto de lei de minha autoria, que já passou por tudo, chegou à Câmara, que diz que os pais do Bolsa Família deveriam ir uma vez por ano à escola, e ela é contra. Ela diz que vai sacrificar os pais. Como sacrifica os pais ir à escola, gente?! Como sacrifica?! Por que têm que ir andando, não têm carro ou porque tem que ser à noite, já que não os liberam do trabalho? Tente convencer a Ministra Tereza Campello de que esse é um bom projeto. Na verdade, não é tão bom porque é uma vez por ano. Devia ser todo mês. E a gente descobre um jeito de facilitar a ida desses pais, se eles não tiverem condições por causa do trabalho. Sem os pais irem à escola, a escola não vai dar um bom resultado. Por isso, se a gente acha que o Bolsa Família tem ainda resquício de um projeto educacional, eu acho que a gente deveria exigir – não vou dizer a palavra "obrigar".

Neste país, quem não vota paga multa, mas quem não vai à escola do filho não paga multa, não paga nada. Por que a gente é obrigado a votar? Eu sou favorável ao voto obrigatório. Mas a gente não obriga os pais a irem à escola dos filhos, até com multa, e que não seja essa de R$4,00 da eleição, que seja uma multa substancial, alguma forma de coerção. Quem tem filho tem que ir à escola do filho. Se não fizermos isso, todos os seus maravilhosos projetos da ciência e tecnologia vão dar resultados, mas serão limitados diante do tamanho do Brasil. Vão ser bons. Vão ser sempre importantes. Terão todo o meu apoio. Mas vai ser um aqui, outro ali. Não seremos um celeiro de conhecimento.

Então, acho que, com isso, eu explicitei que tenho a mesma preocupação sua: sou contra a centralização. A gente pode federalizar com descentralização e com liberdade pedagógica.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, eu gostaria, primeiro, de fazer uma saudação especial ao Ministro Clelio Diniz. Nós não conhecemos, mas temos o mesmo sobrenome e deve ser um parente mineiro. Acompanhei com muita atenção a exposição do Dr. Clelio e a contribuição do Senador Walter Pinheiro e entendo, guardada a minha limitação, que a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação constitui a base fundamental para o projeto de desenvolvimento.

Eu venho da Amazônia, do Acre, uma região absolutamente deprimida, que tem a maior riqueza de biodiversidade do país, do Planeta, e, ao mesmo tempo, sofre as mais absurdas limitações. Há poucos dias, tivemos a interrupção da BR-364 e, se não tivesse ocorrido uma mobilização nacional, puxada pelo Governador Tião, pelo Exército Brasileiro, pela Aeronáutica, pelo Governo Federal, haveria o risco de o povo passar fome,

porque a gente estava na iminência de um colapso de abastecimento. Tivemos praticamente zerada a condição de suprimento dos supermercados. Então, foi uma ação muito eficiente, uma correria muito grande para poder dar conta disso.

Isso tudo nos mostra que, se a gente tem alguma chance de lograr êxito, de fazer diferente, de conseguir algum marco diferencial que nos habilite com alguma condição de competitividade, é através da ciência e da tecnologia, principalmente através das novas tecnologias de informação, porque a gente precisa mais do que qualquer região do Planeta de conectividade. Inclusive, agora vai acontecer, no mês de junho, o Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência, no Acre, a Universidade Federal do Acre está sediando. Imagino que já deve estar na agenda do senhor. Vai ser um prazer recebê-lo para esse evento, que será muito importante para, inclusive, pôr em debate, junto à comunidade científica nacional e internacional, a importância daquele ambiente.

Trabalhamos com a limitação de sermos um dos Estados mais pobres do Brasil, mas que tem algumas ousadias. Hoje, imagino que a gente já está disputando, Walter, a condição de ter a maior proporção de universitários, com o esforço conjunto da Universidade Federal mais o mercado, que se abriu, com as particulares, impulsionadas pelo Fies e pelo ProUni. Então, as universidades particulares agora estão vivendo o seu tempo de glória, porque não há mais inadimplência, os alunos entram no Fies e recebem automaticamente. As universidades particulares praticamente se transformaram em universidades públicas, porque são bancadas pelo Governo. Então, isso aumentou muito o número de estudantes lá. A gente cresceu de um número aproximado de 5 mil alunos, há quinze anos, para algo em torno de 30 mil alunos, no total hoje, um salto importante, mas a gente vive muitas limitações, em todos os aspectos.

A tese, a ideia defendida pelo senhor aqui, de que a Amazônia deve ser considerada, para efeito de uma ação estratégica, o Brasil deveria propor algo como uma ação conjunta da Amazônia sul-americana, é uma tese bastante interessante, que tem de ser cuidadosamente trabalhada, porque os "devastacionistas" ameaçam muito com o argumento de que, os setores mais avançados, os ambientalistas, querem defender a internacionalização da Amazônia, e esse é um tipo de argumento que assusta. Então, talvez, sem qualquer ideia que possa traduzir o desmerecimento dessa opinião – pelo contrário, eu concordo com ela –, temos que estar bem preparados para fazer o enfrentamento àqueles que gostam de usar argumentos simplistas para melhor defenderem as suas ideias imediatistas. E a Amazônia é muito vítima disso.

No mais, dizer que desejo muito boa sorte para o senhor nessa nova missão e que a gente possa contribuir, na medida do possível, principalmente no que diz respeito à dotação orçamentária, a cada discussão do Orçamento aqui no Congresso, para que o Ministério da Ciência e Tecnologia tenha as condições necessárias para promover, para ajudar nesse processo de desenvolvimento do Brasil e dotar o Brasil das condições de competitividade a partir da ciência e tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – À vontade, Ministro.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Bom, voltando aí ao Senador Cristovam Buarque, primeiro o seguinte: eu defendo que a seleção realmente seja feita por mérito, porém, desde que seja dada igualdade de condições às pessoas para se prepararem. Então, se nós tivéssemos uma escola pública de qualidade, universal, aí a seleção para ir para a universidade teria que ser de mérito, porque se não, se a seleção não for por mérito, você compromete a qualidade. Então a seleção tem que ser por mérito, desde que asseguradas igualdade de condições às pessoas para se prepararem.

Essa é uma questão que, infelizmente até agora não está posta. São questões estruturais, não são questões conjunturais, questões de longo prazo. Então eu espero que a gente possa caminhar. Já melhoraram muito as condições educacionais do Brasil. E eu acho inclusive que o Enem está tendo um efeito extraordinário sobre a escola pública porque, ao comparar o desempenho das escolas, aumenta…

Eu estou indo amanhã para o Rio para a Olimpíada de Matemática. No último julgamento da Olimpíada de Matemática, foi uma cidadezinha lá do interior de Minas que teve o melhor desempenho. Então, às vezes pode ser até uma escola do interior, e todo o diagnóstico é que isso se atribui à dedicação da diretora e dos professores. Então, com poucos recursos, se teve um resultado extraordinário. Eu estava conversando com o Presidente do Impa, um dia desses, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, e ele falou que o diagnóstico foi a dedicação do professor e da diretora. Então, eu acho que o Enem já começa a ter esse efeito comparativo etc., mas realmente é um grande desafio.

Agora, a proposta do senhor para federalizar, eu não estou seguro se é a melhor forma. Agora, tudo isso passaria por uma profunda discussão do orçamento nacional e do Pacto Federativo. Essas questões não podem ser isoladas. O senhor sabe que o recurso do Orçamento nacional é distribuído entre o Governo Federal,

os Estados e os Municípios e tudo isso passa por uma…. O senhor falou em R$9 mil de salário para o professor. Eu não estou contra, mas tudo isso tinha que rebater… A última etapa do planejamento, eu venho de uma tradição de planejador, é a alocação do recurso. Então, qualquer planejamento tem que terminar no orçamento. Se não terminar no orçamento, não tem jeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professor, deixe-me dizer uma coisa, primeiro eu sou profissional de Orçamento. E eu sou conservador do ponto de vista fiscal. Acho que este Governo está gastando mais do que devia. E por isso a gente vai ter inflação.

Eu sou radical. Socialista, no social; mas sou conservador nas finanças. Eu não ponho ideologia na aritmética. Esse projeto, pagando R$9,5 mil a um professor e implantado em 20 anos, se o PIB crescer apenas 2% ao ano, a gente vai precisar de 6,4%, no final, do sistema estar implantado. Não vamos começar dizendo que não tem dinheiro. Vamos fazer as contas.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Eu não falei que não tem. Eu falei que tem que rebater no orçamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso, isso. Tem que ser. Agora, dobrando o orçamento das universidades, isso tudo vai custar 8,8%. Não precisa dos 10%. E os 10% estão aprovados. Aliás, eu nunca briguei por esses 10%, porque eu acho que jogar dinheiro no atual sistema educacional é jogar dinheiro fora; é como soltar dinheiro no quintal de uma escola, na primeira chuva vira lama. Essa escola que está aí não é capaz de absorver 10%. E está aprovado. E, aliás, ninguém falou dos limites orçamentários, quando defendeu os 10%. Só precisa de 6,4% para se ter uma escola igual à da Coreia, que não vai ser igual porque os pais não irão se envolver ainda, o que ocorrerá só em outra geração.

Então, quanto ao orçamento, não se preocupe, as contas estão feitas direitinho e eu vou lhe dar.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – Está bom. Mas o senhor sabe que, no orçamento, se tira de um lugar para pôr em outro. Não é uma posição política.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professor, não se precisa tirar quase nada. Hoje, já se gasta 5,1%. Eu estou propondo a se gastar 6,4%. Isso não é muito! Caro é fazer uma Olimpíada dessa e caro é fazer um trem-bala! Caro são outras coisas que são feitas neste País. Educação é investimento e isso volta rapidamente e não estoura. Se eu estivesse falando em 120% do PIB, 50%, 12%… Se eu estivesse falando em 10% do PIB, estaria falando em muito, mas estou falando em 6,4%, menos do que o PNE manda. O PNE… De onde sairão os 10%? Ninguém diz de onde sairá! Agora, eu posso lhe mostrar um quadro aqui de onde sai. Há uma subcomissão, cuja Presidente é a Senadora Angela, que mostra tudo: R$176 bilhões a gente gastou, no ano passado, de incentivo para quem vai comprar carro com isenções fiscais. Eu estou falando de menos que isso. Menos que isso! Agora, se o Brasil quer deixar de comprar carro barato para botar na escola, aí é outra pergunta. Se não quer, aí fica do jeito que está!

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ – É por isso que eu disse que tudo rebate no orçamento, que terá de discutir tudo isso, inclusive incentivos também faz parte da discussão do orçamento.

Senador Anibal Diniz, primeiro estarei lá na SBPC, já fui convidado e farei a palestra de abertura. O Presidente da SBPC já esteve comigo. Creio que é a oportunidade de colocar um Estado como o Acre na agenda do debate nacional, da questão da ciência e tecnologia, o que dá um aspecto extremamente positivo.

A questão da Amazônia é muito grande, porque há cobiças de vários interesses. Então, tudo isso passa por cuidados políticos quando se fala em… Eu penso que a Amazônia é um bioma único, inclusive boa parte da água vem de outros países. Então, do ponto de vista científico para se pensar na Amazônia, em algum momento, precisaríamos pensar no conjunto. Agora, precisa-se dos cuidados necessários com a dimensão política de tudo isso, etc.

A questão ambiental é muito recente no debate. Nós ainda estamos muito estigmatizados por extremos. Então, acho que tem de criar uma consciência nacional de como aproveitar o patrimônio natural com sustentabilidade. Esse é o grande desafio. Não se trata de não usar o patrimônio nacional e voltar para debaixo da árvore e se deitar lá, ou seja, o conhecimento está avançando e deve-se saber como quais os melhores caminhos para aproveitamento do patrimônio nacional, mantendo-se a sustentabilidade. Acho que é o grande desafio que temos para discutir. A questão da Amazônia é a questão ambiental brasileira. De fato, ainda é um debate muito recente no mundo.

Mencionei aqui – não sei se o senhor havia chegado – que a primeira conferência mundial sobre meio ambiente foi em 1971. Antes, a questão ambiental era discutida como recursos para a guerra. Se analisarmos a história da guerra, os países discutiam recursos naturais para saber se tinham suprimentos para a guerra ou não. A comissão americana de recursos para o futuro foi para ver que recursos tinham para manter a guerra. A questão de sustentabilidade ambiental é muito mais recente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem.

Não havendo mais nada a tratar, queria agradecer ao Ministro pela presença e dizer-lhe que esta Comissão está à disposição para que continuemos trabalhando juntos. Desejo-lhe sorte, que possa fazer realmente tudo o que se propôs, e, principalmente, digo que estou feliz de ver um mineiro no ministério, principalmente um cruzeirense com toda essa capacidade.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2014.

Às nove horas e dezessete minutos do dia treze de maio de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da **1ª Parte da Pauta:** Apresentar o Plano de Trabalho para avaliação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos da Resolução nº 44, de 2013. O Relator designado é o Senador Anibal Diniz. Fazem uso da palavra para discutir os Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Aloysio Nunes Ferreira. O Plano de Trabalho é aprovado. **2ª Parte, Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 337, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço" na contratação de serviços de propaganda e publicidade." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as subemendas oferecidas. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 635, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Ofício "S" n.º 45, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados (CD), que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferênia indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no município de Campinas, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo conhecimento e arquivamento da Matéria. **Item 4: Ofício "S" n.º 8, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados (CD), que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/12, Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 5: Requerimento nº 11, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Zeze Perrella, que "Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para discutir a "situação dos serviços de telecomunicações e de internet nos estádios da Copa do Mundo e a instalação de antenas para habilitar o sinal de internet sem fio (wi-fi)", com a participação dos seguintes convidados: Paulo Bernando, Ministro de Estado das Comunicações; João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 398, de 2013**, de

caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 437, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO REGALDO MILBRADT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 420, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 390, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 292, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÓCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 315, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTAÇÃO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 402, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 404, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 440, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM SÃO PEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 434, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d`Oeste, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 356, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANEGRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 459, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação

e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL "PRÓ-ARTE" DE NAZARÉ - TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 425, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 231, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 324, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO GRANDE BARROSO I para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 338, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 363, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nesse momento, os Senhores Senadores Anibal Diniz e Eduardo Amorim requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 25: Requerimento nº 12, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Em aditamento aos Requerimentos aprovados de n°s. 06 e 07/2014, e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 15/05/2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700Mhz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Aluizio Bretas Byrro, Membro do Conselho Superior e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE/SINAEES". O requerimento é aprovado. **Extrapauta**, **Item 26: Requerimento nº 13, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que requer "..., nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e a de Serviços de Infraestrutura - CI, ouvido o Plenário destas, sobre o caótico funcionamento da telefonia celular no país, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações; Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Senhor José Formoso Martinez, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; Senhor Zeinal Abedin Mahomed Bava, Presidente da OI S.A.; Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da VIVO S.A.; Senhor Carlos Zenteno, Presidente da CLARO Serviços DE Telecomunicações do Brasil S.A.; Senhora Andrea Mangoni, Presidente da TIM Participações S.A.; Senhora Promotora do Ministério Público de Sergipe, Euza Missano, da Promotoria em Defesa dos Direitos do Consumidor; Senhor Leão Serva, Jornalista da Folha de S. Paulo; Ilustre Representante da União Nacional dos Legisladores E Legislativos Estaduais – UNALE." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presi-

dente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta Presidência informa ao Plenário da CCT que recebeu o convite conjunto do Senado e da Câmara dos Deputados do Chile, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), para participar da reunião "Os Desafios Futuros em Ciência e Tecnologia da América Latina", que ocorrerá no dia 09 de junho, em Santiago do Chile, e procederá à I Conferência Ministerial de Ciência, Inovação e Tecnologia da Informação e das Comunicações da América Latina e do Caribe, na sede da Cepal.

A presente reunião tem por finalidade apresentar o plano de trabalho para avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos da Resolução nº 44, de 2013.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz para apresentar o plano de trabalho.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Por se tratar de um plano de trabalho que apresenta em detalhe, como estamos planejando preparar este relatório, todas as audiências e todas as discussões que estamos programando realizar, pediria autorização de V. Exª para fazer a leitura integral da proposta.

Sr. Presidente, as políticas públicas são instrumentos fundamentais do Estado brasileiro para promover o bem-estar da sociedade. Elas compreendem o conjunto de planos, ações e metas do Governo, que asseguram, entre outros objetivos, a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

O ciclo das políticas públicas é formado por cinco etapas: inicia-se pela formação da agenda, segue pela formulação da política, passa pela tomada de decisão, continua com a implementação e finaliza-se com a avaliação.

A avaliação é, portanto, etapa essencial desse ciclo. Ela visa, primeiramente, ao controle de todo o processo, realizando a devida prestação de contas perante a sociedade, busca também o aprimoramento das atividades realizadas nas etapas anteriores a partir do acúmulo de experiências e informações a serem utilizadas em futuras decisões da administração pública.

A avaliação de políticas públicas é atividade realizada pelos parlamentos das principais democracias do mundo. A partir da promulgação da Resolução n° 44, de 2013, o Senado Federal assume esta importante ocupação dentro de sua função fiscalizadora.

Em síntese, a referida Resolução estabelece procedimentos para avaliações sistemáticas das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

No âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a política pública selecionada para a avaliação, no exercício de 2014, foi o Programa Nacional de Banda Larga.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído por meio do Decreto nº 7.175, de 12 maio de 2010, tem o objetivo geral de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Entre seus objetivos específicos estão:

I – massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga;

II – promover a inclusão digital;

III – acelerar o desenvolvimento econômico e social;

IV – reduzir as desigualdades social e regional;

V – promover a geração de emprego e renda;

VI – ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar o uso dos serviços do Estado junto aos cidadãos;

VII – promover a capacitação da população para o uso das Tecnologias de Informação e,

VIII – ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira.

Devido à amplitude de temas, o PNBL foi dividido em duas etapas. Na etapa inicial, o objetivo perseguido foi a disponibilidade de infraestrutura e o desenho de uma política produtiva e tecnológica compatível. Na etapa seguinte, o foco seria a promoção de conteúdos digitais, aplicações e serviços. Em ambas as etapas, o programa apresentaria propostas para diversas áreas temáticas, tais como Governo Eletrônico, educação, saúde, segurança pública, comércio e serviços, informação, entretenimento, entre outras.

No documento base do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), as ações propostas foram distribuídas em seis diferentes dimensões:

1) normas de infraestrutura;
2) regulação de serviços;
3) incentivos fiscais e financeiros;
4) política produtiva e tecnológica;
5) rede nacional;
6) conteúdos e aplicações.

A partir dessa sistemática, as dimensões 1 e 2 estariam relacionadas às atividades exercidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). As dimensões 3, 4 e 6 referem-se a temas tratados pelo Ministério das Comunicações. Já a dimensão 5 estaria sob a atribuição da empresa de economia mista Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

A coordenação-geral do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) cabe ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID), instituído pelo Decreto nº 6.948, de 25 de agosto de 2009. De acordo com o Decreto nº 7.175, de 2010, compete ao CGPID fixar as ações a serem implementadas pelo programa. O órgão é composto por representantes de nove ministérios, de duas secretarias e do gabinete pessoal da Presidente da República. Não está incluído aqui, mas há o terceiro setor, sociedade civil, que está representada no Comitê Gestor

Merecem destaque algumas ações complementares realizadas após a instituição do programa. Em 2011, o Ministério das Comunicações e a Anatel firmaram acordos com as concessionárias de telefonia fixa para oferecer um serviço nos moldes do PNBL, chamado de "banda larga popular". Em 2014, o serviço era oferecido em 4.523 Municípios.

A partir da aprovação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, foi instituído o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL), com o objetivo de estimular a implantação, a ampliação e a modernização de redes de telecomunicações que dão suporte a conexões à internet em banda larga, por meio de desoneração fiscal. O REPNBL estabeleceu uma série de benefícios tributários, entre outros, a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de acordo com os critérios estabelecidos.

Em 2013, a Telebras formalizou contrato com a Visiona Tecnologia Espacial S.A., uma *joint-venture* formada por ela e pela Embraer, para executar o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. O contrato, no valor de R$1,3 bilhão, prevê a entrega do sistema no final de 2016. O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações ampliará o acesso à banda larga nas regiões remotas do País e garantirá a soberania brasileira nas comunicações das Forças Armadas.

Senador Raupp, é importante que quando se trata de regiões remotas a Amazônia está em primeiro plano nessa discussão e nessa necessidade.

Finalmente, cabe ressaltar a existência, na Câmara dos Deputados, de Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Plano Nacional de Banda Larga. Esta Subcomissão reuniu-se em duas oportunidades. Primeiramente, em 2011 e, reconhecendo a necessidade de continuidade dos trabalhos, reuniu-se novamente em 2013. O Colegiado realizou suas atividades por meio de audiências públicas, visitas técnicas e reuniões. Suas conclusões foram sintetizadas em relatórios aprovados na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática daquela Casa Legislativa em 2011 e 2013, respectivamente.

Das atividades propostas.

A avaliação será realizada pela consolidação e análise de informações coletadas por diversos meios. Primeiramente, foi planejada uma reunião com os integrantes da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Plano Nacional de Banda Larga, com o propósito de aproveitar as informações já coletadas pela Câmara dos Deputados. Em seguida, está previsto o envio de requisições de informações aos órgãos diretamente ligados à execução do Plano Nacional de Banda Larga, a saber: o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, Ministério das Comunicações, Anatel e Telebras. Em paralelo, também será consultado o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de verificar se existe alguma avaliação em andamento, naquele órgão, a respeito do Plano Nacional de Banda Larga.

Também vale a pena incluir, aqui, Sr. Presidente, as empresas que operam os linhões, as linhas de transmissão da Eletrobras, todo o Sistema Eletrobras, porque tem uma grande infraestrutura que pode, também, ser muito útil na potencialização do Plano Nacional de Banda Larga.

Na sequência, propõe-se a realização de duas audiências públicas, dois debates e uma visita externa. Sugere-se que esta etapa seja iniciada por uma audiência pública, em Brasília, reunindo representantes dos órgãos públicos executivos ou consultivos envolvidos na implementação do Plano Nacional de Banda Larga, a saber: o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, o Ministério das Comunicações e a Anatel.

O primeiro debate deverá ser realizado em Rio Branco, Estado do Acre, representando a Região Norte, por ser esta uma das mais carentes de serviços e infraestrutura de banda larga no País. Serão convidados a participar do debate autoridades locais, acadêmicos do setor e representantes de usuários e da iniciativa privada.

O segundo debate será realizado em Salvador, Estado da Bahia, representando a Região Nordeste, a segunda mais carente de serviços e infraestrutura de banda larga. Ela também contará com autoridades locais, acadêmicos do setor e representantes de usuários e da iniciativa privada.

Após o segundo debate, propõe-se uma visita a São José dos Campos, Estado de São Paulo, com o objetivo de conhecer a empresa Visiona e verificar o andamento de suas atividades, tendo em vista que a implantação do SGDC é uma das ações com repercussão para o Plano Nacional de Banda Larga, com investimento de grande vulto.

A segunda audiência pública deverá ocorrer em Brasília, contando com a participação de representantes do Poder Executivo, dos prestadores de serviços de telecomunicações, dos provedores de internet e da sociedade civil.

Também está planejada uma análise da execução orçamentária, a ser realizada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf). Após a coleta dessas informações, será elaborado o relatório preliminar das atividades, o qual será apreciado no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia. Após a feitura das devidas correções e as incorporações das sugestões recebidas durante a apreciação do relatório final da CCT, o relatório será apresentado no final de 2014, em data a ser definida para a votação e aprovação na Comissão.

E, juntamente com esse plano de trabalho, Sr. Presidente, encontra-se o cronograma, que prevê – bom dia, Senador Aloysio, seja muito bem-vindo à nossa Comissão! – que, em 13 de maio de 2014, esta reunião que estamos realizando, para a apresentação do plano de trabalho. A partir de então, com a aprovação dos Srs. Senadores, iremos implementar o cronograma de atividades que segue em anexo a este plano, que prevê atividades desde o dia seguinte à aprovação desse plano, que já começa amanhã, 14 de maio, e vai até o mês de novembro, final de novembro, com a apresentação e votação do relatório final pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, esse é o plano de trabalho que submetemos a esta Comissão.

Estamos inteiramente abertos às sugestões, seja de nomes para a realização dos debates, seja através de sugestões de datas e locais a serem visitados.

Então, esse é o nosso plano, que colocamos à apreciação dos Srs. Senadores, e esperamos contar com a colaboração de todos.

Quero também, Sr. Presidente, manifestar aqui o meu contentamento e o meu agradecimento a V. Exª, por ter conferido a mim a responsabilidade de produzir esse relatório e de acompanhar esse debate a respeito do Plano Nacional de Banda Larga, essa fiscalização dessa política pública essencial para a inclusão digital em nosso País. Agradeço imensamente a confiança de V. Exª de ter me indicado como Relator da análise dessa política pública essencial para o País que é o Plano Nacional de Banda Larga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, Senador Anibal, está em muitíssimas boas mãos. V. Exª vê que esse tema é tão importante que ouvimos a fala do Ministro, ontem, dizendo que seis estádios do mundial vão ficar sem telefonia ou vão ficar com telefonia comprometida. Ficamos assustados, porque, ano passado, convidei o pessoal das Teles para discutirmos esse assunto e discutir, e discuti com todas elas em meu gabinete –, isso ainda foi na Copa das Confederações –, mostrando a gravidade da situação. Agora, estamos às vésperas de uma Copa do Mundo, gastam-se bilhões de reais, para se fazer uma Copa do Mundo, e, por causa de R$10 mil por mês – porque foi esse o acordo que impediu que as companhias telefônicas colocassem as antenas no Mineirão; no caso do Mineirão, especificamente, acompanhei de perto – então, por causa de R$10 mil por mês, que era o que os administradores estavam cobrando das Teles, eles ofereceram R$2 mil, mas eles pediram R$10. Nós corremos o risco de não ter banda larga lá, em função disso. Isso parece brincadeira!

Acho que nem as teles não têm nenhuma responsabilidade com o que fazem ou não têm responsabilidade social, e os administradores também dos estádios, porque, na maioria desses estádios, as administrações foram, infelizmente, terceirizadas. Então, veja bem: por causa de uma picuinha entre os administradores desses estádios e das Teles, corremos o risco – corremos, não, é quase certo que não dar tempo – de ficarmos sem as antenas em seis estádios da Copa, ou seja, na metade, praticamente, dos estádios da Copa do Mundo não teremos as antenas, para que a internet possa funcionar a contento. Vai acontecer um apagão na telefonia, dentro desses estádios, infelizmente. O que é uma vergonha para o nosso País.

Então, mais uma vez, digo a V. Exª a importância desse tema que estamos discutindo. O senhor conhece bem o assunto, então, está em boas mãos. Mas isso nós precisamos começar a verificar desde agora. Nós não

podemos deixar que isto aconteça. O Brasil não pode passar por esse vexame, o que será muito ruim para todos nós e para o Ministério das Comunicações.

Eu fui pessoalmente à época ter com o Ministro para alertá-lo acerca do problema, ou seja, que não estava havendo acordo das Teles com os estádios para a implantação dessas antenas, e, Senador Flexa, por causa de R$8 mil por mês não foi implantado no Mineirão. O Mineirão queria cobrar R$10 mil de aluguel de cada uma das Teles por um espaço, e elas ofereceram R$2 mil. Então, nós corremos o risco de não ter as antenas lá por causa de uma miséria como essa em uma Copa do Mundo, em que estão sendo gastos mais de R$40 bilhões. É um absurdo, infelizmente.

Com a palavra o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

Sr. Presidente, diante dessa revelação de altíssimo impacto que V. Exª faz neste momento, eu queria apresentar uma sugestão a V. Exª – espero que seja acordada pelo conjunto dos Senadores –: que nós possamos, imediatamente, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, com V. Exª à frente, entrar com uma representação junto ao Ministério Público Federal, para que o Ministério Público requeira à Justiça Federal, liminarmente, que essas operadoras sejam obrigadas, obrigadas, sob pena de multas, que poderão ser estabelecidas pela Justiça Federal, a instalarem esses equipamentos.

É um absurdo que a gente tenha que conviver com essa situação, em que, por causa de valores insignificantes, todo um trabalho feito com a mobilização da sociedade, do Governo, enfim, de todos, e, de última hora, as Teles deixem de estar presentes com seus sistemas *wi-fi* nos estádios por conta de uma insignificância financeira.

Acho que, em uma situação como esta – ainda faltam 30 dias para o início da Copa –, temos de tomar uma providência no sentido de fazer com que a Justiça aja, liminarmente, de maneira muito ágil, para garantir que esses sistemas sejam instalados obrigatoriamente pelas Teles nos estádios.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Isso é muito grave! Mas mais grave ainda do que faltar linha para a gente conversar nos estádios é a imprensa mundial precisar dessas antenas para enviar suas imagens, suas reportagens, suas matérias para o resto do mundo e não ter. E, infelizmente, nós não vamos ter! Quer dizer, é um negócio absolutamente...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Imagine só, é absolutamente contraditório com o espírito do evento! Porque o Brasil promove uma grande festa e convida o mundo inteiro para participar desta festa; uma parte vem ao Brasil e outra parte assiste pela TV, porque nós sabemos que a Copa do Mundo é o evento mais visibilizado no mundo, então, como se justifica realizar a Copa do Mundo no Brasil e os estádios não estarem plenamente dotados das condições para que os veículos de comunicação, a imprensa do mundo inteiro possa passar informações em tempo real, a partir da internet com qualidade nos estádios? Então, acho que temos de, verdadeiramente, tomar as providências.

Estou sendo informado de que na quinta-feira vai estar aqui o Presidente da Anatel. Ele também tem que ser responsabilizado no sentido de dar uma resposta prática e ágil para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Nós temos de concordar que é realmente uma fortuna: R$8 mil por mês é dinheiro demais!

Parece brincadeira essa situação e de mau gosto, óbvio.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, V. Exª e o Senador Anibal estão trazendo um problema que é da maior importância. Espero em Deus que, desta Copa, o Brasil não saia com sua imagem arranhada para o resto do mundo.

Ainda há pouco o Senador Eduardo conversava comigo na CMA, dizendo que na próxima terça-feira haverá uma audiência pública com todos os Presidentes das Teles. Não seria o caso – eu argumento – de fazermos a reunião em conjunto com a CCT, na próxima terça-feira? Eu pediria ao Presidente da CMA, o Senador Eduardo, que ele pudesse explicar melhor como será a audiência e a proposta de se fazer em conjunto com a CCT.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, pois bem, como disse o nobre colega Senador Anibal Diniz aqui, falta pouco menos de um mês para os primeiros jogos da Copa do Mundo. Não só por isso, mas é extremamente preocupante a situação das Teles e da telefonia neste País. Se aqui em Brasília é difícil, muitas vezes você tem que fazer uma ligação duas, três vezes, e a gente fica com aquele questionamento, se somos cobrados ou não e, na maioria, somos cobrados por aquilo que não conseguimos, o povo brasileiro paga e paga caro por um serviço péssimo, ruim, por isso nos levou, realmente, a convidar todos os presidentes de Teles, das grandes Teles, e também o presidente da Anatel, o Ministério Pú-

blico e, em muitos Estados, foram instaladas CPIs sobre isso. Solicitamos também à Unale para que mandasse um representante do parlamento ou dos parlamentos Estaduais para que estivessem nessa audiência pública.

Então, na próxima terça-feira, para a gente seria extremamente honroso ter a participação da CCT, tudo a ver. Está na CMA porque é defesa do consumidor tal situação.

Além do mais – não é, Aníbal? –, imagine no próximo mês como estará a telefonia nesses grandes centros. Então, lá, a gente conta também com a colaboração e com a assinatura do Senador Jorge Viana, que apresentou um requerimento na Comissão de Infraestrutura muito similar. Então, para a gente fazer juntamente com a CCT, acho que seria muito benéfico. Mas já está marcado, foi compartilhado que o que desejamos é que venham para audiência os presidentes. Não queremos nenhum técnico, não aceitamos nenhum técnico, mas que venha verdadeiramente o presidente de cada empresa.

Está havendo um pedido aqui e ali para que se mude esse posicionamento, mas foi uma decisão realmente da Comissão para que só viessem os presidentes de cada empresa, e que justificasse: se aqui em Brasília a telefonia está desse jeito, na Capital do País, imagine o que não acontece no sertão nordestino ou no norte do País ou lá no Acre! Não é Aníbal? Com certeza uma dificuldade muito maior, e o povo brasileiro pagando e não pagando barato por tudo isso; pagando e pagando muito, muito caro. Hoje, o Brasil tem mais telefone móvel no dia a dia do que habitantes. Ou seja, essas empresas – imagino – que a cada dia que passa, fortunas e mais fortunas, cobrando caro e prestando um serviço muito, muito ruim. Precisamos, necessitamos das devidas explicações, e os órgãos competentes que tomem as devidas providências depois de ouvirmos os presidentes das grandes empresas de telefonia deste País.

Então, uma reunião conjunta com a CCT eu acho que teria um respaldo muito maior, Presidente, seria muito proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Nós já estamos com outra audiência pública marcada para terça-feira, mas vamos trabalhar para ver se a gente consegue, de repente, mudar essa audiência pública. Acho importante também, acho que o tema nesse momento seria muito importante que fosse discutido pelas duas Comissões.

V. Exª já confirmou a presença dos presidentes?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O convite já foi encaminhado há vários dias para terça-feira que vem. Espero que possam vir. Vou lamentar alguns que não puderem vir. Foi feito com muita antecedência. Eu acho que a gente quer um debate sincero, um debate honesto. E eu vi quais são as dificuldades também dessas empresas. O que precisa para destravar, para melhorar todos esses serviços. O que não pode é ficarmos do jeito que está. E não é só por causa da Copa do Mundo, não – a Copa do Mundo, será um agravante –, mas é no nosso dia a dia. Se tiver que fazer uma ligação, você tem que fazer três ou quatro ligações, não sei quantas vezes, e se cobra por isso. Então, paga-se, e se paga caro, por um serviço que é muito ruim.

Por isso, corroborado e assinado por Aloysio, Jorge Viana e Ivo Cassol é que foi feito esse requerimento lá, e já foi marcado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aliás, Senador...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Espero que os presidentes venham. Foi decidido que não se aceitaria nenhum técnico, nenhuma outra justificativa. Aqueles que não vierem – vamos lamentar – perderão a oportunidade de dar as devidas explicações.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É só para complementar: o único aspecto em que se verifica eficiência das Teles atualmente é nas cobranças. Eles são muito eficientes, eles cobram com eficiência e ameaçam, dizendo que vão levar, vão inscrever as pessoas naquele sistema de maus pagadores, no SPC, alguma coisa assim. Isso eles fazem com muita eficiência. Um dia após o vencimento, eles estão sempre atentos, fazendo a cobrança.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor tem toda razão, Senador Aníbal, o senhor tem toda razão. E há outro agravante: são as Teles as maiores demandadoras, realmente, nos órgãos de defesa do consumidor. São as Teles as responsáveis pelo maior número de reclamações. Elas batem recordes e recordes, todos os dias, são as mais procuradas, aquelas que as pessoas procuram para se defender daquilo que não devem. Lamentavelmente.

Então, espero que os presidentes venham, será um debate, uma audiência pública extremamente proveitosa, zelosa. Vamos ouvir realmente o outro lado para que possamos, da melhor maneira possível, convergir e buscar soluções. Acho que não vir, Sr. Presidente, será realmente lamentável, acho que pode dar uma interpretação ruim. Então, cobra-se caro, mas não se quer explicar por que se cobra caro e por que presta um serviço tão ruim e tão desqualificado neste País. O povo brasileiro verdadeiramente não merece passar por isso, não merece pagar por isso. Acho que, como Parlamentares, temos o dever e a obrigação de defender as famílias brasileiras, os cidadãos brasileiros dessas cobranças muitas vezes indevidas e inadequadas. E, como disse o

Senador Aníbal Diniz, muitas vezes, por não se pagar aquilo que se cobra indevidamente, o nome dessas pessoas, que não têm como buscar o seu direito na Justiça, muitas e muitas vezes, são enquadradas como más pagadoras, más devedores, e ficam com seu nome sujo no mercado. Lamentavelmente.

Então, que venham dar as explicações devidas, merecidas e necessárias ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Assustamos, Senador Eduardo Amorim. Está aqui, na *Folha de S. Paulo* de ontem:

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse ontem que a internet não vai funcionar bem em seis estádios da Copa do Mundo. No Itaquerão, na Arena da Baixada (Curitiba), até mesmo o sinal normal de telefonia estaria comprometido, segundo o Ministro. A alegação é que as empresas de telefonia não foram autorizadas a instalar as antenas para habilitar sinal de internet sem fio: no Itaquerão, na Arena da Baixada, no Mineirão, no Castelão e na Arena das Dunas (Natal). A situação é pior em São Paulo, segundo o Ministro, e em Curituba, porque, de acordo com Bernardo, não haverá tempo para colocação das antenas externas para reforçar o sinal do celular. Isso causaria o que é conhecido como "efeito Reveillon": muitas pessoas tentando usar a rede ao mesmo tempo, o que causaria o congestionamento. Poucas pessoas conseguiriam completar suas ligações ou enviar dados pela tecnologia de celular.

O Ministro coloca aqui como se fosse uma coisa intransponível. E, quando digo para você que, no Mineirão especificamente, deixou de se negociar por causa de R$8 mil por mês, não podemos achar que uma situação dessas é normal. Oito mil reais por mês! O próprio Ministro deveria obrigar, de uma maneira ou de outra, deveria chamar os presidentes das Teles lá e fazer um apelo a eles. Gastam-se milhões, essas companhias, as Teles, gastam milhões de reais com publicidade em clubes de futebol, milhões, gastam milhões.

O próprio Cruzeiro tem um contrato cm a TIM, algo em torno de mais de R$200 mil por mês. Depois, vêm dizer que não fechou um acordo para instalar as antenas por causa de R$8 mil por mês? Não dá para entender. Sinceramente, não dá para compreender! E acho que o Ministro deveria ter tido pulso forte na época para chamar esse pessoal e forçar um acordo, porque é inadmissível uma situação dessas.

Quando se fala dos valores, porque isso eu presenciei de perto, fica uma queda de braço da administradora do Mineirão, que é a Arena, Arena Estádio, lá de Minas. Eu achei que era uma coisa séria: "Deve estar pedindo R$10 milhões, R$20 milhões." Quando eu fui ver, o Mineirão estava pedindo R$8 mil por mês para alugar uma salinha de 200 metros e as Teles ofereceram R$2 mil, quer dizer, é um negócio... É brincadeira o que está acontecendo.

Senador Eduardo, a nossa audiência já está marcada, os convites já foram expedidos, portanto, eu acho difícil a gente conseguir cancelar. Mas o que eu sugiro a V. Exª é que a gente vá ao Ministro das Comunicações, cobrar uma posição dele, ou cobrar uma solução, porque esse problema é dele. Ele é o Ministro, não somos nós.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Já com os resultados da audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sim, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senador Zeze Perrella, a Comissão de mérito é a CCT, para tratar das Comunicações. A Comissão CMA, presidida pelo Senador Eduardo Amorim, é de Defesa do Consumidor, então, também está no objeto. A Comissão presidida pelo Senador Fernando Collor é de Infraestrutura e também está propondo uma audiência. Acho que nós vamos fazer três audiências para tratar do mesmo assunto e vai acabar esvaziando as audiências, porque vão discutir numa o mesmo que vamos discutir nas outras duas. Então, eu sugeriria que os presidentes das três Comissões pudessem ajustar o calendário para que se faça uma em que, efetivamente, se tragam os presidentes – como o Senador Eduardo Amorim pretende na Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente – das Teles e também os representantes dos consumidores e do Legislativo Estadual, parece-me que é isso, a Unale, para que se possa tirar, de uma vez por todas, uma posição em relação ao serviço de má qualidade prestado pelas Teles em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Anibal, tem a palavra V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou aqui me somando ao nosso Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que, realmente, essas várias audiências acabam sendo improdutivas e nós temos uma situação que é emergencial, porque, querendo ou não, a gente exige e precisa de uma resposta rápida das Teles em relação a esse serviço de péssima qualidade que elas têm prestado e não têm dado as respostas devidas quando a gente tem apresentado os problemas para elas.

Sr. Presidente, o que eu estava querendo sugerir? Estando presentes aqui dois presidentes de Comissões, o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, eu acho que nós precisávamos tirar uma posição única de tentar fazer com que essa audiência, realmente, aconteça em conjunto. Acho que a proposição de V. Exª de a gente fazer uma visita, que não seria exatamente de cortesia, mas uma visita de cobrança mesmo ao Ministro Paulo Bernardo, ela inclusive antece-

de a própria audiência, porque nós temos uma situação emergencial com respeito ao início da Copa, que será daqui a exatamente 30 dias os primeiros jogos da Copa. Então, nós temos uma situação emergencial para ser resolvida. Eu acho que valeria a pena a gente forçar nesse sentido.

Depois, ver se nós poderíamos – uma vez que para terça-feira já temos uma audiência instalada, com as convocações todas feitas aqui na CCT – encontrar uma data comum, porque na próxima quinta-feira não podemos, porque nós temos uma audiência pública com a Anatel para tratar dos 700MHz, que é um assunto diverso, que exige também uma atenção especial. Daí nós teríamos a próxima terça-feira, dia 22, ou o dia 29. Mas, pela emergência do caso, o ideal seria...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não dá para esperar. Não dá para esperar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Eu acho que pela gravidade...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Nós temos menos de 30 dias. Se deixarmos para fazer daqui a 15 dias, restarão pouco mais de dez dias para o início da Copa do Mundo. Então, eu acho que a gente não pode deixar, de forma alguma, de fazer essa audiência pública na próxima semana. Eu acho que não dá para mudar. A gente pede a compreensão, se possível, da CCT para que mude o calendário. Eu acho que o senhor tem razão. É urgente!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Seria qual data?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Vinte.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Dia 22, Senador Eduardo, não daria? Dois dias depois?

Eu acho que o mais importante, neste momento, é resolvermos, o Ministro resolver, de uma maneira ou de outra, o problema das antenas. Senão, o Brasil já vai ganhar um título de qualquer jeito. O título de mico do ano. Esse aí já é nosso se não conseguirmos resolver isso agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Presidente, eu acho que nós temos que ver do ponto de vista prático: o que é melhor para fazer essa audiência? Que se faça aqui ou lá! O importante é que o Senado esteja presente nisso e que nós possamos todos, incorporados, cuidar do assunto.

Eu perguntaria ao nosso Presidente Eduardo Amorim se já há confirmações. Porque, se já há confirmações para a audiência pública da próxima terça-feira, remarcar para outra data é frustrá-la, é o caminho para a frustração. Vamos fazer todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos ver aqui, Senador Eduardo. Eu acho que, pela gravidade do tema, nós podemos de repente adiar a nossa aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – E nos encontramos todos aqui na próxima terça-feira na sala ao lado. São 50 metros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – E eu sugeriria, Presidente, se V. Exª permitir, conversar com o Senador Fernando Collor para fazer também a da Infraestrutura no mesmo momento. Eu sugeriria que V. Exª e o Senador Eduardo Amorim pudessem conversar com o Senador Fernando Collor, que tem também uma audiência aprovada, que fizéssemos ao mesmo tempo, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – E o apelo que eu também faria, Senador Eduardo, a V. Exª é que nós próprios entrássemos em contato com os presidentes das Teles e reforçássemos a necessidade de eles virem aqui. Se não vierem, teremos de convocá-los depois tal a gravidade do assunto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Aí é pior. O.k.. Concordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nesse caso aí eu acho que há unanimidade de que cabe, sim, uma convocação, porque, se está havendo uma dificuldade de contato, não é um mero convite, não. Em uma situação de emergência como esta cabe convocação certamente com a unanimidade dos votos de todas as comissões envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Por que nós não fazemos já, desde agora, então, as três Comissões a convocação, em vez do convite?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não podemos convocar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu acho que não se pode convocar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Nós não temos o poder de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Não podemos?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não, regimentalmente não temos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Regimentalmente não cabe?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não, mas um convite das três Comissões teria uma força política considerável.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas eu acho que o convite pessoal dos três presidentes, com certeza...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Para o presidente de cada Tele, eu acho que isso funciona.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – ...reforça mais. Foi mandado formalmente e agora...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Também o Ministro Paulo Bernardo e o Presidente da Anatel.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O da Anatel já foi convidado, já está na lista dos convidados: Ministério Público, Anatel, imprensa, a Unale e as cinco grandes Teles. São oito convidados.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Próxima terça-feira, então, audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – A convocação infelizmente é só para ministros, mas nós não podemos esquecer que as Teles são concessão pública. Deveria caber também a convocação, porque é uma concessão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Principalmente porque quem deve explicação mesmo são eles. Mas, neste caso, então, ficamos com o convite ao Ministro. Uma vez que não cabe convocação às Teles, perde o sentido fazer convocação. Convite está de bom tamanho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Muito bom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, nós precisamos votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos votar.

O Senador Anibal apresentou o seu plano de trabalho. Vamos colocá-lo em votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o plano de trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Está aprovado.

Vamos agora ao item 1.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, acabo de receber um apelo da Liderança do Governo, que pretende mais uma semana para analisar o projeto e o meu voto. Há uma tendência a aprová-lo e, no interesse da aprovação da matéria, eu pediria a retirada de pauta, para que pudesse voltar à pauta na próxima reunião. É uma oportunidade de diálogo com o Governo e não há por que recusar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Pois bem, Senador Aloysio, a matéria está retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2005
– Não terminativo –

Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço" na contratação de serviços de propaganda e publicidade.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as subemendas oferecidas.
Observações:

1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CE (Substitutivo)

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos votar dois requerimentos agora, um, do Senador Vital do Rêgo, que estou subscrevendo, pois S. Exª não está presente.

É o item 5 da pauta, que é exatamente sobre o que estamos tratando.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para discutir a "situação dos serviços de telecomunicações e de internet nos estádios da Copa do Mundo e a instalação de antenas para habilitar o sinal de internet sem fio (wi-fi)", com a participação dos seguintes convidados: Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações; João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Os motivos são os que já colocamos aqui em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, lida por mim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, solicitei da Assessoria que pedisse uma cópia do requerimento lá aprovado, para que ficasse realmente idêntico nas duas Comissões.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas o da CMA é um pouco mais amplo, porque são oito convidados, incluindo o Ministério Público. Então, ficaria um pouco mais amplo, mas seria igual.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Retiramos o requerimento do Senador Vital do Rêgo convocando o Ministro das Comunicações e o Presidente da Anatel para uma audiência pública, para tratar exatamente do mesmo tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É o mesmo, Presidente, o mesmo que está aí. Acho que só não tem o convite ao Ministro, que pode ser incluído.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Então, em discussão o requerimento. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Há outro requerimento aqui do Senador Anibal Diniz.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2014

Em aditamento aos Requerimentos aprovados de nºs. 06 e 07/2014, e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 15/05/2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Aluizio Bretas Byrro, Membro do Conselho Superior e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE/SINAEES

Autoria: Senador Anibal Diniz

Em votação o requerimento. (*Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, em relação ao objeto ao requerimento comum das Comissões, na realidade, são dois objetos para os quais a gente deve atentar. O primeiro, a explicação sobre a péssima qualidade dos serviços de telefonia móvel prestados, e, o segundo, a garantia de instalação de rede *wi-fi* em todos os estádios onde haverá jogos da Copa daqui para o início da Copa. Está certo? Foi o assunto trazido por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O.K..

Se não conseguiram... Pelo que eu estou vendo... Na época da Copa das Confederações, Senador Anibal, como não havia acordo com o Mineirão – estou falando especificamente do Mineirão porque eu acompanhei de perto –, no final, eles colocaram uns caminhões para quebrar o galho. Fizeram um quebra-galho na verdade, mas nada funcionou direito, para instalar essas antenas. O que não era o ideal.

O meu receio é que vão, de novo, colocar esses caminhões só para cumprir uma... E a coisa não vai funcionar, como não funcionou em Brasília. Eu assisti ao jogo aqui do Brasil e Japão e não consegui falar. Fiquei incomunicável. Todas as pessoas que estavam com a gente não conseguiram falar.

É o que vai acontecer na Copa do Mundo se isso não for resolvido. Mas enfim...

Vamos ao item 4.

ITEM 4
OFICIO "S" Nº 8, DE 2012
- Não terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/12, Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo arquivamento da Matéria

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, como já foi distribuído previamente, eu vou direto ao voto para ganhar um pouco mais de tempo.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 8, de 2012, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.

Esse é o nosso voto e o relatório já é conhecido de todos, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Primeiro, para apoiar o relatório do Senador Amorim; depois para fazer alusão ao item 3, que versa exatamente sobre o mesmo assunto, com o relatório do Senador Gim. Apesar de o Senador estar ausente, mas alguém poderia ser indicado *ad hoc* para fazer o relatório e a gente aprovar também o item 3, de igual teor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Então, V. Exª poderia ler o relatório *(Pausa.)*

Designo o Senador Flexa Ribeiro – desculpe-me – como Relator *ad hoc*.

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 45, DE 2011
– Não terminativo –

Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no município de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da Matéria

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente Zeze Perrella, Srs. Senadores, da mesma forma que o Senador Eduardo Amorim, o relatório e análise do Senador Gim já são de conhecimento de todos porque foram distribuídos. Então, vou direto ao voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 45, de 2011, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas tropicais no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Esse é o voto do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

Estão aprovados também os itens 3 e 4.

Não havendo quórum para as matérias terminativas, damos por encerrada a reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Precisamos, antes, aprovar o requerimento da audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos votar o requerimento, que solicita que seja realizada audiência pública para discutir a respeito do mau funcionamento da telefonia celular no País.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICANº 13, DE 2014

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e a de Serviços de Infraestrutura - CI, ouvido o Plenário destas, sobre o CAÓTICO FUNCIONAMENTO DA TELEFONIA CELULAR NO PAÍS, com a presença dos seguintes convidados: EXMº SR. PAULO BERNARDO, MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES; EXMº SR. JOÃO REZENDE, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL; SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ, PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – TELEBRASIL;• SR. ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA, PRESIDENTE DA OI S.A.; SENHOR ANTONIO CARLOS VALENTE, PRESIDENTE DA VIVO S.A.; SR. CARLOS ZENTENO, PRESIDENTE DA CLARO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL S.A.; SRª ANDREA MANGONI, PRESIDENTE DA TIM PARTICIPAÇÕES S.A.; SRª PROMOTORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, EUZA MISSANO, DA PROMOTORIA EM DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR ; SR. LEÃO SERVA, JORNALISTA DA FOLHA DE S. PAULO; ILUSTRE REPRESENTANTE DA UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS – UNALE.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – E também vamos aprovar com a Comissão de Infraestrutura, porque seria uma reunião conjunta das três Comissões.

E o Ministro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – E o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Já aproveita o do Senador Vital.

Agora, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Os motivos já foram bem discutidos, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Só que nós poderíamos aprovar o requerimento conjunto da CCT, CMA e CI, enquanto os Presidentes da CMA e da CCT conversam com o Senador Collor, porque lá há um requerimento da lavra do Senador Jorge Viana idêntico a esse.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Conversamos com o Senador Collor hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É só incluir o Ministro Paulo Bernardo aí.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a inclusão do Ministro.

Então, em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, está aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2014.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia quinze de maio de dois mil e quatorze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Anibal Diniz, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Zeze Perrella, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira,

José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 06/2014-CCT,** de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Cícero Lucena, **nº. 07/2014-CCT**, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Zeze Perrella, **nº. 10/2014-CCT,** de autoria dos Senadores Anibal Diniz e Walter Pinheiro, e **nº. 12/2014-CCT,** de autoria do Senador Anibal Diniz, que requerem a realização de audiência pública destinada a debater o tema "As consequências da alocação da banda de frequência em 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, e a elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jarbas José Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Liliana Nakonechnyj, Conselheira do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – CCS; Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Daniel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; e Aluizio Bretas Byrro, Membro do Conselho Superior e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Walter Pinheiro. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de maio de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Iniciamos os trabalhos da nossa reunião informando que esta audiência pública é realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 6, 7, 10 e 12, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Walter Pinheiro e Vital do Rêgo e também de minha própria autoria, todos de 2014, aprovados por esta Comissão.

Destina-se esta reunião a deliberar sobre as consequências da alocação da banda de frequência em 700MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, e à elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração (4G).

Temos, então, a honra de convidar para a composição da Mesa o Sr. Jarbas Valente, conselheiro e presidente substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – seja muito bem-vindo, Sr. Jarbas –; a Srª Liliana Nakonechnyj, conselheira do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – seja muito bem-vinda –; o Sr. Eduardo Levy, diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular – por favor, seja bem-vindo –; o Sr. Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e, por fim, fechando a nossa composição, o Sr. Aluizio Bretas Byrro, membro do Conselho Superior e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Brasileira Elétrica e Eletrônica (Abinee) – seja muito bem-vindo.

Considerando que, agora, realmente, estamos em fase de definição de tópicos essenciais ao processo, como a formulação do edital, data e exigências e modalidade da licitação, dentre outros, além de outras duas audiências públicas acontecidas em 2013, realizamos, no último dia 29 de abril, a primeira parte dos presentes debates.

Esta será, então, a 2ª audiência, em 2014, sobre o tema da destinação da faixa de 700MHz para a telefonia móvel. As questões, em termos técnicos, permeiam o nosso debate e, mesmo com toda a complexidade envolvida, vale alertarmos a sociedade que esse é um dos mais relevantes movimentos no campo das telecomunicações e da radiodifusão.

Somente esclarecendo, a faixa de frequência de 700MHz é atualmente ocupada pela TV aberta que, por uma definição política e tecnológica, aliada à necessidade de ampliação dos serviços de telefonia móvel de quarta geração, migrará para o formato da TV digital em outra faixa, restando essa faixa dos 700MHz licitada para empresas de telefonia móvel.

A TV aberta chega hoje a 96% da população e qualquer ação que venha a atingi-la deve ser tomada e implementada com o devido cuidado e atenção. Por seu turno, a telefonia móvel possui, hoje, mais de 273 milhões de acessos habilitados, o que demanda um espectro cada vez maior que suporte o volume de usuários e o crescente tráfego de dados e novas aplicações.

São muitos os questionamentos e dúvidas sobre os rumos dessa licitação e das modificações que envolverão a radiodifusão e a telefonia, e essa audiência se presta a instruir o Senado Federal e a sociedade.

Temos aqui especialistas e representantes das entidades envolvidas, cada uma apresentando suas informações e direcionamentos em complemento àquelas exposições feitas na 1ª audiência pública há duas semanas.

Parece-nos, apenas exemplificando, que restam divergências sobre a interferência da telefonia móvel sobre a TV digital, conforme exposto aqui pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), que vai em sentido contrário ao posicionamento da Anatel e da Abinee, entidades também representadas aqui na data de hoje.

Vale também citar que foi liberada a Consulta Pública nº 19, de 2014, disponível no *site* da Anatel, com a proposta do edital de licitação da faixa de 700MHz, aberta a contribuições até o dia 3 de junho próximo. E ainda, nesse processo da Consulta Pública, informamos que a Anatel realizará três audiências públicas sobre o tema, sendo duas em Brasília, nos dias 19 e 29 de maio, e outra em São Paulo, no dia 22 de maio. É importante que tenhamos esclarecimentos e respostas quanto aos pontos ainda em discussão, inclusive quanto ao formato da licitação: se privilegiando maior preço ou meta de cobertura e de qualidade.

Vejam que o tema rende atenção e os vários debates em audiências públicas, tanto pelo Senado Federal quanto pela Anatel, demonstram isso.

Por fim, em decorrência da aprovação do plano de trabalho para a avaliação da política pública, para o Programa Nacional de Banda Larga, esta Comissão realizará, no próximo dia 5 de junho, uma audiência pública com a presença do Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, para tratarmos sobre o tema.

Conforme definido, realizaremos debates e várias diligências de forma que, a partir das informações e discussões realizadas, possa a Comissão de Ciência e Tecnologia apresentar, no final de 2014, um relatório sobre o assunto com considerações sugestões ao Governo. Trata-se de uma nova atribuição do Senado Federal, que se fará mais presente no cotidiano do País e reforçando já costumeiros debates sobre políticas e temas públicos.

Feito esse breve pronunciamento introdutório sobre o tema da audiência, esta Presidência informa que cada expositor terá o tempo de 15 minutos para a sua apresentação.

Vamos iniciar as nossas exposições. O Senador Walter Pinheiro, aqui, nos honra com a sua presença, sendo um dos proponentes para essa audiência, lembrando que estamos agora sob a ameaça de não ter mais sessões das comissões transmitidas pela TV Senado, porque há uma proposta de redução do número de servidores, dos técnicos que prestam serviço à TV Senado.

Vale ressaltar que as transmissões da TV Senado dão sentido à democracia praticada nesta Casa, porque faz com que as sessões, as audiências e os trabalhos das comissões cheguem simultaneamente a todos os telespectadores, aos cidadãos brasileiros que têm interesse em acompanhar as discussões e os debates nesta Casa. E, com essa decisão previamente anunciada de redução de até 40% no número de pessoas que trabalham na TV Senado e também na redução dos seus custos, parece-me que vai ficar praticamente impossibilitada a transmissão das comissões ou de todas as comissões. Vão ter que selecionar algumas das comissões para o registro e a transmissão ao vivo.

Então, nesse sentido, fica a nossa preocupação. Acredito que essa preocupação é extensiva a todos os Senadores, porque é importante para a sociedade brasileira acompanhar os trabalhos desta Casa e é importante para os Senadores também prestarem conta dos seus serviços e das suas presenças com a transmissão ao vivo. Então, fica a nossa preocupação, a solidariedade com os servidores desta Casa que trabalham na TV Senado, os terceirizados, que estão permanentemente prestando os seus serviços, e o nosso apelo à Mesa Diretora no sentido de que adote o caminho mais sensato para não prejudicar os trabalhos da Casa e de preferência, também, não complicar o quadro social com a demissão de pessoas que precisam ter os seus trabalhos assegurados, porque o trabalho é a maior fonte de dignificação da pessoa humana. E nós estamos verdadeiramente preocupados com a possibilidade de servidores terceirizados serem demitidos, principalmente porque isso também causaria prejuízos nas transmissões dos trabalhos aqui desta Casa.

Iniciamos, agora, a nossa audiência pública a respeito da faixa dos 700MHz convidando o Sr. José Jarbas Valente, Conselheiro Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações, para a sua exposição inicial.

Muito obrigado.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Senhoras e senhores, bom dia!

Senador Anibal Diniz, mui digno Presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aqui do Senado; colegas de Mesa: Byrro, Daniel, Liliana, Levy; prezado Senador Walter Pinheiro; colegas da Anatel; imprensa presente; senhoras e senhores, para nós da Anatel, mais uma excelente oportunidade para trazer aqui para o Senado o que temos feito e a importância de debatermos esta questão da utilização e da expansão de banda para aplicações de banda larga na telefonia móvel, que, como sabem, cada vez mais cresce, e cada vez mais se necessita de banda, cada dia mais as pessoas usam essa ferramenta não apenas para se comunicar, mas para se entreterem, e o mundo todo, cada vez mais, demanda mais bandas.

Hoje, o mundo está caminhando para ter 7 bilhões de usuários, ou seja, um para cada um no mundo todo. O Brasil já ultrapassou essa meta há muito tempo.

Do outro lado, nós temos a televisão brasileira, a televisão aberta, que é um veículo fundamental e importante para garantir a democracia no País, garantindo a liberdade de expressão. É um meio gratuito, livre na acepção. Então, imaginem o cuidado que nós temos que ter com dois serviços de tamanha importância, para que a gente possa ter a convivência.

Eu queria dizer a todos que, com relação a todo serviço de telecomunicações, principalmente quando se usa a radiofrequência, é impossível não imaginar interferências. Elas são naturais, existem. Muitas vezes, as pessoas quando fazem testes, há interferência, lógico que interferiu. Está previsto interferir do ponto de vista técnico. Mas o que fazer para que não haja a interferência, de fato, na hora em que vai prestar o serviço?

Como exemplo, quando nós começamos a banda larga, só para aqueles que usaram utilizando a estrutura da telefonia fixa, os primeiros *modens* que utilizavam para fazer acessos usando a tecnologia DSL interferiam na telefonia fixa. O que se fazia? Botavam simplesmente um filtro. No começo havia aquele filtro. Hoje não se usa mais, está incorporado.

Em todos os sistemas, nós dimensionamos e criamos as condições para que o serviço seja prestado. A própria televisão digital interfere na própria televisão digital. O que se faz e qual a regulamentação que a Anatel desenvolve para que isso não venha a ocorrer? Por exemplo, se todas as televisões digitais em uma determinada cidade têm potências equivalentes, se, no arcabouço regulatório, quando nós fizemos os testes, não criássemos condições de elas estarem colocalizadas, uma televisão não conviveria com a outra, mesmo estando em canais separados. E assim vai.

O mundo da Telecom é assim. Por isso que nós criamos as condições técnicas para que todos eles convivam

Por isso que nós criamos as condições técnicas para que todos eles convivam de forma que não haja nenhum risco de interferência.

O que fazer?

E aqui eu quero mostrar a importância desse trabalho que foi feito, como também a importância desse edital de licitação para o País. Por que foi feita dessa forma, a estruturação que a Anatel e o Governo Federal adotaram no sentido de criarem as condições para massificar a banda larga hoje, no Brasil, que ainda não chega ou não está presente em todos os lares desta Nação.

O próximo, por favor.

Então, nesse sentido, Senador Anibal, eu preparei uma pequena agenda, para o que peço um pouco de paciência com relação ao meu tempo, até porque eu vou discorrer não só sobre o que aconteceu, mas também sobre as questões que estão sendo colocadas, hoje, com relação a eventuais interferências, isto é, como mitigá-las e em que condições nós vamos trabalhar. E é importante trazer aqui ao Senado o que está previsto no nosso edital de licitação, que também vem nesse mesmo sentido de garantir essa qualidade na prestação de serviços, tanto de TV digital quanto de banda larga no serviço móvel.

A destinação da faixa, o regulamento para convivência entre a televisão digital e o serviço de telecomunicações; replanejamento de todos os canais que foi necessário remanejar – aqueles que utilizavam essa faixa, como o Senador bem colocou – e que foram migrando. Ainda, qual o volume de Municípios no Brasil em que nós teremos de atuar; o volume de radiodifusores que estarão envolvidos; como nós vamos fazer e de onde virão os recursos, ou ainda, qual será a fonte de financiamento para que isso seja possível. Por fim, os principais pontos de edital de licitação e algumas considerações finais.

Próximo.

Quando nós destinamos a faixa por aquela resolução de 2013, como muito bem colocou o Senador, essa é a banda que o Brasil vai utilizar, que é um arranjo utilizado nos países asiáticos, chamada "arranjo APT". Então, nós temos ali, do canal 1 ao 9; e cada canalzinho daquele tem 5MHz. O primeiro canal que está aqui, o de nº 1, normalmente ele é o APin, que sobe até ali e desce lá, no canal 1 lá de cima, a partir da faixa de 758MHz. Essa faixa toda era dos canais 52 a 69 da televisão e está sendo substituída, agora, pelos serviços de telecomunicações.

O que a Anatel fez na destinação?

O primeiro bloco, que é o bloco de 5MHz, nós destinamos ao serviço limitado privado, para uso específico das Forças Armadas, para uso com fins militares e de entidades que necessitam de comunicação em áreas inóspitas do País, aonde não se tem acesso e precisam de banda larga. E por que isso? Porque, ali do lado do primeiro bloco, nesse modelo, nós temos 5Mhz de banda de guarda, para que essas transmissões que ocorrem a partir do bloco II, principalmente, não interfiram naquele que está ali do lado, além dos 5MHz, que é o canal 51 da televisão digital. Tem um no meio de dez, entre o 9 e o 1, que é para uso futuro; e, ali na frente, tem mais 3MHz de banda de guarda.

Então, foi estruturado dessa forma, e nós vamos mostrar, depois, como é que o edital arranjou esses blocos a fim de que sejam vendidos e para que as empresas possam prestar os serviços do ponto de vista comercial.

Então, além dos 5MHz que nós temos de banda de guarda, que separa os blocos de telecomunicações, que começam ali no 1, com o 51 – têm cinco –, nós criamos mais esse de 5, que está aí, de um, para uso exclusivo das Forças Armadas. E nós vamos explicar como isso é feito para ampliar essa banda de guarda na prestação dos serviços comerciais a partir do canal nº 2.

E está colocado lá que o edital de licitação está condicionado à publicação do regulamento quanto a interferências prejudiciais, fruto desse trabalho que a gente desenvolveu com testes no Brasil.

Próximo.

Para falar dos testes, que foram fundamentais para que a gente pudesse criar aquele regulamento que ali estava previsto quando da destinação da faixa, nós convidamos vários segmentos, e àqueles que participaram quero aqui agradecer um a um pelo empenho e pelo trabalho que fizeram. Não aconteceu em lugar nenhum do mundo um teste tão completo e tão abrangente como feito no Brasil. Nenhum país do mundo teve o capricho de fazer o teste do nível que nós fizemos para ter essa segurança, até porque a televisão aberta, como muito bem colocou o Senador, tem penetração em 96% dos lares, é livre e tem que ser recebida gratuitamente. Nós queremos, cada vez mais, incentivar que esse canal direto com a população continue e, do lado das telecomunicações, do lado da banda larga móvel com qualidade, para todos os sítios no Brasil, é fundamental que nós a tenhamos.

Então, agradeço a radiodifusão; à SET – Sociedade de Engenharia; à Abert, na pessoa do Daniel Slaviero; à Abratel; à TV Record; à TV Globo, especialmente, porque nós vamos mostrar, claramente, que entrou fortemente, colocando dispositivos e equipamentos para que a gente pudesse fazer o teste mais completo.

O segmento de telecomunicações, no caso, a móvel e a indústria: Sinditelebrasil; em especial a Oi, que também colocou sua infraestrutura à disposição não só para colocarmos as nossas ERBs, as nossas estações de comunicação, como também toda a sua infraestrutura de Telecom; a Huawei, que também doou equipamentos para transmissão e terminais; a Qualcomm também com terminal; a GSMA, e outras operadoras.

Quanto aos outros setores, queria agradecer aqui à Inatel pelo empenho, pelo trabalho que foi desenvolvido nos testes de laboratório; ao Mackenzie também no laboratório; ao CPqD representando os interesses do Sinditelerasil; à UnB – está aqui presente o Professor Dr. Hugo – pelo seu trabalho, dedicação de toda a estrutura universitária colocada nos testes de campo em Pirenópolis; à Ibrace-ICBr (Certlab), um laboratório importante em Campinas que também doou equipamentos e pessoal para fazer os testes de laboratório em Sapucaí, em Minas Gerais; Instituto Avanzi; JDSU; Proeletronic, empresa brasileira que também trabalhou muito ativamente, desenvolvendo filtros para que pudesse testar todas as posições e motivações que garantissem a não interferência; Maxlinear e Aeromax.

Próximo, por favor.

O que testamos, na realidade, tanto no laboratório, quanto no campo?

Nesta estação, no meio, é como se fosse uma estação de radiodifusão do canal 51 de televisão. Então, ela transmite. Aquela borda que está ali, essa borda verde, no final da bola verde, onde está preto, que é o campo eletromagnético que tem que ser chegado ainda na ordem de 51 dBuV/m é onde o sinal da televisão, é mais fraco. Então, nesse ponto, a gente simula com a estação ERB – esses quadradinhos que estão aí – simulando como se fosse uma cobertura de um celular que tem uma potência mais alta que poderia estar interferindo na televisão.

Da mesma forma, as estações ERB estão próximas da antena da televisão e podiam interferir na televisão, na ERB. E, dentro das casas das pessoas, também nessa borda, simulamos a eventual interferência que é no APINC do próprio aparelho celular na antena da televisão dentro da casa das pessoas. Então, simulamos todas as possibilidades sempre nos piores casos.

O estudo tem o objetivo de avaliar as condições para garantir a convivência harmoniosa entre esses sistemas. No pior caso, se resolve o problema do pior caso, está garantido que todos os outros estariam resolvidos.

Próximo.

Nessa minha simplificação daquilo que está lá, ali se sai da antena de TV, o verde, chega à casa das pessoas, na antena, o sinal de TV e, às vezes, chega também na antena interna dentro da casa. E, ali ao lado, tem aquela ERB que tem o sinal azul que comunica com todos os aparelhos celulares.

O que nós testamos está pontilhado, ou seja, a eventual interferência da televisão numa ERB, que é aquela primeira lá em cima, a eventual interferência dela no celular. Depois, a interferência da móvel, que está ali, aquele pretinho, na antena de televisão na casa das pessoas e também – aqui é a torre de TV, não tem maior potência – dos terminais na antena externa e antena interna na casa das pessoas.

Próximo.

Bom, a estrutura que foi montada lá no laboratório do Inatel, em Minas Gerais, no Instituto Nacional de Telecomunicações onde está toda essa parafernália de equipamento, que permitiu, do ponto de vista confinado, que nós testássemos e simulássemos todas as condições que tinham que ter no dia a dia. Isso foi fundamental porque nos orientou nos testes de campo que realizamos em Pirenópolis, ou seja, tudo que saiu daí, que indicou potencial interferência como, no campo, a gente poderia tratá-los para que isso fosse evitado e que condições, na regulamentação da Anatel, fossem exigidas dos fabricantes quando da produção dos equipamentos para que haja convivência entre os dois serviços.

Próximo.

Aqui foi lá em Pirenópolis na estação que a Globo encaminhou com toda a estrutura, com vários aparelhos de televisão, de todo tipo, com os melhores e os piores aparelhos, para que a gente pudesse testar todas as condições de convivência. Essa estação foi fundamental, porque, por ser móvel, pudemos escolher vários pontos na cidade em que pudéssemos fazer todas as medições de mitigação para a garantia da qualidade na prestação do serviço.

Havia um canal de televisão, o canal 51, no morro de Pirenópolis, que a gente controlava, através daquele computador, o nível de potência que era irradiado por esse canal de televisão para aumentar ou diminuir, para estar próximo mais longe como se estivéssemos simulando aquele contorno de proteção e, da mesma forma, desse mesmo computador, a gente controlava a potência da ERB, que estava instalada ao lado também, aumentando ou diminuindo a sua potência para a gente verificar os pontos que, a partir do momento em que haja interferência, começa a quadricular na imagenzinha na televisão e a gente percebia que aqui tem condições de criar para que essa interferência não exista.

Próximo.

Esse é um exemplo de um dos testes que nós fizemos, ou seja, a estação receptora de televisão está naquele carro móvel ali com a sua antena a 12 metros de altura, de frente para uma antena de transmissão, por exemplo, de uma ERB de celular, que era a ERB que estava sendo testada lá, e que está a 10 metros distante da ERB. Seria o pior dos casos, por exemplo, e a gente simula o nível de potência. A gente aumentava o número de potência da ERB, para ser o máximo possível, e diminuía o da televisão para ver até que momento que não tinha convivência e começava a ter interferência. E a partir do momento que tinha interferência, o que fazer? A gente colocou fomos trabalhando; bastava colocar um filtro. Em todas elas que nós colocamos o filtro, o filtro resolveu problema. Muitas vezes não precisava nem do filtro, bastava baixar um pouco a antena da televisão, que ela sai do lóbulo da transmissão da antena da ERB, que nem filtro precisaria para utilizar.

Esse é um dos exemplos do que gente testou. Testamos também todos os outros possíveis, que aqui vamos demonstrar. E, para cada um desses testes, a gente trabalhava, antes, do ponto de vista teórico, já que a gente tinha os resultados em laboratório, com o apoio da Universidade de Brasília, aqui do Professor Hugo, que está aqui presente, da nossa estrutura interna, do meu Assessor Técnico que coordenou, Dr. Augustin que está aqui, que fez um trabalho brilhante. Então, nesse ponto, nós íamos mitigando e fazendo os trabalhos. E, lógico, com o apoio das empresas fomos desenvolvendo, por exemplo, os filtros que eram necessários para poder fazer os testes e fazer a monitoração.

A próxima, por favor.

Aqui os testes de campo. Temos uma casa que está a 400 metros da torre de transmissão do celular.

Então, ali têm antenas externas nesta casa, que também foram utilizadas para testes, ela simula, por exemplo, um edifício de apartamentos em que há uma recepção ali em cima, jogada para dentro da casa como se fosse jogando para vários apartamentos. Internamente na casa – está lá onde fizemos os testes – fizemos os testes *indoor*, no sentido de verificar se o aparelho do celular estava interferindo na antena interna na transmissão da televisão. E aí é simulado e calculado e em que condições mitigar para que isso não acontecesse.

Próximo.

Também nós tivemos que trabalhar com o que acontece no mundo, nós não estamos isolados, nós estamos no mundo globalizado. Então, vamos acompanhar como é que foi feito teste no Japão.

Então, o nosso pessoal foi para o Japão, passou uma semana, acompanhou os testes de perto, verificou o que foi desenvolvido no Japão, que tipo de mitigação foi feita no Japão. Eu vou dar um exemplo simples. O Japão achava que precisava ter estruturas de filtros e colocar esse tipo de filtro na ordem de 6 milhões de lares. Este número caiu para 900 mil, talvez vá ficar em torno de 200 mil lares, lá, que talvez precisassem de filtro. Esse seria um dos piores casos.

Eles perceberam também que para comunicação e TV digital – já que a TV digital, como no celular, vai usar agora uma frequência mais alta, que é o HF –, então, a sua penetração naturalmente em ambientes fechados é mais difícil. Então, com a antena interna há dificuldade de recepção com qualidade do sinal TV digital. Muitas vezes você o recebe em determinado local da sua casa, mas não recebe outro. O Japão resolveu dar suporte apenas para que eles colocassem antena externa, porque eles garantiam que, com a antena externa, o sinal de TV digital lá chegava e recebia com qualidade e aí ele daria o suporte de filtro para que, no início, que não há ainda embutidos nos equipamentos, não haja nenhum tipo de interferência.

No Japão também tinha uma associação que viabilizou todo esse processo de migração de instalação desses equipamentos e também da viabilização para garantir a qualidade da TV digital e também a qualidade do serviço móvel.

O Reino Unido foi muito parecido. No Reino Unido também se criou uma entidade, que também foi responsável, com um *call center*. Foi dimensionado o valor da ordem de 8 milhões de lares, no Reino Unido, depois baixou para 2,5 milhões, seguidos por 900 mil lares e hoje está na ordem de 50 mil lares, o que mostra que no ponto específico onde tem o pior nível de condições, onde pode haver a interferência, são muito poucos.

No México e nos EUA também usaram um instituto militar, que cuidam das suas radiofrequências, que também fez esse trabalho da entidade de coordenação para garantir a convivência no início da entrega dos equipamentos e também da confiabilidade da transmissão tanto da TV digital quanto do serviço móvel de banda larga. Em nenhum desses três países tivemos problemas. Nos dois países, tanto o Reino Unido quanto os EUA já estão em operação comercial; o Japão começa agora esse ano a operação comercial. No México, temos o exemplo que ninguém deve seguir.

No México, o que aconteceu? Eles fizeram o trabalho do ponto de vista teórico, definiram, assumiram que iriam entregar esses equipamentos não só de filtros, como também o setor *setoolbox,* que é um conversor, para aquelas famílias que não têm poder aquisitivo de comprar uma TV digital para receber, para converter o sinal digital em analógico para ele receber. Distribuiu, mas não teve uma estrutura por trás para que pudesse acompanhar de fato que a TV digital estava funcionando corretamente, que eles tinham recebidos equipamentos, estava tudo ativado, e foi um desastre, porque quando desligaram o analógico e entrou o digital, eles tiveram que voltar atrás e agora estão refazendo todo o processo.

Portugal também é um *case* interessante. Estivemos presentes lá em Portugal. Cada um desses países nós visitamos, estivemos presentes, acompanhamos de perto. Portugal foi interessante, até porque não tem muita TV aberta, são poucas, em torno de 20, mas o engraçado é que a população também lá gosta de receber a televisão aberta. E, quando eles fizeram a virada da chave, do ponto de vista teórico estava tudo o.k., ou seja, nada impedia que virassem a chave, eles também tinham comprado os seus conversores, os *setups*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ... para converteram de digital para analógico, e também tinham comprado filtros para distribuição para aqueles que necessitavam. Acontece que eles só fizeram os cálculos não *ex ante* e fizeram a estrutura não *ex ante*, ou seja, antes que acontecesse, presencial, para verificar o funcionamento. Fizeram depois. O que aconteceu? A população, 20% da população, dos lares que deixaram de receber, quando virou a chave do analógico para o digital, não receberam mais, entraram em pânico, aí o órgão regulador teve que entrar em ação e foi ver o que tinha acontecido. Tiveram que contratar uma empresa, gastaram €600 mil, colocaram sensores para verificar o que estava acontecendo. Descobriram que o sinal da TV digital não chegava aos lares. Por quê? Porque precisava de um reforçador de sinal, um *GAP Filler* ou um SFN, e da forma como estava sendo feito, estruturado não houve testes. Não chegou à população. Eles obrigaram a empresa, tiveram até que fazer um *enforcement* nessas empresas de televisão para que cobrissem. Cobriu. Eles solicitaram, então, àqueles que não estavam recebendo que colocassem uma antena externa, e as pessoas passaram a ter.

No Brasil, isso não vai acontecer, nós vamos mostrar no edital. A entidade que a gente vai contratar pela Anatel junto com as empresas de radiodifusoras envolvidas e aqueles que vierem a ganhar o edital de licitação vão fazer antes. Só com a segurança disso, com medidas e com calma que nós vamos liberar, então, o *switch off*, que é a mudança do analógico para o digital.

Na Europa, tratando agora do segundo dividendo digital, estão mais avançados, já foram para o primeiro. O segundo deles equivale, mais ou menos, ao nosso, exatamente em cima da mesma faixa. Eles fizeram um estudo muito interessante, e é muita matemática e cálculo, teórico e depois prático, encaminhado à OIT.

Então, eles fizeram ali um cálculo para identificar, dentro dos pontos dos eventos, quantos deles poderiam ter a possibilidade de ter interferência no *uplink* apenas, que é do móvel dentro da antena da televisão, o interno e o externo. Então, calcularam, no pior caso, com a pior televisão, da ordem de 0,01% em 100 mil eventos, ou seja, dez em 100 mil eventos.

É essa prática que a gente vai ter, e, mesmo que haja dez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ... não importa, no Brasil, nós vamos trabalhar para ter para todos e não apenas para esses dez.

Próximo.

Aqui eu quero mostrar o que eu acho que vai ser tocado, vamos antecipar aquilo que a gente ia colocar nas nossas audiências públicas, Senador. Tenho muito colocado que a Anatel deixou de testar aquela primeira bandinha que a gente colocou lá daquele canal 5MHz, que é para uso para fins militares, tanto das Forças Armadas, como também das Polícias Militares ou de alguma entidade que queira utilizar para uso dedicado.

Alegou-se que a Anatel, ao não fazer aquele teste, especificamente daquele primeiro bloco de 5MHz, não tem garantia nenhuma naquele que está em cinza ali, canal 695, que é o canal 51 televisão, que sofreria, então, interferência, porque nós tínhamos escolhido fazer apenas com o bloco 10MHz, deslocado a 5MHz desse bloco. E eu vou explicar aqui por que nós fizemos isso. É um cálculo teórico. Está aqui o Prof. Hugo e o Dr. Agostinho, para, se for o caso, detalhar mais. Nós vamos discutir isso muito fortemente lá na audiência pública, porque nós sempre trabalhamos com o pior caso.

Essa curvazinha aí é para dizer o seguinte: aquele sinal lá que está interferindo na ordem de menos 50dB no canal 51 é para uma transmissão em que você combina tanto a máscara do 3GPP, com a carga, que é o *upload*, em termo de mega-hertz que você está dando, no caso de 20MHz, começando lá do blocozinho do cinco. Aquele cinco, se a gente o tivesse utilizado nos testes. Então, para 20, é menos 50, poderia estar interferindo, então, com sinais indesejáveis na televisão, que está ali operando no canal 695, que é o canal 51. Quando você diminui a largura de banda, clica, por favor, mais uma vez, pode clicar uma vez aí? Aí vamos trabalhar, então, com 10MHz. Você já vê que, com 10MHz, já melhora, cai de 50 para menos 60. Por favor, mais uma vez. Sim, com cinco as condições são melhores, caiu lá para a ordem de menos 65. Então, por que nós escolhemos fazer o de dez? Porque o dez é muito pior do que o de cinco. Então, se passou no dez, para que fazer o de cinco?

Então, a Anatel – lógico – na hora em que está trabalhando para fazer um trabalho desses, trabalhamos muito com as universidades quando estávamos discutindo, para saber exatamente, na hora de fazer o teste, quais são os testes que vão levar às piores condições. Então, trabalhamos com cinco. Mas o que a gente fez no Brasil para melhorar ainda essa condição? Estes 5MHz não vão ser utilizados no Brasil para comunicações móveis comerciais, e, sim, para aplicações militares. O que são aplicações militares? Eles vão estar em equipamentos utilizados, em veículos, vai ser em motos, como eles nos demonstraram, ou seja, vai estar numa moto, vai estar num carro deles blindado; e vai ser um equipamento que é um portátil blindado que eles vão utilizar. Então, como é para militar, militar não vai entrar na casa das pessoas para assistir à televisão com as pessoas e para colocar esse terminal dele na frente da antena. Ele vai entrar por outros motivos, não para assistir à televisão. Então, nós colocamos essa faixa como faixa de banda de guarda. Então, nós estamos estendendo a banda de guarda do Brasil de 5MHz para 10MHz.

E vamos mostrar agora qual o resultado que acontece do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ... ponto de vista técnico no cálculo que é feito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Jarbas, nós já tivemos um acréscimo de dez minutos. Eu gostaria de saber quanto tempo mais o senhor precisaria.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Eu acho que mais dez minutos, pois eu falaria do edital.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós temos mais quatro exposições ainda. Se o senhor pudesse dar uma condensada...

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Está bom.

O próximo.

Vou tentar fechar em dez.

Aqui, o deslocamento: saímos do primeiro, canal 5, vamos trabalhar no comercial. Vejam o que acontece no comercial. O pior caso é 20MHz, o que também não vai ocorrer, porque não haverá nenhuma operadora que vai conseguir, nos quatro blocos de 10 que vão ser colocados em licitação, comprar 20. Vai ser uma guerra delas para cada uma poder comprar 10MHz. Se fosse com 20MHz, estaria ali muito baixo ou próximo de menos 80, que é onde corta o não desejável com um sinal da televisão, canal 51. Com 10, que é o que nós testamos, de vermelho, está na ordem lá de menos 85. É por isso que, na prática, lá, não houve nas emissões indesejáveis. E,

quando havia na saturação, colocamos um filtro, e o filtro resolve completamente o problema. Ir para 5 seria muito melhor – está lá embaixo. E 5 também não vai ter nas aplicações comerciais.

Próximo, por favor. Você podia clicar no vídeo?

Senador, neste vídeo, mostramos uma parte prática: aproximamos, então, o aparelho celular da antena interna para mostrar a que ponto podia haver interferência e, no momento em que colocamos o filtro, a interferência some completamente.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Então, está lá a antena. Aquela anteninha lá é a antena interna, aquela redondinha. Aí está o técnico da Anatel que vai aproximando, ou seja, a mais de um metro dela, não há problema nenhum, nenhuma interferência. Quando ele aproxima, começa a piscar a televisão. Neste momento, travou. Para. Ele vai tirar e colocar este filtro que é um filtro nacional, que está aqui na minha mão, simples, muito fácil de instalar. Assim que ele volta...

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Pronto. O sinal já está voltando lá, voltou normalmente.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Pronto. Ele vai até aproximar mais para mostrar que, mesmo com o celular colado com o filtro, a imagem da televisão digital, naquele momento, no canal 51, não sofreu nenhuma interferência.

Próximo.

É um filtro simples, como está este aqui. Esses filtros virão todos embutidos nesses equipamentos.

Aqui, o que vai sair no nosso regulamento. Então, basicamente, vemos essa estrela mais escura. Onde precisa, bota o filtro. Há outras formas de fazer para quem não quer comprar o filtro, em que não vai precisar nem gastar no filtro. No cálculo que fizemos, esse filtro custou na ordem de U$S5. Quem não pode comprar? Para a população que não vai poder comprar, nós vamos entregar para todos eles. São 14 milhões no Bolsa Família e mais na ordem de 13 milhões do Cadastro Único que vão receber esse filtro. Mesmo que não precisem, por segurança, nós vamos distribuir o filtro para que não haja nenhum risco.

Próximo.

Aí também é da televisão na estação de celular, na ERB, que também vai ter filtro. E aí o filtro também num valor totalmente suportável com qualquer operadora Telecom.

Próximo.

Aqui, nós vamos falar agora do replanejamento.

Os Municípios vão ser envolvidos no Brasil todo. É da ordem de 485 Municípios que têm um reflexo em 1.096 Municípios. Então, nós vamos poder entrar com a LTE só depois que fizermos uma chave para esses 1.096 Municípios no Brasil todo.

Próximo.

Aqui é o edital. O edital está dividido em áreas. A primeira área é o Brasil todo. A segunda área é área específica, onde está a CTBC. Esperamos que a CTBC possa vir não só atuar na sua área, mas também comprar essa faixa em todo o território nacional, porque nós desenhamos o edital também para um novo entrante. A área 3 ali é a área onde está Sercomtel. E a área 4 é o restante dessas áreas. Então, normalmente, são todas áreas nacionais, exceto aqueles dois pedacinhos, pois licitamos primeiro àquelas primeiras áreas para depois licitar as áreas seguintes.

Próximo.

Esses são os blocos. Como eu disse, nós vamos vender blocos de 10MHz. Então, começando com o bloco 1, que está lá na ponta; 10 sobe lá, desce 10 lá do outro lado. Depois, vamos para o bloco 2 e depois para o 3. Ali fazem aquelas areazinhas que especificamos da CTBC e Sercomtel, depois nacional, para fechar.

E se não tiver vencedores na primeira – o que achamos que seria quase impossível, porque vai haver, além das empresas nacionais, empresas de fora, que têm demonstrado muito interesse de virem para o Brasil, nós desenvolvemos edital para isso –, viriam a ter a possibilidade de comprar mais espectro, e o espectro poderia, na segunda rodada, chegar a 20MHz.

É importante destacar aqui o seguinte, Senador Walter: o Brasil, hoje, como o senhor sabe, não tem banda larga nos Municípios menores do País. Hoje, está concentrada, e, mesmo nos grandes centros, não tem. Em Brasília, por exemplo, nos bairros nobres, hoje, não chega ainda banda larga.

Aqui, nós estamos permitindo ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ... que nos centros abaixo de 100 mil habitantes, a primeira operadora que chegar lá com os 10 MHz só vai poder usar o espectro todinho e levar 40 MHz. Vai poder levar 40 *mega-*

bites por segundo, com tranquilidade, para vender para aquela população. Muito vai demorar o dia que o fixo vai poder chegar lá com a banda larga equivalente a isso.

Então, vamos mandar a primeira banda larga móvel, com segurança, para substituição do fixo, até que o fixo venha poder.

O próximo.

Estou terminando, Senador.

Aqui é o custeio. Quem vai bancar?

Como nós colocamos, agora, nesta versão, o custo global vai sair da limpeza da faixa e vai constar no anexo do edital: quantos milhões ou quantos bilhões vão estar dispensados para isso.

E li já aparece, já está hoje na consulta pública, a relação de todos os radiodifusores. São 400 radiodifusores em 500 Municípios que influenciarão aqueles 1096 Municípios. Existe a relação de um por um deles; eles não vão receber o dinheiro. A entidade vai comprar e vai instalar o equipamento de menor qualidade que ele tem hoje para garantir a cobertura que ele hoje tem.

As proponentes vencedoras vão pagar, distribuir esse dinheiro, diretamente a essa entidade, e esse dinheiro será abatido do preço público mínimo. Vai ser retirado, o Governo está retirando o dele e está repassando para que se atenda em quatro parcelas, para que, até 2018, consigamos fazer essa virada ou antes, dependendo do interesse de todos na migração o mais rápido possível.

O próximo.

Os radiodifusores terão direito a esse ressarcimento, menos aqueles que não constam ali, mas que fizeram e vão provar à Anatel que fizeram depois daquela data. A Anatel também vai incluí-los nesse processo e vão fazer parte da relação.

Serão realizados exclusivamente por meio de aquisição e instalação de equipamentos e infraestrutura essenciais por essa empresa, não por eles. O que aconteceu no México foi terem dado dinheiro a um radiodifusor, e, depois, o radiodifusor não investiu e não conseguiu fazer a migração. Aqui, não. Aqui, nós vamos instalar, entregar funcionando e fazer as medições.

Os equipamentos antigos vão ser recolhidos, porque eles não podem ser reutilizados nessa faixa e virem a interferir.

O próximo.

A mitigação. Nós vamos levar, então, independentemente se vai haver ou não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ... a postagem de interferência, filtros; e o mais importante do Programa Bolsa Família é um equipamento inteligente, que vai fazer não apenas a conversão do sinal digital para analógico. Essas pessoas do Bolsa Família só têm a televisão analógica. Nós vamos desenvolver junto uma caixinha que está sendo desenvolvida hoje pela EBC, com aplicações excepcionais, com canal digetor em 3G e, depois, no 4G, fácil de interagir.

Vai haver aplicações do tipo: a pessoa está desempregada em casa. Ela entra lá, recebeu essas informações à noite, pelo seu canal de televisão, e, de forma interativa, identifica, dentro da sua profissão, onde é que tem disponibilidade de emprego para ele. Então, não é preciso gastar ônibus e sair correndo atrás. Ele vê ali e busca.

Sem contar inúmeras outras aplicações que lá têm, do ponto de vista de educação, de saúde. Isso, na realidade, é a inclusão digital verdadeira, não só a digitalização da TV. Nós estamos levando interatividade, usando o Ginga, para que esse conversor que nós vamos distribuir não seja apenas um conversor passivo; seja um conversor inteligente.

Também será para aqueles que, vamos supor, não têm condições de acesso, para não terem qualquer risco, essa empresa vai distribuir para mais 13 milhões de famílias, que constam do cadastro único, o filtro, para que elas possam colocar o filtro, mesmo que ele não tenha nenhum tipo de interferência, para garantir que interferência não existirá.

Vai haver forma preferencial de atendimento para aqueles que têm antena externa, que tenham melhor qualidade de recepção; vai ter um *call center*, para que eles possam dirimir dúvidas, possam divulgar; vai ser obrigado a haver campanhas publicitárias, inclusive, a TV aberta, para educar a população e se possa saber.

O próximo.

Esse grupo é um grupo coordenado por nós, da Anatel, presidido hoje, por acaso, por mim. Estou lá como Presidente do Comitê do Espectro da Abert. Ele é composto pelo pessoal da Anatel, do Minicom, das próprias prestadoras que vão vencer a licitação, dos radiodifusores que estão envolvidos, e da entidade que vai ser contratada. Vai ser responsável por selecionar essa entidade, 90 dias depois que for vencido o edital.

No âmbito dessa entidade, a aprovação do cronograma, validação dos procedimentos e resolução dos conflitos, que, porventura, existirem.

O próximo.

A contratação dessa entidade é um processo aberto. Nós vamos fazer um processo licitatório, que nós vamos coordenar.

Tem de ser uma pessoa jurídica com independência administrativa, autonomia financeira, patrimonial e impessoalidade; demonstrar capacidade técnica, para podermos contratar, e não pode fazer parte do seu capital nenhum dos radiodifusores envolvidos, no processo de ressarcimento, nenhuma das prestadoras também vencedoras do leilão, nem suas controladoras coligadas.

O próximo.

A logística da execução diz que é fundamental para quem quer fazer tudo *ex ante*, para não fazer depois, gestão dos recursos; aquisição, instalação e conferência; promoção da capacitação de recursos humanos; aquisição e distribuição dos filtros; realização da campanha publicitária; provimento da central telefônica para *call center;* coordenação de todo o processo também de limpeza da faixa; e, o mais importante, contratação de auditoria externa independente para verificar a correção das atividades.

Então, é preciso medir para ter certeza de que o sinal digital está presente em todos aqueles lares, para que possamos, então, fazer o *switch off*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Praticamente estou terminando.

As vantagens agora para quem vai entrar, para os entrantes na licitação: não há compromisso de cobertura nenhuma. Então, as empresas vão pagar apenas pelo valor da outorga e vão poder levar a banda larga para os Municípios de até 100 mil habitantes, porque elas vão ter 40 MHz para levar a banda larga de alta qualidade.

Vantagem para os atuais: eles vão poder atender às suas metas, utilizando essa radiofrequência; e colocamos uma vantagem especial em relação às áreas rurais do Brasil para serem atendidas.

Próximo.

Vantagens para os radiodifusores: ressarcimento integral para o remanejamento; garantia de condições técnicas que existem hoje no mundo digital; criação de entidade própria para instalar os equipamentos; medidas para massificação da TV digital junto à população brasileira.

E a última, para o usuário final: melhoria da qualidade de recepção da TV digital, porque, hoje, o usuário às vezes nem recebe com qualidade; apoio no processo da migração; medidas de atenção para massificação da TV digital; transformação de um aparelho digital, como eu disse, em plataforma multimídia para não ser apenas um conversor, mas também um meio de interatividade; atendimento com SMP de alto padrão, de alta velocidade não apenas nas pequenas áreas, mas também nas áreas rurais e remotas; antecipação dos compromissos, se as próprias empresas vierem a ganhar o edital; e reflexos positivos nos preços dos serviços.

Última.

Aqui nós estamos atendendo, dentro dos princípios que adotamos.

Próxima.

Aqui são as consultas a que o Senador já fez referência e que estão para debate.

Próxima.

Em Brasília, vamos fazer a primeira audiência, no dia 19 – estão todos convidados; depois, em São Paulo, no dia 22; em Brasília, no dia 29. E os horários estão aí.

Senador, muito obrigado.

Desculpe pela demora, mas acho que não tinha como não trazer o mínimo de informação para facilitar o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Passo imediatamente a palavra a Srª Liliana Nakonechnyj.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Bom dia, Senador Anibal Diniz. Também gostaria de cumprimentar meus companheiros de Mesa, o Senador Walter Pinheiro e os demais participantes desta audiência pública.

Primeiro, eu gostaria de dizer que vim aqui para dar a contribuição do Conselho de Comunicação Social, do qual sou Conselheira, sobre esse tema.

A nossa agenda será, então, rapidamente, sobre a faixa, de que já se falou como este assunto está sendo estudado pelo CCS; os argumentos que o CCS já ouviu sobre o atual processo da faixa; e a conclusão final, que é um ofício do CCS ao Senado Federal.

Bem, como o Dr. Jarbas já comentou aqui, nós estamos falando da faixa de 700MHz, que é a faixa que, hoje, vai do canal 14 até o 69, onde está sendo alocada essa última parte, chamada realmente de faixa de 700MHz, porque ela ocupa de 698 a 806, ou seja, é 100Mhz um pouquinho mais, entre os canais 52 e 69 de televisão,

que serão realocados para a faixa inferior, para que aqui possa haver o serviço 4G/LTE, cuja ocupação já está prevista pela Anatel. Então, é sobre isso que nós estamos falando nesta audiência pública.

Muito bem. O Conselho de Comunicação Social, como vocês todos sabem, foi previsto na Constituição e instituído pela Lei nº 8.389, de 1991. O Conselho justamente tem como atribuições itens que têm tudo a ver com os 700MHz, ou seja, ele tem a incumbência de estudar assuntos relativos à liberdade de manifestação do pensamento, de criação da expressão e da informação; a promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e a complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão. Esses assuntos que são assuntos nos quais o Conselho está atribuído a estudar são impactados pelo assunto 700MHz e são aspectos que precisam ser considerados na implantação desse novo serviço no 700MHz, e os senhores vão ver por quê.

Antes de falar sobre os argumentos a favor e contra, gostaria de dizer para os senhores que esse assunto tem sido objeto de atenção e debate do Conselho, sob a coordenação do nosso Presidente, Dom Orani Tempesta, desde o ano passado, desde o segundo semestre do ano passado, temos debatido muito sobre esse assunto.

Inclusive, já houve, no Conselho, duas oitivas durante a nona e a décima reunião do ano passado. E, nessas oitivas, foram escutados o Ministério das Comunicações; a Anatel; a Abepec, que é a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; a EBC, que é a Empresa Brasil de Comunicações; as associações das emissoras privadas, que são a Abert, a Abra, a Abratel e o Sinditelebrasil, representando as empresa de telecomunicações; e também a SET, que é a Sociedade de Engenharia de Televisão. E também o Conselho tem acolhido documentos dessas entidades e estudado os documentos que têm sido publicados pela Anatel, pelo Ministério, relativamente a esse assunto.

Resumo os argumentos que escutamos a favor do atual processo. O primeiro argumento de todos, naturalmente, é que o Plano Nacional de Banda Larga é política do Governo, assim como a implantação da TV digital no Brasil. Ou seja, o nosso Governo está preocupado, em termos de política, tanto em oferecer a banda larga para a população – e isso precisa ser feito –, quanto também em ajudar na implementação da televisão digital, de modo a poder oferecer a toda a população a televisão digital aberta, com a qualidade e também os recursos que a televisão digital traz, como a interatividade, que pode ser usada para muitos complementos de informação, assim como a própria ABC está fazendo, agora, no seu projeto 4D.

Outro argumento a favor: essa faixa de 700MHz é muito adequada para a mobilidade. É uma faixa que já está harmonizada na região, ou seja, na região das Américas, e, mundialmente, ela também está sendo muito prevista por muitos países. E isso traz sinergias mundiais, tornando os equipamentos, os telefones mais baratos, a tecnologia, enfim, mais fácil de ser implementada, tornando-se mais acessível à população.

Outro argumento a favor, que, inclusive, foi oferecido pela própria Anatel, é a adoção regional do Plano APT, que é esse que o Dr. Jarbas acabou de comentar, que usa praticamente toda aquela faixa que vai ser liberada de 700. E esse plano otimiza o uso do espectro, no que tange ao serviço de 4G, porque usa totalmente o espectro, na sua máxima capacidade – então, esse é também outro argumento a favor. Ali, está o espectro do 4G; esta parte é o espectro do 4G; do lado de cá, são os canais de televisão, e, realmente, o que a Anatel está propondo é ocupar absolutamente todo esse espectro, de forma a oferecer o máximo de serviços nesse espectro.

Mais argumentos a favor do atual processo: as televisões e as retransmissoras atuais e futuras também digitais serão todas reacomodadas na faixa até o canal 51, e será preservada a sua cobertura, ou seja, as coberturas serão preservadas pelo Governo. Esse é um compromisso do Ministério das Comunicações e da Anatel e também que as receitas do edital de 700MHz vão cobrir custos de remanejamento, como explicou o Dr. Jarbas. Também será feita a mitigação das interferências prejudiciais com o uso de filtros.

A questão das interferências prejudiciais, só para lembrar, no caso da TV digital, as interferências prejudiciais são quadriculados na imagem, congelamentos e também chegando inclusive à tela preta ou à tela azul, em alguns televisões com a inscrição sem sinal.

Então, a interferência prejudicial que ocorre, se vier a ocorrer, é importante que todo mundo tenha isso em mente, mas como argumento a favor, a Anatel informa que serão mitigadas.

Também recebemos a informação, como foi dito agora, que as receitas do leilão cobrirão os custos de conversores de TV digital, através da doação de conversores para o universo Bolsa Família, agilizando assim a implantação da TV digital, dando a mais gente a possibilidade de ter acesso à tecnologia e à qualidade da TV aberta.

Também serão distribuídos filtros para o universo do cadastro único, ou seja, para as pessoas de mais baixa renda e será estabelecido um *call center* para ajudar essas pessoas a instalarem esses filtros.

Agora vêm os argumentos contra o atual processo que também temos escutado no Conselho.

O primeiro de todos diz respeito à importância terrestre no Brasil que, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, é um caso que foi colocado aí, apenas 7% da população depende da TV aberta para ter seu entre-

tenimento, informação e cultura audiovisual. Já no Brasil, a população que depende da TV aberta é de 70%. É claro que hoje a TV paga está tendo uma penetração, está aumentando, porém, as informações que recebemos é que a curva de adoção da TV paga foi muito grande nos últimos anos, mas tende a ter uma acomodação e muita gente, durante muitos anos, vai precisar da TV aberta e vai ter a TV aberta como única fonte de entretenimento, informação e cultura. Sabemos que a TV aberta é uma unanimidade nacional.

Outros argumentos contra: a TV digital, sua implantação, está sendo ameaçada pela falta de estratégia de longo prazo do Governo. O Governo realmente, há 10 anos, em 2006, estabeleceu a entrada da TV digital, previu sua penetração no Brasil e há poucos anos, em 2009, se não me engano, uma faixa dos canais altos foi destinada, foi atribuída, aos canais públicos. Isto aconteceu, se não me engano, em 2009 e, em 2013, começamos a falar sobre os 700MHz que precisa entrar e que precisa ser licitado em 2014.

Então, realmente, um argumento que tem sido fortemente colocado é a falta de uma estratégia de maior longo prazo, dando um certo conforto nas decisões que são tomadas em relação aos assuntos dos vários serviços.

Outro argumento contra: a expansão da TV pública está especialmente prejudicada. Não sei se os senhores lembram, mas a TV pública foi especialmente prevista no decreto de implantação da TV digital no País, que previu canais de cidadania, previu vários canais novos que entrariam junto com a TV digital.

Muito bem, a implantação desses canais ainda não está feita e não existe nas principais cidades. Então, no futuro, com a redução de faixa, compactação, certamente será bem mais difícil fazer a expansão da TV pública. Então, esse é um argumento que foi colocado pelas associações ligadas à televisão pública e à televisão cultural, educativa. Eles comentaram muito sobre as experiências de 4D para a população de baixa renda, comentaram muito sobre as dificuldades que eles têm tido em levar esta TV pública para o País, e agora vão ter mais um obstáculo, que é a redução da faixa e as possíveis interferências.

Bem, enfim, outro argumento que foi muito colocado é que hoje está em jogo a liberdade de expressão, que vem com a possibilidade de oferecer uma TV aberta e livre a toda a população brasileira. Esse argumento que o Conselho considera muito forte, tem debatido demais essa questão da liberdade de expressão estar sendo cerceada e poder vir a ser cerceada por um processo precipitado.

Continuando os argumentos contra, aí já argumentos mais técnicos, oferecidos pelos engenheiros, que o conjunto de testes de TV de convivência não foi completado, apesar de a Anatel ter feito um enorme esforço e também as forças, todos os setores que participaram, como o Dr. Jarbas comentou, mas foi feito um planejamento de testar diversas situações que não puderam ocorrer devido ao atropelamento do processo e também, durante os testes, foram usados equipamentos protótipos, já que não existem ainda equipamentos nessa faixa no mundo. Então, foram usados para testar equipamentos protótipos, como teriam mesmo que ser usados, como aquele telefone que apareceu naquele vídeo que o Dr. Jarbas mostrou. São protótipos, e os protótipos são feitos especialmente unidade a unidade em laboratório, e eles não são, esses equipamentos, eles não se comportam, eles podem se comportar até muito melhor, porque são as características, por exemplo, adotadas na resolução. Então, as emissões fora da faixa, que seriam as emissões que interfeririam no serviço adjacente não existem. E temos muita preocupação, no Conselho, se realmente esses testes que estão sendo feitos vão garantir que a TV possa continuar sendo vista pela população, porque, não tendo sido usados, realmente equipamentos que são depois os equipamentos futuros e que, para fazer o cálculo entre o que vai acontecer no presente e no futuro, há que se fazer ajustes de cálculo que não foram feitos para verificar essa mitigação.

Bem, outro argumento que foi usado também, que foi levado é que a mitigação apenas com filtros não poderá acontecer. Ela vai exigir toda uma logística, por exemplo, de trocar antenas internas por antenas externas, substituir muitas antenas, trocá-las de posição, e é uma logística grande que não vemos como a população vai poder se encarregar dessa logística. Ou será que essa empresa vai fazer, então, entrar nas casas das pessoas, ver como é que elas assistem à televisão e aí substituir, por exemplo, seus sistemas de televisão por outros mais robustos que possam ser protegidos contra interferência.

E a recepção de antenas internas também vai ser especialmente prejudicada, sendo que, no nosso Brasil, antena interna é usada demais. Temos alguns dados que chegaram ao CCS sobre a antena interna, e uns dados interessantes, de que, por exemplo, na Grande São Paulo, que é uma cidade que congrega o maior índice de potencial de consumo do País, a maior riqueza, ainda assim, 50% da população da Grande São Paulo depende da TV terrestre e 23% do total da população hoje só usa antena interna. Se formos para uma cidade como Caruaru, o levantamento recente do Ibope mostra que 84% da população só assiste à TV terrestre, e 75% da população total de Caruaru só com antena interna. Então, realmente, esse é um caso que nos impressionou bastante, porque aprece que precisa ser muito mais tratado aqui, no Brasil, do que foi em outros lugares. Então, temos essa dificuldade do caso da antena interna, que os testes realmente mostraram que é muito mais difícil, e isso pode impactar diretamente no serviço gratuito para acesso a entretenimento, informação e cultura da nossa população.

Bom, tendo em vista todos os argumentos a favor e contra que o CCS escutou e as suas discussões internas, a sua preocupação com a TV aberta como sendo realmente um instrumento de liberdade de expressão, um instrumento de cultura, de desenvolvimento, a preocupação também da expansão da TV pública no País, como ela se dará, será que agora que a TV pública está sendo endereçada pelo nosso País ela vai enfrentar tantos obstáculos? O que o CCS resolveu fazer? Resolveu mandar um ofício ao Senador Renan Calheiros – esse ofício foi mandado agora no início de abril –, solicitando que realmente não seja efetuado esse leilão até que essas questões sejam esclarecidas, porque o CCS (Conselho de Comunicação Social) considera que há muita incerteza quanto a esse assunto e não vê por que há uma necessidade de precipitação para que esse leilão seja feito agora, com todas essas incertezas sobre os impactos e sobre como pode ser feita a mitigação, quais as condições reais em que pode ser ocupada a faixa, se aquela faixa pode ser ocupada dessa forma que a Anatel está prevendo sem realmente causar um mal definitivo na televisão aberta, seja ela a televisão privada seja a televisão pública, enfim a televisão aberta...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – ... que tanto é importante para a população brasileira.

Então, era isso que eu tinha que trazer hoje aqui.

Agradeço, mais uma vez, em nome do Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Seguimos com o Sr. Eduardo Levy, que é o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular.

O SR. EDUARDO LEVY – Bom dia a todos, Senador Anibal Diniz, Senador Walter Pinheiro, meus companheiros de Mesa, senhoras e senhores.

Senador, um pouco do que iremos falar aqui mostra talvez coisas que sejam antagônicas ou, de uma outra forma, um paradoxo. Mais do que querer a faixa dos 700MHz para o serviço de banda larga móvel, nós precisamos dela.

Por outro lado, temos, como vimos na apresentação do Conselheiro Jarbas e na apresentação da Liliana – e foram muita boas as apresentações de ambos, na minha maneira de ver –, porque demonstram a complexidade deste processo.

A quantidade de variáveis que estão envolvidas e a quantidade de variáveis que não nos dão ainda 100% de absoluta certeza nos leva a esta preocupação que é a que eu vou procurar expor um pouco hoje.

Um pouco da questão do paradoxo é a famosa história que todo mundo fala e eu vou aqui me permitir repetir que é a história do copo: meio copo vazio, meio copo cheio. Como nós podemos olhar, de que forma podemos olhar o copo.

Nós participamos ativamente dos testes que foram feitos. Participamos da confecção do relatório da Anatel. Não temos restrição ao que está escrito no relatório, mas também resolvemos pinçar determinadas informações que ali estão e que são públicas, de tal forma que possamos falar, em alguns momentos, do copo cheio e, em alguns momentos, do copo vazio.

Em 8 de abril, no dia em que saiu o ofício do Conselho de Comunicação Social, o Sinditelebrasil participou de uma audiência pública aqui no Congresso, na Câmara dos Deputados, sobre esse assunto. Então, o que estou trazendo aqui hoje nada mais é do que a mesma apresentação acrescentada de informações que são posteriores a 8 de abril até a data de ontem.

O nosso crescimento está extremamente acelerado, o que é um fator extraordinário para o País. A banda larga móvel cresceu, em 2013, 70% no País. Nós investimos, no ano de...

Parte 2

70% no País. Nós investimos, no ano de 2013, algo em torno de R$30 bilhões, isso sem falar de pagamento de licenças e outorgas, apenas para que se também tenha uma referência de que os números que circulam sobre o valor dessa licença são muito grandes até proporcionalmente a esse valor de investimento que fizemos.

Quanto ao crescimento extraordinário da banda larga móvel de março de 2009 até março de 2014, hoje temos 146 milhões de acesso à banda larga móvel. E 85% da população – 85% dos clientes de banda larga já são móveis.

E temos um potencial enorme de crescimento. Dos 274 milhões de celulares que o País tem hoje – em março de 2014 –, 45% podem acessar a banda larga em alta velocidade, por estarem hoje já pelo menos em 3G.

Temos um mercado extraordinário no País. Muitas vezes leio até algumas matérias nos jornais, que falam que o Brasil tem concentração ou poucas empresas, mas pouquíssimos países do mundo têm quatro empresas prestando serviço, e pouquíssimos países do mundo têm essa distribuição de mercado. Então, o Brasil é um dos países mais competitivos do mundo, de acordo com uma consultoria alemã.

Nós temos hoje já 3.648 Municípios com a cobertura de banda larga móvel, quando o edital da Anatel, o último de que participamos, dizia que, ainda em abril de 2013 – está certo, faz um ano –, tínhamos de ter 928 Municípios.

Já temos 106 Municípios com cobertura de banda larga móvel, atendendo àquilo que foi estabelecido pela Anatel. Quer dizer, ultrapassamos até um pouco, a obrigação são 43 Municípios, nós chegamos a um pouco mais, com uma taxa de crescimento equivalente à que foi a taxa de crescimento do 3G no passado.

O que é essa faixa? Vou passar muito rápido, porque muitos já falaram. A parcela da banda de frequência utilizada a partir da digitalização das transmissões de TV aberta, acho até que as apresentações anteriores foram muito mais didáticas do que a minha, que está só no texto. Vou passar até a utilizar aquelas imagens, se me permitirem.

E por que ela é tão importante e fundamental para o nosso serviço? Porque o serviço de banda larga móvel é cada vez maior – os três produtos mais desejados por brasileiros são grandes consumidores de dados de banda larga móvel. E, quando a gente fala nisso, fala basicamente de fotografia, vídeo, etc.

A banda larga móvel vai crescer, poderá crescer e deverá crescer muito no Brasil. O tráfego que temos vai crescer quase dez vezes, e essa destinação promoverá essa expansão da banda larga móvel, como o próprio Conselheiro Jarbas comentou.

Quanto ao crescimento do tráfego de dados por usuário em 2012, no Brasil – é o último dado que temos – é uma coisa assim extraordinária. Em 2017 imaginamos que 72% do tráfego vai ser móvel, em vídeo, quando antes era zero.

Para suportar toda essa demanda, entendemos também que 702,5 são ofertas complementares na tecnologia de 4G – o 2,5 nos dá a capacidade, e o 700 nos dá abrangência.

A faixa de 700 – também foi comentado aqui – viabiliza a banda larga móvel em áreas menos povoadas, pois sua abrangência de cobertura é maior.

A médio prazo, a licitação dessa faixa é uma das últimas oportunidades para atendermos às áreas menos povoadas.

Mas eu queria chamar a atenção principalmente do senhor, Senador Anibal, porque, quando diversas vezes venho ao Congresso e especificamente ao Senado e participo de audiências em que está presente, o senhor nos pressiona fortemente sobre o seu Estado, o Acre, com os 900 mil celulares que têm e quanto à chegada dessa cobertura em áreas mais remotas, em distritos. O edital não obriga coberturas em áreas remotas. Nós não vamos ter um novo edital com nenhuma obrigação de cobertura. Ele poderá trazer atrativos, como o Conselheiro Jarbas falou – e realmente são atrativos –, mas não há nenhuma obrigação de cobertura. As empresas, mais uma vez... E eu novamente aqui virei responder os questionamentos, informando que nós não estamos cobrindo determinadas áreas. Nenhum distrito do País tem, hoje, obrigação de ser coberto por telefonia celular, assim como nenhuma estrada, que são os dois itens a respeito de que eu, aqui, sempre sou pressionado a responder. Repito sempre, dou sempre a mesma resposta, de uma forma, em alguns momentos, até constrangido.

Mas os benefícios que nós temos: quanto menor a faixa de frequência, maior é a eficiência dessa infraestrutura em termos de cobertura e qualidade de serviço.

A faixa de 700, mais do que querer, precisamos. É útil, é boa. Ela chega depois do 2,5, pelas questões todas que foram mostradas aqui, mas ela complementa um projeto de quarta geração para o móvel.

O Brasil acompanhou a recomendação mundial, já foi falado sobre isso, e a Anatel encerrou os testes de convivência em abril, 18 de abril, e nós, tanto o setor de telecom, como o setor de radiofusão, continuamos realizando alguns testes restantes, porque nós entendemos que havia um conjunto de testes a serem executados.

Nós não conseguimos, por uma série de fatores alheios, até, à nossa vontade, fatores externos, mas nós entendemos que, por toda essa complexidade que por aqui foi mostrada hoje, precisávamos continuar realizando os testes, e temos contado, até, com o apoio da Anatel em equipamentos e etc., o que é positivo.

Então, sob esse ponto de vista, nosso trabalho conjunto tem sido extremamente rico - as discussões, a preparação dos relatórios -, o que é muito bom.

Então, nós continuamos a confecção desse teste e existem duas consultas públicas em andamento hoje: uma sobre o regulamento de interferências, que é a Consulta Pública 18, e uma outra sobre o edital, que é a Consulta Pública 19, o que também aqui foi falado.

Às vezes, a gente falar depois dos outros tem inúmeras vantagens e, em alguns momentos, desvantagens.

Também acho que algumas figuras que foram mostradas sobre como os testes foram feitos são bem melhores do que as minhas, mas eu vou mantê-las aqui. Eu não tenho como, neste momento, utilizar as outras.

Então, ali mostra todos os testes que foram feitos: a interferência daquela estação de celular, aquela de celular, que está aqui, que é essa pequenininha da esquerda, com uma interferência ali, e procuramos colocar a TV de Brasília, que está ali, o aparelho de celular e a televisão.

Então, os casos todos são as interferências possíveis e foram feitos os testes.

Os testes, então, avaliaram todas as possibilidades de interferência e eu vou, aqui, puxar alguns pontos do copo vazio. Falamos, até agora, do copo cheio, da importância, da necessidade, da vontade, de precisar, de tudo isso.

Num teste de laboratório em Santa Rita do Sapucaí, que é um daqueles graficozinhos ali, que é a interferência do celular na TV digital, na televisão, ali no aparelho, o relatório comenta que os resultados mostraram, em condições específicas – e só em condições específicas, mas precisam ser bem estudadas, analisadas, avaliadas –, o filtro testado não foi suficiente para proteger a recepção da TV digital de interferência no *uplink*. No caso, nós estaríamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LEVY – ...interferindo na televisão.

Outro teste também... E, no caso, ali, existe um *booster* na antena, tem lá um amplificador, tem lá algo colocado, naturalmente, colocado para melhorar a recepção da televisão. O amplificador é suscetível a efeito de saturação, etc., etc. Se o amplificador for integrado à antena, não há como aplicar a mitigação por utilização do filtro, restando, apenas, seu afastamento da fonte interferente.

Então, nós vamos ter casos em que o nosso *call center* daquela entidade vai informar às pessoas que a única solução, naquele momento, é o afastamento do celular da televisão.

Testes em Pirenópolis, mostrando, aqui, a interferência da televisão no celular, também mostram a necessidade de inserção de filtros na estação rádio base e esses filtros não são baratos; o afastamento da estação Radiobrás e do transmissor, que exigirá a mudança de um projeto de celular; e o desalinhamento possível de antenas aqui, para você alterar condições de recepção. Não é uma coisa – digamos assim – prosaica.

Por último, também nós temos que, para certos casos de interferência da antena no aparelho celular, também não será possível estabelecer técnicas de mitigação além do seu afastamento da fonte interferente.

Então, eu quis colocar aqui determinados pontos. Muitas vezes, podem ser passíveis de críticas, porque foram retirados de pontos específicos do relatório da Anatel, e nós participamos do relatório da Anatel e estamos de acordo com ele.

O que eu queria chamar a atenção – e também os que me antecederam aqui comentaram e mostraram – é que não há uma situação muito simples. Eu aprendi na minha vida... No passado, quando eu ainda tinha cabelos e eles não eram brancos, me falavam que todo problema complexo tinha uma solução simples. Depois, já perdendo mais os cabelos, acrescentaram que todo problema complexo tem uma solução simples e normalmente ela está equivocada, porque não há solução simples para problemas complexos. Nós precisamos, queremos, mas entendemos que as soluções não são simples para este caso, porque além de termos participado daqueles testes – e quem trabalha em engenharia conhece isso –, nós estamos falando de milhões de situações de aparelhos celulares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LEVY – Desculpe, Senador.

Critérios utilizados pela Anatel pra definir o preço mínimo devem ser amplamente conhecidos e discutidos, porque envolvem aquela situação toda de logística, de troca de equipamento, etc. É fundamental que os critérios para utilização da faixa de 700 MHz priorizem a expansão e a qualidade. As interferências entre os serviços devem ser devidamente mapeadas, pois a sua solução é muito complexa – não necessariamente a solução em laboratório, mas aquilo que envolve toda essa logística.

Muito obrigado.

Desculpem o tempo ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Passo imediatamente para o Sr. Daniel Slaviero.

Eu sei que todo mundo está passando do tempo. Se possível, se puderem se ater aos 15 minutos, ajudaria muito.

O SR. DANIEL SLAVIERO – Pode deixar, Senador. Muito bom dia! Serei o mais breve e objetivo possível, até porque os argumentos já foram bastante exauridos aqui, tanto pela apresentação do Conselheiro Jarbas, como da Liliana e também do Dr. Eduardo Levy.

O primeiro ponto que nós queremos ressaltar – e já foram colocados todos os prós e contras da discussão, do momento da questão dos 700 MHz – é, Dr. Jarbas, que neste processo um dos grandes avanços que estamos considerando é a previsão dessa entidade que fará o ressarcimento aos radiodifusores que tiverem que ser deslocados, mas também a distribuição dos filtros e conversores. Por que nós entendemos essa, Senador Walter Pinheiro, como uma medida inteligente? Porque se esse dinheiro entrasse no Tesouro... Nós já vimos diversas manifestações suas contra o dinheiro que foi ao Fust, que foi ao Fistel e que não foi destinado para o

seu objetivo primordial. Nesse caso, Senador Anibal Diniz, não se correrá esse risco, porque a entidade e esse grupo com participação dos radiodifusores e das empresas de telecomunicação, sob a supervisão da Anatel e do Ministério, cuidarão para que haja uma efetiva utilização desse recurso destinado. Então, nós entendemos isso como um ponto muito positivo.

O que nós queremos – eu vou me focar para respeitar o horário – é o que nós consideramos ainda, do ponto de vista da radiodifusão, como temas que precisam ser esclarecidos e dúvidas que não estão resolvidas. O primeiro ponto, o problema de fundo que nós enxergamos na condução desse processo, é uma questão temporal. À medida que foi colocada a data do leilão em 30 de agosto, foram criados todos os cronogramas de trás para frente e você acaba tendo uma sucessão de atropelos, uma situação acaba interferindo na outra, sem que todos os problemas estejam sendo esclarecidos. Uma prova concreta do que estamos falando é que estamos agora num período de consulta pública do regulamento de interferência e do edital ao mesmo tempo, sendo que o natural seria que o regulamento de interferência fosse colocado, discutido, debatido e que depois viesse, fruto desse trabalho, fosse considerado no edital de licitação.

Outro exemplo desse atropelo, Senador Anibal Diniz, que já foi colocado aqui, é que para a consulta pública fosse publicada a tempo que desse para o edital ser em agosto, os testes em campo foram encerrados antes que estivessem concluídas todas as situações considerando as interferências de um serviço no outro.

Então, acho que esse é o primeiro pronto e a primeira ponderação que fazemos, que é essa condução: criam-se os atropelos e não dão as garantias necessárias para todos os serviços.

Essa foto já foi muito bem explorada na apresentação do Conselheiro Jarbas Valente: os testes do Inatel e depois os testes em Pirenópolis, porque havia uma pluralidade de testes. Havia os testes contratados pela SET, do Mackenzie; os testes que foram contratados pelo SindiTelebrasil no CPqD; recentemente, a Abinee também contratou os testes através da PUC do Rio de Janeiro e a Anatel tomou a decisão correta de centralizar e fazer a condução dos testes mais adequados pela própria agência.

Então, o que esses testes e as condições preliminares nos apontam? Infelizmente, as condições e convivência para o serviço de radiodifusão não estarão preservadas com a entrada do serviço de 4G no momento. Por que isso? Três pontos basicamente, no nosso entendimento. Primeiro, já foi mencionado aqui pela representante do Conselho de Comunicação, os equipamentos utilizados, em especial os equipamentos de quarta geração, são protótipos, e eles estão com um desempenho muito acima dos estabelecidos na Resolução 625, que é a diretriz principal.

E aí, na hora em que você usa os protótipos com desempenho e com faixas de interferência melhores do que a resolução prevê e do que a realidade traz, no resultado dos testes você precisa fazer uma relativação desses resultados para que considerem as interferências no ambiente real em que vivemos e isso ainda não foi feito. Conselheiro Jarbas, nós acreditamos que ao longo desse processo da consulta pública esse quesito possa ser mais avançado e mais debatido, porque com os testes usados e com os protótipos você tem um desempenho no estado da arte incompatível com a realidade da televisão e do que serão os futuros aparelhos 4G.

O segundo ponto, que também não considera a característica e a realidade do Brasil nesses testes e principalmente no relatório, é que nós vivemos uma ampla maioria de recepção de televisão aberta por antenas internas. A representante trouxe um dado aqui em São Paulo que nós também temos aqui de uma pesquisa Ibope, que diz que 25% da população na Grande São Paulo, dos domicílios, só recebem em antena interna e em casos de Estados mais distantes, Senador, em Pernambuco, perto do Estado da Bahia, Walter Pinheiro, no Caruaru, são 74% da população dos domicílios que recebem só por antenas internas e as soluções contempladas não abrangem a antena interna. O relatório da Anatel de que participamos diz o seguinte: com a antena interna não haverá solução, a população tem que migrar para a antena externa. Só que para instalar a antela externa, só um filtro não resolve. Então, quem sabe, os valores que estão previstos destinados não sejam suficientes para garantir esse compromisso público que foi reforçado aqui pelo Jarbas, pelo Presidente da Anatel e, recorrentemente, pelo Ministro das Comunicações, de a radiodifusão e a população, em última instância, não serem prejudicados em receber a televisão.

Essa aqui é a realidade do nosso País. Essa aqui: várias pessoas com antenas internas, uma situação de classes um pouco mais baixas. Essa, sim, depende efetivamente do sinal aberto. E o Conselheiro Jarbas colocou um exemplo que ocorreu em Portugal, em que, mesmo nas residências em que havia televisão paga, quando foi feito o desligamento e a entrada do 4G, houve reclamações de interferência.

Por que isso? Porque nesses domicílios, mesmo com TV paga, há necessidade e há demanda por parte da população para a televisão aberta, que é recebida em outros cômodos, ou em quartos de outras pessoas, na sala, na churrasqueira, pois nem todos têm ponto de televisão aberta. Então, a questão da antena interna independe dos domicílios onde já existe a TV paga.

Por último, mais um exemplo das inúmeras demonstrações de como é a recepção no nosso País. Todos nós certamente já vimos em algum lugar, nas nossas casas, ou na de algum amigo, de parentes, esse tipo de recepção para a televisão.

Aqui, os dados já mencionados. Como disse, à medida que você considera que você não vai mais ter a antena interna, você só vai conseguir pegar a televisão por antena externa, você cria um complexo muito maior. Ou você tem que destinar um recurso ainda maior para que essa população tenha garantia, e aí está certo. Nós não queremos que a população classe A, moradora dos grandes centros, nas avenidas nobres, tenham isso. Mas a região de periferia, as pessoas atendidas pelo Bolsa Família, pelo Cadastro Único, não podem simplesmente receber um filtro e achar que todo o resto do problema será por sua conta.

O terceiro item que nós colocamos como problemático, e ainda precisa de esclarecimento, o Dr. Jarbas já trouxe algumas coisas que estariam sendo discutidas a partir das audiências públicas convocadas pela Anatel, é que o bloco de segurança não pode ser considerado como banda de guarda. Eles têm uma premissa errada na avaliação da interferência, quando você considera 5MHz como banda de guarda, e ele vai ter uma utilização no serviço de segurança. Pode ser uma utilização não tão frequente, como os serviços comerciais, mas haverá uma utilização. Haverá uma utilização nas unidades móveis desse serviço de segurança.

E pode-se pressupor que, quando forem utilizados os serviços de segurança e militares, são em momentos atípicos da realidade nacional. E é nesse momento, ou de catástrofe, ou de qualquer outra intempérie, que a televisão aberta é o ponto mais necessário para a população brasileira. Então, há um equívoco de avaliação em considerar esses 5MHz como banda de guarda e, por assim dizer, não se fazer os testes necessários de como será essa utilização.

Para concluir, o que nós enxergamos? Aqui, Levy, você também colocou isso, os próximos passos, essas audiências, esse debate público. E queremos aqui cumprimentar a Comissão de Ciência e Tecnologia por estar antecipando e contribuindo nesse processo de debate, para que essas questões que a radiodifusão está colocando possam ser esclarecidas e mais debatidas.

Por quê? Com as informações que nós temos hoje, com os dados disponíveis, nós só enxergamos duas alternativas, Dr. Aluizio, para que esse leilão possa ser realizado em agosto: ou se alteram as resoluções e os parâmetros técnicos contidos na Resolução nº 625, que é o divisor, é a bíblia das normativas de funcionamento que usam como base os parâmetros técnicos do 3GPP; ou se aumenta a banda de guarda para que se façam ainda todos os testes e todas as avaliações necessárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL SLAVIERO – ...para que dê um espaço maior e eventualmente esse lote fique para um segundo momento de licitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, também pela pontualidade.

Sr. Aluizio Bretas.

O SR. ALUIZIO BRETAS BYRRO – Muito obrigado.

Inicialmente, quero agradecer, em nome da Abinee, o convite formulado; cumprimento o Senador Anibal Diniz, o Senador Walter Pinheiro, os companheiros e os companheiros da Mesa e os demais presentes. É uma satisfação para nós, da Abinee.

Vou ser o mais breve possível, mesmo porque quem fica por último corre o risco da redundância. Vou aproveitar a redundância, então, para poder colaborar com o tempo.

A Abinee contratou, como os senhores sabem, como já foi citado aqui, o Cetuc e sua coordenação de algumas empresas da Abinee, como a Alcatel-Lucent, a Qualcomm, a Motorola e a Nokia; contratou, então, os serviços do laboratório do Cetuc do Rio de Janeiro, que é um dos laboratórios mais prestigiados do Brasil, para fazer esses testes a título de colaboração com a Anatel. Nós não fizemos isso com o intuito de questionar nada nem de fazer comparações. Achávamos que era importante dar mais uma contribuição à Anatel para esse estudo de interferência, que existe, ninguém está negando que eles existam. Por outro lado, nós também julgamos importantíssima essa faixa de 700MHz. Já foi colocado aqui. Frequências baixas têm excelentes condições de propagação e frequências altas têm muita banda, mas têm problema de propagação. Esse é um problema eletromagnético, não tem nada a ver com tecnologia.

Então, 700MHz é muito importante para que nós alcancemos aquilo que em 2020 nós vamos precisar, que é mais de 1 gigahertz de banda disponível para telefonia móvel no Brasil.

Hoje nós temos pouco menos de 300MHz, e o crescimento da demanda vai ser fantástico nos próximos anos. Hoje nós temos uma média de 7 megabytes por dia por usuário no Brasil e se estima que no mundo pode-se chegar a mais de 500. Fala-se até de 1 gigabyte por dia por usuário. É um crescimento extraordinário que vamos ter, então essa faixa é fundamental para nós. Nós precisamos melhorar a eficiência espectral, vamos

fazer isso através de tecnologia; temos que aumentar a disponibilidade de banda – isso é uma atribuição da Anatel, a primeira é uma atribuição que nós julgamos de todos os fabricantes –, e, em terceiro lugar, temos que continuar investindo, as operadoras investem muito hoje – o colega Levy colocou aqui –, quase R$30 bilhões, é verdade, isso tem crescido muito, mas a demanda também cresce muito. Ou seja, as operadoras vão precisar investir mais, talvez multiplicar por 10 o número de ERBs nos próximos anos, sem o que nós não teremos cobertura e qualidade num país das dimensões do Brasil, o que torna a coisa ainda mais grave.

Um outro assunto. As operadoras, evidentemente, precisam ter rentabilidade sobre esse capital investido, para que elas realmente possam fazer face a esse.

Então, vou passar o primeiro eslaide. Por favor.

Começo com a posição da Abinee. É o logo do Cetuc aí, porque isso é a posição da Abinee, com base em tudo que já foi discutido. E, com base nisso tudo, vou apresentar, depois, rapidamente os resultados do teste; os resultados deles são mais de cem eslaides, então não havia como apresentá-los aqui, mas eles estão disponíveis não só no *site* da Abinee, como estão disponibilizados para o Ministério das Comunicações, para a Anatel, para o Senado e para a Câmara.

Nossa posição é, com base nos resultados dos testes que nós também fizemos, que esse leilão pode acontecer no ano de 2014. Que seja priorizado no leilão os investimentos para o setor, que não seja um leilão arrecadatório. Nós achamos que realmente, já foi citado aqui, o assunto Fust, especialmente o Fust, em que quase R$10 bilhões foram destinados para o Fust e o setor não viu absolutamente nada desse valor, o que poderia ter melhorado e muito a qualidade e a penetração de banda larga no Brasil. E que se mantenha todo o espectro de 45MHz para a banda larga móvel pelos fatos que relatei antes.

O Dr. Slaviero colocou aqui a necessidade de se usar parte dessa banda eventualmente para aumentar a banda de guarda. Nós achamos que temos outras técnicas, Dr. Slaviero, com as quais podemos chegar a essa proteção sem ter de tomar essa banda, até porque na nossa opinião é fundamental que tenhamos aqui, pelo menos, para estimular a competição e dar condições a todas as operadoras, ou à maioria delas, de poder participar, 4 vezes 10MHz. Então, teríamos realmente os 40MHz, mais os 5MHz que são destinados aos serviços de segurança.

Basicamente, esse é o resumo da posição da Abinee.

Eu vou colocar aqui agora, rapidamente, para ganhar tempo, os resultados dos testes que nós fizemos. Como falado anteriormente, os testes foram encomendados pela Abinee, para o Consetur, que, patrocinados por essas empresas, foram feitas simulações de laboratório em campo. O escopo foi também o mesmo dos outros testes. Então, eu acho que não há necessidade de entrar em muitos detalhes aqui, porque foram feitas avaliações de interferência. Nós fizemos tanto testes em laboratório, em Xerém e nos laboratórios do Cetuc, como fizemos também testes em campo em Aparecida do Norte, usando sinais da TV Aparecida em Aparecida do Norte.

A análise teórica foi feita com os parâmetros, os padrões da tecnologia hoje usados, e as mediações, em laboratório, com rádio e *software* em tecnologias. É verdade, em alguns casos não são disponíveis hoje, mas estão muito próximas ou praticamente idênticas àquelas que virão até o final do ano.

Ela usou, então, equipamentos de tecnologia LTE comerciais ou com características de equipamentos comerciais, receptores de TV comerciais, sistema não comercial com montagem de gerador e amplificador para TV digital, no campo do INMETRO, em Xerém, como já foi falado, e o sistema comercial de TV digital operando na cidade de Aparecida.

Os senhores vão ver que os testes foram muito semelhantes a esses que foram apresentados aqui pelo nosso Conselheiro Jarbas. Também fizemos todos os testes nas piores situações, aumentando potência. Nós tínhamos uma unidade móvel de LTE, não se aproximava tanto da antena de televisão quanto da recepção do usuário.

Aqui, a metodologia. Talvez não caiba muito mais entrar em detalhe, mas simulando não só a interferência da televisão em cima e do sistema LTE, em cima do receptor de televisão, como também, no lado direito, os senhores podem ver o mesmo tipo de simulação de interferência de televisão e de LTE em cima do terminal do usuário.

Aqui é uma fotografia daquilo que foi feito lá no campo de Xerém, do INMETRO. Os senhores veem aqui as distâncias colocadas, que são distâncias pequenas, para simular situações realmente mais severas. A distância, por exemplo, da televisão até o eNodeB de 58 metros e do eNodeB até a recepção de televisão, de 21 metros, ou alguns equipamentos que foram utilizados, medições em Xerém.

Não vou me estender muito mais, para ganhar tempo.

Aqui são os testes feitos em Aparecida do Norte, onde também utilizamos a nossa van móvel, a nossa ERB móvel, e pusemos todas as situações, aproximando mais a televisão do usuário, fazendo reposicionamentos de antena. Realmente, percebemos que, com isso, havia melhoria de ganho em algumas situações.

Aí mostra situações em que nós variamos a distância do eNodeB para o receptor de televisão e para a antena. Os senhores veem lá no final, lá no fundo, a antena da TV Aparecida.

As conclusões, então.

Foram considerados parâmetros de equipamentos aderentes aos padrões da tecnologia, Eu quero reforçar isso. Não são equipamentos que vão estar totalmente fora daquilo que será lançado. Nós, da indústria,sabemos disso, checamos esses valores todos.

A variação teórica e laboratorial se mostrou com resultados conservadores. Parece que, a exemplo do que também aconteceu nos testes da Anatel, concluiu-se que os testes de laboratório mostraram resultados piores do que mostraram na prática. No campo, os resultados foram realmente melhores. Coincidem, então, com os testes da Anatel.

Nas situações eventualmente desfavoráveis – e elas existem –, o relatório demonstra que a convivência é possível, desde que aplicadas as técnicas de mitigação, como, por exemplo, filtros em alinhamento de antenas. Nós não estamos também negando essa necessidade. Esse é um trabalho que vai ter que ser feito,um planejamento que vai ter que ser executado. No nosso entendimento, teremos tempo hábil para fazer isso simultaneamente, com todo o processo que vai ser feito agora e o processo, depois, de licitação e de implementação das redes.

Por último, em função do que foi exposto, nós achamos realmente que as interferências da TV digital no sistema LTE não são suficientes para afetar a disponibilidade de banda larga móvel aos usuários.

Basicamente, Senador, essa é a posição da Abinee, ou seja, nós chegamos à conclusão de que existem interferências, mas essas interferências podem ser mitigadas. Essa mitigação e os valores dela são um trabalho agora a ser coordenado pela Anatel. Nós estamos, a Abinee, totalmente à disposição da Anatel, do Ministério, para poder prestar informações, para dar suporte. Nós achamos que é importantíssimo o aspecto de proteção do uso da televisão – foi muito bem colocado aqui, a televisão aberta no Brasil tem um aspecto muito social, ninguém está desconhecendo isso. Mas também achamos muito importante o crescimento da banda larga. Como os senhores sabem, a banda larga hoje é um instrumento de quase sobrevivência para as classes mais pobres deste País. Então, acho que isso também é muito importante. Os 700MHz vai exatamente atender essas regiões mais longínquas e de menor densidade, a um custo muito mais baixo de implementação do que nas frequências altas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

Eu passo imediatamente a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que é proponente desta audiência pública e tem uma militância histórica nessa área de tecnologia das telecomunicações.

Já passo, imediatamente, a palavra para V. Exª, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu vou até ser muito rápido, porque vou sair também. Acho que as contribuições foram boas, acho que é importante. Eu continuo com a crítica ainda muito...

Acho que, nesses debates, a gente precisaria inclusive o tamanho do que nós estamos discutindo. Eu ainda tenho a compreensão e até, sei lá, tem determinados momentos que até me dá vontade de parar de fazer isso. Porque, em 1998, foi dessa forma; em 1999, desse jeito; e, depois, em 2006, com a TV digital. Então, assim, está parecendo que na realidade eu até me comporto como o verdadeiro brigão desse negócio.

Então, eu estou até falando muito isso aqui em relação ao Senado – nada em relação ao Governo –, em relação a esta Casa, até pelo fato de, inclusive, eu insistir muito para que a gente fizesse essas rodadas, e não que isso fosse tratado como uma espécie de "espera o dia que tenha uma disponibilidade na agenda para fazer".

Isso é um debate, Daniel, que acho que é correto isso que você disse, que não pode ser feito a partir de uma data final marcada e você vir de trás para frente tentando encaixar para ver se é possível.

Estamos falando de algo que vai mobilizar – e quando pega os dados, a estatística, Levy, que vocês até de certa forma colocam, mas acho que era importante inclusive que o Sindi pudesse colocar isso muito mais do ponto de vista a partir desse dado, dessa estatística do volume, do que movimenta – nós estamos falando de 200 bilhões, nós não estamos falando de um setor que opera. Nós estamos vendo aí essa briga pré-sal, Petrobras, não sei o quê, e nós estamos falando de 300 bilhões para dez anos de um pré-sal. Isso aqui são 200 milhões todo ano, todo ano. Então, portanto, isso não é o patinho feio dessa história.

E o debate que nós estamos travando de 700 é o que é exatamente mais importante. Não é um debate desalinhado nem tampouco desconectado. Esse é o debate do mundo. A gente quando fala em escala, quan-

do a gente fala em região, quando a gente fala em perspectiva inclusive da indústria, o que você potencializa. Como é que você cobre? Como é que universaliza? Então, é isso.

O debate dessa questão do espectro de frequência tem esse contorno. Lamentavelmente, é um debate, às vezes, Jarbas, restrito a um pequeno colégio. Talvez o Byrro aqui conheça muito bem essa história, porque esteve conosco aqui em 1999, quando desse debate. Poucos caras no Brasil tem acúmulo para discutir espectro de frequência – poucos técnicos no Brasil. Tranquilamente posso dizer isso a partir da própria experiência. É muito difícil você encontrar alguém que consiga conceber como é que faz uma mexida.

Na audiência passada, eu citei essa questão aqui, Jarbas, da faixa de segurança. Não é possível a gente fazer um debate de alocação disso e não imaginar que essa é uma das questões, eu diria, talvez o ponto mais importante nesse debate. Nós funcionamos hoje, com todo o respeito, num verdadeiro cacete armado nessa coisa da faixa de segurança. E não é a faixa de segurança para ter segurança de não invasão, para não ter o compartilhamento do crime organizado com o sistema de rádio da polícia – porque não tem nem sistema de rádio funcionando em lugar nenhum! Aqui tem uma imagem que me foi trazida na audiência passada pelo general aqui que é um verdadeiro retrato do que é. Há lugares em que você deve ter aí 20, 30, 40 equipamentos ali conectados para ver se junta um sistema com o outro. Numa era em que estamos falando que é possível, inclusive, você resolver todos esses problemas com qualquer *middleware* ou qualquer aplicativo, qualquer *software* é capaz de interligar. Nós não estamos mais discutindo, Byrro, o tempo, como é que eu vou fazer com o passo a passo e com a CPA, até porque nem passo a passo existe mais. Agora, uma coisa é certa, nós estamos num tempo em que é possível discutir todas essas conexões. Então nós não estamos tratando de algo que é simples.

Quando a gente se engasga no teste – e não é um problema de erro nem de condução – é porque a gente está tratando de uma área extremamente nervosa, poderíamos dizer assim. As interferências, o que a gente tem de problema, como isso vai se dar.

Você fala das antes, mas, por exemplo, na Bahia tem povoado que a gente chama de povoado da parabólica. Tracupá, no Município de Tucano, não tem nenhuma antena que não seja parabólica. Nenhuma! Por isso a cidade é chamada de povoado da parabólica. É um povoado chamado Tracupá, que não produz parabólica; produz, inclusive, artefatos de couro, mas é o povoado da parabólica. Não tem uma casa sequer. Você encontra casa, às vezes, cujo telhado não tem condição, mas o cara fez uma estrutura de concreto do lado para sustentar uma parabólica. Às vezes a casa é de um sopapo, como a gente diz no interior da Bahia. Sabe o que é casa no sopapo? Você bota aquelas varinhas assim e vai, só no sopapo, jogando barro, Anibal. Essa casa tem antena parabólica!

Então, eu queria levantar esses pontos porque acho importante a gente entender exatamente esses problemas que foram abordados aqui: o que a gente tem de saturação de recepção, o que a gente tem de degradação de recepção dessa TV digital, devido exatamente a esse comportamento instável do chamado controle automático de ganho. Portanto é fundamental que a gente perceba isso. Essa interferência de canal de imagem e as interferências chamadas indesejáveis ou as outras emissões.

É natural que se discuta isso, agora o fundamental é que a gente consiga colocar isso, Jarbas – e é assim que eu tenho provocado tanto a Anatel quanto o Governo -, que a gente tenha capacidade de discutir isso entendendo que essa é uma das melhores, maiores e mais interessantes decisões que nós já tomamos. Não é uma decisão qualquer.

Eu estou convencido, até porque, Jarbas, se o Conselho da Anatel reavivar a memória, esse debate inclusive foi provocado por nós nos encontros que tivemos com a Anatel. Dissemos: nós precisamos resolver essa questão. E eu sou um dos caras que desde 2011 vêm batendo duro nessa questão da utilização das faixas mais abaixo. Desde o leilão de 2.5 que eu venho dizendo isso: 2.5 não é a melhor faixa de frequência para a gente se alinhar ao mundo. Era importante fazer? Era, Byrro, agora, do ponto de vista da nossa situação para cumprir essas demandas, ampliar a nossa capacidade de banda larga, resolver o problema e agora introduzir a TV digital com toda a sua clareza, não era a melhor solução. Por que nós não entramos mais fortemente, com 450, para resolver inclusive o problema de cobertura e cumprir metas relativas ao atendimento neste País?

Legal, não fizemos aquilo. Temos oportunidade de fazer agora, com 700. Então façamos isso, mas pelo menos com uma dose...

E não estou preocupado com a questão da arrecadação do leilão nem tampouco com o processo que nós poderíamos fazer para fechar o ano. Eu estou preocupado com as condições. Como é que nós vamos entregar esse filtro a todo mundo? Como é que nós vamos fazer? Como é que nós vamos garantir a cobertura? As empresas... Ouvi declarações de empresas dizendo que para elas pouco importa 700 agora.

Então eu quero saber como é que nós vamos ajustar isso a uma demanda que está apontando, que é fundamental: dar cobertura. Como é que a gente vai aproveitar este momento para resolver o buraco que ficou

da TV digital, que não tem nem interatividade nem mobilidade, que foi a grande promessa. Então nós temos que fazer isso.

Por isso eu disse que não quero mais ser o chato, porque eu fui o único que tive coragem de enfrentar o Governo em 2006 e até meter um projeto para debater, porque no final ia ser ouvido. E continuo com a mesma posição.

O Parlamento, Anibal, não pode abrir mão de sua participação nesse negócio. E não é só porque se trata de um negócio de bilhões do leilão, não é só porque se trata de um negócio de 200 bilhões de arrecadação desse setor. Isso aqui mexe estruturalmente na nossa nação, altera as condições para serviço e cria um ambiente mais crescente para a gente navegar no que o mundo inteiro tem discutido, a chamada internet das coisas. Como é que isso bate na vida das pessoas? Como é que chega?

Nós estamos tratando é disso, de serviços, nós estamos tratando de economia, nós estamos tratando de entretenimento, mas estamos tratando de algo que está inserido hoje, fatalmente, na vida das pessoas, seja numa prática do costume do dia a dia ou seja inclusive pela necessidade de a gente promover o verdadeiro desenvolvimento econômico e social do País. Esse é um setor velho que tem a capacidade de mexer na alegria e tem a capacidade de interferir no bolso. Então, não dá para abrir mão desse debate e achar que esse é um debate que vamos fechar, ir só ali arrecadar o leilão e resolveu. E daí? Saiu do leilão e se eu não tiver resposta? E se eu voltar aqui e tiver que reclamar, Daniel, que não cumpriu, não botou na ponta, como não botou o dinheiro do Fust? A mesma reclamação que eu fazia em 1998. Eu defendia: por que a gente não crava efetivamente qual é a utilização do Fust? Vai para o Tesouro? Aí, meu amigo, não é virtude deste ou dos que passaram. O Governo Federal gosta muito do Tesouro. Quanto mais no Tesouro, melhor ainda.

Então, não é virtude nem defeito de ninguém, mas é obrigação nossa fazer essas coisas de maneira que tenham aplicação no campo prático.

Então, é essa minha contribuição, Anibal, e eu vou precisar, inclusive, me retirar, porque vou...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Governo gosta de comemorar superávit.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Lamentavelmente, vou ter que ir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o ditado popular é que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Um grande amigo meu morreu ontem, inclusive, numa obra e fui avisado que o enterro dele é agora, às três horas da tarde, em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Viu, Walter, um ditado dos antigos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Preciso chegar lá para, pelo menos, prestar a última homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Um ditado dos antigos é que quem guarda com fome o gato vem e come. Às vezes fica esse dinheiro guardado e tantas coisas poderiam ser feitas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Meu pai usava uma expressão interessante, por isso que falo com a relação a esse negócio de dinheiro. Meu pai dizia: quando a esmola é demais, o cego desconfia que seja parafuso. Sabe o que é isso? Meu pai era chefe de trem e todas as vezes em que o trem passava, um ceguinho ficava numa estação daquela, doido com a chegada de alguém, com aquelas cuias de queijo do reino, uma cuia, inclusive, vermelha. Para enganar o cego, o cara jogava um parafuso na cuia do queijo. Pela zoada do parafuso, ele dizia: "A esmola é demais, isso aqui é parafuso, não é moeda coisa nenhuma."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Walter.

Nós poderíamos caminhar imediatamente para o encerramento, mas acho interessante ouvir muito sinteticamente as considerações finais para a gente poder reunir mais elementos.

Eu aproveitaria para... Nessa consideração final, já deu para entender que há divergência com relação à data de licitação.

Há divergências no sentido de que não está ainda devidamente esclarecido para que aconteça no prazo estabelecido pela Anatel.

Eu imagino que o calendário vá ser cumprido, ainda que haja questionamentos. Outra questão que eu gostaria, Sr. Levy, que também fosse esclarecida pelo senhor e pelo Sr. Jarbas, era se a dificuldade de chegar às áreas remotas é tão somente porque não há essa exigência no edital. Porque, se é tão somente porque não há exigência, se há possibilidade de a Anatel estabelecer essa exigência para que as comunidades isoladas tenham também direito a usufruir desse momento, dessa revolução tecnológica que tem que ser acessível a todos. Esse Plano Nacional de Banda Larga tem que cumprir sua missão precípua de fazer a inclusão digital no País e quem está nas comunidades isoladas tem tanto direito quanto as pessoas que vivem nos grandes centros.

Então, eu acho que a gente poderia fazer uma rodada para conclusão, começando já pelo Sr. Levy e a gente faria nessa direção, nesse sentido.

O SR. EDUARDO LEVY – Senador Anibal, sem comentar o edital agora, porque ele está em consulta, falando sobre os editais anteriores, o edital é colocado sempre com um preço mínimo, ele é colocado com as suas obrigações e as obrigações normalmente são obrigações no tempo e na área geográfica. Geralmente, são obrigações que levam a uma extensão geográfica à medida que o tempo vai passando, até atingir aquilo que está ao final do edital.

Em função dessas condições é que as empresas fazem as suas contas sobre a compra dessa participação nesse leilão com o desembolso, envolvendo o custo da licença, envolvendo o custo da colocação, da implantação dessa infraestrutura.

Nós sabemos que alguns pontos não são economicamente interessantes, mas eles estão na obrigação e são levados em consideração quando é feito o plano de negócios da empresa. Os demais pontos são pontos que são implementados normalmente em função da viabilidade econômica da empresa, que analisa e faz o seu projeto.

Trocando em miúdos, quando um edital existente no Brasil, como foram até hoje todos eles, obriga a cobertura de 85% de uma área geográfica do distrito sede, que é a sede do Município, os demais distritos somente serão atendidos se houver uma viabilidade técnica, econômica, para que isso seja feito.

Normalmente, quando eu recebo os pedidos feitos pelos Congressistas, a avaliação que as empresas fazem é exatamente assim. Normalmente são locais que, infelizmente, mas há uma lógica, são locais mais distantes, onde a implantação é mais cara e normalmente a receita auferida com aquele projeto é menor, porque é da natureza do processo, tanto é que os editais da Anatel relativos àquilo que é feito são feitos de uma forma inteligente para que se possa dar o suprimento a isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não é filé. É carne de pescoço.

O SR. EDUARDO LEVY – Normalmente é feito um balanço para que haja interesse também na participação. Sempre tem sido feito assim. Foi comentado sobre o leilão dos 700. A faixa dos 700 é uma faixa mais propícia à extensão geográfica. O que vem no leilão, pelo menos o que está previsto, é uma atratividade para isso e não uma obrigação. Então, quando eu retornar, como tenho feito nas demais vezes – e o senhor mesmo, eu sou testemunha da pressão que nos faz para defender o todo e, em particular, o seu Estado –, eu responderei: "Olha, Senador, aquele distrito não tem a obrigação. Infelizmente, nós vamos chegar nele daqui a um, dois, três anos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Certo. E aí eu acho que no edital vai-se ter que incluir responsabilidade social, não é? Isso porque o que se lucra num grande centro pode tranquilamente se converter num investimento que vá chegar a essas comunidades em que não há o retorno.

O SR. EDUARDO LEVY – Normalmente essa questão é devolvida em função daquilo que eu mostrei, ou seja, da competição acirrada entre as empresas. Ela é devolvida em tarifas cada vez menores. É o que nós temos conseguido fazer. Não necessariamente ela é devolvida numa ampliação de uma cobertura. As tarifas celulares no Brasil caíram, de 2009 para 2014, de R$0,31 o minuto para R$0,15 o minuto. E isso é em função da escala, é em função do volume de clientes, é em função de uma nova tecnologia, é em função da competição naquela área onde nós temos a obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

Srª. Liliana.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Muito bem!

Após esta audiência que foi realmente muito produtiva e esclarecedora do ponto de vista do CCS, a gente sai temendo pelo futuro da TV aberta no Brasil, pela continuidade do que existe hoje, do que é de acesso à população, e também pelas dificuldades que a gente pode ver que haverá, se isso não for bem equacionado quanto à expansão da TV pública, com toda a sua variedade de informação e também de cultura.

Bem, isso tudo nos leva também a ficar preocupados com a redução de um serviço que representa a liberdade de expressão. Naturalmente que o Conselho também entende que é importante, muito importante planejar a entrada da 4G, das comunicações de banda larga, porque essa faixa é muito importante para o andamento mundial, uma harmonização, mas o que a gente vê é que a precipitação desse processo de marcar a data do leilão e fazer a conta para trás, em vez do processo normal, está levando a muita insegurança e a muita dúvida sobre o que precisa ser feito.

Então, isso realmente continua sendo a nossa posição, do Conselho, de que realmente esses assuntos precisam ser esclarecidos para que a população não venha a ser prejudicada no longo prazo, porque a gente está falando em um leilão agora, mas a população vai sentir isso quando começar a implantar a banda larga lá para 2016, imagina-se.

Então, quando chegar nessa época, não adianta a gente ficar, depois, triste porque não planejou devidamente. Então, essa é a preocupação que todos os problemas sejam esclarecidos para que o serviço possa ser realmente oferecido à população de uma forma boa, um novo serviço, sem prejudicar a continuidade da nossa televisão aberta no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Sr. Aluizio Bretas Byrro.

O SR. ALUIZIO BRETAS BYRRO – Senador, eu gostaria de repetir o que falei, ou seja, da importância dos 700MHz como fator também de integração social e de atendimento das localidades menores, de baixa densidade. Acho que o ponto que o senhor provocou, o Levy, sobre se pode ou não, se deve ou não, eu queria fazer uma provocação ao senhor: eu acho que, se o nosso Congresso conseguisse alterar a destinação do FUST para que esse valor fosse aplicado no atendimento da telefonia móvel nas pequenas localidades, nós estaríamos, sim, mostrando a importância que nós damos a isso e a prioridade estratégica que nós damos a isso.

Nós hoje temos aí, teríamos os recursos se eles pudessem ser utilizados. Eles hoje são para o sistema fixo, tem que haver uma mudança na lei – por isso eu falei que é a provocação vai ao Congresso. E eu acho que nós temos os recursos, o problema é que o recurso está indo para o Tesouro Nacional, ele não está sendo destinado ao setor de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Podemos fazer uma parceria imediatamente.

O SR. ALUIZIO BRETAS BYRRO – Então, tá. Da nossa parte...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vocês me apresentam uma proposta, e nós assinamos coletivamente e vamos apresentar inclusive – certamente o Senador Walter Pinheiro vai se somar a isso.

O SR. ALUIZIO BRETAS BYRRO – Excelente, excelente.

Bom, então, em resumo, a Abinee se coloca à disposição, como eu já disse, da Anatel, dos Ministérios envolvidos e do Congresso. Não estamos subestimando os desafios que teremos, mas desafios teremos sempre – tivemos em outros casos, e vamos continuar tendo. Outros países da América Latina, todos praticamente, estão indo na mesma direção, e agora. Então, achamos que, realmente, nós temos condições de implementar esse projeto, temos gente qualificada, temos gente não só no setor das operadoras, mas no setor de regulamentação, assim como no setor de fornecedores.

Acho que nós estamos, sim, em condições de fazer o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

O SR. ALUIZIO BRETAS BYRRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Sr. Daniel Slaviero.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Slaviero) – Queríamos cumprimentar, Senador Anibal, novamente, por esta CCT ter aberto essa rodada de debates.

Nós estamos vivendo um período de consulta pública, que é o momento adequado para que os esclarecimentos e as dúvidas sejam colocados. E haverá três audiências conduzidas pela Anatel, duas em Brasília e uma em São Paulo.

Eu queria só reforçar minha conclusão.

A nossa posição é que, com os dados e com os resultados que nós temos hoje, não se permite a convivência harmônica entre os serviços de radiodifusão e as operações de telecomunicações em 4G, e, para que o leilão ocorra em agosto, nós enxergamos duas alternativas, e duas alternativas que já foram implementadas em outros países: ou se muda as características técnicas da Resolução nº 625, considerando os níveis de interferência e a qualidade que os protótipos dos testes apresentam e, por consequência, se cria um padrão 3GPP Brasil, ou aumenta-se a banda de guarda e a distância entre um serviço e outro, a exemplo do que ocorreu no Chile, e se deixa, desses quatro lotes que estão previstos, licitar, quem sabe, três, neste momento, e um fica para um segundo momento, até que todas essas questões da interferência e todas as oportunidades estejam suficientemente esclarecidas e garantidas.

Quero ressaltar: o interesse da radiodifusão não é protelar o processo. Nós já não temos mais a faixa de 700, não há mais nenhuma outorga nova em canal entre o 52 e o 69, e os que estão já estão remanejados e alocados, considerados para serem alocados em outros canais fora dessa faixa. A nossa única e exclusiva preocupação está em que o novo serviço não prejudique um dos principais patrimônios culturais do Brasil, que é a televisão aberta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Jarbas Valente.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Senador. Ótima oportunidade por ser o último aqui a me expressar.

Primeiro, eu queria deixar claro, do ponto de vista do trabalho que foi desenvolvido pela Anatel, que nós não estamos atropelando nenhum cronograma. Pelo contrário, nós estamos atrasados, eu acho, talvez, uns dois anos. Essa licitação era para ter ocorrido lá atrás, quando nós licitamos a faixa de 2,5 gigas com 450MHz, mas, para dar tempo e ter esse debate que nós estamos tendo hoje e ter todas as discussões, nós atrasamos esse cronograma para que a gente pudesse, então, em conjunto com todos os envolvidos, tanto os radiodifusores, quanto a indústria, quanto as operadoras de telecomunicações, promover esse debate e fazer esse cronograma de acordo com que está.

Então, não existe uma data marcada para ir a leilão e depois fazer reverso. É o contrário. Nós fizemos exatamente o oposto: a gente vem trabalhando, e aí você aponta para onde é que pode haver o leilão. Já apontamos o leilão para não coincidir com as eleições, para você não tumultuar o processo de vem de tempo, mas esse é um trabalho que está fora do cronograma frente ao que o mundo já desenvolveu.

Segundo ponto, eu quero falar um pouco sobre os testes, as preocupações que foram mantidas. Pena que o Senador Walter não está aqui. Nós fizemos todos os testes possíveis, em todas as condições possíveis, nas piores condições que podem existir. Como nós falamos, nós estamos trabalhando é entre o canal 51, hoje, para televisão, e os canais que estão alocados depois da banda de guarda, que vão ser utilizados para serviço móvel de banda larga.

Os equipamentos utilizados, Daniel, não são protótipos, não são utilizados, são exatamente os mesmos que vão ser utilizados, como colocou o Byrro, quando eles estiverem começando. Então, não há necessidade nenhuma em mexer em nenhuma resolução, porque são os que estão sendo utilizados hoje nos Estados Unidos. O que a gente fez? A gente pegou uma lista de, mais ou menos, uns dez equipamentos móveis que estão sendo utilizados no mundo, vimos como eles foram certificados e comparamos o seu padrão com os equipamentos que foram trazidos não só pela... (*Ininteligível.*)

como também pela Huawei. E mais: esses equipamentos você não pode nunca trabalhar de forma individualizada, sem olhar o carregamento do espectro, ou seja, ele para 10MHz, ele para 20, ele para 5MHz, na composição e nas interferências dos sinais não previstos.

Então, nós estamos absolutamente, Senador, convictos, por todos os testes que nós fizemos e por todo o trabalho que a Anatel fez, de que não há necessidade de nenhum teste adicional para garantir convivência entre os sistemas LTE e o sistema de radiodifusão.

E eu vou dizer mais: a nossa preocupação – o Senador não está aqui –, nós também administramos o espectro de radiofrequência. A preocupação nossa é como esse canal 51 poderia ser utilizado no Brasil. O Brasil tem 5.670 Municípios. Nós só viabilizamos para 107 Municípios que vão ter possibilidade de usar esse canal 51 no Brasil com potência muito baixa, classe A. E todos os outros demais foram colocados, e o planejamento foi feito dessa forma, porque os canais negados do espectro não puderam ser utilizados. Então, nós trabalhamos de forma que não haverá nenhuma possibilidade, porque não há a mínima condição de haver interferência. Todos os outros demais canais que o utilizam estão muito longe dos canais que vão ser utilizados para o serviço LTE.

Com relação à TV pública, aqui colocada pela Drª Liliana, eu acho que eu gostaria de dizer o seguinte: isso é uma política pública que pode ser traçada aqui pelo Senado, pela Câmara e pelo Governo Federal. O que fazer dos canais altos, VHC, do 7 ao 13? Há uma possibilidade. Vão ser utilizados para os canais públicos. O que fazer dos outros canais que hoje são utilizados para retransmissoras secundárias, se foram todas viabilizadas, continuam sendo usadas como retransmissoras secundárias, que podem sofrer interferências, se houver interferência de desligar, eu vou aproveitá-los, que já foram viabilizados, para fazer e utilizar para outras aplicações. Então, eu acho que, para a TV pública está assim: querendo continuar o debate, tem que ver. O espectro existe, está lá o espectro pronto para ser utilizado.

Com relação à questão da faixa de segurança, que foi colocada pelo Senador Walter, eu queria dizer que nós colocamos aquele canal para segurança exatamente, porque ele não vai ser utilizado para as aplicações normais. Não é utilizado dentro das casas das pessoas. É utilizado para aplicações militares em veículos que vão estar externos, móveis, ou seja, em motos, em carros, e jamais vão estar dentro da casa de uma pessoa. E mais, o uso dele como Erbe foi tudo testado, o equipamento é todo blindado e ele não interfere em nada.

E é bom deixar isto claro: por que chamamos isso como Banda de Guarda? O mundo todo colocou, quando colocou isso, porque a aplicação dele é uma aplicação muito típica, muito específica, que vem caracterizar esse ponto para a gente. E, além disso, a questão do Canal 51, como coloquei: só projetamos o Canal 51 para 107 Municípios no Brasil.

O outro ponto que aqui foi colocado que acho que é fundamental que é o último ponto que o Senador colocou na pergunta da cobertura – nós, na Anatel, sempre nos preocupamos com isso. E queria dizer, clara-

mente, aqui para o Levy que acho que, talvez, o Sindi tenha que ler melhor o edital. O edital tem, sim, a obrigação para as atuais empresas, se vierem a ganhar a licitação dos 700MHz, não só de levar a quantidade em capacidade para todas as Erbes com 500Mb por segundo e, depois, 1Gb por segundo, que são fibras que vão ter que ser colocadas se vierem a ganhar. E também, se ela quiser cumprir qualquer outra obrigação dela no passado, no 700, tem que ser no serviço móvel pessoal na banda larga.

Então, tem a obrigação para atender o que há hoje, e não só os Municípios estão previstos, como também as áreas rurais desses Municípios. Mas, nos rincões do País, Senador, só há um jeito de fazer, como foi muito bem colocado pelo Byrro: utilizando-se do Fust. E o projeto existe, o projeto foi do Senador Aloizio Mercadante, aprovado aqui nesta Casa, no Senado Federal, e está na Câmara, para ser aprovado, permitindo que ele seja utilizado não apenas no regime público, mas também no regime privado, o que acho que é uma grande possibilidade de utilizar aquele dinheiro que lá está.

Então, queria deixar claro para todos os envolvidos no processo que não há nenhum risco, do ponto de vista técnico, na prestação, na conveniência desse serviço, como também do ponto de vista de utilização comercial. E nós fizemos isso por quê? Vamos ter da ordem de 1.050, talvez até mais um pouco, 1.200 Municípios que vão poder entrar com a LTE no começo.

Como exigir algumas obrigações maiores do que aquelas que exigimos? Não havia como. Abrimos para que as empresas também que hoje não atuam no Brasil possam vir fazer coro e prestar o serviço no Brasil, também com qualidade, porque vão ter condições de levar a banda larga, principalmente, para aqueles outros Municípios que hoje não têm, e terão condição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. José Valente.

O projeto do Senador Aloizio Mercadante é o PLS nº 103, de 2007, que foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara e prevê que recursos do Fust sejam utilizados também para inclusão digital nas escolas. Mas, realmente, há que se pensar na possibilidade de uma destinação específica para o atendimento das comunidades remotas. E, talvez, a proposição do Sr. Byrro possa ser levada em consideração, no sentido de preparar algum projeto nesse sentido.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Posso dar só uma contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Na época, quando discutimos com o Senador, a grande virtude do projeto é que ele muda não só para usar no serviço do regime público, mas também no serviço do regime privado. No regime privado, depende só de política pública depois, para definir que, nas áreas rurais de qualquer rincão deste País, possam ser utilizados recursos do Fust para isso, e não apenas para os serviços hoje prestados no regime público, como ele disse, que é o serviço de telefone fixo. Então, o projeto dele é bastante abrangente, permite que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Maravilha!

Agradeço, imensamente, a contribuição de todos os debatedores. E, nada mais havendo a tratar, vamos encerrar esta nossa reunião, lembrando que, na próxima semana, teremos uma nova audiência pública aqui, com a presença do Ministro Paulo Bernardo. E vamos dar continuidade aos debates e também vamos amplificar a discussão de agora, porque discutiremos o Plano Nacional de Banda Larga, justamente com a missão desta Comissão de Ciência e Tecnologia de fazer o acompanhamento dessa política pública fundamental para o Brasil que é o Plano Nacional de Banda Larga, e vamos ter aqui a presença do Ministro Paulo Bernardo.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada esta nossa reunião, agradecendo, imensamente, a contribuição e a presença de todos. Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e treze, na Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Wilder Morais, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 5ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, esclarece que esta Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, com interatividade por meio do Portal e-Cidadania, para debater qual o Brasil que queremos e o Ensino Superior: Desafios e Oportunidades, em atendimento ao Requerimento da Comissão

(RFF) nº 3 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, tendo como expositores o Sr. Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat - Unimonte; o Sr. Vinícius Renê Lummertz Silva, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; o Sr. Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília – UnB; e o Sr. Manuel Marcos Formiga, Professor-Pesquisador do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília – UnB. Após a exposição dos participantes, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. O Presidente registra a participação de cidadão que se manifestou por meio do Portal e-Cidadania. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique,** Presidente da Comissão Senado do Futuro.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Destaco que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência. Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Lá, é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar seu comentário ou pergunta. É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone Alô Senado 0880-612211.

Pauta desta audiência pública: debater o tema "O Brasil que queremos e o Ensino Superior – Desafios e Oportunidades".

O requerimento para a realização desta audiência é do ilustre Senador Cristovam Buarque, Relator desta Comissão.

Convido a integrarem a mesa os seguintes convidados: Prof. Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte); Prof. Vinícius Renê Lummertz Silva, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo e professor da Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina); Prof. Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília; Prof. Manuel Marcos Formiga, pesquisador do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão e já tomaram assento à mesa.

De acordo com os arts. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 15 minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras devidamente inscritos.

Antes de conceder a palavra aos ilustres convidados, gostaria de relembrar um assunto que já tratei na tribuna do plenário desta Casa a respeito da última pesquisa realizada pela *Times Higher Education*, enfocando o nível das universidades espalhadas pelos cinco continentes. Naquela pesquisa, para nossa grande tristeza, nenhuma universidade brasileira figurou entre as 200 melhores do mundo.

Constatamos, pois, que há um absoluto hiato, uma diáspora entre o nível de desenvolvimento econômico que atingiu o nosso País, o nível de excelência encontrado em muitas empresas estatais e privadas do nosso País, o nível de atuação tecnológica de vários centros de excelência do nosso País e a absoluta falta de excelência universitária no nosso País. Esse é o assunto que, certamente, merecerá as apreciações, as análises de cada um dos ilustres convidados.

Eu me dei ao trabalho de pesquisar onde se encontram as 200 melhores universidades; 77 são norte-americanas. Entre as dez melhores, sete são norte-americanas. Entre as 20 melhores, 14 são norte-americanas. Entre as 200 melhores, 77 são norte-americanas. As universidades em países de língua inglesa chegam ao número de 129. São 68 as universidades europeias. As alemãs são dez; as francesas são oito; as japonesas são cinco e as chinesas são três.

A USP, que participava, se não me engano, em 163º lugar, caiu para o 263º lugar, algo assim, o que demonstra que é preciso fazer uma ampla reforma na educação, não apenas a partir da base, a partir da pré-escola; é preciso também fazer uma profunda reforma na universidade.

Há cerca de 15 dias, participei de um debate na UnB e lá manifestei minha opinião de que, após 25 anos de regime autoritário, o movimento natural, dentro do princípio físico de que a toda ação corresponde uma reação igual e contrária na mesma intensidade, ao se restabelecerem as instituições democráticas, foi o de se procurar democratizar a sociedade brasileira aos extremos. E esses extremos chegaram à eleição de diretores

de escolas primárias, à politização da escolha de diretores das escolas primárias, e isso chegou à universidade, concedendo-se voto não só à corporação que trabalha na universidade, mas também aos professores, aos estudantes, o que, na minha opinião – eu gostaria de ouvi-los a respeito disto –, reduziu a meritocracia ou praticamente impediu que o princípio fundamental da universidade e das instituições de ensino no Brasil fosse o da meritocracia. Ou seja, reitores, em vez de serem eleitos por um conselho universitário composto pelos melhores quadros da universidade, são eleitos de forma aleatória por um grande conjunto de pessoas, o que nem sempre – é claro que há exceções – atende ao princípio do mérito.

Feita essa breve exposição, eu gostaria de passar a palavra ao Prof. Ozires Silva.

Eu quero, ao conceder a palavra, reiterar, mais uma vez, apreciações que já fiz a respeito da sua obra, da sua vida, da sua luta, da sua presença, e eu sintetizaria, Professor Ozires, com as palavras de Vinicius: o Brasil seria uma maravilha "se todos fossem iguais a você".

Com a palavra, Prof. Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Caros Senadores, eu queria chamar "amigos Senadores", mas, depois dessa introdução, a minha responsabilidade aumenta um bocado.

Eu queria me congratular com o Senado, com as iniciativas que foram tomadas para criar esta Comissão do Futuro, porque, realmente, se nós olharmos o futuro, nós sabemos que antecipá-lo, quer dizer, criar, saber o que vai acontecer no futuro é extremamente difícil, mas é possível praticarmos ações para construirmos novos futuros e chegarmos a eles com sucesso. Infelizmente, com as próprias palavras do Senador Luiz Henrique, nós vemos que nós não estamos conseguindo isso. Nós temos que dar uma sacudida bastante grande.

Eu queria pedir o início das projeções, por favor, porque o Senador me telefonou pedindo que falasse mais sobre o ensino superior, mas nesse preâmbulo eu queria colocar alguma coisa do que o Senador Luiz Henrique colocou aqui agora, na sua introdução, porque realmente pensar no futuro é uma necessidade fundamental, e tentar moldar esse futuro, de forma que as coisas possam acontecer.

Se me permite, eu vou trazer um exemplo pessoal. Em 1947, um Coronel da Força Aérea disse: "Nós somente vamos fabricar aviões se um dia nós fabricarmos engenheiros e técnicos." Quer dizer, se ele não tivesse pensado nisso e lutado para a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, formando engenheiros aeronáuticos – o ITA foi a primeira escola do País a formar engenheiros aeronáuticos –, nada teria acontecido.

Hoje, nós temos orgulho de dizer que o Brasil tem aviões voando em 90 países do mundo, num tráfego comercial competitivo, vencendo competição internacional, porque nós tivemos o ITA.

Quer dizer, isso significa exatamente o que está estabelecido nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Professor, me permite?

O SR. OZIRES SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Um país que tem o ITA, que tem a Fiocruz não pode deixar de ter algumas universidades colocadas entre as melhores do mundo.

O SR. OZIRES SILVA – Exatamente. Existem outros exemplos, como V. Exª mencionou, mas é muito importante que nós pensemos no futuro, porque o futuro chega e nós não podemos estar despreparados para ele.

Dessa maneira, atendendo o pedido do Senador Cristovam Buarque, eu vou falar um pouquinho e rapidamente, para manter o meu espaço de 15 minutos, em relação ao ensino.

Os desafios, como foi colocado, são muitos. O mundo está crescendo em competência, está sendo mudado. A competição, hoje, ocupa no mundo enormes espaços. Nós não estamos falando mais de dentro das fronteiras do Brasil. O mundo está num desenvolvimento absolutamente acelerado e competente.

A competência mundial é enorme. Se nós olharmos as modificações tecnológicas e técnicas que nós temos hoje, nós vamos fazer um balanço disso e vamos ver que a participação do Brasil nesse processo criativo mundial de sucesso foi absolutamente insignificante.

Quer dizer, nós trazemos tudo do hemisfério norte e dos mais diferentes países, e não conseguimos, neste País continente, fazer uma diferenciação à altura da nossa dimensão geográfica.

Os produtos são cada vez mais sofisticados. Se nós olharmos aqui, mesmo esse sistema de reprodução de som, os *tablets*, computadores, telefones celulares, nós vemos que são produtos absolutamente complexos, que não podem ser feitos e não são feitos por pessoas não qualificadas. Quer dizer, o nível de qualificação é enorme. Quando pensamos no Steve Jobs, que foi o genial criador da Apple, ele não só criou um produto completamente diferente como avançou pelo horizonte e criou a necessidade desse futuro. Há sete, oito anos, não sabíamos que precisaríamos de um *tablet* ou de um iPhone. E ele avançou nessa direção. Precisamos, portanto, de pessoas criativas.

A competência hoje é global e não está nos esperando. Olha, esta é a coisa mais importante: ninguém está nos esperando. Muitas vezes, conversando com amigos da área política, eles dizem que não há clima para reformas e mudanças no País. Ora, o mundo não está esperando que tenhamos clima aqui dentro das nossas

fronteiras. E hoje nós temos o fenômeno da globalização, e a globalização está reduzindo o poder das fronteiras; as fronteiras já não são mais nada do que eram no passado. E a competência se generaliza. Hoje nós vemos competência em todos os países do mundo. Não é à toa que os Estados Unidos estão liderando a inovação mundial, é o país de maior PIB do planeta e está-se desenvolvendo. Como o Presidente Obama falou recentemente, a criatividade norte-americana vai tirar os Estados Unidos da crise de 2008, e a educação é o instrumento fundamental. Agora, qual educação? Isso é o que nós precisamos discutir muito profundamente. Educação de lideranças e formação de líderes e que possam realmente fazer diferença.

Hoje, sinceramente, olhando para a educação brasileira, vemos que nós precisamos de um enorme choque de gestão. A gestão da educação brasileira está a desejar de uma maneira brutal. Quando ouvimos uma frase deste tipo, de que produtos coreanos e chineses estão em todas as cidades do mundo e não há produtos brasileiros nas ruas chinesas e nas ruas coreanas, isso machuca, não do ponto de vista de a gente aceitar isso como crítica, mas aceitar como oportunidade de mudar, que a gente possa criar as pessoas que caminhem nessa direção.

O *Financial Times* disse que a Coreia do Sul venceu pelo fanatismo pela educação. Em 1970, eles lançaram um programa educacional extremamente forte, foi uma causa do sucesso do qual a Coreia do Sul hoje é feita. A China está dentro da maior revolução educacional do mundo moderno. E nós temos de enfrentar essa gente toda e colocar cada brasileiro vencendo os chineses e os coreanos.

O que está acontecendo no mundo, por exemplo, na reconstrução da Coreia do Sul, foi que eles trabalharam muito no soerguimento dos professores. Os professores na Coreia do Sul e agora também na própria China são elevados aos maiores níveis da sociedade, contrariamente ao que está acontecendo aqui no Brasil, e nós estamos perdendo um bocado por esse processo porque a própria população brasileira começa a achar que a educação não é tão importante. Nós vemos hoje que o nível de evasão das nossas escolas é simplesmente vergonhoso. Minha escola, por exemplo, lá em Santos, embora eu trabalhe fortemente na área da motivação, está com 40% de evasão. Quer dizer, entram 100 alunos para fazer um curso de graduação e saem apenas 60. Ou seja, uma perda enorme para o País.

E o Brasil está perdendo essa corrida mundial da educação. O próprio Senador Luiz Henrique colocou aqui, e nós vemos que essa perda tem um significado para o País muito maior do que podemos imaginar. Nós estamos acomodados hoje, vendendo produtos baratos para comprar produtos caros. Essa equação não fecha. Nós precisamos ganhar mais da exportação para poder comprar os produtos que nós queremos importar. Pelos déficits que já estão sendo registrados nas contas do comércio exterior, o Governo muito brevemente vai colocar restrições para o cidadão brasileiro comprar dólares. Isso virá, sem dúvida nenhuma, se continuarmos nessa mesma rota.

E o Brasil não está acompanhando o mundo. A chaga que nós temos hoje sobre a educação é aquela que está escrita lá: 70% da população é analfabeta funcional. O que significa isso? Não leem absolutamente nada; não leem revista, não leem jornais, não tomam conhecimento, e 70% é a maioria da população brasileira. Imaginem o que está acontecendo com este País.

Não pode. Nós temos que dar oportunidade, um ponto de partida melhor para cada brasileiro, aceitando que, evidentemente, alguns vão vencer.

E, curiosamente, nesse último Pisa que ocorreu agora, que é o programa de avaliação dos estudantes na Europa, dos cinco países na primeira posição, Senador, quatro são asiáticos.

Será que a velha Ásia está sabendo modificar o futuro, e nós, no novo continente, não sabemos? Quer dizer, nós estamos ficando velhos, e a Ásia está se renovando? Temos que seguir esses exemplos.

Na área de graduação, não graduamos, no ano passado, 40 mil engenheiros. Na China, 620 mil engenheiros. Se 10% dos graduados na China forem extremamente diferenciados, podemos imaginar que eles têm mais engenheiros diferenciados do que nós estamos formando por ano.

Há décadas ouvimos que o Brasil é uma grande nação com potencial. Com essa base, eu lamento, como brasileiro, dizer que não vejo isso. O Brasil não vai responder às aspirações do povo brasileiro se esse trajeto em que estamos caminhando agora não for modificado. De modo que são essenciais as mudanças de rota. Nós precisamos criar efetivamente esse potencial que todos desejam, mas isso tem que ocorrer com mudanças – mudanças que mudem. Ninguém vai imaginar que uma Coreia do Sul ou uma China, mais recentemente, estivessem fazendo sombra no mundo se não mudassem. Mudaram estruturalmente, de uma forma absolutamente essencial.

A mensagem que eu queria deixar é que nós temos que conferir à educação uma real prioridade. Ela tem participado da retórica política, das eleições, das conversas, mas evidentemente só da retórica. Na realidade, não tem acontecido. Nós temos que fugir, eliminar essa legislação. Nós temos uma quantidade enorme de leis, regras e regulamentos, e temos que jogar tudo isso fora. Fomos nós, brasileiros, que fizemos. Por que

não podemos mudar e fazer, para o futuro, um Brasil diferente, com uma legislação dinâmica que realmente enxergue o futuro, como é o objetivo desta Comissão?

Parece que nós nos comunicamos. Quem estiver nos assistindo vai pensar que nós conversamos, não é, Senador? Eu coloco lá: consagrar a meritocracia nas indicações para dirigentes, eliminando critérios meramente políticos. Quer dizer, acho que nós combinamos, porque realmente isso precisa ser feito.

E olhe, não é uma questão de dinheiro. Os investimentos feitos no Brasil, quer dizer, o que consta dos orçamentos brasileiros para a educação, eu diria que são suficientes para essa mudança, talvez com algum ajuste. O próprio MEC divulgou certa vez que de cada R$100,00 que entram no orçamento nacional de educação R$8,00 chegam ao aluno. Há uma ineficiência enorme na aplicação dos recursos. Precisamos de novas formas de gerenciar a educação, uma gestão de educação. Como eu coloco lá, o sistema gerencial sob o comando do Ministério da Educação é ineficaz. Essa é uma palavra muito fácil de se dizer. Ineficaz para não dizer incompetente e colocar uma série de outras.

Temos que mudar isso, e mudar com urgência, porque o mundo não está esperando de jeito nenhum. E temos que pensar na educação como um todo. Evidentemente, nós não podemos imaginar que...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Há uma frase ali que para mim é fundamental. É o que eu fiz em Santa Catarina: a descentralização do governo. Onde está? "Estamos num País continental e a descentralização torna-se essencial."

Estou de pleno acordo.

O SR. OZIRES SILVA – Obrigado pela colocação, porque eu também concordo.

A natureza nos ensina que a grande vitória do projeto da vida no Planeta é a diversificação. Não há duas pessoas iguais. Se formos a uma árvore, não existem duas folhas iguais. Por que se tenta padronizar o País? Quer dizer, está errado. A natureza está nos ensinando em todos os momentos que nós temos que ter regras pétreas como o sol nascer num certo momento, a noite e coisas dessa natureza, regras pétreas que são observadas, mas, sem dúvida, em cima disso, a diversificação.

Na realidade, hoje nós tentamos padronizar. O que nós temos que fazer na realidade é assegurar a cada brasileiro o mesmo ponto de partida e admitir que uns vençam e outros não vençam, que é como acontece até numa competição esportiva.

Hoje nós vemos que a educação no nível superior, que é objeto fundamental, como foi colocado, está nas escolas privadas. Setenta por cento ou mais dos alunos em graduação estão em escolas privadas.

Nas escolas públicas, não pagam absolutamente nada. Nas escolas privadas, pagam tudo – mensalidade, impostos –, e, da mesma maneira como as universidades privadas, as escolas privadas são tratadas como empresas normais.

Por outro lado, uma das coisas que modificou a educação nos Estados Unidos foram as doações privadas. A Universidade de Stanford anunciou no ano passado que recebeu US$2,2 bilhões em doações de uma lei estabelecida nos Estados Unidos há cem anos, que criou uma espécie de comportamento da população. Hoje, nos Estados Unidos, fazer doação às escolas faz bem para as famílias, para as pessoas que o fazem. Ninguém vai imaginar que o Steve Jobs deu metade da fortuna dele para a educação porque ele é um benemérito, simplesmente. É que existe um incentivo fiscal. Esse incentivo hoje é até pequeno em face das contribuições que são dadas.

E há uma coisa com a qual eu não me conformo, sinceramente – e eu queria chamar a atenção dos legisladores aqui presentes –, e que nós temos que modificar com rapidez, Senador. Todas as despesas que as companhias pagam para educar, treinar e formar seus trabalhadores são sujeitas a pagamento dos encargos sociais porque o INSS classifica isso como imposto indireto. Isso não está na legislação e precisa ser modificado. Temos que corrigir isso com a maior rapidez possível para estimular as empresas a melhorar a qualidade da sua força de trabalho. Isso não tem paralelo no mundo todo, e nós estamos segurando as empresas, porque, quando as empresas têm que recolher encargos sociais, evidentemente elas têm que pensar mais, porque mais dinheiro vai ser necessário.

Houve um empresário do Sul que está fazendo o maior barulho através da imprensa porque ele, há 30 anos, forma seus trabalhadores e paga os custos. Ele recebeu uma multa, uma infração do INSS, e está condenado a pagar R$40 milhões para compensar o que não pagou na formação no seu pessoal. E a formação do seu pessoal levou a companhia ao êxito. Quer dizer, a companhia que hoje está trabalhando no mercado.

Agora, a graduação superior é o resultado que começa não na infância. Eu gostaria de falar também da pré-infância. Há estudos muito sérios colocados de que as crianças já têm que ser colocadas na escola para ter contato com outras crianças já com alguns meses de idade, com menos de um ano, para começar a viver na sociedade como um todo.

Esse processo de dedicação tem que estar em todo o processo de criação de um novo cidadão, que leva em torno de 20 anos, de modo que nós não podemos ficar só no ensino superior e dizer que o ensino superior pode partir de um cidadão que não foi preparado no seu início.

E o papel dos pais. Eu fiz um contato com a Rede Globo, já que 70% dos brasileiros não leem nada, mas assistem à televisão, para lançarmos uma companha nacional para convencermos os pais da importância da melhor graduação possível para os filhos. A Rede Globo topou, e nós estamos trabalhando nesse projeto agora para ver se conseguimos passar para os pais que eles são, efetivamente, os grandes responsáveis para nós fabricarmos cidadãos do futuro.

Já terminando, eu diria que nós temos que conquistar uma competitividade sistêmica, porque hoje não dá mais para o Brasil viver sem o mundo. O mundo faz parte da nossa vida, como faz parte da vida de qualquer nação.

Nós não podemos continuar com essas regras enormes impondo custos gigantescos ao País sem que nós possamos dar os instrumentos para colocar os nossos brasileiros competindo e ganhando com todos os produtos no mundo. De modo que temos que inovar na competição global. E isso foi conseguido. O Senador deu o exemplo da Fiocruz, eu pude acrescentar o exemplo da WEG, da Embraco, da Marcopolo. Temos muitos exemplos no Brasil, mas são ilhas. Não podemos viver de ilhas. Nós temos que fabricar um país como um todo competitivo, que nos leve a vencer.

A própria Constituição diz isso claramente. Nós temos o apoio da nossa Lei Maior: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida [...] com a colaboração da sociedade". Começa em primeiro lugar, e não do Governo. O Governo estás absolutamente distante do processo educacional brasileiro legislando daqui de Brasília, sem um processo de descentralização que é absolutamente necessário.

De modo que, insistindo, eu diria que nós temos que colocar uma nova gestão no sistema educacional brasileiro. Se tem que passar pelo Ministério da Educação, se não tem, tudo isso é algo a ser discutido, mas, sem dúvida nenhuma, respeitando o princípio federativo Senador. Nós não estamos respeitando o princípio federativo. Nós estamos em uma república federal. Quer dizer, sem o princípio federativo, os Estados e os Municípios não estão sendo chamados para esse desafio maior que é fabricar cidadãos brasileiros vencedores. E há uma fome mundial de educação que não permeia nossa população. Nós temos que criar essa fome aqui no País, mostrando que a educação é o grande diferencial que vai permitir o sucesso no mundo competente e globalizado que nós estamos vivendo.

Eu insisto que as classes políticas e o Governo não podem ignorar o que está acontecendo porque o clamor público, mais cedo ou mais tarde, vai dar uma resposta, e aí vamos ter que fazer uma solução correndo, soluções do tipo esparadrapo, que não vão funcionar bastante.

Se o Brasil pretende, efetivamente, ter um potencial de crescimento e oferecer um futuro para os jovens cidadãos, é preciso garantir a eles o direito de aprender, não simplesmente de ir para uma escola. Quer dizer, nós temos que começar a medir coeficientes de aprendizagem, não só metodologia de ensino. Isso se faz com investimentos fortes nas escolas, na formação dos professores. Os professores são, realmente, a classe que pode fazer uma grande modificação não só com o conhecimento, com cultura, mas com atitudes de preocupação com os alunos, e contribuir para que cada aluno seja, efetivamente, um vencedor.

De modo que as soluções, para terminar, eu diria que vêm com iniciativas e ousadias, coragem de modificar o que está aí e avançar para o futuro porque, normalmente, nós temos que fazer com que o País seja no mundo tão grande quanto é a sua geografia. Não pode, um País dessas dimensões... Na minha área, por exemplo, se um astronauta vier do exterior para pousar na Terra, ele não pousa sem sobrevoar o Brasil. O Brasil não é um país que não tem significado no mundo. Ao contrário, nós temos significado e nós somos responsáveis para construir esse significado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Ozires Silva.

Concedo a palavra, ao Prof. Vinícius Renê Lummertz Silva.

O SR. VINÍCIUS RENÊ LUMMERTZ SILVA – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. É uma honra atender ao seu convite e ao convite do Senador Cristovam para esta importante e seminal comissão.

Quero saudar todos os presentes.

Eu vou falar um pouco sobre o Brasil que queremos e o ensino superior de uma forma que terá muitos encaixes complementares ao que disse o Prof. Ozires Silva. Vou fazer uma digressão e, depois, eu vou fazer um conjunto de propostas, que poderão se materializar, por algumas razões, no objeto desta Comissão, que é fazer leis, melhorar o conjunto jurídico legal, o embasamento jurídico legal, até porque este País tem o condão de esperar sempre que um conjunto de aparatos legais ajude a sociedade a se mover por um conjunto de dados e

fatos históricos. E vou, aqui, tentar fazer uma comparação, a título de provocação, com um país que é diferente do nosso, mas talvez seja o mais parecido com o nosso, que são os Estados Unidos da América.

A primeira questão é: as universidades, Senador Luiz Henrique, são fatores de transformação ou repositório do *status quo* no Brasil hoje? Essa é uma primeira pergunta. E elas deveriam ser? Nós olhamos muito a questão das *grandes écoles; d*urante o período de governo do Senador Luiz Henrique trouxemos a ENA para Santa Catarina. Já na época ,o Napoleão tinha aquela preocupação de fazer grandes escolas que estivessem ligadas aos grandes temas, até parecido, coincidentemente, com o que o Nizan Guanaes falou outro dia, que o Brasil tem que escolher alguns grandes temas e fazer todos os esforços nessa direção. Foi o que fez, na época, o modelo das *grandes écoles*. Mas a comparação aqui é mais com os Estados Unidos.

E fazer a pergunta se as universidade no Brasil têm e terão um papel de vanguarda e, se elas devem ter, como fazer com que isso aconteça. Tiveram num passado recente? Tiveram; tiveram aqui mesmo, a UnB teve, a USP teve, mas é, vamos dizer assim, um problema recente.

Antes disso, enfrento um desafio. Quando o Senador Luiz Henrique e o Senador Cristovam falam do Brasil que queremos, nós, de cara, temos um problema. O Brasil que queremos... Nesta sala é bem possível que haja um consenso sobre o Brasil que queremos; nesta sala, neste momento, as pessoas estão aqui interessadas na discussão dessa relação com o papel das universidades nesse Brasil que queremos. A questão é: o que seria isso? Essa é uma primeira questão: o que é isso? Hoje me parece que há uma resposta enigmática mas, ao mesmo tempo, explicativa e tácita que é o Brasil das ruas. E me recordo que, recentemente, nas páginas amarelas da *Veja*, Prof. Roitman, um desses meninos que foi entrevistado, um dos líderes de rua do movimento de junho, respondeu: "Não sou de direita, não sou de esquerda, não sou reacionário, apenas viajei para os Estados Unidos, pagando do meu bolso em 24 vezes e vi que as coisas lá funcionam. Eu gostaria que as coisas funcionassem aqui. Só isso. Então, não me acusem de reacionário, de esquerda ou de direita. Não quero bandeiras! Quero que as coisas funcionem."

Sete milhões de brasileiros viajam para o exterior todo ano e trazem esse sentimento: o funciona *versus* o não funciona. Parece que um novo pragmatismo começa a surgir no Brasil, essa riqueza da qual o senhor falou, a necessidade da descentralização, que é a luta de uma vida do Senador Luiz Henrique, é o funciona *versus* o não funciona, o emperrado *versus* o funciona.

A comparação com o Estados Unidos, pelo tamanho, pela formação de um país de imigrantes, é muito complexa, mas eu gostaria de me ater a um particular, que é a lógica da sociedade americana de ser uma sociedade emanada de um consenso, emanada de uma ideia, que é o que estamos precisando aqui.

Qual é o conjunto de *consensus politics* nos Estados Unidos, do que chamam de *american exceptionalism?* O que está por trás disso? Há consenso sobre ideias e objetivos que antecedem a própria formação da nação, dos sete, oito primeiros Estados, depois da União, observado naquelas viagens por Tocqueville e olhado por Norberto Bobbio como um fenômeno, porque era a primeira vez que se fazia, desde a Grécia, um esforço democrático amplo que incluía os pobres, mas não seria puxado para baixo, pela média para baixo – com todo respeito ao que pode ensejar esse meu comentário. É do Bobbio, não é meu. Havia uma ideia de levantar todo mundo sob um conjunto de premissas. Essas premissas são: liberdade individual, esforço individual... A que o senhor falou é equidade. Qual é o sentido de igualdade na equidade? Igualdade de condições. Inclusive os reparos agora da lógica do governo democrata americano, quando ele fala: "Olha, estou investindo no povo, mas é para dar igualdade de condições para o pessoal poder trabalhar, montar, *main street*, montar a microempresa, montar o pequeno negócio". Falo isso com 15 anos de Sistema Sebrae, em que ocupei cargos estaduais e nacional, até da própria reinvenção do Sistema Sebrae. Uma luta de uma vida inteira também.

Então, a propriedade privada nos Estados Unidos, a gente vê em filme, é o *no trespassing*. É uma decisão tomada. Não há discussão do *uso social infinda*, se vai ou não vai licenciar para uso, se isso, se aquilo. Não. Ou é ou não é. É premissa.

Então, o Brasil que queremos é como? Liberdade de mercado, pouco imposto, eficiência. Nos Estados Unidos, hoje, essa briga do Obamacare foi de 22% para 23% do PIB, Senador, foi para sair de 22% para 23% de cobrança de imposto sobre PIB. Nós estamos em 37%, 38%. Por quê? A lógica do *crowding out*: quanto mais investimento público ele ocupa na lógica de investimento, menos investimento privado, ou menos eficiente.

Muitas vezes, a lógica toda de investimento...

Hoje, de manhã o Professor Fishlow estava na TV de manhã – até o Professor Trebat, também da Columbia é um dos candidatos a vir –, e falava que o Brasil tem muitos problemas, mas 18% de investimento sobre o PIB é o problema. É pouco investimento.

E aí nós vamos cair num dilema ali na frente, que é o dilema do custo dessa universidade no Brasil, da relação do custo do ensino no Brasil e de sua prioridade estar no ensino básico e o ensino fundamental. Como sair disso? Nós vamos ver à frente.

Inovação e eficiência se dão com o conhecimento e o valor do conhecimento. Qual é o valor do conhecimento numa sociedade como a nossa, que sempre privilegiou muito mais a informalidade, mais as relações pessoais, o familismo, e muito menos a meritocracia, como foi apontado aqui?

Essa visão de impostos baixos, de alta produtividade faz com que o brasileiro hoje produza um quinto do americano, um oitavo do alemão, um sexto do coreano. Isso é um problema. O senhor falou disso. Nós estamos com a armadilha do crescimento logo ali, com a armadilha da conta corrente logo ali. Por quê? Porque nós fomos pelo lado do consumo, não pela criação de bens e capitais, investimento em bens e capitais, mas no início da formação, muito justa, acertada, em grande medida, da criação de mercado de consumo de massa no Brasil – mercado de consumo de massa no Brasil que é ineficiente, porque ele é caro, ele custa caro, e tem um vício de origem, na lógica capitalista, que ainda está presente, que é o inverso da matriz capitalista, que são custos marginais cadentes e preços cadentes, com maior produção. Nós não temos isso.

Então, essas premissas, esse conjunto de valores fizeram com que, nos Estados Unidos... E aqui a comparação. Aqui eu não estou fazendo apologia da história americana, mas eu estou explicando, do meu ponto de vista, muito particular, por que se lutou por uma independência, por que se fez uma guerra, por que se fez uma secessão, por que se libertou os escravos, que lutas foram essas. Eu entendo que porque havia uma ideia. Havia uma ideia, não uma aventura. E esses países que o Senador Luiz Henrique mencionou aqui na sua lista são todos os chamados *born free*, os países nascidos livres. Por quê? Porque nasciam dessas ideias, nasciam desses conceitos, os conceitos que vêm da Carta Magna de mil seiscentos e tanto na Inglaterra. É um conjunto de valores que antecede.

Essa agenda no Brasil, toda, ela foi muito mais lenta. Eu não vou entrar na história do Brasil aqui, porque seria muito penosa essa discussão e não seria esse o objetivo. A lentidão do Brasil. E, nos Estados Unidos, houve uma preocupação... Você veja que um comerciante, John Harvard, em mil seiscentos e pouco, faz uma universidade. Um comerciante. A USP é de 1960, ou 1946... A USP, 1934. Nós estamos falando de Harvard, em 1676, feita por um comerciante.

Então, nessa lógica, o que viria a ser a Ivy League? O que é, o que são essas oito ou nove universidades? E, depois, a sua nova forma, que é o Caltech, o MIT, que é a parte tecnológica, a parte da transformação. Porque essas universidades foram feitas emulando "Oxbridge" – Oxford and Cambridge. Foram. Chama-se Cambridge a cidade onde está sediada Harvard. Porque havia um sentido de que a elite teria uma responsabilidade, formar elite seria responsável.

É o inverso no Brasil. Quando se fala em formação de elites, isso gera um pânico geral, porque a elite, no Brasil, se tem um preconceito de que ela viesse a trabalhar contra o povo. E a elite (Mosca e Pareto) tem um uma responsabilidade de condução das coisas. Ela tem que ser fluida, aberta, acessível. Nós precisamos criar um novo tipo de elite menos estratificada do que a da ENA, que nós levamos para Santa Catarina, Governador, possivelmente, porque nós estamos no século XXI. Mas essas lições de excelência, esses valores, nós não poderíamos deixar de fora, se nós quisermos fazer essa mudança no sentido de produzir excelência em todos os níveis – nível político, nível econômico, nível da medicina, das pesquisas, e hoje da tecnologia, Caltech, MIT.

E aí vem um paradoxo: se no Brasil, Governador, nós conseguimos fazer um MIT, e do MIT uma Embraer, por que não se fez mais vezes isso? Como se fez uma UFSC em Santa Catarina, com o Professor Caspar Erich Stemmer, com a parceria com Aachen, se fez a Mecânica e as engenharias lá de Santa Catarina. Eu, no governo Luiz Henrique, tive a honra de presidir a empresa de parcerias público-privadas. Nós fizemos o Parque Sapiens, que é fruto disso tudo lá atrás. Leva muito tempo, mas é fruto. Um professor da UFSC, certa vez, me perguntou: "O que vocês estão fazendo? Privatizando a UFSC?" Nós não estamos privatizando a UFSC. Nós estamos respondendo aos recursos que foram dados para a Universidade Federal, e ela está respondendo, criando empresas, criando negócios, para pagar contas. Ela está transformando o conhecimento que está engavetado em empresas que vão pagar contas.

Eu não vou me alongar muito. Eu teria várias anotações aqui que seriam interessantes nessa composição, mas eu vou mencionar cinco grandes tendências mundiais que deveriam ser acopladas a algumas lógicas de propostas, que estão na mesma linha das que foram levantadas aqui, mais para imediato.

A primeira é entender que essas mudanças às quais o Prof. Ozires se referiu estão em todo o mundo, em toda parte. E isso é uma oportunidade, porque como nós não fizemos o trabalho de casa, nós podemos fazer igual. Nós não fizemos muitas dessas coisas, mas podemos fazer. Podemos recuperar o tempo perdido. Os orientais estão fazendo isso. A democratização do acesso ao conhecimento é global. O acesso ao conhecimento não é mais uma reserva de mercado das universidades. O Google tem conhecimentos. O conhecimento está em toda parte. A universidade teria um outro papel, um papel na contextualização, na construção, na modulação das coisas. Porque conhecimento hoje é *commodity*, informação é *commodity*. Mas transformação

desse conhecimento em uma estratégia que faça sentido para o desenvolvimento do País em cima de valores, de escolhas é que seria o desafio mundial aqui.

A competição por fundos e alunos será global. É global, inclusive pelo ensino a distância. As tecnologias digitais – isso mereceria um capítulo à parte – transformam todos os campos de atividade e mudam a criação de valor no campo da educação.

A mobilidade global, mais parcerias internacionais, mais busca por talentos sem fronteiras... O mundo inteiro está buscando, é o *brain drain*, todo mundo buscando gente pronta. E o Brasil é um país fechado. O Brasil não busca ninguém. Nós dificultamos, muitas vezes, a entrada. Eu vou falar nas propostas sobre isso.

E há a integração com a indústria.

Então a pergunta é: no caso do Brasil, Senador, o que nós precisamos que o ensino superior produza? Ele deve responder, portanto, a desafios locais e globais. Precisamos pensar que produção seria essa. Mas há coisas que eu já olho para buscar essas respostas. Como pagar mais pelo que é mais importante. Falamos de meritocracia. Nós temos que pagar mais pelo que é mais importante. Pagar mais pelo que é mais importante não é gastar, é investir. Seria investir. Isso poderia ser uma premissa de um novo sistema legal de investimentos, de incentivos no Brasil.

Como qualificar, modernizar e ampliar esse sistema universitário gastando menos? E gastando menos por quê? Aí vem a questão do Senador Buarque: nós precisamos gastar no ensino básico e no ensino fundamental, onde é mais rentável. O Senador Luiz Henrique e eu conhecemos a experiência da Knowledge Universe. A Knowledge Universe é uma empresa privada com sede em Los Angeles. Agora a sede está em Cingapura. Eles montaram escolas em Cingapura. São bases e plataformas para entrar na Índia e na China, com dois professores em sala de aula para crianças de zero a doze anos. Qual é o segredo? Um professor falando mandarim e um falando inglês britânico dentro da mesma sala de aula de zero a doze. A criança sai fluente nos dois idiomas como idiomas maternos. E um ensino que está baseado nas melhores aulas de internet do mundo, colhidas por um sistema de doações gratuitas. Tabela periódica? Então, é essa aula que vamos assistir juntos, aluno e professor. O professor não vai ensinar, ele vai modular a aula em duas línguas.

Precisa sobrar dinheiro para isso tudo. A escala e a tecnologia permitem. Agora, de pronto, e vou aqui fechar essa lógica de sugestões, fiz algumas aqui, Governador, para o que seria essa lei, para a gente começar a decolar com isso. Primeiro, e de acordo com o mesmo conjunto de princípios do Dr. Ozires Silva: permitir que as empresas possam deduzir Imposto de Renda dos investimentos realizados em centros de pesquisa de excelência. Por que não? Se a Lei Rouanet permite para outra coisa, por que não para essa coisa? Mas que isso possa ter uma lógica de agência de regulação desse ensino, desse modelo: resultados. Não é para ficar "enchendo o saco", mas é para ficar controlando a fim de ver se é investimento ou é gasto. Essa é uma lógica diferente da lógica que temos hoje.

Por exemplo, voltando, os encaixes estão aqui. A indústria farmacêutica. Pode uma empresa investir hoje na Fundação Oswaldo Cruz? É complicado uma empresa investir em um laboratório. Ela não pode. Não pode. Não pode, Senador, e deveria poder. Há facilidade para que uma empresa, uma Aventis, uma Nacional ou uma Cimed, há incentivos para que ela faça um centro tecnológico? Há dificuldades, não existem incentivos.

Na agropecuária, empresas do agrobusiness podem investir na Embrapa, podem fazer *spin-offs* da Embrapa? Nós fizemos no Sebrae. Eu era Diretor Técnico do Sebrae e nós fizemos. A Apex era uma gerência do Sebrae e virou uma empresa. Você pode fazer *spin-offs*. A Embrapa pode gerar três, quatro empresas; a Oswaldo Cruz pode gerar uma ou duas porque podem estar desacomodados os setores. Você pode aproveitar o que tem também – esse é o imediato – e criar esse sistema de parcerias público-privadas que permita esse investimento em projetos que sejam inscritos.

Bancos podem investir na FGV? Não podem. O que aconteceu? Eu tenho um relacionamento pessoal com o Paulo Guedes. O que ele fez lá? Ele fez o Ibmec, e o Haddad, que era sócio dele, fez o Insper. São escolas fantásticas! Mas por que não mais brasileiros poderiam ter bolsas para estudar nessas escolas de *business*? Por que não? Se eles sabem fazer a escola, que se dê dinheiro para o aluno estudar lá. O art. 170, em Santa Catarina, faz isso para a área social. Seria feito um projeto de bolsas na excelência. Então, esses sistemas podem se expandir. O *franchising* permite a emulação; a repetição é possível de ser feita.

E por que os bancos não podem fazer outras escolas de finanças com o dinheiro de impostos e tudo? Por que estamos perdendo essa oportunidade e bloqueando isso? Por que não desbloquear esse caminho? Os empreiteiros, as construtoras brasileiras, que são enormes, não poderiam investir nas escolas de engenharia existentes, fazendo *spin-offs*, fundações, centros e tal e até escolas próprias? Por que a Andrade Gutierrez não pode ter uma?

Se formos esperar pelas mudanças no sistema universitário federal brasileiro vamos esperar muito, Senador. Talvez o exemplo de outras coisas mova muito mais a agenda tradicional do que tentar mexer na agenda

tradicional. Eu penso assim. Lembro-me de quando se começou a fazer a OS, a única coisa que se dizia sobre a OS é: "Não façam onde está funcionando por muito tempo. Façam uma coisa nova, não peguem uma coisa velha onde se vai perder energia."

Eu vou dar um exemplo pessoal, Governador: na época de Sebrae eu fui à Fundação Kauffman, fundação de empreendedorismo em Kansas City porque nós precisávamos trazer um sistema de medição de empreendedorismo para o Brasil, e a Fundação Kauffman fazia com o Babson College, que é um excelente ambiente de estudo de empreendedorismo, e no Brasil nós não temos. O que aconteceu? O Kauffman, antes de morrer, em vez de dar o dinheiro para o governo americano – como o senhor falou do Bill Gates –, pega US$1 bilhão e doa para uma fundação privada, que é o que Endeavor faz com o grupo da Ambev, mas não tem incentivo para fazer. Eles estão fazendo o Endeavor.

O Kauffman mandou US$1 bilhão. Quando cheguei lá, Governador, há 15 anos, a Fundação já valia US$8 bilhões. Hoje, deve valer US$30 bilhões e ela só faz isso: ela cuida de empreendedorismo, cuida de conhecimento para o empreendedorismo, dissemina e faz as parcerias e faz essa disseminação.

Nós trouxemos para cá, e hoje o GEM Monitor mede o empreendedorismo no Brasil comparativo com o resto do mundo.

Então, eu estou terminando aqui mais rapidamente. Que o recurso público seja investido em projetos de pesquisa meritocráticos, igual ao que o senhor falou. Que as bolsas possam ir além do ProUni, mais para excelência e para mérito, isso eu já falei de outra forma, inclusive em escola de negócio. Que o Imposto de Renda e outros impostos sobre herança possam – intervivos e tudo isso – possam ser... Eu vou pagar esse imposto de intervivos, eu não vou. Eu vou fazer a fundação Ozires Silva e pegar a minha fortuna e vou fazer a escola Ozires Silva. Vou contribuir com isso, vou juntar dinheiro de outras, vou falar com o cara da Ambev, porque há uma ideia, e essa ideia da Embraer vai ser uma fundação, e vai sobreviver, e é uma fundação privada.

Ampliar o Programa Ciência sem Fronteiras, Governador. Todo mundo está falando hoje que esse programa é bom e ele é bom. Nós podemos tê-lo para as artes, nós podemos ter para música. Os chineses estão em toda parte, os coreanos ocupam nas artes, nós podemos ter isso nas artes criativas, no cinema, em *games*. Alguém vai dizer: mas *games*? *Games* é maior que cinema. Aí nós falamos de coisas atuais, de mercados atuais, o Governador Luiz Henrique fez, em Santa Catarina, o Programa SC Games. Nós começamos isso lá, mas isso tem que ser um programa nacional, qualquer jovem do interior, de qualquer cidade, com um computador, num lugar adequado, produz, e essa cooperação internacional pode ser feita em turismo.

Nós tivemos a Copa das Confederações. O maior problema da Copa das Confederações sabe qual foi? Nós temos a aprovação, Governador, de 95%, os 5% de desaprovação, o peso da desaprovação foi o brasileiro não falar a língua estrangeira. Agora eu vou ensinar... O Brasil é o segundo ou o terceiro mercado de língua estrangeira do mundo, mas ninguém fala. Como é que se aprende uma língua? Você vai trabalhar, vai fazer um treinamento em uma escola em Barcelona e vai atender no hotel Hyatt Barcelona. Está resolvido o problema, ele volta, pronto. Está resolvido. Em seis meses, um ano, está resolvido um problema, que aqui leva dez anos para resolver, porque esse é um conhecimento tácito, não é um conhecimento explícito, você não ensina uma pessoa a fazer determinadas coisas por ensinar como fazer, você precisa fazer com que ela faça. Essa separação no Brasil é dramática. Aí nós vamos entrar na questão das escolas técnicas, é todo um outro tema.

Trazer professores estrangeiros ao Brasil, inclusive nas federais, mas trazer mais professores estrangeiros é custo/benefício, é barato? É como aquela companhia indiana, comprou a Volvo, ela comprou de graça, US$2 bilhões, ela comprou cem anos de história automotiva, essa é a inteligência. Só que você traz um professor, pode ser até como fez o Senador Luiz Henrique, ele criou o Bolshoi. O que ele trouxe? Ele trouxe 300 anos de um conhecimento, e as empresas olham para aquilo com dúvida, elas não têm os mecanismos, ou não têm a cultura para entender o significado disso, e a dificuldade é todo ano, não é, Governador? Todo ano, para botar o Bolshoi em pé. Trazer professores... Nós teríamos uma outra olimpíada se nós tivéssemos trazido professores para os esportes olímpicos há dez anos, teríamos mais sucesso em 2016. Os americanos fazem isso. A Bomba H é isso, ou não é? Nós tivemos lá no Fischer-Tropsch, no laboratório lá. O *brain drain* é isto. Nós precisamos trazer as pessoas, abrir este País. Este País já foi um país de imigrantes, hoje é um país fechado, um país tacanho, um país teimoso, um país travado. Inclusive a comissão do Senado americano propôs ao Senador Luiz Henrique uma comissão intersenado Estados Unidos e Brasil, para discutir esse problema lá também, porque a tacanhice também atacou lá. E os Estados Unidos estão ligados à imigração, o sucesso dos Estados Unidos está ligado à imigração. Eles querem discutir conosco, pedir o nosso apoio, porque eles estão com dificuldade lá também, e esse é um tema que poderia ser tratado, porque essas competências vêm prontas, vêm pagas.

Eu estou terminando realmente. Mais dois itens.

Apoiar tecnologias de ensino revolucionárias, EAD, *softwares*, isso tudo. Não há nada, não há incentivo, quem está no mercado fazendo EAD, tecnologia de ensino, *software*, está sozinho, não tem ninguém para ajudar, nada, absolutamente nada. Tecnologias de multiplicação, de conhecimento, nada.

E, no final, o básico: ensinar os professores, levar os professores para fora do País. A gente quer que determinados professores mudem. Nós pegamos os nossos professores – o Prof. Ozires Silva tocou nisso – do nível mais baixo, Prof. Buarque. Nós precisamos pegar do meio. Os mais caros não vão ser professores, vão ser engenheiros, vão trabalhar nas empresas, mas nós não podemos pegar só o *bottom line* dessa história. E nós temos que preparar essas pessoas lá fora, levar os nossos professores para esse Brasil sem Fronteiras, os professores têm que ir ver outras coisas para proteger esse repasse desse conhecimento para os nossos alunos.

Então, é isso. Eu acredito nessa Roma morena do Darcy Ribeiro. Eu tive o prazer de conviver um pouco com ele, que é o fundador dessa maravilhosa UnB, dos Profs. Roitman e Formiga aqui. Mas nós não podemos deixar de aprender com todas essas outras experiências e com as nossas.

E eu penso, Senadores – e, em relação à minha contribuição aqui, coloco-me à sua disposição –, que este País precisa de arcabouço jurídico. Leis mudam este País. Aqui, eu não sei se foi no governo do Governador Buarque (de Holanda) que houve a questão do cinto e de se atravessar na faixa branca. Blumenau é uma cidade alemã, e as pessoas não param na faixa branca e não usam cinto como aqui. Então, não é uma questão de antepassados, é uma questão de uma boa legislação que as pessoas entendam que é boa para elas, que elas compreendam. Isso talvez possa ser o começo de um consenso. Fazer as coisas funcionarem no Brasil é melhor que discurso. Então, se nós conseguíssemos fazer um modelo funcionar, eu acho que o discurso já estaria feito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Vinícius.

Concedo a palavra ao nosso mestre, o Prof. Isaac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bom dia a todas e a todos.

Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Luiz Henrique da Silveira, Presidente da Comissão Senado do Futuro.

Vou tentar, nos 15 minutos que eu tenho, apontar alguns caminhos dentro do tema "O Brasil que queremos e o Ensino Superior – Desafios e Oportunidades".

Eu colocaria, no primeiro eslaide, o Brasil que não queremos. O que nós não podemos, o que nos envergonha é termos este cenário distribuído por todas as regiões do País. Então, cenas como estas devem ficar no passado. Isto é vergonhoso. Eu podia ficar aqui meia hora passando cenas semelhantes, mas este é o Brasil que não queremos.

O Brasil que nós queremos é aquele em que cada brasileiro viva numa situação razoável – isto é uma casa popular – e em que tenhamos as nossas gerações que estão formadas alegres, com sorriso, tocando violão ou fazendo outras atividades artísticas. Este é o cenário, é o pano de fundo do Brasil que queremos.

O sistema educacional brasileiro é dividido em segmentos. O primeiro é o da primeira infância, o do ensino infantil, de zero a seis anos. Depois, há o ensino fundamental, o ensino médio e profissional e o ensino superior.

Não foi combinado, mas há aqui um *cartoon*, uma charge que aponta para o que o Prof. Ozires falou anteriormente. Cada um é cada um. É por isso que foi desenvolvido o teste do DNA, que prova que cada ser humano tem as suas características. E nós tratamos a educação como se todos fossem iguais. De maneira que esse ensino individualizado, dependendo do indivíduo, deve permear o sistema educacional brasileiro.

Já foi colocado aqui anteriormente alguns fatos que enquadram a educação brasileira como se fosse uma tragédia. De cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, somente 53 concluem os oito anos de estudos e 37 chegam ao ensino médio.

Em apenas 62 escolas públicas do País, das 18.653 avaliadas, o que representa 0,33%, os alunos de 5ª a 8ª séries têm uma educação do mesmo nível da média dos países desenvolvidos.

O percentual é baixo, mas conseguimos em algumas escolas. Por que não transformar, num horizonte de 10, 20 anos, aquele 0,33% em 90%, 95%?

Nos resultados do Pisa, que procura fazer uma comparação internacional com a participação de muitos países, o Brasil, em 2006, ficou na 48ª posição em leitura, num universo de 56 países; na 52ª, em ciências e na 53ª, em matemática. E o Panorama – esses são dados de 2006 – continua o mesmo do de 2012, como mostrou o Prof. Ozires.

Um em cada cinco jovens, entre 18 e 29 anos, e que vive na zona urbana, abandonou a escola antes de completar o ensino fundamental, Segundo o trabalho feito pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita pelo IBGE.

E aí nós poderíamos ficar aqui falando, por uma semana, das fragilidades da educação brasileira.

O analfabetismo é uma vergonha. Precisamos colocar o analfabetismo no passado. E como apontou o Prof. Ozires, 70% da população brasileira é analfabeta funcional.

A desvalorização do professor é uma vergonha. O Prof. Ozires projetou um eslaide dizendo que, na Coreia do Sul, nenhum funcionário público ganha mais do que um professor. Por que, num horizonte de 20, 30 anos, não chegamos lá?

O saneamento escolar é uma vergonha. Mais de 20 mil escolas públicas do ensino básico não têm água. Então, se não têm água, não têm sanitário. Não é um ambiente ideal para se fazer a educação. A evasão escolar é terrível em todos os níveis, no ensino básico e também no ensino superior. A violência, a depredação da escola são também dimensões que precisamos exterminar.

É importante notar qual é a visão da sociedade. E aqui eu trouxe algumas charges de como o artista interpreta a atual situação da educação brasileira.

Esse é sobre educação; mais abaixo, é o analfabetismo. As escolas estão submersas e fazem tudo, menos elevar a aprendizagem dos alunos. Essa charge superior, à esquerda, diz que a escola não é lugar para essas coisas e, sim, ideias, sonhos, desejos, curiosidades, etc, etc.

Então, precisamos, num horizonte de 20, 30, 50 anos, fazer com que também essa visão dos nossos artistas seja completamente diferente na educação.

Eu colocaria – e foi mencionado pelo Prof. Ozires – uma prioridade absoluta no sistema educacional: termos políticas públicas para a primeira infância. Eu escolhi aqui um monumento grego e eu diria que a primeira infância são as colunas do sistema educacional. Nós não temos isso no Brasil, e uma boa parte dos outros países não têm uma política para a primeira infância. E essa primeira infância é importante, porque o cérebro de um recém-nascido é composto de trilhões de neurônios, alguns já integrados ao circuito intrincado da mente.

As experiências da infância determinam, dentro os neurônios que ligam os circuitos do cérebro, quais os que serão utilizados. Os que não forem podem morrer, desaparecer.

Assim, as experiências da infância determinam se uma criança será um adulto inteligente ou não, medroso ou confiante, articulado ou não.

Na primeira infância, o ser humano tem cerca de 100 bilhões de neurônios, e, em 90% dos casos, essas células são formadas até o quarto ano de vida. Os estímulos recebidos pela criança nesse período têm um impacto na saúde física, emocional, no comportamento e na capacidade de aprendizagem por toda a vida.

Assim que a criança nasce, os estímulos têm de ocorrer de forma mais variada possível, desde o simples toque no bebê recém-nascido até brincadeiras e atividades mais complexas e desafiadoras a partir dos seis ou sete anos. É através dos estímulos sensoriais que são formadas as chamadas sinapses – conexões que favorecem a comunicação entre os neurônios. Quanto mais sinapses se formarem, melhor serão as capacidades cognitivas e maior será o aprendizado ao longo da vida.

Como nós tratamos as nossas crianças de zero a seis anos? Não tratamos. Existem, em todos os Estados brasileiros, um número absolutamente pequeno de creches públicas. Existem as creches privadas, mas o processo, o que se deve fazer no sentido do que eu acabei de falar não é feito. A criança se alimenta, toma banho, recebe comida, mas é preciso muito mais que isso.

Existem, hoje, protocolos para que possamos estimular essas interações neuronais. Então, eu vou aqui destacar, rapidamente, algumas diretrizes que devem ser seguidas para a melhoria do ensino básico – depois eu entro no ensino superior.

A primeira, como acabei de falar, diz respeito a políticas públicas para a primeira infância.

A segunda refere-se a conteúdos para os objetivos de cada nível: na primeira infância e, depois, na pré-escola, no ensino fundamental, médio e superior. Precisamos eliminar os conteúdos inúteis, como falava Darcy Ribeiro. Precisamos adaptar esses conteúdos ao nosso presente, olhando para o futuro.

A pedagogia contemporânea é necessária, e devemos utilizar as ferramentas da tecnologia de informação e comunicação. O quadro negro precisa ficar na história; ele foi importante na educação no passado. A sala de aula deve ser quase extinta. A sala de aula é um ambiente de prisão. Se nós olharmos para as caras das crianças na sala de aula, veremos que existe alguma coisa errada.

A formação inicial e continuada de professores é absolutamente fundamental. Não adianta nada formarmos o professor do passado, esse professor que se considera a janela do conhecimento entre o aluno e o conhecimento. Ele deve ser, como apontou o Lummertz, um mediador, um incentivador.

A valorização da carreira do docente é absolutamente fundamental, porque, assim fazendo, nós vamos atrair os melhores talentos egressos do ensino médio para a carreira de docente.

A gestão profissional, que já foi apontada aqui, também é outra dimensão extremamente importante.

Acerca dessa gestão, com metodologia profissional, com escolha de dirigentes, que foi aqui apontada pelo Senador Luiz Henrique, pelo Prof. Ozires, pelo Prof. Lummertz, precisamos fazer uma reflexão.

Avaliação: avançamos um pouco quanto a ela em todos os níveis da educação, mas eu diria que o principal instrumento de avaliação é olhar nos olhos dos nossos estudantes e ver se há brilho naqueles olhos. Essa, para mim, é a melhor avaliação que podemos ter das nossas crianças e dos nossos jovens. Temos também de ter maior integração com a família e com a sociedade, como foi aqui já apontado. Eu diria que os pais são os primeiros professores dos estudantes, e, assim sendo, devem continuar em parceria com os professores e as escolas, eu diria, até da universidade.

Algumas diretrizes, algumas análises da conquista da qualidade nos cursos de graduação: primeiro, na sua formação, o estudante precisa ter uma cultura universitária ampla. Quer dizer, precisamos equilibrar a verticalização do conhecimento com a integração do conhecimento. Se pegarmos um estudante de medicina, no quinto ano, Senador Luiz Henrique, da nossa melhor universidade, que já não está entre as 200 melhores, a USP, e perguntarmos a ele quantos eventos, de quantas conferências participou de filosofia, de sociologia, de economia, veremos que é zero ou próximo de zero. Se pegarmos um estudante da área de ciências humanas e humanidades e perguntarmos de quantos eventos participou de biotecnologia, nanotecnologia, células-tronco, veremos que é zero ou perto de zero. O triste é que se fizermos essa enquete com os professores, vamos chegar a resultados semelhantes.

Nós precisamos, realmente, ter um ambiente universitário em que nossos estudantes, além de terem uma formação profissional adequada, de boa qualidade, aproveitem esse ambiente universitário, porque ocorre muita coisa bonita dentro das universidades, mas o estudante não aproveita. Ele sai sem uma cultura universitária ampla. Acho que precisamos modificar esse panorama.

A expansão da iniciação científica que, assim como a Embraer ou como a Embrapa, é uma inovação educacional sem paralelo no mundo, e nós temos no Brasil. Nós temos, atualmente, na iniciação científica, a oportunidade de um estudante frequentar um ambiente científico um, dois, três anos, a maioria deles com bolsa de estudos, e fazer a iniciação da sua formação para termos futuros pesquisadores. Nós temos, no Brasil, hoje, cerca de 80 mil universitários fazendo a iniciação científica.

Na Inglaterra, por exemplo, existe um programa de iniciação científica, e o número de bolsas é de 300; aqui nós temos cerca de 40 mil bolsas; os outros 40 mil dos 80 mil de que falei são voluntários, são estudantes que são atraídos para esse programa. E se eles são atraídos sem bolsa, 40 mil, é porque acham que o programa vale a pena.

Outra dimensão importante que precisamos eliminar é essa assimetria que existe entre pesquisa, ensino, extensão em nossas universidades. A pesquisa, claro, é muito importante, mas ela não pode ser o único parâmetro para avaliar o desempenho do professor. O indivíduo que não faz pesquisa dentro da universidade, não na carreira de docente. Ela é importante, mas importante também são o ensino e a extensão.

Então, devemos valorizar aqueles colegas que se dedicam ao ensino, que produzem materiais pedagógicos. E isso vai ficar cada vez mais importante, porque a tendência é o ensino a distância. Nós não podemos nos esquecer de que o ensino presencial, pelo menos parcialmente, vai ser uma coisa do passado.

E os programas de extensão, que são absolutamente fundamentais na formação profissional em certas carreiras, devem ser valorizados. Trata-se de uma forma de o estudante, durante a sua formação, ter o contato com a realidade, com a sociedade. Uma nova pedagogia precisa ser introduzida, a redução de atividades tradicionais, redução das salas de aula, precisamos ter trabalhos em grupos e aprendizagem através de temas e problemas.

Diretrizes para conquista da qualidade nos cursos de pós-graduação: refiro-me aí a curso de mestrado e doutorado. A primeira diretriz seria o planejamento de acordo com as demandas do País a curto, médio e longo prazos. Se uma universidade quer introduzir, quer criar um novo curso de pós-graduação os seus gestores vão à página da Capes, que é a entidade que supervisiona a pós-graduação brasileira, e vai ver quais são os requisitos para se implantar um novo curso de pós-graduação. Existe uma lista grande, ele precisa ter docentes com doutorado, docentes que desenvolvam pesquisa, precisa ter infraestrutura, e, se for uma área experimental, precisa ter laboratórios etc.

Mas a pergunta principal não está no portal da Capes. A pergunta seria: será que o Brasil precisa de mestres ou doutores naquela área ou em uma determinada região do País? Isso não é perguntado. Então, tivemos um desenvolvimento bastante grande na pós-graduação brasileira, mas temos excesso em várias áreas e déficit em várias outras. E isso ilustra a incapacidade da nossa cultura de planejar em longo prazo. Nós "planejamos", entre aspas, de quatro em quatro anos, o PPA, mas, na realidade, alguma coisa pode ser feita em dois anos. Os dois últimos anos são feitos para que os gestores continuem no poder, e, em certas áreas como a educação, saúde, habitação, transporte, precisamos de políticas de longo prazo. Se não mudarmos, se não fizermos uma inflexão nessa maneira de planejar a curto prazo, não vamos caminhar muito.

Outra dimensão importante na pós-graduação é a flexibilidade. Volto àquele eslaide inicial que diz que cada um é cada um. Quando o indivíduo chega na pós-graduação, já fez o seu curso fundamental, médio, universitário, e, na realidade, cada estudante é diferente, mas são obrigados a fazer todas as mesmas disciplinas, os mesmos créditos como uma fábrica de robô. De maneira que precisamos e podemos fazer isto: ter, como fazem os ingleses, um caminho na pós-graduação que depende do arcabouço adquirido pelo estudante que está fazendo a pós-graduação aos 22, 25, 30 anos de idade.

Outra dimensão é o espaço para formação de lideranças. Não há espaço para formação de lideranças nem no ensino médio, nem na graduação e pós-graduação. Talvez nos centros acadêmicos, nos diretórios estudantis há o espaço, e muitos egressos dessas militâncias são hoje lideranças políticas. Mas precisamos ter lideranças tecnológicas nas áreas de conhecimento. Aí me refiro também a essa negligência que temos, no sistema educacional brasileiro, em identificar talentos para poder desenvolvê-los.

O Senador Cristovam Buarque fala que aqueles analfabetos – e há um grande número deles – jamais vão ser identificados como talentos. A gente perde esse segmento de jovens. Lembro que a Organização Mundial de Saúde estima que 2% dos jovens têm certa habilidade para música, física, literatura e que, principalmente, nos segmentos mais carentes, muitas vezes não são identificados e, quando o são, não seguem o caminho que poderiam seguir.

Eu termino, copiando as palavras do Professor Ozires, que diz que precisamos de novas iniciativas e ousadias para mudar esse panorama. Acho que discussões como essas que estamos fazendo hoje aqui no Senado vão contribuir para que possamos realmente materializar o Brasil que queremos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra ao Professor Manuel Matos Formiga, pesquisador do Laboratório de Estudos do futuro de nossa UnB, da cidade de Brasília.

O SR. MANUEL MARCOS FORMIGA – Bom dia. Obrigado, Senador Luiz Henrique da Silveira, Presidente da Comissão de Futuro do Senado. Gostaria de cumprimentar também o Senador Cristovam Buarque, Relator desta Comissão, e saudar a presença do Senador Inácio Arruda. Saúdo os colegas, o paradigmático Ozires Silva; os colegas Vinícius Lummertz e Isaac Roitman.

Srs. e Srªs, nossa reflexão, Sr. Presidente, é um misto de tentar entender o porquê dessa preocupação com o futuro e projetá-la com relação à educação superior.

O futuro ganhou realce muito grande a partir do livro de Alvin Toffler, no limiar dos anos 70. Ele fez uma pesquisa em que entrevistou cientistas, empresários, homens de negócios, estudantes, uma amplíssima pesquisa. O resultado dessa pesquisa foi o lançamento de um livro que hoje é considerado, para quem estuda o futuro, uma das obras básicas, um dos pilares para se compreender o futuro. Ele mostrou, com muita clareza, a falta de preparo das pessoas para o futuro em função de uma desorientação, devido às mudanças de curto prazo. Quer dizer, as pessoas pensam, normalmente, mais em curto prazo que em longo prazo. O curto prazo é o dia de hoje, o amanhã. Então, as pessoas estão muito mais condicionadas a esse pensamento menos elaborado. O futuro requer uma reflexão aprofundada, requer uma preparação maior. Por isso se constituiu em um setor de estudo e pesquisa na universidade.

Toda boa universidade no mundo tem um centro de estudos do futuro, como tem a nossa Universidade de Brasília, que tem a honra de ter o Profº Isaac Roitman como seu coordenador Então, eu chamaria a atenção para que Alvin Toffler, que nos mostrou de uma maneira muito clara a necessidade de conscientização das pessoas com relação ao futuro, para gerir acelerar as mudanças, de modo a conectar-se à preparação da população, da comunidade, do governo para se advir permanentemente acelerado por mudanças cada vez mais velozes.

Próximo, por favor. Ah, sou eu que vou mudar.

A importância do estudo do futuro é uma fixação que o homem tem desde a sua origem. Conhecer o futuro é tão antigo e atual quanto a própria humanidade. Quem não se lembra do Oráculo de Delfos. Antes da guerra, os guerreiros iam lá consultar: vai ganhar, vai vencer, vai perder a batalha. *A República,* de Platão, um clássico, é, no fundo, um estudo do futuro, em que ele faz uma analogia muito interessante entre o funcionamento do Estado e o corpo humano, uma antecipação da fisiologia humana e a sistemática do organismo público. Com os profetas bíblicos, o apocalipse é um estudo de futuro, desastrado ou muito pessimista, mas é. Temos os movimentos messiânicos no Império Romano, as previsões de Zaratustra e Nostradamus.

No Renascimento, *A Utopia,* de Thomas Morus, é muito curioso e considerado, na Idade Moderna, no século XVI, o mais revolucionário livro sobre o futuro. Curiosamente tudo faz crer que a descrição daquela ilha tropical seja a de Fernando de Noronha, porque foi o relato de um navegador português, Erasmo de Rotterdam, que foi repassado para Thomas Morus. Quem lê esse livro pode ir, pouco a pouco, associando algumas características que a ilha de Fernando de Noronha e o Brasil exatamente tinham, no imaginário, naquela época. E assim por diante.

Começa a fase mais científica e são os cientistas que vão, de certa maneira, destruir a superstição. Galileu e Copérnico com a astronomia, destroem a superstição medieval, indicando o pensamento científico, racionalista e crítico, que, a partir daí, vai dominar os estudos do futuro. Então, há uma mudança de paradigma, a partir desse século das grandes descobertas científicas. Os iluministas também trabalham com o futuro, tanto Descartes, como Newton, e os cientistas sociais – Marx, Darwin, o biólogo, e Hegel.

A ficção científica é um dos melhores instrumentos para se compreender o futuro. O trabalho pioneiro e extraordinário de Júlio Verne. Lembre-se de que Júlio Verne tem um livro chamado *A Jangada.* Jamais ele esteve no Brasil, mas descreve uma viagem descendo o Rio Amazonas. É impressionante.

Então, os estudos sobre o futuro ganham ainda maior dimensão com a contribuição do físico Albert Einstein. Ele revoluciona a Física, o determinismo espacial e temporal de Newton, e trabalha com o relativismo. E aí já não mais espaço e tempo são tão determinantes, são tão cruciais. E aqui há uma série de outros escritores.

Eu faço parte da World Future Society, uma sociedade que existe desde 1966. Foi feita uma pesquisa entre seus assinantes e H. G. Wells, professor da Universidade de Londres, estudante de educação a distância, escritor, romancista, foi eleito como o mais futurista do século XX, a partir dos associados dessa sociedade científica.

Temos, até mais recentemente, o Stephen Hawking, da Universidade de Cambridge, que trabalha com a dimensão de futuro e tempo. Talvez seja o último *best-seller* no assunto. Para entender e compreender o futuro, é necessária uma terminologia, um glossário. Não vou me estender, mas chamaria muito a atenção para os conceitos.

Estudo do futuro, que é a parte da visão acadêmica, de pesquisa; ser futurista é estar preocupado com a arte e a ciência, identificar as possibilidades de eventos futuros e colocar isso bem claro. Quando se fala em futuro, há que se precaver dos eventos malignos ou perigosos, mas também há que se saber como potencializar e aumentar a capacidade dos eventos positivos para as pessoas e para os países.

A arte de fazer futuração, de trabalhar com futurismo, é exatamente o comportamento racional, científico sobre o futuro. A palavra francesa que dá origem, *futurible*, surgiu nos anos 60, na França, Bertrand de Russell.

O *forecasting*, que é a ideia de planejamento, você se antecipar e projetar as tendências, sejam tecnológicas, sejam mudanças sociais, e *foresight*, que talvez seja a expressão mais usada para quem trabalha com estudo do futuro, que é no sentido de prospecção.

Trata-se de habilidade de antecipar e impedir os eventos perigosos ou malignos e levar sempre em conta aquela famosa fábula da formiga e da cigarra: precaver-se para evitar o pior. A formiga aí é citada sem nenhuma alusão ao autor que vos fala no momento.

Os estudos dos futuros pesquisadores. Há uma série, desde Herman Kahn, na Fundação RAND e no Instituto Hudson. Lembrem-se da criação de um lago artificial na Amazônia, foi um livro muito polêmico aqui nos anos 60, no Brasil. Ele foi chamado até de Dr. Strangelove, há um filme muito bem feito sobre as teorias daquela época, em que a Guerra Fria tem muita importância bem como a competição nuclear para os estudos do futuro. Mais um assunto, tal qual a conquista do espaço, também estudo do futuro, germinou muito nesse período.

Os estudos de Roma, que foram citados aqui pelo Senador Cristovam Buarque, em outro momento; os limites do crescimento, era um pouco excessivamente pessimista, muita influência do Ricardo ainda, aquele problema do crescimento entre população e alimentos, visão já superada pela revolução tecnológica.

Mais recentemente, chamo a atenção para a participação dos ambientalistas, desde a Rio-92, para o relatório da ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, quando fala nosso futuro comum, e Al Gore, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, que ganhou, respectivamente, o Oscar e depois o próprio Prêmio Nobel da Paz, trabalhando com mudanças climáticas, em *Uma Verdade Inconveniente*, filme, documentário, o livro. E o IPCC, juntamente com Gore, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Mais recentemente, o economista inglês que trabalha com mudanças climáticas Nicholas Stern.

Chamo a atenção para o seguinte, o Brasil se tornou conhecido graças a um estudo sobre o futuro. O livro mais popular sobre o Brasil até hoje escrito – isso em 1941, há 70 anos, depois, nada se escreveu com tamanha repercussão – foi o do Stephen Zweig. Era um famoso escritor austríaco, cuja especialidade eram biografias, inclusive de Maria Antonieta – aquele filme recente é baseado no livro do Zweig –, que se apaixonou pelo Brasil nos anos 30 e achava que aqui era uma civilização do futuro, naquela ideia da "Roma Morena", de Darcy Ribeiro. E veio se exilar aqui; era judeu, estava muito preocupado com o futuro da humanidade e veio para o Brasil. Mas a depressão fez com que ele, lamentavelmente, no ano seguinte ao lançamento do livro, se suicidasse aqui no Brasil, em Petrópolis. Existe, inclusive, em Petrópolis um museu, que é a casa onde ele residiu.

O Zweig faz uma coisa notável. Em 41, no mesmo dia, ele fez o lançamento – o Sr. Cristovam Buarque acaba de lançar um livro agora, lá em Doha, no Catar – desse livro em Nova York, na França, na Inglaterra, em Buenos Aires e no Brasil, em espanhol, em inglês, em português. O livro foi originalmente escrito em alemão, mas só foi lançado em alemão depois da guerra, por motivos óbvios.

Então, ele era um homem que pensava o futuro e se preparava muito bem, haja vista que não existia internet, não existia uma massificação da mídia, e ele fez um lançamento internacional, fazendo com que o livro, ainda hoje, como eu já disse, seja a mais conhecida publicação no Brasil. Para vocês verem como estamos despreparados para o futuro, nenhum brasileiro foi capaz, até hoje, de escrever um livro que marcasse o futuro do Brasil. Ainda vivemos, há 70 anos, na vivência idílica, romanceada por Stephen Zweig. Fica o desafio aos escritores aqui presentes.

Para fazer estudos futuros, há muitas técnicas: prospecção de cenário, Método Delphi, antecipação tecnológica e social. Fica aqui só a lembrança, Senador Henrique, porque esta Comissão, para cumprir, de fato, o seu desígnio, valeria a pena também fazer esse estudo científico sobre o futuro do Brasil.

Há pouco, conversava aqui com o mestre Ozires. Em termos de diagnóstico, todos os três falam – e falam muito bem – da situação do Brasil. A nossa dificuldade é ver, antever e se preparar para o futuro. Então, vamos nos deixar um pouco menos preocupados com o diagnóstico e vamos fazer a prospecção. Vamos nos preparar. Que futuro é este que queremos? Acho que a Comissão tem essa responsabilidade.

A ONU faz isso com muita competência. Eles têm um núcleo de estudos do futuro que, anualmente, faz uma pesquisa chamada "O Estado do Futuro" Eu recebo o questionário, que é enorme, para responder sobre o que penso sobre hoje e como será o futuro, o amanhã.

A pesquisa da ONU também se aplica à América Latina. Eu aqui trouxe algumas notícias referentes ao cenário mundial. "A visão da condição humana e perspectiva do futuro". Onde estamos ganhando? A humanidade está acertando onde? E aí mostra o acesso à água potável, melhoria da taxa de alfabetização, e assim por diante. Não vou me deter, porque é um estudo longo. É apenas para vocês saberem como isso se faz de maneira sistemática, científica, organizada e poderá dar muitos elementos à Comissão do Futuro, quer dizer, aplicar ao Brasil aquilo que já foi feito e se faz anualmente no mundo e na América Latina.

Onde estamos perdendo? Emissão de CO_2, anomalia da temperatura, desemprego total, consumo de combustíveis, níveis de corrupção – olhem aí, um fenômeno internacional –, número de pessoas mortas ou feridas em ataques terroristas, número de refugiados. Onde há incerteza? Número de países na corrida nuclear, população dos países livres, na democracia, área de cobertura florestal, débitos e serviços nos países de baixa renda e número de infectados por doenças emergentes. Onde há pequenos avanços? Aids, taxa de homicídio e investimento em ciência e tecnologia. Olhem aí, gente: a tendência mundial é diminuir os investimentos em ciência e tecnologia. E o Brasil está exercitando essa tendência, lamentavelmente.

Estado do Futuro- 2012, com relação a aspectos positivos: os países estão mais ricos, mais saudáveis e mais educados, vive-se mais, mais pacífico o mundo e mais conectado. E aí estão os aspectos negativos: aumento dos preços de alimentos, diminuição das reservas de água, aumento dos níveis da corrupção e do crime organizado, fragilidade do meio ambiente, aumento do endividamento, ampliação do fosso entre ricos e pobres. Apesar do crescimento da riqueza mundial, a distância e a desigualdade aumentam.

Qual é a conclusão desse estudo? O mundo enfrenta um dilema entre implementar e continuar crescendo as condições de vida humana e o aumento da complexidade, na escala global, dos problemas.

E o Brasil? Onde ficamos nessas quatro décadas?

Cresceram muito os estudos do futuro. Nesses últimos 40 anos, o Brasil mudou, deixou de ser agrícola, industrializou-se e agora se esforça para a inclusão social. O desafio para as duas próximas décadas, tão ou mais importante do que a anterior, é transformar crescimento em desenvolvimento, quantidade em qualidade, preparar-se para um futuro em que a mudança – e isso foi dito pelos três palestrantes que me antecederam – será cada vez mais rápida e o instrumento mais poderoso da transformação em curso.

A gente tem que correr com muito mais velocidade, porque estamos correndo e ficando no mesmo lugar. Quer dizer, tem que haver um ímpeto, uma aceleração muito maior para que o País não regrida perante o cenário mundial, de ser a 6ª ou 7ª maior economia do mundo e a 85ª em desenvolvimento humano. É um disparate, um paradoxo não explicado e não compreendido por ninguém.

Agora um pouco sobre a educação.

Vivemos uma época de tendência de educação globalizada. Esta reunião começou com a preocupação do Presidente Luiz Henrique com a ausência do Brasil ou das universidades do Brasil nos *ranks*. Nós não temos universidade internacionalizada. Nós exageramos no cientificismo. O País está preocupado em escrever *paper* científico, e muito pouco preocupado ou nada preocupado com o desenvolvimento tecnológico. Quer dizer, o nosso modelo deu certo por algum tempo; está superado este modelo. Por que a Ásia acertou? Fez um atalho. E o atalho foi a opção pelo tecnológico. Não é que eles não façam ciência básica. A ciência básica vai continuar, mas o que vai tornar este País competitivo é o domínio tecnológico. Então, a opção correta dos asiáticos é completamente diferente da imitação que o Brasil fez erradamente da Europa e dos Estados Unidos. O nosso cientificismo está nos atrelando a um subdesenvolvimento e a uma situação de pouca concorrência internacional.

Ali estão as tendências. As salas de aula, repito... Todas as evidências mostram: aprende-se menos dentro da sala de aula do que fora dela. Os brasileiros que foram fazer Ciência Sem Fronteiras ficaram chocados, porque praticamente não há aulas nessas universidades boas do mundo, há tarefas. Você recebe obrigações, vai pesquisar e volta para prestar contas do que fez. Assistir tradicionalmente a 40, 50 minutos de aula de um professor é exceção. Há seminários, conversas coletivas. Aula expositiva é um atraso, até para as crianças, imaginem na universidade.

Então há uma tendência, felizmente, de se diminuir a importância do espaço da sala de aula; carga horária vai diminuir cada vez mais. Aqui, fazemos o ensino tradicional. Até gostaria de dizer que a palavra "ensino" já está ultrapassada, é um paradigma da Revolução Industrial. Até a Unesco recomenda: o ensino é um caminho de via única do professor para o aluno. A aprendizagem é um caminho de via dupla: aluno aprende com o professor, o professor, com o aluno, aluno com aluno, aluno com a instituição.

Se a gente pudesse, na Comissão do futuro, evitar esse paradigma da Revolução Industrial seria muito bom, já nos preparando para o futuro. A Unesco declarou que o século XXI é o século da aprendizagem, e não do ensino. Temos de nos sintonizar com a modernidade.

Aí estão as tendências da educação globalizada, que estão chegando aqui, mas de maneira muito frágil ainda. Por exemplo, ainda trabalhamos com departamentos unidisciplinares. Isso não existe mais. As boas universidades do mundo estão trabalhando com setores, agregam por grandes setores. Departamento de Matemática, de História, de Economia, isso é um atraso. Já não tem mais sentido isso; tem de ser extinto. Há outra concepção do conhecimento. Esse é um conhecimento da época do Iluminismo, quando foi segmentada a ciência.

A ciência hoje, o conhecimento, não admite mais essa unidisciplinaridade. Temos de ser inter, pluri e multidisciplinares. É essa a educação globalizada que veio para ficar. E aí, muita influência da aprendizagem mista: o presencial e o *on-line*, a chamada *blended learning*. Depois de sair das disciplinas, temos de trabalhar com grandes habilidades, chamadas de *soft skills* Temos de trabalhar com mídia do conhecimento, com liderança, disciplina, comunicação, responsabilidade e autoaprendizagem, e o Prof. Isaac disse que nada disso fazemos na nossa universidade, o que é verdade.

As redes sociais são outra tendência. Elas vieram para dar a mesma influência que tem o *game,* a "gamificação" da educação: trabalhar com prazer, divertindo-se. A mesma coisa é o papel das redes sociais, mas, no caso do Brasil, estamos usando as redes sociais para fazer fofoca, quando se deveria fazer conhecimento. E isso se faz. A África está usando *mobile,* celular, para aprender. E o Brasil ainda não usa o celular como instrumento de educação. É incrível isso.

Outra tendência, Presidente, é os professores deixarem o chamado *drill and kill,* memorização e exercício à exaustão. Esse é outro paradigma antigo que não tem mais sentido. Hoje, é aprendizagem compartilhada, não mais esse decoreba infértil que nossas crianças são obrigadas a enfrentar no dia a dia da escola tradicional brasileira.

Outra influência, a grande preocupação em formar doutores, PhDs, o problema do cientificismos. Nós nos descuidamos da parte técnica. Os senhores que vêm de Santa Catarina, é um Estado que tem uma tradição técnica, devido à forte influência da Alemanha, e é o mais perfeito sistema educacional até hoje desenvolvido: alia-se a formação profissional à escola. No chamado sistema dual alemão, frequenta-se uma empresa e uma escola simultaneamente. Quer dizer, a empresa é parte da formação, e não apenas a escola.

Vamos adiante, por causa do tempo.

Aqui, um modelo a ser praticado no Brasil, e não o é, é a chamada Tríplice Hélice". É como se tivesse ali governo, academia e indústria. Essa combinação dos três é que faz a revolução educacional. E, na Tríplice Hélice, temos lugar para três esferas. As universidades criam firmas, através das incubadoras, o governo tem atitude de empreender. Em alguns setores, o governo é necessário, por falta da presença do setor privado. E a indústria provê capacitação. Quer dizer, hoje, toda empresa diz que, para ser competitivo, é necessário ter uma escola dentro da empresa, a chamada educação corporativa, ou executiva, que nome tenha. Mostra-se, na Tríplice Hélice, que as funções clássicas e tradicionais da empresa, da universidade e dos governos estão se modificando, para fazer uma revolução na aprendizagem.

O espaço do conhecimento, a universidade, instituto de pesquisa, no caso do Brasil, é um potencial subutilizado, pelo excesso de teorias. Em produção, nós somos o 13º maior produtor de artigos científicos. Para quê? Para colocar na prateleira? Qual é a serventia? Não transforma em patente, não transforma em invenção. Então, é uma satisfação pessoal, vaidade do pesquisador.

E as agências estão equivocadas: Capes, CNPq, Finep ainda avaliam com a métrica antiga, em que um artigo, um pedaço de papel é muito mais importante ainda do que o registro de uma patente. Isso é o velho paradigma que precisa ser modificado.

O consenso. O espaço de consenso. Temos aí também um exemplo no Estado do Presidente desta Comissão, os chamados parques tecnológicos. Florianópolis é um bom exemplo. O *campus* da Universidade de Santa Catarina é um misto de empresa associado à educação. Quer dizer, ali tem o caminho. A gente sabe como fazer. Então, precisamos replicar o que se faz em São Carlos, em Florianópolis, em Niterói, ou seja, fazer com que esses parques tecnológicos atuem junto à formação tradicional da universidade.

Vejam que ao longo dos quase mil anos – em 2088 a Universidade completa o seu primeiro milênio –, saímos da tradicional universidade de ensino, em que professor *magister dixit* passou 700 anos, a universidade é muito tradicional, para entrar a pesquisa. Em 1810, com Humboldt, ela entra na idade da pesquisa. Quer dizer, a educação clássica que ainda domina a educação brasileira; a universidade brasileira e a educação ainda são dos primórdios dos séculos X, XI.

Só no século XX passamos à universidade de serviço, à extensão universitária. E no século XXI, uma nova tendência, que é a internacionalização. Isso é pós processo de Bolonha.

O futuro da universidade no exterior. O que está acontecendo lá vai chegar aqui: temos de conviver com a escassez cada vez maior dos recursos financeiros para a educação superior. A educação superior vai ter, cada vez mais, de buscar financiamento externo, e não mais do Governo.

O aumento contínuo dos benefícios dos professores e servidores. Quer dizer, a tendência à reivindicação, cada vez mais, de maiores salários.

A redução do financiamento público da pesquisa. A mesma coisa. Vai-se buscar no setor privado o financiamento da pesquisa. Agora, a empresa tem interesse. Isso é uma associação. É aquilo da Tríplice Hélice: a empresa encomenda e a universidade realiza a pesquisa de interesse da empresa.

A tendência ao autofinanciamento pelo estudante. O Estudante vai ter que se endividar, como acontece nos países desenvolvidos, e depois pagar pela sua educação. E essa internacionalização vai se dar principalmente via cooperação internacional.

Os movimentos de globalização e regionalização têm feito com que a internacionalização da universidade, hoje, seja, uma realidade. Mas vejam bem, no Brasil, a universidade que tem mais alunos estrangeiros tem 5% de estrangeiros. E uma das características da internacionalização é ter professores e alunos estrangeiros. Nós não conseguimos atrair nem os alunos da América do Sul nem os da África de língua portuguesa. É um completo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – E já tivemos um exemplo fantástico com a USP nas décadas de 40 e 50 em que os professores eméritos viveram no Brasil.

O SR. MANUEL MARCOS FORMIGA – Perfeito. A missão francesa fundou a Universidade de São Paulo. É um fato inconteste.

Nós nos fechamos. Estamos muito provincianos. A universidade brasileira é provinciana. É trancafiada. Ela não tem projeção internacional. Falta classe mundial à nossa universidade. No entanto, há caminhos, como o Mercosul, a integração regional e continental nas atividades universitárias. Devemos fazer com que ela seja menos deslumbradas com a sua própria realidade local, enfim, fazer mobilidade, fazer diversificação e fazer intercâmbio e comparabilidade. É disso que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O ITA.

O SR. MANUEL MARCOS FORMIGA – O ITA é uma boa referência. Também foi feita por professores estrangeiros que vieram, principalmente, dos Estados unidos, em 1951.

As redes universitárias. Esse é o caminho. A solução não são as universidades isoladas, mas elas se constituírem em sistemas integrados através de redes. E a rede não tem hierarquia. A universidade é, por natureza, um órgão hierárquico, e as redes não admitem hierarquia, é completamente autoorganizada. E aqui estão bons exemplos: a mobilidade internacional, o programa Erasmus.

Mais de cinco milhões de jovens já circularam através do programa Erasmus Mundus. Hoje, no mundo, há mais de três milhões de alunos fora dos seus países de origem. Para os asiáticos – Coreia, Índia, Taiwan, China –, é quase uma obrigação fazer um semestre num país diferente, como parte da sua formação de graduação. A China tem meio milhão de bolsistas no exterior. Foi isso que fez com que a Presidente ficasse desafiada a criar um programa, que, diga-se de passagem, foi mais agressivo e bem-sucedido programa de intercâmbio internacional do Brasil, o Ciência sem Fronteiras, agora já atingindo mais da metade da meta prevista de 101 mil bolsistas. Então, aqui é um exemplo típico da nossa capacidade. Quando há determinação, não faltam recursos para fazer. O Ciência sem Fronteiras devia estender e fazer com que tenha o caminho de volta. Ao invés de só mandar para lá, trazer estudantes para cá. É essa falha que eu acredito que o Ciência sem Fronteiras terá de corrigir.

Já concluindo, para a tranquilidade de todos, aqui há algumas indicações da Universidade do Futuro. Ela está em construção, não tem um modelo rígido, mas certamente a palavra universidade já não se presta

mais. Hoje é muito mais um trabalho de diversidade do que de universidade, como foi na idade medieval. Há algumas características muito interessantes.

O Brasil tem poucas universidades, mas temos 220 universidades num universo de 240 instituições superiores. Nós escolhemos o caminho mais fácil, com escolas isoladas, faculdades pequenas, quase uma extensão do chamado colégio de 3º grau, o que é um equívoco. Precisamos de universidades sólidas, mas isso se deve muito à facilidade da escolha e à falta de planejamento dos organismos educacionais brasileiros. Setenta e oito por cento dos cursos oferecidos são de Ciências Humanas Sociais.

Não precisamos, é um excesso desnecessário ter dois milhões de brasileiros fazendo Direito. Para quê? Para ganhar um pedaço de papel, porque não vão conseguir emprego. Temos 1,6 milhão fazendo Administração. Não há necessidade. Enquanto isso, temos 4,8 fazendo Engenharia. Aquilo que o senhor falou, são 320 mil alunos, e só conseguimos formar 40 mil engenheiros por ano.

O MEC mostra, numa pesquisa do Inep, que, para conseguir um aluno de engenharia, para sair dali um engenheiro, são necessários 860 alunos na educação básica. Está totalmente errado. Na Coreia, 29% dos alunos fazem Engenharia. No Brasil, 78% fazem Ciências Humanas e Sociais. Quer dizer, faltou planejamento, cresceu demasiadamente esse setor, e não podemos continuar sendo um país de estudantes de Humanas e Sociais. Temos de fortalecer a área tecnológica.

Finalizando, a rede de pesquisas também é uma saída. Saímos da fuga de cérebros. O Brasil não tem mais esse problema, diferentemente dos países latino-americanos e, com essa mobilidade internacional, estamos aumentando a circulação de cérebros. Foi comentado aqui pelo Lummertz o *brain circulation*. Isso torna a educação muito mais barata e muito mais renovada.

Chamo a atenção para a importância do conhecimento. Educação, Senador, é importante, mas – eu tenho discutido isso com o Senador Cristovam Buarque – ela é apenas um dos cinco pilares. Conhecimento é que é o problema. Educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação é que compõem o que chamamos, genericamente, de conhecimento. É nisso que temos que avançar, não apenas em educação. Educação é apenas um dos cinco pilares necessários à extensão do conhecimento. Portanto, temos que observar o que está sendo feito no exterior, mas os nossos problemas são muito diferentes e muito mais aprofundados.

Então, a solução é aquilo que o Ministro Ozires disse. É criatividade, é ousadia, é sair do diagnóstico e botar a mão na massa; é a prática, é mudar o paradigma e fazer a revolução tecnológica para tirar o atraso do País de renda média em que estamos aí atolados e sem nenhuma perspectiva de médio e curto prazo de sair desse impasse.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Manuel Marcos Formiga e, abrindo o debate, concedo a palavra ao ilustre Relator, propositor desta audiência, o ex-reitor da Universidade de Brasília, Prof. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, quero dizer que geralmente temos quatro falas que se complementam tão bem. Cada uma trouxe uma visão diferente.

Começando pela última, do Prof. Marcos Formiga, em que ele deu uma análise do que é o futuro, como pensar o futuro, para que pensar o futuro, uma teoria do futuro, o que se chegou a chamar de futurologia, como ciência do futuro; não a percepção de como o futuro é, mas a metodologia que se deva usar.

Mas não quero demorar muito, até porque já são 11 horas, e já estão cobrando a gente. Quero me concentrar numa pergunta – na hora de fazer o relatório, vou trabalhar tudo que vocês colocaram – que é a seguinte: coloquei aqui – vamos ver se as pessoas passam – uma coisa bem concreta, a situação da USP. Aqui são as principais, vou pular isso e vou direto. Aqui está a USP; aqui estão as universidades ao redor. A minha pergunta será: como fazer se isso aqui subir em relação às outras? E, mais do que como fazer, é se o que se pode prever é que ela caia, porque essas aqui sobem, ou ela sobe porque essas aqui não sobem? E aí coloquei dez vetores para fazer com que uma universidade cresça, ou seja, o que cada uma dessas precisa ter para crescer. Quero ouvir a opinião de cada um dos senhores se esses são os vetores e se o Brasil está indo bem nesses vetores. Coloquei esses dez vetores – esqueça aquele último, porque já está contemplado. Primeiro é o esforço na educação de base, sem isso a gente não terá a condição de dar o salto.

Quando falo a USP, falo no conjunto das universidades brasileiras, porque uma só a gente pode fazer subir, concentrando tudo ali. Temos uma quantidade enorme de alunos despreparados, mas a gente escolhe, com 200 milhões de habitantes, 200 geniozinhos e coloca numa universidade igual, pega o dinheiro todo, concentra ali, e termina ela subindo; mas, de um ponto de vista geral, quero saber se estão de acordo que um dos vetores fundamentais para que um país tenha um setor universitário crescendo é isso aqui. E aí a pergunta que faço: nisso aqui, estamos indo bem, cuidando do vetor, ou não estamos indo bem? Sobretudo, precisava de um estudo mais detalhado comparando com aqueles outros países. Por exemplo, a China está fazendo um

esforço maior do que o do Brasil em educação de base, o Canadá está fazendo um esforço maior, a Índia, a Nova Zelândia, a Alemanha, a Rússia, a Itália, os Estados Unidos.

Esses aqui estão fazendo um esforço melhor do que nós em educação de base? Se eles estiverem, o que eu estou colocando aqui é que, provavelmente, essas universidades têm mais chances de saltar do que a nossa.

Então, o primeiro vetor seria a educação de base.

O segundo – e nisto eu quero manifestar meu débito com o Marcos Formiga, foi ele que me chamou a atenção disso – é a estabilidade institucional onde está a universidade. É impossível, a meu ver, saltar, tendo greve todos os anos; um Instituto não sabendo se vai ter dinheiro ou não para o ano seguinte e quais serão as prioridades que o Governo define. Então, a estabilidade institucional, sem ela a gente não vai conseguir dar o salto.

Eu não vou voltar a outros países, mas aqueles países estão com mais estabilidade institucional ou menos do que o Brasil no que se refere, não à democracia, eu falo no que se refere ao sistema universitário? O sistema universitário brasileiro conta com uma estabilidade institucional ou não? Eu creio que não, se há greves e, mais, a briga a cada ano por recurso. Não se sabe, se começar uma pesquisa hoje, se, daqui a três anos, essa pesquisa vai continuar tendo dinheiro; o CNPq muda de linha, a Capes muda de sistemas de avaliação. Então, a gente rouba a estabilidade institucional, que é fundamental para tudo. Um empresário, sem estabilidade institucional um empresário não consegue investir como deveria.

Mas em relação à convivência internacional na universidade, de que diversos dos senhores já falaram, nós estamos indo melhor ou pior do que aqueles outros países na convivência internacional de nossa universidade?

A despolitização e meritocracia. Nós estamos indo na contramão ou favorável à mão nesse setor? O Dr. Ozires falou nisso aqui. Eu tenho a sensação de que a gente está indo na contramão. Nós estamos politizando cada vez mais. A escolha do reitor é um exemplo disso, tem sido um sistema de politização.

Eu creio que a eleição direta de reitor era até necessária, num certo momento, para balançar a instituição, mas, depois de 25 anos, talvez não seja mais o caminho. E, aí, eu pergunto: os outros países, eles estão na contramão ou não?

Investimento, ensino superior, ciência e tecnologia. Tem um pouco a ver com convivência, com estabilidade institucional, mas não é o mesmo. Você pode ter estabilidade institucional e não ter investimento.

Então, nós estamos indo melhor ou pior do que aqueles países nesse ramo? Eu estou aqui propondo um estudo, um estudo que demoraria certo tempo fazer, porque seria preciso analisar cada um desses países, como eles têm se comportado, pelo menos nos últimos dez anos.

O sexto: a inserção em meio favorável no setor produtivo. O Dr. Ozires falou, e o Vinícius falou. Nós não estamos bem nisso. Nossos empresários têm uma alergia à universidade, e as universidades têm uma alergia ao setor produtivo. Cada vez que se colocam recursos privados na universidade – e o Professor Vinícius falou disso –, a universidade fica com raiva. Como ele mesmo lembrou, fala-se que está privatizando".

Um dia desse eu li que um empresário brasileiro vai doar uma biblioteca a Harvard. Não é por falta de patriotismo dele, é porque para ele doar dinheiro numa universidade brasileira é tão difícil – eu estou lembrando que o senhor falou isso, Prof. Vinícius. Tem-se que pagar imposto para doar dinheiro a uma universidade no Brasil; nos Estados Unidos, você é isento de imposto. Não sei qual foi que falou na Lei Rouanet; tinha de haver um sistema que facilitasse, mas, também, trazer o setor produtivo para dentro das universidades e as universidades conviverem com o setor produtivo.

Sétimo vetor: formação, valorização, avaliação e formação continuada dos professores. Nós estamos indo bem ou não nisso aqui comparado com outros países? Eu tenho impressão, sinceramente, de que, hoje, não na educação de base, mas nas universidades, nossos salários não são ruins comparados com os outros países. Não estou seguro, mas eu acho que na educação de base é uma tragédia quando a gente compara os salários brasileiros com o dos países onde vai bem a educação. Eu não sei no setor universitário, mas valorização não é só salário.

Oitavo: liberdade para reorganizar dentro das mudanças e tecnologia de informação e comunicação. Aqui o Marcos Formiga falou, e o Isaac falou uma coisa que me tocou muito: que é a ideia de que o quadro negro tem que ser superado em favor disso aqui, mas colocaria que está faltando – o Formiga falou – liberdade para reorganizar-se, ponto, não só diante das mudanças de tecnologia de informação, mas também nos núcleos multidisciplinares, em outras formas de organização, no ensino a distância, na sala de aula. O Isaac falou disso para a educação de base, quando falou da cara dos meninos.

A melhor avaliação realmente, o Prof. Isaac mostrou, de uma boa educação é a cara dos meninos. Vale mais do que Enem, vale mais do que Ideb, e eu acrescentaria a cara dos professores também. Então, liberdade para organizar-se. Nesse aqui, talvez, estejamos melhor do que outros países, mas vale a pena pensar.

Nove: mudança no perfil das áreas. E, aqui, muitos falaram. O último, o Prof. Marcos Formiga, levantou aqui. Nem vou lembrar os números que ele deu, mas eles assustadores da nossa opção pelas humanidades,

deixando de lado isso aqui, que é o que vai permitir dar o salto, porque o que nos faz ser comparados com os outros países é muito mais isso do que as áreas de ciências humanas e sociais. Muito mais. E a gente caiu nessa facilidade de estudantes que não sabem Matemática. Em vez de a gente melhorar a Matemática na educação de base, a gente mudou o perfil dos alunos no ensino superior.

Os outros países como é que estão nisso aí? Estou falando daqueles países do entorno da USP, mas volto a insistir: esqueçamos a USP e coloquemos aqui todos as universidades brasileiras. Vamos para baixo aqui. O Canadá está melhor ou pior do que nós no perfil dos alunos nas áreas de exatas? A Holanda está melhor ou pior? Itália? Estados Unidos? Mais uma vez a Itália. Então, aqui se esse país for bom, a chance de que essas duas subam mais do que nós é maior até aqui. Então, estamos melhor ou pior do que esses países no que se refere a perfil do aluno nas áreas de exatas?

Finalmente, a abertura vocacional para novas áreas do conhecimento, a que no Brasil se reage muito. Aqui está a professora que ajudou a criar o curso de Ciências da Computação, a Professora Anita, que estava aqui.

Eu me lembro quando a gente foi criar o Departamento de Ciências da Computação, Senador, na UnB. Houve uma reação absurda dos professores que diziam: "Não existe essa área". Existia Matemática, existia Estatística, existiam essas áreas. Computação não era uma área do conhecimento. Foi duro, duro! Como essa, há muitas.

Um dia desses, alguém me falou que conversou com um aluno brasileiro que está em Harvard e perguntou o que ela estava estudando. Ela disse: "Eu estou estudando Informática, eu estou estudando Biologia, eu estou estudando isso, isso, isso". Eram cinco coisas. "Mas qual dessas?". Era uma mistura de todas. "O que estou estudando é a mistura de tudo isso".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah é, você me mostrou uma vez essa sigla.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Exatamente.

Nós estamos bem nessa abertura vocacional para novas áreas do conhecimento? Eu acho que não estamos. Não sei se os outros países estão, mas nós não estamos. Nossas caixinhas departamentais continuam aprisionando as universidades. E, do mesmo jeito que a gente tem novas áreas, há áreas obsoletas. Há cursos que, de vez em quando, devem ser fechados.

Eu não estou dizendo que demita; aposenta, dá uma proteção, dá um treinamento para mudar de área. Mas há áreas que vão ficando obsoletas com o avanço do conhecimento. Daqui a pouco, há áreas em que o computador faz todo o trabalho sem precisar do profissional. Então, novas áreas do conhecimento.

Estamos melhores ou piores do que aqueles países?

Esse aqui é mais um item, mas acho que este – a prioridade do gasto público – a gente pode colocar aqui dentro.

Pois bem. Eu quero fazer – temos tempo, não sei, Senador – duas perguntas: uma é se são esses os dez vetores. Ou quais desses os senhores eliminariam como não importantes e que outros eu esqueci. E, segundo, se têm ou não conhecimento – eu sei que é uma pergunta muito difícil de fazer, assim de surpresa –, pelo sentimento de vocês – não vamos falar no conhecimento – se esses outros países aqui estão indo melhor ou pior do que nós nesses vetores.

Esse é um estudo que eu gostaria de ver alguém fazer, com detalhe, analisando, sentando sobre qual é a situação de cada um dos vetores nesses países. Isso não vai dar para fazer hoje, mas eu pergunto o sentimento de vocês: esses países estão indo melhor ou pior do que nós estamos naqueles dez vetores, se forem os dez vetores que os senhores acham que são os corretos, ou se são 12 ou 15, ou se alguns daqueles não valem mais?

Então, são essas duas perguntas. Uma, eu creio que é possível mesmo com a experiência de vocês responderem. São esses os vetores que farão nossas universidades melhorarem ou não? Tem gente que vai chegar para mim e dizer: "Não, só tem um. É mais dinheiro." Se a gente consultar, por exemplo, as associações de professores das universidades, elas vão dizer que só tem um vetor: dinheiro. Eu acho que é um equívoco achar que é só dinheiro. Vejam que eu coloquei "dinheiro", mas é um equívoco achar que é só isso. Mas são dez? São oito? O que os senhores acham disso? E, depois, o sentimento. Vocês acham que o entorno onde estão as nossas universidades, os vetores, se nós estamos indo bem ou mal em comparação com os outros países. Só essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Antes de passar aos ilustres convidados, para que eles possam responder a essa indagação, eu gostaria de deixar outra indagação também, mas começando com alguns comentários.

A partir do que disse o Prof. Formiga, que nós temos – acho que foi o Prof. Formiga ou o Prof. Ozires – quantidade, mas não temos qualidade, eu lembro que, numa conferência em Joaçaba, o sociólogo italiano Domenico Di Masi foi informado por um reitor de uma das nossas universidades que estava batendo no peito

de orgulhoso, dizendo o seguinte: "Veja, Prof. Di Masi, nós já temos quatro faculdades de Turismo em Santa Catarina". E ele respondeu, naquele estilo dele, objetivo e ríspido: "Por que não têm uma boa?" *(Risos.)*

A outra observação que eu gostaria de fazer é relativamente aos *royalties* para a pesquisa – *royalties* para o pesquisador, *royalties* para o professor universitário –, porque não se pode potencializar a pesquisa na universidade através da concessão de *royalties* aos pesquisadores, que é o que os países que estão à frente de nós fazem. Eu lembro que na nossa Lei de Inovação nós criamos os *royalties* para o pesquisador, o que não tem na Lei de Inovação Federal, o pagamento de *royalties* para o pesquisador.

A outra questão que eu queria mencionar, ressaltando aqui essa idiossincrasia entre a universidade e a empresa, é o fato Embraco. A Embraco construiu um laboratório de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina. Até hoje se contesta isso, até hoje se chama isso de privatização da UFSC. Isso resultou num processo judicial contra o reitor. Ele criou uma fundação, e o processo judicial contestou a legalidade daquela fundação que amparou aquela instituição no *campus* universitário.

Pois bem, qual foi o resultado desse processo? A Embraco foi criada para produzir compressores de refrigeradores, que é o cérebro do refrigerador, é o coração do refrigerador. Importou tecnologia dinamarquesa, da empresa Danfoss, e o compressor era um caixote, era enorme. Através dessa parceria, o compressor foi reduzindo de tamanho e passou-se por uma nova fase na era dos compressores, o compressor ecológico, que não emitia gás poluente. CFC, para a atmosfera. E agora está desenvolvendo a nova fase, que é o compressor que não usa óleo; e o compressor passou a ser desse tamanho, reduziu ainda, minimizou, resultado dessa parceria, que continua contestada, violentamente contestada.

Então, a integração entre a empresa e a universidade é fundamental, entendo.

Mas a pergunta que vou fazer é a respeito da virtualização do ensino. Já foi dito aqui que se tem que romper as paredes da sala de aula, e anotei aqui a frase do Prof. Formiga, de que a aula expositiva é um atraso até para as crianças, e eu não diria até para as crianças, principalmente para as crianças.

Eu tenho uma ideia que persigo há muito tempo. Por que não usar a tecnologia da informação e massificar o aprendizado através da televisão e dos computadores, começando com a pré-escola? Como o Brasil é um continente monolíngue e como o inglês hoje está realizando aquela utopia do esperanto, está se tornando uma língua universal, por que este País não adotar, começando pela pré-escola e depois avançando, até chegar à universidade, o ensino virtual, o ensino a distância, bilíngue – português/inglês –, dentro daquilo que o Prof. Vinícius falou, que é uma experiência de uma fundação americana em Cingapura; lá eles fazem inglês e mandarim. Por que não iniciarmos as nossas crianças na pré-escola no português e no inglês? E aí tem uma coisa chave, que é a conscientização dos pais: os pais entenderem que a criança esteja ali assistindo àquelas aulas ou interagindo naquelas aulas.

Então, eu faria essa pergunta à Mesa, como é que a Mesa veria essa pergunta, como é que responderia essa pergunta, dentro daquela preocupação que foi de todos, de que o diagnóstico está feito, é preciso partirmos para uma verdadeira revolução na educação.

Este País precisa de uma revolução e, para fazer uma revolução, não vamos voltar à Grécia antiga, onde o professor lecionava sentado em uma cadeira, e o aluno assistia de pé; era um professor e um aluno. Na Idade Média, se ampliou, com um professor e 40 a 50 alunos. E por que não, agora, multiplicamos para milhares de alunos a mesma lição, e uma lição audiovisual que tenha uma capacidade de informação e aprendizado muito maior?

Seria isso.

Mas, antes de dar a palavra aos nossos convidados, vou trazer a contribuição de uma internauta, a Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, que faz a seguinte pergunta: "O Brasil precisa de um pacto federativo sério [aquilo que a gente vem falando, não é, Prof. Cristovam], investimento em educação de base, cultura e meio ambiente e, sobretudo, ele precisa interiorizar o ensino superior".

Anna Flavia, o Prof. Ozires ficou muito interessado em interagir com a senhora, respondendo a essa pergunta, e ele lhe envia o seu *e-mail*: ozires@uol.com.br.

Eu passaria à Mesa também esta pergunta que foi apresentada por essa brasileira, se não me engano, residente em Santa Catarina.

Concedo a palavra, invertendo a ordem que aqui estabelecemos, ao Prof. Manuel Marcos Formiga, para os seus comentários finais.

O SR. MANUEL MARCOS FORMIGA – Dois comentários rápidos. Primeiro, o decálogo do Senador Cristovam Buarque. Ele conseguiu sistematizar e organizar uma série de fatores que se mostram como elementos vitais para a mobilidade, seja da USP, seja da universidade brasileira. Então, os pontos centrais estão aqui, Prof. Cristovam. A identificação está feita. Agora, é como fazer. É essa pergunta que a gente tem de tentar responder, dizer o que fazer e como fazer. Esse seria o próximo exercício nesta Comissão.

Com relação à virtualização da sala de aula, é inexorável, Senador Luiz Henrique. Temos de sair dessa aula tradicional em que o professor é o ator principal, o que não deve ser mais – o ator principal da aprendizagem é o aluno; o professor é apenas um facilitador, um orientador, um monitor – e retirar do professor esse protagonismo e colocar em quem de direito: no aluno.

E a virtualização facilita muito isso, até porque as crianças que chegam, como toda aquela deficiência do analfabetismo funcional que grassa no Brasil, elas chegam com um nível de informação e um domínio em informática sempre superior ao do professor. E é por isso que os professores temem os alunos cada vez mais, porque eles não conseguem, por tecnofobismo, por atraso e até por bloqueio mental, acompanhar o desempenho dos alunos nessa parte de uso de TICs, de jogos inteligentes, de redes sociais. Então, temos que preparar os professores para que eles possam, com mais flexibilidade, com cabeça mais aberta, utilizar essa virtualização.

A chamada *blended learning*, a aprendizagem mista, hoje é dominante. Hoje, se se perguntar qual o tipo de educação que mais cresce no mundo, as estatísticas comprovam: é o *e-learning*. O *e-learning* tem essa capacidade de ainda aproveitar o lado bom da educação tradicional presencial com a modernização dos meios de comunicação.

Pierre Levy, um dos gurus dessa área, diz o seguinte: temos sete bilhões de habitantes, hoje, na Terra. Três bilhões e meio, pelo menos metade, está estudando ou querendo estudar. Não existem professores em número, prédios físicos capazes de atender tamanha demanda por conhecimento. Então, a saída obrigatória é o uso, cada vez mais, das TICs, da virtualização, da "gamificação", das redes sociais e dos instrumentos que estão aí, cada vez mais baratos, para melhorar a qualidade da aprendizagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Formiga.

Vou conceder a palavra ao Professor Ozires Silva, que tem horário de avião e precisa, em seguida, nos deixar.

O SR. OZIRES SILVA – Eu não deveria dizer isso porque os aviões em geral decolam na hora, mas são o meio mais sofisticado, caro e rápido para chegar atrasado a qualquer lugar. Acho que eu não deveria dizer isso.

Acho que todos nós temos uma conclusão clara de tudo que aconteceu aqui e que acontece em vários plenários. Tem a lista aqui do Senador Cristovam, tem o que foi dito aqui pelo Formiga, por todos os demais participantes, pelo próprio Senador Luiz Henrique. A lista é gigantesca do que nós temos que fazer para transformar o nosso País e caminhar para frente.

No passado, nós vimos que líderes mudaram uma série de coisas. E o Senador usou a palavra "revolução" na educação.

Revolução se faz com revolucionários, com pessoas. Como essa lista é gigantesca, eu diria que nós precisamos de líderes revolucionários, corajosos e ousados, que possam enfrentar cada um desses itens que foram colocados aqui e muito mais, porque o comportamento de uma sociedade é muito mais complexo do que podemos colocar em listas e coisas dessa natureza. Então eu insisto em que nós temos de ter líderes que façam a diferença.

Se olharmos para a história, nós nos lembraremos desses líderes que mudaram as direções. Podemos voltar ao Século XIX com Napoleão, mas houve vários outros com que aconteceu no mundo inteiro.

Eu sugeriria que nós determinássemos quais são os líderes que poderão fazer esse trabalho. Normalmente não se identifica um líder antes de ele se tornar líder; identificam-se líderes pelo que eles fizeram. Mas não estamos falando num caso de evolução; nós estamos falando de revolução. Quer dizer, é uma coisa muito mais séria e muito mais complexa.

Nós vimos que as realizações são apontadas. Eu mesmo trouxe o nome de Steve Jobs, o Prof. Formiga trouxe uma relação de pessoas que foram diferenciadas e fizeram diferença. Eu acho que nós estamos precisando disto: de pessoas diferenciadas que façam a diferença.

De modo que eu lamento ter que sair um pouco mais cedo, agradeço muito a gentileza do convite, mas, sem dúvida alguma, como última mensagem, eu diria: vamos, com coragem, avançar. Da mesma maneira que na minha vida eu tive um grande líder que mudou a história da fabricação de aviões no Brasil, o Brigadeiro Montenegro, com a criação do ITA, eu acho que de pessoas dessa natureza nós precisamos, e muito. Vamos fazer como Diógenes: tentar identificar na multidão aqueles que possam fazer uma enorme diferença. Listas virão muitas, mas sem dúvida não se trata mais de evolução. Nós estamos falando de revolução, que é uma palavra que o senhor colocou muito propriamente aqui.

Perdoem-me por sair antes. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradecendo ao Prof. Ozires Silva, concedo a palavra ao Professor Vinícius Lummertz Silva.

O SR. VINÍCIUS RENÊ LUMMERTZ SILVA – Primeiro, sobre o decálogo do Prof. Buarque.

Quero dizer que existe algo que perpassa e transpassa praticamente todos os pontos – a ideologização de um lado, e o conservadorismo de outro –, presente em todas as antíteses dos pontos que estão por trás da sua colocação e de uma democracia corporativa e de ceder a ela, ao politicamente correto, ao emanado politicamente correto. E de um sentimento que eu ilustraria da seguinte forma nesses casos: ideologia que muitas vezes esconde fisiologia. Se o senhor percorrer todos os dez, o senhor vai encontrar em cada um deles essa barreira; é a mesma barreira.

E a pergunta que se faz aqui, também para ajudar, concordando com as dez abordagens, é: qual seria a função de cada coisa dessas transformada na relação com cada um daqueles países e as suas estratégias? A estratégia universitária tem a ver com a estratégica de país. Qual é a intenção do país nesse caso? A resposta para isso acho que todos nós demos um pouquinho, e o senhor criou o *framework*, o senhor criou o quadro. Mas eu diria o seguinte, para resumir – é o que eu entendo e a minha mais singela, porém, do meu ponto de vista, a melhor contribuição que eu posso dar a esta Comissão, Governador: *follow the money*. Nós temos que criar sistemas pelos quais o recurso vá para o lugar aonde ele deve ir. Se, como nós falamos aqui, essas fundações – Oswaldo Cruz, ITA, FGV – pudessem receber mais dinheiro para botar mais alunos – eu não estou aqui combatendo o sistema das universidades federais –, talvez as universidades federais acordassem para o fato de seguir um caminho semelhante. Se entidades como IDMEC ou Insper pudessem receber alunos com recursos, com bolsas públicas, talvez isso também acontecesse; escolas de engenharia acontecessem a partir do setor produtivo.

Nós não podemos negar que, por mais que se queira que a universidade seja uma visionária, os setores produtivos estão prospectando suas vidas, estão cuidando de seus interesses. Nós, do Ministério do Turismo, sabemos o universo do turismo, mas quem sabe onde botar o hotel é a Accor. Ela está estudando a questão do turismo do ponto de vista do seu dinheiro.

Então, vá atrás do dinheiro. E falemos abertamente: dinheiro é importante, é o recurso público, é o recurso do público, que deve ir para o lugar onde ele renda mais. Então, o sistema deve olhar para onde vai o recurso público e construir aquilo que dá mais resultado para o País, e, sem dúvida nenhuma, o senhor tem o guia dos dez pontos.

Com relação à virtualização do ensino, eu enfatizaria, concordando com o Prof. Formiga, o Prof. Ozires e as colocações do Senador Luiz Henrique, que há mais um ponto positivo: menos custo e é muito mais democrático. A melhor aula possível que a Knowledge Universe está dando lá em Cingapura, nas escolas que estão desembarcando na Índia e na China, nas duas línguas, além do mandarim, também o hindi, vem em formato virtual. A melhor aula sobre a Guerra da Secessão é escolhida e passada, e o professor é treinado com o aluno. Esse é o segredo do treinamento do professor nesse modelo.

Muitos professores têm medo, têm receio de dizer que não sabem, que não estão atualizados, agora, a melhor aula da melhor escola secundária de São Paulo poderia ser dada pelo melhor professor de forma virtual para uma escola em Rondônia, na escola mais distante do interior daquele Estado, e seria a mesma aula. Então, há o aspecto do custo e da democratização. Indubitavelmente, é um elemento de democratização brutal que está em nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Hoje nós só temos isso com as novelas. As novelas vão para todo canto, lamentavelmente.

O SR. VINÍCIUS RENÊ LUMMERTZ SILVA – Só para finalizar, Governador, eu gostaria de relativizar a questão física. Um dos maiores lançamentos agora em Paris aconteceu numa universidade de tecnologia que está explodindo. Não há salas de aula. Sabe o que há lá? Há um grande galpão, todo mundo tem um computador, quem chegar pega – algumas pessoas dormem debaixo da mesa. É virtual; eu não preciso ir, mas eu vou porque eu aprendo com os outros alunos. Não há professor. Os monitores entram na sala e respondem perguntas. E os alunos, cada um tem o seu negócio, o seu projeto, como no MIT. Cada um tem que fazer um projeto, e eles perguntam, conversam entre si, fazem negócio, montam empresas. É livre. É um enorme *campus party*. Todas essas fórmulas novas deveriam ser incentivadas, e a variedade, inclusive, dentro da descentralização: "Quem quer fazer isso? Ah, a Bahia quer fazer; então, ela faz isso." E haveria dinheiro para isso; *follow the money*, põe dinheiro nas coisas que... Se faz aqui cooperação, Governador, com EGC, com Ensead, com universidade, mas não há uma participação de dinheiro, de recursos para que mais pessoas possam fazer. Está isolado.

Então, só para refinar o último conceito aqui em que eu ainda não toquei, que é em relação ao benefício da pré-escola até os 12 anos, que foi mencionado aqui pelo Prof. Roitman. Esse é o investimento mais barato. O Governador dizia e tem razão. Esse é o investimento mais barato: de zero a sete, zero a quatro, zero a sete, zero a doze. Novamente nós somos vítimas de um sistema corporativo ideológico que não permite entradas. Nós deveríamos fazer grandes e novas experiências. Eu acho que o que Senador Luiz Henrique estava falando de se permitir experimentação, de criar esses elementos de experimentação usando o virtual, usando inova-

ções radicais e cooperação internacional. A própria Knowledge Universe é uma de dez ou vinte experiências mundiais que poderiam ser incubadas aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Vinícius.

Para encerrar com chave de ouro este debate, concedo a palavra ao nosso mestre, Prof. Isaac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Obrigado pela chave de ouro.

Eu queria fazer primeiramente um comentário desses vetores apresentados pelo Prof. Cristovam Buarque – prefiro chamá-lo de professor a chamá-lo de Senador. Todos eles são importantes. Eu colocaria um adicional para avançarmos no ensino superior com a visão de termos uma sociedade melhor, o 11º – vou romper o Moisés, que deu só 10 mandamentos, então, estou sugerindo 11º –, que o cenário permanente do ensino superior levasse ao exercício da responsabilidade social.

Na realidade isso vale para todo o sistema educacional. O valor principal é que nós temos que incutir nos nossos estudantes, são aqueles limites éticos que eles respeitem na sua vida pós-educacional, que tenham solidariedade, que aprendam a conviver com a diversidade, que aprendam a respeitar o meio ambiente e assim por diante.

Agora, de todos esses vetores eu acho que o primeiro é fundamental, porque é o esforço em educação básica. A universidade pode, além de formar professores contemporâneos para educação básica, ir, por intermédio dos estudantes de graduação e de pós-graduação, fazer palestras, fazer demonstrações – e os professores também – e chamar os estudantes do ensino básico para a universidade. Façam isso no fim de semana, façam isto no período das férias escolares da universidade: tragam os estudantes. Inclusive, fazendo isso, podemos colocar a universidade no horizonte de jovens da periferia.

Então, acho que é importante, porque nós não vamos ter uma boa universidade se a matéria-prima que entra nela for ruim. Eu faço até uma imagem de a gente contratar um *gourmet* francês para fazer um banquete para nós e dar para ele de matéria-prima um arroz vencido, um tomate estragado e uma carne embolorada; não vai sair um bom prato. Se não tivermos os egressos de ensino médio, vamos sempre trabalhar por baixo. Eu acho que, dentre esses vetores, o principal é esse esforço: é urgente a universidade poder ajudar na conquista da qualidade da educação básica.

Com respeito à intervenção do Senador Luiz Henrique, falando da televisão, eu lembro que, em 1987, eu participei de uma comitiva brasileira para fazer intercâmbio educacional com a China. E quando nós estávamos na comitiva esperando uma condução, encostou ali um chinês numa bicicleta. Falando em inglês, me perguntou de onde nós éramos. Para surpresa minha, o inglês dele era muito bom e ele conhecia Brasília, conhecia Juscelino Kubitschek, conhecia, evidentemente, o Pelé, e eu perguntei a ele como é que ele aprendeu a falar o inglês. Ele falou: "Eu trabalho o dia todo, das 8h às 10h da noite, a televisão estatal dá curso de Inglês. Ora, das 8h às 10h, o que a televisão aberta mostra? Essas novelas mencionadas pelo Senador Luiz Henrique. E nós temos capacidade tecnológica e artística para fazer bons programas. Na TV Globo, aquele programa da escola passa às 5h da manhã. Quer dizer, é uma contradição. É dinheiro jogado fora. Quem vai assistir a isso às 5h da manhã? Temos canais interessantes, como o Canal Futura, que também é do complexo da Globo. Há competência para fazer. A própria TV Escola, do Ministério de Educação, tem bom nível.

Eu, que fiz um curso básico deficiente, de vez em quando acordo às 5h da manhã e ligo na TV Escola, que tem excelentes programas.

Nós precisamos mudar. Não temos obstáculos tecnológicos nem de criatividade.

Finalmente, a Anna Flávia faz uma pergunta sobre o Pacto Federativo. Acho que é absolutamente fundamental. Nós não podemos deixar a educação só na mão dos políticos ou só nas mãos dos educadores. Nós vamos para frente se todos os segmentos da sociedade realmente se unirem para fazer uma força, durante as duas, três próximas décadas, para que possamos fazer essa inflexão na educação. Talvez a federalização do ensino básico, preconizado pelo Senador Cristovam Buarque, seja um bom instrumento para começarmos a fazer esse Pacto Federativo. Acho que, no aspecto da interiorização, é importante. E a universidade, com essa possibilidade de usar as tecnologias de informação e comunicação, vai chegar mais facilmente a lugares mais remotos.

Aqui mesmo, no Distrito Federal, há alguns anos, houve um esforço de interiorização. A Universidade de Brasília criou *campi* em Planaltina, no Gama e na Ceilândia. Várias universidades federais estão criando novos *campi*. Eu acho que é por aí.

Gostaria de mencionar uma experiência de interiorização que vai ser iniciada no ensino superior em 2014. Trata-se do início das atividades da Universidade Federal do Sul da Bahia, que pretende, já com uma experiência realizada na Universidade Federal da Bahia, reabilitar certas ideias de Anísio Teixeira, no sentido de fazer uma modificação completa, pedagógica, no ensino superior brasileiro. Eu sou do fã-clube dessa nova iniciativa e sou o presidente da torcida para que isso dê certo; e, dando certo, espalhar pelo resto do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Isaac Roitman e concedo a palavra ao ilustre Relator, Prof. Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para confirmar essa sua paixão pelo ensino à distância, para colocar todo mundo na escola. Eu quero contar um experiência recente que eu tive, que me foi muito gratificante.

Eu estava indo daqui para o Rio de Janeiro, e a aeromoça chegou para mim, na hora de servir, e disse: "Eu conheço sua cara. De onde é"? Eu disse: "Não sei". Claro que pensei na TV Senado, pensei na candidatura à Presidência. "Não sei", ri para ela. Ela disse: "Eu conheço a sua cara". E foi embora. Daí a 20 minutos ela disse: "Já me lembrei: o senhor é professor. Eu assisti a um curso seu de Ética e Economia", que dei numa universidade à distância do Paraná. Para você ver, não foi o fato de ser Senador. Foi o fato de ser professor. E ela terminou sem falar em Senador. Terminou sem ligar as duas coisas.

O ensino a distância é o caminho. Eu jamais chegaria a essa moça fazendo palestras com 30, 50, 60 pessoas. Esses cursos da universidade têm 100 mil alunos. O que precisamos fazer é aperfeiçoar esses cursos para dar a eles mais qualidade, porque alguns terminam saindo sem qualidade de vida.

Mas se a gente trabalha com cuidado, usando um especialista que nos assessore... Não pode o professor achar que vai dar uma boa aula sozinho, como se estivesse com um quadro negro, mas com um bom diretor junto dele, com uma pessoa que saiba transformar as ideias que são faladas em programas, usando bons *softwares* para dar consistência à mensagem, isso é que vai revolucionar.

Não dá para a gente deixar o Adib Jatene dando aula só para alunos de São Paulo. Ele tem que dar aula para alunos do Brasil inteiro. Isso hoje é possível, e a gente tem que utilizar.

Havia um grande preconceito, dez anos atrás. Eu me lembro muito que eu falava nisso – o Marcos Formiga foi um dos primeiros a trazer isso para o Brasil – e havia uma reação grande. Hoje, está havendo uma aceitação e, às vezes, uma comercialização sem qualidade. Mas não é o fato de que há cursos sem qualidade que a gente deve ficar contra o método.

Eu me lembrei disso quando o senhor falou da importância. E, sinceramente, foi uma coisa muito gratificante para mim ser reconhecido por uma pessoa com quem eu nunca estive, não por ser Senador, mas por ser professor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito obrigado, nobre Senador Cristovam Buarque.

Antes de encerrar, eu gostaria de fazer dois comentários.

O primeiro, sobre interiorização do ensino superior.

Em Santa Catarina, houve uma experiência histórica neste País. Como a universidade federal e estadual se limitavam ao litoral, e o litoral fica a 800 quilômetros do outro extremo do Estado, que é a fronteira com a Argentina, as comunidades se mobilizaram e criaram universidades que hoje são chamadas de comunitárias.

Ontem, a Presidente Dilma Rousseff esteve em Itajaí. Recentemente, ela sancionou uma lei que nós aprovamos aqui, reconhecendo a natureza jurídica dessas universidades, que estavam proscritas do arcabouço legislativo nacional. Elas eram os patinhos feios da educação superior no País e agora são reconhecidas. E a Presidente salientou uma verdade; ou melhor, ela reconheceu uma verdade: se não houvesse aquele fenômeno que resultou na criação de 16 instituições de ensino superior, com 54 *campi* espalhados por todo o território de Santa Catarina, aquele Estado não seria como é hoje, o mais desenvolvido do País. E quando eu digo desenvolvido eu não me refiro à potência econômica, mas a uma combinação de crescimento econômico, que já nos deu um PIB maior do que os da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai somados, e de potência no indicador de desenvolvimento humano, que é igual ao do Chile. É um Estado em que apenas 2,8% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza; em que 99,90% das crianças entre sete e quatorze anos frequentam a escola, com o maior nível de escolaridade do País; o Estado que tem o menor índice de mortalidade infantil, abaixo de dez crianças por mil nascidas em um ano de vida; e que tem a maior expectativa de vida do País. Isso tudo resulta da interiorização do ensino superior feita há 60 anos naquele Estado. Há 60 anos existe essa experiência.

O segundo registro que eu queria fazer é sobre a China, que o Prof. Cristovam mencionou há pouco. Em 1999, presidi um grupo de Deputados que foi à China, a convite do Partido Comunista da China. Durante aquele encontro, um deputado de um partido comunista contestou o Ministro da Indústria da China, dizendo que era um absurdo a China ter contratado empresas internacionais e ter-lhes concedido a exploração da Usina de Três Gargantas. Aí, ele respondeu para eles: "Olhe, nós fizemos um cálculo: com o dinheiro que nós iríamos investir do orçamento público nessa usina, nós vamos colocar, até 2005, um computador em cada sala de aula, desde a pré-escola até o ensino superior". Aliás, é um computador em cada banco escolar, não em cada sala de aula.

Em 2005, eu fui a China. Eu era governador e fui visitar a cidade de Guangzhou. Nós tínhamos um programa que iniciei quando prefeito de enviar, todos os anos, 20 brasileiros para estudarem mandarim – e é uma

coisa permanente. E muitos deles trabalham em empresas internacionais no *trading* entre Brasil e China. Cheguei lá, pedi ao prefeito que me desse a relação das escolas primárias. E eu apontei duas aleatoriamente e disse: "Eu gostaria de visitar estas duas escolas aqui". Cheguei lá, e havia um computador em cada banco escolar. Isso é uma revolução que eles estão fazendo.

Então, a educação tem que ser realmente a prioridade, e as coisas acontecem, como disse o Prof. Formiga, quando há vontade política. Houve vontade política no programa Ciência Sem Fronteiras, e as coisas estão acontecendo. Aliás, o Juscelino fez a mesma coisa, a seu tempo.

Eu encontrei um engenheiro que mora em Praga, e eu lhe perguntei: "Como é que você veio para Praga?" Ele disse: "Eu fui escolhido na universidade, no tempo do Presidente Juscelino, e o governo brasileiro bancou meu estudo aqui. Veio a revolução, não pude mais sair, acabei ficando aqui e hoje sou cidadão brasileiro e cidadão tcheco".

Então, esse programa é realmente fantástico e tem tudo para melhorar os nossos padrões de ensino superior.

Mas o Prof. Formiga falou muito bem: é preciso criar também o inverso, de fazer circularem no Brasil professores e alunos estrangeiros.

Eu agradeço a presença de todos. Acho que foi um debate muito importante. É pena que essa questão ainda está sob quatro paredes, a questão do desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, cultural. Mas acho que é um processo, e esta Comissão pretende ser desencadeadora da multiplicação dessas informações pelo nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para confirmar, mais uma vez, em cima do que o senhor falou. É uma experiência pessoal também, sobre o fato do computador na escola.

Por determinada razão, eu fui à Geórgia, lá no sul da Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que é um belo País!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Um belo país, pequenino. Invadido pela Rússia, hoje tem apenas um terço do seu território.

Na ocasião, eu tive uma reunião com o Ministro da Educação e levei um presente a ele. Levei uma pequena escultura indígena, ou seja, uma coisa primitiva, digamos. E dei a ele. Ele disse: "Eu também tenho um presente para o senhor". Aí ele botou a mão assim do lado e disse: "Este é o computador que a gente usa nas escolas da gente. Todo aluno na Geórgia recebe um computador desses".

Eu confesso que fiquei pasmo com o contraste: uma escultura primitiva – bonitinha, é verdade! –, com um valor cultural, mas, do outro lado, o cara me deu um computador! Deu-me de presente, eu trouxe, tudo escrito na língua georgiana. E lá todo aluno recebe isso. É um país pobre, invadido, e que é capaz de fazer esse esforço.

A gente tem condições de fazer. E eu espero que o seu trabalho nesta Comissão termine ajudando a criar essa consciência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014, ÀS 9 HORAS E 45 MINUTOS, NA ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e quatorze, na Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Pedro Taques e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Wilder Morais, Cidinho Santos e Eduardo Amorim. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 5ª e 6ª Reuniões, realizadas em dezenove e vinte e oito de novembro de dois mil e treze, que são dadas como aprovadas. Em seguida, dá início à apreciação da matéria constante da pauta. **Item 1**- Requerimento da Comissão Senado do Futuro nº 1 de 2014, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão Senado do Futuro – CSF com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, com a finalidade de ouvir o sociólogo e professor Domenico De Masi, para tratar do tema 'Cenários do Futuro nos próximos 50 anos', no dia 27 de maio, terça-feira, às 9 horas". Anunciada a Matéria e colocada em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2014-CSF. Usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Relator, e Luiz Henrique, Presidente. Nada mais havendo a

tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Luiz Henrique,** Presidente da Comissão Senado do Futuro

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Saudando o Relator da Comissão Senado do Futuro, o Prof. Senador Cristovam Buarque, saúdo as Srªs e os Srs. Senadores declarando aberta a primeira reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 5ª e da 6ª reuniões, realizadas em 19 e 28 de novembro de 2013, respectivamente.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Pauta desta reunião.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão Senado do Futuro – CSF, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, com a finalidade de ouvir o sociólogo e professor Domenico De Masi, para tratar do tema "Cenários do Futuro nos próximos 50 anos", no dia 27 de maio, terça-feira, às 9 horas.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam, autor do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Luiz Henrique, em primeiro lugar, quero agradecer suas ações para trazer para Brasília e para o Senado, para dentro de nossa Comissão, esse que é um dos grandes nomes do mundo hoje na reflexão sobre o futuro. Não fosse a sua amizade pessoal com ele, dificilmente a gente conseguiria incluir uma brecha numa agenda tão agitada e universal como a do Domenico De Masi.

Então, ficam aqui, como brasileiro, meus agradecimentos.

Eu quero dizer a todos que a participação do Domenico De Masi não é apenas para falar genericamente sobre o futuro, mas para falar sobre um livro que ele acaba de ter traduzido no Brasil que se chama *O Futuro Chegou*.

Creio que vai ser uma palestra perfeitamente dentro do espírito de nossa Comissão, muito instigante, e que vai trazer uma grande repercussão.

Quero agradecer também ao Senador Cyro Miranda, pois ele atendeu ao pedido para fazermos desta uma atividade conjunta da Comissão do Futuro e da Comissão da Educação. Esta é a razão pela qual estamos aqui para apoiar esse requerimento de fazer essa audiência na próxima terça-feira, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a intervenção de V. Exª, Senador Cristovam, e quero prestar aqui um depoimento.

Eu era Deputado Federal e Presidente Nacional do PMDB. Nessa condição, tudo indicava que teria a perspectiva de ser eleito Presidente da Câmara dos Deputados. Mas eu decidi fazer uma inflexão na minha vida política: voltar a disputar a eleição municipal em Joinville, onde eu não tinha a maioria nas pesquisas eleitorais, onde eu tinha uma situação difícil nas pesquisas eleitorais. Eu explico: naquele momento, Joinville, que recrutou trabalhadores de todos os locais – inclusive cerca de 50 mil do Nordeste brasileiro, dando sequência à dolorosa diáspora do Nordeste brasileiro –, Joinville, que, durante o período de indústria intensiva de mão de obra, recrutou milhares de trabalhadores do Brasil todo, de um momento para o outro, quando a indústria teve que fazer uma reengenharia no sentido de adotar processos intensivos de automação, naquela virada da indústria intensiva de mão de obra para a indústria intensiva de automação, naquela virada em que a globalização pegou o setor industrial brasileiro de forma rápida e surpreendente, entendi que Joinville precisava também de uma reengenharia na gestão municipal.

Com a experiência que eu havia adquirido já em sete mandatos, cinco de Deputado Federal, eu poderia contribuir para que a minha cidade fizesse essa mudança profunda. Eleito prefeito, adotei os princípios que foram propagados no mundo todo pelo sociólogo Domenico De Masi, no sentido de que o futuro do trabalho, que é título de um de seus livros, estava no ócio criativo, o que parece uma incongruência. "Ócio criativo" no sentido de cambiar para a indústria criativa, para a indústria do conhecimento, para o fortalecimento da investigação científica, para que aconteça no mundo novamente o que aconteceu em Atenas, no século de

Péricles, e o que aconteceu em Florença, entre os anos 1300 e 1500, que produziu gênios como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Filippo Lippi, Nicolau Maquiavel, Brunelleschi, Ghiberti e tantos outros.

A filosofia exposta nos seus livros por Domenico De Masi, num livro fantástico que é *Criatividade e Grupos Criativos*, levou-me a criar em Joinville uma busca de excelência, tendo como base uma forte política cultural. Construímos um megateatro, dentro do conceito mais moderno do arquiteto norte-americano que criou, na reforma do Madison Square Garden, uma nova concepção de casas de entretenimentos. No conceito das arenas multiuso de Bill Marshall, criamos o Centreventos de Joinville, que é uma casa que serve à cultura e ao esporte ao mesmo tempo, para que o esporte, que atrai mais bilheteria, financie a cultura. E fomos buscar um ícone cultural. Naquela época, duas cidades se destacavam, Senador Cristovam Buarque, por essa mesma inflexão, quando foram pegas pela transformação ou pela transição rápida da indústria intensiva de mão de obra para a indústria intensiva de tecnologia e automação: Chicago e Bilbau.

Bilbau foi buscar um ícone cultural, para, por meio desse ícone, fazer a geração de empregos qualificados. Foi o Museu Guggenheim.

E nós fomos a Moscou para buscar a Escola de Teatro Bolshoi, que hoje é o grande ícone da cidade de Joinville. Com a construção daquele megateatro, nós demos dimensão internacional ao festival de dança da nossa cidade, que foi incluída no Livro Guinness dos Recordes como o maior festival de dança do mundo. São 11 dias, 8 mil bailarinos, que atraem uma bilheteria acima de 100 mil pessoas. Não há no mundo outro festival com essa dimensão.

Pois bem, a obra de Domenico De Masi foi – digamos assim – o projeto de engenharia da nossa gestão, que nos levou à consagração da reeleição, ao Governo do Estado, à reeleição no Governo do Estado, e à obtenção do mandato de Senador. Não foi outra coisa, Senador Cristovam, senão a implantação dessa nova filosofia, desse novo pensamento.

Santa Catarina é hoje o único Estado que tem 15 arenas multiuso, todas funcionando simultaneamente, recebendo os mais diversos espetáculos do mundo.

Ainda há pouco, quando vinha para cá, recebi um convite do Presidente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, para o começo da disputa da Liga Mundial de Voleibol, na arena multiuso de Jaraguá do Sul, construída dentro do mesmo espírito arquitetônico que Bill Marshall deu ao Madison Square Garden. Mas ali mesmo, naquele mesmo espaço, realiza-se o mais consagrado festival de música clássica da América Latina, o Femusc, que atrai virtuoses da música clássica do mundo todo.

Então, é essa revolução na direção da cultura, essa caminhada na direção da cultura, estabelecendo a cultura como base do desenvolvimento – como base do desenvolvimento. O futuro da economia… Não li o novo livro de Domenico De Masi, mas certamente ele dirá isto: o futuro da sociedade humana está na saúde, na educação e no desenvolvimento de fortes políticas culturais.

O mundo precisa de novos Péricles e de novos Lourenços de Médici, e Domenico De Masi é um professor que nos ensina que esse é o caminho de desenvolvimento sustentável.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, vamos colocá-lo em votação.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica convocada a reunião desta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a realização de audiência pública aprovada, por meio desse requerimento, para o dia 27/10, às 9 horas.

Solicito que a Secretaria da Comissão tome as devidas providências, para que essa audiência pública conjunta seja interativa, havendo a participação da sociedade, sobretudo do mundo acadêmico, sobretudo dos que estão pensando um Brasil diferente, um Brasil alicerçado no conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.*)

Edição de hoje: 638 páginas

(O.S. 12716/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL